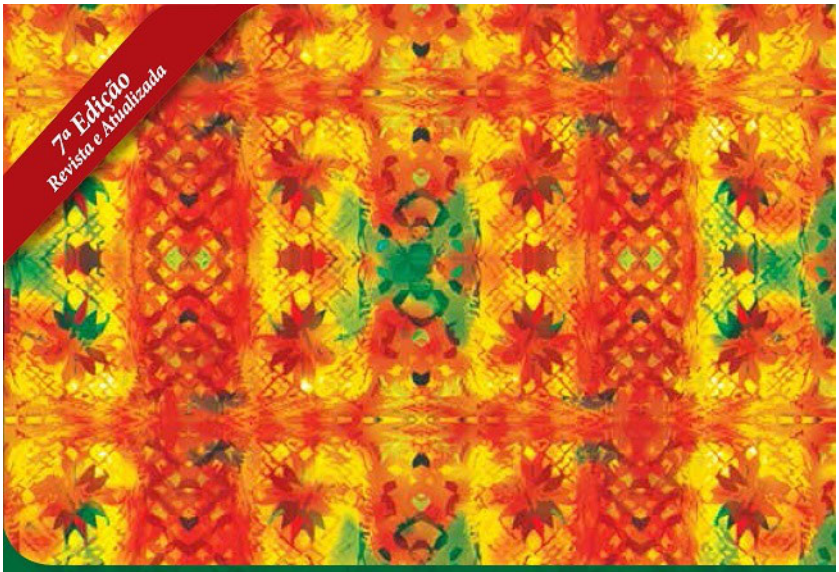
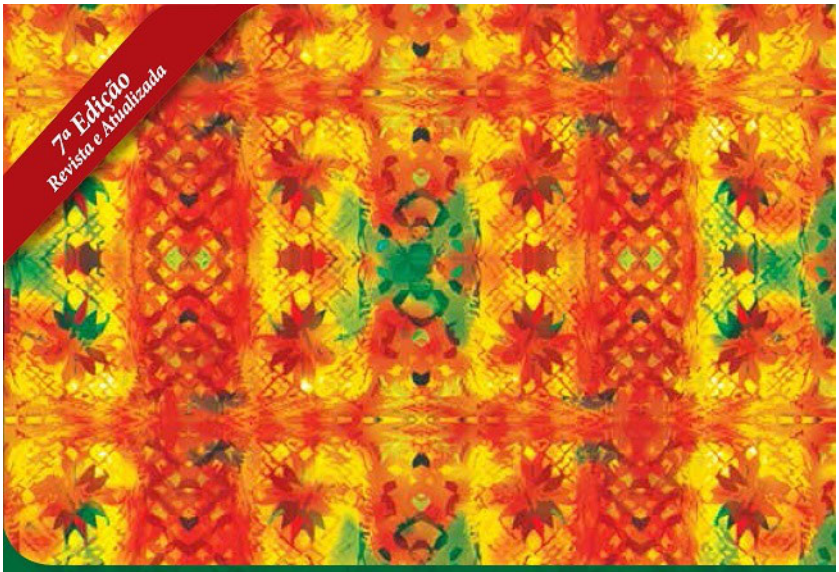


HISTÓRIA DO CEARÁ

AIRTON DE FARIAS

ARMAZÉM DA CULTURA



HISTÓRIA DO CEARÁ

AIRTON DE FARIAS

ARMAZÉM DA CULTURA

7ª Edição | Revista e Ampliada

HISTÓRIA DO CEARÁ

AIRTON DE FARIAS

ARMAZÉM DA CULTURA

Copyright ©2015 by Airton de Farias

Editora

Albanisa Lúcia Dummar Pontes

Secretária Administrativa

Telma Regina Beserra de Moura

Projeto gráfico e Capa

Suzana Paz

Ilustrações

Audifax Rios

Editoração eletrônica

Rudsonn Duarte

Suzana Paz

Vasco de Moraes

Assessora de Comunicação

Mariana Dummar Pontes

Fotos

Arquivo pessoal do autor

Revisão

Vessillo Monte

(Proibida a reprodução total ou parcial deste livro, por qualquer meio ou sistema, sem prévio consentimento da editora.)

TEXTO ESTABELECIDO CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Farias, Airton de

História do Ceará / Airton de Farias. -- 7. ed

rev. e ampl. -- Fortaleza : Armazém da Cultura,

2015.

Bibliografia

ISBN: 978-85-63171-35-1

1. Ceará - História 2. Ceará - Usos e costumes

3. Regionalismo - Brasil - Região Nordeste

4. Secas - Ceará I. Título.

15-02013 CDD-981.31

Índices para catálogo sistemático:

1. Ceará : História 981.31

Todos os direitos desta edição reservados ao Armazém da Cultura

Rua Jorge da Rocha, 154 – Aldeota

Fortaleza – Ceará – Brasil

CEP: 60150.080

Fone/Fax: (85) 3224.9780

Skype: armazem.da.cultura

Site: www.armazemcultura.com.br

E-mail: armazemdacultura@armazemcultura.com.br

7ª Edição | Revista e Ampliada

HISTÓRIA DO CEARÁ

AIRTON DE FARIAS

FORTALEZA - CE
2015

ARMAZÉM DA CULTURA

A mim preocupa o povo, há três séculos capado e recapado, sangrado e ressangrado.

Capistrano de Abreu

O povo insurgia-se algumas vezes e era terrível em sua fúria.

João Brígido

Eu tenho a mão que aperreia/ eu tenho o sol e areia/

Eu sou da América/ sul da América, south America/

Eu sou a nata do lixo/ eu sou o luxo da aldeia/ eu sou do Ceará

Terral, Ednardo

Escrever obras

gerais sobre História é algo cada vez mais raro entre historiadores, afinal, nisso os críticos têm certa razão, é difícil abranger num único volume toda a diversidade de uma sociedade quanto a gêneros, etnias, classes sociais, cultura, etc. Na maioria das vezes, acaba-se centrando a atenção em aspectos políticos, econômicos e sociais, aos quais, obviamente, não se restringe a História. Minha intenção, porém, nas obras que escrevi, nunca foi a de abordar toda sociedade cearense. Meus trabalhos sempre tiveram um caráter de síntese e didático, procurando ressaltar alguns aspectos que julgo importantes para aqueles que estão iniciando os estudos sobre a história cearense. Lógico que se trata da abordagem de um autor e sempre será possível se questionar o porquê de esse tema haver sido priorizado e não aquele outro, afora a interpretação e a análise dadas. Aceito críticas. A história do Ceará vai muito além destas páginas. O leitor deve ter isso muito claramente em vista.

Não obstante, apesar dos óbices, aceito o desafio e busco fazer uma

análise geral para entender o Ceará. São mais de duas décadas envolvido com a História local, lendo, pesquisando, escrevendo e dando aulas, cursos e palestras em colégios e faculdades. Acredito que posso tentar interpretar algo da história cearense, ainda que isso, repito, não seja "a" verdade e que muitos possam discordar e questionar essa interpretação.

Acredito que uma das características da sociedade cearense seja a fragilidade de suas elites, aqui entendidas como os setores detentores do poder econômico e político. O Ceará se mostrou, ao longo dos séculos, como uma área de economia periférica, secundária, pouco dinâmica. Com solos infertéis, sujeito a recorrentes secas, situado longe dos grandes centros decisórios internacionais e do país, apresentando concentração de meios de produção e de riquezas, o Ceará amargou uma economia frágil, subsidiária, voltada para as práticas agropecuária e comercial – em rigor, apenas a partir dos anos 1960 a industrialização se tornou mais efetiva e ela, por si só, é insuficiente para mudar a realidade econômica e social cearense, como vários estudiosos já concluíram e pode-se constatar facilmente hoje. Em decorrência, o Ceará ainda apresenta classes dominantes débeis, que não têm, por exemplo, a mesma influência econômica e política nacional dos setores abastados dos vizinhos Pernambuco e Bahia.

O Ceará, como entendemos hoje, surgiu apenas no século XIX, dentro do processo de formação do Estado brasileiro. Imperava até então nos sertões grande autonomia das áreas formadoras do atual estado, destacando-se no norte a ribeira do Acaraú, com Sobral; na porção leste, o polo Acarati/Icó (o mais rico e próspero entreposto comercial da capitania) e o Siará propriamente dito, no litoral (em rigor, o termo Ceará era usado para designar o povoado surgido em torno da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção). Os potentados, com seus jagunços e posse de terra, produção e escravos, impunham e ditavam as relações sociais.

Não foi coincidência a enorme relutância e resistência armada das oligarquias cearenses ao processo de formação do Estado nacional brasileiro, com a centralização e submissão do território do Brasil aos interesses do atual sudeste – veja-se, por exemplo, o episódio da Confederação do Equador (1824), revolta separatista e

anticentralizadora. Apesar da brava resistência, as oligarquias cearenses foram derrotadas, evidenciando mais uma vez sua fragilidade. Acabaram se acomodando ao centralismo nacional. Esse unitarismo imposto durante o Império brasileiro (1822-89) também levaria à unidade política definitiva da então província do Ceará, com a superação da autonomia das ribeiras e a submissão destas à hegemonia de Fortaleza que, não por acaso, se tornou a principal cidade cearense no período monárquico, mormente na segunda metade do século XIX.

A fragilidade estrutural explicaria por que os setores abastados locais se alternavam ou formavam (e formam) grandes coligações para controlar o Estado (uma vez que não havia condições para um grupo governar sozinho) e sua suscetibilidade a condicionantes e conjunturas nacionais. Os fatos nacionais ou os interesses e pressões do governo central apresentam forte repercussões sobre as terras cearenses. O que não quer dizer que esse poder central não realize concessões aos interesses dos grupos dominantes locais ou que não haja relutância do localismo. Isso acontece, sim, há negociações, barganhas - não obstante, a força do poder central acaba prevalecendo na maioria das vezes. Isso fica claro, por exemplo, quando se nota a manutenção do accyolismo no comando cearense no começo da República (o que tem a ver com a Política dos Governadores); a Sedição de Juazeiro em 1914 (fracasso da Política das Salvações), domínio nos anos 1930 da Liga Eleitoral Católica (que, embora reunindo oligarquias derrotadas da Primeira República, não fazia oposição ao getulismo) e o domínio dos coronéis durante a ditadura civil-militar (1964-85).

Em não poucas vezes, os setores abastados, em acordos e sem afrontar o poder central, usaram do Estado para defender seus interesses, apontados com se fossem sinônimos das necessidades mais urgentes da população. O Estado e suas ações continuam sendo importantes para os interesses oligárquicos - e porque não? –, para os interesses privados nas terras cearenses. Fortunas se fizeram e cresceram à sombra do Estado. O Estado continua sendo um grande empregador e muitos setores da sociedade almejam uma posição nas esferas estatais.

Com a concentração da riqueza e do poder por alguns poucos e as

estruturas sociais injustas, o que condena milhares de cearenses a uma vida de carências e dificuldades, não surpreende o autoritarismo dos setores abastados cearenses. Não raro, há furiosa reação, com censura, perseguição, cooptação e violência contra os que criticam as estruturas sociais e de poder no Ceará. A violência é um traço típico da história cearense. Violência contra mulheres, escravos, índios, negros, jovens e os mais humildes socialmente. Sintomático disso é o nome da capital, associada a um forte cujo propósito era reprimir não apenas os estrangeiros que aportassem na terra, mas também as camadas mais pobres da população. O pacifismo que a classe dominante tanto exalta e idealiza no cearense não está presente nela própria, em virtude da maneira brutal como costumeiramente reagiu e reage contra aqueles que, de alguma forma, questionaram ou se rebelaram contra o status quo.

Logicamente que a violência não é só dos opressores – os oprimidos também a praticam, inclusive, entre si, como se percebe claramente no cotidiano. A concepção idílica do passado e idealizações do povo (conceito por demais elástico) não se sustentam quando se analisa amiúde os fatos históricos. Na força, nas armas e na violência se moldou também o Ceará.

Igualmente não pode ser esquecida a forte presença da religião na história destas terras. Não por acaso, uma das primeiras tentativas de conquista da capitania cearense fora feita por dois padres (Francisco Pinto e Luiz Figueira); origem de muitas cidades em antigos aldeamentos jesuíticos; as procissões, romarias, dia de São José, crença em Padre Cícero, Caldeirão, etc. denotam a forte religiosidade como um dos fatores para se entender a mentalidade cearense – o que não implica dizer que não existam outras espiritualidades -, e que as religiosidades tenham escapado aos embates sociais e de classe, servindo também ora para manter a ordem, ora para resistir.

Este livro, portanto, passa longe de uma história de exaltação de grandes homens, de seus feitos e suas façanhas à moda dos varões plutarquianos. Tento, sim, entender a formação contraditória da sociedade cearense, contradições que estão presentes ainda hoje. Tais reflexões, óbvio, não são apenas minhas. Penso a partir do que muitos, muitos outros historiadores, cientistas políticos, geógrafos,

sociólogos, etc, produziram e produzem.

Acredito que seja prudente falar um pouco sobre a historiografia cearense, para que os leitores não tão familiarizados com ciência da História compreendam a síntese elaborada.

Apesar das dificuldades de pesquisa e de publicação, a historiografia cearense apresenta uma significativa produção, cada vez mais consolidada e em expansão neste início de século. Excetuando-se as obras mais gerais e aquelas produzidas por cronistas, viajantes e brazilianists, posso, apesar (mais uma vez) dos riscos comuns a generalizações, distinguir três gerações na historiografia cearense.

Em rigor, a historiografia cearense iniciou-se em meados do século XIX, com os trabalhos pioneiros de Tristão de Alencar Araripe, autor de História da Província do Ceará (1850), Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, autor de Ensaio Estatístico da Província do Ceará (1863), do jornalista João Brígido, com Resumo Cronológico para a História do Ceará (1864) e Pedro Theberge, com Esboço Histórico sobre a Província do Ceará (1869). Obviamente, não se tratavam de profissionais da história, tal como entendemos hoje, mas intelectuais que, revirando arquivos cartorários e de câmaras municipais, preocuparam-se em produzir algo sobre o passado destas terras, dentro de uma matriz historiográfica positivista, segundo a qual seria possível conhecer a verdade dos fatos e produzir uma história objetiva e imparcial, centrando a atenção na política, nos confrontos e na trajetória dos grandes homens ou seja o histórico havia de rimar com o heróico.

Uma segunda geração de historiadores surgiu com a fundação do Instituto do Ceará, em 1887, sob a liderança de Guilherme (Barão de) Studart, que conseguiu recolher milhares de documentos no Ceará e em arquivos nacionais e internacionais, ensejando a publicação de vários artigos na centenária Revista do Instituto do Ceará. Também com uma perspectiva positivista, e vistos com certo preconceito hoje em dia por determinados setores acadêmicos, os institutos históricos têm sua importância na coleta e sistematização da documentação histórica, em levantamentos geográficos e em estudos etnográficos e linguísticos. Foram responsáveis pela produção de um saber numa época em que a história reivindicava

um status científico, fundamentando em sólida pesquisa documental - essa produção, note-se, não pode ser dissociada do esforço da construção da ideia de nação brasileira na segunda metade do século XIX, quando buscava-se no passado exemplos e argumentos que apontassem o "caminho glorioso" destinado ao Brasil. Tais pesquisadores não possuíam, igualmente, nenhuma formação específica no campo da historiografia, eram o que os franceses chamam de "historiador dos domingos". Eram, no geral, integrantes da elite que ocupavam altos postos na burocracia estatal e políticos de renome que se dedicavam com afinco aos projetos de seus institutos.

Assim, temos nomes, afora o Barão de Studart (autor de Datas e Fatos para a História do Ceará – 1896), como Paulino Nogueira (Presidentes do Ceará Durante a Monarquia – 1889), Joaquim Catunda (Estudos de História do Ceará – 1886) e Antônio Bezerra (Algumas Origens do Ceará – 1901). A partir da década de 1920, uma nova leva de pesquisadores adentrou ao Instituto, sobressaindo-se Thomaz Pompeu Sobrinho (Pré-história Cearense – 1955), Eusébio de Sousa (História Militar do Ceará – 1950), Carlos Studart Filho (Os Aborígines do Ceará – 1962) Dolor Barreira (História da Literatura Cearense – 1962), José Aurélio Saraiva Câmara (Fatos e Documentos do Ceará Provincial – 1970) e, principalmente, Raimundo Girão, um dos mais respeitados intelectuais cearenses do século XX e autor de obras como História Econômica do Ceará (1947), Pequena História do Ceará (1953), Matias Beck, Fundador de Fortaleza (1961), entre várias outras. Não podem ser esquecidos os trabalhos de Geraldo Nobre, Florival Seraine, Mozart Soriano Aderaldo, Vinicius Barros Leal, Abelardo Montenegro, Renato Braga, e outros tantos. O Instituto continua ainda na ativa e sua famosa revista foi disponibilizada na internet - www.institutodoceara.org.br.

Em 1947, surgia a Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, mantida pelos Irmãos Maristas, com um curso de História. Tal faculdade, seria em 1966, encampada pelo governo estadual, com o nome de Faculdade de Filosofia do Ceará (FAFICE). Esta seria uma das bases para a criação da Universidade Estadual do Ceará, UECE, em 1975. Anos antes, em 1955, surgira a Universidade (Federal) do Ceará e, em 1972, era criado o Curso de História. Assim,

estruturava-se uma produção mais elaborada do histórico saber local, difundindo-se e discutindo-se novas metodologias de pesquisa, diversificando as fontes e as abordagens. Novos trabalhos foram produzidos em consonância com variadas correntes historiográficas, sobretudo a marxista e, mais recentemente, a denominada Escola dos Annales e a História Social Inglesa, que, grosso modo, prega a ideia de uma "história vista de baixo", na perspectiva dos vencidos e derrotados nas batalhas da memória – o que a coletividade lembra ou quer lembrar atende a perspectivas e interesses de determinados grupos, embora memórias subterrâneas continuem a existir, podendo emergir a qualquer momento, sobretudo em época de crises. Só entende-se história dentro de um contexto e tendo em mente que o modo como se vê o passado depende do que se pensa do presente e se espera do futuro.

Assim, tem-se hoje uma história-problema (e não apenas factual e narrativa - daí a crítica às obras de história geral como esta), atenta a todas as atividades humanas e não apenas à história política, uma história que busca a interdisciplinaridade (ou seja, mantém contato com a geografia, a linguística, a psicologia, a antropologia, a sociologia, etc.). Uma história que não tem a pretensão de achar a verdade, mas entender como as verdades de cada grupo são construídas e os interesses que os movem. Uma história que tem em fontes antes discriminadas, uma preciosidade: os jornais, as fotografias, a música, os contos populares, enfim, tudo pode ser usado pelo profissional de história para entender o passado e o presente de um povo. Nessa gama de historiadores, há nomes como Simone de Sousa, João Alfredo Montenegro, Francisco Moreira Ribeiro, Sebastião Rogério Ponte, Adelaíde Gonçalves, Francico Pinheiro, Frederico de Castro Neves, Ivone Cordeiro, Pedro Airton, e tantos outros.

Tal processo de aperfeiçoamento da produção historiográfica foi intensificado com a criação do Curso de História na Universidade Estadual do Ceará (UECE) nos anos 1970, e dos Cursos de Mestrado da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da mesma UECE no início do século XXI, sem falar dos cursos de várias outras faculdades que surgiram no estado nos anos 1990, como as da Universidade Vale do Acaraú (UVA) e Universidade do Vale do Cariri (URCA). Recentemente foi criado o Doutorado em História na

UFC.

Esse livro não é apenas meu. É de todos esses e outros pesquisadores que fizeram e fazem a história cearense. Por essa razão, inclusive, usarei o chamado plural de modéstia ao longo das páginas seguintes.

Esta obra é uma modesta contribuição para a compreensão do Ceará. Vai além disso, não obstante. Visa também convidar o leitor a lançar um novo olhar sobre nossa terra e suas contradições econômicas, sociais e políticas. Pode parecer clichê, porém, acredito que o mundo começa a mudar quando as pessoas mudam. Espero, de coração, que este livro contribua para formar uma nova geração de cearenses, que tenha na valorização da democracia, no diálogo, na igualdade de oportunidades e da justiça social valores inquestionáveis.

O autor

Para Dona Rita, mãe de amor,

livros e histórias

Sumário

APRESENTAÇÃO

PARTE I - “PRÉ-HISTÓRIA”

Antecedentes- A “pré-história” cearense

PARTE II - COLÔNIA

Capítulo 1 - A invasão

Capítulo 2 - Economia colonial cearense

Capítulo 3 - Os indígenas do Ceará

Capítulo 4 - A igreja colonial

Capítulo 5 - O Ceará e a vinculação a Pernambuco

Capítulo 6 - O Ceará emancipado

Capítulo 7 - O Ceará e a Revolução Pernambucana de 1817

PARTE III - IMPÉRIO

Capítulo 8 - O Ceará na independência do Brasil

Capítulo 9 - A Confederação do Equador

Capítulo 10 - A sedição de Pinto Madeira

Capítulo 11 - O Ceará regencial

Capítulo 12 - Política e intelectualidade no Segundo Reinado

Capítulo 13 - Economia na segunda metade do século XIX

Capítulo 14 - A hegemonia de Fortaleza

Capítulo 15 - Escravidão negra e o abolicionismo no Ceará

Capítulo 16 - Os Sertões

PARTE IV - REPÚBLICA

Capítulo 17 - O Ceará e a proclamação da República

Capítulo 18 - A Oligarquia Acciolyna

Capítulo 19 - Padre Cícero e o milagre de Juazeiro

Capítulo 20 - A sedição de Juazeiro

Capítulo 21 - O Ceará na crise da primeira República

Capítulo 22 - O movimento operário cearense na primeira República

Capítulo 23 - O Ceará na Era Vargas

Capítulo 24 - A Legião Cearense do Trabalho

Capítulo 25 - O Caldeirão

Capítulo 26 - A Redemocratização de 1945 no Ceará

PARTE V - CONTEMPORANEIDADE

Capítulo 27 – A República liberal democrática de 1945-64 no Ceará e a metropolização de Fortaleza

Capítulo 28 - O Ceará e a ditadura civil-militar

class="CharOverride-8">Capítulo 29 - O ciclo dos coronéis

Capítulo 30 - A geração Cambeba

Capítulo 31 - O Pós-Cambeba

Capítulo 32 - Cultura e futebol cearenses no século XX

Referências

Parte I

Pré-História

Antecedentes

A “Pré-História” Cearense

QUE “PRÉ-HISTÓRIA” É ESSA? Tradicion

Essas visões históricas são hoje bastante questionadas. A história do Ceará –, ou melhor, do território que um dia seria chamado de Ceará, já que este foi uma invenção dos brancos colonizadores –, iniciou-se há milhares de anos, quando povos "pré-históricos" o povoaram e os europeus nem sonhavam em colocar embarcações nos grandes oceanos. Falar sobre os primeiros povoadores não é tarefa fácil. Os dados são escassos e imprecisos, objetos de acaloradas discussões e debates.

Um dos mais destacados estudiosos da "pré-história" cearense foi Thomaz Pompeu Sobrinho (1880-1967). Segundo ele, o povoamento do Ceará teria ocorrido há cerca de seis ou sete milênios, isso é, há cinco ou quatro mil a.C. [Entraram] os povoadores no território cearense através do Piauí e Pernambuco. Teriam, então, ocupado o âmbito, constituindo uma população disseminada, rarefeita, deixando manchas desertas mais ou menos amplas. As condições climo-edáficas da terra nem sempre ofereciam meios para que estas regiões fossem habitadas ou exploradas por um povo simplesmente coletor, especialmente dado à caça (POMPEU SOBRINHO, 1955:119).

Contudo, com achados arqueológicos das últimas décadas, no vizinho estado do Piauí e no próprio Ceará, provavelmente ter-se-á que recuar aquela data estabelecida por Pompeu Sobrinho, ou seja, o povoamento destas terras teria ocorrido em época mais remota ainda. Os pesquisadores concluem isso a partir de estudos em vestígios deixados pelos primeiros habitantes — pinturas rupestres, ossadas humanas, urnas mortuárias, fragmentos de machadinhas, lanças, flechas, etc. Existem no Ceará dezenas de sítios arqueológicos com esses vestígios, muitos ainda não devidamente analisados, outros destruídos pelas populações, que não foram esclarecidas ainda sobre a importância científica destas pistas pré-históricas.

Em geral, os indícios são encontrados em pedras, rochedos e grutas em áreas serranas ou próximas a rios e riachos, onde era mais fácil a vida dos primeiros povoadores. No caso das pinturas rupestres, temos desenhos de figuras humanas, animais e vegetais (retratam com riqueza de detalhes cenas do cotidiano, como a caça, a pesca, a guerra, o sexo) ou ainda caracteres geométricos ou simbólicos, cujo

significado continua indecifrável.

Dessa maneira tem-se, por exemplo, desenhos de aves no distrito de Taperuaba, em Sobral, e inscrições e lagartos desenhados na região de Malhador Grande, em Santa Quitéria. Há ainda figuras de pássaros e humanos na gruta da Pedra Furada, Itapipoca. Na maior parte das vezes, são desenhos em vermelho, amarelo e branco (as tintas eram fabricadas com materiais locais como barro, folhas etc.) e em baixo-relevo.

As primeiras informações sobre a existência de vestígios arqueológicos no estado são provenientes dos séculos XVIII e XIX, frutos de relatos de missionários, viajantes, cronistas e de pessoas que adentravam os mais longínquos sertões em busca de riquezas minerais e peculiaridades da fauna e da flora. A Lamentação Brasílica, de Pe. Francisco Teles de Menezes Lima, escrito entre 1799 e 1806, é o primeiro documento a assinalar a ocorrência de sítios arqueológicos no Ceará. Esse relato pioneiro lista 121 localidades com painéis de arte rupestre, espalhados pelos diversos municípios cearenses.

No final do século XIX, no contexto das comissões científicas de exploração que se organizavam em todo o País, o governo cearense financiou a expedição do naturalista e hitoriógrafo Antônio Bezerra de Menezes (1841-1921) ao norte do estado. Ainda que as atenções desse viajante estivessem voltadas prioritariamente para a exploração dos recursos minerais ou das riquezas da fauna e da flora, não deixou ele de registrar as primeiras contribuições ao conhecimento da arqueologia brasileira. O resultado da expedição de Bezerra está no livro Notas de Viagem ao Norte Cearense (1889).

Ao longo do século XX vários artigos registrando sítios arqueológicos foram publicados na Revista do Instituto do Ceará, por João Franklin de Alencar Nogueira (1867-1947), Carlos Studart Filho (1896-1912) e o já citado Thomaz Pompeu Sobrinho. Em 1931, foi inaugurado o Museu Histórico do Ceará, o qual, ao longo de décadas, acumulou um destacado acervo arqueológico (machados, pilões, cunhas, amoladores, etc.). Recentemente, começaram a surgir núcleos de pesquisas que se dedicam ao mapeamento de sítios arqueológicos no estado, como aqueles ligados ao Departamento de Geologia da Universidade Federal do

Ceará (UFC) e ao curso de História da Universidade Estadual do Ceará (UECE) (Viana, Luna, 2002, Marques, 2009)

As pesquisas no Ceará foram em muito influenciadas pelos resultados de estudos feitos em outros estados do nordeste, particularmente no Piauí. No sudeste piauiense, município de São Raimundo Nonato, precisamente no Parque Nacional da Serra da Capivara, encontraram-se importantes indícios reveladores de novos dados sobre os povos pré-históricos (por exemplo, os grupos que já fabricavam instrumentos de cerâmica e dominavam rudimentos de técnica agrícola) bem como revolucionando as teorias de povoamento do continente americano.

Pelas teorias clássicas, a América só teria sido ocupada após 12000 anos, quando o Homo sapiens atravessou o estreito de Bering, que liga a porção norte da Ásia (Sibéria) à América (Alasca). Dessa maneira todos os sítios arqueológicos identificados no continente deveriam possuir idades, datações inferiores àquela data, o que contribuiria para que os arqueólogos não aprofundassem muito os estudos, pensando, equivocadamente, que estes seriam inúteis.

Arte rupestre em São Raimundo Nonato. O Piauí mudou a "Pré-história" da América

No entanto, com os trabalhos desenvolvidos pela arqueóloga Niède Guidon (1933-) no Piauí, a partir da década de 1970, foram encontrados vestígios com datas mais antigas, o que provocou, por um lado, polêmica nos meios científicos (houve grande resistência por parte de alguns arqueólogos americanos) e, por outro, questionamentos às teorias clássicas. Guidon encontrou no sítio do Boqueirão da Pedra Furada (um gigantesco paredão rochoso com mais de mil desenhos rupestres pré-históricos) indícios de presença humana na região há, pelo menos, 58 mil anos

Sem desconsiderar a teoria de Bering, a arqueóloga Niède Guidon tem defendido a hipótese de que as migrações para a América se deram por distintas rotas e em momentos diferentes. O homem que já estava no Piauí antes de 58 mil anos poderia ter chegado da África por via marítima, pelo Atlântico Sul, utilizando embarcações rústicas e aproveitando o mar mais baixo e uma corrente favorável. Assim, independentemente de controvérsias sobres as datas da chegada do homem à América, é certo que desses primeiros

habitantes descenderiam inúmeros povos e civilizações, encontrados pelos colonizadores europeus nos séculos XIV e XV.

(...) Os primeiros estudos na região [Parque da Serra da Capivara] ocorreram em 1973 com a chegada de Niède Guidon, acompanhada da missão franco-brasileira. Segundo a antropóloga, em 1963, quando trabalhava no Museu Paulista, um homem lhe mostrou fotos de um tipo de arte que era feito por índios nativos do Piauí. Em 1970, já trabalhando na França, a pesquisadora, durante visita ao Brasil, foi ao local e pôde comprovar que se tratava de um tipo de arte rupestre. Três anos mais tarde, ela retornou à Serra da Capivara acompanhada de pesquisadores brasileiros e franceses para continuar a pesquisa.

Desde então, vários vestígios antigos de vida humana foram encontrados. Os principais se localizam no sítio do Boqueirão da Pedra Furada que, após análises a partir do termo de luminescência, chegam a registrar cem mil anos. Porém, alguns cientistas não consideram essa técnica confiável. Os que foram examinados a partir do carbono 14, datam de 58 mil anos e são reconhecidos internacionalmente como o mais antigo registro da presença humana no continente. Segundo Niède, a descoberta brasileira ainda não é bem-vista por alguns arqueólogos dos Estados Unidos porque, além de lhes tirar o reconhecimento por abrigar o mais antigo fóssil humano da América, muda toda a teoria de que o Homem havia entrado no continente pelo estreito de Bering, no Alasca. "O Homem surgiu na África há 130 mil anos. Saiu de lá pelo mar, à procura de comida, e chegou à América primeiro pelo nordeste brasileiro", afirma a pesquisadora.

*(...) Os americanos refutam a tese de Niède, sob o argumento de que ela não encontrou fósseis humanos mais antigos do que os achados nos Estados Unidos. Seriam apenas vestígios de carvão, que poderiam ser fruto de combustão espontânea, e ferramentas, que não passam de pedaços de pedra que rolaram e lascaram com o impacto. (...)**

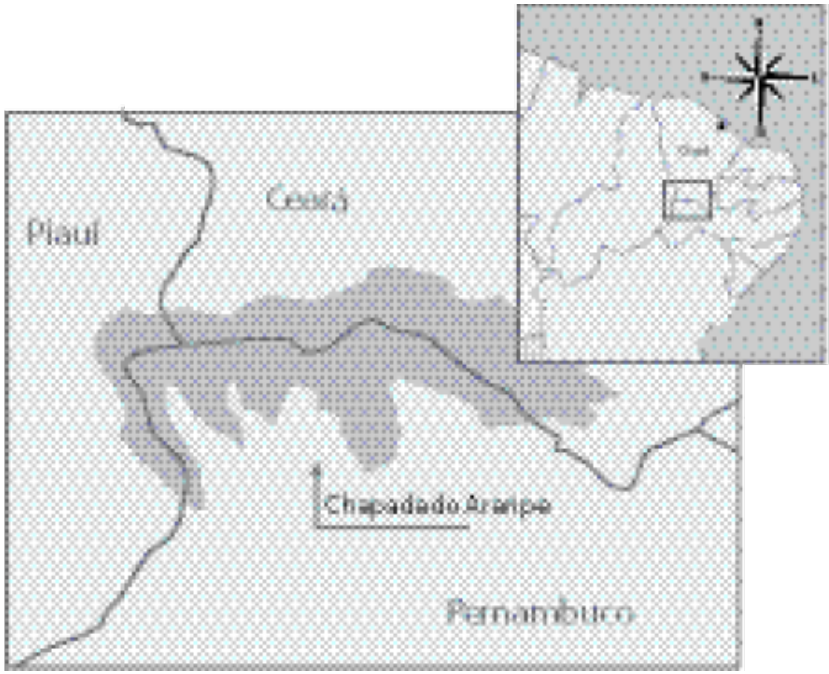
**(Cientistas voltam os olhos para o Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí http://www.cremesp.org.br/?site Acao =*

Revista&id=452) de pinturas rupestres, materiais cerâmicos e artefatos líticos (em pedra).

PARQUE DOS DINOSSAUROS

O Ceará igualmente é um campo rico em fósseis (restos petrificados de animais, insetos ou vegetais estudados pela Paleontologia). Um dos depósitos mais valiosos do mundo está na Chapada do Araripe, no Cariri (sobretudo, em Nova Olinda, Santana do Cariri e Jardim), onde já foram encontrados fósseis de dinossauros com mais de 100 milhões de anos. Tem-se também fósseis de pterossauros, répteis voadores com bico de meio metro, dentes afiados e com envergadura das asas chegando a 5,5m, que habitavam a região em grande número e se alimentavam de peixes.

Outra região de interesse é a Chapada do Apodi, na divisa com o Rio Grande do Norte, em cujo lado cearense podem ser encontrados fósseis de invertebrados e impressões de folhas nas rochas. Os fósseis têm importância por duas razões. Primeira, provam a evolução das espécies vivas e do planeta; segunda, informam sobre os antigos ambientes das áreas onde são encontrados. Assim, por exemplo, os achados demonstram que no passado (há cerca de 140 milhões de anos) o que hoje é o Cariri era um grande lago de água rasa, alimentado constantemente pela água do mar. O lugar tornou-se um refúgio para diversas espécies, que buscavam comida em suas margens. Quando houve a fragmentação dos continentes, as águas do oceano, que depois viria a se chamar Atlântico, invadiram a área, aumentando a salinidade do lago. Com isso, milhões de peixes e diversas espécies de animais e plantas morreram, alguns se fossilizando.



A chapada do Araripe, no Cariri, é uma das regiões mais ricas em fósseis do mundo

Em 2013 foram apresentados à comunidade científica internacional, estudos sobre fosseis com mais de 540 milhões de anos, raros no País, encontrados no município de Pacujá, norte cearense. O achado era da fauna de Ediacara, correspondendo a pequenos animais marinhos (de corpo mole, gelatinoso, sem esqueletos, apresentando formas de discos, frondes e formas segmentadas), enquadrados entre os primeiros organismos multicelulares na história da Terra.

Há, também, em vários outros municípios, ocorrências isoladas de uma fauna de mamíferos gigantes que aqui viveu há cerca de 10 mil anos (inclusive, em contato com os homens, que caçavam tais animais) e que acabou extinta por motivos ainda não devidamente esclarecidos. Existem grandes concentrações de restos dessa fauna de mamíferos gigantes no sertão central, abrangendo os municípios de Quixadá, Quixeramobim, Morada Nova, Banabuiú, Russas, Alto

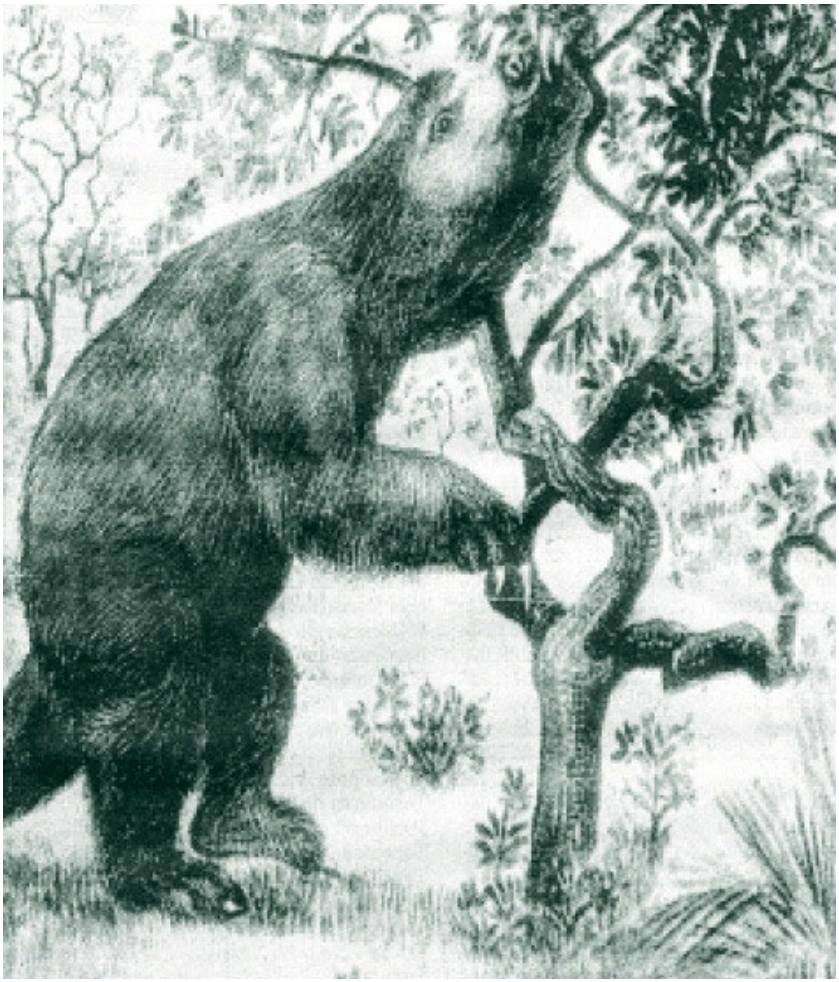
Santo, Jaguaretama e Jaguaribe, e na região norte do estado, reunindo os municípios de Ubajara, Sobral, Itapipoca, Itapajé, Tururu e Pacajus. Recentemente foram igualmente realizadas importantes descobertas na área de Tauá, nos Inhamuns; ali encontraram-se ossadas de preguiças e tatus-gigantes, além de tigres dente-de-sabre e texodontes, bem como inscrições e desenhos humanos de milhares de anos em rochas. As primeiras pesquisas paleontológicas no estado iniciaram-se por volta da década de 30, do século XIX, com o viajante inglês George Gadner que obteve no Cariri concreções com peixes fósseis — o material em 1838 foi estudado na Inglaterra pelo suíço, naturalizado estadunidense, Louis Agassiz e classificado. Em 1860, organizou-se a Comissão Científica do Império, encarregada de realizar estudos científicos no norte e que, no Ceará, coletou centenas de amostras fossilizadas as quais acabaram depositadas no Museu Nacional do Rio de Janeiro, para pesquisa. A partir daí, estudiosos vindos de diversas partes do mundo percorreram o território cearense (sobretudo, a chapada do Araripe) para coleta de material. Atualmente várias entidades ligadas à UFC, UECE, UVA e URCA dedicam-se à pesquisa e proteção dos fósseis locais (Ximenes, sem data).

Pterossauro: réptil voador que viveu no território cearense há milhões de anos

Vários fósseis e restos da fauna gigante são encontrados nas épocas de seca, quando os sertanejos cavam cacimbas em busca de água. Infelizmente, os achados nem sempre são comunicados às instituições de pesquisas — muitas vezes são danificados pelas ferramentas usadas na perfuração das cacimbas, quando não, destruídos pela própria população ou guardados como objeto de curiosidade. Ainda há casos de as peças serem vendidas a preços módicos e contrabandeadas para museus e colecionadores do exterior.

A presença de restos de grandes animais no nordeste e no Ceará

evidencia com clareza que os aspectos da geografia, no passado, eram bem distintos dos de hoje. Dessa forma, alguns animais que são típicos de climas frios foram encontrados aqui, como ursos, os quais são característicos, na atualidade, de regiões geladas da América do Norte e Europa. Outro exemplo é o texodonte, animal com 3m de comprimento por 1,5m de altura, de hábitos herbívoros e aquáticos, semelhante ao hipopótamo africano (dele foram encontrados fósseis em Itapipoca, com idade de 10 mil anos), que necessitava de grandes reservatórios permanentes d'água (lagos, rios, etc.) para sobreviver, indicando que o clima era bem mais úmido que o atual, com uma maior distribuição de chuvas.



Reprodução de uma preguiça-gigante: ossadas desse animal foram encontradas em Tauá e Itapipoca

Animais como as preguiças-gigantes, encontradas em Tauá (herbívoros, com 3,5m de altura, que existiram há cerca de 4.400 anos) e em Itapipoca (5m de altura, de 10 mil anos aproximadamente), tatus-gigantes (1m de altura e 3m de comprimento, com fortes garras capazes de remover terra em busca de alimentos e cavar enormes tocas), tigres dente-de-sabre (do porte

de um leão, com caninos superiores curvos que usavam para abater presas), macrauquênias (animais herbívoros que lembram um camelo sem a corcova) e mastodontes (3m de altura, herbívoro, de 10 mil anos) achados em Itapipoca mostram que a vegetação era mais abundante que a de nossos dias, pois essas espécies necessitavam de grandes quantidades de alimentos. Se havia uma vegetação abundante, conclui-se igualmente que num passado distante o clima do nordeste era mais ameno, não ocorrendo as secas que tanto castigam, hoje, a região.

Em 2005, o governo do Estado e a Universidade Regional do Cariri (URCA) criaram o Geopark Araripe, reconhecido, em 2006, pela Unesco (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações, integrante da ONU).

Um geoparque consiste num território com limites definidos e que possui sítios de grande valor científico, geológico, paleontológico, histórico, cultural e ambiental, e que permite a compreensão da origem e evolução da vida e do planeta Terra, merecendo por isso atenção e proteção.

O Geopark Araripe está localizado no sul cearense, abrangendo seis municípios da região do Cariri (Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri), numa área de aproximadamente 3.520,52 km^2. A chapada do Araripe é um dos principais depósitos de achados geológicos e paleontológicos do mundo. Há fósseis com registros entre 110 e 70 milhões de anos e em excepcional estado de preservação e diversidade. No Araripe está mais de um terço de todos os registros de pterossauros da Terra. O Geopark Araripe apoia igualmente estudos de registros arqueológicos, a exemplo de pinturas rupestres, materiais cerâmicos e artefatos líticos (em pedra) (Limaverde, 2007; Silveira, 2012).

Parte II

Colônia

Capítulo 01

A invasão

1.1 AS TENTATIVAS DE CONQUISTA DO

Foi somente a partir aproximadamente de 1530 que Portugal decidiu, definitivamente, colonizar a terra — almejava assim não só evitar perder a posse do Brasil para outros povos (principalmente franceses), que com frequência invadiam a colônia, mas também tornar esta economicamente viável, uma vez que o comércio com o Oriente perdia sua lucratividade. Acontece que o Brasil do século XVI estava praticamente restrito ao litoral de Pernambuco e Bahia, no qual se encontrava a principal atividade econômica desenvolvida pelos lusitanos para fundamentar a colonização: o cultivo da cana-de-açúcar.

Conclui-se, assim, que no século XVI o território hoje chamado de Ceará ficou quase esquecido pela Coroa portuguesa. Na realidade, o Ceará foi para Portugal uma região periférica e – porque não dizer –, secundária dentro do modelo de colonização português. Tradicionalmente, apontam-se várias razões para a demora do início da conquista local, a exemplo das correntes aéreas e marítimas (que dificultavam o acesso à costa cearense), a agressividade do meio físico (litoral de difícil atracagem, secas, etc.), a reação dos índios à presença do invasor português e até a presença constante de estrangeiros na região, impedindo a chegada dos lusitanos.

O motivo principal do atraso na ocupação, contudo, foi a falta de grandes atrativos econômicos — apesar de o europeu de início limitar sua presença praticamente ao litoral. O Ceará não dispunha de ouro ou prata, seu solo não servia para o plantio em larga escala de cana-de-açúcar, não tinha especiarias e suas riquezas (âmbar, algodão nativo, pimenta malagueta, sal, pau-violeta, macacos e papagaios) não despertavam, com intensidade, a cobiça da metrópole, uma nação mercantilista, voltada essencialmente para o acúmulo de metais preciosos e lucros com a apropriação ou produção de bens demandados pelo mercado europeu. Além disso, a rentável produção açucareira na Bahia e, sobretudo, em Pernambuco, desestimulava esforços para a colonização de outras áreas do Brasil.

A maior prova do abandono cearense, no primeiro século da ocupação lusa, aconteceu quando da adoção do sistema de capitanias hereditárias em 1534. O donatário do Siará Grande, Antônio Cardoso de Barros, não demonstrou muito interesse por suas concessões, jamais pondo os pés nestas, embora tenha ocupado o cargo de provedor-mor na Bahia durante o governo-geral de Tomé de Sousa. Cardoso de Barros, inclusive, em 1556, ao lado do primeiro bispo do Brasil, dom Pero Fernandes Sardinha, foi trucidado pelos índios caetés, após um naufrágio na costa alagoana.

Assim (...) as capitanias do litoral norte brasileiro [atuais Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão] foram criadas sob a dependência direta da Coroa lusitana, nunca tendo efetivamente pertencido a donatários (MARTINS, 2010: 20).

Há registros, por outro lado, que muitos aventureiros estiveram no Ceará nesse período, praticando escambo com os índios, trocando machados, facas, tesouras, tecidos, etc., por produtos naturais. Alguns desses aventureiros teriam chegado às terras cearenses antes mesmo de Cabral ter “descoberto” o Brasil na Bahia, em abril de 1500.

Vincente Pinzón teria estado no Ceará em 1500

O espanhol Vicente Yañez Pinzón, experiente navegador e companheiro de Cristóvão Colombo na viagem de descobrimento da

América, em 1492, teria, em fins de janeiro ou início de fevereiro do ano de 1500, atingido o Ceará num cabo ao qual chamou de Santa Maria de la Consolacion (que seria hoje Ponta Grossa, no município de Icapuí) visitando em seguida uma outra área onde cravou uma cruz que dias depois seria encontrada por um outro navegador espanhol, Diogo de Lepe, que chamou a região de Rostro Hermoso (que corresponderia ao atual Mucuripe, em Fortaleza).

Pinzón ainda desembarcaria próximo a foz de um rio batizado de Formoso, de onde acabou expulso, perdendo mesmo alguns marinheiros num violento combate, após tentar escravizar os índios locais (talvez, tremembés). O navegador espanhol atingiu, posteriormente, o rio Amazonas, dando-lhe o nome de Santa Maria de le Mar Duce (ESPÍNOLA, 2007).

Tais fatos, assim, na visão de alguns historiadores, fariam do Ceará o verdadeiro local do "descobrimento" do Brasil. Esses espanhóis não tomaram posse das terras porque, além destas serem desprovidas de atrativos econômicos, supuseram pertencer as mesmas já a Portugal devido ao Tratado de Tordesilhas (1494). Em nossa opinião, tal controvérsia tem hoje pouca importância para a compreensão da história cearense – não passando de mera e episódica curiosidade.

Seria apenas no século XVII que o governo luso-espanhol (estávamos na época da União Ibérica[1]) iniciaria a ocupação do litoral norte do Brasil, de cujo potencial econômico se esperava muito e que estava ameaçado pelas incursões constantes de estrangeiros, destacadamente franceses — estes chegaram a fundar uma colônia no Maranhão, a chamada França Equinocial, em 1612.

Foi nesse momento que se começou, ou melhor, tentou se começar a colonização do litoral cearense. As razões para tanto foram de ordem militar e estratégica. Ocupar-se-ia a terra visando garantir a posse portuguesa através da mínima vigilância e consequente proteção da capitania e combate a estrangeiros, piratas e corsários, que por vezes visitavam a costa para praticar escambo com os indígenas, ou a franceses, que ameaçavam os domínios ibéricos ao norte, como se deu na França Equinocial, no Maranhão. A coroa luso-espanhola também desejava fazer do Ceará uma base de apoio logístico objetivando o acesso e conquista do Maranhão e norte da

colônia, ainda não ocupados de forma produtiva e incorporados efetivamente ao processo de conquista. A função atribuída ao Siará durante quase todo o século XVII foi basicamente de ser um ponto estratégico, ligando o litoral leste (de Pernambuco e Bahia) ao Maranhão e atual norte do Brasil (NOGUEIRA, 2010: 68). Não é por acaso que o começo da história oficial cearense girou em torno de fortes, os quais situavam-se, na maioria das vezes, na porção média (no meio) do litoral, evidenciando o papel logístico-defensivo (basta perceber a localização de Fortaleza, que divide o litoral do Ceará em dois) (LEMENHE, 1991).

1.2 PERO COELHO E OS JESUÍTAS

Em 1603 houve a primeira tentativa oficial de colonização do Ceará, com o açoriano Pero Coelho de Sousa. Este obteve de Diogo Botelho – então governador-geral do Brasil –, o título de capitão-mor e licença para organizar uma bandeira na pretensão de conquistar as terras que ficavam ao norte, até o Maranhão, expulsar os estrangeiros e celebrar paz com os índios. Pero estava animado com a possibilidade de encontrar riquezas minerais.

Partindo da Paraíba, à frente de 200 índios (aliados do conquistador) e de 65 soldados (entre os quais, o jovem Martim Soares Moreno), Pero Coelho atingiu pelo litoral o rio da Cruz (Coreaú) e seguiu para a serra de Ibiapaba, onde travou combate contra índios tabajaras e seus aliados franceses.

Derrotando os adversários, Pero Coelho tentou seguir para o Maranhão (foco principal da presença francesa), mas só atingiu o rio Parnaíba (Piauí), pois, seus homens, cansados, maltrapilhos e famintos, recusaram-se a prosseguir a jornada.

De retorno ao litoral, o capitão-mor determinou a fundação, às margens do rio Ceará, do forte de São Tiago e do povoado de Nova Lisboa, batizando a capitania de Nova Lusitânia, em clara homenagem ao reino português. Demorou-se pouco tempo. Os

indígenas, revoltados com a presença e o comportamento brutal dos europeus – Pero os escravizara –, passaram a atacar o fortim. O açoriano, então, retirou-se para a foz do rio Jaguaribe, erguendo, ali, o forte de São Lourenço. O novo fortim estava mais próximo do forte dos Reis Magos (na atual cidade de Natal, Rio Grande do Norte), ficando mais fácil, assim, receber ajuda, caso necessitasse.

Contudo, sofrendo os efeitos da pesada seca de 1605 a 1607 (a primeira registrada pela historiografia local), abandonado por vários de seus homens, não recebendo a ajuda prometida pelo governo-geral e acossado pelos indígenas, Pero Coelho se viu obrigado a retirar-se do Siará, em dolorosa marcha, na qual pereceram de fome e sede alguns soldados e seu filho mais velho.

Dirigindo-se ao forte dos Reis Magos, no Rio Grande do Norte, e depois a Paraíba e Portugal, Pero Coelho morreu pobremente em Lisboa, após demorada questão judicial, na qual foi malsucedido, uma vez que não recebera autorização do governo para escravizar índios no Ceará. Fracassava, assim, a tentativa pioneira de colonizar o Siará Grande (GIRÃO, 1985).

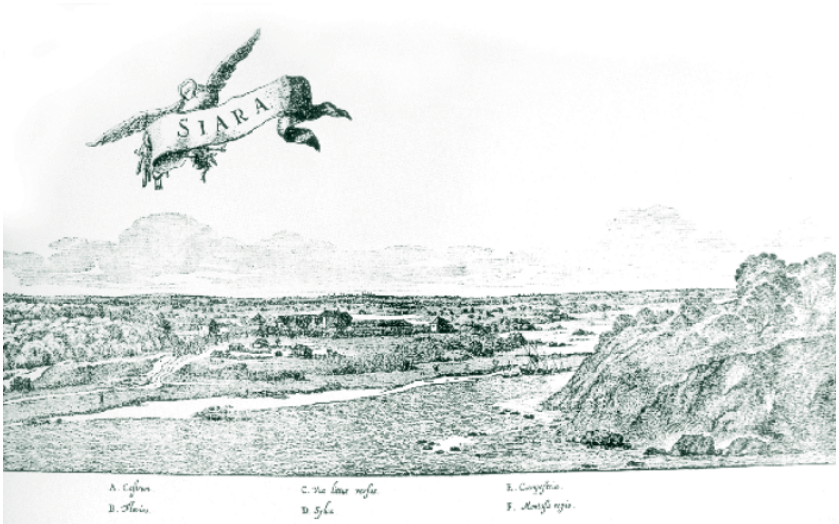
Diante disso, em vez de arriscar o envio de uma força militar insuficiente e incapaz de resistir aos nativos, optou a Coroa por mandar uma missão jesuítica. Assim, eram atendidos interesses do Estado e da Igreja: convertiam-se os índios ao catolicismo e, ao mesmo tempo, convenciam-nos a aceitar a presença portuguesa, afastando-os da influência inimiga. Os religiosos escolhidos para essa missão foram os padres Francisco Pinto e Luiz Figueiras.

Partindo de Pernambuco em janeiro de 1607, os inacianos dirigiram-se de barco para a foz do rio Jaguaribe, acompanhados de 60 índios já catequizados, muitos dos quais escravizados por Pero Coelho e libertos por ordem real como prova de amizade.

Desembarcando no Jaguaribe, seguiram a pé pelo litoral até a foz do rio Curu (onde hoje está a cidade de Paracuru), de onde se afastaram da costa cearense em direção à Ibiapaba, área, pelo que se percebe, importante e preocupante para Portugal, pela presença constante de franceses em aliança com os nativos. Os religiosos, assim, iniciaram o trabalho catequético, até que, em janeiro de 1608, foram atacados pelos índios tacarijus. Francisco Pinto acabou

trucidado no local chamado Abayara (onde hoje localiza-se a cidade de Ubajara), enquanto Luiz Figueiras conseguiu escapar, sem nada poder fazer pelo amigo, dirigindo-se para a barra do rio Ceará ou para as proximidades do riacho Pajeú, onde fundou um aldeamento de nome São Lourenço, congregando os nativos da região. Em setembro de 1608, ante seu deplorável estado físico, optou por deixar o Ceará, indo para o Rio Grande do Norte. Posteriormente, em 1609, na Bahia, relatou sua empreitada em Relação do Maranhão, um dos primeiros textos escrito sobre o Ceará.

Figueiras, em 1643, foi vítima de um naufrágio, na ilha de Marajó, e acabou morto pelos aruãs (SANTOS, 2003).



Visão da barra do Ceará, tendo à sua margem o forte de São Sebastião, gravura do artista holandês, Frans Post, de 1645

1.3 O “GUERREIRO BRANCO” MARTIM SOARES MORENO

O insucesso da missão jesuítica evidenciou mais uma vez a necessidade do apoio dos índios para facilitar a ocupação da terra. Optou-se, então, por enviar alguém de bom relacionamento com eles em mais uma tentativa de colonização. Seu nome: Martim Soares Moreno, que para muitos historiadores tradicionalistas teria sido o grande conquistador do Siará.

Martim Soares Moreno nasceu em Santiago do Cacém, Portugal, em 1585 ou 1586, vindo para Brasil como soldado do governador-geral Diogo Botelho. A primeira vez que Moreno esteve no Ceará foi com a fracassada bandeira de Pero Coelho, em 1603, quando, porém, fez amizades com índios locais, em particular, com o chefe potiguar Jacaúna.

O ano de 1609 o encontraria como tenente do forte dos Reis Magos, no Rio Grande do Norte, realizando incursões pelo litoral cearense com a pretensão de combater piratas e firmar aliança com indígenas – parece que obteve algum sucesso, tanto que convenceu alguns nativos a enviarem representante a Bahia na intenção de solicitar ao governador-geral, Diogo de Menezes, “padre que os fizesse cristão (sic)”. Possivelmente este pedido liga-se às rivalidades entre os nativos: era comum na colônia grupos indígenas aliarem-se aos europeus para combater tribos rivais. De qualquer forma, era uma oportunidade para as autoridades coloniais tentarem reiniciar a conquista do Ceará.

Em fins de 1611, acompanhado de um padre e seis soldados, Moreno se instala na capitania, fundando na barra do rio Ceará, com ajuda dos índios de Jacaúna, o pequeno forte de São Sebastião (janeiro de 1612) – no mesmo local do fortim de São Tiago. Apesar da resistência e ataques de “índios rebeldes”, conseguiu promover alianças com alguns nativos, dando-lhes presentes. Moreno, segundo ele mesmo, teria degolado mais de 200 piratas franceses e holandeses, tomando-lhes três naus.

Em 1613, foi convocado para combater a França Equinocial, no Maranhão, ao lado de Jerônimo de Albuquerque, que já havia se destacado na conquista do Rio Grande do Norte. Os portugueses ergueram em Jericoacoara o forte de Nossa Senhora do Rosário, como base de operações, sendo Moreno enviado para espionar posições francesas no Maranhão.

Em Jericoacoara, os portugueses enfrentaram e resistiram a ataques desencadeados por índios e por piratas franceses, comandados por Du Pratz. Este procurara, também, sem sucesso, conquistar o fortim de São Sebastião, na barra do Ceará.

Após a expulsão dos franceses do Maranhão em 1615, e vários incidentes e desventuras, Moreno voltou ao Ceará definitivamente em 1621, agora como capitão-mor, título outorgado pela Coroa em virtude dos serviços prestados —, para convencer as autoridades portuguesas sobre tais "serviços", o aventureiro chegou a escrever a chamada Relação do Ceará, outro importante documento colonial sobre a terra cearense.

Moreno deparou com o forte de São Sebastião quase destruído. Os soldados, maltrapilhos, com soldos atrasados, sofriam constantes ataques dos índios hostis.

Reconstruiu-se, então, o que foi possível, tentando-se também dinamizar a economia local ao iniciar a criação de gado vacum e cultivo de cana-de-açúcar. Nos anos seguintes, tornaram-se constantes os apelos de Martim Soares Moreno às autoridades lusas no sentido de obter ajuda para viabilizar a colonização. Tudo em vão. Em 1631, terminando seu período de dez anos como capitão-mor e cansado da falta de recursos e da pouca atenção da metrópole, retirou-se definitivamente do Ceará, o comando do forte ficou a cargo seu sobrinho, Domingos da Veiga. Moreno foi para Pernambuco – combater os holandeses, que então ocupavam o norte do Brasil, e depois, em 1648, já velho, partiu para Portugal. Não se sabe quando faleceu, mas o certo é que não mais retornou ao Ceará (OLIVEIRA, 1987).

Mesmo assim, Martim Soares Moreno é visto por parte da nossa historiografia como o "fundador do Ceará", sendo até mesmo homenageado como o "guerreiro branco Martim" no livro Iracema (1865), de José de Alencar. Esta obra liga-se à vertente indianista do romantismo brasileiro no século XIX, e ao processo de construção da identidade nacional – dos amores entre Martim e Iracema, nasceu Moacir, o primeiro cearense, ou seja, o índio, idealizado, aculturado, aliado ao colonizador, geraria o cearense, esquecendo-se, por outro lado, que para a formação desse, houve também a contribuição negra e que a miscigenação aconteceu não

raras vezes, com violência sexual contra mulheres (SARTORI, 2013).

Estátua de Iracema na Volta da Jurema, em Fortaleza

1.4 A PRESENÇA DOS HOLANDESES NO CEARÁ

Entre 1630 e 1654, os holandeses dominaram o nordeste brasileiro. Seus objetivos, formulados pela Companhia das Índias Ocidentais, eram, sobretudo, de controlar a região produtora de cana-de-açúcar, além de, logicamente, explorar a terra em busca de outras riquezas. Assim, após fracassarem em conquistar a Bahia (1624-25), apossaram-se de Pernambuco (em 1630), estendendo seu domínio para outras áreas como Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará[2].

A ocupação do Ceará pelos flamengos visava igualmente o estabelecimento de um ponto de apoio logístico para conquista do Maranhão (que também lhes interessava), bem como a manutenção de Pernambuco, à medida que se afastavam cada vez mais os portugueses dos centros produtores de açúcar. Havia ainda interesses extrativistas, principalmente de sal, âmbar e até prata.

O historiador Guilherme Martins, em pesquisa recente, destacou o interesse também dos holandeses em firmar alianças com os indígenas locais, os quais poderiam ajudar nos combates contras os luso-espanhóis e garantir as possessões flamengas (MARTINS 2010).

Em 1637, no mês de outubro, 126 homens, comandados por George Gartsman, desembarcaram no Mucuripe, dirigindo-se para o forte do Rio Ceará na companhia de diversos índios, agora já em plena animosidade contra os portugueses – tanto que alguns tinham ido a Recife pedir aos flamengos a conquista do fortim de São Sebastião.

Astutamente, certos grupos indígenas exploravam as divisões entre os diferentes países europeus para seus próprios interesses. Os indígenas, buscaram aquela aliança com os holandeses como uma tática para manterem suas terras e se verem livres dos opressores portugueses ou por acreditarem na fama de que os flamengos eram mais amigos e menos brutais em relação à escravidão dos nativos — tal “fama” vinha da impressão dada pelo predomínio naquele momento do escravo negro africano nos canaviais açucareiros

(embora ainda fosse usado o braço cativo indígena) e pela estratégia dos holandeses em manter amizades com os índios na intenção de usá-los como soldados na guerra contra os portugueses.

O forte português, defendido por 33 exauridos soldados, sob as ordens de Bartolomeu Brito, logo caiu ante a força do poder holandês. Estava, portanto, temporariamente desfeito o império luso no Ceará.

No fortim, conquistado pelos batavos, ficaram 45 homens liderados por Hendrick — van Ham, enquanto Gartsman escoltava os portugueses prisioneiros para o Rio Grande do Norte.

Posteriormente, em 1640, o comando do forte passou para Gedeon Morris de Jonge, um dos grandes estrategistas da ocupação flamenga no nordeste. Os holandeses, contudo, logo perceberam a existência de poucos atrativos econômicos na terra, ainda que se tenha explorados áreas salineiras — usando e explorando pesadamente a mão de obra indígena. Nativos do Ceará foram arregimentados como combatentes pelos holandeses para a conquista do Maranhão em 1641, enquanto outros foram escravizados e vendidos.

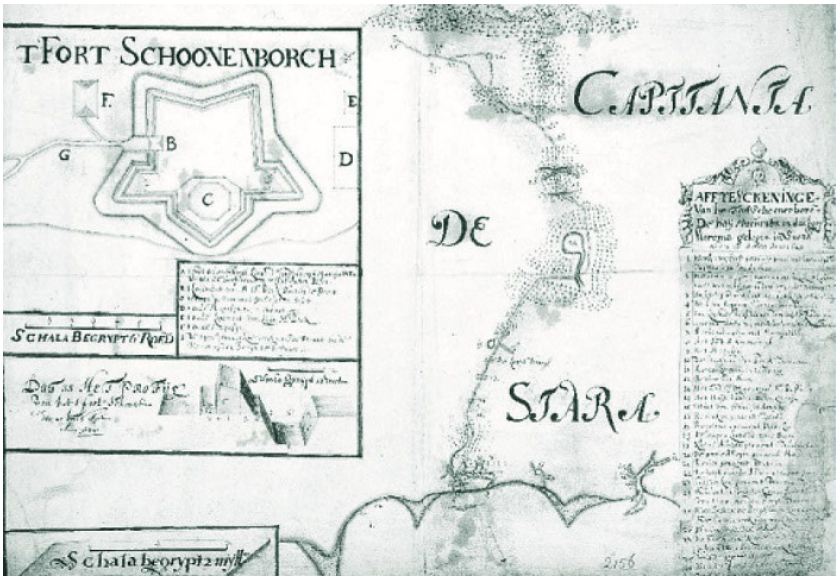
A resposta indígena foi contundente diante daqueles maus-tratos: em 1644, atacaram e destruíram o forte, trucidando todos os holandeses. Este foi um caso raro, em termo de História do Brasil, de uma revolta indígena bem-sucedida contra o poder colonial europeu. O Siará voltava a ser apenas dos nativos.

Cinco anos depois, em 1649, os holandeses voltam ao Ceará, agora sob o mando de Mathias Beck. Essa segunda incursão dava-se num momento de decadência do domínio flamengo no nordeste, verificando-se em Pernambuco violenta insurreição. Portanto, necessitando de fundos, trataram os holandeses de reconquistar o Siará, onde boatos davam conta da existência de riquíssimas minas de prata.

Mathias Beck buscou fazer paz com os índios, dando-lhes muitos presentes, afinal os nativos eram a maioria absoluta no Ceará e nada de efetivo seria possível na terra sem o apoio deles. Mandou erguer, na colina Marajaitiba, às margens do riacho Pajeú, o forte

de Shoonenborch, cujo nome homenageava o então governador do Brasil holandês. A escolha de outro local para a construção do forte deveu-se à inexistência de ancoradouro adequados na barra do Ceará e às dificuldade de se obter água —, a encosta do Marajaitiba localizava-se próxima a um riacho de água doce e permitia acesso mais fácil e rápido à enseada do Mucuripe, onde os holandeses mantinham seu atracadouro. Além disso, o rio Ceará era pouco navegável, pois sua extensão para o interior do continente era pequena e não compensava grandes investidas. Sobre os três primeiros meses dos holandeses no Siará, Beck fez interessantes anotações em seu diário (Diário de Mathias Beck), mais outro importante documento sobre nossa história colonial.

Os holandeses passaram os cinco anos seguintes procurando minerais nas terras do Ceará – em Itarema (atual Itaquera), na Ibiapaba e Maranguape. Os flamengos, porém, não lograram muito sucesso nas pesquisas mineralógicas. Com a seca de 1651-54 e, principalmente, com a rendição holandesa em 1654, em Pernambuco, o forte cearense foi quase esquecido pelas autoridade flamengas, verificando-se mesmo escassez de alimentos. Os índios locais, incitados por nativos fugidos de Pernambuco, passaram a se indispor com os holandeses e a não mais aceitar a presença de qualquer branco. Desejavam uma região onde habitassem apenas índios. Por esse motivo chegaram a matar alguns holandeses e a sitiar o forte de Schoonenborch.



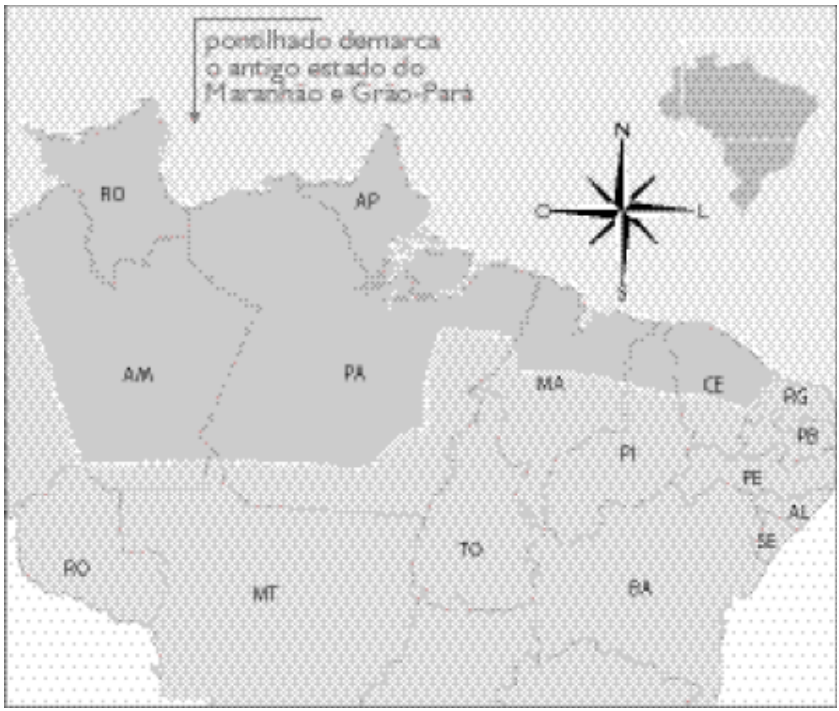
Planta do Forte Schoonemborch, erguido por ordens de Matias Beck, em 1649. Potência Comercial e Marítima, a Holanda se tornou o principal centro de produção cartográfica na primeira metade do século XVII.

Por fim, conforme o acordo de rendição entre flamengos e lusitanos, em 1º de junho de 1654, Beck e seus homens evacuaram pacificamente o Ceará. Ao mesmo tempo, os portugueses, através de um novo capitão-mor, Álvaro de Azevedo Barreto, retomaram a colonização, mudando, aliás, o nome do forte holandês para Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (KROMNEN, 1997; MARTINS, 2010, AMORIN, 2014).

Em 1656, o Ceará foi desligado do Estado do Maranhão ao qual estivera sujeito desde 1621. Passou a se subordinar a Pernambuco, situação que se manteria por 143 anos, até 1799, quando se tornou capitania autônoma.

Efetivamente, até 1654, as marcas da conquista portuguesa não se fizeram sentir sobre o Siará. Portugueses e holandeses não puderam sustentar um povoamento mais efetivo, daí os ciclos de conquista e reconquista. A capitania era quase que totalmente dominada pelos

índios. Essa situação, contudo, mudaria a partir do final do século XVII e início do XVIII, com certa organização administrativa (por exemplo, instalação da primeira vila em 1699) e a expansão da pecuária nos sertões, o que provocou um massacre das populações nativas (PINHEIRO, 2008).



Por décadas, uma historiografia mais antiga, do final do século XIX e começo do século XX, considerou a atual Barra do (rio) Ceará como o local onde "nascera" a capital cearense, atribuindo o "feito" a Martim Soares Moreno e ao forte de São Sebastião – daí, inclusive, o porquê no livro Iracema (1865), de José de Alencar, a da referência ao "Guerreiro Branco" Martim, cujas relações com a índia teriam dado origem ao povo cearense.

Nos anos 1960, entretanto, essa concepção foi questionada pelo livro Mathias Beck – Fundador de Fortaleza, de Raimundo Girão. Este, baseado em argumentos lógicos e sólidas fontes, apontou que o núcleo colonizador de Martim Soares Moreno na Barra do Ceará não teve maiores consequências – o forte de São Sebastião fora

conquistado pelos holandeses em 1637 e destruído pelos indígenas em 1644; para Girão, o núcleo original da cidade estaria, sim, no forte Schoonenborch, construído em 1649 por ordem do capitão flamengo Mathias Beck. Foi em torno do forte – reconquistado em 1654 pelos portugueses e renomeado para Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, no local onde hoje se encontra a sede da 10ª Região Militar – que surgiria a atual capital cearense, centralizando uma série de serviços, instituições e logradouros.

A tese de Girão provocou enorme polêmica, sendo ardorosamente combatida pelos conservadores e católicos, especialmente pelo escritor Ismael Pordeus. A celeuma logo envolveu outros intelectuais e saiu do "mundo das letras" para um público mais abrangente, merecendo a cobertura de vários jornais, nos quais "morenistas" e "beckistas" escreviam artigos e resenhas entre réplicas e tréplicas. No fundo, havia uma "disputa de memórias históricas" – os segmentos conservadores não viram com bons olhos a tese da primazia holandesa, não pela nacionalidade em si, mas por um principio de "civilização", pois, caso aceita a abordagem de Girão, se atribuiria a um evangélico, um calvinista (para muitos católicos, um "herege"), a "criação do povo cearense" (FURTADO FILHO, 2002).

O tema ainda suscita debates, tanto que se comemora como data de aniversário da capital, não a da construção dos fortes de São Sebastião (1611) ou de Shoonenborch (1649), mas a da elevação do povoado à condição de vila, em 13 de abril de 1726, um episódio, sem dúvidas "católico e português".

Novos historiadores, no entanto, questionam não a quem cabe a fundação ou o local onde foi fundada Fortaleza, mas a própria ideia de "fundação" da cidade. Preocupar-se com um dia exato para ser o "marco-zero" de uma cidade (ou de um país, estado, município, etc.) não passa de uma ação burocrática e um mito de origem. Como criações históricas de longa duração, as cidades não são construídas propriamente num ato fundador e heroico, mas na sucessão do tempo e com esforço anônimo de várias gerações.

Atribuir a fundação do Ceará/Fortaleza a Martim Soares Moreno/ Matias Beck é incorrer num anacronismo, ou seja, é um erro em cronologia, expresso na falta de alinhamento temporal, atribuindo e

retratando equivocadamente ações, costumes, pensamentos, etc. que pertencem a uma determinada época como se fossem de outro período temporal. Dizer que Moreno ou Beck são os "fundadores" destas terras é algo totalmente artificial, simplesmente porque no século XVI lusitanos e holandeses não vieram para cá para fundar cidades, mas com a intenção clara de explorar a terra, o que foi feito, aliás, com a morte de milhares de indígenas. Fortaleza surgiu espontaneamente, aos poucos, não sendo fruto da ação intencional de uma única pessoa em determinada data.

Fortaleza e o Ceará, como os conhecemos hoje, são o produto da fusão de várias sociedades e culturas, e do esforço, da dor e da alegria de milhares de pessoas ao longo dos séculos. Fortaleza e Ceará para ser e existir precisaram de muitos fatores para acontecer: duras lutas, guerras, confrontos, aqui e ali uma traição, uma derrota, uma frustração, uma façanha, uma epopeia; necessitou-se de audácia, força, criatividade e bastante trabalho.

O nome Ceará, que passou do rio, onde ocorreram as primeiras tentativas de conquistas, ao atual estado, é de origem obscura, sendo frequentemente escrito no Século XVII com S, Siará, Syará, Seará, Seara, Ciará e Ceará. Manuel Aires do Casal (1754-1821) apresenta como palavra do idioma indígena ciará, "canto da jandaia"; para José de Alencar (1829 -1877) deriva do tupi cemo, "cantar forte", "clamar", e de ara, "pequena-arara", "periquito". Outra hipótese é que provenha de suiaçara, "abundância de caça" ou da decomposição desse vocábulo em soo, suu, çoo, "caça", ara, "pássaro", "lugar de muita caça de pena". Procederia de cê-ara, "fala ou canta o papagaio", ou do relativo ci e araá, "moléstia do calor", interpretado como lugar sujeito aos perigos do calor da seca. Há muitas outras suposições para a origem da palavra (GIRÃO, FILHO, 1939).

Vale ressaltar que o nome Ceará era usado inicialmente para designar apenas o povoado surgido em torno do forte de Nossa Senhora da Assunção (a "aldeia do forte") e áreas próximas, apenas depois sendo aplicado para referir-se a todo o território (GIRÃO, 1985). Na primeira metade do século XVII, embora não se pudesse falar ainda em divisas, a capitania se resumia a uma estreita faixa litorânea tendo como limites a serra da Ibiapaba e o rio Jaguaribe

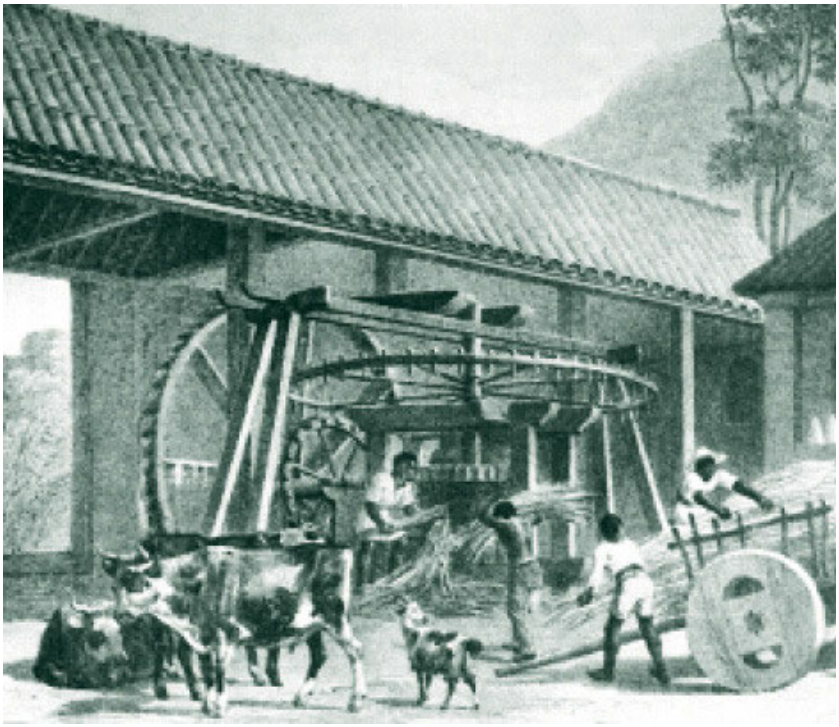
(MARTINS, 2010). Posteriormente, com a conquista dos sertões, no final do século XVII e século XVIII, o atual estado esteve mais ou menos fragmentado em três áreas, de maior concentração populacional, a ribeira do Ceará propriamente dito (na porção central do litoral, tendo como referência o forte e o rio), a ribeira do Acaraú (norte cearense) e a ribeira do Jaguaribe (leste). Um Ceará unificado e centralizado só surgiria no século XIX (OLIVEIRA, 2009).

Capítulo 02

A economia colonial cearense

2.1 A PECUÁRIA E A CONQUISTA DOS S

Uma variedade de outros fatores motivou a conquista do interior nordestino. A crise político-econômica portuguesa, aumentada com a dominação espanhola (União Ibérica, entre 1580-1640), fez diversos portugueses emigrarem para o Brasil, em direção ao interior nordestino, uma vez que inexistiam terras na Zona da Mata de Pernambuco e Bahia para todos – essa "disputa" por terras se agravava ainda com o próprio crescimento populacional natural da região açucareira. Vale lembrar que a busca por terras no Brasil por parte dos portugueses continuaria após o fim da União Ibérica, com a persistente crise social e econômica do Reino.



A pecuária era atividade complementar à da cana-de-açúcar, na Zona da Mata

A interiorização da conquista se ligaria também a particularidades de Pernambuco durante o domínio (1630-54) e expulsão dos holandeses. O domínio batavo não se fez apenas em Pernambuco, mas também sobre os centros exportadores de africanos escravizados em Angola. Assim, diminuiu drasticamente a entrada de africanos para a América Portuguesa, sendo, pois, vital adentrar os sertões nordestinos para capturar os indígenas (ALENCASTRO, 2000).

Posteriormente, com a expulsão dos holandeses, em 1654, Pernambuco estava em delicada situação. As duras batalhas travadas contra os flamengos devastaram as plantações de cana-de-açucar e destruíram vários engenhos, sem falar que o açúcar local passou a enfrentar a concorrência da produção holandesa nas Antilhas. Senhores de engenho desejavam mais terras para atenuar as dificuldades da crise do açúcar e as autoridades apoiavam a ida dos colonos aos sertões na esperança de encontrar riquezas minerais. Além disso, a ampliação da fronteira para a criação de gado e a produção de alimentos era desejável, visto que havia constantes crises de abastecimentos em Pernambuco, Bahia e outras áreas coloniais – eram insistentes reclamações de governadores e câmaras municipais em relação à falta de abastecimento de carne verde, farinha, sal, feijão, entre outros gêneros. O aumento da criação de gado seria igualmente importante para o bom andamento das atividades açucareiras, pela sua importância no fornecimento de força de tração, como visto (os cavalos eram artigos de luxo à época).

Havia ainda um descontentamento de muitos dos antigos combatentes da guerra contra os holandeses com as parcas recompensas ofertadas pela Coroa lusitana pela libertação da capitania pernambucana. Era grande a tensão social, os desatinos provocados por “vadios e facínoras”, muitos provenientes das tropas desmobilizadas após a guerra – não por acaso, muitos desses elementos seriam inseridos forçosamente nas tropas que adentrariam os sertões para combater os indígenas (e alguns seriam recompensados com terras para criar gado). Por fim, boatos davam conta que os índios do interior, tapuias, poderiam se unir aos holandeses, ingleses ou franceses em uma nova tentativa de conquista da capitania – era necessário, pois, no imaginário da

época, ocupar os sertões e evitar tal possibilidade.

Destaque-se também o interesse da Coroa portuguesa pela integração daquelas "áreas selvagens" à sociedade colonial, como se evidencia em sua política de combate e escravização dos índios através do envio de tropas e concessões de terras (ROLIM, 2012). Nesse sentido, interessava a abertura de um caminho terrestre entre os Estados do Brasil e o do Maranhão, pois constatou-se que devido ao regime dos ventos e das correntezas, na costa leste-oeste do Brasil, era praticamente impossível a navegação para as capitanias do norte durante parte do ano (ALENCASTRO, 2000; PUNTONI, 2002).

Não se pode dissociar [a exploração da conquista interiorana] da expedição de uma Carta Régia, por D. Pedro II de Portugal, em 1701, na qual proibia a criação de gado a menos de 10 léguas da costa, a fim de que se respeitassem as terras litorâneas, para o plantio da cana-de-açúcar. Com esta medida legal, o rei oficializou a política de interiorizar a pecuária (PAIVA, 1979: 47).

A expansão da pecuária possibilitou uma primeira separação geoeconômica no nordeste brasileiro. Enquanto a atividade açucareira desenvolveu-se no próximo e rico litoral da Zona da Mata, ao criatório restou o longínquo e pobre sertão (JUCA NETO, 2010).

A penetração no sertão do nordeste pelos colonos pecuaristas teria acontecido, conforme o historiador cearense Capistrano de Abreu, (ABREU, 1996) a partir de duas rotas: a do Sertão de Fora, dominada por pernambucanos, que, deslocando-se pela faixa mais próxima do litoral, seguiram pela Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará em direção ao Maranhão (no caso cearense, instalaram-se os pecuaristas no sentido litoral-interior, seguindo a ribeira dos principais rios) e a do Sertão de Dentro, controlada por baianos, que vinham pelo interior nordestino, abrangendo a região que vai do médio São Francisco ao rio Parnaíba (PI), ocupando o sul da capitania cearense. No Ceará, portanto, aquelas duas correntes de interiorização convergem para o mesmo ponto.

Até então, a presença do invasor europeu na capitania cearense estava restrita ao fortim de Nossa Senhora da Assunção, no litoral,

onde uma guarnição militar composta por brancos, negros e mestiços representava quase que simbolicamente o domínio português em conluio com índios aliados. Todos pobres e miseráveis, quase sem mantimentos, munições ou ferramentas agrícolas.

Foram destinadas aos membros do forte, por serviços militares prestados à Coroa portuguesa, as primeiras sesmarias doadas na foz dos rios Pacoti, Choró e Piranji. A seguir, terras foram distribuídas a colonos vindos de capitanias vizinhas (Pernambuco, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte). Datam, essas primeiras doações, do período entre 1678 e 1682.

Do litoral, os conquistadores passaram a ocupar definitivamente o interior, apossando-se, no princípio, sobretudo, das terras próximas ao curso dos rios de maior volume d'água – fundamental numa região seca como a cearense –, como o Acaraú, o Jaguaribe e os maiores afluentes deste (rios Salgado, Banabuiú e Quixeramobim). Os rios eram, geralmente, tratados e imaginados pelos conquistadores como caminhos naturais[3] e referência espacial no reconhecimento de novos territórios – percorrer a região a ser explorada acompanhando a extensão dos rios parecia a atitude mais adequada, sem falar que as correntes de água (pelo menos na quadra chuvosa) possibilitavam ainda o abastecimento de pessoas e boiadas, e até o fornecimento de alimentos, com a pesca e a caça de animais, que ali saciavam a sede. Na porção oeste do Ceará, os pecuaristas também ocuparam rapidamente as ribeiras de rios como o Aracatiaçu e Coreaú (antigo Camocim), enquanto os jesuítas procuravam catequizar os indígenas da serra da Ibiapaba (GIRÃO, 1984).

Para a Coroa portuguesa, a partir do descobrimento do Brasil, todas as áreas da colônia lhe pertenciam, como terras devolutas, podendo ser distribuídas como melhor entendesse – não havia nenhum reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, habitantes daquelas áreas desde tempos imemoriais (PINHEIRO, 2008). Dessa maneira, as terras no sertão seriam conseguidas gratuitamente pelos colonos, bastando serem requisitadas as chamadas cartas de sesmarias às autoridades coloniais, ou seja, a posse legal das terras devolutas, com a obrigação de torná-las produtivas em cinco anos.

Vale ressaltar que muitas das grandes sesmarias, na Bahia, Sergipe, Ceará e Piauí, foram retomadas e redivididas, posto que ao fim de um certo tempo nenhuma atividade fora desenvolvida. Normalmente, se tomava posse da terra antes mesmo da concessão das cartas – os colonos erguiam moradias, currais e iniciavam a criação dos gados para depois pedirem a posse legal. Surgiam, assim, as chamadas fazendas de gado.

Concedendo sesmarias, o governo português estimulava a ocupação dos sertões, uma vez que estaria não só garantindo seu domínio sobre terras há tanto possuídas e não ocupadas, mas também o entesouramento, com a cobrança de impostos sobre o gado, o couro, a carne e tudo o mais que pudesse ser gerado com a ocupação produtiva da região. Não se pode esquercer que as concessões de sesmarias faziam parte das composições entre a monarquia lusa e a aristocracia, ou seja, era necessário por parte da Coroa, incentivar os súditos com prêmios para que estes se prontificassem a realizar feitos em benefício do Rei, sobretudo, numa colônia como o Brasil, onde tudo restava por fazer (SILVA, 2003).

Em consequência, mediante a profusão de terras concedidas pela Coroa, grandes latifúndios se formaram, mercê do sistema das sesmarias. As datas variavam de tamanho, havendo-as de 5,10 e 20 léguas em quadra, que podiam ser concedidas a alguém beneficiado com outras precedentemente. Só em 1753 foi proibida a concessão de sesmarias a quem houvesse recebido outras anteriores (PAIVA, 1979:49). Este modelo de concentração fundiária, grosso modo, se mantém até hoje.

Na conquista dos sertões, o grande espoliado foi o índio, escravizado, submetido e, sobretudo, expulso das suas terras ou exterminado impiedosamente, pois não havia necessidade de preservar muitos dos nativos uma vez que as fazendas pecuaristas absorviam pouca mão de obra. Com efeito, fez-se instantânea a reação do nativo, como na chamada Guerra dos Bárbaros, quando por mais de 30 anos (do final do século XVII à segunda década do século XVIII), os povos nativos em armas lutaram contra a presença do europeu invasor, até serem chacinados ou condenados à aculturação nos aldeamentos.

Aqueles colonos que chegaram após o período das lutas indígenas

ou das concessões das sesmarias viram-se obrigados a arrendar terras dos latifundiários, estabelecendo-se uma relação de dependência (GIRÃO, 1947; FERNANDES, 1977; PAIVA, 1979; CHANDLER, 1980; GIRÃO, 1984; LEMENHE, 1991; LINHARES, 1996; SILVA, 1997; PINHEIRO, 2008).

Outro fenômeno ligado ao avanço da pecuária no Ceará foi a formação de povoados e vilas. As fazendas de gado dispersas pelo

sertão originaram alguns núcleos, onde mais tarde foi fundada a maioria das vilas de brancos na capitania. Ao longo do século XVIII, por exemplo, a expansão do gado correspondeu à criação de vilas em pontos diversos da capitania, como Icó (1738), Aracati (1748), Sobral (1773) e Quixeramobim (1789), sem falar nos aldeamentos indígenas transformados igualmente em vilas, como Messejana, Soure/Caucaia e Parangaba (1758), Viçosa (1759), Baturité e Crato (1764). Os primeiros sesmeiros não apenas foram os primeiros donos da terra como também ocuparam postos militares e funções de ordenanças nas câmaras das vilas criadas. A formação dessas vilas não pode ser dissociada do interesse da Coroa portuguesa em controlar as "gentes dispersas do sertão" e impor a presença do governo, além de estimular a produção agrícola (JUCÁ NETO, 2007).

2.2 FASES E EXPANSÃO PECUARISTA

No regime pastoril cearense percebem-se duas fases. A primeira é a do absenteísmo, entre mais ou menos 1680 e 1720, quando aconteceram as primeiras expropriações dos territórios dos indígenas e lutas entre estes e os colonos – nessa fase, na maioria das vezes, os proprietários não residiam em suas terras dos sertões; moravam na zona da mata açucareira de Pernambuco e Bahia, e obtendo sesmarias nos sertões, mandavam vaqueiros cuidar das terras e do gado. Os desbravadores não traziam as famílias, pois, além dos indígenas, temiam as adversidades climáticas representadas pelas estiagens.

Na fase do absenteísmo, para montar a fazenda, bastavam a terra, algumas reses, currais com cerca de pau a pique e a construção de uma casa simples – geralmente de taipa e coberta com palha de carnaubeira. Era constante o deslocamento em busca de novos pastos e fontes d'água para sustentar os crescentes rebanhos, fundado-se novos currais.

A segunda fase, iniciada a partir, mais ou menos, de 1720,

caracterizou-se pela instalação nos sertões dos próprios donos das fazendas e suas famílias – situação relacionada à "pacificação" do interior (com o extermínio dos índios rebelados), à decadência açucareira da Zona da Mata e à elevação de (alguns) antigos vaqueiros à condição de proprietários, embora o absenteísmo nunca tenha deixado de existir, principalmente entre os fazendeiros de mais posses (LEMENHE, 1991).

A conquista dos sertões cearenses foi relativamente rápida. Após os 30 primeiros anos do século XVIII, já eram amplas as áreas apropriadas pelos colonos. Vale ressaltar que uma propriedade não significava uma só fazenda. Ao contrário, a terra poderia ser arrendada a terceiros ou estar subdividida em currais/fazendas, que se localizavam em pontos estratégicos, muitas vezes em locais elevados e próximos a um riacho ou rio, facilitando o acesso a água e pastos. Em outras palavras, as propriedades de um pecuarista não eram contínuas, podendo conter várias fazendas. Assim, conclui-se que a conquista dos sertões pelos colonos era rala e cheia de vácuos, com uma população sertaneja dispersa e em certo isolamento.

Os rebanhos em pouco multiplicaram-se nos sertões, embora a qualidade dos mesmos não fosse das melhores, daí a baixa rentabilidade da atividade – segundo o economista paraibano Celso Furtado, a renda pecuarista total (obtida com a venda de couros e gado) não excedia em 5% do valor das exportações de açúcar.

A bem-sucedida expansão da pecuária pelos sertões ligou-se a vários fatores, como a demanda dos mercados consumidores da Zona da Mata e, depois, da região das Minas Gerais, que além de se abastecerem da carne na alimentação, ainda usavam o gado na obtenção de força motriz e como meio de transporte. Também relacionou-se à facilidade da aquisição de sesmarias e incorporação de novas terras (gratuitas).

As vastas extensões de terras concedidas pela Coroa eram o elemento básico para a instalação e propagação da pecuária, mas havia outros fatores ainda para tornar uma área apta ou não para o criatório, especialmente envolvendo recursos naturais. A presença permanente de água, como rios, lagoas perenes, poços ou cacimbas, bem como de afloramentos salinos (os chamados lambedouros, comuns no interior nordestino e que serviam para alimentação do

gado) qualificavam as terras e permitiam o estabelecimento de uma fazenda. A existência de pastos abundantes (sobretudo, na época das chuvas, chamada pelo sertanejo de inverno, nos primeiros meses do ano) era importante igualmente. Contribuía também a exigência de poucos recursos financeiros para montar uma fazenda e a necessidade de pouca mão de obra e até o fato de o gado, na hora da comercialização, poupar despesas maiores com transporte, pois consistia num produto que se autotransportava – daí se dizer que o boi era "mercadoria, transporte e terra".

A mão de obra básica, a dos vaqueiros, além de exigida em número reduzido, era paga não em espécie, mas com cabeças de gado, no sistema proto-capitalista chamado quarteação – adotava-se esse método pela própria estrutura econômica da pecuária, de baixa rentabilidade.

Na quarteação, o vaqueiro, após trabalhar certo tempo na fazenda (quatro ou cinco anos), recebia um bezerro de cada quatro nascidos anualmente. Dessa forma, com o tempo, poderia formar seu próprio rebanho e, talvez, montar uma fazenda por conta própria, ocupando alguma terra ainda não conquistada ou arrendando terras a um latifundiário – essas fazendas, contudo, teriam rentabilidade menor ainda, pois o vaqueiro ocuparia áreas menos propícias à criação (por exemplo, longe dos rios, cujas margens já estavam ocupadas pelos latifundiários) e mais distantes dos mercados consumidores bovinos (no percurso, o gado emagrecia, morria, fugia, etc.) Embora casos acontecessem, não era regra, na maior parte das vezes, o vaqueiro acabava criando seu rebanho junto ao plantel do patrão.

Projetou-se, em uma historiografia ainda romântica, uma visão idealizada do vaqueiro, enaltecendo sua coragem e dedicação ao trabalho e apresentando-o como um verdadeiro herói do desbravamento dos sertões, algo semelhante aos cowboys americanos. Construiu-se a imagem de um personagem heroico no imaginário popular brasileiro, a pastorear o gado na caatinga cheia de espinhos, montado em cavalos escolhidos, com esporas aos pés e chicote na mão, usando gibão, chapéu, peitoral, calças, luvas e alpercatas, tudo em couro curtido.

Há uma nova visão historiográfica sobre o vaqueiro, menos idealizada

Longe pensar que seu trabalho não apresentasse importância ou fosse fácil (ao contrário, era árduo e penoso, pelas dificuldades da vida sertaneja), mas novas pesquisas vêm revelando uma visão menos épica do vaqueiro. Não se deve confundir os vaqueiros com as demais pessoas que trabalhavam na fazenda. O vaqueiro, geralmente, é homem livre (o que não implica que não tenham existido vaqueiros escravos), de prestígio e posição: cuidava do rebanho, sim, mas administrava a fazenda e dava ordens aos moradores, por determinação do proprietário da terra. Os vaqueiros eram espécie de gerente ou capataz da fazenda, e se distinguiam claramente dos que o auxiliavam e lhes eram subalternos, os

chamados ajudantes.

Uma fazenda com maior quantidade de currais poderia ter dois ou três vaqueiros, cada qual com dois a quatro ajudantes, que por sua vez possuíam o direito de repartir proporcionalmente a quarta. A condição de vaqueiro era posição a qual a população pobre e livre desejava atingir, pela possibilidade de ascensão social (formar seu próprio rebanho e/ou tornar-se dono de fazenda, como dissemos) e o respeito que impunha. Nessa perspectiva, a pecuária servia de atrativos para os colonos com poucos recursos (SILVA, 1997, LEMENHE, 1991, GIRÃO, 1984).

Lembra o historiador Leonardo Rolim que a complexidade que foi tomando conta da pecuária desde que a criação aumentou fez com que a atividade demandasse ainda mais mão de obra e além do vaqueiro e seus “cabras” havia o condutor, passador, tangedor e outros agentes que trabalhavam diretamente com o gado, principalmente no transporte e venda destes nas feiras que ficavam nas proximidades dos grandes centros da zona do açúcar (ROLIM, 2012: 82).

2.3. MÃO DE OBRA NA PECUÁRIA

Na pecuária, bem como nas demais atividades econômicas cearenses, predominava o trabalho livre, de brancos pobres, mulatos, caboclos, negros e indígenas submetidos. Assunto que provocou debate entre os historiadores foi o da menor utilização do negro escravizado na pecuária. Para alguns estudiosos, isso aconteceu devido a certa incompatibilidade da escravidão com a atividade pastoral, que dificultava uso de cativos: as vastas áreas das fazendas e o absenteísmo dos proprietários tornariam difícil a vigilância dos escravos e facilitariam as fugas.

Novas pesquisas, contudo, contradizem esse argumento. Não se pode caracterizar a escravidão como uma permanente relação de vigilâncias, atritos e choques. Nenhum sujeito histórico passa a vida

inteira lutando, oprimindo ou sendo oprimido. Há negociações no cotidiano, ou seja, concessões, recuos de ambas as partes. O senhor de escravos era brutal, sim, usando da força, dos castigos físicos, da venda e consequente rompimento dos círculos de amizade do cativo, etc., para controlá-lo e discipliná-lo, porém, agia dentro de determinados limites e estratégias. Ele poderia realizar concessões ou relevar, fechar os olhos a muitas práticas "condenáveis" dos escravos (cativos que bebiam, fumavam, mantinham práticas religiosas ancestrais etc.), não agindo coercitivamente o tempo todo, pois, temia a possibilidade de revoltas, conspirações, de ser assassinado pelos cativos, sem falar que os escravos eram um patrimônio valioso e que, portanto, a depreciação destes poderia redundar em prejuízo.

O negro, por sua vez, lançava mão de táticas para sobreviver e garantir uma existência melhor ante a escravidão e o preconceito. A resistência à escravidão não se deu apenas por meio de lutas abertas, através de fugas, revoltas, formação de quilombos, etc., mas assumiu igualmente outros mecanismos mais sutis do cotidiano, em que os cativos buscaram dentro do sistema escravista espaços que atenuassem sua difícil existência. Ora curvando-se aos ditames do senhor, ora acomodando-se, o escravo poderia ter algum espaço para lazer (beber, fumar, cantar, dançar etc.), religiosidade (participar de irmandades religiosas, folguedos, etc.), afetividade (constituir família, relações sexuais, filhos, esposa, etc.) e mesmo promessas de futura alforria (a conquista da liberdade) e recompensas materiais (direito de plantar e vender algum produto na vila, receber algumas cabeças de gado, roupas, etc.) – sabe-se de escravos que chegaram a ter suas próprias cabeças de gado, alguns cavalos, animais "miúdos" (cabras, galinhas, etc.) e mesmo direito de plantar e vender algum produto (mandioca, milho, feijão) na vila, etc., numa versão sertaneja da brecha camponesa[4].

Isso não quer dizer, por outro lado, que o escravo estivesse aceitando sua condição ou que as elites fossem brandas e benevolentes. Não, nada disso – era apenas uma forma de se opor à lógica da escravidão, aproveitando-se de "brechas" que esta deixava. Tanto que, quando estas táticas de negociação não funcionavam, era muito provável acontecerem rupturas, com os cativos praticando fugas, rebeliões, etc.

Com aquele raciocínio, fica fácil entender que escravos negros foram usados na pecuária (eles foram empregados mais do que imaginávamos), mesmo com as áreas amplas e dificuldades de vigilância. Embora o comum fossem escravos pertencentes ao dono da fazenda, havia casos de cativos de propriedade até de vaqueiros. Escravos deslocavam-se por grandes distâncias, iam às vilas fazer compras para seus amos, existindo mesmo casos em que escravos cuidavam sozinhos das fazendas, quando da ausência dos proprietários... É necessário ter em conta que as fugas eram um risco grande para os cativos, devido ao perigo de serem apanhados, castigados e perderem os espaços que gozavam, afinal o senhor poderia proibir as práticas de lazer, vendê-los (o que implicava quebrar todos os laços de amizade e solidariedade que os escravos tinham numa região), mandá-los para a área açucareira (onde o trabalho era bem mais pesado que no sertão pecuarista), etc.

Outros fatores vão explicar, então, por que se usou menos o escravo negro na pecuária, a exemplo dos altos preços dos africanos e a falta de maiores recursos para comprá-los, em virtude da pobreza geral da capitania cearense e baixa rentabilidade da pecuária daí, em consequência, o maior uso de mão de obra indígena compulsória. Para se ter ideia, testamento de 1719 arbitrava o preço de um africano em 160$000 réis, equivalente ao de 47 bois, enquanto avaliavam-se índios escravizados em apenas em 55$000 réis, 30$000 Réis e 13$000, conforme o caso (RIEDEL, 1988:21). Possuir negros, devido ao alto preço destes, chegava a ser símbolo de status e riqueza para os proprietários. Raras famílias cearenses possuíam mais de 20 cativos.

Não se pode esquecer ainda que a pecuária sempre exigiu poucos trabalhadores e que havia uma grande oferta de índios escravizados ou submissos e de mão de obra livre a baixo custo, representada pelos excluídos dos sertões, pessoas atraídas do litoral – existia uma imensa massa de despossuídos, perambulando pelos sertões, chamada de ralé pelas elites, e que acabavam gravitando em torno dos grandes proprietários, como parceiros ou agregados, plantando nas terras do fazendeiro e lhe entregando uma parcela da produção (embora muitos deles preferissem viver da mendicância, assaltos, roubos, vigarices e prostituição a submeter-se à exploração dos latifundiários).

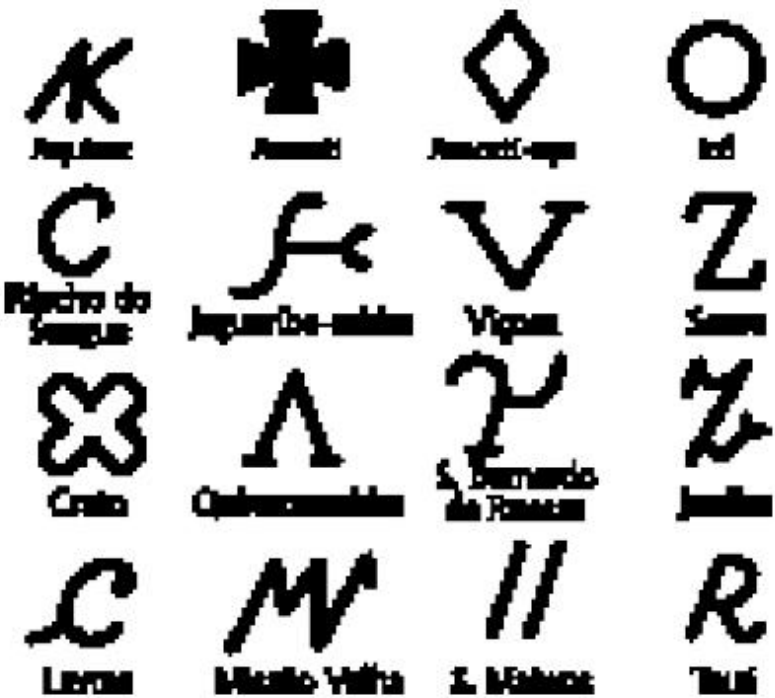
As secas também desistimulavam o uso do negro escravizado. Numa região em que a quase cada decênio ocorre uma grande seca dizimando os rebanhos, provocando fome, doença, óbitos e até a migração dos proprietários mais sólidos, não podia dar bons resultados o emprego de grande número de cativos.

O negro escravo nos sertões foi empregado, portanto, na pecuária, e, depois, no charque e no algodão, destacando-se seu uso, também, nas atividades domésticas. As maiores fazendas possuíam roçados de subsistência – feijão, milho, mandioca, etc. Os alimentos deviam ser beneficiados. Era necessário buscar água nas fontes e cortar e transportar lenha dos matos. Algumas cercas deviam ser levantadas, especialmente em torno de poços e olhos d'água, visando garantir a não-contaminação pelos bois, porcos e galinhas. Havia a vigilância do gado, a manutenção dos pastos e caminhos sertanejos. Fossos deviam ser cavados. Tratava-se da criação miúda, como galinhas, patos, cabras, etc. (atividade francamente desprezada pelos vaqueiros e visto como "sobejo de mulher, menino e preto"). Esses duros trabalhos eram atribuições dos cativos (GIRÃO, 1984; LEMENHE, 1991; LINHARES, 1996; SILVA, 1997; PINHEIRO, 2008).

Ocorrendo no final do inverno (estação chuvosa), em junho, ou na época da comercialização do gado, a Festa da Apartação constituía-se em um dos principais acontecimentos dos sertões. Nela, ocorria a reunião do gado para a divisão e ferra entre fazendeiros e vaqueiros (no caso destes, para pagamento da quarteação) em decorrência do fato de os rebanhos, criados soltos e se reproduzindo livremente, misturarem-se. O fazendeiro, assim, proporcionava o festejo, convocando vaqueiros da própria fazenda e de outras circunvizinhas objetivando reaver as reses dispersas e selecionar seu gado. Nesse sentido, constituía-se um momento importante de convívio social e mecanismo que assegurava a posse dos animais (SILVA, 1997).

A pega do gado começava sempre na segunda-feira para ser levado à apartação na sexta-feira. Era ocasião de exibição de coragem e destreza na perseguição e derrubada das reses. A procura e captura dos animais bravios na caatinga era um desafio para os vaqueiros, vindos dos mais diversos rincões. "(...) É assim que, colado ao seu

cavalo, sai o vaqueiro em busca das reses soltas pela caatinga afora. Aquelas mais ariscas, que resistem ao seu chamado, aquele boi ou touro teimoso, esses são perseguidos e derrubados pela cauda" (MAIA, 2003: 164). Os vaqueiros que derrubavam os animais mais bravios ganhavam um prêmio e grande fama. As comunidades próximas compareciam à fazenda e o evento virava diversão e congraçamento entre vaqueiros, admiradores, proprietários e familiares. Autores falam da Festa da Apartação nos sertões nordestinos já entre os séculos XVII e XVIII (MAIA, 2003).



Símbolos de áreas cearenses na ferra

Depois de reunidos e apartados os bezerros, realizava-se a ferra. Esta era uma prática, aliás, já existente em Portugal (vinda da

antiguidade clássica), que consistia em marcar as reses com uma haste de metal em cuja extremidade se encontrava o símbolo ou a letra que identificasse o proprietário. A marca se fazia na porção mais baixa do bovino, sendo livrada a parte "nobre" do couro, que poderia ser utilizada ou negociada. Na pata direita traseira do animal era impressa a fogo a marca do proprietário; na pata esquerda, a marca da ribeira, da região (freguesia, divisão territorial da Igreja) na qual morava o proprietário. Quando se vendia uma rês, o novo dono ferrava sua marca na pata dianteira direita. No caso de novos proprietários, as ferras seguintes seriam feitas no pescoço do animal. Os animais "miúdos" (caprinos, ovinos, etc.) eram "assinados", isto é, marcados com um pequeno corte nas orelhas (cada criador de uma região, da mesma forma, apresentava um sinal convencionado).

A apartação constituía-se trabalho alegre, com zoada, mangações, urros de dor das reses, gritos e avisos de cuidados, vaias; depois, a festa em si, a diversão, com cachaça, comida, música, danças – o forrobodó* . Da festa de apartação derivou a vaquejada, surgida na segunda metade do século XIX (BARROSO, 2001; FELIX, ALENCAR, 2011).

2.4 AS FAZENDAS DE GADO

Na segunda fase do regime pastoril, superado o absenteísmo inicial, vamos encontrar fazendas de gado melhor estruturadas, habitadas por seus donos, agregados, escravos e outros trabalhadores. Havia construções diversas. Os proprietários que vieram morar definitivamente no sertão erguiam as denominadas casas-grandes fazendeiras, as quais nem de longe se comparavam ao requinte das casas-grandes da região da zona da mata açucareira. Eram residências enormes, baixas, mal iluminadas, com cobertura de telha em duas águas, de vastos alpendres e grossas paredes de pedra, verdadeiras casas-fortes – habitações erguidas atendendo os quesitos de segurança: ali, os habitantes podiam suportar o cerco dos inimigos (fossem de outros latifundiários ou de indígenas).

A situação de vida do grosso da população pobre era precária, como se percebe na gravura do artista francês Jean-Baptist Debret, do século XIX

A mobília era rústica e escassa, dormindo-se em redes e usando-se muitos artefatos confeccionados com couro (cordas, bainhas de faca, surrões, as roupas para entrar no mato...) – era a "civilização do couro", na definição de Capistrano de Abreu, um sinal evidente da pobreza dos sertões e baixa rentabilidade da pecuária, pois escasseavam recursos para comprar objetos de outros locais da colônia ou da metrópole.

Próxima à sede da fazenda, além do curral para o amanho do gado, ficava a "casa de farinha", onde se beneficiava a mandioca e se produzia a farinha[5], gênero que, ao lado da carne, representava a base alimentar da população rural – sem falar do leite, coalhada, queijo, etc. Sendo o terreno propício, cultivava-se alguma cana-de-açúcar, com a qual se fabricavam mel e rapaduras em engenhocas. Havia também teares rudimentares, nos quais se confeccionavam redes de dormir e tecidos rústicos em algodão.

Nas terras da fazenda, ficavam as casas de parentes do proprietário e as modestas habitações dos vaqueiros e dos chamados moradores, agregados ou parceiros do proprietário – cabanas de taipa, de chão batido, com teto baixo e de palha, sem janelas ou com uma apenas, uma porta na frente e outra na parte de trás. Na parceria, o camponês trabalhava parcela da propriedade, entregando ao latifundiário parte do que produzia ou criava anualmente (geralmente a metade), ou ainda trabalhando (individualmente ou com a família) para este dois ou três dias na semana (tal sistema seria incrementado no final do século XVIII com o plantio em larga escala do algodão). O morador, assim, estava submisso ao fazendeiro, pois vivia e trabalhava em terra alheia. Era explorado e corria o risco de ser expulso da fazenda caso desagradasse o patrão. Em geral, o agregado integrava os grupos de jagunços ou "cabras" dos fazendeiros e lutava contra os índios selvagens ou jagunços de outros proprietários, praticando os crimes mais hediondos.

As casas sertanejas coloniais não eram iguais. Sua estrutura estava ligada às condições sociais dos proprietários, da localização e mesmo da época. Em geral, tinha-se um grande alpendre (varanda) na frente ou em volta das casas mais abastadas. O alpendre era um lugar de descanso para os moradores, reunião de amigos, área de trabalho (mulheres acomodavam-se em esteiras para debulhar feijão e tecer) ou espaço em que se recebiam e se abrigavam os viajantes (uma prática comum à época), os quais amarravam suas redes ali para dormir à noite.

Nas salas, com mobília modesta (algumas cadeiras, bancos de madeira, esteiras, redes etc.), recebiam-se as visitas ou tratavam-se de negócios (os viajantes poderiam também dormir nas salas, de forma improvisada). Vale ressaltar que raramente as mulheres e filhos apareciam de imediato perante as “visitas de estranhos”, afinal, devia-se resguardar a “honra feminina”.

A sala era local onde se podia jogar baralho (um dos principais lazeres da população) e se fazer as refeições. Em domicílios mais abastados, havia mesas e cadeiras de cedro, mas no geral, comia-se em esteiras sobre o chão de terra batida, com a comida em pratos de barro e cuias, usando-se diretamente as mãos (talheres e garfos eram raros).

Os quartos eram ambientes das intimidades da família. Eram raras as camas, dormindo o grosso da população em redes (velho hábito indígena). Tais redes estavam armadas ou guardadas juntas a roupas, lençóis, documentos, etc. em baús de cedro ou pau-amarelo. Também era possível encontrar quintais na parte de trás da residência, outro espaço de privacidade da família, embora pessoas muito próximas pudessem ali ficar igualmente. No quintal havia comumente pomares e galinheiros e até as cozinhas (um latão coberto de palha), quando estas não estavam no fundo da residência, com seus fogões a lenha (VIEIRA JÚNIOR, 2004).

Nas proximidades das habitações sertanejas os moradores cultivavam uma diminuta lavoura de subsistência, plantando milho, feijão, mandioca, às vezes, arroz, e até um pouco de algodão para fiação doméstica, trabalho muitas vezes realizado por escravos, mulheres e crianças, já que os homens estavam, sobretudo, no

pastoreio. Também criavam galinhas, porcos, patos, etc.

Devido mesmo à baixa rentabilidade da pecuária, à dispersão e ao isolamento das populações e, à falta de vias de comunicação, as fazendas apresentavam uma tendência à autossuficiência, sobretudo, na fase inicial da conquista da terra. Não era comum adquirirem produtos de fora, o que, contudo, não pode ser generalizado, pois, parte do pequeno excedente poderia ser comercializado nas feiras e mercados dos povoados que surgiam, evidenciando assim a existência de um pequeno mercado interno na capitania. Posteriormente, com a expansão das charqueadas e do algodão, aumentou a aquisição de produtos de fora pelas fazendas.

Os limites entre as propriedades eram não raras vezes imprecisos, por falta de maiores detalhes das cartas de doação ou decorrentes apenas de acordos verbais. Em consequência, surgiam disputas e confrontos por terras, pastos, fontes de água etc, em combates sangrentos, como no caso da “guerra” entre as famílias Monte e Feitosa.

Com a contínua expansão da pecuária e, especialmente, com os lucros vindos com o comércio de charque no século XVIII, tornou-se hábito os fazendeiros com mais posses terem casas nas vilas, onde passavam temporadas como o natal, a festa da padroeira e as eleições (apesar disso, o local de residência do fazendeiro continuava a ser a fazenda de criar). Alguns possuíam terras em outros rincões.

Logicamente não se pode pensar num modelo único de fazendas de gado. Se havia proprietários com mais posses, predominavam os pecuaristas mais pobres. Outras vezes, a rentabilidade das fazendas variava, dependendo da qualidade do solo, fontes de água, distância dos mercados consumidores, incidência maior da seca, etc.

A incidência das secas, ao lado do crescimento do patrimônio e da expansão da cotonicultura no final do século XVIII, levou os fazendeiros a terem propriedade nas serras, como as da Ibiapaba (serra Grande), Baturité, Meruoca, Uruburetama e Araripe, provocando, em decorrência, o massacre dos índios ali refugiados e fugidos dos sertões. Para as serras deslocavam-se os rebanhos quando a seca castigava os sertões (igualmente eram locais de

refúgio das populações quando das estiagens).

Nas áreas serranas, verdadeiras manchas de umidade no meio da caatinga, desenvolveu-se com maior intensidade a agricultura, fornecendo gêneros agrícolas (frutas, leguminosas, grãos, etc.) para os centros urbanos próximos. Passada a seca, os vaqueiros reconduziam os rebanhos aos sertões (VIEIRA JÚNIOR, 2004).

2.5 SOCIEDADE SERTANEJA

A posse da terra, de rebanhos e escravos praticamente dicotomizou a sociedade sertaneja, à medida que definiu a posição social dos indivíduos.

De um lado, encontravam-se os senhores proprietários, os latifundiários, cujo poder e riqueza, contudo, não devem ser superdimensionados em virtude da fragilidade econômica local (solos ruins, periodicidade de secas, baixa rentabilidade da pecuária, etc.). Em rigor, o Ceará, historicamente, nunca apresentou elites sólidas como as pernambucana e a baiana. Quando se compara o patrimônio material erguido no Ceará colonial com aqueles de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, nota-se a abissal diferença. A título de exemplo, na terra cearense, havia igrejas (tradicionalmente vistas como símbolo de riqueza e poder) modestas, despojadas e feitas com material local, e casas rústicas construídas com matéria-prima da região (embora ocorram mudanças, depois, com as charqueadas e a cotonicultura).

Mesmo assim, essa elite cearense – se é que podemos usar essa palavra –, praticamente detinha o monopólio do gado, escravos e, principalmente, da terra, um meio de produção fundamental numa economia agropecuarista. Tinha grande autonomia perante a Coroa portuguesa, o que se manteve até o final do século XVIII. A palavra – sustentada pelos grupos de “cabras” –, dos potentados era lei.

Distantes das autoridades portuguesas, sediadas no litoral cearense,

os potentados sertanejos sentiam-se e agiam como senhores quase absolutos das áreas onde residiam, ocupando cargos na administração colonial e patentes militares (o que lhes dava distinção social, algo por demais valorizado) e impondo sua vontade sobre a população que habitava o território. Imaginem-se as arbitrariedades daí decorrentes.

A violência fazia parte do cotidiano da população, como se percebe em imagem do séc.XIX

Lógico que entre esta camada proprietária havia distinções, com fazendeiros com menos riqueza, o que se definia pelo tamanho e rentabilidade das propriedades, localização, incidência de secas, etc. Com a expansão das charqueadas e, sobretudo, da cotonicultura a partir do final do século XVIII, passaram a ganhar importância econômica, política e social alguns grandes comerciantes, os quais, assim, igualmente, podem ser relacionados entre as elites locais.

No outro extremo da sociedade, encontramos pequenos

proprietários, arrendatários, médios e pequenos comerciantes, funcionários públicos, artesãos, agregados das fazendas, trabalhadores livres, índios submetidos, escravos negros e indígenas, indigentes, entre tantos, em diferentes níveis de relação e/ou dependências para com os proprietários de terra.

Com a instalação dos proprietários nos sertões, cada fazenda de gado representava uma família, caracterizada por extremo conservadorismo e patriarcalismo. Verdade que havia certa proximidade entre os membros da sociedade – por exemplo, as diferenças entre a casa dos fazendeiros e a dos vaqueiros e agregados não eram tão marcantes assim, caracterizando-se pela rusticidade da arquitetura e modesta mobília; o proprietário respeitava o brio e a qualidade dos seus melhores homens e era padrinho dos filhos dos sertanejos; todos possuíam os mesmos hábitos alimentares, vestiam roupas simples, etc.

Mas essa proximidade maior não era indício de igualdade ou liberdade para os membros da sociedade sertaneja. Ao contrário, esta sociedade era autoritária e hierarquizada, com a quase sempre submissão dos dependentes. A autoridade do dono da terra era tirânica e despótica, com poder indiscutível sobre bens, dependentes e até sobre as vilas e povoados – afinal, eram os latifundiários os vereadores das vilas. A vida modesta e o convívio mais intenso não neutralizavam os antagonismos sociais.

Imperava a violência. As marcas desta podem ser percebidas nos nomes de espaços geográficos, como “Batalha”, “Emboscada”, “Tocaia”, “Riacho da Cruz” e “Riacho do Sangue”. As famílias extensas constantemente mobilizavam seus recursos contra ameaças vizinhas: ataques de outros latifundiários em virtude de roubos de gado, disputas por limites de terras, ou por melhores pastos e fontes d’água e até razões de honra ofendida (adultérios, defloramentos, etc.). Daí, as lutas sangrentas entre esses verdadeiros clãs interioranos, como no caso das disputas entre as famílias Monte e Feitosa. Assassinatos e vinganças se perpetuavam por gerações.

Numa região de criação de gado, as boiadas eram objeto de grande cobiça dos gatunos – acusações de furtos eram feitas contra índios, negros, mestiço, negros e brancos pobres, mas também contra grandes proprietários de fazendas. Até soldados que serviam na

Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção foram acusados de roubar gado.

Igualmente havia violência entre as camadas mais humildes. Motivações não faltavam: desavenças pessoais, cobranças de dívidas, embriaguez, rixas de famílias, disputas por limites de terras e heranças, discussões banais. A pobreza, a fome e escassez de dinheiro e bens (por exemplo, era reduzida a posse de instrumentos de trabalho, como enxada, foice e machados, o que os tornava valiosos) provocavam roubos e assassinatos. Para defender esse escasso patrimônio ou para proteção pessoal, em virtude do distanciamento e ausência do aparelho policial-judiciário (ou sua corrupção e facciosismo), comumente os sertanejos usavam armas no dia a dia. Da indumentária do sertanejo faziam parte a faca, o bacamarte, a pistola, a espada, etc. Tinha-se quase uma devoção e exaltação a esses instrumentos da morte. A impunidade imperava (GOMES, 2010).

O uso corriqueiro de armas era uma preocupação das autoridades da colônia e, depois, do império, que tentavam limitá-lo, sem muito sucesso. Dessa forma, em qualquer rusga ou atrito, havia a possibilidade dos envolvidos lançarem mão das armas e causarem vítimas fatais.

Imperava o machismo, sofrendo o gênero feminino grande opressão, situação agravada para as mulheres das classes populares e não-brancas, discriminadas também pela condição social e étnica. A mulher deveria ser boa filha, boa esposa e boa mãe, ou seja, deveria ser obediente e submissa ao homem (o que não implica dizer que as mulheres não tentassem escapar e resistir à tal dominação). Criava-se, então, o estereótipo de mulher: santa ou devassa. A sexualidade feminina era vista apenas como meio de cumprir o papel procriador – ter filhos era muito importante. O homem, por sua vez, tinha uma sexualidade livre, desde que mantivesse as aparências para não chocar a sociedade com suas paixões e não deixasse desamparada a família.

Amor era um sentimento que se devotaria apenas a Deus; à mulher, caberia a obediência, reverência e temor ao marido. O marido deveria sentir apenas piedade pela esposa, pois as mulheres eram seres inferiores. Esse era o tipo ideal de casamento. Não surpreende,

portanto, que os maridos procurassem satisfação com as prostitutas, reforçando-se o papel desta na sociedade, ou seja, fazia-se ou tinha-se com as meretrizes o que não podiam fazer ou ter em casa...

O adultério era maior das afrontas ao marido, punível com o derramamento de sangue da adúltera. O homem traído era acoimado de "corno" e caía irremediavelmente no conceito da sociedade, que não respeitaria um "chifrudo", especialmente se este poupasse a adúltera da ponta da faca ou boca de fogo.

Nos casos de sedução, tinha-se a mulher desvirginada como desonrada. Vale lembrar, porém, que até mais ou menos o século XVIII não existiam tabus como o da virgindade obrigatória até o casamento. A mulher precisava provar ao homem que era fértil, engravidando antes do compromisso, uma regra aceita pela comunidade (inclusive, pela Igreja), desde que tudo terminasse em casório. O casamento era obrigatório, mesmo se a mulher não desse filhos ao homem na tentativa pré-nupcial.

Se o indivíduo não assumisse a responsabilidade e fugisse, aí verificava-se o crime de sedução. O fato representava verdadeira desfeita à família da vítima, o que levava muitas vezes os irmãos, o pai e outros parentes desta a punirem o responsável pelo ultraje, surrando-o, assassinando-o ou, quando não, castrando-o. O sedutor poderia até escapar de tais violências se reparasse o dano moral, casando-se com a ofendida.

Acontece que, mesmo castigado o sedutor, a ofendida dificilmente encontraria matrimônio – poucos homens se arriscariam a casar-se com uma moça desonrada (embora não faltassem propostas para amancebamentos). Noutras vezes, os chefes de família, desgostosos com as filhas em falta, expulsavam-nas de casa, para que o erro não servisse de exemplo às demais moças. Essas mulheres poderiam virar amantes ou prostitutas.

No fundo, a punição dos defloradores e dos amantes das mulheres casadas servia como uma proteção dos valores do casamento e um ato pedagógico para a sociedade (ou seja, que ninguém caísse em erro, pois a repreensão viria!).

Vários rapazes iniciavam a vida sexual não com raparigas, mas com

animais (mulas, cabras, ovelhas, jumentas etc.) e até com plantas (bananeiras). Ante o machismo reinante, escondiam-se os casos de homossexualismo masculino ou feminino, tidos como crimes e alvo de perseguição da Igreja/Inquisição e autoridades.

Obviamente, as mulheres ricas e pobres usavam táticas para terem maior espaço na sociedade (veja o box) e deram-se mesmo casos de mulheres que chegaram a desempenhar papel de relevo político, como Bárbara de Alencar, líder de influente família do Crato, no século XIX.

No período colonial eram comuns, sobretudo entre as camadas mais pobres da população, as uniões consensuais, os chamados concubinatos ou amasiamentos. Estes eram tidos como crime pelas autoridades civis e religiosas (iam contra a norma do sacramento do matrimônio), sendo intensamente combatidos. Eram os famosos "amancebamentos", na linguagem popular.

Via de regra, apenas entre as classes mais abastadas havia casamento convencional. Para estas, o casamento legítimo era imprescindível, por motivos religiosos e de manutenção das "aparências sociais" (havia grandes preconceitos contra os "amancebados"). Na verdade, para as elites de criadores de gado e agricultores, os casamentos eram maneiras de reafirmar laços de amizade e preservação do patrimônio e poder. Os interesses e sentimentos dos cônjuges não eram lá muito considerados – daí porque não raras vezes estes eram parentes e já estavam "comprometidos" desde o nascimento pelos pais ou se conheciam apenas nas proximidades da cerimônia, quando não na própria.

As camadas mais pobres também desejavam o casamento (os legitimamente casados eram considerados "pessoas de respeito"), mas nem sempre era possível, em virtude dos altos custos do matrimônio. Daí serem comuns as citadas uniões consensuais.

Normalmente os casamentos das camadas proprietárias davam-se entre iguais, ou seja, pessoas da mesma condição social. Contudo, o concubinato poderia quebrar essa regra, pois ocorria de moças pobres e solteiras "caírem nas graças" de fazendeiros ou autoridades, virando amantes e ganhando até certo status (econômico especialmente), desde que "soubessem seu lugar" e não

afrontassem a “boa moral da sociedade” – eram as famosas “cunhãs”, que tinham na condição de amante uma tática de obter melhores condições de sobrevivência.

Por outro lado, entre os setores populares constituía-se rotina que os maridos deixassem as casas em busca de melhores condições de trabalho alhures, e muitas vezes não regressassem mais, o que levava as mulheres abandonadas a unirem-se com outros homens, em busca da proteção masculina e de sustento. Mulheres sós ou solteiras poderiam ser consideradas prostitutas.

As mulheres estabeleciam redes de solidariedade. As crianças, por exemplo, não eram criadas apenas pelas mães biológicas – ajudavam nessa tarefa também as comadres, tias, avós e vizinhas, numa espécie de maternidade informal e coletiva. As mulheres acostumaram-se, sem problema algum, a criar os próprios filhos e os de seu marido com outras mulheres, tanto quanto os filhos de outros homens com outras mulheres.

Na colônia, era crime grave a alcoviteria, ou seja, favorecimento à prostituição. Havia as chamadas casas de alcouce, um prostíbulo eventual onde o alcoviteiro propiciava o encontro entre homens e mulheres. Tal atividade garantia certa renda para ao alcoviteiro que arranjava os encontros. Não foram poucos os homens que alcovitaram suas familiares, assim como senhores que alcovitavam suas escravas.

A prostituição era algo comum, apesar do preconceito contra as “raparigas”, “putas” ou “quengas” (a expressão era uma metáfora grosseira entre o órgão feminino e o interior do coco...). Estas, comumente, contaminavam-se com as terríveis doenças venéreas, as “doenças do mundo” –, os homens mantinham relações sexuais com tais prostitutas e depois contaminavam suas esposas....

Homens prostituíam as esposas e filhas, geralmente pela necessidade em meio à miséria. Isso evidenciava, por outro lado, o sentido de propriedade que os homens exerciam em relação às mulheres sob sua tutela, ou seja, estas eram objetos da posse e da vontade do sexo masculino. Mulheres pobres e negras alforriadas também poderiam ser meretrizes (profissionais ou ocasionais) para garantir a sobrevivência e mesmo certa independência, isto é,

assumir o comando de suas vidas, numa sociedade em que o sexo feminino era visto como inferior e dependente dos homens. Em outras palavras, as prostitutas acabavam sendo um exemplo de resistência ao machismo, na medida em que dançavam, cantavam, vestiam roupas provocantes (uma boa mulher deveria sempre se vestir "honradamente") e mantinham relações sexuais com liberdade.

As mulheres buscavam resistir igualmente dentro da casa onde estavam, de certa forma, presas. Ali, do contato com outras mulheres, foram adquirindo conhecimentos muito específicos, sobre doenças, ervas curativas, parto (as parteiras tinham imenso prestígio social), aborto e, enfim, sobre o seu próprio corpo. Não por acaso, muitas vezes, mulheres foram tachadas de feiticeira ou bruxa, pois aqueles conhecimentos contrapunham-se aos saberes dos médicos, em particular, e aos dos homens, em geral (VIEIRA JÚNIOR, 2004).

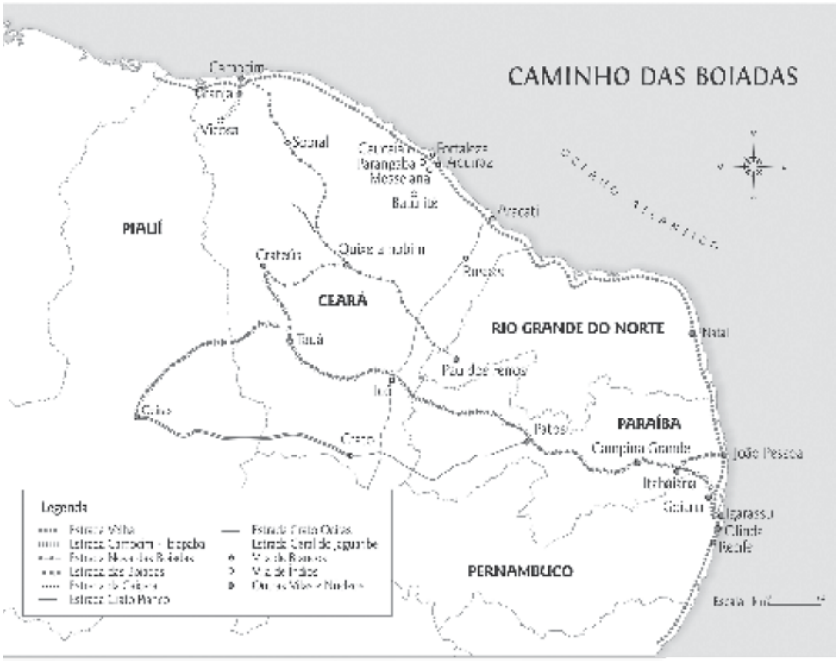
Existia – e ainda existe – um indisfarçável racismo contra negros e índios. Ou seja, afora as distinções de classe e de gênero (masculino/feminino), havia discriminações étnicas (raciais) profundas na sociedade. Um branco pobre, por exemplo, apresentava melhores condições sociais que um índio ou um negro livre, visto que a mera condição de ser branco já conferia ao indivíduo um tratamento diferenciado na justiça e na sociedade como um todo. No caso das mulheres não-brancas e pobres, as condições eram mais adversas ainda.

A sociedade sertaneja caracterizava-se ainda por extremo misticismo e religiosidade, sendo, sobretudo, católica, apesar de o catolicismo ter sofrido um processo de sincretismo, fundindo-se a elementos religiosos africanos e indígenas, conforme veremos nos capítulos seguintes (GIRÃO, 1984; LEMENHE, 1991; VIEIRA JÚNIOR, 2004; PINHEIRO, 2008; GOMES, 2010).

2.6. OS CAMINHOS SERTANEJOS

As ricas áreas açucareiras de Pernambuco e Bahia, bem como a região aurífera das Minas Gerais, eram os grandes mercados consumidores de carne bovina. Por isso, constituía-se normalidade na capitania do Ceará o movimento de boiadas em direção àquelas localidades, o que se fazia através de estradas sertanejas – na realidade, alguns precários caminhos sertão afora, alguns de origem indígena, outros surgidos e ampliados conforme as necessidades de vinculação intrarregional.

As boiadas, de 100 a 300 cabeças geralmente, eram conduzidas pelos "tangerinos" (trabalhadores brancos livres, índios a serviço de latifundiários, negros escravos), que sob o sol escaldante e aos gritos e cantos conduziam as reses a pé, enfrentando a caatinga, as longas viagens, as feras, os ataques indígenas e a carência de bons pastos ao longo da jornada. Outras vezes, tinham que enfrentar os atoleiros quase intransponíveis dos invernos pesados. Os "tangerinos" eram exímios conhecedores da região e viajavam sempre armados, pois, constituíam-se rotina os assaltos. Eram tidos na conta de homens destemidos. Nas longas marchas, muitos animais morriam no percurso ou emagreciam demais, num desgaste tal que os rebanhos acabavam vendidos por preços aviltantes nos mercados de destino. Na verdade, o pagamento era variado, estabelecido previamente, por acordo oral.



Caminho das Boiadas–vilas do Ceará no século XVIII

No regresso, os “tangerinos” traziam no lombo de mulas produtos importados do exterior ou mesmo produzidos no mercado colonial, como roupas, instrumentos de trabalho, peças domésticas, e até escravos. Eram portadores, igualmente, de notícias, novidades e recados de outras áreas para o sertão, como se fossem verdadeiros mensageiros, deixando as pessoas a par do que acontecia alhures.

Aquelas estradas que cortavam o Ceará eram, portanto, verdadeiras rotas comerciais, pelas quais durante séculos se deu o escoamento da produção regional e entraram as mercadorias que iriam abastecer os sertões. Além das boiadas, por ali circulavam as tropas de mulas e os carros de bois com mercadorias, os viajantes a cavalo ou em mulas, os mascates (comerciantes ambulantes), os bandos de salteadores...

Entre tais caminhos, destacava-se a Estrada Geral do Jaguaribe, a

mais importante via de comunicação local, cortando a capitania de norte a sul (partia da região do Aracati, seguia o rio Jaguaribe, passava por Russas e Icó, chegando ao Cariri e depois ao médio São Francisco).

Havia também a Estrada das Boiadas, depois denominada Caminho dos Inhamuns, que interligava o Piauí e a região central cearense com os mercados consumidores de Pernambuco e Paraíba. Existia ainda a Estrada da Caiçara que, saindo do norte cearense (as área de Acaraú e Sobral) e atingindo a Estrada das Boiadas, ligava-se ao litoral açucareiro pernambucano. A Estrada Nova das Boiadas ligava Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Pernambuco. O sul da capitania era servido pela Estrada Crato–Oeiras (capital pauiense) e Crato–Piancó, ligando a porção setentrional cearense a Paraíba, Pernambuco e Piauí.

Observe que tais estradas deixavam ao largo a zona que abrigava os povoados de Fortaleza e Aquiraz, cujo peso econômico era então diminuto. Além disso, tais estradas, de modo geral, faziam do território cearense uma região de passagem para as capitanias do norte (Piauí, Maranhão) ou destas em direção ao litoral açucareiro de Pernambuco e Bahia.

Nos cruzamentos das estradas ou em pontos ao longo destas em que havia melhores pastos, fontes d'água, facilidades para atravessar um rio, etc. ou ainda encontravam-se fazendas (constituía-se rotina na colônia dar abrigo a viajantes, como vimos), igrejas, etc., os "tangerinos" paravam para comer, descansar e alimentar os rebanhos. Nesses locais de pouso, brotaram, aos poucos sítios e povoados, que deram origem a cidades atuais, a exemplo de Icó (ponto de encontro das duas maiores vias do Ceará, a Estrada Geral do Jagurariba e a Estrada das Boiadas), Sobral (surgida em torno da fazenda Caiçara) e Quixeramobim (onde se bifurcavam a Estrada da Caiçara e a Estrada Nova das Boiadas).

Naqueles povoados era igualmente comum se estabelecerem pessoas as quais compravam por um preço baixo animais debilitados e incapazes de continuar a caminhada dos "tangerinos" – esses compradores iriam recuperar esse gado e revendê-lo por bom preço a um novo rebanho que passasse na região. Outros habitantes cultivavam pequenas lavouras, vendendo o excedente para os

“tangerinos”. Erguiam-se igrejas, instalavam-se alguns artesãos e negociantes, proliferavam vendas. A população de tais núcleos era bastante flutuante, levas de índios aculturados, brancos sem terra ou trabalho, mestiços, pessoas não absorvidas pela pecuária. Era normal acontecerem rusgas e desatinos. Na visão das autoridades da época, não passavam de vadios, vagabundos, desordeiros, criminosos, párias – daí por que a elevação de povoados à condição de vila era uma forma de a metrópole portuguesa estimular a manutenção da ordem social (JUCA NETO, 2007).

As charqueadas apresentavam instalações rudimentares (Ilustração de charqueada gaúcha do século XIX, feita por Debret)

2.7 AS CHARQUEADAS

A venda do gado para outras capitanias, como vimos, não era tão lucrativa. Afora as mortes, as perdas, os ataques de animais selvagens, os assaltos, o gado emagrecia nas longas caminhadas, a ponto de ser vendido por qualquer preço (era provável que o animal perecesse na viagem de volta). Contribuía ainda para redução dos lucros os impostos cobrados quando as boiadas deixavam a capitania ou nas feiras onde eram comercializadas. Situação ainda pior era a dos rebanhos do litoral cearense, obrigados a percorrer caminhadas mais extensas para atingir o mercado consumidor da zona da mata, desgastando-se mais, portanto, e perdendo a concorrência com os gados oriundos dos sertões cearenses e de

outras capitanias.

Por tais razões, a partir da segunda década do século XVIII, os fazendeiros do litoral passaram a vender sua matéria-prima já industrialmente preparada, reduzida a carne a mantas conservadas pelo sal e capazes de resistir, sem deterioração, a longas viagens.

Surgiram assim as fábricas de beneficiamento de carne, as chamadas charqueadas, feitorias, oficinas ou fábricas de carne[6], situadas, mormente, no estuário dos grandes rios onde produziam o charque, que, pelo resto do século XVIII, se constituiu no principal produto do comércio da capitania. Era vendido em especial para Pernambuco, Bahia, Minas gerais e Rio de Janeiro, onde tornara-se um dos principais alimentos de escravos, homens livres pobres e militares de baixa patente.

Almir Leal mostra que um outro fator igualmente contribuiu para a difusão das charqueadas no Ceará: os interesses das elites de Pernambuco em usar o charque no tráfico negreiro internacional. Na África, a partir do século XVIII, o charque ganhou notabilidade com sua introdução na alimentação dos negros capturados os quais atravessariam o Atlântico em direção ao Brasil. A aristocracia pernambucana, portanto, desejava a carne seca não apenas para o consumo interno, mas para igualmente usá-la no lucrativo comércio de carne humana. Isto é, o charque, além de seu papel dentro da própria colônia, apresentou destaque no tráfico de escravos entre o Brasil e os centros comerciais de negros em África, especialmente Angola.

O charque também foi utilizado na segunda metade do século XVIII na alimentação dos soldados. Juntamente com a farinha de mandioca, chegou a ser usado como pagamento de soldos. Durante a Guerra dos Sete Anos, entre Inglaterra e França, o charque foi enviado para Portugal para servir de alimentação das tropas. Uma primeira remessa de 70 toneladas foi enviada em 1761 e outra, com a mesma tonelagem, foi enviada no ano seguinte a pedido do Conde de Oeiras "por conta de Sua Majestade". Em 1762, o charque embarcado para o reino ficou isento de direitos nos navios da Companhia de Comércio de Pernambuco (OLIVEIRA, 2011: 7).

O historiador Geraldo Nobre sugere possibilidades das origens do

charque estar na adaptação de técnicas indígenas de conservação da carne, levando em conta também a influência de cortes específicos nas carnes utilizados pelos europeus (NOBRE, 1976). Já Leonardo Rolim sugere que, a partir daquelas experiências, é possível que o emprego de uma técnica para conservar as carnes para consumo posterior, evitando que apodrecessem, possa ter surgido em virtude de uma prioridade inicial dada a retirada do couro (que interessava bastante aos habitantes locais, pelo largo uso na confecção de objetos do cotidiano) – ou seja, retirado o couro, fazia-se necessário aproveitar e conservar "o resto", as carnes. Afora isso, as péssimas condições de conservação dos alimentos na América Portuguesa, terra de clima tão quente, pode ter ajudado a difundir o consumo de carne-seca entre setores da sociedade (em Salvador do século XVII, por exemplo, eram comuns reclamações sobre carnes podres e transmissoras de doenças) (ROLIM, 2012).

Diversos fatores facilitavam o fabrico do charque no litoral cearense: os ventos constantes e a baixa umidade relativa do ar (que favoreciam a secagem da carne), a existência de sal em abundância (essencial para preservar a carne), a possibilidade de se conduzir a mercadoria pelo mar para os mercados consumidores (permitindo um escoamento mais rápido da produção, portanto) e a grande abundância de gados para o fabrico do charque. Além disso, a técnica do charque não exigia profundos conhecimentos nem muito capital – por isso é provável que pessoas mais modestas tenham também charqueado os seus gados, apesar da falta de maiores documentos históricos que o atestem.

Abatido com um golpe no pescoço e tirado o couro (que poderia ser usado para amarrar o charque depois ou vendido), o animal era retalhado, sendo a carne a seguir lavada e salgada. As instalações das oficinas eram rudimentares, reduzidas a um curral, um estaleiro (existentes em algumas fábricas para atracagem das embarcações), varais (paus apoiados sobre duas forquilhas, onde se punham as mantas de carne para secar) e um telheiro (construção formada por telhas ou palha e paus), onde se abrigavam as pessoas que preparavam as carnes e sobre o qual também se colocavam as carnes para secar ao sol e ao vento. Relatos da época dão conta da imundície das oficinas, com restos de animais, forte fedor e presença de moscas, favorecendo a propagação de doenças.

Depois de seca, recolhia-se a carne em tabuleiros a armazéns, onde, em seguida, era depositada em pilhas nos porões das sumacas – embarcações com carregamento para a produção, aproximadamente, de duas mil reses, isto é, para no mínimo 80 toneladas.

Destacaram-se como centros charqueadores: Aracati (na foz do rio Jaguaribe), Acaraú, Sobral (rio Acaraú), Granja e Camocim (rio Coreaú) Posteriormente, também instalaram-se charqueadas nos rios Parnaíba (Piauí), Açu e Mossoró (Rio Grande do Norte). Desses rios, o charque era conduzido nas citadas sumacas e em outros tipos de embarcações para as demais capitanias da colônia.

Labuta pesada, árdua e embrutecedora, as charqueadas absorviam um maior contingente de mão de obra em relação ao trabalho das fazendas, fossem trabalhadores livres ou escravos. Documentos comprovam que proprietários de oficinas tinham considerável número de cativos negros – Geraldo Nobre calculou em 40 o número de escravos em média por fábrica em Aracati, observando, porém, que as charqueadas não funcionavam o ano todo, apenas na época em que o gado estava pronto para ser abatido, sendo, portanto, vantajoso para o proprietário usar mais mão de obra remunerada (sairia muito custoso manter escravos para trabalhar apenas alguns meses).

Havia nas charqueadas uma divisão de tarefas e uma especialização da produção – gente para cuidar do gado antes do abate, o abate em si, esquartejamento, salga, exposição ao sol, vigilância, curtição do couro, transporte até os portos, embarque, etc.

O charque trouxe consequências para a capitania. Ocorreu uma “divisão de trabalho”, estabelecendo-se áreas distintas para fazendas de criar (no sertão) e para salga e comercialização de carne (no litoral). A maioria das boiadas sertanejas cearenses que até então, como vimos, eram conduzidas para as feiras de Pernambuco, Bahia e até Minas Gerias, passaram a ser tangidas para o litoral, para os centros locais de fabricação e comercialização de mantas de carne-seca. Isso, aliás, provocou várias crises de abastecimento de carne em Recife, a ponto de as autoridades proibirem as charqueadas no Rio Grande do Norte.

Com a carne-seca verificou-se uma maior aproximação econômica – e porque não? –, política e cultural, entre a zona litorânea e o sertão – mais pessoas em contato através do comércio. O charque possibilitou o acúmulo de alguma riqueza nas mãos de uma elite local e favoreceu o crescimento do mercado interno, pois, seu comércio aumentou as parcas rendas cearenses – não por acaso, pelos mesmos centros que produziam e vendiam charques, entravam produtos importados (de outras capitanias ou do exterior) como tecidos, ferramentas, ferragens e quinquilharias, os quais eram revendidos nos sertões povoados e vilas — a exemplo de Icó —, e por mascates.

Com a atividade das charqueadas, outros povoados crescem e ganham destaque no cenário urbano cearense, como Aracati, Acaraú, Camocim, Granja e Sobral. Verifica-se, igualmente, um incremento da produção e comercialização de couros e peles.

A produção de couro cresceu em importância no comércio colonial durante o século XVIII, chegando a terceiro lugar no valor estimado das exportações coloniais. O couro era exportado para Portugal com o objetivo de embalar rolos de fumo, produzir calçados, móveis, arreios, selas e outros objetos pessoais. Nesse contexto, o Ceará recebeu mais destaque dentro da economia colonial brasileira, embora não se saiba precisamente qual a participação local nessas transações com couro, visto que, na condição de capitania subalterna, o comércio exterior cearense era feito através do porto do Recife ou por contrabando (GIRÃO, 1984; LEMENHE, 1991; BRAGA, 1947; OLIVEIRA, 2011; ROLIM, 2012).

2.8 OS EIXOS ARACATI/ ICÓ E SOBRAL/ ACARAÚ

Desconhece-se quando se instalaram as primeiras charqueadas cearenses – talvez pela segunda década do século XVIII –, mas o certo é que foi na foz do rio Jaguaribe, para sermos precisos, no pequeno arraial de São José do Porto dos Barcos, hoje cidade de

Aracati. Aí, reuniam-se as condições ideais para a nova indústria: o sal abundante, a ligação direta com o interior através do rio Jaguaribe, a situação portuária da vila (SILVA, 1997: 146).

Apesar da pouca profundidade de seu porto – porém de posição privilegiada, ou seja, mais próximo de Recife e Salvador –, Aracati desenvolve-se bastante nesse período, tornando-se já na metade do século XVIII o principal núcleo urbano do Ceará. Esse crescimento não se deu somente em virtude do charque, mas, também, em função de entreposto comercial que desempenhava, como porta de entrada de produtos vindos de importantes praças da América Portuguesa, a exemplo de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Luís e Belém, produtos esses revendidos sertão afora. Paralelamente, Aracati era ponto de exportação dos gêneros produzidos no vale do Jaguaribe.

Os navios que compravam o charque traziam produtos variados (fazendas, panos, azeite, vinho, aguardente, farinha, mel, sal, móveis, ferramentas, etc.) e até escravos negros para Aracati. Tais produtos eram negociados com os proprietários que para ali conduziam seu gado ou repassados para centros revendedores sertanejos, especialmente para Icó, no Alto Jaguaribe. O eixo Aracati/Icó foi tido como um dos mais dinâmicos da economia cearense do século XVIII e primeira metade do século XIX, o que tornava a o vale do rio Jaguaribe a região de maior prestígio econômico e político no Ceará naquele período.

As origens de Icó remontam a uma paliçada erguida no começo do século XVIII para proteger os moradores da ribeira do rio Salgado contra os índios icós. Nas proximidades do pequeno fortim surgiria o chamado Arraial Novo, com ermida sob a invocação de Nossa Senhora do Ó e onde o padre João de Matos Serra conseguiu aldear aqueles indígenas.

Icó, elevado à condição de vila em 1738 (a primeira do interior cearense), abastecia, então, parte dos sertões cearenses, piauienses, rio-grandenses, paraibanos e pernambucanos, favorecido por sua posição estratégica como ponto de entrocamento das duas principais estradas da capitania, a Estrada Geral do Jaguaribe e a Estrada das Boiadas – igualmente era um centro coletor da produção regional, escoando-a para Aracati. Icó foi considerada

uma dos principais núcleos urbanos do Ceará até o século XIX.

Aracati, no final do século XVIII, contava com mais de 300 casas, das quais, mais de 70 eram de lojas de comércio e com uma população que girava em torno de duas mil pessoas (NOGUEIRA, 2010: 80). Possuía, igualmente, uma grande população flutuante. Nas épocas de negócio, dirigiam-se à localidade muitos forasteiros. Eram vaqueiros e "tangerinos" conduzindo as boiadas sertanejas; negociantes de capitanias vizinhas, portugueses e até estrangeiros; pessoas humildes em busca de alguma ocupação temporária; marinheiros chegavam ao porto; pequenos comerciantes apareciam para comprar mercadorias. Combinava-se crescimento da população com trocas comerciais e, seguramente, festas, comemorações, etc. A tensão social aumentava e, dentro da violência que marcava o cotidiano da população, não poucas vezes ocorriam roubos, assassinatos e rusgas resolvidas a faca ou a tiro, de bacamarte.

O crescimento de Aracati frefletiu-se em sua arquitetura e no destaque social e político de suas elites, composta parcialmente por agentes mercantis. A carne seca possibilitou o acúmulo de renda a uma elite local de donos de oficinas de salga, sendo que alguns chegaram a possuir barcos, lojas abertas no comércio local e a participar de atividades mercantis em outras regiões da América Portuguesa. Como verdadeiro centro regional, de evidente supremacia econômica, Aracati exercia poder de atração sobre os sertões do Jaguaribe e capitanias vizinhas. Ocorreu mesmo de Aracati abastecer com seu charque outras vilas da própria capitania. Fornecia carne-seca para partes diferentes do Império Português, tendo em Recife seu principal mercado, mas também comercializando com Salvador, Rio de Janeiro e Ilha de Santa Catarina. Era o "pulmão" da economia cearense e chegou, inclusive, a ser cogitada para sediar a administração da capitania, fato, todavia, nunca concretizado. O progresso de Aracati e os interesses das autoridades portuguesas – conferir poder de mando oficial aos homens enriquecidos do lugar, viabilizando, através deles, o controle sobre a população, o comércio e a captação de tributos –, elevaram o povoado à categoria de vila em 10 de fevereiro de 1748, com a denominação de Vila Santa Cruz de Aracati.

Do rio Jaguaribe, as oficinas chegaram ao rio Acaraú, no norte

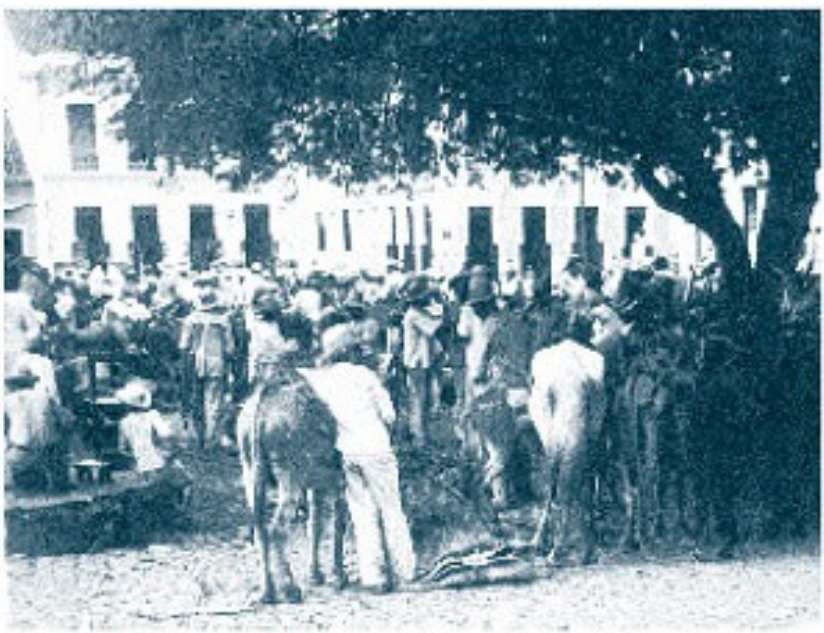
cearense, onde se formaria outro eixo econômico envolvendo Sobral/Acaraú (antigo povoado de Oficinas).

Aracati foi o principal núcleo urbano cearense até o século XIX

Situada à margem esquerda do rio Acaraú, o núcleo urbano de Sobral tem suas origens no começo do século XVIII, em torno da sede da fazenda Caiçara (pertencente a Antônio Rodrigues Magalhães), convenientemente localizada num movimentado cruzamento dos “caminhos” que cortavam a capitania (Estrada das Boiadas e Estrada da Caiçara). Para seu crescimento favoreceram, além do aumento dos rebanhos bovinos e do comércio na ribeira acarauense, aspectos religiosos – na colônia, povoados muitas vezes surgiram ou cresceram em torno de igrejas. Em 1742, o local foi escolhido para sede do Curato do Acaracu, possivelmente por estar situado num ponto importante em relação a todas as freguesias da região. Receber a sede do curato foi fator importante para o crescimento do pequeno núcleo urbano (GALDINO, 2013). As missas, os festejos e as visitações de homens e mulheres das fazendas próximas contribuíram para a formação do povoado. Naquele mesmo ano, iniciou-se a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, para o que foi decisiva a ação do Pe. João de Matos Monteiro (o Pe. Matinhos). Criou-se, assim, um ciclo de

crescimento socioeconômico: a igreja atraía fiéis e novos moradores, aumentando a população, o que por sua vez estimulava ainda mais o comércio e outras atividades.

De início, as boiadas sobralenses, da mesma maneira que nas demais regiões cearenses, eram levadas por terra para os mercados consumidores da zona da mata nordestina. Depois, porém, os sobralenses também aderiram à técnica – e aos lucros – das charqueadas, ocupando o segundo lugar nas exportações da capitania. Logo, então, os ricos de Sobral verificaram a vantagem de montar suas indústrias de abate, salgamento e secagem (...) próximo aos embarcadouros, e, com isso, transferiram as referidas indústrias para o porto do Acaraú que, a partir de então, cresceu com o nome de Oficinas (BRASIL, 1971:108).



Praça do Mercado Central, atual Praça Dr. José Saboia, em Sobral, possivelmente no início do século XX

Sobral funcionava como entreposto exportador da produção do norte cearense e até do Piauí, e como centro importador e distribuidor de gêneros para aquelas áreas. A saída e a chegada dos produtos, no caso, realizavam-se pelo porto de Acaraú, que, dessa forma, conheceu certa prosperidade também. Conta-se que era intenso o intercâmbio entre Sobral e Acaraú, a ponto de, nas épocas de safra, existir ano no qual trafegavam entre os dois núcleos até

900 carros de bois cheios de carnes, couros e solas. As sumacas, que levavam os produtos pastoris do porto do Acaraú, regressavam trazendo as grandes novidades em pratarias, porcelanas, cristais, móveis de jacarandá, escravos e materiais de construção. No século XIX, com a construção da ferrovia, Camocim ocupou o lugar de Acaraú na "parceria" com Sobral.

O povoado seria elevado à condição de vila em 1773, com o nome de "Vila Distinta e Real de Sobral" ("distinta" por ser colonizada por brancos e "real" porque fora criada por ordem direta do rei lusitano – o nome Sobral teria sido uma homenagem a um parente do fundador da fazenda Caiçara, que seria natural de Sobral de Lagoa, em Portugal) (NOBRE, 1976; GIRÃO, 1984; LEMENHE, 1991; ROLIM, 2012; GALDINO, 2013; DUARTE JÚNIOR, 2013).

2.9 DECADÊNCIA DAS CHARQUEADAS

As oficinas de salga entraram em decadência a partir da última década do século XVIII. Cita-se como causa para tal fenômeno as calamitosas secas de 1777-1780 e de 1790-1793, que teriam reduzido drasticamente os rebanhos da capitania. Outra razão estaria na concorrência representada pelas charqueadas do Rio Grande do Sul. Conta-se que foi um charqueador aracatiense de nome José Pinto Martins que, ante os efeitos catastróficos da seca de 1777, retirou-se para as terras gaúchas em 1780, levando a técnica salgadeira e fundando a primeira charqueada em Pelotas – daí, então, as charqueadas propagaram-se pelo Rio Grande do Sul, com uma qualidade melhor do que as do Ceará.

A seca de 1790 a 1793 ao atingir fortemente os criatórios cearenses, em especial o Jaguaribe e Icó, deixam as charqueadas de Aracati sem fornecimento de carne, paralisando inteiramente suas atividades. Ocorre, que neste momento as charqueadas gaúchas estão plenamente organizadas e ocupam rapidamente os mercados de Salvador e do Recife. (...) Quando em 1795 recomeçam, timidamente, os abates em Aracati, os mercados tradicionais do charque cearense já estão

ocupados. A produção gaúcha chega ao próprio Ceará (SILVA, 1997: 153).

Não se deve esquecer, contudo, uma outra causa dessa ruína – o fato de, a partir das últimas décadas do referido século, o sertanejo ter passado a dedicar maior atenção a uma atividade agrícola que marcaria profundamente a economia cearense: a cotonicultura, isto é, o cultivo do algodão, produto então bastante procurado no mercado internacional, sobretudo, para abastecer as fábricas têxteis da Inglaterra, que vivia sua \a Revolução Industrial.

No decorrer do século XIX, os rebanhos bovinos cearenses recuperaram-se – o que ocorreu, em muitos casos, com a compra de novas matrizes na ribeira do rio Parnaíba, no Piauí, capitania menos atingida pelas secas referidas, e que manteve ainda por algum tempo suas oficinas –, mas as charqueadas jamais voltariam a possuir a importância de antes. A cotonicultura tornou-se nossa principal atividade econômica (GIRÃO, 1994).

2.10 A COTONICULTURA

Os índios cultivavam o algodão antes da chegada dos europeus, usando-o na confecção de vários apetrechos, a exemplo de redes de dormir. Com a colonização, passou o algodão a fazer parte da economia de subsistência em todo o Brasil, como matéria-prima na fabricação doméstica de fios, redes e tecidos, usados como vestimentas pelas camadas mais pobres e escravos, ou no enfardamento de mercadorias de exportação. Ocorreu mesmo um pequeno comércio do excedente algodoeiro no mercado interno. Fios e rolos de algodão chegaram a ser utilizados como moeda nas capitanias mais pobres, como no Maranhão, Piauí e no próprio Ceará – eram os “nimbós”, abandonados apenas no início do século XIX.

Escravos colhendo algodão. De início, o algodão foi atividade de subsistência, usado para tecer roupas

Entretanto, a partir das últimas três décadas do século XVIII, aconteceu um extraordinário aumento da cotonicultura no Ceará, a ponto de tornar-se uma das principais riquezas locais. Isso aconteceu devido, principalmente, ao cenário internacional, marcado pela revolução industrial inglesa e a independência dos Estados Unidos, que elevaram os preços do algodão.

Com a Revolução Industrial houve um avanço técnico que permitiu a larga produção de tecidos nas fábricas têxteis, daí aumentando a procura inglesa por algodão. Acontece que os antigos fornecedores de algodão do Oriente, a exemplo da Índia, não conseguiam suprir a demanda britânica. Países da África – como o Egito –, e as 13 colônias inglesas da América (origem dos atuais Estados Unidos, que se tornaram o grande produtor mundial de algodão e principal

fornecedor dessa matéria-prima para a Inglaterra, sua metrópole, então), procurariam preencher tal lacuna e se tornariam grandes cotonicultores. Nesse contexto, o Brasil – sobretudo Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro –, teria sua participação.

Como se não bastasse a demanda da revolução industrial inglesa, a cotonicultura brasileira também foi impulsionada pela ocorrência da guerra de independência dos Estados Unidos (1775-81). Com a desorganização da produção norte-americana e consequente redução da concorrência, os preços do algodão subiram mais ainda, estimulando, por conseguinte, os produtores do Brasil e do Ceará.

Vale lembrar que para a expansão do algodão cearense contribuiu igualmente a queda da produção charqueadora, decorrente das secas de 1777-78 e 1790-93, e a concorrência do charque gaúcho. Os sertanejos, ante os prejuízos ou pequenos lucros do pastoreio e da salga da carne, sentiam-se mais motivados a produzir o que estava dando lucro – o algodão.

Assim, com o algodão rompeu-se o exclusivismo pastoril no Ceará. A base da economia passou a ser a agricultura, com a pequena disponibilidade de capital atraída para o financiamento da cotonicultura. O algodão possibilitou a integração definitiva da economia cearense ao modelo capitalista internacional que se consolidava nos séculos XVIII e XIX. Teríamos uma produção agrícola voltada para o mercado externo e que, apesar das oscilações e instabilidade deste, tornou-se importante fonte de riqueza para alguns fazendeiros (GIRÃO, 1985; LEMENHE, 1991; LEITE, 1994; VIANA, sem data).

2.11 MUDANÇAS COM O ALGODÃO

O Ceará era propício à cotonicultura. O clima quente e os ciclos das precipitações (ou seja, épocas de chuva e estiagem bem definidas, salvo, óbvio, as grandes secas) favoreciam a lavoura – o algodão é

avesso a umidade e às chuvas, pois se estas caem quando o capucho está aberto, a fibra se deteriora. Os solos, praticamente virgens para a agricultura, ajudavam também. O ciclo vegetativo curto era positivo, à medida que o algodão arbóreo (o tipo inicialmente cultivado) era colhido em seis ou sete meses após o plantio. A produção não exigia grandes investimentos: plantava-se geralmente no início do ano, após as primeiras águas, ocorrendo em poucos dias a germinação do algodoeiro, em geral cultivado com milho e feijão na mesma cova e terreno. O beneficiamento da fibra limitava-se à separação do caroço e ao enfardamento, operações simples e normalmente feitas pelos comerciantes – dessa maneira, não apenas grandes latifundiários cultivavam o algodão, mas também os pequenos proprietários e agregados e arrendatários das fazendas.

Comprador de algodão do século XIX - A produção e o comércio de algodão geraram riquezas

A mão de obra era, pois, predominantemente livre, embora se

tenham evidências do aumento do uso do trabalho escravo negro na capitania cearense com o algodão, em relação à pecuária – algo compreensível, pela maior lucratividade da cotonicultura. Igualmente ocorreu o crescimento da exploração da mão de obra indígena com a lavoura algodoeira, fosse escravizada ou recrutada nos aldeamentos.

O ciclo vegetativo curto do algodão tornava desvantajoso o largo emprego do negro escravo, que poderia ficar ocioso grande parte do tempo (de quatro a cinco meses por ano). Por outro lado, a facilidade da colheita possibilitava o emprego de mulheres e crianças, havendo ainda a alternativa de usar-se a mão de obra livre, ociosa e barata dos sertões não absorvida pela pecuária. Esta, com o algodão, passou a ser empregada amplamente nos latifúndios sob a forma dos contratos de parceria. As principais regiões produtoras eram os distritos de Fortaleza e Aracati e as serras de Baturité, Uruburetama, Meruoca, Pereiro e Aratanha.

Não se pense, entretanto, que o crescimento da lavoura algodoeira excluiu a atividade pecuarista; pelo contrário, acomodaram-se uma à outra, dando origem ao chamado binômio gado/algodão. Após a colheita, eram os gados postos a pastar nos cercados, alimentando-se das ramas do algodoeiro e palhas do milho, exatamente na época do verão, quando os animais não dispunham mais de pasto. De sobra, os animais, com seu esterco, ainda adubavam os solos, tornando a terra mais fértil para o cultivo do algodão no início do ano seguinte.

O algodão dinamizou a economia cearense, provocando mudanças políticas e sociais. Os lucros da venda algodoeira deram prestígio e enriqueceram alguns fazendeiros e comerciantes, possibilitando um crescimento da importação de artigos variados (roupas, móveis, materiais de construção, etc.) e um maior apuro no vestir, alimentar-se e morar dessa elite em relação ao grosso da população, o que, contudo, não pode ser exagerado. O Ceará continuava uma terra pobre e rústica. Algumas vilas interioranas, surgidas em função do pastoreio, tornaram-se igualmente polos cotonicultores, a exemplo de Icó e Sobral.

A expansão da cotonicultura seria fundamental para possibilitar a separação entre Ceará e Pernambuco em 1799, e o estabelecimento

do comércio direto da capitania com Portugal. Nas últimas décadas do século XVIII, autoridades, produtores e comerciantes (à exceção, sobretudo, daqueles de Icó e Aracati, beneficiados com a intermediação pernambucana) intensificaram as solicitações à Coroa para a emancipação cearense – reclamavam da demora da viagem, dos gastos com transportes, dos impostos, da intermediação recifense que aumentava os preços e diminuía a competitividade do algodão, etc. Atente-se, contudo, que mesmo com a separação, a influência comercial e política de Pernambuco continuava: em 1810, dos nove navios que deixaram Fortaleza transportando algodão, cinco destinavam-se ao Recife (LEITE, 1994:103).

O crescimento da lavoura e do comércio algodoeiro e o fim da vinculação administrativa a Pernambuco dariam a Fortaleza condições para iniciar um longo processo que a tornaria, na segunda metade do século XIX, o principal núcleo urbano cearense, acabando, pois, com a hegemonia de Aracati – esta, apesar de também comercializar algodão, viu declinar sua influência com o fechamento das charqueadas e com a perda da condição de principal entreposto comercial da capitania.

Embora não se saiba precisamente a quantidade de algodão exportada pelo Ceará no final século XVIII (pois, como capitania subordinada a Pernambuco, o comércio exterior ocorria através de Recife, sem falar nos contrabandos), a cotonicultura continuou se expandindo até o início da década de 20 do século XIX. Depois, com a recuperação da lavoura algodoeira dos EUA em virtude do fim de sua guerra emancipatória, com os anos de seca de 1824-26, com pragas atingindo as plantações e as lutas políticas internas quando da independência brasileira, houve uma retração da produção nordestina, particularmente da cearense (GIRÃO, 1985; LEMENHE, 1991, LEITE, 1994).

2.12 MINERAÇÃO E CANA-DE-AÇÚCAR

Não se pode esquecer que, apesar da economia colonial cearense ter

se baseado fundamentalmente na pecuária e, depois, na cotonicultura, outras atividades igualmente foram desenvolvidas. Além das tradicionais lavouras de subsistência (milho, arroz, feijão, mandioca, etc.), merecem atenção a mineração e a cana-de-açúcar.

A exploração de minérios na capitania se baseou mais em esperanças do que em fatos. Após os insucessos holandeses no século XVII, as ações para encontrar riquezas no subsolo cearense restringiram-se a rápidas pesquisas e remessas de amostras para exame em Recife e Lisboa. Registram-se tentativas malsucedidas de encontrar minas de prata e ouro nas serras dos Cocos e Ibiapaba (Ubajara), no ano de 1744, e no vale do Cariri, em 1750.

A cana-de-açúcar foi produzida com destaque no Cariri cearense

O Vale do Cariri, situado na encosta da chapada do Araripe, área com férteis solos e muitas fontes de águas naturais, atraiu os criadores de gado de Pernambuco e Bahia no início do século XVIII. A conquista levou ao extermínio dos índios (o nome Cariri vem de um povo indígena local) ou a remoção desses a aldeamentos, como os do Miranda, em torno do qual se desenvolveria a cidade do Crato. Pela posição estratégica da região, todos os aventureiros com itinerário às outras Capitanias vizinhas passavam pela região. A então recente área “descoberta”, fazia fronteira com as Capitanias

da Paraíba do Norte, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte (OLIVEIRA, 2004:4).

Os boatos sobre a existência no Cariri de “ricas minas de ouro” acelerou ainda mais a conquista da região. Em 1752, o governo de Pernambuco (ao qual o Ceará estava submetido) enviou uma expedição para examinar e explorar as jazidas locais. Iniciou-se, então, uma série de atritos entre autoridades pernambucanas e cearenses pelo controle da possível área mineradora.

Muitas pessoas passaram, em seguida, a deslocar-se para o Cariri em busca das fabulosas riquezas. A povoação do aldeamento de Missão Velha, onde se instalaram as autoridades encarregadas de cobrar os impostos sobre o ouro, conheceu dias de febril agitação com o fluxo populacional, chegando até a rivalizar com Icó. O povoado de Lavras da Mangabeira formou-se em virtude da aglomeração de aventureiros – gente de todo feitio, contaminada pela “febre do ouro”, disposta a tudo para ganhar alguma coisa, daí verificarem-se distúrbios constantes e a impossibilidade de a autoridade manter a ordem.

Em 1756, o governo pernambucano organizou a Companhia do Ouro das Minas de São José dos Cariris, que chegou a trazer 73 africanos escravizados para intensificar a busca de minérios na região. Foram esforços desperdiçados. Com o fiasco do empreendimento, em 1758 a Companhia do Ouro foi dissolvida e frustrou-se por completo o sonho de encontrar ouro no Cariri, suspendendo-se todo o trabalho de exploração.

Desfeito o sonho aurífero, a população que ficou no Cariri passou a dedicar-se a outras atividades. Pelas condições naturais (terras férteis e água farta), predominou na região a agricultura (na qual, inclusive, usaram-se os negros trazidos para a exploração das minas), com destaque para a lavoura de cana-de-açúcar.

Ainda no século XVIII, por volta de 1731, encontramos no Cariri as chamadas engenhocas (espécies de engenhos pequenos, com uma moenda de madeira movida a tração animal), que, além de açúcar, produziam mel, cachaça e, principalmente, rapadura, iguaria de grande aceitação na culinária popular. Era uma produção voltada para o mercado local – a rapadura destinava-se às feiras das vilas

caririenses e regiões limítrofes. Não alcançava, porém, grandes preços. A capacidade das moendas era pequena e, por isso, os canaviais pouco cresciam. Daí, ter sido sempre pequeno o número de escravos que, mesmo nos séculos XVIII e XIX, raramente ultrapassavam a duas dezenas naqueles engenhos mais ricos. Normalmente, os senhores dispunham apenas de 12 a 15 escravos por engenho, o que os obrigava, sobretudo nas épocas de plantio e colheita, a recorrer a agregados e assalariados (ANDRADE, 1986: 157).

Apesar disso, há registro de aumento da produção e da quantidade de engenhocas no final do século XVIII e começo do século XIX, estimulado pelo aumento populacional e movimentos migratórios, o que fez, inclusive, surgir, aos poucos, mais povoados, como Jardim, Brejo Grande e Barbalha.

O setor canavieiro do Cariri, apesar de suas diferenças com o de Pernambuco e de outros grandes setores de produção, formou também uma sociedade agrária com características senhoriais definidas através das relações de dependência pessoal. Em menor intensidade, os senhores de engenhos do vale do Cariri tiveram suas riquezas e concentraram muitos poderes sobre seus subalternos (OLIVEIRA, 2004: 6).

Por sua fertilidade e disponibilidade de água, o Cariri destacar-se-ia historicamente por atrair os sertanejos, especialmente nas épocas de seca. Ali, também, se desenvolveria uma destacável lavoura de subsistência (milho, feijão, etc.) e uma atividade comercial e artesanal, abastecendo as áreas sertanejas vizinhas, como se fosse o "celeiro do Ceará".

Com a dinamização da atividade comercial e canavieira, o Crato prosperou bastante, constituindo-se, já no final do século XVIII, o núcleo mais populoso do vale. Situado estrategicamente na rota das "estradas sertanejas" (Crato-Piancó e Crato-Oeiras), ligava as áreas pecuaristas do Piauí aos mercados consumidores de Pernambuco e Paraíba. Em 1764, o Crato, a "Joia do Cariri", foi elevado à condição de vila, mantendo-se, não obstante, como todo o sul-cearense, muito vinculado à zona açucareira pernambucana (FIGUEREDO, 1964; GIRÃO, 1985; ALEGRE, 1989/90; JUCÁ, 1999).

6 No século XVIII, os termos oficina e fábrica eram tomados como sinônimos, indicando uma construção ou casa onde se produzia determinado gênero.

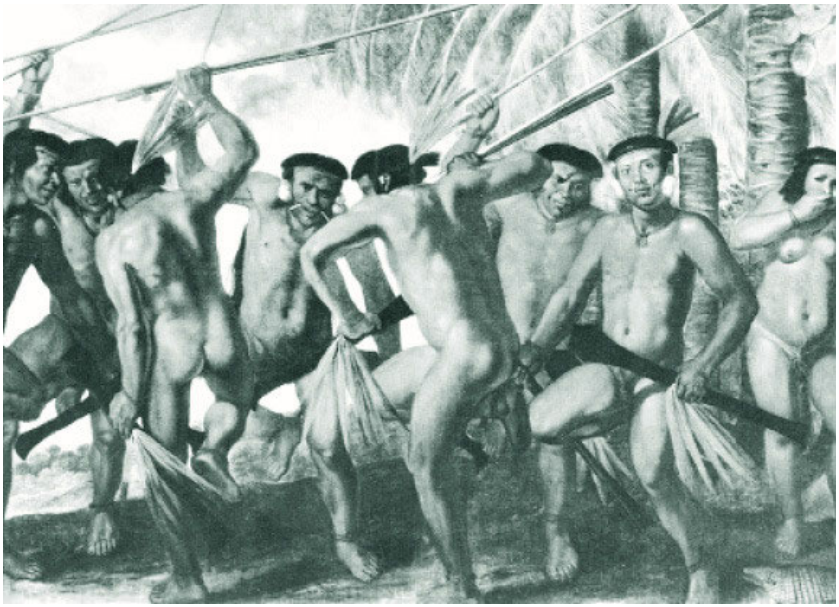
Capítulo 03

Os indígenas do Ceará

3.1 PÉS NUS SOBRE O CHÃO SAGRADO

Em 1603, quando Pero Coelho atingiu a Ibiapaba, encontrou cerca de 70 aldeias indígenas (STUDART FILHO, 1965). O padre Luiz Figueira escreve que estas terras eram todas povoadas de tapuios selvagens que são tantos que não se tem conta em magote de 50, 80, 100 casais correndo sempre os campos buscando caça de que se sustentam (...) (apud GIRÃO, 1985: 47). Martim Soares Moreno, por sua vez, dá conta de que, nas proximidades do forte de São Sebastião, viviam 22 nações de tapuias, com diferentes línguas (POMPEU SOBRINHO, CÂMARA, GIRÃO, 1967).

A colaboraçao indígena foi fundamental para a conquista da capitania cearense no século XVII. Sabedores das rivalidades entre os europeus, os nativos aliavam-se a uns contra os outros em troca de vantagens. Pero Coelho foi auxiliado por índios. Os padres Pinto e Figueira, Soares Moreno e os holandeses, também. Os nativos ajudavam os europeus, de forma eficiente, com o seu trabalho coagido ou pessimamente remunerado – daí, também, as revoltas – no corte e transporte de madeira e na aquisição e embarque de algodão, âmbar, sal, aves, macacos, etc. Também serviam de intermediários diplomáticos junto às tribos, angariando-lhes a amizade. Quando falhava a diplomacia, auxiliavam os brancos na guerra contra o índio inimigo ou contra os piratas e corsários de potências estrangeiras (Holanda, França e Inglaterra).



“Dança dos tarariús”, segundo Eckhout: pintor holandês

Foi a parca lavoura de subsistência dos nativos, sobretudo, a da mandioca, que sustentou o conquistador nos primeiros tempos. A penetração pelo interior cearense não se fez sem a experiência, conselhos, informações e braços dos indígenas aliados. Nas primeiras fazendas da colonização, confiava-se ao índio “civilizado” a função de vigiar os arredores para prevenir ataques dos nativos. Era a mão de obra índia ou negra escrava (esta, em contingente reduzido) que muitas vezes cultivava a lavoura dos latifundiários ou erguia os currais e casas sertanejas. Quando se necessitava de caças, o índio, bom conhecedor dos hábitos dos bichos, ia buscá-los nas caatingas e serras. Em não poucas ocasiões, o pastoreio do rebanho ficava a cargo dos nativos de confiança.

Mas a grande contribuição dos naturais da terra foi a de seu próprio sangue. A miscigenação do cearense tem muito do índio. Somos na maioria um povo de morenos acaboclados, mulatos, pardos, cafuzos e caboclos com cabelos corredios, lisos ou duros, ou, ainda, levemente ondulados, tendo uma estatura mediana ou baixa, fruto

de sucessivas mestiçagens. A liberdade sexual indígena chamava a atenção dos colonizadores (muitos dos quais mestiços, vindos do litoral açucareiro) oriundos de uma sociedade conservadora e autoritária. Tropeçava-se nos prazeres da carne da praia aos sertões (FERNANDES, 1977; ALEGRE, 1992).

Moreno nos informa dos seus homens casados com índias e mamelucas com muitos filhos (apud GIRÃO: 1985: 73). O padre Figueira também falou da existência de mamelucos na Ibiapaba. Sabe-se que era comum as nativas realizarem favores sexuais aos brancos em troca de espelhos, facas, machados e outros instrumentos úteis entre aqueles povos que desconheciam a metalurgia. Nos fortins ou nas lutas contra os indígenas, a soldadesca, sem mulheres na campanha, aproveitavam e estupravam as nativas. Índias eram retiradas das aldeias e viviam "em pecado" com os colonos, pois faltavam brancas nos primórdios da conquista. Assim, com brancos, índios, mestiços e negros, foi se formando o povo cearense.

A contribuição cultural de nossos índios, apesar de toda a força destruidora dos invasores e, sobretudo, da ação catequética da Igreja, foi grande e persiste até o presente, surda muitas vezes. Das práticas de caça e pesca restam a tarrafa, a nassa, os fojos, as arapucas, os mundéus, etc., que ainda hoje são usados pelos sertanejos e praieiros. Na agricultura, baseada na mandioca e no milho, há tradições populares, associadas a esquecidos rituais religiosos indígenas, de certas fases da lua como épocas propícias ao plantio e colheita. Entre os utensílios domésticos, não se pode esquecer o pilão escavado num tronco de árvore, as cuias, as cabaças d'água, potes, panelas de barro. Porém, o utensílio indígena mais conhecido é a rede, usada largamente em todas as classes sociais cearenses – daí se falar com razão da existência no Ceará de uma "civilização da rede".

Os bordados cearenses, trabalho produzido pelas mulheres, quem os transmitiu como prática aos sertões e litoral foram os índios – aprenderam tal técnica com os jesuítas nos aldeamentos. Na alimentação, os exemplos são diversos: caju, piqui, batata, mandioca, beiju, farinha, urucu, feijão, milho, mel de abelha, raízes como xiquexique, macambira (usadas quando faltam alimentos nas

épocas de seca). Temos ainda a prática das rudimentares queimada e coivara para limpar os terrenos nas épocas de plantio. De origem indígena são bebidas como o mocororó, cajuína, (licor de caju).

Também devemos aos nativos os conhecimentos de muitas plantas medicinais, usadas entre as camadas menos favorecidas (também por falta de assistência médica) e mesmo entre as elites: malva, romã (para inflamações, gripes e pancadas), eucalipto, gergelim, mostarda, juá, etc.

A mentalidade e a religiosidade dos cearenses têm muito da influência indígena. Daí resultar um imaginário sertanejo mágico, misterioso, com a presença de entidades sobrenaturais – na visão dos populares, existem pequenos diabos entre os quais se avulta o cão coxo pela ubiquidade e traquinações [que] são aperfeiçoamentos ou meros disfarces dos sacis e curupiras (...), da mesma forma que o batatão praieiro é a última encarnação da cobra grande. Mas os mais terríveis e universais são os monstros semi-humanos, ou nos quais as criaturas se transformam: as mulas-sem-cabeça (...) e os lobisomens (FERNANDES, 1977: 71/72).

As rezadeiras, benzedeiras ou curandeiras, ainda hoje existentes até nas periferias das cidades, são resquícios da tradição dos pajés indígenas, espécies de líderes religiosos e médicos, os quais curavam os enfermos exorcizando os “maus espíritos” (FERNANDES, 1977; GIRÃO, 1985; CORDEIRO, 1989; HOONAERT, 1989; ALEGRE, 1992; ALBUQUERQUE, 2002; SOUZA, 2003; SILVA, 2005; PINHEIRO, 2008; PALITOT, 2009).

3.2 OS INDÍGENAS CEARENSES

Falar sobre nossos índios não é fácil. As fontes escritas do período colonial, além de só contarem a versão do conquistador, são escassas. Não existe unanimidade na historiografia sequer sobre os nomes e localização dos nativos. Em seus textos de época, os colonizadores falavam dos tupis (povos com os quais se

aproximaram mais), chamando os demais índios, genérica e preconceituosamente, de tapuias, renegando as diversificações destes – o que, aliás, também fizeram muitos dos estudiosos da história cearense.

Povos indígenas chegavam a apresentar várias denominações, dando a ideia de uma falsa pluralidade. Havia o nome que lhes impunham os nativos vizinhos ou inimigos, o atribuído pelos portugueses e o nome pelo qual se designavam, sem contar que muitas vezes as tribos, com o crescimento do número de habitantes ou por outras razões, dividiam-se, passando não raramente os "dissidentes" a serem conhecidos pela denominação de seu líder.

Não obstante, conforme a classificação etnográfica feita pelo estudioso Carlos Studart Filho, os indígenas cearenses, de acordo com as famílias linguísticas, podem ser agrupados em cinco unidades com características mais ou menos homogêneas, havendo ainda um grupo diverso, com elementos culturais e linguísticos imprecisos (STUDART FILHO, 1965).

Famílas Linguísticas	Grupos
Tupi	Tupinambás (divididos em tabajaras e po
Tremembé	Tremembés
Cariri	Ariús, cariris, cariús, carijuanes, caratius (
Tarairiú	Aperiús, arariús, bajacus (ou pajacus ou p
Jê	Aruãs
Não agrupados (povos de filiação	Azimis, acocis, aconguaçus, acriús, anapu

3.3 TUPIS

O grupo tupi, conforme Studart Filho, tinha na cultura material o uso de redes, mandioca, flechas de várias pontas e cerâmica com verniz. Habitavam malocas, construíam canoas talhadas em troncos de árvore e cultivavam algodão. Suas guerras seriam influenciadas pelas visões de seus xamãs ou pajés. Era representado no Ceará pelos tupinambás, que se dividiam em tabajaras e potiguaras, ambos inimigos figadais.

Os tabajaras viviam na serra da Ibiapaba (antiga Buapaba), de onde eventualmente deslocavam-se até as áreas litorâneas, como as de Acaraú e Camocim. Teriam ali chegado séculos antes do descobrimento do Brasil, dominando outros povos vizinhos e expulsando-os das melhores áreas da serra. Especula-se que muitos destes tabajaras encontrados pelos europeus na Ibiapaba no século XVII teriam sido descendentes dos primeiros tupis expulsos pelos portugueses de Pernambuco no século anterior. Guerreiros valorosos, praticantes da antropofagia ritual, aliaram-se e combateram os europeus em momentos distintos.

As alianças pontuais com os europeus, sobretudo no início da colonização, devem ser vistas como táticas astutas dos indígenas, que se aproveitavam das intrigas e disputas entre franceses e portugueses para obter presentes (destacadamente objetos metálicos, bastante úteis) e conservar as posses de suas terras e o modo de vida, expulsando os brancos quando eles incomodavam ou eram por demais brutais. Para os europeus, as alianças eram também interessantes, visto que nos séculos XVII e começo do século XVIII, os índios eram a maioria absoluta da população do Ceará. Assim, os primeiros conquistadores sabiam como era decisivo contar com o apoio do maior número possível de nativos para o efetivo domínio da terra e na luta contra rivais europeus.

Dessa forma não surpreende que os tabajaras tenham se aliado aos franceses, combatido a bandeira de Pero Coelho em 1603, apoiado

a conquista da capitania pelos holandeses em 1637, aniquilado-os em 1644 e novamente se unido aos flamengos em 1649.

Com a expulsão definitiva dos flamengos em 1654, foi para o Ceará que fugiram vários índios aliados dos holandeses em Pernambuco, temerosos do revanchismo português. Tais nativos, ao lado de índios locais (entre os quais os tabajaras), chegaram a formar uma confederação para enfrentar os brancos e criar uma área livre da influência invasora – um Ceará índio, sem holandeses ou portugueses.

Diante disso, entre 1656 e 1690 foram enviadas diversas expedições militares e, sobretudo, jesuítas (entre os quais o famoso Pe. Antônio Vieira, que esteve na Ibiapaba em 1660), vindo do Maranhão, com o objetivo de dissuadir os indígenas. As expedições fracassaram todas, pelo menos até 1695, quando os religiosos conseguiram se estabelecer definitivamente na região e fundar o aldeamento de Nossa Senhora da Assunção da Ibiapaba (depois, vila Viçosa Real e atual cidade de Viçosa do Ceará), em 1700.

Os potiguares, possivelmente recém-chegados (virada do século XVI para o XVII) ao Ceará do Rio Grande do Norte (de onde foram expulsos pelos colonizadores e tabajaras), localizavam-se, sobretudo, no baixo Jaguaribe e em alguns pontos do litoral. Muitos dos que ficaram naquela capitania vizinha acabaram submetidos aos portugueses e os ajudaram a conquistar o Ceará – vários flecheiros potiguares vieram com Pero Coelho e com os jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueira. Os potiguares cearenses, contudo, de modo geral, impuseram ferrenha oposição aos colonos.

Ìndios aliavam-se aos portugueses. Na ilustração de Debret, índios a serviço do colonizador conduzem outros nativos escravizados, no começo do século XIX

Combateram Pero Coelho quando este tentou escravizá-los. Luiz Figueira teve dificuldades para catequizá-los na missão de São Lourenço. Por algum período, todavia, foram importantíssimos aliados dos portugueses, quando eram liderados por Jacaúna, que manteve forte amizade com Martim Soares Moreno, ajudando-o a se fixar de vez no Siará. Assim, colaboraram no combate aos indígenas hostis aos portugueses e até piratas franceses. Com Moreno, membros da nação potiguar estabeleceram-se nas margens do rio Ceará, em algumas aldeias.

Após a morte de Jacaúna e a saída de Soares Moreno da capitania, as relações entre potiguares e portugueses voltaram a se deteriorar. Os índios auxiliaram os flamengos a se apossar do forte de S. Sebastião em 1637. Contudo, como os métodos dos holandeses não se diferenciavam das práticas lusitanas, os mesmos potiguares, no ano de 1644, ajudaram a tomar o forte e a trucidar os ocupantes.

Com a reconquista da capitania pelos holandeses, os potiguares viveram em relativa harmonia com os flamengos até 1654. Nesse ano, após a retirada dos holandeses do Siará, a maior parte dos potiguares abandonou o litoral e refugiou-se na Ibiapaba para lutar pela criação de uma área livre dos brancos. Aqueles que permaneceram na porção litorânea acabaram jogados nos aldeamentos de São Sebastião de Paupina (hoje, Messejana), Bom Jesus da Aldeia de Parangaba (depois, Vila Nova de Arronches e, na atualidade, novamente Parangaba) e Nossa Senhora dos Prazeres de

Caucaia (posteriormente Vila de Soure e, hoje, mais uma vez, Caucaia) (STUDART FILHO, 1965; CORDEIRO, 1989; SILVA, 2005).

3.4 TREMEMBÉS

Os tremembés ocupavam uma faixa litorânea compreendida entre a baía de São José, no Maranhão, e as margens do rio Curu, no Ceará. Alimentavam-se de peixe e carne, embora fossem mais pescadores do que caçadores – grandes nadadores, chegavam a pescar tubarões, encaixando um pau pontiagudo entre as mandíbulas da fera, cujos dentes usavam como ponteiras nas flechas. Também caçavam tartarugas marinhas e cultivavam mandioca e possivelmente algodão, pois dispunham de fusos de fiar. Alimentavam-se também de caju, com o qual fermentavam uma bebida chamada mocororó. Usavam cerâmicas rudimentares e cabaças, habitando choças contruídas com material extraído da palmeira. Fabricavam machados de pedra, punções, raspadeiras de pele, cestos e esteiras de folha de carnaúba.

Constituíam-se os tremembés em um povo que ofereceu enorme resistência aos colonizadores, sendo bastante citados nas crônicas coloniais. Robustos, de estatura mediana, os tremembés sofreram por se localizar no meio do percurso entre Ceará e Maranhão, dificultando o contato e o comércio entre as duas capitanias. Na segunda metade do século XVII, as autoridades coloniais chegaram a erguer fortes nas praias de Camocim e enviar tropas na intenção de exterminar esses nativos.

Tais índios opuseram-se radicalmente à catequese. Em 1656, tentaram trucidar o padre Pedroso e sua comitiva quando de uma viagem em demanda da Ibiapaba. Um chefe tremembé escandalizou o Pe. João Felipe Bettendorf ao dizer que céu não presta para nada, só a terra sim, essa é boa (apud STUDART: 1965). Apesar disso, acabaram aldeados por padres seculares no início do século XVIII, no aldeamento de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, às margens do rio Aracati-Mirim (no atual município de Itarema), que

passou a ser a principal referência da vida tremembé ante a destruição física e cultural. Alguns índios tremembés foram, por volta de 1750, transferidos para Caucaia, dando origem, ao lado de potiguares, cariris e jucás, ao povo tapeba. Para pressionar a migração, os brancos incendiavam as casas dos índios em Itarema. Muitos dos nativos optavam por fugir.

A posteriormente chamada vila de Almofala, ao longo do século XIX, acabou soterrada por uma imensa duna móvel. Os índios que ali ficaram, desesperados por perderem a terra, chegaram a cavar com as próprias mãos a areia, tentando desenterrar a igreja da aldeia. Só no final do século passado, por ação de novos ventos, a duna foi removida, passando o povoado de Almofala a ser reconstruído, com muitas pessoas vindas de fora, as quais se apropriaram da terra do antigo aldeamento, argumentando que os índios estavam extintos. Uma parte da área tremembé, a do Córrego João Pereira, após anos de luta, com os remanescentes sofrendo ataque de pistoleiros e destruição das roças, foi desapropriada em 1987 pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). No ano de 2001, por portaria do Ministério da Justiça, aquela área se tornou a primeira terra indígena demarcada do Ceará, decisão homologada em 2003 (MARQUES, 2009). Atualmente, os tremembés continuam reivindicando a demarcação de outras terras, atritando-se com grileiros (entre os quais se encontram grandes empresas agroindustriais e complexos turísticos) e até com moradores da região que não são indígenas ou não se reconhecem como tais, registrando-se casos de ameaças, agressões e mortes.

Hoje pouco resta sobre os traços culturais tremembés. Um destes traços, fundamental para a identidade tremembé, é o Torém, uma dança mimética sobre animais e frutos encontrados pelos nativos (como o caju, a tainha e o guaxinim) na qual são cantados versos e refrões que apresentam vocábulos de origem indígena (STUDART FILHO, 1965; CORDEIRO, 1989; SILVA, 2005).

3.5 CARIRIS, TARAIRIÚS E JÊS

O grupo cariri ocupava uma grande área dispersa entre os rios São Francisco-BA e Parnaíba-PI – a designação Cariri dada à área sul-cearense recorda a existência desse povo nativo do passado. Cultivavam mandioca, feijão e milho, numa dieta predominantemente vegetariana, daí porque, ao contrário dos tupinambás, não eram adeptos da antropofagia. Não usavam tacapes nas guerras. Pintavam-se com urucu ou jenipapo, usando batoques nos lábios e orelhas. Praticavam a poligamia, havendo certo prestígio para as mulheres e liberdade sexual o que não deve ser entendido como promiscuidade. Entre os vários povos deste grupo, destaque para os cariris propriamente ditos, situados no sul do Ceará e no sertão pernambucano, onde tomaram partido dos holandeses quando da invasão flamenga no século XVII. Esse fato foi usado pelos portugueses para perseguir e quase exterminar os cariris, mesmo depois de cessada a invasão batava. Esses índios tiveram participação marcante na Guerra dos Bárbaros, tanto que constaram na lista elaborada pelas autoridades coloniais sobre as tribos que deveriam ser exterminadas ou expulsas do Ceará. Massacrados, acabaram aldeados em Missão Velha, Missão Nova (hoje, São José dos Cariris), Salamanca (atual Barbalha), Miranda (Crato) e Caucaia (dando origem aos tapebas).

Os povos da família linguística tarairiú estendiam-se numa região compreendida entre as praias do Rio Grande do Norte e os sertões do Piauí e Ceará (Sertão Central cearense), regiões muitas vezes ocupadas também por jês, cariris e tremembés. Formavam, portanto, manchas demográficas. Há uma polêmica entre os autores sobre o nomadismo dos tarairiús, pois “não teriam lugar certo para morar”. A antropóloga Marcélia Marques, porém, questiona essa informação. Iguais a outros povos, os tarairiús seriam seminômades, deslocando-se quando dos esgotamentos de solos, das secas e guerras. Tanto que foram encontradas, nas áreas que habitavam, vasos de pedra polida, relativamente pesados e de confecção demorada. Na época das abundâncias das chuvas, na quadra invernosa, pescavam muitos peixes, tendo, inclusive, dificuldades para transportá-los ao acampamento. Por fim, como evidência de seu sedentarismo, praticavam a agricultura, cultivando milho, abóbora e outros legumes. Gostavam de carne de cobra, mel e pão,

feito a partir de um tubérculo chamado Itá. Usavam como arma a prancheta de lança. Praticavam o endocanibalismo (ou seja, devoravam os parentes mortos e o cordão umbilical e placenta dos recém-nascidos), como ato de devoção. Pajés tinham forte influência nas comunidades, ao possibilitarem, por exemplo, a "fecundidade" das plantações num ritual xamântico, e prever acontecimentos através da consulta aos espíritos.

Dentre os componentes deste grupo encontramos os janduins, índios originários do Rio Grande do Norte, mas que incursionavam com frequência pelas terras do baixo Jaguaribe cearense. Teriam sido os iniciadores da Guerra dos Bárbaros. Um outro povo eram os canindés, os quais seriam Janduins cearenses, isto é, janduins que passaram a morar no território cearense, recebendo, como de costume, uma denominação à parte em virtude do nome de um dos seus chefes.

O chefe indígena Kanindé foi grande adversário dos portugueses. Pouco se sabe dele. Nem onde nem quando nasceu, e muito menos por quanto tempo liderou seu povo. O certo é que comandou os janduins por várias décadas. Quando jovem, chamado a Pernambuco para fazer a paz com os brancos, acabou mantido em cativeiro, sendo solto apenas depois que seu pai enviou 60 negros escravos em troca. Ao suceder o pai, tornou-se grande incômodo para a Coroa lusitana, pela resistência que opôs aos pecuaristas nos sertões. Chegou a comandar 15 mil indígenas, dos quais cinco mil em armas. Em represália, autoridades coloniais mandaram capturar filhos de Kanindé, os enviando, a ferro, para Portugal – nunca mais voltariam.

Em 1687, colonos do Rio Grande do Norte acusaram os índios de Kanindé de ter matado 100 moradores e 30 mil cabeças de gado. A Coroa mandou várias tropas para a região, uma dela composta só por bandeirantes paulistas liderados por Domingos Jorge Velho (o futuro destruidor de Palmares). Kanindé acabou capturado pelas tropas coloniais. Acabaria, a seguir, em 1692, fazendo um acordo de paz com Portugal, o primeiro a ser feito por uma nação indígena, o que mostra o prestígio de Kanindé. Pelo lado da Coroa, assinou D. Pedro II, enquanto Kanindé era designado como “Rei dos Janduins” (ou seja, era um acordo entre “dois monarcas”).

O acordo, porém, era uma sinal da iminente derrota dos nativos. Kanindé tentava pelo menos garantir a sobrevivência de seu povo. Declarava-se vassalo do Rei de Portugal, aceitava a conversão religiosa e a vida em aldeamentos – o líder indígena foi batizado como “João Fernandes Kanindé”. Também auxiliaria as tropas coloniais na luta contra os outros índios “bárbaros”. Em troca, os janduins não seriam mais escravizados. O acordo desagradou parte dos índios – para honrar o acordo, Kanindé mandou matar os dissidentes. A Coroa não cumpriu o acordo e no começo do século XVIII os nativos foram massacrados. Irado, Kanindé partiu novamente para o confronto. Acabou preso e confinado em Açu, onde morreu de malária no ano de 1699. Seu povo não teve destino melhor. Massacrados e escravizados, os sobreviventes kanindés foram aldeados com os jenipapos no Aldeamento de Nossa Senhora da Palma, em Quixadá, sendo depois deslocados para a missão de

Monte-Mor-o-Novo-D'América (Baturité) (CORDEIRO, 1989; SPOSITO, 2012).

Outros tarairiús eram os baiacus (pacajus ou paiacus), que se deslocavam entre os rios Apodi e Jaguaribe. Talvez este tenha sido o povo indígena que mais se destacou no Ceará colonial por seu espírito de luta. Contra ele, diversas vezes as autoridades enviaram tropas para escravizá-los ou exterminá-los. Os baiacus atuaram bravamente na Guerra dos Bárbaros, atacando os brancos que lhes roubavam a terra. Traiçoeiramente emboscados em 1699 por Morais Navarro, deram o troco, atacando e quase aniquilando Aquiraz em 1713. Foram aldeados em Araré, denominado também Aldeia dos paiacus e chamado depois Monte-Mor-Velho, Guarani e, hoje Pacajus. Nos anos seguintes, acabaram deslocados sucessivamente para o Rio Grande do Norte e Baturité, e uma parte para Messejana.

Igualmente tarairiús eram os arariús, que habitavam a serra da Meruoca e as áreas da bacia do rio Acaraú. Foram mortalmente combatidos no final do século XVII e aldeados na Missão da Ibiapaba. Em 1713, rebelaram-se e por pouco não foram exterminados – os colonos refugiaram-se nos aldeamentos da Ibiapaba e enviaram contra eles os tabajaras, ali submetidos.

Do grupo jê, ao que parece, nas terras que hoje são chamadas de Ceará, só existiam os aruás, localizados em áreas entre os rios Itaim e Jaguaribe. Caracterizavam-se pela ausência de cerâmica, tecelagem e rede. Construíam suas casas em círculo e apresentavam complexa estrutura social. Igualmente ofereceram grande resistência ao contato com os conquistadores (STUDART FILHO, 1965; CORDEIRO, 1989).

3.6 A "GUERRA DOS BÁRBAROS"

Como vimos, devido ao fato de o Ceará ter sido uma das últimas áreas conquistadas pelos europeus no nordeste, acabou servindo de

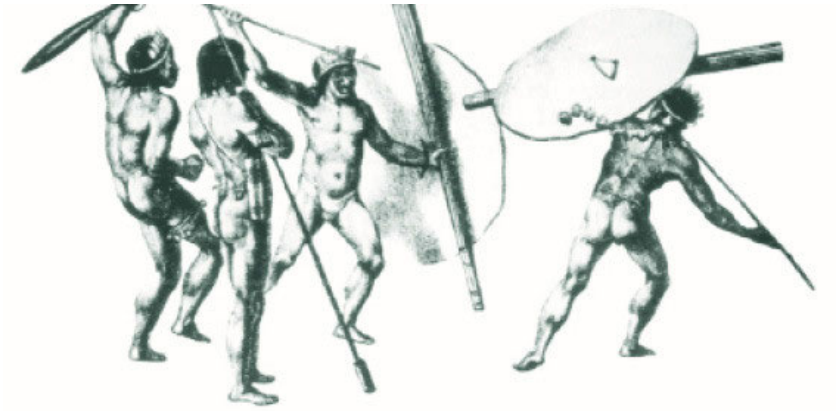
refúgio para índios de outras capitanias. Entretanto, em fins do século XVII e início do século XVIII, o Ceará Grande foi integrado ao projeto colonial português, com base na pecuária.

Para as autoridades coloniais e fazendeiros, era necessário desinfestar os sertões da presença dos índios bárbaros, para fazer prosperar a nascente atividade pecuarista. Não por acaso, foi naquele momento que ocorreram intensas revoltas dos índios na região. Diante do avanço dos colonos pecuaristas sobre as terras, escravizando, expulsando ou eliminando os povos nativos, estes reagiam visando a defesa de seus espaços e modos de vida.

Lembremos que não havia grandes interesses dos colonos em preservar os nativos para escravos, pois, a atividade pecuarista exigia pouca mão de obra – embora, por outro lado, o europeu tenha usado, sim, o índio como escravo, sob o argumento de torná-lo um ser produtivo. Ainda que faltem mais dados sobre a escravidão no Ceará nos primeiros séculos da conquista e tenha-se a certeza de que historicamente predominou o trabalho livre, sabe-se que a mão de obra indígena era maior em relação à africana até a primeira metade do século XVIII (PINHEIRO, 2008).

Era necessário para os conquistadores restringir ao máximo as terras habitadas pelos índios, visando deixá-las desocupadas para a criação de gado. Havia um choque de dois mundos também aqui: para o branco, a terra deveria ter uma função útil, entenda-se, produzir para gerar lucros, conforme a lógica do capitalismo nascente; para o indígena, a terra era o lugar não só de sua sobrevivência, mas também de sua identidade como povo (fora ali que os antepassados viveram), daí o esforço de mantê-la.

Um dos grandes exemplos da resistência indígena no Brasil foi a Guerra dos Bárbaros[7], uma série de conflitos nos quais nativos do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Piauí enfrentaram os invasores pecuaristas. Tal guerra durou quase 50 anos, indo das últimas décadas do século XVII à segunda década do século seguinte. Por pouco, os nativos não destruíram os fundamentos da colonização portuguesa.



Os povos nativos reagiram pelas armas à expansão pecuarista

Iniciou-se o conflito por volta de 1683, no Rio Grande do Norte. Os janduins, habitantes das regiões de Açu, Mossoró e Apodi, rebelaram-se, matando, saqueando, incendiando tudo que pertencesse aos colonos. Nos anos seguintes, a rebelião propagou-se pelo vale cearense do Jaguaribe, alcançando os mais distantes sertões e chegando aos territórios das capitanias do Piauí, Pernambuco e Paraíba. As nações dos baiacus, icós, anacés, quixelôs, jaguaribaras, acriús, araiús, canindés, jenipapos, tremembés, crateús, icozinhos, cariris e outras acompanharam os janduins e, esquecendo seu passado de diferenças e conflitos internos, lançaram-se, feroz e bravamente, à luta.

O conflito abalou a região. Os colonos desesperaram-se e lançaram dramáticos apelos às autoridades coloniais. Estas enviaram tropas e mais tropas, compostas por terços de “henriques” e “camarões” (negros e índios aliados dos colonos) e por degredados, homens livres pobres, vadios e criminosos das chamadas vilas do açúcar no litoral da capitania de Pernambuco, pessoas que receberam perdão por seus crimes por lutar contra os revoltosos – muitos dos integrantes destas tropas desertariam.

Diz o historiador Manuel Coelho Albuquerque que: entre os anos de 1694 e 1695, os Paiacu atacaram as fazendas, gados e moradores

das ribeiras dos rios Jaguaribe e Banabuiú. A ação indígena foi de tal forma intensa que muitos sesmeiros e fazendeiros foram expulsos e abandonaram aquela área. As autoridades ficaram imensamente temerosas com a possibilidade de os índios avançarem por toda a capitania (ALBUQUERQUE, 2002: 81).

As tropas lutavam também ao lado dos grupos armados de colonos. Batalhas sangrentas sucederam-se, com avanços e recuos, vitórias e derrotas, tanto dos conquistadores como dos nativos.

Em face do confronto, o governador-geral do Brasil, Frei Manuel da Ressurreição, no ano de 1689, decidiu requisitar bandeirantes de São Vicente para pôr fim à revolta. Era o chamado sertanismo de contrato, bandeiras dedicadas ao combate e caça a índios e negros. A tais sertanistas prometiam-se recompensas vantajosas como a doação de vastas sesmarias e venda, como escravos, dos indígenas sobreviventes. Dentre os que vieram, destacaram-se Domingos Jorge Velho (requisitado em primeira mão para combater o Quilombo de Palmares) e o mestre de campo Manuel Alves Morais Navarro, um dos maiores assassinos de índios da história do Brasil.

A presença dos bandeirantes vicentinos, contudo, não pôs fim ao conflito. Aproveitando-se das rivalidades entre os índios e prometendo presentes, paz e terras/sesmarias, os conquistadores fizeram alianças com determinados grupos de nativos, usando-os para combater a rebelião. Também ergueram fortins, como o forte Real de São Francisco Xavier (no local da atual cidade de Russas), construído em 1696 para melhor combater os índios e proteger os colonos da ribeira do Jaguaribe. Nativos aldeados igualmente lutaram ao lado dos brancos, a exemplo daqueles da Missão da Ibiapaba – esta contava mesmo com uma força militar a serviço da Coroa, existente até o final do século XVIII, com um número variando ente 800 e 900 indígenas (MAIA, 2012: 11). Colonos se refugiaram na Missão da Ibiapaba.

Manuel Alves Morais Navarro em 1699 praticou grande atrocidade contra os nativos: reuniu os baiacus aldeados (que, aliás, antes o tinham ajudado a combater outros índios), prometendo-lhes ricos presentes e, enquanto estavam desarmados, dançando, pintados festivamente, ordenou o paulista um repentino ataque com armas de fogo. Foi um massacre. Abateram os índios à traição, sem

piedade. Navarro e seus homens mataram quase 500 e levaram mais de 200 como escravos para o Rio Grande do Norte.

No ano de 1706, o governo colonial autorizou o fornecimento de armas a todos os brancos moradores da capitania cearense visando a autodefesa. No ano de 1713, os índios realizaram mais um grande levante. Baiacus, anacês, jaguaribaras, ariús, arariús, jenipapos, canindés e tremembés chegaram a atacar Aquiraz, ajudados, para surpresa geral dos colonizadores, por muitos dos índios aldeados e que serviam os brancos há anos – os índios aldeados nas proximidades do forte de N. S. da Assunção eram constantemente explorados pelos militares e moradores da região, motivando várias denúncias de seus missionário. No confronto em Aquiraz, cerca de 200 habitantes morreram defendendo a vila, enquanto os demais moradores fugiam desesperadamente, sob flechas, lanças e tacapes, buscando a proteção dos canhões da Fortaleza de N. S. da Assunção.

Aquiraz só não foi completamente destruída devido à ação dos homens do coronel João de Barros Braga. Este era um grande latifundiário das margens do Jaguaribe e liderava a milícia local (chamada de “cavalaria dos sertões”), a qual se compunha basicamente de mestiços e índios aliados, todos vestidos de couro como os vaqueiros, bem armados e especializados em combates. Soubera o coronel do levante indígena e marchara com seu regimento para socorrer Fortaleza, fazendo os índios recuarem até as margens do rio Choró (no trecho que abrange os municípios de Pacajus, Beberibe, entrando em Aracati) e travando uma monumental batalha que durou um dia inteiro de encarniçados combates. Os índios acabaram derrotados. Foi um golpe de morte na confederação indígena.

Campanhas militares, como essa comandada por João de Barros Braga, percorreram nos anos seguintes os vales do Jaguaribe e Cariri, e foram até os confins do Piauí, varrendo e eliminando os índios rebelados. Um dos últimos grandes levantes indígenas foi a Revolta de Mandu Ladino, líder cariri que, entre 1712 e 1717, devastou sítios, igrejas e fazendas do Piauí, Ceará e Maranhão. Levantes menores ocorreram ainda nos anos posteriores, mas a derrota da luta armada nativa era inevitável. Os nativos sobreviventes foram, na maioria, confinados em aldeamentos.

Até o final de 1720, a capitania estava relativamente pacificada, embora ocorressem ainda escaramuças, muitas entre os próprios latifundiários, os quais usavam os índios como soldados (exemplo maior foi o confronto entre as famílias Monte e Feitosa). O mundo indígena, pelo menos como era antes, acabara. Os nativos encontrariam, porém, outras maneiras de resistir aos conquistadores e tentar proteger sua vida e cultura (BARROSO, 1962; STUDART FILHO, 1965; CORDEIRO, 1989; HOONAERT, 1989; PUNTONI, 2002; ALBUQUERQUE 2002).

Não se sabe muito sobre a origem do líder indígena Mandu Ladino. Para alguns historiadores, seria um índio tremembé, enquanto outros afirmam que fora um nativo criado no aldeamento cariri de Boqueirão, em Pernambuco, onde teria recebido o nome cristão de Manuel. Segundo consta, os índios do aldeamento se rebelaram tendo, inclusive, assassinado um padre e incendiado a capela local. Entre os indios que fugiram para as matas, estava Mandu Ladino. Este conseguiu atingir as terras dos tremenbés, no Piauí, onde, porém, acabou capturado pelos brancos e vendido como escravo a um fazendeiro.

Mandu Ladino foi transformado em condutor de boiadas, o que certamente lhe permitiu conhecer e manter contato com tribos indígenas da região. Diante dos maus-tratos que sofria, Mandu Ladino fugiu novamente e se uniu a outros nativos também indignados com a brutalidade das quais eram vítimas. O estopim da rebelião de 1712 teria sido o assassinato de uma índia por soldados portugueses. Tendo à frente Mandu Ladino, indios de várias tribos rebelaram-se, formando um grande exército no propósito de expulsar os invasores brancos. O governo colonial mandou tropas e colocou a prêmio a cabeça de Mandu Ladino. Foram enviadas também tropas de Tabajaras do Aldeamento da Ibiapaba para socorrer os fazendeiros piauienses, o que foi de grande valia para estes. A revolta foi sufocada, num grande massacre de indígenas. Em 1717, Mandu Ladino morreu lutando próximo ao delta do rio Parnaíba (MELO, 2011).

3.7 A RESISTÊNCIA INDÍGENA

CONTINUOU

A derrota na Guerra dos Bárbaros não foi a última tragédia a se abater sobre os povos indígenas. O destino dos sobreviventes não foi dos melhores, pois, continuaram a ser alvos de violências, exploração e preconceitos. Os nativos acabaram encerrados em aldeamentos, quando não foram explorados ou escravizados diretamente por latifundiários. Mesmo assim, a resistência indígena continuou, não mais em armas na mão, é verdade (embora vez por outra ocorressem confrontos), porém, sobre outras formas, visando preservar seus espaços e identidade enquanto povo. Os nativos reagiriam de forma sutil, usariam táticas do cotidiano aparentemente de submissão, negociação, acomodação perante os valores da sociedade dominante. Quando faziam isso, não estavam simplesmente aceitando a lógica da cultura do colonizador europeu, mas usando de mecanismos e instrumentos da sociedade dos conquistadores para preservar o modo de ser e a vida ameríndia.

Um exemplo do que falamos foram os pedidos de sesmarias feitos por vários líderes indígenas (os chamados principais) dos aldeamentos às autoridades coloniais no século XVIII – alguns desses líderes, inclusive, baseavam o pedido no fato de terem ajudado os brancos e a Coroa no combate a outros nativos tidos como selvagens e indóceis. Os índios, assim, de maneira inteligente, davam a entender que aceitavam o poder dos governantes coloniais em conceder terras, mas, por outro lado, requeriam essas terras, da mesma forma que os colonos brancos, para sobreviverem e conservarem-se enquanto povo. No fundo, era uma astuta maneira de os índios reapropriarem-se de parcelas de suas antigas terras. Para a Coroa, tais concessões eram interessantes, pois, além de ter áreas da capitania efetivamente ocupada por súditos leais e de reafirmar as alianças com lideranças nativas, as terras doadas quase sempre destinavam-se à produção de alimentos, um dos constantes problemas da colônia – embora, por outro lado, também acontecesse de os indígenas requererem sesmarias para a atividade pastoril, o que também era lucrativo para Portugal, pelo auferimento de impostos.

Os “principais” indígenas conheciam muito das leis dos brancos – vários haviam sido alfabetizados nos aldeamentos e sabiam que aquelas leis possibilitavam aos nativos o acesso a algumas parcelas de terra, desde que a cultivassem.Verdade que era uma mudança radical no modo de viver dos nativos, o que afasta a ideia dos índios “puros”, defensores incondicionais de sua cultura – eles iriam trabalhar e produzir agora na lógica do mercantilismo (produção para o lucro), mas, pelo menos, teriam acesso a terra. Os índios, como quaisquer outros agentes históricos, buscavam artifícios que melhorassem sua existência e os preservassem enquantos povos, mesmo valendo-se do mecanismo do sistema colonial (ALBUQUERQUE, 2002; SILVA, 2005; PINHEIRO, 2008).

Outros indígenas, vendo a impossibilidade de vencer os invasores e não aceitando a catequese, abandonavam as terras dos aldeamentos e refugiavam-se em áreas afastadas, não desejando nenhum contato com os brancos e logicamente mantendo sua cultura. Entre tais áreas destacaram-se as serras, a exemplo das de Baturité e Araripe.

Mesmo nos aldeamentos, onde se tentava impor os valores da sociedade cristã-ocidental, os índios ainda mantiveram algumas de suas tradições. Os missionários jesuítas viam-se muitas vezes obrigados a fazer concessões ou ceder a pressões dos índios em virtude das dificuldades da catequização.

Bandeirantes paulistas foram recrutados para combater os indígenas no nordeste. Gravura de Debret, século XIX.

Um exemplo disso é citado nas cartas do padre jesuíta Ascenso Gago, que atuou no aldeamento da Ibiapaba no final do século XVII. Informa sobre uma festa indígena (dentro da missão) na qual simulava-se uma batalha: Os índios (...) se vestiram de variedades de penas, puseram seus penachos (...) nas cabeças, [como costuma acontecer nas batalhas.] (...) repartindo-se em dois batalhões (...); e logo ao som de várias buzinas, bater de pés, gritos e assobios investiram para donde estavam o [os índios do batalhão contrário] o qual recebeu da mesma maneira, representando todos uma horrível batalha (...). Logo uns e outros em um corpo formaram uma vistosa dança ao som de seus maracás e várias cantigas a seu modo, gastando a maior parte dos dois dias seguintes nas mesmas folias. (apud ALBUQUERQUE, 2002: 107/108).

Uma das mais interessantes formas de resistência indígena ante a imposição colonizadora deu-se na Aldeia de Nossa Senhora dos

Prazeres de Caucaia. Diante da estratégia adotada pelos colonizadores de separar os povos indígenas em vários aldeamentos para enfraquecer a estrutura sociocultural dos nativos, os potiguares, como vimos, acabaram se fundindo com os cariris, tremembés e jucás em Caucaia, dando origem ao povo tapeba ainda hoje existente naquele município. Foram poucos os povos indígenas, os quais, tentando escapar à eliminação de sua identidade, buscaram na natureza outra denominação que lhes assegurasse a unidade étnico-cultural (tapeba viria do tupi, significando pedra chata) (BARRETO FILHO, 1993).

Apesar disso, a vida nas missões era dura. Afora a disciplina missionária, os índios eram explorados, requisitados que eram pelas autoridades da capitania para trabalhar em obras ou lutar contras indígenas tidos como indóceis ou inimigos europeus. Muitas vezes, nativos eram cedidos para servirem aos latifundiários, tangendo boiadas para as feiras da Zona da Mata ou para cultivar a terra. Essa ânsia pela mão de obra índia intensificou-se no final do século XVIII, quando da expansão da lavoura algodoeira no Ceará. A Carta, datada de 1720, ao rei, do Pe. Domingo Ferreira (prefeito das missões e seu visitador), acerca da situação geral dos nativos de Piauí e Ceará, informa que um índio valia tão pouco que se dava três ou quatro vermelhos por um negro de Angola (apud PINHEIRO, 2008).

A valorização da cotonicultura trouxe também outrO agravante para os povos naturais: a ambição cada vez maior dos colonos sobre as terras dos aldeamentos. Os fazendeiros, alegando que os índios eram maus servos do rei, porque resistiam à civilização e nada produziam, passaram a solicitar as terras dos aldeamentos, no que eram muitas vezes atendidos, como aconteceu em 1717, quando terras dos anacês e jaguaribaras foram dadas a colonos. Sem terra, degradam-se as condições de vida material dos indígenas e sobrevêm a prostituição, o roubo e o alcoolismo.

Em 1750, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, assumiu o cargo de primeiro-ministro do rei português D. José I. Entre as medidas adotadas no período pombalino, estava a lei do ano de 1757 (era a chamada Lei do Diretório Pombalino), que visava, conforme os ideais do Iluminismo, “civilizar” os índios, para

torná-los iguais aos demais súditos de El Rei. Para isso, era necessário combater os costumes nativos tidos como bárbaros e lhes impor outros “mais civilizados”. Considerando os índios cidadãos livres e que deveriam viver segundo as mesmas leis dos colonos brancos, a Lei do Diretório Pombalino impôs o uso da língua portuguesa (e, portanto, a proibição do uso das línguas nativas) e incentivou os casamentos mistos (de índios com brancos, especialmente) para que, dessa forma, os “atrasados” povos indígenas fossem integrados à sociedade.

A Lei do Diretório retirou ainda os índios do controle dos padres jesuítas, determinando que as vilas ficassem sob a administração civil de diretores, os quais seriam os tutores dos nativos e responsáveis, ao lado de outras autoridades das Câmaras (ouvidores, juízes ordinários, vereadores, etc.), pelo processo de “civilização” dos indígenas. Os aldeamentos, assim, foram extintos, virando vilas, daí por que Caucaia virou Soure, Parangaba, Vila de Arronches, etc, chamadas de vila de índios. Vale ressaltar, por outro lado, que a Lei do Diretório garantiu aos nativos a propriedade das terras dos antigos aldeamentos.

Não obstante, os tais diretores eram, em sua maioria, ninguém mais que os próprios latifundiários. A exploração indígena continuou e, com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, que bem ou mal, defendiam os nativos, os fazendeiros expropriaram ainda mais as terras dos aldeamentos, expulsando índios ou juntando-os à força em algum aldeamento. Lógico que as terras dos aldeamentos vazios, os brancos se apossavam, alugavam, vendiam.

A Lei do Diretório foi revogada em 1798, mas seus princípios continuaram como referência para decisões políticas e administrativas acerca dos índios até a elaboração e criação, em 1845, do Regulamento acerca das Missões de Catequeses e Civilização dos Índios (ALBUQUERQUE, 2002; SILVA, 2005; PINHEIRO, 2008).

3.8 A “EXTINÇÃO” DOS ÍNDIOS CEARENSES

No ano de 1850, a monarquia brasileira baixou a Lei de Terras. Por ela, as terras dos índios não eram devolutas (isto é, não poderiam ser consideradas desocupadas), constituindo a propriedade um título originário (ou seja, a propriedade dos índios sobre suas terras viria do simples fato de eles serem indígenas). Portanto, as terras dos antigos aldeamentos pertenciam aos nativos.

A Lei de 1850 foi, entretanto, mais um golpe contra os povos naturais. As elites e mesmo o Estado começavam então a usar diversos artifícios legais para declararem extintas as populações dos aldeamentos e com isso liberarem as terras para os latifundiários. Passou-se a considerar devolutas as terras dos antigos aldeamentos desde que despovoadas pelos índios. Em 1860, o governo foi autorizado a aforar, ou vender, essas terras. Então, muitos presidentes [governadores das províncias], que antes solicitavam verbas para sustentar os seus índios, informavam agora que não existiam mais índios em suas províncias, ou que certos aldeamentos eram ocupados por índios fictícios ou mestiços civilizados. Após um levantamento feito pela Repartição Geral das Terras Públicas, a partir de 1855 muitas aldeias habitadas por índios foram, desse modo, declaradas devolutas (SANTOS, 1995: 80).

Crianças tapebas, em Caucaia. Os índios do Ceará continuam existindo e resistindo à aculturação

Assim, a apropriação pelos brancos das pouquíssimas terras indígenas restantes foi legalizada. Em 1861, respondendo à indagação do governo imperial acerca dos índios locais, o governo cearense afirmou que os povos nativos, ditos selvagens, não existiam mais na província, estando todos confundidos com o grosso da população. Em 1863, essa informação era ratificada pelo presidente do Ceará, José Bento da Cunha Figueredo Júnior, que em seu relatório anual à Assembleia Legislativa declarava extintos os índios aldeados e bravios locais, visto que os remanescentes estariam já civilizados ou miscigenados com o resto da população – eram os caboclos, palavra usada desde metade do século XIX até hoje para negar a existência dos indígenas e seus direitos. Os nativos cearenses perdiam assim, o direito de existir oficialmente. Paradoxalmente, vários documentos do próprio governo provincial cearense de anos anteriores falavam das hordas de índios “brabos” que perambulavam pelo interior do Ceará (ALBUQUERQUE, 2002;

SILVA, 2005; NETO, 2006; PINHEIRO, 2008).

Mas eles não desapareceram. Claro que houve miscigenação, sim, e boa parte dos nativos foi morta ante a violência, os assassinatos, as doenças, a exploração feitos pelos brancos. Mesmo assim, os remanescentes continuaram existindo, sufocados em pequenas áreas, silenciosos muitas vezes, apesar do que foi propagado por décadas pelos meios oficiais, segundo os quais não havia mais índios no Ceará. Apenas nos anos 80 do século XX, no contexto da luta e mobilização da sociedade contra a ditadura civil-militar (1964-85), o movimento indigenista local se rearticulou, no que foi importante o apoio do então arcebispo Dom Aloísio Lorscheider. Este teve a coragem de peitar certos segmentos conservadores cearenses, que chegaram a chamá-lo de homem de fértil imaginação por querer recriar um Brasil pré-cabralino habitado por silvícolas.

Segmentos das elites continuam ainda hoje não reconhecendo os índios cearenses, acusando-os de farsantes e aproveitadores, ou reproduzindo preconceitos e estereótipos (preguiçoso, inferiores, selvagens). Na verdade, reconhecer tais índios implica dar-lhes terras, o que contraria frontalmente os interesses de grupos oligárquicos e empresariais.

Conforme dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), calcula-se que o Ceará tenha atualmente mais de 22 mil índios, formando 14 povos divididos em várias comunidades e municípios. São os tremembés (em Almofala, Acaraú, Itapipoca e Itarema), os tapebas (Caucaia), os pitaguaris (Maracanaú e Pacatuba), os jenipapo-kanindés (às margens da Lagoa Encantada, em Aquiraz), os tabajaras (Crateús, Poranga, Viçosa do Ceará, Monsenhor Tabosa, Quiterianopólis, Tamboril e Ipueiras), os paiacus (Aquiraz e Pacajus), os kanindés (Aratuba e Canindé), os kalabaças (Crateús, Poranga e Lavras da Mangabeira), os potiguaras (Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Tamboril e Crateús), os kariris (Crateús e sul cearense), os Anacés (São Gonçalo do Amarante e Caucaia), os gaviões (Monsenhor Tabosa), os tupiba-tapuia (Monsenhor Tabosa) e os tupinambás (na região de Crateús). Esses povos lutam pelo reconhecimento de sua identidade, a manutenção e difusão do pouco que sobrou de sua cultura e, sobretudo, a demarcação de terras historicamente a eles pertencentes. Cinco séculos após a

invasão portuguesa, a resistência indígena continua.

Parte II

Colônia

Capítulo 04

A igreja colonial

4.1 PRIMÓRDIOS DA IGREJA CATÓLICA

Quando da segunda invasão holandesa ao Ceará (1649-54), com Matias Beck veio o ministro Kempins, que procurou converter os indígenas locais à fé calvinista. Não se sabe até que ponto a pregação do predicante protestante influenciou na cultura indígena. Entretanto, referindo-se aos índios aliados dos holandeses vindos de Pernambuco para a Serra da Ibiapaba em meados do século XVII, o Padre Antônio Vieira diz que a região virou a "Genebra de todos os sertões do Brasil, porque muitos dos índios pernambucanos foram nascidos e criados entre os holandeses, sem outro exemplo nem conhecimento da verdadeira religião. [...] e o tinham aprendido nesta escola do Inferno, é o que os fugitivos de Pernambuco trouxeram e vieram ensinar à serra, onde, por muitos deles saberem ler e trazerem consigo alguns livros, foram recebidos e venerados dos Tobajaras [...]" (VIEIRA, 2006: 31).

Com a retomada da terra cearense pelos portugueses em 1654, retorna a Igreja Católica, com padres seculares[8] trabalhando no antigo forte de Schoonemborch, dentro do qual se construiu a Ermida de Nossa Senhora de Assunção, nome dado à fortificação daí por diante. (GIRÃO, 1985). Ante a conquista dos sertões pela pecuária, para ali também foram os sacerdotes, com a intenção de expandir a fé cristã e pacificar a população nativa que resistia à presença dos colonizadores. De início, as tentativas de conversão dos indígenas ocorreram de forma itinerante.

É possível presumir que, ao contrário da atividade produtiva do açúcar, concentradora de mão de obra, a atividade extensiva da pecuária e sua extrema dispersão tenham dificultado a instalação da Igreja. Mas, além daqueles que se fixaram temporariamente, vários religiosos foram proprietários de sesmarias ou estavam "integrados em congregações beneficiadas com doações de terras". Assim, o território cearense foi pontuado por ermidas, capelas, aldeamentos pequenos e efêmeros que tiveram à frente, na maioria das vezes, padres seculares, os Clérigos do Hábito de São Pedro (JUCA NETO, 2012: 5).

Em certos casos, após o estabelecimento da fazenda de gado, os latifundiários pediam ao bispado de Pernambuco (ao qual estava eclesiasticamente também vinculado o Ceará) a autorização para erguer uma ermida, onde podiam ser celebradas missas. A permissão significava a assistência religiosa e endossava a presença

da Igreja nos sertões. Tais ermidas eram construídas em terras doadas por um ou mais fazendeiros e aumentavam o patrimônio eclesiástico na capitania – as práticas religiosas, como confissão, contribuições em dízimos, missas, doações de gados e gêneros para a Igreja como forma de benesse, eram largamente incentivadas pelo clero.

O bispado de Pernambuco demarcou os limites das freguesias cearenses, que seriam frequentemente percorridas por padres visitadores angariando fundos para a Igreja. Na maioria das vezes, as vilas foram fundadas onde já existiam capelas, o que denota que houve uma precedência da organização religiosa quanto à organização político-administrativa. Com o tempo, no entorno dessas capelas, poderiam se organizar pequenas povoações, alterando a dispersão populacional reinante na pecuária, vagarosamente. Durante o século XVIII, o número de freguesias no Ceará superou o de vilas criadas. A capitania alcançou o século XIX com 17 freguesias e 14 vilas (ibidem: 7 e ss).

Eram poucos os clérigos, sobretudo, nos momentos iniciais da colonização, que tinham interesse de vir ao Ceará, terra muito pobre, de índios belicosos e selvagens, com rudes habitantes, muitos dos quais criminosos, negros e mulatos, todos em constante "pecados" com as índias e gerando famílias de "grosseiros mestiços" – os primeiros cearenses. Além disso, a remuneração dos sacerdotes era baixíssima.

Sofrendo várias privações, mal pagos e não poucas vezes hostilizados por índios, colonos e militares, os padres passavam reduzido tempo à frente da paróquia cearense – paróquia essa criada oficialmente em 1671 (GIRÃO, 1985). Era comum, após um ou dois anos de permanência, que os padres abandonassem a paróquia e regressassem a Portugal ou a Pernambuco e Bahia. Daí ser constante a preocupação por parte dos administradores cearenses com a falta de sacerdotes e igrejas, não apenas para atender os colonizadores, mas também (...) para batizar e instruir os gentios. (apud JUCÁ, 1992: 20).

4.2 CATEQUESE E ALDEAMENTO

À proporção que os criadores de gado devassavam o interior cearense, aumentava a resistência dos indígenas. Tal resistência era grande na Ibiapaba, onde os tabajara e outras nações se dispuseram a criar uma área livre da presença dos brancos. Como visto no capítulo anterior, Portugal enviou jesuítas a partir do Maranhão com a pretensão de pacificar os nativos.

Longe dos olhares dos superiores do bispado de Olinda, a ação dos padres da aldeia da fortaleza e das vilas interioranas era quase sempre de complacência com as "faltas" dos colonos, soldados e autoridades da capitania, mesmo porque as relações entre o poder constituído e o clero nem sempre eram cordiais. Em vários momentos verificavam-se confrontos entre os representantes da Coroa e os padres. Em 1787, uma carta dos párocos das igrejas-matriz da capitania do Ceará continha denúncias contra o capitão-mor João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri. A Igreja se dizia vítima de arbitrariedade dessa autoridade, que era comparada ao Imperador Nero. Obviamente que muitos clérigos "esqueciam" os votos sagrados e entregavam-se aos "prazeres materiais". No final do século XVIII, colonos e soldados do fortim de N. S. de Assunção acusavam o padre João Leite de Aguiar de se dedicar mais ao seu curral bovino que às questões de fé, e de ter "sucumbido cedo" às tentações da carne, vivendo licenciosamente com índias e mestiças (JUCÁ, 1998). Sacerdotes assediavam sexualmente negras, nativas e até, em momento mais avançado da colonização, as nem sempre recatadas donzelas e matronas da sociedade.

“Negra ao Violão”, aquarela anônima do século XIX, mostrando atitudes “não condizentes” com a vocação sacerdotal

A ação catequética jesuítica na metade do século XVII diferia das práticas iniciais. A princípio, os membros da Companhia de Jesus procuravam evangelizar os índios de forma espontânea, com danças, procissões, presentes, cantos e pregações, visitando-os e convivendo com os mesmos por certo período nas aldeias. Essa estratégia não apresentou resultados positivos. Bastavam os padres deixarem as aldeias para que os indígenas retomassem seus costumes tradicionais. Em vez dos princípios cristãos, preferiam ouvir seus pajés, líderes espirituais e espécie de médicos, conservando, assim, as estruturas socioculturais tribais.

Os índios, de doces e inocentes selvagens, começaram a ser vistos como seres bestiais, endemoniados, animalescos. Para convencê-los a aceitar as graças do cristianismo seria necessário, antes de tudo, dominá-los e afastá-los de seus hábitos primitivos e dos pajés/bruxos/feiticeiros. A solução para tanto foi a criação do método de aldeamento, que começou a ser aplicado inicialmente na Bahia a partir de 1556, propagando-se depois para outras regiões, como o

Ceará (HOONAERT, 1989).

Os aldeamentos, também chamados de missões, eram áreas em que se erguiam espécies de aldeias artificiais (diferentes das aldeias originais dos nativos), para onde se conduziriam e se manteriam os índios, no intuito de doutriná-los e convertê-los ao catolicismo. A ideia era que os nativos ficassem sob a vigilância constante dos padres, os quais deveriam atuar como guias para que sua cultura ancestral fosse abandonada definitivamente.

Havia muitos interesses em torno dos aldeamentos, que não apenas os religiosos. Atendia em muito ao projeto colonial português. Para começar, com a fundação dos aldeamentos, garantia-se a incorporação, ocupação e defesa de territórios por agentes leais à Coroa portuguesa. Depois, ao concentrarem-se os nativos numa área restrita, deixavam-se os sertões desocupados para os colonos pecuaristas deles se apropriarem lucrativamente. Além disso, os índios aldeados seriam utilizados como mão de obra em diversos tipos de trabalho, fossem nas próprias missões, gerando riquezas para os jesuítas, fosse através dos trabalhos compulsórios requisitados e prestados aos fazendeiros ou às autoridades coloniais.

Note-se que virar cristão não era apenas seguir os preceitos da religião, mas assumir os valores da sociedade europeia, cada vez mais marcada pela lógica do capitalismo em sua fase mercantilista. Ou seja, tornar os índios produtores de riquezas a serem apropriadas pelos conquistadores.

Os índios das missões seriam igualmente empregados como força militar na defesa das vilas e plantações e/ou no ataque aos indígenas mais arredios ou inimigos dos europeus. Nesse papel de verdadeiros acampamentos militares, sobressaíram-se as três missões em torno de Fortaleza: Parangaba, Paupina (Messejana) e Caucaia, e o aldeamento de Ibiapaba.

Os indígenas eram objetos dos denominados descimentos, ou seja, expedições em que os missionários convenciam (ou forçavam em alguns casos) os nativos a descerem de suas aldeias naturais para viverem nas missões (as aldeias dos índios bons ou da cruz), nas proximidades das vilas dos brancos. Havia também descimentos feitos violentamente por militares e colonos, mas com o objetivo de

escravizar os índios.

Criavam-se os aldeamentos a partir da concessão pelo governo de terras necessárias à sobrevivência dos índios que se visava catequizar – Carta Régia de 1700 estabeleceu a dimensão de uma légua quadrada de terra para os aldeamentos.

Vale lembrar que com o avanço da conquista europeia no Ceará, sobretudo, no final do século XVII e início do seguinte, muitos povos indígenas espontaneamente procuraram os aldeamentos, para escapar da violência e escravidão cada vez mais praticadas pelos colonizadores. Os missionários deviam mesmo ter sido vistos pelos nativos, em muitas ocasiões, como aqueles brancos que lhes davam um tratamento diferente, mais sutil e brando, chegando mesmo a protegê-los das ambições escravistas dos colonos (BARRETO FILHO, 1993; ALBUQUERQUE, 2002; BARROSO, 2002; SILVA, 2005; MAIA, 2010; PINHEIRO, 2008).

4.3 A MISSÃO

Por anos a fio os jesuítas tentaram inutilmente fundar aldeamentos estáveis na Ibiapaba, local, como já dito, onde os índios se opunham ferozmente à presença dos invasores. Após a derrota dos holandeses em 1654 e temendo evetuais represálias dos portugueses, índios de Pernambuco e igualmente do Ceará tinham buscado a Ibiapaba na esperança de criar (...) uma área indígena que resistisse à influência perniciosa dos civilizados; queriam uma sociedade de homens livres no coração da América escravizada (STUDART FILHO, 1959: 20). O famoso Pe. Antonio Vieira, que esteve pessoalmente naquela serra em 1660, atribuía os insucessos à “ação de Satã”. Várias vezes os jesuítas foram obrigados a deixar a serra, fosse por resistência dos índios, fosse por pressão dos colonos e autoridades do Maranhão, que desejavam escravizar os nativos.

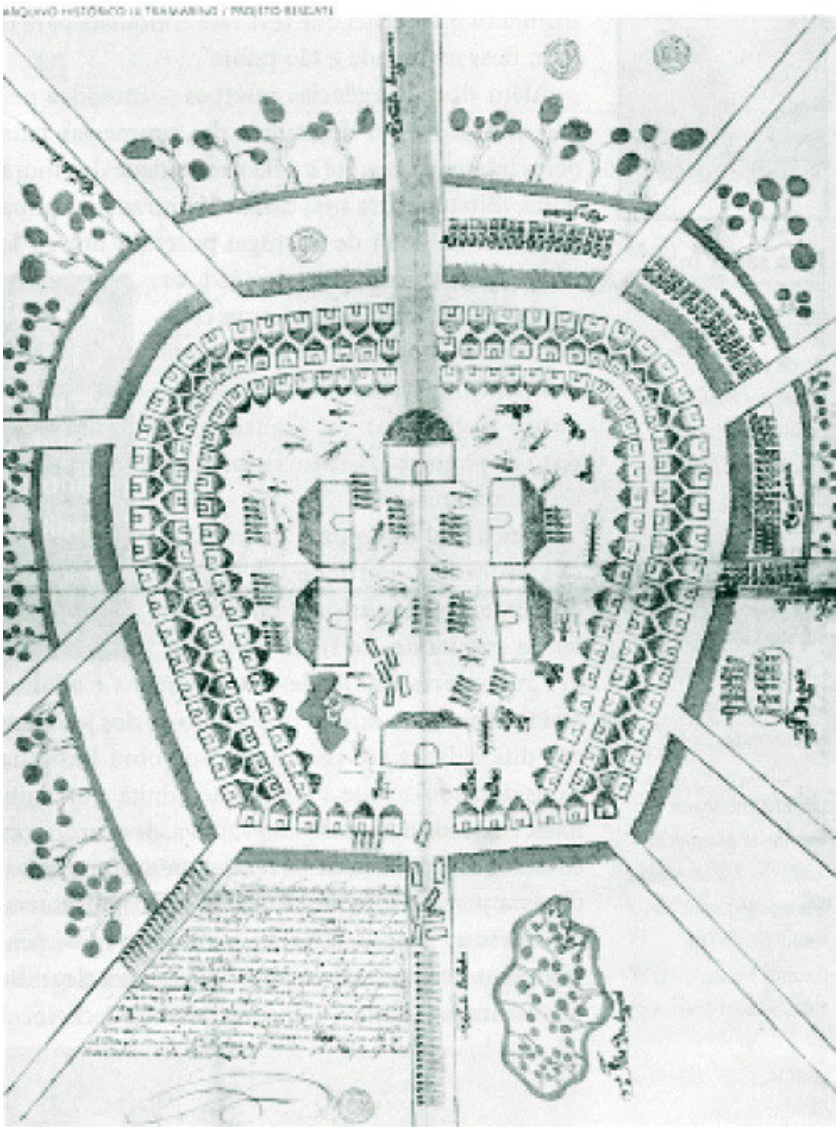
Jesuíta em trabalho de cataquese. Gravura de Rugendas: Cristianização e colonização estavam relacionadas

Compete esclarecer que não havia ainda uma definição clara acerca das divisas do Ceará e Piauí/Estado do Maranhão, o que provocava muitas disputas de jurisdição. Tais disputas, na verdade, giravam em torno do controle dos nativos: ficar com a Ibiapaba era, para autoridades e colonizadores, aproveitar-se da mão de obra nativa (pinheiro, 2008).

Por fim, em 1695, os religiosos conseguiram se instalar definitivamente na serra da Ibiapaba, fundando em 1700 o aldeamento de Nossa Senhora de Assunção da Ibiapaba, no local da atual cidade de Viçosa do Ceará. A chamada Aldeia da Ibiapaba, segundo nos informa o Pe. Ascenso Gago, que ali trabalhou por anos, já tinha em 1702 mais de quatro mil pessoas, o que a tornava um aldeamento de dimensões consideráveis, principalmente se levarmos em conta que a população de Fortaleza não chegava a 500 habitantes à época... Na primeira metade do século XVIII, a Missão da Ibiapaba se tornaria o maior aldeamento do Brasil. Em 1756, possuía cerca de 6 mil nativos. Dali comumente os indígenas missionados eram levados a ajudar os brancos no combate aos nativos indóceis dos sertões (MAIA, 2010).

A grande concentração indígena ocorria também em outros aldeamentos do Ceará, os quais estavam entre os mais populosos da região – lembremos que o Siará Grande foi uma das últimas capitanias a serem conquistadas, servindo por anos de refúgio para índios vindos de outros locais. Essa concentração de nativos era um atrativo para os interesses de colonos e autoridades coloniais, sempre atrás de braços para trabalhar ou lutar, como vimos há pouco. Assim, no caso da Missão da Ibiapaba, eram comuns os atritos com governantes e latifundiários do Maranhão, Ceará e Piauí, que acusavam os jesuítas de retardarem o desenvolvimento da colônia ao protegerem os índios.

Os índios seriam empregados em várias atividades, como pecuária, agricultura (destacadamente com a expansão do algodão na segunda metade do século XVIII), obras públicas, a exemplo da construção de igrejas, e prestação de serviços domésticos. Os moradores queriam índios domésticos para as atividades corriqueiras de sobrevivência: caçar, pescar, cortar madeira, plantar e manter uma roça de mandioca e milho, além de cuidar dos afazeres pesados da casa (PINHEIRO, 2008).



Planta de aldeamento no Maranhão. A catequese ia além dos aspectos religiosos

Havia até atritos dos jesuítas com padres seculares. Um exemplo desses choques ocorreu com o Pe. Matinhos, figura ligada às origens

de Sobral, o qual se esforçou no século XVIII em demonstrar a inutilidade da missão da Ibiapaba – no fundo, o sacerdote defendia que os inacianos se retirassem dali, ficando as terras jesuíticas (entre as quais encontravam-se sesmarias nas margens do rio Camocim) para os colonos e que fossem os nativos submetidos à escravidão (FROTA, 1974).

Necessitava-se dar uma base de sustentação econômica para consolidar a aldeia da Ibiapaba. Dessa forma, o governo português determinou a entrega de sesmarias aos religiosos, onde pudessem criar gados. Assim, os jesuítas, recebendo em doação ou comprando terras, tornaram-se proprietários de vastos latifúndios criadores no norte cearense. Na verdade, ao lado dos franciscanos, os jesuítas estavam entre os grandes impérios latifundiários nordestinos, possuindo vastos currais na proximidade dos rios Jaguaribe, Choró, Pacoti, Aracatiaçu e Coreaú. Nos aldeamentos, o produto do trabalho indígena enriquecia a Companhia de Jesus, bem como a remuneração dos serviços que os nativos prestavam aos colonos. A posse de tantas terras e o controle sobre tantos braços indígenas estimulavam os atritos e a cobiça dos colonizadores contra os jesuítas.

Foi como doação que os missionários receberam terras em Aquiraz, erguendo ali um hospício, ou seja, um ponto de hospedagem ou residência, na definição da época – seria um local para descanso e de irradiação dos jesuítas em suas andanças pelo Ceará. As construções iniciaram-se em 1727. O Real Hospício de Aquiraz servia igualmente como enfermaria geral dos missionários onde se recolhiam os doentes ou os alquebrados pela idade. Posteriormente, seria também casa de ensino, um verdadeiro seminário, onde eram recibidos como alunos internos os filhos dos moradores das fazendas sertanejas que possuíssem vocação religiosa – ou cujos pais achassem que deveriam ter. Ali, também, eram recebidos os moradores mais próximos para instrução geral, e indígenas para catequese. O Hospício mantinha cursos onde se ensinavam os ofícios de pedreiro, carpinteiro, ferreiro, oleiro, costureira, bordadeira, etc (GALVÃO, 2010; BARROSO, 2004).

Outros aldeamentos foram fundados no século XVII e no seguinte, nas proximidades de Fortaleza, como os de Parangaba, Caucaia e

Paupina (Messejana). Há dúvidas sobre a data precisa da fundação destas missões, mas parece que já existiam por volta de 1694, segundo o historiador Studart Filho (STURDAT FILHO, 1961:209). Também foram aldeamentos cearenses no período colonial: Paiacu (depois chamado Monte-Mor-Velho, Guarani e hoje, Pacajus), Monte-Mor-Novo (Baturité), Telha (Iguatu), Miranda (Crato), Missão Velha, Missão Nova (São José dos Cariris), Aracati-mirim (Almofala), Salamanca (Barbalha), entre outros (HOONAERT, 1989; BARRETO FILHO, 1993; ALBUQUERQUE, 2002; BARROSO, 2002; SILVA, 2005; MAIA, 2010; PINHEIRO, 2008).

4.4 OUTRO MODO DE SER

Nos aldeamentos tratou-se de impor aos índios valores que iam muito além dos do campo religioso – no fundo era a imposição de outra organização sociocultural, de origem europeia e vinculada ao capitalismo nascente.

Os povos nativos sofreram com isso um etnocídio, perdendo em grande parte suas raízes culturais, ainda que buscassem mantê-las. Os padres jesuítas insistiam em tentar apagar o antigo jeito de viver indígena. As lideranças dos povos naturais, como os pajés, foram desacreditadas e tachadas de embusteiras e demoníacas. A tradicional cultura indígena foi desqualificada e espezinhada.

A vida nos aldeamentos provocava uma mudança no dia a dia dos índios em vários aspectos. Os indígenas habitavam antes em ocas ou casas coletivas enormes, com dezenas de pessoas convivendo juntas e geralmente mudando de local a cada dois anos. Nos aldeamentos, passaram a morar em casas de taipa, separadas em unidades familiares e em localidades permanentes.

Antes dos aldeamentos, os índios observavam o tempo relacionando-o com a natureza/estações do ano e suas necessidades. Dedicavam ao trabalho apenas o tempo necessário para obter os meios de sobrevivência (e não no sentido de acumular riquezas,

como ocorre no capitalismo) e, como isto não absorvia o dia inteiro, frequentemente buscavam o descanso – daí o preconceito dos europeus em verem os índios como preguiçosos. Nas missões, o tempo e sua marcação ganharam outros significados, no sentido de disciplinar o trabalho e obter o máximo da produção. Para isso, os missionários contavam com o auxílio de relógios, sinos e até mesmo tambores, que demarcavam o momento de execução das tarefas e impunham horários a serem cumpridos pelos nativos. A lógica era organizar o tempo para melhor e mais produzir.

Os índios trabalhavam nas roças e fazendas de gado do aldeamento. Ali, inicialmente, a base da alimentação era a produção das roças, de mandioca, de milho e legumes, além de canas, laranjas e outras frutas. Mais tarde, com o desenvolvimento da pecuária, foi acrescida, à alimentação, a carne de gado.

Boa parte dos atritos entre missionários e nativos aldeados tinha origem na imposição da monogamia aos índios. A dificuldade era maior em relação aos principais (líderes), pois, em virtude da sua posição de guerreiros, eram estes os que mais gozavam do privilégio de manter mais de uma mulher dentro do grupo. Os padres insistiam em casá-los conforme os ritos da Igreja.

Nas aldeias eram reunidos índios de várias etnias. Havia aí uma estratégia dos missionários em destruir as estruturas socioculturais dos povos nativos e homogeneizá-los, conforme os valores cristão-europeus. Assim, por exemplo, trataram de substituir as línguas originais nativas pelo nheengatu, também chamado de língua geral (uma língua artificial desenvolvida pelos jesuítas nos séculos XVI e XVII para melhor cristianizar os índios). O nheengatu apresentava como base o vocabulário e a pronúncia tupi, tendo como referencia a gramática da língua portuguesa – foi a língua predominante no Brasil até o século XVIII. Para se ter ideia da violência acontecida, foi tão bem-sucedido esse processo de destruição das línguas nativas que os atuais índios do Ceará perderam quase todo o seu referencial linguístico.

A nudez era algo inaceitável para a Igreja, sobretudo, a nudez feminina, pois despertava o corpo para os “pecados da carne”. Os padres, então, trataram de obrigar os nativos a usarem roupas e a cobrir as “vergonhas” – daí porque nas missões era estimulado o trabalho de tecelagem, principalmente junto às mulheres.

4.5 A VIDA NOS ALDEAMENTOS

Abordar a vida cotidiana de índios e missionários nos aldeamentos não é tarefa fácil, pois as fontes históricas (cartas, diários, etc.) são escassas ou possuem poucos indícios diretos a esse respeito. De modo geral, imperava uma rígida disciplina, tudo regulado através dos toques do sino da igreja ou de punições. Para os índios, não era uma situação fácil, pois, afora estarem sujeitos a várias formas de controle, exploração e repressão, ainda passariam a viver num espaço bastante reduzido, quando comparado às suas vastas áreas originais – isso implicava em menos áreas para caçar, pescar, praticar a agricultura, etc., menos recursos naturais disponíveis e uma limitação ao estilo de vida nativo, acostumado a deslocamentos e ao nomadismo.

Bem cedo, de madrugada, o badalar dos sinos acordava todos os indígenas, os quais deveriam se ocupar dos serviços domésticos (dobrar as redes, armazenar água nos potes, preparar a primeira refeição do dia, etc.). Após as orações e a missa, enquanto os nativos mais habilidosos eram encaminhados para a escola (onde se ensinava a ler, escrever, cantar e tocar instrumentos, afora o catecismo completo), a maioria ia para o trabalho nos campos, nos currais e nas oficinas (como no caso das mulheres dedicadas à tecelagem, para a produção de roupas, bordados e adornos para a igreja). Servia-se o almoço e, ao pôr do sol, o sino anunciava o fim do trabalho, reunindo-se a comunidade para a oração diária do rosário e novas orientações catequéticas. Era um catecismo repetitivo, mecânico, com perguntas e respostas prontas, sem espaços para questionamentos.

A igreja constituía-se o centro em torno do qual girava a rotina na Missão, pois ali eram feitos todos os ritos religiosos e se tentava disciplinar a vida dos nativos ao som dos sinos. Vale ressaltar que uma das primeiras ações ao começar qualquer trabalho jesuítico consistia na construção de uma igreja, símbolo maior da tarefa missionária cristã e civilizatória. As famílias tinham um lugar determinado, para facilitar a conferência dos faltosos. Estes sofriam reprimendas e, em caso de reincidência, castigos.

As aldeias missionárias chegavam a possuir instrumentos de punição, como o tronco para prender ou açoitar os índios indisciplinados. Quem impunha os castigos eram os meirinhos,

índios hierarquicamente superiores e de confiança dos missionários.

Quando os homens eram requisitados para lutar contras índios belicosos ou para trabalhar para governantes, militares e proprietários, poderia ocorrer uma desorganização da produção no aldeamento, gerando períodos de escassez e até fome. Isso, ao lado das secas, gerava desnutrição e era um caminho aberto para uma elevada mortalidade nas missões. Índias se prostituíam para sobreviver à fome.

As mulheres aldeadas eram também exploradas ao extremo. Como vimos, entre suas ocupações, estava a de tecer roupas de algodão para os moradores da Missão. Podiam também ser requisitadas para trabalhar fora da Missão, principalmente em serviços domésticos. Muitas índias eram levadas para servir os moradores, permanecendo forçosamente com estes por tempo indeterminado.

Além de terem seu trabalho explorado de maneira humilhante, as índias eram igualmente exploradas sexualmente, uma vez que faltavam mulheres brancas no início da colonização. Homens, quando não estupravam impunemente as nativas, roubavam-nas das aldeias e formavam verdadeiros haréns, com prole infecta, malcriada, e pior disciplinada, [da qual] não se pode esperar ação boa nem para o serviço de Deus nem para o do Príncipe, diz, preconceituosamente, o Pe. Domingo Ferreira, em carta de 1720 ao rei (apud ALBUQUERQUE, 2002: 101). Os padres protestavam contra os estupros e os amancebamentos entre brancos e índios, chegando mesmo a propor a excomunhão daqueles que tivessem em sua companhia índias tiradas das aldeias.

No processo de catequese, havia uma atenção especial às crianças, que ocupavam lugar importante nas cerimônias cristãs, principalmente participando de corais. Seria bem mais fácil doutrinar aquelas crianças dentro dos valores cristãos que a um adulto.

Apesar da disciplina e das pregações contra os vícios (documentos falam da “tendência ao alcoolismo” como um dos pontos fracos dos tabajaras), eram permitidas festas controladas, aos sábados e dias santos. Os jesuítas sabiam da necessidade de estratégias que permitissem aos índios parcelas de divertimentos, para facilitar a

convivência nos aldeamentos – a disciplina constante poderia provocar mais oposição dos nativos aos valores cristãos. Os índios, por sua vez, usavam esses espaços de festividade para conservar traços de sua cultura tradicional, resistindo, dentro do possível, ao processo de aculturação vindo com a colonização, como vimos no capitulo anterior. Conclui-se, portanto, que nem sempre ocorria um rigor completo e extremado por parte dos missionários, a ponto de não deixar sobreviver algumas das manifestações tradicionais dos ameríndios (HOONAERT, 1989; BARRETO FILHO, 1993; ALBUQUERQUE, 2002; BARROSO, 2002; SILVA, 2005; MAIA, 2010; PINHEIRO, 2008).

Em 1759, o Marquês de Pombal expulsou a ordem jesuítica do Reino. Os inacianos do Ceará acabaram presos, e seus bens, confiscados, sendo escoltados por militares armados para Pernambuco em fevereiro de 1760. Houve festa em Fortaleza e em outras vilas. Celebraram-se te-deum (cântico da igreja católica em ação de graças), a pedido dos latifundiários e demais inimigos dos inacianos.

Os aldeamentos, então, foram convertidos em vilas, administradas por um diretor, enquanto os serviços religiosos dos jesuítas passaram a ser realizados por padres seculares, muitos dos quais grandes senhores de terra. Entende-se, dessa maneira, o porquê de os nativos passarem a ser mais explorados, quando não expulsos ou obrigados a fugir das aldeias.

Essa situação é evidenciada em documentos da Coroa portuguesa. Carta de 1786, do secretário de Estado, Manoel de Mello e Castro, ao capitão-mor do Ceará, informava “das muitas e repetidas queixas, que têm chegado a esta Corte, das vexações, e maus tratamentos que se fazem aos índios na maior parte das capitanias do Brasil” (apud MAIA, 2010: 296). Providências eram determinadas às autoridades, mas pouco de efetivo acontecia.

4.6 AS SANTAS MISSÕES

Outra ordem religiosa presente no Ceará colonial foi a dos franciscanos, que passaram a entrar casualmente no Brasil a partir da segunda metade do século XVI, interessando-se também pela catequese dos indígenas – por exemplo, se encarregaram, no século XVIII, da Missão do Miranda (Crato), onde foram aldeados os índios kariris.

Os frades franciscanos introduziram uma novidade em termos de trabalho missionário, as santas missões ou missões ambulantes ou itinerantes, isto é, a ação religiosa realizada por padres que visitavam de tempos em tempos as vilas e os povoados do interior, para pregar, confessar, rezar missas, etc.

Isso permitiu uma aproximação maior dos padres franciscanos com a população mais humilde, que passou a se identificar com eles, pois, entre outras coisas, os religiosos andavam a pé (e não conduzidos por escravos como normalmente viajavam os demais clérigos), trabalhavam ao lado dos sertanejos nas construções comunitárias (capelas, cemitérios, etc.), ainda que fossem acompanhados e servidos por cativos. A influência franciscana sobre a religiosidade brasileira e nordestina estendeu-se ao longo dos séculos. Disso prova a conservação na mentalidade sertaneja, transmitida pela tradição oral, das mensagens de Frei Vidal de Frascarollo (vulgo da Penha) quando de suas andanças pelos sertões cearenses por volta de 1785. Outro exemplo da influência está no prestígio, no final do século XX, de Frei Damião de Bozzano, falecido em 1997.

Os franciscanos estabeleciam as santas missões em um local por cinco a doze dias. As viagens não tinham planejamento prévio, indo os missionários para onde fossem convidados – pelo vigário da localidade, pelo capitão da vila, por um poderoso fazendeiro. Quem os convidasse deveria pagar a viagem, a alimentação (no geral, carne seca e farinha) e fornecer hospedagem para toda a comitiva. Tal forma de evangelização revelou-se um sucesso, fato comprovado pelo expressivo número de pessoas, que, andando a cavalo ou a pé, cantando ladainhas e benditos, seguiam os padres nos deslocamentos de uma região para outra.

Ressalte-se que, após a expulsão dos jesuítas, o método das santas missões foi praticamente o único em termos de evangelização.

Nas santas missões, os franciscanos confessavam todos (isto é, ouviam os pecados) e depois faziam pregações sobre as tentações mundanas criadas por Satanás, condenando os amancebados, os hereges, os adúlteros, os protestantes, os judeus, as bebidas, as mulheres de vida fácil, etc. Passavam uma ideia de conformismo ante as diferenças sociais. Os pobres deveriam aceitar seu estado como uma condição imposta por Deus e respeitar o alheio, pois deve-se dar a César o que é de César. Mas os homens de posses deveriam acatar a santa religião e praticar a caridade para obter a salvação divina. Havia uma grande insistência no final do mundo e dos tempos – só aqueles que seguissem o catolicismo se salvariam, pois os demais seriam queimados nas profundas do inferno.

Impunha-se ainda uma visão penitencial do mundo, da necessidade de sacrifícios e sofrimentos para pagar os pecados e obter a graça divina. Essa visão penitencial influenciou bastante o catolicismo dos sertões nordestinos ao longo dos séculos.

Curiosamente, nas Santas Missões havia todo um clima de festa desde a recepção e entrada do missionário, buscado por grande número de cavaleiros em procissão, até a festa do encerramento pomposo, no último dia da missão (VICENTE, 1988: 12). Os moradores de uma fazenda eram solitários, pois, o proprietário das terras, não poucas vezes, morava no litoral, e os vizinhos mais próximos viviam a quilômetros de distância, devido ao tamanho dos latifúndios. Vez ou outra é que apareciam missionários ou padres em desobrigadas (visitas). Assim, esses eram momentos de celebrações (casamentos, batismos etc.), de alegres encontros e, portanto, de sociabilidade sertaneja e lazer. Muitos sertanejos, porém, acabavam colocando em primeiro plano a aguardente, as mulheres e o acerto de contas com os inimigos.

No ano de 1713, Aquiraz foi definitivamente elevada à condição de vila. Seus moradores e autoridades, temendo que seus adversários transferissem novamente a vila, trataram de providenciar a construção de sua Igreja Matriz – documento de 1716 à Diocese de Olinda dava conta da construção. No teto da Matriz seria estampado um conjunto de pinturas dos mais destacados da arte cearense, ainda hoje preservado (são as pinturas mais antigas do Ceará). São 12 painéis tratando da Sagrada Família, narrando a vida de São José, padroeiro de Aquiraz e do Ceará.

Não se sabe ao certo quando e quem pintou esses painéis. Além das 12 pinturas, há três octógonos em branco. Supõem-se que índios ou nativos da região, orientados por missionários da Companhia de Jesus, fizeram as pinturas, possivelmente interrompidos em 1759, quando o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas do Brasil e demais colônias portuguesas. Mas outras ordens religiosas como os franciscanos, os capuchinhos, os carmelitas, os oratorianos, os seculares, estiveram em atividade de evangelização no Ceará do século XVIII, sendo provável a participação ou influência de alguns deles na concepção e de elaboração dessas obras (GALVÃO, 2010: 19). As pinturas nas igrejas eram instrumentos de catequização – passar para os fiéis os relatos bíblicos, visto que no Ceará colonial pouquíssimos sabiam ler, sem falar que os índios não falavam a língua dos europeus. As imagens, assim, exerciam a função de comunicação persuasiva.

4.7 O PROFANO E O DIVINO NO CEARÁ

O catolicismo, comparado à religião dos índios, é recente no Ceará. Chegou com a conquista da terra pelos colonizadores, com os criadores de gado, muito religiosos. Veio e propagou-se com as ordens religiosas responsáveis pelos aldeamenztos e santas missões. Estabeleceu-se também pela ação do clero secular nas vilas, fazendas e povoados.

A colonização dos sertões, como já dissemos, caracterizou-se pela

dispersão populacional ante vastas áreas. Percebiam-se pequenos aglomerados em torno dos currais de gado e nas encruzilhadas das estradas sertanejas. Ali, construíam-se os templos católicos, todos muito pobres, sem um mínimo de arrojo arquitetônico, com quase nenhum trabalho artístico, apenas paredes e piso de tijolo comuns, tudo muito rudimentar – pobre como os sertões. As igrejas quase sempre eram negligenciadas, pois, os padres seculares, agastados com as irrisórias remunerações, amplas distâncias, arbítrio dos coronéis, doenças, feras, etc., não raras vezes dedicavam-se a práticas mais lucrativas, como criação de gado ou mesmo o comércio.

O pequeno número de padres seculares e a dispersão populacional dificultavam o trabalho dos sacerdotes, o que ensejou a criação de um sistema ainda hoje existente nos sertões: as paróquias interioranas tinham sua matriz num centro urbano e múltiplas capelas, construídas muitas vezes pelos próprios latifundiários (como ato de piedade em busca do paraíso no pós-morte ou para minorar a passagem pelo purgatório), de modo que os trabalhos religiosos dependiam das visitas dos padres seculares nas assim denominadas desobrigas ou da realização das santas missões.

Devido à falta de padres, ficava a população desassistida, o que poderia levar a desvios da prática religiosa oficial – daí as crenças em fórmulas mágicas, rezas fortes, os ensalmos e simpatias para curar quebrantos, mau olhado, ventre caído, picada de cobra, bicheiras em animais, feitiços, dor de dente, etc., as ações de se benzer panos para estancar o sangue de feridas, etc., tudo isso realizado por rezadeiras, benzedeiras e adivinhos. Essas práticas católicas populares eram fruto das tradições europeias (especialmente medievais) trazidas pelos colonos portugueses, tradições que misturavam crenças indígenas e africanas, num processo que chamamos de sincretismo religioso. A alta cúpula da Igreja condenava tais práticas, embora o baixo clero fizesse vista grossa ou até as estimulasse.

Por outro lado, a falta de sacerdotes nos sertões abria espaço para que homens e mulheres os que se destacassem em suas comunidades por conhecimentos ou piedade, habitualmente se ocupassem das práticas religiosas mais simples, como batizar,

desfiar o rosário, encomendar os mortos. Foi assim que surgiu no nordeste um verdadeiro clero laico, composto por beatos e conselheiros.

As populações sertanejas eram profundamente místicas, atraídas pelo maravilhoso, pelo sobrenatural, por tudo aquilo que, inexplicável para elas, significava a manifestação de vontade divina. A própria ideia sobre Deus passava a ser ressignificada pelo homem do sertão, estabelecendo relações entre as secas, a fome e a morte, a um Deus castigador, que punia os pecados dos sertanejos. Quando as circunstâncias do tempo eram ameaçadoras, faziam-se orações, procissões e promessas pessoais ou coletivas aos santos com intuito de afastar a perspectiva angustiosa da seca. Aos santos era dada a tarefa de interceder pelas chuvas. São Pedro, São João e São José se transformavam em interlocutores do sertanejo para com Deus e a Virgem Maria, depositando nestes patronos celestes suas esperanças de um inverno farto, crucial à sua sobrevivência no semiárido. Grupos de penitentes, comum nos sertões desde o século XVII, reproduziam as práticas da autoflagelação e dos rituais de penitência tributária do período medieval, para obter o perdão e a graça do inverno (MONTENEGRO, 1973; FERNANDES, 1977; HOONAERT, 1994; SILVA JÚNIOR, 2009).

A mentalidade sertaneja é profundamente mística e religiosa. Ao levantar-se da rede deve o bom cristão fazer imediatamente o sinal da cruz e rezar a ave-maria, o pai-nosso, o credo e a salve-rainha, orações que todos sabem de cor. Também reza-se ao meio-dia (a hora na qual o "diabo está à solta") e às 18 horas, a hora da ave-maria.

A casa sertaneja em si é um espaço de religiosidade. Abençoam-se as residências recém-construídas ou em construção. Dentro destas encontramos uma série de imagens, quadros e amuletos santificados. Os mais cultuados são Santo Antônio (o santo predileto para capturar negros fugitivos), São Francisco, São José e Nossa Senhora. As imagens geralmente ficavam em orangos, oratórios feitos de madeira e localizados nos aposentos dos proprietários. Na Semana Santa, o jejum era rigoroso, a pão e água. Não se ordenhavam vaca nos dias sagrados, porque, em vez de leite, sairia sangue, segundo a crença popular.

Os santos e os anjos da guarda são tábuas de salvação nos momentos difíceis dos camponeses. Nas secas, é para as forças divinas que apelam na esperança de água. Ainda hoje existe um apego dos sertanejos a São José, o padroeiro do Ceará, como o santo das chuvas. Se até o dia dedicado ao santo, 19 de março, não chover, pode então o cearense perder as esperanças, pois, será ano de estiagem. Obviamente os pedidos atendidos tinham pagas as promessas e eram exaltados (aumentando a crença no santo), como bem demonstram os ex-votos (geralmente objetos de madeira retratando parte do corpo, alvos de uma graça) nas salas dos milagres de Juazeiro e Canindé (FERNANDES, 1977).

4.8 IRMANDADES RELIGIOSAS

No período colonial, as irmandades religiosas desfrutavam de grande prestígio na vida das pessoas. Tendo origem nas confrarias da Europa medieval, consistiam em associações religiosas de leigos

cujo propósito era cultuar um santo através de procissões, festas, construção de templos, prática de caridade, etc. Também responsabilizavam-se pelos enterros dos membros (o que se dava no interior e arredores das igrejas – uma das maiores preocupações do homem colonial era o sepultamento, pois, as pessoas sem posses poderiam ser enterradas pelos campos e areais), assistiam suas viúvas e órfãos, rezavam pela alma dos falecidos, auxiliavam nas doenças e pobreza, etc.

As reuniões das confrarias, contudo, acabavam sendo também espaços de congraçamento social, ou seja, possibilitavam contato entre as pessoas para amenidades: conversar, ver e fazer amigos, divertir-se, inteirar-se das novidades, enfim, sair da dura rotina do dia a dia.

As irmandades, em virtude da escravidão e diferenças socioeconômicas, apresentavam um caráter étnico e de classe. Dessa maneira, por exemplo, as Irmandades do Santíssimo Sacramento eram compostas por homens bons, brancos da elite. Já as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos abrigavam negros, escravos ou livres.

Diz Janote Marques que “as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Preto foram constituídas em várias cidades do Ceará. Fortaleza, Aracati, Sobral, Quixeramobim, Barbalha, Icó, Lapa (povoação pertencente à freguesia de Sobral) tiveram suas confrarias negras. Era uma tendência que ocorria por quase todo o Brasil (...)” (MARQUES, 2009: 97).

Se a Igreja Católica, o Estado e as elites viam as Irmandades dos Homens Pretos como expressões do cristianismo, os negros livres ou cativos atribuíam-lhes outros significados.

Também eram espaços de sociabilidade para os negros, especialmente para os escravos. Nas reuniões da Irmandade, podiam se encontrar com companheiros cativos, conversar, criar lanços de amizade e solidariedade, circular entre fazendas e vilas (levando e trazendo informações sobre o que se passava na região), discutir problemas (denunciando, por exemplo, os abusos de certos proprietários, apoiando a compra de alforria por um cativo e até ajudando em fugas) e divertir-se, como acontecia nas festas que organizavam, bastante frequentadas, por sinal.

Entretanto, as irmandades negras eram bem mais que isso – podiam até serem vistas como expressões da resistência à escravidão. Ali, os irmanados firmavam identidades enquanto negros e humanos (e não como "meras coisas", sem vontade própria, como normalmente eram vistos pelos senhores), preservavam as tradições, tornavam-se sujeitos da sociedade escravista onde estavam inseridos. Em rigor, em igualdade de condições (os integrantes eram tidos com irmãos, embora pudesse existir alguma hierarquia), podiam tomar as decisões que desejassem, uma inversão da ordem escravocrata. Eram os negros que escolhiam por votação seus dirigentes e irmanados, indicavam e coroavam seus reis nas Festas do Rosário, arrecadavam recursos e administravam os bens da Irmandade, organizavam festas, exigiam dos senhores que autorizassem os membros escravos a participarem das solenidades e até decidiam se permitiriam aos senhores ser membros da confraria – pessoas de outras etnias e condição social buscavam fazer parte das organizações como devotos, conforme a forte religiosidade da época (e para controle e vigilância "daqueles negros").

Festa de Nossa Senhora do Rosário, em gravura de Rugendas, do início do século XIX - evento bastante popular desde a colônia

Entre as muitas atividades das confrarias, sobressaía-se a festa de coroação de reis negros, acontecida anualmente (inicialmente, em outubro, depois passando a ocorrer no Natal ou ainda no Dia de Reis, em janeiro). A festa homenageava Nossa Senhora, mas, ao mesmo tempo, celebrava uma manifestação africana ancestral (coroação de reis do Congo) e permitia aos cativos uma posição central na sociedade (pelo menos naquele momento). Não deixava ser peculiar, numa sociedade escravista e racista, negros escolherem, ainda que simbolicamente, seu rei e rainha. No caso de Fortaleza, a realeza negra tinha até o poder de libertar um preso da cadeia – um negro (geralmente escravo) com o poder de dar liberdade... A chegada dos reis negros à Igreja do Rosário era anunciada com toques de sinos e rufar de instrumentos musicais. O padre e outras autoridades eclesiástica esperavam na porta do templo a nobreza negra, abençoando-a com água benta – súditos, fossem negros ou brancos, admirando reis escravos... Na ida e volta da Igreja, a festividade levava para ruas sons, ritmos, danças e

cores, atraindo muita gente. Na sede da confraria, havia festa com abundância de comida e bebida, música, cantorias e danças. Os "excessos mundanos" desagradavam às autoridades religiosas e policiais (MARQUES: 2009: 95 e seguintes).

As Irmandades dos Homens Pretos eram abertas também às mulheres, ao contrário das Irmandades do Santíssimo, formadas só por homens. No Ceará, a devoção ao Rosário da Virgem Maria possivelmente chegou com os negros (escravos ou livres) vindos com os primeiros colonizadores. Segundo o memoralista Eduardo Campos, a irmandade negra mais antiga do Ceará seria a de Russas, fundada em 1728. Sabe-se, atualmente, porém, que negros forros chegados ao Ceará para servir como guardas no Forte de Nossa Senhora de Assunção no inicio do século XVIII teriam organizado por essa época uma Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Faltam, porém, maiores registros. Entre os templos erguidos por essas irmandades está a igreja de Nossa Senhora do Rosário, de Fortaleza (CAMPOS, 1980; BARROSO, 2004; SOUZA, 2007; MARQUES, 2009).

4.9 JUDEUS E CIGANOS

A partir do final do século XV, intensificaram-se em Portugal as perseguições do Tribunal da Santa Inquisição (Santo Ofício) aos judeus, obrigando-os a fugirem do país ou a se converterem ao catolicismo – neste caso, passavam, então, a ser chamados de cristãos-novos. Tais cristãos-novos, contudo, eram mal vistos, discriminados e vigiados pelos cristãos-velhos, não muito seguros daquelas conversões. Muitos deles, é verdade, continuaram a praticar secretamente atos religiosos hebraicos (era o chamado criptojudaísmo, tido como crime) e, para escaparem às perseguições e vigilâncias, buscavam refúgios em locais como o Brasil.

Um movimento migratório judaico, intensificado ao longo do século XVI, levou cristãos-novos e mesmo israelitas (estes de forma disfarçada) a se instalarem em especial na Bahia, Pernambuco,

Paraíba e Maranhão, mesclando-se aos cristãos e ocupando cargos administrativos, burocráticos e comerciais. Buscaram ainda áreas mais distantes e, portanto, de menor vigilância e repressão, no objetivo de conservar suas práticas religiosas e culturais. Há vários registros de judeus/cristãos-novos no Ceará, onde conseguiram uma grande infiltração (...), sobretudo nos lugares mais próprios à cultura da cana-de-açúcar. Ficaram em torno das atuais cidades de Cascavel, Aracati, etc. (LEAL, 1975: 159). Comportamentos atuais, transmitidos entre gerações, evidenciam heranças judaicas na população, a exemplo de não comer carne de porco, não varrer a casa de fora para dentro, não beber leite após comer carne, o casamento entre parentes e mulheres usando lenços sobre a cabeça.

O pesquisador Vinicius Barros Leal encontrou documentos sobre o interessante caso de Josefa Maria dos Reis, nome falso de uma integrante da família judia Fonseca Rego, da Paraíba, vinda para Aquiraz em virtude das perseguições inquisitoriais naquela capitania.

Teria, em Aquiraz, no ano de 1735, Josefa casado-se com Antônio de Freitas Coutinho (sobrenome também hebraico). Este teve vida ativa, sobretudo após 1746, quando passou a figurar na lista dos ocupantes de cargos públicos; alcaide, carcereiro, e, mais demoradamente, tesoureiro do cofre dos órfãos (...). Num certo período [porém] ele desapareceu da cena pública. Coincide isto, com a nomeação para governador do Ceará de Francisco da Costa. Costa era sobrinho de Antônio Borges da Fonseca, familiar do Santo Ofício que teve grande atuação na Paraíba na repressão ao surto de judaísmo ali ocorrido no segundo decênio do século XVIII. (LEAL, 1975: 163)

Um outro judeu vindo para o Ceará para escapar das perseguições em Pernambuco no começo do século XVIII, foi José de Xerez Furna Uchoa. Este instalou-se em Sobral e teve grande importância política e econômica no norte cearense – por exemplo, foi juiz ordinário e capitão-mor e trouxe as primeiras mudas de café para o Ceará. Pelo que consta, vivia temeroso que descobrissem sua origem judaica. Curiosamente, caiu em desgraça não por seu judeu, mas por ter se rebelado contra a decisão da Câmera de Sobral em se apossar de terras da Serra de Meruoca – ali, José de Xerez tinha um sítio, o Santa Úrsula. Preso, Xerez acabou enviado para a Bahia, onde foi condenado ao degredo na África. Antes do embarque, porém, familiares e amigos de Xerez conseguiram comutar a pena para pagamento de 15 mil cruzados. Com isso, José Xerez conseguiu ficar no Brasil, porém, perdeu quase tudo que tinha para saldar a dívida. Pobre, faleceria em Sobral, em 1797.

Vinicius Barros Leal enfatiza que foi considerável a transferência de judeus disfarçados e cristãos-novos (ou “marranos”, termo pejorativo à época) de Pernambuco e Paraíba para o Ceará, o que poderia ser percebido pelos registros paroquiais, onde apareceriam nomes comuns ao povo israelita. São numerosos os Fonsecas, Henriques, Regos, Pintos, Nunes, Coutinhos, Britos, Lopes, Pereiras,

Mesquitas, Rosas, Antunes, entre outros, dando origem, portanto, a muitas famílias cearenses atuais (LEAL, 1975). Vale ressaltar que pesquisa recente de Anita Novinsky questionou o mito de que judeus conversos abandonaram seus sobrenomes “infiéis” para adotar novos “inventados” baseados, exclusivamente, em nomes de plantas, árvores, frutas, animais e acidentes geográficos. Inexistiam sobrenome exclusivo de cristãos-novos. Se assim o fosse, a Inquisição facilmente saberia quem eram os judeus e os cristãos-novos, facilitando as perseguições e vigilância. Verdade que estes evitavam nomes muito associados ao judaísmo (Abraão, Moisés), mas os sobrenomes adotados pelos cristãos-novos eram os mesmos usados por cristãos-velhos, alguns por nostalgia, outros por medo (exatamente para ficar mais difícil de serem descobertos). Assim, não se pode dizer que todas as famílias com aqueles sobrenomes fossem “marranas” (VALADARES, 2011).

Se havia intolerância e perseguições aos judeus (o chamado antissemitismo, expresso muito bem na festa popular da queima do Judas, na Semana Santa, quando os cristãos simbolicamente matavam o judeu que teria traído Jesus), igualmente existiam preconceitos contra outro povo presente no Ceará colonial, o cigano, perseguido por seu nomadismo e pela pecha de roco de ladrões, praticar a magia e a feitiçaria, falar sua geringonça (o dialeto calo, usado na Península Ibérica) e praticar a buena dicha (leitura da sina ou do futuro).

Os ciganos e suas manifestações culturais eram perseguidos pelas autoridades da colônia - gravura de Rugendas

Sabe-se que a partir do início do século XVIII, com o reinado do rei D. João V (1706-50), aumentaram em Portugal as perseguições aos ciganos, sendo dezenas deles degredados para as colônias lusitanas da África e para o Brasil. As deportações para o Brasil já aconteciam, porém, desde o final do século XVII e há indícios de ciganos em terras brasileiras já no século XVI. “Se de um lado, o degredo funcionou como mecanismo depurador da metrópole, que buscou expulsar do reino os indesejáveis ciganos, de outro, funcionou como mecanismo colonizador, na medida em que os mesmos foram inseridos nos esforços colonizadores de Portugal em terras ultramarinas” (MENINI, 2014: 8).

Normalmente, Portugal os expulsava para áreas ainda não

conquistadas (de modo que assim, ajudassem na colonização das mesmas) ou para territórios longínquos em relação às regiões da mineração e da grande agricultura, bem como dos principais portos, a exemplo de Recife, Salvador e Rio de Janeiro (isso para que não perturbassem a ordem e provocassem desatinos). Apesar de escassos, documentos coloniais mostram ciganos adentrando os sertões nordestinos.

Comunicado do ano de 1718 da Coroa portuguesa ao governador de Pernambuco informava o embarque de ciganos degredados para aquela capitania, alertando que parte deles deveria ser remetida depois para o Ceará e Angola. O comunicado dizia ainda que nenhum dos ciganos deveria ficar em Pernambuco e que fosse determinado às autoridades cearenses e angolanas para não deixarem em nenhuma hipótese o retorno dos mesmos a Portugal nem permitissem o uso de sua língua. No caso cearense, esse degredo coincidia com a intensificação da conquista da capitania no começo do século XVIII, tendo-se no envio dos ciganos um caráter utilitário, de estímulo ao povoamento e melhor integração da área aos interesses da Coroa. Autores apontam que “as terras cearenses foram das que mais receberam ciganos deportados de Portugal” (COSTA, 1998: 18). Os viajantes ingleses Henry Koster e George Gardner, por sua vez, nos textos que deixaram sobre suas visitas ao Brasil nas primeiras décadas do século XIX (KOSTER, 1942; GADNER, 1975) falam dos grupos de ciganos que perambulavam pelo interior do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Piauí no início do século XIX (COSTA, 1998; MENINI, 2014).

4.10 A INQUISIÇÃO E O CEARÁ

Embora a Santa Inquisição ou Santo Ofício não tenha se instalado oficialmente no Brasil, era comum que enviasse à colônia os chamados visitadores. Estes inspecionavam e tomavam confissões da população, ficando atentos a comportamentos suspeitos e às denúncias de crimes (blasfêmia, bigamia, distorção ou omissão de prática religiosa, fornicação, feitiçaria, judaísmo, luteranismo, pacto

com o diabo, ofensas ao clero, sodomia, etc.). Os acusados do Brasil eram inicialmente investigados e, dependendo da consistência da acusação, das testemunhas e da gravidade da denúncia, poderiam ser processados e enviados a Lisboa, para temível julgamento pelo tribunal inquisitorial. O Santo Ofício contava também na colônia com a vigilância e delações de sacerdotes e de leigos nomeados (conhecidos como familiares).

Ao que parece, foi bem intensa a atuação da Inquisição no Ceará. Os trabalhos dos pesquisadores Barão de Studart, Luiz Mott e Antônio Otaviano nos trazem alguns casos de pessoas da capitania que caíram nas malhas do Santo Ofício. Tais casos concentraram-se, sobretudo, na segunda metade do século XVIII, exatamente quando verificou-se na capitania do Ceará um adensamento populacional, uma maior expansão econômica (pecuária/charque e algodão) e a fundação de várias vilas. Uma área assim não poderia ficar esquecida pelos inquisidores, afinal, deveria-se garantir fidelidade aos princípios da fé católica. Os casos locais mais comuns envolviam bigamia e o leque de envolvidos era amplo, como índios, escravos, militares, artesãos, funcionários públicos, padres, entre outros.

Pela cronologia do Barão de Studart percebe-se que não se passavam dois anos sem que um visitador percorresse as terras cearenses procurando os culpados, penitenciando os pecados mais leves e enviando à mesa inquisitorial em Portugal os sumários dos "crimes mais graves" (STUDART, 1896). Dos sete casos cearenses estudados por Mott entre 1746-1778, apenas um bígamo foi remetido para o cárcere, em Portugal – os demais crimes não foram considerados suficientemente graves para merecer o ônus de um processo (MOTT, 1986).

Por outro lado, no auto-de-fé realizado em Portugal no ano de 1761 condenou-se ao degredo pelo crime de bigamia (isto é, casar uma segunda vez estando viva a legítima esposa), Antônio Correia de Araújo, 52 anos, morador da vila de Icó, e Antônio Mendes da Cunha, 40 anos, pedreiro, residente em Quixeramobim (ironicamente, o construtor da matriz dessa localidade).

Gravura retratando a execução de réu condenado pela Inquisição na europa- Gravura anônima da Biblioteca de Portugal

O historiador Antônio Otaviano cita um caso, também sem maiores consequências, envolvendo Francisco Inácio de Melo, governador cearense do final do século XVIII, acusado pela esposa quando ainda estava em Portugal de haver dito que não havia inferno e que a alma era mortal – era o crime de opinião (afirmações que iam contra os dogmas católicos). Neste caso, talvez o processo não tenha sido aberto em virtude de suspeitas sobre os excessivos ciúmes da mulher do acusado, que possivelmente desejava prejudicar o marido (VIEIRA JÚNIOR, 2006).

Além dos já citados crimes de bigamia e opinião, deram-se também denúncias de sodomia (homossexualidade), como a envolvendo o negro Luiz Frasão, escravo da ribeira do Acaraú. Segundo era fama pública o negro forçara para ato sodomítico ao filho de Domingos de Sousa, um rapagote, deixando-o maltratado e todo ensanguentado! A mãe da vítima fez queixa à dona do escravo, que de castigo, prendeu-o no tronco enquanto esperava a volta de seu marido ausente, o qual logo que chegou tratou de vender o escravo sodomita, temendo perdê-lo, seja vingado pelos parentes do coitadinho, seja sequestrado pelo Santo Ofício (...). (MOTT, 1986: 97). Teve-se o caso de uma mulher (a única até agora conhecida) que também entrou no rol dos culpados da Inquisição em Lisboa:

Francisca Rodrigues de Sá, que vivia na Serra da Meruoca, acusada de sacrilégio e que acabou falecendo no decorrer do processo, em 1789.

Os documentos coloniais trazem denúncias também envolvendo religiosos, como os padres Antônio José de Miranda Henrique, de Aracati; e Bernardo Luis da Cunha, do Cariri, acusados do crime de solicitação, ou seja, aproveitamento da intimidade do momento das confissões para solicitar às fiéis atos sexuais. Não sofreram nenhuma punição. Documentos de 1758 trazem denúncias contra Gaspar Roiz Reis Calçado, morador de Aracati acusado de ser judeu e cristão-novo e de fazer críticas à Igreja Católica, ao afirmar, por exemplo, que Maria não poderia parir e ficar virgem e que as cerimônias da Semana Santa eram "momices" – neste caso, o acusador era um médico de origem italiana, de nome José Balthazar Auger, também habitante de Aracati e desafeto pessoal do acusado, um sinal de como as denúncias à Inquisição podiam servir para satisfazer vinganças ou margem a perseguições pessoais. Não se sabe em que deu esta acusação contra Gaspar Reis.

Os casos citados tornam evidente que havia um clima de desconfiança, intolerância e de delações contínuas na capitania, gerando tensão social, medo e angústia para as pessoas, afinal, todos sabiam dos rigores e brutalidades praticados pela Inquisição. As acusações levadas à Inquisição muitas vezes não tinham consistência alguma, ficando claro o saber por ouvir dizer, as acusações pessoais contra desafetos e o medo em atentar contra o catolicismo numa sociedade de profunda mentalidade religiosa ou, ainda contrariar as práticas socialmente aceitas. Há casos, por exemplo, de esposas denunciando seus maridos por procurá-las para manter relações sexuais anais ou colocarem debaixo da cama um crucifixo nos momentos de intimidade.

Talvez o caso mais exemplar do que afirmamos seja o seguinte. Em 1782, Miguel Alves de Faria Pita foi preso em Russas e mandado via Aracati-Recife para Portugal. Seu crime: testemunhara falsamente que um amigo era solteiro, condição fundamental para que este pudesse casar-se – acontece que o tal amigo já era casado... O sentimento de vigilância, o medo de punição e o desejo de "fazer as pazes com Deus" levou o próprio Miguel a confessar a verdade ao

pároco local. Ao lado de outras duas testemunhas, foi preso e levado a Portugal, enquanto o bígamo fugia. Por ter confessado voluntariamente o perjuro, Miguel Alves recebeu pena branda: uma admoestação e a obrigação de se confessar várias vezes ao ano. Solto, acabou falecendo no navio que o trazia ao Brasil, de bexiga – estava bastante debilitado após passar dois anos nos insalubres cárceres da Inquisição em Lisboa (VIEIRA JÚNIOR, 2008).

Os familiares eram pessoas (a maioria leigas) que "auxiliavam" a Inquisição, devendo denunciar, pessoalmente ou por carta, qualquer caso que "ofendesse a fé católica". Em outras palavras, eram espias do Santo Ofício. Para ser um familiar, o individuo era investigado pela Igreja para saber se tinha sangue "puro" (não apresentava parentes judeus, mouros ou negros), se havia alguma mácula moral em seu passado, se apresentava bom patrimônio, se sabia ler e escrever e se seria capaz de manter os segredos do Santo Ofício. O historiador Antônio Otaviano encontrou mais de vinte nomes de familiares no Ceará entre a segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

Tornar-se um familiar constituía-se maneira de evidenciar a limpeza do sangue (algo muito valorizado à época e mesmo critério de legitimação de hierarquias e controle de cargos administrativos) e forma de reforçar ou conseguir vantagens econômicas e sociais. Um dos mais famosos familiares da Inquisição em terras cearenses foi o comerciante e proprietário de fazendas na região de Aracati, Pedro José da Costa Barros, que seria presidente da província na década de 1820 (VIEIRA JÚNIOR, 2006).

Capítulo 05

O Ceará e a vinculação a Pernambuco

A Capitania Geral de Pernambuco e as suas subalternas

5.1 CAPITANIA SECUNDÁRIA Como vim

No período 1621-56, o Siará Grande fizera parte do recém-criado Estado do Maranhão e Grão-Pará, separado do Estado do Brasil, uma separação, não por coincidência, que se iniciava mais ou menos à altura do cabo de São Roque, demarcando as dificuldades de navegação e comunicação dentro da América Portuguesa (ALENCASTRO, 2000). A vinculação do Ceará ao Maranhão revelou-se um fiasco, em virtude das dificuldades de transporte e comunicação com São Luís – era muito difícil navegar das capitanias do Pará e Maranhão em direção ao Ceará. Dos portos do Ceará para o cabo de São Roque e, de lá, para o resto do Brasil, era uma viagem um pouco mais fácil, embora não totalmente sem perigos e risco de naufrágio. A rota era, em geral, reservada para navios pequenos e ágeis (a exemplo das sumacas que transportavam charque), capazes de enfrentar os ventos e as correntes contrárias, e não para as grandes naus (MARTINS, 2010). Por terra, o trajeto para o Maranhão também era penoso, pela grande quantidade de povos indígenas beligerantes. Já entre o Ceará e Pernambuco "se vai em quinze dias, assim por mar como por terra, onde há caminho aberto e com facilidade" (GIRÃO, 1971: 120).

Vale ressaltar que os limites territoriais do Estado do Maranhão nunca foram claramente estabelecidos, havendo uma confusão administrativa, pois, o Ceará sempre recorria ao governo de Pernambuco nos casos mais urgentes – por exemplo, as tropas que guarneciam a capitania vinham sempre de Pernambuco, embora as missões jesuíticas para catequizar os índios locais dependessem do Maranhão (SILVA, 2008). Aliás, mesmo quando o Ceará passou à condição de capitania subalterna[9] a Pernambuco em 1656, continuou a haver uma disputa de divisas com o Piauí em relação à área da Ibiapaba, onde no final do século XVII fora fundado a denominada Missão da Ibiapaba, aldeamento cujos indígenas eram alvo da cobiça tanto dos pecuaristas piauienses como cearenses, interessados em escravizá-los. Por inúmeras vezes pretendeu-se anexar a região da Ibiapaba, ora ao Ceará, ora ao Piauí (PINHEIRO, 2008).

Em 1880, o decreto imperial nº 3012, de Pedro II, estabeleceu a cessão, pel

Como capitania secundária, o Siará era governado por um capitão-mor governador, designado por Carta Régia para um período de três anos e subordinado ao governo de Pernambuco. A capitania dividia-se em comarcas (a princípio, havia apenas uma, depois, com o avançar da conquista pecuarista, foram surgindo outras), e estas subdividiam-se em termos, com sede nas vilas. Os termos por sua vez repartiam-se em freguesias (circunscrição que coincidia com uma paróquia, divisão eclesiástica cuja sede era uma igreja) (GIRÃO, 1971; PINHEIRO, 2008).

5.2 OS CAPITÃO-MORES GOVERNADORES

Em momentos mais avançados da conquista do Ceará, a administração da capitania apresentou uma tríade, composta pelo capitão-mor governador, ouvidoria e câmara de vereadores. Vejamos um pouco sobre cada um desses componentes (SOUZA, 1995).

Os capitães-mores governadores simbolizavam a presença da Coroa portuguesa no Ceará e tinham, entre suas funções, de garantir a defesa da capitania (contra invasões estrangeiras, insurreições, ataques indígenas, etc.), inspecionar as câmaras e órgãos judiciais no cumprimento de suas obrigações, garantir o bom andar dos aldeamentos indígenas, comandar todas as forças armadas da capitania, além das importantes funções de nomear os comandantes locais dos postos de ordenanças (geralmente latifundiários, que seriam depois confirmados pelo rei) e distribuir cartas de sesmarias.

Os capitães-mores governadores, ao longo do tempo, revelavam-se verdadeiros soberanos absolutos, agindo de forma arbitrária e provocando inúmeros confrontos ao intervir e perseguir as demais autoridades e administradores. Para se ter uma idéia, até 1700, quando se instalou a primeira vila no Ceará, todo o poder estava concentrado nas mãos do capitão-mor e não houve sequer normas escritas até o ano de 1705, pois o governante cearense recebia

apenas instruções verbais de Pernambuco. Imaginem-se as arbitrariedades. No ano de 1705 foi, enfim, estabelecido um Regimento para orientar a conduta do capitão-mor governador, o que, em teoria, permitia que os habitantes da capitania reclamassem dos excessos praticados (GIRÃO, 1971; PINHEIRO, 2008).

O primeiro capitão-mor do Ceará após a saída dos holandeses foi Álvaro de Azevedo Barreto, que com 150 soldados (entre os quais brancos, índios, mulatos, mamelucos e negros), retomou posse da capitania a 20 de maio de 1654.

As ações iniciais de Azevedo foram direcionadas objetivando erguer uma pequena capela em homenagem a Nossa Senhora da Assunção, nome, aliás, pelo qual também passou a ser chamado o antigo forte flamengo de Schoonemborch. No fortim, todo de madeira e em péssimo estado de conservação, promoveu uma reforma – saliente-se que só a partir de 1812 se faria a reconstrução da fortaleza em alvenaria.

A área em torno da fortaleza não era das melhores para se pensar em colonização. Sem terras próximas propícias à grande lavoura açucareira, ou sequer um grande rio, a capitania não despertava maiores entusiasmos. Por anos, até que se conquistassem os sertões com a pecuária, a presença europeia no Ceará restringiu-se ao fortim litorâneo. Era local de gente muito humilde, que vivia de atividades de subsistência (cultivando mandioca, caçando, pescando etc.), adotando os hábitos dos nativos e vivendo em “pecado” com as índias.

Eram persistentes as lamúrias dos capitães-mores do Ceará a Portugal, solicitando meios e providências para a mais trivial sustentação da distante e pequena capitania. As autoridades sequer animavam-se em trazer as famílias para a chamada Aldeia do Siará, pois entendiam não ser conveniente expô-las, em meio a mil percalços, num lugarejo mísero, perdido no litoral.

A guarnição do forte era anualmente substituída por outra, enviada de Recife. Não raro, muitos desses soldados eram elementos tidos como indisciplinados em Pernambuco e punidos como se fosse um degredo no Ceará. Os soldados andavam descalços, quase nus, salvo

um ou outro com camisas e ceroulas de algodão, tecidos mesmos na capitania. Um bando de maltrapilhos, cujos soldos comumente atrasavam seis meses ou mais (daí as constantes deserções). O armamento resumia-se à meia dúzia de velhas carabinas, inutilizadas, amarradas com cordas, quase sem munição (GIRÃO, 1979; SOUZA, 1950).

Mesmo a pobreza da terra não impedia que navios estrangeiros viessem praticar contrabando, nos quais se envolviam até capitães-mores – exemplo foi o governador Bento de Macedo de Faria (1682-84), acusado de negociar com barcos holandeses, vendendo madeiras, gado e cavalos a troco de panos e gêneros (GIRÃO, 1947).

A estrutura militar da capitania compunha-se da tropa de linha, das milícias e dos corpos de ordenança. A primeira representava a tropa regular e profissional (paga), permanentemente armada e situada no fortim de Nossa Senhora da Assunção. A tropa de linha estava diretamente subordinada ao capitão-mor governador e era responsável por combater indígenas, garantir a segurança da vila-sede da capitania, escoltar autoridades nas suas idas ao interior, efetuar prisões, etc.

As milícias, divididas em regimentos, eram recrutadas, para serviço obrigatório e não-remunerado, entre a população da colônia. Eram comandadas por oficiais também escolhidos na população civil (entenda-se, os grandes senhores de terra) que igualmente não podiam se eximir ao serviço não-remunerado que prestavam. Percebe-se que a Coroa portuguesa fortalecia ainda mais o poder dos grandes fazendeiros, ao conceder-lhes os cargos de comando das milícias. Isso se dava porque como as autoridades portuguesas estavam longe dos sertões, necessitavam da elite local para defender os seus interesses. Ou seja, a concessão de patentes, assim como a criação de vilas e a instalação de câmaras, uma forma encontrada pela Coroa para viabilizar a administração em suas possessões. Por sua vez, para os pontentados, o exercício destes cargos militares era muito valorizado e símbolo de poder e autoridade nas áreas onde socialmente já dominavam.

As ordenanças eram formadas pelo resto da população masculina entre 18 e 60 anos, não alistada ainda na tropa de linha ou nas milícias, e não dispensada do serviço militar por algum motivo

especial (por exemplo, os padres). Constituíam-se uma força policial local, ao contrário das milícias, não podendo ser afastada do lugar em que se formavam os efetivos. Posto cobiçado, o comandante local das ordenanças (chamado de capitão-mor) deveria servir como representante dos interesses da Coroa (SOUZA, 1950; MENEZES, 2006).

À proporção que ocorria a conquista dos sertões com a pecuária e davam-se os confrontos com os povos nativos, o forte ganhou a função de base de apoio aos colonos que desejassem se instalar na capitania, assistindo-os, defendendo-os e massacrando os indígenas. O capitão-mor governador João de Melo Gusmão (1663-67) ordenou fazer guerra aos paiacus de modo que se matasse a todos os que pudessem pegar em arma (apud GIRÃO, 1985: 127). De igual maneira, são célebres os assassinatos de indígenas cometidos por ordens dos capitães-mores governadores Fernão Carrilho (1693-95) e Pedro Lelou (1695-98).

Prepotentes e autoritários, os governantes cearenses não passavam sem atritar-se com os religiosos da terra. Em 1787, uma carta dos párocos das igrejas matrizes da capitania continha denúncias contra o capitão-mor João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri (1782-89). A Igreja se dizia vítima de arbitrariedades daquela autoridade, que era comparada aos imperadores romanos Nero e Diocleciano. Logicamente, havia reações contra esses comportamentos arbitrários, com atentados, ameaças e mesmo assassinatos, como ocorreu em 1749 quando o capitão-mor Francisco de Miranda Costa (1746-49) foi morto a tiros – o que, inclusive, levou o Conselho Ultramarino, em Portugal, a dizer que a maioria dos habitantes do Seara é formada por criminosos, e nem todos os homens têm capacidade para ocupar aquele governo (apud JUCÁ, 1999: 104).

A partir de 1700, os capitães-mores tiveram seus poderes compartilhados e, por vezes, disputados com os vereadores (civis/ grandes latifundiários) das câmaras das vilas que iam sendo criadas no Ceará.

5.3 OUVIDORIA

O segundo componente da “tríade administrativa” da capitania era o ouvidor, que possuía o papel de fiscal da administração e da aplicação da justiça. Deveria ser um letrado, ou seja, formado em leis, e era nomeado pelo rei para um período de três anos, no qual percorreria a área sob sua jurisdição em correição (ou seja, fiscalizando). A Ouvidoria Real da Capitania do Ceará foi criada apenas em 1723, com sede na vila de Aquiraz – até então as pendências judiciais e administrativas eram resolvidas pelos ouvidores de Pernambuco (até 1711) e Paraíba (entre 1711-23), os quais raramente visitavam o Ceará, em virtude das grandes distâncias que separavam as capitanias, da falta de meios de transporte/comunicação e da insegurança (lutas indígenas).

Os ouvidores em muitas ocasiões entraram em atrito com as demais autoridades locais, quando buscavam defender os interesses da Coroa ou mesmo quando se corrompiam, envolviam-se nas disputas entre particulares e praticavam medidas arbitrárias. Famoso, por exemplo, foi o caso do ouvidor Vitorino Soares Barbosa (empossado em 1756), acusado de conivência com contratos lesivos ao fisco real e de haver envenenado e, em consequência, assassinado o capitão-mor governador Homem de Magalhães (1759-65) (GIRÃO, 1985).

A existência de uma única comarca no Ceará (área na qual o ouvidor possuía jurisdição), até o ano de 1816 – quando foi criada a comarca do Crato – significou a responsabilidade da ouvidoria sobre um vasto território, o que era feito de maneira precária. Daí, o porquê também das disputas locais serem rotineiramente resolvidas pelos próprios envolvidos, na base da faca, do bacamarte e de sangrentas lutas entre cabras (jagunços) dos coronéis. É o caso da famosa “guerra” entre as famílias Monte e Feitosa (GIRÃO, 1971; SOUZA, 1995; MENEZES, 2006; PINHEIRO, 2008).

5.4 A “GUERRA” ENTRE MONTES E

FEITOSAS

A família Feitosa, vinda originariamente de Portugal para Alagoas, instalou-se no Ceará por volta de 1707, obtendo várias sesmarias na região dos Inhamuns e tornando-se grande criadora de gado. Desfrutava de enorme prestígio, tanto que um dos seus, Francisco Alves Feitosa, foi designado comandante de uma das milícias da área em 1719. Os Monte, situados na zona de Icó e naturais do Sergipe, chegaram ao Ceará em torno de 1682, obtendo igualmente vastos latifúndios criatórios.

A princípio, essas famílias até se uniram para combater os indígenas que resistiam aos conquistadores brancos. Mas essa aliança, posteriormente, transformou-se numa sanguinária rixa, a qual pôs em polvorosa a zona sul-cearense.

Não se sabe com precisão o porquê da inimizade. Aparentemente questões de honra pessoal: segundo se sabe, Francisco Feitosa teria se casado com uma viúva da família Monte, vindo daí a intriga. Porém, ao que parece, a esse motivo se somaria outra razão: a disputa por terras.

Quaisquer que fossem as causas do confronto, durante os anos de 1724 e 1725, as duas famílias envolveram-se em grandes hostilidades que repercutiram ainda nos anos subsequentes. As práticas rotineiras de emboscadas, saques, combates abertos, incêndios, assassinatos de índios (as famílias tinham enormes séquitos de nativos), vaqueiros e cabras levavam pânico às populações e mostravam quão frágeis eram os sistemas jurídico e governamental vigentes. As armas e a força dos grupos de jagunços dos senhores proprietários de terra prevaleciam.

As coisas agravaram-se quando o primeiro ouvidor do Ceará, José Mendes Machado, envolveu-se no confronto, tomando o partido dos Feitosa quando realizava em 1724 uma de suas viagens de correição pelo sul cearense – chegou, inclusive, a autorizar ataques aos Monte. O ouvidor, na visão de certa historiografia, mostrou-se ávido por dinheiro, violento e pouco escrupuloso no exercício da função,

ganhando daí a sugestiva alcunha de “Tubarão”. Acabou incompatibilizando-se com o capitão-mor Manuel Francês e com a Câmara de Vereadores de Fortaleza, provocando várias reclamações da população (GIRÃO, 1971).

A persistência do conflito entre as famílias levou o capitão-mor Manuel Francês a uma intervenção mais firme. Em meados de 1725 ordenou a Montes e Feitosas deporem as armas, sob ameaça de pena de morte e confisco de bens. Estimava-se até ali o número de mortos em mais de 400. Francês determinou ainda que “Tubarão” regressasse imediatamente a Aquiraz (o ouvidor, contudo, preferiu abandonar o cargo e escafeder-se para a Bahia). O capitão-mor dirigiu-se pessoalmente aos Inhamuns para ver cumpridas suas determinações. Só assim a luta teve diminuída a intensidade, embora vez ou outra acontecessem combates eventuais com vítimas.

Instalou-se um processo para apurar as responsabilidades do ocorrido (para custear as despesas de tal processo, aliás, foram confiscadas seis léguas de terra dos Feitosa), não se chegando a resultados efetivos. Os latifundiários ficaram impunes, como se nada tivesse ocorrido. Os Monte, segundo registram os historiadores, saíram da contenda empobrecidos e dizimados, enquanto os Feitosa continuaram fortes e a exercer seu poder nos anos seguintes (CHANDLER, 1980).

5.5 ACÚMULO DE FUNÇÕES: OUVIDOR/ PROVEDOR

Durante boa parte da etapa colonial cearense, precisamente da criação da Ouvidoria em 1723 até 1799, o ouvidor também acumulou a função de provedor, isto é, era encarregado de arrecadar imposto e enviá-los a Recife. De lá que se abonavam as importâncias dos ordenados (pagamento de militares, clérigos, etc.) e as despesas da capitania cearense (custos da administração, construção de obras públicas). Logicamente, que essa duplicidade de funções (Justiça e Fazenda, muito comum, aliás, em outras

capitanias secundárias) complicava ainda mais a atuação do ouvidor, que acabava não realizando a contento nenhuma das atribuições.

As rendas tributárias locais eram pequenas, daí porque Portugal não se animava a criar uma Provedoria apenas para o Ceará e porque muitas vezes Pernambuco despendeu recursos para a administração cearense. Além disso, a forma como se recolhiam os impostos no Ceará dispensava um aparelho burocrático arrecadador maior: a princípio, até a segunda década do século XVIII, enquanto não foi criado o sistema de charqueadas, o gado era transportado vivo para as regiões açucareiras, onde os impostos eram cobrados quando das vendas ou dos abates nos açougues.

Depois, com o desenvolvimento das charqueadas, os tributos passaram a ser recolhidos através de arrematações, ou seja, leiloava-se nas sedes das vilas um contrato, dando a um particular, mediante o mais alto valor pago ao erário, o direito de cobrar os impostos, ficando ele com a quantia que pudesse arrecadar por conta própria.

Note-se que não raras vezes houve privilégios para algumas pessoas de influência na arrematação dos contratos, e que os arrematadores em muitas ocasiões não pagavam o acertado, gerando débitos gigantescos e contribuindo ainda mais para as diminutas rendas tributárias.

Os arrematadores saíam de fazenda em fazenda, cobrando o dízimo real sobre o gado (pagava-se em gêneros mesmo). Além do dízimo, principal fonte de renda das câmaras municipais, havia outros tributos, como os subsídios literários (criado em 1772 para atender o custeio das escolas), subsídios militares (para pagar as tropas) e os subsídios para nascimento, casamento ou funeral de altas personalidades da Corte, os quais deixavam a população indignada. Tais tributos incidiam, principalmente, sobre o gado e, mais tarde, sobre o algodão. Quando das malogradas minas de São José dos Cariris Novos, tentou-se cobrar também os quintos.

A cobrança dos tributos irritava o povo, que chegou mesmo a se rebelar, como ocorreu no Icó no século XVIII, quando populares cercaram a Casa da Câmara onde se verificava uma sessão para

tratar da cobrança de impostos – tão veementemente protestaram os populares que as autoridades se viram obrigadas a suspender a tal cobrança.

A situação financeira das diversas vilas cearenses era de indigência e de penúria. Daí as autoridades coloniais lançarem mão das fintas, que consistiam numa cotização forçada dos donos de fazendas de criar, cada qual obrigado a certa contribuição, destinada a cobrir gastos com determinado serviço público (GIRÃO, 1979: 58). Essa medida em si, era antipática e, às vezes, insuficiente, como se deu em 1799, quando a Câmara de Fortaleza se desculpou perante o governo português por não lançar a finta ordenada para custear a vinda ao Ceará de um médico, um cirurgião e de hidráulicos e topógrafos, em virtude das pequenas receitas da vila e do estado lastimável da pobreza da população em decorrência ainda da pesada seca de 1790-93 (GIRÃO, 1979).

Havia ainda as derramas, nas quais, em palavras de documento da época, as câmaras obrigavam os donos de fazendas de gado do seu distrito a mandarem cortar carne no açougue às semanas ou aos meses alternadamente, à proporção dos gados que cada um possui, obedecendo àquele preço e sujeito aos citados tributos (apud GIRÃO, 1979: 58).

A provedoria cearense seria criada em 1799, exatamente quando da separação da capitania cearense em relação a Pernambuco, e do aumento das rendas (e, por consequência, da receita dos impostos) com a expansão da lavoura algodoeira (GIRÃO, 1971; SOUZA, 1995; MENEZES, 2006; PINHEIRO, 2008).

5.6 CÂMARA DE VEREADORES

Foi apenas no início do século XVIII que os civis (entenda-se, os grandes proprietários) passaram a participar da administração da capitania, com a instalação da primeira vila do Ceará e a respectiva Câmara de Vereadores. Pela ordem régia de 13 de fevereiro de

1699, determinava a Coroa a criação de uma vila no Ceará – a de São José do Ribamar –, cuja localização foi motivo de muita controvérsia entre Fortaleza e Aquiraz, como veremos adiante.

As câmaras exerciam funções de ordem administrativa, econômica, policial e judiciária, como regulamentar as feiras, os mercados e o trânsito; fiscalizar a construção de estradas, pontes e calçadas; fiscalizar a construção dos edifícios e o exercício do comércio e arborização das ruas e praças, e muita coisa mais relacionada com o bem comum, inclusive, representar em benefício deste às autoridades superiores e mesmo ao rei (GIRÃO, 1979: 48).

Compunham-se de dois juízes ordinários (leigos, eleitos como os demais membros da Câmara), servindo um de cada vez, ou um juiz de fora (bacharel em direito, nomeado pela Coroa) onde houvesse, e por três vereadores, todos eleitos entre a elite local, os chamados "homens bons", indivíduos de posse, geralmente rudes e analfabetos, que figuravam em listas especialmente elaboradas com este fim. Nos primeiros tempos da colônia, as câmaras possuíam muita autonomia, pronunciando-se não poucas vezes sobre assuntos que ultrapassavam sua competência e contrariando mesmo a Coroa. Depois, aos poucos, tiveram limitados seus poderes.

De qualquer forma, as câmaras eram uma das mais importantes instituições políticas e administrativas da capitania, sobretudo como espaço essencial na articulação e defesa dos interesses dos proprietários de terras. O historiador Francisco Pinheiro mostrou que a quase totalidade dos vereadores de Aquiraz e Fortaleza, entre 1700-26, eram de grandes senhores rurais, os quais tinham como atividade econômica principal a pecuária. Por "coincidência", após ocuparem os cargos de vereadores, muitos deles conseguiram aumentar o patrimônio, obtendo a concessão de mais sesmarias para si ou familiares.

Uma das preocupações constantes dos vereadores era o uso da mão de obra indígena. Embora proibida pela legislação do século XVIII, a escravidão e exploração dos nativos continuava, na prática, sob a brecha legal da guerra justa (ou seja, os índios poderiam ser escravizados legalmente caso estivessem ameaçando os colonos). Os proprietários reclamavam, contudo, do apoio que os padres jesuítas davam às fugas dos índios (tidas como um entrave à prosperidade

do Ceará) e do posicionamento do Juiz da Liberdade dos Índios, de Recife (a quem cabia julgar questões envolvendo os indígenas), quase sempre favorável aos nativos – pela distância da capital pernambucana, ficava difícil aos latifundiários estarem presente para defender seus interesses quando de julgamentos. Daí, então, a forte pressão dos vereadores para que aquelas pendências passassem a ser julgadas pela Ouvidoria do Ceará, o que acabou acontecendo em 1733 por decisão da Coroa – logicamente o ouvidor cearense poderia ser pressionado ou corrompido para decidir a favor dos proprietários locais e contra os povos nativos (GIRÃO, 1971; SOUZA, 1995; MENEZES, 2006; PINHEIRO, 2008).

5.7 A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA VILA

No contexto da expansão pecuarista e da ação de religiosos, foram surgindo as primeiras vilas no Ceará, a partir do final do século XVII. Entre 1700 e 1822 foram criadas dezoito vilas e seus termos no território cearense. Nenhum destes núcleos foi criado como (ou elevado à categoria de) cidade, o que torna o Ceará peculiar em relação às capitanias próximas, como Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Piauí e Maranhão, onde foram estabelecidas cidades ao longo do século XVIII (NOGUEIRA, 2010).

Como lembra Isabele Silva, “O titulo de vila não era o reconhecimento do crescimento físico do arraial ou da aldeia. Era o reconhecimento de que naquela área era preciso assumir determinadas responsabilidades administrativas” (SILVA, 2003: 2003). As localizações das vilas não eram por acaso. Havia razões para a elevação de certas localidades cearenses à categoria de vila, razões que variaram no tempo conforme os interesses da Coroa lusitana.

Quando dos momentos iniciais da colonização, da intensa luta dos europeus e resistência dos nativos, a criação de vilas tratava-se de mais uma forma de garantir a conquista, incorporando efetivamente os novos territórios ao Império português, estabelecendo a

autoridade lusitana sobre as áreas recém-desbravadas.

Tão evidente era esse interesse de oficializar o poder régio na capitania, que a primeira vila foi localizada no litoral, numa área sem grande expressão econômica – como visto, eram nos sertões que se encontrava a atividade econômica básica, a pecuária. Além disso, a criação de vilas dependia sempre da existência anterior de um aglomerado, por menor que fosse – o que, no início, era difícil ante a dispersão populacional da atividade pecuarista. Mas, no litoral, em torno do fortim do Siará, havia uma pequena população, estimada pelo capitão-mor, Pedro Lelou, em mais de 200 pessoas por volta de 1696 (STUDART, 1896: 145). Ao contrário de outras vilas criadas no Brasil Colônia, a questão da arrecadação de impostos não foi tão decisiva assim para a instalação da primeira vila no Ceará, pois a maneira como se dava o recolhimento de tributos (pagos nas feiras da Zona da Mata e depois feitos no sistema de arrematações) dispensava um núcleo urbano fixo onde se instalasse uma estrutura arrecadadora maior (LEMENHE, 1991).

As justificativas oficiais para a criação da vila eram as de estabelecimento da ordem, da justiça e aumento do erário real na capitania.

De fato, enquanto não haviam sido os sertões cearenses conquistados, foi dispensável um melhor corpo administrativo e judiciário – com todos os seus limites, a guarnição militar do forte de Nossa Senhora da Assunção pôde garantir a “ordem” na capitania. Entretanto, à medida que as terras foram sendo conquistadas com a pecuária apareciam questões (disputas entre fazendeiros por terras, atritos entre colonos e jesuítas pelo controle da mão de obra indígena, assaltos, homicídios, etc.) as quais não poderiam ser solucionadas apenas por uma tropa militar. Assim, para resolver tais atritos, instalou-se na capitania uma vila e respectiva câmara municipal, que com seus juízes e vereadores, serviria, pelos menos teoricamente, de instrumento de aplicação dos princípios da justiça e como contraponto aos poderes do capitão-mor governador – como visto, havia muitas reclamações quanto às violências, abusos e arbitrariedades dos capitães-mores governadores, que eram, até então, as autoridades únicas da capitania.

Além disso, a elevação de povoados à condição de vila era medida adotada pelo império português na intenção de, por meio da criação de cargos públicos/aparato político-administrativo, a exemplo das câmeras de vereadores, recompensar e integrar a elite local às relações de poder da Coroa. (...) o acesso à comunidade política, por meio do desempenho dos postos de oficiais camarários, constituíam-se como um destacado meio de aquisição de nobreza e de legitimação dos poderes dos colonos na região, levando-se em conta que o desempenho dos principais postos das Câmaras configurava-se como um dos principais meios de acesso ao status de nobreza civil (NOGUEIRA, 2010: 45).

Em outras palavras, Portugal se fazia presente na capitania, garantia a presença do Estado português e de seus interesses em áreas mais distantes, mas, por outro lado, reconhecia, dava alguns privilégios e frações de poder às elites locais, aproximando-se destas. Percebe-se, portanto, que a noção de que a Metrópole era absoluta e impunha sempre sua vontade à colônia deve ser, pelo menos em parte, relativizada. Concessões, sim, eram feitas também e os colonos não eram apenas agentes passivos do processo histórico, pois buscavam se articular para defender igualmente seus interesses diante da Coroa.

Dessa forma, Carta Régia de 1699 determinava a criação da primeira vila do Ceará, a de São José de Ribamar.

5.8 SIARÁ VERSUS AQUIRAZ

A importância dos cargos locais de administração para os colonos fica claro quando das disputas envolvendo a localização da primeira vila do Ceará.

O documento régio de 1699 dava margem a dúvidas sobre o lugar exato em que deveria ser instalado o pelourinho (uma coluna de madeira, ferro ou tijolo que representava simbolicamente a autonomia municipal). Em consequência, verificaram-se sérias

disputas entre as autoridades da capitania e várias mudanças do pelourinho entre a Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção (na chamada "aldeia do Forte" ou "aldeia do Siará", onde habitavam os militares e as autoridades coloniais e eclesiásticas – capitães-mores governadores e padres), a barra do rio Ceará (no local denominado de Vila Velha, pois ali se estabeleceram as primeiras fortificações portuguesas na capitania, onde viviam, sobretudo, indígenas aculturados, em miseráveis condições de existência) e Aquiraz (e extensivamente o Iguape), na foz do rio Pacoti, área em que residiam grandes senhores da terra, os chamados "homens bons", a "elite local", se é que se pode aplicar o termo ante a pobreza geral da capitania.

Na verdade, as disputas pela vila não passavam de uma maneira dos envolvidos, sobretudo os fazendeiros, tentarem aumentar seus poderes e influência. Para os "homens bons" de Aquiraz, ter a Câmara junto a si representava acessar posições de controle administrativo e reforçar o poder econômico e político que tinham como senhores de terra e vereadores, além de contraporem-se e protegerem-se dos capitães-mores governadores (únicos representantes da Metrópole na capitania, mas distantes de um maior controle da Coroa ou das autoridades pernambucanas) que tomavam decisões muitas vezes contrárias aos interesses dos potentados, sobretudo no que tocava ao uso da mão de obra indígena.

Queixas dos fazendeiros contra os capitães-mores que se apropriavam da produção de farinha para alimentar índios ocupados na construção de fortificações, e de gados para alimentar tropas (...), e dos capitães e missionários contra fazendeiros, que escravizavam nativos, ilustram as disputas e sugerem que na raiz delas estava o poder dos capitães e dos missionários advindo do controle que exerciam sobre os índios (LEMENHE, 1991: 31).

Ao mesmo tempo, a defesa realizada pelos capitães-mores e pelo padre João de Matos Serra para a constituição em vila da "Aldeia do Siará" serviria aos representantes de Portugal e da Igreja como uma maneira a mais de controle sobre a capitania e sobre os donos de terra, que gozavam então de muita autonomia.

A 25 de janeiro de 1700, os três vereadores eleitos e os dois juízes

instalaram a vila no arraial do Iguape, alegando que este local era "mais conveniente". A decisão, entretanto, não agradou às autoridades metropolitanas. Consultado sobre o local da vila, o governador de Pernambuco respondeu que esta deveria se localizar onde "atualmente assiste essa pequena povoação", isto é, próximo ao fortim. Assim, a 25 de maio de 1700 o capitão-mor Francisco Gil Ribeiro instalou a vila de São José do Ribamar junto à fortaleza de N. S. de Assunção, "debaixo das armas dela", apesar dos protestos dos vereadores, os quais consideravam o Iguape um local mais "conveniente" – usavam como argumento a longa distância da "Aldeia do Siará" (eram eles de Aquiraz) e as "condições poucos favoráveis desta" (porto ruim, terras impróprias para a agricultura, falta de boas fontes d'água, etc.).

Sucederam-se, então, outras mudanças, conforme a pressão dos vereadores e capitães-mores. O capitão-mor Francisco Gil Ribeiro, em 1702, transferiu o pelourinho para local mais distante ainda: a barra do rio Ceará. A vila ficaria ali por quatro anos, até 1706, quando o novo capitão-mor, Gabriel da Silva Lago (1706-10), pressionando os vereadores, fez retorná-la para o forte, não sem os protestos dos "homens bons", que insistiam pela escolha de Aquiraz como sede da vila. Estes, apelando às altas autoridades coloniais e ao próprio rei português, D. João V, obtiveram em 1711, Ordem Régia determinando a mudança do pelourinho para Aquiraz. A 27 de junho de 1713, agora sob os protestos dos moradores da fortaleza, a vila foi definitivamente instalada em Aquiraz – daí por que muitos consideram esta a primeira capital do Ceará (GIRÃO, 1979; LEMENHE, 1991).

5.9 A INSTALAÇÃO DA VILA DE FORTALEZA

O deslocamento da vila para Aquiraz não foi muito feliz. Em agosto de 1713, os índios, em meio à chamada Guerra dos Bárbaros, atacaram aquela comunidade, levando destruição e morte (cerca de

200 pessoas perderam a vida), e fazendo muitos habitantes a buscarem a proteção dos canhões do fortim de N. S. de Assunção. Com isso, teve início o predomínio da Aldeia do Siará sobre a rival Aquiraz.

Finalmente, a 13 de abril de 1726, foi instalada a vila de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção pelo capitão-mor Manuel Francês. O argumento usado para a instalação desta segunda vila foi o de incentivar o desenvolvimento da capitania. Não obstante, numa decisão salomônica, conservou-se o pelourinho de Aquiraz e cada Câmara ficou com seu espaço de poder: em Aquiraz, estaria a sede da ouvidoria e, em Fortaleza, a residência oficial do capitão-mor governador do Ceará.

Na realidade, Fortaleza acabou se impondo enquanto capital cearense, afinal, reunia um conjunto de signos de poder, a exemplo do forte (expressão da autoridade e da ordem naquela "terra bárbara") e da presença do capitão-mor governador (o principal representante da Coroa). Era dali que, em rigor, saíam as principais decisões administrativas, conforme as motivações de Portugal.

Mesmo assim, a vila de Fortaleza, longe dos sertões da pecuária, continuaria sendo, por mais de um século, um mero aglomerado sem sustentação econômica ou expressividade política. As sedes de poder da capitania (Fortaleza e Aquiraz), que distavam entre si somente três léguas, situavam-se na porção central do litoral da capitania, em uma região isolada das principais áreas de criatório. A região na qual se inseriam (ribeira do Ceará), constituía-se como a região mais pobre da capitania sendo seus dízimos sempre os que por menor valor eram arrematados no Siará Grande (NOGUEIRA, 2010: 67).

Continuaria o descaso português para com o Siará Grande. Nessa etapa persistiam os ofícios enviados por capitães-mores e vereadores à Coroa com reclamações e pedidos vários. Muitos desses ofícios sequer chegavam a Portugal, perdendo-se nos escaninhos da burocracia lusa (GIRÃO, 1979; LEMENHE, 1991; SILVA FILHO, 2001).

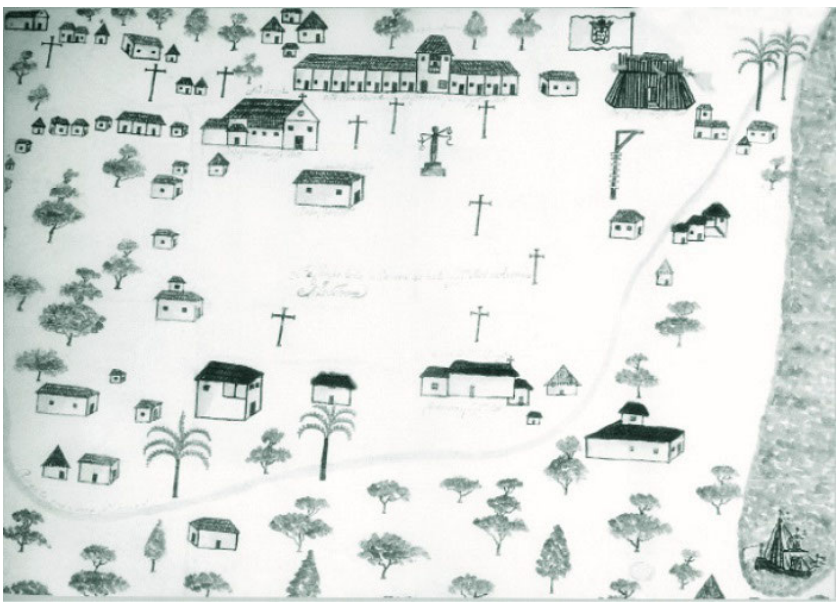
5. 10 AS VILAS SERTANEJAS “DOS BRANCOS”

Mais ou menos pacificados os sertões, a partir da segunda década do século XVIII, com a derrota indígena na “Guerra dos Bárbaros”, e verificando-se a expansão da atividade criatória, do charque e comércio, foram surgindo as primeiras vilas no interior da capitania. Ante o número de currais nos sertões, a cobrança de dízimos sobre a criação de gado tornava-se mais rentável para a Coroa. Em geral, as vilas situavam-se em pontos estratégicos para produção, reprodução e circulação de mercadorias e pessoas – leia-se: das boiadas e boiadeiros – e garantiam a conectividade com restante do Brasil e com a dinâmica mercantilista internacional. Em outras palavras, assentavam-se, sobretudo, nos cruzamentos das estradas das boiadas e na foz dos principais rios da capitania: Jaguaribe, Acaraú e Coreaú (JUCÁ NETO, 2012: 10).

As razões de ordem econômica e produtiva, por sua vez, não descartavam as motivações de firmar a presença da autoridade portuguesa no amplo território colonial, “aplicar a justiça” ou os interesses de recompensar e integrar os setores proprietários locais às relações de poder da Coroa. Percebe-se esse conjunto de fatores ao se observar a criação da Vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó.

Em 1736, o povoado de Icó, o “arraial de maior movimento do interior”, foi elevado à condição de vila, a primeira dos sertões, inclusive (veja capítulo 2), evidenciando sua condição de um dos principais núcleos populacionais cearense. “Situada nos sertões do Siará Grande, o povoado do Icó, localizava-se na porção centro-sul da capitania, inserindo-se no interior da ribeira do Jaguaribe, área que – além das distâncias que a separavam dos centros de poder então constituídos na capitania [Fortaleza e Aquiraz] – era, economicamente, a mais dinâmica do Siará grande, onde, até poucos anos antes, ocorrera (...) o brutal processo, contra os nativos, de conquista das terras pra a implantação de fazendas de criar gado. [Como] encontravam-se muito distante dos núcleos de

poder régio e local da capitania, [desenvolveu-se fortemente ali] um elemento bastante característico das áreas isoladas do poder oficial: o mandonismo local que, na região, exacerbou-se e teve nos confrontos entre potentados das famílias Monte e Feitosa um dos exemplos mais simbólicos de conflitos entre famílias da história da América portuguesa" (NOGUEIRA, 2010: 52). Assim, pode se presumir, que perante as rixas entre os potentados da região, o desejo de aplicação da justiça para "aquietar os povos" tenha também contribuído para a instalação da referida vila.



Planta elaborada pelo capitão-mor Manoel Francês, quando da elevação de Fortaleza à condição de vila em 1726. Observe o forte ao lado direito, com canhões apontando para a terra também. Abaixo, a forca, como símbolo da repressão. Na parte superior, ao centro, a maior casa é da Câmara de Vereadores. No mais, destaques para a igreja e a rusticidade da vila

Aracati, o "pulmão da economia colonial", foi elevada à vila em 1748 (ver o capítulo 2), constituindo-se o principal núcleo urbano

do Ceará até meados do século XIX, quando foi superada por Fortaleza. Vale lembrar que antes mesmo de ser elevada à condição de vila, Aracati já era um núcleo populacional de maior expressão, o que a torna peculiar na história do Ceará. O historiador Gabriel Parente Nogueira diz que Aracati foi o único caso de criação de vila na capitania que teve como justificativa a busca do controle das atividades econômicas, no caso, a produção e comercialização de carne-seca e couro que se fazia na localidade do Porto dos Barcos, próxima à foz do rio Jaguaribe (NOGUEIRA, 2010: 55).

Lembremos que por ter sido uma das primeiras rotas de colonização da capitania e uma região econômica destacada com base na pecuária/charque e no comércio, a ribeira do Jaguaribe, com seu eixo Aracati-Icó, foi a mais importante área do ponto de vista econômico até o século XIX.

Também foram criadas a Vila Real de Sobral (1773), Granja (1776), a Vila de Campo Maior de Quixeramobim (1789), a Vila Nova d'El Rei, atual Ipu (1791), a Vila de São Bernardo de Russas (1801), a Vila de São João do Príncipe, atual Tauá (1802), a Vila de Santo Antônio do Jardim (1814) e a Vila de São Vicente das Lavras da Mangabeira (1817). Tais vilas eram chamadas nos documentos coloniais de "vilas de brancos", em oposição às "vilas dos índios", conforme veremos adiante (LEMENHE, 1991; SILVA, 2008; NOGUEIRA, 2010; JUCÁ NETO, 2012)

Como se explica a criação de tais vilas numa região até então periférica para os interesses metropolitanos? Na segunda metade do século XVIII, com a chamada Era Pombalina (1750-77), passou a haver uma reestruturação administrativa do Brasil, com o objetivo de atender os novos anseios econômicos e políticos de Portugal (maior racionalização e eficácia da máquina pública, aumento das riquezas a serem apropriadas pela metrópole, ampliação da arrecadação de impostos, etc.). Assim, o Ceará passou a receber maior atenção da Coroa portuguesa – daí a criação das vilas para atender o novo projeto administrativo lusitano (SILVA, 2008).

Lembremos ainda que naquele momento houve uma expansão da economia da capitania, com a produção e comércio de charque, couro e, depois, do algodão. A análise da localização geográfica das "vilas de brancos" no território cearense (à exceção de Fortaleza e

Aquiraz) mostra que elas estavam situadas em pontos estratégicos para a produção.

A proliferação de vilas na capitania secundária do Ceará na segunda metade do século XVIII não pode ser dissociada igualmente da preocupação do controle social sobre as populações sertanejas, na medida em que tais vilas serviriam para as autoridades coloniais policiarem as populações e administrarem as áreas próximas, impondo as leis da Coroa, fosse aos grandes proprietários, fosse, especialmente, à "ralé de facínoras, matadores e vagabundos". As vilas também visavam o aumento da produção agrícola, pois, caberia aos administradores reunir e fixar os "desocupados e vadios", obrigando-os a trabalhar e a produzir, o que deve ser vinculado à necessidade de alimentos para o mercado interno (a fome era uma ameaça constante na colônia) e, sobretudo, à demanda externa por algodão em virtude da Revolução Industrial.

Ilustração feita por José dos Reis Carvalho em 1859 retrata Icó, umas das principais vilas dos sertões cearenses

Como vimos no capítulo 2, havia toda uma massa de brancos pobres, pardos, negros, índios aculturados, sem terra e sem trabalho, vagando pelos sertões, sendo qualificada pela classe proprietária como vadios e vagabundos. Nas representações das câmaras às autoridades do Reino, percebem-se muitas reclamações

contra aquelas pessoas, acusadas da prática de roubo, furto, agressões e mesmo assassinatos de latifundiários e moradores (embora várias delas fossem protegidas pelos senhores de terra). Daí a criação de presídios militares e de vilas como instrumento de controle social sobre essa massa "assustadora" e uma maneira de fazê-la mais produtiva, como desejava a nova política lusa.

Tais preocupações ficam evidentes, por exemplo, quando o ouvidor da capitania, Manuel Magalhães Pinto e Avelar, enviou carta em 1787 à rainha D. Maria I, relatando que as vilas deveriam desenvolver projetos para integrar os homens, tornando-os "úteis à sociedade". O capitão-mor Luis da Mota Feo e Torres (1789-99), por sua vez, baixou norma em 1789 para a região dos Inhamuns, determinando que os proprietários rurais não mantivessem em suas fazendas agregados que fossem criminosos ou desertores, devendo enviar estes à cadeia mais próxima ou entregá-los aos juízes ordinários. O capitão-mor governador considerava que havia aumentado o número de homens vadios ociosos na capitania e isso estava ocasionando gravíssimos danos à Real Fazenda e ao sossego público e particular (SILVA, 2008: 11).

A Ordem Régia de 22 de julho de 1766 dava poderes para criação de vilas e obrigava que fossem distribuídos os vagabundos e ladrões nos povoados existentes com 50 fogos (casas) para cima, repartindo-se-lhes com justas proporções as terras adjacentes, sob pena de serem os refratários considerados salteadores e inimigos comuns (apud CHANDLER, 1980: 29). Foi tal Ordem Régia que fundamentou a criação de vilas como Sobral, Quixeramobim, Tauá e Russas.

Em suma, dividindo as vilas criadas na capitania, tendo como base os contextos e conjunturas que envolveram seus processos de criação, pudemos classificar a criação de vilas do Siará grande com base em quatro motivações principais, sendo estas: a institucionalização e controle dos poderes no processo de efetivação da conquista e de implementação do poder régio na capitania (que envolve a criação das três primeiras vilas: Aquiraz, Fortaleza e Icó); uma vila fundada em decorrência do desenvolvimento econômico da localidade onde foi instituída (Aracati); as vilas de índios, criadas a partir da elevação de alguns aldeamentos indígenas à

categoria de vilas; e aquelas vilas que foram criadas visando o controle da população volante, por meio da busca em concentrar parte desta população em alguns núcleos (NOGUEIRA, 2010:44).

5.11 O DIRETÓRIO POMBALINO E AS VILAS INDÍGENAS

Na segunda metade do século XVIII, em virtude das determinações do primeiro-ministro do rei D.José I, Marquês de Pombal, algumas aldeias jesuíticas do Ceará também foram transformadas em vilas. Os jesuítas teriam seus bens sequestrados e deveriam deixar a administração das vilas indígenas, o que ficaria daí em diante a cargo de diretores, uma espécie de tutor para os nativos, que eram tidos como "incapazes de se governarem enquanto não estivessem civilizados". A lei do chamado Diretório Pombalino era de 1757, mas foi implementada no Ceará nos anos seguintes – daí então, surgiram as vilas de Viçosa Real do Ceará (antiga aldeia da Ibiapaba), Vila Nova de Soures (antiga Caucaia) e Vila Nova de Arronches (antiga Parangaba), em 1759. A Vila Nova de Messejana (antiga Paupina) foi criada em 1760, e as Vilas de Monte-Mor-Novo (Baturité) e Crato, em 1764. Eram as chamadas vilas dos índios.

Apesar de conferir a estes núcleos um status de vila, tal política, na prática, não lhes garantiu desenvolvimento, especialmente os que se localizavam nas proximidades das vilas do Siará (Fortaleza) e de Aquiraz (Soure, Arronches e Paupina). Permaneceram tais localidades com poderes bastante limitados, devido tanto a seus reduzidos termos como pela proximidade de núcleos de poder mais expressivos em âmbito regional. O maior desenvolvimento na capitania de uma vila de índios aconteceu com a Vila Real do Crato. Isso pode ser atribuído, em parte, a distância desse núcleo em relação a um centro de poder local mais expressivo e, em caráter específico, a sua localização estratégica, o que favorecia a atividade comercial. A vila situava-se em um entroncamento das Estradas Crato-Piancó e Crato-Oeiras, caminhos que conectavam o Cariri

com os sertões do Piauí e Paraíba e o litoral açucareiro de Pernambuco, bem como o acesso ao médio São Francisco, ao vale do Jaguaribe e ao litoral cearense, levando-se em conta a proximidade com a Estrada Geral do Jaguaribe (NOGUEIRA, 2010).

O Diretório Pombalino tinha por objetivo integrar os índios à sociedade colonial, “civilizando-os” (seriam livres e iguais aos demais súditos do rei), e também exercer um controle mais rígido sobre essa população nativa, vista como uma preciosa reserva de mão de obra, sobretudo, no final do século XVIII, quando da expansão da cotonicultura na capitania. Vale ressaltar que a Lei do Diretório garantia aos nativos a propriedade legal das terras dos antigos aldeamentos.

Na prática, contudo, o Diretório não garantiu a liberdade e igualdade dos índios em relação aos demais segmentos da sociedade colonial. Continuava ainda o preconceito contra os índios, vistos como bárbaros e selvagens. Os diretores das vilas eram, na maioria absoluta, latifundiários, exatamente os grandes adversários dos povos nativos, e não tinham o menor escrúpulo de explorá-los. A força de trabalho indígena era muito importante numa capitania como a do Ceará, em que o uso da mão de obra africana era menor.

Os documentos coloniais estão repletos de denúncias contra os diretores, acusados de agredirem e ofederem os nativos, fazerem prisões arbitrárias, permitirem o uso da força de trabalho indígena sem qualquer remuneração (os índios poderiam, mediante licença expedida pelos diretores, trabalhar em propriedades particulares, por determinado período e salário) e até venderem nativos como escravos, especialmente crianças.

Aldeamentos e povoações no Ceará Colonial - Século XVIII

Para se ter ideia da situação, chegou a escrever o ouvidor Manuel Pinto de Avelar em 1786: (...) Não posso deixar pelos deveres de homem e ainda de Magistrado (...)[de] dar conta do estado infeliz (...) em que vivem estas pobres aldeias dos miseráveis índios, que ainda hoje (...) são tiranizados pelos Diretores das ditas vilas, pelos Ouvidores, pelos Governadores e ainda pelos particulares europeus:

mais escravos no tratamento que se lhes dá do que escravos africanos (...) (apud PINHEIRO, 2008: 213).

Diante disso, da opressão e da pobreza reinante nas vilas, não surpreende que vários nativos as tenham abandonado e acabado sob a tutela de grandes proprietários, como escravos ou agregados. No fundo, os diretórios aprofundaram o processo de desorganização social dos nativos.

As autoridades coloniais tentaram, então, combater essa dispersão dos índios e o esvaziamento das vilas, afinal, não queriam perder para os latifundiários o controle sobre aquela importante mão de obra. O capitão-mor governador Antônio José Victorino Borges da Fonseca (1765-81), por exemplo, baixou norma determinando que todos os índios voltassem às suas vilas de origem, revogando todas as licenças até então concedidas pelos diretores. Aqueles latifundiários que não permitissem o regresso dos nativos seriam tidos como desobedientes ao rei e passíveis de punição. A medida, contudo, teve poucos resultados práticos.

Outra medida para tentar controlar e estimular a produção da mão de obra dos índios, da mesma forma que dos pobres livres, foi a política do uso de passaportes, como veremos no capítulo 6. O Diretório dos Índios foi abolido em 1798, embora a expressão Vila de Índio tenha continuado a ser empregada (HOORNAERT, 1989; ALBUQUERQUE, 2002; SILVA, 2005; PINHEIRO, 2008; MAIA, 2010).

5.12 AS SECAS COMO FENÔMENO SOCIOCLIMÁTICO

Como de se esperar, as secas apresentam grande importância para a compreensão da história cearense, influenciando no dia a dia dos habitantes, no movimento das populações e mesmo na produção da cultura local. A seca, assim, é um fenômeno não apenas climático, mas também social e cultural.

No final e início de cada ano, o coração do cearense batia mais forte, buscando no horizonte ou na fauna e flora sinais que indicassem como seriam as chuvas da estação – o comportamento de certos animais, de insetos, manchas no sol ou no céu, os ventos, etc., poderiam ser sinais de bom inverno ou da chegada da seca. No encontro de amigos nas vilas ou nas reuniões nos alpendres das casas sertanejas, o assunto normalmente vinha à tona. Nas orações diárias ou nas missas, o pedido ao Divino e aos santos era pela graça de água em abundância. Quando, porém, março passava e abril entrava, sem chuva ou em quantidade insuficiente, as ilusões desfaziam-se. Aquele seria um ano duro para todos. A preocupação era como encarar a fome e deslocar-se em busca de pastos para os rebanhos e alimentos para a família. Diante das grandes distâncias dos sertões, calor insuportável, falta de água e comida, a seca poderia tornar-se fatal.

As irregularidades das chuvas já são registradas nos documentos desde os primeiros momentos da ocupação do atual território chamado Ceará. Em 1607, Pero Coelho retirou-se do Siará Grande em sua frustrada tentativa de conquista da terra em meio à calamitosa estiagem. Nos primeiros séculos da conquista, há referências a secas ainda em 1614, 1663-64, 1692, 1710-11, 1721-25, 1736-37, 1745-46, 1754, 1777-78, 1784 e 1790-93. Em todas elas, normalmente ficava nos sertões um rastro de morte e fome, pois arruinava-se a produção agrícola e pecuarista. Não raro, ocorriam surtos de doenças, a exemplo da varíola, afligindo e dizimando a angustiada população. Em meio à carência absoluta e ao desespero, qualquer coisa poderia servir de comida, até mesmo raízes venenosas ou carne putrefata.

Sendo vista por muitos como uma punição dos céus, a seca atingia todos, fossem ricos ou pobres. A falta de água e comida obrigava os sertanejos a deslocarem-se, numa estratégia de sobrevivência. Vilas e fazendas despovoavam-se ou tinham sua população drasticamente reduzida.

Contudo, a maneira como os grandes fazendeiros e comerciantes experimentavam a seca era distinta da forma sofrida por pequenos proprietários, escravos, agregados e demais pobres livres. Como os grandes latifundiários dispunham de mais recursos e propriedades

em regiões diferentes (serras, vilas, etc.), tinham, portanto, mais opções para o deslocamento dos gados e familiares, não sofrendo maiores infortúnios (entenda-se, passar fome e morrer à míngua) e dependendo menos de auxílio alheio.

Já as camadas mais humildes da população buscavam refúgio onde existiam familiares ou amigos. A presença destes era importantíssima, afinal, significava facilidades em obter comida, trabalho, teto, etc., ou apoio para recomeçar a vida e reconstruir suas modestas habitações.

Havia casos de os homens partirem na frente, em busca de uma área propícia, deixando a mulher com filhos temporariamente para trás – isso para terem facilidade nos deslocamentos e não submeter a família às dificuldades do desconhecido (muitos dos migrantes sucumbiam nas longas caminhadas). Ao encontrarem uma região com melhores condições, aqueles homens voltavam para buscar a esposa e os filhos. Existiram ocasiões, contudo, de os homens nunca mais voltarem ou, quando voltaram, encontrarem os parentes mortos.

Logicamente, as regiões cearenses eram atingidas de maneira distinta pelas secas. Vilas mais prósperas, situadas em regiões litorâneas ou áreas serranas, a exemplo, respectivamente, de Aracati e Crato, sofriam menos diante do flagelo, apesar de terem a população aumentadas com a chegada de retirantes (GIRÃO, 1985; VIEIRA JÚNIOR, 2004).

Capítulo 06

O Ceará emancipado

6.1 A SEPARAÇÃO DE PERNAMBUCO A

Sendo capitania secundária, o Siará Grande não podia comercializar diretamente com Portugal – suas exportações faziam-se pelo porto do Recife, o que era mais um empecilho à economia local. Com a expansão do plantio do algodão no final no século XVIII, essa intermediação obrigatória por Pernambuco tornou-se alvo das críticas dos cotonicultores e comerciantes cearenses (muitos dos quais portugueses instalados na capitania atraídos exatamente pelo algodão), sobretudo, os de Fortaleza e áreas próximas.

Relato do escrivão Bento Targini explica o porquê: os gêneros de exportação desta província são levados à praça de Pernambuco por uma enfadonha e arriscada navegação que equivale à desta colônia em direção à capital (Lisboa); pagam em frete quase igual ao que pagariam sendo da mesma forma levados a Portugal, e o lucro, que na metrópole devia encontrar, fica em mãos de negociantes de Pernambuco, que têm sabido tirar, pela experiência, o melhor partido possível da falta de navegação e comércio direto. Dobrados fretes, dobradas comunicações e triplicadas despesas evaporam o lucro do triste agricultor, ou lhe diminuem ao ponto de não poder trocar os produtos das suas fadigas e das suas lavras pelos gêneros importados da metrópole, preciosos à manutenção dela e que são objetos essenciais do consumo desta colônia (apud GIRÃO, 1979: 66).

Coincidem com o início do cultivo comercial do algodão os apelos feitos por capitães-mores, produtores, vereadores e (os poucos) comerciantes de Fortaleza para que o Ceará ganhasse autonomia administrativa e o direito de comercializar diretamente com Portugal. Contra isso, porém, iriam se posicionar os negociantes de Aracati e Icó, algo lógico, pois eram beneficiados com a intermediação e transações que mantinham com o Recife (LEMENHE, 1991).

Os pernambucanos igualmente posicionaram-se contra a emancipação cearense – perderiam lucros e impostos, além de terem diminuída sua área de jurisdição. As autoridades constituídas do Ceará, porém, apoiaram a ideia, pois com o Ceará ganhando a autonomia administrativa, gozariam de mais poderes, sem a obrigação de submeter-se às decisões do Recife.

Portugal, dentro da nova estrutura administrativa que tentava implementar no Brasil, lucraria com a separação das duas capitanias. Com um governo autônomo, imbuído de mais poderes, o Ceará talvez conhecesse um maior desenvolvimento da administração e da economia agrícola (entenda-se, algodão), possibilitando assim aumento da arrecadação tributária – necessidade vital para uma Coroa que passava por aperturas financeiras e cada vez mais entrava em decadência, dependendo de outras potências.

Também seria interessante para Portugal porque, com o desmoronar do sistema colonial no continente americano naquele final de século XVIII, seria mais uma forma de controlar os latifundiários locais, os quais poderiam também abraçar as "nefastas" ideias iluministas e pensar em independência da colônia.

Assim, pela Carta Régia de 17 de janeiro de 1799, a rainha Maria I (no Brasil, conhecida como a "Louca"), "amor e delícia de seu povo, guiada pela sua inata beneficência", separou o Ceará oficialmente de Pernambuco (também emancipou a Paraíba), possibilitando a navegação direta da capitania com o Reino (GIRÃO, 1947).

Há de se notar, contudo, que, de início, a permissão para comercializar diretamente com Portugal não livrou a capitania da intermediação de Recife – muitos comerciantes locais, em especial, os aracatienses, continuaram a negociar através de Pernambuco, mesmo porque o Ceará não possuía ancoradouros adequados para receber os novos navios a vapor de calado maior (informes acerca do porto de Fortaleza, por exemplo, descrevem-no em situação precária no começo do século XIX).

A separação oficial, portanto, não significou o fim da influência política e econômica de Pernambuco sobre o Ceará. A capitania, também por afinidades familiares e contiguidade territorial, estava muito ligada aos interesses do Recife, o que ajuda a compreender o envolvimento cearense em movimentos armados como a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador, em 1824 (LEMENHE, 1991; JUCÁ, 1998; VIEIRA JÚNIOR, 2005).

6.2 UMA ANÁLISE GERAL

Em rigor, no começo e até meados do século XIX, não existia uma efetiva unidade política e administrativa no que chamamos hoje de Ceará. Como afirma o historiador Almir Leal Oliveira, em decorrência de processos históricos vindos de períodos iniciais da colonização, o Ceará apresentava naquele momento três grandes áreas, chamadas de ribeiras, cada qual com grande autonomia entre si e em relação aos representantes da Coroa na capitania – ainda que estes buscassem desde o final do século XVIII apresentar maior controle sobre o Ceará e manter maiores contatos com as elites, como se percebe na criação de várias vilas/câmaras de vereadores neste período.

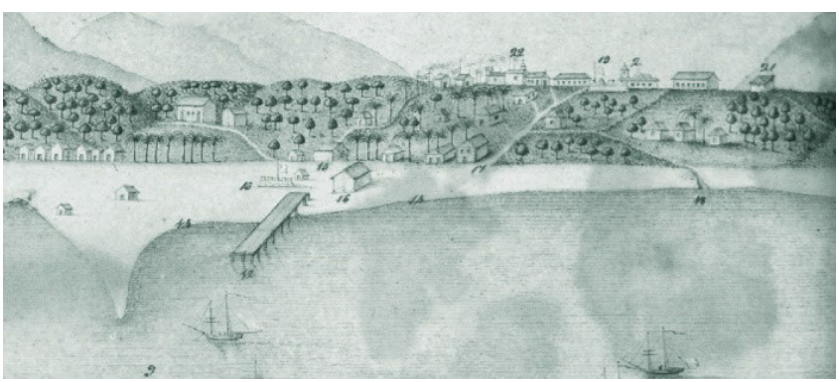
Aquelas áreas seriam, a ribeira do Acaraú, que tinha seus limites definidos pela bacia hidrográfica do rio Acaraú mais a Ibiapaba, a ribeira do Siará, região que se estendia pelos domínios das câmaras de Aquiras e da Fortaleza, atingindo o maciço de Baturité, e a ribeira do Jaguaribe, que pode ser definida como a bacia hidrográfica do rio Jaguaribe, com seus afluentes. Na segunda metade do século XVIII a ribeira do Jaguaribe foi subdividida em ribeira dos Icos e Jaguaribe. Esta subdivisão não era aleatória, mas visava adequar a administração colonial as condições do povoamento e da colonizacao. (OLIVEIRA, 2009: 18).

Tais áreas eram controladas por influentes grupos oligárquicos locais, normalmente famílias de grandes senhores de terra, os quais gozavam de relativa autonomia em relação às autoridades coloniais e à Metrópole. Embora a separação de Pernambuco e o desenvolvimento do comércio algodoeiro tenham criado as condições econômicas e administrativas para iniciar o longo processo que tornaria Fortaleza, na segunda metade do século XIX, o principal núcleo urbano do Ceará, a capital cearense era apenas até então mais um centro regional, igual (e, por que não?, inferior) a Aracati, Sobral, Icó ou Crato.

Assim, as oligarquias locais estavam longe de submeter-se completamente a uma hegemonia urbana/política da capital/

autoridades portuguesas, não raras vezes defendendo seus interesses nas câmaras das vilas ou com grupos armados de jagunços que, como veremos melhor nos capítulos seguintes, não hesitavam em marchar sobre Fortaleza para depor autoridades. Como observou muito bem o historiador Capistrano de Abreu, os “sertões dominavam o litoral”. Embora Portugal se esforçasse, não existia um poder central no Ceará capaz de superar a fragmentação política e administrativa cearense no final do século XVIII e começo do seguinte.

Daquelas áreas, a mais rica e influente econômica e politicamente até a metade do século XIX era a do Jaguaribe. Esta fora a principal rota de colonização da capitania através da concessão de sesmarias para a pecuária no final do século XVII e começo do seguinte, um eixo destacado no abastecimento de gados para a Zona da Mata de Pernambuco e Bahia e, depois, para as charqueadas litorâneas cearenses, uma destacável área cotonicultora e um entreposto comercial com o Recife, redistribuindo para os sertões o que vinha da capital pernambucana ou recolhendo a produção sertaneja e enviando-a para Recife. A ribeira do Jaguaribe, onde destacavam-se as vilas de Aracati e Icó, encontrava-se, ao lado região do Cariri (sul cearense), muita mais ligada a Pernambuco que a Fortaleza. Não foi coincidência aquelas áreas destacarem-se na adesão a revoltas armadas iniciadas em Recife, a exemplo da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador de 1824.



Fortaleza retratada em 1811, no início do processo que a levaria a

tornar-se o principal núcleo urbano cearense. Desenho de Francisco Antônio Marques Giraldes

Foi exatamente após as lutas de independência do final da década de 1810 e inicio da década seguinte que a unidade política e administrativa do Ceará, efetivamente, passou a se estabelecer, o que foi feito, aliás, de forma violenta, a bala, repressão e assassinatos, pois houve resistência dos grupos políticos locais. Afora a oposição local ao processo de centralização do poder que se impunha Brasil afora, existiam ainda divergências e disputas interna entre os grupos oligárquicos cearenses na luta por preservar seu poderio econômico e político já existente ou angariar e usufrir mais espaços e poderes diante do Estado imperial que se estruturava. Daí várias revoltas, a exemplo da Revolução de 1817, Confederação do Equador, em 1824, e Sedição de Pinto Madeira de 1831/32.

Foi, percebe-se, um momento muito conturbado da história local, com instabilidade política, confrontos armados e crise econômica, esta ligada, sobretudo, às baixas do preço do algodão no mercado internacional. Não obstante, o "litoral acabou por derrotar o sertão", ou seja, a autonomia dos senhores de terra, se não acabou por completo, diminuiu sensivelmente durante o Império, processo intensificado na segunda metade do século XIX, coincindindo, não por acaso, com a formação do Estado nacional brasileiro (falaremos mais sobre isso nos capítulos 11 e 12) (LEMENHE, 1991; OLIVEIRA, 2009; FÉLIX, 2010).

6.3 O CEARÁ NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

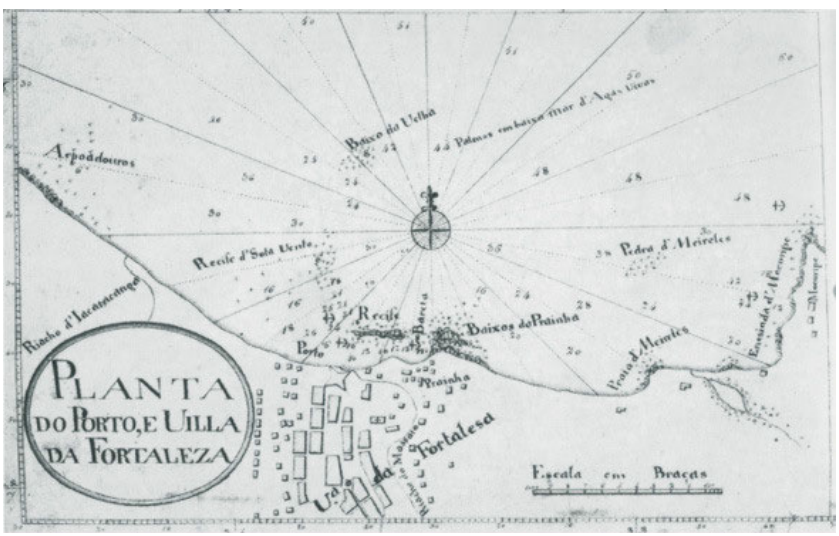
Com o fim da vinculação a Pernambuco em 1799, o Ceará passou a submeter-se diretamente a Portugal, ganhando o direito de comercializar com a metrópole sem intermediações. Agora, em vez de capitães-mores, seria administrado por governadores nomeados pela Coroa. Daquele ano até 1821 apresentou o Ceará cinco

governadores (Bernardo Manuel de Vasconcelos – 1799/1802, João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Grwenbourg – 1803/07, Luis Barba Alado de Menezes – 1808/12, Manuel Inácio de Sampaio – 1812/20 e Francisco Alberto Rubim – 1820/21), todos militares portugueses, de famílias mais ou menos nobres, tendo nenhuma ou pouquíssima experiência de administração. Cabia-lhes as árduas funções de criar e fiscalizar equipamentos administrativos, cuidar das questões econômicas (atividades mercantis e a devida fiscalização dos impostos), resolverem possíveis divergências entre as câmaras, bem como intermediar os interesses da capitania e da Coroa. Constantemente, os governadores enviavam ofícios a Portugal, relatando o que se passava, não raras vezes em versões que lhes eram mais convenientes (GIRÃO, 1985; NOBRE, 1986).

Poucos meses após ser empossado, o governador Bernardo Vasconcelos mandou a Portugal informações decepcionantes sobre a o Ceará. Ressaltou o pouco desenvolvimento da agricultura da capitania, que se devia a duas razões: naturesa do solo e innata insensibilidade e apathia dos habitantes desta parte do Globo. O governante diz que a "arte da agricultura e quase todos os seus utensílios são absolutamente desconhecidos, e dos núcleos de população só alguns merecem, isso mesmo em sentido estrito, o nome de povoação". Destaca Aracati, com seu dinamismo comercial, arquitetura agradável e regular e civilidade e polidez dos habitantes. A capital, Fortaleza, na visão de Vasconcelos, não ia além de um montão de areia profunda apresentando dos lados pequenas casas térreas, onde existe falta absoluta de todas as coisas de primeira necessidade, estando a riqueza depositada nas mãos de dois ou três dos seus moradores, reputados ricos por possuírem 25 ou 30 mil cruzados, dos quais parte consistente em algumas roças de mandioca, outra muito tênue em dinheiro e o resto em dívidas, umas pouco seguras e outras dependentes ainda das decisões de leis e opiniões forenses (apud GIRÃO, 1985:242).

Nesse período chama a atenção a modificação do modo de agir da Coroa, buscando demonstrar aos senhores dos sertões que o poder superior do rei, exercitado pelos governadores e prepostos seus, passaria de potência a ato, no campo das relações sociopolíticas ou

paraeconômicas (PAIVA, 1979: 53) – ou seja, há neste momento um esforço por parte das autoridades coloniais de centralização do poder (o que perduraria por todo o século XIX), de tornar a presença da Coroa mais incisiva por todo o Brasil e também no Ceará, buscado diminuir a autonomia gozada pelos senhores proprietários, que, como vimos no tópico anterior, não raras vezes, tomavam decisões que contrariavam os interesses metropolitanos. Aqueles eram tempos difíceis e conturbados na Europa (Revolução Francesa de 1789, período napoleônico) e na América (independência das 13 colônias/Estados Unidos, do Haiti, etc.). Portugal necessitava estar mais presente no Brasil, sua principal colônia, o que, por outro lado, poderia trazer mais rendimentos econômicos para a decadente Coroa lusitana.



Detalhe da planta de Fortaleza, de autoria de Silva Paulet – 1813

A historiografia cearense está cheia de exemplos desse processo de fortalecimento do poder central na capitania no começo do século XIX. Um caso deu-se no período do governador João Carlos, que realizou pessoalmente a prisão de um latifundiário chamado Manuel Martins Chaves (de vínculos familiares com os Feitosa) na

vila-Nova Del Rei (atual Guaraciaba do Norte). Este controlava grandes extensões de terra na porção norte da capitania e por anos manteve-se impune dos crimes, assassinatos e as ações violentas que cometia. Prova é que, condenado à revelia por ter mandado matar o juiz ordinário de vila Nova Del Rei, Antônio Barbosa Ribeiro, em 1795 (crime de bastante repercussão na capitania), ficou impune, pois ninguém ousava capturá-lo. A prisão pelo governador e um grupo de dez homens acabou se realizando em 1805. Martins foi levado para o cárcere de Limoeiro, em Portugal, onde veio a falecer anos depois. Tal fato, aparentemente sem maior importância, ganha destaque quando se percebe cada vez mais a presença e intromissão da Coroa na esfera de poder dos fazendeiros, o que contribuía, por sua vez, para deteriorar as relações entre a Metrópole e a elite colonial.

Afora o esforço para submeter os senhores de terras, os governantes do período preocuparam-se igualmente em evidenciar o poder da Coroa e estimular a fidelidade a El-Rei, enfatizando orgulho e a felicidade de pertencer ao Império lusitano, algo muito importante num momento tão conturbado por revoltas emancipacionistas como aquele. Um exemplo disso foi a reconstrução, em alvenaria, na gestão do governador Inácio Sampaio, da Fortaleza de N. S. de Assunção, que se encontrava em avançado estado de deterioração. O forte foi reconstruído com base em projeto do arquiteto e coronel de engenheiros Antônio José da Silva Paulet (vindo para o Ceará com o próprio Sampaio) e contou com inúmeras doações de latifundiários. Afora aspectos militares que endossaram a reconstrução, não se pode esquecer que fora em torno do Forte que efetivamente ocorrera a colonização portuguesa na terra e, agora, era da “Vila do Ceará” que cada vez mais saíriam as ordens às quais todos deveriam submeter-se. O forte, dessa forma, podia ser visto como um símbolo da devoção e fidelidade da capitania à Coroa lusitana.

Num sinal da necessidade de melhor ordenar o crescimento urbano de Fortaleza, que lentamente acontecia, mas também constituindo-se uma evidência do poder da autoridade colonial, foram elaborados as primeiras plantas urbanísticas da capital cearense, em 1813 e 1818, respectivamente, pelo mesmo Silva Paulet. Adotou-se para o povoado o traçado em forma de retângulo ou xadrez, com as

ruas se cortando em ângulo de 90°, o modelo mais aconselhado e dominante então e que seria mantido praticamente em planos futuros. Desejava-se, é verdade, disciplinar o crescimento da vila. Contudo, organizar e aformosear Fortaleza não podem ser dissociados de uma forma de mostrar a força dos governantes e da Coroa, afinal, era da capital que emanavam as decisões que deveriam controlar a vida da população, e a prosperidade da vila denotava a felicidade e o desenvolvimento que o império lusitano traria a todos seus súditos, em todos os locais (COSTA, 2012).

A postura centralizadora que a Coroa portuguesa e governantes cearenses buscavam estabelecer no começo do século XIX acabaram por contribuir para o fortalecimento político e crescimento econômico de Fortaleza. A "vila do Ceará" intensificaria daí em diante o passo para se tornar o principal centro urbano da terra.

Deste período datam a instalação de Mesas de Inspeção de Algodão (para garantir maiores vendas através da garantia da qualidade do produto, uma das exigências dos importadores ingleses) não apenas nos portos de Aracati e de Acaraú (este vinculado a Sobral, como vimos antes), até então os dois mais movimentados do Ceará, mas igualmente no precário e pouco dinâmico porto de Fortaleza; erguimento de um molhe e de um trapiche para embarque e desembarque no litoral de Fortaleza (na Prainha, em frente à vila), cuja precariedade era tão criticada; a construção de estradas ligando a capital ao interior (para melhor escoar a produção sertaneja e igualmente impor mais a autoridade governamental sobre os latifundiários, o que ampliava igualmente o raio de influência de Fortaleza); a decretação em 1803 de lei determinando a redução de 50% nas tarifas alfandegárias dos produtos exportados por Fortaleza; Instalação da Alfândega, da Junta da Fazenda (encarregada de arrecadar impostos) e dos Correios, entre tantas outras ações que são destacadas pela historiografia.

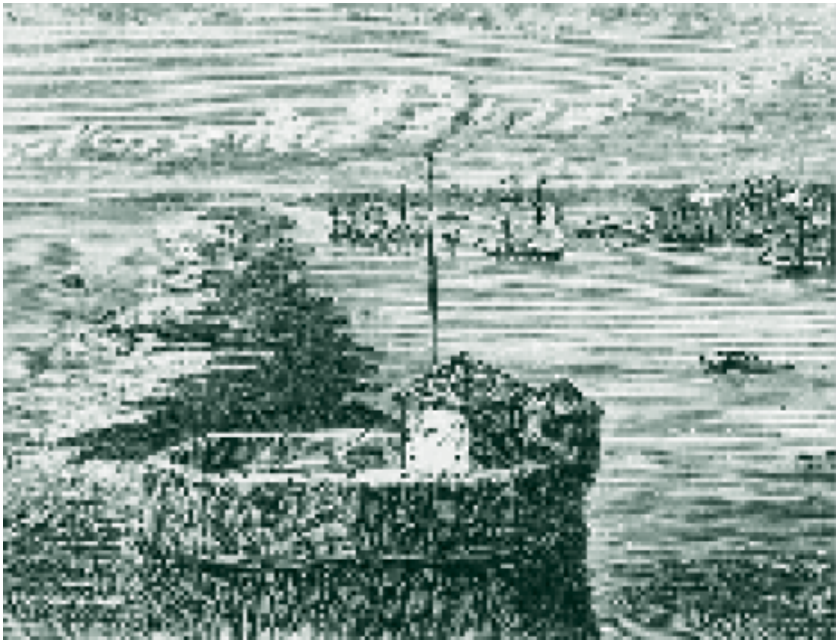
Dizer, por outro lado, que a Coroa tentava cada vez mais estar presente na vida cearense, não significa que isso tenha sido completamente alcançado. Na verdade, o poder e a autoridade dos senhores de terra continuavam fortes no interior (GIRÃO, 1979; PAIVA, 1979; NOBRE, 1986; LEMENHE, 1991; DANTAS, 2002; VIEIRA JUNIOR, 2008; FÊLIX, 2010).

No início do século XIX, o viajante inglês (embora nascido em Portugal, onde ficou pouco tempo) Henry Koster esteve no Ceará. O britânico havia se instalado no Recife no ano de 1809, por motivo de saúde – na época, não havia cura para tuberculose e recomendava-se aos doentes morar em locais de clima quente. Em Pernambuco, Koster chegou até a tornar-se dono de terras e de escravos. Em 1810, o britânico fez viagem a cavalo do Recife à "Vila do Ceará/Fortaleza" (visitou Aracati, Aquiraz e aldeias indígenas também). De regresso à Inglaterra em 1815, Koster publicaria no ano seguinte o livro Travels in Brazil, em que fala de suas andanças na colônia e que virou importante fonte histórica acerca do período, embora não se possa esquecer que o olhar dos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil expressava um modo de ver o mundo, não raras vezes com profundo etnocentrismo, de destacar o exótico e o estranho locais e mostrá-los como inferior e atrasado em relação às culturas de seus respectivos países de origem (OLIVEIRA, 2006). Koster voltaria novamente para Pernambuco, falecendo em 1827, aos 34 anos. A capital cearense não impressionou o inglês: É edificada sobre terra arenosa, em formato quadrangular, com quatro ruas (...) as casas têm apenas o pavimento térreo e as ruas não possuem calçamento (...) os moradores devem ser uns 1.200 (...) não é muito para compreender-se a razão da preferência dada a este local. Não há rio nem cais e as praias são más e de acesso difícil (...) e a falta de um porto, as terríveis secas, afastam algumas ousadas esperanças no desenvolvimento de sua prosperidade. O comércio do Ceará é limitado e, provavelmente, não tomará grandes impulsos (KOSTER: 2003: 171).

6.4 CONHECER, DESENVOLVER E LUCRAR

No final do século XVIII, com o reinado de D. Maria I (1777-1808), Portugal adotou uma nova orientação administrativa, visando

melhor racionalizar os órgãos de administração e explorar/lucrar o máximo possível nas áreas coloniais, para, dessa forma, alimentar a combalida economia lusitana. Nessa conjuntura, os governadores cearenses na pós-separação de Pernambuco realizaram varias ações objetivando o desenvolvimento cearense, destacadamente a produção agrícola/algodoeira, a principal riqueza local.



O comércio cearense expandiu-se após a emancipação do Ceará da capitania de Pernambuco

Para melhor conhecer a terra e os habitantes, e suas potencialidades e riquezas, não por acaso, os governantes promoveram nesse período vários estudos e pesquisas. Ganharam destaques os mapeamentos do território, os estudos de botânica e a busca de minérios (especialmente salitre, usado na fabricação da pólvora) feitos pelo sargento-mor e naturalista fluminense João da Silva Feijó (vindo para o Ceará em 1799, ficando por longo período) que, em consequência, deixou escritos vários trabalhos, como Memória

Sobre a Capitania do Ceará, Memória Sobre Antigas Lavras do Oiro da Mangabeira da Capitania do Ceará e Memória Econômica Sobre o Gado Lanígero do Ceará.

Os chamados mapas populacionais (recenseamentos) passaram a ser feitos nas últimas décadas do século XVIII, a partir de registros paroquiais e rols dos alistamentos militares realizados pelos comandantes dos distritos (GOMES, 2010). Os dados tinham, porém, grande imprecisão, pois muitos populares, para escapar ao recrutamento militar (tido com um verdadeiro suplício, como veremos adiante), não se alistavam. O governador Barba Alado realizou, em 1808, recenseamento da população da capitanias, calculada em 125.878 pessoas, a maioria (78.779) residindo na bacia do Jaguaribe, que mostrava ser ainda o centro econômico da capitania, com o eixo Aracati/Icó. Fortaleza, pelo censo, teria 9.624 habitantes. O governador Sampaio igualmente promoveu, em 1813, um recenseamento geral dos habitantes (calculados em 149.285). Sabendo-se melhor quem eram os cearenses, ficava mais fácil elaborar estratégias que permitissem melhor controlar a população e estimulá-la à produção.

Se a meta era racionalizar e obter lucros, os governantes buscaram estimular o comércio da capitania, inicialmente vencendo a resistência em relação à comercialização direta com a Metrópole, sobretudo, dos negocistas de Aracati, acostumados e beneficiados com a intermediação pernambucana há tempos.

Apenas em março de 1803 chegou a Fortaleza a primeira embarcação comercial a realizar a rota direta Portugal-Ceará, a escuna “Flor do Mar”. Algumas outras embarcações saíram nos anos seguintes (a primeira partiu do Aracati só em 1805, pertencente ao comerciante local Pedro José da Costa Barros), embora muitas ainda se dirigissem ao porto do Recife. Para desestimular essa prática, a Coroa baixou Carta Régia dando isenção de impostos por seis anos a quem comercializasse diretamente com a Metrópole. Os negócios com a Europa seriam intensificados após 1808, quando Portugal decretou a abertura dos portos brasileiros às nações amigas.

Em fevereiro de 1809, saía a primeira embarcação de Fortaleza rumo a Londres, a galera “Dois Amigos” (pertencente ao rico

comerciante português Antônio José Moreira Gomes, estabelecido na capitania desde 1777), transportando, sobretudo, algodão, açúcar e couros salgados. Depois, embarcações de outras nações vieram também negociar no Ceará, ensejando, pois, um aumento do comércio local, principalmente de Fortaleza – mas persistiam ainda, vale sempre lembrar, as transações por Pernambuco (GIRÃO, 1985; NOBRE, 1986; LEMENHE, 1991; DANTAS, 2002; VIEIRA JUNIOR, 2008; FÊLIX, 2010).

Exportadores do Ceará, a exemplo de Antônio José Moreira Gomes, José Antônio Machado e alguns outros de Fortaleza e Aracati, estabeleceram intercâmbio com firmas inglesas. Entretanto, o que cresceu mesmo foram as transações com intermediários portugueses em Londres, notadamente com a firma Barroso, Marins, Dourado & Carvalho, que chegou a enviar ao Ceará dois de seus sócios, Lourenço da Costa Dourado e, depois, Domingos José Martins, com o propósito de intensificar a remessa de algodão para a clientela inglesa.

Dourado tornou-se um dos homens mais ricos da capitania – passou até a financiar a aquisição de negros escravos na Bahia para estimular a lavoura algodoeira cearense. Domingos Martins iria posteriormente residir no Recife, onde se tornaria um dos principais e mais radicais líderes da Revolução Pernambucana de 1817.

Com a abertura dos portos, muitos negociantes ingleses vieram morar no Brasil. Assim, em 1811 instalava-se em Fortaleza o irlandês Willian Wara, o fundador da primeira organização mercantil estrangeira no Ceará, a qual, com o nome popular de Casa Inglesa (filial a partir de 1835 da R. Singlehurst & Co., de Liverpool), notabilizou-se no comércio importador e exportador local (GIRÃO, 1985; NOBRE, 1989).

No entanto, os interesses da elite local da capitania estabelecida na ribeira do Jaguaribe estavam arraigados no comércio direto com a capitania de Pernambuco e não viram como positivas as intenções dos governadores [de aglutinar a economia em torno da capital]. Além disso, as estradas ligando a vila de Fortaleza com as áreas do sertão eram precárias, o que, provavelmente, também era um empecilho para esse comércio. (FÊLIX, 2010: 50).

6.5 A POLÍTICA DE PASSAPORTES

Como vimos, uma das preocupações das autoridades coloniais

cearenses e das elites latifundiárias era controlar a população pobre livre e os indígenas da capitania, e obrigá-los a produzir, sobretudo, quando da expansão da cotonicultura no final do século XVIII. A criação de várias vilas e dos diretórios pombalinos não podem ser desvinculada desse propósito (ver capitulo anterior). No mesmo sentido também deve ser entendida a política de passaporte e os alistamentos militares.

A política de passaporte consistia na exigência de que os habitantes só poderiam se deslocar pela capitania caso tivessem um documento – algo parecido com a atual carteira de identidade, com descrição física do individuo e indicativo de onde morava e profissão.

No fundo, a política de passaporte consistia numa maneira de a Coroa lusa manter a ordem social, afinal, criminosos e bandidos não poderiam portar aquele documento e, em decorrência (teoricamente), ficar praticando desatinos pelo Ceará. Tratava-se ainda de uma forma de submeter a população livre pobre a uma nova disciplina de trabalho, forçando-a à produção agrícola, especialmente na lavoura algodoeira de exportação. Em vez de os populares ficarem “vagabundeando inutilmente, sem nada fazer pela capitania”, deveriam, ao contrário, ser disciplinados e fixados para trabalhar e produzir.

As primeiras notícias no Ceará sobre a exigência do passaporte datam da segunda metade do século XVIII. Tradicionalmente, a necessidade do passaporte se voltava para a entrada de estrangeiros e de pessoas oriundas de outras capitanias. Contudo, em fins do século XVIII e começo do século XIX, passou a ser executada para controlar a movimentação da população nos limites da própria capitania. Tal mudança, não por acaso, se deu exatamente no momento em que crescia a demanda internacional pelo algodão – a população pobre livre deveria ser incorporada como força de trabalho na cotonicultura.

A imposição do uso de passaportes se deu, segundo José Eudes Gomes, por conta da movimentação populacional característica dos sertões cearenses, extremamente danosa para a economia, além de dificultar bastante o controle do cotidiano daquele povo que se queria gerir e civilizar (GOMES, 2006).

Para concretizar esse controle, os governantes da capitania contavam com a estrutura militar/policial local, formada pelos comandantes de distritos, de ordenanças e capitães-mores, postos ocupados pelos grandes latifundiários.

Todo o indivíduo que chegasse a uma vila deveria (em teoria, pelo menos) portar e apresentar o passaporte às autoridades locais, sob pena de imediata prisão. Deveria informar também que atividades exercia, o tempo que permaneceria e onde ficaria. No caso de prisão, a pessoa teria como pena o emprego em serviços forçados (como na limpeza pública) e até a expulsão da capitania. Chegou-se mesmo a determinar punição para os moradores que aceitassem em suas casas pessoas sem passaporte (as penas eram iguais às dos ditos vadios).

Qualquer pessoa que pretendesse sair de uma vila para outra, era obrigada a solicitar o passaporte ao juiz ordinário da Câmara de Vereadores. Deveria este inquirir ao pretendente uma informação importantíssima: se era trabalhador! E mais, se não fosse conhecida do juiz, a pessoa deveria apresentar duas testemunhas para comprovar sua idoneidade.

Um dos governantes cearenses que mais se preocuparam em aplicar a política de passaporte foi Inácio Sampaio (1812-20). Com ele, a política de controle dos passos da população e de estímulo à produção ficou mais rígida e centralizada, pois, a concessão do passaporte tornou-se exclusiva do governador e do ouvidor da comarca – as autoridades militares poderiam também conceder o documento a seus subordinados, mas com validade de três meses. O juiz ordinário ainda tinha o poder de concedê-lo, mas deveria exigir do requerente a folha corrida (um atestado de bons antecedentes) – assim, as pessoas que houvessem cometido algum delito não teriam acesso ao documento e, por consequência, não poderiam circular pela capitania.

Um dos principais objetivos da imposição do uso de passaportes era o de monitorar a mão de obra indígena local. Constituía-se grave problema para as autoridades e proprietários de terra a dispersão dos índios pelos sertões, ou seja, os nativos abandonavam as vilas (e a produção) e vadiavam “sem fazer nada de útil”. Para Inácio Sampaio, conforme o ideário da Lei do Diretório Pombalino, o

trabalho agrícola não só traria prosperidade à Colônia, mas também possibilitaria a integração dos indígenas. Assim, determinou o governador que os índios sem passaporte ou sem atividade produtiva deveriam imediatamente regressar às suas vilas de origem e engajarem-se nas atividades produtivas. Conclui-se, pois, que "o Ceará do início do século XIX continuou a usar da coerção sobre a força de trabalho indígena para continuar sustentando sua incipiente economia" (COSTA, 2012: 46).

Sampaio preocupava-se em civilizar o cearense, tido como um povo bárbaro e indolente. Uma das primeiras medidas do governador foi combater a criminalidade e vadiagem – a intenção com isso era de conservar a propriedade das classes dominantes e desenvolver a agricultura. O aparato policial/militar deveria mesmo coagir a população a cultivar lavouras. Qualquer pessoa que fosse encontrada vagando pelas estradas sem passaporte deveria ser presa.

Manuel Inácio de Sampaio e Pina foi um dos mais polêmicos governantes cearenses, lembrado como eficiente administrador e, ao mesmo tempo, como um homem autoritário. Seu período à frente da administração da capitania (1812-20) foi de grande expansão da economia algodoeira. É possível perceber que, ao lado de um projeto que visava impulsionar a produção agrícola, foi traçado pelo governador um plano de controle, disciplinamento e civilização da população da capitania, composta em sua maioria, por índios, mestiços e senhores de terra com grande autonomia. "Em um ofício dirigido ao comandante do destacamento de Sobral em abril de 1814, por exemplo, o governador ordenou que se em sua 'ronda tornar a prender alguns pretos q' estejão em batuques, será bom insinuar a os Senhores q' lhes dem algum castigo publico', demonstrando a sua preocupação em acabar com certos costumes 'bárbaros', como os batuques, e ainda em expor as punições dos culpados, com o objetivo de servir de exemplo a outras pessoas" (COSTA, 2012: 53).

Nas realizações materiais, determinou a reconstrução da Fortaleza de N. S. de Assunção, o erguimento do primeiro mercado público da capital e a confecção do primeiro plano urbanístico de Fortaleza (todos projetos de Silva Paulet). Sampaio, em 1812, instalou a

repartição local dos Correios (até então correio só existia para comunicações oficiais, através dos denominados “positivos”, pessoas de confiança). Mantinha permanente correspondência com as autoridades das vilas, de quem exigia informações periódicas com o propósito de tomar conhecimento sobre os mais diversos acontecimentos da capitania e assim controlar a população. Igualmente exigia das autoridades locais o respeito à hierarquia e aos deveres militares, bem como a obediência dos potentados sertanejos.

Não se pode dissociar essa preocupação de Sampaio com a manutenção da ordem do clima vivido no Brasil e América em decorrência das agitações revolucionárias da Europa do começo do século XIX. Em 1816, por exemplo, para melhor “aplicar a lei”, criou-se uma segunda comarca judicial no Ceará, situada no Crato (a sede da primeira comarca passou, então, de Aquiraz para Fortaleza). Sampaio foi um dos governantes que mais buscaram estimular entre as elites um sentimento maior de fidelidade a Portugal.

Tido como um “homem inteligente, culto, assim dado às armas como às letras,” o governador teria lançado as bases literárias do Ceará ao promover os Outeiros, reuniões literárias realizadas no palácio do governo.

Não obstante as realizações, Sampaio mostrou-se autoritário ao perseguir e reprimir adversários. Daí, por exemplo, bateu-se com o capitão-mor Antônio Moreira Gomes, rico comerciante português e homem de muito prestígio na terra. Sampaio, coagindo a Câmara de Vereadores da capital, conseguiu que os vereadores cassassem o posto de Gomes. Da mesma maneira confrontou-se com o ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho, e com o naturalista João da Silva Feijó. Ao reprimir a Revolução de 1817 no Ceará (ver próximo capítulo), Sampaio chegou a acusar essas pessoas de estarem envolvidas na revolta, visando, assim, livrar-se dos desafetos. Em janeiro de 1820, Sampaio deixou o Ceará para governar Goiás. Faleceu em Portugal, no ano de 1856 (GIRÃO, 1985; NOBRE, 1986).

Uma das estratégias mais usadas pelas elites do Brasil, para garantir suas regalias e privilégios, era elaborar leis vagas e subjetivas.

Apesar de rígida, a legislação dos passaportes foi sendo atenuada ao longo dos anos, beneficiando as camadas proprietárias. O próprio governador Sampaio determinou várias exceções quanto à exigência dos documentos. Por exemplo, vários ofícios seus às autoridades das câmaras informavam que estavam dispensados de apresentar o documento as pessoas conhecidas. Mas o que é uma pessoa conhecida? Conhecida de quem? Ora, a definição ficava a cargo do entendimento pessoal das autoridades locais, que com base nas relações de poder (afinal, eram os senhores de terra que ocupavam os cargos das vilas), beneficiariam as próprias elites. Ou seja, a lei foi aplicada mesmo em relação aos pobres, pois o objetivo, como dissemos, era controlar e forçar a massa a trabalhar.

Igualmente foram dispensados de usar os passaportes os "tangerinos", aqueles que conduziam as boiadas dos fazendeiros para venda na região da Zona da Mata. Exigir dessas pessoas o documento seria um incômodo aos senhores proprietários e um entrave à economia cearense (PINHEIRO, 2008).

6.6 O RECRUTAMENTO MILITAR

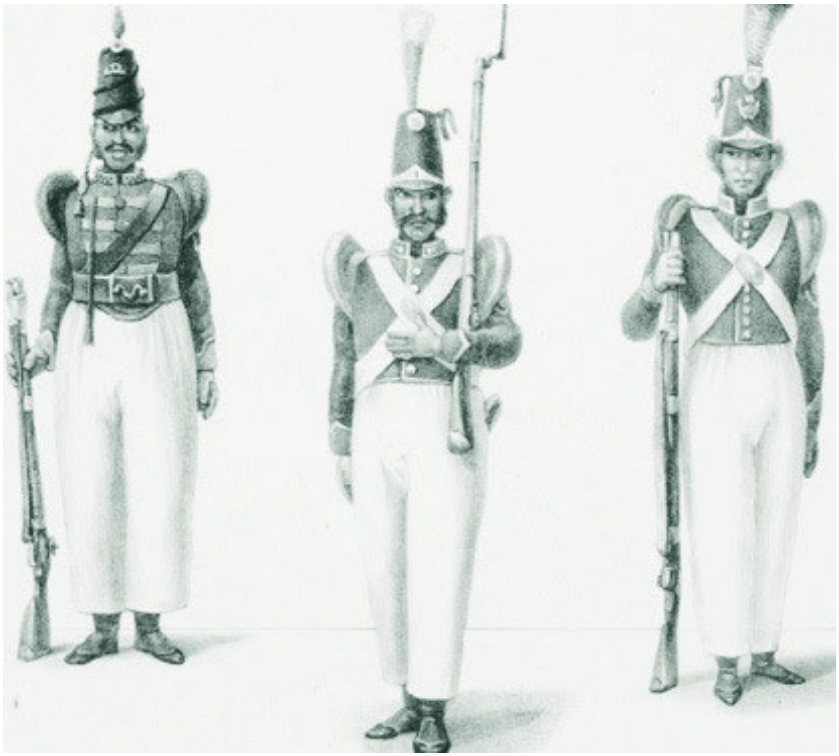
Outra forma de controlar e coagir a população pobre da capitania a trabalhar e produzir foi a ameaça de recrutamento para os agrupamentos militares/policiais. Prática largamente usada, o recrutamento colocava em pânico a massa pelo tratamento brutal dispensado aos recrutados.

Não havia critério quase nenhum para o recrutamento nem organização regular deles. Tudo dependia das necessidades do momento e do arbítrio das autoridades. Fazia-se geralmente assim: fixadas as necessidades dos quadros, os agentes recrutadores saíam à cata das vítimas; não havia hora ou lugar que lhes fosse defeso e entravam pelas casas a dentro, forçando portas e janelas, até pelas escolas e aulas para arrancar delas os estudantes. Quem fosse encontrado e julgado em condições de tomar as armas, era incontinenti, sem atenção a coisa alguma, arrebanhado e levado aos postos (...) explica-se assim o porquê, ao menor sinal de

recrutamento próximo, a população desertasse os lugares habitados indo refugiar-se no mato (...) logo que se começaram a fazer recrutas, era infalível a carestia dos gêneros de primeira necessidade, porque os lavradores abandonavam as roças (PRADO, 1961: 309).

Como se percebe, no Brasil colonial, os soldados eram convocados, sobretudo, de dentro das camadas mais marginais da sociedade e sua imagem entre a população não era das melhores. O recrutamento para tropas de primeira linha (tropas permanentes) era visto mesmo como uma punição a "criminosos": implicava em receber um soldo irrisório, sofrer um tratamento brutal por parte dos oficiais e prestar serviços em áreas distantes, longe da família e por tempo indeterminado. Assim, o temor do serviço militar obrigatório representava uma forma de controle social sobre a massa e reforçava os laços de dependência dos homens pobres para com os latifundiários (que detinham os postos de comando das tropas militares locais). Ao individuo, restava a deserção (e o mergulho, pois, na ilegalidade) ou a tentativa de incorporação nas tropas de ordenanças (convocadas apenas em casos de necessidades), negociando com os senhores de terra para tanto e gerando uma situação de dívida e dependência para com os poderosos do sertão (GOMES, 2006).

Baseando-se em diretrizes da Coroa lusitana, o governador Sampaio usou, no Ceará, da possibilidade de recrutamento para disciplinar a população e estimular a produção. Inácio Sampaio comunicou às autoridades militares da capitania que fosse priorizado o alistamento dos "desordeiros" e, sobretudo, dos "vadios", para não prejudicar a agricultura com o recrutamento dos "braços produtivos". Isso, sem dúvidas, constituía-se uma forma de coação sobre a massa: trabalhar, produzir para exportação, pois quem não o fizesse poderia ser recrutado, um grande temor (PINHEIRO, 2008).



Uniformes militares do século XIX, por Debret. O recrutamento compulsório levava pânico à população

Indígenas foram igualmente alvos desse recrutamento militar, especialmente para as tropas de ordenanças. Ainda que não se objetivasse as obrigações militares diárias, o recrutamento dos índios tinha um objetivo produtivo, ao pretender acabar com a desenfreada dispersão populacional que tanto preocupava as autoridades desde o século XVIII e prejudicava a atividade produtiva – lembremos que os índios representavam a principal mão de obra do Ceará ainda. Por conta disso, já no primeiro ano de Sampaio no Ceará, o trabalho com a militarização indígena atingiu proporções que, provavelmente, nunca foram vistas anteriormente (COSTA, 2012: 141).

Capítulo 07

O Ceará e a Revolução Pernambucana de 1817

7.1 PERNAMBUCO SE REBELA A Revolu

A seca também destruiu boa parte da agricultura de subsistência e levou ao aumento dos preços dos alimentos. A carestia atingia mais os pobres e a fome castigava as cidades. As massas punham a culpa da carestia nos portugueses, os quais praticamente monopolizavam o comércio da capitania. Imperava um sentimento de lusofobia – chamava-se o lusitano ou pejorativamente de “marinheiro”.

Bandeira da Revolução de 1817, que serviu de base para o atual pavilhão de Pernambuco

A elite latifundiária engrossava as críticas e a aversão aos portugueses. Estava endividada com estes e os valores só aumentavam com os juros exorbitantes. A nascente classe de comerciantes brasileiros ressentia-se com o domínio luso nos negócios. Criticava-se ainda o fato de os portugueses ocuparem os mais altos cargos públicos civis e militares da administração pernambucana.

Some-se a isso o problema da desigualdade regional. A região hoje conhecida como nordeste perdia força política, submetendo-se cada

vez mais ao centro-sul do País, o que se intensificou após a instalação da família real no Rio de Janeiro, em 1808. A centralização do poder chocava-se com a ampla autonomia da qual gozavam os senhores de terra. Os pernambucanos irritavam-se com o crescente aumento dos impostos e com o envio da renda desses tributos para o Rio de Janeiro, beneficiando a então capital do Reino Unido e possibilitando o sustento da enorme corte de D. João, tida, sabida e havida por parasitária.

Havia um clima de insatisfação e de revolta. As ideias iluministas, os princípios da independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa entravam facilmente em Pernambuco, sendo discutidos por militares (ressentidos com os privilégios portugueses nos quartéis), por intelectuais, por grupos secretos ligados à Maçonaria e até por clérigos, sobretudo, os do seminário de Olinda, onde os padres rebeldes aliciavam a mocidade com as ideias subversivas liberais. Foi grande o envolvimento de padres nessa insurreição, a ponto desta ficar conhecida como a “Revolução dos Padres”.

A revolta estourou a 6 de janeiro de 1817, com um levante armado de militares, que depôs o governador Caetano Pinto. Organizou-se um governo provisório, o qual contou entre os membros com Domingos José Martins, um dos líderes mais radicais do movimento e que havia residido anos antes no Ceará.

Execução dos líderes da Revolta de 1817, em Salvador.Pintura a óleo de Antônio Porteiras

Tratou-se de expandir a insurreição enviando-se agentes a outras capitanias do nordeste. A revolta estende-se para Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, onde, como veremos a seguir, teve pequena adesão.

Surgem divergências entre moderados (particularmente os senhores proprietários, interessados apenas em acabar com o domínio da Coroa) e radicais (na maior parte elementos de classe média, para quem a independência estava associada à ideia de igualdade política e até com o fim da escravidão). A divisão dos rebeldes, o despreparo dos seus exércitos e a repressão da Coroa levaram a Revolução ao fracasso. Tropas vindas da Bahia e do Rio de Janeiro derrotaram os insurretos em 19 de maio de 1817, após 75 dias de lutas. Seguiram-se as prisões dos líderes da revolta, punidos exemplarmente. Entre eles, Domingos José Martins, arcabuzado, e o cearense residente no Recife, tenente Antônio Henrique Rabelo, também arcabuzado e que ainda teve o cadáver queimado e as

cinzas jogadas ao mar (MOTA, 1972).

7.2 CEARÁ 1817

A participação cearense na Revolução de 1817 era importante para os pernambucanos. De início, evitaria que a Coroa abrisse uma outra frente de combate ao movimento (o que, no final das contas, acabou ocorrendo, pois, o então governador cearense Inácio Sampaio enviou tropas para conter a revolta). Depois, a posição estratégica do Ceará facilitaria a propagação da insurreição para as demais capitanias do norte (Piauí, Maranhão e Pará), além do que garantiria o abastecimento de carne a Pernambuco (este adquiria gado, em grande parte, das fazendas de criação dos sertões cearenses).

Também na capitania no Ceará os latifundiários, acostumados há tempos com uma grande autonomia, irritavam-se com a gradativa centralização do poder imposta por Portugal a partir do centro-sul do Brasil, interferindo em assuntos de interesses locais dos potentados.

Além disso, o Ceará, em particular o Cariri, continuava bastante influenciado por Pernambuco. Muitas transações comerciais faziam-se ainda pelo porto do Recife, isso mesmo após a separação das duas capitanias em 1799.

Havia muitos laços familiares entre os habitantes. Vários dos intermediários nas compras de algodão cearense eram pernambucanos. Muitos dos padres que atuavam nos sertões haviam se ordenado no revolucionário seminário de Olinda. Nesses sertões, onde imperava o latifúndio e uma massa em lastimável estado de pobreza, nutria-se predominante simpatia por Pernambuco, a capitania mais rica da região.

A partir do início do comércio direto com Portugal em 1803 e com as nações amigas (especialmente, a Inglaterra) em 1808, o maior

contato com viajantes e estrangeiros ampliou no Ceará a entrada das ideias iluministas que então contagiavam numa onda revolucionária a Europa.

Logo, tudo aparentemente levava a crer que o Ceará poderia amplamente participar na revolta. Mas isso não ocorreu. Em verdade, a participação cearense no movimento de 1817 foi, como bem diz o historiador Geraldo Nobre, um episódio local, a bem dizer meramente doméstico, no qual se projetaram os Alencar e o Cariri cearense.

E por que o Ceará não participou intensamente? Por razões como a pouca mobilização das elites locais – muitos dos seus membros eram portugueses (na maioria, comerciantes, situados, sobretudo, nas vilas de Fortaleza, Aracati, e Icó), os quais não viam com bons olhos a lusofobia da revolta e a possível independência do Brasil; outros, elementos da camada dominante, brasileiros mesmo, temiam a repressão ou que a "anarquia pernambucana" contribuísse para uma insurreição dos segmentos populares locais – o atávico temor das elites de que as camadas pobres se rebelem. Além disso, a atividade exportadora do algodão, ao que parece, estava ainda relativamente bem, contribuindo para minorar o clima de insatisfação geral.

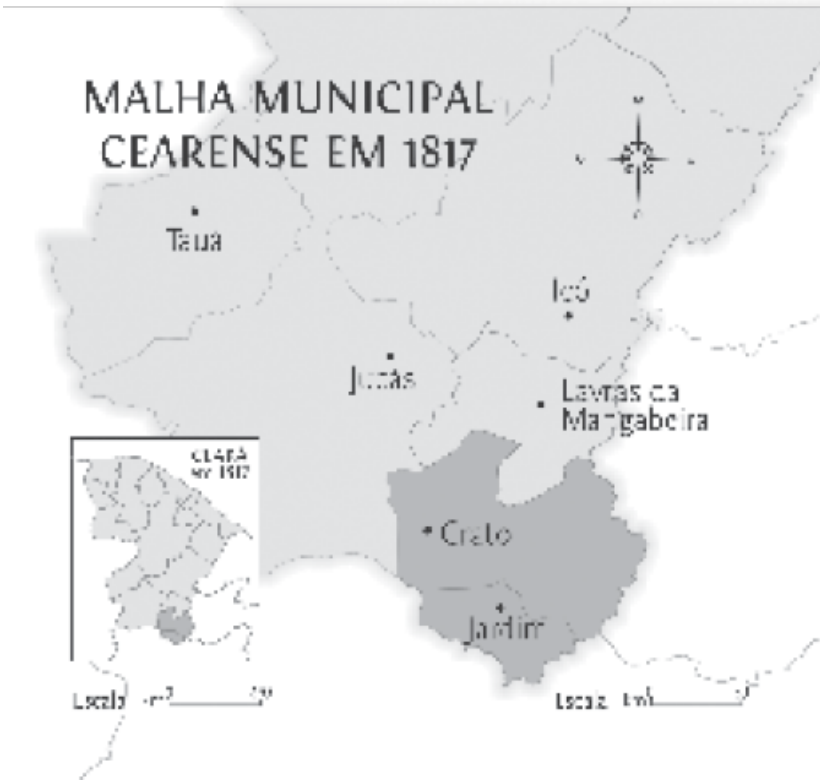
Assim, entende-se porque a Câmara de Vereadores de Fortaleza logo enviou oficio manifestando apoio total a D. João VI. Nesse juramento de fidelidade, percebemos que o pacto de vassalagem, característica da sociedade de antigo regime, se colocava ainda com muita força e adeptos, mas, para além dessa prática, deve-se ressaltar também que, se uma vila ganhou com a vinda da família real ao Brasil, essa foi a vila de Fortaleza. Como vimos no [capítulo anterior], desde a desvinculação da capitania do Siará Grande da capitania geral de Pernambuco, Fortaleza passou a ser privilegiada pelas ordens que foram expedidas pela Corte ainda em Portugal, sobretudo no que toca à questão comercial, quando a Corte portuguesa manda que a capitania independente passe a comercializar diretamente com o Reino. (...) Além disso, a vila de Fortaleza passou a ser privilegiada nas obras públicas realizadas na capitania. Diante disso a vila de Fortaleza buscou demonstrar seu total apoio a D. João e repúdio ao movimento iniciado em

Pernambuco (FÊLIX, 2010: 63).

Os clérigos locais – que em Pernambuco foram relevantes à Revolução –, embora possuidores dos princípios revolucionários, estavam dispersos pelo vasto interior do Ceará, isolados e assim impossibilitados de manter muitos contatos conspiratórios em virtude da precariedade dos meios de transporte e comunicação. E o povo? Bem, as camadas populares, sem instrução, miseráveis, submetidas ao tacão do latifúndio, não tinham muitas condições materiais de participar da revolta. Aquela era uma insurreição das elites e os segmentos populares que aderiram o fizeram porque seus patrões, donos de terras, participaram da revolta, o que não quer dizer que não simpatizassem com aquelas ideias de liberdade e de novos tempos.

Deve-se também citar a ação repressora do governador Inácio de Sampaio, elemento autoritário, fiel servo d'el-Rei. A notícia da eclosão da revolta em Pernambuco, apesar dos boatos circulantes, só seria confirmada de fato a 23 de março de 1817, com a chegada de um navio português fugido de Recife para Fortaleza. Propagou-se a ideia de que os maçons, os liberais libertinos e a canalha de pretos e mestiços estavam destruindo a fé católica e despojando os "homens de bens" de suas propriedades.

Ao saber do movimento, Sampaio toma rápidas providências como o guarnecimento de alguns sítios do litoral e dos portos cearenses, a detenção de todas as embarcações vindas do Recife e a vigilância maior das divisas da capitania com Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco (na intenção de evitar a entrada de agentes revolucionários, no que não foi muito eficaz), enviando depois para aquelas capitanias tropas repressoras, compostas por cerca de 1800 homens, a maioria índios dos aldeamentos próximos a Fortaleza. O governador procura ainda cortar as linhas de abastecimento de gado para Pernambuco, o que, inclusive, não foi bem visto pelos pecuaristas interioranos.



Cariri atual - a Revolução de 1817, no Ceará, restringiu-se a Crato e Jardim

Sampaio aproveita o movimento para, além de mostrar sua competência e fidelidade ao rei (credenciando-se, pois, para continuar à frente do governo local), livrar-se de desafetos pessoais. Daí por que manda prender o ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho, amigo pessoal de Domingos José Martins, e a quem o governador acusava de ser judeu, maçom e de propagar ideias subversivas entre os homens mais grados da terra, incitando o povo contra os dirigentes reinóis e seus soldados. Dizia Sampaio que o ouvidor, no cargo desde 1814, em suas correições pelo interior, colocava o povo em “pânico” e perseguia quem dele discordasse.

Na história do Ceará sempre foram comuns lutas acirradas entre ouvidores, governantes, vigários e camaristas. Não se sabe exatamente o papel de Rodrigues Carvalho na revolta, pois só se tem acesso à versão de Sampaio. Para o historiador Barão de Studart, o ouvidor encarnava o espírito liberal na capitania, mascarando com a toga de magistrado uma propaganda eficaz e persistente em prol das ideias revolucionárias. De qualquer forma, Carvalho foi detido e enviado para Portugal via Maranhão, quando os implicados na revolta deveriam ser julgados no Brasil. Posteriormente, foi levado para a Bahia.

Outros desafetos que Sampaio buscou incriminar foram os comerciantes Antônio José Moreira Gomes (detido, inclusive) e o naturalista João da Silva Feijó. As acusações do governador, baseadas apenas em suposições, não foram muito consideradas pelas autoridades (BARROS, 1944; STUDART FILHO, 1961; FILHO, 1964; GIRÃO, 1971; NOBRE, 1989; BARROSO, 2004; FÊLIX, 2010).

7.3 O Crato se insurge

Entre os agentes enviados por Pernambuco para sublevar o Ceará estavam Francisco Alves Pontes e Matias José Pacheco, os quais, porém, acabaram logo detidos em Canoa Quebrada, próximo a Aracati (26 de abril) – trazidos para Fortaleza, foram embarcados com o ouvidor Carvalho para a Europa. No intuito de rebelar o Cariri, enviou-se o jovem estudante do seminário de Olinda, de 22 anos, José Martiniano de Alencar, cuja família tinha largo prestígio na região como proprietária de fazendas, engenhos e escravaria.

Bárbara Pereira de Alencar nasceu em Exu, Pernambuco, no ano de 1760. Filha de latifundiários, casou-se aos 22 anos de idade com o português José Gonçalves dos Santos, bem mais velho que ela, no que parece ter sido um casamento de conveniência, coisa comum na época.

Em seguida, veio instalar-se no Cariri cearense, mais precisamente

no Crato, onde teria tido seis filhos, entre os quais, Tristão Gonçalves e José Martiniano de Alencar (pai do romancista José de Alencar), vivendo da criação de gado e de engenhocas produtoras de mel, açúcar, cachaça e rapadura. Em 1809, após a morte do marido, assumiu definitivamente os negócios da família, o que era uma coisa notável para uma mulher num mundo sertanejo marcado por extremo patriarcalismo.

Acusada de ser amante do vigário cratense Miguel Saldanha, envolveu-se diretamente na Revolução de 1817 e, com o fracasso desta, acabou presa, sofrendo bastante nos cárceres oficiais. Em 1824, já idosa e doente, viu e consentiu o envolvimento dos filhos na Confederação do Equador. Mais sofrimento: perdeu os filhos Tristão Gonçalves e Carlos José, além de vários conhecidos, com a derrota da revolta. Morreria em 1832, no Piauí, onde se refugiara devido à eclosão da Sedição de Pinto Madeira em terras caririenses. Seu corpo foi enterrado na povoação de Itaguá, no atual município de Campos Sales (ARAÚJO, 2004).

Chegando ao Crato após 200 léguas de cavalgada, o seminarista obteve de imediato o apoio para sua causa da mãe, D. Bárbara Pereira de Alencar, matriarca da família, dos irmãos Tristão Gonçalves e Pe. Carlos José dos Santos, bem como do vigário local, seu padrinho e protetor, Miguel Carlos da Silva Saldanha (que muitos, aliás, suspeitam ser seu verdadeiro pai).

Posteriormente, José Martiniano buscou a adesão do capitão-mor do Crato, o popular José Pereira Filgueiras, muito amigo da família Alencar. Conquistando Pereira Filgueiras os revoltosos teriam uma grande quantidade de adeptos em virtude da capacidade que este homem tinha de arregimentar em torno de si muitos simpatizantes (FÊLIX, 2010: 63). Existem controvérsias sobre o posicionamento de Filgueiras quanto à Revolução. Há quem afirme ter ele ficado neutro, não apoiando nem hostilizando a causa. Ora, essa postura, na prática, corresponde a um apoio implícito, pois vinha de um capitão-mor, autoridade encarregada de manter a ordem e combater qualquer desatino. Ao que parece, Filgueiras comprometeu-se com a insurreição, só combatendo-a posteriormente, quando percebeu a inevitabilidade da derrota liberal e, consequentemente, viu seu cargo ameaçado pelas pretensões de outros potentados do Cariri,

em especial os da família de Leandro Bezerra Monteiro. Eliminou, então, as provas de sua participação.

Usando a estratégia de boatos dando conta da expulsão do governador Sampaio, José Martiniano inicia o movimento conspiratório numa manhã de domingo, 3 de maio de 1817. Após a missa no Crato, o seminarista, de batina e roquete – para mostrar que a rebelião nada tinha contra a religião – sobe ao patamar da matriz da vila e lê um manifesto enviado por Pernambuco. Na plateia, alguns proprietários, comerciantes e um grande número de populares, muitos dos quais agregados da família Alencar. Proclama-se então a independência e a República, entre eufóricos vivas da multidão e tiros de bacamartes. Em seguida, os rebeldes dirigem-se ao prédio da Câmara Municipal, içando uma bandeira branca como símbolo da República que nascia, depondo as autoridades monarquistas e elegendo novos vereadores, juízes e serventuários, todos ligados ao movimento. Conta-se que Pereira Filgueiras teria sido escolhido comandante das forças locais.

José Pereira Filgueiras nasceu na Bahia, em data ignorada, vindo ainda criança para o Cariri. Homem rude, de poucas instruções, tornou-se grande latifundiário, chegando a ser agraciado com o cargo de capitão-mor do Crato. Alto, forte, populares contavam suas façanhas. Diziam que era capaz de desatolar sozinho um carro-de-boi carregado, que animais sequer podiam mover. Contavam que podia voar à noite entre as torres das igrejas sertanejas, como um fantasma. Sua espada seria mágica, vibrando em sinal de alerta toda vez que se aproximasse um inimigo. Seu bacarmarte, apelidado de "Estrela D'alva", suava como uma pessoa quando o dono ia entrar em combate. Falavam que tinha o corpo fechado, não entrando nele bala ou ponta de faca. Por fim, era voz geral que havia feito um pacto com o demônio, vendendo-lhe a alma em troca desses poderes fenomenais. Filgueiras morreria em 1824, após envolver-se na Confederação do Equador (BARROSO 2004).

A ação insurrecional foi lavrada em ata, enviando-se uma mensagem do governo pernambucano. Tais documentos seriam depois destruídos com o fracasso da rebelião por muitos dos próprios revoltos que, para escapar à repressão portuguesa, como num passe de mágica, viraram leais servos da Coroa. Na noite do

dia 3, com as ruas do Crato iluminadas por fogueiras e em clima de festa, realizou-se um grande banquete na casa de D. Bárbara, no qual os revolucionários, tendo à frente Alencar, brindaram o sucesso do movimento. De tal cerimônia haveria participado o capitão-mor Filgueiras.

A 5 de maio, José Martiniano e um grupo de rebeldes dirigiram-se a Jardim, obtendo a adesão da vila à revolta, pois ali os Alencar desfrutavam, igualmente, influência política, uma vez que o capitão de ordenanças e juiz ordinário local era Leonel Pereira de Alencar, irmão de D. Bárbara (BARROS, 1944; STUDART FILHO, 1961; FILHO, 1964; GIRÃO, 1971; NOBRE, 1989; BARROSO, 2004; FÊLIX, 2010).

7.4 DERROTA DA REVOLTA

Mas o movimento era frágil. À exceção dos agregados dos Alencar – em especial os chamados “cabras” do sítio Lameiro, pertencente a Tristão Gonçalves, e que tinham como incentivador maior um mulato de nome Miguel Justo –, os segmentos dominantes praticamente não apoiaram a revolta devido às muitas rivalidades existentes no Cariri e ao temor de uma radicalização popular do movimento – quem garantia que os “cabras” de Alencar, armados, gente da pior qualidade, não poderiam querer tocar no que era do alheio?

Assim, contra as pretensões dos Alencar levantou-se a família dos Bezerra de Menezes, através do tenente-coronel de milícias Leandro Monteiro, elemento conservador e fiel à Coroa. Este coloca de prontidão os homens de seu regimento e manda aviso ao governador Sampaio sobre o sucedido no Crato. Também pressiona Pereira Filgueiras a combater o movimento.

Nesse instante já corriam boatos dando conta dos primeiros insucessos da revolta em Pernambuco. Pereira Filgueiras, percebendo a derrota republicana e sofrendo pressões muitas

(Sampaio chega-lhe a enviar correspondência), decide então passar para o lado monarquista e combater a Revolução.

Na manhã do dia 11, o capitão-mor, após reunir seus soldados e cercar as principais entradas do Crato, invade a vila, restabelecendo a antiga ordem. Entre vivas à monarquia e ao rei, rasga-se a bandeira da república, hasteia-se o pavilhão real, restitui-se a Câmara deposta e inicia-se a prisão dos implicados. Estes terão os bens confiscados, bem como qualquer documento indicador do crime de lesa-majestade cometido. Oito dias após seu início, a revolução republicana e liberal de 1817 no Ceará está derrotada.

O movimento de 1817 pode ser considerado como uma clara demonstração da supremacia do poder dos sertões. Aí residia a força política e econômica da província. Tanto é assim que os maiores movimentos de contestação do poder instituído advieram desta área. Mesmo com a retomada do poder no Ceará e com a prisão dos principais líderes, pode-se afirmar que o clima de insegurança foi um companheiro dos zeladores da manutenção do status quo (FÊLIX, 2010:76).

Entre os detidos estavam José Martiniano de Alencar, Pe. Carlos José dos Santos, Tristão Gonçalves, major José Francisco de Gouveia Ferraz, Inácio Benevides e Frei Francisco de Santa Anna Pessoa. Da mesma forma são encarcerados elementos populares. D. Bárbara e o vigário Miguel Carlos, ao que parece com a conivência de Filgueiras, conseguem fugir, mas acabam capturados dias depois próximo ao rio do Peixe, na divisa da Paraíba com o Ceará.

As forças repressoras, porém, temiam que familiares e simpatizantes dos “traidores d’ El-Rei” pudessem libertá-los e continuar com a prática dos “crimes atrozes”. Em consequência, os rebeldes foram conduzidos para Icó (forte reduto português) e dali para Fortaleza (no percurso, chegaram até a fugir, mas foram recapturados em seguida).

Há uma controvérsia na historiografia sobre o local em que ficaram presos os revolucionários em Fortaleza – o que, em nossa opinião, não tem lá muita importância. Ao que parece, permaneceram detidos em cubículos imundos do antigo quartel de 1a Linha, que existia entre a cadeia do crime da vila e a fortaleza de N. S. da

Assunção, que à época encontrava-se desativada para reformas. Há, inclusive, no forte, um cubículo no qual se diz erroneamente ter ficado D. Bárbara presa. De maneira curiosa, em 1928, chegou-se solenemente a inaugurar uma placa comemorativa na entrada da suposta masmorra. Na verdade, o cubículo sempre foi um paiol, no qual se guardava a pólvora do forte, e jamais cela. Não passa igualmente de lenda que Tristão Gonçalves, ante os maus-tratos, tenha escrito um bilhete com sangue à mãe informando que iria fugir (como, se eram vigiados dia e noite?) (NOGUEIRA, 1889; BARROSO, 2004).

Os insurretos passariam oito meses nos cárceres fortalezenses. Constantemente vigiados, tinham o corpo ferido devido aos grilhões nos pés e correntes no pescoço. A alimentação compunha-se basicamente de intestino de boi e farinha seca – comida de escravo. O estado físico dos revoltosos era deplorável: barbados, sujos, fétidos, cabelos desgrenhados, roupas em frangalhos.

Sampaio, não obstante, temendo que os sofrimentos dos prisioneiros os tornassem mártires perante a população e mesmo estimulassem ações para libertá-los, determinou a melhoria das condições nos cárceres: mais banhos, novas roupas, melhor alimentação e até o direito de servirem-se de escravos – para quem, como os Alencar, apresentavam-se como revolucionários, liberais, defensores das liberdades, nada mais contraditório do que usufruir do trabalho escravo nas prisões. Evidenciavam-se os limites do liberalismo da elite local.

Posteriormente, em janeiro de 1818, os 25 principais rebeldes foram conduzidos para Recife, e, depois, para Salvador, onde seriam definitivamente julgados. Esperava-se que tivessem o mesmo destino da maioria dos líderes pernambucanos, ou seja, a excução. Isso, porém, não aconteceu, pois, com a eclosão da Revolução Liberal do Porto de 1820, em Portugal, decretou-se uma anistia a todos os presos políticos do reino, o que beneficiou os Alencar e demais implicados, libertos em 1821.

No Ceará, sempre fora comum luta entre potentados com seus grupos de jagunços. Mas agora havia algo diferente: eram senhores latifundiários, a elite, lutando abertamente contra a Coroa, afrontando a autoridade do monarca, até então tido como sagrada.

Ficava evidente que as bases do Antigo Regime, como ocorria na Europa, estavam ruindo também por aqui. A Revolução de 1817 fora sufocada, mas suas causas, não. O descontentamento das classes dominantes só aumentaria nos anos seguintes, provocando vários confrontos, entre estes a Confederação do Equador, em 1824, a mais importante mobilização rebelde da região, na qual o Ceará e a família Alencar tiveram importante participação (BARROS, 1944; STUDART FILHO, 1961; FILHO, 1964; GIRÃO, 1971; NOBRE, 1989; BARROSO, 2004; FÊLIX, 2010).

Parte III

Império

Capítulo 08

O Ceará na independência do Brasil

8.1 A INSTABILIDADE DO BRASIL INDEP

Assim, para efetivar a independência sem traumas e conservar a ordem social e a unidade política, as classes dominantes encontraram no príncipe D. Pedro (deixado para administrar o Brasil quando do regresso de D. João VI a Portugal em 1821) um aliado importante. D. Pedro faria a independência desejada pelos setores dominantes e em recompensa ganharia o trono do Brasil.

Com o "Grito do Ipiranga", encerram-se três séculos de dominação portuguesa. Ocorreram resistências de tropas lusas e aliados, sobretudo, nas províncias do norte-nordeste (Pará, Piauí, Maranhão, Bahia) e do sul (Cisplatina). Tais guerras de independência, contudo, foram vencidas debeladas rapidamente. O príncipe português foi coroado como D. Pedro I, o primeiro imperador do Brasil (COSTA, 1999).

"Independência ou Morte" (1888), de Pedro Américo: a emancipação foi comandada pelas elites

8.2 CEARÁ: UMA DÉCADA INSTÁVEL

Na primeira metade da década de 1820, o Ceará foi palco de intensa agitação política e revoltas, as quais se relacionavam ao

processo de independência do Brasil, às disputas entre os grupos oligárquicos pelo controle da província, e à oposição ao processo de centralização do poder que se impunha no País durante o I Reinado (1822-31) e que já vinha sendo aplicado desde o início do século, pelo menos. Nessa fase de instabilidade, comumente grupos de "cabras" (na verdade, grupos de escravos, livres pobres e índios) recrutados a serviços de segmentos proprietários buscavam impor os interesses destes em confrontos brutais.

Como pano de fundo para toda essa agitação política – e contribuindo para a mesma –, estava a crise econômica cearense. Até pelo menos 1819, a economia local manteve-se numa situação relativamente confortável, com os lucros provenientes do plantio e comércio do algodão. A última grande seca havia atingido a capitania nos distantes anos de 1790/93. Os senhores latifundiários (em especial os do vale do Jaguaribe, a área mais populosa e rica do Ceará nas décadas iniciais do século XIX) conheceram uma fase de prosperidade, dispondo, pois, de recursos humanos (a massa sertaneja que deles dependia e os defendia em grupos armados) e materiais para envolver-se em disputas políticas e reagir contra medidas governamentais que atingissem seus interesses.

Mas na década de 20, a intensificação da concorrência da cotonicultura dos EUA, o aumento da produtividade das fábricas inglesas (com menos algodão se passou a produzir mais tecidos) e pragas agrícolas (como o mofo) vão atingir em cheio a produção e a lucratividade do algodão do Brasil, em especial as do Ceará. Dessa maneira, verifica-se um empobrecimento geral da província e um clima de insatisfação, ensejando lutas dos latifundiários para assumir o controle do poder local e se proteger/combater a exploração da metrópole portuguesa/Estado imperial ou ainda para usufruir das benesses do Estado que se estruturava (LEMENHE, 1991; OLIVEIRA, 2009; FÊLIX, 2010).

8.3 DEPOSIÇÃO DO GOVERNO RUBIM

O quinto administrador do período posterior à separação de Pernambuco, empossado em julho de 1820, foi o capitão-de-mar-e-guerra Francisco Alberto Rubim, autoridade que buscou de todas as formas resistir às ideias mais liberais, visto que seu período coincidiu com o início do furacão político que se abatera então sobre o reino. Não por acaso, somente após muita pressão da Câmara de Vereadores e a sublevação dos militares acantonados em Fortaleza (14 de abril de 1821), Rubim jurou a Constituição a ser feita pelas Cortes portuguesas. Era uma consequência da Revolução Liberal do Porto de 1820, a qual exigiu o retorno de D. João a Portugal e a elaboração de uma constituição (ocorreram várias manifestações Brasil afora, exigindo de D. João VI e demais autoridades o juramento antecipado da tal Constituição).

No Crato, todavia, rebentou movimento defendendo ao contrário da capital. Aquela vila, dominada pelas forças absolutistas que haviam sufocado a insurreição de 1817 – representadas por Leandro Bezerra Monteiro, pelo filho deste, Gonçalo Luis Teles, e por Pereira Filgueiras, entre outros –, recusou-se a jurar o documento constitucional, pois embora não se soubesse precisamente o que era uma constituição, temia-se que esta atingisse o rei, sendo, nesta perspectiva, uma impiedade, um atentado contra a religião, segundo que estabelecia uma estreita ligação a mentalidade sertaneja entre Deus e monarca. Temia-se da mesma forma que o juramento resultasse em coisa semelhante ao movimento de 1817, uma anarquia republicana.

Entre os segmentos mais humildes, corriam boatos dando conta que se a tal constituição, uma “lei do satanás”, fosse aprovada, seriam os pobres, mulatos e caboclos escravizados. Falava-se ainda que a constituição era uma criatura viva, de aparência horripilante e capaz das maiores maldades contra os tementes a Deus! Diante do clima de inquietação, o governador Rubim mandou enviados ao Cariri, os quais com dificuldades conseguiram convencer Pereira Filgueiras e Leandro Bezerra Monteiro, mostrando que a constituição não tinha nada contra Deus e que o próprio D. João VI já a jurara. Outros chefes monarquistas, porém, continuaram a incitar o povo contra a “lei do diabo”. A tensão era grande na região, ocorrendo motins em Icó, Jardim e Missão Velha.

Populares lutaram nos confrontos da Independência, muitas vezes recrutados à força.

Em agosto de 1821, quando se celebrava na Igreja do Crato um te-deum pela adoção do regime constitucional, 400 homens armados cercaram o templo no propósito de pôr fim à cerimônia – acreditavam que a constituição iria substituir a imagem de Nossa

Senhora da Penha por outra, de uma prostituta de nome Úrsula. Só não se ocorreu uma tragédia devido a ação apaziguadora do capitão-mor Pereira Filgueiras.

Com o tempo arrefeceram os ânimos no Cariri, embora em Fortaleza cada vez mais aumentasse a pressão contra Rubim. Os opositores não acreditavam na fidelidade do governador à causa constitucional.

Um levante militar, em 3 de novembro de 1821, obrigou Rubim a renunciar. O Ceará passou então a ser gerido por um governo provisório, chefiado pelo comandante da tropa de linha, Francisco Xavier Torres, militar ligado aos interesses dos constitucionalistas portugueses (PINHEIRO, 1963; FILHO, 1964; CÂMARA, 1970; GIRÃO, 1971; MONTENEGRO, 1980; NOBRE, 1986; PINHEIRO, 1986).

8.4 “CORCUNDAS” E “PATRIOTAS”

O governo provisório realiza, ainda em novembro de 1821, as eleições dos cinco representantes cearenses às cortes de Lisboa. Curioso notar que o cenário político do Ceará, pela primeira vez e talvez única, caracterizou-se pela existência de uma só facção política, pois em torno das eleições para as cortes conciliaram-se na capitania as duas correntes antagônicas que se formavam então, os realistas portugueses e os nacionalistas.

Tais correntes de opinião, partidos, desprovidas quase de qualquer conteúdo ideológico, defendiam a Constituição por motivos opostos: os portugueses, fiéis à metrópole, sonhavam com o retorno ao sistema colonial, com toda sorte de monopólios e privilégios para os lusitanos, enquanto os brasileiros desejavam consolidar a autonomia que a colônia obtivera desde a chegada de D. João VI.

A corrente dos realistas portugueses reunia quase sempre comerciantes ligados à Metrópole (como Lourenço da Costa

Dourado, Mariano Gomes e José de Agrela Jardim) moradores das maiores vilas, como Fortaleza, Icó e Aracati. Também integravam essa corrente os militares acantonados na capital (por exemplo, o chefe do governo provisório, Francisco Xavier Torres), burocratas como Manoel do Nascimento Castro e Silva e os ouvidores Porbém Barbosa e José Joaquim Correia da Costa Pereira do Lago, e mesmo latifundiários mais conservadores (como o monarquista convicto Leandro Bezerra Monteiro).

Já a facção nacionalista, liderada pelos Alencar (já de volta ao Ceará, anistiados após os insucessos da Revolução Pernambucana), reunia os frágeis segmentos urbanos que haviam apoiado ou simpatizado com a insurreição de 1817, e, sobretudo, os elementos sertanejos latifundiários ligados à agricultura e à pecuária.

Como bem afirma a historiadora Keile Socorro, o entendimento de "pátria" à época era diferente do que temos hoje. Para os participantes desse movimento, a sua "pátria" seria o seu local de nascimento. Todos faziam parte desde o decreto de 1815 do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, no entanto, o entendimento de "pátria" estava intimamente ligado ao local onde eles tinham raízes, sendo este lugar mais importante que o próprio Reino Unido, pois era aí que residiam seus interesses, sua família, seus negócios. Assim a defesa da propriedade representava a defesa da "sua pátria", defesa da "pátria local" (FELIX, 2010: 74).

Contudo, essa união de correntes não impediu que os realistas portugueses usassem do poder em proveito próprio. Dos eleitos, havia apenas um nacionalista, José Martiniano de Alencar, e isso porque o deputado titular renunciou por motivo de saúde.

Em pouco emergiram as contradições entre esses grupos devido à política recolonizadora das cortes portuguesas e à iminência da independência brasileira. Daí, então, passaram-se a chamar os elementos vinculados à metrópole de "corcundas" e os nacionais de "patriotas".

No intuito de manter um controle sobre o Brasil, determinaram as cortes portuguesas que se elegessem juntas governativas nas províncias. Isso era, note-se, uma importante mudança administrativa, pois, os governantes das províncias seriam eleitos

localmente e não indicados pela Coroa portuguesa, como até então acontecia. Por outro lado, as eleições das juntas governativas acirraram as disputas entre as oligarquias e partidos locais, em virtude da possibilidade de conquistar/manter o poder e defender seus interesses – daí o porquê da instabilidade deste momento, com a eleição e deposição de várias juntas.

Assim, a 15 de janeiro é escolhida, em substituição ao governo provisório de Francisco Xavier Torres, a Junta Governativa do Ceará, presidida por José Raimundo de Passos Porbém Barbosa, ligado aos "corcundas" e fiel às pretensões recolonizadoras das cortes.

No País todo acirram-se as lutas entre brasileiros e portugueses. Era o prelúdio da independência. A 3 de julho de 1822, o príncipe regente D. Pedro baixou decreto mandando realizar eleições para escolha de uma Assembleia Constituinte brasileira. A Junta Governativa cearense propositadamente demorou a fazer a eleição, atiçando a ira do partido patriota (PINHEIRO, 1963; FILHO, 1964; CÂMARA, 1970; GIRÃO, 1971; MONTENEGRO, 1980; NOBRE, 1986; PINHEIRO, 1986; FÊLIX, 2010).

Ao contrário do que comumente se pensa, a Independência do Brasil provocou vários conflitos internos

8.5. O 7 DE SETEMBRO NO CEARÁ

No Crato surge um movimento pró-independência sob a chefia dos agora aliados Tristão Gonçalves e José Pereira Filgueiras – conta-se que a família Alencar manipulava facilmente o rude e popular capitão-mor cratense. Exige-se o fim da Junta Governativa de Porbém Barbosa, tida pelos liberais como inimiga da Pátria e dos anseios do povo cearense. Por sua vez, os "corcundas" da vila, apoiados por tropas comandadas por José Félix de Mendonça, passam a aterrorizar e agredir os "patriotas", provocando da mesma forma retaliações. Acabam, porém, expulsos por Filgueiras (setembro de 1822) e retiram-se para Icó, forte reduto de portugueses, onde unem forças com o "corcunda" Manoel Antônio Diniz, que ali também praticava atos hostis aos "patriotas".

Marca-se, enfim, a eleição dos representantes da província na Constituinte brasileira para 16 de outubro de 1822, recomendando-se que os votantes comparecessem armados para defenderem-se, tal era a tensão política – note-se que até ali, antes as dificuldades de comunicação, não se sabia da ruptura definitiva das elites do sudeste brasileiro com Portugal, expressa no 7 de setembro (o que ficaria conhecido como "Grito do Ipiranga", data oficial da Independência) e no 16 de outubro de 1822 (data da coroação de D. Pedro como imperador). Na verdade, a data de 7 de setembro não teve repercussão e nem foi valorizada, ante os embates e controvérsias do processo de independência do Brasil. O 16 de outubro ganhou, a princípio, maior destaque (BITTENCOURT, 2007).

No dia 16 de outubro reúne-se o colégio eleitoral no Icó, exigindo a renúncia da Junta Governativa de Porbém Barbosa e a escolha de

um novo governo formado pelos representantes das câmaras da província. Como esperado, os "corcundas" José Félix e Antônio Diniz, não aceitando aquelas deliberações, invadem, com um grupo de homens armados, a casa do Conselho, agredindo e prendendo vários dos eleitores na cadeia local, dispensando outros a socos e a pata de cavalos.

Em face de tais violências, várias milícias partiram de diversas regiões do Cariri, sobretudo do Crato, sob o comando de Pereira Filgueiras, para socorrer os "patriotas" no Icó.

Avisados da vinda das forças de Filgueiras, os "corcundas" decidiram se retirar para Fortaleza, mas no percurso, no local chamado Forquilha (junção dos rios Jaguaribe e Salgado), acabaram por encontrar os "cabras" do coronel Antônio Bezerra de Sousa Menezes, que igualmente dirigia-se ao Icó para ajudar os eleitores. Após uma sangrenta batalha, Diniz e seus homens foram derrotados, presos e reconduzidos para a vila icoense.

Em seguida, elegeram-se finalmente os representantes cearenses na Assembleia Constituinte brasileira e, igualmente, um novo governo para a capitania, ligado aos "patriotas". Para presidir a nova junta, que recebeu o nome de Governo Temporário, foi escolhido José Pereira Filgueiras. Decidiu-se ainda iniciar uma marcha sobre Fortaleza para depor a Junta de Porbém Barbosa.

A Junta Governativa na capital, não tendo como resistir aos "cabras" dos "patriotas" e tomando conhecimento da independência do Brasil (trazida por navios, com mais de um mês de atraso), decide renunciar (9 de novembro de 1822). No dia 23 de janeiro de 1823, no mesmo dia da chegada a Fortaleza após longa marcha, o governo temporário de Filgueiras assume o poder cearense.

Perseguem-se os portugueses – o governo temporário sugere que sejam os portugueses proibidos de ocupar cargos públicos. Muitos deles serão presos. A Câmara de Vereadores fortalezense, "corcunda", por protestar contra o que se passava, é dissolvida, sendo eleita outra em seu lugar. Era o revanchismo "patriota".

Carta Régia de 11 de março de 1823, baixada por D. Pedro I, elevava Fortaleza à categoria de cidade, com o nome de Fortaleza

de Nova Bragança (nomenclatura que não sobreviveu), em compensação pelo apoio prestado pelo Ceará à causa da independência. Era também um reconhecimento do crescimento (lento) que Fortaleza vivia naquele começo de século XIX (GIRÃO, 1979).

A 3 de março do ano de 1823, é eleita uma outra Junta Governativa pró-"patriota", chefiada pelo Pe. Francisco Pinheiro Landim, vigário interino do Icó. Tristão Gonçalves é nomeado vogal e Pereira Filgueiras, comandante das armas. Era o predomínio da corrente nacionalista e liberal e era, também, o elemento agrário elevado a centro de decisão dos fatos políticos (SARAIVA, 1970: 161).Enquanto no Ceará levantava a bandeira emancipacionista, no Piauí eclodia um movimento armado pró-Metrópole liderado pelo comandante de armas João José da Cunha Fidié. Após vários apelos dos nacionalistas piauienses, o governo cearense decidiu por auxiliá-los, enviando tropas comandadas por Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves.

As forças cearenses compunham-se na maioria absoluta de homens humildes, que iam à luta por estarem submetidos ao arbítrio dos latifundiários ou forçados pelos "patriotas" – a convocação dos voluntários aumentou ainda mais o alvoroço na capitania. Eram mais de seis mil homens, os quais após muitos combates, violências e saques, derrotaram Fidié na vila de Caxias, no Maranhão, em agosto de 1823. Tristão e Filgueiras, com seu exército, regressou ao Ceará em janeiro de 1824, sendo festivamente recebidos. Mas não teriam descanso. Em breve envolver-se-iam – e perderiam a vida – na Confederação do Equador, o mais importante movimento rebelde da região, conhecida hoje como nordeste (PINHEIRO, 1963; FILHO, 1964; CÂMARA, 1970; GIRÃO, 1971; MONTENEGRO, 1980; NOBRE, 1986; PINHEIRO, 1986; FÊLIX, 2010).

Capítulo 09

A Confederação do Equador

Brasão da Confederação do Equador, observam-se as cinco estrelas que representam as cinco províncias nordestinas independentes

9.1 O NORDESTE INDEPENDENTE

9.2 RAZÕES DA ADESÃO CEARENSE À CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Foi importante e dramática a participação cearense na Confederação do Equador. Alguns fatores ajudam a entender esse envolvimento.

Em primeiro lugar, havia certa vinculação e influência político-econômica de Pernambuco sobre o Ceará, que continuou a existir mesmo após a separação administrativa das duas capitanias em 1799. Como visto em capítulos anteriores, boa parte da produção algodoeira local ainda era exportada pelo porto do Recife. Era principalmente para Pernambuco que se encaminhavam muitos dos rebanhos bovinos cearenses. Várias famílias, principalmente do Cariri, como os Alencar, apresentavam laços de parentescos com aquela província. Portanto, o Ceará estava suscetível ao que se passava em Pernambuco e inclinado a acompanhar este na insurreição.

Um outro fator seria o descontentamento geral ante a grave crise econômica que atingia o nordeste e, particularmente, o Ceará, levando a uma diminuição das rendas das camadas dirigentes e ao aumento das dificuldades dos segmentos mais pobres. Como já tivemos também a oportunidade de frisar em outros capítulos, a economia local experimentava na década de 20 do século XIX, um momento de retração, em decorrência da queda da exportação de algodão. Agravava igualmente a crise da economia cearense a própria retração da economia pernambucana, afinal, muito do comércio local era feito com Pernambuco. Nesse sentido, a criação da República do Equador poderia significar uma maior atenção à solução dos problemas do nordeste e do Ceará.

Uma terceira causa da adesão cearense estaria nos interesses do grupo “patriota”/liberal local. Composto na maioria por latifundiários e liderados pela família Alencar, tal grupo desejava conservar o comando da província, obtido fragilmente após os

eventos da independência do Brasil. No entanto, a dissolução da Constituinte e a outorga da Constituição de 1824 foi uma grande derrota – e uma vitória para os "corcundas", aliados de D. Pedro I e de Portugal –, colocando em risco seu domínio sobre o poder cearense. Daí então a radicalização política cada vez maior entre os "patriotas", agarrados às ideias liberais e republicanas, e os "corcundas", vinculados ao conservadorismo monárquico. No fundo, o discurso de defesa da "liberdade contra as medidas escravistas" do imperador, mal escondia os interesses e a luta de uma facção da classe dominante (os "patriotas" liberais) para preservar seu prestígio e poder – a Confederação do Equador proporcionaria a consolidação institucional dos senhores de terra como chefes do novo Estado.

Intelectuais, padres e integrantes das elites discutiam as ideias liberais. Litografia de Rugendas, "Reunião em Pernambuco"

Havia ainda elementos mais gerais, como o centralismo político imposto pelo Império, o qual batia frontalmente com a grande

autonomia de qual gozavam os latifundiários, e submetia o nordeste aos interesses do centro-sul, além do temor de que um D. Pedro cada vez mais poderoso no governo pudesse conduzir a uma recolonização do País. Para as classes dominantes locais, a independência do Brasil não implicava em aderir ao projeto centralizador das elites do sudeste, até porque isso ia contra um dos interesses considerados mais relevantes pelas províncias: sua autonomia. Na Revolução de 1817, a luta era contra a coroa lusitana; agora, em 1824, após a independência brasileira, a luta era contra o autoritarismo de Pedro I e o centralismo que se tentava impor no momento de construção do Estado nacional brasileiro e representado pelo poder sediado no Rio de Janeiro, capital imperial (CÂMARA, 1970; MONTENEGRO, 1980; GIRÃO, 1985; ARAÚJO, 1989; LEMENHE, 1991; OLIVEIRA, 2004; BRITO, 2006; FÊLIX, 2010).

9.3 CEARÁ em 1824

Os meses que antecederam a eclosão da Confederação do Equador foram caracterizados por muita agitação política no Ceará. Os "patriotas", no comando da província através do governo provisório do Pe. Pinheiro Landim, travavam duras disputas com a facção "corcunda", não raras vezes ocorrendo ameaças, agressões e prisões arbitrárias de partidários de ambos os lados.

Em janeiro de 1824, Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves, de grandes vículos com os liberais cearenses, regressaram ao Ceará após derrotar a revolta pró-Portugal de Cunha Fidié, no Piauí e Maranhão. Tomaram conhecimento, com profunda indignação, da dissolução da Assembleia Constituinte de 1823.

Tristão e Filgueiras perceberam que o domínio do grupo liberal sobre a província estava ameaçado. Predispuseram-se a lutar visando manter esse domínio, daí por que não desmobilizaram as tropas que haviam combatido Fidié. A tensão política aumentava – mais "corcundas" eram presos, quando não, mortos.

A 9 de janeiro de 1824, numa atitude bastante ousada, mas que evidenciava o descontentamento dos "patriotas" e a radicalização política do momento, a Câmara de Campo Maior de Quixeramobim, sob a influência do Pe. Inácio de Loiola Albuquerque e Melo (mais tarde Pe. Mororó), em protesto contra a "horrorosa perfídia de D. Pedro I declarou excluído do trono o imperador e decaída a dinastia Bragantina", proclamando-se um governo salvador republicano, cujo comando das armas deveria ser entregue a José Pereira Filgueiras.

Em seguida, a Câmara de Quixeramobim enviou uma comissão a outras vilas sertanejas, a fim de conseguir idênticos pronunciamentos e a adesão de Filgueiras e Tristão. Estes, obviamente, abraçaram a causa. Crato, Aracati, Icó, entre outras, recusam-se a jurar a Constituição outorgada por D. Pedro I e enviam protestos ao governo cearense pelas atitudes do monarca.

Estas câmaras, que, num primeiro momento, se mostraram favoráveis à Independência de Portugal e apoiaram o "Fico" do Imperador, temiam agora uma recolonização em virtude das medidas autoritárias que o Imperador vinha tomando à revelia dos representantes de cada província (...). Para esses homens que defenderam a separação política de Portugal, existiam dois processos completamente diferentes, ou seja, uma coisa era querer a independência; no entanto, outra era apoiar o projeto do Rio de Janeiro, até mesmo porque as províncias do norte já vinham sentindo na pele que as decisões tomadas na Capital só vinham no sentido de explorá-las economicamente e diminuir sua autonomia. (...) Percebe-se o receio que as províncias tinham de cair nas mãos do grupo fluminense (...) (FELIX, 2010: 99).

Em fins de fevereiro de 1824, Tristão e Filgueiras chegaram a Fortaleza acompanhados de seu exército, com a intenção de ajudar o governo provisório, o qual estava sendo bastante pressionado pelos "corcundas", destacadamente pela família Castro e Silva. O capitão-mor do Crato mandou efetuar a prisão de vários monarquistas – entre eles, o comandante interino de armas, Francisco Félix de Carvalho Couto.

Nesse momento desembarca em Fortaleza o deputado José Martiniano de Alencar, que após a dissolução da Constituinte no Rio de Janeiro, dirigira-se ao Recife, onde assistira à eleição de Paes de

Andrade para a presidência de Pernambuco e fora incumbido de disseminar as ideias republicanas no Ceará. Não teria muito trabalho. A indignação liberal era grande. Em março de 1824, o governo provisório de Landim remete a D. Pedro um duro manifesto protestando contra o autoritarismo do imperador. Em abril vinha a lume, graças a uma tipografia enviada por Pernambuco, o primeiro jornal publicado no Ceará, Diário do Governo do Ceará, sob a direção de Pe. Mororó e que serviria para propagar na província o movimento republicano.

O Diário do Governo do Ceará foi o primeiro jornal impresso no Ceará. Era impresso na Tipografia Nacional do Ceará (uma denominação comum à época), graças a uma tipografia enviada gratuitamente por Pernambuco, circulando entre abril e novembro. Teve cerca de 19 números e serviu de porta-voz à Condeferação do Equador. O redator foi o padre Inácio de Loiola Albuquerque Mororó e o impressor Francisco José de Sales, o "Jurubeba". O jornal deveria sair às quartas e sábados, mas sua periodicidade não era cumprida à risca. O Diário publicou expedientes, ofícios e proclamações do governo rebelde da Confederação do Equador – curiosamente, após o fracasso desta, passou a fazer o mesmo para o governo imperial em seus dois últimos números. Mororó foi executado em praça pública e Francisco José de Sales acabou preso. A Tipografia Nacional do Ceará foi vendida em 1831 e passou a se chamar Tipografia Constitucional (BRITO, 2006).

A tensão política atinge o ápice a 14 de abril de 1824, quando chega ao Ceará o primeiro presidente da província nomeado por D. Pedro em substituição ao governo provisório – note-se que, com isso, acabava a autonomia local de escolher seus governantes e voltava a prevalecer os gestores nomeados e, obvivamente leais às medidas do Império. O indicado fora Pedro José da Costa Barros, comerciante de Aracati, ligado aos “corcundas”.

Protegidos por homens armados, a Câmara de Fortaleza e o ouvidor Joaquim Marcelino de Brito – ligados à monarquia –, dão posse a Costa Barros na madrugada de 15 de abril. Não aceitando isso, Filgueiras, os membros do agora extinto governo provisório e suas tropas retiram-se para Arronches (Parangaba) e lá articulam a resistência, arrolando mais homens para depor o presidente.

Costa Barros, percebendo a gravidade da situação, lança uma proclamação aos cearenses na tentativa de angariar apoio popular e dirige-se pessoalmente a Arronches no intuito de dissuadir os revoltosos. Fala das boas intenções de D. Pedro, promete reconciliação entre liberais e “corcundas” e convida Filgueiras a reassumir o comando de armas da província. Os “patriotas” voltam à capital, então (CÂMARA, 1970; MONTENEGRO, 1980; GIRÃO, 1985; ARAÚJO, 1989; OLIVEIRA, 2004; BRITO, 2006; FÊLIX, 2010).

9.4 A REPÚBLICA NO CEARÁ

Não obstante, a conciliação dura pouco: os liberais recebem boas notícias sobre o desenrolar da trama republicana em Pernambuco e não confiam em Costa Barros. O grupo “patriota” caracteriza como acinte a proposta do presidente de fechar as fronteiras com Pernambuco (esperava Costa Barros isolar e aumentar a pressão sobre os rebeldes da província vizinha, bem como diminuir a influência das ideias que dali vinham). Ora, isso atingia em cheio as relações comerciais mantidas pelo Ceará com Pernambuco, seu

principal parceiro. Cada vez mais ficava claro para os cearenses que a nomeação de Costa Barros era uma confrontação aos interesses locais e medida de defesa das pretensões centralizadoras do Rio de Janeiro. Costa Barros sem querer aumentou ainda mais o apoio à causa republicana.

Os liberais rompem definitivamente com Costa Barros e saem para Aquiraz, onde fazem novos preparativos militares. A 25 de abril de 1824, o exército "patriota" inicia a marcha sobre Fortaleza e acampa em Messejana. No dia seguinte, Filgueiras determina que o comandante Luís Rodrigues Chaves e um grupo de homens fortemente armados invadam a capital e prendam os líderes "corcundas".

Chaves cumpre essas ordens, bem como a de entregar um ofício a Costa Barros intimando-o a passar o governo a Tristão Gonçalves.

A 28 de abril, os rebeldes liberais ocupam Fortaleza e convocam uma reunião da Câmara e das pessoas com mais posses da vila. Costa Barros é também convocado para essa assembleia, e ali, protestando contra o golpe de que estava sendo vítima, renunciou ao cargo de presidente da província (é embarcado para o Rio de Janeiro). Em seguida, elege-se Tristão Gonçalves presidente temporário do Ceará.

Uma euforia toma conta dos "patriotas". Vários deles, num arroubo de lusofobia e de nacionalismo, para expressar seu amor à terra natal (entenda-se, à província, à pátria, ao local onde tinham raízes) e marcar oposição ao imperador D. Pedro I – um português – passam a usar sobrenomes indígenas, daí os mororós, carapinimas, jataís, antas, ibiapinas, araripes, sucupiras, buritis, etc. Nos banquetes substituem o vinho do porto – a bebida do inimigo –, pela cachaça. Usam distintivos em forma de barata de prata, com um laço de fita amarela em homenagem ao jornalista Cipriano Barata, rebelde liberal famoso de Pernambuco.

Ao que parece, segmentos populares também abraçam euforicamente o ideal republicano. José Martiniano de Alencar, em documento posterior à Confederação, chegou a afirmar, com desdém, que a canalha ou o povo baixo estava na sua maior efervescência e entusiasmo. Para os mais humildes, embora talvez

não entendessem bem os interesses em jogo (por analfabetismo, marginalização da política institucional, etc.), a República poderia significar melhores condições de vida. Mas não se deve superestimar essa adesão espontânea das camadas mais humildes da população – participaram mesmo da revolta porque os senhores latifundiários, seus patrões, de quem de um modo ou outro dependiam, uniram-se ao movimento.

O governo rebelde cearense não chegou a propor nenhum plano de ação administrativa. No máximo mostrou alguma preocupação com a educação nas escolas e com um melhor tratamento para com os índios, mas baixou um ato demitindo os europeus do exercício de cargos civis e militares, o que, na realidade, visava atingir os portugueses que viviam na província.

A preocupação maior era preparar-se para enfrentar a reação do Império. Os "patriotas" cearenses organizam uma grande força armada, com moradores dos latifúndios, índios e indivíduos que estavam a "vagabundear" pelos sertões, vários deles engajados à força. Compram canhões, granadeiras e espadas dos EUA. Recebem armas e munições de Londres. Armamentos e oficiais estrategistas vêm de Pernambuco. São enviados diversos emissários ao Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Maranhão visando expandir a revolta. No intuito de conseguir mais armas, é mandado a Recife o tenente Luís Rodrigues Alves, que depois, sendo preso em terras paraibanas, passa-se para o lado imperial, regressando ao Ceará para combater a República do Equador.

Os insurretos lançam repetidas proclamações às câmaras interioranas conclamando os cearenses a se unirem a Pernambuco na Confederação do Equador, criada oficialmente no Recife a 2 de julho de 1824. Espalhavam a notícia de que tropas portuguesas estavam se preparando em Lisboa para invadir o nordeste e reconquistar a antiga colônia. Entre os mobilizados, um dos mais inflamados defensores da causa liberal era o rico comerciante de Granja, João de Andrade Pessoa Anta.

Ante o clima de radicalização política e confrontação, o caminho para as províncias do norte era o enfreamento do Império visando manter a autonomia local, sem descartar-se a possibilidade de separar-se do resto do Brasil. Acostumados a ter o mando da

província e a exercerem seu poder nas áreas em que dominavam e barganhavam seus interesses, [aqueles] homens não aceitaram, sem lutar, que novas ordens [centralizadoras] partissem da Capital para a província, ou seja, não toleravam a ideia de perder o comando local (FELIX, 2010: 108).

A 26 de agosto de 1824, realiza-se em Fortaleza a reunião do Grande Conselho no qual se decidiria qual a posição política oficial da província a ser adotada. Ao Palácio do Governo comparecem 455 pessoas, a elite do Ceará imperial, proprietários, representantes das câmaras interioranas, autoridades diversas. O recinto, apinhado de gente, ensurdecia com os aplausos e gritos de viva. Oradores revezavam-se, cada qual o mais exaltado. Criticavam-se as arbitrariedades de D. Pedro I e as pretensões deste em sujeitar novamente o Brasil a Portugal. Propõe-se a independência cearense, a proclamação da república e adesão à Confederação do Equador sugerida por Pernambuco. A proposta é eufórica e unanimemente aprovada. Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, em seguida, é eleito presidente do Grande Conselho, tendo como secretário o Pe. Mororó. Mal sabiam os signatários da ata daquela reunião que, alguns entre eles, haviam assinado antecipadamente a sua sentença de morte.

Dois dias depois (28 de agosto de 1824), reunia-se o colégio eleitoral para eleger os deputados do Ceará na futura Assembleia Constituinte, a qual deveria se reunir em Recife. Entre os eleitos, José Martiniano de Alencar e Francisco Miguel Ibiapina, que, paradoxalmente, em 1817, havia ajudado a combater a República do Crato.

A 3 de setembro de 1824, partiu de Fortaleza uma expedição comandada por Pereira Filgueiras com o duplo objetivo de libertar o emissário do governo cearense Luís Chaves (que se pensava estar preso na Paraíba) e acompanhar os deputados da província na constituinte de Pernambuco. Com isso o comando interino das armas passou para o tenente-coronel Antônio Bezerra de Sousa Menezes (CÂMARA, 1970; MONTENEGRO, 1980; GIRÃO, 1985; ARAÚJO, 1989; OLIVEIRA, 2004; BRITO, 2006; FÊLIX, 2010).

A Confederação do Equador foi brutalmente sufocada. Na gravura, tropas imperiais atacam em Recife

9.5 O IMPÉRIO CONTRA-ATACA

Mas não haveria constituinte nenhuma. Os líderes rebeldes desconheciam, ante a lentidão dos meios de comunicação, que a República estava sendo abortada em Pernambuco. Tropas monarquistas chefiadas pelo coronel Francisco de Lima e Silva (pai do futuro Duque de Caxias) atacavam por terra a província, enquanto uma esquadra comandada pelo mercenário escocês lorde Cochrane bloqueava o porto do Recife. Ao mesmo tempo levantavam-se milícias formadas por grandes proprietários contrários à República. A estratégia do governo imperial era combater as províncias separadamente.

As forças monarquistas conseguiram entrar em Recife a 12 de setembro de 1824. A população é massacrada e, com terror, vê os saques, incêndios e fuzilamentos. Enquanto o presidente Paes de Andrade fugia do país, um grupo de rebeldes liderados por Frei Caneca e Agostinho Bezerra Cavalcanti retira-se para o interior, na esperança de unir forças com os patriotas cearenses e paraibanos.

Eram cerca de três mil homens que, após renhidos combates com tropas imperiais do Icó e do rio do Peixe (Paraíba), acabaram se rendendo a 29 de setembro de 1824, em Missão Velha. Frei Caneca e Agostinho Bezerra foram conduzidos de volta ao Recife para serem julgados e fuzilados.

Mesmo com a rendição pernambucana o Ceará continuou lutando pela Confederação – seria o último a se render. A expedição de Filgueiras só toma conhecimento dos insucessos de Recife no final de setembro quando chega à região do Icó. Nesse momento, tropas monarquistas, auxiliadas por milícias "corcundas" locais, estavam já em luta aberta contra os "patriotas".

Vilas são saqueadas, incendiadas, sertanejos acabam impiedosamente assassinados. Foi o que ocorreu em Jardim, quando "corcundas" mataram, entre outros, Leonel Pereira de Alencar, tio de Tristão e José Martiniano.

Para vingar a morte daquele amigo e fiel partidário da Confederação, Filgueiras e Alencar reúnem mais homens à expedição e atacam Jardim, provocando um morticínio – trucidam os "corcundas" a cacete, arrastando os cadáveres pelos pés e atirando-os dentro da matriz local ou deixando insepultos.

Pereira Filgueiras tem, porém, que debelar motins de seus próprios homens, os quais reclamam de soldos atrasados. Estes, tendo à frente um popular chamado "Cangacu", saqueiam fazendas, roubam bens, assassinam desafetos e radicalizam o movimento no Ceará – isso é mais um estímulo, além da derrota iminente da República, para que os proprietários passem para o lado monarquista. Filgueiras expulsa os indisciplinados, executa alguns, prende outros. Não consegue mais ter o controle da situação. Não são poucos os desertores que vão se unir às tropas imperiais.

O capitão-mor do Crato e um exército de quase dois mil homens partem para Pernambuco, na pretenção de libertar aquela província do domínio imperial. Contudo, os constantes ataques dos "corcundas" e as inúmeras deserções reduziram drasticamente as hostes liberais, forçando-as a retornar ao Ceará – vão para Icó e, dali, seguem para o Crato.

A rebelião estava sucumbindo. Jorra sangue sobre a terra cearense. Cadáveres amontoam-se pelos sertões. Fuzilamentos, degolas, estupros, mutilações. Aquela é a hora da desforra dos “corcundas”, que praticam com os liberais as mesmas violências das quais foram vítimas – um dos mais destacados “corcundas” nessa violência é Joaquim Pinto Madeira, de jardim. Rebeldes são amarrados e literalmente moídos a porrete nas chamadas “rodas de pau”, e, ainda vivos, sob vaias e insultos, lançados em fogueiras. Inúmeras vilas, dantes fervorosas republicanas, passam para o lado imperial, condenando as nefastas ideias separatistas.

Exemplo é o Icó, onde a 26 de outubro de 1824, monarquistas organizam o que ficou conhecido como Comissão Matuta, que em simulacro de tribunal, julgou e condenou à morte por tiros de arcabuz diversos membros da causa republicana[10] (PINHEIRO, 1963; FILHO, 1964; CÂMARA, 1970; MONTENEGRO, 1980; GIRÃO, 1985; ARAÚJO, 1989; OLIVEIRA, 2004; BRITO, 2006).

9.6 A DERROTA

Frente à derrota da revolta nos sertões cearenses, Tristão Gonçalves vê-se obrigado a deixar Fortaleza para combater um levante monarquista em Aracati, promovido pelo seu antigo aliado e emissário tenente Luís Rodrigues Chaves, então de volta ao Ceará para realizar a contrarrevolução. Antes, Tristão enviara o comandante interino das armas, Antônio Bezerra de Sousa Menezes, abafar um outro movimento pró-império, rebentado em Uruburetama. O poder da república passa de forma provisória a José Félix de Azevedo e Sá.

A 18 de outubro de 1824, atracava em Fortaleza a divisão naval do Império, comandada por Lorde Cochrane, que exige o fim imediato da rebelião. José Félix e os habitantes da capital rendem-se, sem resistência alguma, jurando fidelidade a D. Pedro.

Cochrane mantém José Félix no governo – embora na prática seja

ele quem comande a província e toma providências contra a Confederação. O escocês usa de várias táticas para pôr fim à revolta, desde promessas de benevolência do imperador e anistia, passando por garantia pessoal da vida dos líderes, até recompensas pela captura de Tristão.

Tristão Gonçalves, após facilmente reconquistar Aracati, e de ser informado dos desastres em Pernambuco e Fortaleza, decide marchar para o Cariri, em busca de Pereira Filgueiras. Recusa a proposta de um amigo para embarcar em direção aos Estados Unidos via porto do Acaraú.

No trajeto para o Cariri, o presidente da Confederação e seus homens são constantemente atacados pelas tropas monarquistas. Muitos do exército liberal são mortos, outros desertam. A 31 de outubro de 1824, nas imediações do povoado de Santa Rosa (antiga Jaguaribara, cidade que foi inundada pelas águas do açude Castanhão), Tristão, cercado por tropas inimigas e quase só, tenta fugir desesperadamente. Acaba morto a tiros, tendo o cadáver barbaramente mutilado – decepam-lhe mãos e orelhas, deixam o corpo espectralmente exposto numa árvore. Só dias depois é que o comandante Chaves, de passagem por Santa Rosa, manda enterrar o cadáver em humilde sepultura.

O fim aproximava-se. No Cariri, mais precisamente na chapada do Araripe, Filgueiras e Alencar decidem dissolver o exército republicano. Há muita confusão por parte dos homens, com choro, exaltação de ânimos e desespero. Sentem-se abandonados por seus líderes. Vários deles enveredam pelas matas, fugindo das vinganças; outros, vão se unir aos monarquistas.

José Martiniano, alguns parentes e Pereira Filgueiras, acompanhados por cerca de mil homens, dirigem-se, em seguida, para Exu-PE, na expectativa de obter ajuda de familiares. Ali, há nova dispersão das tropas. Agora, era cada um por si. Alencar e Filgueiras estavam amargamente arrependidos de terem defendido a bandeira republicana.

O mercenário escocês Lord Cochrane atuou na repressão à C0nfederação no Ceará

Pereira Filgueiras, temendo ser assassinado ou preso e torturado, acabou posteriormente se rendendo ao capitão Reinaldo de Araújo Bezerra, seu antigo companheiro de armas na expedição ao Piauí em 1823. Foi por este conduzido preso com destino ao Rio de

Janeiro, morrendo, entretanto, no percurso, em Minas Gerais, talvez de febre palustre, tifo ou mesmo por depressão profunda. Curioso notar que por largos anos parte da população do Cariri se recusou a acreditar no falecimento de Filgueiras, crendo que um dia ele voltaria.

José Martiniano, depois de escapar a muitas emboscadas "corcundas", acabou preso na Bahia. Enviado ao Rio de Janeiro, escreveu uma humilhante súplica a D. Pedro I, negando qualquer envolvimento na Confederação do Equador. Por se tratar de um importante líder político do nordeste e já numa postura de reaproximação com as elites locais, o imperador o perdoaria em 1825. A partir daí, Alencar abdicou por completo de seus ideais republicanos, aderindo ao sistema monárquico. Depois seria nomeado senador e presidente do Ceará em duas oportunidades (1834-37 e 1840-41).

Com a derrota dos insurretos, Costa Barros, que, como vimos havia sido deposto pelos rebeldes em abril de 1824, reassumiu o poder da província cearense a 17 de dezembro do mesmo ano, e passou-o em 12 de janeiro seguinte a quem, no seu próprio conceito, era um miserável, estúpido e nimiamente tímido, José Félix de Azevedo e Sá, em cuja administração ocorreria o fuzilamento dos implicados na Confederação.

Apesar das promessas de anistia feitas por Lorde Cochrane, não houve a aquiescência de D. Pedro I. Em abril de 1825, instalava-se em Fortaleza, sob a presidência de Conrado Jacob Niemeyer, a comissão militar que deveria julgar, ou melhor, condenar à morte os revolucionários cearenses. A punição tinha de ser exemplar e deixar claro o que aconteceria àqueles que desafiassem a autoridade do imperador e se opusessem à construção do Estado nacional brasileiro.

Assim, recebem a pena capital por terem sido adeptos do "malvado sistema republicano": Pe. Mororó, João de Andrade Pessoa Anta, Francisco Miguel Pereira Ibiapina, Feliciano José da Silva Carapinima, Luís Inácio de Azevedo Bolão, Frei Alexandre da Purificação, Antônio Bezerra de Sousa e Menezes e José Ferreira de Azevedo. Os três últimos, contudo, tiveram a pena comutada em degredo para a Amazônia (Sousa e Menezes morreria no Cariri). O

filho de Francisco Miguel Ibiapina, Alexandre Raimundo, foi condenado a trabalhos forçados na Ilha de Fernando de Noronha e lá acabou assassinado.

Os condenados deveriam morrer na forca, mas como ninguém quis fazer as vezes de carrasco, foram arcabuzados em 1825 no antigo Campo da Pólvora, depois chamado Praça dos Mártires (este nome é uma homenagem a estes "heróis" cearenses, ali executados), atual Passeio Público. Curiosamente, a forca que deveria ter sido usada nas execuções foi mantida na praça como símbolo da autoridade imperial, até ser destruída pela população, após a abdicação de D. Pedro I em 1831 (PINHEIRO, 1963; FILHO, 1964; CÂMARA, 1970; MONTENEGRO, 1980; GIRÃO, 1985; ARAÚJO, 1989; OLIVEIRA, 2004; BRITO, 2006).

A derrota dos confederados no Ceará, com a execução em praça pública de influentes proprietários, significou, como bem o disse o historiador Capistrano de Abreu, uma vitória do litoral sobre o sertão, entenda-se, do centralismo imperial que se impunha no País sobre a autonomia gozada pelos latifundiários. A capital e as autoridades constituídas representantes do governo imperial passaram daí em diante a se impor ainda mais sobre o resto da província, controlando-a com melhor eficácia. Obviamente, a autonomia dos coronéis não desapareceu por completo e sim sofreu modificações, tornou-se mais complexa. O latifundiário, que antes possuía como quase único referencial para seus atos a tradição e posse de terras, foi obrigado a cada vez mais levar em consideração o Estado, como forma de conseguir poder e prestígio ou como único meio mesmo de sobreviver às perseguições dos coronéis adversários – ou seja, tornou-se cada vez mais necessário ocupar cargos públicos para ratificar o poder pessoal (LEMENHE, 1991; OLIVEIRA, 2009; FÊLIX, 2010).

Inácio Loiola de Albuquerque Melo, o Padre Mororó, nasceu a 24 de julho de 1778, em Riacho dos Guimaraes (atual Groaíras, à época distrito de Sobral). Filho de proprietários na região, ordenou-se em 1802 no Seminário de Olinda, onde travou contato com as ideias liberais que então incendiavam a Europa - um dos seus superiores chegou a dizer quase profeticamente que Pe. Inácio "se perderia na primeira revolução que houvesse..."

Figura inquieta, inteligente e bem-humorada, de volta ao Ceará em 1810, foi capelão em Boa Viagem, Santa Quitéria e Tamboril. Igualmente exerceu a profissão de professor de latim em Aracati e Quixeramobim, mostrando-se não muito fiel ao celibato, pois, tal outros religiosos da época, teve mulher e filhos. Em 1817, sendo muito amigo e protegido do governador Inácio Sampaio, condenou a Revolução Republicana do Crato - chegou a enviar carta ao governador informando como o ouvidor Rodrigues de Carvalho tentara aliciá-lo para a insurreição.

Aderiu à causa da independência e, em 1824, liderou a Câmara de Quixeramobim a abraçar o ideal republicano em repúdio ao despotismo de D. Pedro I. Secretário na República do Equador, dirigiu a impressão do primeiro jornal cearense (por isso, é considerado patrono da imprensa cearense). Foi nesse momento que num rasgo de nacionalismo adotou o nome Mororó, árvore cearense, que segundo a sabedoria popular “verga, mas não quebra”.

onstrando bastante sangue frio, recusou a venda nos olhos na hora da execução, e

Parte III
Império

Capítulo 10

A sedição de Pinto Madeira

10.1 O PÓS-CONFEDERAÇÃO Como vim

Pode-se dizer ainda que, com os fuzilamentos dos líderes rebeldes na Praça dos Mártires, a morte de Tristão e a debandada dos adesistas do interior, a facção "patriota"/liberal praticamente sumiu do firmamento político da província nos anos posteriores à Confederação. Os "corcundas" eram senhores absolutos no Ceará. Nas eleições que ocorreram após 1825, para deputado na Assembleia do Império e senador, os escolhidos eram quase todos conservadores, filo-portugueses e antiliberais, e praticamente nenhum representante da elite agrária em que se encontrava a força "patriota" da província.

O Ceará vivia um dos períodos mais trágicos de sua história. O ano de 1825 herdara os resquícios da Confederação. Nos sertões, grupos de populares, armados na refrega, vagavam sem rumo certo, matando, espancando ou expulsando remanescentes liberais ou indivíduos acusados de cumplicidade com a República. Saqueavam propriedades, estupravam mulheres, praticavam vinditas pessoais. Essa gente só chamava de patriota a pessoa que possuísse alguma coisa. Espalhava-se que os patriotas queriam escravizar a classe pobre. Todos se valiam dessa evasiva para matar e roubar (MONTENEGRO, 1980: 17).

Depois veio uma grave seca – as poucas chuvas de 1824 sequer caíram em 1825 e 1826. Muitas áreas do sertão e fazendas foram abandonadas, fugindo as pessoas da estiagem ou dos grupos armados famintos. Estes invadiam vilas, armazéns, latifúndios atrás de comida. A mortalidade foi alarmante. Multidões migraram para os centros urbanos em busca de uma maior assistência. Quedavam cadáveres insepultos pelas estradas, campo, praças e ruas. Homens, mulheres, crianças, velhos, esqueletos cobertos de peles, mendigavam em desespero por um punhado de farinha seca. A caridade do poder público resumia-se a cercar áreas com estacas para fazer sepultar aqueles infelizes. O governo imperial, apenas em 1827, quando a seca mal passara, mandou alguma pouca farinha para o Ceará.

Na sequência de tragédias, aparece a varíola (popularmente chamada de bexiga). Indivíduos cheios de pústulas por todo o corpo amontoavam-se nas vilas, num quadro dantesco de dor, sofrimento e morte. Para agravar as coisas, nessa época o governo central

passou a convocar voluntários no objetivo de lutar na Guerra da Cisplatina (conflito com a Argentina e no qual o Uruguai se emanciparia do Brasil). Jacob Niemeyer, como bom preposto do Império e visando diminuir a tensão social no Ceará, se empenhou nesse recrutamento militar.

Humildes sertanejos eram tirados à força da terra natal, algemados, jogados nos porões imundos de navios (muitos aí pereciriam) e conduzidos para a luta – e na maioria das vezes, para a morte – na região platina. Mais de 2600 cearenses foram recrutados, entre os quais índios e até crianças de 12 anos.

Embarque de tropas brasileiras para a Guerra da Cisplatina, no Rio de Janeiro. O confronto desgastou ainda mais a imagem de Pedro I. Gravura de Debret

O fato revoltava e teria grave repercussão na assembleia legislativa do Império (...) em várias sessões da Câmara dos Deputados, notadamente nas sessões de agosto de 1826, foi o assunto objeto de agitados debates e protestos veementes de alguns deputados (CÂMARA, 1970: 167).

Por fim, as autoridades imperiais constataram os abusos cometidos por Jacob Niemeyer e resolveram levá-lo a Conselho de Guerra e afastá-lo, em seguida, do Ceará (1828). Cabia-lhe a responsabilidade não pelo recrutamento em si – recomendado pelos órgãos superiores do Império – mas pelas condições desumanas e bárbaras em que este se deu.

Estima-se que um terço dos cearenses morreu em virtude da Confederação do Equador, assassinatos posteriores, peste, fome, emigração e recrutamento. A economia local, já em crise, abalou-se ainda mais com esses eventos. Os minguados recursos da província foram gastos na revolução ou na repressão. A mão de obra do setor produtivo deslocou-se para a luta armada. Os confrontos destruíram boa parte das lavouras, quadro agravado com a seca – daí tanta fome. Para complicar, os lucros cearenses reduziram-se ainda em virtude da diminuição da demanda externa pelo algodão brasileiro e da baixa do produto no mercado internacional.

O Ceará demorara alguns anos para se recuperar daqueles eventos. Mas quando o fazia, eclodiu outro movimento armado na província, conservador e monarquista, ligado à renúncia de D. Pedro I do trono brasileiro – era a Sedição de Pinto Madeira (NOGUEIRA, 1889); GIRÃO, 1985).

10.2 A DESFORRA LIBERAL

Na madrugada de 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou do trono brasileiro, pondo um fim melancólico ao Primeiro Reinado. Enquanto o herdeiro Pedro de Alcântara fosse menor de idade, seria o Brasil governado por uma Regência, conforme determinava a Constituição de 1824. O Período Regencial (1831-40) foi bastante agitado com vários segmentos sociais promovendo revoltas, inclusive os partidários do ex-imperador, reunidos no chamado Partido Caramuru.

Foi somente a 13 de maio de 1831 (mais de um mês depois), com a

chegada de um navio inglês, vindo de Pernambuco para Fortaleza, que os cearenses souberam da abdicação de D. Pedro I. Os segmentos liberais, adesistas e mesmo populares saíram às ruas para celebrar o acontecimento, e a machadadas derrubaram a forca do Campo da Pólvora (no atual Passeio Público) a qual deveria ter sido usada para executar os revolucionários de 1824. Plantaram-se árvores, simbolizando a liberdade, e celebraram-se te-deum. Tiros de artilharia e som de fogos ecoaram pela capital em comemoração, as casas iluminaram-se durante a noite, como era comum em festividades desta natureza. Gritos de vivas eram dados à Regência e a Pedro II. O mesmo ocorreu em muitas outras vilas interioranas.

Lembra Gustavo Alencar que "tais comemorações simbolizavam o início de um novo momento, demarcavam uma temporalidade. Selava um acordo em que as instituições do Estado na província e demais autoridades públicas aceitavam a nova organização administrativa do Estado nacional e coadjuvariam na manutenção da ordem social instituída, assegurando a legitimidade do novo governo. Era também uma forma pedagógica de colocar o "povo", espectadores daquelas cerimônias, em aceitação a um projeto político" (ALENCAR, 2014: 62).

Os liberais moderados, após abdicação do imperador, assumiram o comando do governo regencial na capital do País e por extensão, o controle das províncias. No Ceará, o grupo "patriota" tinha muitas contas a acertar com os "corcundas". Mesmo que a maioria dos liberais tivesse abandonado as ideias radicais republicanas e aceitasse a subordinação ao poder central que se estruturava em torno do Rio de Janeiro, não esqueceram os momentos de terror que passaram em 1817, 1824 e nos anos posteriores. Os liberais agora perseguiriam os antigos algozes. "Corcundas" e também portugueses eram depostos dos cargos públicos civis e militares. "Estavam em jogo não apenas a sucessão administrativa do Império, mas questões de identidade nacional, interessando-se buscar elementos que permitissem distinguir o ente brasileiro do estrangeiro" (ALENCAR, 2014: 63). Era o momento da desforra liberal. Um dos inimigos, porém, merecia atenção especial: o coronel de milícias Pinto Madeira.

Joaquim Pinto Madeira era um influente latifundiário da vila de

Jardim, monarquista convicto, inimigo radical do liberalismo e do próprio constitucionalismo imperial. Nascera em 1783, em Barbalha e, ao que consta, teve educação modesta, seguindo carreira militar. Adquiriu prestígio e poder na região do Cariri, uma das áreas mais importantes do Ceará no começo do século XIX – como vimos nos capítulos anteriores, o Cariri e o Vale do Jaguaribe eram as mais populosas e ricas da província. Em 1817, combatera o movimento republicano do Crato e escoltara os Alencar presos para Icó – daí veio uma rixa pessoal com aquela família. Em 1824, liderou as tropas "corcundas" contra a Confederação do Equador, chegando, inclusive, a invadir e saquear o Crato, promovendo diversos assassinatos e espancamentos.

A fidelidade de Madeira a D. Pedro I logo gerou frutos. Em 1827, foi agraciado com a patente de coronel e o posto de comandante geral das armas do Crato e Jardim, contando, inclusive, com a proteção de Conrado Jacob Niemeyer, o presidente da Comissão Militar que condenara à morte os confederados cearenses.

O prestígio de Pinto Madeira – chamado pelo povo de "governador do centro" –, despertou não só a fúria dos "patriotas", especialmente do Crato, bastante enfraquecidos após o fracasso da Confederação, mas de próprios conservadores, descontentes com o que consideravam excessivos poderes do coronel. Dessa forma, em 1825 e 1826, desafetos obtiveram a prisão do coronel duas vezes, sob a acusação de que sendo absolutista, estava tentando derrubar a ordem constitucional. Pinto Madeira também foi vítima de vários processos e ganhou a antipatia do presidente da província, Manuel Pereira da Silva (1829-30), pelos excessivos poderes que o coronel demonstrava no sul-cearense. No entanto, a fragilidade das denúncias e a influência do coronel junto ao imperador não o mantiveram no cárcere.

Isso mudou com a renúncia de D. Pedro I. Os segmentos liberais do Crato conseguiram, em julho de 1831, a cassação do posto de coronel de milícias de Madeira, sob o pretexto de que havia sido ilegalmente promovido. Determinaram ainda a prisão do líder jardinense. Ao mesmo tempo, o novo governo interino da província, nas mãos de Manuel Antônio da Rocha Lima, determinou o início de uma devassa contra os habitantes de Jardim. Acusavam Madeira

de estar preparando uma revolta de cunho restaurador, visando reconduzir D. Pedro I ao trono.

Ante as ameaças e perseguições dos liberais e, de fato, estando ligado a conspirações absolutistas e restauradoras nacionais, Pinto Madeira partiu para o embate. Contando com influência sobre a população da vila de Jardim, e tendo o estímulo de Pe. Antônio Manuel de Sousa, passou a articular uma revolta. Mais uma vez os sertões seriam banhados por lágrimas e sangue (PINHEIRO, 1963; FILHO, 1964; MONTENEGRO, 1976; BRITO, 1979; MONTENEGRO, 1980; GIRÃO, 1985; FELIX, 2010).

10.3 A CAUSA DA SEDIÇÃO

Por Sedição de Pinto Madeira entendemos a guerra civil ocorrida no Ceará entre 1831-32, no contexto da abdicação de Pedro I. Uma versão mais tradicional vinculava o conflito a fatores locais, fruto do enfrentamento entre coronéis de Crato e Jardim, os quais disputavam o domínio político do Cariri (MONTENEGRO, 1976). Uma nova versão, apresentada pela historiadora Keile Socorro Leite Felix, ainda que não desconsidere esses elementos locais, enfatiza as conexões regionais e nacionais como importantes também para a eclosão da revolta.

Os primeiros tempos do século XIX caracterizaram-se pela extrema rivalidade entre aquelas vilas caririenses. Foi para escapar à autoridade de José Pereira Filgueiras, capitão-mor do Crato, que o cunhado deste, José Alexandre Correia Arnaud, rico proprietário jardinense, obteve em 1816, conforme ordem de D. João VI, a elevação de Jardim à condição de vila. Contra a medida se opuseram, irritadiços, os cratenses, pois tiveram reduzidos o domínio político e territorial que até então exerciam no Cariri.

A partir daí, as oligarquias de ambas as vilas tomaram partidos opostos: o Crato posicionou-se pela causa liberal-republicana e Jardim pelas ideias monarco-absolutistas[11]. Durante o I Reinado

(1822-31) Pinto Madeira conseguiu grande poder e prestígio, obtendo para seu grupo as posições milicianas importantes do Cariri. Mas, com a renúncia de D. Pedro I, esse domínio ficou ameaçado, levando Pinto Madeira ao confronto armado.

Afora esse fator interno, questões nacionais levaram também à insurreição. Pinto Madeira, Pe. Antônio Manuel de Sousa e outros elementos de Jardim eram membros da Sociedade Secreta Coluna do Trono e do Altar, sediada no Recife. Essa entidade possuía tendência absolutista e antiliberal e defendia, em nome da religião católica, uma monarquia "sem trambolho", ou seja, sem Constituição. Acreditava que a Constituição de 1824 era responsável por todos os males do País. É que ela retirava do soberano a autoridade necessária para a manutenção da ordem, para a guarda da propriedade, para a proteção do status quo ameaçado pela "canalha anárquica". A Coluna consideraria forçada a renúncia de D. Pedro I, e por isso, através do contato com políticos restauradores em vários pontos do País, como Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba, passou a articular revoltas visando criar um clima propício à volta do ex-monarca. Pinto Madeira faria parte dessas articulações no Ceará – durante a revolta, inclusive, chegou a lançar um manifesto pedindo o regresso de D. Pedro ao trono.

Para Keile Socorro Leite Fêlix, Madeira e integrantes da sociedade Coluna do Trono e do Altar, principalmente de Pernambuco, já estariam se articulando desde o final dos anos de 1820 para derrubar o constitucionalismo, que acreditavam ter sido imposto a Pedro I. Com a abdicação de Pedro I, as articulações se voltaram para o retorno do imperador ao trono – não foi por acaso que aconteceu em Pernambuco e Alagoas (1832-35) a chamada Revolta dos Cabanos, de cunho restaurador mais ou menos na mesma época da sedição de Pinto Madeira no Ceará.

Keile Fêlix lembra o fato de Joaquim Pinto Madeira ter viajado para Pernambuco de abril para maio, ou seja, depois das noticias da Abdicação, pois essa viagem pode ter sido "motivada para que os seus membros [da coluna] pudessem fazer uma reunião para discutir os últimos acontecimentos e decidir quais estratégias iriam realizar, como aceitar a Abdicação sem contestações ou lutar para

reempossar o antigo Imperador" (FÊLIX, 2010: 143).

A historiadora lembra ainda que possivelmente o objetivo de Madeira e dos demais revoltosos das províncias vizinhas que defendiam o retorno de Pedro I seria separar as províncias do norte e formar um Império chamado "Amazonas" ou "Equador".

Num misto de crenças de que D. Pedro havia sido forçado a renunciar e insatisfeito com as perseguições feitas pelos liberais cearenses, Madeira pegou em armas, aproveitando-se de sua grande popularidade entre as massas e, vale ressaltar, das crenças de amplas parcelas da população acerca das relações entre monarquia e o divino. Nesse sentido, foi importante a atuação do carismático padre Antonio Manoel de Sousa em obter a participação dos setores mais marginalizados da sociedade na revolta. Naquela conjuntura do pós-abdicação, Madeira tinha muitos motivos para querer uma ordem política absolutista sob o comando de Pedro I. Assim, não se pode dizer que a revolta aconteceu apenas por rixas locais. Tais disputas existiam, em verdade, mas tendo relação direta com as disputas nacionais. Foi a alteração do comando do poder central que agravou as disputas pelo poder provincial (FELIX, 2010).

"Considero importante ressaltar a participação do padre Antônio Manuel de Sousa na 'Sedição de Pinto Madeira'. Nascido no Rio Grande do Norte, em 1776 e ordenado no Seminário de Olinda, para muitos historiadores o religioso teria sido o autor intelectual da revolta. Homem de grande inteligência e de conhecimentos, mas de paixões violentas, como afirmou João Brígido, é atribuída a ele a autoria dos escritos assinados por Pinto Madeira durante a rebelião. (....) Além de ser o "estrategista" do movimento de 1832, o padre Antonio Manoel de Souza participou ativamente dos conflitos ocorridos durante a rebelião, chegando algumas vezes a comandar uma tropa, enquanto Pinto Madeira comandava outra. Entretanto, a participação mais curiosa do padre na Revolta de 1832, deveu-se ao fato do mesmo ter armado seus correligionários com cacetes de madeira que a ele eram conduzidos para benzê-los. Dada a grande quantidade de cacetes que se prenunciava para receber a bênção, utilizou-se da ágil prática de escolher uma mata inteira de onde seria retirada a madeira para a confecção dos cacetes e pronunciou a sua bênção sobre a mata inteira. Em decorrência deste fato,

passou a ser chamado de Padre ‘Benze Cacetes” (LEITE, 2013:7)

10.4 O INÍCIO DA REVOLTA

Com a sucessão dos fatos, Pinto Madeira e o Pe. Antônio Manuel começaram a recrutar para a luta vários sertanejos, os quais, sem armas de fogo em número suficiente, eram munidos de cacetetes, devidamente abençoados pelo religioso e que seriam capazes de transmitir invulnerabilidade a quem deles se servisse. Na crença das massas, a arma possuía propriedades milagrosas, estando protegido por Deus quem as manipulasse. O Pe. Antônio, por esse motivo, passou a ser conhecido como “padre benze-cacetes”!

A notícia, segundo a qual, do Crato partiriam tropas para capturá-lo em Jardim fez Pinto Madeira e seus quase três mil “cabras” iniciarem antecipadamente a marcha sobre a vila inimiga (23 de dezembro de 1831).

Ao saberem da vinda do exército madeirista, os homens do Crato apressaram seus preparativos e também se puseram em marcha. A 27 de dezembro, no local chamado Buriti, próximo à Barbalha, deu-se o encontro dos dois exércitos em uma sangrenta batalha. As forças absolutistas massacraram os liberais, e no dia seguinte, conquistaram a vila cratense, pratcando assassinatos. Entre os mortos, um liberal governista, José Pinto Cidade, rico proprietário local, cujo assassinato serviria, após a derrota da sedição, como pretexto para fuzilamento de Pinto Madeira.

Tomando conhecimento dos confrontos na região caririense, o governo provincial, entregue desde 8 de dezembro de 1831 ao liberal José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, decidiu intervir ao lado dos cratenses. Mariano havia, inclusive, participado da Revolução de 1817 em Pernambuco, episódio no qual estreitou laços com a família Alencar. O novo governador enviou ao Cariri tropas sob a chefia de Francisco Xavier Torres, comandante de armas do Ceará. Informações davam conta que Madeira tencionava

atingir Fortaleza e depor o presidente.

Confrontos violentíssimos ocorreram ao longo de nossa história, entre eles a Sedição de Pinto Madeira.

Diz o historiador Jean Carlos Soares Pereira que “(...) a rebelião de Pinto Madeira chegou adentrar pelo sertão pernambucano. O medo de um levante dos colunas se tornou ainda maior no Recife. Várias medidas institucionais foram tomadas ao longo de todo o ano de 1831 e no início de 1832, com o intuito de enfraquecer as possíveis aspirações restauradoras em Pernambuco. Acrescentando-se o envio de tropas ao sertão cearense para ajudar no combate contra as milícias armadas com cacetes benzidos” (PEREIRA, 2009: 3).

Bandeira do Brasil Império: o centralismo e a unidade territorial foram impostos à força

Em Várzea Alegre, a 6 de fevereiro de 1832, aconteceu o primeiro embate das forças governistas com os sediciosos, os quais, derrotados, fugiram para o Alto Cariri. O governo cearense põe a prêmio a cabeça de Pinto Madeira e do vigário Antônio Manuel de Sousa.

Dias depois houve novos confrontos em Barbalha e no Sítio Coité (pertencente ao coronel), vencidos pelo exército madeirista. Tais vitórias motivaram os rebeldes a atacar Icó, onde se encontrava o grosso das tropas liberais.

No Icó, travaram duas das mais brutais batalhas da história cearense, quando as forças de Pinto Madeira, sofrendo mais uma derrota, bateram em retirada para o Crato (4 de abril). Nesse combate, além de 100 mortos e mais de 200 feridos, foram feitos 20 prisioneiros absolutistas, que, enviados a Fortaleza, acabaram impiedosamente castrados e assassinados no caminho. Diz a tradição que, voltando ao Icó, os chefes daquela escolta afirmaram

que os presos morreram porque, tendo jantado carne com pirão escaldado, ao passarem o rio, acabaram todos estuporados.

Ainda em abril, após difícil viagem (foi pesado o inverno de 1832), o presidente José Mariano assumiu pessoalmente o comando das tropas legalistas, passando a promover grande perseguição aos sediciosos. Os liberais venceram confrontos em Cachoeirinhas (perto de Santanópoles, a 13 de junho), em Emboscada (Missão Velha, a 22 de junho) e tomaram Crato e Jardim (a 24 de junho e 8 de julho, respectivamente), vilas abandonadas pelos madeiristas.

As derrotas, as deserções, a falta de munições e de alimentos reduziram drasticamente as forças rebeldes, embora Pinto Madeira e Pe. Antônio Manuel continuassem resistindo.

A 31 de agosto de 1832, José Mariano passou o comando das tropas legalistas e liberais a Pedro Labatut, mercenário francês, enviado pela Regência para combater a revolta restauradora de Madeira. O novo comandante buscou colocar fim à sedição, prometendo garantia de vida aos revoltos que se rendessem – tal postura levou Labatut a se atritar com o presidente da província, desejoso de ver o total esmagamento do coronel absolutista (PINHEIRO, 1963; FILHO, 1964; MONTENEGRO, 1976; BRITO, 1979; MONTENEGRO, 1980; GIRÃO, 1985; BARROSO, 2004; FELIX, 2010).

10.5 DERROTA E MORTE DE PINTO MADEIRA

Sem perspectivas de triunfo, Pinto Madeira dispensou suas tropas (muitos dos sediciosos fugiram em desespero pelos sertões, devastando e saqueando as áreas por onde passavam) e a 13 de outubro de 1832, ao lado de Pe. Manuel de Sousa e de centenas de homens, depuseram as armas e se entregaram a Labatut. Os líderes absolutistas, contudo, temendo o ódio dos governantes locais, solicitaram que fossem conduzidos ao Rio de Janeiro, para ficarem à disposição da Regência. Labatut concordou com tal pedido e os

encaminhou ao Recife.

Mesmo assim a paz definitiva não chegou à província. Estando o povo ainda armado, os combates esporádicos, saques, assassinatos e vinganças pessoais continuavam a sacudir os sertões cearenses. Vários elementos do exército madeiristas acabaram sumariamente executados.

De Pernambuco, após um ano de prisão, Madeira e Pe. Manuel esperavam que fossem levados para a capital do Império. Mas isso não ocorreu, pois, obedecendo-se às normas do Código do Processo Criminal do Império – e ao desejo de vingança liberal – acabaram retornando ao Ceará, onde deveriam ser julgados (agosto de 1833).

Contudo, ficaram pouco tempo no Ceará. O presidente José Mariano, temendo que a presença dos líderes reacendesse os focos de revolta ou estimulasse alguém a libertá-los, manobrou a ida dos mesmos para o Maranhão, para que lá ficassem até a pacificação total da província.

Somente em 15 de outubro de 1834, é que Pinto Madeira mais uma vez regressou ao Ceará. O padre Antônio, por motivo de doença, permaneceu no Maranhão.

Naquele momento, porém, o Ceará era presidido por José Martiniano de Alencar, o mesmo das revoluções de 1817 e 1824, o inimigo político e pessoal de Madeira. Alencar, segundo muitos historiadores, teria então usado do cargo para influir no julgamento e condenar o coronel.

Dessa maneira, Pinto Madeira foi apressadamente encaminhado para o julgamento no Crato – reduto maior de seus inimigos liberais. O júri, presidido pelo leigo José Vitoriano Maciel e composto por rivais do réu, não escondeu o faccionismo. Algumas testemunhas chegaram a ser agredidas por protestarem contra a deturpação dos depoimentos.

Assim o esperado aconteceu: o réu foi condenado à pena capital, não pela sedição em si, mas pelo já citado assassinato de José Pinto Cidade – a razão para tanto é fácil de entender: conforme o Código Criminal do Império, o crime de homicídio era punível com a pena

de morte, enquanto o crime de revolta, não. O mais absurdo é que, contrariando a legislação da época, não foi dado a Pinto Madeira sequer o direito de recorrer da sentença.

Madeira deveria ser executado na forca, mas, atendendo-se a apelo seu, que invocou a condição de militar, acabou arcabuzado a 28 de novembro de 1834, no subúrbio cratense de Alto Vermelho. Os bens do coronel foram sequestrados e leiloados por quantias insignificantes, indo parar nas mãos de um dos interessados na condenação.

A morte de Pinto Madeira teve muita repercussão até no parlamento imperial, onde deputados acusavam Alencar de ser coautor daquele "assassinato jurídico". O governo regencial chegou a determinar a apuração enérgica das responsabilidades, o que, não obstante, ficou sem maiores consequências. José Martiniano de Alencar, por sua vez, negou sempre qualquer participação no destino trágico de Madeira.

O Pe. Antônio Manuel de Sousa teve mais sorte. Seria julgado somente em 1837, quando, com as coisas mais calmas e ajudado pelas repercussões negativas da condenação do coronel, foi absolvido. Mas não voltou logo para Jardim. Só o fez em 1846, muito pobre, velho e doente, quase de todo desamparado. Faleceria em 1857.

Terminada a sedição, Pinto Madeira passou a ser visto como mártir. As massas caririenses rezavam pedindo sua proteção para aqueles que morriam pecando. Até alguns historiadores o incensaram, talvez pelas injustiças das quais fora vítima na fase processual.

A Sedição de Pinto Madeira pode ser vista como um perfeito exemplo das mudanças que ocorriam nas relações entre Estado e proprietários de terra no Brasil Império. Os latifundiários deveriam cada vez mais submeter-se ao centralismo que o Império impunha e ocupar cargos no Estado para obter/aumentar o prestígio e defender-se das perseguições dos adversários (ou persegui-los). O coronel de Jardim, ironicamente, acabou experimentando a proteção e, depois, a mão forte e repressora do Estado.

Madeira desfrutou de muita influência enquanto D. Pedro

governava o Brasil. Após a abdicação deste, o coronel sofreu intensa perseguição dos inimigos liberais que assumiram postos-chave no Estado. Talvez por achar que não tinha outras opções para escapar às perseguições ou por imaginar-se em condições de enfrentar o Estado imperial em vias de centralização, Joaquim Pinto Madeira partiu para o confronto armado e, da mesma forma que Tristão Gonçalves e Pereira Filgueiras, pagou com a vida essa ousadia. Cada vez mais ficavam distantes os tempos em que um senhor de terra e grupos de “cabras” marchavam sobre a capital e derrubavam as autoridades constituídas. O centralismo se estruturava e se impunha vitoriosamente no País sobre a autonomia local (PINHEIRO, 1963; FILHO, 1964; MONTENEGRO, 1976; BRITO, 1979; MONTENEGRO, 1980; GIRÃO, 1985; BARROSO, 2004; FELIX, 2010).

Capítulo 11

O Ceará regencial

11.1 OS DONOS DO PODER Chama-se tra

Essa conjuntura não deixaria de ter implicações no Ceará. O período de 1831 a 1834 foi tambem um momento politico dos mais conturbados na província cearense, quando as disputas entre os grupos locais se acirraram profundamente, o que ficou evidente na Sedição de Pinto Madeira (estudada no capítulo anterior). As tendências centralizadoras, contudo, prevaleceram, o que pode ser notado pelo fuzilamento de Pinto Madeira, a repressão a revoltas populares (como a Balaiada, no Maranhão, que também atingiu o Ceará, conforme veremos no fim deste capítulo) e a nomeação de presidentes provinciais alinhados aos interesses do governo central do Rio de Jameiro.

Diante do centralismo que se impunha cada vez mais vitorioso, os grupos políticos dominantes do Ceará buscaram melhor organizarem-se em partidos, os quais, na verdade, não passavam de agrupamentos de indivíduos com quase nenhum conteúdo ideológico. O fato de aderir a um ou outro partido ou facção constituía-se apenas um meio de chegar ao governo/cargos no Estado que se estruturava, de conquistar objetivos pessoais ou manter o predomínio em uma localidade ou na própria província. Tais partidos estavam nas mãos de influentes oligarquias familiares ou clãs fazendeiros. Os segmentos populares, pelo próprio sistema de voto censitário, pelo regime da escravidão, por sua falta de instrução, etc., encontravam-se excluídos de qualquer participação eleitoral.

De norte a sul, revoltas eclodiram durante a Regência, colocando em risco a ordem social e a unidade territorial do Brasil

No Ceará, os partidos políticos começaram a se esboçar por volta de 1820. Como de resto no Brasil, eram fracos e desordenados, restritos às opiniões divergentes de indivíduos que se fundavam em um conservadorismo imperial (“corcundas”) ou em um liberalismo mais de fachada (“patriotas”).

Seria apenas na Regência que essas dispersas correntes políticas tomariam novos rumos, ganhando mais consistência. Isso porque com o Ato Adicional de 1834 (que criou as assembleias legislativas provinciais), muitos poderes constitucionais, antes pertencentes às câmaras municipais, passaram para as assembleias provinciais, trazendo a necessidade das elites formarem alianças mais abrangentes para conservar o poderio e a dominação da província.

Eram precisas alianças maiores não apenas para defender os interesses dos setores economicamente dominantes quando das votações nas sessões ordinárias da Assembleia, mas para eleger seus próprios representantes no legislativo. Nas eleições, era necessário grande número de votos, sendo importante, para tanto, construir laços com indivíduos ou famílias de várias regiões da província.

Com isso, estruturou-se melhor uma unidade política da província, que até então ainda apresentava áreas (ribeiras) mais ou menos dispersas (Acaraú, Siará/Fortaleza e Jaguaribe/Cariri, conforme vimos no capítulo 6).

O historiador Almir Leal adverte para a dificil caracterização desses grupos uma vez que a sua coesão interna era fragil e os seus principios ideologicos moldavam-se de acordo com os interesses locais e com os rumos da politica nacional. Muitas vezes as posturas politicas mudavam radicalmente de acordo com a ocasião propícia ou não para a manutenção dos interesses locais. Mesmo assim, uma demarcação das fronteiras desses grupos se faz necessária, na medida em que as questões por eles colocadas foram orientadoras da vida partidária que se estabeleceu no Ceará (OLIVEIRA, 2009: 23).

Quando da eleição dos 28 membros da Assembleia Provincial (instalada a 7 de abril de 1835), havia no Ceará duas parcialidades: liberais ou “chimangos” de um lado, e conservadores ou “caranguejos” do outro.

No Partido Liberal ou Chimango, chefiado pelo então presidente da província Pe. José Martiniano de Alencar, enfileiravam-se as mais importantes famílias latifundiárias cearenses, das quais faziam parte os antigos “patriotas”, remanescentes dos movimentos de 1817 e 1824. Defendiam alguma autonomia para as províncias (mas mantendo a monarquia e o Estado nacional) e combatiam tanto os ultraconservadores (que desejavam a volta da colonização do Brasil por Portugal ou o regresso de Pedro I) e os radicais republicanos que faziam revoltas Brasil afora. Mantinham bons contatos com o grupo moderado do Rio de Janeiro que passou a deter poder e prestígio após a abdicação de Pedro I.

Além do clã Alencar, originário do Cariri, estava no Partido Liberal

o grupo de Francisco de Paula Pessoa. Este era irmão do participante da Confederação do Equador, João de Andrade Pessoa Anta, e um rico pecuarista da zona de Sobral, Granja, Acaraú, Santa Quitéria, Ipu, entre outras vilas – elegeu-se senador em 1848, sendo chamado pejorativamente pelos adversários de "Senador dos Bois", em virtude de suas muitas fazendas, poucas letras e comportamento rude.

Uma outra ala do partido era a de Manuel do Nascimento Castro e Silva, figura máxima de um agrupamento familiar ligado à criação de gado e comércio com influência em Aracati, Fortaleza, Aquiraz e Cascavel. O poderio econômico se refletiu em espaços do poder político, com os Castro e Silva ocupando cargos burocráticos civis e militares, aliados aos "corcundas" e Pedro I. No contexto da crise e abdicação do primeiro imperador, Manuel do Nascimento, possivelmente por conveniência política (manter os cargos e prestígio político) se aproximou dos liberais moderados e de Alencar. Apesar de ter perdido em 1832 uma vaga no senado para o próprio José Martiniano de Alencar, Manuel do Nascimento Castro e Silva ocupou o cargo de Ministro da Fazenda da Regência entre 1833 e 1837.

Era tão grande o domínio de Manuel do Nascimento e José Martiniano na agremiação que o Partido Liberal era chamado de grupo Castro-Alencarino. Estavam ainda nessa corrente os Feitosa do Inhamuns e, a princípio, os Fernandes Vieira, do vale do Jaguaribe (Saboeiro). Estes eram capitaneados por Francisco Fernandes Vieira, futuro Visconde do Icó, e passariam em 1837 para o lado conservador em virtude da queda dos "chimangos" do comando do Império e do predomínio de Castro e Silva e Alencar no Partido Liberal. O Visconde de Icó seria o pai de Miguel Fernandes Vieira, que chegou aos cargos de senador do Império e chefe do Partido Conservador (essa família, note-se, era chamada de "Carcarás" devido a uma fazenda pertencente a eles com tal nome em Saboeiro, nos Inhamus, terra natal do clã).

O Partido Conservador ou "Caranguejo" reunia, a princípio, comerciantes, militares e fazendeiros "corcundas", apresentando uma menor expressividade na política cearense durante boa parte da década de 30. Em geral, buscavam se acomodar ao centralismo

vindo do Rio de Janeiro e manter as hierarquias sociais, sem mudanças. A corrente “carangueja” ganharia nova vida com a saída do liberal Diogo Feijó do cargo de Regente Uno do Império, em 1837, e com a entrada no partido de novos membros, muitos dos quais jovens bacharéis recém-formados, com vocação política, e ricos latifundiários como os Fernandes Vieira. Pode-se citar como eminentes “caranguejos”, o comerciante e juiz Antônio José Machado (posteriormente senador, falecido em 1861 após exercer 43 dias de mandato), Jerônimo Martiniano Figueira de Mello (juiz de direito, de família pecuarista de Sobral), José Antônio Pereira Ibiapina (filho do confederado Miguel Ibiapina, juiz e deixaria a política para dedicar-se ao sacerdócio), Pedro José da Costa Barros (o presidente imperial deposto na Confederação do Equador e eleito senador em 1827), o militar Agostinho Tomás de Aquino (paraibano de nascimento, realizou no Ceará luta contrarrevolucionária em 1817 e 1824, e que, sendo partidário e amigo de Pinto Madeira, abandonou este nos momentos mais difíceis da sedição de 1832) e o fazendeiro João Barbosa Cordeiro.

No Período Regencial os “chimangos” permaneceram a maior parte do tempo no governo, com os presidentes José Mariano de Albuquerque Cavalcante (1831-33), Inácio Correia de Vasconcelos (1833-34) e José Martiniano de Alencar (1834-37). Com a queda de Diogo Feijó, iniciam-se as indicações de presidentes “caranguejos”: Manuel Felizardo de Sousa e Melo (1837-39), João Antônio de Miranda (1839-40) e Francisco Sousa Martins (1840). José Martiniano de Alencar seria o primeiro governador cearense no II Reinado, administrando a província entre 1840-41 (CAMARA, 1970; PAIVA, 1979; MONTENEGRO, 1980; CHANDLER, 1980; GIRÃO, 1992; CORDEIRO, 1997; COSTA, 2000; OLIVEIRA, 2009; ARAUJO, 2011; ALENCAR, 2014).

11.2 O PODER DOS DONOS

Já foi dito que a derrota da Confederação do Equador simbolizou uma importante vitória do Estado centralizado que se formava

sobre a autonomia local. Obviamente esta não desapareceu por completo – os senhores proprietários continuariam a gozar de influência em suas localidades e na província – mas sim modificou-se, ensejando à aristocracia rural a necessidade cada vez maior de controlar a máquina pública para manter os privilégios e defender-se dos adversários.

Era uma espécie de acomodação política diante do centralismo monárquico. Em uma província pobre como o Ceará, economicamente frágil no contexto nacional – fragilidade também característica de suas elites – não havia muitas maneiras de barrar a centralização do poder, embora ocorressem exemplos de resistência e de atrito com o Estado, como no caso da Sedição de Pinto Madeira.

No período monárquico brasileiro (1822-89), as províncias foram sendo reduzidas à condição de simples divisões territoriais, sem qualquer autonomia administrativa significativa – verdade que, na Regência, houve um afrouxamento na política centralizada do Império, mas essa fase foi curta e não implicou nenhuma mudança substancial nas diretrizes administrativas implantadas com a independência.

Os presidentes das províncias eram nomeados pelo imperador (ou no caso, pela Regência), não tendo, no geral, nenhum vínculo com as terras as quais governariam, desconhecendo-as política e economicamente. Os governantes provinciais modificavam-se conforme mudavam os governos centrais das cortes, no Rio de Janeiro.

Em consequência, constituía-se rotina que o presidente se unisse à oligarquia local de seu partido e administrasse com mão-de-ferro, perseguindo os adversários e beneficiando os correligionários. Era comum ocorrerem as denominadas “derrubadas”, isto é, o grupo que galgava o governo promovia a total substituição do funcionalismo público, com seus partidários passando a ocupar todos os cargos da máquina pública.

Os donos do poder não hesitavam em lançar mão de fraudes e da violência para garantir seus triunfos eleitorais. Possuiria o Ceará durante todo o Império oito representantes na Assembleia Geral

(equivaleriam hoje aos deputados federais) e quatro senadores (escolhidos pelo poder central numa lista tríplice eleita na província). Na realidade, os deputados gerais, os senadores e os próprios deputados provinciais eram designados e eleitos, muitas vezes, pelo governo monárquico. Com a força do Estado, com a fragilidade das oligarquias provinciais e utilizando-se de toda sorte de falcatruas, os favorecidos pela Coroa quase sempre triunfavam nos pleitos eleitorais, numa espetacular simulação de democracia liberal.

Como diz Maria Arair Pinto Paiva, para os fazendeiros era vital a eleição de seus candidatos e o fortalecimento de seu partido na província, pois, desse modo, seu poder não seria dividido com estranhos, capazes de contrariar sua vontade para impingir-lhes a do Estado. Se seu partido estivesse em cima [ou seja, no governo], este fato lhe garantiria o controle do poder estatal. A indicação ou a eleição de elementos seus para os diversos cargos da administração em geral e da justiça, saíam de suas algibeiras (PAIVA, 1979: 57).

Vários episódios do período regencial servem de exemplo sobre como as oligarquias usavam a da máquina pública para perseguir desafetos.

Na gestão de José Martiniano de Alencar (1834/37), os opositores "caranguejos" fundaram no Ceará o jornal A Oposição Constitucional objetivando melhor divulgar suas críticas. Todavia, o periódico não passou do sétimo número. De maneira truculenta, Alencar mandou recrutar o impressor tipográfico do jornal e o embarcou à força em direção ao Pará, embora existisse uma lei garantindo que esses profissionais não poderiam sofrer recrutamento militar. O protesto dos adversários foi geral, porém, a velha raposa liberal dissimulou, dizendo que o impressor era "avulso", pois não tinha vinculo de emprego definitivo.

Outro episódio do jogo político truculento e autoritário de então deu-se com o fuzilamento de Joaquim Pinto Madeira em 1834 (veja o capítulo anterior). Alguns cronistas e historiadores afirmam que Alencar influenciou o júri do Crato para condenar seu inimigo, num "assassinato jurídico". Ao réu nem sequer foi dado o direito de recorrer da decisão que o condenara à pena de morte.

O crime se acoitava sob a bandeira partidária. A impunidade do correligionário ou de seus protegidos constituía condição de solidariedade política, enquanto os “perversos” adversários eram sistematicamente perseguidos. Um dos fatos mais celebrados pelo senador Alencar em seu mandato foi o de ter combatido a “bandidagem” que grassava nos sertões. Para tanto, chegou a criar o Corpo Policial do Ceará, embrião da atual Polícia Militar. Não obstante, ao lado da perseguição aos grupos armados de populares que partiam para a vida marginal, Alencar igualmente combateu os “cabras” dos opositores, chegando ao ponto de prender líderes caranguejos, a exemplo de Alexandre Mourão e João André Teixeira Mendes (influentes proprietários das regiões de Sobral e Icó, respectivamente), entre outros. Poucos foram os administradores cearenses da monarquia e da república que adotaram postura diferente.

Não raras vezes, chefes políticos municipais, muitos com uma trajetória de assassinatos e outros crimes, eram chamados com seus grupos de “cabras” pelas autoridades constituídas para ajudar a “manter a ordem”. Para tais chefes, essas ajudas eram importantes, pois tinham o domínio político sobre certa região da província reconhecido e confirmado pelos poderes provincial e central (CAMARA, 1970; PAIVA, 1979; MONTENEGRO, 1980; CHANDLER, 1980; CORDEIRO, 1997; OLIVEIRA, 2009; ALENCAR, 2014).

Umas das figuras mais controvertidas do Ceará no século XIX foi o Pe. Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa, o célebre “Canoa-Doida”. Nascido no Crato, em 1803, ficou famoso pelas polêmicas nas quais se envolveu, por sua língua ferina e pelas fortes tiradas de humor e embaraçosas situações em que se saía quase sempre vitorioso, levando ao ridículo os inimigos e até os amigos.

Liberal, virou oportunamente “corcunda” com o fracasso da República do Equador. Também maçon e jornalista, ordenou-se padre pelo Seminário de Olinda, mostrando-se negligente no exercício da missão religiosa. Chamava aos fiéis de “queridos fregueses”. Certa vez chegou a reduzir pela metade o preço que cobrava pelos sermões, despertando a ira dos demais clérigos de Fortaleza. Apreciava celebrar muitas missas num só dia – para arrecadar mais réis...

Mulherengo, foi pai de quatro filhos, sendo expulso de várias vilas pelos paroquianos. Conta-se que, em1858, sendo enviado preso para Fortaleza, convenceu os humildes camponeses que o conduziam que por motivo de segurança era melhor que fosse amarrado – e ele, o prisioneiro, encarregou-se de obter as cordas! A repercussão do fato foi grande: um sacerdote sendo arrastado por cordas em plena via pública como perigoso criminoso! Tamanha foi a revolta popular que as autoridades foram obrigadas a libertar “Canoa-Doida” e punir os responsáveis...

Verdeixa morreria em 1872 – e até aí foi irreverente. Diz-se que ele, após ter recebido das mãos de um colega o sacramento da extremaunção, teria debochado: tenho sido tão caipora que até nos últimos instantes me mandam o padre mais burro da diocese que nem sequer sabe ler latim... (SOMBRA, 1996; FARIAS, 2006).

11.3 A GESTÃO DE JOSÉ MARTINIANO ALENCAR

Um dos políticos de mais prestígio no século XIX foi José Martiniano de Alencar, mais conhecido como Senador Alencar. Administrou o Ceará por dois períodos (1834-37/1840-41), deixando uma imagem de bom administrador e de um homem autoritário. “O Padre Alencar, como era chamado, usou de todas as armas que dispunha, legais ou não, para enfraquecer seus inimigos, assassinando, prendendo ou recrutando adversários político e os enviando para combater em rebeliões em outras províncias, como a Cabanagem no Pará” (ARAUJO, 2012: 53).

Na juventude, Alencar foi defensor das ideias liberais e republicanas, envolvendo-se nas revoltas de 1817 e 1824. Mas a Confederação do Equador mudou-lhe o perfil. Ao contrário de outros rebeldes, mortos com o fracasso da revolta (como seu irmão Tristão Gonçalves), Alencar, ao ser preso, negou seu envolvimento na conspiração e as próprias ideias, e jogou a culpa em outros confederados. Absolvido das acusações, passou a defender a ordem monárquica, dentro de um “liberalismo moderado”. Em 1829, Alencar elegeu-se deputado geral e, em 1832, senador do Império, obtendo projeção nacional, tanto que foi um dos principais articuladores da formação do Partido Liberal e do Golpe da Maioridade.

Assumindo o governo do Ceará em 1834, Alencar seria um legítimo representante do processo de centralização política que ocorria no Brasil. Sua gestão destacou-se por melhor buscar estruturar e interiorizar o Estado brasileiro no Ceará. Com o apoio recebido da Regência e do Ministro da Fazenda e aliado, Manuel do Nascimento Castro e Silva, somado a uma maioria na Assembleia Provincial, pôde o governo Alencar contar com uma grande autonomia de ação (ARAUJO, 2012).

Foram muitas as realizações materiais de Alencar – concebia-se à época “desenvolvimento” como melhoramentos na infraestrutura e na produção. Muitas dessas realizações foram centradas em Fortaleza, denotando o processo de hegemonização da capital, como principal núcleo urbano cearense. Mandou abrir várias estradas entre Fortaleza e distintas áreas da província (Messejana, Caucaia, Baturité, Sobral, Aracati, Icó, entre outras vilas), visando melhor escoar a produção mais também ampliando as áreas de contato e de

influência de Fortaleza. Apesar dessas construções, o número de estradas era ainda insuficiente para escoar a produção sertaneja, sem falar que a conservação das mesmas deixava muito a desejar.

As estradas visavam também melhor deslocar as tropas, tornando mais presente a força do Poder no interior. O presidente determinou, em 1835, a criação do Corpo Policial do Ceará, sob seu total controle. Como outros presidentes de províncias do Brasil, Alencar buscava melhor organizar a estrutura repressiva da província, tendo no Corpo Policial um instrumento de conservação da "ordem" e da "tranquilidade pública", ou seja, mantenedor das hierarquias sociais e políticas e subordinador das autonomias locais, conforme os rumos desejados pelas Cortes (Rio de Janeiro). Era mais uma evidência do centralismo que a ordem monárquica estava impondo no País, tentando evitar a fragmentação territorial e as revolta dos setores pobres da população.

Alencar também tentou melhor organizar no Ceará a Guarda Nacional, milícia criada nacionalmente em 1831 e composta por grandes proprietários de terra, constituindo-se mais um instrumento de manutenção da ordem imperial perante as revoltas que aconteciam Brasil afora – como não havia um forte sentimento nacional ou de hierarquia (os membros eram recrutados entre as camadas pobres, "perigosas"), o Exército não tinha a confiança das classes dominantes. "Mas, no Ceará, o que se percebeu foi que a Guarda Nacional só atuaria realmente quando as tropas de 1ª linha e a polícia não estivessem em condições de fazê-lo" (ALENCAR, 2014: 150). No governo de José Martiniano de Alencar também foi criada uma milícia auxiliar paralela à Guarda Nacional, as denominadas "Companhias Auxiliares de Polícia", composta por aqueles que "por falta de rendimentos" (renda anual de cem mil reis) não eram as guarda nacionais – seu objetivo, afora manter a ordem, era disciplinar a "gentalha" que dela fazia parte (ARAUJO, 2012).

Determinou também o presidente reformas no porto de Fortaleza, para melhor escoar a produção e receber adequadamente as embarcações mercantis, e a instalação de lampiões para a iluminação pública da cidade. Não obstante, o porto de Fortaleza continuaria extremamente precário e o embarque e desembarque de

mercadorias constituía-se quase uma aventura, havendo acidentes e mortes. Havia reclamações constantes sobre a escuridão das ruas da capital à noite – vale ressaltar que, apesar de comprados, os lampiões ficaram por anos sem funcionar, pois a Câmara de Vereadores de Fortaleza não tinha recursos para comprar azeite, combustível fundamental para a efetivação da luminária.

O liberal José Martiniano de Alencar fora revolucionário na juventude,

Alencar procurou estimular a produção agrícola. Deu especial atenção à agricultura, em particular à produção de algodão, que continuava a ser o principal produto de exportação cearense. Em seu sítio Alagadiço-Novo, em Messejana, instalou o primeiro engenho de ferro da província, vindo da França, e que produziria cachaça, rapadura e açúcar – usando trabalho escravo, ressalte-se. Decretou a isenção de taxas sobre chá, café e açúcar. Ofereceu prêmios aos melhores produtores e aos que construíssem em suas fazendas ou à margem de estradas, açudes de cal e pedra, objetivando minorar os efeitos das estiagens. Poucos açudes, porém, foram construídos.

Conforme as ideias difundidas entre as elites do século XIX, Alencar achava que os problemas da agricultura local se ligavam à "indisposição que se observa em nossa população para se empregar na lavoura" (apud ALENCAR: 2014: 128). Tal assertiva apenas denotava como os setores dominantes enxergavam preconceituosamente as classes inferiores da sociedade e os trabalhadores pobres livres – não se via a concentração da terra e da riqueza nas mãos das camadas proprietárias, nem as condições de exploração no trabalho à qual eram submetidas a massa pobre. Para contornar o que julgava "preguiça do povo", Alencar buscou estimular a imigração de colonos estrangeiros. Em 1837, chegaram 120 açorianos, que não tiveram muitos êxitos na produção agrícola – muitos ficaram ociosos e alguns se envolveram em casos de assassinatos e furtos.

Alencar também estabeleceu a arregimentação forçada por seis meses de sertanejos numa companhia de trabalhadores, visando a construção de obras públicas, como pontes e abertura de estradas. O trabalho, assim, continuava a ser visto pelos setores dominantes como prática disciplinadora e civilizadora de um povo atrasado. "Entretanto, como a maioria das iniciativas governamentais daquele período, o resultado não saiu como esperado. Em agosto de 1836, Alencar lamentava à Assembleia Provincial que a companhia não atingia os objetivos, pois o tempo de seis meses de serviço era pouco, assim como a pena de dois meses de prisão e de demissão

em caso de reincidência para punir os desertores, o que contribuía para o fato de ela ter apenas vinte homens naquela ocasião. Os interesses do povo não eram os mesmo do Estado. O que ia garantindo a execução das obras era o trabalho de africanos apreendidos" (ALENCAR, 2014: 135).

Outro grande empenho para fomentar o "desenvolvimento" da agricultura durante o governo de Alencar foi a criação, em 1835, do Banco Provincial do Ceará, embora este fosse um empreendimento privado (o primeiro do Brasil, por sinal). A função primordial do banco era possibilitar o financiamento do comércio e, sobretudo, da produção agrícola algodoeira, facilitando aos lavradores a obtenção de recursos para investirem em suas propriedades. A instituição foi acusada de favorecer particulares e faliu em 1839, acarretando um estrondoso prejuízo – chegou-se até a tentar o sequestro dos bens de José Martiniano por isso. Apenas no final do século XIX instalar-se-iam casas bancárias mais consolidadas na província.

Em 1837, quando caiu o governo regencial de Diogo Feijó, Alencar foi demitido. Mesmo sendo padre, José Martiniano viveu com uma prima, Ana Josefina, tendo como ela oito filhos, por "fragilidade humana" como disse em testamento. Entre tais filhos, o mais conhecido foi o homônimo José Martiniano de Alencar, escritor dos mais talentosos da literatura nacional. O padre faleceria no Rio de Janeiro em 1860 (CAMARA, 1970; PAIVA, 1979; MONTENEGRO, 1980; ARARIPE, 1995; CORDEIRO, 1997; FARIAS, 2000; VIEIRA JUNIOR, 2005; OLIVEIRA, 2009; ALENCAR, 2014).

11.4 A BALAIADA

Do modo parecido aos anos de 1820, quando ocorreu a Confederação do Equador, o Ceará sob a Regência vivenciou a violência social e política, embora em menor grau. Afora as práticas cotidianas de assaltos, roubos, agressões e homicídios, as revoltas armadas, especialmente as maiores, faziam aumentar o clima de tensão e a prática de arbitrariedades na província. As forças

legalistas e rebeldes não apenas digladiavam-se, mas puniam e mudavam o cotidiano das pessoas comuns e sem vínculos políticos. Moradores tinham que abandonar suas casas e vilas, as atividades produtivas desorganizavam-se. As revoltas eram ótimas oportunidades (e pretextos) para consumar vinganças, perseguir e assassinar desafetos, praticar pilhagens, arrombar cadeias, cometer estupros, etc. Era uma prática comum aos destacamentos militares promoverem pilhagens e outras formas de violência onde passassem, não só contra inimigos. O Ceará banhava-se em sangue nessas ocasiões.

Ao longo da Regência eclodiram no Ceará conflitos armados como a Sedição de Pinto Madeira e outros menores, a exemplo da Guerra dos Balaios e a Revolução de Sobral, em 1840. Contra eles, o poder institucional reagiu através da força das armas e de instrumentos legais, mostrando o poder do Estado centralizado e preservando a unidade e a paz social, requisitos necessários à expansão econômica e à reafirmação do poderio político dos setores da classe dominante aliados do Império.

No final da década de 30, os liberais do Maranhão, para retirar os conservadores do poder, iniciaram um levante armado, insuflando a população mais humilde. Esta, todavia, partiu para uma revolta própria, liderada pelo vaqueiro Raimundo Gomes, pelo vendedor de balaios (daí o nome Balaiada) Manuel Francisco dos Anjos e pelo líder quilombola Cosme Bento das Chagas. Conhecido como Negro Cosme, nascera em Sobral em 1802 (não há certezas sobre essa data) e após ser alforriado, deslocou-se para o Maranhão. Aprendeu a ler e escrever e, após fugir da prisão por um homicídio, se refugiou e se tornou líder do quilombo da Lagoa Amarela, na região hoje chamada Chapadinha. Incitou grande insurreição de negros em várias fazendas nas proximidades de São Luís, o que levou os setores dominantes a tachá-lo de bandido, assassino e feiticeiro. Durante a revolta, Negro Cosme distribuía cartas de alforrias a seus seguidores e se proclamava “Tutor e Imperador da Liberdade”. Chegou a liderar cerca de 3.000 mil negros e com a derrota da revolta, foi preso, condenado e executado na forca em 1842. Os setores populares chegaram a conquistar Caxias, mas a insurreição foi massacrada pelas tropas imperiais comandadas pelo coronel Luís Alves de Lima e Silva (futuro Duque de Caxias).

A revolta chegou a se propagar pelo Piauí e norte cearense, convulsionando tais áreas e causando pânico entre as camadas dirigentes – os rebeldes até se apoderaram do povoado de São Pedro de Ibiapina (hoje, município de Ibiapina). Os sucessivos presidentes conservadores cearenses, João Antônio de Miranda e Francisco de Sousa Martins, enviaram tropas para combater os balaios, compostas, não raro, por populares ou por adversários do governo, recrutados à força. Tais tropas igualmente cometeram diversos desatinos, realizando assassinatos, espancamentos e saques, levando mais pânico aos sertanejos. Entre os comandantes das forças legalistas estavam o tenente-coronel Francisco Xavier Torres (que em 1833 fizera um motim para tentar derrubar o presidente liberal José Mariano de Albuquerque Cavalcante) e Joaquim Ferreira de Sousa Jacarandá – homens truculentos e “caranguejos” exaltados.

Participante da Balaiada, a revolta popular que também atingiu o norte cearense

"A Guarda Nacional de Sobral, Vila Nova, Granja e alguns guardas

destacados de Fortaleza e outras partes do Ceará atuaram maciçamente como tropas auxiliares nos combates nas fronteiras com o Piauí ou mesmo no território daquela Província e no Maranhão" (ARAUJO, 2012: 69). Assim, ao longo de 1840, os balaios foram derrotados, sendo dispersos pela Serra Grande e sertões adjacentes – entre as sanguinárias batalhas, destaque para a de Flecheiras (15 de julho de 1840), povoado encravado em território piauiense, nas imediações de Granja, na qual pereceriam mais de 200 homens (SOUSA, 1950; CAMARA, 1970; PAIVA, 1979; MONTENEGRO, 1980; ARARIPE, 1995; VIEIRA JUNIOR, 2004).

11.5 A REVOLUÇÃO DE SOBRAL

Em meio à repressão à Balaiada, com o Golpe da Maioridade, os "caranguejos" perderam o comando do governo cearense, sendo nomeado José Martiniano de Alencar para presidente. Os conservadores não aceitaram tal indicação e promoveram diversas sedições (em Aracati, Russas, Icó e Quixeramobim), logo derrotadas pelo padre. Contudo, a maior luta conservadora deu-se em Sobral.

Para Alencar era temível ver correligionários da oposição armados a provocar tropelias pelo interior. Determinou então que o tenente-coronel Francisco Xavier Torres, Jacarandá e demais homens suspendessem a luta contra os já quase derrotados balaios e regressassem a Fortaleza. Torres, porém, desobedeceu e, em conluio com líderes "caranguejos", preparou uma sublevação para desmoralizar e depor o presidente.

Torres decidiu se fixar em Sobral, usando o pretexto de que a família residia ali – de fato era cunhado de Manoel José Albuquerque, não coincidentemente um dos mais importantes chefes "caranguejos" da província.

Alencar insistiu no retorno de Torres e Jacarandá a capital. Porém, não foi atendido. Diante disso, o presidente deslocou-se com uma escolta de 30 homens e dois canhões para dissuadir os revoltos.

Como o tenente-coronel não mudou de postura, o senador, enxergando a artimanha conservadora por trás de tudo, exonerou Torres e mais uma vez determinou seu imediato regresso a Fortaleza.

“Reagindo à ação do novo governo chimango, os caranguejos planejaram um levante armado que destituiria Alencar, preservaria Torres no comando das forças de linha e colocaria na presidência interina [o conservador] Miguel Fernandes Vieira. (...) O plano esperava contar com reforço de tropas vindas de Vila Nova do Ipu Grande, Viçosa e Santa Quitéria, para assim marchar rumo à capital” (ARAUJO, 2012: 203). Possivelmente, os insurretos contavam com apoio da família dos Fernandes Vieira na conspiração.

Alguns viajantes estrangeiros estiveram no Ceará ao longo do século do século XIX, deixando registros que servem de fontes históricas para melhor compreender as mudanças urbanas pelas quais passava Fortaleza, no lento processo que a tornaria a principal cidade cearense.

Afora Henry Koster, esteve no Ceará o missionário norte-americano Daniel Kidder, em 1839. Com a intenção de propagar a religião metodista, chegou ao Brasil em 1837, com a mulher, Cynthia Russel. Permaneceu até 1840, quando voltou para os Estados Unidos, em virtude do falecimento da esposa. Ali organizou suas anotações na obra Reminiscências de viagens e permanência no Brasil. Sobre sua visita a Fortaleza destacou os coqueiros a enfeitar a paisagem, a precariedade do porto local e as dificuldades de desembarcar na praia (o que se realizava numa paviola, espécie de cadeira presa a duas traves e conduzida por quatro homens). Descreve ainda o areial sobre o qual estava a vila, dificultando as caminhadas, molestando quando soprava o vento ou queimando os pés quando o sol estava a pino. Kidder, contudo, atesta certo ar de progresso da vila, com muitos prédios em construção. Destaca as ruas largas e as praças amplas. Fala da instalação da iluminação pública com lampiões, embora alerte que faltasse verbas para comprar querosene. Diz da ausência de cemitérios, ocorrendo os enterros na única igreja (do Rosário) da cidade, que se tornara um foco de putrefação e pestilência (KIDDER, FLETCHER, 1941).

Em 1865, os naturalistas Louis e Elisabeth Agassiz passaram pela capital cearense. Ressaltaram o crescimento da cidade: "(...) Gostei do aspecto da cidade (...). Agradaram-me as suas ruas largas, limpas, bem calçadas, ostentando toda sorte de cores, pois as casas que as ladeiam são pintadas dos mais variados tons. Aos domingos e dias de festa, todas as sacadas se enchem de moças com alegres toaletes, e os grupos masculinos enchem as calçadas, conversando e fumando. Ceará não tem esse ar triste, sonolento, de muitas cidades brasileiras; sente-se aqui movimento, vida e prosperidade (AGASSIZ, 2000: 408). Mesmo assim, denunciaram problemas citados igualmente por outros viajantes, a exemplo da inexistência de um cais, a dificuldade nos desembarques, a areia incômoda, as precariedades sanitárias e os surtos de epidemias (febre amarela, disenteria).

Vale lembrar que, em 1838, esteve no Ceará o naturalista escocês George Gardner, também com objetivos de estudos geológicos e botânicos. Desembarcou em Aracati e seguiu para o Crato, explorando o vale do Cariri. Foi o primeiro naturalista que estudou os depósitos fósseis da chapada do Araripe (PAIVA, 2002).

Na noite de 14 de dezembro de 1841, tropas de Torres atacaram o palacete de Paula Pessoa, onde se encontrava hospedado Alencar, e por horas travaram combate com as forças governistas. Ao amanhecer, estando várias pessoas mortas ou feridas, os conservadores se renderam. Francisco Xavier Torres e Joaquim Ferreira de Sousa Jacarandá conseguiram fugir, sendo presos, tempos depois, em Baturité.

Já no II Reinado, na administração "carangueja" de José Joaquim Coelho (1841-43), Torres e Jacarandá seriam absolvidos pela revolta praticada. Jacarandá envolveu-se em seguida no clamoroso assassinato do liberal major João Facundo (veja próximo capítulo).

Em regozijo pelo triunfo, Alencar elevou Sobral à condição de cidade, com o título de Fidelíssima Cidade Januária do Acaraú – homenagem à irmã mais velha de D. Pedro II. Mas como houve muitos protestos contra esse nome, a cidade voltou a se chamar Sobral (SOUSA, 1950; CAMARA, 1970; PAIVA, 1979; MONTENEGRO, 1980; ARARIPE, 1995).

11.6 ECONOMIA

Escasseiam os dados sobre a economia local na Regência. Mas os poucos informes dão a entender que, de modo geral, a economia provincial acompanhou a crise geral do Brasil, ainda que nos anos 30 tenha sido menos deficitária que na década anterior. Isso porque naquele decênio não houve tantos confrontos políticos a desviar a atenção do setor produtivo, não se verificou a ocorrência de secas (a próxima grande estiagem aconteceria em 1844-45) e verificou-se incentivos à produção por parte do governo, a exemplo da administração de José Martiniano de Alencar, embora os resultados de tais incentivos só aparecessem mesmo a longo prazo (LEMENHE, 1991).

Não sendo possível diversificar a produção agrícola num prazo curto, devido à limitação imposta pelo meio físico, nem manufaturar o algodão na própria província, a solução encontrada pelos agricultores foi expandir a produção, aproveitando os recursos existentes, uma vez que, tendo os preços diminuídos, a única forma de aumentar a acumulação seria elevando a quantidade produzida. Além disso, não era possível estimular a pecuária, cujo produto – o couro – não encontrava mercado externo e interno favorável. Assim, a partir da década de 30 o volume das exportações aumentou, mas a economia retraiu-se, uma vez que o preço do algodão reduziu-se a menos da terça parte do valor no período de alta (LEITE, 1994, 105).

Em todo período Imperial, o Ceará enfrentou sérios problemas econômicos de arrecadação de impostos e equilíbrio das contas públicas – pela precariedade da máquina de arrecadação, sonegação e falta de maior experiência (era um Estado que estava se estruturando), os déficits eram constantes. “Em 1840, o Presidente Francisco de Sousa Martins fez um balanço do acúmulo das dívidas da Província. Segundo o mesmo, em 1837 a dívida pública do Ceará era de 28.108$089 (vinte e oito contos, cento e oito mil e trinta e oito réis), em 1839 essa dívida estava em 88.595$979 réis. Ainda segundo este, em 1839 a receita da Província foi de 82.256$129,

enquanto a despesa chegou a 169.182$600 (...) O fato é que na primeira metade do século, de acordo com os dados oficiais, eram raros superávits no Ceará" (ARAUJO, 2012: 71).

Para complicar ainda mais a arrecadação de impostos e o cotidiano das pessoas, havia o problema da circulação de moedas falsas de cobres, que inundavam a província. Essas moedas ficaram popularmente conhecidas pelo nome pejorativo de "xexém". Existiam indivíduos, quase publicamente, dedicados ao fabrico desse dinheiro, moedas mal feitas, sem letras, outras seque arredondadas e tão finas que alguém poderia facilmente dobrá-las entre os dedos. Vez por outra apareciam navios estrangeiros carregado de cobre em busca de trocá-lo por dinheiro oficial ou produtos da terra. O governo não tinha como fiscalizar a circulação das moedas falsas e acabava incorporando-as em suas transações. Era o caos financeiro, provocando inflação (pela abundância de moeda em circulação) e muita confusão, brigas e até mortes, pois muita gente se recusava a receber o dinheiro. O governo de José Martiniano de Alencar empenhou-se em recolher as moedas falsas e trazer dinheiro oficial, inclusive cédulas. Após 1840, no entanto, o problema foi o oposto, registrando-se em várias ocasiões a falta de moeda na província (GIRÃO, 1947; ARAUJO, 2012).

Capítulo 12

Política e intelectualidade no Segundo Reinado

12.1 O CEARÁ NO SEGUNDO REINADO

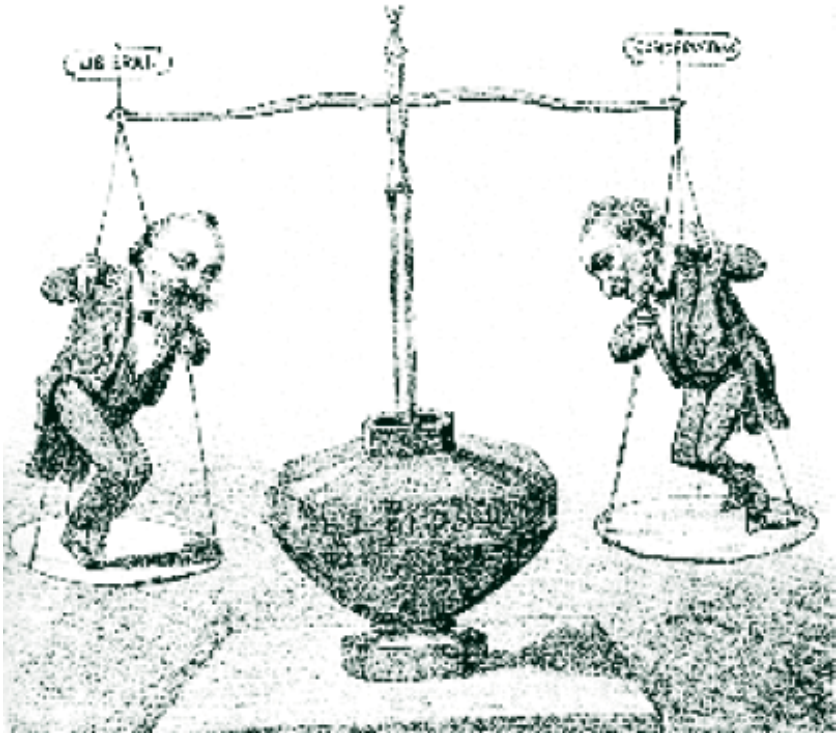
É nesse momento que se estabelece definitivamente a unidade política e administrativa do Ceará, subordinada ao centralismo desejado pelo império e superando a autonomia das ribeiras locais, vinda ainda da etapa colonial (Acaraú, Fortaleza e Jaguaribe). Foi na segunda metade do século XIX que Fortaleza tornou-se o principal centro urbano cearense. A cidade sofreu uma grande influência da Europa, conforme a belle époque – buscou-se embelezar a capital cearense e disciplinar corações e mentes da população. A economia local conheceu grande expansão com o auge da cotonicultura na década de 60. Instalou-se a primeira ferrovia (1873), no claro propósito de escoar a produção interiorana algodoeira (e de outros produtos, a exemplo do café) para o mercado externo. Foi também ali que surgiram as primeiras fábricas, levando à formação de uma incipiente classe operária. O incremento do comércio e dos serviços fez surgir e expandir uma pequena classe média, que teria intensa atuação social e política, fosse participando das disputas entre as oligarquias dominantes, fosse na imprensa, nas campanhas abolicionista e republicana, ou na difusão de novas ideias e produção intelectual. Apesar das secas e dos morticínios, especialmente da dramática estiagem de 1877-79, e das migrações para a Amazônia, a população cearense cresceu, saltando dos 180 mil habitantes do ano de 1841, para 860 mil em 1888.

Nos sertões, contudo, continuava a imperar a força do latifúndio nas mãos de distintos clãs familiares, os quais organizados em partidos detinham o poder na província. Tal elite buscava educar seus filhos para bem representá-la e defender seus interesses junto ao Estado imperial – daí muitos jovens dos setores proprietários terem se ordenado padres ou se formado nas faculdades de direito de Pernambuco e São Paulo. O latifúndio intocado, a exclusão social e política, a pobreza e a violência contribuíram para a intensificação do cangaceirismo e dos movimentos religiosos, muitos deles brutalmente reprimidos pelos setores dominantes.

Esse importante momento da história local será analisado em detalhe neste e nos próximos capítulos. Comecemos pela política e pelas novas ideias que sacudiram o Ceará no final do século XIX.

Segundo o historiador Almir Leal, o consenso em torno da unidade

política do Ceará provincial, ou seja, a superação das autonomias locais que existiam desde o período colonial (com a existência de três ribeiras autônomas: Acaraú, Siará e Jaguaribe), foi estabelecido a partir do processo de independência do Brasil e da construção do Estado nacional brasileiro na segunda metade do século XIX. Para tanto, foi importante a hegemonia construída em torno da cidade de Fortaleza, capital da provincia. Alguns elementos para o fortalecimento da capital foram: o fortalecimento dos partidos politicos, que ocorreu em âmbito nacional e provincial, a constituição de um poder legislativo na província, a organizacao judicial centralizada em Fortaleza, o estabelecimento da Guarda Nacional nos distritos do interior da província, a constituição de um sistema de ensino secundário público em Fortaleza, e, principalmente, a superação da primazia econômica do porto de Aracati, o grande entreposto entre o Recife e o sertão, pelo porto de Fortaleza. Reforçando essa centralização, a construção das ferrovias, que redirecionou o fluxo da economia colonial dos postos do sertão para o porto de Fortaleza, também foi um elemento importante na segunda metade do século XIX. Devemos considerar que esse processo de subordinação das autonomias locais por um poder centralizado em Fortaleza foi longo e mobilizou interesses variados em diferentes escalas (OLIVEIRA, 2009: 19).



Liberais e conservadores alternaram-se no poder durante o Império, não apresentando grandes diferenças em seus programas políticos – Charge do século XIX

12.2 PARTIDOS

Área periférica em termos nacionais, o Ceará acomodou-se (para não dizer, subordinou-se) ao centralismo que o Estado imperial impunha sobre o Brasil a partir do que hoje chamamos de sudeste. No II Reinado, as elites cearenses, ainda que detivessem influência econômica e política localmente, apresentavam-se, num contexto

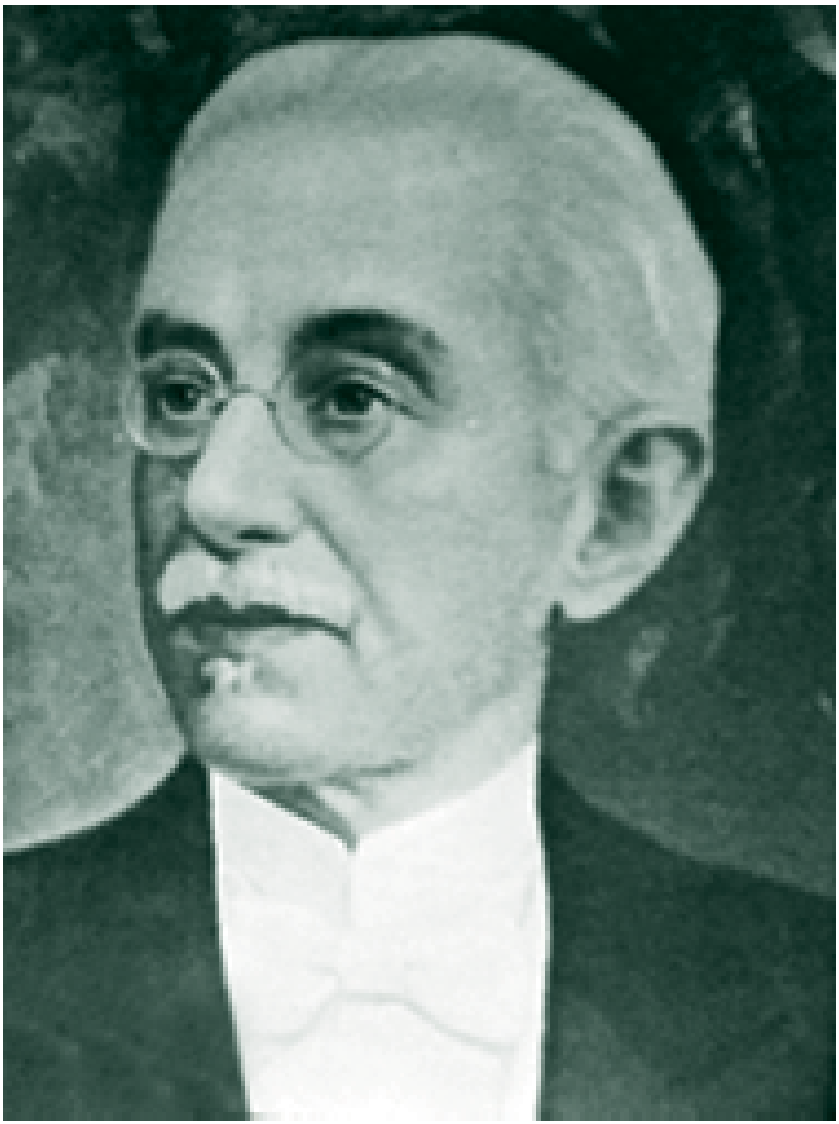
mais geral, frágeis em virtude da debilidade e instabilidade econômica da província. O Ceará sofria com as secas, a baixa rentabilidade da pecuária, a oscilação internacional dos preços do algodão, café, etc. Disso advinha uma divisão daquelas elites em facções (a fragilidade impedia que um grupo se sobrepusesse a outros por muito tempo), a sua submissão ao centralismo monárquico e a luta quase desesperada pelo poder provincial, visando alcançar o governo para ampliar ou manter o prestígio e proteger-se dos adversários.

Assim, as tradicionais oligarquias compostas por latifundiários e setores mercantis, para manter sobre controle suas áreas de influências, obter/preservar cargos no Estado e melhor negociar com o Império, se organizavam em partidos, os quais, como vimos no capítulo anterior, se estruturaram efetivamente na Regência. Eram algumas poucas famílias que dominavam a administração pública.

O Partido Liberal ou "Chimango" foi dirigido incondicionalmente pelo senador José Martiniano de Alencar até sua morte, em 1860, no Rio de Janeiro. A figura influente de Manuel do Nascimento Castro e Silva faleceria em 1846. Com o falecimento do senador, o que, por sinal, marcou o início da decadência política da família Alencar, a liderança do partido foi ocupada pelo Pe. Tomaz Pompeu de Souza Brasil, o futuro senador Pompeu (eleito em 1864). Este, nascido em Santa Quitéria, em 1818, foi um dos mais prestigiados intelectuais cearenses de sua época – padre, bacharel em Direito, professor (tornou-se o primeiro diretor do Liceu, criado em 1844) e jornalista (fundador do periódico liberal O Cearense, em 1864). Igualmente controlou com mão forte o partido. Dentre seus muitos descendentes, um filho e um neto homônimos também destacaram-se no mundo das letras cearenses.

Diz Raimundo Alves Araújo, que os brotos da família Pompeu Brasil "se esparramavam desde os areais de Granja e Camocim, passando pelos armazéns de 'secos e molhados' de Sobral, penetrando nos currais de gado dos sertões do Ipu, e terminam por se alojar nos gabinetes do parlamento provincial e geral", concluindo que "pelo "alto grau de endogamia e exogamia para fins político-partidários, pela 'bacharelização' de seus membros, e pela ocupação efetiva dos

mais altos postos de poder no período, os Pompeu Brasil formam, sem dúvida, o mais bem sucedido "clã familiar" do Ceará deste período" (ARAUJO, 2011: 38).



O líder liberal Tomaz Pompeu foi um dos mais destacados intelectuais e

Em meados da década de 70 ganhou espaço e prestígio no Partido Liberal cearense uma ala capitaneada pela família Paula Pessoa, de Sobral, que tinha, a princípio, como líder, o senador Francisco de Paula Pessoa, o "Senador dos Bois". Assim, após a morte do senador Pompeu em 1877, fracionou-se o Partido "Chimango" em duas correntes: os liberais-paula e os liberais-pompeu.

Os liberais-pompeu eram dirigidos por Nogueira Accioly (genro do senador Pompeu e depois um dos maiores oligarcas de nossa História) e defendiam suas ideias no jornal Gazeta do Norte. Os liberais-paula, após a morte do "Senador dos Bois", em 1879, passaram a ser liderados por Vicente Alves de Paula Pessoa (filho de Francisco de Paula e também senador, eleito em 1881) e Antônio Joaquim Rodrigues Júnior (genro do "Senador dos Bois"). Do final da década de 70 até a proclamação da República, os Paula constituíam-se na ala política mais poderosa do Ceará, obtendo várias vitórias eleitorais. Seu jornal era O Cearense.

O Partido Conservador ou "Caranguejo" não apresentava uma liderança unipessoal. Havia uma facção que dominava as demais, apelidada de boticário-carcará devido a seus dois chefes: Antônio Rodrigues Ferreira e Miguel Fernandes Vieira. O primeiro, chamado de Boticário, era um carioca vindo para Fortaleza em 1825, passando a exercer a profissão de farmacêutico prático – figura importante numa sociedade quase sem médicos. Com sua popularidade, elegeu-se vereador sucessivas vezes a partir de 1842, ocupando a presidência da Câmara Municipal. Faleceria em 1859 (o nome da atual Praça do Ferreira é uma homenagem ao Boticário).

Miguel Fernandes Vieira, filho do Visconde de Icó, e eleito senador em 1862, representava os "Carcarás" que era a denominação dada à família Fernandes Vieira. Acusavam-no de exercer uma espécie de ditadura dentro do Partido Conservador, mantendo sua liderança à custa de fraudes e violências.

Na década de 80, os "caranguejos" igualmente dividiram-se em duas correntes. Surgiram os Conservadores Miúdos ou "Carcarás", remanescentes da chefia dos Fernandes Vieira – seu líder era Gonçalo Batista Vieira, o Barão de Aquiraz (primo de Miguel Fernandes Vieira), dono do jornal Pedro II. Apareceram também os Conservadores Graúdos, capitaneados por Domingos José Nogueira Jaguaribe (filho de latifundiários, nascido no Aracati, senador em 1870 e agraciado com o título de Visconde do Jaguaribe) e por Joaquim da Cunha Freire (cognominado Barão da Ibiapaba, rico

comerciante de Fortaleza, acusado pela imprensa de ter vendido farinha podre para alimentar os flagelados da seca de 1887 e de ter negociado para o centro-sul seis mil negros escravos), que tinham como órgão de divulgação o jornal Constituição (MACEDO, 1967; CAMARA, 1970; PAIVA, 1979; MONTENEGRO, 1980; GIRÃO, 1985; GIRÃO, 1992; CORDEIRO, 1997; FERNANDES, 2006; OLIVEIRA, 2009; ARAUJO, 2011).

Num universo político dominado por homens, há que se ressaltar a figura de Fideralina Augusto Lima. Natural de Lavras da Mangabeira, nasceu em 1832, sendo filha de um poderoso latifundiário local, chefe político à época. Com a morte do pai, dona Fideralina deu continuidade à atividade político-partidária da família. De atitudes enérgicas, tornou-se figura expressiva do mandonismo coronelista na região.

Casara-se nova, aos 15, 16 anos, e enviuv

12.3 CICLO DE FRAUDES E VIOLÊNCIA

De 1841 a 1889, administraram o Ceará 43 presidentes, nomeados pelo imperador seguindo a alternância dos gabinetes ministeriais na Corte. À medida que era indicado um novo presidente contrário ao partido que até então governava na província, ocorria a chamada "derrubada", ou seja, a demissão em massa dos funcionários públicos, substituídos por correligionários do novo governo."(...) Com poucas exceções, as parentelas da oposição tinham que amargar não apenas a intervenção do Estado sobre seu poder pessoal, mas, principalmente, ver as funções de mando locais entregues a inimigos, o que tinha o efeito de verem-se na condição de inimigo do Estado" (ARAUJO, 2012: 77).

O controle do governo provincial possibilitava os triunfos eleitorais. O partido ou facção que contasse com o apoio do presidente raramente perdia um pleito. Aquela autoridade, portanto, constituía-se a peça principal da eleição. A agremiação partidária governista dispunha da polícia, do pessoal administrativo, das mesas eleitorais e das câmaras apuradoras. Se o resultado das urnas fosse desfavorável à situação, a ação da câmara apuradora "revertia" o quadro – era tão descarada a fraude eleitoral que existia na época uma máxima segundo a qual "quem tem mesa não perde eleição". As autoridades policiais – delegados e subdelegados – participavam dos pleitos, usando de todos os meios lícitos e ilícitos para garantir a vitória do governo.

Como era necessária uma renda mínima para poder votar (voto censitário), ocorria de chefes políticos usarem artimanhas para declarar falsamente os rendimentos de muitos eleitores, de modo que pobres pudessem comparecer às urnas – para votar, obviamente, nos candidatos e partidos do chefe. Era comum que políticos do interior (em sua imensa maioria fazendeiros) juntassem seus moradores e os acompanhassem até os locais de votação, fosse para votarem em si, ou em seus aliados políticos (FREITAS, 2007). Por exemplo, no Icó, na década de 60, Firmino, major da Guarda

Nacional, tinha em suas terras 300 moradores, os quais reunia para votar nos candidatos do Partido "Caranguejo", um número importante para decidir um pleito eleitoral.

As secas afetavam igualmente a prática política local, pois aumentavam ainda mais a dependência das frágeis elites cearenses para com o poder central, favoreciam a corrupção na época das eleições (subornos, compra de votos, etc.) e possibilitavam uma ação conjunta das classes dominantes do que hoje é o nordeste no sentido de pressionar as autoridades imperiais por ajuda – ajuda que não poucas vezes era desviada, indo parar nos bolsos dessas mesmas elites.

Na eleição senatorial de 1847, o presidente interino Frederico Augusto Pamplona, chimango de quatro costados, para melhor atender a seu chefe e mentor político (o senador Alencar), além da pressão policial que pôs em ação, foi pródigo no uso, para fins eleitorais, dos saldos de doações filantrópicas de outras províncias para os flagelados da seca de 1845, ainda à disposição do governo cearense. Tais saldos haviam sido destinados a uma instituição assistencial, e essa atitude imprudente e precurssora do presidente custou-lhe tremendas preocupações, visto que os eleitos recusaram-se a pagá-la por que a isso não se haviam comprometido (MONTENEGRO, 1980: 48).

A violência igualmente fazia parte da intimidação aos adversários. Em 1860, conservadores e liberais travaram verdadeira batalha em frente à matriz de Telha (Iguatu), morrendo cerca de 14 pessoas e ficando feridas mais de 30. Na gestão do conservador brigadeiro José Joaquim Coelho (1841-43) realiza-se sistemática perseguição aos chimangos. Surgiam os "majores gonçalos", partidários caranguejos que, à noite, assaltavam as residências dos "chimangos", obrigando-os a dançar ao som da viola, sob pauladas, em torno de um espantalho preto que denominavam Major Gonçalo (MONTENEGRO, 1980: 24). É nesse período que o Major João Facundo de Castro Menezes (irmão do senador Manuel do Nascimento Castro e Silva), prestigiado líder liberal, vice-presidente da província e que não poucas vezes assumiu o governo interino local, foi assassinado. Tombou vítima de três tiros em dezembro de 1841.

Facundo havia sido acusado pelos conservadores de ser um dos

responsáveis pelo que ficou conhecido como “Envenenamento da Assembleia”. No início de 1841, os liberais, para evitar uma votação na Assembleia Provincial, teriam colocado veneno nas jarras em que os deputados matavam a sede. Os parlamentares que beberam pouca água, tiveram enjoos e se retiraram do recinto, mas aqueles que a ingeriram em grande quantidade, adoeceram gravemente – o que, aliás, teria levado a óbito o deputado e coronel do Icó, José Tomás de Aquino, em 1843. Os “caranguejos”, então, juraram o líder liberal de morte.

Devido à grande repercussão do assassinato de Facundo, abriu-se rígido inquérito policial, que apontou como executadores dois populares, de nomes Chagas e Abrão – estes acabaram condenados à prisão perpétua, escapando, por pouco, à pena de morte. Contudo, todos suspeitavam de que os mandantes do crime eram o próprio presidente Joaquim Coelho, a esposa deste (Bernardina Gusmão), o boticário Antônio Rodrigues Ferreira, o citado coronel Agostinho José Tomás de Aquino e Joaquim Ferreira de Sousa Jacarandá (os dois últimos, intermediários). Não se provou nada contra eles – ou não se quis provar – e todos, conservadores, saíram indenes.

Criminosos, jagunços e cangaceiros eram protegidos por chefes de ambos os partidos. Embora a manutenção da ordem interessasse ao processo de centralismo político e formação do Estado nacional, o combate ao crime obedecia às cores partidárias. Na presidência do conservador Inácio Silveira Mota (1850-51), alegando combater os criminosos que aterrorizavam os Inhamuns, lançou-se ferrenha campanha contra os Feitosa, um dos clãs que chefiavam o Partido Liberal naquela região. Os Feitosa, impotentes ante a máquina do Estado, viram-se obrigados a recorrer à Justiça e passaram a divulgar na imprensa liberal que não somente eles protegiam fugitivos da justiça, pois quem mais dava refúgio a criminosos não era outro senão Francisco Fernandes Vieira, o Visconde de Icó, pai do dirigente principal do Partido Conservador no Ceará.

O mesmo se dava em relação aos serviços militares: o recrutamento, verdadeira caçada humana a adversários políticos, constituía-se forte instrumento de coação. Dizia o jornal “chimango” O Cearense, em 1858, que nos dois últimos anos haviam sido recrutados 500 liberais. Muitos dos “convocados” eram adolescentes de 15, 16

anos, outros, chefes de família, enquanto eram poupados os partidários do governo (CAMARA, 1970; PAIVA, 1979; MONTENEGRO, 1980; CORDEIRO, 1997; FERNANDES, 2006; FREITAS, 2007; OLIVEIRA, 2009).

Bezerra de Menezes nasceu em Jaguaretama, em 1831, sendo filho de grandes proprietários locais – seu avô, Antônio Bezerra de Souza e Meneses, envolveu-se na Confederação do Equador. Foi jornalista, político, médico, destacando-se igualmente como um dos grandes expoentes nacionais da doutrina espírita.

Em 1851, Bezerra de Menezes mudou-se

12.4 ESTRUTURA DE PODER

Com a gradativa estruturação do Estado nacional e a centralização do poder na segunda metade do século XIX, cada vez mais a educação formal dos filhos se tornou fundamental para os senhores proprietários rurais – o título de padre ou de bacharel (sobretudo, em Direito) melhor os capacitava e os qualificava para ocupar cargos públicos. Esses religiosos e doutores, assim, constituíam trincheiras avançadas contra quaisquer ameaças às prerrogativas e privilégios dos latifundiários. Para se ter uma ideia do que falamos, de 1832 a 1889 formaram-se 280 cearenses na faculdade de Direito de Recife, e em São Paulo, até 1900, foram 20 os cearenses que se bacharelaram. Para si, visando angariar e ostentar prestígio, os fazendeiros mais ricos compravam títulos nobiliárquicos e patentes da Guarda Nacional.

Campeava escandaloso nepotismo. (...)em 1858 [no município de Saboeiro, reduto da família Carcará], o juiz de Direito era Gonçalo Batista Vieira, genro e sobrinho do Visconde do Icó [Francisco Fernandes Vieira], o juiz municipal era primo do Visconde e tio do juiz de Direito, o delegado era José Fernandes Vieira, filho do Visconde, e o promotor era Francisco Rodrigues Lima Bastos, sobrinho do Visconde e primo do juiz de Direito, do delegado e do subdelegado. As comissões para a Guarda Nacional, podemos acrescentar, eram também livremente concedidas à família (CHANDLER, 1980: 77).

Afora as disputas acirradas, podia ocorrer de os liberais e conservadores formarem as mais esdrúxulas alianças, numa prova de que as ideologias pouco importavam. Exemplo foi o ocorrido nas eleições para senador de 1889, as últimas do período imperial, nas quais conservadores-miúdos aliaram-se aos liberais-paula e os conservadores-graúdo, aos liberais-pompeu. Este grupo recebeu apoio ostensivo do então presidente Antônio Caio da Silva Prado (1886-89), que usou de suborno com emprego de dinheiro público destinado ao socorro dos flagelados da seca iniciada em 1888 para

garantir a vitória. Dessa maneira, seu candidato, Nogueira Accioly, foi nomeado para o cargo de senador, mas não tomou posse devido à proclamação da República.

Imperava forte influência da Igreja Católica. É importante frisar que os clérigos católicos constituíam uma parte dessa elite imperial, inclusive, a Igreja Católica teve presença marcante nos parlamentos provinciais brasileiros, principalmente no Ceará (AGUIAR, 2010:5). Entre 1834-1889, foram quase cem padres que ocuparam os assentos de deputados na Assembleia Provincial, dentre os quais dez chegaram à posição de presidentes da Casa. Não surpreende, portanto, o uso dos púlpitos e manipulação dos fieis pelos religiosos nos embates político-partidários.

Dizia o jornal O Cearense, de 20 de janeiro de 1857, que o padre de Telha (atual Iguatu), pressionava os fiéis a votar no seu candidato, sob pena de não lhes administrar nenhum sacramento, nem mesmo no caso de morte. O mesmo periódico, em 1870, informava que em Imperatriz (Itapipoca) residia um sacerdote chamado frei Guilherme van Den Sand, que afirmava não ter visto, nas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Ceará, um só chefe liberal se confessar e que estes tão somente visitavam assiduamente as igrejas a fim de profaná-las.

Vale ressaltar que a relação entre o Estado e as elites locais era por demais complexas. Ao mesmo tempo em que o Governo buscava impor um controle maior do Rio de Janeiro e Fortaleza, dentro do projeto de centralização da monarquia, concedia aos clãs e aliados os títulos e cargos necessários para que estes exercessem as funções de Estado e detivessem notório poder e influência local. “Havia uma ‘via de mão dupla’: as parentelas familiares recebiam poder do governo central e lhe devolviam o “favor” na forma de apoio e de poder político-burocrático (poder administrativo, policial e econômico); o Estado, na maioria das vezes, fechava os olhos para os desmandos dos grupos familiares mais influentes” (ARAUJO, 2011: 53).

E as massas? A escravidão, a corrupção e fraudes das eleições, o voto censitário, a pobreza e a subordinação de boa parcela da população aos latifundiários limitavam a cidadania e dificultavam os questionamentos ao sistema. Para os setores dominantes, o

conceito de “povo” excluía os setores mais pobres da população, tidos como “canalha”, “gentalha”, etc. Apenas uma ínfima minoria participava da vida política – outra parcela da sociedade, quando muito, acompanhava de longe os acontecimentos políticos. Em 1867, o Ceará possuía apenas 1.263 eleitores de província, distribuídos em 45 freguesias que se agrupavam em 28 colégios eleitorais. O colégio eleitoral de maior número votante era Sobral, com 75 eleitores, seguindo-se Fortaleza, com 71, e Barbalha com 70. O menor era Canindé, com apenas 21 (CAMARA, 1970; PAIVA, 1979; MONTENEGRO, 1980; CHANDLER, 1980; CORDEIRO, 1997; FERNANDES, 2006; FREITAS, 2007; AGUIAR, 2008; OLIVEIRA, 2009; ARAUJO, 2012).

Na segunda metade do século XIX, o governo monárquico se esforçava para consolidar o Estado nacional brasileiro. Enquanto os intelectuais humanistas buscavam estudar as origens e a história do Brasil, as ciências naturais ocupavam-se em analisar os recursos do País, as riquezas do solo, a população, a fauna, a flora. Nesse sentido, em 1856, o governo imperial criou a Comissão Científica de Exploração, uma expedição a ser enviada ao norte, com o propósito de estudar as províncias locais, coletar materiais para o Museu Nacional e promover a pesquisa científica.

Apresentando entre os membros o botânico Freire-Alemão, o poeta Gonçalves Dias e o talentoso desenhista cearense (discípulo de Debret) José dos Reis Caravalho, a Comissão centrou seus trabalhos exatamente no Ceará, onde ficou de fevereiro de 1859 a julho de 1861 (fez incursões em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí). Apesar da acolhida generosa, a permanência dos científicos (como o povo chamava os integrantes do grupo) na província foi bastante conturbada, gerando críticas da imprensa, acusações da oposição (para esta, o empreendimento não passaria de um desperdício de dinheiro público), desentendimentos entre os próprios membros da Comissão e atritos com autoridades cearenses. A Comissão virou logo alvo da chacota popular, sendo chamada de “Comissão das Borboletas” e “Comissão Defloradora”.

Os incidentes e as controvérsias não foram poucos. A importação de 14 camelos da Argélia, em 1861, numa tentativa de aclimatação dos bichos como animais de transporte e carga, deixou pasma a

população e fez cair no ridículo a Comissão – na verdade, essa ideia foi colocada em prática em outros países, como os EUA e Austrália na mesma época e o fracasso da experiência por aqui aconteceu pela pequena quantidade de dromedários importados e falta de pessoas que soubessem cuidar dos animais, que pereceram em pouco tempo.

Notícias davam conta das constantes farras noturnas, e até assédios a mulheres praticados por membros da Comissão, o que irritava os outros integrantes e gerava acusações e desmentidos na imprensa. Houve mesmo atritos com a polícia de Icó, provocando a prisão de um guia da expedição. Para culminar, parte dos documentos teria sido perdida no final da viagem, num naufrágio mal explicado, quando do regresso à Corte.

Após quase dois anos e meio de trabalho, a Comissão retornou ao Rio de Janeiro, em julho de 1861. Tentando recuperar o prestígio, as autoridades organizaram no mesmo ano uma exposição aberta à visitação pública no Museu Nacional, a Exposição do Ceará, primeira do gênero no País. O resultado foi positivo, atenuando os desgastes da expedição. Apesar das polêmicas e equívocos, a Comissão colheu e produziu importantes materiais sobre o Ceará no século XIX (ALEGRE, 2003; BRAGA, 2004; CAVALCANTE, 2012).

12.5 EFERVESCÊNCIA INTELECTUAL

Tal como em outros pontos do Brasil, três temas apaixonaram os segmentos urbanos cearenses, especialmente os de Fortaleza, na segunda metade do século XIX: o fim da escravidão, o ideal republicano e a produção textual. Sobre os dois primeiros temas, falaremos nos capítulos subsequentes.

A produção textual, em particular a literatura, apresentava grande prestígio neste momento, soando quase mesmo como sinônimo de cultura. Políticos, médicos, militares, advogados, engenheiros, jornalistas, funcionários públicos, acadêmicos, etc., buscavam no

debate filosófico e na criação poética ou ficcional o prestígio social. Além disso, via-se a produção textual como uma missão, ou seja, como um instrumento capaz de mudar a realidade social e regenerar comportamentos e valores, trazendo o progresso e a modernidade para o Ceará.

Se havia poucas pessoas aptas a participar dos embates intelectuais no Ceará nas primeiras décadas do século XIX, isso mudou na segunda metade daquele século, sobretudo, no último quartel. Com o crescimento de Fortaleza, a dinamização econômica do período (destacadamente com as exportações de algodão) e o aumento dos setores médios urbanos, surgiu uma plêiade de indivíduos que atuaram nos partidos políticos, parlamento, imprensa e clubes literários a divulgar e refletir sobre novas ideias e em como desenvolver o Ceará.

Tal massa pensante foi formada em outras províncias ou no próprio Ceará, que viu nascer naquele momento uma série de instituições educacionais. Como essa massa pensante convivia nos mesmos espaços, era normal que surgisse entre seus membros certa solidariedade, amizade e coesão ideológica, algo importante na criação de uma elite dirigente – as afinidades sociais e intelectuais continuariam nos anos seguintes, quando aqueles jovens ocuparam cargos políticos. Isso ajudou a manter a estrutura social hierarquizada da sociedade e a exclusão das massas do processo político.

Em 1845, começou a funcionar a primeira escola de ensino secundário do Ceará, o Liceu. Quatro anos depois, apareceu em Fortaleza uma espécie de primeira livraria da cidade, do comerciante português Manuel Antônio da Rocha Júnior. Em 1863, surgia o Ateneu Cearense, o mais importante educandário particular da capital, onde se instruiu boa parte dos segmentos médios e dominantes cearenses (inclusive do interior), os quais, depois, ocuparam cargos importantes no Governo do Estado. No ano de 1864, apareceriam o Seminário Episcopal de Fortaleza e o Colégio Imaculada Conceição (este para o sexo feminino). Na década de 70, eram fundados O Colégio Cearense, o Colégio São José e o Instituto de Humanidades, todos dirigidos por padres. No ano de 1884, inaugurou-se a Escola Normal, destinada à formação de professoras.

Antes, em 1867, surgira uma das mais significativas instituições intelectuais, a Biblioteca Pública. Apareceram várias tipografias e se expandiu a imprensa, com jornais de circulação diária (Pedro II, Constituição, Cearense e Jornal de Fortaleza). São publicadas obras sobre a terra, ajudando na melhor administração e controle sobre a província, como o Ensaio Estatístico da Província do Ceará (1863), de autoria do Senador Pompeu.

Afora essas instituições, que possibilitavam uma formação e atuação intelectual até então inexistentes na província, ainda havia a contribuição dos muitos cearenses que estudavam em outras partes do Império e mesmo no exterior, os quais, ao regressarem, logicamente traziam para a terra natal novos modos de pensar e se comportar.

Além do interesse das elites locais em formar quadros capazes de as representar e defender seus interesses na frente ao poder (daí a predileção pelo curso de Direito), aquela formação intelectual ligou-se diretamente ao surgimento de uma classe média urbana, que via na atividade cultural uma forma de ascensão social. Daí, a cultura bacharelesca ainda hoje existente no Brasil – os doutores bacharéis, num mar de analfabetos, seriam os mais preparados para ocupar os postos-chave na administração e servir às elites, cargos não raras vezes obtidos graças às relações de amizade, apadrinhamento e bajulação.

> Existiam resistências e preconceitos em relação às normalistas, afinal, a Escola Normal visava formar educadoras numa época em que a mulher deveria ter como objetivos de vida o casamento, a casa e os filhos. Oferecer às mulheres uma possibilidade de preparar-se para uma profissão implicava em dizer que elas teriam que se dividir entre o lar e o ofício. Era uma contradição de uma sociedade que desejava o progresso e civilidade, porém, resistia a mudanças comportamentais, principalmente em relação às mulheres. Dessa maneira, fica fácil entender por que o magistério foi desqualificado e convertido em extensão da tarefa doméstica e maternal (não é coincidência que ainda hoje professoras são chamadas de "tias"), desvalorizando as mulheres e menosprezando as necessidades de formação de professoras. Apesar disso, as mulheres continuavam se articulando no mundo do saber, de modo que não podiam mais ser ignoradas (ALMEIDA, 2006).

Portanto, percebe-se que boa parte da efervescência intelectual de que falamos foi feita por jovens bacharéis da classe média, particularmente aqueles da geração de 1870, tida como das mais brilhantes de nossa História e que chamava a si própria de "mocidade cearense".

O rico debate de ideias ocorria, até certo ponto, independentemente dos demais movimentos que aconteciam no Brasil, ou seja, os modismos intelectuais eram muitas vezes importados diretamente da Europa, em especial da França. Trazia-se o que havia de mais progressista e moderno no Velho Mundo (positivismo, evolucionismo, darwinismo), com exceção do ideário marxistas. Os intelectuais viam-se mesmo como arautos do conhecimento e

indicadores do caminho da civilização e modernidade que o Ceará deveria seguir para alcançar o grau de desenvolvimento da Europa. Sentiam-se fascinados pela máquina, pela ciência, pelo racionalismo e tudo o mais que marcou o ocidente e o capitalismo no século XIX.

Não raras vezes, essa nova produção intelectual se chocou contra o forte clericalismo predominante na sociedade, o que, por sua vez, deu margem a duros embates e polêmicas opondo adeptos do racionalismo aos do espiritualismo, conforme veremos adiante (BARREIRA, 1986; AZEVEDO, 1982; CARDOSO, 2002; OLIVEIRA, 2002; LIMA, 2002; OLINDA, 2004; TINHORÃO, 2006; ABREU, 2009).

12.6 ACADEMIA FRANCESA

A primeira agremiação literária e científica de que se tem notícia, a Fênix Estudantil, foi fundada em 1870, por jovens estudantes entre 15 e 19 anos, a exemplo de João Lopes Pereira Filho, Fausto Domingues e Raimundo Antônio da Rocha Lima, este último tido como um gênio precoce pelos próprios colegas e que acabaria morrendo, aos 23 anos. A Fênix sinalizava a tomada de consciência da camada social média nascente que buscava sua afirmação através da produção intelectual. O grupo, porém, não foi muito adiante, embora a ideia de organizar agremiações tenha persistido. Note-se que, ante as limitações financeiras dos segmentos médios, as associações representavam para os intelectuais a única possibilidade de verem publicados seus trabalhos, embora em jornais e revistas de vida efêmera – daí as diversas e sucessivas entidades surgidas nesse período. Vale igualmente ressaltar que a formação desses grupos criou também entre os letrados determinados vínculos de afinidades, os quais foram encontrados igualmente nas entidades defensoras das ideias abolucionistas e republicanas.

Em 1872 (há quem diga 1873) fundava-se a Academia Francesa, uma associação literária e científica, reunindo ativos elementos em

ascensão social – entre eles Rocha Lima, Thomás Pompeu de Sousa Brasil Filho, João Capistrano de Abreu, Lopes Filho, Xilderico Araripe de Farias e Antônio José de Mello. Ao que consta, talvez tenham sido esses moços os pioneiros das doutrinas positivista e evolucionista no norte brasileiro, o que lhes valeu renhidas disputas com a Igreja Católica, a qual mantinha sua grande influência sobre as mentes locais e se posicionava contra aquelas correntes de pensamento materialista e cientificista.

A agremiação, ironicamente, não era nem academia e muito menos francesa – não possuía presidente, atas, estatutos ou mesmo sede, pois as reuniões para leituras e debates ocorriam na residência de Rocha Lima ou na de Tomás Pompeu. Conforme o pesquisador Dollor Barreira, foi Rocha Lima quem, ao saber da existência da chamada "Escola de Recife" (grupo intelectual no qual predominavam as ideias germânicas), chamou o grupo local, por ironia, de Academia Francesa, pois os rapazes liam e discutiam muitos autores da França (e obviamente de outros países). Constituiu-se a primeira reação contra o romantismo no Ceará.

A Academia Francesa não se limitava às sessões lítero-científicas. Organizava palestras, debates e, em 1873, alguns membros, também maçons, ajudaram a fundar o jornal Fraternidade, que, embora não sendo órgão oficial da agremiação, publicava artigos cientificistas e materialistas, criticando a "tirania clerical", os mercadores do templo, o "obscurantismo religioso", etc. Esse jornal foi criado no período em que a Questão Religiosa[12] sacudia o Brasil, servindo de trincheira da maçonaria local na defesa das ideias liberais e laicas. Assim, não surpreende que tenha ocorrido grande polêmica pela imprensa, pois os meios católicos reagiram contra aquelas "ideias heréticas" dos jovens "incrédulos" através do jornal Tribuna Católica (fundado em 1866).

A Academia Francesa, em 1874, criaria ainda a denominada Escola Popular, com aulas gratuitas à noite para alunos carentes e trabalhadores, tratando sobre questões literárias, científicas, históricas e filosóficas em voga – tal escola evidenciava perfeitamente o pensamento positivista dominante à época, segundo o qual se devia investir na formação intelectual do proletariado. Ali, havia leitura de jornais locais, faziam-se comentários políticos,

ensinava-se sobre a Constituição do Império, etc.

Em 1874 verificou-se uma acirrada polêmica entre os membros da Academia Francesa e o intelectual católico Manoel Soares da Silva Bezerra, travada, sobretudo, através da imprensa. O jornal Fraternidade transcreveu naquele ano o conteúdo de algumas conferências sobre religião, criticando duramente o catolicismo. O Tribuna Católica, em represália, desencandeou uma campanha para desmoralizar aqueles ímpios. Os rapazes contra-atacaram com mais conferências, transcritas em seu jornal. A Igreja, por sua vez, passou a organizar também conferências para refutar as "ideias corruptoras", o que ficou a cargo do citado Manoel Soares – a uma das conferências católicas um grupo de rapazes chegou a comparecer e os ânimos se acirraram. A Academia Francesa atuaria até 1875 (BARREIRA, 1986; AZEVEDO, 1982; CARDOSO, 2002; OLIVEIRA, 2002; LIMA, 2002; OLINDA, 2004; TINHORÃO, 2006; ABREU, 2009).

João Capistrano de Abreu nasceu no ano de 1853, em Maranguape. Na capital cearense, realizou parte dos estudos, obtendo, conforme registro de seus professores, notas de comportamento e aproveitamento sofríveis, medíocres e péssimas. Chegou-se a sugerir ao pai de Capistrano que retirasse o menino de uma escola a fim de o emendar da preguiça e vadiação...

Capistrano, porém, não era um inimigo do estudo – ao contrário, adorava ler, estudar... mas só o que era de seu agrado. Daí a rebeldia à disciplina colegial.

Enviado ao Recife em 1869, não obteve admissão na faculdade de Direito. O pai, irritado, o fez retornar ao Ceará e pensou em destiná-lo aos labores agrícolas. Para sorte de Capistrano o pai desistiu da ideia e em pouco o rapaz estava novamente em Fortaleza a participar da agitada vida intelectual da capital naquele final de século XIX.

Em 1875, foi residir no Rio de Janeiro. Ajudado por figuras ilustres como José de Alencar e senador Nogueira Jaguaribe (Visconde de Jaguaribe), obteve emprego numa livraria, trabalhando depois como professor de português e francês. Virou da mesma forma jornalista, passando a desenvolver todo um trabalho na área de

história e escrevendo obras clássicas como Capítulos de História Colonial, Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil e O Descobrimento do Brasil. Transformou-se num dos maiores intelectuais brasileiros de todos os tempos e, de certo modo, influencia até hoje os pesquisadores.

Em sua produção, desaparecem da Histór

12.7 OUTRAS ORGANIZAÇÕES

A historiografia cearense dá conta nesse período (final do século XIX) da presença de mais de 80 sociedades de letras, sem falar nos gabinetes de leitura disseminados pelo interior. O objetivo destes era manter uma biblioteca e difundir a leitura de obras modernas. No Gabinete de Fortaleza, criado em 1875, encontramos intelectuais como Guilherme Studart, Antônio Dias Martins, Paula Ney, Clóvis Beviláquia, Tomás Pompeu, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, entre outros. Também são publicadas várias revistas, a exemplo de A Quinzena, Revista Contemporânea, A Avenida, entre outras. Entre 1880-89, aparecem no Ceará 175 novos jornais.

Na década de 80, vários dos intelectuais locais envolveram-se apaixonadamente na campanha abolicionista e, depois, no movimento republicano, tidos como símbolos da modernidade, progresso e civilidade, a exemplo do que acontecia na Europa, o grande modelo e influência da época.

Em 1886, formava-se o Clube Literário, tendo em João Lopes seu principal fundador e animador. Também integraram a agremiação Antônio Martins, Antônio Bezerra, José Olimpio, Abel Garcia, José de Barcelos, Francisca Clotilde, Farias Brito, Oliveira Paiva, Juvenal Galeno e Rodolfo Teófilo. Tinha como revista A Quinzena, expressando os primeiros sinais do realismo no Ceará, embora do Clube participassem também românticos, a exemplo de Juvenal Galeno. Nas sessões noturnas da entidade, liam-se e apreciavam-se livros recentes e faziam-se palestras sobre literatura e ciência. O Clube Literário era uma verdadeira ramificação do movimento abolicionista (especialmente da Sociedade Cearense Libertadora e do jornal O Libertador) – viam a abolição, baseando-se no pensamento positivista, como um sinal da evolução biológico-social-moral do povo cearense. Funcionou até 1894.

Em 1887, surgiria o Instituto do Ceará, formado por um grupo de intelectuais locais de diferentes profissões (médicos, juristas,

engenheiros, jornalistas, etc.), a exemplo de Guilherme Studart (Barão de Studart), Paulino Nogueira e Antônio Bezerra. Estes apresentavam diferentes posicionamentos políticos (republicanos, monarquistas, militaristas) e tinham no Instituto, com suas pesquisas e publicações (a Revista do Instituto foi por décadas publicada ininterruptamente), um meio para firmar uma identidade do povo cearense e seu destaque no Brasil. “Assim, o grupo de intelectuais que formava o Instituto do Ceará empreendeu o trabalho de delimitar o que era ou deveria ser o Ceará tanto espacial, quanto temporal e culturalmente. Para isso, por meio de um grande esforço de pesquisa foram se estabelecendo datas (cronologias) e fronteiras (cartografia) para dar forma a tal ideia de Ceará” (VALENTE, 2014: 35).

Em meio à crise econômica que atingiu o Ceará a partir da década de 70 (crise do algodão, seca de 1877-79), muitos intelectuais viram-se obrigados a mudar-se para o Rio de Janeiro (já nessa época, ninguém vivia de escrever no Ceará...). Parece que a freada do crescimento da economia nos últimos anos do século XIX iria contribuir para a formação e atuação da mais original agremiação cearense: a Padaria Espiritual, sobre a qual falaremos adiante.

No final do século XIX, o Ceará veria surgir mais algumas entidades de relevo. Em 1894 formar-se-ia a Academia Cearense, a mais antiga do Brasil e antecessora até da Academia Brasileira de Letras, que é de 1896. Entre os membros daquela agremiação encontraríamos Guilherme Studart, Justiniano de Serpa, Farias Brito, Franco Rabelo e outros. Ao contrário da Padaria Espiritual, onde prevaleciam intelectuais jovens, os sócios da academia eram quase todos homens de idade mediana, com mais de 30 anos. Publicando uma revista homônima, não apresentava objetivo exclusivamente literário, pois se dedicava ainda ao campo das ciências, da educação e da arte de modo geral. Após uma reorganização em 1922, originaria a atual Academia Cearense de Letras.

Igualmente em 1894, surgiria o Centro Literário, fundado por dois padeiros dissidentes: Temístocles Machado e Álvaro Martins, que organizaram o grêmio com propósito de se contrapor à Padaria Espiritual. Foram membros do Centro figuras como Juvenal Galeno,

Papi Júnior, Quintino Cunha, José Albano, Farias Brito e Rodolfo Teófilo. Apesar de não ter a mesma originalidade da Padaria e nem a mesma repercussão, o Centro Literário realizou conferências e sessões literárias, editou obras (inclusive uma revista, Iracema) e prestou auxílio às sociedades congêneres (inclusive à Padaria). Nacionalistas, os integrantes do Centro chegaram a propor mudar o nome de Fortaleza para Iracema (em homenagem a José de Alencar). Duraria até 1904 (BARREIRA, 1986; AZEVEDO, 1982; CARDOSO, 2002; OLIVEIRA, 2002; LIMA, 2002; OLINDA, 2004; TINHORÃO, 2006; ABREU, 2009)

Em maio de 1889, era fundada a Escola Militar do Ceará, cujos alunos (cadetes) teriam participação ativa na vida intelectual e política cearense na última década do século XIX. Importa ressaltar que com a melhor estruturação do Estado brasileiro, a influência do positivismo e o triunfo na Guerra do Paraguai (1864-70) e a ascensão do Exército no jogo político nacional, setores sociais passaram a valorizar a vida na caserna – durante muito tempo viu-se a vida militar como uma verdadeira punição. Para muitas famílias pobres, a vida militar virou forma de garantir um "bom futuro" aos filhos. Havia dentro daquele modelo de escola um debate sobre o tipo ideal de militar – o soldado-cidadão, envolvido em questões políticas, dentro de uma visão de que os militares tinham o melhor a ofertar à Pátria, ou o soldado-profissional, voltado apenas para obedecer a hierarquia e preparo belicista. Não foram poucas as manifestações do "soldado-cidadão" demonstradas pelos cadetes da Escola Militar de Fortaleza: o apoio à proclamação da República em novembro de 1889 (era muito forte a influência do positivismo dentro da instituição), a deposição do governador cearense Clarindo de Queiroz, em 1892 (veja o capítulo 17) e o envio de voluntários para combater a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, no ano de 1893, e em apoio ao presidente Floriano Peixoto. O ativismo político dos cadetes incomodou bastante certos segmentos das elites e grupos políticos. Isso e alguns maus comportamentos dos cadetes (bebedeiras, brigas, etc.) contribuíram para o fechamento da instituição em 1897 (o atual Colégio Militar da capital foi fundado em 1919) (MARQUES: 2014).

12.8 A PADARIA ESPIRITUAL

A crise financeira cearense no final do século XIX atingiu em cheio os segmentos médios urbanos emergentes – como manter o padrão de vida? Como obter empregos compatíveis com o grau de instrução da classe? Como os intelectuais poderiam ser reconhecidos pela elite dirigente e ascender socialmente numa sociedade sem leitores (em geral, apenas alguns membros das classes abastadas e média liam – bacharéis, acadêmicos, funcionários públicos, militares, etc.), que os via apenas como boêmios improdutivos?

Sem terem conhecido uma condição social de estabilidade que se equiparasse à dos intelectuais [da capital] do Império, nossos escritores viam-se, sobretudo, como categoria social isolada em um meio em que se processava a estagnação econômica. Daí o êxodo ou o expatriamento, na expressão de um dos expatriados, Antônio Sales, para a capital do país. A vida intelectual ficaria circunscrita, sobretudo, a instituições oficiais [aquelas sustentadas pelo governo, como a Academia Cearense e o Instituto do Ceará] (OLIVEIRA, 2000: 41).

Assim, nesse contexto e com um ar de inconformismo, crítica, irreverência e comicidade, batendo duro no "ramerrão burguês" da sociedade cearense, é que Antônio Sales fundaria, em 1892, a Padaria Espiritual. O grêmio surgiu no Café Java, um dos quatro quiosques/café-restaurantes na Praça do Ferreira, de propriedade de Manuel Pereira dos Santos, o folclórico Mané Coco, e costumeiramente frequentado por boêmios, reunindo jovens intelectuais, a exemplo de Ulisses Bezerra, Sabino Batista, Tibúrcio de Freire, Álvaro Martins, Temístocles Machado e Lopes Filho.

Antônio Sales, em depoimento posterior, afirmou que de início se posicionara contra a insistente ideia de Sabino e Ulisses de se criar um novo grêmio literário, pois temia que se fundasse mais uma sociedade como tantas anteriores, com um caráter formal de academia-mirim, burguesa, retórica e quase burocrática. Sales queria algo original, um tanto escandaloso, que sacudisse o nosso meio e tivesse repercussão lá fora.

Contando com o apoio dos companheiros, coube a Sales propor o nome da organização, “Padaria Espiritual” (o nome se contrapõe à ideia de matéria, privilegiada pela burguesia que se preocupava mais em ganhar dinheiro), e elaborar o hilário Programa de Instalação, um dos principais responsáveis pelo sucesso da agremiação e que foi até publicado em jornais do Rio de Janeiro. O Programa apresentava 48 artigos, afirmando o primeiro que se criava uma sociedade de rapazes de letras e arte (...) cujo fim é fornecer pão de espírito aos sócios, em particular, e aos povos, em geral.

Em outros artigos, os “padeiros” (membros do grupo) eram proibidos de recitar ao piano, escrever nas folhas mais ou menos perfumadas dos álbuns, usar o tom oratório, sob pena de vaia. Era-lhes vedado ainda o emprego de palavras estranhas à língua vernácula, dizendo ainda o artigo 21 que se julgava indigna de publicidade qualquer peça literária em que se fale de animais e plantas estranhas à fauna brasileira – esse nacionalismo contrariava frontalmente o cosmopolitismo da belle époque e seria, trinta anos depois, uma preocupação dos promotores da Semana de Arte Moderna de São Paulo.

Havia igualmente uma preocupação em defender a cultura popular local – o artigo 34 do programa dizia que A Padaria Espiritual obriga-se a organizar (...) um Cancioneiro Popular, genuinamente cearense. Isso é algo a ser destacado, sobretudo, num momento em que as manifestações populares eram desprezadas (tidas como culturalmente atrasadas e inferiores em relação à civilizada Europa) e reprimidas.

O PÃO

Da Padaria Espiritual

Gerente — Director — Secretario

ANNO III — Fortaleza, 31 de Outubro de 1895 — NUM. 36

EXPEDIENTE "O Pão"

OS QUINZE DIAS

Os sócios, de início fixados em 20, receberiam nomes de guerra (Antônio Sales seria "Moacir Jurema", Henrique Jorge, "Sarasate Mirim", Adolfo Caminha, "Félix Guanabarino", entre outros), chamando-se ao presidente de "padeiro-mor", os secretários seriam designados de "forneiros", e o tesoureiro de "gaveta". "Padeiros

livres” eram sócios correspondentes e as reuniões recebiam o nome de “fornadas”.

Afora escritores e poetas, faziam parte da Padaria dois músicos (Henrique Jorge e seu irmão, Carlos Vítor), um pintor (Luis Sá) e um cidadão que não era nem escritor, nem músico ou pintor (Joaquim Vitoriano). A Padaria teria três padeiros-mores: Jovino Guedes (de 1892 a 1892), na primeira fase do grêmio, e José Carlos Júnior (de 1894 a 1896) e Rodolfo Teófilo (de 1896 a 1898), na segunda fase. As reuniões aconteciam inicialmente no Café Java, e depois, com a melhor estruturação da Padaria, passaram a acontecer na Rua Formosa, nº 105 (atual Barão do Rio Branco) e na casa de sócios. Um das preocupações dos padeiros foi divulgar seu grêmio, mantendo contato com periódicos, escritores e poetas de outros pontos do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco) e de Portugal. Eram redigidas atas sobre as “fornadas”, as quais não escapavam das ironias do grupo – a ata de 3 de junho de 1892, redigida por Antônio Sales, por exemplo, resume-se a isso: “presentes 12 padeiros (...). A falar francamente, não me lembra do que se passou nesta fornada. Fica nisso, portanto”.

Padaria Espiritual (segunda fase: 1894-98); sentados da esquerda para direita: José Carvalho, Almeida Braga, Valdemiro Cavalcante, Antônio

Sales, José Carlos Júnior e Roberto de Alencar. Em pé: Arthur Teófilo, Sabino Batismo, José Nava, Rodolfo Teófilo, Lopes Filho, Ulisses Bezerra e Antônio Castro

Há quem afirme que os "padeiros" eram socialistas ou influenciados pelo socialismo – os nomes de uso da agremiação (padaria, fornada, etc.) trazendo ideias associadas ao trabalho e trabalhadores, o fato de serem contra a ordem estabelecida, de criticarem a burguesia e a cor de sua bandeira (vermelha com uma pena e uma espiga de trigo em forma de "x" como a foice e o martelo) são significativos. Outros comparam a Padaria com a Maçonaria. O professor e pesquisador em literatura Sânzio de Azevedo, contudo, diz-nos que a ideologia da Padaria girou mais em torno de questões estéticas do que ideológicas. A Padaria não foi homogênea quanto aos estilos literários, pois havia componentes ligados ao parnasianismo, romantismo e outras correntes da última década do século XIX. O mesmo Sânzio Azevedo informa o grêmio consolidaria o realismo no Ceará, com obras como Os Brilhantes (1895), de Rodolfo Teófilo, A Normalista (1893), de Adolfo Caminha, entre contos de outros autores. Foi dentro da Padaria que nasceu o simbolismo local, com o livro Phantos, de Lopes Filho.

A Padaria teria ainda um jornal, O Pão, o qual, como a própria entidade, possuiu duas fases. Na primeira, de 1892 a 1894, percebemos um grêmio mais alegre e excêntrico, com um caráter de brincadeira e pilhéria, de crítica e ironia ao clero (conforme o cientificismo da época, o movimento era fortemente anticlerical), à polícia, à burguesia que "arrota carne cozida e palita os dentes enquanto fala mal da vida alheia". Enfim, a tudo que fosse "velho e desatualizado" e não tivesse valor artístico. Algumas cópias de O Pão acabaram recolhidas. Muitas vezes, as "fornadas" eram regadas a pinga e muitas anedotas. Os padeiros chegaram a recitar de cima dos sobrados, usar barbas postiças e desfilar com um pão de três metros em direção à Praça do Ferreira!

Em 1894, iniciando a segunda fase que se estenderia até 1898, a Padaria, ameaçada de extinção, foi reorganizada, perdendo alguns de seus membros originais por morte, expatriamento ou expulsão, e ganhando outros, como José Carlos Júnior, Rodolfo Teófilo e

Antônio Bezerra (todos remanescentes do Clube Literário, como o próprio Sales). Foi uma fase mais séria e produtiva – para muitos, a entidade, que tanto ironizara a figura do burguês, acabou também se aburguesando, em busca de maior reconhecimento social. A Padaria se autoextinguiria em 1898 pelo desinteresse dos próprios membros (BARREIRA, 1986; AZEVEDO, 1982; PONTE, 1993; MOTA, 1994; OLIVEIRA, 2000; CARDOSO, 2002; OLIVEIRA, 2002; LIMA, 2002; TINHORÃO, 2006; ABREU, 2009; AZEVEDO, 2011; CARDOSO, PONTE, 2012).

Um dos prédios mais conhecidos em Fortaleza é o do Centro de Turismo (outrora Emcetur – Empresa Cearense de Turismo), onde funcionava a antiga Cadeia Pública da cidade. O local foi totalmente desmemorizado – nas celas, onde centenas de homens e mulheres, escravos ou livres, foram por décadas confinados, humilhados e, não poucas vezes, torturados, encontram-se agora artesãos com seus trabalhos a fim de estimular e vender produtos turísticos.

A Cadeia Pública não foi o primeiro local de detenção em Fortaleza – antes, a "justiça" se fazia na Cadeia do Crime (situada onde hoje estão galpões da 10ª Região Militar), e na Casa de Correição, criada pelo presidente José Martiniano de Alencar, em 1835, e situada na Rua da Pitombeira (atual Floriano Peixoto). A diferença entre ambas é que a primeira servia para os presos mais perigosos, sem qualquer perspectiva de regeneração.

A construção da Cadeia Pública deu-se entre 1851 e 1866, embora desde 1855 tenha recebido os detentos da Casa de Correição e da Cadeia do Crime, que, assim, foram fechadas (os mais perigosos criminosos passaram a ser mandados para Fernando de Noronha).

A Cadeia Pública apresentava uma estrutura física opressiva, com celas superlotadas, precária iluminação, poucos banheiros e péssima higiene, sendo comum presos adoecerem e morrerem, especialmente de tísica (tuberculose). Eram constantes as reclamações dos governantes sobre a falta de recursos e a necessidade de ampliar a Cadeia para dar conta dos presos não só do Ceará, mas de capitanias vizinhas também. De acordo com relatório do governo provincial de 1858, a Cadeia comportava no máximo 70 condenados, e naquele momento, amontoava mais de

200! Eram comuns as fugas.

No fundo, constituía-se um grande depósito de gente e um instrumento de controle social e coação sobre os pobres e escravos. Havia um claro papel de recolher e afastar da sociedade quem afrontava a ordem social, não consumia nem produzia nada. Pelas condições de funcionamento da Cadeia Pública, não havia como recuperar ninguém. Verdade que, posteriormente, foram instaladas algumas oficinas, mas estas sempre estavam aquém da quantidade necessária para atender todos os detidos (igualmente instalaram uma escola e uma capela na Cadeia).

As autoridades imperiais não hesitavam mesmo em explorar a mão de obra dos presos, não com o propósito da regeneração moral pelo trabalho, mas por economia aos cofres públicos. Existiam os chamados "calcetas", ou seja, presos levados a realizarem obras públicas, a exemplo de limpeza de ruas, transporte de doentes para hospitais ou corpos para o cemitério. Geralmente, eram obras pequenas que demandavam poucos dias e poucos presos, os quais trabalhavam em parelhas, acorrentados e acompanhados por guardas pelas vias da cidade. O prédio da Alfândega foi construído com mão de obra presidiária.

Encontravam-se detidos ali tantos homens como mulheres, as quais eram obrigadas a passar o tempo todo na única cela destinada a elas. Ao contrário dos homens, na maioria, presos por homicídio, agressão ou roubo, as mulheres eram detidas pela prática da prostituição, aborto e quebra de "termo de bem-viver" – documento assinado em juízo pelo qual o acusado reconhecia sua má conduta (embriaguez, jogos de azar, briga, vagabundagem, etc.) e se comprometia a não mais praticá-la, sob ameaça de prisão em caso de reincidência.

A Cadeia Pública atendia também os senhores de escravos, que queriam punir, ensinar algum ofício, vender ou expulsar de sua residência cativos transgressores. Ali, tais escravos eram torturados (podendo ocorrer o mesmo a presos). A Cadeia recebia ainda marinheiros indisciplinados, em sua maioria, tripulantes de embarcações estrangeiras que atracavam no porto de Fortaleza. Funcionou até 1969, quando os presos passaram a ser deslocados para o Instituto Penal Paulo Sarasate, em Aquiraz. Em 2013, o IPPS

foi desativado (MARIZ, 2004).

Capítulo 13

Economia na segunda metade do século XIX

13.1 EXPANSÃO ECONÔMICA O Ceará, 1

A grande alavanca da economia cearense nesse período foi a cotonicultura. O algodão, cultivado comercialmente desde o final do século XVIII, entrou no século seguinte como o principal produto de exportação da província, vendido principalmente para atender a demanda inglesa, que usava a fibra nas indústrias têxteis. Na década de 1820, contudo, a lavoura decaiu em virtude da concorrência do algodão norte-americano, da desorganização da produção local ante os conflitos políticos (Independência, Confederação do Equador, etc.) e de pragas agrícolas.

Volta a cotonicultura a se recuperar a partir de 1840, atingindo o auge nos anos de 1860, devido a uma espetacular alta dos preços externos do algodão decorrente da queda da produção dos Estados Unidos, mergulhado na sangrenta Guerra de Secessão (1861-65).

A produção do algodão cearense atingiu seu auge em 1860

De um ano para o outro, a província cobriu-se de algodoais; derribavam-se as matas seculares do litoral às serras, das serras ao sertão; o agricultor com o machado em uma das mãos e o facho n'outra deixava após si ruínas enegrecidas. Os homens descuidavam-se da mandioca e dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os teares pelo plantio do precioso arbusto; era uma febre que a todos alucinava, a febre da ambição (GIRÃO, 1947: 224).

O algodão teria em Fortaleza seu grande centro coletor e exportador, contribuindo, assim, para consolidar a capital como principal centro urbano da província. Durante a safra, o comércio da capital apresentava uma animação extraordinária, ruas e praças cheias de animais que tinham transportado do interior os fardos de algodão; lojas apinhadas de comboieiros, de freteiros, de donos de mercadorias, cada qual com seu rol de encomendas, a comprar o necessário e o supérfluo (ibidem).

Entre 1870-1875, o algodão representou 59,7% das exportações cearenses. É um desempenho destacável, sem, no entanto, a arrecadação ser maior que a do período entre 1865-1870, onde a quantidade de quilos exportados foi menor, 52,5% do total, mas a arrecadação foi maior, devido ao aumento do preço do produto com o incremento da procura no mercado externo (GIRÃO, 1947; GIRÃO, 1985; GUABIRABA, 1989; LEMENHE, 1993; LEITE, 1994; MENEZES, 2006).

13.2 DIVERSIFICANDO A PAUTA

Em virtude da procura nos mercados nacional e internacional, ocorreu no Ceará, durante a parte final do século XIX, uma diversificação da produção agrícola. É o caso do café, cuja exportação nessa etapa apresentou uma importância nada

desprezível no conjunto da economia local, ainda que insignificante se comparada com os números do centro-sul brasileiro.

Tradicionalmente, se diz que o café foi trazido ao Ceará por José de Xerez Furna Uchoa, juiz e capitão-mor da região do Acaraú, que, numa viagem à França, trouxe uma muda que foi plantada no sítio Santa Úrsula, na serra da Meruoca, em1747 – isso 20 anos apenas após a introdução da espécie no Brasil (no Pará), por Francisco de Melo Palheta.

Ao Cariri, o café teria chegado em 1822. O certo é que se propagou lentamente entre as regiões serranas cearenses – Baturité, Maranguape, Meruoca, Aratanha, Ibiapaba, Uruburetama e Araripe, onde o solo, a temperatura e a pluviosidade lhe eram favoráveis. A cafeicultura, de início, reduzia-se a pequenas áreas, “no fundo de quintal”, para consumo caseiro.

Contudo, ante a procura externa e a lucratividade garantida, houve uma expansão da lavoura cafeeira. Já em 1841, o café vigorava na lista de exportações cearenses, sendo comercializado para outras províncias e para o exterior. Superou, em valor, as exportações do algodão entre os anos de 1877-78. De 1890 em diante os dois gêneros conservaram mais ou menos o mesmo volume até que venceu novamente [o algodão] em 1899-98 (GIRÃO, 1947: 370).

Recursos vindos da pecuária e cotonicultura contribuíram para a expansão da cafeicultura cearense, a qual, a princípio, teve como maior centro produtor a serra de Maranguape – depois superada por Baturité.

Apesar do modo rudimentar do cultivo da lavoura e das baixas rentabilidade e lucratividade, o café possibilitou o surgimento de uma pequena aristocracia em Baturité (evidente que nem de longe semelhante em poder e riqueza à elite cafeicultora do Rio de Janeiro e São Paulo), cujos hábitos, costumes e posses deram-lhe projeção na vida econômica e política da província. É o caso de famílias como as dos Queiroz, as dos Holanda, as dos Linhares, as dos Caracas, as dos Ferreira Lima, as dos Sampaio, as dos Dutras, entre outras.

A cafeicultura, não obstante, entrou em crise a partir da década de

1890, devido ao envelhecimento dos cafezais, à escassez de terras para a expansão da lavoura nas serras, à precariedade dos meios de transporte, à falta de maiores recursos, às secas e mesmo à concorrência de outros centros produtores.

Mereceu atenção, no período, o açúcar — ainda que os lucros deste fossem menores que os obtidos com o café, o que era compreensível, pois os preços do açúcar estavam em baixa há muito tempo nos mercados nacional e internacional. A cultura da cana existia no Ceará desde o período colonial, quando se destinava à produção de rapadura, cachaça e açúcar para o mercado interno. Contudo, ganhou importância maior a partir de meados da década de 1840, principalmente, em Baturité, Ibiapaba, Meruoca e nos brejos do Cariri, crescendo em níveis suficientes até para permitir a venda de açúcar para o exterior.

Observa-se uma expansão da cana até 1862. Daí em diante, com o boom do algodão, as atenções voltaram-se para este gênero. As exportações para o mercado internacional, entretanto, permaneceram, ainda que em pequenas quantidades.

A partir de1845, o Ceará passou a exportar igualmente a borracha de maniçoba e, em menor escala, a de mangabeira. Isso porque americanos e europeus estavam consumindo o gênero na produção de pneus com o processo de vulcanização desenvolvido por Goodyear, em 1839.

Enquanto a mangabeira restringia-se praticamente à região do Araripe e de Mundaú, a maniçoba estava espalhada nas serras de Maranguape, Pacatuba, Baturité, Jubaia, Juá, Machado e Uruburetama e em certas zonas sertanejas, especialmente, as regiões de Assaré e Aracatiaçu. Apesar da má qualidade do produto, imperfeição do processo de sua extração e preparo, e mesmo de adulterações feitas pelos apanhadores, a borracha continuou entre aqueles produtos exportados pela província, com altos e baixos, até 1912, momento no qual se iniciou a depressão que levou ao declínio o comércio da borracha brasileira, pela concorrência do Ceilão e Malásia – ali, os ingleses cultivaram seringueiras, após contrabandearem mudas do norte brasileiro.

Um dos produtos cujos negócios foram ampliados na década de

1850, apesar de já estar na pauta das exportações desde 1845, foi a cera de carnaúba, planta nativa das margens dos rios do Ceará, mormente do Jaguaribe. Utilizavam-na, principalmente, para a fabricação de velas, consumidas na província e em regiões vizinhas. Também chegou a ser exportada para a Europa, alcançando seu maior valor de venda entre 1867-68.

A pecuária viveu um desenvolvimento contínuo naquela etapa histórica, a que se pode associar o incremento da cotonicultura – era um revigoramento do chamado binômio gado/algodão. Os dados das exportações cearenses mostram que com o aumento do cultivo do algodão houve um crescimento das exportações cearenses de couro. A pecuária, portanto, continuava sendo um importante setor da economia local, abastecendo o mercado interno do Ceará e das províncias vizinhas.

Curioso notar que a incorporação de novas terras e de novos contingentes de força de trabalho com a cotonicultura e a pecuária ensejaram a expansão da economia de subsistência – era comum, nos mesmos cercados, nos quais se cultivava algodão, plantar-se também milho, feijão, etc. Essa expansão pode igualmente ser associada a estímulos dados pelos governantes, preocupados em minorar a fome grassante nos sertões e diminuir a tensão social. Ainda que considerada a impossibilidade de se dimensionar a produção de alimentos para o consumo interno, o aparecimento do milho, do feijão, da rapadura e da farinha, no elenco de produtos exportados, representa indício de crescimento da economia de subsistência (GIRÃO, 1947; GIRÃO, 1985; GUABIRABA, 1989; LEMENHE, 1993; LEITE, 1994; LIMA, 2000).

13.3 GRANDES NEGÓCIOS

O aumento da demanda externa pela produção local (especialmente por algodão e couro) e o crescimento da renda das classes dominantes e médias com a expansão da economia na segunda metade do século XIX contribuíram para a instalação,

especialmente, em Fortaleza, de várias casas comerciais exportadoras e importadoras – muitas, por sinal, pertencentes a estrangeiros, fixados no Ceará, atrás de bons lucros. Assim, por exemplo, quebrando o monopólio inicial da Casa Inglesa (Singlehurst & Co., instalada em 1811 por William Wara) apareceram outras firmas como Kalkmann & Cia, John and Graf & Cia, Brunn & Cia., Luis Sand & Cia, Gradvohl Frères e Bóris Frères. Em 1862, havia um total de 203 casas comerciais brasileiras para 84 estrangeiras. No entanto, predominavam os estrangeiros nos escritórios de negociantes e nos armazéns, justamente naquelas firmas que cuidavam da exportação e importação e do abastecimento de gêneros grossos (GUABIRABA,1989: 54).

Prédio da Casa Bóris Fréres, que praticamente dominou o comércio

Dessas casas comerciais de estrangeiros, a de maior influência e poder foi a Bóris Freres, instalada em Fortaleza no ano de 1872 e com sede em Paris. Pertencente aos judeus Alphounse e Théodore Bóris, funcionava num esquema matriz-filial, o que facilitava o comércio de exportação e importação: enviava para o exterior o algodão e trazia tecidos, entre outros produtos manufaturados. Mantinha contatos com comerciantes de várias cidades e vilas do Ceará (Aracati, Acaraú, entre outras), bem como com casas comerciais de outras províncias do norte e nordeste. Com o poderio econômico, a Bóris Freres tornou-se influente nos círculos das decisões político-administrativas da província, agindo para defender seus interesses comerciais e aumentar os lucros. A Casa chegava a intermediar ou fazer empréstimos ao governo provincial. Era tão evidente a influência que, diz Raimundo Girão, o espírito popular começou a chamar o oceano [Atlântico] de "açude do Bóris" e qualquer dívida que surgisse num negócio determinado, o gracejo é que ela seria resolvida pelos Bóris. À justiça mesma deram a alcunha de "mãe dos Bóris", para significar que até nos tribunais a Casa era influente (GIRÃO, 1979: 156).

Abalava-se dessa maneira cada vez mais a tradicional intermediação comercial mantida com Pernambuco, na qual negocistas cearenses viajavam a Recife onde se abasteciam com o indispensável às suas lojas. Aumentou o comércio direto com a Europa, especialmente com Inglaterra e França, e com outras províncias do Brasil. Entre os produtos importados, destacavam-se os tecidos, peças de vestuário, perfumaria, objetos de decoração (sobretudo, vidrarias), vinhos, conservas, remédios, farinha de trigo, cigarros, etc.

Interessados em tudo o que beneficiasse a atividade comercial e seus negócios na província, aqueles comerciantes estrangeiros estiveram envolvidos em várias iniciativas, como (tentativas de) criação de bancos, estabelecimentos de estradas de ferro e fundação de companhias de seguro.

O aumento do número de comerciantes na praça de Fortaleza levou à fundação da Associação Comercial do Ceará em 1866 (funcionaria até o final dos anos 70, voltando a se organizar em 1897), a qual teve como primeiro presidente o inglês Henrique Kalkamann, e

entre os diretores, o também britânico Richard Hughes.

O setor comercial, fosse com negocistas estrangeiros ou locais, passou a ter cada vez mais peso na vida política cearense. Inexistindo bancos até então no Ceará, eram os comerciantes que financiavam a produção, cobrando não raras vezes juros exorbitantes. No fundo, havia uma acomodação de interesses entre comerciantes e proprietários de terras. Muitas vezes, os dois grupos se confundiam, pois não poucos comerciantes eram, ao mesmo tempo, grandes latifundiários.

Podia ocorrer de o dinheiro dos negocistas bancarem as eleições de políticos, os quais defenderiam questões de interesses daqueles na gestão pública. Outras vezes, as dívidas contraídas por latifundiários com negociantes do litoral, sobretudo durante os períodos de seca prolongada e após a crise algodoeira dos anos 1870, possibilitaram a ascensão política de muitos proprietários de casas comerciais. As dívidas davam margem a grandes negociatas, nas quais se utilizavam os currais eleitorais dos senhores de terra como elementos de possíveis acordos políticos. São muitos os casos de comerciantes possuidores de patente de coronel ou título de barão e com grande influência na política cearense do Império e na da República, a exemplo do coronel João Cordeiro, o coronel José Francisco da Silva Albano, depois Barão de Aratanha, e Joaquim da Cunha Freire, o Barão de Ibiapaba, entre outros.

Apesar de várias tentativas, só em 1893 surgiu o Banco do Ceará S.A., sobrevivendo até 1916. Neste mesmo período transacionaram pelo Ceará o Banco de Pernambuco, também desde 1893, o London and Brazilian Bank Limited (depois Bank of London and South American Limited) em 1910, e o Banco do Brasil em 1913. O primeiro banco com capital cearense foi a Casa Bancária Frota & Gentil, do sobralense José Gentil Alves de Carvalho.

É interessante destacar que, em consequência do aumento do movimento comercial a partir de 1850, o governo cearense procurou estimular as exportações locais, satisfazendo assim os interesses das firmas exportadoras, ao adotar medidas como a isenção de impostos, a concessão de privilégios para o estabelecimento de linhas de transportes e companhias de navegação, entre outras. Tais medidas, entretanto, na maioria das

vezes, esbarravam na burocracia e no centralismo do governo imperial (GIRÃO, 1947; GIRÃO, 1985; PORTO, 1988; GUABIRABA, 1989; LEMENHE, 1993; TAKEYA, 1995).

13.4 NOS TRILHOS DA MODERNIZAÇÃO

Acompanhando o crescimento da produção e do comércio, e para ele contribuindo igualmente, verificou-se na segunda metade do século XIX a ampliação dos meios e vias de transportes, de forma a dotar a província de melhores estruturas para o escoamento das mercadorias em direção ao litoral. Até ali, as estradas, ruins, não permitiam comunicações favoráveis e rápidas e só n'algumas rodavam os carros de bois (...) A inexistência de pontes e os atoleiros obrigavam a que eles só trafegassem nos meses de verão (...) do Aracati a Icó e do Acaraú a Sobral restrigia-se o seu movimento (...) (GIRÃO, 1947: 335).

Após alguns planos que não saíram do papel, em 1870, o governo provincial assinou com a Companhia Cearense da Via Férrea Baturité contrato para a construção de ferrovia ligando a capital à vila do mesmo nome. Tal companhia possuía como diretores o Pe. Tomaz Pompeu de Souza Brasil (o Senador Pompeu), Gonçalo Batista Vieira (Barão de Aquiraz), os comerciantes Joaquim da Cunha Freire (Barão da Ibiapaba) e Henrique Broochlehurst, sócio da R. Singlehurst & Cia. (a popular Casa Inglesa) e o engenheiro José de Albuquerque Calvacante.

Em 1873 inaugurava-se, com grande euforia, o primeiro trecho da Estrada de Ferro Fortaleza - Baturité (EFB), entre Fortaleza e Arronches (Parangaba) e, em 1876, o de Pacatuba. Havia planos para estender os trilhos até o vale do Cariri, mas desde o início o empreendimento teve problemas financeiros – daí os atrasos nas obras e os constantes auxílios do governo.

No ano de 1878, a EFB acabou encampada pelo governo imperial. Quatro anos depois, em 1882, os trilhos finalmente chegavam a

Baturité. Posteriormente, sucederam-se prolongamentos em direção ao sul cearense, atingindo o Crato em 1926 (o nome Estrada de Ferro Fortaleza-Baturité foi mantido, no entanto).

A EFB trouxe benefícios à produção agrícola e ao comércio do Ceará, facilitando o escoamento da produção sertaneja (especialmente algodão e café) para Fortaleza e daí para os centros consumidores de além-mar, e transportando a produção de bens importados para o interior. Em 1878, durante calamitosa estiagem (seca de 1877/79), o governo imperial determinou com seus recursos, a construção de uma outra ferrovia no Ceará, ligando Camocim a Sobral – na qual, igual acontecera na EFB, usaram-se os braços dos flagelados sertanejos (veja box). Em 1881, foi entregue ao movimento dos trens o trecho entre Camocim-Granja, e em dezembro de 1882, inaugurada a estação de Sobral.

Importante notar que a construção da EFS trouxe alguma prosperidade para Camocim em detrimento de Acaraú, em virtude da decadência da histórica rota comercial antes feita pelo porto desta cidade. O surto da borracha na Amazônia na década de 80, provocou euforia no norte cearense – o porto de Camocim, por ser o mais próximo da Amazônia, viveu grande agitação com o comércio e a saída de cearenses para aquela região.

Diante da fome, migrações e “desatinos” (saques, mendicância, furtos, prostituição, etc.) provocados pelos flagelados da seca de 1877/79, as autoridades imperiais decidiram usar a mão de obra dos retirantes na construção de diversas obras, a exemplo do prolongamento da Estrada de Ferro Baturité.

No discurso dos setores dominantes e do governo, aquela era uma ação humanitária e de socorro público, pois se estava dando trabalho à massa para “assegurar-lhe meios de subsistência e atenuar a miséria”. Na realidade, os governantes buscavam aliviar a tremenda pressão social vinda com a seca, controlar e disciplinar a massa sertaneja que, desesperada, era uma ameaça real à ordem social, e aproveitar, –e, porque não? –, explorar) aquela mão de obra disponível e barata em projetos de interesse dos grupos dominantes. Os trabalhadores eram submetidos à severa disciplina, sendo vigiados por homens armados, a fim de que produzissem o máximo e não abandonassem os postos.

A expansão da via férrea entre Pacatuba e Baturité utilizou um contigente de mais de dez mil operários, que com seus dependentes, perfazia em torno de 50 mil pessoas “socorridas da estiagem”. O uso dos flagelados trouxe um resultado adverso, pois os sertanejos, vitimados pela desnutrição, calor, fome, miséria, pouco rendiam. Além disso, não tinham tanta habilidade na construção de ferrovias e os salários eram baixos e, não raro, pagos atrasados. Enquanto as elites achavam que a massa deveria ser grata pelo trabalho, os sertanejos entendiam que estavam sendo explorados, a tal ponto que, de tão infelizes, abandonavam seus postos e voltavam ao interior na esperança de que no próximo ano as chuvas caíssem. Isso levava os setores dominantes a tachar os sertanejos de preguiçosos e a defender a necessidade de mais disciplina para que aprendessem o valor do “bom trabalho”.

Não raras vezes os atrasos dos pagamentos ou na distribuição de alimentos e a disciplina rígida que se tentava impor nos trabalhos levaram os sertanejos a se revoltar. Por exemplo, em Baturité, a 15 de outubro de 1877, de três a quatro mil pessoas reuniram-se em frente ao depósito do governo esperando a entrega das “rações”. O agente da distribuição, contudo, como já era tarde, não quis realizar a distribuição dos alimentos. Os trabalhadores se rebelaram,

saqueando o armazém. Forças públicas de Fortaleza deslocaram-se para “manter a ordem na cidade”. Na capital também ocorreram tumultos semelhantes. O governo chegou a pedir um navio de guerra em frente à cidade para “impor respeito ao povo” (FERREIRA, 1989; CÂNDIDO, 2005; SILVA, 2013).

Sobral, com a ferrovia, incrementou o controle sobre o centro-norte do Ceará e, com os prolongamentos da EFS – para Crateús, em 1912 e Ibiapaba em 1918 –, influenciou ainda mais áreas do Piauí e Maranhão. Sobral continuava com seu papel de destacado entreposto comercial: mais facilmente passou a coletar a produção de algodão, café, couros, etc. daquelas localidades e a fornecer-lhes importados. A cidade conheceu igualmente uma fase de expansão urbana e aformoseamento (construção do Teatro São José, do Jockey Club, casas elegantes, etc.). Em 1950, após muitas interrupções, se concluiria a estrada de ligação entre a EFS e a EFB (iniciada na década de 1910). Vale lembra que desde 1909, as duas ferrovias estavam sob administração da recém-criada Rede de Viação Cearense (RVC), arrendada à South American Railway. Em 1915, a RVC passa à administração da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS, a partir de 1945 chamado Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS).

Além de várias estradas de rodagem abertas na segunda metade do século XIX entre as vilas, ampliou-se a navegação de cabotagem no litoral cearense. Até 1858, a única companhia marítima nacional a vapor a atender a província era a Companhia Pernambucana, a qual enviava um único navio, regularmente, aos portos locais. A partir daquela data, por contratos do governo cearense, estendeu-se o privilégio à Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, aumentando a frequência e o número de navios disponíveis para o embarque de mercadoria e pessoas.

Após 1865, a Companhia Brasileira de Navegação a Vapor, do Rio de Janeiro, começou a fazer escalas nos portos do Ceará, na linha que estabeleceu ligando a capital do império a Manaus. Na década de 1860 ainda (exatamente no auge da cotonicultura), companhias estrangeiras de navegação a vapor, como a Liverpool Northern Brazil Steamers, mais tarde chamada A. Booth Company, e a Red Cross Line of Mail Steamers (ambas inglesas), estabeleceram as

primeiras linhas regulares vinculando o Ceará, através de Fortaleza, aos cais europeus e norte-americanos, particularmente Liverpool, Hamburgo, Havre, Barcelona, Lisboa e Nova York. Existiam problemas, porém, com o comércio marítimo: a longa duração e a insegurança das viagens, que poderiam provocar deteriorização nas mercadorias ou perda total por naufrágio.

A primeira ferrovia cearense (Estrada de Ferro Baturité), símbolo de modernização, foi inaugurada em 1873. O escoamento de algodão e café era uma das metas principais

Fortaleza, assim, passou a ter não só a primazia do comércio direto com a Europa, favorecida pelas linhas de vapores ingleses e pelo fechamento da alfândega de Aracati em 1851, mas também com outras províncias, uma vez que seu porto foi incluído nas rotas destinadas à região sudeste, ligando-a aos mais importantes portos do País. Tais medidas, entre tantas outras, contribuíam para tornar Fortaleza o centro urbano hegemônico do Ceará, conforme veremos melhor no capítulo seguinte (FERREIRA, 1989; GUABIRABA, 1989; LEMENHE, 1993; OLIVEIRA, 1994; CÂNDIDO, 2005; MORAIS,

2010; PEREIRA, MUNIZ, 2011).

13.5 A CRISE DO MODELO

A prosperidade da segunda metade do século XIX e a colocação do Ceará numa situação mais vantajosa no mercado internacional em relação a períodos anteriores de sua história não foram suficientes para modificar a posição da província como uma das áreas mais pobres do Brasil ou alterar o quadro de fragilidade da economia e das elites locais. A dinamização da economia beneficiou mesmo alguns comerciantes, latifundiários, capitalistas de origem estrangeira e alguns segmentos médios urbanos.

O sistema latifundiário mantido nos sertões, a má qualidade dos solos, a estreiteza do mercado interno em virtude da concentração de renda, a precariedade dos transportes (mesmo com os avanços já relatados), o alto custo dos fretes, os limitados recursos tecnológicos (chegou-se a importar umas poucas máquinas para o processamento de café, algodão, etc.), a falta de providências efetivas contra as secas, a sujeição às altas e baixas do mercado internacional, entre outras razões, limitavam e tornavam descontínuo o processo de crescimento econômico da província.

Assim, na década de 70 verificou-se o fim daquela euforia progressista e o início de uma crise do modelo agroexportador cearense. Além daqueles fatores, poder-se-ia citar mais três, conjunturais: a queda drástica dos preços externos do algodão – os EUA, saídos de sua Guerra Civil, voltaram a inundar o mercado inglês com sua produção –, a seca de 1877/79, a qual abalou os setores produtivos locais, e a crise financeira que atingiu a economia brasileira como um todo no pós-Guerra do Paraguai.

Para tentar manter o nível de renda, o Ceará buscou aumentar a produção e exportar mais, o que contribuía ironicamente ainda mais para a queda dos preços internacionais dos produtos. Logo após a seca de 1877/79, já a partir do quinquênio de 1850/85, os

volumes das exportações de algodão voltaram a ser superiores aos dos períodos anteriores a 1865/70, porém, apresentando preços médios bem menores.

A solução foi buscar outros mercados europeus que não o inglês (embora aqueles cada vez ficassem menores também ante a concorrência avassaladora dos EUA) e voltar-se para o mercado interno do Brasil, que conhecia a instalação de suas primeiras fábricas têxteis, principalmente no sudeste.

Houve, no século XIX, uma pequena expansão do protestantismo no Ceará, provocando a fúria da Igreja Católica e de seus adeptos mais radicais e gerando uma disputa não só de fé, mas de espaços de poder. Como em outros locais do Brasil, os credos protestantes chegaram à província com os viajantes, estudiosos, comerciantes, trabalhadores, etc., de origem estrangeira (fossem europeus ou norte-americanos).

Os primeiros protestantes do Ceará, pelo menos a princípio, não se empenhavam em divulgar o credo evangelista ou manifestar publicamente sua religião, temendo talvez represálias ou prejuízo nas atividades profissionais que exerciam em face da forte tradição católica cearense. Possivelmente realizavam seus cultos no espaço doméstico, uma vez que faltavam na arquitetura da cidade no século XIX templos para esse fim. Mas a presença protestante era evidente e até considerável, como demonstra a construção de um cemitério de ingleses, ou seja, um campo santo para enterrar os não-católicos.

Depois, vieram os missionários com a intenção de converter as populações locais a outras práticas cristãs e, lógico, arrebanhar seguidores. O primeiro a vir ao Ceará foi o reverendo presbítero De Lacy Wardlan, em 1882, num programa missionário promovido pelas Igrejas Presbiterianas do sul dos Estados Unidos. Suas práticas litúrgicas públicas (não praticar culto a santos e a Maria, cantar hinos de louvor em português, difusão de bíblias e folhetins, artigos na imprensa, comparecimentos a enterros, etc.) irritaram os meios católicos, sobretudo, porque as leis do Império proibiam de se manifestarem as demais religiões publicamente – o Brasil era, então, um país oficialmente católico.

Os segmentos católicos usaram de todos os artifícios para intimidar o reverendo, de notas agressivas nos jornais a ameaças e agressões físicas – chamavam-no jocosamente de padre casado ou amancebado. Quando das pregações públicas, os evangélicos não raras vezes tinham que aguentar insultos, vaias, gritos, piadas e até pedradas, sobretudo no interior cearense, onde a religiosidade católica era mais acentuada. Chegou-se a jogar areia no prato de refeição de De Lacy quando de sua estada em Baturité. Houve a aprovação de uma lei na Assembleia Provincial aumentando escandalosamente os impostos pagos por comerciantes que vendessem livros não-católicos. Os protestantes, por outro lado, igualmente atacavam/reagiam aos católicos: maridos forçavam esposas e filhos a se converterem, evangélicos quebravam imagens de santos em público, acusavam de fanáticos, ignorantes e supersticiosos os católicos, etc.

Apesar de tudo, De Lacy continuou com seu trabalho, voltando para os Estados Unidos apenas em 1901. Em pouco surgiram pela província os primeiros cearenses convertidos.

As crenças protestantes na primeira metade do século XX teriam como grande pregador no Ceará o potiguar de Açu, Natanael Cortez. Nascido em 1889, teve uma origem modesta. Em 1914, ordenou-se bacharel em teologia e ministro da Igreja Presbiteriana, vindo no ano seguinte para o Ceará, onde serviu como pastor por 37 anos. Com ele, aumentou o número de seguidores, concluiu-se o templo presbítero de Fortaleza, criaram-se novas congregações no interior.

Orador brilhante, Cortez escreveu em vários jornais da capital cearense, travando duras polêmicas com a Igreja Católica. Professor do Liceu e da Escola Militar, industrial, ocupou o cargo de deputado estadual, até ser cassado pela Revolução de 30. Apesar do conservadorismo típico de determinados setores protestantes, Natanael Cortez apresentava posições políticas bem avançadas em certas áreas, como ao defender uma reforma agrária ampla. Faleceu em 1967 (GIRÃO, 1985; SOUZA, 2000; OLIVEIRA, 2001; GADELHA, 2008; SOUZA, 2006; OLIVEIRA FILHO, 2011).

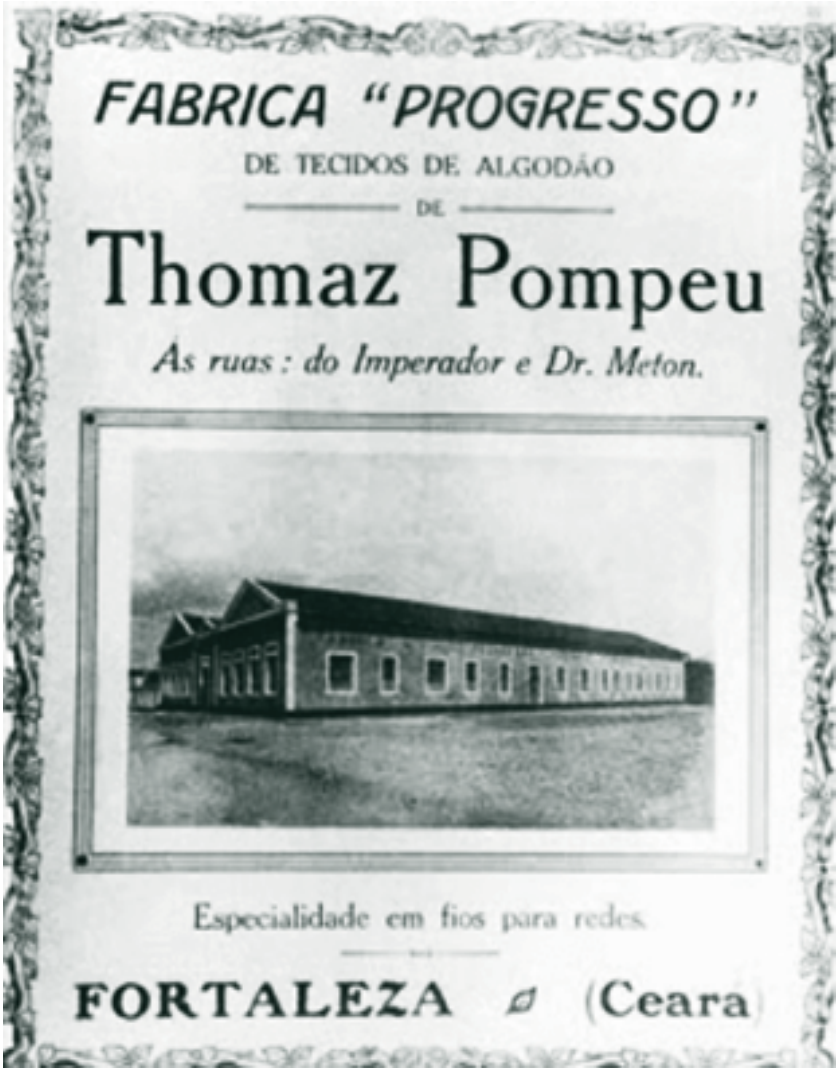
Foram a abundante, e agora encalhada produção local de algodão, a existência de um promissor mercado consumidor local de tecidos

não tão refinados (entenda-se, para pobres) e os recursos dos comerciantes que possibilitaram a instalação das primeiras indústrias têxteis no Ceará na década de 1880. Não se pode esquecer que, nacionalmente, o Império havia adotado algumas medidas protecionistas, especialmente a partir de 1879, o que favoreceu a expansão industrial. Em 1882 era criada, em Fortaleza, entrando em funcionamento efetivamente em 1883, a pioneira Fábrica Progresso (que inicialmente teve a denominação de Fábrica de Fiação e Tecidos Cearenses), pertencente a Antônio Pompeu de Sousa Brasil, Thomas Pompeu de Sousa Brasil (filhos do senador Pompeu) e ao cunhado destes, Antônio Nogueira Accioly. Em 1889, fundava-se a Companhia Fabril de Tecidos União Comercial, da firma Holanda, Gurjão & Cia; em 1890, a Companhia Fabril Cearense de Meias e a Fábrica Ceará Industrial, todas em Fortaleza. No interior, em 1893, surgiria a fábrica Santa Thereza, no Aracati (fundada, inclusive, num esforço dos aracatienses em estancar a decadência da cidade). Dois anos depois (1895) inaugurava-se a fábrica de Tecidos Sobral, na cidade do mesmo nome e de propriedade da firma Ernesto, Saboia & Cia.

Na última década do século XIX, o algodão, era, em grande parte, consumido pelas fábricas de tecidos e fiação da capital, Aracati e Sobral, e pela indústria de tecelagem de redes exportadas para o norte e para o centro-sul do País. A produção dessas fábricas era de tecido grosseiro para classes populares e para o ensacamento, de óleos vegetais, cigarros e chapéus.

Elizabeth Fiúza Aragão diz que essa indústria têxtil representa, efetivamente, o aparecimento do padrão moderno de industrialização no Ceará, com edificações próprias, maquinarias importadas (normalmente, da Inglaterra), o domínio de novas técnicas de produção e a formação de um pequeno grupo burguês industrial e de uma (também numericamente pequena) classe operária, assalariados moradores de Fortaleza, onde se concentra a produção fabril (ARAGÃO, 2002).

A ressalva é feita porque na segunda metade do século XIX apareceram na província também pequenas fábricas e oficinas, muitas das quais localizadas nos “fundos dos quintais” e pertencentes a estrangeiros, produzindo sabão, bebidas, calçados, doces, chapéus, óleos, cigarros, velas, fogos de artifícios, peças de ferro, refino de açúcar, produtos farmacêuticos (preparos de urucum, jurubeba, etc.), uma lista à qual pode ser incorporado o produto do trabalho de alfaiates, marceneiros, padeiros, tipógrafos, etc. Apresentavam, não obstante, técnicas rudimentares de produção, absorvendo um número restrito de empregados, num contexto em que a vida doméstica não era muito diferente da vida econômica.



De qualquer forma, porém, a produção industrial, no contexto da economia da província, não exercia grande importância, pois a produção era diminuta.

Assim, ante todos esses aspectos, não surpreende que a economia cearense entrasse no século XX em grave crise e instabilidade financeira (SAMPAIO FILHO, 1985; PORTO, 1988; ALMEIDA, 1989; AMORA, 1989; ARAGÃO, 1989; GUABIRABA, 1989; NOBRE, 1989; VIANA, 1992; VIANA, 1993; LEMENHE, 1993; ARAGÃO, 2002).

Capítulo 14

A hegemonia de Fortaleza

14.1 AS RAZÕES DE UMA CIDADE Ao ve

Foi ao longo do século XIX que se verificou o processo de hegemonização de Fortaleza – tornou-se apenas na segunda metade daquele século o principal núcleo urbano, político, econômico e social do Ceará. E por que isso aconteceu?

As razões são muitas e estão interligadas. Maria Auxiliadora Lemenhe diz-nos que o triunfo da cidade não deve ser desvinculado do sistema político-administrativo do Império, que criou os mecanismos favoráveis à hegemonia de Fortaleza, ao beneficiar as capitais provinciais (LEMENHE, 1993).

Sabemos que o período monárquico brasileiro, sobretudo o II Reinado (1840-89), caracterizou-se pelo centralismo político. Isto significa que as elites do sudeste brasileiro e o governo imperial (cuja sede encontrava-se naquela região, no Rio de Janeiro), visando conservar a integridade territorial do País, conter as revoltas que eclodiam vez por outra e conservar e fazer prevalecer seus interesses, sobrepuseram-se ao resto do País, submetendo as oligarquias regionais.

Nesse sentido, houve por parte da monarquia a postura intencional de tornar as capitais das províncias verdadeiros núcleos a serviço da ordem social e da unidade territorial desejadas contra qualquer pretensão autonomista/separatista que as oligarquias regionais acalentassem. De certo modo, reproduziu-se nas províncias com suas respectivas capitais o centralismo que havia do Rio de Janeiro em relação ao resto do Brasil. O Império tomou diversas medidas para estimular e reforçar o papel das capitais provinciais como grandes centros locais do poder político, econômico, militar e administrativo – aquelas capitais, por isso, tornaram-se, em cada província, os núcleos urbanos que mais recebiam investimentos e obras, mais recolhiam a produção interiorana para exportação, mais captavam tributos para o governo, etc. E quanto mais as capitais prosperavam, mais investimentos e poderes elas obtinham, levando a mais prosperidade e à hegemonização urbana, enquanto as outras vilas e cidades das províncias eram esvaziadas.

Daí, entende-se por que ao longo do século XIX, sobremaneira, na segunda metade deste, ocorreu uma série de obras e decisões administrativas beneficiando Fortaleza: obras no porto (no exato

momento em que a rival e decadente Aracati reclamava da erosão de seu porto e da inadequação deste para navios de maior calado), abertura e melhorias de estradas ligando a capital a áreas produtoras próximas (enquanto nenhum recurso era despendido com o melhoramento da via Aracati-Icó, a mais importante para o comércio aracatiense), o estabelecimento do monopólio do comércio exportador por Fortaleza (fechou-se em 1851 a alfândega de Aracati, que assim ficou excluída do comércio internacional), aumento das taxas cobradas em Aracati sobre a comercialização de bens negociados com outras províncias brasileiras (a cidade da foz do Jaguaribe vai, dessa forma, perdendo para a capital a condição de núcleo principal nas transações comerciais com o resto do País), contratos do governo imperial com companhias de navegação costeira privilegiando o porto de Fortaleza (mais navios e maior frequência nas atracagens), entre outras decisões. Ao que consta, a renda obtida com o aumento da arrecadação provinciana no século XIX foi em boa parte aplicada em Fortaleza.

Uma outra obra que mostrava a hegemonização de Fortaleza (e ao mesmo tempo contribuía também para ela) foi a construção da Estrada de Ferro Baturité a partir de 1870. Esta incrementou a posição da capital como grande centro coletor e exportador da produção interiorana (sobretudo de algodão). A posterior expansão dessa Ferrovia – em 1926 atingiria o Crato – aumentou consideravelmente a função comercial de Fortaleza. Dessa maneira, o raio de ação da capital ampliou-se para além das zonas produtoras de Uruburetama e Baturité, atingindo oeste e sul do Ceará, isto é, acompanhou a própria expansão da cotonicultura (cultivo do algodão, base da economia cearense então, voltada para atender, sobretudo, a demanda da revolução industrial inglesa).

Outra razão para o crescimento de Fortaleza esteve nos lucros acumulados com o crescimento do comércio: fosse de importação de bens manufaturados, consumidos pelos novos setores sociais em expansão ou revendidos por cidades e vilas do interior; fosse da exportação da produção agrícola cearense, que conheceu grande expansão na segunda metade do século XIX, principalmente o algodão (sem esquecer o couro, o café, a borracha, o açúcar, etc.). Não é coincidência que o auge da cotonicultura cearense na década de 1860 (em virtude da diminuição da oferta internacional de

algodão vinda com a Guerra Civil dos EUA (1861/65) seja também o momento em que Fortaleza completa sua hegemonização. Como se fosse pouca essa estrutura de transportes (estradas, porto, ferrovia), foi ainda Fortaleza beneficiada por sua proximidade geográfica em relação às áreas produtoras agrícolas principais (Maranguape e Baturité com o café; Itapipoca, Caucaia, Cascavel, etc., com o algodão) – menores distâncias significavam menores fretes e mais lucros para os senhores proprietários e comerciantes. Até a pecuária (rebanhos, produção de couro, etc.) beneficiou Fortaleza, pois cresceu em maior percentual nas áreas influenciadas pela capital.

Perceba que não bastava apenas o algodão para o crescimento de Fortaleza – o produto poderia muito bem ser exportado também pelos portos de Aracati, Acaraú, etc., mas não foi, pois dentro da postura centralizadora imperial, criaram-se mecanismos, como visto, dando à capital as condições estruturais para dominar a economia local e ser o centro coletor/exportador da produção interiorana.

A cidade cresceu em termos populacionais igualmente em função do êxodo rural, sobretudo de sertanejos obrigados a migrar pela estrutura latifundiária interiorana ou pelas secas, a exemplo da de 1877/79, conforme veremos adiante. Essa massa buscava em Fortaleza melhores condições de vida (em virtude da própria prosperidade que a cidade vivia) ou de assistência, escapando dos infortúnios da fome, sede e doenças provocados pelas estiagens (muitos não regressavam mais aos sertões após o fim da seca). Instalaram-se também em Fortaleza latifundiários, em busca de novos negócios ou de conforto, e comerciantes nacionais e estrangeiros, ligados ao setor de importação/exportação ou à instalação de algumas fábricas, as quais serviam de atração para alguma mão de obra interiorana também. Não se pode esquecer ainda o fascínio que a cidade exercia sobre as massas sertanejas, com seu dinamismo e possibilidades de acesso à modernidade, consumo, lazer, etc.

Dessa forma, apesar da precariedade dos recenseamentos, contabilizava-se a população da cidade, em 1837, em 16.557 habitantes, indo, em 1872, o número para 21.372 moradores e

atingindo, na virada do século, 48.369 pessoas, num crescimento considerável e sinal claro da hegemonia urbana fortalezense no Ceará (SILVA, 1992; LEMENHE, 1993; SOUZA, 1995; PONTE, 1993; JUCÁ, 2000; COSTA, 2007; OLIVEIRA, 2009).

14.2 CIDADE E PROGRESSO

Fortaleza foi aos poucos se diferenciando dos demais núcleos urbanos do Ceará não só pelo crescimento populacional, mas também pela expansão das edificações privadas e públicas. O centralismo imperial, as rendas provinciais, os lucros do comércio exportador/importador e os investimentos estrangeiros – esta era a época da expansão imperialista internacional, na qual os grandes monopólios europeus aplicavam seus capitais em países pobres do mundo obtendo lucros extraordinários – possibilitaram uma modernização e aformoseamento da cidade.

Na segunda metade do século XIX, a partir dos anos de 1850, Fortaleza passou por profundas mudanças em sua infraestrutura e equipamentos urbanos, visando atender as novas demandas, disciplinando espaços e controlando a população. Viveu-se uma explosão de modernidades e aformoseamentos (embelezamento) quando os discursos e as práticas sociais buscavam imitar a civilidade europeia. Fortaleza, então, destacou-se entre as maiores cidades do País.

Fortaleza ganhou novos serviços, como o bonde a tração animal

Assim é que passou a ter calçamento nas ruas centrais (1857), canalização de água potável (em 1867, a cargo da inglesa Ceará Water Company Limited), bonde a tração animal (inaugurado em 1880 pela Cia. Ferro Carril e depois transferidos para The Ceará Light and Powers), iluminação a gás carbônico (em 1867, implementada pela Ceará Gás Company Limited, com sede em Londres), linhas de navios a vapor para a Europa e Rio de Janeiro (a partir de 1866), melhoria no porto (o chamado Porto das Dragas, entre 1870 e 1886), biblioteca (1867), jornais, diversas praças arborizadas, clubes para lazer, fábricas de tecidos (1883), hospital (Santa Casa de Misericórdia, em 1861), asilo para alienados (1886), Mercado Público com estrutura metálica (1897), estrada de ferro ligando a cidade ao interior, telégrafo (1879), telefone (1883), caixa-postal (1889), bons educandários (o Liceu do Ceará desde 1845, o seminário da Prainha e colégio Imaculada Conceição em 1864), entidades intelectuais, cemitérios, etc.

Nesse contexto de “modernização”, em meados do século XIX, passou a ser mais efetiva a atenção da administração pública

municipal com o planejamento da cidade, especialmente no que tange a nortear e disciplinar a expansão urbana (com o alinhamento e abertura de novas vias) e o embelezamento da capital (com a construção de praças e arborização). Assim, é solicitada a produção de várias plantas da Cidade. Dentre tais plantas, pode-se mencionar A Planta da Cidade de Fortaleza, de Antônio Simões Ferreira de Farias, do ano de 1850; a Planta da Cidade de Fortaleza, elaborada pelo Padre Manuel do Rego Medeiros, em 1856; e Planta Exata da Capital do Ceará, de 1859, a Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios, de 1875, e Planta da Cidade de Fortaleza, de 1888, todas de autoria de Adolfo Herbster. A Planta de Herbster de 1875 é talvez a mais importante, pelas influências posteriores que teve na formação urbana fortalezense. O engenheiro pernambucano Adolfo Herbster fora contratado em 1855 como Diretor de Obras da Província e em 1857 nomeado arquiteto da capital pelo presidente da Câmara Municipal, Antônio Rodrigues Ferreira, o famoso Boticário Ferreira.

O plano urbanístico de Herbster não era totalmente original, pois, mantinha o sistema de traçado em xadrez estabelecido pelo engenheiro Silva Paulet no começo do século. Não obstante, teve uma enorme importância, pois estabelecia e ampliava o traçado da cidade para além dos limites de então e criava, inspirando-se na cidade de Paris, três boulevards (avenidas) para facilitar o fluxo de pessoas e produtos, os quais correspondem hoje às avenidas Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel.

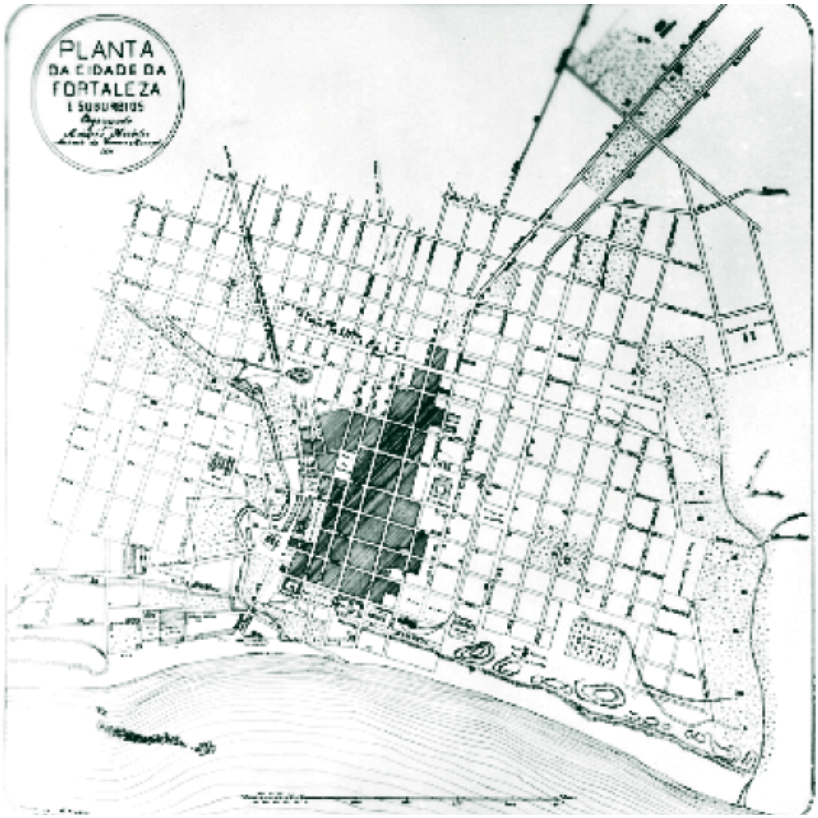
Antônio Rodrigues Ferreira (1801-1859), chamado de Boticário, era um carioca vindo em 1825 para Fortaleza, onde passou a exercer a profissão de farmacêutico prático – figura importante numa sociedade quase sem médicos. Com sua popularidade, elegeu-se vereador sucessivas vezes a partir de 1842, ocupando a presidência da Câmara Municipal, que à época tinha funções executivas. Faleceria em 1859 (o nome da atual Praça do Ferreira é uma homenagem ao Boticário) (BARROSO, 2004).

O plano, de traçado expansionista, levava o sistema de xadrez, muito além da parte construída, e estendia a cidade para leste, até a rua da Aldeota (Nogueira Accioly); para o sul, até a rua dos Coelhos (Domingos Olímpio), e para oeste até as praças Gustavo Barroso e

Paula Pessoa. O alinhamento de algumas ruas exigiu a eliminação de alguns arruados. (...) A proposta de Herbster foi tão significativa para Fortaleza, que até hoje o Centro principal da cidade está circunscrito aos limites das avenidas por ele projetadas (COSTA: 2007: 59).

Almejava-se com o plano urbanístico de Herbster, não só razões de natureza estética ou de disciplinamento da expansão da cidade (e de fato conseguiu até a década de 30 do século XX) e do fluxo das pessoas e produtos, mas igualmente uma estratégia de controle social por parte do poder público, ou seja, vigiar e controlar a população. Temiam-se as revoltas e rebeliões por parte da crescente massa de pobres, mendigos, prostitutas etc., tida como real ameaça aos setores dominantes. Era necessário vigiar, prevenir, punir (CASTRO, 1977; SILVA, 1992; SOUZA, 1995; PONTE, 1993; JUCÁ, 2000; COSTA, 2007).

Conforme o historiador Sebastião Rogério Ponte, esse modelo de traçado urbano foi utilizado desde Alexandre, o Grande, passando por colonizadores romanos, ingleses e espanhóis nas cidades de seus respectivos impérios, como também nas “vilas novas” do fim do período imperial. Concebido para fins de dominação e ordenamento da expansão urbana, o mesmo corrigia becos, desvios e ruas desalinhadas que facilitavam a ocorrência de motins urbanos, substituindo-os por vias alinhadas, longas e cruzadas em ângulos de 90° que favoreciam a vigília do poder sobre as cidades (PONTE, 1993:27).



Planta da Cidade de Fortaleza, de Adolfo Herbster — a parte escura indica a área central

da capital, onde residiam os setores dominante e médio

14.3 FORTALEZA BELLE ÉPOQUE

Com o dinamismo vivido por Fortaleza, emergiram novos atores sociais de grande poder econômico e político na cidade. Em geral, eram indivíduos ligados ao setor comercial, fortalecidos pelas atividades de importação e exportação, bem como profissionais

liberais (bacharéis, médicos, engenheiros, jornalistas, etc.) formados em estabelecimentos de ensino superior espalhados pelo Brasil e até no exterior. Tais indivíduos, afora comungar com as ideias de modernidade e progresso que então dominavam o Ocidente, ostentavam símbolos e adotavam comportamentos que evidenciassem sua ascensão e/ou condição social.

Da mesma forma que em outros locais, verificou-se um afrancesamento de Fortaleza na segunda metade do século XIX e começo do século XX, ou seja, uma forte influência cultural da França. A cultura europeia, em especial a francesa, era bastante valorizada pelos setores dominantes e médios locais como sinal de modernidade e de rompimento com o "provincianismo" e os "costumes tradicionais atrasados" até então dominantes na sociedade. Não por acaso, aquele era o momento de domínio econômico, político e cultural da Europa sobre o mundo, em decorrência da expansão capitalista. Tal período ficou tradicionalmente conhecido como belle époque.

Passeio Público — espaço de lazer e de modernidade

Paris era vista como o centro por excelência da civilidade – assim, não surpreende que os segmentos urbanos dominantes buscassem copiá-la. Considerava-se chic e refinado falar francês ou usar termos desse idioma nas mais diversas ocasiões. O caso mais evidente era o das lojas que vendiam objetos, roupas e quinquilharias de luxo e afins importados de Paris: chamavam-se Au Phare de La Bastill, Louvre, Bon Marché, Grand Nouveante de Paris, etc. O mesmo ocorria com farmácias, hotéis, restaurantes, fotos, etc. – havia mesmo alguns anúncios inteiros escritos em francês nos jornais.

As correntes europeias de pensamento filosófico, científico e literário influenciavam bastante a produção intelectual da época. Recitar versos ou citar frases em francês, era de bom tom nos meios cultos. As famílias mais ricas passavam temporadas de férias na Europa ou enviavam seus filhos para lá estudar. Ocorreu uma onda consumista pelas novidades vindas do Velho Mundo. A moda, especialmente a feminina, e mesmo chegando com atraso aqui, era a de Paris ou Londres. A utilização de figurinos, tecidos, chapéus e demais adereços era a maneira de os segmentos urbanos endinheirados se distinguirem dos demais grupos sociais, ostentando sua ascensão/condição socioeconômica e o culto ao bom gosto e à modernidade. Tinha-se um povo vestido de ternos, luvas e cartolas a falar palavras em francês sob o sol escaldante dos trópicos.

Aconteceu em Fortaleza, como de resto no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, uma verdadeira febre por fotos. Afora o deleite de acompanhar aquela novidade que a Europa dava ao mundo (e, portanto, de sentirem-se modernas), as pessoas regozijavam-se em guardar suas próprias imagens para a posteridade (até então, as pinturas de retratos ficavam restritas apenas aos setores abastados, por serem caras). As elites e classes médias dependuravam fotografias de entes queridos pelas paredes das casas, colecionavam fotos aos montes em caixas de sapatos, montavam álbuns luxuosos, encomendavam fotografias e as dedicavam a conhecidos e parentes, etc.

A cidade contava com alguns estúdios fotográficos (Lopes Brandão e Reckely, desde 1872, Niels Olsen, dinamarquês, a partir de 1895 e Moura Quinau, de 1899), onde deveria-se agendar horário e data – frequentar tais estúdios constituía-se um sinal de distinção e prestígio social. Havia também grande apreço por postais e fotos de monumentos importantes de Fortaleza, símbolos da civilidade que a classe proprietária tanto desejava (PONTE, 1993; LEITE, 1995).

A principal área de lazer e sociabilidade de Fortaleza no final do século XIX e início do seguinte, e que servia também de vitrina para o desfile da elegância civilizada europeia, era o Passeio Público. Zelosamente cuidado e bastante arejado, com ampla vista para o mar, fora inaugurado em 1880 (e ampliado depois), constituindo-se verdadeiro cartão de visitas da cidade. Situado no lugar do antigo Campo da Pólvora e oficialmente chamado de Praça dos Mártires (1879), o Passeio Público contava com bancos, canteiros, jardins, réplicas de esculturas clássicas e três planos ou avenidas – uma para o gozo das elites (o Passeio propriamente dito, batizado de Avenida Caio Prado), a segunda para as classes médias (denominada Carapinima, sem nenhum embelezamento e que virou campo de futebol no início do século XX) e uma terceira para os populares (Padre Mororó, muito arborizada, com aspecto de sítio).

Embora não fosse proibido a um indivíduo transitar entre os planos do Passeio, as questões de classe e de cultura se impunham na divisão espacial e nos contatos – uma pessoa de menos recursos não tinha as roupas chiques, o ar elegante, a refinada educação ou a amizade de alguém dos setores mais abastados. Então, o normal era

que ficasse na sua avenida, com seus iguais, conforme o código social da época, especialmente das elites – o que não que dizer que não ocorresse de pessoa menos abastada igualmente frequentar o primeiro plano, pouco ligando para as “convenções sociais”.

Outro ponto de sociabilidade de Fortaleza era a Praça Pedro II (antiga Feira Nova e atual Praça do Ferreira), a qual viu sua importância crescer pela ação do boticário Ferreira (que ali promovia o entrudo – carnaval popular – e imaginava mil e um pretextos a fim de chamar a atenção de todos para o logradouro onde se encontrava sua farmácia), pela instalação, a partir de 1880, de pontos de estacionamento de bondes a tração animal em seu redor, e pela concentração de grande quantidade de estabelecimentos comerciais na área. A Praça ganhou ainda, no último quartel do século XIX, quatro quiosques de madeira (demolidos em 1920), os quais serviam de ponto de encontros para os boêmios, intelectuais e políticos. Desses quiosques, o mais famoso foi o “Café Java”, pertencente a Mané Coco e onde, em 1892, seria fundada a célebre Padaria Espiritual.

O ar cosmopolita e europeizado de Fortaleza forticava-se com a instalação de vários comerciantes estrangeiros (ingleses como Robert Singlehurst, William Studart, Henry Ellery, entre outros, e franceses a exemplo, dos influentes irmãos judeus Bóris, os Gradvohl, os Levy, etc.), os quais, com suas riquezas, obtiveram destaque no meio social (ALENCAR, 1972; GIRÃO, 1979; SOUZA, 1995; PONTE, 1993; FILHO, 1995; CAMPOS, 1996; ADERALDO, 1998; MENEZES, 2000; JUCÁ, 2000; VIEIRA, 2002; SAMARA, SOUSA, 2006).

14.4 BEM MORAR E DIVERTIR-SE

Os emergentes grupos médios e dominantes igualmente se voltaram para a construção de novas e belas edificações, as quais evidenciavam seu poderio econômico e filiação à estética moderna. Dessa forma, foram surgindo luxuosos e espaçosos prédios e casas,

inclusive, sobrados, rompendo a até então horizontalidade de Fortaleza. As casas baixas, proletárias, de beira e sub-beira, portas lisas e sem bandeirolas nem persianas, aos poucos eram substituídas por outras elegantes e burguesas, de cimalhas e cornijas, com fachadas artísticas, de frontões ogivais, varandas ou balcões de ferro (...). Multiplicavam-se os sobrados, quebrando a horizontalidade da capitalzinha (GIRÃO, 1985: 106).

Aparecem também elegantes prédios públicos, como os da Estação da Estrada de Ferro de Baturité, em 1880, e da antiga Assembleia Provincial (que abriga atualmente o Museu do Ceará), erguidos entre 1856 e 1871.

Em pouco surgiram espaços para o lazer das classes dominantes e médias. No ano de 1867, fundava-se o Clube Cearense, a primeira grande agremiação mundana da cidade, contando, inclusive, com sede própria e seletos sócios – embora antes, em 1851, tivesse surgido um primeiro esboço nesse sentido, a Recreação Familiar Cearense, fundada pelo engenheiro Caetano de Gouveia e por Lourenço de Castro e Silva, um dos primeiros médicos locais que regressaram a Fortaleza após se formarem nas escolas de medicina de Salvador e Rio de Janeiro.

Com sede (inaugurada em 1871) defronte a área onde depois surgiria o Passeio Público, o Clube Cearense oferecia festas suntuosas, jogos de recreação, novas danças e atividades culturais para um seleto corpo de associados, composto pelos mais notáveis homens de negócios nativos e estrangeiros. Apresentava um caráter elitista e exclusivista, vetando o acesso a estranhos, mesmo os que tivessem algum prestígio na cidade.

Tal postura irritava os grupos médios emergentes. Os excluídos, então, reagiram criando outra sociedade recreativa em 1884, o Clube Iracema, nome inspirado no então afamado romance de José de Alencar. A partir daí os clubes passaram a disputar para ver qual deles organizava os melhores eventos.

Rua Major Facundo, à altura da Praça do Ferreira, no início do século XX

O Clube [Iracema], pela força social e intelectual dos grupos que representava, significou muito mais que um mero espaço para as diversões refinadas, pois logo se transformou em um núcleo irradiador de expressivo movimento sociopolítico e círculos de saber em Fortaleza no final do século [XIX]: com sua popularidade de origem, o clube Iracema tornou-se logo, um centro de atividades reformistas entroncando os movimentos de reivindicação política e social, que germinaram como precursores da libertação dos escravos e da República (PONTE, 1993:140).

Nesses clubes, havia diversos tipos de bailes (políticos, patrióticos, de máscaras, etc.), os quais se iniciavam em torno das 20h, com bandas. Era convencional servir-se chá por volta de meia-noite e uma mesa farta e refinada a uma hora da madrugada. A seguir, então, ocorriam os discursos, especialmente nos bailes políticos.

No período apareceram as recreações esportivas, recomendadas pelo saber médico para melhorar a saúde e a raça, a exemplo da patinação (no Passeio Público - 1877), ciclismo (1900), turfe (corrida de cavalos - 1895) e o football (começo do século XX), para

deleite dos setores dominantes e médios.

A boa sociedade frequentava ainda os bailes carnavalescos realizados pelos clubes elegantes, nos quais, obviamente, os segmentos populares não podiam ingressar. Eram copiados do carnaval veneziano – da cultuada civilidade europeia, portanto. Caracterizavam-se como uma festividade bem comportada, luxuosa e com o uso de fantasias de modelos importados (pierrôs, arlequins, colombinas, etc.). A partir dos anos de 1880 percebeu-se até uma acirrada competição entre os clubes e suas respectivas sociedades carnavalescas (o Clube Cearense, com os "Dragões do Averno", e o Iracema, com os "Conspiradores Infernais") para saber qual promoveria os melhores bailes mominos em seus salões e nas praças – no caso destas, as festas ocorriam numa alameda cercada dentro da Praça do Ferreira, sem acesso para os populares. Realizavam, igualmente, nos moldes venezianos, desfiles pelas ruas de majestosos carros alegóricos (GIRÃO, 1979; PONTE, 1993; PINTO, 2007).

14.5 DISCIPLINANDO CORPOS E MENTES

Com o crescimento de Fortaleza, verificou-se uma preocupação do poder público e das elites em controlar e disciplinar – na época dizia-se civilizar – as camadas populares da cidade. A capital cearense crescera e a economia dinamizava-se, porém, com as contradições do capitalismo: havia uma inquietante tensão social provocada pela diferença abissal entre os setores dominantes e os mais pobres. A cidade apresentava uma multidão de indigentes e desvalidos, os quais, quando tinham onde morar, habitavam os subúrbios, em casebres e palhoças, em condições precárias. Era comum tais casas populares sofrerem incêndios em virtude de acidentes domésticos (fazia-se a iluminação com velas e lamparinas), com grande quantidade de crianças e idosos mortos ou feridos por queimaduras, o que aumentava o suplício daquelas pessoas maltratadas pela miséria.

Afora a quantidade considerável de escravos urbanos que andavam e trabalhavam pelas ruas, encontrava-se uma massa de livres, pobres, composta por vendedores ambulantes, vadios, loucos, trabalhadores informais, meretrizes, retirantes da seca, crianças abandonadas, etc. Eram todos chamados pelas elites de “canalha”, “gentinha das areias” e “canelau”, uma “gente desclassificada e vagabunda”, que vivia a “bater pernas” pela cidade, falar da vida alheia, praticar desatinos e zombar amolecadamente do que desse motivo, para fúria e constrangimento das pessoas de bem.

Em outras palavras, aqueles populares eram vistos pelos setores proprietários, numa óptica preconceituosa e racista, como incapazes, ignorantes e perigosos. Fazia-se necessário, portanto, racionalizar Fortaleza e também disciplinar/reprimir corpos e mentes de seus habitantes, ou regenerá-los moralmente, de modo a saírem do atraso, barbarismo, ociosidade e debilidade em que se encontravam e ingressarem no mundo da modernidade e da civilização/capitalismo que então se consolidava.

Os segmentos abastados se preocupavam, sobremaneira, com a questão da vadiagem, afinal, a ociosidade chocava-se frontalmente com a ideia de trabalho produtivo que as classes dominantes e o capitalismo exaltavam. Não por acaso, nesse período foi construída a Cadeia Pública de Fortaleza (1866) e tentou-se melhor estruturar o aparelho policial, através da criação de subdelegacias, distritos policiais, gabinete de identificação civil e criminal, obtenção de mais arsenal, melhor seleção e preparo de policiais, etc. Era constante ação da polícia identificando, vigiando e reprimindo os vagabundos e pobres, surrando-os e detendo-os de maneira arbitrária muitas vezes, embora agisse diferente contra os brancos dos setores urbanos emergentes, pois estes poderiam ter ligações políticas com as oligarquias dominantes.

Os códigos de posturas e leis de Fortaleza estabeleceram medidas regulamentando o espaço público, tratando de limitar e ordenar a circulação das pessoas e o uso dado por estas às ruas e logradouros, impondo regras para a prática do comércio (horário, lugar, procedência dos produtos, meios de transportes, etc.), regulando a produção de lixo das casas (não podia mais ser exposto na rua) e o uso de água, e até salvaguardando o decoro, a moral e os bons

costumes. É o caso de uma resolução de 1865, pela qual ninguém [poderia] andar nessa cidade se não vestido honestamente, trazendo pelo menos camisa e calça, sem que deixe parte do corpo que ofenda a moralidade pública (apud SOUZA, 1995: 30) – esta e outras medidas no mesmo sentido se explicam em parte pelo costume dos rapazes e pobres se banharem despidos na lagoa do Garrote, atual Parque da Liberdade.

A cada ano surgiam novas medidas, englobando novos segmentos da vida das pessoas, enrijecendo o controle e a punição contra aqueles que afrontavam as normas. Em 1870, uma lei condenava o que chamava de vozerios e ofensas à moral pública, ou seja, proibia indivíduos de andarem alcoolizados pelas ruas e discutirem em via pública. Em 1861, chegou-se ao extremo de se estabelecerem medidas quanto à largura, altura de portas e janelas, e cobrar-se multa de 10 mil réis ou prisão de 10 dias na Cadeia Pública, ao proprietário que pintasse a frente ou a lateral da casa com cor branca ou encarnada!!! Vale ressaltar que a preocupação com a disciplina também se fazia presente dentro da residência dos fortalezenses (ou seja, nos espaços privados) – por exemplo, o Código de Postura de 1879 proibia comportamentos desonestos dentro da própria casa, sob ameaça expressa de penas criminais e multas de 5$000 réis (apud VIEIRA, 2002). Chegou-se a aprovar norma em 1867 padronizando os espelhos a serem dispostos na sala das casas (PONTE, 1993; SOUZA, 1995; FILHO, 1995; JUCÁ, 2000; VIEIRA, 2002; SAMARA, SOUSA, 2006).

14.6 CARNAVAL

Na segunda metade do século XIX, buscou-se combater as “velhas e arcaicas” mentalidades, impondo “modernos e civilizados” comportamentos à população. Uma das expressões da cultura popular que mais se tentou controlar foi o carnaval. Este, de origens no entrudo português (do latim, introitum, entrada da Quaresma), caracterizava-se, na perspectiva das elites, como uma festa popular sem limites. Mais ou menos entre os anos 1830 e 1870/80,

Fortaleza apresentou animados carnavais, a ponto de os contemporâneos dizerem que a cidade virava ao avesso. Aos gritos e risos, os brincantes traziam baldes d'água para molhar os transeuntes nas ruas e praças, usando cuias, canecas, "chiringas" de longo alcance, "laranjinhas" de borracha ou de cera, etc. Chegavam a invadir residências particulares e não perdoavam nem os doentes, pintando-lhes o rosto com zarcão e saindo em disparada depois, deixando móveis quebrados e a maior sujeira.

Pior para os que resistissem à brincadeira: recebiam o batismo (isto é, banho total) ou tinham a cabeça introduzida à força nos recipientes (detalhe: com roupa completa). Conta-se que um dos mais fervoroso brincantes do entrudo era o Boticário Ferreira, presidente da Câmara Municipal. Além d'água, os grupos populares se enfrentavam com pós diversos e até com o conteúdo de penicos.

Para os segmentos proprietários o entrudo era uma brincadeira de vagabundos, vadios e moleques, inadequado a uma cidade que se desejava civilizada e moderna – exigiam providências contra aquela orgia pública.

Após 1870, os agentes civilizadores e disciplinadores da sociedade fortalezense começaram a combater paulatinamente o entrudo, até proibi-lo em definitivo. Naquele mesmo ano, por exemplo, exigiu-se que em vez de bacias d'água e do batismo, deveriam os brincantes utilizar apenas "laranjinhas" de borracha com água de cheiro. Depois veio a obrigação de se usar apenas os inofensivos confetes, as serpentinas e os lança-perfumes na festa.

O entrudo, contudo, ainda resistiu por alguns anos até quase desaparecer – na verdade, o carnaval era uma válvula de escape social de agrado popular: esquecer, por alguns momentos, as dificuldades da vida, quebrar a rotina e divertir-se. Em 1893, a Secretaria de Justiça baixava edital proibindo o entrudo, e, em 1905, o intendente (prefeito) Guilherme Rocha reiterava a proibição. Percebe-se claramente que essas recorrentes normas decretadas pelo poder público enquadravam-se na lógica das elites de combater os comportamentos incivilizados da população e disciplinà-la, e evidenciavam, em contrapartida, a resistência das massas em manter seus costumes (OLIVEIRA, 1997; BARBOSA, 2007).

14.7 O SABER MÉDICO E A CONSTRUÇÃO DE CEMITÉRIOS

Como dissemos, o controle e disciplinamento abrangeram várias tradições populares. Isso fica claro quando se percebe a sobrevalorização do saber médico oficial no período, desprezando-se as tradições e cultura populares. Os homens de ciências, técnicos e doutores (e estes eram poucos em Fortaleza) se acreditavam representantes do iluminismo nos trópicos e lutavam para elevar a província à altura da civilização europeia. Não era coincidência, por isso, a presença de médicos em várias instituições intelectuais da época. Um dos exemplos mais evidentes desse poder médico foi o combate ao hábito de enterrarem-se os mortos nas igrejas (como ocorria no Ceará até meados do século XIX) e a defesa da construção de cemitérios.

Para o saber médico-científico, a decomposição dos cadáveres tornava os templos focos de doenças. Assim, para adequar a cidade às recomendações da boa e civilizada ciência, em 1848, foi edificado o primeiro cemitério público de Fortaleza, o São Casimiro, também denominado Croatá, localizado no lado leste da atual Praça Castro Carreira (mais conhecida como Praça da Estação). Veja-se que dessa forma o saber médico e racional estava se impondo sobre a tradição religiosa e a fé – daí se entende alguma resistência de setores católicos contra a novidade, afinal, era uma perda de influência da Igreja sobre os fiéis.

Santa Casa de Misericórdia: único hospital público de Fortaleza até meados de 1930

Houve, por igual, alguma resistência dos segmentos dominantes à medida – o enterro nas Igrejas era símbolo de status, pois, na verdade, ali aconteciam o sepultamento das pessoas proeminentes, visto que as pessoas humildes eram inumadas pelo areal da cidade. Isso, de certo modo, continuou a ocorrer nos cemitérios, pois túmulos e mausoléus grandes e adornados passaram a ser erguidos, mostrando ou reafirmando o poder político ou o prestígio econômico do defunto e de sua família através de uma arte funerária.

Mesmo com a construção do cemitério, a Igreja Católica ainda conservou sua influência na hora da morte, afinal, no São Casimiro havia uma área reservada e marginal para os que não professassem a fé católica ou atentassem aos princípios desta (judeus, suicidas, etc.). Importante ressaltar que foi igualmente construído o Cemitério dos Ingleses (ou seja, para os protestantes), vizinho ao São Casimiro e mantido pela rica casa de importação e exportação Singlehust & Cia, de Henrich Brocklehurst.

Nos anos 1860, discutiu-se a necessidade de construir um novo cemitério, pois, o São Casimiro, além de pequeno, estava sendo soterrado pelas areias e ficando muito próximo do perímetro urbano, pois Fortaleza se expandia para o oeste. Em 1866, mesmo inacabado, foi inaugurado o cemitério São João Batista (seria concluído em 1880), para ali sendo lentamente removidos os restos mortais do Croatá. O Cemitério dos Ingleses continuou a funcionar até ser demolido em 1880, em virtude da construção de armazéns e da Estação da Estrada de Ferro Baturité – daí em diante, para os enterros protestantes, foi reservado um terreno nos fundos do cemitério São João Batista. Numa visita, hoje, a este cemitério, percebe-se claramente uma divisão de classe em seus espaços: da metade para o fim do São João Batista, estão enterrados as pessoas das camadas médias e populares, enquanto na parte da frente encontram-se os belos jazigos das classes dominantes.

Outro aspecto constantemente reclamado pelos setores influentes da cidade era a saúde pública e a necessidade de maior controle das doenças infectocontagiosas – afinal, uma cidade civilizada que se prezasse, deveria cuidar dos seus doentes. A seca de 1845 e as epidemias de febre amarela (1851) e de cólera (1862-64) com milhares de vítimas foram em grande parte responsáveis pela construção do hospital da Santa Casa de Misericórdia (1861) e do Lazareto da Lagoa Funda (1856), a sete quilômetros do centro de Fortaleza (no atual Pirambu, funcionando até 1900). Único hospital público da capital até a década de 30 do século XX, a Santa Casa de Misericórdia foi o principal espaço para tratamento e cura da população desvalida (salvo, os casos de moléstia, tratados no Lazareto).

Para cuidar dos loucos e mendigos, edificou-se em 1878 o Asilo de Mendicância (no Outeiro, atual aldeota) e, em 1886, o Asilo de Alienados São Vivente de Paulo (na Parangaba). O surgimento desses asilos, sob a fachada do assistencialismo e da caridade, escondia o desejo das elites de proteger a racionalidade e civilidade urbanas do incômodo, perigo e improdutividade que a presença de loucos e pedintes causava à cidade, em sua visão (BATISTA, 2002; COSTA, 2004; GARCIA, 2007; OLIVEIRA, 2007; LIMA, 2009; MARTINS, 2011).

14.8 FORTALEZA E A SECA DE 1877-79

O disciplinamento que se desejava para Fortaleza foi severamente abalado durante a tragédia que infelicitou a cidade quando da grande seca de 1877-79. A estiagem forçou mais de 100 mil sertanejos a migrarem para a capital em busca de auxílio – a cidade em 1877, note-se, possuía aproximadamente 30 mil habitantes.

As contradições sociais da urbe acentuaram-se, alarmando os setores dominantes. A maior parte daqueles flagelados famintos e depauperados amontoaram-se na periferia, em casebres de madeira e palha ou em abarracamentos erguidos pelo governo (onde era precariamente assistidas), ou ainda debaixo de árvores com muitos perambulando pelas ruas da cidade. A mendicância, a prostituição e os furtos cresceram. A ameaça à ordem e à propriedade privada levou o governo a aumentar o policiamento da cidade. Era grande a tensão social.

Ao calor infernal, à falta de comida e às precárias condições higiênicas, somaram-se os surtos epidêmicos. A multidão de retirantes acabou devastada por uma fulminante epidemia de varíola que se alastrou por toda a capital. Segundo o farmacêutico e escritor Rodolfo Teófilo, contemporâneo dos fatos, em apenas dois meses de 1877 morreram 27.378 pessoas, e no ano seguinte, 24.849 foi o total de óbitos. Chegou-se em um só dia a enterrar 1004 vítimas da doença – era 10 de dezembro de 1878, que ficou conhecido como o “Dia dos Mil Mortos”. A partir de 1879, com algumas chuvas caindo, o número de vítimas fatais passou a diminuir. Em 1880, o inverno consolidado atenuou a epidemia, embora casos esporádicos continuassem a ocorrer.

Se com o fim da seca a maioria dos retirantes regressou para o interior, vários ficaram pela cidade, especialmente as viúvas, órfãos e mulheres abandonadas, em decorrência da mortalidade e migração de muitos homens para a Amazônia. Eram adultos, jovens, crianças, velhos, alguns cegos, outros chaguentos, a vaguear pelas

ruas, esmolando (colocavam-se em lugares estratégicos, para provocar a comoção e a caridade pública), se prostituindo ou cometendo pequenos furtos – grupos de crianças órfãs e pobres atacavam transeuntes nas ruas e praças para furtar, gerando pânico na população.

Muitas mulheres de famílias pobres, enviuvadas durante a grande seca, assumiram a chefia das famílias, passando, para sobreviver, a trabalhar como domésticas nas residências das classes abastadas ou costurando, vendendo bolos, doces, carnes verdes. Muitos meninos e meninas, ao ficarem sós nas choupanas, acabavam violentados quando os pais saíam para trabalhar. Ocorria igualmente de órfãos serem levados para morar com famílias da periferia e acabarem explorados – crianças eram empregadas em serviços domésticos ou na prática da mendicância (PONTE, 1993; FILHO, 1995; OLIVENOR, 2002; VIEIRA, 2002; CAMPOS, 2004; CÂNDIDO, 2005; SAMARA, SOUSA, 2006).

14.9 CEARÁ MOLEQUE

Obviamente afirmar que havia normas de condutas e disciplinamento não significa dizer que existia a obediência às mesmas – ao contrário, a massa reagia a essas normatizações, por vezes abertamente, outras vezes usando táticas para burlar ou desprezar ao que autoritariamente era imposto de cima para baixo e limitava seu modo de ser. Assim, por exemplo, era grande a reincidência e consequente detenção por vadiagem de pessoas as quais haviam assinado o chamado “termo de bem viver”, documento firmado em juízo pelo qual o acusado reconhecia sua má conduta e comprometia-se a não mais praticá-la, sob pena de ser preso em caso de repetição.

A movimentação nos cafés era intensa e eram points onde se reunia o Ceará Moleque

Outra forma de resistência pode ser encontrada na compulsão dos populares ao deboche, ironia e sátira. No final do século XIX e primeiras décadas do século XX ficaram famosos em Fortaleza tipos populares que riam e faziam rir de qualquer coisa jocosa que acontecesse nas ruas – daí tal comportamento, profundamente censurado pelas elites e classe média, ter merecido a alcunha de "Ceará Moleque", expressão, inclusive, já corrente à época.

O local preferido para as manifestações e excentricidades do povo era a Praça do Ferreira – logo ali, o "coração da cidade", por onde trafegavavam bondes, gente com as últimas modas e novidades, os

sisudos senhores proprietários e onde se encontravam as lojas mais elegantes, os principais cafés! Qualquer pessoa ou episódio que quebrasse a rotina eram pretextos para a divertida molecada soltar vaias, gracejos, palavrões ou inventar apelidos e escárnios, os mais engraçados. Imagine-se o ódio das camadas destacadas da sociedade ao terem seus nomes transformados em alvos das chacotas do canelau.

Pode-se entender os tipos populares e o espírito amolecado do povo – em outras palavras, a irreverência popular –, num momento de disciplina e higienização da cidade, como uma forma de alívio ante a pressão social representada pelas más condições de vida e trabalho daquela massa de pobres, bem como uma expressão de descontentamento e resistência perante a normatização urbana que as elites tentavam impor.

Bode Ioiô, um dos símbolos da irreverência popular

Os tipos populares eram na maioria das vezes pessoas pobres, desocupadas ou sem trabalho fixo, depauperadas e maltrapilhas, que perambulavam pelas ruas, apresentando aparência ou comportamentos excêntricos e cômicos. Entre eles, destacaram-se (...) O "Casaca de Urubu", que em 1915 causava rebuliço público quando ouvia coro de pessoas entoarem "casaca de urubu... bu... bu" – lutara na Guerra de Canudos quando moço e chegou a ser oficial de justiça, sendo expulso do emprego por ser epiléptico. O "De Rancho", que munido de uma velha carabina desativada saía pelas calçadas gritando e "metralhando" os pedestres – inclusive o automóvel de um presidente estadual que, assustado com o atentado, mandou que o prendessem imediatamente –, teria enlouquecido durante a Primeira Guerra Mundial. (...) O "Pilombeta", que odiava a palavra trabalho, fora agrimensor em Minas Gerais, era exímio jogador de xadrez e sabia tocar piano. O "Tertuliano", que se vestia de beato e fazia pregações engraçadíssimas pelas praças, era dono de uma pequena venda. Assumira aquele furor místico depois de ficar ferido em violenta luta com policiais que o prenderam por não ter atendido a uma intimação policial (PONTE,1993: 177).

Existia ainda o "Chaga dos Carneiros", ferrenho monarquista, que andava sempre conduzindo três carneiros pintados, cada qual, em uma sátira à República, apelidados com nomes de alguns presidentes. Exemplo maior, contudo, foi o legendário "Bode Ioiô". O animal, trazido por um flagelado da seca de 1915 para Fortaleza, acabou comprado pelo dono da firma exportadora Rosbach Brazil Company (situada na Praia do Peixe, hoje Praia de Iracema) e, em vez de virar uma suculenta buchada, foi mantido vivo, passando a perambular como boêmio pela cidade com grande simpatia e carinho da população, sem ser molestado. Em 1931, "Ioiô" morreu de velhice, causando grande consternação pública e merecendo até destaque na imprensa. Seu corpo foi embalsamado e oferecido ao Museu Histórico do Ceará, onde ainda hoje pode ser visto (MENEZES, 2000).

Ao serem feios, sujos, anti-higiênicos, estranhos, exóticos e diferentes, os tipos populares e o comportamento jocoso do povo chocavam-se frontalmente e ofendiam os padrões civilizados que os grupos médios e dominantes se esforçavam em estabelecer para

acompanhar os valores modernos da belle époque. No fundo, era uma tática de resistência popular – embora o riso pudesse ser, igualmente, uma forma de disciplinamento (veja box) (AZEVEDO, 1992; PONTE, 1993; ADERALDO, 1998; MENEZES, 2000; SILVA, 2002; SILVA, 2008).

O humor também foi (e é) usado para causar vergonha, reprimir e censurar, constrangendo e forçando as pessoas a se adequarem à disciplina desejada pelos setores dominantes da sociedade. Os pasquins de Fortaleza da virada do século XX realizavam uma verdadeira cruzada em defesa dos bons modos, tendo como arma a exposição e o vexame público. Para eles, era necessário combater a ignorância, vulgaridade e sem-vergonhice do povo. Dessa maneira, usando um humor ácido, ridicularizava-se tudo o que era tido como grosseiro pelas elites. Não por acaso, o alvo das pilhérias eram os escravos e pobres livres, pardos e negros. Estes tinham hábitos condenáveis: falavam alto, soltavam arrotos e ventosidades, praticavam jogos de azar, bebiam cachaça, etc.

Em 1900, por exemplo, o pasquim O Charutinho trazia a seguinte notícia: (...) nas novenas de S. Roque, na Igreja de S. Benedito, uma mocinha deu uma..., que o templo ficou todo defumado. Muitos dos assistentes já supunham que era o micróbio da peste bubônica. Quem tem um... como este, manda logo ao desinfectório (apud SILVA, 2008: 68).

Os pasquins voltavam-se, sobretudo, para fofocar sobre a vida alheia e destinavam-se particularmente ao público feminino. A linguagem era direta, acessível a todos, ao contrário do estilo rebuscado dos jornais da época. Havia uma ansiedade dos leitores: a curiosidade em saber de quem os jornaizinhos estavam falando e o medo de não cometer as gafes ali citadas e virar alvo de chacotas. A ridicularizarão dos comportamentos grosseiros gerava embaraços e vergonha, estimulando a adesão à conduta civilizada desejada pela classe dominante (SILVA, 2002).

Capítulo 15

Escravidão negra e abolicionismo no Ceará

15.1 ESCRAVOS NA “TERRA DA LUZ” A

Já no princípio da conquista existem alguns indícios, obscuros, da presença negra no Ceará. Ao lado dos franceses que enfrentaram Pero Coelho na Ibiapaba em 1604 estavam um mulato e um mameluco, vindos da Bahia. Observa-se que no início os indígenas eram chamados de negros da terra pelos portugueses – depois passaram a ser denominados peças-do-sertão para distinguir das peças-da-índia ou fôlegos-vivos, provenientes da África.

Martim Soares Moreno, conforme se conclui de parecer do Conselho de Fazenda Lusitano, em 1621, quando pretendeu manter fábrica e criações de negros (sic) e fazer um trapiche de açúcar (apud RIDEL, 1988: 16), possivelmente se referia a africanos. É provável que tenha trazido alguns negros para servi-lo.

Mas a primeira prova documental inequívoca da existência do negro cativo no Ceará deve-se a Matias Beck, holandês que ao pretender conquistar a capitania em 1649 trouxe dez negros, um dos quais chamado Domingos, nascido na própria terra cearense e que falava com desenvoltura o abanheenga, língua indígena. Beck encontrou outros negros no Ceará, todos morando há algum tempo e servindo de escravos aos índios – haviam sido capturados de um navio cuja tripulação foi assassinada pelos nativos ao atracar na capitania.

Com o capitão-mor Álvares de Azevedo Barreto, ao retomarem os portugueses a colonização em 1654, vieram quatro companhias de soldados e mais duas de índios “felipes” e negros “henriques”. Do relacionamento destes com as nativas devem ter nascido muitos cearenses.

Africanos foram trazidos ainda para servir os governadores do período colonial. Outros, para combater os índios. Em 1689, o alferes Antônio Gonçalves Figueira, da Infantaria do Terço –, formado pelo mestre-de-campo Matias Cardoso, em São Paulo, traria para a guerra de extermínio dos índios de corso, nesta capitania, doze escravos seus, bons escopeteiros (RIDEL, 1988: 21).

Negros (e igualmente mulatos, cafuzos, mestiços) vieram com os primeiros colonos sertanejos – inventários da época atestam a posse de cativos africanos, como o do fazendeiro Antônio Mendes Lobato, da barra do rio Salgado, falecido em 1719, no qual o preço de um

escravo era arbitrado em 160$000 (cento e sessenta mil réis), equivalente a 47 bois castrados, enquanto índios escravizados das tribos calabaço e cariú, citados em extensa relação naquele inventário, eram avaliados em apenas 55$000 réis, 30$000 Réis e 13$000 réis, conforme o caso.

Não vieram os africanos apenas como escravos, mas como fugitivos do litoral açucareiro, alforriados e até como sesmeiros. Um exemplo disto são os Teles, uns pretos que se estabeleceram em terras onde hoje se encontra a cidade de Monsenhor Tabosa (SOUZA, 2000: 104). O memoralista Eduardo Campos nos diz que em 1706 Gonsalo de Matos Távora, José da Silva do Lago e Jorge da Silva, pretendendo duas léguas de terra no rio Marahitiba, hoje Pajeú, referem os limites com sesmarias antes concedidas a Domingos Lopes e João Coelho, homens pretos e forro. (grifo nosso) (CAMPOS, 1982: 56).

Trouxeram-se negros para trabalhar como cativos nas minas de São José dos Cariris em 1756. Com o fracasso das lavras, acabaram empregados em atividades agrícolas. Teria sido esta a primeira entrada oficial em número apreciável de negros no Ceará. Africanos, da mesma maneira, foram usados nas charqueadas.

De modo geral, não havia tráfico negreiro direto para o Ceará. Os cativos que adentravam à capitania chegavam, sobretudo, pelos portos de São Luís e Recife, e, em menor grau, por Salvador e Rio de Janeiro. Não obstante, vez ou outra, arribava algum navio traficante no Ceará, em virtude de dificuldades de navegação. Em 1834, dois navios negreiros por acidente vieram parar – na Barra do Ceará, duas legoas distantes desta cidade [Fortaleza], diz carta do presidente da província, José Martiniano de Alencar (FERREIRA, 2008: 173).

No final do século XVIII, com a separação do Ceará de Pernambuco e expansão da cotonicultura, os vereadores de Fortaleza intentaram estabelecer o tráfico direto, o que Portugal não consentiu. Mesmo assim, segundo o historiador Raimundo Girão, parece ter havido na segunda década do século XIX uma pequena importação de negros diretamente da África.

Para cá vinham, predominantemente, africanos da etnia banto,

embarcados em Angola (existia também uma reduzida quantidade de sudaneses), embora por volta da terceira década do século XIX escasseassem os negros de nação (africanos) e preponderassem os crioulos e mestiços nascidos no Brasil nas importações (GIRÃO, 1969; CHANDLER, 1980; CAMPOS, 1982; RIEDEL, 1988; CAMPOS, 1988; NOBRE, 1988; SOUZA, 2000; SILVA, 2002; MILES, 2011).

15.2 RESISTÊNCIA NEGRA

Os oprimidos da história não resistem aos dominadores apenas com armas na mão e grandes revoltas. Há também, nas urdiduras do cotidiano, outras formas sutis de manifestar oposição. Aplicam táticas para obter, dentro da estrutura dominante, espaços que possam lhes garantir melhores condições de existência. Possivelmente estes outros mecanismo de resistência foram os usados pela maioria dos negros escravos e libertos para melhor sobreviver aos rigores da escravidão e ao preconceito no Brasil e no Ceará.

Havia, como dizem os historiadores, uma negociação do cotidiano entre senhores e cativos. Os primeiros não puniam os segundos por qualquer banalidade (os negros eram um patrimônio a ser preservado, sem falar que poderiam se rebelar) e faziam algumas concessões aos cativos ou relevavam muitas vezes o que pudesse ser classificado como mera desobediência ou preguiça dos escravos.

Nos períodos colonial e imperial a legislação criminal previa a pena de morte. No século XIX, em terras cearenses, executaram-se 41 pessoas, das quais 16 negros escravos, todos mortos na forca (nove em Fortaleza e um respectivamente em Sobral, Quixeramobim, Aracati, Viçosa, Granja, Ipu e São Bernardo das Russas). Desses casos, o mais comentado foi o que envolveu o brigue-escuna "Laura II", onde nove cativos se rebelaram contra os maus-tratos que sofriam e assassinaram a tripulação de brancos, levando o barco à praia do Arapaçu, em Aquiraz, para fugir. Os escravos acabaram capturados, sumariamente julgados e seis deles foram enforcados em outubro de 1839 no Campo da Pólvora da Capital (Passeio Público) (VIEIRA, 2010).

Obviamente, não estamos querendo dizer que os escravos eram felizes na sua vida de cativo ou que fossem bem tratados pelos senhores. Uma das principais razões para os escravos fugirem estava na violência e brutalidade que sofriam. Tanto que os jornais cearenses do século XIX, ao tratarem da fuga e venda de cativos, noticiavam os dolorosos castigos infligidos pela impiedade desses ásperos e cruéis senhores. Veja-se o rol de exemplos: Jerônimo, moleque ladino, tem o dedo cortado da mão direita (Cearense, 16/03/1865); José, vai-se de seu senhor com o olho perdido (Cearense, 29/07/1865) (...) Francisco, escravo de 25 anos, com cicatrizes de "chicote nas costas" (O Comercial, 17/04/1856); Simeão, de 32 anos apresenta "sinaes de relho nas costas" (O Comercial 14/06/1856) (...) a Imirência (...) crioula de 22 a 23 anos, "pachola", com as costas marcadas por sevícias, e de propriedade de sacerdote, o padre Vicente da Rocha Mota, não muito cristão para com seus cativos (...) (CAMPOS, 1982: 33/34). A condição de escravos, por si mesma, já era uma violência.

Os cativos, por sua vez, poderiam submeter-se aos ditames dos senhores, em troca de vantagens e espaços sociais. Atenuava-lhes sua dura condição de existência as possibilidades de lazer e congraçamento social (realizar batuques e sambas, quando podiam descontrair-se, ver os amigos, beber, etc.), a participação em irmandades e festas religiosas (que ajudavam a desenvolver laços de solidariedade), o estabelecimento de relações pessoais e familiares (ter parceiros sexuais, constituir família, etc.), a permissão para

circular por áreas próximas, a obtenção de recompensas materiais (direito de plantar e vender algum produto na vila, receber algumas cabeças de gado, roupas, etc.) e as promessas de alforria (a conquista da liberdade).

Quando as citadas negociações do cotidiano falhavam ou nem aconteciam, por intransigência dos senhores ou impaciência dos cativos, a resistência tornava-se aberta, através de fugas ou revoltas, por exemplo. As fugas poderiam ocorrer por razões diversas, como castigos severos aplicados pelos donos e a venda (ou a possibilidade de venda) dos cativos, os quais assim eram separados de suas famílias e amigos (o que quebrava os laços de solidariedade feitos no longo tempo de escravidão, importantes para amenizar a dureza do cativeiro) – isto é o que se depreende do anúncio da fuga de um cativo publicado no jornal Sobralense: Jacques Weil paga bem a quem apreender e trouxer-lhe o seu escravo de nome Benedito, comprado em [Santana do Acaraú] aos Sr. Vicente Sabino e irmãos (...) o qual escravo é de cor alvarento, tem cabelos crespos, pouca barba (...) apresenta idade de 22 annos mais ou menos. Consta que andou por [Santana do Acaraú] onde tem mulher e para onde declarou ir quando fugiu. Sobral, 15 de setembro de 1877 (apud SOUZA, 2007: 48).

Negros praticando capoeira, em litografia de Rugendas. O lazer era importante para os cativos

Existia um persistente temor entre as elites quanto a revoltas escravas – a qualquer momento, um cativo, por mais obediente que fosse, poderia fugir ou reagir a um castigo. Por isso, eram necessários sistemas de controle e vigilância. Entre os mecanismos de controle dos escravos estavam os códigos de posturas das cidades, como o de Fortaleza, de 1879, que vedava a reunião de escravos, filhos-famílias, fâmulos ou criados nas lojas, tavernas e calçadas, por mais de 15 minutos para qualquer fim, sob pena de 20$000 (vinte mil réis) de multa ao dono da casa em que se fizer a reunião (apud CAMPOS, 1982: 29).

Outra forma de vigilância estava, curiosamente, nas sandálias, sapatos e tamancos, proibidos aos escravos, os quais deveriam andar descalços (daí serem vítimas de muitas verminoses, inclusive), como estava explícito no Código de Posturas de Icó do ano de 1872: Escravos à exceção dos pajens e creados, não poderão andar calçados de sapatos, botins. Os senhores que o consentirem

ficam sujeitos à multa de 1$000 (mil réis) (apud CAMPOS, 1982: 29). Um das astúcias dos negros ao fugirem era arranjar ou furtar sapatos, para passarem como libertos.

A fuga, observe-se, era um risco para o escravo, devido a possibilidade deste ser recapturado e castigado e, posteriormente, revendido. A perspectiva de voltar ao cativeiro era trágica, fosse para os fugitivos ou para os alforriados, daí atos extremados de resistência, como os suicídios. Foi o caso de um fugitivo que, em 1887, quando o processo de abolição já estava bem avançado, tentara se refugiar em Telha (atual Iguatu). Acossado por um capitão do mato mandado por seu senhor e com a iminência de regressar à condição de escravo, o fugitivo preferiu enforcar-se com um relho (CAMPOS, 1982; SOUZA, 2007; MILES, 2011).

Alguns escravos conseguiam a manumissão, ou seja, a carta de alforria. Senhores, perto da morte, chegavam a dar a liberdade a seus escravos, pois acreditavam que esse ato de bondade cristã lhe facilitaria a salvação da alma. “Muitos escravos era libertos quando estavam velhos e tinham pouca valia para seus proprietários. Este foi o caso de Marcelino, que era ‘banguela’ e foi liberto por José Dias Macieira, em 1841, quando tinha 90 anos de idade, e Ignácio, um mulato de 83 anos de idade em 1860” (MILES, 2011: 67). Havia também cativos que conseguiam juntar algum recurso e compravam a própria liberdade (ou tinham-na comprada por um cônjugue, membro da família, um padrinho).

Ocorria também de proprietários libertarem o próprio filho ou alguma cativa com a qual tivesse um envolvimento, entre outros casos. Senhores mantinham escravas como verdadeiras esposas e a moralidade pública era tal que os homens não se preocupavam em esconder os filhos dessas uniões como no caso de um senhor dos Inhamuns que libertou Maria, uma negrinha de seis anos, “por ser (sua) filha” (CHANDLER, 1980: 183).

Não obstante, os escravos eram bens importantes para seus senhores. Passavam de pais para filhos e eram alvos de férreas disputas quando das separações ou heranças. Em não poucos casos, o escravo ou a escrava eram a razão da separação dos casais. Quando visitou o Ceará, em 1839, o bispo de Pernambuco, D. Diocesano, documentou o caso de José dos Santos, a quem aquela

autoridade religiosa teve de chamar às falas, exortando-o gravemente a deixar o trato ilícito com uma escrava, sendo casado com uma mulher exemplar (apud CAMPOS, 1982: 32).

No ano de 1837, em Quixeramobim, o escravo Francisco, vulgo "Fuisset", tendo uma relação adúltera com sua senhora Joaquina, a pedido da amante matou a machadadas o esposo desta, o português José de Azevedo. O cativo foi preso e condenado à pena capital (CAMPOS, 1982: 33).

15.3 QUILOMBOS E REVOLTAS

A mais destacada forma de resistência escrava negra no Brasil ocorreu através da formação de quilombos ou mucambos. Ao contrário do que se pensa, há indícios da presença de quilombos ou mucambos no Ceará. Isso fica explícito em comunicados oficiais, como na carta de Jerônimo de Paz, intendente das minas de S. José do Cariri, dirigida ao governador de Pernambuco: o padre Antônio Correa Vaz pede uma ordem para um crioulo chamado José Cardigo servir de capitão nestes lugares e eu lhe dei em nome de V. Exa. pela necessidade que julgo de que haja quem se empregue nas prisões dos negros fugidos e criminosos que se acham nestes matos amucambados: e me consta que para parte dos correntes tem saído negros dos mucambos e a algumas pessoas a roubar, e é preciso cuidar muito em destruir estes mucambos e outros que possam ir fazendo (...) (grifo nosso) (apud GIRÃO, 1969: 43).

Ao que consta, a muralha de pedra encontrada em Bastiões, na serra do Pereiro, seria um quilombo no qual se refugiaram escravos do Ceará e de províncias vizinhas. Também existiria outro na Serra Grande, para onde acorriam negros do Ceará, Piauí e Maranhão. Vários cativos fugidos foram aprendidos em Viçosa. Muitos outros locais de acoutamento de escravos fugitivos existiam na província, inclusive, alguns nas proximidades da capital, como em Tauape e Parangaba.

Pode-se supor que escravos trazidos para trabalhar nas minas do Cariri tenham fugido e formado uma comunidade. A destruição dessas comunidades era imperativo para as autoridades, pela ameaça à ordem social e econômica. Daí a nomeação de um capitão do mato para perseguir os fugitivos. Muitos destes capitães do mato eram negro, como no caso do citado José Cardigo. Era uma posição de poder e de vantagem econômica para quem a exercesse (MILES, 2011).

Como se percebe, o Ceará foi um local de refúgio para muitos negros fugidos dos senhores locais e das capitanias vizinhas – lembremos que o Ceará era uma área periférica dentro da América portuguesa e durante muito tempo, a presença do Estado fora fraca nessas terras, o que facilitava o refúgio dos cativos. Escravos fugiam, misturando-se com retirantes das secas. Não raro, os mocambos podiam até manter contatos econômicos com comerciantes e latifundiários. “O jornal Cearense de 1858 que a região de Caracarás era conhecida como uma região de quilombos de negros, porque muitos proprietários estavam aceitando fugitivos para trabalharem como trabalhadores livres” (MILES, 2011: 80).

Recentemente, diversas comunidades quilombolas do Ceará, ou seja, remanescentes dos antigos quilombos, estão se mobilizando, buscando defender e divulgar sua história e suas tradições e conseguir melhores condições de vida. Muitas dessas comunidades provavelmente foram criadas após a abolição, como forma dos ex-escravos manterem suas culturas e enfrentarem o racismo e a marginalização social. Comumente também reuniam pessoas de ascendência indígena (MILES, 2011). As comunidades quilombolas desejam principalmente a demarcação de suas terras, isto é, conseguir o reconhecimento perante as leis e o governo das terras onde moram e que já eram habitadas há muito tempo por seus antepassados. Entre tais comunidades, podemos citar Lagoa dos Ramos e Goiabeiras, em Aquiraz; Alto Alegre, em Horizonte; Base Retiro e Caetanas, em Pacajus; Conceição dos Caetanos e Água Preta, em Tururu; Bastiões, em Iracema; Queimadas, em Crateús; Souza, em Porteiras; e Negros da Timbaúba, em Coreaú, Serra do Evaristo, em Baturité. Em Fortaleza existem, igualmente, comunidades quilombolas nos bairros de Jardim Iracema, Barra do Ceará, Bom Jardim e Pirambu. A luta dessas comunidades não é

fácil. Muitas vezes, o governo demora a se pronunciar sobre os pedidos de demarcação das terras e ocorrem ainda longas disputas na Justiça, pois as terras desejadas pelos quilombolas são também pretendidas por grandes produtores rurais, empresas agrícolas ou projetos empresariais turísticos (DANTAS, 2009).

Resistiram ainda os negros no Ceará com o assassinato de seus senhores e até com conspirações e revoltas armadas, o que levava pânico às elites. Documento da Câmara Municipal de Sobral, datado de novembro de 1821, traz ordens para prevenir um levante de cativos denunciado ao comandante da vila. Mandou-se organizar tropas para vigiar e prender os negros que constassem servirem de cabeças ou cúmplices da intentada rebelião. Adianta o documento que em janeiro seguinte estavam os espíritos mais calmos e não havia mais o temor da rebelião dos escravos pelo que foi dissolvida a tropa (....). (Apud FROTA, 1974: 152).

Ofício do presidente José Joaquim Coelho, de setembro de 1841, ao Ministro da Justiça, comunicava sobre providências tomadas pelas autoridades policiais acerca de tentativas que se diziam estar sendo feitas para sublevar os escravos africanos. O jornal Pedro II, a 11 de dezembro de 1867, dava conhecimento que no termo de Lavras, comarca do Icó, alguns escravos com armas nas mãos tentaram pugnar por sua liberdade, viram frustrados os seus planos pelas medidas de repressão tomadas pelo delegado de polícia. Essa tentativa parece uma conseqüência das idéias emancipadoras no parlamento pelo ministério atual, e que repercutiram nos nossos sertões. Felizmente não houve desgraça a lamentar (...) (Apud CAMPOS, 1982: 73).

Fato comum; a escravidão urbana no Brasil

Ocorria nas cidades e vilas cearenses a chamada escravidão urbana. Os senhores, no intuito de lucrar mais ainda com o trabalho dos cativos, além de disporem destes para o seu próprio atendimento, ensinavam-lhes algum ofícios ou se aproveitavam de alguma habilidade de domínio dos escravos (cozinheiro, lavadeira, doceiro, pedreiro, carpinteiro, etc.) e os alugavam a outras pessoas que os requisistassem, obtendo rendimentos consideráveis, sem falar que no momento de venda, um cativo com aqueles atributos era mais valioso. Eram os chamados negros de aluguel.

Ao mesmo tempo, existiam negros escravos que pagavam uma diária (chamada de jornal) a seus donos e prestavam diversos serviços remunerados a outrem: transportadores de cargas e de pessoas, ambulantes, prostitutas, etc. – ficavam para si com o que

lucrassem a mais. Eram os negros de ganho.

Prestando serviços, vendendo produtos nas ruas, negociando a pequena produção de suas roças, etc., os cativos poderiam acumular algum pecúlio. Este geralmente era colocado nas mãos de seus senhores, na intenção de comprar a alforria, ou seja, a liberdade. Podiam utilizar o dinheiro também em alimentação, vestuário, compra de ferramentas e até mesmo para ajudar na manutenção de suas irmandades religiosas.

Houve casos de negros alforriados que conseguiram se tornar proprietários de escravos e fazendas. Assim sucedeu com Manuel de Sousa Leal, casado em 1761 com Victorina da Silva Dornelles, que, depois de liberto, tornou-se responsável, por muito tempo, pela venda das carnes verdes de Sobral, foi porteiro do Juízo de Órfãos e tornou-se grande proprietário. Ao falecer, em 1795, no inventário seus bens foram avaliados em 555$480, apresentando sítios, rebanhos diversos, casas, plantações e escravos. Outro exemplo foi o negro liberto Manuel Gomes Correia, professor da Vila de Sobral dono de uma escola de meninos (aprendeu o ofício de ensinar com seu antigo dono) – no inventário de sua esposa, Manoel declarou a posse de três escravos.

Lógico que esses exemplos são exceções. Via de regra, os negros alforriados encontravam-se na camada livre pobre do Ceará, convivendo com grandes dificuldades (SOUZA, 2007).

15.4 PIONEIRISMO DA ABOLIÇÃO NO CEARÁ

Analisando-se diversos fatores se entenderá o porquê de o Ceará ter sido o pioneiro na abolição no Brasil.

Um fator fundamental seria o pequeno número de cativos negros no Ceará (quando comparado com outras áreas do País, como a açucareira, mineradora e cafeeira) e o menor peso da mão de obra

escrava na economia local. A quantidade de escravos negros no Ceará nunca foi expressiva – por exemplo, o censo feito em 1813 pelo governador Inácio Sampaio (1812-20), apesar de impreciso, contabiliza a população cearense em 131.537 livres e 17.208 escravos (11,5% do total); no censo de 1872, eram 689.773 pessoas livres e 31.913 escravos [4,4% da população total]. E a capital cearense possuía, de acordo com o mesmo censo, a população de 20.189 livres e 1.183 escravos (ASSUNÇÃO, 2009: 18).

As bases da economia cearense, pecuária e algodão, não necessitavam em larga escala da mão de obra escravizada. As fazendas de gado empregavam poucos trabalhadoes. O algodão, em virtude de seu ciclo natural (mais ou menos plantado em janeiro e colhido em agosto), tornava oneroso usar muitos cativos num labor praticado apenas em certo período do ano.

Existiam ainda as secas periódicas, que traziam fome e surtos de doenças, dizimando as peças do plantel de escravos e dando prejuízos aos senhores. Lembremos da grande quantidade disponível de sertanejos sem terra ou vagando sem destino nos sertões, que trabalhavam para os latifundiários por parte da produção, moradia e comida como parceiros ou agregados das fazendas. O alto preço dos cativos negros era outro fator que contribuía para o número menor de escravos, sobretudo numa região pobre como a do Ceará. Em inventários do século XIX, um negro de 16 anos custava 100$000 (cem mil réis), preço igual ao de 25 vacas. Daí por que eram raros proprietários com muitos cativos. A posse destes chegava a ser símbolo de status e indicativo de riquezas.

Deixe-se bem claro que não se está ratificando a concepção segundo a qual no Ceará os negros cativos foram empregados apenas em serviços domésticos. Ao contrário, sabe-se que se utilizaram cativos na pecuária, na cotonicultura e em outras tarefas, do trato doméstico e artesanato à agricultura de subsistência, precisamente o mesmo tipo de trabalho que ocupava a grande maioria do resto da população.

A venda/saída de escravos negros para fora da província, no chamado tráfico interprovincial, contribuiu igualmente para o declínio da escravatura na “Terra da Luz”. Vários fatores

contribuíam para esse tráfico interno, dentro do País, entre as províncias do Brasil, a exemplo da carência de braços das regiões exportadoras de café do sudeste brasileiro, a Guerra do Paraguai (em que muitos cativos foram engajados nas tropas brasileiras) e as crises sociais e econômicas que os cearenses atravessavam nos momentos de crise do algodão (década de 1870) e de seca (1877-79). Já em 1847 tem-se registro de vendas casuais de escravos para o sudeste.

Tais vendas aumentaram após 1850 em virtude da promulgação pelo Império da lei Eusébio de Queiroz, que determinou o fim do tráfico negreiro internacional, cessando o fluxo de africanos para o Brasil. Ante a impossibilidade de trazer mais negros escravizados na África, isso num momento de expansão do café no sudeste brasileiro, os cafeicultores passaram a comprar cativos do norte do Império, em especial, do Ceará, incrementando assim o tráfico interno.

Entre 1850 e 1881, estima-se que cerca de 200 mil escravos teriam sido exportados do nordeste para o sudeste brasileiro. Quase a metade desse número, 90 mil, teria migrado entre 1873 e 1881, considerado o período ápice desse comércio. (...) [O Ceará] (...) contribuiu com números bastante expressivos, deslocando milhares de escravos: 1.345 escravos deslocados entre 1856 e 1861, 2.170 entre 1863 e 1870, 3.168 entre 1872 e 1876, e 7.667 nos anos entre 1877 e 1880. Estes números levam em conta tão somente aqueles escravos exportados legalmente, e deixam de fora o que deve ter sido o elevado volume da mão de obra transferida de forma clandestina (ASSUNÇÃO, 2009: 80).

A demanda do sudeste aumentou consideravelmente o preço dos cativos, tornando um negócio lucrativo vendê-los, sobretudo, em época de estiagens, como na grande seca de 1877-79. Não havendo safra, o gado minguando, propagando-se surtos de doenças e imperando fome crônica, o senhor buscava resguardar o seu patrimônio em escravos, comercializando-os para outras regiões do Brasil. O negro escravo, ante os efeitos trágicos da seca, em 1880, virara quase que a única moeda em circulação no Ceará.

Por outro lado, o tráfico interprovincial gerou um acúmulo de lucros exorbitantes para os negociantes envolvidos na atividade e provocou um esvaziamento do contingente cearense de escravos e

negros.

Jornais anunciavam ofertas de compras de cativos, e mascates (muitos dos quais italianos), que nos tempos normais viviam da venda de quinquilharias, dedicavam-se a comprar escravos no interior cearense. Tais mascastes conduziam os cativos em longas caminhadas a pé, revendendo-os a corretores de Fortaleza. O corretor era uma espécie de encarregado de um traficante maior ou de um grande comerciante que, mais envolvido com o tráfico de escravos, atuava no porto da capital. Quase sempre era este último que tinha estreitas ligações com prósperos senhores de outras províncias interessados nos escravos (GIRÃO, 1969; CONRAD, 1975; CHANDLER, 1980; MELO, 1988; FUNES, GONÇALVES, 1988; CORDEIRO, 1997; SOUZA, 2000; SILVA, 2002; ASSUNÇÃO, 2009; MARQUES, 2009; MILES, 2011).

Os cativos eram então transportados nos navios, junto a outras mercadorias, para serem entregues nos portos de destino. A viagem para a Corte (Rio de Janeiro) durava cerva de 10 a 11 dias, quando ficavam os escravos sob a responsabilidade da polícia portuária até serem reclamados por um grande importador. Em seguida, de posse destes escravos, senhores conduziam a mão de obra para casas de comissões ou para lojas de comércio de onde os cativos podiam ser novamente negociados. Até que estes cativos conseguissem chegar ao seu comprador final – pois muitos morriam – eles ainda podiam fazer longas caminhadas a pé sob a responsabilidade de outros caixeiros contratados para transferir o lote da mão de obra até as distantes localidades dos municípios de serra acima, nas fazendas de café do Rio de Janeiro, São Paulo ou Minas. Estas três províncias reunidas viriam a concentrar 2/3 da população escrava do país em 1872 (ASSUNÇÃO, 2009: 84).

15.5 A CAMPANHA ABOLICIONISTA

Um terceiro fator foi a intensa campanha abolicionista local. Semelhante a outros locais do Brasil, o escravismo passou a ser

combatido no Ceará por um maior número de pessoas na segunda metade do século XIX. As ideias abolicionistas passaram a florescer nos centros urbanos, envolvendo elementos da classe média (pequenos e médios comerciantes, advogados, funcionários públicos, professores, intelectuais, etc.) e até setores das classes dominantes cujas atividades não dependiam da mão de obra cativa. Tivemos o caso mesmo de parlamentares defendendo leis abolicionistas, a exemplo do deputado provincial Pedro Pereira, que apresentou (sem sucesso) entre 1850 e 1852, projetos de leis visando alforriar os escravos recém-nascidos. Em 1868, foi aprovada lei que autorizava o executivo provincial custear a alforria de cem escravos nascituros anualmente.

Charge do século XIX ironizando aqueles que ainda defendiam a escravidão, pois a abolição era inevitável

Esse abolicionismo local não pode deixar de ser associado às mudanças que aconteciam na província na segunda metade do século XIX. O Ceará, particularmente Fortaleza, se dinamizava e havia por partes dos setores abastados uma ânsia por civilização e modernidade, espelhando-se e copiando a Europa, onde o capitalismo há décadas condenara o sistema escravista e propugnava o liberalismo, com o livre comércio e o trabalho assalariado. Era a belle époque. Não por acaso, neste momento, há uma maior difusão entre as camadas letradas de ideias cientificistas, evolucionistas europeias, as quais viam a escravidão como algo bárbaro, atrasado e irracional, verdadeiro entrave à racionalidade

econômica e ao desenvolvimento de uma nação. Ora, nesse sentido, acabar com a escravidão, afora aspectos humanitários e altruísticos, contituía-se uma forma de fazer o Ceará progredir e civilizar-se tal a Europa. Não foi coincidência que vários integrantes das entidades intelectuais cearenses do período e defensores dos valores racionais e científicos modernos participaram da campanha abolicionista.

Afora isso, através de equipamentos da modernidade, a exemplo de meios de comunicação (jornais, folhetins, telégrafos) e de trasporte (navio a vapor, trem), as ideias abolicionistas circulavam mais facilmente, estimulando os debates e a congregação das pessoas em torno da causa. Assim, surgiram vários jornais e entidades abolicionistas em terras cearenses.

Curioso notar, contudo, que tais entidades abolicionistas ganharam densidade mesmo no final da década de 70/começo de 80, quando de uma conjutura de crise do escravismo cearense[13], em virtude ainda da seca de 1877-79, da diminuição das exportações de algodão e da redução do próprio tráfico interprovincial. Neste caso, a diminuição do comércio interno de escravos no Brasil tem a ver com as leis baixadas por províncias do centro-sul (Rio de Janeiro e Minas Gerais, em 1880, São Paulo, em 1881), dificultanto a prática, ao elevar os impostos sobre os cativos comercializados. Com isso, teve-se uma diminuição da procura e, por extensão, dos preços dos escravos cearenses. Assim, com os altos custos e dificuldades para manter os cativos numa província, que a rigor nunca dependeu do trabalho escravo, o abolicionismo cada vez mais floresceu.

Deixe-se claro que, afora o radicalismo de um ou outro elemento ajudando negros a fugir ou incitando revoltas, os grupos abolicionistas surgidos defendiam o fim da escravidão de forma ordeira, sem grandes perturbações sociais, apelando, sobretudo, para o espírito filantrópico, altruísta e humanitário dos cearenses.

Em 1879, no meio do desespero do último ano de seca e em comemoração ao oitavo ano da lei do Ventre Livre, surgia uma pequena organização emancipacionista, chamada Perseverança e Porvir (o nome, note-se, refletia as durezas da época), fundada por jovens de boa condição financeira, quase todos envolvidos na vida comercial fortalezense, como José do Amaral, Manuel Albano Filho, Alfredo Salgado, entre outros. Constituía-se um grupo idêntico aos

existentes em outras cidades do Brasil: promoviam muito alarde, realizavam reuniões sem muitos objetivos práticos e formavam fundos de emancipação para comprar cartas de alforrias aos cativos.

No final de 1880, os membros da Perseverança e Porvir fundaram uma nova entidade, a Sociedade Cearense Libertadora, a qual apresentou ainda como sócios João Cordeiro, Isaac Amaral, Antônio Bezerra, Pedro Artur de Vasconcelos, José Teles Marrocos, Justiniano de Serpa, Pedro Borges e outros. Conta-se que numa reunião secreta desta associação, o presidente interino da mesma, João Cordeiro, fez jurar sobre um punhal fincado numa mesa o desejo de libertar os escravos seja por que meio for, com o que não concordaram alguns membros a ponto de se retirarem do recinto e da organização.

De fato, figuras como os irmãos José e Isaac Amaral foram mestres em roubar cativos e escondê-los em um sítio de sua propriedade no Benfica ou em chácaras do interior. Mas, no geral, a Libertadora era tão ordeira quanto as demais entidades. As palavras radicais de João Cordeiro não passavam de retórica. Os métodos da Libertadora diferenciavam-se pouco das práticas das outras organizações, contando mesmo com a anuência do poder oficial.

A Sociedade Cearense Libertadora lançaria em 1881 um jornal, Libertador, com o objetivo de mobilizar a opinião pública em prol da questão abolicionista – este jornal, note-se, depois abraçaria outra causa que balançou as classes médias do século XIX: o republicanismo. Os periódicos A Constituição, Pedro II e Gazeta do Norte passaram igualmente a simpatizar com a bandeira da abolição, enquanto o jornal O Cearense (ligado aos liberais-paula) a combatia.

Em 1882, indivíduos que achavam as práticas da Libertadora Cearense radicais e defendiam explicitamente a abolição “sem perturbação de ordem moral ou econômica no seio da família ou da sociedade”, fundaram o Centro Abolicionista, tais como Guilherme Studart (depois Barão de Studart), Júlio César da Fonseca e João Lopes Ferreira Filho.

Surgiu mesmo uma rivalidade entre esses grupos abolicionistas, como se percebe pelo ocorrido na cerimônia de instalação da

Sociedade das Senhoras Libertadoras, em 1883. Durante a solenidade, o abolicionista fluminense José do Patrocínio – defensor da abolição imediata – acabou atacando os membros do Centro Abolicionista, colocando em dúvida a atuação destes. Quando terminou o discurso, o Barão de Studant pediu a palavra e desabafou com revolta, atirando sobre a mesa – presidida pela sobralense Maria Tomásia – vinte e nove cartas de alforria que levava para solenizar o ato, dizendo, indignado, que era assim que o Centro respondia a insultos (MARQUES, 2009: 40).

Afora o citado grupo de mulheres abolicionistas, também existiram outras associações libertadoras Em 1883, os caixeiros (empregados do comércio) fundaram o Clube Abolicionista Caixeiral (tendo à frente Antônio Papi Júnior). Também em 1883 os estudantes do Liceu, Ateneu Cearense, Instituto Cearense de Humanidades e de outros estabelecimentos organizaram a Libertadora Estudantil. A secção local da Maçonaria igualmente se empenhou na campanha, da mesma forma que alguns padres.

Em geral, essas entidades promoviam reuniões às quais compareciam pessoas “ricas ou distintas” da sociedade, e que através de festas, quermesses e bailes arrecadavam fundos para alforriar cativos em pomposas cerimônias sob aplausos efusivos e discursos melosos cheios de patriotadas humanitárias (GIRÃO, 1969; CONRAD, 1975; CHANDLER, 1980; MELO, 1988; FUNES, GONÇALVES, 1988; CORDEIRO, 1997; SOUZA, 2000; SILVA, 2002; ASSUNÇÃO, 2009; MARQUES, 2009; MILES, 2011).

Maria Thomázia nasceu em Sobral, em 1826. Filha de grandes proprietários da região, como de costume à época, contraiu núpcias à primeira vez com 14 anos, com esposo 24 anos mais velho. Nesse casamento teria oito filhos. Viúva, Maria Thomázia se casaria novamente, com Francisco de Paula Lima, com quem teria mais dois filhos. Francisco de Paula Lima era um comerciante nascido em Aracati e que se tornaria abolicionista. Ao lado do esposo, Maria Thomázia se envolveria também na campanha para acabar a escravidão, mobilização que sacudiu o Brasil na segunda metade do século XIX.

Maria Tomásia Figueira Lima, aboA família mudou-se para Fortaleza em 18

15.6 PRESSÃO POPULAR PELA ABOLIÇÃO

A campanha abolicionista acabou atingindo os segmentos sociais mais humildes, de modo que podemos afirmar que a mobilização popular também contribuiu para a precocidade da abolição cearense. Essa participação popular fica evidente nos episódios do ano de 1881.

Em virtude da precariedade do porto da capital, na Prainha, o único meio prático de carregar mercadorias ou pessoas para os paquetes ancorados ao largo da costa de Fortaleza era através de jangadas e canoas. Era dessa forma que se embarcavam os cativos para serem conduzidos ao sudeste, no comércio interprovincial. Diante disso, um grupo de abolicionistas – tendo à frente Pedro Artur de Vasconcelos e José do Amaral – arquitetaram o plano de convencer os jangadeiros a não mais realizar o transporte de escravos nas jangadas. Obtiveram de imediato a adesão do negro alforriado José Luis Napoleão e de Francisco José do Nascimento (o futuro “Dragão do Mar”), figuras influentes entre os trabalhadores da praia.

Rodolfo Teófilo, contemporâneo dos fatos, chegou a descrever a dramaticidade do embarque de escravos no porto de Fortaleza: Era um quadro desolador o embarque desses desgraçados. Todos uniformizados de fazenda azul de algodão, acompanhados pelo corretor, espécie de hiena domesticada, seguiam para o ponto de embarque. Não havia nenhuma dessas vítimas da barbaridade humana que, ao pôr o pé na jangada, não olhasse com os olhos úmidos de pranto para o azul do céu de sua terra. Todos choravam, mas suas lágrimas corriam despercebidas: eram lágrimas de escravos. Ninguém tinha dó deles! Quem podia ouvir eram os desgraçados também agrilhoados nas senzalas dos grandes da terra (apud ASSUNÇÃO, 2009: 106).

Afora as ações de abolicionistas e jangadeiros, os próprios escravos buscavam reagir ao tráfico interprovincial. Há registros, por exemplo, que Benedicto, escravo de Thelesphoro Caetano de Abreu, fugiu, provavelmente, antes de embarcar. O escravo Antônio foi duramente castigado na Cadeia de Fortaleza, a pedido do seu proprietário, o negociante Jacob Canh – o cativo escondia uma faca sob a camisa e tentou esfaquear sem sucesso um dos funcionários do porto quando estava prestes a embarcar para o Rio de Janeiro. Em 1874, o escravo mulato, Bernardo, de 36 anos de idade, lutou na justiça contra seu proprietário João Antônio do Amaral que queria vendê-lo para o Rio de Janeiro, antes que o escravo comprovasse que possuía dinheiro suficiente para comprar sua liberdade, o que era garantido pelas leis da época. Bernardo, porém, não conseguiu convencer o juiz e perdeu a causa, tendo assim que provavelmente seguir viagem à Corte (ASSUNÇÃO, 2003).

Na manhã do dia 27 de janeiro de 1881, os jangadeiros negaram-se a conduzir alguns negros cativos para o vapor “Pará”. A notícia logo se espalhou pela cidade e, em pouco, centenas de pessoas (o jornal Libertador falou em mais de 1500 pessoas de todas as classes e condições) afluíram ao porto para ver aquela cena inusitada, afinal, um grupo de negros e humildes jangadeiros estavam enfrentando ricos comerciantes e traficantes. Segundo a tradição, um grito partira da multidão e logo se tornou coro e lema do abolicionismo local: No porto do Ceará não se embarcam mais escravos!. Os escravocratas, sob vaias e ofensas, irritados, usaram de todos os

artifícios – de ameaças à oferta de dinheiro – para convencer os homens do mar a carregarem as peças. Mas os jangadeiros permaneceram irredutíveis. Os negociantes chamam a polícia, porém, esta pouco coopera, pois, em rigor, não podia obrigar homens livres a trabalhar...

Houve festa em Fortaleza ante o êxito da greve. Três dias depois, 31 de janeiro de 1881, nova luta. O vapor "Espírito Santo" tentava levar 38 escravos para o sudeste do Brasil. Mais uma vez os jangadeiros recusaram-se a fazer o embarque. Uma multidão estimada em cerca de três mil pessoas prestou-lhes apoio, com aplausos e gritos. Após muitas discussões, ameaças, vaias e palavrões, os negros não foram embarcados. A massa foi ao delírio. Na noite daquele dia, os abolicionistas puseram fogo no prédio onde estavam trancafiados os cativos e os ajudaram a fugir.

Assim, o comércio de escravos, o qual durante tanto tempo florescera em Fortaleza, chegara praticamente ao fim (não há registro se igual fato sucedeu-se em outros ancoradouros da província). Com esse evento, o abolicionismo transformou-se, no Ceará, em um movimento de massa. Intensificaram-se os atos públicos e as alforrias.

A greve dos jangadeiros teria contado com certa leniência do presidente da província, de seu subordinado chefe da polícia (uma espécie de secretário de polícia da época) e do 15º Batalhão de Infantaria, estacionado em Fortaleza. Irritado, o governo imperial substituiu o presidente Pádua Fleury pelo senador baiano Leão Veloso, que passou a ter como chefe da polícia Torquato Mendes Viana.

A 30 de agosto de 1881, negociantes interessados em reabrir o porto de Fortaleza para o tráfico interprovincial e escoar cativos para o Pará (onde a procura por escravos continuava forte mesmo depois de o comércio haver terminado em outros pontos do norte) tentaram embarcar alguns escravos, contando, inclusive, com um forte aparato repressor – 210 homens armados (guarda-civis, policiais e soldados do 15° Batalhão, estes últimos ali a contragosto, pois, o exército aderira à abolição).

Compareceu pessoalmente à praia o recém-nomeado chefe de

polícia Torquato Mendes Viana, o qual teria chegado a afirmar dias antes que ou os escravos embarcam ou correrá sangue!. Os abolicionistas, por sua vez, espalharam panfletos pela capital intitulados “Pois, corra sangue!, incitando os defensores da causa a impedirem o embarque. Cerca de seis mil pessoas se reuniram na praia, gritando o lema de “não se embarcam mais escravos no porto do Ceará”.

Em meio à confusão e muito bate-boca, duas cativas a serem embarcadas foram raptadas por um grupo de abolicionistas e metidas num coche, que saiu em disparada para os subúrbios da cidade. A multidão aplaudiu euforicamente. Torquato Viana, enfurecido e desmoralizado, ainda organizou uma busca que se revelou inútil.

Não obstante, o governo, pressionado pelos tranficantes, vingou-se do ocorrido, transferindo o 15º Batalhão (que não se esforçara muito em garantir o embarque) para Belém, e demitindo os servidores públicos envolvidos, incluindo Francisco José do Nascimento, que perdeu sua função de prático do mar (GIRÃO, 1969; CONRAD, 1975; CHANDLER, 1980; MELO, 1988; FUNES, GONÇALVES, 1988; CORDEIRO, 1997; SOUZA, 2000; SILVA, 2002; ASSUNÇÃO, 2009; MARQUES, 2009; MILES, 2011; MARTINS, 2012).

Dos ferros que acorrentaram

O negro na penitência

A ciência de nobre afro

Fez um agogô pra tocar

Loas de maracatu

Cantigas de liberdade

Hoje eu sou Dragão do Mar

Dragão do Mar - Calé Alencar

José Luis Napoleão fora um ex-escravo que comprara a própria alforria e, com economias juntadas, ainda libertara quatro irmãs. Chefe de capatazia da casa comercial Bóris Fréres, no Porto de Fortaleza, gozando de bastante popularidade, recebeu com entusiasmo a proposta de greve dos abolicionistas. Mobilizou os trabalhadores da praia e destacou-se muito nos eventos de 1881. A história tradicional, porém, o esqueceu, talvez porque Napoleão, homem humilde, negro, tenha apontado uma outra pessoa para liderar o movimento, uma figura de "melhor aparência", com mais instrução, o mulato "Chico da Matilde", apelido de Francisco José do Nascimento, que depois receberia a alcunha de "Dragão do Mar".

Chico da Matilde – devido à mãe, Matilde da Conceição – nasceu em Canoa-Quebrada, no município de Aracati, em 1839, sendo filho de pobres pescadores. Órfão aos oito anos (o pai, Manoel do Nascimento, morreu na Amazônia, num frustrado sonho de melhorar na vida explorando seringais), coube à mãe, mulher de fibra, criá-lo. Em meio à pobreza absoluta, dona Matilde viu-se obrigada a entregar o pequeno Chico aos cuidados do comendador português José Raimundo de Carvalho.

Até os 20 anos, Francisco José trabalhou no veleiro do comendador, "O Tubarão", como embarcadiço e depois como comandante, percorrendo portos do norte e nordeste. Naquela idade aprendeu a ler e escrever, casando-se com Joaquina Francisca (que também se envolveria na campanha abolicionista) e erguendo uma casinha próxima ao atual seminário da Prainha, em Fortaleza.

Ao contrário do que se pensa comumente, Chico da Matilde não era jangadeiro (embora dominasse os segredos do trabalho marítimo), mas sim prático-mor do porto, ou seja, orientava a atracagem de navios no péssimo porto da capital, além de alugar algumas poucas jangadas de sua propriedade para transportar pessoas e mercadorias. Segundo consta, sempre andava bem vestido, com a barba bem feita e tinha noções de inglês e alemão – o que sinaliza

que não era tão pobre como se difundiu tradicionalmente. Não fora escravo e nem participou pessoalmente da greve de janeiro de 1881 (estaria trabalhando num navio no momento da paralisação), mas, devido à movimentação de agosto do mesmo ano, foi demitido do posto de prático.

Francisco do Nascimento, o DragãFrancisco José do Nascimento viroescra

No enterro das vítimas, a oligarquia mandou dispensar a “canalha”. O velho Chico colocou-se à frente do povo e com o peso moral de seu passado, clamou por justiça. As tropas voltaram ao quartel.

Chico da Matilde, nos últimos anos, foi esquecido por quase todos. Os setores abastados que o idolatraram na campanha abolicionista, esqueceram-no depois (ainda hoje as classes proprietárias continuam a usar acriticamente o nome de Chico). Faleceria no ano de 1914, durante o cerco de Fortaleza pelas tropas de Pe. Cícero na Sedição de Juazeiro. Os dragões, porém, são lendários – jamais desaparecem (MOREL, 1988; CAVALCANTE, 2002; XAVIER, 2011; RIOS, 2014).

15.7 ENFIM, LIVRES

Os acontecimentos de 1881 e sua repercussão no Império fortaleceram a campanha abolicionista no Ceará. Os escravos se motivavam ainda mais a lutar pela liberdade. Fugas se intensificavam e alguns cativos chegavam a entrar na Justiça (não raro, sem sucesso), para obter a liberdade, usando as próprias estruturas do sistema contra o próprio. Relatório do chefe de polícia do Ceará Benjamim Oliveira e Melo, de 1883, reclamava que “o encaminhamento da emancipação rumava para o descontrole, tornando a capital e arrabaldes um ‘valhacoito de escravos fugidos” (apud Martins: 2012: 36).

Incitaram-se as manumissões pelos próprios senhores e ampliou-se a arrecadação de recursos para comprar cartas de alforrias, usando para tanto especialmente os recursos do Estado. O historiador Américo Souza diz que, nesse momento, a maioria das manumissões foi obtida através das indenizações pagas pelo governo imperial ou provincial. Entre 1868 e 1883, a Assembleia Provincial do Ceará, cujos membros eram, na maioria, senhores de terra e escravos, aprovou várias leis autorizando o governo cearense a destinar grandes somas de recursos para a compra de alforrias. Ou seja, os

setores legislavam em causa própria, usando altas quantias de dinheiro público para libertar escravos, isso, não por acaso num momento de declínio da economia da província, com a queda das exportações de algodão no final da década de 1860 e da seca de 1877-79.

Elementos influentes das oligarquias manipulavam as comissões municipais que administravam os recursos públicos a aceitar o maior número de escravos pelo preço mais elevado possível. Houve casos de senhores proprietários que realizavam as manumissões dos mesmos escravos em municípios diferentes, recebendo, assim, as indenizações mais de uma vez. Pessoas ricas e estabelecimentos comerciais se especializaram no investimento em cativos para libertar: compravam escravos jovens a um preço bem inferior de empobrecidos proprietários rurais de diversas partes da província, e os revendiam a preços bem mais elevados quando das manumissões do governo.

Vale lembrar que os abolicionistas do Ceará eram profundamente conectados ao movimento nacional. O que acontecia no Ceará servia de esperança e inspiração para outros locais. Os vínculos eram tão claros que em outubro de 1882, José do Patrocínio, então conhecido nacionalmente como “Marechal Negro” ou “Tigre da Abolição”, veio do Rio de Janeiro visitar o Ceará, para incrementar a mobilização pela abolição. Foi festivamente recebido, sendo dele, inclusive, a autoria da antonomásia “Terra da Luz” pela qual ficou conhecido o Ceará. A permanência de Patrocínio por três meses coincidiu com a fase inicial de um programa sistemático de libertação de cativos por meio de atuações concentradas em áreas geográficas, ou seja, ia-se buscar alforriar os escravos de ruas, depois, dos bairros, das vilas, dos municípios, da capital, e finalmente, de toda a província (usou-se esse sistema mais tarde em todo o Império).

Para merecer a liberdade com a alforria, em não poucos casos, os escravos deveriam provar aos donos que eram fiéis e obedientes, além de bons trabalhadores. É importante lembrar, contudo, que a liberdade mediante a alforria nem sempre representava a autonomia do cativo, pois, este podia ficar na dependência dos antigos senhores. Isso porque, muitas vezes, os negros eram

alforriados por seus donos sob condições, como prestar serviços por alguns anos ou até o fim da vida dos senhores – ou seja, o senhor dava a liberdade formal, contudo, mantinha o controle e o sentido de propriedade sobre o ex-cativo. Ocorria mesmo de os ex-cativos continuarem trabalhando para os antigos senhores, como assalariados ou agregados, como prova de gratidão. Ressalte-se que a maioria dos alforriados na campanha abolicionista eram mulheres e crianças, enquanto os homens permaneciam escravos nas atividades mais pesadas.

A quantidade de filhos gerados pela escrava podia facilitar a liberdade. Documentos do século XIX informam que a africana Bernarda, por exemplo, foi liberta em Fortaleza no ano de 1884, dentre outras coisas, porque deixara seis filhos com o proprietário Joaquim Lopes de Abreu. A escrava Marianna, de 42 anos, de propriedade de João da Silva Mattos, ganhara sua liberdade em 1866, em Fortaleza, dentre outras coisas, por ter dado ao seu senhor 13 filhos. Embora no Brasil não tenha existido uma política oficial de incentivo à reprodução de escravos, como ocorrera nos Estados Unidos, percebe-se que os elevados números de filhos escravos revelam que senhores cearenses podem ter apostado no investimento da reprodução de suas escravas para verem aumentados seus bens. Assim, para os proprietários, alforriar a mãe depois dela ter dados tantas peças/filhos, não pesava muito em seu bolso...

As alforrias femininas podiam acontecer igualmente quando fortes vínculos afetivos entre escravas, filhos e seus donos. Embora raros, existiram casos de mães que receberam suas alforrias por terem tido filhos com seus senhores.

Vale ressaltar que embora as alforriadas tenham sido maioria em todos os períodos, as alforrias masculinas tiveram os maiores percentuais na década de 1860 – entre 1867-69, muitos cativos foram alforriados pelo governo na intenção de usar os negros como soldados do exército na Guerra do Paraguai.

Os indivíduos egressos da escravidão ajudariam a compor o significativo volume do contingente mestiço da população livre, [como] demonstrado (...) no censo de 1872. A população preta e parda livre da província aquela altura já ultrapassava o percentual de 50%, compondo mais

precisamente 56% do total de pessoas livres da província. Assim, no Ceará, a despeito de possuir um número pequeno de escravos era grande a proporção entre a população liberta e escrava. A população negra forra, mestiça e livre, especialmente feminina, vinha crescendo aceleradamente, e a isso se deveu em boa medida ao processo de concessão de alforrias (ASSUNÇÃO, 2009: 148).

Essa campanha intensiva centrou-se primeiramente em Acarape, escolhida em virtude de sua localização próxima da capital, da acessibilidade através da Estrada de Ferro Baturité (o que facilitaria as comunicações, algo muito importante para a causa) e sua pequena população escrava – segundo o jornal Libertador, em 1881 a vila teria 115 cativos.

A 1º de janeiro de 1883, com a presença de Zé do Patrocínio, Acarape, em pomposa festa, passou para a história do País como o primeiro núcleo urbano a libertar seus cativos negros (a vila, por isso, mudou seu nome para Redenção).

Aos poucos outros municípios igualmente foram libertando seus cativos: Pacatuba, São Francisco (atual Itapajé), Canoa (hoje Aracoiaba), Baturité, Icó, Tauá... Fortaleza alforriou seus escravos negros a 24 de maio de 1883, também em meio a grandes festividades, após algumas semanas de esforço concentrado dos abolicionistas.

A partir daí não houve praticamente mais nenhuma resistência ao movimento. Os jornais (à exceção sempre d'O Cearense) apoiavam a causa; a maioria absoluta da população, idem. Cada vez mais escravos fugidos de outras províncias buscavam refúgio e liberdade no Ceará. Boatos davam conta que o solo do Ceará dava liberdade ao cativo que nele pisasse e irritavam senhores e agentes policiais, e estimulam os escravos. Ainda em 1882 a Assembleia Provincial tinha aprovado leis aumentando para 1:500$000 (um conto e quinhentos mil réis) o imposto sobre os escravos exportados para fora da província – um aumento exorbitante, que soou como um verdadeiro golpe de morte no já decadente tráfico negreiro interprovincial.

A última providência foi tomada em 19 de outubro de 1883, quando a Assembleia elevou os impostos anuais sobre a posse de

escravos a 100$000 (cem mil réis). Ora, como dissemos antes, com a crise do tráfico interprovincial, o preço dos escravos era inferior a esse valor, de modo que a posse de cativos passava a representar prejuízo financeiro. Assim, na maioria dos casos, os donos impossibilitados de ficar com os seus escravos ou de vendê-los, davam-lhes cartas de alforria (embora alguns senhores de escravos conseguissem recuperar parcialmente o dinheiro por meio dos fundos de emancipação).

Quadro de Raimundo Cela. A tela busca mostrar a emoção da redenção dos escravos no Ceará e a gratidão dos cativos.

Dessa forma, a 25 de março de 1884 realizou-se em Fortaleza uma grande festa para celebrar oficialmente o fim da escravidão na província. Aquela data, do 60º aniversário da Constituição imperial e dia da Anunciação da Virgem Maria, não era por acaso, mas um indicativo claro que os abolicionistas, apesar de se verem como libertadores, não se opunham à ordem política do Brasil. Não se sabe exatamente quantos escravos foram libertados em 1884 no

Ceará – o jornal Libertador de 1º de janeiro de1884 informa que a população de escravos na província era de 31.516 (apud GIRÃO, 1969: 52). Após fogos de artifícios, gritos, lágrimas e tiros de canhão, a multidão que compareceu à Praça Castro Carreira (Praça da Estação) delirou quando o presidente da província, Sátiro de Oliveira Dias, concluiu seu discurso anunciando que a província do Ceará não possuía mais escravos (GIRÃO, 1969; CONRAD, 1975; CHANDLER, 1980; MELO, 1988; FUNES, GONÇALVES, 1988; CORDEIRO, 1997; SOUZA, 2000; SILVA, 2002; ASSUNÇÃO, 2009; MARQUES, 2009; MILES, 2011).

Após a decretação da abolição no Ceará em 25 de março de 1884 as ruas do [Rio de Janeiro] se tornaram palco de festas, comícios, quermesses, passeatas e manifestações públicas de diversos setores da sociedade (...) em comemoração ao "Ceará Livre", principalmente com a presença do jangadeiro José Francisco do Nascimento (...). Os jornais abolicionistas – principalmente a Gazeta da Tarde – além de colocarem as homenagens ao Ceará nas primeiras páginas com letras garrafais por vários meses, divulgavam ao máximo as festas que ocorreram na Corte. Em contrapartida, os jornais mais conservadores atacavam veementes esses acontecimentos (...).

As notícias sobre a abolição no Ceará causaram um grande abalo na sociedade brasileira, e apesar do movimento abolicionista já estar atuando há alguns anos, o impacto desse evento ganhou contornos inesperados, tendo em vista que essas notícias atravessaram o Atlântico e repercutiram internacionalmente. (...) Em 21 de abril de 1884, o jornal abolicionista Gazeta da Tarde noticiava o banquete que havia acontecido em Paris no dia 25 de março em comemoração à abolição do Ceará, com a presença de políticos, literatos e da imprensa francesa (...). Essa festa em Paris em comemoração a abolição do Ceará só aconteceu por causa da viagem que o abolicionista negro José do Patrocínio fez em novembro de 1883 [e que] serviu para Patrocínio manter laços de amizades com outros abolicionistas europeus (FERREIRA, 2008).

Para o historiador Robert Conrad, no entanto, a escravidão não deixara inteiramente de existir no Ceará a 25 de março de 1884. Em fevereiro de 1886, o Jornal do Commercio informou que ainda havia 298 escravos no município cearense de Milagres e, mais

depois, um relatório do Ministério da Agricultura, datado de um dia após a abolição da escravatura brasileira [14 de maio de 1888], colocou a população cativa do Ceará em 108 (CONRAD, 1975: 230).

Monumento à Abolição em Redenção, antigo Acarape

Ao que parece, essa resistência de Milagres, de economia pastoril e entregue a ricos fazendeiros, decorreu das dificuldades de cobrança dos impostos e multas estabelecidas pela lei de 1883. A vila caririense encontrava-se muito distante da ação do governo provincial situado em Fortaleza, além de que o juiz local à época (Couto Cartaxo) era ferrenho escravocrata (SILVA, 2002).

O historiador norte-americano Billy Chandler, que esteve pesquisando no Ceará na década de 1960 sobre os Inhamuns e a família Feitosa, em tom provocativo à ideia do Ceará como berço da abolição, escreveu artigo na famosa Revista do Instituto do Ceará (CHANDLER, 1966), afirmando que a data verdadeira para a

extinção do elemento servil no Ceará deveria ser 13 de maio de 1888, devido aos escravos existentes em Milagres, os quais seriam alforriados apenas em 1886, com a condição de servir a seus senhores por mais três anos. O artigo de Chandler irritou bastante os historiadores locais – Raimundo Girão o chamou de "escarafunchador de arquivos" (GIRÃO, 1969: 192) –, pois questionava uma memória mitificada e os usos políticos realizados pelos setores dominantes e pelo Estado acerca da precocidade cearense.

Apesar da polêmica, o 25 de Março no Ceará teve imensa repercussão no Brasil, influenciando a campanha abolicionista do Amazonas às fronteiras do Uruguai.

Há, contundo, de se ver os limites da abolição precoce da escravidão negra do Ceará. Os mesmos senhores das elites e da classe média que abraçaram euforicamente o movimento, não se preocuparam em dar condições aos ex-cativos de ascensão social ou de uma condição de verdadeiros cidadãos. Sem instrução, trabalho e vítimas do racismo, permaneceram os negros à margem da sociedade. Muitos apenas deixaram a condição de escravos para virarem agregados e empregados – com salário de fome – dos ex-proprietários (MENDES, 2010; MARTINS, 2012).

O enfoque dado à Abolição, de certo modo, impediu uma maior atenção aos elementos culturais de origem africana na sociedade cearense, que são bem mais expressivos do que comumente se pensa.

Alguns municípios cearenses têm a origem em sítios e comunidades negras, a exemplo de Monsenhor Tabosa, antes chamado Telha, que teve origem numa fazenda chamada Forquilha, pertencente a uma família de negros, os Teles. Há o caso da comunidade quilombola de Conceição dos Caetanos, no município de Tururu, surgida em terras compradas em 1887 pelo forro Caetano José da Costa, saído de Pacoti – naquela comunidade, por décadas (até os anos 1970) os negros casavam apenas entre si, mantendo as tradições.

No vocabulário cearense do dia a dia há várias palavras de origem banto: angu, banguela, batuque, bambo, bunda, cabeça, cachaça, cachimbo, cachumba, caçula, calombo, cambada, camundongo,

candomblé, canga, carimbó, cochilo, dengue, dengoso, fubá, marimbondo, moleque, caponga, etc.

Tem-se ainda manifestações artísticas, a exemplo do Maracatu, de origem banto. Outras manifestações culturais negras locais perderam-se ao longo dos séculos, como o samba de umbigada e a festa do Congo. No primeiro, os brincantes formavam uma roda, na qual um dançarino ficava a sambar no centro – depois de certo tempo, ele se dirigia a um dos componentes da roda, dava uma pancada no umbigo como sinal para que o substituísse. A festa do Congo consistia um desfile ou procissão que reunia elementos das tradições de Angola e do Congo, com influências ibéricas – entidades dos cultos africanos eram identificadas aos santos do catolicismo (daí porque as festas eram aceitas pela Igreja, autoridades e senhores proprietários). Animada por danças, cantos e música, a procissão acabava numa igreja (em geral, a da Irmandades de Negros de Nossa Senhora do Rosário) onde, com a presença de uma corte e seus vassalos, acontecia a cerimônia de coroação do Rei Congo e da Rainha Ginga de Angola - uma personagem da história africana, a Rainha Njinga Nbandi, do século XVII.

Mais recentemente temos as festas em homenagem à Iemanjá, que reúne milhares de adeptos do candomblé nas praias no início do ano. Há os maracatus, presentes no carnaval. Não se pode esquecer igualmente a importância dos cultos afro-brasileiros, tratados preconceituosamente ainda hoje por certos segmentos cristãos conservadores como macumba e que por décadas foram reprimidos pela polícia. Há de se ressaltar o papel de Mãe Júlia, líder de um terreiro no Benfica, em Fortaleza, que nos anos 1950 buscou organizar os adeptos das crenças afro-brasileiras em uma associação e negociou com as autoridades a liberdade de culto (PORDIEU, 2002; FERREIRA, 2008; RATTS, 2009; CUNHA JÚNIOR, 2011).

libertadora, também em Sobral, com o propósito de alforriar apenas crianças escravas do sexo feminino (GIRÃO, 1985).

Capítulo 16

Os Sertões

16.1 PANORAMA SERTANEJO Na segun

As cidades, bem como as vilas e povoados sertanejos, eram núcleos comerciais e agrícolas, vendendo artigos necessários do cotidiano (roupas, ferramentas, etc.) e coletando a produção regional, especialmente o algodão, enviando-a para Fortaleza. Serviam também de local de passagem e pouso para aqueles que se deslocavam em longas distâncias.

Apesar da expansão da economia cearense, especialmente na década de 1860 (quando do auge da cotonicultura, beneficiada pela Guerra Civil e crise do algodão dos Estados Unidos), a situação da população pobre livre continuava socialmente precária. O homem do campo, como morador ou agregado, recebia a autorização de morar nas terras de um proprietário, em troca de prestar-lhe algum serviço e dividir a renda do que plantava. Era uma vida difícil e instável, pois o trabalhador poderia a qualquer momento ser expulso conforme os humores do patrão. Pior era a situação daquela massa sertaneja que andava a perambular de propriedade em propriedade à procura de serviço e alimento, conseguindo alguma ocupação apenas nas épocas de plantio ou colheita.

O pequeno proprietário rural também não apresentava destino melhor. Lutando contra todas as dificuldades, corria sempre o risco de ter sua nesga de chão engolida pelo latifundiário – o potentado, com sua jagunçada brutal, forçava o pobre rurícola a vender a terra, quando não a tomava e assassinava o dono. Vale lembrar que na segunda metade do século XIX, a agricultura e as terras ganharam importância maior ainda no Ceará, em decorrência da demanda externa pelo algodão e do crescimento de outras atividades, como o café – daí, mais confrontos fundiários.

No discurso das classes dominantes, a pobreza da massa estava associada as suas supostas inferioridade e preguiça. As elites difundiam uma visão de mundo no qual o trabalho era tido como uma forma de levar a moralidade e dignidade ao homem do campo. Assim, os sertanejos deveriam ser gratos, leais e obedientes aos patrões, pois estes, ao fornecer-lhes trabalho, estavam fazendo-os progredir e crescer moralmente. No fundo, era um discurso que visava controlar/disciplinar os trabalhadores e impulsionar a produção agrícola, num momento em que o algodão apresentava bons preços e demanda no mercado internacional. Acontece que

produzir na terra alheia significava que boa parte da produção ficaria com o latifundiário e não com o trabalhador. Em outras palavras, o trabalho só gerava renda para o dono da terra e a população continuava em estado de penúria. Nesse sentido, o ir-e-vir de muitos interioranos pobres pelas ruas dos povoados e estradas sertanejas era uma forma de certa resistência àquela disciplina e imposição de trabalho que as elites latifundiárias buscavam estabelecer.

Predominava o analfabetismo – no Ceará apenas uma ínfima parcela da população tinha acesso ao mundo da escrita. Mesmo grandes potentados sabiam apenas desenhar o nome, quando muito. Educação popular era utopia para a época. Interessava à classe dominante manter o povo sem instrução – queriam-se braços para a lavoura e não cabeças pensantes.

A população sofria constantemente com graves problemas de saúde pública, verificando-se uma alta taxa de mortalidade. As epidemias ocorriam frequentemente, fazendo grande número de vítimas. Em 1852, a febre amarela fez 7401 vítimas. Em 1862, uma epidemia de cólera matou mais de 12 mil pessoas. Havia ainda surtos de varíola, disenteria, sífilis e gripe comum.

Os sertanejos alimentavam-se de feijão, angu, toucinho, carne-seca, peixe, pirão e farinha de mandioca – raras vezes comiam legumes, verduras, frutas e carne-verde. A fome, porém, era risco constante. Anualmente, podiam comprar, muitas vezes, fiado, alguma roupa quando da colheita da safra ou para as festas da padroeira, Natal ou quermesses. Podiam também aproveitar os restos de roupas doadas pelos patrões. Trabalhavam na roça do raiar ao pôr do sol. Descalços, com chapéu de palha, enfrentando o calor forte e matando a sede com água armazenada em cabaças.

A vida e o tempo do camponês eram ditados pelo ritmo da natureza e a lógica da produção. Os meses do trabalho agrícola começavam com a queda das primeiras chuvas no início do ano, quando os agricultores derrubavam e queimavam a mata, aravam e plantavam, e terminavam em julho com a colheita (era o período conhecido como inverno). A partir de agosto, com a estiagem (o verão), o sertanejo ficava sem trabalho na terra, passando não raras vezes necessidades. Por essa razão, inclusive, muitos estrangeiros, pessoas

vindas de outras regiões do país e as próprias elites locais, estereotipavam os sertanejos, tachando-os de vagabundos e desocupados, sem entender ou levar em conta os hábitos e costumes interioranos.

Diz Raimundo Araújo que mesmo os fazendeiros e pessoas de posse não habitavam continuadamente o mesmo local nos sertões. Ficavam na vila apenas alguns meses, para as eleições e reuniões da Câmara (quando eram vereadores), negócios, compras de mantimentos, para as festas religiosas. No resto do ano, iam para as fazendas, muitas vezes mudando periodicamente de uma vila para outra e de uma fazenda para outra (ARAÚJO, 2011).

O domingo era o principal dia para a sociabilidade sertaneja. Os trabalhadores (e também os senhores proprietários, os quais normalmente tinham uma casa na vila) e demais familiares, todos usando a melhor roupa, iam à missa, cumprir os deveres religiosos – constituía-se uma quase obrigação e ninguém poderia deixar de ir à Igreja. Os jovens aproveitavam o templo para trocar olhares, talvez começar um namoro – era uma ótima chance para as moças casamenteiras e as viúvas encontrarem um companheiro.

Depois da missa, poderiam os sertanejos frequentar a feira-livre do povoado, comprar alguma coisa ou mesmo trabalhar, negociando o que produziam no campo, desde alimentos a produtos artesanais (chapéus, redes, cestos, etc.). A feira representava um espaço não apenas de comércio, mas igualmente de encontros sociais e desenvolvimento de laços de solidariedade. Eram ambientes animados e festejados. Gente expondo seus produtos, falando alto, se alimentando, gritando, indo de um lado para o outro. Mesmo homens de posses poderiam frequentar as feiras – comumente, colocavam seus negros de ganho para vender mercadorias.

Talvez o sertanejo ficasse mais tempo na vila, se houvesse uma festa religiosa. As procissões ganhavam as ruas, se tornando um espaço de lazer e de contato social entre todos (ricos ou pobres, livres ou escravos), bem como uma forma de aliviar a dura rotina. Era oportunidade para o sertanejo conversar com os amigos, participar de um samba ou de viola, dançar, ingerir cachaça, ainda que as autoridades religiosas condenassem os excessos mundanos dos festejos.

Nas cidades, vilas e povoados cearenses poderiam-se encontrar "casas de má-fama" (prostíbulos) e estabelecimentos (tavernas, botequins e casas de jogos) em que se reuniam os propensos vadios das bebedeiras, rodas de samba, jogatina e cateretês (espécie de dança). Os jornais da época e as elites referiam-se com imenso desprezo àqueles ambientes de "decadência moral e vadiagem", os quais eram constantemente vigiados pela polícia. Esta, de vez em quando, entrava porta adentro dos estabelecimentos, arrastando para a delegacia os frequentadores. Não por acaso, a polícia era vista com certa antipatia e mesmo como inimiga por segmentos populares (LIMA, 2000; RAMOS, 2003).

Entre o fim da colheita e início do novo ciclo de plantio, o homem pobre livre tinha que encontrar maneiras que permitissem a sobrevivência para ele e a família. Saíam muitas vezes sertão afora, em busca de alguma ocupação – consertar as cercas e casas dos latifundiários, por exemplo. Poderiam trabalhar na confecção de objetos, os quais venderiam nas feiras. Caçavam e pescavam também.

A violência marcava o mundo sertanejo – violência passional, material e política. Mortes para lavar honras, agressões para grilar terras, disputas homicidas entre famílias, assaltos. O criminoso, se vinculado ao partido que estava no governo ou ao senhor de terras influente na região, permaneceria impune; caso contrário, pagaria um preço alto com a prisão, amputações de parte do corpo ou a morte. Praticamente desconhecia-se o que se passava fora do sertão, ainda que não se pudesse esquecer que a ação de mascates e caixeiros viajantes possibilitassem certa mobilidade e trânsito de informações e produtos entre litoral e interior. A população permanecia muito isolada e dispersa no interior; apesar da instalação das primeiras ferrovias nas décadas finais do século XIX, o meio de transporte comum era o animal, o lombo de burros ou jumentos ou ainda o carro de bois, quando não se deslocava o homem do campo a pé, com as alpargatas de couro cru batendo no chão poeirento.

Como se não bastassem tanta miséria, brutalidades e injustiças, havia fatores extras ainda para infernizar a vida dos caboclos. Um deles era o recrutamento militar, prática antiga, a qual

desorganizava a produção, desarticulava famílias e trazia pânico aos grotões sertanejos. Foi o que ocorreu particularmente quando da Guerra do Paraguai, na qual milhares de cearenses foram caçados para lutar pela Pátria (ANDRADE, 1973; MONTENEGRO, 1973; FERNANDES, 1977; MACEDO, 1980; CHANDLER, 1980; FACÓ, 1980; DÓRIA, 1982; QUEIROZ, 1986; MACEDO, 1990; LIMA 2000; RAMOS, 2003; GADELHA, 2008; PERICÁS, 2010; ARAÚJO, 2011).

16.2 CEARENSES NA GUERRA DO PARAGUAI

Em novembro de 1864, Brasil, Argentina e Uruguai, formadores da Tríplice Aliança, iniciaram contra o Paraguai a mais longa e sangrenta guerra da América do Sul. A selvageria só encerrou-se em 1870, com o Paraguai arrasado. Um verdadeiro genocídio.

Ao eclodir a guerra, o Brasil encontrava-se sem efetivos suficientes para o confronto. O exército contava apenas 18 mil homens, enquanto o Paraguai possuía perto de 100 mil soldados – no Período Regencial (1831-40), como muitos soldados, praças e até oficiais se envolveram em revoltas, questionando o sistema oligárquico vigente, o exército perdeu a confiança das elites, tendo seus efetivos reduzidos e dispersos em pequenas guarnições pelo País. A ordem desejada pelos grandes proprietários passou a ser defendida pela Guarda Nacional, criada em 1831.

Diante da Guerra do Paraguai e do fato de não haver serviço militar obrigatório à época, o governo imperial determinou que as províncias estimulassem e organizassem Corpos de Voluntários da Pátria para reforçar o exército. Vale lembrar que, até então, o serviço militar provocava pânico e era tido como uma desonra pela população, pois além de receber castigos corporais e baixos soldos, o soldado apresentava uma imagem negativa, de que fora convocado por ser bandido, desordeiro, vadio ou ladrão.

Presidia a província cearense naquele momento o liberal Lafayette

Rodrigues Pereira (1864-65), que passou a cumprir as ordens da Corte. Determinou às câmaras municipais que fossem postos em prática trabalhos de arregimentação de tropas. Para tanto, organizaram-se nos municípios comissões de alistamento compostas por homens estimáveis e proeminentes. O processo de recrutamento no Ceará acabou sendo extremamente traumático e conflituoso.

No primeiro ano da guerra, é verdade, teve-se um grande número de voluntários que espontaneamente se engajaram, motivados pelo clima nacionalista e as notícias sobre a "injusta e covarde agressão" paraguaia – inclusive, a Guerra do Paraguai contribuiria muito para a formação do Estado nacional e da identidade brasileira, na medida em que estimulou a união e o amor ao País contra a agressão estrangeira.

Houve um ambiente inicial de euforia e comoção. Pessoas se alistavam em quantidade ou faziam doações financeiras para o exército. Os jornais davam um tom patriótico ao momento e as autoridades pediam em discursos que os cearenses se empenhassem no esforço de guerra. Poesias, hinos, músicas, etc., eram elaborados e publicados folhetins sobre o heroísmo dos voluntários. Padres pediam nos púlpitos o apoio dos fiéis para o confronto – o governante paraguaio Solano López chegou a ser chamado de o Anticristo. Foram realizadas passeatas, acompanhadas com bandas de músicas, em Fortaleza, e comícios para motivar a população masculina a pegar em armas desagravo à honra nacional. Procurou-se criar uma visão positiva do serviço militar, ressaltando o soldado-cidadão e patriota, combatendo a imagem negativa e pejorativa tida até então pela população em relação aos militares. Jornalistas, intelectuais e políticos ressaltavam constantemente a bravura e o denodo dos voluntários cearenses.

Já em 6 de abril de 1865, após grande mobilização pública, seguiu para a região platina o primeiro contingente cearense de Voluntários da Pátria, composto de 466 praças, um número expressivo e que mostra o clima favorável ao alistamento que tomou conta da província. O grosso dos cearenses, ao longo do confronto, seria incorporado ao 26º Batalhão de Voluntários e ao 14º de Infantaria, participando de duras missões.

Alguns dos Voluntários da Pátria espontâneos eram filhos de

famílias de posses ou de tradição militar, alistando-se por idealismo/patriotismo e sonhos de glória militar. Várias dessas pessoas, por sua influência, iriam receber as maiores patentes do exército.

Alguns militares de alta patente teriam suas memórias posteriormente exaltadas pelo Estado, forças armadas e setores conservadores, como exemplos de heroísmo e sacrifício pela Pátria. É o caso de Tibúrcio Ferreira de Souza, natural de Viçosa do Ceará e com carreira militar no Rio de Janeiro, de onde embarcou para a guerra. "Tibúrcio ganhou a patente de general na guerra, quando destacou-se nas principais batalhas, entre elas, Tuiuti. Tornar-se-ia herói nacional ainda no século XIX e, posteriormente, com a invenção do Exército na República, seria promovido, pós-morte, ao posto de patrono da Artilharia Brasileira, sendo um símbolo para aquela instituição" (SOUZA, 2007: 48).

Outro exemplo, embora com prestígio apenas local, foi Antônio Sampaio. Nascido em Tamboril, de origem humilde e com ascensão social através da vida militar, Sampaio ficou lembrando pela coragem e ufanismo. Morreria no ano de 1866, em virtude de graves ferimentos sofridos na batalha de Tuiuti.

Houve voluntários, de baixa condição social, que resolveram se engajar espontaneamente nas tropas não apenas por razões patrióticas, mas como maneira de resolver seus problemas pessoais. As vantagens oferecidas pelo governo eram atrativas para muitos cearenses, os quais viviam numa situação de penúria. Muitos preferiam arriscar a vida numa guerra longe que continuar a padecer no Ceará. Constituíam-se os chamados voluntários da fortuna, categoria que englobava também os escravos, que partiam para o confronto na intenção de obter a liberdade – lembremos que o governo provincial comprou a carta de alforria de muitos escravos negros, desde que estes se engassajem nas tropas que lutavam no Paraguai.

Havia ainda casos dos denominados voluntários transgressores, grupo composto por criminosos graúdos (homicidas, latrocidas, estupradores, etc.) e miúdos (ladrões, estelionatários, bígamos, etc.) os quais se alistavam para a Guerra visando a revogação das penas que cumpriam ou cumpririam (SOUSA, 1950; GIRÃO, 1971;

RAMOS, 2003; SOUZA, 2007; MORAIS, 2008).

Uma das personalidades cearenses mais lembradas quando se fala de Guerra do Paraguai é uma mulher e, ironicamente, não foi ao confronto: Antônia Alves Feitosa, a Jovita Feitosa (foto).

Pertencente ao ramo pobre de uma família latifundiária cearense, nasceu no povoado de Brejo Seco, nos Inhamuns, em 1848. Aos 12 anos, perdeu a mãe numa epidemia de cólera, indo depois morar com um tio em Jaicós, no Piauí.

Ao saber do início da Guerra do Paraguai, Jovita, então com 17 anos, pôs o pé na estrada rumo a Teresina, escondida do tio. Decidiu ir ao Prata com o propósito de vingar a humilhação passada por seus compatriotas nas mãos dos "desalmados paraguaios".

Visto que o exército não aceitava mulheres como combatente, passou Jovita Feitosa a faca nos cabelos e pôs um chapéu de vaqueiro para se apresentar como Voluntário da Pátria. Entretanto, antes que fosse para a batalha, seu disfarce foi por água abaixo, pois foi descoberta por outra mulher.

A jovem foi incorporada excepcionalmente, e de saiote e blusa militar com a divisa de 1º sargento, seguiu junto a um dos batalhões para o Rio de Janeiro (setembro de 1865). Mulata, de feições índias e estatura mediana, Jovita ganhou destaque na imprensa da Corte. Respeitáveis personalidades renderam-lhe homenagens, discursos e admirações. Também descontentou homens, que se sentiram afrontados em sua "honra", com a iniciativa da jovem.

Na realidade, virou um instrumento de propaganda do governo para estimular novos voluntários a lutar pela Pátria.

Em novembro de 1865, o ministro da Guerra expediu ofício pondo fim ao sonho sublime da exaltada sertaneja, negando-lhe o direito de ir à guerra. Permanecendo no Rio de Janeiro, envolveu-se sentimentalmente com um engenheiro inglês, de nome Guilherme Noot. Caiu em profunda depressão, depois, ao saber que o amado havia regressado ao seu país de origem sem nada lhe comunicar. Cometeu suicídio com uma punhalada no coração em 1867, aos 19 anos de idade – há uma outra versão de que teria embarcado para o Paraguai, no vapor Jaguaribe, e morrido na Batalha de Acosta Ñu. O nome Jovita era apelido doméstico (GIRÃO, 1971; MATOS,

2001).

16.3 CAÇA AOS RECRUTAS

Se de início aconteceram fortes manifestações populares a favor do voluntariado, o mesmo deixou de ocorrer nos anos seguintes da Guerra, especialmente entre 1866-68. À proporção que o tempo passava (esperava-se uma guerra breve) e se recebiam notícias das baixas (mortos, feridos e mutilados) e dureza das batalhas, diminuía a euforia patriótica inicial – soldados lutavam descalços, alimentavam-se de farinha e carne deteriorada, sofriam com as baixas temperaturas, fome, surtos de gripe e varíola, morriam como moscas, etc. Muita gente começou a questionar se valia à pena continuar aquele conflito sanguinário.

Dessa maneira, o número de patriotas espontâneos passou a escassear (à exceção dos voluntários transgressores e dos escravos). O governo, então, iniciou uma verdadeira caça a pessoas para forçá-las a ir à guerra – na verdade, tal prática já havia, em escala menor, desde a Colônia, servindo como formas de perseguição política e de controle da população, que tinha horror ao recrutamento. Forças públicas deslocaram-se da capital indo às localidades interioranas para auxiliar as comissões de alistamento na procura de vaqueiros, moradores, escravos negros, agricultores, aqueles que apresentassem condições de lutar. Vale ressaltar que os recrutadores recebiam prêmios em dinheiro por cada recruta obtido e obviamente conseguiam prestígio junto às autoridades constituídas por cumprirem as ordens do governo.

Esse recrutamento violento atingiu em cheio a população pobre – a lei permitia que os recrutados pudessem ser substituídos (e muitos o eram, por escravos negros ou índios) ou dispensados mediante pagamento de 400 mil-réis, uma quantia acessível apenas à elite, pois, para se ter uma idéia, na época o salário de um artesão especializado não ultrapassava os 30 mil-réis mensais. Assim, em geral, apenas os elementos brancos das classes abastadas safavam-se

do serviço militar.

Desenho do século XIX, mostrando o cotidiano daqueles que fugiam ante o risco de serem recrutados para a Guerra do Paraguai

O tal recrutamento permitia abusos vários, não deixando de lado as querelas e perseguições políticas. Os indivíduos que gozassem das boas graças do partido no poder e dos potentados, membros das comissões de alistamentos, eram dispensados, enquanto aquelas pessoas indesejadas pelos grandes proprietários iriam certamente honrar o Brasil no distante Paraguai.

Estabeleceu-se um clima de terror na província. A todo instante qualquer pessoa do povo podia ser recrutada – na realidade, um

verdadeiro sequestro, no qual o sertanejo era algemado, preso, conduzido para Fortaleza e embarcado para o sul sob severa disciplina e castigos corporais.

As convocações convulsionaram o Ceará. Vários dos recrutáveis fugiam e escondiam-se nas serras e matas. Senhores proprietários ocultavam seus negros cativos e agregados, para não perdê-los para guerra. Desorganizou-se a produção, irritando as elites, pois as arregimentações tiraram os braços necessários à cafeicultura (que dava então alguns lucros à província) e à rentável lavoura de exportação do algodão (lembremos que a década de 1860 marcou o auge da cotonicultura cearense). A agricultura de subsistência igualmente foi atingida – em 1867, Fortaleza vivenciou uma séria crise de abastecimento. Os trabalhadores, ou estavam armados no Paraguai – morrendo em quantidade, despreparados que eram –, ou tratando de fugir ao cerco governista. As autoridades cearenses eram pressionadas tanto pelo Império, que desejava cada vez mais soldados, como pelos latifundiários, que não aceitavam a perda da sua mão de obra.

E não tardou a reação interiorana. Sertanejos, os quais tomavam conhecimento que parentes ou amigos haviam sido recrutados, tratavam de libertá-los pela força. Em 1866, no Icó, uma multidão cercou a delegacia local exigindo a libertação de um morador local capturado para recruta – após muita tensão, os populares atacaram o prédio, mataram dois policiais, feriram o chefe de polícia, libertaram o recruta e desfilaram em triunfo pelas ruas da cidade! No ano de 1868, em Tamanduá, no termo de Jaguaribe-Mirim (atual cidade de Jaguaribe), um grupo de 50 pessoas armadas, provenientes do Icó, atacou os agentes recrutadores do governo e libertou os voluntários aprisionados. Em Pedra Branca, nos sertões centrais, um outro bando em armas invadiu a cadeia da vila e colocou em liberdade os “riculutas” (expressão popular para designar os recrutas) ali detidos. No alto Jaguaribe, nos Inhamuns, e em algumas localidades do Cariri, sucederam-se fatos semelhantes. Também eram corriqueiras as fugas e deserções entre os convocados.

Não se sabe com certeza quantos cearenses foram para o teatro de operações. Entretanto, estima-se o número em perto de seis mil

(cerca de 1,16% da população à época), cuja maioria esmagadora (aproximadamente 4.700) acabou morta. Uma historiografia tradicional esqueceu-os. Nas memórias construídas, exaltou-se o heroísmo, especialmente dos altos oficiais, na defesa da honra e da pátria. Omitiram-se por completo as violências praticadas contra as camadas populares e o sacrifício destas. Apenas recentemente novos historiadores estão lançando outros olhares sobre a Guerra do Paraguai e a participação cearense (SOUSA, 1950; GIRÃO, 1971; ARAGÃO, 1985; BARROSO, 2004; SOUZA, 2007; MORAIS, 2008).

16.4 A SECA DE 1877

Das grandes secas que marcaram a história cearense, uma das mais lembradas foi a de 1877/79. Foram três anos seguidos sem chuvas, sem semeaduras, sem colheitas, os rebanhos morrendo, os homens migrando para não perecer. O sertanejo havia sido pego, de certo modo, desprevenido – a última grande seca tinha ocorrido havia mais de 30 anos, em 1844/45. Até as famílias abastadas partiram em busca de refúgio junto a parentes que habitavam as serras sempre verdes ou o litoral. Os adultos iam nos cavalos, seguidos pelos carros de bois cheios de moças, crianças, mulheres e bagagens de toda sorte, tendo atrás os vaqueiros e ajudantes tocando o gado.

O pobre trilhava a pé, na poeira das longas jornadas, os adultos levando as crianças menores, puxando a vaquinha ou as cabras que restavam, o cachorro de estimação atrás. Essa massa humilde era denominada de retirantes ou flagelados. Perseguia-se ou mesmo expulsava-se estes sofredores quando acampavam nas vizinhanças de um povoado. Os habitantes temiam vê-los esgotar os “olhos d’água” que ainda existiam ou saquear comércios e armazéns na ânsia de obter alimentos para saciar a fome, como rotineiramente acontecia.

As cidades, além dos vales férteis, como o Cariri, ficaram apinhadas de flagelados. Aracati, que contava cinco mil moradores, passou a comportar mais de 60 mil. Fortaleza converteu-se na capital do

desespero: de 21 mil habitantes, pelo censo de 1872, passou a 130 mil. O sertão esvaziou-se. Muitos dos retirantes pereciam no caminho. Os que alcançavam os centros urbanos o faziam à beira de um colapso e impressionavam pela desnutrição.

A economia provincial, já abalada pela crise do algodão, entra em colapso. Escravos eram vendidos pelos donos para o sudeste. Os gados, salvo alguns conduzidos pelos fazendeiros para escaparem no Piauí, dizimaram-se pela ação das zoonoses, furtos, extravios, fome e sede. A flora e a fauna praticamente extintas. As lavouras, fenecidas. Era a natureza em plena rebelião contra o homem. O povo alimenta-se de raízes e de animais como cães, ratos e até urubus. Há casos de canibalismo. Um surto de varíola vitima milhares de pessoas.

Vítimas da seca de 1877 — fotos como esta foram reproduzidas Brasil afora em campanhas filantrópicas

Mulheres se prostituem para ter o que comer. Multiplicam-se os casos de roubo e furto. Crianças seminuas são estupradas. Os senhores proprietários atribuem aqueles delitos a um desvio de ordem moral da gente mestiça, que deveria ser tratado com repressão.

Na seca de 1877 perdera o Ceará um terço da população pela [migração] e pela morte [estimam-se em 200 mil os óbitos!]. A sua riqueza pastoril, que antes da seca calculava em 24000 contos de réis, não valia agora mais de 200 contos. A agricultura desaparecera completamente (GIRÃO, 1947: 203).

Vale lembrar, contudo, que alguns setores beneficiaram-se com a seca, a exemplo das casas comerciais estrangeiras, como a Bóris Fréres, que comercializou gêneros de primeira necessidade. Empresas de navegação lucraram, também, conduzindo flagelados para o norte e sudeste, como veremos adiante. Joaquim da Cunha Freire, o Barão da Ibiapaba, lucrou com a exportação de navios cheios de cativos negros a partir de Fortaleza e Mossoró (THEÓPHILO, 1922; GIRÃO, 1947; MONTENEGRO, 1973; FACÓ, 1980; PONTE, 1993; VILA, 2000; OLIVENOR, 2002; RAMOS, 2003; CÂNDIDO, 2005; SAMARA, SOUSA, 2006; SOUSA, 2009).

16.5 AS AÇÕES DIANTE DA SECA

A princípio, as autoridades não se mostraram muito sensíveis à seca, demorando a tomar providências. Quando do início da seca de 1877/79, era o Ceará administrado pelo conservador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, que se limitou a distribuir e vender, a preços baixos, farinha vinda do Pará e Maranhão. A imprensa oposicionista liberal pressionou por socorros urgentes, fazendo repercutir seus clamores na Corte. No parlamento imperial, os conservadores viam naquelas alarmantes notícias apenas articulações dos liberais para abalar o gabinete saquarema. O então

deputado e escritor cearense José de Alencar manifestou-se na tribuna incrédulo sobre a gravidade da seca, preferindo optar pelo exagero das fontes e pelo espírito de oposição dos jornais.

Finalmente, com a gravidade da situação, o governo decidiu agir. Foram formadas comissões de socorro e construídos abarracamentos na periferia de Fortaleza para receber os flagelados. Além de insuficientes, pois a maioria dos retirantes não era atendida, esses alojamentos não tinham uma estrutura muito favorável – não passavam de palhoças nas quais se tentava prestar assistência sanitária às pessoas e fornecer-lhes comida. Com água contaminada e péssima alimentação, os abarracamentos viravam verdadeiros campos de morte. A varíola dizimou milhares de pessoas. Ali, as comissões buscavam vigiar, disciplinar e controlar as vítimas das secas, para que não ficassem "vagabundeando" e cometendo desatinos pela capital. Policiais vigiavam os abarracamentos.

O Império enviou carregamentos de comida de outras regiões do Brasil. Em 1878, ápice da comoção, chegaram 360 navios com alimentos. Comerciantes reclamam que a distribuição de comida prejudicaria os negócios. Apesar dessa postura, segmentos sociais (estudantes, caixeiros, religiosos, etc.) mobilizaram-se para ajudar os flagelados. Havia dificuldades e riscos de levar mantimentos ao interior ante a precariedade dos transportes, o calor insuportável e os riscos de saques. Jornais noticiavam também que encarregados dos socorros, mancomunados com grandes negociantes, desviavam e se apossavam de partes das cargas (vendendo-as no mercado) ou manipulavam a distribuição de comida com fins eleitorais, enquanto muita gente morria de inanição ou sobrevivia comendo alimentos podres. Indivíduos formaram fortunas dessa forma.

Os retirantes acabariam sendo usados pelos poder público e as elites dominantes para construção de obras modernizantes para Fortaleza e o Ceará. Sob o discurso da caridade, as classes dominantes exploraram aquela mão de obra farta e barata na construção de estradas, ferrovias, açudes, etc. Fornecendo alimento aos flagelados ou irrisórios pagamentos e os colocando sob férrea disciplina nos locais de trabalho, as elites revelavam a estratégia de aliviar a pressão social e de controlar mais uma vez a milhares de pessoas atingidas pela seca. Havia um pânico de que a massa faminta

praticasse saques e outros atentados à propriedade privada e à ordem estabelecida.

Com idêntico objetivo de diminuir a pressão social, as autoridades começam a subsidiar a emigração. Passou-se a enviar cearenses para o centro-sul do Brasil, onde se verificava a expansão da lavoura cafeeira, e, sobretudo, para a Amazônia, que vivia o chamado ciclo da borracha. Com passagens pagas pelo governo, milhares de cearenses migraram na esperança de escapar à miséria da terra natal explorando os seringais do norte – eram chamados de paraoaras. As pessoas emigravam seminuas, descalças, famintas. Famílias inteiras se desgarravam, separando-se, em lágrimas, pais e filhos, maridos e mulheres. Acomodavam-se no porão ou no convés de navios, nas piores condições. Vários cearenses sucumbiram durante a penosa viagem. Embarcações naufragavam. Muitos acabariam morrendo na floresta por ataques de feras ou por malária, apenas enriquecendo uma elite que nababescamente esbanjava dinheiro em Manaus, Belém ou no estrangeiro.

A seca, a crise econômica do nordeste naquele final do século XIX – decadência da cotonicultura na década de 70, queda dos preços internacionais da cana-de-açúcar – e a perda da importância política da região para o centro-sul brasileiro ante a expansão da lavoura do café e o processo de centralismo na monarquia, trarão como consequência um relaxamento dos controles sociais exercidos pelos latifundiários sobre a massa sertaneja. Não havia como o fazendeiro manter na propriedade a mão de obra dos caboclos ou conservar os laços de dependência patriarcais. Trabalhadores perderam seus empregos, moradores viram-se obrigados a sair das terras, escassearam-se os serviços temporários, baixou-se terrivelmente a remuneração, agravou-se a situação de penúria do povo, diminuiu-se a produção. E quantos mais braços perdia o latifúndio, mais se agravava a crise. Assim, naquela sociedade injusta, violenta e excludente, intensificariam-se as formas de resistência das camadas populares, a exemplo dos movimentos messiânicos e do cangaço (THEÓPHILO, 1922; GIRÃO, 1947; MONTENEGRO, 1973; FACÓ, 1980; PONTE, 1993; VILA, 2000; OLIVENOR, 2002; RAMOS, 2003; CÂNDIDO, 2005; SAMARA, SOUSA, 2006; SOUSA, 2009).

16.6 MOVIMENTOS MESSIÂNICOS

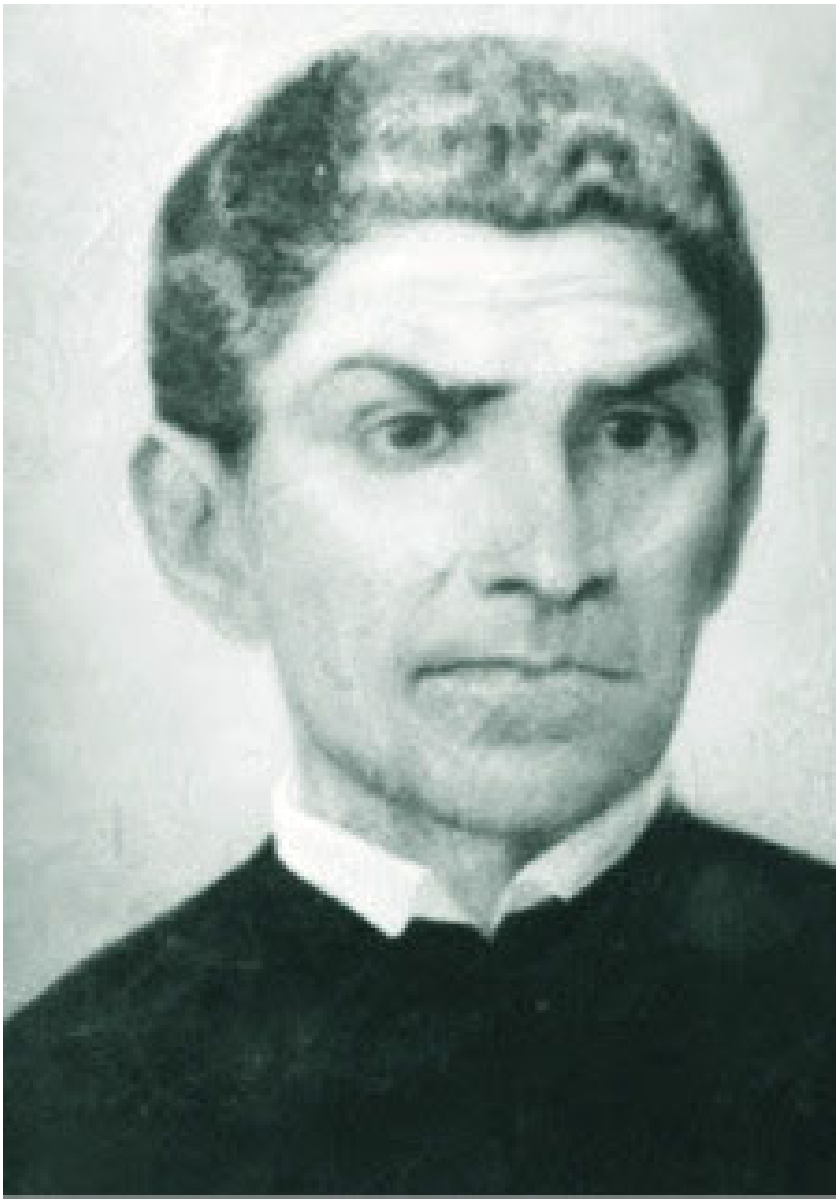
Na segunda metade do século XIX, cada vez mais pessoas pobres passaram a seguir líderes religiosos em movimentos messiânicos, chamados preconceituosamente pelas elites, pelo poder e pela Igreja católica de fanáticos e tidos como uma ameaça real à ordem estabelecida – do que advieram perseguições e massacres. Misturando interpretações da Bíblia, tradições cristãs como o fim dos tempos e criação do paraíso, com mitos a exemplo do retorno do rei D. Sebastião[14], tais movimentos representavam, paradoxalmente, não uma fuga da realidade, como muitos possam imaginar, porém uma crítica implícita, silenciosa, à estrutura socioeconômica vigente. Apegavam-se aos céus porque a vida terrena era de sofrimento. O povo se voltava para a religião implorando dádivas e perdão dos seus pecados, os quais supunham serem os causadores do martírio que sofria, esperando a vinda de um tempo novo, de paz e prosperidade e de justiça, onde os pobres seriam abençoados e os perversos, castigados.

Já foi dito, neste livro, que o catolicismo praticado pela maior parte do povo brasileiro, sobretudo no nordeste, é produto de profundo sincretismo, decorrente da fusão do catolicismo português com as tradições indígenas e africanas. A esse catolicismo moreno, mestiço, diferente do praticado pelas altas hierarquias eclesiásticas, os historiadores e sociólogos chamaram de catolicismo popular (embora os fiéis vejam apenas uma religião católica, sem diferenças). É uma espiritualidade na qual abundam benzedores, curandeiros, milagreiros, crenças em talismãs, fórmulas mágicas, milagres rotineiros, sacrifícios, penitências e coisas semelhantes.

No mundo profundamente místico sertanejo, porém, escasseavam sacerdotes. Para se ter ideia, no início da década de sessenta do século XIX, para uma população de 720 mil habitantes, possuía o Ceará apenas 33 padres, dos quais mais de dois terços tinham, como se dizia, famílias constituídas e cujo prestígio entre os fiéis era baixíssimo.

A falta de padres e o isolamento dos sertões faziam com que pessoas que se destacassem em suas comunidades, por conhecimento e piedade, costumeiramente se ocupassem das práticas religiosas mais comuns – pregar, batizar, rezar o rosário, encomendar os mortos. Algumas vezes esse verdadeiro clero “laico” chegou a celebrar arremedos de missa. Tal fenômeno foi comum no interior do nordeste e mesmo no sul.

Nos sertões, esse clero “laico” possuía uma espécie de hierarquia informal. Os beatos tiravam rezas, puxavam terços, cantavam ladainhas, esmolavam para as igrejas. Mais informados e inseridos nas coisas sagradas, havia os conselheiros, os quais pregavam e, principalmente, aconselhavam os fiéis. Na maioria das vezes, os conselheiros possuíam sob sua influência um ou mais beatos.



Pe. Ibiapina, mestre da religiosidade popular nordestina

Observe-se que essas pessoas de fé não eram tratadas como

possuídas ou dementes pelos populares. Ao contrário, constituíam-se figura comum nas comunidades, com funções e atribuições aceitas e definidas. Assim, os sertões eram trilhados por dezenas de andarilhos que visitavam as localidades desprovidas de párocos e mesmo aquelas que os tinham. Por longos anos houve um contato semioficial do clero com aquelas lideranças religiosas leigas. Sacerdotes cediam os púlpitos para beatos e conselheiros e alguns chegavam a incentivar, como exemplos, tais formas de vida.

Esses homens e mulheres de Deus participavam da orientação social, política e ideológica do povo sofrido do interior nordestino. Traziam-lhe conforto espiritual, e mesmo ajuda material. O líder messiânico era carismático, apresentava atributos extraordinários e sobrenaturais e era tido igualmente como um profeta ou portador de uma nova mensagem divina de esperança e de um mundo melhor. Visto assim, fica mais fácil entender o que levava milhares de pessoas a ouvir e seguir líderes (que tiveram atuações diferentes, é verdade) como Antônio Conselheiro (líder de Canudos), beato José Lourenço (Caldeirão) e mesmo integrantes da hierarquia católica que adotavam aquelas práticas do catolicismo popular, a exemplo de Pe. Ibiapina e Pe. Cícero (MONTENEGRO, 1973; QUEIROZ, 1976; FACÓ, 1980; BARROS, 1988; HOORNAERT, 1990; MACEDO, MAESTRI, 1997; SILVA, 2006).

16.7 IBIAPINA: MESTRE DO CATOLICISMO POPULAR

Vários dos movimentos messiânicos acabariam entrando em choque com as classes proprietárias nordestinas, com as autoridades instituídas e com a própria cúpula da igreja católica. Para as elites e governantes, os seguidores daqueles movimentos não passavam de fanáticos, loucos e vagabundos, que em vez de estarem integrados na produção, viviam a ouvir falsas promessas e palavras vazias. Para a alta hierarquia católica, as práticas do catolicismo popular escapavam-lhe ao controle e entravam em choque com a

denominada política de romanização, emanada do Vaticano na segunda metade do século XIX.

A igreja católica, diante da crise interna que vivia (perda de fiéis, religiosos envolvidos em escândalos, etc.) e do avanço da modernidade secularizante (materialismo, liberalismo, cientificismo, etc.), buscou reagir, sobretudo a partir de 1848, com o pontificado de Pio IX. A igreja passou a cada vez mais a afirmar a autoridade de Roma (entenda-se, do Papa) sobre os Estados nacionais, o clero inferior e os próprios fiéis, postura confirmada em 1870, com o Concílio Vaticano I. Reafirmou-se, então, a infalibilidade do Papa, exigindo a submissão da hierarquia da igreja aos ditames da cúpula católica, bem como a estrita obediência aos dogmas católicos. Em outras palavras, procurou-se centralizar a atuação eclesiástica, submetendo toda matéria religiosa à orientação das altas autoridades católicas e valorizando-se a hierarquia – o Vaticano impunha as regras e o resto da Igreja obedecia, submisso. A prática religiosa ideal era aquela que seguia os padrões europeus. A essa política de revigoramento e centralização da igreja chamamos romanização ou ultramontanismo (DELLA CAVA, 1976).

É neste contexto político-religioso que se entenderá a oposição da hierarquia da igreja aos líderes a exemplo de Pe. Ibiapina, tido como o grande mestre do catolicismo popular nordestino.

José Antônio Pereira Ibiapina nasceu em 1806, no povoado de São Pedro de Ibiapina, região de Sobral, sendo filho de Miguel Ibiapina, um dos participantes cearenses fuzilados na Confederação do Equador. Após os infelizes eventos de 1825, Ibiapina, órfão, recebeu ajuda de José Martiniano de Alencar e se dirigiu a Pernambuco, onde se bacharelou em direito. Na década de 30, foi eleito pelo Ceará deputado geral do Império (1834-37) e ocupou o cargo de juiz de direito em Quixeramobim (1834-35). Sofreu, contudo, uma grande desilusão amorosa: a noiva, com quem planejava casar-se, Carolina Clarence (formosa filha de Tristão Gonçalves) o abandonou e fugiu com um primo.

Ibiapina entrou em rota de atrito com o então presidente cearense, senador José Martiniano de Alencar, ao recusar-se a promover como juiz as perseguições políticas e pessoais pretendidas pelos liberais.

Posteriormente, Antônio Ibiapina abandonou a magistratura e a política – desenganou-se da possibilidade de mudar pelas leis as injustiças do mundo. Em 1838, instalou residência em Recife, dedicando-se à advocacia. Em pouco se notabilizou na profissão, ganhando fama de defensor dos pobres. Levava uma vida reservada, profundamente católica.

Em 1853, aos 47 anos de idade, o sobralense decidiu dar novo rumo à vida e ordenou-se padre pelo mesmo Seminário de Olinda, trocando o sobrenome Pereira pelo nome de Maria, em homenagem à Virgem Imaculada. Sensibilizado com o sofrimento dos humildes, se entregou ao contato direto com seu povo. Passou a percorrer os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba, Rio grande do Norte e Piauí como missionário, pregando a palavra de Deus e realizando obras em mutirão (açudes, poços, cacimbas, capelas, igrejas, cemitérios, etc.) para atenuar o abandono dos sertões nordestinos. Multidões escutavam e seguiam o pregador. Os sertanejos consideravam Ibiapina um homem santo, atribuindo-lhe milagres e curas.

O padre construiu as famosas Casas de Caridade, que se destinavam a servir de escolas para filhas de famílias ricas, de orfanato para as crianças das camadas mais pobres e ainda de centro profissional e hospital. Criou também, sem autorização do bispado, a Irmandade da Caridade, composta por mulheres leigas, beatas vestidas com hábitos e que faziam votos de castidade e pobreza, renunciando aos prazeres do mundo e se dedicando ao serviço de Deus (tais beatas trabalhavam nas casas de caridade). Ibiapina acabaria entrando em rota de colisão com a alta cúpula católica.

As mudanças operadas na organização eclesiástica em decorrência da romanização afetaram o relacionamento entre os padres e os paroquianos do nordeste. A Igreja aumentou o número de dioceses, colocando-as sob a administração de sacerdotes paulistas, mineiros ou estrangeiros, ou seja, de elementos estranhos ao universo cultural e social dos sertões. O Ceará foi uma área marcada profundamente pela romanização. A criação da diocese local, em 1854, coincidiu mais ou menos com o período inicial de tal processo. No ano de 1861 nomeou-se o primeiro bispo da província, D. Luis Antônio dos Santos. Natural do Rio de Janeiro, este se voltou totalmente para a doutrinação romanística dos novos

clérigos – em 1864, por exemplo, fundou o primeiro seminário da diocese (na Prainha, em Fortaleza), chefiado pelos lazaristas franceses, uma ordem confiável, virtuosa e obediente ao Vaticano. D. Luis igualmente preocupou-se com o controle do misticismo popular, que tinha então como figura máxima o Pe. Ibiapina.

Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, nasceu em 1830, nos sertões cearenses de Quixeramobim. Seu pai era um ex-vaqueiro, proprietário de uma bodega, e queria vê-lo ordenado padre – daí por que o menino Antônio teve acesso a uma instrução formal.

O sonho do sacerdócio, contudo, frustrar-se-ia em 1855, com o falecimento do pai. O futuro Conselheiro herdou o comércio e a responsabilidade de cuidar da família. Acabou falindo, mergulhado em dívidas. No ano de 1857, casou-se, sendo depois abandonado pela esposa e filhos. Exerceu as profissões de professor, pedreiro-construtor, rábula e caixeiro – teria, inclusive, como vendedor ambulante, encontrado e acompanhado por algum tempo o Pe. Ibiapina nas andanças deste pelos sertões. Residiu por algum tempo em Santa Quitéria, onde conviveu maritalmente com Joana Imaginária, mulher mística e escultora de rústicas imagens sacras (com ela teve um filho).

Por volta de 1873, já aparece em Assaré-CE como beato e se começa a ter notícias de suas peregrinações pelo Ceará, Bahia e Sergipe. Ganhou fama e seguidores. A população passa a chamá-lo de Antônio Conselheiro. Seus seguidores em mutirão, reconstruíam muros danificados dos cemitérios, reforçavam a parede das igrejas, levantavam capelas, construíam pequenos açudes. Transformou-se em personagem de renome nos sertões. Multidões se aglomeravam para ouvir seus sermões – promessas de um mundo melhor, feliz, próximo a Deus, longe da miséria. Para as elites, entretanto, Conselheiro não era mais que um charlatão louco e estaria desviando as pessoas das atividades produtivas.

Gravura repersentando Antônio C‹Em 1893, Conselheiro e seus seguidores f

Ibiapina acabou advertido por seu fervor religioso pelo bispo D. Luis, sendo obrigado a entregar as Casas de Caridade e as Irmandades da Caridade ao controle episcopal, e a sair do Ceará. Ibiapina retirou-se para a Paraíba, continuando seus trabalhos missionários pelo nordeste, até falecer naquela província, em Santa Fé, a 19 de fevereiro de 1883. Suas práticas, contudo, marcariam profundamente os corações sertanejos e influenciariam outras lideranças religiosas como Pe. Cícero e Antônio Conselheiro (MONTENEGRO, 1973; QUEIROZ, 1976; DELLA CAVA, 1976; FACÓ, 1980; BARROS, 1988; HOORNAERT, 1990; ARAÚJO, 1995; SILVA, 2002; RIBEIRO, 2006).

16.8 O CANGAÇO

Enquanto multidões vagavam pelos sertões seguindo missionários, beatos e conselheiros, homens pegavam em armas e organizavam grupos de cangaceiros, entrando numa vida marginal quase sem retorno.

Conforme folcloristas, cangaço vem da palavra canga, o conjunto de arreios usados para amarrar o boi ao carro – é provável que o termo tenha surgido porque os bandoleiros usavam espingardas a tiracolo ou com correias cruzadas no peito, lembrando o boi no jugo. Já em 1834 registram-se as primeiras descrições de cangaceiros com o sentido que temos hoje: chapéu de couro, clavinotes, cartucheiras de pele de onça pintada, longas facas enterçadas batendo na coxa, praticamente a mesma indumentária de Lampião um século mais tarde – essa inconfundível indumentária evidenciava um orgulho daqueles homens quanto ao tipo de vida adotado.

Bando de Cangaceiros faz pose para foto, exibindo armas

Bandidos errantes sempre existiram por todo o Brasil, desde o período colonial – grupos de assaltantes de estradas os quais intranquilizavam os viajantes e eram sistematicamente perseguidos pelas autoridades. O cangaço, contudo, será um fenômeno típico da região hoje chamada de nordeste e compreendido dentro das condições históricas específicas da região no final do século XIX e 1ª metade do século XX. A palavra designa os grupos armados que viviam de assaltos, saques e extorsões sob a liderança de um chefe, matendo-se nômades e autônomos (cruzavam constantemente as divisas dos vários estados), e não se ligando direta ou permanentemente a nenhuma liderança política ou latifundiário.

O cangaceiro deve ser diferenciado do jagunço, capanga ou “cabra” (embora, a princípio, os termos fossem tomados como sinônimos), isto é, dos grupos de homens armados que desde a etapa colonial eram arregimentados por latifundiários para combater índios ou rivais. Estes compunham-se de moradores e agregados das terras do potentado, de sem-terra e criminosos comuns, os quais encontravam refúgio nas grandes fazendas. Constituíam-se verdadeiros exércitos

particulares, que obedeciam sem discutir as ordens do patrão, cometendo os crimes mais hediondos por ele ordenados.

Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, nasceu a 7 de julho de 1897, no município pernambucano de Serra Talhada. Seu pai era um pequeno e próspero sitiante local e tinha a intenção de fazê-lo estudar – teve aulas com um professor particular e aprendeu a ler, escrever e a contar. Hábil artesão em couro, entrou em 1919 no bando do cangaceiro Sinhô Pereira como alternativa para escapar às perseguições que lhe movia a polícia e famílias inimigas da sua; Virgulino praticaria contra os Nogueira e Carvalho vários assaltos e agressões.

O pai acabou morto por policiais, o que só fez aumentar a fúria de Virgulino. Em 1922, com a aposentadoria de "Sinhô Pereira" (que desistiu da vida de bandoleiro e se retirou para Goiás), assumiu a liderança do grupo e virou o Rei do Cangaço. Ganhou a alcunha de Lampião, pois, segundo os relatos populares, durante um tiroteio, sua arma disparava tão rápido que o emitia um clarão, como se fosse lampião.

Em geral a conduta de Lampião se caracterizaria pela extrema crueldade – era truculento como a sociedade em que vivia, onde a violência estava presente desde o cotidiano das pessoas às ações do governo no combate aos grupos de bandoleiros. Por anos Lampião percorreu os sertões praticando assaltos e brutalidades. Acabou morto em 1938, numa emboscada armada pela polícia em Angicos, Sergipe (CHANDLER,1980).

Quanto à origem, o cangaceiro e o jagunço não se distinguiam – eram, em geral, homens de ascendência humilde. Não existia uma barreira instransponível entre eles. A passagem era fácil, podendo um transformar-se no outro. Contudo, foi maior o número de capangas que se tornavam cangaceiros, do que cangaceiros que viraram capangas.

O membro do cangaço foi classificado por historiadores como exemplo de banditismo social, que, aliás, seria um fenômeno universal, ou seja, existente em várias partes do mundo. Em geral, é homem sem terra ou pequeno proprietário, vítima da exploração latifundiária ou de alguma violência ou injustiça praticada pelos

poderosos. Vira fora-da-lei porque não tem opções de uma vida normal (ao buscar ou escapar de vinganças) ou porque vê no crime forma de sobreviência ou de melhorar de vida, de obter respeito numa sociedade excludente e autoritária (HOBSBAWM, 1975).

Além desses fatores, o estilo de vida dos cangaceiros – com aventuras, miragem de vida fácil e farta, sem a dureza do trabalho agropastoril – atraía muitos elementos, especialmente jovens. No contexto da crise econômica e das grandes secas do nordeste é que se diz que houve um ciclo do cangaço mais ou menos entre 1870 e 1940, embora a quantidade de grupos de cangaceiros tenha aumentado bem mais nas primeiras décadas do século XX, da mesma forma que a ferocidade dos crimes praticados pelos bandoleiros. Os grupos de cangaceiros proliferavam, sobretudo, na época das secas, ao fim das quais geralmente desapareciam, embora muitos continuassem a existir e ganhassem fama, como nos casos dos bandos de Inocêncio Vermelho, João Calangro, Jesuíno Brilhante, Antônio Silvino e Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião (MONTENEGRO, 1973; FACÓ, 1980; CHANDLER, 1980; DÓRIA, 1982; QUEIROZ, 1986; PERICÁS, 2010).

16.9 CANGACEIROS: HERÓIS OU VILÕES ?

Há quem veja o cangaceiro como uma espécie de Robin Hood dos sertões, tirando dos ricos e dando aos pobres. Bandoleiros como Antônio Silvino, que se autoproclamava o governador dos sertões, quando assaltavam uma localidade, na maioria das vezes davam um passeio de braços dados com o prefeito ou delegado de polícia, fazendo depois a “bolsa”, ou seja, coletava dinheiro entre os proprietários e comerciantes, ficando com a quantia da qual necessitavam no momento e distribuindo o restante entre os populares.

Apesar disso, conceber os cangaceiros como heróis não passa de uma visão distorcida e até ingênua da realidade. Na maioria dos casos, quando os cangaceiros repartiam bens entre os pobres – o

que, aliás, era raro – o faziam para mostrar superioridade, numa perspectiva paternalista e menosprezadora, que nada tinha de igualitária. O chefe do bando dava aos seus homens o que lhes havia prometido e em seguida literalmente atirava aos pobres, que por acaso estivessem por perto, notas miúdas e moedas. Outras vezes distribuíam algo entre os mais humildes para conseguir informações ou apoio contra inimigos (espionar a polícia, fornecer informações falsas a perseguidores, etc.).

O cangaceiro igualmente não era um revolucionário, que estivesse lutando para mudar a ordem latifundiária, embora fosse um produto dessa. Cangaceiros mantinham relações muito cordiais com certos coronéis, que os protegiam, davam-lhes hospedagem ou vendiam armas e munições. Eram os chamados coronéis coiteiros.

Lampião, por exemplo, nunca desejou alterar a estrutura da sociedade em que vivia. Não estava preocupado com a opressão dos pobres e dos fracos pelos ricos e poderosos. O Rei do Cangaço visava, principalmente, sua própria sobrevivência e, na luta para consegui-la, pedia e recebia cooperação e favores não só dos camponeses, mas também das elites.

Os cangaceiros obtinham apoio também pela coação e medo – não raras vezes, para populares e potentados, as alternativas eram: ou ajudar os bandoleiros ou padecer horrores. Óbvio que houve gente que, por vontade própria, aberta ou secretamente, apoiou os bandos. Na mentalidade sertaneja, existia certa simpatia pela valentia e desassombro do indivíduo que caiu no crime para lavar a honra, buscar uma desafronta, corrigir uma injustiça, como era o caso de muitos dos cangaceiros.

Os populares igualmente simpatizavam com os bandoleiros quando estes vingavam a gente pobre. Assim, Lampião quando castrava o filho de um coronel que havia deflorado uma moça, ou quando incendiava uma fazenda, era profundamente admirado pela coragem de pegar em armas e realizar com as próprias mãos a justiça que o Estado negava ao homem pobre do sertão nordestino (DÓRIA, 1982: 131).

Vale ressaltar que muitos dos admiradores dos cangaceiros nunca tiveram contato direto com os bandoleiros, só os conhecendo através de relatos de segunda mão, não raros esmaecidos pelo tempo. Vários dos que conheceram os cangaceiros pessoalmente apresentavam opinião bem diferente. Por outro lado, os cangaceiros não admitiam em hipótese alguma serem chamados ou comparados a ladrões ou bandidos comuns – era uma ofensa imperdoável! Em 1924, após cometer um assassinato em Santa Fé-PB, Lampião foi tachado por uma mulher de ladrão, bandido e desordeiro. Furioso, o Rei do Cangaço mandou que dois de seus homens segurassem a mulher, abrissem suas pernas e lhes dessem violentas chineladas em suas partes intímas. Os cangaceiros se consideravam atores sociais distintos, tinham orgulho do seu modo de ser e, igual aos sertanejos de modo geral, desprezavam profundamente ladrões, especialmente os de cabra e cavalo.

Os bandos eram extremamente brutais com quem os traía ou ajudava os inimigos. A simples suspeita já bastava para os atos de crueldade – puniam não só os faltosos, mas também a família destes

e até mesmo o povoado onde por acaso residissem. Aqueles criminosos eram profissionais em sangrar pessoas, enfiando-lhes longo punhal entre a clavícula e o pescoço. Marcavam mulheres com ferro quente, arrancavam olhos, cortavam orelhas e línguas, castravam homens. O cangaceiro era cruel, feroz, perverso, porque a sociedade em que vivia também o era profundamente.

Violências iguais às cometidas pelos bandidos praticavam também os policiais e as volantes[15]. Estas, na ânsia de saber o rumo dos cangaceiros, perpretavam crimes os mais hediondos contra a população rural. Muitos policiais, contudo, chegavam a vender munição e armas para cangaceiros ou se corrompiam, protegendo ou facilitando a fuga dos bandoleiros. Sobre o capitão João Bezerra, o comandante da volante que matou Lampião em 1938, pesavam acusações desse tipo. No geral, os cangaceiros evitavam confrontos com os "macacos" (como eram chamados os membros das volantes). Muitas vezes, as volantes desistiam da perseguição a um grupo de cangaceiros por pressão de coronéis, coiteiros dos bandidos. Por outro lado, os arbítrios e violências praticadas pelas volantes serviam para muitos populares se voltarem com simpatias para os cangaceiros.

Os grupos de cangaceiros eram, no geral, pequenos, com três a dez homens no máximo, embora houvesse bandos maiores, como o do próprio Lampião, que chegou a reunir 100 componentes. Os grupos eram conhecidos pelo nome do chefe. Este selecionava os homens que entrariam no bando, armava-os, atribuía-lhes apelidos (em geral a alcunha vinha da denominação de um animal bravio, de uma árvore ou de algo que se identificasse perfeitamente com a rudeza do sertão) e determinava as normas de comportamento. A palavra do líder era inquestionável, sendo ele chamado de "patrão". O chefe monopolizava os contatos com os coronéis coiteiros e fornecedores, era ele quem ficava com a maior parte das riquezas obtidas nas ações criminosas. Ironicamente, a ordem patriarcal e autoritária contra a qual se rebelavam aqueles homens reproduzia-se dentro dos próprios bandos (CHANDLER, 1980; DÓRIA, 1982; QUEIROZ, 1986; PERICÁS, 2010).

16.10 MULHERES NO CANGAÇO

Um dos aspectos mais relevantes do cangaço foi a participação feminina. Via de regra, antes do bando de Virgulino Ferreira não se tem notícias de que mulheres tenham vivido debaixo do cangaço. Quando um cangaceiro se envolvia com uma mulher, procurava deixá-la em lugar seguro, sob guarda de alguém de confiança, visitando-a periodicamente.

Embora a regra fosse não violentar mulheres e um comportamento violento frente à prostituição e mulheres modernas (moças que, por exemplo, usassem cabelos e vestidos curtos demais), os bandos pouco a pouco se afastaram deste parâmetro do cangaço. Em 1923, Lampião, em Bonito da Santa Fé-PB, deu início ao estupro coletivo da esposa de um delegado (eram 25 homens). Constituía-se normalidade, nas festas e fazendas onde chegavam, os cangaceiros se apropriarem das mulheres, casadas ou não, para se divertirem.

Maria Bonita, companheira de Lampião até na morte

Um novo comportamento frente às mulheres só se verificaria a partir de 1930, quando Lampião permitiu a Maria Bonita acompanhá-lo no bando.

O nome verdadeiro da moça, então com 20 anos (e Lampião com 33

anos), era Maria Déia. Morava em Santa Brígida-BA, onde tinha uma relação de muitas brigas com o marido. Mulher bonita, morena, cabelos longos, inteligente, decidiu fugir com Lampião quando da visita deste à fazenda dos pais de Déia no norte da Bahia. Os demais membros do bando tratavam-na como Dona Maria ou a mulher do Capitão. Virgulino cercou-a sempre de atenções e carinhos, chamando-a carinhosamente de Santinha. Maria Bonita ficou com Lampião até o fim, morrendo junto com o cangaceiro em Angicos.

Depois, outros cangaceiros arranjaram companheiras. Aqueles bandoleiros exerciam certa atração sobre o sexo oposto. Segundo Dadá (Sérgia Maria Ribeiro da Silva, a mulher de Corisco, o "Diabo Loiro"), a sertaneja achava bonito mesmo era bandido, todo enfeitado, todo perfumado, todo cheio de coisas. Aí elas iam na onda" (Apud DÓRIA, 1982: 89). Além desse fascínio, a vida de cangaço permitia às mulheres escaparem das árduas tarefas diárias da vida no campo ou da rígida autoridade dos pais, idealizando uma vida de aventuras e liberdade. Houve casos também de jovens raptadas e forçadas a seguir os criminosos – o que era uma coisa até comum para a época, inclusive, entre membros das classes dominantes.

A presença de mulheres no bando servia para diminuir a violência dos criminosos – as vítimas apelavam à sensibilidade feminina e não raro as mulheres intervinham junto aos homens. Além disto, a presença de mulheres significava uma garantia de respeito para as filhas e mulheres dos sertanejos surpreendidos por um ataque dos bandoleiros.

Exigia-se, aliás, dentro do próprio grupo todo respeito às mulheres dos companheiros. A ninguém do bando era dado o direito de ter mais de uma companheira e esta, na maioria das vezes, foi esposa fiel e devotada. Punia-se, não obstante, o adultério com a morte. Foi o caso de Lídia, mulher de Zé Baiano, morta por ele a cacetadas por tê-lo traído com o cangaceiro "Besouro", que teve o mesmo destino sob o olhar de aprovação de Lampião. Quando morria um companheiro, a viúva tinha que arranjar novo parceiro – quando isso não dava certo, a mulher tinha de abandonar o grupo ou mesmo ser silenciada em definitivo para que não falasse muito e

colocasse em risco a segurança do grupo.

Vários imigrantes do Oriente Médio se instalaram no Ceará no início do século XIX. Chamados genericamente de sírios, libaneses ou árabes, muitos deles se direcionaram para a atividade comercial, alcançando destaque na sociedade. Um destes foi Jamil Ibrahim, aportuguesadamente Benjamim Abrãao; nascido em Zahle, a oeste de Beirute, no Líbano, chegou ao Brasil por volta de 1913 ou 1914, dedicando-se a vendas de tecidos e alimentos.

Benjamim Abraão, Maria Bonita e Como mascate, Benjamim Abrãao chegou

As mulheres não eram guerreiras e tinham somente armas curtas, de defesa. Seus homens defendiam-nas sempre. As crianças nascidas destas uniões eram dadas a compadres, gente que tinha residência fixa, padres, coronéis, parentes, que pudessem dar-lhes trato e apoio. Dos filhos que tiveram Lampião e Maria Bonita, somente sobreviveu uma menina, Expedita Ferreira, criada por um padrinho. Houve casos também de crianças dentro do grupos de cangaceiros – meninos de 7 a 12 anos podiam ser usados como lavadores de cavalos, carregadores de água, limpeza dos acampamentos e até na função de olheiro (DÓRIA, 1982; QUEIROZ, 1986; PERICÁS, 2010).

O Bando de Lampião foi decapitado conforme prática da época

16.11 VIOLÊNCIA SEM FIM

Entrando para o cangaço, dele o indivíduo dificilmente saía vivo. Mesmo o que se entregava, acabava morto por desafetos, parentes de suas vítimas ou pelos antigos companheiros, os quais temiam que segredos do grupo fossem revelados. Quando cangaceiros eram capturados acabavam, em geral, fuzilados sumariamente – só conduzia-se para a cadeia um ou outro nome mais conhecido. Assim, aconteceu com Jararaca (José Leite Santana), baleado e preso no dia seguinte ao assalto malogrado [de Lampião, em 1927] à cidade de Mossoró. Depois de prestar depoimento minucioso, é levado para o cemitério e aí assassinado pela polícia (FACÓ, 1980: 59).

Os cangaceiros não deixavam a polícia avaliar o resultado dos combates. Conduziam os mortos ou, na impossibilidade, cortavam-lhes a cabeça, dificultando a identificação. Quando assassinados pela polícia, esta igualmente decapitava-os, para provar o fato e receber a recompensa paga pelas autoridades. Foi o que ocorreu com o bando de Lampião. A cabeça do Rei do Cangaço e de mais onze companheiros foram colocadas em latas de querosene, cheias de sal grosso para conservá-las – os corpos acabaram atirados num riacho seco. Mumificadas, as cabeças ficaram expostas no museu Nina Rodrigues, de Salvador, macabramente até 1969, quando os familiares conseguiram autorização para enterrá-las.

Após a morte de Lampião em Angicos, em 1938, Corisco (o alagoano Cristiano Gomes da Silva Clero), que não se encontrava presente naquela localidade e ocasião, assumiu a tarefa de vingar a morte do ex-chefe e amigo. Matou várias pessoas suspeitas de terem traído Virgulino Ferreira – chegou a enviar cinco cabeças num saco para o prefeito de Piranhas-AL com um bilhete: Se o negócio é de cabeças, vou mandar em quantidade...Corisco foi ferido e morto pela polícia no ano de 1940 (a mulher Dadá sobreviveu, perdendo uma perna). A morte do “Diabo Loiro” simbolicamente marcou o fim do cangaço (veja o capítulo 23) (MONTENEGRO, 1973; FACÓ, 1980; CHANDLER, 1980; DÓRIA, 1982; QUEIROZ, 1986; PERICÁS, 2010).

14 Em 1578, o rei português D. Sebastião morreu combatendo os mouros na África. Muitas pessoas, contudo, passaram a acreditar que o Rei continuava vivo e que voltaria para ajudar o povo. A crença chegou depois ao Brasil, mesclando-se a tradições populares de esperança de retorno do Rei para a criação de um tempo bom.

15 Volantes eram pequenos grupos de soldados comandados por um tenente ou um sargento, sem quartel fixo, que percorriam o interior a fim de combater cangaceiros. Muitas vezes compunham-se por apaniguados de latifundiários ou por parentes de vítimas dos criminosos.

Parte IV

República

Capítulo 17

Ceará e a proclamação da República

17.1 A CAUSA REPUBLICANA NO CEARA

A classe dominante cearense, que no passado havia sustentado o ideal republicano, como na Revolução de 1817 e na Confederação do Equador, estava, por suas divisões internas e fragilidade estrutural, além da pobreza da província, acomodada ao centralismo monárquico e às alternâncias no poder entre os partidos Liberal e Conservador. Tinha ainda o medo de, caso o Brasil virasse uma República, a região hoje chamada de nordeste ficasse ainda mais subordinada ao sudeste, cujo peso econômico baseava-se no café. Os partidários republicanos (sobretudo elementos da classe média, militares e intelectuais) eram poucos e desorganizados, um reflexo da própria situação dos pequenos segmentos médios locais, cujo o emprego dependiam das elites.

Foi no contexto da crise econômica que abalou a província a partir da década de 70 – crise essa que atingia em cheio a classe média, a qual não conseguia preservar o padrão de vida e por isso ansiava por novos espaços políticos – que surgiu a primeira agremiação republicana da província, o Clube Republicano de Aracati, fundado a 21 de abril de 1870 e presidido pelo jovem (então com 20 anos) Júlio César da Fonseca Filho (1850-1931), fervoroso abolicionista também e figura por demais independente. Sua missão de difundir o republicanismo na província não foi fácil; em 1869, Júlio César havia criado o jornal Barrete Frígio (o pioneiro do republicanismo no Ceará), o qual não ultrapassou o primeiro número – a polícia apreendeu os exemplares e promoveu forte perseguição ao editor.

No ano de 1872 surgiria um outro clube republicano, em Saboeiro, dirigido por Cícero Cavalcante de Luna. Naquele mesmo ano se organizava na capital, Fortaleza, igualmente um centro republicano, tendo como órgão oficial A Revolução e dirigido por João Cordeiro e Brito Paiva. Na década de 80 apareceriam mais alguns grêmios republicanos em Fortaleza e nos municípios do interior, como Sobral e Baturité, que, em geral, encontravam-se também ligados à causa abolicionista e à movimentação intelectual (literária e científica) que então ocorria.

Seria somente em 26 de julho de 1889 que se tentaria dar uma maior consistência à campanha antimonarquista, com a organização do Centro Republicano do Ceará, em Fortaleza. Defendia seu ideário no jornal Libertador, que atuara antes na campanha abolicionista.

Esses republicanos históricos na maior parte eram ligados aos setores médios urbanos emergentes e alguns deles já haviam militado nos partidos políticos tradicionais da monarquia, embora sem muito respaldo. Um exemplo é João Cordeiro, negociante, de Santana do Acaraú, antigo militante do partido liberal, figura de destaque na campanha abolicionista e que havia ocupado o cargo de superintendente do combate às secas no Império, fazendo fortuna.

Em agosto de 1889, João Cordeiro, representando o Centro Republicano, viajou para o centro-sul, tomando parte num congresso republicano realizado em São Paulo. Indo depois ao Rio de Janeiro, recebeu de Quintino Bocaiúva a missão de apurar, nas capitais do norte, com que elementos poderia contar a "causa revolucionária". Cordeiro já preparava o seu relatório quando sobreveio o 15 de Novembro.

Tido como radical, Júlio César Fonseca era fervoroso defensor da república

Na verdade, a campanha em terras cearenses praticamente

restringia-se a grupelhos intelectuais e médios da sociedade. Nas reuniões destes proferiam-se discursos veementes, declamavam poesias e decidiam-se quais artigos publicar em seus jornais. Em tais artigos condenava-se, até de maneira jocosa, a monarquia, identificada com o velho, o arcaico, o atraso. Dentro das ideias científicas e positivistas que circulavam no Ceará no final do século XIX, a civilidade, o progresso, o moderno e o futuro ideal estavam na República e no federalismo. Identificava-se o Império com clientelismo político e a corrupção.

Os republicanos, entretanto, apresentavam pouca representatividade política e não tinham como obter vitórias ante o sistema eleitoral viciado do Império. Acabavam sendo desprezados e satirizados pelos segmentos políticos dominantes, para quem, com desdém, a causa republicana estava coberta de moscas (Apud MONTENEGRO, 1980:63). As oligarquias agromercantis não se interessavam pelo republicanismo porque era a estrutura político-econômica do Império que lhes garantia o poder, os privilégios e o domínio sobre a província. Não havia, assim, sentido em mudar ou acabar com essa estrutura. As classes proprietárias continuavam atuando em seus tradicionais partidos, praticando alianças esdrúxulas, motivadas, sobretudo, por interesses pessoais os mais obscuros (CÂMARA, 1970; GIRÃO, 1971; MONTENEGRO, 1980; ANDRADE, 1986; NETO, 1986; WEYNE, 1990; CORDEIRO, 1997).

Centro Republicano do Ceará: da esquerda para direita, Capitão Alfredo Barbosa, Honório Moreira, Henrique Cals, Antônio Sales, Jovino Guedes, João Lopes, Antônio Cruz, Luis Sá, João Freire (em pé), Tenente Floriano Florambel, João Cordeiro, Gonçalo de Lages, Joaquim Catunda, Capitão Amorim Figueira, Papi Junior e José Correia do Amaral

17.2 O 15 DE NOVEMBRO NO CEARÁ

No dia do golpe capitaneado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, achava-se a política cearense disputada por quatro grandes facções oligárquicas: os liberais-pompeu, liderados pelo astuto Antônio Pinto Nogueira Accioly; os liberais-paula, dirigidos pelo conselheiro Antônio Joaquim Rodrigues Júnior (genro do "senador dos bois", Francisco de Paula Pessoa) e que era então a ala política mais poderosa do Ceará; os Conservadores Miúdos ou "Carcarás", liderados pelo já octogenário Gonçalo Batista Vieira (o Barão de

Aquiraz, que faleceria em 1896); e os Conservadores Graúdos ou "Ibiapinas", capitaneados pelos igualmente idosos Joaquim da Cunha Freire (o Barão da Ipiapaba) e Domingos José Nogueira Jaguaribe (o Visconde de Jaguaribe, que morreria em 1890). Nas eleições senatoriais de maio de 1889 – as últimas do período imperial – os Conservadores Miúdos estavam aliados aos liberais-paula, e os Graúdos, aos pompeus.

Com o regime republicano extinguiam-se esses velhos partidos, de modo que os grupos oligárquicos foram momentaneamente afastados do governo. Os republicanos históricos tomaram o poder, sendo confirmados no comando da província pelo governo central. Os primeiros tempos da República no Ceará foram marcados por muita instabilidade, agitações, trocas de governantes e confusão.

A notícia da proclamação da República chegou a Fortaleza por telégrafo, o da casa comercial Boris Frères, no final da tarde de 15 de novembro. Era então o Ceará governado pelo coronel Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, no poder há apenas um mês. Ao tomar conhecimento da notícia, o presidente da província convocou reunião para a manhã do dia seguinte com comandantes das forças militares, auxiliares e chefes políticos, na qual pediu o auxílio de todos para a "manutenção da ordem pública", talvez temendo uma rebelião popular. Chegou a enviar um telegrama ao chefe do gabinete de Ministros solicitando esclarecimentos, do qual, obviamente não obteve resposta. Possivelmente, não acreditasse que Império pudesse cair tão facilmente como os fatos davam a entender.

Mesmo sem ser confirmada oficialmente, a notícia se espalhou rapidamente pela cidade, gerando um frenesi coletivo. Uma grande turba se concentrou na Praça do Ferreira ainda no fim da tarde do dia 15, para dar vivas à República brasileira. No dia seguinte, "a cidade acordara meio sobressaltada. Nas esquinas das ruas e dos becos, os grupos de populares comentavam os últimos acontecimentos" (MENEZES, 2000: 111). Em pouco, populares passaram a circular pelas ruas da capital, tendo à frente uma bandeira, quebrando as insígnias reais e placas de ruas com nomes ligados à Coroa, e assustando os grupos dominantes.

Às 14 horas, oficiais do 11º Batalhão de Infantaria, alunos da Escola

Militar, membros do Centro Republicano e populares reuniram-se na Praça dos Mártires (Passeio Público) para garantir a adesão do Ceará ao novo regime. O logradouro estava apinhado. Entusiasmados, sob o romper de fogos de artifícios, gritos de "Viva a República" e ao som de uma banda musical tocando a Marselhesa (o hino oficial francês), deliberaram pela deposição do presidente Moraes Jardim. Os republicanos, tendo à frente uma bandeira vermelha, portada por um espanhol chamado Catalão, correm a seguir em direção ao palácio do governo, em incontida euforia.

Invadindo a sede governamental, a multidão obrigou o último presidente do Ceará monarquista a entregar o poder, ao que Moraes Jardim não ôpos nenhuma resistência. Depois, por indicação do major Manuel Bezerra de Albuquerque, professor da Escola Militar, foi indicado para governar o estado Luis Antônio Ferraz, comandante do 11º Batalhão. Alguns republicanos mais entusiastas, como Júlio César da Fonseca Filho, protestaram contra essa escolha – afinal, Ferraz fora um fiel aliado da monarquia, um homem ligado à antiga ordem; inclusive, chegara alguns dias antes a ser convidado a ajudar a causa republicana, o que recusou e ainda vociferou palavrões e maldições contra os republicanos. Mas os entusiastas não puderam fazer nada, pois eram os militares que possuíam as armas do golpe. Júlio César, decepcionado, acabou se retirando para a vida privada, convencido de que aquela não era a República dos sonhos – ficou famosa uma frase atribuída a ele: De uma República que tem como primeiro governador o Ferraz e por gonfaloneiro o Catalão, eu não posso fazer parte (apud GIRÃO, 1985: 353).

Mais fatos bisonhos estavam por vir. Desinformado do que se passava no Rio de Janeiro, semi-ignorante da forma de governo que se estabelecia, Ferraz organizou em seguida o pomposo Governo Provisório do Estado do Ceará da Confederação da República do Brasil. Nomeou para auxiliá-lo uma comissão executiva, que tinha forma e status de ministério – houve até um ministro das relações exteriores! Pior foi no Icó, que também nomeou seu ministério, inclusive, com uma pasta de negócios da Marinha, há apenas algumas léguas do mar.

No dia 18 de novembro de 1889 chegou do Rio de Janeiro um

telegrama enviado pelo ministro do governo federal, Aristides Lobo, comunicando a nomeação de João Cordeiro para a presidência do Ceará. Cordeiro, sem saber bem o que fazer, respondeu ao governo federal que recusava a tal nomeação, pois já havia sido aclamado e empossado o coronel Ferraz. Aristides Lobo e outro ministro, Rui Barbosa, passam novo telegrama, dizendo que ficava sem efeito a aclamação, devendo ele, João Cordeiro, sem demora, tomar posse do governo. Era irônico, para não dizer cômico: os republicanos históricos que ardorosamente sonharam em chegar ao controle do Ceará recusavam a oportunidade. Diante de uma nova recusa de Cordeiro, o jeito foi o governo central aceitar Ferraz como presidente do Ceará, sendo este efetivado oficialmente a 1º de dezembro de 1889 (SOUZA, 1950; GIRÃO, 1971; NETO, 1986; MONTENEGRO, 1980; ANDRADE, 2008).

Alberto Nepomuceno	No final do século XIX, um cearense desta

17.3 OS PRIMEIROS TEMPOS DA REPÚBLICA NO CEARÁ

As primeiras medidas do governo cearense republicano – verdadeiras trapalhadas para uma administração que precisava de apoios para se consolidar – provocaram muita agitação na capital: foram afastados os vereadores da Câmara Municipal, proibiu-se o ensino religioso nas escolas – para indignação dos católicos mais conservadores –, demitiram-se os funcionários públicos monarquistas (preenchendo-se os cargos com correligionários republicanos, repetindo as derrubadas da época do Império), trocaram-se os antigos nomes das ruas por números no mesmo sistema de Nova York, causando imensa confusão (tanto que esta medida depois seria revogada), etc.

Enquanto o governo republicano provisório de coronel Ferraz buscava apoio e sustentação política no Centro Republicano, as velhas lideranças oligárquicas da monarquia se articulavam para voltar à cena política. Para as "raposas" do Império era fundamental não só aderir à nova ordem, mas também adentrar nas agremiações republicanas para readquirir as posições e privilégios de mando. E foi com "patriotismo e depreendimento da construção e reconstrução da comunhão nacional" que os ex-monarquistas, tal o mais sacrossanto republicano, tentaram se aproximar dos defensores da nova forma de governo.

Os republicanos históricos, porém, relutaram em acreditar em tão boas intenções dos velhos oligarcas, não lhes dando guarida em seu grupo. Na óptica desses republicanos, o ingresso de políticos tradicionais nas hostes do Centro Republicano significa uma traição aos novos ideais de modernidade e progresso (WEYNE, 1990: 27).

Os oligarcas se mostravam na imprensa vítimas da humilhação praticada por uma minoria republicana, inexperiente, presunçosa, sem nenhum serviço prestado à sociedade, que nada, aliás, fizera para a vitória de 15 de Novembro e que, por isso, não lhe assistia

esse direito de exclusividade e, ainda, a República não era uma Judite bíblica vingativa, que proibisse o ingresso de seus filhos no convívio de suas nobres ideias.

Mas nada disso, a princípio pelo menos, comovia os republicanos. Ao contrário, tomaram medidas no sentido de bloquear toda e qualquer tentativa das antigas oligarquias de liderarem a nova conjuntura política local. Daí, em dezembro de 1889, o Centro Republicano vira partido, fundando novos clubes republicanos no interior e mantendo-os sob rígida obediência a fim de evitar a presença das "raposas monarquistas". Também é realizada uma série de conferências para divulgar as ideias republicanas e são publicados artigos nos jornais declarando guerra aos velhos oligarcas, considerados inimigos da República.

Isso irrita ainda mais os ex-monarquistas, os quais, vendo fracassar a tentativa de composição, decidiram fundar suas próprias agremiações republicanas – mesmo porque a cena política começava a clarear, com a marcação pelo presidente Deodoro da Fonseca de eleições a 15 de setembro de 1890 para escolha de representantes à Assembleia Nacional Constituinte.

Assim, a 19 de fevereiro de 1890, sob a direção do conselheiro Rodrigues Júnior, surgia o Clube Democrático (posteriormente, Partido Republicano Democrático) aglutinando os antigos liberais-paula e os Conservadores Graúdos ou "Ibiapinas", apresentando como jornal Órgão Democrático (antigo O Cearense e que depois mudou de nome para O Ceará).

O comendador Accioly, por sua vez, preferiu contemporizar mais um pouco o desenrolar dos acontecimentos. Após exatos cinco meses de existência do Clube Democrático, no dia 19 de julho de 1890, resolveu Nogueira Accioly fundar a União Republicana, que iria abrigar a facção liberal dos Pompeu e os ex-Conservadores Miúdos ou "Carcarás". Seu periódico era Estado do Ceará (o antigo Gazeta do Norte).

Neste mesmo momento aparecem outras agremiações oposicionistas de menor porte. A 8 de julho de 1890, surgira o Partido Católico, composto por elementos religiosos da elite e classe média, tendo à frente o Barão de Aratanha (coronel José Francisco da Silva Albano,

importante comerciante). Visava propugnar pelos direitos dos católicos por meios lícitos. Tratava-se na realidade de uma reação da Igreja contra a laicização vinda com a República, que estabeleceu a liberdade de culto.

Embora proclamado sem iniciativa popular, o novo regime despertaria entre os excluídos do sistema anterior certo entusiasmo quanto a possibilidades de real participação política. Dessa forma, se organiza, em 15 de junho de 1890, o Partido Operário, sob a presidência do cirurgião-dentista Aderson Ferro. Tal agremiação pouco tinha de representatividade dos trabalhadores, ligando-se mais à classe média, e acabou se envolvendo diretamente nas disputas entre republicanos e ex-monarquistas – mantinha fortes laços com o conselheiro Rodrigues Júnior.

Os republicanos históricos do Ceará ganhavam poderosos e organizados oposicionistas, os quais não lhes dariam mais trégua daí em diante e utilizariam todos os mecanismos para enfraquecê-los.

Na data prevista de 15 de setembro de 1890 realizaram-se as eleições para a escolha dos representantes cearenses à Assembleia Nacional Constituinte. Do mesmo jeito que nos tempos do Império, a administração do coronel Luís Antônio Ferraz e dos republicanos históricos interveio no pleito via coações, compra de votos, fraudes, prisões arbitrárias de oposicionistas e muita violência.

Na véspera da eleição, uma passeata do Partido Operário foi brutalmente reprimida pela cavalaria e batalhão da polícia estadual, sob a acusação de conspirar contra o governo. O conselheiro Joaquim Rodrigues Júnior, Aderson Ferro e vários outros foram presos.

Assim, não foi surpresa o triunfo dos republicanos. Entre os senadores eleitos constavam os nomes de Joaquim Catunda e Manoel Bezerra de Albuquerque. Na relação dos deputados constituintes encontravam-se Justiniano de Serpa, major José Freire Bezerril Fontenele, João Lopes Ferreira Filho, Gonçalo de Lages e Martinho Rodrigues (CÂMARA, 1970; GIRÃO, 1971; MONTENEGRO, 1980; ANDRADE, 1986; NETO, 1986; PORTO, 1988; RIBEIRO, 1989; WEYNE, 1990; CORDEIRO, 1997).

17.4 A APROXIMAÇÃO ENTRE REPUBLICANOS E OLIGARQUIAS

O domínio dos republicanos históricos à frente dos destinos do Ceará, porém, estava próximo do fim. Disputas internas por cargos e favores, além de questões políticas nacionais como o racha entre deodoristas e florianistas, iriam dividi-los em duas facções e acabar por submetê-los ao poderio e liderança das velhas oligarquias remanescente do Império.

A primeira dessas facções, ortodoxa, era liderada por João Cordeiro e continuou à frente do Centro Republicano e do jornal Libertador, posicionando-se contra o autoritarismo de Deodoro da Fonseca e rompendo com o governo central ante os destinos tomados pela República. Ligou-se à liderança nacional (também autoritária) de Floriano Peixoto. Em decorrência, João Cordeiro foi demitido da vice-governadoria do Estado e da Secretaria Geral dos Socorros Públicos. Esse grupo passou a ser chamado pelos adversários de "cafinfins" (piolho que ataca galinhas, igualmente conhecido por "cafute").

A outra ala, deodorista e dissidente do Centro, era liderada por Martinho Rodrigues, Antônio Cruz, Gonçalo de Lages, Justiniano de Serpa, entre outros, que fundaram, a 14 de abril de 1891, o jornal O Norte. Os integrantes desta facção receberam a alcunha de "maloqueiros" (pivetes, bandidos, mal-educados).

Em 11 de janeiro de 1891, Luís Antônio Ferraz, bastante enfermo, deixou o comando do governo provisório, embarcando para o Recife, onde veio a falecer menos de um mês depois. Por imposição do Marechal Deodoro da Fonseca, o governo estadual passou para o general Clarindo de Queiroz (4 de abril de 1891).

A 6 de maio do mesmo ano instalava-se o Congresso Constituinte local (eleito em fevereiro) com o propósito de elaborar uma Constituição para o estado e eleger indiretamente os governantes

cearenses. Obtendo a quase unanimidade dos votos dos deputados estaduais, o mesmo Clarindo de Queiroz foi eleito presidente do Ceará. Permaneceria, porém, pouco no poder, em decorrência da renúncia de Deodoro da Fonseca à presidência da República e das perseguições realizadas por Floriano Peixoto.

Clarindo de Queiroz tinha o apoio de Deodoro da Fonseca

Ao mesmo tempo, os antigos oligarcas aproveitaram-se dos desentendimentos entre os republicanos e astuciosamente se rearticularam com estes, regressando em pouco tempo ao comando do Ceará. Enquanto o conselheiro Rodrigues Júnior, de maneira habilidosa, se aproximou dos "maloqueiros" e das administrações de Deodoro da Fonseca e Clarindo de Queiroz, Nogueira Accioly aliou-se aos "cafinfins" e aos florianistas, o que, inclusive, levaria, depois, em 1892, à fusão do Centro Republicano com a União Republicana, com a formação do Partido Republicano Federal, sob chefia máxima do próprio comendador. E quem diria – de adversários irreconciliáveis no passado, o "ortodoxo" João Cordeiro e Nogueira Accioly tornaram-se aliados de primeira hora (MONTENEGRO, 1980; ANDRADE, 1986; WEYNE, 1990; CORDEIRO, 1997; CARDOSO, 2009; ANDRADE, 2008).

Francisca Clotilde nasceu em Tauá, no ano de 1862. Com a mudança da família para Baturité, pôde estudar em Fortaleza, dedicando-se ao magistério. Em 1884, com 22 anos, foi nomeada professora da Escola Normal, aliás, a primeira mulher a lecionar naquele estabelecimento.

Era um período de intensa atividade intelectual e política no Ceará. A produção textual, tida como um sinônimo de cultura e até então predominantemente masculina, possibilitou também a inserção das mulheres nas esferas intelectuais e sociais. Clotilde atuaria nesse mundo da produção literária e do saber – foi professora, escritora e jornalista, bem como republicana e abolicionista, tendo pertencido ao famoso Clube Literário. Para conquistar espaços a escritora não masculinizou sua escrita ou utilizou pseudônimos de homens, como ocorria por vezes à época. Tematizou o universo feminino – em 1902, publicou romance de título controverso, A Divorciada, onde relatou as agruras de uma jovem às voltas com um casamento arranjado e infeliz, revelando, ao que parece, sua experiência pessoal. Clotilde casara-se aos 18 anos e o marido acabou mergulhando no alcoolismo, sendo internado no Asilo de Alienados do Rio de Janeiro, de onde fugiu para lugar ignorado. Sem ter certeza que o marido falecera, a escritora angustiava-se, pois desejava se unir a um novo companheiro. Tal relação lhe valeu discriminação da sociedade, pois dentro do conservadorismo da época, as mulheres deveriam resignar-se no casamento e guardar-se

como esposa honesta até o fim de seus dias.

Francisca Clotilde teve destaque n Francisca Clotilde colaborou igualmente

17.5 A QUEDA DO PRESIDENTE CLARINDO DE QUEIROZ

O general José Clarindo de Queiroz, ex-presidente da província do Amazonas (1879), tido como herói da Guerra do Paraguai, ficou no poder cearense por apenas dez meses, consequência direta do apoio que prestou ao fracassado golpe de Estado de Deodoro da Fonseca em novembro de 1891 no Rio de Janeiro – por tal razão, Deodoro renunciou.

A ascensão de Floriano Peixoto à presidência da República e sua caça aos presidentes deodoristas caiu como uma desgraça para Clarindo. Contando com o apoio do Congresso Cearense, de parte da imprensa, da maioria dos oficiais do 11º Batalhão do Exército e até com simpatias populares, o general começou a sofrer intensa pressão do presidente da República para que deixasse o governo. Recebeu de diplomáticos memorandos pedindo seus serviços na capital do país a agressivos ultimatos. A oposição, bem articulada por Nogueira Accioly, conspirava abertamente contra Clarindo. Este a tudo resistiu, pelo menos até 16 de fevereiro de 1892.

Nessa data, após o governo federal mandar o 11º Batalhão realizar exercícios práticos em Maranguape (no intuito de esvaziar o apoio militar de Clarindo), alunos da Escola Militar, marinheiros e o restante da força federal dirigidos pelo major Bezerra de Albuquerque (que mesmo sendo senador, estava em Fortaleza tramando contra o presidente) sublevaram-se e, usando canhões e metralhadoras, exigiram a renúncia do general.

O centro de Fortaleza virou uma praça de guerra. Clarindo de Queiroz, apoiando-se numa minguada força policial e em alguns civis (entre os quais, o conselheiro Rodrigues Júnior), resistiu aos golpistas. Os oposicionistas, levantando barricadas, bombardearam a sede governamental na praça General Tibúrcio (Praça dos Leões). O tiroteio se estendeu por toda a noite e provocou pânico na população. Na manhã do dia 17, com o Palácio da Luz crivado de

balas, Clarindo de Queiroz, sem munição para continuar a luta, rendeu-se aos inimigos e entregou o cargo ao tenente-coronel José Freire Bezerril Fontenele, deputado e comandante interino da Escola Militar e igualmente ligado aos golpistas. Treze pessoas perderam a vida no confronto. A praça foi totalmente destruída – num canto desta, curiosamente, encontrou-se a estátua do General Tibúrcio, de pé, caída do seu pedestal, após ser atingida por canhoaço perdido.

Deposição de Clarindo de Queiroz — oposicionistas exibem confiança na pose para a foto

Clarindo, em seguida, partiu para o Rio de Janeiro, onde em dezembro de 1893 viria a falecer em decorrência das torturas sofridas na prisão, pois fora um dos 13 generais desterrados por decreto de Floriano Peixoto ao pedir a renúncia deste.

A 18 de fevereiro de 1892, no dia posterior ao golpe, Bezerril passou o comando do Executivo ao vice-presidente, Liberato Barroso. Sucede-se, então, uma intensa perseguição aos partidários de Clarindo de Queiroz e Deodoro da Fonseca. O grupo dos

“maloqueiros” e Rodrigues Júnior eram os mais visados. Foram efetuadas várias prisões arbitrárias e demissões de funcionários públicos e até de quatro desembargadores do Tribunal de Apelação (atual Tribunal de Justiça) e 12 juízes do interior. Além disso, revogou-se a Constituição Estadual de 1891 (promulgada durante a gestão de Clarindo) e dissolveu-se o Congresso Cearense – composto por câmara e senado estadual, de maioria deodorista –, sendo convocado outro com poderes constituintes a 12 de maio.

Este novo Congresso, em 12 de julho de 1892, promulgou a segunda Constituição do Ceará. Naquela mesma data, Liberato Barroso deixou o governo do estado, sendo substituído interinamente por Nogueira Accioly, eleito pelo Congresso primeiro vice-presidente. A 27 de agosto seguinte empossou-se no governo o tenente-coronel José Freire Bezerril Fontenele, escolhido também indiretamente pelos deputados estaduais.

O grande articulador e vitorioso com a queda de Clarindo de Queiroz foi Nogueira Accioly. Contando com apoio dos “cafinfins”, do comendador Bóris (rico comerciante do setor de exportação e importação), do Barão de Ibiapaba e do governo federal, seu grupo ascendeu ao controle da máquina administrativa cearense. A gestão de José Bezerril (1892-96) estava sob sua influência. Aquele presidente chegou mesmo a dizer que aqui sou apenas o vaqueiro – o dono da fazenda é o Accioly.

Durante a governança de Bezerril teve-se a consolidação do regime republicano no Brasil, ocorrendo o mesmo no estado. O tenente-coronel procurou adequar os municípios ao novo regime, e aqueles que não cumprissem as novas exigências – entenda-se, submissão ao grupo político governante – seriam anexados ao vizinho que tivesse a situação já regularizada. Vários adversários acabaram perseguidos e forçados a emigrar. Não teve o presidente Bezerril nenhuma grande realização na gestão. Apenas empenhou-se ao máximo em arrecadar quantia considerável de recursos ao Tesouro Público através de uma eficiente máquina tributária. Era o que ele chamava de “reserva sagrada”.

Nisso tudo Accioly (escolhido senador em 1894) contribuía, participava, influenciava. Em 1896, Bezerril elege o próprio Nogueira Accioly como seu sucessor. Nas décadas seguintes sofreria

o Ceará nas mãos de uma das mais duradoras oligarquias de sua história (SOUZA, 1950; GIRÃO, 1971; MONTENEGRO, 1980; ANDRADE, 1986; NETO, 1986; PORTO, 1988; RIBEIRO, 1989; WEYNE, 1990; CORDEIRO, 1997; CARDOSO, 2009; ANDRADE, 2008).

Capítulo 18

A Oligarquia Acciolyna

18.1 A REPÚBLICA DAS OLIGARQUIAS T

Assim, houve uma tendência à perpetuação daqueles que governavam os estados. Surgem, nestes, poderosas oligarquias que detêm monoliticamente (sozinhas, de forma ininterrupta) o poder por dez, quinze ou mais anos. Foi o caso dos Accioly, no Ceará (FAUSTO, 2002).

18.2 RAZÕES DE UMA OLIGARQUIA

Entendemos por oligarquia acciolyna o grupo político liderado pelo comendador Nogueira Accioly, que dominou de forma autoritária, nepótica, corrupta, violenta e monolítica o estado do Ceará entre 1896 e 1912.

Antônio Pinto Nogueira Accioly nasceu em Icó, em 1840. Filho de influente família local, envolvida na agropecuária e no comércio, seguiu aos 17 anos de idade para Recife, ali se bacharelando em Direito no ano de 1864. De volta ao Ceará, o prestígio do pai garantiu-lhe ingresso na burocracia jurídica da província: foi promotor público na terra natal e em Saboeiro; juiz em Baturité e em Fortaleza.

Seria, porém, sua vida voltada para a política graças, em muito, ao casamento com Maria Tereza de Souza Brasil, filha do chefe liberal Thomaz Pompeu de Sousa Brasil. Cuidando dos negócios do sogro (que, escolhido senador do Império, fixou residência no Rio de Janeiro), obteve respaldo, influência e prestígio, o que lhe garantiram a eleição para diversos cargos políticos na província. Após a morte do sogro, em 1877, tornou-se líder do Partido Liberal. Não manteve, porém, a unidade da agremiação, a qual se fragmentou em duas correntes: os Pompeus, chefiados por ele próprio, e os Paulas, comandados pelo Conselheiro Antônio Rodrigues Júnior.

No ano de 1889, Accioly obteve um mandato para o Senado do Império, não sendo, todavia, empossado devido ao golpe da

República.

O icoense logo aderiu à nova ordem política do 15 de Novembro e, juntamente com os florianistas “cafinfins”, fundou o Partido Republicano Federal (depois Partido Republicano Cearense). Era já um político influente e muito hábil. A renúncia do presidente da República Deodoro da Fonseca e a deposição do governador cearense Clarindo de Queiroz (deposição na qual o comendador teve papel destacado) levaram seu correligionário José Freire Bezerril Fontenele ao controle do estado.

Em 1892, Accioly elegeu-se presidente da Assembleia Legislativa e primeiro vice-presidente estadual. Dois anos depois era eleito senador e, em 1896, finalmente governante máximo do Ceará – o primeiro civil a sê-lo na República, ressalte-se. Iniciou ali a estruturação da oligarquia monolítica, que só deixaria o poder em 1912, quando de uma revolta popular, verdadeira guerra civil.

Mas como Nogueira Accioly se manteve tanto tempo no governo, monoliticamente, se uma das características da história política cearense é a fragilidade estrutural das oligarquias dirigentes, as quais estão sempre se alternando ou se coligando no poder? Ora, diversos fatores explicam esse fato.

Nogueira Accioly comandou o Ceará por 16 anos

Em primeiro lugar, talvez o mais importante desses fatores, o apoio

do governo federal em virtude da política dos governadores, a qual favorecia a estruturação e perpetuação de oligarquias que monopolizavam sozinhas o comando dos estados. Accioly emprestava submissão e apoio à presidência da República e aos grandes líderes políticos nacionais, como o gaúcho Pinheiro Machado, o "oligarca dos oligarcas", que entre 1904 e 1915 influenciou bastante a política brasileira.

Para o domínio de Accioly igualmente contribuiu a manutenção de uma corrente de apoio mútuo e de compromissos com os coronéis interioranos; estes, em troca de apoio governamental, garantiam os interesses da oligarquia em seus "currais eleitorais". Tais senhores de terra se encontravam principalmente na região sul-cearense (Cariri), área bastante populosa e grande produtora agrícola e entreposto comercial dos sertões e estados vizinhos. Ali Accioly teria entre seus partidários um "santo político": Pe. Cícero.

Além dos latifundiários, Accioly possuía uma aliança com destacados grupos econômicos locais, sobretudo, os grandes comerciantes de exportação e importação de Fortaleza, como os franceses Bóris Fréres, os quais praticamente monopolizavam, junto aos também franceses Gradvohl, a atividade comercial cearense. Esses grupos chegavam mesmo a emprestar dinheiro ao governo e se beneficiavam financeiramente de muitas obras irregulares e medidas administrativas praticadas pelo oligarca.

Também era importante para o accyolismo o nepotismo, isto é, o emprego somente de parentes e correligionários de estrita confiança nos principais cargos administrativos do Estado, objetivando com isso mais coesão e homogeneidade do grupo oligárquico, e afastar-se os riscos de defecções. A máquina pública cearense virou na prática um bem particular dos Accioly – possibilitando, assim, o acobertamento das falcatruas do comendador.

Por fim, havia um eficiente sistema de repressão e perseguição aos oposicionistas, englobando demissões de funcionários públicos não-votantes no partido de Accioly, empastelamento de jornais oposicionistas, agressões físicas, torturas e até assassinatos. Várias pessoas, para escaparem à sanha da oligarquia e manter a integridade física (quando não a vida!), foram obrigadas a sair do Ceará (SILVA, 1982; ANDRADE, 1986; PORTO, 1988; PONTE,

1993; SOMBRA, 1988; THEÓFILO, 2001; ALENCAR, 2008; MORAIS, 2009).

18.3 OS PRIMEIROS ANOS DA OLIGARQUIA

Quando Nogueira Accioly assumiu o poder havia uma expectativa otimista em torno de sua administração. Mas a esperança de boa gestão em pouco frustrou-se. Para o comendador, a Política dos Governadores foi uma verdadeira dádiva (a chegada de Campos Sales à presidência da República coincidiu com a segunda metade do governo Accioly), pois era perceptível o desgaste do comendador perante a população. Conseguiu, então, continuar à frente do executivo local, estruturando uma oligarquia monolítica. As gestões de Accioly (1896-1900/1904-08/1908-12) e de Pedro Borges (1900-04 – tida como uma continuação da oligarquia) se pautaram por abuso do poder, casos de corrupção, autoritarismo, nepotismo e violências.

Um dos primeiros empreendimentos de Accioly no poder foi a construção de linhas telegráficas, ligando Fortaleza às principais cidades do interior, sob o argumento de que isso facilitaria a administração e a ação governamental. Na visão das oposições, porém, as obras apresentavam utilidade duvidosa, visto que já existia outra rede telegráfica (pertencente ao executivo federal) para algumas localidades e os custos eram por demais elevados para um estado pobre como o Ceará – conta-se que foram gastos na obra a soma exorbitante de 800 contos de réis, o que teria possibilitado o desvio de verbas públicas para familiares de Accioly e os construtores. Afora isso, os opositores reclamavam que se estava dando ao governo o domínio de um importante instrumento de comunicação, ao qual, logicamente, não teriam acesso.

Questionava-se igualmente a qualidade da construção – houve trechos em que antes de ser aberto o tráfego, os postes caíram, ficando interrompida a linha. Chegou-se ao despudor de se

aproveitar como postes as carnaubeiras por onde passava o fio. Ante o mau funcionamento, o governo estadual, depois, entendeu ser mais econômico entregar a linha de “presente” ao governo federal, do que proceder reparos.

Outro episódio famoso da oligarquia foi o da construção de seis pontes de ferro. Encomendadas na França pela Casa Boris Fréres, cinco das pontes eram destinadas ao rio Pacoti e uma para o Maranguape – rios periódicos, secundários, distantes cerca de 40 km de Fortaleza e com pouquíssimo trânsito. O governo oficialmente despendeu naquela compra a fabulosa soma de 530 contos de réis, sendo apurado depois que o estado recebera apenas uma ponte (fracionada em seis secções e nunca instaladas), cujo valor real fora de apenas 103 contos de réis!

Embora denunciados, tais atos jamais foram investigados ou punidos, visto que a maioria dos deputados estaduais e federais pertencia ao Partido Republicano Federal, do oligarca. Era tão aviltante a subserviência e promiscuidade do legislativo com a oligarquia que, conforme denúncias, os deputados da Assembleia Legislativa a votar e promulgar leis em branco, para que depois fossem preenchidas com o texto que Accioly bem desejasse.

Foi um drama a questão portuária da capital cearense. Após muitos projetos, obras iniciadas e paralisadas, em 1897 o governo Accioly encampou as obras realizadas no Porto de Fortaleza, na Prainha, pela empresa inglesa Ceará Harbour Corporation – o que foi acidamente criticado pelos opositores, pois o porto estava inoperante e o Estado pagou 100 mil libras em ouro à construtora. Em 1906, para atenuar o problema, concluiu-se a construção de um viaduto, com estrutura e piso de madeira e ferro, a chamada “Ponte Metálica” (também denominada Ponte da Alfândega). Esta, dotada de escada móvel para descida e subida de passageiros, não oferecia a menor segurança, verificando-se vários acidentes. Os navios ficavam ao largo e o percurso até a ponte e vice-versa efetuava-se por lanchas e botes. Por cerca de 20 anos a “Ponte Metálica” prestou serviços, mas, deteriorada gradativamente, foi reconstruída em 1928. Outra ponte, a dos Ingleses, foi iniciada em 1922, mas logo depois acabou abandonada, pois a cidade de Fortaleza necessitava de um porto maior, seguro e acostável. Em 1938 o

governo federal deliberou finalmente pela construção de um porto digno na enseada do Mucuripe, após muita polêmica sobre o local ideal. Com acidentes, falta de recursos, paralisações por razões técnicas, o porto começou a funcionar precariamente em 1947, sendo concluído em 1951 e ampliado na década de 1960 (ESPÍNOLA, 1978; ESPÍNDOLA, 2007; AZEVEDO, 2001).

O Ceará, na virada do século XIX para o seguinte, vivia delicada situação econômica, apesar de o Estado apresentar alguns recursos em caixa, deixados pela gestão anterior, de Bezerril Fontenele. O início do primeiro governo do comendador foi até de bonança, situação proporcionada pelos bons invernos. Contudo, em 1898, o Ceará foi castigado por calamitosa seca, situação amenizada pelo inverno do ano seguinte e novamente agravada pela grande estiagem de 1900.

Secas, por si sós, fazem aumentar a tensão social e desgastam a imagem dos governantes. Quando, porém, estes omitem-se quase completamente, como no caso de Accioly naquelas estiagens, a insatisfação atinge patamares elevados. O oligarca transferiu totalmente a responsabilidade do combate às secas para o governo federal. Accioly chegou ao cúmulo de tentar proibir a emigração dos retirantes interioranos (os quais não paravam de chegar a Fortaleza) para outros estados, temendo perder eleitores e mão de obra barata. Evidentemente tal medida não foi cumprida, pois o censo de 1900 revelou que, sendo a população do Ceará cerca de 850 mil habitantes, houve uma imigração para os estados do norte de 27 mil pessoas e duas mil para o centro-sul.

Accioly se opôs mesmo até as pessoas ligadas às oposições que tentaram fazer alguma coisa para aliviar o sofrimento da população faminta e vitimada pelas epidemias. Conterrâneos radicados no Rio de Janeiro, articulados por José Getúlio da Frota Pessoa (parente e correligionário dos Paula, oligarcas opositores a Accioly), organizaram ali o Centro Cearense e promoveram campanha de solidariedade para arrecadar dinheiro, alimentos e roupas para os flagelados. A oligarquia viu aquilo como uma afronta – para Accioly, qualquer ajuda que viesse deveria ser controlada pelo governo – e fez de tudo para entravar a ação filantrópica na capital federal.

Outro que igualmente foi atacado pela oligarquia em virtude da seca de 1900 foi o farmacêutico e escritor oposicionista Rodolfo Teófilo. Vendo a fome, as doenças e a omissão governamental dizimarem a população, Teófilo iniciou por conta própria a fabricação de vacina antivaríola. Contando com o apoio de alguns médicos amigos, passou a percorrer todas as manhãs os subúrbios de Fortaleza, vagando de casebre em casebre, convencendo e até mesmo pagando às pessoas para se deixarem vacinar – as camadas populares temiam a vacina e consideravam a peste um castigo de Deus. Obteve o apoio de comissários para realizar o mesmo trabalho em outras localidades do interior. A oligarquia Accioly, porém, vendo ali não só um ato sanitário, mas político - evidenciava-se o descaso do poder público com a saúde – reagiu e começou a perseguir e a denegrir a imagem de Teófilo pela imprensa. Na verdade, a oligarquia estava indignada com Teófilo desde que este publicou o livro Secas do Ceará, onde acusou várias administrações públicas, entre as quais a de Accioly, de ineficência, corrupção e omissão diante das estiagens. O farmacêutico foi tachado de charlatão e demitido do cargo de professor do Liceu após 30 anos de serviços; chegou-se a afirmar que mortes haviam sido provocadas pela vacina do farmacêutico! Apesar das perseguições, o trabalho de Teófilo continuou e teve êxito: em poucos anos a bexiga estava quase erradicada no Ceará (THEÓFILO, 2001; ANDRADE, 1986; PORTO, 1988; BARROS, 2011).

Rodolfo Marcos Teófilo nasceu na Bahia em 1853, vindo para o Ceará pouco depois. Dizia sempre que "era cearense porque queria". O pai, médico, morreu cedo, o que levou a trabalhar desde novo como caixeiro para sustentar a mãe e os irmãos órfãos. Foram tempos duros, de muito esforço para continuar os estudos (frequentava as aulas a partir das 20 horas, quando o comércio fechava) e ingressar num curso superior. Obtendo um empréstimo junto ao governo provincial, seguiu para a Bahia e se formou em Farmácia em 1876. De volta ao Ceará, montou um estabelecimento farmacêutico em Pacatuba, mudando-se em seguida para Fortaleza. Participou ativamente da vida cultural e política do Ceará em fins do século XIX e início do passado, conquanto nunca houvesse ingressado em algum partido ou exercido cargo eletivo.

Teófilo envolveu-se na campanha abolicionista, fez parte da famosa Padaria Espiritual, foi um dos mais tenazes críticos do acciolysmo – elaborando, inclusive, obras literárias sobre a oligarquia, a exemplo de Libertação do Ceará (queda da oligarquia) e Sedição de Juazeiro. Figura sisuda capaz de quixotescamente empenhar-se na vacinação antivaríola do povo humilde, era adepto das teses cientificistas e racistas da época, que punham a culpa do subdesenvolvimento do País na má qualidade dos brasileiros, frutos de "miscigenações estéreis". Publicou no total 27 livros, entre ficção, poemas, crônicas, historiografia e tratados científicos. Faleceria em 1932, na capital cearense (NETO, 1999; SILVA, 2003; NETO, 2006).

18.4 PEDRO BORGES: A CONTINUAÇÃO DO ACCIOLYSMO

Mesmo com a deserção de alguns deputados descontentes para a oposição, Accioly atingiu o fim do mandato com o controle da política cearense e contando eleger um sucessor manipulável em 1900. Mas isso, a princípio pelo menos, não ocorreu. Possuía o oligarca um poderoso, forte e temível adversário, pela posição que este ocupava como Ministro da Fazenda da presidência Campos

Sales: Joaquim Murtinho.

O ministro, na intenção de levar ao insucesso os planos acciolynos, impôs a candidatura pelo PRF do deputado federal Pedro Borges ao governo cearense. Accioly, a contragosto, foi obrigado a aceitar.

Utilizando-se dos currais eleitorais, das fraudes, de violência, da máquina pública, o PRF elegeu Pedro Borges presidente do estado. O médico Pedro Augusto Borges chegava ao governo tendo como missão, conforme desejo de seu padrinho Joaquim Murtinho, desmascarar e liquidar a carreira política de Nogueira Accioly. Para tanto dedicou-se a analisar as contas do Estado em busca de irregularidades. Não foi difícil encontrar várias evidências de fraudes, desvios de verbas públicas, nepotismo e corrupção. Munido de documentos comprobatórios, o novo presidente dispôs-se a denunciar publicamente as falcatruas. Acontece que a coisa não era tão fácil assim: caso explicitasse os desmandos da oligarquia, Borges teria seu governo certamente inviabilizado pela Assembleia Legislativa, cuja maioria dos parlamentares era fiel a Accioly.

A situação parecia grave. Accioly, todavia, resolveu o impasse à sua maneira, apresentando a Pedro Borges uma proposta esdrúxula: o governante esqueceria as acusações e entregaria os documentos dos ilícitos em troca do apoio total da Assembleia Legislativa e de uma eleição certa para o Senado após o término do mandato. Borges aceitou e a partir dali tornou-se um forte aliado de Accioly. Sua administração (entre 1900/04), portanto, é um prosseguimento da oligarquia. Borges nada fazia, nada decidia de importante sem antes consultar o comendador, que mesmo exercendo o mandato de senador no Rio de Janeiro, continuou a controlar o quadro político cearense.

Borges enfrentou em sua gestão sérias dificuldades financeiras, consequência dos desmandos deixados por Accioly, da grande seca de ١٩٠٠ e da crise econômica nacional. Para obter mais recursos, tomou a antipática medida de transferir para o Estado as rendas das dízimas municipais (em troca devolveria às câmaras municipais o direito de eleger o intendente, antes nomeado pelo presidente, conforme lei do primeiro mandato de Accioly).

Curiosamente, no período de Borges o Ceará quase entrou em

conflito armado com o Rio Grande de Norte na chamada “Questão dos Grossos”. Havendo uma disputa territorial entre os dois estados, vinda desde o período colonial, o governo local reclamava dos salineiros potiguares, os quais avançavam cada vez mais sobre as terras cearenses, em especial na povoação de Grossos. O incidente mexeu com a sensibilidade da população e teve repercussão. Em 1903, os governantes cearenses e potiguares enviaram tropas para a divisa, e só não ocorreu um confronto armado por intervenção do presidente da República, Rodrigues Alves. No ano de 1908, o Supremo Tribunal de Justiça deu ganho de causa ao estado vizinho, o que foi bastante usado pelas oposições no sentido de evidenciar a despreocupação da oligarquia acciolyna com os interesses maiores do Ceará.

Quanto à Questão de Grosso, foram precisos mais dois julgamentos do STF para a decisão a favor dos rio-grandenses se concretizasse, em 1915 e 1920 – este último, com pressão exercida pelo então presidente, Epitácio Pessoa.

Um dos sonhos maiores da oligarquia era dotar o Ceará de um estabelecimento de ensino superior. Havia, contudo, um obstáculo: a falta de recursos. Pressionado, Pedro Borges levou o assunto ao senador Accioly, o qual “encontrou” a solução: fechar 90 escolas primárias no interior e aplicar os recursos a elas destinados na fundação da faculdade – o que importava, indagavam os opositores, para o senhor comendador que centenas de crianças pobres ficassem sem aprender a ler? Dessa forma, a 21 de fevereiro de 1903 era pomposamente inaugurada a Academia Livre do Direito do Ceará, tendo Accioly como seu primeiro diretor – até então e desde 1827, o Brasil contava apenas com as academias jurídicas de São Paulo e de Olinda. Accioly faria da faculdade mais um espaço para nepotismo, nomeando como professores e funcionários vários de seus familiares e apadrinhados. Apesar das polêmicas, os grupos dominantes e médios, alguns mesmos ligados à oposição, exaltaram a construção da faculdade, como sinal do “progresso e modernidade” do estado. A população pobre da capital, por sua vez, recebeu com indiferença a fundação da academia, descrente quanto à utilidade daquela escola superior para seus filhos. Não por acaso, durante a revolta de 1912, a fúria popular também se voltou contra a faculdade de Direito (THEÓFILO, 2001; ANDRADE, 1986; PORTO,

1988; ANDRADE, 2008; ALENCAR, 2008; MAIA, 2011; FERNANDES, 2012).

18.5 O TRÊS DE JANEIRO E A "REVOLUÇÃO" DO CRATO

Outra ocorrência marcante da gestão Pedro Borges ocorreu a 3 de janeiro de 1904, quando catraeiros (estivadores) do porto de Fortaleza entraram em greve contra a lei de recrutamento para o serviço militar[16] e negaram-se a descarregar um navio. Diante disso, o capitão dos portos, Luís Lopes da Cruz, solicitou ao governo força policial para dissuadir os "arruaceiros". Seguiu-se então uma verdadeira batalha, cujo soldo foi de sete mortos e 40 feridos, todos populares.

Esse episódio, conhecido como O "Três de Janeiro", provocou enorme indignação popular e a oposição exigiu do governo federal providências. O presidente Rodrigues Alves, ao tomar conhecimento do massacre, deu ordens para que as tropas federais estacionadas em Recife adotassem as medidas necessárias contra a "polícia sanguinária" do Ceará; mas nada ocorreu, pois o senador Accioly habilidosamente convenceu a Presidência da República de que o Ceará estava em completa paz, que apenas verificara-se uma agitaçãozinha de baderneiros sem importância e que, portanto, não existia necessidade de tropas federais no estado. Nada ocorreu com os policiais assassinos, mas o rancor popular cresceu.

O "Três de Janeiro" serviu de pretexto para que João Brígido, Agapito dos Santos e Valdomiro Cavalcante passassem para a oposição, aliando-se aos Paula Rodrigues (cuja chefia, em 1904, com a morte do conselheiro Rodrigues Júnior, passou para um filho deste, o médico Francisco de Paula Rodrigues). O motivo real dessa mudança, todavia, seriam os interesses pessoais daqueles políticos não atendidos por Accioly – que até então tinham sido coniventes com as violências do comendador. O oligarca havia-os "esquecido", não os favorecia mais em coisa alguma. A partir daí, com o objetivo

de tão somente conquistar o poder, tais oligarcas dissidentes promoveriam ações contra o domínio accyolino – para facilitar a campanha, Brígido fundou em 1903 o jornal O Unitário, enquanto Valdomiro Cavalcante criava o Jornal do Ceará.

Mais um evento violento verificado no período de Pedro Augusto Borges foi a chamada “Revolução do Crato”. Nos sertões cearenses, mormente no Cariri, a violência social e política provocava alarme. Grupos de cangaceiros matavam, roubavam, incendiavam fazendas sem que nenhuma providência fosse tomada pelo governo. Ao mesmo tempo, coronéis e seus jagunços digladiavam-se pelo controle dos municípios interioranos, ao que a oligarquia assistia passivamente, esperando o resultado final dos morticínios para apoiar o vencedor e preservar os votos de “cabresto”.

Dessa maneira, em 1904, o coronel Antônio Luis Alves Pequeno, parente e amigo de senador Accioly, organizou um exército de “cabras” e invadiu o Crato, depondo, num conflito, o chefe local, coronel José Belém de Figueiredo, e assumindo a liderança política da região. O latifundiário derrotado muito protestou junto ao governo estadual, mas isso de nada lhe valeu, pois à oligarquia interessava mais a liderança de Alves Pequeno. Para a oligarquia, Belém teve foi sorte em sair com vida da luta.

Ao final da administração Pedro Borges, o domínio da máquina eleitoreira permitiu um revezamento no poder: o presidente foi para o Senado e Accioly retornou ao governo, para seu segundo mandato (THEÓFILO, 2001; ANDRADE, 1986; PORTO, 1988; MACEDO, 1990; ALENCAR, 2008).

A entrada de João Brígido dos Santos par

18.6 AS OPOSIÇÕES

A partir de 1904, com a segunda eleição de Accioly, intensificou-se a luta política entre a oligarquia acciolyna e as pequenas e combativas oposições, centradas, principalmente, em Fortaleza. Tais oposições eram bastante heterogêneas quanto a composição e interesses. Reuniam oligarcas dissidentes, segmentos da burguesia comercial e da classe média (pequenos e médios comerciantes, caixeiros, profissionais liberais, funcionários públicos, estudantes, intelectuais, etc.), populares e até alguns coronéis. A aliança de tais setores foi um dos fatores que possibilitaram a queda de Accioly em 1912.

O rompimento entre boa parte dos comerciantes da capital e Accioly deveu-se à postura do Estado em penalizar com altos impostos o comércio interno e privilegiar com taxas leves, os negócios de importação e exportação (daí também o apoio da Casa Boris Frères ao comendador). A elevação dos tributos promovida pela oligarquia em 1904 e em 1907 sobre comércio interno, indústria e profissões provocou indignação entre os cearenses e foi usada politicamente pela oposição para atacar o grupo político dominante. Os negociantes igualmente reclamavam da perturbação da ordem pública (fundamental às transações comerciais) no interior, consequência da ação de cangaceiros e da luta das jagunçadas dos coronéis, contra o que a oligarquia pouco agia.

Além dessas questões de segurança e de tributos, os negociantes fortalezenses e a classe média desejavam maior participação política, visto que o esquema acciolyno os marginalizava do governo. Entre os médios comerciantes oposicionistas destacaram-se Emílio Sá (dono da melhor padaria da cidade e uma das mais destacadas figuras que contribuíram para a deposição de Accioly), Joaquim Sá (irmão de Emílio e um dos líderes da luta armada de 1912), Francisco Pires de Holanda (dono de uma casa de ferragens) e Rodrigues de Andrade (tenente do exército), os quais, por sua facilidade de mobilizarem as massas, foram depois chamados,

pejorativamente, pelas elites de “chefetes”.

O grupo dos oligarcas opositores – os comandantes da oposição – compunha-se de políticos marginalizados após a deposição de Clarindo de Queiroz em 1892 (em especial a facção dos Paula, tendo à frente Francisco de Paula Rodrigues) e pelos dissidentes do acciolysmo (João Brígido, Agapito dos Santos, Valdomiro Cavalcante, entre outros). Suas duras críticas à oligarquia arregimentavam todos os inconformados e perseguidos pelo governo. Entretanto, tais indivíduos objetivavam unicamente derrubar a oligarquia monolítica dominante para impor uma própria. Não visavam, em nenhum momento, mudar as estruturas socioeconômicas do estado, uma vez que estas lhes garantiam privilégios.

Rua Barão do Rio Branco no início do Século XX: em Fortaleza se concentrava a oposição à oligarquia

Com tais oligarcas, alguns coronéis passaram para a oposição. Estes

se localizavam mais no norte do estado, destacadamente a área de Sobral, verdadeiro curral eleitoral dos Paula Rodrigues e centro de intenso comércio na região – um comércio interno que, como dissemos, era prejudicado pela política econômica da oligarquia.

Afora esses grupos oposicionistas mencionados, algum destaque deve ser dado à “canalha”, “cabroeira” ou “gente das areias”, termos pejorativos amplamente usados na época para designar as pessoas pobres. Os segmentos populares, ao longo dos anos, criaram verdadeira ojeriza à oligarquia. As humilhações, as dificuldades econômicas, as condições sanitárias, a miséria e a fome estabeleceram no seio da população grande revolta e oposicionismo. Porém, tais setores não possuíam – e naquelas condições dificilmente poderiam ter – uma estrutura política organizada ou uma base ideológica definida. Seu descontentamento materializava-se em baderna e violência (como se perceberia em episódios da revolta de 1912), e pela irreverência cotidiana, como que rindo da própria desgraça e zombando do opressor. A consequência disso foi a transformação desses setores populares em instrumento de manobra das oligarquias oposicionistas, tanto que, após lutarem bravamente e derrubarem Accioly, foram mantidos distantes da esfera decisória do poder.

No embate político, as oposições contavam, além de jornais e panfletos, com entidades classistas, a exemplo do Centro Artístico Cearense, do Centro Tipográfico Cearense e, principalmente, da Fênix Caixeiral (representantes dos caixeiros – os comerciários – que pegaram mesmo em armas na insurreição de 1912) e da Associação Comercial do Ceará (presidida por José Gentil Alves, comerciante e sócio do Banco Frota & Gentil). A atuação dessas instituições foi importante para o fim da oligarquia (THEÓFILO, 2001ANDRADE, 1986, PORTO, 1988).

18.7 A REAÇÃO DA OLIGARQUIA AOS OPOSITORES

Perante o crescimento da oposição, a oligarquia acciolyna buscava reagir. As críticas eram recebidas como desacato e duramente reprimidas. Pessoas, temendo a violência oligárquica, foram obrigadas a deixar o estado – por exemplo, o gerente do Jornal do Ceará, Antônio Clementino de Oliveira, após publicar artigos contra o governo, acabou surrado por três policiais, hospitalizado, preso e obrigado a fugir para o Amazonas. Policiais à paisana espancavam os adversários do governo e empastelavam os jornais oposicionistas.

Por sua vez, os periódicos favoráveis a Accioly (A República e O Tempo) empregavam todos os meios para denegrir os inimigos, da calúnia à falsificação de textos e documentos – era comum publicarem contra os adversários artigos assinados por outros opositores, na intenção de confundi-los.

Accioly buscava fortalecer sua máquina eleitoreira, montando um esquema tão eficiente que a vitória dificilmente lhe escaparia das mãos. Assim, logo no início do segundo mandato (1904/08) enviou projeto à Assembleia Legislativa propondo que a nomeação dos intendentes municipais voltasse ao controle do presidente do Estado, no que foi prontamente atendido. Com isso, centralizava o poder e aumentava o controle sobre os currais eleitorais do interior, que, ao contrário da rebelde capital, continuavam submissos à vontade dos latifundiários.

O oligarca, na mesma época, fez aprovar no legislativo estadual projeto possibilitando sua reeleição (com prazo de apenas um mês para se desincompatibilizar) e garantindo a eleição de parentes do presidente para mandatos políticos – atos que afrontavam diretamente a Constituição Federal e que, de início, não foram combatidos pelas oposições, talvez porque estava bastante distante a próxima eleição ou porque os opositores desconhecessem os detalhes das medidas ou ainda confiassem que o governo federal jamais pudesse acatar tamanha afronta.

Mas Accioly fez mais: manobrou para impedir o voto dos eleitores oposicionistas. A peça fundamental para o cadastramento de novos eleitores consistia num comprovante de residência, o qual deveria ser expedido pelo delegado de polícia. Se, contudo, o delegado não conhecesse o eleitor, deveria o tal comprovante ser atestado pela assinatura de três comerciantes da localidade. Para os novos

votantes adeptos do governo, a declaração era imediatamente fornecida; mas para os eleitores vinculados à oposição, negava-se o documento, sob o pretexto de que ninguém os conhecia. Assim ocorreu com Rodolfo Teófilo, conhecido de um delegado desde criança e ainda vizinho deste! O oligarca possuía, igualmente para filtrar qualquer voto dos adversários, o controle das mesas eleitorais, podendo lançar mão de violação das urnas e a falsificação das atas de votação.

A segunda gestão do comendador foi ainda mais questionada que a primeira. O estado, com poucos recursos, sofreu com secas parciais (seca verde – quando as chuvas não são suficientes para a lavoura) em 1906 e 1908. O governo aumentava os tributos, para a fúria popular e crítica ácida da oposição. A isso o oligarca respondia: a 8 de janeiro de 1906 empastelou-se o jornal O Unitário, de João Brígido. Accioly, no maior descaramento, chegou a lançar uma nota pública protestando contra tamanha agressão, determinando que se abrisse inquérito para identificar e punir rigorosamente os culpados, mas as diligências policiais, após "árduos esforços", não conseguiram identificar os responsáveis.

O último ano da administração foi marcado pelo processo de reeleição para o quadriênio 1908/1912. Accioly queria um novo mandato na presidência do estado, bem como eleger o filho Thomaz Pompeu Accioly para o Senado da República. Os opositores finalmente se aperceberam do casuísmo das leis aprovadas pelo oligarca logo no começo da gestão e passaram a realizar grande estardalhaço pela imprensa local e nacional contra aquela pouca vergonha, exigindo providências do governo federal.

Em 1907, o oligarca realizou viagem ao Rio de Janeiro no sentido de defender seus interesses, pois, como afirmamos, a reeleição e a escolha de parentes para o Parlamento eram inconstitucionais. Accioly encontrou resistência nas altas cúpulas da República, o que iludiu as oposições, crentes que derrotariam a oligarquia nesta questão. Como estavam enganadas! Após um recuo inicial, Accioly, usando de brechas na lei, conseguiu o consentimento jurídico para indicar o filho ao Senado (e este seria facilmente eleito) e para sua terceira eleição ao comando do Estado. O presidente da República, Afonso Pena, chegou a enviar telegrama a Accioly parabenizando-o

pela ocorrência e desejando feliz continuidade.

E assim Accioly ganhou mais quatro anos de poder (SILVA, 1982; ANDRADE, 1986; PORTO, 1988; THEÓFILO, 2001; ALENCAR, 2008).

18.8 A TERCEIRA GESTÃO DE ACCIOLY (1908-12)

A reeleição do comendador deixou os segmentos opositores frustrados e indignados. Exigia-se uma reação contra aquela imoralidade. Assim, estudantes da faculdade de Direito (a instituição dividiu-se em dois grupos, um a pró e outro contra Accioly) e de colégios da capital, organizaram uma passeata de protesto contra o continuísmo da oligarquia. A polícia reprimiu duramente a passeata, e dois acadêmicos, Joaquim Pimenta e Florêncio Alencar, acabaram detidos e espancados. A prisão e a tortura dos estudantes foi divulgada na imprensa nacional.

Accioly pouca atenção deu a isso. Estava bastante prestigiado junto ao governo federal – tanto que seu genro, o senador e engenheiro Francisco Sá, assumiu o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na presidência de Nilo Peçanha (1909-10). O comendador conseguiu igualmente que a Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS – criada em 1909 e hoje chamada Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS) tivesse sua sede em Fortaleza, a qual, inclusive, virou mais um espaço do nepotismo da oligarquia. Segundo Rodolfo Teófilo, o icoense era homem sem grandes conhecimentos intelectuais formais. Medíocre, cínico, desonesto, vivia metido no Palácio da Luz, cercado de sua grande família e bajuladores, pouco se importando com o que se dizia dele e de seu governo. Raras vezes saía à rua, e quando o fazia, ia de carro (um dos primeiros da cidade), sempre ladeado pela cavalaria da polícia bem-armada. Com quase 70 anos, preocupava-se com o futuro da parentela – em 1910 conseguiu da Assembleia aprovação da lei que tornava vitalício os empregos públicos ocupados por seus

familiares.

Nada de importante realizou na terceira gestão. Ironicamente, houve até algum progresso econômico entre 1908/12, não por iniciativa da administração, mas devido aos bons invernos e safras agrícolas e ao preço da borracha no Amazonas; os muitos cearenses que para ali se dirigiam enviavam dinheiro para mulheres, filhos e pais no Ceará, movimentando a economia local.

É neste momento que parece haver uma maior articulação entre os setores descontentes da população. A Associação Comercial do Ceará, os caixeiros e os profissionais liberais intensificam suas críticas e campanhas contra a oligarquia. É a partir de então que se generalizam marchinhas zombeteiras à figura do oligarca e de seus familiares e o termo "babaquara" (tolo, decrépito) é largamente utilizado pelas pessoas ao referirem-se a Nogueira Accioly: //o Accioly vai no bonde chorando // a velha dele vai atrás acalentando // que velha feia, cara de bode // só tem dinheiro para fazer pagode (apud PORTO, 1988: 85).

Criava-se um abismo entre os fortalezenses e a oligarquia. A população não aguentava mais os desmandos governistas. Os elevados impostos e o custo de vida sufocavam-na. Reclamava, por exemplo, dos constantes aumentos do preço da carne, cujo monopólio se assegurava por lei municipal à família Accioly. A polícia proibia qualquer venda paralela. Os comerciantes de "carne de moita", vindos de Messejana, Parangaba e Soure, tinham sua mercadoria apreendida e eram até agredidos fisicamente. A população obrigava-se a suportar o acúmulo de lixo e águas represadas e fétidas na cidade, porque o responsável pela limpeza pública era um amigo de um filho de Accioly, o que impedia o Intendente de Fortaleza, Guilherme Rocha, de tomar qualquer providência contra aquele funcionário. Depois se descobriu que o dinheiro da limpeza pública estava sendo usado para pagar uma dívida do Sr. Accioly Filho (THEÓFILO, 2001; ANDRADE, 1986; PORTO, 1988; ALENCAR, 2008).

18.9 A POLÍTICA DAS SALVAÇÕES E A

QUEDA DA OLIGARQUIA

Em 1910 chegava à Presidência do Brasil o marechal gaúcho Hermes da Fonseca, com apoio do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do poderoso senador Pinheiro Machado, após derrotar a candidatura civilista de Rui Barbosa, patrocinada por São Paulo e Bahia. Naquela administração (1910-14), segmentos das classes médias urbanas e do exército, unindo-se à oligarquias dissidentes, iniciaram um movimento para moralizar o País e "salvar" a República – era a chamada Política das Salvações, a qual consistiu em revoltas armadas ocorridas em alguns estados (especialmente do norte/nordeste) visando derrubar as oligarquias monolíticas governantes, substituindo-as por outras. De início, Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado apoiaram as Salvações, pois as insurreições aconteceram em estados de oligarquias opositoras ou que haviam apoiado a candidatura de Rui Barbosa; depois, porém, quando as revoltas começaram a ocorrer em estados de oligarquias aliadas de ambos, Hermes e Pinheiro começaram a combater o movimento. A "política das salvações" seria um dos fatores que possibilitariam a queda da oligarquia acciolyna no Ceará.

Fortaleza no início do século XIX, com cerca de 50 mil habitantes, continuou a passar por transformações sociourbanas que intensificaram sua condição de principal cidade do estado. As autoridades, conforme o ideário de progresso e civilização da belle époque, voltavam a administração municipal para o aformoseamento e higienização de ruas e praças, bem como para o controle das crescentes e miseráveis camadas populares. De 1892 a 1912, o coronel Guilherme César da Rocha ocupou sucessivamente o posto de Intendente de Fortaleza, representando, pois, o esquema oligárquico acciolyno. Como inspirava-se nas reformas urbanas ocorridas em Paris, a oposição, com desdém, chamava Guilherme Rocha de “Nosso Haussmann” (o Barão de Haussmann administrara e modernizara a capital francesa), já que sua obsessão modernizadora parecia querer fazer de Fortaleza uma Paris.

Logo em 1893 baixou um novo código de postura municipal, que, entre outras medidas, determinava que as esquinas dos edifícios apresentassem formas arredondadas – isso não só por estética, mas para permitir uma maior visibilidade para as esquinas da cidade e, consequentemente, vigiar a população. Em 1897 o intendente construiu o Mercado do Ferro. Trazido da França e marcando na capital a introdução do ferro em construções, tal Mercado foi inaugurado em grande solenidade, visando resolver de forma confortável e higiênica o problema de abastecimento de carnes e verduras da municipalidade. Rocha remodelou as principais praças de Fortaleza, com destaque para a Praça do Ferreira, em 1902, e a Marquês de Herval (Praça José de Alencar), em 1903, dotando-as de jardins exuberantes, pavimentação, vasos importados, cópias de estátuas de deuses gregos, elegantes cafés e pavilhões para bandas musicais, ginástica infantil e patinação.

Ainda no período de Guilherme Rocha, o governo Accioly ergueu talvez a mais importante obra arquitetônica de Fortaleza, o Theatro José de Alencar, inaugurado em 1910 em meio a muito alarde, e cuja estrutura metálica foi importada da Escócia, com suas linhas neoclássicas e art-nouveau.

Praça do Ferreira (antiga Feira NoNo começo do século XX, o transporte

Após mais de uma década de governo, Accioly via com preocupação o crescimento das oposições e o descontentamento popular. Não seria prudente ele ou alguém da família tentar diretamente um novo mandato. Para Accioly, nas eleições de 1912, o ideal era obter um sucessor manipulável que lhe permitisse gerir o Estado nos bastidores. Assim, para surpresa geral, indicou como seu candidato Domingos Carneiro Vasconcelos, velho desembargador de quase 80 anos.

Domingos Carneiro, em dezembro de 1911, deu entrevista à imprensa agradecendo ao Partido Republicano Conservador Cearense a confiança em seu nome e afirmando categoricamente que continuaria a política do venerado amigo, Dr. Pinto Nogueira Accioly. Isso já era sabido, mas dizer em público, constituía-se um acinte. Foi a gota d'água. A partir daí há grande mobilização dos opositores para lançar um candidato de grande prestígio e influência nacional, capaz de ter sua vitória reconhecida pelo governo federal e derrotar o acciolysmo. Mas, quem?

O nome ideal teria sido indicado pelo general Dantas Barreto, figura ligada à "política das salvações" e governante de Pernambuco – no estado vizinho, havia poucos meses que Barreto, numa revolta popular com apoio do exército, depusera a forte oligarquia Rosa e Silva. O general então sugeriu a candidatura à presidência cearense do tenente-coronel Marcos Franco Rabelo, homem igualmente vinculado às "salvações".

Rabelo era militar de carreira, professor da Escola Militar do Rio de Janeiro e ausente há quase 20 anos do Ceará. Genro do general Clarindo de Queiroz, fora enxotado do estado com ele quando do golpe de 1892, o qual teve entre os articuladores exatamente Nogueira Accioly. Era a hora de acertar as contas. Mesmo sem ser conhecido na terra cearense, o nome de Rabelo foi lançado pelos oposicionistas ao governo num panfleto que circulou pela capital intitulado Ecce Homo ("Eis o Homem")

A maioria da população abraçou com euforia o nome do tenente-coronel, logo considerado um redentor para todas as mazelas do Ceará. A campanha mobilizou os fortalezenses em torno do pleito vindouro como poucas vezes na história cearense.

As passeatas, as manifestações e os discursos sucederam-se no centro de Fortaleza, sempre sob o olhar intimidador da oligarquia. Esta procurava reverter a situação a seu favor, comunicando várias vezes ao governo federal que a capital cearense estava tomada por "arruaceiros, moleques e engraxates desordeiros". Esperava, dessa forma, desacreditar Franco Rabelo junto à Presidência da República e legitimar qualquer ato de repressão. A campanha pró-Rabelo fazia-se sem a presença do mesmo, o qual, aceitando a candidatura, só chegaria ao estado em março de 1912, após a queda do comendador.

A 29 de dezembro de 1911 uma manifestação oposicionista promovida na Praça do Ferreira foi dissolvida pela cavalaria da polícia, havendo troca de tiros com muitos feridos. Estava declarada oficialmente a guerra entre rabelistas e acciolystas. A Associação Comercial, em protesto, decidiu pelo fechamento do comércio por uma semana, no que foi apoiada pela população, a qual chegou a apedrejar as poucas casas comerciais que não aderiram à paralisação. Ao mesmo tempo, catraeiros e condutores de bondes entraram em greve, enfrentando com paus, pedras e barricadas a polícia. Bondes foram virados e depredados.

O apoio silencioso e implícito dado pelo exército às manifestações da oposição irritou o presidente. Usando de influência junto ao presidente do País, Accioly conseguiu que um amigo pessoal, coronel José Faustino, viesse comandar as tropas federais no Ceará. Esperava, com esse artifício, obter apoio dos militares e coagir os rabelistas. O coronel, porém, igualmente ligado ao "salvacionismo", não interferiu na disputa política local e manteve-se "neutro" (o que em termos práticos correspondeu a uma adesão discreta a Rabelo), para decepção e fúria do oligarca.

Fortaleza era pura agitação. As acusações, os manifestos, as passeatas, os comícios e as provocações de parte a parte geravam um clima de euforia. A população estava entusiasmada com a possibilidade real de acabar com a oligarquia. De fato, esse sonho estava na iminência de concretizar-se, não pelo voto, mas pelas armas, em uma espetacular revolta popular, cujo estopim foi a chamada Passeata das Crianças (SILVA, 1982; ANDRADE, 1986; PORTO, 1988; PONTE, 1993; LIMA, 1994; SOMBRA, 1998;

THEÓFILO, 2001; ALENCAR, 2008; SILVA, 2009).

A repressão à Passeata das Crianças foi o estopim para a revolta de 1912

18.10 A PASSEATA DAS CRIANÇAS

No entardecer do domingo, 21 de janeiro de 1912, a Liga Feminina Libertadora Pró-Rabelo (organização das senhoras e senhoritas da alta sociedade fortalezense – surgiram várias outras entidades semelhantes) promoveu uma grande passeata apenas com crianças, todas vestidas de branco com enfeites verde amarelo, e um botton de Franco Rabelo. Cerca de oito mil pessoas acompanharam o desfile entre as praças Marquês de Herval (atual José de Alencar) e do Ferreira, em grande expectativa devido a boatos de que o governo iria intervir.

Quando a manifestação se aproximava da Praça do Ferreira, dois piquetes da cavalaria atacaram-na; sucedeu-se um tumulto geral. Pessoas deixavam o local de forma desordenada, provocando tropeços e quedas. Crianças eram pisoteadas pela multidão e pelas patas dos cavalos. A polícia batia impiedosamente, enquanto os rabelistas respondiam com saraivada de balas. Travaram-se lutas corpo a corpo. Testemunhas relataram que, na confusão, um menino de dez anos pediu, de joelhos, para não ser morto, mas acabou assassinado com um tiro no peito, dado à queima-roupa por um policial, que, em seguida, também foi morto por um cabo do exército, revoltado com o que presenciara. Não se sabe exatamente quantas foram as vítimas do massacre. Dupy, testemunha dos fatos, conta que duas foram as crianças mortas, havendo mais cinco delas e 17 adultos feridos.

O episódio incendiou as massas. Os anos de humilhação e opressão explodiram em uma rebelião jamais vista na cidade. Espontaneamente, estudantes, operários, caixeiros, chefetes armaram-se com rifles, espingardas, revólveres, facas, facões, paus e pedras e passaram a percorrer a cidade atacando bens da família Accioly e prédios públicos. Janelas, jardins, bancos, placas, estátuas, praças eram destruídos. O jornal A República foi empastelado. Tentou-se pôr fogo na fábrica de tecidos Progresso de propriedade do oligarca. O governo colocou o aparato militar estadual nas ruas, mas não conseguiu intimidar os rabelistas.

Bondes foram tombados e incendiados. As estradas de Messejana e Benfica – as duas principais vias de acesso a capital – acabaram bloqueadas por populares com o objetivo de impedir a vinda de reforços e mantimentos do interior para as tropas do governo. Trincheiras e barricadas foram improvisadas no centro de Fortaleza, havendo tiroteio nas ruas. Mais de 1500 pessoas cercaram o palácio do governo e cortaram o fornecimento de água, luz e suprimentos para Accioly, ali refugiado com os parentes (SILVA, 1982; ANDRADE, 1986; PORTO, 1988; SOMBRA, 1998; THEÓFILO, 2001).

18.11 REVOLTA POPULAR DE 1912

Nos dias 21, 22, 23 e 24 de janeiro de 1912, Fortaleza virou uma praça de guerra. Os soldados da polícia atiravam em casas fechadas, a matar crianças, mulheres, velhos ou simples transeuntes. Por sua vez, os oposicionistas trucidavam policiais. A cidade ficou quase às escuras; poucos foram os lampiões a gás que escaparam da fúria popular Muito simbólico que a população se revoltasse contra equipamentos urbanos, não apenas porque estes haviam sido construídos pela oligarquia, mas porque não viam utilidades neles, afinal, estavam restritos à área da cidade e beneficiava só os setores abastados que ali viviam e se divertiam. Em pouco, começou a faltar leite, comida e água. Ouviam-se os ecos dos tiros noite afora. Mas o povo não recuava: era o momento de acabar com a odiosa oligarquia. Esposas, mães, incitavam os filhos e maridos a irem lutar nas trincheiras pela liberdade do Ceará.

De municípios vizinhos chegavam mais “patriotas”, como os oposicionistas se denominavam. Vários policiais, acossados pelo medo, fome e sede, com o prolongar da luta, optaram por desertar. Os rabelistas miravam-lhes na cabeça e apertavam o gatilho.

No palácio governamental varado de balas, Accioly buscava não sucumbir. Dizia cinicamente que não entendia a razão de tanta “celeuma” pela morte de três ou quatro “cabrinhas”. O coronel José Faustino e o arcebispo de Fortaleza e amigo pessoal do comendador, D. Joaquim José Vieira, visitaram-no e insistiram para que contornasse a crise, entregando o policiamento da cidade ao exército e enquartelando a força policial do estado. O oligarca, pressionado pela família, recusou a proposta, talvez porque não confiasse no exército, talvez porque quisesse provar aos “baderneiros” que era capaz de resistir e derrotá-los, embora os acontecimentos não augurassem isso.

Com o prolongamento das lutas, os “patriotas” ficaram na iminência de invadir o Palácio da Luz, sede do governo. Como última alternativa, após muita relutância, restou a Accioly, para ao menos salvar sua vida, acatar o conselho do genro, Francisco Sá: a renúncia, acontecida em 24 de janeiro de 1912.

Populares fazem pose quando da revolta de 1912: acreditavam estar libertando o Ceará

A notícia foi recebida com euforia pelos fortalezenses. Festa nas ruas, alegria, abraços, lágrimas, sorrisos. Era o fim de 16 anos de oligarquia. Não se tem o número exato de mortos na revolta – mas o segundo já citado Dupy: tão logo terminou o levante, fez um recenseamento das vítimas, junto ao cemitério de São João Batista, à Santa Casa, à enfermaria militar e às farmácias (...) [relacionando] uma centena de mortos e feridos, excluindo-se policiais assassinados por populares, que foram enterrados no quartel da polícia, no Parque da Liberdade e lugares outros (SOMBRA, 1998: 43).

Mas houve uma indecisão entre os insurretos – muitos queriam liquidar Accioly para evitar que tentasse recuperar o poder. Agapito dos Santos, um dos líderes do movimento, encontrou uma fórmula para garantir a vida do oligarca e familiares, impondo-lhes as seguintes condições: Accioly renunciava para sempre a qualquer tentativa de candidatar a si ou filhos para presidente do estado; rejeitaria qualquer proposta do governo central no sentido de reintegrá-lo no poder; deixaria imediatamente o Palácio da Luz e se

abrigaria no quartel da Inspetoria Militar do Ceará, aguardando o primeiro navio que o levaria com a família para o Sul; deixaria aqui, como reféns, sob a tutela de um particular e com liberdade de trânsito, os senhores José Accioly e Graco Cardoso (ANDRADE, 1986: 155).

Muitos populares não concordavam com aquilo, e passaram a não ver com bons olhos as oligarquias dissidentes: Murmuravam queixas e diziam que eles não poderiam se arvorar em árbitros supremos da vontade popular, uma vez que não arriscaram a vida nas trincheiras (TEÓFILO, 2001: 160). Em tenso silêncio, Accioly e familiares deixaram a sede governamental abraçados por alguns oficiais do exército e adversários políticos da oligarquia para maior proteção contra qualquer possível agressão. A 25 de janeiro o “babaquara” embarcava para a capital do Pzaís. No percurso, em Natal, um incidente: sofreu um atentado a bala promovido por Antônio Clementino de Oliveira, ex-gerente do Jornal do Ceará, obrigado a sair do estado ante as perseguições da oligarquia. Accioly escapou, mas um de seus filhos, Antônio Accioly Filho, bem como o agressor, acabaram mortos.

Embarque de Accioly, após sua deposição, em direção ao navio que o levaria ao Rio de Janeiro

A presidência interina do Ceará foi entregue ao vice, coronel Antônio Frederico de Carvalho Mota, ficando este no cargo até a posse do novo governante. Para concorrer com Rabelo, o Partido Republicano Conservador Cearense achou por bem retirar a candidatura do desembargador Carneiro Vasconcelos, lançando o nome do general Bezerril Fontenele. Medida inútil, pois, no pleito de 30 de janeiro de 1912, os rabelistas venceram com maioria de votos – sob acusações, diga-se, de fraudes.

Encerrava-se, portanto, o período acciolyno, mas não seu poderio. Este continuava – enfraquecido, é verdade – através do apoio dos coronéis correligionários do interior (crentes nos telegramas enviados do Rio de Janeiro por Accioly e no que diziam os reféns da oligarquia deixados no estado, segundo os quais o comendador saíra do poder e viajara apenas por motivo de saúde) e no domínio da máquina eleitoreira do PRC e de importantes cargos políticos, como no caso da fidelidade de vários deputados estaduais. O próprio Franco Rabelo, para ter sua vitória reconhecida pela Assembleia Legislativa – uma exigência da época – foi obrigado a negociar com os acciolystas, em troca de cargos públicos e dos nomes do primeiro e do terceiro vice-presidentes. Rabelo, contudo, não ficaria mais que dois anos no poder. Perderia o governo em 1914, no movimento que ficou conhecido como Sedição de Juazeiro, o qual teve entre seus articuladores a figura controvertida do Padre Cícero Romão (THEÓFILO, 2001; SILVA, 1982; ANDRADE, 1986; PORTO, 1988; PONTE, 1993; LIMA, 1994; SOMBRA, 1998; ALENCAR, 2008; SILVA, 2009).

com a, ideia de servir na armada nacional – um verdadeiro castigo com espancamentos, baixos soldos, má alimentação, excessivo trabalho, etc. Essa greve dos catraeiros em Fortaleza não é um fato isolado de revolta da população pobre contra o processo de recrutamento. O uso da chibata na Marinha para punir e disciplinar marinheiros tem seu desfecho em 1910, com a chamada “Revolta da Chibata”, no Rio de Janeiro (SOUSA, OLIVEIRA, S/D).

Capítulo 19

Padre Cícero e o Milagre de Juazeiro

19.1 O HOMEM Santo, milagreiro, vision

Estuda nas melhores escolas do Crato e de Cajazeiras-PB no desejo de tornar-se sacerdote. Em 1862, porém, sua trajetória eclesiástica foi ameaçada pelo falecimento inesperado do pai, vitimado por uma epidemia de cólera. Interrompeu momentaneamente os estudos para cuidar da família, constituída pela mãe e duas irmãs solteiras. Parece que desde essa época já tinha "contatos sobrenaturais" – como chegou a afirmar a amigos, Cícero teria tido uma visão do pai pouco tempo depois da morte deste, ouvindo do genitor que "não deveria abandonar os livros, pois, Deus daria um jeito de fazê-lo prosseguir os seus estudos". Acaso ou não, Cícero resolveu contar a história da "visão" ao padrinho de crisma, o chefe político e comerciante cratense, coronel Antônio Luís Alves Pequeno, que, tocado pelo relato, passou a financiar os estudos do futuro patriarca juazeirense.

Pe. Cícero: uma trajetória de polêmicas

Com a ajuda do padrinho, em 1865 Cícero Romão ingressou no recém-inaugurado seminário da Prainha, em Fortaleza, cuja orientação era, naquele momento, eminentemente europeizante, de romanização – visava-se recuperar e fortalecer o prestígio da Igreja Católica naquela segunda metade do século XIX, exigindo-se o mais estrito respeito aos dogmas e ritos cristãos, e a obediência às ordens emanadas pela hierarquia eclesiástica, sobremaneira, do que era

ditado por Roma, o Vaticano, o Papa. Todavia, isso não modificaria muito Cícero, pois era um sertanejo, identificado com o universo cultural e religioso do povo e com o catolicismo popular de mestre Ibiapina. A política de romanização é fundamental para entender o porquê das perseguições futuras a Pe. Cícero.

Bastante amigo do bispo D. Luiz, Cícero foi ordenado sacerdote em 1870. Regressou ao Crato em janeiro de 1871 e, enquanto não recebia uma paróquia, colaborou como professor de latim num colégio da cidade, fundado e dirigido pelo primo José Marrocos, além de celebrar nas capelas da região. Em fins daquele ano, Pe. Cícero foi convidado por amigos para passar uns dias em Juazeiro, uma vez que a localidade estava sem sacerdote residente.

Juazeiro era, à época, um modesto e desconhecido povoado à distância de três horas a cavalo do próspero Crato. Lugarejo rude, originara-se, como tantos outros povoados da região hoje denominada nordeste, duma pequena capela de fazenda, mandada construir em louvor a Nossa Senhora das Dores, em 1827, pelo fazendeiro e padre Ribeiro Silva. A população da vila e arredores em 1875 não passava de dois mil sofridos habitantes, muitos dos quais trabalhando nas lavouras de cana-de-açúcar de cinco famílias latifundiárias locais. O lugarejo apresentava dois pedaços de ruas, uma igrejinha, uma escola e 32 edificações de palhas; havia apenas uma pousada para viajantes e comboieiros que se dirigiam para o Crato, os quais descansavam à sombra dos frondosos juazeiros. Não tinha nenhuma expressividade econômica (DELLA CAVA, 1976; FARIAS, 1994; LOPES, 2000; NETO, 2009).

19.2 JUAZEIRO

Com relutância, apenas para atender os desejos dos ilustres amigos, Pe. Cícero foi a Juazeiro do Norte celebrar a missa de Natal de 1871. Não possuía a menor intenção de ali ficar – sonhava em regressar a Fortaleza. Acabou passando mais de 60 anos.

O motivo da permanência, segundo ele próprio, fora um sonho. Após um dia exaustivo em que passara horas a fio confessando os moradores do arraial, o jovem sacerdote se recolheu à sala da pequena escola onde estava provisoriamente alojado. Ali, caiu no sono rapidamente e teve então a visão que mudou drasticamente sua vida. Sonhara que Jesus Cristo e os 12 apóstolos entravam na sala, seguidos por um grupo de sertanejos maltrapilhos. Cristo, em seguida, comentava as ofensas de que vinha sendo vítima, prometendo um último esforço para salvar o mundo. Para tal, pedia que Cícero o ajudasse, cuidando dos sofredores dos sertões. O padre acordou espantado. Mas logo concluiu que o sonho fora uma ordem do Messias e que deveria se fixar em Juazeiro para ajudar os necessitados.

A 11 de abril de 1872 mudou-se para o povoado levando a mãe e as irmãs, virando em pouco tempo uma figura amada e estimada na região. Com escassos recursos e esmolas, restaurou e ampliou a capela de Nossa Senhora das Dores. Desenvolveu grande trabalho pastoral: visitava os sítios, ensinava receitas de remédios caseiros e noções de higiene ao povo humilde e sem instrução, pregava constantes missões, coordenava novenas, terços e procissões, multiplicava as festas religiosas. Da mesma forma que Pe. Ibiapina, recrutava mulheres solteiras visando a formação de uma irmandade para trabalhar na comunidade e na igreja. Diretamente sob a autoridade do padre, essas beatas vestiam hábito preto e dedicavam-se de corpo e alma às orações e aos serviços de assistência espiritual.

Várias dessas beatas viviam debaixo do teto do sacerdote, na companhia dos familiares deste e de muitos órfãos, todos sustentados pelo religioso. O padre era bastante pobre. Costumeiramente benfeitores e amigos ricos do Crato costumavam fornecer-lhe batina, sapatos e até mesmo os cobres para pagar seus cortes de cabelo. Conta-se, também, que era tão grande a miséria que, de tempos em tempos, sua mãe precisava mandar alguém de porta em porta mendigar a comida do dia.

Cícero gozava da estima e confiança do bispado cearense. O primeiro bispo da província, D. Luís Antônio dos Santos, chegou a compará-lo a um anjo. O segundo bispo, empossado em 1883, D.

Joaquim José Vieira, ao realizar visita pastoral ao Crato no ano seguinte, passando por Juazeiro na intenção de consagrar o altar da capela local, fez questão de enaltecer os trabalhos de Pe. Cícero, chamado de sacerdote inteligente, modesto e virtuoso.

Sua doutrina era a mesma de todos os missionários sertanejos: havia uma grande insistência no risco do Juízo Final, denúncia dos pecados, ameaça dos castigos de Deus e condenação dos inimigos da fé (maçons, protestantes, materialistas, etc.). Tinha uma preocupação moralizante – logo nos primeiros tempos em Juazeiro proibiu as danças, as bebedeiras, obrigou as prostitutas a confessarem seus pecados. Tornou-se um sacerdote popular, principalmente, porque não cobrava nada por praticar os atos religiosos (casamentos, batismos, etc.). Era visto como um padre dedicado ao povo, atento, despretensioso, bom conselheiro, impecável na vida pessoal, fiel rigorosamente aos votos de castidade. Seu modo de viver pacato, entretanto, agitar-se-ia em 1889. Ganhariam padre Cícero e Juazeiro destaques jamais imaginados. Era o Milagre (DELLA CAVA, 1976; MACEDO, 1981; BARROS, 1988; FARIAS, 1994; LOPES, 2000; NETO, 2009).

19.3 O MILAGRE DE JUAZEIRO

Sertão cearense, 1889. A angústia se estampava no rosto da população. Março chegara e as chuvas ainda não haviam caído. Temia-se que aquele fosse mais um ano de seca – e de fato seria. Pessoas já se punham a caminhar pelas veredas poeirentas em busca de assistência nas cidades e vilas maiores. A vegetação fenecia, fontes d'água secavam e a fome rondava ameaçadora. Em Juazeiro do Norte, beatas piedosas em rezas varavam noites clamando aos céus para livrar o povo de mais uma estiagem. Entre as mulheres, uma humilde lavadeira de 28 anos, Maria Madalena do Espírito Santo de Araújo, solteira, analfabeta, mestiça com predominância do negro, estatura mediana, cabelos quase carapinha, uma figura frágil.

Por volta das cinco horas da manhã do dia 1º de março de 1889, sexta-feira da Quaresma, Pe. Cícero, com pena das beatas cansadas, resolveu lhes dar logo a comunhão, a fim de que pudessem retornar às suas casas e repousar um pouco antes da missa matutina. A primeira a comungar foi Maria de Araújo. Quando o sacerdote colocou a hóstia sobre a língua da beata, esta veio ao solo de forma inexplicável, em transe. Socorrida a mulher, verificou-se que fluía algo de sua boca... a hóstia vertia sangue! Era um milagre em Juazeiro!

O fenômeno se repetiu com a lavadeira várias vezes nas semanas seguintes. O padre, porém, silenciou e buscou manter o prodígio em segredo. A notícia, não obstante, acabou vazando e chegando ao conhecimento do reitor do seminário do Crato, monsenhor Francisco Monteiro, que resolveu então organizar em julho de 1889 uma romaria com mais de três mil pessoas com a intenção de observar o "derramamento do precioso sangue de Jesus Cristo, em terra de Juazeiro, para a salvação dos homens". O milagre tornava-se definitivamente público.

A partir daí, multidões dirigem-se ao lugarejo. O acontecimento ocupa espaço na imprensa das capitais e do interior. Há uma imensa comoção no nordeste. Todos desejavam ver aquela maravilha, falar com o padre santo e com a beata virtuosa, pisar na terra escolhida por Deus para a redenção dos pecadores.

A notícia chega aos ouvidos do bispo Dom Joaquim, em Fortaleza, indiretamente, por carta do pároco do Crato e artigos em jornais, o que provoca-lhe grande irritação – Monteiro e Cícero haviam quebrado o voto clerical de obediência ao não comunicarem imediatamente aqueles fatos extraordinários. Apesar disso, D. Joaquim tem uma reação mais contida que o esperado.

Envia carta em tom comedido a Pe. Cícero, repreendendo-o pela falta de comunicação, pedindo um relatório pormemorizado sobre o ocorrido e proibindo o sacerdote de pregar em público sobre milagres ainda não comprovados pela Igreja.

Apenas em janeiro de 1890 é que finalmente Cícero envia o esperado relatório. O sacerdote pede desculpas pela falta de comunicação e confirma todas as notícias veiculadas, afirmando ser

aquele “o precioso sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo”. Ao mesmo tempo, fala dos milhares de romeiros que chegavam a Juazeiro, famílias e mais famílias, a cavalo, a pé, todas à procura da divina fé cristã. O bispo ignora este relato e não tece nenhum comentário, esperando, talvez, que o fato caísse em esquecimento.

Mas isso não ocorreu. Ao contrário, as peregrinações aumentaram e o número de crentes no “milagre” continuou crescendo, trazendo cada vez mais fama a Cícero e à beata.

Importa ressaltar que a denominada questão religiosa de Juazeiro, embora aparentemente se tenha apresentado como um problema de existência ou não do sangue de Cristo nas hóstias em transformação, na realidade foi uma luta dentro da Igreja. Esta, como já dissemos, com a política de romanização, se voltava para uma ação interna objetivando a preservação da hierarquia, a submissão dos seguidores, a valorização dos dogmas católicos, o monopólio das autoridades eclesiásticas sobre qualquer interpretação teológica de fenômenos religiosos. Ora, a questão de Juazeiro confrontaria tal política. Primeiramente, porque padre Cícero, ao afirmar que houvera um milagre e defendê-lo, contrariou e irritou a hierarquia católica, que negou de antemão o fenômeno. Depois, porque, dentro da teologia cristã, o milagre não poderia ocorrer, pois ia contra um dos mais importantes principios do catolicismo, o dogma da transubstanciação (a transformação da substância do pão e do vinho no corpo e sangue de Cristo) e implicaria numa nova redenção – e pelos ensinamentos da Igreja a redenção só poderia ocorrer (e teria ocorrido já) uma única vez.

Além disso, percebe-se no episódio todo um preconceito contra o catolicismo popular, visto como fanático pelas elites da Igreja e meios intelectualizados e urbanos, bem como evidências de racismo e machismo. Por que Deus, em vez de optar por alguém “de bem” para dar mostra de sua graça, escolheria uma “mulherzinha feia, vulgar, negra de um local dos mais atrasados do mundo”? Para que serviria o clero, se Deus estava agora mediando diretamente com os fiéis? Com certeza, os inimigos da fé católica (maçons, materialistas, protestantes, cientificistas, etc.) usariam o episódio para atacá-la! Naquele momento de romanização, o “Milagre” de Maria de Araújo era tudo o que não podia acontecer (DELLA CAVA, 1976; BARROS,

1988; LOPES, 2000).

19.4 A IGREJA INVESTIGA O MILAGRE

A situação complicou-se mais ainda quando, a 24 de abril de 1891, um médico (portanto, um homem de ciência) do Crato, Marcos Rodrigues de Madeira, após presenciar a transformação, publicou num jornal de Fortaleza, o Cearense, artigo em que atesta ser o sangue na hóstia um fato sobrenatural, para o qual não lhe foi possível encontrar explicação científica (Apud DELLA CAVA, 1976: 52). Essa declaração provocou enorme repercussão e logo passou-se a exigir um pronunciamento oficial de D. Joaquim. Além disso, novos fenômenos propagavam-se na região: surgiram beatas conversando com Deus e divulgando profecias apocalípticas, da vinda de Cristo e do Juízo Final, crucifixos derretendo, enquanto das imagens de santos fluía o sangue de Cristo.

D. Joaquim convocou com urgência Pe. Cícero a Fortaleza e, após interrogá-lo, rejeitou a ideia de que a hóstia se transformara no sangue de Cristo. Afirma, enfaticamente, que não o é, nem pode ser, segundo os ensinamentos da teologia católica (apud DELLA CAVA, 1976: 54). Determina ainda que o sacerdote e outros padres igualmente crentes no fenômeno neguem em público a existência do "Milagre" e que cesse imediatamente a veneração dos panos manchados de sangue, os quais haviam sido colocados dentro de uma urna de vidro no altar da capela de Juazeiro. Com o objetivo de acabar com qualquer especulação existente ainda, o bispo organizou uma comissão de inquérito para visitar Juazeiro e estudar o "Milagre".

Tal comissão, composta pelos padres Clycério da Costa Lobo (presidente) e Francisco Ferreira Antero (secretário), estudiosos de muita credibilidade na diocese, iniciou os trabalhos nos primeiros dias de setembro. Os religiosos entrevistaram várias testemunhas e deslocaram a beata Maria de Araújo para a Casa de Caridade do Crato (visando subtraí-la da influência de Pe. Cícero), assistindo à

transformação da hóstia várias vezes. A 13 de outubro de 1891 Pe. Clycério encerrou o inquérito e regressou a Fortaleza, submetendo em seguida um relatório ao bispo. Para surpresa de D. Joaquim, os padres concluíram que se tratava realmente de fatos sobrenaturais de origem divina.

Como explicar que aqueles dois religiosos tenham facilmente garantido a veracidade do "Milagre"? Talvez tenham sido influenciados pela forte pressão popular do vale do Cariri, talvez fossem sensíveis à situação delicada pela qual passava a Igreja no final do século XIX – o advento da República laica, o crescimento do positivismo, do materialismo, do protestantismo, etc., tidos como sinais do fim do mundo. Viam, pois, no fenômeno de Juazeiro, uma prova da força da religião católica, um chamado para a união em torno de Cristo, um sinal da força de Deus para salvar o mundo "antes que fosse tarde demais".

A conclusão do relatório ratificava a ideia mística do catolicismo popular e ia contra o processo de romanização. Para os populares, com a decisão do inquérito, não havia dúvida alguma sobre a autenticidade do "Milagre". Isso tudo irritou ainda mais o bispo, que sentiu-se traído pelos teólogos. Decidiu então agir duro contra os "fanáticos" de Juazeiro, crente que a questão se tratava de um verdadeiro cisma. Invalidou e dissolveu a comissão de inquérito, exigindo que todos os padres do Cariri negassem o "Milagre" e lhe prestassem obediência por escrito.

Padre Cícero: confronto com a igreja devido ao "Milagre de Juazeiro"

Além disso, D. Joaquim formou uma segunda comissão presidida pelo Pe. Antônio Alexandrino de Alencar, a quem deveria ser entregue a urna que continha as hóstias e os paninhos do "Milagre". Esse padre, de estrita confiança do bispo, iria também ocupar a vigariaria do Crato e substituir Monteiro no cargo de reitor do seminário local.

A nova comissão começou os trabalhos em 20 de abril de 1892. No Crato, por três dias consecutivos, Pe. Alexandrino deu a comunhão à beata Maria de Araújo – ela, sem o manto envolvendo o rosto e as mãos, permanecendo com a boca aberta –, não se verificando a transformação. Ficava claro, para as autoridades eclesiásticas, que o "Milagre" de Juazeiro não passava de uma fraude.

Um outro fato viria a levantar ainda mais suspeitas sobre o fenômeno juazeirense. Poucos dias após a conclusão do segundo inquérito, a famosa urna com as provas do "Milagre", a qual fora passada por Cícero a Pe. Alexandrino e que se encontrava trancada

numa igreja do Crato, foi surpreendentemente roubada. Para a alta hierarquia eclesiástica, os “embusteiros” do Cariri temiam um exame científico mais apurado sobre os panos e, para evitá-lo, furtaram a urna. Logo as suspeitas da autoria do furto recaíram em cheio sobre José Joaquim Teles Marrocos, primo de Cícero e um dos mais ardorosos defensores e divulgadores dos episódios extraordinários de Juazeiro (DELLA CAVA, 1976; BARROS, 1988; FORTI, 1999; NETO, 2009).

19.5 MEDIDAS CONTRA O PADRE

Fundamentado nos últimos acontecimentos, D. Joaquim endureceu ainda mais as ações contra os “fanáticos” caririenses. Em agosto de 1892 suspendeu Pe. Cícero, privando-o de pregar, confessar e orientar os fiéis (deixou-lhe apenas a faculdade de celebrar missa) e na carta pastoral de março de 1893, advertiu os católicos contra os vícios opostos à nossa santíssima e divina religião (apud DELLA CAVA, 1976: 71). Desacreditou, explicitamente, embora não os condenando, os “Milagres do Juazeiro” e exortou os membros da diocese a ignorá-los de todo.

Mas nem a suspensão de Cícero nem a carta pastoral resolveram o problema – multidões continuavam a se dirigir a Juazeiro. Restou, então, para o bispo, enviar a questão para a Congregação do Santo Ofício (novo nome da Inquisição), em Roma. No mês de maio de 1893 remeteu para a Santa Sé os resultados das investigações e ficou à espera. Note-se, contudo, que Roma já havia sido antes avisada do caso, por iniciativa de D. Joaquim Arcoverde, bispo de Pernambuco, amigo de infância do Pe. Cícero e depois primeiro cardeal a ser nomeado no Brasil; Arcoverde, inicialmente, considerou o “Milagre” uma farsa, e posteriormente, obra do demônio, tachando a beata de médium.

Por ironia, figuras públicas de importância do Cariri – como José Joaquim Lobo, latifundiário de Lavras da Mangabeira –, também recorreram ao Vaticano contra o bispo para atestar a veracidade dos

fenômenos. Pe. Cícero, por sua vez, mesmo sendo perseguido e suspenso das ordens, procurava não contrariar os superiores da Igreja, pelos quais guardava imensa reverência, embora continuasse crendo piamente nos “Milagres” e não os negasse diante dos romeiros que inundavam Juazeiro – manteria, aliás, essa postura pelo resto da vida. Com as punições impostas ao patriarca, muitos clérigos e pessoas influentes que até então apoiavam o “Milagre”, voltaram atrás, passando a mostrar fidelidade ao bispo. Um deles foi o Pe. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva (futuro bispo Dom Quintino), que se transformou em verdadeiro espia de D. Joaquim na região (CAVA, 1976; FARIAS, 1994; LOPES, 2000; NETO, 2009).

Quem foi a beata Maria de Araújo? Pouco se sabe de sua história de vida. Teria nascido em 1863, em Juazeiro, antes da chegada de Padre Cícero. O religioso a teria conhecido com oito ou nove anos de idade, quando ela se preparava para a primeira comunhão. Maria de Araújo era filha de Ana Josefa do Sacramento e Antônio Silva Araújo e só deixou a casa dos pais após o sangramento da hóstia, passando a morar na residência de Padre Cícero, a quem muito admirava e confiava.

Ao que consta, desde nova, já apresentava uma inclinação ao místico. Teria êxtases, visões com Jesus Cristo e estigmas da crucificação na testa e mãos. Levava uma vida pobre e austera e, adolescente, enfrentou uma das maiores secas da História do Ceará, a de 1877/79. Como acontecia com boa parte da população da província, não teve uma alimentação das mais ricas, quando não passou fome. Era uma mulher franzina, o que levou muitos a apontarem eventuais problemas de saúde para explicar o milagre. Entretanto, os depoentes ouvidos nos inquéritos realizados pela Igreja apontaram que Maria de Araújo apresentava boa saúde.

Há duas fotos conhecidas de pessoas diferentes que dizem ser dela. Uma das fotos, “a de aparência mais miúda, parece ser a verdadeira. Essa é a informação dada por pessoas que com ela conviveram. Em geral, descreviam-na como uma pessoa franzina, de estatura média, mestiça, com predominância do negro, cabeça pequena e arredondada, cabelos quase carapinhos, olhos pequenos, lábios grossos. Feia e vulgar. Usava o hábito preto de beata. Vinha de uma família pobre, humilde e seu ofício era o de costureira” (FORTI, 1997: 38).

As fotos de Maria de Araújo, a beaO que Maria de Araújo pensava dostiacem

19.6 OS PEREGRINOS DE JUAZEIRO

Enquanto a questão religiosa sucedia-se, Juazeiro crescia, inchava, de maneira espetacular. As mulheres, crianças, velhos, homens que chegavam, instalavam-se de qualquer jeito, em latadas, ranchos de palha, casebres de taipa. O povoado ganhava o mesmo aspecto de Canudos, que tanto impressionara os observadores sulistas: ruas sem alinhamento, ajuntamento de pessoas descansando sob as árvores, doentes e mendigos pelas calçadas, animais espalhados pelas redondezas.

Os romeiros vinham de várias regiões do nordeste – Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Piauí, Bahia, Alagoas e do próprio Ceará. Eram, na maioria absoluta, pessoas humildes, vaqueiros, trabalhadores rurais, sem-terra, artesãos, todas vítimas do sistema latifundiário excludente. Várias delas eram doentes, que colocavam a cura de seus males nas mãos de Deus, pois, de tão carentes, não tinham como pagar um médico (caros e raros) ou comprar remédios. Dirigiam-se a Juazeiro a cavalo, no lombo de burros e jumentos ou a pé mesmo, percorrendo léguas de estradas empoeiradas. Todos confiantes nos “Milagres” do sacerdote famoso. Boatos davam conta de ter aumentado a lista de milagres: a mão de Padim Ciço cicatrizava feridas e amainava febres, restituía a visão dos cegos, fazia andar os paralíticos e restabelecia a razão dos ensandecidos.

Mas não só por motivos religiosos dirigiam-se os peregrinos ao Juazeiro. Iam também em busca de conselhos pessoais (abandono de maridos, traições, amancebamentos, etc.) e, principalmente, de ajuda material (terra, trabalho, etc.). Nas milhares de cartas que Cícero recebia – a maioria toscamente redigida por pessoas semianalfabetas – abundavam os pedidos de auxílio. A pobreza crônica do nordeste e o anseio desesperado do povo por condições dignas de subsistência explicam o crescimento de redutos santos como Canudos, Juazeiro e, depois, Caldeirão. Era a religião como fórmula de escape às injustiças sociais. O padre, atencioso,

desdobrava-se para atender todos, dar-lhes hospedagem, o de comer ou pelo menos a bênção. Como sertanejo, entendia o sofrimento dos nordestinos. Chegou a proclamar que Juazeiro era o refúgio dos náufragos da vida.

Também iam para Juazeiro os marginais da sociedade – ladrões, criminosos, ex-jagunços, ex-cangaceiros, homicidas, etc. –, os quais buscavam a proteção do patriarca e uma nova oportunidade na vida para virarem "gente de bem". Cria-se que quem estivesse na defesa do Padre teria o corpo fechado. Para a sociedade preconceituosa e racista do litoral, aquelas pessoas não passavam de bandidos e fanáticos.

Mas existia ainda uma terceira categoria dos que iriam povoar Juazeiro, constituída por pessoas de melhor condição social (comerciantes, fazendeiros, professores, advogados, etc.), algumas delas indivíduos atrás da salvação na terra; outras, doentes terminais desiludidos, sem falar das que ali se instalavam por motivos profissionais. Este último grupo era o menor de todos, mas não desimportante: várias dessas pessoas, para obter as boas graças de Cícero, levavam-lhe dádivas, presentes, joias, animais, bens em terra e dinheiro, muito dinheiro. Com parte dessa riqueza, o padre sustentaria suas ações de caridade; com o resto, constituiria uma enorme fortuna pessoal, expressiva para o lugar e época, ultrapassando em montante as tradicionais famílias da região. Para se ter uma idéia desta afirmativa, basta verificar a relação das propriedades feitas pelo próprio Padre em 1923, ao elaborar seu testamento. Enumerava cinco fazendas, 30 sítios, vários terrenos, diversos prédios urbanos (inclusive, o prédio da prisão de Juazeiro!) e uma espantosa criação de gado, cujo número exato de reses não se conhecia. Além disso, era notório na época ter sido o maior agricultor do Cariri, produzindo e comercializando borracha de maniçoba, cana-de-açúcar, mandioca, algodão, etc.

Ante o suposto fanatismo crescente, D. Joaquim decretou mais um ato, em dezembro de 1893, colocando sob interdito parcial o povoado de Juazeiro, ou seja, nenhum ato religioso poderia ocorrer na capela do povoado, pois não teria validade. Era como se Juazeiro estivesse colocado fora da Igreja – punia-se todo o povo pela questão do "Milagre" do Padre. O bispo ingenuamente não percebia

que suas ações só fortaleciam a unidade dos fiéis em torno de Juazeiro, dispostos a tudo para proteger o seu "injustiçado Padim". Fortalecia-se cada vez mais o catolicismo popular, enquanto aumentava a indignação contra a alta hierarquia eclesiástica. Circulavam no Cariri os boatos mais absurdos sobre D. Joaquim: seria um amancebado, pai de um filho ilegítimo e mesmo havia quem o considerasse um maçom.

Finalmente, a 31 de julho de 1894 saiu o veredicto do Santo Ofício Romano. Condenou-se o "Milagre", tido como gravíssima e detestável irreverência e ímpio abuso à santíssima eucaristia (apud DELLA CAVA, 1976: 74). Fundamentado nesta decisão, D. Joaquim tomou várias medidas objetivando esvaziar em definitivo Juazeiro como centro de peregrinações: todos os escritos, fotos e medalhas vinculados ao fenômeno deveriam ser queimados; suspensão para os padres que defendessem o "Milagre"; fim de todas as peregrinações; privação dos sacramentos para os fiéis que falassem a favor de Cícero; exigência, sob pena de excomunhão, para o ladrão, da imediata devolução da urna furtada contendo os panos do "Milagre" (não foi devolvida). Além disso, o Padim Ciço deveria restituir todas as esmolas recebidas e a beata Maria de Araújo, deslocar-se para Barbalha.

As massas ignoraram tais determinações e mantiveram suas procissões. Pe. Cícero, por sua vez, acatou tudo, sem protestar, embora tenha começado a alimentar a ideia de se dirigir a Roma e conseguir o beneplácito do Papa para Juazeiro. Em abril de 1896, D. Joaquim tomou mais uma medida radical: proibiu terminantemente o sacerdote de celebrar missa, despojando-lhe da última prerrogativa que lhe restava. No mês de junho do ano seguinte, foi a Santa Sé que agiu contra as romarias, ordenando a saída do Padre de Juazeiro sob ameaça de excomunhão (DELLA CAVA, 1976; FACÓ, 1980; BARROS, 1988; FARIAS, 1994; LOPES, 2000; NETO, 2009).

19.7 JUAZEIRO E CANUDOS

Perante as novas medidas, para evitar uma ruptura total com a Igreja, e temendo um conflito aberto (tal o que ocorria em Canudos, na Bahia, outro reduto de "fanáticos", então atacado por tropas federais), Pe. Cícero cumpriu a determinação de Roma, deslocando-se para Salgueiro, em Pernambuco. Sua viagem impressionou e emocionou; de todos os locais, sertanejos esperavam-no nas estradas, acompanhando-o até a cidade seguinte.

Também a isso não perdoa a alta cúpula católica e os setores urbanos, horrorizados com tanto fanatismo. Estava-se no auge da campanha contra Canudos. Motivadas por declarações do bispo D. Joaquim, a imprensa e várias autoridades passaram a alardear que o religioso juazeirense era um novo Antônio Conselheiro e que estava arregimentando reforços para ajudar Belo-Monte e derrubar a República. Os jornais indicavam até o número de capangas que Cícero estava aliciando. Os presidentes de Pernambuco, Bahia e Alagoas exigem providências do bispado local e do presidente Nogueira Accioly. Pe. Cícero virara um perigo à segurança nacional.

Mas logo os sertões ergueram-se em defesa do patriarca caririense. Coronéis, juízes, curas, chefes de polícia de Salgueiro e outras localidades se apressaram em desmentir a balela, declarando que o Padre era uma força da ordem, defensor da autoridade e pacificador das massas governadas. E os boatos, tal como tinham surgido rapidamente, logo também cessaram.

Nesse episódio fica evidente a aproximação de Cícero com as elites sertanejas e políticas, visando neutralizar as hostilidades das quais era vítima e poupar sua "Terra Santa". Nos anos seguintes esse comportamento se intensificará, ficando explícito que, enquanto na comunidade de Antônio Conselheiro desenvolvia-se um movimento independente e inimigo da ordem latifundiária, Juazeiro estará constantemente submetido à orientação, manipulação e controle da classe dominante. Graças a isso, Juazeiro foi poupado de um fim semelhante ao Arraial de Belo-Monte, o qual provou até onde as elites do Brasil eram capazes de chegar para manter o status quo (DELLA CAVA, 1976; FACÓ, 1980; BARROS, 1988).

Pe Cícero em Roma em 1898: tentativa de reaproximação com a cúpula da Igreja

19.8 O PADRE EM ROMA

Pe. Cícero permaneceu quase três meses em Salgueiro. Nesse período, concluiu que o último recurso para pôr fim às perseguições era explicar as atitudes pessoalmente em Roma. Voltou para Juazeiro e preparou a viagem. Com o auxílio financeiro de vários amigos e do presidente do estado de Pernambuco, Joaquim Correia Lima (o mesmo que meses antes o acusara de colaborar com Canudos), seguiu rumo à Europa em fevereiro de 1898.

Em Roma, o padre ficou por nove meses. Apresentou-se a Congregação como um sacerdote pobre, com a obrigação de sustentar a mãe e as irmãs. Relatou as injustas punições sofridas e os "Milagres" de Juazeiro, declarando inocência em qualquer crime e afirmando acatar toda determinação da cúpula eclesiástica. O Vaticano calou-se. Várias semanas esperou o padre na Cidade Eterna por alguma solução, até que em setembro de 1898 saiu a decisão, finalmente. O Santo Ofício manteve as decisões anteriores (de condenação do "Milagre", proibição de pregar, ministrar confissão, aconselhar fiéis, etc.), mas lhe permitiu regressar para casa e, dependendo da aquiescência do bispo cearense, voltar a celebrar missa. Cícero obteve ainda uma brevíssima entrevista com o Papa Leão XIII, com quem não chegou a falar sobre a questão religiosa. Mesmo assim, o sacerdote considerou o resultado da viagem uma vitória parcial – via uma possibilidade de talvez ser reintegrando futuramente à Igreja.

Cícero retornou a Juazeiro em dezembro de 1898; D. Joaquim, após muita protelação, temendo uma revolta popular, concedeu ao patriarca licença para celebrar missas, menos em Juazeiro e nas circunvizinhanças – uma maneira de coagir o "Padim" a deixar a "Meca caririense", o que não deu certo. O sacerdote jamais conseguiria se reconciliar com a Igreja.

A partir desse instante, o Pe. Cícero intensificará uma estratégia de ação que levaria sua vida a novos rumos. Embora continue envolvido com o povo no seu dia a dia, procurará se fortalecer ante as investidas das altas autoridades eclesiásticas; para tanto, aproximar-se-ia das ordens religiosas não subordinadas ao bispado do Ceará, como a Organização Internacional dos Salesianos. Ao mesmo tempo, atrelar-se-ia definitivamente aos políticos e coronéis do Cariri, e às oligarquias dominantes, como a de Accioly, que

então governava o estado.

Nesse ponto decisivo está o fator que dará destino diferente a Juazeiro em relação a Canudos e Caldeirão. Pe. Cícero buscaria controlar as manifestações mais radicais da religiosidade popular (o excesso de fanatismo que tanto assustava os setores urbanos) e ofertar um enorme contingente eleitoral (leia-se, um curral eleitoral) – os fiéis sob influência do religioso votariam em peso nas oligarquias – em troca não só da preservação de Juazeiro, mas de benefícios de ordem material para a cidade por parte das autoridades constituídas, e de apoio contra as perseguições religiosas movidas pela alta cúpula da Igreja.

O padre estruturou igualmente um poderoso esquema econômico. Seus inimigos não mais atacariam um pobre e humilde sacerdote, suspenso de ordens, mas um poderoso senhor de terras, detentor de prestígio e dinheiro. Influenciaria outros latifundiários, controlaria grupos de jagunços, reivindicaria o direito de nomear os ocupantes de cargos públicos, pressionaria os meios políticos, etc. Por tais razões, seus críticos o chamariam de “coronel de batina”.

Isso, contudo, não era uma novidade ou exclusividade do Pe. Cícero. Na verdade, enquadrava-se nas tradições políticas do Ceará e do Brasil – os padres eram exemplos de homens letrados que desde os tempos coloniais apresentavam posses, projeção social e vínculos com as elites (ainda hoje muitos mantêm!). O diferencial é que Cícero teve muito mais influência, ligações políticas e bens pessoais que outros!

Cícero agia como um autêntico conciliador da luta de classes, a favor da ordem dominante. Possuindo o respeito e a veneração dos sertanejos – afinal, ele era o santo, o milagreiro, auxiliava as massas, providenciando trabalho, terra, dinheiro, etc., ou dando conselhos e orientação espiritual. Em troca, os camponeses não mediriam sacrifícios para defender o “Padim” querido, sem questionar a estrutura social assentada no latifúndio e as ligações do próprio Cícero com as classes proprietárias. Em outras palavras, as intervenções paternalistas do Pe. Cícero, de proteção aos sertanejos, na prática funcionavam como elemento propiciador da resignação popular ante a exploração das elites, desviando o ímpeto de revolta e de questionamento do sistema latifundiário.

Apesar das insistentes negativas dos defensores do “Padim”, parece-nos inegável que este, além da preocupação em conservar Juazeiro dos inimigos, apresentava interesses pessoais e políticos – mas uma ambição limitada ao meio no qual vivia. Comprovação disso está no fato de, eleito vice-governador e deputado federal, nunca tomou posse. Não apenas por razões de saúde, mas para permanecer ao lado dos romeiros que o adoravam e respeitavam. Queria preservar a integridade da “Meca carirense”, é verdade, porém deixar o Juazeiro era privar o vale da principal atração para os milhares de nordestinos que para ali se dirigiam e de cuja mão de obra não podiam prescindir os donos de sítios e engenhos e o próprio comércio das cidades do sul-cearense (DELLA CAVA, 1976; FACÓ, 1980; BARROS, 1988).

Ainda hoje, o “Milagre” de Juazeiro provoca polêmicas. Para os milhares de devotos de Pe. Cícero, não restam dúvidas sobre a autenticidade. A Igreja o negou fortemente. Há quem afirme ser o “Milagre” um fenômeno paranormal, fruto da fé exacerbada da beata Maria de Araújo.

Levantou-se ainda a hipótese de a beata ser doente (infecções da região bucal ou estomacal), o que parece não ter nenhuma consistência, pois, ela foi examinada por vários médicos, os quais não encontraram nenhuma patologia nesse sentido. Entretanto, o argumento mais forte contra o “Milagre” de Juazeiro envolve José Teles Marrocos, primo de Pe. Cícero. Marrocos nasceu no Crato em 1849, sendo filho do Pe. João Marrocos Teles com uma escrava. Professor, jornalista, foi um dos mais destacados participantes da campanha abolicionista de 1884. Teve na vida uma grande frustração: não se ordenou padre, expulso que fôra do seminário pela sua origem “escandalosa”.

Apesar disso, manteve-se como um católico fervoroso, dedicando-se às orações, auxílios aos pobres e assuntos da Igreja. Colocou todo o seu talento jornalístico a serviço da propaganda e defesa dos fatos de Juazeiro, escrevendo vários artigos na imprensa nacional. Acusam Marrocos de ser o autor intelectual do “Milagre”. Fora ele, de fato, quem furtara a urna de vidro no Crato contendo os restos da hóstia e os panos manchados de sangue. Guardou esses bens como uma verdadeira relíquia sagrada, enfrentando a excomunhão

da Igreja. Com o seu falecimento, em 1910, a urna foi encontrada no espólio pelo juiz Raul de Souza Carvalho, junto a um livro em francês ensinando a fazer tinturas químicas, as quais teriam sido usadas pelo falecido para transformar as hóstias em sangue.

Por que então Marrocos haveria forjado o "Milagre"? Ao que parece, para unir os fiéis em torno da Igreja naqueles tempos conturbados de seca e de passagem para a República, laica e positivista.

Os defensores do "Milagre" reagem contra esta versão. Observam que a notícia da descoberta da urna só tornou-se pública em 1953, quando o juiz Carvalho publicou artigo em um jornal de Fortaleza. O jurista não informou, porém, o nome do livro de química. Que obra seria essa? Especula-se que poderia ser D'analyse chimique. Mas este livro só seria publicado em 1903, depois, portanto, do fenômeno. Para os adeptos de Pe. Cícero, Marrocos usava o livro apenas para saber se era possível fazer a transformação pela ciência e escondeu os paninhos não por qualquer medo de desmascaramento, mas por temer que a prova da santidade, ao cair nas mãos dos inimigos, fosse destruída. Não estava longe de fato da verdade. A urna depois acabou sendo passada para Pe. Cícero, que a guardou na casa de uma beata de Juazeiro. Em 1948, a professora Amália Xavier, na expectativa de mostrar Juazeiro como uma terra obediente ao clero, entregou os panos a monsenhor Joviniano Barreto, então vigário da cidade. Este religioso imediatamente mandou queimar a urna, como se tentasse jogar o "milagre" nas malhas do esquecimento, o que não ocorreu, obviamente (lima, 1994; lopes, 2000).

19.9 O CRESCIMENTO ECONÔMICO DE JUAZEIRO

Paralelamente à questão religiosa, outro "Milagre" desenvolveu-se em Juazeiro, esse também de consequências socioeconômicas importantíssimas e provocado pelo fenômeno.

Enquanto milhares de nordestinos migravam para os cafezais do sudeste brasileiro e, para a Amazônia, provocando uma escassez crônica de mão de obra no final do século XIX e início do seguinte, o Cariri surgia como uma das poucas regiões do sertão árido que adquiriam, em vez de perder, capital humano. Mesmo considerando-se que os solos férteis e as fontes perenes d'água do vale resistiam às piores secas, e que por isso atraíam os flagelados das estiagens desde a época colonial, não há dúvidas de que o "santo milagreiro" de Juazeiro contribuiu decisivamente para atrair mais trabalhadores para o Cariri e para o desenvolvimento da região.

O Padre, na intenção de ajudar os romeiros, que não paravam de chegar a Juazeiro, mandava-os comprar ou arrendar as terras dos latifundiários carirenses – ou as suas mesmas –, enviando os camponeses para cultivar os solos ainda virgens locais, em especial nas serras de Araripe e de São Pedro, e viver sob sua proteção espiritual. Não tardou, dessa forma, que os planaltos da chapada fossem domados pela enxada dos peregrinos. Eram de tal forma numerosos os que se dirigiam à região que, por exemplo, acabaram transformando o letárgico município de São Pedro numa cidade florescente, que ficou, inclusive, conhecida como a cidade dos afilhados do Pe. Cícero.

Fica claro, mesmo por uma observação grosseira, que no Juazeiro, ao contrário de Canudos e do Caldeirão, a propriedade é privada, aparecendo a figura da grande propriedade com seus arrendatários e meeiros, assim como a pequena propriedade à mercê do "forro" e do controle do comércio do produto pelos grandes comerciantes (LIMA, 1994: 147).

Com isso houve uma impressionante produção de excedente de alimentos no vale do Cariri. As feiras locais ficavam abarrotadas de produtos agropastoris, que passaram a ser exportados em larga escala para outras partes do estado e para Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, confirmando o Cariri como o "celeiro do Ceará". Ao lado das lavras de mandioca, alargaram-se consideravelmente as plantações de milho, feijão e cana-de-açúcar. Por iniciativa de Pe. Cícero foi introduzida na área a produção de borracha de maniçoba; o algodão, cuja cultura estava em

decadência, volta a expandir-se entre 1908 e 1911, logo depois de o patriarca ter comprado uma das primeiras máquinas de descaroçar algodão, movidas a vapor, a serem usadas no vale. Aumentou-se o número de casas de farinha e de engenhocas, fabricando rapadura, cachaça e açúcar.

Desenvolveram-se, igualmente, diversas atividades artesanais, vinculadas à construção de casas e artigos domésticos, como telhas, tijolos, louças de barro, redes, panelas, cutelaria, sapatos, relógios, objetos de couro, instrumentos agrícolas, chapéus, esteiras, cordas, barbantes, sacos, etc. O fluxo constante de romeiros estimulou a manufatura de fogos de artifício e de artigos religiosos e recordações: imagens de madeira e de barro da Virgem, dos santos e, acima de tudo, do Pe. Cícero, crucifixos e medalhas, rosários, escapulários, santinhos e uma sorte de bugigangas encontradas facilmente nas feiras do nordeste.

Independentemente da polêmica sobre a questão religiosa, talvez o grande milagre do Pe. Cícero foi ter transformado a pequena vila de Juazeiro, em poucos anos, no mais importante centro do Cariri, ultrapassando cidades tradicionais como Missão Velha, Crato, Barbalha, etc. Até mesmo Icó, por séculos um dos mais importantes centros urbanos cearenses, perdeu espaços comerciais para a terra do “Padim”.

Importa ressaltar, não obstante, que o crescimento de Juazeiro realizava-se com injustiças sociais, existindo uma pequena quantidade de ricos e um gigantesco número de pobres e miseráveis. Na “Nova Jerusalém”, na cidade dos que acreditavam nos poderes de Pe. Cícero, cresciam os contrastes sociais. E não só isso: em pouco tempo começaram a aparecer rivalidades entre os nativos, filhos da terra, e os adventícios, novos moradores, em geral romeiros que decidiram ganhar a vida em Juazeiro, abrangendo desde ricos comerciantes a humildes roceiros – estes forasteiros com o tempo tornar-se-iam a maioria da população.

O desenvolvimento juazeirense iria levar sua elite a pensar em emancipar-se da subordinação administrativa ao Crato. Esse seria mais um episódio em que Pe. Cícero teria crucial participação, evidenciando sua condição de líder político (DELLA CAVA, 1976; BARROS, 1988; LIMA, 1994).

19.10 FLORO BARTOLOMEU

Curioso que nesse momento, enquanto persistia a ascensão do patriarca juazeirense, a beata Maria de Araújo (enclausurada no silêncio doméstico) ia paulatinamente sendo esquecida, até pelos fiéis. A historiografia conservadora tornou-a uma mera coadjuvante na questão religiosa, deixando o papel principal para Pe. Cícero. Maria de Araújo faleceria em 1914, sendo seu túmulo, no ano de 1934, destruído pela Igreja e os restos mortais desaparecidos – para as elites, era necessário apagar da memória histórica qualquer indício daquela mulher negra e pobre que desafiara o poder da hierarquia eclesiástica.

A atuação política de Pe. Cícero se intensificaria a partir de 1908, quando da chegada do aventureiro Floro Bartolomeu a Juazeiro.

Floro Bartolomeu exercia forte influência sobre Pe. Cícero

Floro Bartolomeu da Costa nasceu em Salvador, em 1876. Filho de

família de classe média, ingressou na faculdade de Medicina, concluindo o curso em 1904. Passou a clinicar nos sertões da Bahia, exercendo também as profissões de jornalista e tabelião, sem muitas perspectivas. Mas sendo homem perspicaz, ambicioso, astuto e oportunista, dirigiu-se para a "Meca do Cariri" em companhia de um belga, Adolfo van den Brule, que se apresentava como conde e engenheiro, título e titulação nunca comprovados. Ambos diziam-se em busca dos depósitos de cobre que acabavam de ser descobertos perto de Juazeiro, em Coxá. Essa mina havia sido adquirida por Pe. Cícero, mas sua posse era litigiosa.

O primeiro encontro do médico com o Padre deu-se em 1908. Cícero, impressionado com a inteligência e persuasão do baiano, nomeou-o seu procurador e ingressou na Justiça com a intenção de demarcar Coxá e resolver o impasse. O sacerdote facilmente ganhou a questão, embora os adversários continuassem se opondo à delimitação da terra. Floro, então, resolveu agir, à maneira da terra, pela força: com o consentimento do patriarca, formou um grupo de jagunços e, a bala, repeliu os antagonistas, demarcando a mina.

Daí em diante, a amizade entre os dois consolidou-se e Floro Bartolomeu virou homem de máxima confiança e intimidade de Cícero (apesar de o baiano ter convicções abertamente anticlericais), servindo-o como médico particular e exercendo sobre ele larga influência, verdadeira manipulação – tanto que os críticos de Floro chegaram a chamá-lo de alter ego do patriarca. Desta aproximação, Floro, homem sem fortuna, que de início residiu até na casa modesta de Pe. Cícero (o religioso, depois, mudou-se para uma residência socialmente mais distinta, compatível com sua condição de político e líder espiritual), tornou-se rico, angariando prestígio público e ocupando cargos importantes na República. Virou um dos personagens mais destacados da história de Juazeiro, costurando alianças com o Partido Republicano Conservador do Ceará, de Nogueira Accioly, e com lideranças políticas nacionais, como o "oligarca dos oligarcas", Pinheiro Machado (DELLA CAVA, 1976; FACÓ, 1980; MACEDO, 1981; LIMA, 1994; FORTI, 1997).

19.11 A EMANCIPAÇÃO DE JUAZEIRO E O

PACTO DOS CORONÉIS

Outro episódio no qual Floro Bartolomeu e Pe. Cícero participaram foi a emancipação de Juazeiro que, apesar de toda a pujança econômica, ainda era um simples distrito do Crato. Desenvolveu-se mesmo entre os dois núcleos certa rivalidade (o que se mantém até hoje, aliás), pois os cratenses perderam sua hegemonia no vale do Cariri e os juazeirenses almejavam um poder político proporcional ao crescimento econômico. A elite da "Meca do Cariri" iniciou então forte campanha emancipacionista, a qual contou até com a fundação, em 1909, do jornal O Rebate, onde Pe. Joaquim de Alencar Peixoto e o próprio Floro Bartolomeu escreveram vários artigos a favor da causa de Juazeiro.

A pressão para a autonomia foi intensa, contando com várias passeatas, atos públicos e envio de cartas e telegramas por Pe. Cícero ao presidente Nogueira Accioly, que, cauteloso, nada decidia, temendo perder correligionários no Crato, os quais tinham como líder um primo do oligarca, Antônio Luis Alves Pequeno (filho do padrinho de Pe. Cícero).

Na imprensa travou-se grande polêmica, com ataques pessoais entre figuras eminentes das duas comunidades – nem Pe. Cícero foi poupado. Em 1910, o Crato, com o pretexto de recolher impostos – e coagir os vizinhos – enviou um batalhão da polícia para Juazeiro. Em grande tensão, o lugarejo em peso mobilizou homens armados para um provável confronto, que acabou não ocorrendo. Contando com o apoio de outros municípios caririenses, Juazeiro iniciou em seguida um boicote fiscal e deixou de recolher os impostos. Por fim, a 22 de julho de 1911, Nogueira Accioly, pressionando Antônio Luis, fez a Assembleia Legislativa aprovar lei dando autonomia municipal a Juazeiro. Foi uma jogada astuta do velho oligarca, pois, garantiu de antemão o apoio eleitoral de Juazeiro (já um dos maiores redutos do estado), onde os moradores seguiriam a orientação de seu padrinho – a oligarquia precisava de apoios e votos, sobretudo, porque enfrentava, naquele momento, forte oposição em Fortaleza.

Na tentativa de conciliar os interesses entre nativos e adventícios, Pe. Cícero aceitou ser nomeado o primeiro intendente (prefeito) do novo município. Como forma de agradecimento à oligarquia acciolyna e objetivando aparar as arestas existentes entre os coronéis do Cariri (que naquele início do século XX viviam em estado contínuo de lutas e atrocidades recíprocas), uma das primeiras medidas do Padre foi reunir esses chefes políticos para apoiar Nogueira Accioly, pois, no ano seguinte, haveria eleições para o governo. Era o famoso Pacto dos Coronéis, um dos documentos mais significativos da história do coronelismo no Brasil e cuja elaboração parece haver tido a inspiração de Floro Bartolomeu.

No dia da pomposa festa da emancipação oficial do município de Juazeiro, 4 de outubro de 1911, reuniram-se ali 17 lideranças do vale (inclusive, o recalcitrante Antônio Luiz do Crato), os quais assinaram e registraram em cartório o tal pacto. Esse acordo (...) afirmava a intenção coletiva de manter o "status quo" no Cariri, isto é, opor-se a futuras deposições [nenhum coronel procuraria depor outro chefe local seja qual for a hipótese]. Comprometia-se, ainda, em renovar e em fortalecer os laços pessoais e políticos entre os participantes. Finalmente, com objetivo de fazer vigorar o pacto e garantir a participação da região na divisão do espólio político do poder estadual, comprometiam-se, todos os [líderes] a manter incondicional solidariedade com o excelentíssimo doutor Antônio Pinto Nogueira Accioly, nosso honrado chefe, e como políticos disciplinados [a obedecer], incondicionalmente suas ordens e determinações (Apud DELLA CAVA, 1976: 169).

O Pacto dos Coronéis, porém, não atingiu os objetivos esperados. Logo em janeiro de 1912, Accioly foi deposto numa revolta popular na capital cearense e, após A sedição de Juazeiro (1914), na qual foi deposto o presidente cearense Franco Rabelo, os fazendeiros caririenses, motivados pelo triunfo, voltaram a disputar o poder local em brutais conflitos armados (DELLA CAVA, 1976; FACÓ, 1980; MACEDO, 1981; BARROS, 1988; LIMA, 1994; NETO, 2009).

19.12 A BEATA MOCINHA

Pe. Cícero cada vez mais se envolvia com as oligarquias dirigentes, estimulado em parte pelas atividades constantes e ambições de Floro Bartolomeu. Em 1912, o patriarca foi eleito vice-presidente do Ceará em um acordo esdrúxulo feito pelos acciolystas, em troca da posse do novo presidente cearense, o "salvacionista" Franco Rabelo; meses depois, porém, este militar romperia com Accioly e com o padre, destituindo-o do cargo de prefeito de Juazeiro.

No ano de 1914, Pe. Cícero e Floro liderariam a chamada Sedição de Juazeiro. Após esse episódio, o poderio do sacerdote e do médico cresceu ainda mais, de modo que passaram a ser "coronéis" de influência em todo o nordeste. Juazeiro torna-se o maior reduto político da região. Poucos eram os candidatos a cargos públicos que não fossem à "Terra Santa" pedir o apoio do "Padim". Ainda hoje políticos continuam usando a memória de Pe. Cícero para angariar votos.

Mocinha: outra beata marcante na vida de Pe. Cícero

Após a sedição de 1914, o sacerdote voltou a ocupar a intendência juazeirense, só abandonando o cargo por motivos de saúde em 1927. Pe. Cícero empunhava o cetro, no entanto quem de fato reinava era Floro Bartolomeu, que conseguiu eleger-se deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa e, posteriormente, deputado federal. O médico baiano chegou, inclusive, a apresentar um ultimato ao padre para que este não assumisse qualquer postura política sem o seu consentimento.

Coincidência ou não, a prematura morte de Floro em 1926 marcou o início da decadência política do Padre. Com mais de 80 anos, já sentia o peso da idade – apresentando-se bastante doente e quase cego, vivia quase que confinado dentro de casa. Por essa época, seus negócios passaram a ser cada vez mais administrados por uma outra beata famosa em sua vida, Joana Tertuliana de Jesus, a Beata Mocinha. Alfabetizada, inteligente, ativa, era dedicada ao patriarca, verdadeira governanta da casa – constituía-se a eminência parda em assuntos fora da política: cuidava dos remédios do “Padim”, de sua correspondência, até da compra e venda de terras, casas e outras propriedades. Poucas pessoas podiam atravessar, sem o consentimento da beata, a soleira da residência do Padre (DELLA CAVA, 1976; FACÓ, 1980; MACEDO, 1981; BARROS, 1988; LIMA, 1994; NETO, 2009).

19.13 OS ÚLTIMOS ANOS

Nos últimos anos de vida, Pe. Cícero tornou-se obcecado em recuperar os plenos poderes do sacerdócio, o que, no entanto, jamais aconteceu. Pensou em viajar novamente a Roma, mas as condições físicas não lhe permitiam. Intensificou a aproximação com os salesianos, realizando a favor destes inúmeras doações e fazendo-lhes, em 1923, herdeiros de sua fortuna (em troca da construção de um colégio da Ordem de Juazeiro); esperava, pela influência daqueles padres, convencer o Santo Ofício a retirá-lo do ostracismo.

Cícero iludia-se. Não percebia ou não queria perceber que era persona non grata para a alta hierarquia eclesiástica. Isso ficou patente quando em 1914 o Crato foi escolhido como sede do novo bispado do Cariri, preterindo Juazeiro exatamente pela presença do Padre, que nos anos anteriores lutara bastante para fazer de sua cidade sede episcopal. Foi uma grande derrota, pois, acreditava que, sendo a diocese instalada em Juazeiro, ficaria mais fácil recuperar as ordens sacerdotais.

Esse episódio reacendeu a rixa entre Crato e Juazeiro. Talvez para diminuí-la, o primeiro bispo da região, D. Quintino (antigo vigário do Crato e amigo pessoal de Pe. Cícero, ainda que espia de D. Joaquim na questão dos milagres), em 1916, restituiu ao padre o direito de celebrar missas, impondo, porém, uma série de restrições: ficava proibido de receber romeiros em sua casa, de dar a bênção, de benzer artigos religiosos, de estimular as peregrinações e de batizar crianças, mesmo em perigo de morte. O bispo criou ainda em Juazeiro a paróquia de Nossa Senhora das Dores, nomeando como vigário Pe. Esmeraldo Silva, que teria também a função de espia de D. Quintino, devendo informá-lo sobre todas as ocorrências de “fanatismo” da “Meca caririense”.

Mesmo assim, a população de Juazeiro e o patriarca deliraram de felicidade. A alegria, porém, duraria pouco. Por essa época, várias vezes Roma decretou a excomunhão de Pe. Cícero. A diocese do Crato, todavia, jamais cumpriu tais decretos, pois temia a ira popular. No ano de 1921, D. Quintino proibiu novamente o sacerdote de celebrar missa. A indignação dos fiéis foi geral. Puseram a culpa em intrigas feitas pelo vigário, Pe. Esmeraldo, que, desprezando as práticas “ignorantes e fanáticas” do povo, acabou renunciando à vigariaria antes. Isso irritou bastante o bispo caririense e, de certo modo, sepultou qualquer possibilidade de conciliação.

Em 1929, morreu inesperadamente Dom Quintino. Seu sucessor, D. Francisco de Assis Pires, revelou-se mais indulgente, havendo algumas aproximações. A questão do testamento de Pe. Cícero, entretanto, criou problemas – a diocese local reivindicava o patrimônio. A Justiça, contudo, mandou cumprir a vontade do testamentário, passando a herança para os salesianos.

Após a Revolução de 1930, Cícero politicamente tornou-se apenas mais um coronel derrotado pelo getulismo. Sintomático disso foi a retirada de seu retrato da prefeitura de Juazeiro – a foto de quem praticamente fundara a cidade! O fim aproximava-se.

Na manhã de 20 de julho de 1934, aos 90 anos, Pe. Cícero faleceu. O filho de um dos secretários particulares do patriarca, Lourival Marques, deixou por escrito relato que mostra a dramaticidade do acontecimento: acordei pelo tropel de gente que corria pela rua. Fiquei sem saber a que atribuir aquelas carreiras insólitas. Quando cheguei à janela tive a impressão de que alguma coisa monstruosa sucedia na cidade. Que espetáculo horroroso, esse de milhares de pessoas alucinadas, correndo pelas ruas afora, chorando, gritando, arrepelando-se... Foi então que se soube... O padre Cícero falecera... Eu, sem ser fanático, senti uma vontade louca de chorar, de sair aos gritos, como toda aquela gente, em direção à casa desse homem, que não teve igual em bondade e nem teve igual em ser caluniado. Um caudal de mais de 40 mil pessoas atropelava-se, esmagava-se na ânsia de chegar à casa do reverendo. (...) Dezenas de caminhões superlotados, milhares e milhares de pessoas a pé, marchavam para aqui. Juazeiro viveu e está vivendo horas que nem Londres, nem Nova York viverão jamais... O povo, uma horda enorme, invadiu tudo, derrubando quem se impôs de permeio, quebrando portas, passando por cima de tudo. Pediu-se reforço à polícia, mas o delegado recusou, alegando que o padre era do povo e continuava a ser do povo.(apud DELLA CAVA, 1976: 288).

Estátua de Pe. Cícero em Juazeiro: local de visita de romeiros

Mais de 60 mil pessoas acompanharam o cortejo fúnebre com grande emoção. O corpo foi enterrado no altar da capela de N. Senhora do Perpétuo Socorro (a capela do cemitério), construída

por iniciativa do próprio Padre e que virou local de visita obrigatória dos romeiros – creem que ao tocar com as mãos ou objetos a lápide do túmulo, estão sendo abençoados pelo “Padim” venerado.

Muitos chegaram a pensar que a morte do patriarca seria também o fim de Juazeiro. Não foi. Os interesses econômicos em torno da memória de Pe. Cícero salvaram a cidade. Os milhares de romeiros continuaram a se dirigir à “Meca do Cariri”, muitos crendo que em breve o patriarca voltaria... O comércio religioso ainda hoje é uma fonte de divisas importantíssimas para a população local, tanto que em 1969, o então prefeito Mauro Sampaio mandou erguer no Horto (a serra do Catolé, perto de Juazeiro, rebatizada pelos fiéis com aquele nome em referência ao Jardim das Oliveiras, da Bíblia) uma estátua de 25m de altura, que igualmente tornou-se local de visitação.

A questão do “Milagre” ao longo dos anos diluiu-se. Até a hierarquia eclesiástica buscou se aproximar dos romeiros. Desde meados da década de 60 do Séc. XX, começou a aceitar as peregrinações como expressão da espiritualidade popular, percebendo finalmente que não adiantavam os atritos diretos com os fiéis – se não dá para ir contra os romeiros, o melhor é unir-se a estes na intenção de não perder adeptos do catolicismo e controlá-los melhor, evitando excesso de “fanatismo”. A crença no Pe. Cícero e em seus poderes deixou de ser heresia, ainda que o clero obviamente não o aceite como santo milagroso. Enquanto perdurarem a fome, o latifúndio e a pobreza crônica do nordeste, Pe. Cícero continuará sendo a alternativa celeste para milhares de pessoas.

A Igreja perdoou-o, a elite transformou-o em mito, o povo, em santo e a história em polêmica (MONTENEGRO, 1973; DELLA CAVA, 1976; FACÓ, 1980; MACEDO, 1981; BARROS, 1988; FARIAS, 1994; LIMA, 1994; WALKER, 1995; FORTI, 1999; LOPES, 2000; NETO, 2009).

Capítulo 20

A sedição de Juazeiro

20.1 O FRACASSO DAS “SALVAÇÕES” Já

É, portanto, nesta conjuntura política nacional que se enquadra a Sedição de Juazeiro, um movimento golpista ocorrido no Ceará entre 1913 e 1914 no qual oligarcas e coronéis, em aliança com o governo federal e Pinheiro Machado, depuseram o salvacionista Franco Rabelo (THEÓFILO, 1969; SILVA, 1982; ANDRADE, 1986; BARROS, 1988; PORTO, 1988; LIMA, 1994; ALENCAR, 2008).

Franco Rabelo foi deposto na Sedição de Juazeiro

20.2 ACCIOLYSMO E RABELISMO NEGOCIAM

Em janeiro de 1912, setores da burguesia comercial, classe média e populares de Fortaleza, aliados a grupos oligárquicos dissidentes, derrubaram a oligarquia monolítica de Antônio Pinto Nogueira Accioly, que há 16 anos dominava o estado. Em consequência, elegeu-se para presidente o tenente-coronel Marcos Franco Rabelo, em abril, com larga vantagem de votos sobre o candidato José Bezerril Fontenele, que, inclusive, já havia governado o Ceará provisoriamente quando da deposição do presidente Clarindo de Queiroz, em 1892. Ressalte-se que Bezerril contou com o apoio do senador Pinheiro Machado, cuja ambição, conforme dissemos, estava voltada para a Presidência da República e a necessidade de manter uma boa base eleitoral nos estados.

Foi com base nesses pensamentos que Machado enviou ao estado antes das eleições um "agente", o senador cearense Thomás Cavalcante. Na realidade, o "oligarca dos oligarcas", ao constatar o desgaste do acciolysmo e a impossibilidade de fazer um acordo com este (Accioly não aceitou a candidatura de Bezerril Fontenele, por temer cair no ostracismo político), tratava de reagrupar os "cacos" do Partido Republicano Conservador do Ceará e preservar a máquina eleitoral local, sem a presença de Accioly. Era um verdadeiro "acciolysmo sem Accioly", além de uma forma de articular uma oposição capaz de fazer frente e abalar a força política emergente de Franco Rabelo.

Thomás Cavalcante, dessa forma, conseguiu a adesão da maioria dos adeptos do PRC-CE, formando uma ala que ficou conhecida como "Partido Marreta"; por outro lado, e como esperado, Nogueira Accioly (ainda exilado no Rio após a revolta de 1912) e seus partidários mais próximos consideraram as ações de Cavalcante alta traição e romperam com Pinheiro Machado.

As numerosas bases interiorianas de Accioly se quedam

imobilizadas, sem saber bem o que fazer, enquanto “marretas” e rabelistas avançavam. Thomás Cavalcante faria largo uso da máquina pública federal para ajudar a candidatura de Bezerril, removendo funcionários e empregando apaniguados na Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS).

As eleições aconteceriam em clima de euforia popular em Fortaleza, com enorme pressão em favor da candidatura de Rabelo. Indignados com o uso da máquina do governo federal a favor de Bezerril, os rabelistas frequentemente vaiavam os “marretas”, quando não os agrediam. Aconteceu até um ataque com uma banana de dinamite à casa de Cavalcante, deixando duas pessoas gravemente feridas, uma das quais depois faleceria. Nos sertões, Bezerril Fontenele tinha presença mais destacada.

Mesmo com as articulações de Calvacante e Machado, Rabelo triunfou folgadamente nas eleições governamentais. Isso, contudo, não lhe foi suficiente para fazer assumir o cargo de imediato. Conforme a legislação da época, o “salvador” precisava ainda de um referendo de 16 dos 30 deputados da Assembleia Legislativa, então totalmente controlada por antirrabelistas.

Dessa forma, para tomar posse, Rabelo viu-se obrigado a negociar e entrar em acordo exatamente com seu pior adversário, Nogueira Accioly. Esse acordo com o acciolysmo, curiosamente, teria também a aprovação do presidente Hermes da Fonseca e de Pinheiro Machado, os quais, “superando” os embates da eleição, esperavam assim contar com o apoio de Franco Rabelo no futuro pleito presidencial. O acordo é fechado no Rio de Janeiro, após reuniões de Rabelo com Hermes, Machado e o senador Thomás Accioly. O “salvador” receberia o apoio deste para ter o nome aprovado pelos deputados, em troca de duas das três vice-governanças do estado (uma seria de Pe. Cícero), de vários cargos públicos em sua gestão e da metade das 30 cadeiras da futura Assembleia estadual, a ser eleita em novembro de 1912. Na prática, Rabelo deveria realizar uma administração de coalizão com os aciolystas e “marretas”, curvando-se aos desígnios do governo federal.

Mas as coisas não saíram como o esperado. Alguns deputados estaduais, por fidelidade à candidatura de Bezerril Fontenele, se opuseram ao acordo, não comparecendo à Assembleia para ratificar

o nome de Rabelo. Em consequência, numa sessão confusa e tensa, com populares de Fortaleza cercando o prédio do legislativo cearense e ameaçando parlamentares, a 14 de julho de 1912, apenas 12 deputados referendaram o novo presidente, de modo que Rabelo assumiu o poder cearense contrariando a legislação. Tal fato seria, como veremos adiante, o pretexto para o fim antecipado de sua administração (THEÓFILO, 1969; SILVA, 1982; ANDRADE, 1986; PORTO, 1988; LIMA, 1994).

20.3 A DIVISÃO DOS RABELISTAS

O acordo com Accioly empanou o brilho do novo presidente do estado e acentuou as divergências entre aqueles que o apoiavam. Os setores urbanos mercantis condenaram o pacto com o comendador, visto como um "conchavo político" e uma traição contra aqueles que lutaram bravamente para depor a oligarquia; mesmo assim, não retiraram o apoio a Rabelo, pois, afinal, era preferível no governo um salvacionista com medidas dúbias à volta definitiva de Accioly com toda fúria vingativa. Além disso, os "chefetes" (elementos de classe média que se destacaram na revolta de 1912) haviam obtido uma pequena parcela de poder, e Rabelo, em vários momentos, vinha mostrando seu reconhecimento a essa força emergente.

Já o oligarca Francisco de Paula Rodrigues, bem acomodado no governo – fora escolhido como chefe do "Partido Rabelista", e seu grupo ocupara as principais posições de comando do estado, descontentando, por sinal, os demais oligarcas – aceitou o acordo, compreendendo que no Brasil da Primeira República um presidente só se manteria no poder caso contasse com grande e poderosa base de sustentação.

Por seu turno, João Brígido e Agapito dos Santos, os "oligarcas dissidentes", trataram de considerar espúria e vergonhosa a concessão feita a Accioly. Agiam assim não por convicção moral ou política, mas por interesses pessoais contrariados. Elitistas, não viam com bons olhos o pequeno espaço político obtido pelos

segmentos médios urbanos (Brígido constantemente dizia no jornal Unitário que Fortaleza estava tomada por desordeiros e bandidos) e ressentiam-se pelo já mencionado fato de o "salvador" haver escolhido Paula Rodrigues como chefe do "Partido Rabelista".

Veja-se, dessa maneira, que a base de apoio político de Rabelo era fragilíssima. As heterogêneas forças antiacciolynas tinham se unido para depor a oligarquia, mas caída esta, cada uma tratou de cuidar dos próprios interesses. Os oligarcas oposicionistas e dissidentes desejavam simplesmente chegar ao poder, mantendo as estruturas políticas que garantiam os privilégios, enquanto o grupo burguês-comercial (grandes comerciantes, alocados na Associação Comercial do Ceará), a classe média ("chefetes", pequenos comerciantes, caixeiros, profissionais liberais, funcionários públicos, etc.) e os setores populares pretendiam maior espaço e atenção para seus problemas (THEÓFILO, 1969; SILVA, 1982; PORTO, 1988).

20.4 O ISOLAMENTO POLÍTICO DE RABELO

Era necessário, portanto, por parte de Franco Rabelo, um grande "jogo de cintura", o que ele não possuía. Afastado há muito tempo do Ceará, ignorando ou alheio às minúdências políticas locais, cometeu vários equívocos. Um destes foi entregar o comando das ações políticas de sua gestão a Francisco de Paula Rodrigues – homem despreparado para tal função e que foi escolhido apenas por serem os Paula Pessoa antigos correligionários do sogro de Rabelo, general José Clarindo, deposto da presidência do estado em 1892 –, discriminando os demais grupos políticos que se opuseram a Accioly, em especial o de João Brígido. Assim, o polêmico jornalista antes mesmo da posse oficial de Rabelo passou para a oposição, iniciando dura e sistemática campanha no Unitário contra Rabelo, dentro de sua habitual virulência. Os "marretas", de Thomás Cavalcante, logo desiludiram-se em conseguir algum espaço de poder dentro da gestão rabelista, em virtude também da influência

dos Paula Pessoa e da forte hostilidade manifestada pelos setores populares mais radicais do rabelismo. Foram também, em breve, para a oposição, empenhando-se em desestabilizar o novo presidente do estado.

O grupo acciolyno, após alguns meses, passou igualmente a demonstrar descontentamento com os privilégios dados aos Paula Pessoa e a perceber o não-cumprimento do acordo de julho de 1912 – não recebeu os cargos públicos prometidos por Rabelo e viu, indignado, uma das primeiras medidas do "salvador" exonerando Pe. Cícero (aliado fiel de Accioly e 3º vice-presidente do estado) do cargo de prefeito de Juazeiro. Com a medida, Rabelo pretendia enfraquecer a oposição no Cariri – afinal, o sacerdote milagreiro, além de controlar uma multidão de fiéis (os quais poderiam ser usados contra o governo), não era bem visto pela população de Fortaleza, a qual temia o "fanatismo" dos seguidores do Padre e o surgimento de uma nova Canudos em Juazeiro. Dessa forma, quando Nogueira Accioly retornou do exílio forçado no Rio de Janeiro, não encontrou espaço na administração salvacionista e também foi para a oposição.

Ao lado dos "marretas", João Brígido e Accioly, não pode ser esquecida a força política opositora representada pelo presidente Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado, que nacionalmente combatiam já a política das salvações. Se ambos tinham já ressalvas em relação ao presidente cearense, irritaram-se e romperam definitivamente com este quando Rabelo declarou-se abertamente contrário à candidatura do senador gaúcho à presidência do Brasil ao resolver apoiar, no início de 1913, o chamado Bloco do Norte. Este consistia numa aliança de presidentes da região, liderados pelo pernambucano Dantas Barreto, para exigir que o nordeste tivesse maior peso político na sucessão presidencial que se aproximava.

A administração do "salvador", dessa maneira, adotou uma postura política desastrosa, abrindo duas frentes de atritos: internamente, com Padre Cícero e a massa sertaneja que seguia o religioso, e, externamente, com Hermes e Machado. Rabelo, com seus equívocos foi aos poucos ficando isolado politicamente e se enfraquecendo. Tinha, porém, um grande trunfo: o apoio quase unânime dos fortalezenses. O povo da capital alimentava grande entusiasmo pelo

tenente-coronel e parece que gozou mesmo de maior liberdade na gestão dele, como demonstra a proliferação de pequenos jornais e panfletos na época e a formação de grupos populares para defender o governo. Entre tais grupos destacaram-se a Liga dos 13 (liderada por “chefetes”), a Sociedade Tiro 38 (composta por rapazes de boa sociedade chefiados pelo farmacêutico João da Rocha Moreira), a Sociedade Deus e Mar (integrada pelos jangadeiros, portuários e catraieiros) e a Sociedade Carbonária Mão Negra (um grupo só de crianças).

Se por um lado, Rabelo privilegiou em sua gestão a facção de Francisco de Paula Rodrigues (daí, por que afirmamos que o Ceará permaneceu controlado por oligarcas), é inegável ter adotado várias medidas bastante simpáticas aos setores médio-mercantis como a redução dos pesados impostos sobre o comércio interno da época dos Accioly e até ao povo mais simples: A criação do Instituto de Proteção à Infância Desamparada, a reestruturação da polícia estadual com o objetivo de torná-la mais confiável para a população, e a desapropriação de 10 mil hectares para implementação, em convênio com o Ministério da Agricultura, de um centro agrícola, para o assentamento de 260 famílias de trabalhadores, tiveram repercussão bastante favoráveis junto à população (PORTO, 1988: 100).

20.5 O APOIO DE FORTALEZA A RABELO

O apoio dos fortalezenses ao presidente ficou evidente nos episódios de novembro de 1912, quando a Assembleia Legislativa (cuja gestão terminaria em outubro seguinte e era formada majoritariamente pelos adversários acciolystas e “marretas”) convocou uma sessão extraordinária com a intenção de cassar o mandato do “salvador” em virtude da ilegalidade da posse deste – o pretexto era o já mencionado fato de Rabelo haver sido empossado com o referendo de apenas 12 parlamentares, quando necessitava de 16.

A convocação provocou grande tumulto e revolta na capital; correu

o boato de que Nogueira Accioly poderia recuperar o cargo de presidente. No dia marcado para a reunião – 9 de novembro de 1912 – os "chefetes" mobilizaram a população, armando-a. A redação do jornal Folha do Povo (porta-voz dos situacionistas) transformou-se em verdadeiro paiol, repleta de rifles, munição, armas de todas as espécies e grande quantidade de dinamite. O presidente pedia calma às massas, clamando para que fosse mantida a paz e a ordem pública. Entretanto, os setores urbanos não o atenderam e reagiram com ironia a tais pedidos, afirmando estarem lutando pela conservação da vida, pois, uma vez Accioly no poder, seriam eles certamente assassinados, enquanto Rabelo voltaria ao Rio de Janeiro no gozo de alta patente militar.

As ruas da capital encheram-se de pessoas armadas e o comércio baixou suas portas. Compareceram ao prédio da Assembleia – protegida por uma guarnição do exército – apenas três deputados, os quais acabaram vaiados, xingados e apedrejados. Grande concentração se formou na Praça do Ferreira. Em meio à exaltação dos discursos do tenente Correia Lima, Emílio Sá e outros "chefetes", ouviram-se gritos vindos da multidão – Às casas desses farsantes!. Foi como fogo em palha seca. A massa enfurecida dirigiu-se imediatamente ao Jacarecanga, onde saqueou, destruiu e incendiou as residências e fábricas de tecidos dos Accioly. Também o prédio do jornal Unitário de João Brígido e a residência do coronel Guilherme Rocha foram invadidos e depredados. Accioly foi mais uma vez obrigado a exilar-se no Rio de Janeiro. Os fortalezenses deixavam claro que fariam tudo para defender seu "salvador".

O governo nada fez para reprimir a ira da população; fato compreensível, afinal não era lógico lutar contra quem o defendia. A burguesia comercial de Fortaleza, embora pasma com as agressões à propriedade privada e com o clima de guerra, não retirou seu apoio a Rabelo – tanto que a Associação Comercial ao mesmo tempo que condenava o sucedido, ratificava seus votos de apoio ao presidente do estado em sua missão modernizadora. Os oposicionistas, por sua vez, usaram o episódio para tentar desgastar a imagem do chefe do executivo cearense perante a opinião pública nacional, criando mais justificativas para depô-lo (THEÓFILO, 1969; SILVA, 1982; PORTO, 1988).

Rótulo dos recém-lançados Cigarros Libertador, com o retrato de Franco Rabelo — era costume pessoas "gradas" e populares serem homenageadas assim

20.6 A POLÍTICA DAS SALVAÇÕES NO CARIRI

Se Rabelo desfrutava de uma situação tranquila em termos de apoio na capital cearense, o mesmo não se podia dizer do interior. Ali, era forte a oposição, em especial, no Cariri, precisamente no Juazeiro, onde o "santo" Pe. Cícero e Floro Bartolomeu eram aliados de acciolystas e "marretas".

No Cariri, naquele início do século XX, cresciam muito as práticas criminosas – jagunços, cangaceiros, ladrões e homicidas infestavam a região. A intenção de combater esse banditismo foi o pretexto usado por Rabelo para levar ao sul do Ceará as "salvações". Sua real intenção, contudo, era outra: derrubar os coronéis oposicionistas dos municípios do vale, enfraquecer os adversários e se fortalecer na região.

Assim, de de forma irônica e semelhante ao famoso Pacto dos Coronéis articulado por Pe. Cícero, reuniram-se em Barbalha, meses após a posse de Rabelo em 1912, comerciantes e oligarcas antiacciolystas, com a intenção de proclamar "lealdade inquebrável" ao salvador e planejar como assumir o controle político do Cariri. Em consequência, várias ações passaram a acontecer. Ainda em 1912, teve-se a destituição violenta do prefeito do Crato, coronel Antônio Luís (o "oligarca-mirim", primo de Accioly), e a posse em seu lugar do rabelista José de Brito – foi esta a mais importante vitória das "salvações" na área, pois, conquistava a principal cidade do Cariri. Também no objetivo de expandir o salvacionismo é que se observou a já citada exoneração de Pe. Cícero (o 3º vice-presidente do estado), em agosto do mesmo ano, da intendência de Juazeiro, substituído pelo governista João Bezerra de Menezes, e o julgamento e prisão de vários jagunços e coronéis ligados ao PRC no vale, o que trouxe grande consternação.

Mesmo assim Juazeiro continuava a preocupar Franco Rabelo. Este, então, intensificou o cerco à "Cidade Santa". Instalou um destacamento de 200 policiais no Crato visando prevenir qualquer ação dos juazeirenses, nomeou pessoas de confiança para a delegacia local – no caso, sucessivamente, os tenentes José Francisco do Vale e Júlio Ladislau, os quais acabaram se atritando com Pe. Cícero e praticando várias violências e humilhações contra os romeiros – e, o cúmulo, demitiu Pelúsio Macedo, amigo pessoal

do padre, do cargo de telegrafista de Juazeiro, para que fossem controladas as correspondências do religioso.

Como dissemos, essa postura de Rabelo em relação a Juazeiro foi um desastre político para sua administração. Conseguiu apenas aumentar a oposição no Cariri e convencer piamente Pe. Cícero de que o "salvador", em articulação com o bispo D. Joaquim (seu adversário na questão religiosa), tramava a destruição da "Meca caririense", como ocorrera anos antes com Canudos. Para combater o que supunha ser um risco de destruição para Juazeiro e conter uma ameaça à sua influência política, o patriarca passou a participar das tramas golpistas dos antirrabelistas.

Estava, assim, selado o destino do governo cearense. O fracasso nacional da "Política das Salvações", a adesão de Rabelo ao Bloco do norte (aumentado ainda mais a oposição de Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado) e o isolamento de sua administração (provocada por uma inábil e desastrosa postura política, ao fazer um cerco a Padre Cícero e privilegiar os Paula Pessoa) levariam à queda do tenente-coronel. João Brígido, os acciolystas, os "marretas" de Thomás Cavalcante, os coronéis antirrabelo, apoiados pelo governo federal, uniram-se e passaram a conspirar abertamente. Pressionaram via burocracia federal, removendo funcionários públicos e militares salvacionistas, e até planejaram sublevar a oficialidade da polícia estadual, o que fracassou, pois, o plano acabou descoberto com antecedência.

Rabelo a tudo resistiu, principalmente, devido ao apoio recebido da capital. Perante isso, os oposicionistas concluíram que só uma revolta armada vinda do interior poderia depô-lo. Mas quem se encarregaria de desencadeá-la? Ora, os dois mais importantes correligionários do Cariri, os quais controlavam coração e mente de inúmeros sertanejos, futuros revolucionários; seus nomes? Floro Bartolomeu e Pe. Cícero.

Bartolomeu, astuto, cínico e ambicioso, buscou usar o episódio para fortalecer seu poder pessoal e ascender politicamente. Pe. Cícero, como vimos, afora questões políticas (continuava um aliado de Accioly e sentiu-se incomodado pela perda do cargo de intendente de Juazeiro), estava convicto de que Rabelo desejava aniquilar sua "Nova Jerusalém". Os boatos nesse sentido já percorriam os sertões,

fazendo com que homens, mulheres, velhos, cangaceiros, jagunços e beatos empreendessem longas marchas em direção à “Cidade Santa”, objetivando saber o que se passava e, evidentemente, proteger o “Padim” querido da ação dos “filhos do Satanás”.

Disse um dos romeiros em depoimento: “Rabelo era um malvado que queria matar meu padinho. Vivia botando a polícia em cima dos romeiros... e meu padinho mandando nós rezar... foi quando o amaldiçoado determinou cortar a cabeça de meu padinho, e aí, quem ia deixar uma miséria dessa?” (apud BARROS, 1988: 235). A oposição já possuía seus “soldados” para desencadear uma revolta armada contra Franco Rabelo. Em breve se iniciaria a guerra de Juazeiro (THEÓFILO, 1969; DELLA CAVA, 1976; SILVA, 1982; BARROS, 1988; PORTO, 1988; LIMA, 1994).

20.7 “GUERRA SANTA” CONTRA O “SALVADOR”

Em agosto de 1913, Floro Bartolomeu, Thomás Cavalcante, Nogueira Accioly e outros se reuniram no Rio de Janeiro com o todo-poderoso Pinheiro Machado. Seus objetivos: o fim do governo salvacionista de Franco Rabelo. Arquitetaram, então, um maquiavélico plano sob as bênçãos do presidente Hermes da Fonseca.

O estratagema até que era simples: Floro regressaria a Juazeiro e convocaria uma sessão extraordinária da Assembleia Legislativa “marreta”-acciolyna que estava em exercício na legislatura 1908/12; ali, se questionaria a já citada ilegalidade de governo Rabelo e deliberar-se-ia por sua cassação, elegendo-se em seguida o próprio Bartolomeu para o cargo de presidente estadual, de maneira que, caracterizando-se a dualidade de poderes (duas assembleias, dois presidentes), o governo federal decretaria intervenção no Ceará. Assim, com a nomeação de um interventor para o estado, Rabelo seria deposto “dentro da lei”.

Nenhuma foto é "neutra" — sempre tem um significado. Nesta, os combatentes de Juazeiro simulam ação de confronto da Sedição. Ao centro, agachado, Floro Bartolomeu

Floro Bartolomeu retornou ao estado (através dos sertões da Bahia, Pernambuco e Paraíba) em novembro de 1913 para definir os detalhes do plano, que deveria ser posto em prática em data posterior ao recesso do Congresso Nacional, ou seja, após dezembro, isso porque seria mais fácil justificar e realizar a intervenção federal sem a pressão dos deputados.

O golpe, porém, teve de ser antecipado. Os motivos foram as já explicadas perseguições rabelistas contra os coronéis oposicionistas do Cariri – o que gerou um clima tenso crescente na região – e a própria descoberta antecipada do complô, quando da apreensão de algumas bananas de dinamite e armas na casa de Aurélio de Lavor (médico conhecido em Fortaleza e ligado às oposições) e da interceptação de uma carta reveladora enviada por João Brígido ao Pe. Cícero – com isso, Rabelo tomou consciência de todos os detalhes da trama.

No mesmo dia da descoberta da carta, 9 de dezembro de 1913, iniciou-se a revolta. Jagunços de Floro, com o apoio de Pe. Cícero, depuseram o prefeito rabelista de Juazeiro, prenderam o pequeno contingente policial local e armaram a população. Dias depois se instalou a Assembleia Legislativa extraordinária (com poucos deputados) e Floro, conforme o plano, foi eleito presidente legal do Ceará. Confiante em suas atribuições, de imediato o novo mandatário cearense transferiu, por decreto, a capital de Fortaleza para Juazeiro e, em atitude demagógica, suspendeu o pagamento de impostos para angariar simpatias. Esses atos sequer eram publicados em jornal, mas fielmente informados à Presidência da República via telégrafo.

Um dia após ser informado dos acontecimentos em Juazeiro, Rabelo enviou, em trem especial, toda a força policial estadual sediada em Fortaleza, cerca de 500 homens, para a estação terminal da EFB em Iguatu. Não ficou na capital um só homem da guarda presidencial, o que atesta a confiança do presidente no apoio da população fortalezense.

De Iguatu, as tropas rabelistas seguiram para o Crato, distante 15 km do foco sedicioso. Naquela localidade, receberam reforços dos soldados governistas ali já estabelecidos e de vários jagunços enviados por coronéis aliados (18 de dezembro). Formou-se, assim, um batalhão de quase 1200 homens comandados pelo coronel Alípio Lopes de Lima Barros (THEÓFILO, 1969; BARROS, 1988; PORTO, 1988; LIMA, 1994).

20.8 OS RABELISTAS ATACAM JUAZEIRO

Um clima de euforia tomou conta dos rabelistas no Crato. Propagava-se a ideia de que em Juazeiro havia uma rebelião de fanáticos e monarquistas, semelhante à de Canudos e que teria o mesmo fim. Os soldados gritavam pelas ruas que iriam destruir a raça maldita dos romeiros e que afiavam os sabres para trazer a cabeça de Pe. Cícero numa bandeja. O capitão Ladislau Lourenço,

chefe das forças, as quais estavam já aquarteladas no Crato, chegou a enviar um telegrama cheio de ameaças e ironias a Floro Bartolomeu: Prepare-se meu velho, que hoje ou amanhã vou comer o capão que me ofereceu daí e buscar os soldados do governo. Não sofra do coração que o negócio está feito (apud BARROS, 1988: 280).

Na verdade, os rabelistas subestimavam a força mística de Pe. Cícero e a capacidade aguerrida dos populares de Juazeiro, como também ocultavam o despreparo das tropas do governo. Desprezaram totalmente qualquer plano estratégico e até o conhecimento topográfico da região. As forças rabelistas, do mesmo modo que o exército na guerra de Canudos, pagariam um preço alto pela arrogância.

Juazeiro preparou-se para a defesa. Por sugestão de Antônio Villanova, ex-combatente de Canudos, homens, mulheres, crianças, velhos, muitos dos quais usando apenas as mãos, cavaram uma enorme trincheira, os chamados valados, de nove quilômetros de extensão em torno da cidade – o chamado "Círculo da Mãe de Deus". De vários locais do sertão chegavam mais e mais camponeses, cangaceiros, coronéis e seus homens, dispostos para "o que desse e viesse". Um outro importante líder da sedição, coronel Antônio Luís (deposto do governo do Crato pelos "salvacionistas"), montou em Juazeiro uma rudimentar fábrica de munição. A "Meca caririense" formou um exército com aproximadamente cinco mil combatentes, com armas, a maioria das vezes improvisadas –, os armamentos enviados pelo governo federal não foram suficientes; muitos lutariam com velhas espingardas ou com facões. Os rebeldes temiam, afora a perspectiva da falta de munição, a escassez de víveres (os centros de abastecimentos de Juazeiro se situavam quase todos fora do perímetro urbano).

Floro Bartolomeu assistia aos preparativos, percorrendo a cavalo todas as posições do valado e recomendando economia de munição – que só se atirasse certeiro! O Pe. Cícero mandava o povo orar, apegar-se com N. Senhora. Antes de assumirem os postos, os sertanejos iam à igreja rezar o ofício. Partiam para a luta entoando hinos religiosos.

Esses humildes populares pouco entendiam as razões mais

profundas do confronto e os interesses em jogo das classes dominantes. Não percebiam como eram manipulados pelas oligarquias cearenses; sabiam apenas que havia um ameaça explícita de seu aniquilamento e que seu "santo Padre Cícero" estava em risco. Isso bastava para protegê-lo e lutar.

Os combatentes de Juazeiro em mais uma pose para foto na Revolta de 1914

Na madrugada de 20 de dezembro de 1913, as tropas rabelistas iniciaram a marcha para o primeiro ataque a Juazeiro, sob os aplausos efusivos da população cratense e em clima de festa. Contava-se com uma vitória fácil, tranquila. Contudo, não houve triunfo algum. Já no caminho os governistas foram surpreendidos por incursões rápidas de grupos esparsos de camponeses, os quais, conhecedores excepcionais do terreno, se movimentavam com desenvoltura em meio à caatinga. Após extenuante marcha, os homens do "salvador" do Ceará vislumbraram a "cidade santa" sertaneja, protegida pelos valados e por milhares de romeiros.

O combate duraria 15 horas ininterruptas, ao fim das quais os rabelistas recuaram derrotados para o Crato, com 84 baixas, entre mortos e feridos – não se sabe o número de baixas no lado dos sediciosos. O povo juazeirense lutara com afinco, destacando-se, entre muitos, guerrilheiros como Zé Pedro (humilde lavrador da serra do Araripe), Zé Terto, Manoel da Chiquinha e o beato Vicente (lenhador de Padre Cícero, que não errava tiro de bacamarte nos agentes do Cão). Mulheres, velhos e crianças se apressavam em recolher as cápsulas vazias para recondicioná-las.

A partir dessa primeira derrota iniciaram-se as discórdias entre as forças do governo. O comandante Alípio Lopes, contrariando a vontade de Franco Rabelo, afirmou que só faria novo ataque em condições seguras, optando pela estratégia do cerco para que os rebeldes se rendessem pela fome. Depois, ele acabou se atritando com um dos “chefetes”, Emílio Sá, que havia levado ao Crato um canhão para apoiar a ofensiva. Em consequência, Alípio Lopes foi convocado a Fortaleza e destituído.

O comando das forças rabelistas passou então para Ladislau Lourenço, promovido a major. Mesmo assim, os homens do governo permaneceram no Crato por quase um mês, aguardando reforços, munição e armas. A razão dessa demora se deveu à espera da ajuda solicitada por Franco Rabelo à Inspetoria Militar de Recife. O ânimo das forças legalistas estava baixo. Compostas na maioria por sertanejos, apresentavam-se estes sensíveis ao "santo" de Juazeiro. O boato de Nossa Senhora das Dores haver aparecido ao Pe. Cícero e dito que nenhuma bala seria capaz de ferir seus homens e que quem, por ventura, fosse morto, ressuscitaria em três dias, enchia de desânimo e medo os rabelistas e de entusiasmo os rebeldes.

As deserções reduziram as tropas legalistas para cerca de 800 homens, boa parte dos quais distribuídos de modo a fechar as saídas de Juazeiro no intuito de impedir as missões de busca de alimentos empreendidas pelos sediciosos, uma vez que a fome já campeava na cidade – muita da gente do patriarca perderia a vida nessas incursões.

Ao mesmo tempo, tornava-se impossível para os seguidores de Pe. Cícero a vida na região. Todos fugiam para Juazeiro temendo os saques e as brutalidades praticados pelos rabelistas. O ano de 1913 encerrou-se com o conflito totalmente indefinido. No dia 17 de janeiro de 1914, os rebeldes entristeceram-se; em um grande cortejo tendo à frente Pe. Cícero, o povo juazeirense enterrou na Igreja do Socorro a beata Maria de Araújo.

A 22 de janeiro de 1914 as tropas rabelistas resolveram fazer mais um ataque direto – o último. A nova investida foi igualmente um fracasso, e os legalistas acabaram se retirando do campo de batalha, desta feita para Barbalha. Ali, o comandante Ladislau, abatido e alcoolizado, deu ordem para seus homens debandarem, o que foi feito em grande confusão e tropelia. Para o sertanejo, simbolicamente, Juazeiro vingava Canudos.

Floro, então, partiu para a ofensiva. No dia 24 de janeiro, seus revolucionários – uma multidão de famintos e maltrapilhos – invadiram, após alguma resistência, o Crato, incendiando e saqueando as principais casas de comércio e residências de rabelistas. Um enorme comboio com material e comida roubados ocupou a estrada na direção do Juazeiro. Apesar de Pe. Cícero

haver condenado os saques, Bartolomeu os apoiava e estimulava, dizendo que o vencedor tem direito ao que é dos vencidos. (THEÓFILO, 1969; BARROS, 1988; PORTO, 1988; LIMA, 1994).

20.9 DERROTA E RENÚNCIA DE RABELO

Os sediciosos conquistaram Barbalha a 27 de janeiro. O governo cearense tinha enormes dificuldades para enviar reforços ao Cariri. Hermes da Fonseca havia transferido de Fortaleza os oficiais do exército favoráveis a Franco Rabelo, nomeado para comandar a inspetoria local um homem de confiança do sistema (o coronel Fernando Setembrino de Carvalho), proibindo o desembarque de munições no porto de Fortaleza e o uso da estrada de ferro para transporte de armas e tropas, em um claro posicionamento a favor dos golpistas.

Mesmo assim Rabelo ainda conseguiu enviar de trem para Iguatu uma nova expedição, composta por 200 homens e liderada pelo militar positivista e republicano ardoroso, capitão José da Penha.

Esta expedição, com alguns “cabras” de coronéis da região, deslocou-se para Miguel Calmon (hoje, Ibicuã, próxima de Iguatu), onde tentaria deter o avanço dos sediciosos. Era a última e desesperada cartada dos rabelistas: vitória ou aniquilamento total! Travou-se uma sanguinolenta batalha (22 de fevereiro) com numerosas baixas de ambos os lados, na qual os governistas obrigaram os “fanáticos” a recuar para Afonso Pena (atual Acopiara) – foi a única batalha perdida pelos rebeldes. Mas, desgraçadamente, no dia seguinte José da Penha foi morto numa emboscada, o que colocou em pânico os rabelistas. Os soldados amotinaram-se e dispersaram-se, fugindo em desespero – chegaram a tomar à força um trem no propósito de regressar a Fortaleza.

Os homens de Floro e Pe. Cícero retomaram a ofensiva. Conquistaram o terminal ferroviário de Iguatu (com alguma resistência) e seguiram para Fortaleza. Muitos dos caboclos viam

pela primeira vez na vida um trem e nele viajavam.

A partir de então, as cenas de saques e agressões sucederam-se nas cidades à margem da estrada de ferro: Senador Pompeu, Quixeramobim, Quixadá, Baturité, Redenção, Maranguape... A crescente aproximação das forças sediciosas provocou indignação e pânico em Fortaleza. Os populares realizaram exaltados comícios na praça do Ferreira, prometendo resistir. “Marretas” e acciolystas eram constantemente vaiados, ofendidos e agredidos. Grupos populares armados e liderados por “chefetes” dia e noite faziam a defesa do palácio governamental. Trincheiras foram abertas.

O farmacêutico Rodolfo Teófilo, contemporâneo dos fatos e autor do livro A Sedição de Juazeiro informou que (...) mais de dois mil homens estavam em armas. Fortaleza era uma praça de guerra. A vida da cidade havia parado por completo. Os empregados da Estrada de Ferro Baturité deixaram o trabalho e pegaram em armas, fazendo o mesmo os homens do mar, trabalhadores da praia, empregados do comércio, o tiro 38, os carroceiros. Enfim, pode-se afirmar que todo homem válido estava de carabina, ao ombro, defendendo a cidade. Com semelhante resistência era impossível aos jagunços entrarem na cidade (TEÓFILO, 1969: 87).

Franco Rabelo, a Associação Comercial e as ordens religiosas enviaram desesperados telegramas ao centro-sul do País e apelavam ao coronel Setembrino de Carvalho, comandante das tropas do exército no Ceará, para deter os “fanáticos”. Setembrino recusou, obviamente, os pedidos, afirmando que sua intervenção só iria acirrar o conflito. Na verdade, o que ele queria mesmo era criar um clima propício à intervenção federal no estado e à renúncia de Rabelo.

Mas o presidente salvacionista recusava-se a renunciar. Para pressioná-lo ainda mais, o governo federal enviou dois navios de guerra a Fortaleza. No início de março de 1914, os homens de Juazeiro cercaram a capital, acantonando-se em áreas próxima, como Maracanaú, Maranguape e Soure (Caucaia). A possibilidade da cidade ser invadida ou bombardeada pelos navios causou histeria nos fortalezenses. A 9 de março, Hermes da Fonseca decretou estado de sítio no Ceará, sendo os populares desarmados e suspensa a organização da polícia estadual, de modo que o

policiamento da capital passasse para o inspetor militar, Setembrino de Carvalho – assim, desmontava-se o esquema de defesa popular de Rabelo. Cinco dias depois, foi decretada a intervenção federal no estado, levando Franco Rabelo a renunciar (14 de março de 1914).

Setembrino de Carvalho, em 15 de março, foi empossado como interventor do estado; uma multidão emocionada ovacionou Rabelo na saída do palácio governamental. Receberia ainda muitas homenagens até embarcar para o Rio de Janeiro dias depois.

Setembrino, dando demonstração de como era "neutro", escolheu para compor seu secretariado notórios chefes "marretas", iniciando sistemática perseguição aos rabelistas: remoção de funcionários, prisões em massa, agressões. Ainda em abril de 1914, o interventor foi compensado por sua fidelidade a Hermes e Pinheiro Machado, recebendo a patente de general.

A sedição triunfara. O prestígio de Floro e Pe. Cícero ampliou-se, estendendo sua influência sobre todo o nordeste. O patriarca, aliás, negaria depois sempre qualquer responsabilidade direta ou indireta no movimento golpista, o que parece ser uma inverdade. Sua intenção poderia ser a defesa de Juazeiro, poderia não haver sido o mentor intelectual da luta contra Rabelo – isso ficou a cargo de Floro e do coronel Antônio Luís –, mas beneficiou-se politicamente da revolta (voltaria ao cargo de intendente de Juazeiro), permitiu mesmo e atuou como arregimentador e manipulador dos sertanejos para a luta, vista como uma "guerra santa" em defesa do Padrinho ameaçado, e como um ato pela salvação da "Terra da Mãe de Deus". Para os críticos, o "santo" de Juazeiro agiu mais uma vez como um coronel de batina (THEÓFILO, 1969; DELLA CAVA, 1976; SILVA, 1982; BARROS, 1988; PORTO, 1988; LIMA, 1994).

Cinemas e monopólios ajudariam A primeira sessão cinematográfica no Br

Nascido em Baturité, no ano de 1895, Severiano Ribeiro conseguiu destaque no comércio de Fortaleza, como proprietário de livrarias e papelarias. Buscando diversificar os negócios, entrou para a atividade de exibição de filmes – em 1915, inaugurava o Cine Riche, em parceria com Alfredo Salgado, rico comerciante local. Fundou vários cinemas, especialmente os luxuosos, que eram uma tendência da época em outras cidades do mundo – com um público mais abonado, os lucros também seriam maiores. Os cines concorrentes acabaram falindo e Luiz Severiano passou a monopolizar a atividade não só de exibição, mas também de distribuição de filmes nos anos 1920 – chegava a pagar aos concorrentes para manterem suas salas fechadas. Logo expandiu os negócios e o monopólio para outros estados da federação (mudou-se para o Rio em 1926). Em aliança com empresas cinematográficas dos EUA, conseguiu o direito de exibir com exclusividade os lançamentos de filmes em seus cinemas (depois as películas iriam para outras salas cinematográficas). Nesse lucrativo esquema, edificou um verdadeiro império de cinemas, ainda hoje existente. Faleceu em 1971 (LEITE, 1995; SILVA, 2007).

Capítulo 21

O Ceará na Crise da Primeira República

21.1 O PÓS-SEDIÇÃO Vitoriosa a Sediçã

Liberato Barroso compôs seu governo apenas com os “marretas” de Thomás Cavalcante (ligados ao senador Pinheiro Machado), discriminando os aliados da Sedição de 1914, Nogueira Accioly, João Brígido e Floro Bartolomeu – estes apresentavam personalidades fortes demais para aceitar docilmente todas as imposições do governo federal. Floro, eleito, agora legalmente, presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, ficou furioso quando Liberato Barroso vetou projeto de lei que lhe daria uma compensação de 400 contos de reis pelos gastos que tivera para a vitória da Sedição de 1914.

Os efeitos dessa postura de Barroso fizeram-se sentir na Assembleia Legislativa, a qual se dividiu em partes iguais: 15 deputados apoiaram Floro, Accioly e Brígido (que formaram o Partido Unionista), e os outros 15 estariam vinculados aos “marretas” e ao governo. Como nenhum dos lados apresentava maioria, o coronel não tinha como aprovar qualquer mensagem, ficando neutralizado – isso durou até o final de seu mandato (DELLA CAVA, 1977; CHANDLER, 1980; MONTENEGRO, 1980; BARROSO, 1984; LIMA, 1994).

O coronel Liberato Barroso, para agradar os setores urbanos e intimidar os unionistas, dissolveu os batalhões de jagunços (uma das bases do poder militar de Juazeiro e que pusera em pânico a população da capital) e deu início a uma campanha policial contra o banditismo no Cariri, forte reduto da oposição. Além de acossar os adversários políticos, tratava-se de uma ação para reprimir as explosões de violência na região, provocadas pelas disputas entre os latifundiários (que romperam assim a trégua do Pacto dos Coronéis de 1911) e pelos grupos de cangaceiros. Não se sabe ao certo quantos [bandoleiros] foram executados, embora se conheçam os nomes de vários chefes de bandos [de cangaceiros] que foram abatidos, mas se mencionam mais de duas centenas de aprisionados, naturalmente os menos perigosos, além dos muitos que foram desbaratados (FACÓ, 1980: 165).

21.2 DEMOCRATAS E CONSERVADORES

Numa tentativa de romper o imobilismo no qual se encontrava, Barroso procurou se aproximar dos Paula Pessoa e dos setores urbanos órfãos do rabelismo que, em 1916, organizaram o Partido Republicano Democrata. Era uma suprema ironia: os rabelistas se unindo a seus ferrrenhos inimigos “marretas” (os quais, em 1915, ficaram sem a liderança de Pinheiro Machado, assassinado no Rio de Janeiro). O Partido Unionista, por sua vez, não durou muito; o polêmico João Brígido, já bastante idoso e doente, logo se afastou da política e, após longa convalescença, faleceu em 1921, aos 92 anos. Com isso, José Accioly (filho do oligarca Nogueira Accioly, que morreria igualmente em 1921) fundou um novo Partido Republicano Conservador, de que eram membros Pe. Cícero e Floro Bartolomeu e ao qual os “marretas” acabariam se integrando posteriormente, na administração do presidente Justiniano de Serpa.

Até 1930, a política local seria dominada pelos Partidos Democrata e Conservador, reunindo curiosamente as forças surgidas após a queda da oligarquia accciolyna. No Partido Conservador se aglutinaram os interesses tradicionais de base essencialmente agrária. Na agremiação democrata estavam os segmentos médios e mercantis urbanos (que acabariam se acomodando ao esquema oligárquico em troca de alguma influência e benesses), além de latifundiários e coronéis antiacciolynos.

Aqueles partidos nunca tiveram programas ideológicos. Sua única função era a participação na distribuição de prestígio, poder, cargos e verbas oficiais. Para atingir esses objetivos, eles tinham que vencer as eleições ou, quando isso não era possível, se entender com os vencedores o quanto antes. Ficar fora do governo, na oposição, significava alienação política e finalmente extinção completa. Em geral, somente inimizades irreconciliáveis ou princípios sólidos conseguem manter uma oposição firme - numa época quando o favoritismo, o empreguismo e a corrupção eram os elementos mais evidentes no cenário político, estremecimentos eram resolvidos e os que se mantinham fiéis aos seus princípios eram poucos. Quanto à realidade política nacional, cada uma das facções mais proeminentes no estado procurava tornar-se porta-voz do Regime

Federal e, no final, todos acabavam de acordo, numa fórmula de coalizão para apoiarem os candidatos oficiais aos cargos federais e, desse modo, dividirem suas benesses (CHANDLER, 1980: 145).

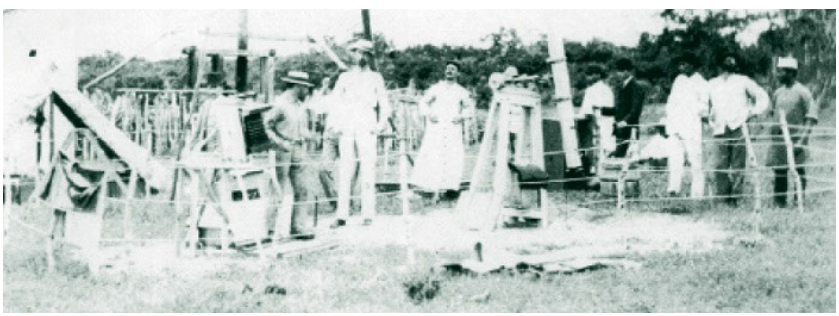
Observe-se que vários setores médios urbanos, da mesma maneira que acontecia no Império, aceitavam a cooptação das oligarquias dirigentes, tornando-se representantes e porta-vozes destas. Havia segmentos urbanos, porém, que não aceitavam a cooptação e, mesmo após o fracasso da "Política das Salvações", continuaram pugnando por mudanças políticas dentro de uma perspectiva liberal – atuariam bastante nos anos 1920, como veremos adiante (DELLA CAVA, 1977; CHANDLER, 1980; MONTENEGRO, 1980; BARROSO, 1984; LIMA, 1994).

21.3 PRESIDENTES DO CEARÁ ENTRE 1916-30

José Tomé: governo coincidiu com a I Guerra Mundial. Entre 1914-30, onde Justiça e Segurança

Sobral faz parte da história mundial da Física – foi ali que se comprovou a Teoria da Relatividade proposta por Albert Einstein, para quem os raios luminosos, ao passarem próximo ao sol, deveriam sofrer um desvio duas vezes superior ao previsto pela teoria de Newton.

Como em 29 de maio de 1919 haveria um eclipse solar capaz de comprovar a teoria, cientistas ingleses organizaram expedições para os dois locais mais propícios à observação do fenômeno, a Ilha do Príncipe (Golfo da Guiné, na África) e Sobral. O município cearense acabou levando a melhor, pois a região africana ficou nublada no dia. Na pista de corrida do hipódromo do Jockey Club, os britânicos montaram poderosos aparelhos ópticos para observar o eclipse, comprovando a exatidão dos cálculos matemáticos do genial Einstein (SOARES, 1999; MOTA 2013).



Montagem dos equipamentos em Sobral para comprovação da teoria de Einsten

Retirantes da seca, descalços, alinhados e observados por curiosos

21.4 SECAS, I GUERRA MUNDIAL E VIOLÊNCIA

Afora as disputas entre as oligarquias, e os efeitos econômicos danosos da I Guerra Mundial (1914-18), o Ceará sofreu ainda nas primeiras décadas do século XX com adversidades climáticas, a exemplo das secas de 1915 e 1919 e do rigoroso inverno em 1917. As estiagens de 1915 e 1919 atingiram duramente a economia e a sociedade locais. Mais uma vez repetiu-se o macabro e triste quadro de martirização do cearense. Camponeses vagavam pelo interior, morrendo de fome e de doenças nas estradas dos sertões e nas ruas das cidades.

Na “seca do quinze”, apesar de o presidente Liberato Barroso ter logo comunicado ao governo federal sobre a gravidade da situação, as autoridades nacionais demoraram a agir. Na verdade, governantes, imprensa e outros setores da sociedade estavam mais

focados na guerra que acontecia na Europa, relegando, de início, pelo menos, a seca que atingia especialmente Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. As migrações, as cidades apinhadas de gente, o aumento da tensão social e distúrbios (saques, furtos, etc.) assustavam as elites locais. Após inúmeros apelos, a presidência da República, enfim, enviou recursos e determinou a adoção de várias ações pelo IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca) e por um órgão especial criado, a Comissão de Obras Novas Contra as Secas, cuja direção foi confiada a Aarão Reis, nome acatado e conhecido da engenharia nacional.

Na intenção de aliviar a tensão social, o governo chegou a pagar passagens, permitindo a ida dos "flagelados" para o norte ou para o sul. Vale ressaltar que os latifundiários eram contrários a essa emigração, temendo que ao findar o período de estiagem houvesse escassez de mão de obra para a reconstrução da pecuária e da lavoura. Preferiam que os trabalhadores fossem ocupados nas construções de obras como açudes, para que, terminada a crise, os braços retornassem às fazendas.

Os grupos dominantes de Fortaleza também desejavam a permanência dos "flagelados" no sertão, para que não viessem "perturbar a ordem" na capital com mendicância, furtos, saques, prostituição, etc. Assim, apoiaram a política do governo de construção de obras públicas no interior e o disciplinamento da massa num campos de concentração, sob o discurso de assisti-los. Tal campo situava-se na região do Alagadiço (atual São Gerardo), então uma área nos arredores de Fortaleza. Ali, a disciplina imposta aos sertanejos e as condições sanitárias e de alimentação eram terríveis, numa rotina de fome, epidemias e mortes. Muitos dos retirantes dali eram levados para as obras de "socorro". Também nos acampamentos de açudagem os trabalhadores eram severamente tratados, vigiados, recebendo péssima alimentação e remuneração. Revoltas aconteciam.

"De acordo com as informações do Relatório Estadual do Ceará, de 1916, o total da emigração foi 70.000, quando a população era avaliada em 1.300.000 pessoas. (...) No jornal A Ordem, de 1919, Benjamim Barroso, falando da seca de 1915, alega que o "morticínio de gente" foi o "maior prejuízo", pois faleceram naquela

seca mais de 27.000 pessoas (...)" (FERREIRA, 2009: 54).

Observe-se que, assim, como em outras secas, os estragos não ocorriam somente no ano da calamidade. O ano posterior a um ano de estiagem é sempre difícil, pois muitos recursos se esgotam, impossibilitando uma volta rápida à normalidade das ações cotidianas.

A miséria e as secas fizeram aumentar a violência e o cangaceirismo. Na Primeira República, o cangaço atinge o apogeu, preocupando tanto as elites que, em 1922, vários estados do nordeste, entre eles o Ceará, realizaram um acordo para articular conjuntamente a repressão ao banditismo. Muitas vezes essa repressão tinha matizes políticos. Os bandoleiros ligados a chefes políticos situacionistas eram poupados, enquanto aqueles vinculados aos adversários eram perseguidos, o que ocasionava mais violência. No período do governo de Justiniano de Serpa (1920-23) verificou-se um aumento da tensão política e social no estado. Vários crimes, atentados, deposição de coronéis ocorreram no interior, sobretudo, no Cariri. Ali, o então deputado federal Floro Bartolomeu, para acabar com o "excesso de fanatismo" e de "bandidagem", passou a prender beatos, desmantelar grupos religiosos e eliminar criminosos; eram os tristemente famosos "crimes da rodagem": levavam-se os "magotes de cabras desobedientes" para a estrada de rodagem entre Juazeiro e Crato e lá, sem qualquer julgamento, dizimava-os a tiro ou a faca, deixando muitas vezes os corpos insepultos (MONTENEGRO, 1973; FACÓ, 1980; MACEDO, 1986; MACEDO, 1990; VILLA, 2000).

Ao contrário do que muitos pensam, nem sempre existiu o nordeste. A ideia deste e da figura do nordestino surgiram apenas no século XX, num processo histórico ligado aos interesses das elites locais. A rigor, foi em 1919, com um discurso do presidente Epitácio Pessoa que se passou a usar o termo nordeste para designar esta área do Brasil. Antes, tudo "da Bahia para cima" era chamado apenas de norte. No final do século XIX, as classes econômicas dominantes desta região, em decorrência da decadência das atividades econômicas locais (como a cana-de-açúcar e o algodão), vinham perdendo espaço político em âmbito nacional (onde prevalecia a força do sudeste cafeeiro) e sentindo-se incomodada com a

expansão de movimentos que questionavam a ordem social reinante (cangaço, Canudos), passaram a reclamar da maneira como eram tratados pelo governo central. Queixavam-se de que este não lhes dava apoio financeiro, não ajudava na substituição do trabalho escravo e impunha pesados tributos, beneficiando apenas o café. Tais elites diziam-se vítimas da ganância dos estados do centro-sul e começaram a pregar a união de todos os nordestinos (esquecendo-se, obviamente, as diferenças de classes, entre ricos e pobres) para resolver aquelas injustiças – para tanto usaram da ação parlamentar, da imprensa e mesmo da produção literária (como os autores regionalistas).

O discurso regionalista baseou-se fundamentalmente nas secas (que sempre marcou a mentalidade da região, em especial a catastrófica seca de 1877/79). O nordeste seria a parte do norte sujeita às estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público federal. A seca foi, portanto, colocada como a razão única dos problemas dos estados e todas as demais questões passaram a ser interpretadas a partir dela. Na realidade, as classes dominantes usaram (e usam até hoje) o discurso da seca para captar recursos nacionais e manter seus privilégios – é a chamada "indústria da seca" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999).

Nesse momento, com a crise econômica decorrente da I Guerra Mundial, sucederam-se greves e agitações operárias, muitas delas promovidas por um nascente movimento socialista, o que levou a uma reação firme do patronato e demais conservadores no sentido de combater ideias radicais. O jornal operário Ceará Socialista trazia informações e os devidos nexos entre o quadro local de carestia, fome e miséria dos desvalidos e a conjuntura internacional da Guerra Mundial, agravada no plano local com a seca de 1919: os nossos maiores inimigos são os abastados comerciantes que, não obstante o flagelo da seca, usam do expediente miserável que a última guerra os ensinou, pouco se incomodando com a calamidade que vai pelos subúrbios desta capital e pelo interior do estado. [Noticiava o jornal ainda] que muitas famílias tiveram seus lares às escuras durante meses!, em razão do preço exorbitante do querosene e [informava] sobre a alta dos preços do café, da farinha, da carne seca, do açúcar, do feijão, do arroz, do pão e de outros gêneros de primeira necessidade, comparados ao salário que na

média é de 4$ a 5$ mil réis diários. Então eles têm o direito de aumentar 100% nas mercadorias e nós não temos o direito de protestar e de pedir aumento de 20%?, conforme indica a edição de 14 de julho de 1919 (GONÇALVES: 2001: 11).

Curioso que em 1914, ao iniciar-se o grande confronto mundial, os vereadores de Aracati tiveram a inusitada iniciativa de declarar guerra aos chamados países centrais (Alemanha, Império Austro-húngaro e Império Turco-Otomano)... Em 1919, além da seca, um outro fator ameaçou o povo cearense: uma epidemia de gripe mortal (a chamada gripe espanhola) que ceifou várias vidas e igualmente contribuiu para desarticular a economia. Só em Fortaleza verificaram-se 343 óbitos; em Iguatu faleciam, diariamente, cerca de 22 a 30 pessoas, paralisando-se o comércio daquela cidade. Em Barbalha, dois terços da população foram acometidos da gripe, registrando-se 500 óbitos (GUABIRABA, 1989).

21.5 ECONOMIA CEARENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A situação econômica do Ceará na Primeira República, de modo geral, foi de crise permanente, pois não se alterou a estrutura produtiva local com o advento do regime republicano: o latifúndio permaneceu intocável e, apesar de um pequeno crescimento industrial (destacadamente indústrias têxteis e de óleos vegetais), continuou a ser a agricultura e o comércio exportador/importador o sustentáculo das rendas cearenses. O estado importava mais do que exportava, apresentando constante déficit em suas contas. O Ceará viu-se, em 1919, obrigado a contrair um empréstimo com o governo federal para saldar uma pesada dívida feita ainda nos tempos da oligarquia acciolyna com banqueiros franceses, o que obviamente agravou a situação financeira do estado.

Para complicar, a economia foi ainda atingida por fatores conjunturais, como as secas de 1915 e 1919, as enchentes de 1917,

a instabilidade administrativa com a deposição de governantes e revoltas armadas (queda de Accioly, Sedição de Juazeiro, etc., que desviavam para as armas os braços necessários à produção), a I Guerra Mundial (dificultando as vendas externas e encarecendo os produtos importados), a decadência do ciclo da borracha na Amazônia (região para a qual o estado exportava bastante e de onde os migrantes mandavam dinheiro para os parentes no Ceará) e a própria crise econômica do País nos anos de 1910 e 1920.

Os gêneros que mais contribuíram na pauta das exportações no período 1910/30 foram a cera de carnaúba, as peles e couros, e, sobretudo, o algodão. Após 1911, as exportações cearenses de algodão voltaram a crescer (salvo nos anos de seca), atingindo e superando níveis antes só alcançados durante o boom da década de 60 do século XIX. Embora viesse ocorrendo um surto de exportações para o mercado externo, o grosso das vendas do algodão cearense voltava-se, primordialmente, para o mercado interno, atendendo a demanda provocada pela expansão das fábricas têxteis no sudeste do Brasil.

Há de se registrar que o crescimento industrial que o Brasil conheceu na Primeira República beneficiou, ainda que timidamente, o Ceará. Houve o surgimento de pequenas e médias fábricas de tecelagens, de cigarros, de doces, bebidas, oficinas gráficas, roupas, chapéus, etc.

Com a I Guerra Mundial, igual aconteceu com a indústria têxtil nacional, “as indústrias têxteis no Ceará também se beneficiam das vantagens que o momento apresentava, podendo se inferir, outrossim, que, em proporção menor, porque o parque ainda era de certa forma inexpressivo contando com apenas três indústrias antigas – Fábrica Progresso, Sobral e Santa Thereza – e três emergentes de médio porte, no caso, Santa Elisa, Santo Antônio e Fábrica Santa Maria” (ARAGAO, 2002: 81).

Na década de 20, verificou-se um crescimento das indústrias de óleos vegetais (por exemplo, em 1925 surgia a famosa Usina Ceará, de Antônio Diogo Siqueira, Teófilo Gurgel e Pedro Filomeno Gomes), como consequência da aplicação dos lucros vindos do comércio algodoeiro, da importação de máquinas dos Estados Unidos e Europa, e de incentivos do governo local.

Havia, porém, vários empecilhos ao crescimento fabril cearense: a falta de um bom porto em Fortaleza, a escassez de energia (por décadas este seria um problema crucial para o desenvolvimento do estado, só superado na década de 1960), o pequeno e pobre mercado consumidor, a carência tecnológica e a falta de um projeto industrial bem definido por parte dos governos (apesar de existir um ou outro incentivos). Com a pequena expansão industrial da Primeira República, verificou-se um crescimento da classe operária local e de uma burguesia, que já em 1919 organizava o Centro Industrial do Ceará (CIC) para defender seus interesses (GUABIRABA, 1989; ARAGÃO, 1989; VIANA, 1982; VIANA, 1993; ARAGÃO, 2002).

No final do século XIX e começo do século XX, muitos árabes (especiamente dos atuais Libano e Síria) se instalaram no Ceará, fugindo dos confrontos políticos e religiosos e dificuldades econômicas do Oriente Médio. Não raro, vários deles se dedicaram a atividade comercial. Eram tratados genericamente como sírios ou erroneamente como turcos (a Turquia não é um país árabe) – na verdade, vários daqueles povos, até a I Guerra Mundial (1914-18) estavam dominados pelo Império Otomano, daí o porquê de serem chamados genericamente de turcos.

Geralmente a migração se iniciava com alguns pioneiros que forneciam boas informações, potencialidades e oportunidades da terra, atraindo, então, mais parentes e amigos, numa extensa rede de sociabilidade. A presença de uma colônia de sírios em Fortaleza era igualmente importante para facilitar a instalação do recém-imigrado (obtenção de alojamento, emprego, negócios, etc.) e manter laços culturais e familiares. Não raro, os casamentos ocorriam entre membros da própria colônia e os turcos se dedicavam à atividade mercantil, conforme a tradição de comércio daqueles povos, originários de uma região estratégica por onde secularmente chegavam, partiam e passavam caravanas de mercadores.

Os imigrantes associavam-se a conterrâneos que já detinham alguma atividade mercantil, para daí lançarem-se à venda ambulante em estradas que interligavam o centro às vilas e áreas interironas do estado (FRANKLIN 2011: 110). Ficou tão forte a associação entre imigrantes

árabes e comércio intinerante no imaginário cearense, que comumente as pessoas, de forma pejorativa, chamavam de "galego" (negociante ambulantes de produtos populares, mascates) a qualquer estrangeiro, especialmente sírios e portugueses (a Galícia é uma região do norte de Portugal). Também eram comum que os "sírios" contratassem conterrâneos e familiares para trabalhar como empregados e ajudantes em seus estabelecimentos comerciais.

Apesar das muitas dificuldades de adaptação e de sobrivência no Ceará, algumas famílias libanesas conseguiram se destacar como donas de grandes casas comerciais no começo do século XX em Fortaleza, a exemplo dos Otoch, Jeressati, Romcy, Rabay, Azim e Dummar. Um destes comerciantes, Aziz Jeressati, foi avô do governador cearense Tasso Jereissati (FRANKLIN, 2011).

21.6 A IGREJA CATÓLICA FORMA UMA ELITE

A Igreja católica sempre apresentou forte presença política e cultural no Ceará, impondo sua visão de mundo e valores à sociedade. Para isso, contribuiu também as próprias características das elites locais, as quais, por suas fragilidades estruturais e origens cristãs, eram suscetíveis àquelas influências. Não é raro encontrar na história cearense casos de padres ocupando cargos públicos e exercendo lideranças políticas, a exemplo de José Martiniano de Alencar (1794-1860), senador e presidente da província, e Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1818-1877), também senador e líder partidário. Mas esses religiosos, iguais a outros Brasil afora, não estavam tão submissos aos ditames do Vaticano – seguiam uma ideologia liberal (eram até maçons) e tinham posturas críticas em relação aos ensinamentos da Igreja, especialmente no que se referia ao celibato.

No final do século XIX, a influência católica sobre a sociedade ocidental passou a ser mais questionada – era a época da 2a Revolução Industrial, da expansão da ciência e do racionalismo, da

difusão do pensamento secularizante (afora o liberalismo, tinha-se o evolucionismo, o contismo, marxismo, etc.). Isso também ocorreu no Ceará, especialmente entre os intelectuais das elites e classes médias de Fortaleza, seduzidos e moldados pelas teses cientificistas da "civilizada" Europa (veja o capitulo 12).

Foi para combater as ideias secularizantes, afora objetivar o estrito cumprimento dos dogmas católicos e a submissão dos fiéis e clérigos aos cânones de Roma, que no final do século XIX a Igreja católica lançou o processo conhecido como romanização ou ultramontanismo. O Ceará, cuja diocese fora criada em 1854 (e oficializada em 1860), tornou-se uma das áreas mais tocadas pela romanização. Os primeiros bispos cearenses, D. Luís Antônio (bispado entre 1861-81) e D. Joaquim Vieira (bispado entre 1883-1912), criaram várias instituições, como o Seminário da Prainha (1864), o Colégio Imaculada Conceição (1865), o Colégio São José, na serra dos Estévão (Quixadá) e a Escola Apostólica Jesuítica na serra de Baturité, na intenção de formar um clero fiel aos desígnios da romanização.

Mas aquelas instituições, principalmente o Seminário da Prainha (tido mesmo como um marco da modernidade de Fortaleza na segunda metade do século XIX), não ficaram restritos aos aspectos religiosos. Ali, estudaram centenas de jovens, que, se não seguiram a carreira eclesiástica, exerceram depois outras funções na sociedade cearense (juízes, advogados, professores, médicos, políticos, etc.), moldados por um pensamento religioso conservador.

(...) No final do século XIX [o Seminário da Prainha] teve um peso significativo na cultura cearense na sua luta com a Maçonaria tanto pela presença nos eventos quanto pelo efeito multiplicador daquela instituição. Quase todos os colégios surgidos em Fortaleza naquela segunda metade do século foram de ex-seminaristas, com destaque para o Panteão Cearense, fundado em 1870, também o Colégio Cearense, dos irmãos Maristas, fundado em 1872, por onde passaram muitos elementos da elite política cearense; o Colégio São José, o Instituto de Humanidades e o Colégio Universal, todos criados em 1875, e o Ginásio Cearense foram também onde passaram pessoas que iriam colaborar com o conservadorismo (PARENTE, 2000: 82).

são de Sertões, cultura e trabalho: Impressões sobre os trópicos do Ceará no final do século XIX e in

A Igreja, assim, ao doutrinar elementos das classes médias e dominantes, possibilitou a formação de toda uma elite intelectual cearense a qual se posicionou contrária à onda secularizante e que, ocupando depois cargos importantes no comando e administração do Estado, garantiu a hegemonia católica na sociedade, dentro de uma concepção conservadora. Em outras palavras, a Igreja católica formou, conforme seus princípios, uma elite que assumiu o comando do Ceará, como fica evidente entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

Os sacerdotes ordenados dentro dos preceitos da romanização, diferentemente dos padres anteriores (liberais, maçons, revolucionários, etc.), estavam mais preocupados com a salvação das almas e integralmente comprometidos com os ensinamentos da Igreja. Daí, a razão pela qual diminuiu a quantidade de padres ocupando cargos eletivos no Ceará – na década de 80 do século XIX nada menos que 14 padres ocuparam assentos no Legislativo provincial, este número foi reduzido, na década de 90, a somente quatro.

Não estamos dizendo, por outro lado, que a Igreja tenha se afastado da política. Ao contrario. Em 1890, por exemplo, a Igreja buscou fundar uma agremiação política, o Partido Católico, para defender seus interesses na conjuntura da proclamação da República, laica e positivista. O Partido Católico, entretanto, não obteve muito êxito, pois acabou se envolvendo nas intrigas partidárias das oligarquias dominantes. Assim, a ideia de um partido religioso acabou abandonada. Para a Igreja era muito mais cômodo evitar aquelas intrigas e se manter a distância na colaboração da ordem social e política, bem como endossar o apoio a candidatos comprometidos com os pontos de vista do catolicismo. Além disso, a oposição da Igreja à República restringia-se aos aspectos da laicização. Isso fica evidente quando se verificam as boas relações de D. Joaquim com as oligarquias dirigentes, a exemplo da acciolyna (MIRANDA, 1987; PARENTE, 2000; AGUIAR, 2010).

D. Manuel: a Igreja Católica ocupava espaços deixados pela frágil elite local

21.7 A INFLUÊNCIA DO BISPO D. MANUEL

Com o peso da idade, em 1912 – coincidência ou não, o ano do fim da oligarquia Accioly – D. Joaquim renunciou ao episcopado cearense, passando-o para Dom Manuel da Silva Gomes, com quem a influência da Igreja aumentaria ainda mais. Baiano, orador excepcional, organizou logo em 1913 um grupo composto por intelectuais, advogados, professores, médicos, etc. para pensar estrategicamente a Igreja local, o Círculo Católico de Fortaleza. Na diretoria da entidade, figuras como Barão de Studart, Francisco de Assis Bezerra, Álvaro Gurgel de Alencar, Fernandes Távora, Andrade Furtado, Raimundo de Arruda e Menezes Pimentel.

Se o Círculo Católico enquadrava-se na estratégia da Igreja de que era necessária a presença maciça de católicos (destacadamente leigos) em todos os espaços de construção da vida social para o saneamento moral e a recristianização da sociedade, derrotando assim as "impiedades da modernidade", na prática funcionou como uma escola política para a formação de um grupo homogeneizado ideologicamente aos valores da Igreja e que estaria na liderança do estado a partir dos anos 1920.

O estratagema de D. Manuel também abrangeu a classe trabalhadora local. Em 1915, criou o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José para realizar práticas assistencialistas conforme os princípios da encíclica papal Rerum Novarum[17], e combater o Centro Artístico Cearense (ligado aos maçons e liberais) e as esquerdas que já se faziam presentes no meio sindical. Posteriormente, com o sucesso alcançado, esses Círculos Operários Católicos (COC's) seriam divulgados para o Brasil, através do Rio Grande do Sul.

O bispo D. Manuel conseguiu ainda com o Papa Bento XV a criação de mais dois bispados no Ceará logo no início de sua administração, em Crato e Sobral, passando Fortaleza à categoria de arcebispado. Para o Crato, foi nomeado como bispo D. Quintino – verifique-se que naquela cidade do Cariri já estava em funcionamento um seminário para a formação do clero e onde estudariam também os

filhos das elites da região. O segundo bispado, em Sobral, foi entregue ao dinâmico D. José Tupinambá da Frota.

O dinamismo do bispo de Sobral é atestado por suas obras, como a instalação da Santa Casa de Misericórdia, a construção do Palácio Episcopal, o seminário São José, o Cine-teatro Glória, o Ginásio e a Escola Normal Sant'Ana, o Colégio Sobralense, a Escola Profissional e a Casa de Saúde São José, o Museu Diocesano, o Abrigo e Orfanato Sagrado Coração de Jesus, o Patronato Maria Imaculada, o Jardim Zoológico, entre muitas obras que indicam uma personalidade presente nos acontecimentos e a dedicação pela região que administrou (PARENTE, 2000: 91). D. José Tupinambá ficaria no bispado sobralense até 1956 (no ano de 1938 criaria-se a diocese de Limoeiro do Norte).

A administração de D. Manuel em Fortaleza serviu mesmo de fonte de inspiração para o resto da hierarquia eclesiástica brasileira. Na década de 1920, sob seu comando, continuou mobilizada a Igreja local. Em 1922, surgia, impresso pela arquidiocese e igualmente vinculado ao pensamento católico conservador, o jornal O Nordeste, tendo a direção de Andrade Furtado e José Martins Rodrigues (os quais depois também ocuparam cargos públicos no Estado). Em 1925, diante do crescimento do comunismo no seio do operariado local, a Igreja organizou a Federação Operária Cearense, precursora da Legião Cearense do Trabalho e do Integralismo no Brasil. Dois anos depois, instituía-se a Confederação das Sociedades Católicas da Arquidiocese, antecipando-se igualmente a esse movimento nacional, em que médicos, militares, estudantes e outras categorias se organizavam em associações, como a Associação de Moços Católicos, de Militares Católicos, de Professores Católicos, entre outros.

Percebe-se pelo exposto como a Igreja foi dinâmica e influente no Ceará durante a Primeira República, organizando e influenciando a sociedade civil e ocupando espaços políticos deixados por uma elite frágil – as esquerdas, compostas na maioria por elementos vindos da classe média e tidas como inimigas irreconciliáveis, só passaram a concorrer com mais afinco com a Igreja na segunda metade da década de 1920. O poderio da Igreja, com sua elite local, homogeneizada e ligada ao pensamento conservador, seria

fundamental para, nos anos 1930, surgir uma das mais influentes organizações político-religiosas da história do Ceará, a conservadora Liga Eleitoral Católica (LEC) (MIRANDA, 1987; PARENTE, 2000; SANTOS, 2007).

Entre os muitos nomes que se destacaram

21.8 OS OPOSITORES DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A década de 20 caracterizou-se pela crise da Primeira República. Em vários estados do Brasil surgiram as chamadas dissidências oligárquicas, compostas por elementos das classes dominantes que começaram a se opor às grandes oligarquias e à hegemonia de paulistas e mineiros na vida nacional. As cidades cresciam, expandiam-se as indústrias e a prestação de serviços, dando maior força política às classes médias, à burguesia industrial e mesmo à classe operária (em 1922 era fundado o Partido Comunista Brasileiro - PCB).

Os diversos segmentos sociais expressavam seu descontentamento fundando jornais, partidos, associações, etc., exigindo a moralização da República. De modo geral, encantavam-se com o Tenentismo, movimento rebelde de jovens oficiais do exército contra as estruturas oligárquicas reinantes. Com uma ideologia confusa, autoritária e elitista os tenentes promoveram várias revoltas armadas no intuito de derrubar o governo – as principais foram a Revolta do Forte de Copacabana (1922), a Revolução Paulista de 1924 e a Coluna Prestes que, entre 1924 e 1927, percorreu vários estados.

Tal efervescência atingiu igualmente o Ceará, embora o estado continuasse a ser dirigido pelas velhas oligarquias agrocomerciais. No início da década de 1920, contudo, surgiria um grupo oligárquico dissidente, chefiado por Fernandes Távora, que, atraindo segmentos da classe média e até da burguesia, seria o grande líder das ideias liberais, tenentistas e revolucionárias no Ceará.

Manoel do Nascimento Fernandes Távora nasceu em 1877, no Jaguaribe. Filho de rica família proprietária da região, bacharelou-se em medicina, em 1902, no Rio de Janeiro. Após clinicar na Amazônia, regressou ao Ceará em 1916, a convite do amigo e um

dos chefes do Partido Democrata, o oligarca Francisco de Paula Rodrigues. Com ajuda deste consegue se eleger deputado estadual. Em 1920, entretanto, rompeu com o Partido Democrata, pois defendeu a candidatura (derrotada) de seu tio, Belisário Távora, ao governo do estado nas eleições daquele ano, enquanto os democratas apoiavam Justiniano de Serpa. Fernandes, liderando um grupo dissidente, fundou a seguir o Partido Republicano Cearense, cuja influência política se revelou pequena. A partir daí, até como forma de chegar ao poder, passou a defender mudanças no esquema político da Primeira República, dentro dos valores liberais – o que faziam também nacionalmente, seus irmãos Joaquim Távora (morto na Revolução Paulista de 1924) e Juarez Távora (que se constituiria no grande articulador da Revolução de 30 no nordeste).

No ano de 1922, enquanto apoiava a candidatura presidencial oposicionista de Nilo Peçanha da Reação Republicana, Fernandes Távora fundou o jornal A Tribuna, o qual se tornou o porta-voz local do Tenentismo e crítico ferrenho dos desmandos dos governos da Primeira República. Denunciado como subversivo e perseguido pelo Presidente da República, Artur Bernardes (1922-26), foi o jaguaribano em 1925 obrigado a fechar seus jornal e partido, e a fugir para o exílio na Europa, regressando apenas quando da eleição do presidente Washington Luís.

Em 1927, Távora organizou o Partido Democrático Cearense e, embora, conseguindo votos suficientes para se eleger deputado federal, acabou degolado pelo governo. Esse novo partido de Távora seria o responsável pela campanha local de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de 1930.

Outras pessoas e entidades se destacariam igualmente na contestação às oligarquias dirigentes. Ainda em 1927, estudantes, jornalistas, intelectuais, elementos da classe média, como Moésio Rolim, Plácido Castelo, Djacir Menezes, Jáder de Carvalho, Clínio Porto, Rodolfo Ribas e Demócrito Rocha organizaram o Partido da Mocidade, que pugnava pela arregimentação eleitoral das classes; pelo combate ao latifúndio; pela luta contra a arma política do reconhecimento no Congresso; pela fiscalização das eleições e moralização do voto (MONTENEGRO, 1980: 98).

Ideologicamente, nas décadas seguintes, os membros desse Partido

irão se distribuir tanto pela direita como pela esquerda. Em 1928, Demócrito Rocha lança o jornal O Povo, criticando acidamente o sistema político vigente e objetivando formar uma massa politizada de eleitores. Rocha, que dirigiu também a revista Ceará Ilustrado, chegou a ser surrado na Praça do Ferreira por 12 oficiais em virtude de críticas que fazia à violência policial.

Pode-se ainda citar como opositores à República oligárquica os jornais O Ceará (dirigido por Júlio Matos Ibiapina), A Reação (de Américo Palha), e A Razão (de Raimundo de Monte Arrais). Em 1927, outro jornalista desassombrado, Antonio Drumond, criava a Gazeta de Notícias, que por sua oposição ao governo "Moreirinha", seria empastelado duas vezes no mesmo ano – em junho de 1930, Drumond foi assassinado na própria sala da redação do periódico (ANSELMO, 1970; SOUZA, 1982; JOB, 1986; PARENTE, 1986; RIBEIRO, 1989; MONTENEGRO, 1982; MOTA, 1999; MONTENEGRO, 2002).

Já em 1929, Ubatuba de Miranda, Américo Palha, José de Albuquerque, Tertuliano Menezes, Juarez Castelo Branco, Raimundo Nonato da Silva, Luis Brígido Nunes, Carlos Demétrio, Antônio Ferreira Braga, Renato Soldon, João Evangelista Lima, João de Lira Cavalcante, Camerino Teixeira, Humberto Garcia haviam fundado o Centro Cívico Luiz Carlos Prestes [homenagem ao comandante da Coluna Prestes], cujo objetivo era a regeneração dos costumes políticos por meio da revolução liberal (MONTENEGRO, 1980: 115).

Os arroubos de contestação não atingiam apenas os segmentos médios – tocavam o povo mais humilde igualmente, sobretudo, em Fortaleza, que continuava a crescer e cuja população chegaria no final da década de 20 a 100 mil habitantes. Aliás, a movimentação comercial do centro histórico da capital (carros, lojas, armazéns, oficinas, parques, clubes, etc.) e a presença de miseráveis e retirantes das secas (com seus inconvenientes: doenças, roubos, mendicância, etc.) levaram as classes médias e dominantes a partir daquele momento a procurar novas áreas urbanas mais seguras, confortáveis e com maior privacidade para residir. Desses deslocamentos resultaram os primeiros bairros elegantes de Fortaleza, como o Jacarecanga (nos anos 1920 ainda), Praia de Iracema e Aldeota (nos anos 1930 e 1940), delineando com mais visibilidade os novos espaços burgueses e reforçando a segregação socioespacial entre ricos e pobres na cidade.

Mesmo persistindo a preocupação das autoridades em aformosear e embelezar Fortaleza, foi também na década de 20, e, sobretudo, após 1930 que a planta urbanística de Adolfo Herbster do século XIX foi perdendo sua força sistematizadora, trazendo como consequência um crescimento desordenado e espontâneo das ruas e edificações urbanas, principalmente na periferia, onde passaram a surgir vários bairros operários e favelas.

A tensão social agravava-se na capital. Apesar de todo o aparato repressor e de vigilância das elites, as mazelas sociais levavam os excluídos (operários, desempregados, mendigos, menores abandonados, prostitutas, pobres de toda sorte) a se mobilizarem e manifestarem-se. Datam desse momento, além da presença de folclóricos tipos populares, a realização de várias greves, fundação de partidos, sindicatos, entidades de esquerda e até a ocorrência de motins.

Em setembro de 1925 houve uma revolta da população pobre de Fortaleza contra o aumento do preço das passagens dos bondes e dos novos horários implantados pela The Ceará Transway, Light e Power Ltd. (também responsável pelo fornecimento de energia elétrica e iluminação pública). A alta da tarifa e o novo horário prejudicaram a população, pois a Light estava colocando em circulação nos momentos de maior fluxo de trabalhadores os bondes

de primeira classe, cuja passagem custava mais. A população, enfurecida, resolveu quebrar os bondes, entrando em confronto com a polícia. Tendo como espaço de resistência a Praça do Ferreira, os fortalezenses por dias protestaram, ocasionando o fechamento do comércio de Fortaleza, suspensão das aulas no Liceu do Ceará, a intensificação do policiamento e o recolhimento dos bondes.

A cidade parou, o que levou o então presidente "Moreirinha" a intervir junto à empresa inglesa (esta era detentora de uma concessão pública). A revolta – no fundo uma manifestação também contra as más condições de vida e trabalho – foi parcialmente vitoriosa, pois, a Light acabou cedendo e modificando de novo o horário dos bondes (PONTE, 1993; SOUZA, OLIVEIRA, s d).

21.9 A COLUNA PRESTES NO CEARÁ

Em meados da década de 1920, jornais especulavam sobre a travessia da Coluna Prestes do Piauí rumo ao Ceará. Notícias provenientes, especialmente da família Távora, indicavam que os tenentes poderiam encontrar apoio no estado, o que acabou não se concretizando, pela fragilidade das oposições cearenses. A Coluna possuía cerca de 1500 homens, montados e armados, mas com escassa munição. Vários dos rebeldes estavam doentes.

Diante da ameaça, o presidente da República, Artur Bernardes, encarregou o então deputado federal Floro Bartolomeu de organizar a "defesa" do território cearense. Em dezembro de 1925, Floro chegou a Juazeiro vindo do Rio de Janeiro, trazendo armas, munição e dinheiro do governo federal. Passou a organizar os chamados "batalhões patrióticos", cujos componentes eram na maioria jagunços enviados por latifundiários da zona sul-cearense. Segundo informações divulgadas nos jornais, o batalhão de Floro organizado na cidade de Juazeiro era composto por um total de aproximadamente 1500 homens. Padre Cícero chegou a enviar uma carta a Luiz Carlos Prestes, condenando a Coluna e pedindo rendição em nome da "reconciliação nacional".

Tais batalhões iriam auxiliar a polícia militar do Ceará e as forças federais enviadas, compostas por tropas do Exército e das polícias do Rio Grande do Sul e São Paulo no combate aos "revoltosos", como eram conhecidas popularmente os integrantes da Coluna. A imprensa governista e as elites incutiram medo na população sobre os rebeldes enquanto os periódicos oposicionistas foram silenciados. Tinha-se a Coluna como um bando de marginais, desordeiros, que violentavam mulheres, saqueavam e incendiavam propriedades. Com a proximidade dos tenentes, vários núcleos urbanos se despovoaram ante o pânico dos habitantes. Embora alguns dos "revoltosos" tenham praticado desatinos, os líderes da Coluna buscavam tratar bem a população para angariar simpatias à causa e conseguir voluntários para a luta. Por outro lado, era verdade que praticavam o confisco de comida, dinheiro, montarias e munições como "contribuições", a serem pagas quando a "revolução triunfasse".

Artur Bernardes chegou a decretar estado de sítio no Ceará. Boatos diziam que a Coluna estaria se dirigindo para Campos Sales; em consequência, as forças governistas, entre as quais os "batalhões patrióticos" de Floro, deslocaram-se para aquela cidade.

A Coluna Prestes permaneceu aproximadamente 21 dias no Ceará, atravessando-o rapidamente em direção ao Rio Grande do Norte para chegar a Pernambuco, onde pretendia unir-se a tenentes locais numa revolta programada para fevereiro de 1926 (o que acabou, aliás, não ocorrendo). Os tenentes adentraram às terras cearenses divididos em dois grupos, o que foi feito em regiões e momentos diferentes – o reencontro da Coluna somente aconteceria dias depois do conflito de Crateús, na localidade de Arneiroz. O primeiro dos grupos, composto por apenas 132 homens sob as ordens do capitão João Alberto, entrou pela região norte, atravessando a serra da Ibiapaba, entre os municípios de Ipueiras e Guaraciaba do Norte, a 13 de janeiro de 1926. No Piauí, os "revoltosos" haviam sofrido uma baixa importante: a captura do tenente cearense Juarez Távora pelas forças do governo (versões falam quem o tenente teria se rendido por estar muito doente). O grupo de João Alberto dava a entender que poderia atacar Sobral e Fortaleza – chegou até a mandar telegramas em Ipu sobre essa pretensão. Na verdade, a ideia do tenente era, afora colocar em pânico o governo, desviar a

atenção das tropas repressoras, de modo que o segundo grupo, o grosso da Coluna, o chamado pelotão Estado-Maior, comandado por Luiz Carlos Prestes, chegasse ao Ceará tranquilamente pelo sul.

O batalhão de João Alberto deslocou-se numa marcha-relâmpago. Passou por Ipu, ocupando a cidade sem nenhuma resistência, inclusive "confiscando" alimentos dos estabelecimentos comerciais. Em Ipu, como nas outras vilas, boa parte da população, assustada, recolheu-se às casas ou se refugiou em sítios e fazendas próximas. A seguir, João Alberto deslocou-se por Ipueiras, Nova Russas e Crateús, que o pequeno contingente de tenentes não conseguiu ocupar, sendo mortos dois deles num duro combate com elementos governistas, a 16 de janeiro. Esse embate em Crateús teve repercussão na imprensa cearense, sendo tachado pelas forças governistas de "vitória" e "resistência heroica".

Diz o historiador Alex Alves de Oliveira "que, no ano de 2006, foi

inaugurado na cidade de Crateús o monumento comemorativo em alusão aos 80 anos da travessia [da Coluna Prestes] pelo estado cearense. Citamos ainda o "Cemitério dos Revoltosos", lugar onde foram enterrados dois membros da Marcha e que até a atualidade são cultuados, por parte da população local de Crateús, como santos populares, sendo depositada a eles uma figura miraculosa" (OLIVEIRA, 2011: 138).

Depois, as tropas de João Alberto atravessaram Novo Oriente, Quiterianópolis, Algodões e Arneiroz (25 de janeiro), onde se juntaram ao resto da Coluna, comandado por Luiz Carlos Prestes. Este entrara no estado no lugar denominado Boqueirão (a sete léguas de Alto Alegre), cruzara o pequeno distrito de Quixariú e havia passado ao largo de Campos Sales, trocando alguns tiros com os "batalhões" de Floro Bartolomeu sem maiores consequências. Unida, a Coluna avançou sobre os sertões centrais e vale do Cariri, entrando em Nova Floresta e Boa Vista (hoje, Mapuá) e afinal indo para o Rio Grande do Norte. Assim, Prestes, que nos anos 1930 viraria comunista, frustrava as tropas governistas locais (DELLA CAVA, 1976; LIMA, sd; OLIVEIRA, 2011).

21.10 PE. CÍCERO E LAMPIÃO

Um dos fatos mais intrigantes da passagem da Coluna Prestes pelo Ceará deu-se com o inusitado convite feito por Floro Bartolomeu ao cangaceiro Lampião para combater os rebeldes e defender a legalidade – o que evidenciava o desespero dos governistas com a crise política do País, mas que não era de todo tão surpreendente, pois muitos dos alistados nos batalhões patrióticos eram criminosos. Ainda em Campos Sales com seus batalhões, Floro teria enviado por um mensageiro carta ao Rei do Cangaço – carta esta referendada e assinada também por Pe. Cícero, então com 82 anos – solicitando sua presença em Juazeiro. O cangaceiro, que por ser devoto do "Padim" evitava atacar o Ceará (embora aqui tivesse vários coiteiros), ao receber o convite do "santo" caririense apressou-se a atendê-lo, chegando com cerca de 50 homens a Juazeiro no início

de março de 1926 (quando, portanto, a Coluna já não estava mais no estado).

Ali, num único e marcante encontro, Lampião, após ser aconselhado por Pe. Cícero a sair daquela vida de bandidagem, comprometeu-se a perseguir a Coluna Prestes, recebendo armas, munição, fardamentos e uma patente de capitão do exército. Compete esclarecer que nesse momento Floro não se encontrava mais em Juazeiro: bastante doente, dissolveu o grosso dos batalhões patrióticos e retirou-se para o Rio de Janeiro, onde faleceu no dia 8 de março, de angina. Foi enterrado com todas as honras, recebendo, em nome de seus serviços em defesa da Pátria, postumamente, a patente de general de exército.

Durante o percurso de ida a Juazeiro, quando estava hospedado em Barbalha, Lampião teria recebido uma carta escrita por Floro ainda em Campos Sales, sugerindo a suspensão da ida do cangaceiro a Juazeiro, "pois o povo já estava perseguindo os revoltosos". O Rei do Cangaço, entretanto, recusou a sugestão.

A presença de Lampião em Juazeiro provocou sensação. Uma multidão formou-se para ver o famoso cangaceiro e seu bando. Virgulino deu autógrafos, concedeu entrevistas a jornalistas, bateu fotos, ofertou esmolas à igreja local, recebeu visitas e foi agraciado até com presentes, sem ser incomodado pela polícia. O bandoleiro deixou a "Meca caririense" satisfeito, sobretudo, porque o documento que lhe conferia a patente de capitão – o que correspondia ao perdão de seus crimes e a não ocorrência mais de perseguições por parte da polícia – havia sido assinado a pedido de Pe. Cícero pela única autoridade federal em Juazeiro, um agrônomo do Ministério da Agricultura, Pedro Albuquerque Uchoa. Conta-se que este, depois, chamado para se explicar em Recife aos superiores por que tinha feito tal absurdo, disse que naquelas circunstâncias, com o medo que estava de Lampião, assinaria até a demissão do presidente Artur Bernardes! (apud CHANDLER, 1980: 83).

Lampião, contudo, não foi combater a Coluna Prestes. O cangaceiro – agora definitivamente chamado de "Capitão" Virgulino Ferreira –, talvez tenha temido a fama aguerrida dos tenentes, talvez tenha ficado irritado ao ser perseguido pela polícia de Pernambuco, que não reconheceu a patente, alegando que ela nada valia. Virgulino

ainda tentou falar com Pe. Cícero, mas este se recusou a recebê-lo novamente. O patriarca juazeirense foi duramente criticado pela imprensa de Fortaleza, a qual usou o episódio como uma prova da proteção que o "santo" dava a criminosos. Apesar disso, Lampião não perdeu o respeito e admiração por Pe. Cícero (DELLA CAVA, 1976; FAÇÓ, 1980; CHANDLER, 1980; MACEDO, 1986; BARROS, 2007; NETO, 2009; DUTRA, 2011).

Os juazeirenses ainda hoje reagem ao relato do encontro de Lampião e Pe. Cícero. É-lhes constrangedor falar do contato de seu "santo Padim" com um criminoso, a exemplo de Virgulino Ferreira. Há sobre os episódios outras versões e embates de memórias, eximindo Pe. Cícero de qualquer culpa no contato com o cangaceiro. Numa dessas versões, Lampião soubera das dificuldades dos batalhões patrióticos de Padre Cícero no combate aos tenentes e mostrara interesse em ajudar as forças legalistas. Convencido a ir a Juazeiro por um tenente dos batalhões, chamado Francisco Chagas, Lampião animou-se com a possibilidade de receber a patente de capitão dos patriotas, como estava acontecendo com outros combatentes, e conhecer pessoalmente Pe. Cícero. Na cidade, bastante incomodada com a presença do cangaceiro (que poderia praticar alguma violência) e sem saber exatamente o que fazer ante os interesses de Virgulino, o religioso buscou agir de forma conciliatória, hospedando-o e se encontrando com o criminoso, para evitar confrontos e mortes dos juazeirenses.

Nessa versão, o secretário de Pe. Cícero, o libanês Benjamim Abraão (que, aliás, nos anos 1930, registrou as únicas imagens cinematográficas de Lampião) teria sugerido, em tom de brincadeira, tendo em vista o impasse da situação, que a "patente" poderia ser assinada pelo agrônomo federal Pedro Uchoa Albuquerque, a única "autoridade federal" na cidade. A proposta foi levada a sério e sabia-se que o documento não tinha nenhum efeito legal – era apenas para atender a expectativa de Lampião e fazê-lo ir embora de Juazeiro o mais rápido possível.

Acossado pelo interesse do criminoso, Abraão viu-se obrigado a convencer Pedro Uchoa Albuquerque a redigir o documento. Também seria sua a ideia de confeccionar e entregar fardamentos dos batalhões aos cangaceiros. Assim, transferiu-se para o secretário

uma “responsabilidade histórica” que tem pesado sobre o “Padim” (MENEZES, 1985; HOLANDA, 2000).

Em junho de 1927, Lampião voltou ao Ceará, não para defender a legalidade ou por interesse em patentes dadas por “santos”, mas para cometer desatinos, após uma fracassada tentativa de saquear Mossoró-RN. O bando de “Capitão” Virgulino ocupou Limoeiro do Norte, exigindo da cidade uma (pequena) quantia em dinheiro como resgate. Os bandoleiros, inclusive, foram bem recepcionados pela (assustada) população, não praticando nenhuma violência – assistiram até a missa e ainda contribuíram para a igreja local!

Dias após deixar Limoeiro, Lampião sofreu uma emboscada feita por 500 policiais, perdendo a maior parte das provisões, munições e montarias. Quase desarmados, a pé na caatinga, os cangaceiros travaram em seguida outro tiroteio com a polícia, na serra da Macambira (Pernambuco); sensacionalmente os bandidos com poucas armas e balas derrotaram centenas de policiais, fazendo aumentar nos sertões a lenda do “Rei do Cangaço”. O bando, ajudado por coiteiros, escapou para os sertões de Pernambuco (CHANDLER, 1980).

21.11 A REVOLUÇÃO DE 30 NO CEARÁ

A crise da Primeira República atingiria seu ápice com a grande depressão mundial iniciada em 1929 em virtude da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque – o que atingiu o café, principal sustentáculo das oligarquias dominantes – e com as eleições presidenciais de 1930, quando um desentendimento entre São Paulo e Minas Gerais levou ao fim definitivo a chamada política do café-com-leite. Assim, os paulistas lançam Júlio Prestes para suceder Washington Luís no comando do País, enquanto Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul formavam uma chapa oposicionista, a Aliança Liberal, em torno dos nomes de Getúlio Vargas para presidente, e de João Pessoa para vice.

Usando de fraudes, violências e da máquina governamental, Júlio Prestes venceu o pleito. O resultado desagradou segmentos da classe média, burguesia e oligarquias dissidentes. Estes, então, contando com o apoio dos tenentes e usando como pretexto o assassinato de João Pessoa, iniciaram a 3 de outubro um movimento armado – a chamada Revolução de 30 –, no qual foi deposto o presidente Washington Luís, entregando-se o poder a Vargas.

No Ceará, quando das eleições presidenciais de 1930, coube ao presidente Matos Peixoto comandar o processo oficial de fraudes, subornos, violências e perseguições aos oposicionistas da Aliança Liberal, cuja campanha no estado foi entregue ao Partido Democrático de Fernandes Távora. Não surpreende, portanto, que Júlio Prestes vencesse o pleito no Ceará com larga margem de votos sobre Getúlio. Derrotados na possibilidade de chegar ao poder pelas urnas e sofrendo perseguição das oligarquias, os aliancistas passaram a articular a revolta armada, que foi no norte/nordeste coordenada pelo tenente Juarez Távora, a partir da Paraíba. No Ceará, além dos meios civis liderados por Fernandes Távora, a conspiração fez-se sentir com maior intensidade entre os jovens oficiais do 23° Batalhão de Caçadores e do Colégio Militar, como os tenentes Landri Sales Gonçalves, Júlio Veras, Carlos Cordeiro de Almeida, Ari Brígido Correia, Antônio Martins de Almeida, João da Silva Leal, entre outros.

Embora os militares cearenses não tenham promovido levantes armados como em outros estados, as ideias tenentistas faziam ressonância entre eles. Conforme Otacílio Anselmo, por ocasião da Revolta do Forte de Copacabana, em 1922, planejou-se sem êxito uma revolta em Fortaleza, à frente da qual estava o capitão Atahualpa de Alencar Lima, sob cujo comando, certo dia, os alunos do Colégio Militar desfilaram pelas ruas entoando a marchinha de protesto “Seu Mé” (referência ao presidente Arthur Bernardes), o que motivou grave incidente com a guarda do presidente Justiniano de Serpa (ANSELMO, 1970).

A partir de 1927, ainda que pese a repressão governamental, os segundos-tenentes recém-saídos da Escola Militar, Ladri Sales e Júlio Veras, iniciaram um processo de discussão das ideias revolucionárias entre um pequeno e seleto número de militares do

23° BC. Quando foram ambos transferidos para o Colégio Militar, ali também angariaram adeptos.

Em 1929, as articulações tenentistas no 23° BC intensificaram-se com a chegada do segundo-tenente Carlos Cordeiro, que estendeu seus pensamentos a outros oficiais e até a soldados, cabos e sargentos. Portanto, ao romper a Revolução de 30, boa parte dos militares cearenses estava doutrinada para a luta.

Com o início da revolta, a 3 de outubro, o presidente cearense, Matos Peixoto, tomou várias providências, entre as quais reforçar o policiamento da capital, censurar a imprensa, suspender o tráfego de trens em todo o estado e efetuar a prisão de vários aliancistas locais, como Fernandes Távora.

Tal repressão frustrou, num primeiro momento, o movimento revolucionário no Ceará. Em consequência, os tenentes Landri Sales, João da Silva, Júlio Veras e Ari Correia, entre outros, fugiram para Sousa, na Paraíba, lugar em que o movimento insurrecional no nordeste era mais forte e para onde haviam sido deslocados efetivos do 23° BC. Ali, aqueles tenentes, seguindo instruções de Juarez Távora, sublevaram o 23° Batalhão num combate em que morreu, após muita resistência, o comandante deste, o governista capitão Pedro Ângelo.

Um a um, caíam os governos do nordeste: Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte..., enquanto os efetivos do 23° BC iniciavam a volta de Sousa para Fortaleza. No percurso, os revolucionários começaram o processo de desarme da jagunçada e coronéis do Cariri. A 7 de outubro, já estando a Revolução vitoriosa no País e não tendo como resistir, Matos Peixoto renunciou à presidência do Ceará e embarcou para o Rio de Janeiro.

Juarez Távora liderou a Revolução de 30 no nordeste

A notícia foi recebida com euforia pelos setores urbanos. Uma multidão entusiasmada se formou na Praça do Ferreira para comemorar o ocorrido. Fernandes Távora foi libertado, carregado nos braços do povo e aclamado novo presidente do Estado – o que seria, depois, confirmado por Getúlio Vargas, embora os tenentes preferissem para o cargo o major João da Silva Leal.

A Revolução de 30 triunfava no Ceará. Do mesmo modo que em 1889, quando da Proclamação da República, as frágeis oligarquias tradicionais eram – momentaneamente – afastadas do poder por um evento de caráter nacional. Transferiu-se o comando do Ceará para um grupo oligárquico dissidente (os Távora) e para elementos da classe média. O movimento representou um golpe no poder dos coronéis latifundiários. Várias pessoas chegaram a pensar que era o fim das velhas oligarquias – para se ter uma ideia, os próprios domínios do Pe. Cícero chegaram a ser vasculhados e seu retrato foi retirado da sede da municipalidade de Juazeiro (a cidade por ele fundada!). Desarmou-se a jagunçada, combateu-se o cangaço, nomearam-se bacharéis para administrar os municípios interioranos.

Mas não se alteraram as estruturas socioeconômicas do País e do Ceará. Não se tocou na base do poder das elites nordestinas, o latifúndio. Os coronéis e as oligarquias continuariam a ter influência, ainda que submetidos ao poder nacional de Vargas. Os grupos dos Távora, dos setores médio-mercantis urbanos e dos tenentes eram tão frágeis quanto as velhas oligarquias cearenses. Influente era, como vimos, a Igreja. Esta, então, numa aliança cívico-espiritual se unirá abertamente às oligarquias decaídas com a Revolução de 30, possibilitando, em pouco tempo, a volta da influência dessas oligarquias e por fim a (re)conquista definitiva do poder do Estado, alijando os revolucionários de 1930 (ANSELMO, 1970; FACÓ, 1980; SOUZA, 1982; JOB, 1986; PARENTE, 1986; RIBEIRO, 1989; MONTENEGRO, 1982; MOTA, 1999; MONTENEGRO, 2002).

em 1891 sobre a grave questão social advinda com o capitalismo industrial. Condenava a teoria comunista e pedia uma “ação humanitária e cristã” dos patrões para melhorar a situação dos trabalhadores.

Capítulo 22

O movimento operário cearense

na Primeira República

Parada Central dos bondes elétricos na Praça do Ferreira, em Fortaleza. 22.1 A ORIGEM DO OPERARIADO CEARENSE

22.2 EMPECILHOS AO MOVIMENTO OPERÁRIO

Entre a proclamação da República e o início dos anos 30, intensificou-se no Ceará a formação de associações operárias (majoritariamente assistencialistas) e de partidos de trabalhadores (quase todos reformistas, isto é, não propunham a ruptura com o capitalismo), bem como a publicação de jornais operários e a realização de greves. Isso demonstra que a classe trabalhadora cearense estava atenta às questões sociais, econômicas e políticas do estado, não obstante as limitações e fragilidades.

Diversos fatores atuaram como empecilhos para uma atuação mais combativa do operariado local ao longo da Primeira República; entre eles, destacaríamos a ausência de trabalhadores historicamente combativos ou que tivessem mais experiência ou militância em movimentos sociais de resistência, ou seja, de oposição ao modelo capitalista (no centro-sul brasileiro, essa dificuldade supriu-se pela presença de imigrantes estrangeiros mais politizados, quais pouco se estabeleceram no nordeste); o pequeno número de operários e o considerável exército de reserva de mão de obra, aumentado continuamente com o êxodo rural, mormente, nas épocas de seca, e que permitia aos patrões achatar salários e dispensar aqueles operários mais reivindicadores.

Outras causas ainda: o fato de os poucos trabalhadores sindicalizados serem, na maioria, indivíduos que laboravam por conta própria, como é o caso dos artistas, pedreiros, alfaiates e outros; a repressão movida pelas autoridades e oligarquias, as quais viam os proletários como elementos perigosos e subversivos; e o fato de as organizações operárias do estado serem lideradas basicamente por elementos da classe média, cuja orientação era vinculada à Maçonaria ou à Igreja Católica, instituições ligadas às elites capitalistas e avessas da lutas de classes. (SOUZA, OLIVEIRA, s. d.; MONTENEGRO, 1980; PARENTE, 1986; RIBEIRO, 1989;

PARENTE, 1989).

22.3 MAÇONARIA, PARTIDO OPERÁRIO E CENTRO ARTÍSTICO CEARENSE

Na passagem do século XIX para o seguinte, a Maçonaria constituía-se mais em uma instituição semi-secreta, de caráter filantrópico (daí a preocupação com os males sociais provocados pelo capitalismo) e reduto de discussões e propagação das ideias secularizantes grassantes na "civilizada" Europa, como o positivismo, o evolucionismo e outras teorias materialistas, o que ajuda a entender as razões dos atritos com a Igreja católica. Composta, em geral, por pessoas vindas dos estratos médios e dominantes da sociedade, a Maçonaria, dentro do humanitarismo e altruísmo, preocupava-se com a miserável sorte dos trabalhadores.

Para o operariado, a Maçonaria defendia uma visão laica de sociedade, a propagação do ensino popular e a defesa da dignidade e valorização do trabalho. Baseando-se nisso, as entidades operárias ligadas aos maçons faziam palestras, cursos, etc. difundindo as antigas e novas correntes de pensamento político e social anticlericais/materialistas, a exemplo do darwinismo, positivismo, liberalismo, etc.; fundavam e mantinham escolas, no sentido de promover o "levantamento moral e combate à ignorância" do operariado, alargando, assim, os horizontes e as perspectivas futuras deste, uma preocupação, aliás, constante do movimento operário do período, inclusive de esquerda, visto que faltavam escolas para a população; e criavam associações beneficentes e culturais, sem, obviamente, propor uma ruptura radical com a ordem capitalista, como desejavam anarquistas e comunistas mas por vias diferentes.

Formados sob a visão maçom, surgiram vários líderes operários cearenses. A presença da entidade já se fazia presente em junho de 1890, com o surgimento da primeira agremiação partidária trabalhadora do Ceará, o Partido Operário, homônimo de outro existente à época no Rio de Janeiro.

O Partido criticava a organização dos trabalhadores em instituições mutualistas e beneficentes, embora priorizasse, nos moldes da social-democracia alemã[18], a participação eleitoral como maneira de ocupar cargos legislativos e, consequentemente, realizar reformas sociais capazes de melhorar a situação operária. Em seu manifesto inaugural, o Partido Operário propunha a luta por uma jornada diária de oito horas, redução do período de trabalho para mulheres e crianças, democratização do capital e habitação higiênica para todos. Na realidade, a agremiação reunia, na grande maioria artesãos, sob a liderança de um profissional liberal – o dentista Aderson Ferro – e estava intimamente influenciada e ligada ao grupo político oligarquico oposicionista de Antônio Rodrigues Júnior. Acabou se envolvendo diretamente nas disputas políticas do início da República.

Mais que a Igreja, as lideranças operárias ligadas à Maçonaria aceitavam a greve como instrumento de pressão. Em 1891, o jornal O Combate, do Partido Operário (lançado naquele ano), dedicava vários números ao desenrolar da greve dos trabalhadores da Estrada de Ferro de Baturité (EFB) denunciando as condições de trabalho, os baixos salários e a pretensão da direção da ferrovia em adotar-se uma caderneta de observação de comportamento dos trabalhadores (estabelecendo multas e punições), e pedindo a demissão do autoritário mestre das oficinas. Embora não participando da organização e mobilização do movimento de paralisação (esta foi espontânea), o Partido Operário solidarizou-se com os grevistas e prontificou-se para as mediações. Aderson Ferro chegou a participar de diversas conferências com o engenheiro-chefe da Estrada de Ferro, sem que as reivindicações dos trabalhadores fossem atendidas; a greve radicalizou-se – os ferroviários receberam apoio dos trabalhadores de Fortaleza, os quais se recusaram a ocupar os lugares dos grevistas. A greve da EFB terminaria sem negociação. Alguns operários voltaram ao trabalho, outros abandonaram o emprego. Mesmo assim, essa greve foi significativa como exemplo da resistência dos trabalhadores na Primeira República.

No citado jornal O Combate, o Partido Operário fez sistemática oposição a João Cordeiro e aos membros do Centro Republicano, tachados de mercenários, bastardos, inimigos da República, republicanos mascarados e outros ataques semelhantes. Em

setembro de 1890, quando das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, membros do Partido Operário realizaram uma passeata que acabou em confronto com a polícia; Rodrigues Júnior e Aderson Ferro foram presos sob a acusação de conspirarem contra o governo. Os membros da agremiação, em protesto contra a violência policial, deliberaram por abandonar o pleito eleitoral.

No ano seguinte, nas eleições para escolha da Assembleia Legislativa, o Partido Operário tentou novamente a via parlamentar como maneira de participar da vida política republicana. Não obteve resultados positivos; as fraudes, a corrupção, a repressão das oligarquias retiram-lhe qualquer chance de êxito. Para complicar, surgiram divergências dentro do próprio Partido: o proselitismo em busca de adesões e as alianças políticas com as oligarquias realizados por Aderson Ferro passaram a colidir com as ideias de membros como João Benevides e João da Rocha, ligados, igualmente, à Sociedade Beneficente União Operária e para quais a organização deveria afastar-se das disputas políticas eleitorais e se preocupar mais com os trabalhadores. Em 1892, estes romperam com Ferro, organizando seu próprio jornal, O Operário, e buscando – sem sucesso –, fundar uma confederação operária.

O movimento sofreu um refluxo. O Partido Operário uniu-se aos liberais para combater o governo Liberato Barroso. Segundo Joaquim Teófilo Cordeiro, barbeiro e membro da Maçonaria e um dos fundadores do Partido, a repressão foi de tal forma violenta que a agremiação proletária que agrupava em torno de 1500 pessoas desapareceu da ordem do dia. Deixou de existir. Só 10 anos mais tarde é que o operariado retornou a sua posição como elemento de classe (RIBEIRO, 1989: 23).

A fundação de centros e sociedades artísticas tornou-se uma característica da atuação maçônica entre os trabalhadores. Em 1902, maçons fundaram em Fortaleza a Sociedade Artística Beneficente, apresentada como promotora de benefícios entre a classe artística desta capital, no interesse e para auxílio mútuo de seus associados (SILVA, 2007: 48). A entidade possuía centenas de sócios e mantinha uma escola primária.

Em 1904 foi criado, por elementos ligados à Maçonaria, o Centro Artístico Cearense, que teria papel atuante como entidade

assistencialista no estado por toda a Primeira República; nos seus estatutos ficava explícito o assistencialismo quando se observa artigos determinando a obrigatoriedade de fazer o enterro dos agregados e prover socorro material às famílias no luto e na invalidez. Chegou a manter uma escola e se caracterizava pela mediação, arbitrando possíveis entendimentos entre patrões e empregados e resolver a origem de conflitos.

Ressalte-se que, a despeito do Centro Artístico ter participado do I Congresso Operário no Rio de Janeiro (de tendência anarcossindicalista, corrente bastante influente no operariado do centro-sul), o fez mais por razões de solidariedade de classe (união dos trabalhadores) e de ideias (união de todas as correntes secularizantes contra os princípios clericais e religiosos fanáticos) do que por uma possível influência ideológica anárquica. Um dos mais destacados líderes maçons do Centro Artístico foi o já citado Joaquim Teófilo Cordeiro. Este, natural de Itapipoca, nascido em 1868, chegou até a se eleger deputado estadual em 1912 com a queda de Accioly; em 1914, foi representar o Centro em um congresso operário patrocinado pelo presidente Hermes da Fonseca (esse congresso objetivava neutralizar e cooptar a atuação dos anarquistas). Cordeiro foi ainda eleito vereador de Fortaleza em 1924, 1928 e 1947, destacando-se igualmente como um dos pioneiros do espiritismo no estado. O jornal do Centro Artístico chamava-se Primeiro de Maio (SOUZA, OLIVEIRA, s. d.; MONTENEGRO, 1980; PARENTE, 1986; RIBEIRO, 1989; PARENTE, 1989; SILVA, 2007).

22.4 AS CONFERÊNCIAS VICENTINAS E O CÍRCULO OPERÁRIO CATÓLICO

A questão social não passou despercebida pela Igreja, como ficou claro na encíclica Rerum Novarum, do Papa Leão XIII, datada de 1891, em que o clero reconhece a miséria gerada pelo capitalismo liberal. Assim, sem tocar em questões mais profundas, a exemplo de

mudanças nas estruturas sociais, o clero começou a aproximar-se do movimento operário e a perceber que muitas de suas reivindicações poderiam encontrar eco no ensinamento tradicional da Igreja sobre a justiça e o bem-comum. A Igreja passou a chamar a atenção do Estado e da sociedade civil no socorro aos desvalidos e às classes laboriosas, através da filantropia e associativismo. As injustiças praticadas contra os operários deveriam ser combatidas assim como os outros erros da modernidade (ideias secularizantes e materialistas) dentro dos valores cristãos e confessionais, conforme, aliás, as concepções traçadas pela romanização. Assim, a Igreja voltou-se para o movimento operário cearense e a luta contra a influência neste da Maçonaria e das esquerdas.

Já no século XIX eram fundadas as Conferências Vicentinas, que através de doações obtidas junto às camadas abastadas da sociedade, prestavam caridade aos pobres. A primeira Conferência Vicentina foi instalada em 1879, no município de Aracati; depois foram fundadas em Russas, Icó, Crato e Baturité, respectivamente – exatamente em municípios onde a atividade comercial apresentava grande peso. Apenas em 1882, surgiu a Conferência Vicentina em Fortaleza. A função da entidade era prestar socorro direto aos desvalidos, isto é, aos pobres miseráveis e aos pobres assalariados, dentro da concepção de caridade cristã. O Barão de Studart, à frente do movimento cearense por longo tempo, acrescenta-lhe outras atividades complementares, tais como o ensino do catecismo, o estabelecimento e manutenção de escolas primárias, criação de bibliotecas, auxílio às vocações religiosas e estabelecimento de uma cooperativa para auxiliar no enterro dos confrades.

Foi, contudo, após 1912, no bispado de D. Manoel da Silva Gomes, que a Igreja intensificou sua atuação entre os trabalhadores. D. Manoel cria, em 1915, para contrapor-se à Maçonaria e às ideias de esquerda que já se faziam sentir, o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José de Fortaleza. Este possuía caráter assistencialista e corporativista, a fim de harmonizar os interesses entre capital e trabalho e atenuar as desigualdades sociais, ou seja, visava reunir os trabalhadores de diferentes categorias socioprofissionais e oferecer ajuda material e espiritual, fundamentado no princípio da caridade e do ideal cristão de harmonia social. O diretor da entidade foi o Pe. Guilherme Vaessen,

holandês que viveu grande parte da vida no estado e que muito se esforçou para propagar o circulismo.

Os Círculos Operários Católicos (COCs) – ideia que seria aplicada pela Igreja no resto do País apenas nos anos de 1930, a partir do Rio Grande do Sul – logo começaram a se propagar por outras cidades do estado (Aracati, Sobral, Limoeiro do Norte, Itapipoca, entre outras), dando ao clero, em pouco, a liderança sobre o movimento operário local. Sua ideologia conservadora fê-la aproximar-se ao longo dos anos 1920 do pensamento de extrema-direita (fascista) e gerou condições para a criação, na década de 30, da famosa Legião Cearense do Trabalho (LCT) e o fortalecimento da Ação Integralista Brasileira (AIB) no estado (SOUZA, OLIVEIRA, s. d.; MONTENEGRO, 1980; PARENTE, 1986; RIBEIRO, 1989; PARENTE, 1989; SANTOS, 2007).

Lembra, não obstante, a historiadora Ana Cristina Pereira Lima que a "proposta da Legião parece-nos bastante diferente dos fins do Círculo São José, mais preocupado em orientar moral e espiritualmente os trabalhadores. A Legião Cearense do Trabalho, enquanto movimento social, propôs estabelecer uma mediação entre classe operária e Estado, o que lhe conferia uma feição mais "partidária" e um caráter mais "combativo" do que os Círculos Operários. Uma das diferenças mais marcantes entre os Círculos Operários e a LCT refere-se aos movimentos grevistas. A Legião Cearense apoiava as greves (...) Contudo, na visão circulista, os movimentos grevistas, considerados como uma negação ao trabalho, eram expressamente combatidos e associados à desordem e entendidos como uma ameaça à paz social" (LIMA, 2009: 19)

A origem do 1º de Maio se vincula à luta dos operários pela redução da jornada de trabalho nos EUA, onde, em 1886, trabalhadores em greve foram mortos pela polícia e outros foram condenados à pena de morte e executados. Os chamados "Mártires de Chicago" se tornaram símbolo da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de resistência ao capitalismo. Nesse sentido, o 1º de Maio passou a amedrontar a burguesia. Os detentores do capital e os governantes, então, trataram de despolitizar a data, tornando-a um simples dia de lazer (virou feriado desde a Era Vargas no Brasil).

No Ceará, os primeiros registros do Primeiro de Maio datam de

1891, conformes jornais do período. Depois, contudo, quando do crescimento de um sindicalismo combativo, socialista e anarquista, que fazia do1º de Maio um dia de protestos e reivindicações, os jornais ligados às elites passaram a ignorar as manifestações de esquerda ou a demonstrar preocupação com a segurança pública ante o radicalismo dos operários nas passeatas, comícios e visitas aos cemitérios (essas visitas eram um costume dos trabalhadores, lembrando simbolicamente os mortos de Chicago).

Os setores sindicais conservadores ligados à Igreja igualmente apropriaram-se do Primeiro de Maio, dando-lhe um sentido corporativista e cristão. O jornal O Nordeste, referindo-se à data em 1939, pregava: Patrões e empregados de todo o mundo: uni-vos. Os Círculos Operários Católicos e, nos anos 1930, a Legião Cearense do Trabalho, esforçaram-se para tornar o dia um evento apenas religioso e festivo, de combate às ideias secularizantes da modernidade e ao avanço do comunismo. Promoviam desfiles, festas e atos públicos, normalmente na Coluna do Cristo Redentor, em Fortaleza (erguida em 1922, numa campanha dos católicos em celebração aos 100 anos da Independência do Brasil) (LINS, 2006).

As agitações no centro-sul, com a greve geral de 1917, em São Paulo, repercutiam entre os trabalhadores cearenses

22.5 ANARQUISTAS NO CEARÁ

Nas três décadas inicias do século passado os anarquistas (ou libertários) exerceram grande influência no movimento operário brasileiro, sobretudo, no centro-sul – ali se instalaram imigrantes europeus introduzindo a ideologia no País. Embora apresentem várias correntes, os anarquistas, de modo geral, defendem a extinção do Estado, pois, creem, constituir-se este apenas em um instrumento de opressão individual; também são contra a religião (a prisão mental das pessoas) e não aceitam eleições ou partidos políticos. Pregam o fim do capitalismo e a criação imediata do comunismo, uma sociedade justa e igualitária, o que seria atingido por meio da ação revolucionária direta das massas (aceitam, no máximo, anarcossindicatos).

As ideias libertárias e socialistas começaram a chegar ao Ceará no final do século XIX e início do seguinte. Apresentaram imensas dificuldades para propagar-se devido à influência da Igreja, que via as concepções materialistas e secularizantes como grandes inimigas. Não obstante, os princípios anarquistas chegavam através de viajantes, com os navios (que ao deslocar pessoas, permitiam a circulação de novas ideias e notícias sobre regiões distantes), com livros, jornais e outras publicações vindas diretamente da Europa ou de cidades brasileiras mais dinâmicas, como Recife, São Paulo ou Rio de Janeiro. Sabe-se que várias entidades (como a Confederação Operária Brasileira, de orientação anarquista) e jornais operários do centro-sul e de Portugal buscavam manter intercâmbio com militantes cearenses no intuito de mobilizar os trabalhadores mais afastados do polo Rio/São Paulo. Os intelectuais e operários cearenses eram também influenciados pelos ecos da ação e agitação que os anarcossindicalistas desenvolveram em outras regiões do Brasil.

As concepções libertárias – e outras, pois, de começo, existia certo contato e amálgama entre positivistas, humanistas, socialistas e anarquistas, ou seja, de pensamento materialista, objetivando o

combate às ideias clericais –, passaram a ser discutidas em pequenos círculos literários de Fortaleza, reunindo jovens estudantes do Liceu, da faculdade de Direito, gráficos, caixeiros, funcionários públicos, poetas, jornalistas, entre outros. Das leituras comuns, da camaradagem, da indignação com a política oligárquica e com a miséria das massas é que se extraiu o conteúdo para a militância socialista, fazendo surgir os primeiros jornais e entidades anarquistas do Ceará. Em 1908, por exemplo, aparecia O Regenerador, jornal fundado por Moacir Caminha (ver box) e que não foi além do 1º número. Era comum a polícia apreender os jornais operários e o patronato impedir a distribuição dos mesmos nas fábricas. Não raras vezes, as gráficas que imprimiam os periódicos eram empasteladas.

No contexto de maior mobilização do operariado no início dos anos 20, percebe-se a influência anarquista quando da criação da União Geral dos Trabalhadores (a 1º de maio de 1920, em Fortaleza), por Pedro Motta (ver box) e apresentando 300 sócios. O mesmo Pedro Motta participaria da fundação da Associação Gráfica do Ceará e da Federação dos Trabalhadores Cearenses, que, inclusive, nos seus respectivos jornais Voz do Graphico e O Combate (não confundir com o jornal homônimo do Partido Operário), solidarizaram-se com os caminhos da Rússia após a revolução (comunista) de 1917[19].

Nos primeiros núcleos anarquistas cearenses, há de se ressaltar a presença de duas figuras importantes: o jornalista e professor Moacir Caminha e o gráfico Pedro Augusto Motta.

Moacir Caminha nasceu em 1887, na cidade de Icó, onde realizou os primeiros estudos (era, inclusive, parente do romancista Adolfo Caminha). Depois, veio para Fortaleza na intenção de prosseguir os estudos com o professor Agapito Jorge dos Santos. Com esforço, ampliou os conhecimentos humanistas e travou contato com as ideias libertárias.

Conforme a historiadora Adelaide Gonçalves, no Ceará, no começo do século [XX], parece pertencer a Caminha a condição de primeiro que, de forma aberta, expressou através de sua militância essas ideias (...). Nos jornais, nos grupos que organiza, nos textos que publica, propaga o pensamento libertário e fala de seu apego à ideia de liberdade, solidariedade e justiça; e, sobretudo, afirma sua recusa

ao capitalismo como forma de organização social (GONÇALVES, SILVA, 2000: 28).

Caminha foi um dos fundadores do jornal O Regenerador e do Clube Socialista Máximo Gorki, de onde saíam vários boletins, manifestos e panfletos a fim de propagar o anarquismo. Os militantes libertários participariam de todas as mobilizações populares daquele começo de século, como as greves e mesmo a deposição de Accioly em 1912.

O professor anarquista continuou na ativa no Ceará até meados dos anos 30, quando se mudou para o Rio de Janeiro. Na década de 40, publicou o semanário Remodelações na tentativa de revitalizar a corrente anarquista, praticamente dizimada após décadas de derrotas – em virtude da brutal repressão das elites sobre a classe operária e do crescimento dos comunistas (adversários ideológicos dos anarquistas). Caminha faleceria no Rio de Janeiro em 1962.

Pedro Augusto Motta constituiu-se um dos mais importantes líderes operários cearenses. Foi um militante incansável, fundador de muitos jornais e entidades, além de propagador constante dos princípios anarquistas. Poeta, seus escritos e versos de denúncia social não raras vezes provocaram polêmicas com dirigentes católicos e patrões, que o viam como um sujeito perigoso. Gráfico, preocupou-se em organizar sua categoria num sindicalismo de resistência; isso lhe trouxe perseguições. Foi o que aconteceu em 1919, quando foi demitido das oficinas do jornal Correio do Ceará – o proprietário do periódico, A. C. Mendes, chegou a dizer que a demissão foi uma atitude necessária e exemplar no sentido de moralizar o estabelecimento gráfico (apud GONÇALVES, SILVA, 2000: 49).

Constando da lista “negra” do patronato cearense, Motta partiu para São Paulo, em 1923. Ali, continuaria militando entre o proletariado, virando até um dos editores de A Plebe, um dos principais diários anarquistas do Brasil na Primeira República. Em 1924, com a rebelião tenentista eclodida naquela cidade, Pedro Augusto foi um dos que subscreveram um memorial de reivindicações populares entregue ao comitê dirigente da revolução paulista, o que desencadeou uma repressão brutal sobre os signatários.

Motta, entre muitos, acabou preso e deportado para o campo de concentração da Clevelândia, no Oiapoque, atual Amapá. Sobre sua morte temos informações divergentes. Alguns dizem que teria morrido tão logo chegou à Clevelândia, em virtude das torturas das quais foi vítima no navio-prisão. Há uma segunda versão, pela qual Motta e outros conseguiram fugir para a Guiana Francesa, morrendo em 1926, em consequência de doenças e fome. A morte prematura de Pedro Augusto Motta marcava o desaparecimento de um militante operário cearense que alcançou papel destacado no País (GONÇALVES, SILVA, 2000; BRAGA, 2012; BRITO, s.d.).

Surgida em setembro de 1920, a Associação Gráfica era um sinal das disputas internas no movimento operário local: divergências dos anarquistas em relação ao Partido Socialista Cearense (sobre o qual falaremos adiante) e acirramento das disputas travadas com os Círculos Operários Católicos e com o Centro Artístico Cearense. A Associação propõe um sindicalismo de resistência, denunciando na Voz do Graphico as instituições burguesas, que considerava "velhas e velhacas" e em fase de falência. Falava da ociosidade dos burgueses no seu cotidiano "... Esbanjando o suor usurpado criminosamente ao operariado e ao povo, tornando-os em bestas de cargas dos magnatas do poder". Denunciava as condições de trabalho dos operários nas "oficinas infectadas, escuras e apertadas" (...) O jornal destacava frases do ideário marxista, "Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos", objetivando desenvolver a solidariedade operária. Criticava as associações que estavam desmobilizadas e enaltecia as que se destacam pela combatividade (SOUZA, OLIVEIRA, sem data: 13).

A Federação dos Trabalhadores Cearenses, fundada em 1921, criticava as associações beneficentes. Em seus estatutos e no jornal O Combate, percebe-se a presença significativa dos princípios e estratégia anarquistas, como a recusa à participação eleitoral, a ação direta e a defesa de alternativas autônomas de luta dos trabalhadores contra o Estado e o patronato.

Os sindicalistas de tendência libertária acreditavam que a apatia do movimento sindical devia-se ao analfabetismo e à ignorância do meio operário – desejavam não apenas que os trabalhadores dominassem os rudimentos de escrita e leitura, mas que tivessem

condições de entender como eram explorados dentro do capitalismo e como o socialismo lhes permitiria a emancipação social. Assim, é constante a preocupação com a fundação de escolas e grupos de leitura e debates, afora a realização de palestras e conferências, difundindo-se o pensamento libertário.

Ao longo dos anos 1920, se aprofundaram os embates entre os militantes socialistas e as entidades filantrópicas e assistencialistas ligadas à Igreja e à Maçonaria, que, contudo, continuaram a liderar o movimento operário local e dificultavam as ações de um sindicalismo de resistência e combate ao capitalismo. Os ataques eram veementes e constantes, tanto de um lado como de outro, com duras críticas veiculadas por meio da imprensa. Na verdade, o que ocorria era uma disputa entre projetos distintos no interior do movimento operário ou para ele voltado.

Na Voz do Graphico, os ativistas de esquerda tachavam o jornal O Nordeste e os intelectuais católicos José Martins Rodrigues e Andrade Furtado como “impertinentes papa-hóstias” e os membros dos Círculos Operários Católicos, de “carneirada inconsciente do circo”. O jornal Diário do Ceará, alinhado ao pensamento das elites, por sua vez, investia contra os socialistas, advertindo os trabalhadores do perigo de transformarem suas entidades de auxílio mútuo e beneficência em sindicatos de resistência. O discurso conservador justificava a repressão: trabalhadores, a exemplo do metalúrgico Luís Araújo, chegaram a ser presos e deportados para o sul do País, sob a acusação de serem “desordeiros e perturbadores da ordem” (SOUZA, OLIVEIRA, s. d.; PARENTE, 1986; RIBEIRO, 1989; GONÇALVES, SILVA, 2000; BRAGA, 2012).

22.6 PARTIDO SOCIALISTA CEARENSE

O movimento operário cearense conheceu certa efervescência na virada da segunda década, especialmente entre os anos de 1919 e 1922, em decorrência da crise econômica advinda da conjuntura do pós-I Guerra Mundial, do processo de industrialização e

urbanização, da onda revolucionária vinda da Europa (sobretudo, da Revolução Russa de 1917), da crise socioeconômica cearense (secas, enchentes, etc.) e da própria agitação do operariado no centro-sul do Brasil. Não por acaso, são desse período a fundação de inúmeras associações, de tendências ideológicas diversas. Surgem, além das entidades sob influência anarquista citadas no tópico anterior, os sindicatos de alfaiates, dos cigarreiros, dos pintores, dos marceneiros, dos sapateiros, dos marítimos, dos gráficos, dos padeiros, dos barbeiros, dos tecelões e de outros (MONTENEGRO, 1980: 101). Em 1919 aparecia o Partido Socialista Cearense, fundado por Gastão Justa, Eurico Pinto e Raimundo Ramos, tendo, curiosamente, a colaboração dos anarquistas Moacir Caminha e Pedro Augusto Motta – estes, quando da fundação do PSC, estavam ainda numa fase de transição de seus posicionamentos em direção ao pensamento libertário, de modo que e a crítica e a autocrítica à militância partidária só iria acontecer mais tarde.

O PSC, ainda que denunciasse em seu jornal Ceará Socialista as péssimas condições de vida e trabalho dos operários, e condenasse as entidades meramente beneficentes, apresentava-se como reformista, defendia a via eleitoral e política para promover reformas sociais, não rompendo com o sistema de classes. Ao contrário, buscava colaborar com as elites dando ênfase ao patronato na ideia de que não era comunista nem anarquista.

Segundo os historiadores Francisco Foot e Victor Leonardi, o Partido Socialista parece ser uma manifestação tardia da social democracia em nosso País, com os inevitáveis apertos de mão e aproximação com os agentes oligárquicos do poder estatal. Em julho de 1919, a comemoração da tomada da Bastilha[20], que contou com um desfile de centenas de operários, encerra, em seu ritual simbólico, alguns indicadores de uma tendência colaboracionista. Entre as bandeiras, a brasileira, a francesa, o estandarte dos alfaiates, o dos carpinteiros e a flâmula rubra do PSC. Acompanhados pela banda de música do batalhão militar, o cortejo chega ao palácio do governo, sendo os dirigentes reformistas recebidos pelo presidente do Estado, que com toda cortesia..., lhe reiterou o seu apoio à atividade digna em que se manteve até então o Partido; mais grave, a manifestação é selada com um discurso final do presidente do Estado que, em frases pausadas, disse ouvir

as palavras dos dois diretores do partido, cientificadoras da orientação do mesmo, baseada na ordem, na justiça e no direito (FOOT, LEONARDI, 1982: 307).

Joaquim Pimenta, cearense de Tauá, nascido em 1886, foi um dos pioneiros das ideias socialistas e anarquistas no Brasil. Após os primeiros estudos na cidade natal, mudou-se em 1904 para Fortaleza, ingressando no Liceu e, a seguir, na Faculdade de Direito, onde foi muito influenciado pelo professor Soriano Albuquerque, grande conhecedor de filosofia e sociologia – não por acaso, Pimenta impregnou-se de doutrina do evolucionismo de Spencer. Depois, virou um dos primeiros intelectuais brasileiros a seguir o marxismo. Pimenta passou a exercer o magistério e o jornalismo, participando da fundação de publicações a exemplo do jornal O Demolidor, de posições anticlericais. Envolveu-se ativamente na campanha contra a oligarquia Acciolyna, sofrendo por isso perseguições e agressões, tanto que ficou impossibilitado de concluir o curso jurídico. Mudou-se para Recife, bacharelando-se em 1910. Nomeado Promotor Público, deixou o cargo para combater a feroz oligarquia dos Rosa e Silva. Caída esta em 1911 e passando o governo para Dantas Barreto, Joaquim Pimenta foi nomeado subsecretário da Inspetoria de Ensino de Pernambuco e tornou-se professor da Faculdade de Direito de Recife. No final dos anos 10, envolve-se mais diretamente com a classe operária, desenvolvendo militância socialista. Mudou-se, em 1932, para o Rio de Janeiro, e foi um dos artífices da legislação trabalhista e do Ministério do Trabalho na Era Vargas (1930-45). Faleceu em 1963 (GONÇALVES, 2003; BARBOSA, 2004).

Ainda que os dirigentes do PSC tenham a

22.7 COMUNISTAS NO CEARÁ

O truculento governo do presidente Artur Bernardes (1922-26), quase todo em Estado de Sítio, atingiu em cheio com a repressão o movimento operário no País. Após o encerramento do mandato de Bernardes, percebeu-se que a liderança da classe trabalhadora no centro-sul havia passado para os comunistas – em 1922, fora fundado, no Rio de Janeiro, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) –, os quais começaram a buscar a unificação do movimento sindical brasileiro, então enfraquecido e disperso em várias associações e federações.

É do contato com essas lideranças nacionais do PCB nacional que surgiriam, por volta de 1926, os primeiros simpatizantes do partido no Ceará, os quais se reuniam na antiga sede da União dos Pedreiros do Ceará (próximo à praça do Coração de Jesus, em Fortaleza).

Observe-se que em 1926 o recém-empossado presidente Washington Luís (1926-30) baixou a Lei Celerada, cujo efeito prático foi o de pôr na ilegalidade o PCB. Daí o motivo pelo qual os comunistas, para driblar a repressão, começaram a fundar pelo País organizações esquerdistas denominadas Bloco Operário e Camponês (BOC), que serviam de fachada para a militância. Foi por intermédio do BOC que se iniciou a atuação no Ceará.

Conforme o historiador Francisco Moreira Ribeiro, no ano de 1927 o sindicalista José Joaquim de Lima, mais conhecido como Joaquim Pernambuco, foi ao Rio de Janeiro a fim de participar do congresso da Confederação Geral do Trabalho – entidade concebida pelo PCB – de onde voltaria com a missão de organizar em Fortaleza o Bloco Operário-Camponês e, consequentemente, a secção cearense do Partido Comunista. Participaram ainda desta empreitada José Borges da Silva, Antônio de Oliveira, Luis Gomes, Lúcio Sotero, João Francisco de Mendonça, Antônio Marcos Marrocos, Paulino de Morais, Clóvis Barroso e Lafite Barreto (RIBEIRO, 1989).

Além do BOC, fundado em Fortaleza em 1927, também foram criados núcleos comunistas em Camocim, Aquiraz, Aracati e Quixadá – municípios onde a economia não mais se limitava a atividades de subsistência. As três primeiras cidades, em graus diferentes, eram centros portuários, escoadoras de mercadorias para exportação, enquanto a última prosperava em função do comércio desde a construção do açude do Cedro, iniciada em 1884 e findada em 1906.

A propagação das ideias marxistas na década de 20 entre o "ordeiro e bem-comportado" operariado local assustou ainda mais os setores conservadores. Em meados de 1925, a Maçonaria (detentora da hegemonia do Centro Artístico Cearense) e a Igreja, que até então rivalizavam na disputa do movimento de trabalhadores locais, passaram a desenvolver uma aproximação tática, visando barrar a expansão comunista, como fica evidente na criação, com apoio daquelas instituições, da Federação Operária Cearense. Líderes maçons e católicos começaram a comparecer juntos, por exemplo, por ocasião dos festejos do 1º de Maio, dentre outros eventos. O Centro Artístico torna-se palco de diversas conferências sobre a questão social, o que é, inclusive, noticiado pelo jornal católico O Nordeste, como no caso da palestra ministrada em 1923 pelo advogado José Lino da Justa, que chegou a afirmar: O socialismo (...) seduz hoje as multidões porque os seus sectários prometem paraísos que são miragens (...) O socialismo é perigoso. Ele repele Deus, ataca a ideia de Pátria, procura destruir a família e introduzir o amor livre (apud SILVA, 2007: 80).

Com o mesmo propósito de combate às esquerdas, a União dos Moços Católicos, por exemplo, promoveu exaustivas conferências anticomunistas em sindicatos e associações beneficentes. A Igreja incrementou a atuação dentro das fábricas, com as práticas de catequese e primeira comunhão dos operários. Os sermões nas paróquias, tendo como público-alvo os trabalhadores, falavam de resignação e da pobreza como fontes de virtudes. O referido jornal O Nordeste noticiou artigo de Pe. Antônio Azevedo, onde se lia: consolai-vos, trabalhadores, ide a Jesus (...) tendes de trabalhar muitas horas do dia? Também Jesus assim trabalhou, porque nos quis dar o exemplo do trabalho assíduo. A vossa casa é pequena? Pequena e pequeníssima foi também a casa de Nazaré. (...) Tendes

má comida e má dormida?Assim as teve Jesus em Nazaré e depois essas mesmas lhe faltaram, pois vivia de caridade (...) resignai-vos, pois, vós também com o que vos tocar por sorte. Só assim podereis atingir a felicidade que se pode atingir neste mundo e essa imensa ventura que Jesus vos quer dar no céu (apud GONÇALVES, 2001, 35).

A tese é que os cearenses, cristãos e pacíficos, jamais poderiam agasalhar uma ideologia estrangeira, ateia e promotora de distúrbios e radicalismos. Passeatas foram organizadas pelos Círculos Operários Católicos, com o sugestivo cântico A fé católica do Ceará ao socialismo derrotará. O mencionado periódico O Nordeste chegou a afirmar que o fracasso da greve dos trabalhadores da Light em 1929 deveu-se à infiltração bolchevique, e pede mesmo a repressão governamental contra os comunistas: O que queremos frisar (...) é o perigo do bolchevismo (...) para aqui trazido por (...) sonhadores de cousas más. Referimo-nos a organização comunista do Bloco Operário-Camponês, com fins revolucionários e dissolventes da sociedade tranquila dos operários cearenses. Até o canto da Terceira Internacional vem sendo rito nas reuniões promovidas por José Pernambuco – para quem a polícia deve voltar suas vistas severas, como elemento de desordem e discórdia (...) (apud PARENTE, 2007: 14).

E repressão ocorria. Jornais esquerdistas eram apreendidos. Em Camocim, a “cidade vermelha”, onde havia uma considerável mobilização do PCB, o líder sindical e comunista Francisco Teodoro Rodrigues foi preso em 1928 por ordem do delegado e prefeito locais, que proibiram uma reunião dos trabalhadores. Rotineiramente, a polícia espancava socialistas, enquanto patrões os demitiam ou negavam-lhes emprego.

Com efeito, as pregações anticomunistas e o próprio domínio e repressão das oligarquias acabaram por limitar e reduzir a atuação e liderança do PCB no estado. Apesar da radicalização ideológica esquerda/direita, os conservadores continuaram à frente do movimento operário, com suas pregações filantrópicas e de conciliação de classes. Isto fica evidente quando se percebe que a citada aliança entre Maçonaria e Igreja, apesar de suas bases frágeis, seria o alicerce para a criação, em 1931, da Legião Cearense

do Trabalho, a qual expressa muito bem a ideologia de extrema-direita e anticomunista no seio da classe operária do Ceará (PARENTE, 1986; RIBEIRO, 1989; PARENTE, 1989; GONÇALVES, 2001; SILVA, 2007; SANTOS, 2007; PARENTE, 2008; LIMA, 2009).

Francisco Teodoro teve intensa miFrancisco Teodoro Rodrigues nasceu em

Capítulo 23

O Ceará na Era Vargas

3.1 OS INTERVENTORES E A CENTRALIZ

Os interventores tinham por função garantir os ideais da Revolução (ou seja, acabar com o clientelismo, nepotismo, corrupção, etc.) e exercer os poderes executivo e legislativo em cada unidade da federação até que houvesse a reconstitucionalização do País. Cabia a eles, ainda, nomear os prefeitos. A fim de estabelecer uma prática homogênea entre os interventores na condução e reorganização administrativa dos estados e evitar abusos de poder (ou insubordinações), Vargas baixou o Código dos Interventores, cujo preceito básico era a criação dos Conselhos Consultivos. Estes, formados por cinco ou seis membros (escolhidos pelo próprio interventor, mas referendados pelo Ministério da Justiça), possuíam amplas atribuições, pois, na ausência de órgãos legislativos, cabia a eles assessorar os interventores nos temas relativos à administração, economia e política dos municípios e estados.

Ressalte-se que as elites do norte e nordeste, de modo geral, pelas suas próprias fragilidades não se opuseram à centralização e autoritarismo impostos por Vargas. Elas esperavam maior participação na vida política nacional, não desejando mais o ostracismo do qual eram vítimas na Primeira República, dominada por mineiros e paulistas. Por outro lado, as classes dominantes nortistas apoiavam Getúlio na esperança de que este desse maior apoio à região, particularmente solucionando seus problemas econômicos – apoio que na maioria das vezes beneficiava somente as próprias elites locais (SOUZA, 1982).

23.2 FERNANDES TÁVORA: REVOLUCIONÁRIO, MAS NEM TANTO

O primeiro interventor cearense foi um civil, Fernandes Távora, líder de uma facção oligárquica dissidente da Primeira República e que havia apoiado a Aliança Liberal. Com ele deu-se a emergência de um grupo político – o Tavorista – que por décadas (até o início dos anos 1980) possuiria destaque na política cearense.

Távora governou o Ceará por oito meses, de outubro de 1930 a julho de 1931. Nacionalmente, o fato de o interventor do Ceará ser irmãos de um dos líderes da Revolução de 30 não era visto com bons olhos, devido ao discurso moralizador dos revolucionários. O próprio Juarez Távora teria se sentido incomodado com a situação. A gestão de Fernandes Távora seria tímida, contraditória e autoritária.

Promoveu o desarme e prisão de vários coronéis (logo libertos), a abertura de processos para apurar as irregularidades das antigas oligarquias (não deram em nada) e a decretação de norma exigindo o número mínimo de 15 mil habitantes e uma renda anual não inferior a 30 mil contos de réis para a constituição de um município. Esta medida de pretensões centralizantes e moralizadoras (controlar-se-iam os municípios para se evitar os desmandos dos coronéis), reduziu de 85 para 51 os municípios cearenses, e foi bastante criticada, sobretudo, no quesito da renda, considerada muito elevada em razão da pobreza nordestina.

Da mesma forma que Getúlio, nacionalmente, Fernandes Távora agiu duro na repressão às esquerdas. Para 19 de janeiro de 1931, o PCB estava preparando em Fortaleza a “Passeata da Fome” visando denunciar a situação de penúria do povo e as incoerências da Revolução de 30. A Interventoria mobilizou os aparatos estatais para impedir a realização do evento: nomeou um delegado especial para realizar diligências na capital e no interior, proibiu a distribuição de folhetos de convocação da passeata e prendeu a liderança do movimento, deportando 16 para o Rio de Janeiro (entre os deportados, uma mulher, a tecelã Luisa Costa, o alfaiate Lúcio Sotero, o carpinteiro Vicente Matias e o professor e jornalista Francisco Teodoro Rodrigues). Com esse processo repressivo, o PCB foi praticamente alijado do Ceará, pelo menos até 1935.

Mas o governo de Távora seria efêmero. Ele continuou com as práticas políticas tradicionais e clientelísticas, privilegiando os elementos ligados à sua facção oligárquica. Pode-se constatar essa afirmativa quando da nomeação dos novos prefeitos cearenses; muitos escolhidos eram correligionários do interventor ou mesmo elementos vinculados à antiga ordem, adesistas de última hora ao movimento de 30, oriundos dos extintos partidos Democrata e

Conservador.

Fernandes Távora foi o primeiro interventor cearense na Era Vargas

Tal comportamento do interventor cearense o levou a entrar em choque com as oligarquias decaídas (nome pejorativo pelo qual eram chamadas as oligarquias perdedoras do poder com a Revolução de 1930), e, sobretudo, com os próprios tenentes, que exigiam a imediata moralização das práticas políticas e da administração pública, sem privilégios ou favorecimentos a quem quer que fosse.

Assim, os tenentes começaram a pressionar Getúlio Vargas, objetivando destituir Fernandes Távora da interventoria, no que foram atendidos. Vargas, então, nomeou para o cargo o capitão carioca Roberto Carneiro de Mendonça (MONTENEGRO, 1980; SOUZA, 1982; RIBEIRO, 1989; MOTA, 2000; SANTOS, 2007).

“Contudo, a influência dos Távoras depois de 1930 no Ceará não pode ser menosprezada. (...) A posição ocupada por Juarez Távora no cenário político nacional tornava-o a grande referência para os grupos políticos organizados no estado Ceará, principalmente aqueles se colocavam a favor da Revolução. Juarez Távora com muita frequência intervinha como mediador dos dissídios entre os grupos políticos em disputa no Ceará. Do ponto de vista discursivo, Juarez sempre argumentava está agindo em nome dos interesses revolucionários e dos interesses do engrandecimento das instituições políticas no Ceará (...)” (REGIS, 2008: 172).

No período getulista, episódios como a morte de Lampião, em 1938, e de Corisco, em 1940, e a destruição da comunidade religiosa do Caldeirão, em 1936, marcaram a derrocada do cangaço e dos movimentos messiânicos.

Vários foram os motivos que levaram ao fim do cangaço e dos movimentos messiânicos. Aspectos políticos, econômicos, logísticos, tecnológicos e humanos contribuíram para que isso acontecesse, ainda que a Revolução de 1930 tenha mantido intocável a estrutura latifundiária nordestina.

Em primeiro, pode-se citar a centralização do poder promovida por Getúlio, que não admitia núcleos de contestação à ordem e ao império da lei. Assim, era inconcebível supor que bandos de

cangaceiros continuassem a agir impunemente ou que líderes religiosos desafiassem os ditames das autoridades e colocassem em xeque a estrutura socioeconômica. Intensificou-se a repressão aos cangaceiros. Os interventores promoveram campanhas de desarmamentos do sertão e puseram a prêmio a cabeça dos principais bandoleiros, ao mesmo tempo em que acenavam com o perdão para os que depusessem as armas. Boa parte dos cangaceiros se rendeu e, após cumprirem suas penas e serem libertos, mudaram de estado e se adaptaram ao meio civil. Assim, começou a faltar asseclas para seguir os líderes do cangaço.

O Estado exigia o monopólio do uso da violência, daí porque os coronéis e seus jagunços foram também desarmados (alguns até presos). Muitos coiteiros deixaram de colaborar com os cangaceiros para ajudar as volantes – conta-se que Lampião e os demais chefes tiveram nos últimos tempos enormes dificuldades para conseguir armas e munições, sendo que as relações com seus fornecedores tornaram-se puramente mercantis. O governo federal aumentou a verba para combater os quadrilheiros sertanejos (que "manchavam" a imagem do Brasil como país moderno que Vargas buscava transmitir) e a polícia passou a ter uma atuação maior, usando armas mais modernas e pesadas – a disparidade tecnológica acabou por ser grande demais para os cangaceiros. Em suma, o Estado nacional se fez mais presente nos assuntos do sertão.

Um segundo fator para o fim do cangaço e do messianismo foi o crescimento econômico brasileiro: a industrialização e a expansão do setor de serviços nos centros urbanos do centro-sul, o novo ciclo de extração da borracha na Amazônia, a abertura de novas frentes agrícolas no Paraná e no centro-oeste. Com isso, diminuía-se a alternativa de vida representada pelo cangaço. Ao sertanejo inconformado, injustiçado, perseguido ou simplesmente numa situação insustentável de miséria abria-se uma opção menos traumática: migrar, sobretudo, para o "sul maravilha", onde esperava encontrar abastança e riqueza. A partir dos anos 1930, a emigração de nordestinos para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas, etc., caminho já aberto desde fins do século XIX, aumentou extraordinariamente.

Do Nordeste para fora de seus limites funcionavam verdadeiros drenos

de mão de obra barata. O censo de 1950 revelaria que viviam fora dos estados [da] região cerca de dois milhões de nordestinos. Tinham emigrado aproximadamente, 10% da população do Ceará, mais de 13% da população do Piauí, mais de 15% da população da Bahia, cerca de 17% da população de Alagoas (FACÓ, 1980: 209).

Corisco, o “Diabo Loiro”, foi mort Não somente o sul, mas os próprios che

23.3 CARNEIRO DE MENDONÇA: UM “ESTRANGEIRO” NO GOVERNO

Na visão dos tenentes, a forma ideal de revolucionar o Ceará estaria na nomeação de um interventor militar, neutro politicamente e “estrangeiro”, isto é, originário de outro estado, sem ligações pessoais com os grupos políticos locais. Acreditavam que apenas assim se evitaria os privilégios e faccionismos que marcaram a primeira interventoria cearense.

Carneiro de Mendonça buscou conciliar os tenentes com as elites, quando, o

23.4 A SECA DE 1932 E OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

Empossado como interventor, Carneiro de Mendonça deparou com a grave seca de 1932 (o ano anterior já havia sido de inverno ruim). Milhares de pessoas pereceriam de fome, sede e doenças na estiagem. O governo Vargas enfrentava ali outros problemas – os efeitos da crise econômica mundial iniciada com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 e a Revolução Constitucionalista de São Paulo. De forma parecida com a de governos anteriores, Vargas adotou medidas emergenciais para combater a estiagem, apesar de um discurso de que o "combate" à seca era uma "questão nacional", ou seja, as medidas a serem adotadas seriam tomadas diretamente pelo Governo Federal. A presidência logo liberou verbas para socorro aos "flagelados" (para compra de alimentação ou pagamento de passagens visando embarcar os sertanejos para o sudeste e norte), estabeleceu o controle do mercado, com preços fixados para garantir o acesso da população ao abastecimento mínimo e instruiu a Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) a alistar sertanejos para trabalhar na construção de açudes, estradas, poços artesianos, calçamentos, prédios, etc., obras que beneficiavam na prática os grupos economicamente dominantes (várias delas foram feitas em Fortaleza, dentro do discurso das elites de "civilizar e modernizar" a cidade).

Nem todos os sertanejos conseguiam se engajar nas obras de emergência, pois as vagas eram poucas. Aqueles trabalhadores, chamados pejorativamente de "cassacos" (gambás), labutavam de sol a sol, sempre sob o olhar repressor de feitores. Não recebiam salários em moeda, mas em gêneros alimentícios. Tais gêneros, comprados pelo governo, não poucas vezes, tinham qualidade duvidosa, valores superfaturados ou eram desviados pelos encarregados da distribuição (e revendidos a comerciantes).

Ante a penúria, a fome, a sede e o calor, inúmeros homens, mulheres, crianças e velhos viram-se sujeitos a migrar do sertão a pé ou em trens em busca de algum auxílio. As estações ferroviárias tornaram-se locais de grande tensão entre os famintos e a polícia, ocorrendo mesmo confrontos. Retirantes chegaram a saquear e a tomar trens em busca de transporte para Fortaleza. Os trens poupavam os flagelados das longas caminhadas, muitas vezes, fatais para os sertanejos. Os caminhos dos trilhos viraram a grande referência para as migrações dos sertanejos. Normalmente, os trens despejavam os retirantes na parte da capital cearense mais próxima do mar, onde se localizavam as últimas estações ferroviárias – muitos deles erguiam casebres perto da praia, o que ajuda a entender a formação das primeiras grandes favelas de Fortaleza, a exemplo do Pirambu.

Aquelas massas de miseráveis incomodavam as elites, pois “levavam doenças, desordem e maus hábitos para onde iam”. Nos jornais da época, comerciantes empenhavam-se pedindo socorro rápido aos flagelados, tal o medo que tinham dos saques e assaltos.

Na tentativa de contornar ou diminuir o problema, as autoridades construíram campos de concentração (chamava-se assim mesmo), ou seja, acampamentos murados ou cercados de arame farpado, onde eram internadas as vítimas da seca – uma experiência, inclusive, que já tinha ocorrido em 1915, no Alagadiço (atual São Gerardo), arredores da capital cearense. No discurso oficial, o propósito dos campos era tratar as enfermidades, saciar a fome e sedes dos retirantes, oferecer-lhes emprego.

Os campos foram construídos estrategicamente em lugares onde existiam, nas proximidades, uma estação ferroviária. Com isso, as autoridades objetivavam manter os retirantes em seus lugares de origem e evitar a migração de trem para a capital cearense ou outras grandes cidades do estado (“perturbando a ordem e a moral”). Ao mesmo tempo, com o confinamento e disciplinamento imposto nos campos, os governantes desejavam controlar a massa de retirantes, diminuindo as tensões sociais, atentados à propriedade privada e outros incômodos às elites.

Alguns Campos eram cercados de forma circular; outros, mais quadrangular, porém, de modo geral, apresentavam uma estrutura

básica, com posto médico, cozinha, barbearia (os homens tinham os cabelos raspados a zero), banheiros, capela e casebres divididos em pavilhões para homens solteiros, viúvas e famílias. Poderia haver ainda uma espécie de cadeia para os retirantes desordeiros e oficinas (de olaria, carpintaria, alfaiataria, etc.) para não deixar os concentrados inativos, o que era, aliás, uma preocupação das autoridades. Vários dos retirantes eram "recrutados dos campos" também para as obras de emergência do governo.

Atraídos pelas promessas de trabalho, alimentação e assistência médica, os sertanejos eram privados de sua liberdade, não podendo sair sem autorização dos inspetores dos campos. Guardas constantemente vigiavam os movimentos dos concentrados para evitar fugas. Esses Campos de concentração eram chamados pela população de "currais do governo". Houve casos de revolta dos retirantes contra aquele controle sufocante e a administração dos campos.

Vale lembrar que a criação dos campos contou com grande apoio na sociedade, como se pode perceber nos artigos elogiosos dos jornais da época, afinal, os flagelados estariam isolados e bem assistidos – na verdade, contidos e controlados.

As estatísticas oficiais (possivelmente imprecisas) dão conta de quase 84 mil "molambudos" (modo como também eram chamados os retirantes, em geral seminus, com os corpos cobertos apenas por farrapos) nas sete áreas de confinamento existentes: em Buriti (distrito do Crato, o único que ficava mais afastado de uma estação ferroviária), Patu (Senador Pompeu), Cariús (São Mateus, atual município de Jucás), Ipu, Quixeramobim e na capital, nos bairros pobres de Pirambu (campo de concentração do Urubu) e Otávio Bonfim (campo de concentração do Tauape ou, como também era denominado, campo de concentração do Matadouro). Esses campos em Fortaleza eram uma última tentativa de evitar que os famintos "perturbassem" a população e as áreas nobres da cidade.

Nos campos de concentração o governo prometia água, comida e assistência médica aos retirantes, num discurso humanista. Pouco disso, contudo, acontecia. A condição dos flagelados era lamentável: magros, doentes, mal-alimentados, morriam às dezenas. Os campos se tornavam focos de infecções – conta-se que na área do Campo de

Buriti era forte o odor de fezes, proveniente da diarreia que se alastrava por toda parte. Entre abril de 1932 e março de 1933 foram registrados mais de mil mortos no Campo de Concentração do Ipu.

O número de enfermos, a alimentação escassa, a falta de higiene e o elevado número de pessoas – em junho de 1932, o campo de concentração do Patu abrigava já 16.221 pessoas –, apenas contribuíam para a rápida disseminação de doenças (principalmente a cólera e a varíola) e mortes. “Os muitos que morriam todos os dias eram enterrados amontoados em valas cavadas pelos próprios flagelados. Os sobreviventes dos campos contam que vários doentes eram colocados nas covas ainda com vida, para mais tarde, quando mortos, serem enterrados. Isso se sucedia diariamente” (UCHOA, 2013: 4). Na década de 1980, sob a liderança da Igreja Católica, ganharia destaque na cidade de Senador Pompeu a chamada Caminhada das Almas ou Caminhada da Seca, em homenagem àqueles que morreram no Campo de Concentração, reunindo milhares de pessoas (GALENO, 1988; RIOS, 2001; UCHOA, 2013; ARAUJO, SILVEIRA, 2007).

23.5 O CEARÁ E A REVOLTA CONSTITUCIONALISTA DE SÃO PAULO

No auge da estiagem, em julho de 1932, eclodiu em São Paulo a Revolução Constitucionalista, sob o pretexto de forçar o governo Vargas a convocar uma assembléia constituinte e fazer voltar a normalidade constitucional ao País. O movimento de São Paulo foi em três meses derrotado por Getúlio, que, contudo, buscando a conciliação nacional, promoveu no ano seguinte eleições para uma constituinte e promulgou uma nova Constituição em 1934.

O governo federal não se intimidou em convocar os cearenses para a luta patriótica contra os “separatistas” paulistas de 1932: abriu-se imediatamente entre os retirantes da seca (inclusive, entre aqueles alojados nos campos de concentração) o voluntariado. Muitos se

alistaram; era preferível morrer de bala a morrer de fome. Os "soldados da seca" não apresentavam nenhuma experiência militar ou treinamento adequado para quem iria participar de um confronto armado e até o fardamento que usavam era inadequado, o que fez a tropa passar muito frio no sul.

As múltiplas ações de mobilização [contra a revolta paulista] estiveram presentes em todo o estado e não só na capital Fortaleza, apesar dessa ter sido o centro de toda a articulação e organização governamental. (...) Tendo como principais agentes os prefeitos, lideranças políticas e grupos intimamente ligados ao Governo, como o Clube 3 de Outubro, essas manifestações revelam as articulações que existiram no interior do Estado visando congregar os habitantes à causa bélica. (...) Distribuição de panfletos, meetings, passeatas e comícios foram as estratégias adotadas para informar o povo dos acontecimentos nacionais e atrair adeptos.(...) o número de alistados oriundos do interior do Estado foi majoritário e a seca que se anunciava desde janeiro foi fundamental para isso, contudo, essas tropas não eram compostas exclusivamente de retirantes (LOPES, 2009: 89). A Igreja Católica e a imprensa também tiveram papel de destaque na mobilização e convocação dos cearenses para a guerra.

Além dos retirantes da seca e de civis voluntários simpáticos ao governo Vargas, também enviaram-se efetivos do 23º Batalhão de Caçadores do Exército (23º BC), de modo que mais de dois mil cearenses combateram nas terras bandeirantes. Os contigentes cearenses desembarcavam no Rio de janeiro, de onde eram levados para os campos de batalha. Ao regressarem da guerra ao Ceará, muitos dos voluntários não receberam do governo o pagamento prometido ou assistência. Abandonados em Fortaleza, tiveram que voltar a mendigar para escapar à fome. Alguns poucos acabaram incorporados definitivamente ao exército.

Tais cearenses foram alvo de grandes humilhações e preconceitos por parte dos paulistas, afinal, ajudavam o "tirânico" Getúlio Vargas na invasão do estado, sem falar que o regionalismo paulista se configura (...) como um regionalismo de superioridade, que se sustenta no desprezo pelos outros nacionais e no orgulho de sua ascendência européia e branca (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999: 45). O jornal O Povo noticiou que os paulistas, indignados com a

presença de cearenses nas tropas getulistas, chegaram a depredar e incendiar os estabelecimentos comerciais locais cujos donos fossem migrantes do Ceará.

Os interventores e as elites nortistas opuseram-se totalmente à revolta constitucionalista de 1932. Viam ali apenas uma tentativa das oligarquias de São Paulo para retornar ao poder e à hegemonia político-econômica que detinham na Primeira República – demagogicamente, as classes dominantes nortistas colocavam a culpa na hegemonia paulista dos percalços e pobreza dos seus estados, de modo que a vitória dos paulistas poderia significar o retorno do ostracismo da região...

Derrotado o movimento insurrecional de São Paulo, acelerou-se o processo de constitucionalização do Brasil. Logo, as forças políticas estaduais procuraram se organizar em partidos, os quais continuaram regionais, no intuito de disputar as eleições à Assembleia Nacional Constituinte, que se realizariam a 3 de maio de 1933.

Embora reconhecendo a importância da recém-criada Justiça Eleitoral na missão de evitar fraudes, os tenentes temiam o retorno das oligarquias decaídas, através das urnas. Dessa forma, posicionaram-se pelo fim da neutralidade política dos interventores e, consequentemente, pela interferência mais efetiva destes nos mecanismos político-partidários objetivando beneficiar seus pares.

Na porção norte/nordeste do Brasil, coube a Juarez Távora (chamado pejorativamente de “vice-rei do norte”, por sua influência junto ao governo federal) e aos interventores a tarefa de mobilizar as forças revolucionárias, no sentido de organizar partidos que defendessem os ideais liberais do movimento de 1930. O interventor Carneiro de Mendonça, no entanto, assim não se comportou. Manteve-se “apolítico”, ou seja, persistiu na política de neutralidade, não interferindo na arregimentação partidária que acontecia no estado (SOUZA, 1982; LOPES, 2009).

23.6 PSD E LEC

Evidentemente, a disputa eleitoral de 1933 pôs fim à conciliação até então desenvolvida no Ceará. Dessa forma, os elementos de classe média apoiadores da revolução, os tenentes do Colégio Militar e 23º BC e os oligarcas dissidentes da Primeira República organizaram, sob a liderança de Fernandes Távora, o Partido Social Democrata (PSD), cujo porta-voz era o jornal O Povo.

Pedro Filomeno Gomes, José de Borba Vasconcelos, major João da Silva Leal, coronel Alfredo Dutra, Elísio Aires, Demócrito Rocha, entre outros, eram nomes de destaque do PSD. Esse Partido propugnava pela instituição de conselhos técnicos especializados como órgãos orientadores do governo, bem como pela sindicalização das classes e defesa dos direitos proletários. Preconizava a nacionalização das minas e quedas de água. Defendia a propriedade individual, mas considerava abuso desse direito a oposição do proprietário à divisão da terra inculta. No plano regional, pregava o formento da cultura da carnaubeira e suas indústrias. Recomendava a construção do porto do Mucuripe e o combate às secas (MONTENEGRO, 1980: 122).

Após a divulgação do programa partidário, os dirigentes pessedistas iniciaram ampla mobilização na capital e no interior pregando a importância do voto consciente e a necessidade de romper com as práticas eleitoreiras da Primeira República. Os anseios públicos deveriam se encontrar acima dos interesses de classes e grupos sociais.

Se os revolucionários de 30, pregando a modernização do estado, encontravam-se no PSD, os oligarcas decaídos, por sua vez, aglutinavam-se em torno da secção cearense da Liga Eleitoral Católica (LEC).

Essa entidade, criada no ano de 1932 pelo cardeal D. Sebastião Leme de Almeida, bispo do Rio de Janeiro, atuava nacionalmente. Considerando-se acima dos partidos, objetivava despertar os fiéis para a política e orientá-los a votar nos candidatos comprometidos com as reivindicações católicas (não-introdução no Brasil do divórcio, adoção do ensino religioso nas escolas, defesa da propriedade privada, garantia da ordem social contra subversivos,

etc.). Apresentava um caráter conservador, de direita. A LEC, na verdade, constituía-se uma forma de a Igreja recuperar o espaço político perdido na Primeira República.

A LEC cearense, contudo, não apenas se restringiu a orientar politicamente os católicos. Como vimos em outros capítulos deste livro, a Igreja exercia bastante influência na sociedade local, o que possibilitou que a Liga Eleitoral, ao contrário da maioria de suas coirmãs de outros estados, acabasse atuando no Ceará como um verdadeiro partido, servindo de reduto eleitoral para a reorganização das oligarquias decaídas. A LEC era presidida pelo intelectual católico Edgar Arruda, sob a coordenação do dinâmico bispo D. Manuel da Silva Gomes.

Cartaz de propaganda da Ação Integralista Brasileira (AIB)

Importa esclarecer que, embora a Liga Eleitoral atuasse como uma agremiação partidária, ela não assumia esta condição – motivo evidente que levava as oligarquias "caídas" da Primeira República a instituírem partidos de "fachada". Daí porque os remanescentes do Partido Conservador, como José Accioly, Manuel Sátiro, Olavo Oliveira, Stênio Gomes da Silva, Vicente Linhares, entre tantos, criarem o Partido Republicano Nacionalista, enquanto os membros do antigo Partido Democrata (homens como Francisco de Paula Rodrigues, Manuel Moreira da Rocha, Augusto Correia e outros) fundarem o novo Partido Republicano Democrata.

A LEC seria o instrumento pelo qual em breve as antigas oligarquias voltariam ao governo. Usariam para tanto todo o aparato eclesiástico da Igreja. Onde houvesse um padre, existia também um correligionário da sigla. Os templos eram quase verdadeiros comitês. Por meio do jornal O Nordeste, dos sermões dominicais, dos comícios em praça pública, das conferências e dos debates, a LEC conseguiu grande penetração na sociedade cearense.

Sua mensagem cívico-espiritual-religiosa barrou as ideias modernizadoras e liberais dos revolucionários do PSD, tido pelos lecistas como o partido dos sem-deus; os pessedistas pagaram um alto preço pelos limites da Revolução de 30 – foi um movimento das elites, com pouca ressonância nos setores populares. O discurso da LEC atingia até a classe operária local (desde muito doutrinada pelos Círculos Operários católicos e, agora, pela Legião Cearense do Trabalho, prolongamentos da influência do clero) no sentido de construir uma sociedade de cooperação e harmonia, sem as perniciosas lutas de classe.

A Liga arregimentou ainda inúmeros intelectuais católicos conservadores, muitos deles membros igualmente da Ação Integralista Brasileira (AIB), cuja secção local fora fundada em novembro de 1932 a partir da LCT; esta, aliás, seria precursora nacional, como movimento de extrema-direita, do próprio Integralismo. Vários clérigos eram notórios simpatizantes do fascismo, como o então jovem padre cearense Hélder Câmara. O Integralismo atraía os católicos pela sua posição espiritualista, pela valorização que dava às nossas tradições cristãs, pela aceitação de

muitos princípios da doutrina social da Igreja e pelo combate tenaz ao liberalismo, democracia e comunismo (RIBEIRO, 1989: 39). Dessa forma, em pouco, surgiram por quase todos os municípios cearenses núcleos da AIB, havendo mesmo certa indistinção entre militantes católicos e integralistas.

Para as eleições de 1932 surgiram ainda outras agremiaçõe, como o Partido Economista, de elementos ligados ao comércio e indústria (Diogo Siqueira e Álvaro Weyne), o Partido Agrário, formado por latifundiários (chefiados por Humberto Rodrigues de Andrade), o Partido Social Nacionalista e o Partido Ceará Irredento (de esquerdistas como Gastão Justa e Paes Castro), todos sem grandes condições de triunfo (MONTENEGRO, 1980; SOUZA, 1982; PARENTE, 1986; MONTENEGRO , 1986; MIRANDA, 1987; RIBEIRO, 1989; MOTA, 2000; PARENTE, 2000; SILVA, 2006; SANTOS, 2007).

Até o esfacelado PCB, aproveitando-se do clima de abertura que normalmente ocorre em épocas pré-eleitorais, tentou requerer seu registro junto ao TRE-CE, o que, porém, lhe foi negado, entre outros motivos por, conforme decisão judicial, (...) se tratar de uma organização filiada à Internacional de Moscou, oferecendo, destarte, grande perigo social e à estabilidade das instituições nacionais (apud RIBEIRO, 1989: 40).

23.7 A VITÓRIA DA LEC EM 1933

A disputa eleitoral principal de 1933 restringiu-se à LEC e PSD. Na realidade, inexistiam grandes diferenças entre tais agremiações – tanto que se tentou a formação de uma chapa única para concorrer às eleições, que só não se concretizou devido a discordâncias quanto ao nome dos candidatos. Ambos os partidos se encontravam ligados à classe dominante e não questionavam verdadeiramente as estruturas da sociedade cearense (o latifúndio, a “indústria da seca”, o clientelismo, etc.). Não passavam de dois grupos elitistas lutando pelo controle do estado. Além disso, tanto o PSD quanto a LEC

apoiavam o governo provisório de Getúlio, não se opondo a sua estratégia de centralização do poder.

A campanha eleitoral de 1933 foi agitada. Os comícios e arregimentação varreram o interior cearense. A vantagem, contudo, era nitidamente da LEC. Além de contar com a influência da Igreja e com a estratégica neutralidade do interventor Carneiro de Mendonça (que funcionava, na prática, como um apoio implícito), as oligarquias decaídas controlavam a base da dominação coronelista, a posse da terra e os currais eleitorais.

O latifúndio continuava intocável. E seria graças ao voto comprometido dos moradores dos sítios e das fazendas (...) que os coronéis latifundiários retornariam ao poder. Criaram-se, nos matos, escolas de preparação de eleitores (...) A finalidade destas escolas era tão só de ensinar os futuros cidadãos a assinarem os nomes, condição indispensável ao alistamento eleitoral. (...) Se lhes perguntassem em quem iriam votar, eles respondiam prontamente: eu acompanho o coronel fulano de tal. O coronel figurante no caso (...) não era outro senão o dono da terra onde morava o eleitor (GALENO, 1988,67).

Os resultados do pleito de 3 de maio de 1933 indicaram importante vitória da LEC, esta elegeu seis candidatos lançados a deputados constituintes (entre os quais o integralista Jeová Mota, o único representante da AIB na Constituinte federal), contra quatro do PSD. Iniciava-se a volta das antigas oligarquias ao poder.

A interventoria de Felipe Moreira Lima foi marcada pelo confronto entre a LEC e o PSD em torno de um

23.8 A INTERVENTORIA DE FELIPE MOREIRA LIMA

O coronel Felipe Moreira Lima, ardoroso partidário do movimento tenentista e da Revolução de 1930, realizou a administração mais conturbada do período interventorial cearense. Dizendo-se socialista, aliou-se aos pessedistas com o propósito de evitar que os políticos da “Pátria Velha” voltassem ao poder.

Moreira, contudo, não evitou que, nas eleições legislativas de 14 de outubro de 1934, a LEC obtivesse novo triunfo. A organização católica elegeu sete deputados federais, contra quatro do PSD; também elegeu 17 deputados estaduais (os quais escolheriam em 1935 o governador constitucional do Estado), em oposição a 13 eleitos pelos liderados de Fernandes Távora. Ressalte-se que, entre os deputados estaduais lecistas, encontravam-se dois integralistas, Ubirajara Índio do Ceará e Carlos Benevides.

A vitória da LEC, conseguindo o domínio político no âmbito das bancadas federal e estadual, significou, na visão dos pessedistas, o fim da Revolução de 30 no Ceará e o retorno das antigas oligarquias ao poder.

O ano de 1935 caracterizou-se por intensa mobilização política. Moreira Lima e o PSD, perante a eleição indireta para governador (marcada para maio desse ano), não se conformavam com a vitória certa da LEC. Além disso, havia reflexos locais na disputa nacional entre os movimentos de esquerda (Aliança Nacional Libertadora - ANL) e direita (Ação Integralista Brasileira - AIB) (MONTENEGRO, 1980; SOUZA, 1982; PARENTE, 1986; MONTENEGRO , 1986; MIRANDA, 1987; RIBEIRO, 1989; MOTA, 2000).

23.9 ANL VERSUS AIB

Com a fundação da ANL, em março de 1935 no Rio de Janeiro, iniciou-se um trabalho de divulgação do movimento em todo o País. No Ceará foram realizadas concentrações públicas e debates nas faculdades e escolas, onde se discutiam os objetivos da aliança; esta, de imediato recebeu a adesão de elementos da classe média, liberais, comunistas e até de operários, que, com o avanço das ideias socialistas, buscavam alternativas à liderança da LCT e dos COCs.

A 22 de maio de 1935 deu-se oficialmente a instalação da secção cearense da ANL, perante uma multidão de 10 mil pessoas segundo O Povo de 23/5/1935. O jornal católico O Nordeste (que graciosamente abria então suas páginas para a AIB) criticou acidamente a Aliança, tachando-a de instrumento do comunismo internacional.

Nesse momento, o PCB reapareceu na cena política do estado. Por intermédio dos líderes sindicalistas comunistas, Antônio Marcos Marrocos e Luís Gomes, fundou-se a Liga Operária Independente. Os marxistas participaram ativamente de uma das mais prolongadas greves já registradas em Fortaleza, a dos trabalhadores da Usina Ceará (famosa fábrica têxtil pertencente a Diogo Siqueira), que reivindicavam melhores salários e condições de trabalho, além do cumprimento da legislação trabalhista. O patronato, vendo o nível de agitação do operariado e o perigo da generalização do movimento, atendeu as reivindicações.

Ocorreram várias escaramuças entre integralistas e esquerdistas. O jornalista e escritor Jáder de Carvalho escapou por pouco de um atentado a bala promovido por militantes da AIB. Aliancistas e "galinhas verdes" (termo ofensivo para designar os integralistas) promoviam reuniões e comícios na praça do Ferreira, buscando atrair simpatizantes, o que não poucas vezes terminava em vaias, discussões e agressões físicas. Naquela praça, a 4 de março de 1935, último dia de carnaval, ocorreu uma tragédia: deu-se um tiroteio promovido por membros da Ação Integralista, no qual morreram três populares e saíram feridos vários outros.

Greves, passeatas, manifestações são promovidas pela ANL

denunciando a exploração capitalista e contando com ampla simpatia do interventor Moreira Lima, o qual afirmava que em seu governo a polícia jamais prenderia ou espancaria grevistas ou populares. Adotava esse posicionamento por orientação ideológica e notadamente como forma de enfraquecer as oligarquias tradicionais.

A proximidade do interventor em relação às esquerdas escandalizava a Liga Eleitoral. As oligarquias decaídas da Primeira República passaram a hostilizar e atacar duramente Moreira Lima, tachando-o de comunista e de estar bolchevizando o Ceará. A bancada federal lecista usava a imprensa do Rio de Janeiro para denunciar, de forma enganadora, “bárbaras atrocidades” supostamente cometidas pelo interventor, pressionando Getúlio a demiti-lo. Diante disso, segmentos populares ligados a ANL e pessedistas promoveram atos públicos de apoio a Moreira Lima; na Câmara Federal, Fernandes Távora tentava defender o interventor.

Mesmo assim, Vargas posicionou-se a favor dos lecistas. Ele, nesse momento, já pensando no golpe de 1937, tendia a alinhar-se aos partidos que garantissem ao seu governo maioria no Congresso Nacional e sustentação política nos estados. Ante o enfraquecimento do PSD cearense (constatado pelas derrotas eleitorais de 1933 e 1934), o Getúlio voltou-se para a LEC, pois esta era apenas oposição aos revolucionários do Ceará, mas não à sua administração (MONTENEGRO, 1980; SOUZA, 1982; PARENTE, 1986; MIRANDA, 1987; RIBEIRO, 1989; MOTA, 2000; SANTOS, 2007).

23.10 AS TRADICIONAIS OLIGARQUIAS RETOMAM O GOVERNO

A proximidade do pleito eleitoral, para a escolha indireta para governador, complicava as coisas. A LEC havia lançado como candidato o advogado, professor e diretor da faculdade de Direito, Menezes Pimentel, um político de direita, intelectual católico vinculado à ala mais conservadora da Igreja. O PSD, inicialmente,

pensou em lançar o nome do próprio Moreira Lima – gozando de bastante popularidade por sua gestão; ele, contudo, a 10 de maio de 1935, foi convocado ao Rio de Janeiro, e ali Vargas, cedendo às pressões dos lecistas, destituiu-o da Interventoria (o cargo passou a ser ocupado interinamente pelo secretário da Fazenda, Franklin Monteiro Gondim).

Os pessedistas, então, apontaram como candidato o "vice-rei" Juarez Távora. A semana anterior à eleição foi de pura tensão. Atacaram-se jornais e políticos ligados à LEC. Falava-se que os revolucionários não entregariam o governo às oligarquias decaídas.

O PSD, numa última cartada, retirou o nome de Juarez, apontando como seu candidato José Accioly, ironicamente, filho de Nogueira Accioly, um dos maiores oligarcas da história cearense. Esperava, desse modo, atrair votos de alguns lecistas simpatizantes do velho acciolysmo. A manobra não obteve êxito. Apenas um deputado da LEC passou-se para o lado dos pessedistas, que somaram, então, 14 votos.

Mesmo assim a manobra incomodou a Liga Eleitoral, que embora continuasse com a maioria, 16 deputados, passou a depender decisivamente dos votos dos dois parlamentares de sua base ligados à AIB. Aqui se iniciou o afastamento da Igreja local em relação à Ação Integralista. Os "galinhas verdes" possuíam ideologia, tendiam a obedecer ao comando de sua entidade (e não especificamente ao clero) e não pertenciam a um partido político tradicional, suscetível aos oportunismos eleitorais.

Getúlio havia expressado naquela reta final de eleição o desejo de que o candidato da LEC fosse Edgar Arruda, em substituição a Pimentel. Os dois deputados integralistas, contudo, vetaram o nome de Arruda, fazendo a Liga Eleitoral retroceder, indicando novamente Menezes Pimentel, para não perder a eleição. A Igreja percebia que os integralistas não eram tão dóceis assim ao seu comando e, portanto, não confiáveis completamente.

A especificidade da AIB cearense reside no fato de que, em todo o território nacional, ela foi a única a saborear o poder político do Estado, participando de situações decisivas da política local, antes mesmo da AIB nacional se transformar oficialmente em partido político

(PARENTE, 1986: 136). Na administração de Pimentel, os integralistas, até o posterior rompimento total com a Igreja, ocuparam cargos na máquina pública, como Pe. Hélder Câmara, nomeado diretor da Instrução Pública.

Finalmente, a 26 de maio de 1935, com a instalação da nova Assembleia Legislativa (e constituinte), os deputados lecistas – protegidos por uma guarnição do 23º BC e sob vaias de uma multidão – elegeram Menezes Pimentel governador constitucional do Estado (e também os dois senadores, Waldemar Falcão, que depois tornou-se o primeiro ministro do Trabalho no Estado Novo, e Edgar Arruda). As antigas oligarquias, unidas aos elementos mais conservadores da Igreja, burguesia e classe média, reconquistaram definitivamente o governo estadual[21] (MONTENEGRO, 1980; SOUZA, 1982; PARENTE, 1986; MONTENEGRO , 1986; MIRANDA, 1987; RIBEIRO, 1989; MOTA, 2000).

23.11 MENEZES PIMENTEL E O ROMPIMENTO ENTRE LEC E AIB

Natural de Santa Quitéria, nascido em 1887, Menezes Pimentel teve origem humilde e ascensão social graças aos estudos e às circunstâncias. “Apesar do preconceito de cor, o Ceará teve dois governadores de pele mais negra que clara: Justiniano de Serpa e Francisco de Menezes Pimentel. (...) [Este] Revelando pendor pelo magistério, com esforço próprio, fundou colégio, virando depois professor e direito da Faculdade de Direito. (...) Contou ele com a amizade e a proteção do Mosenhor Tabosa, figura de real prestígio do clero cearense” (MONTENEGRO, 2002: 133). No discurso de posse, Menezes Pimentel, 48 anos, afirmou categoricamente que sua administração seria um pálio de amor e liberdade. Não foi. Ao contrário, o período em que esteve à frente dos destinos cearenses constituiu-se um dos mais autoritários e repressivos momentos da história desta terra, reflexo também do que acontecia no País.

Logo no início da administração, Pimentel deu provas de como

governaria: destituiu os prefeitos interioranos e funcionários públicos ligados ao PSD; mandou, de pronto, fechar os núcleos locais da ANL após a decretação da ilegalidade desta; usou a Lei de Segurança Nacional, depois da Intentona de 1935, como pretexto para perseguir a oposição, sobretudo, os comunistas, o que ficou a cabo de delegados e subdelegados chefiados pelo secretário de polícia Manuel Cordeiro Neto. Segundo o Jornal do Brasil de 07/05/1936, mais de duas mil pessoas foram presas nesse período, só em Fortaleza. Tropas do 23º BC foram enviadas para dominar o levante comunista em Natal.

Várias foram as vítimas do governo lecista. Colombo Távora, empregado da Assembleia Legislativa, foi acusado de facilitar a entrada no prédio de pichadores, os quais na calada da noite encheram o recinto de inscrições contra o governo – acabou preso, sofrendo toda sorte de violências as quais terminaram por deixá-lo tuberculoso e levariam à morte. Em julho de 1936, soldados da polícia, na pretensão de combater subversivos, cercaram uma residência em Camocim e fuzilaram os comunistas Miguel Pereira Lima (o Amaral) e Luís Miguel dos Santos (Luís Pretinho), torturando e abusando de um terceiro, Raimundo Ferreira de Souza (o Raimundo “Vermelho”), que também, em consequência das agressões, faleceria meses depois.

Com Menezes Pimentel, as tradicionais oligarquias Carneiro de Mendonça, Pinto Liberato, Gentil Barreira, Parsifal Barroso, Fernandes Távora, Paula Pessoa, Gondim, Sá Cavalcante, Pompeu, Accioly, Aguiar, Bezerra de Menezes, Alencar, Pinto Martins, Ferreira Gomes, Cabral, Sampaio, Studart, Frota, Rocha, Aderaldo Castelo, Leite, Ribeiro Gonçalves, Ferreira Vianna, Ferreira Lima, Ferreira Nobre, Ferreira Aragão, Ferreira Gomes

Tradicionalmente, apontava-se a fundação da Ceará Rádio Clube, a famosa PRE-9 – ou como era denominada pela população, ‘’pê-erre-nove’’ – em 1934 como a primeira emissora de rádio cearense, iniciativa do comerciante João Demétrio Dummar, sírio que migrara para o Ceará em 1910. O pesquisador Edgard Patrício, contudo, questionou o pioneirismo da referida emissora e do negociante. Segundo Patrício, anos antes, possivelmente em 1924, já estava funcionando em Fortaleza uma pequena emissora de radiotelefonia (como se chamava à época a radiofonia), a Rádio Educadora Cearense. Esta seria, inclusive, uma das primeiras emissoras do Brasil (a radiofonia iniciou-se em 1922, com Roquete Pinto, no Rio de Janeiro). Como seu nome sugere, tinha um caráter educativo e pertencia a uma sociedade de 50 pessoas encantadas com a radiofonia.

De qualquer forma, João Dummar deu grande impulso à radiofonia local, num sentido comercial – ele era representante de empresas fabricantes de rádio e sua loja, a Casa Dummar, vendia várias marcas de aparelhos receptores de rádio. Dummar fez experiências para instalar uma emissora de rádio local desde 1931, pelo menos (vale lembrar que mesmo não tendo ainda emissoras no Ceará, as pessoas podiam captar emissoras de outros estados e do exterior). A PRE-9 começou a funcionar precariamente em 1933, sendo oficializada a 30 de maio do no ano seguinte. O número de aparelhos ainda era reduzido – na verdade, um bem de luxo, acessível a pouquíssimas pessoas embora, depois, tenha se popularizado.

João Dummar, fundador da Ceará O trabalho pioneiro da PRE-9 era pautad

23.12 O ESTADO NOVO NO CEARÁ

Em 1937, com o Golpe do Estado Novo, Vargas confirmou Menezes Pimentel no comando cearense, agora como interventor federal. Ora, com a força que o novo regime instaurado possuía, Pimentel passou a governar o estado com mão-de-ferro, reprimindo qualquer oposição.

Seguiu-se nova leva de perseguições, o que ficou a cabo da Polícia Especial (célebre pelos atos de violência e terror praticados), braço armado da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Os prefeitos pessedistas, eleitos em 1936, perderam os cargos (no Estado Novo os gestores municipais eram indicados pelo interventor), ocorrendo o mesmo com os funcionários públicos que não seguiam a "cartilha oficial". Os comunistas e demais socialistas, tidos pelo próprio Pimentel como "inimigos de nossas tradições de fé, amor à pátria e respeito à família", acabaram aprisionados, deportados ou mortos – a 23 de outubro de 1937, por exemplo, seria presa a jovem romancista Rachel de Queiroz, que teria o seu livro Caminhos de Pedras apreendido, além de numerosos livros e documentos que seriam submetidos a rigoroso e minucioso exame.

A Secretaria do Interior baixou circular determinando que os colégios realizassem palestras mensais com professores, alunos e pais acerca do problema de combate ao comunismo, formulando sugestões sobre a maneira mais eficiente e prática de fazê-lo na escola e no meio social em que servia.

Com o pimentelismo, a Igreja continuou firme influenciando a sociedade civil (no ano de 1941 D. Manuel se aposentou, passando o arcebispado para D. Antôno de Almeida Lustosa). Daí, porque em nome da moral e dos bons costumes, o regime instaurado fechou as lojas maçônicas, os centros espíritas e os terreiros de candomblé na capital e no interior do estado; as livrarias tiveram os estoques revisados para a apreensão de livros e de revistas portadores de ideias amorais ou subversivas. Instalou-se um serviço de controle de

pensões e hotéis, no sentido de controlar os hóspedes. Até os aparelhos de rádios deveriam ser registrados na Polícia.

Sucedeu-se, ainda, no período de Menezes Pimentel, a chacina de remanescentes da comunidade religiosa do Caldeirão, episódio no qual, como veremos posteriormente, morreram dezenas de pessoas.

O jangadeiro é uma das figuras mais usadas para simbolizar o Ceará. Uma jangada original é bastante frágil e reduzida; compõe-se de seis pedaços de madeira leve, piúba (ou, como é chamada pelos pescadores, “pau-de-jangada”), com um comprimento de cinco a oito metros por 1,70 de largura. Por quase todo o litoral cearense havia jangadeiros, destacando-se uma maior concentração na Praia de Iracema (antiga Praia do Peixe), em Fortaleza.

Os pescadores, homens pobres, com pouca ou sem nenhuma instrução, na maior parte das vezes não são os donos das jangadas. Faltam-lhes recursos para adquiri-las. Trabalham de “meação”, ou seja, entregam aos proprietários das jangadas metade do produto da pesca. O restante, dividem entre os quatro tripulantes da embarcação (mestre, proeiro, bico de proa e contrabico). O corajoso jangadeiro entra ainda na parceria com o risco de vida (muitos morrem em naufrágios) e com a compra de uma “faca de peixe”, a conhecidíssima “peixeira”. O pescado, por fim, é repassado aos marchantes, que o vendem ao consumidor por um preço bem superior ao de compra.

Os jangadeiros Manoel Preto, JacaQuando Vargas criou a legislação tra

Todos os partidos foram fechados e transformados em associações recreativas. Até a AIB foi reprimida. Em abril de 1938, após o fracasso de um levante integralista no Rio de Janeiro, vários militantes da organização foram presos em Redenção, Fortaleza e Pacatuba (nesta cidade, deteve-se até o prefeito, Eduardo Benevides). Em Gereraú, perto de Pacatuba, houve trocas de tiros entre a polícia e cerca de 40 partidários da sigla, os quais estavam reunidos num sítio – os membros da AIB, após algumas horas de luta, foram dominados, encarcerados e agredidos conforme o tratamento brutal do Estado Novo aos adversários. No cotidiano, passou a ser feita vigilância sobre aqueles que demonstravam simpatias pelo "credo verde", com dura repressão. Havia um clima de delações e censura – em janeiro de 1939, por exemplo, a datilógrafa Zúila Lima foi presa pela polícia pelo fato de ter colocado na gola do vestido um distintivo integralista e dito num ônibus, ao se deslocar para a Aldeota, que simpatizava com o movimento.

O aparelho repressivo, a fragilidade das elites cearenses, a debilidade e oportunismo dos setores liberais locais (a maioria dos revolucionários de 30 omitiram-se ou apoiaram a ditadura) e a influência da Igreja praticamente paralisaram as atividades políticas do estado. Órgãos estatais atuavam na legitimação do Estado Novo perante a sociedade e na manutenção da ordem estabelecida. Criou-se em 1940 o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP, substituto do Serviço de Cultura, Divulgação e Propaganda), o qual tratava de censurar os meios de comunicação, manifestações artísticas (teatro, cinema) e divulgar os atos da interventoria. Buscava ainda o DEIP moldar as opiniões em busca de apoio ao governo e interferir na educação cívica, estimulando a identidade nacional e o patriotismo, através do culto dos heróis nacionais e festas cívicas e exaltação da História do Brasil.

No 1º de Maio e no dia do aniversário de Vargas (19 de abril) comumente se organizavam desfiles, torneios de futebol, missas e programações musicais especiais na PRE-9, tudo para exaltar a grandiosidade do regime e o progresso nacional. A imagem de Menezes Pimentel também foi bastante divulgada – por todo o estado inauguram-se bustos e retratos do interventor, e seu nome

era dado a ruas e praças, escolas, patronatos, fóruns, creches, hospitais e até a um albergue noturno da capital (MONTENEGRO, 1980; SOUZA, 1982; PARENTE, 1986; MONTENEGRO , 1986; MIRANDA, 1987; RIBEIRO, 1989; SOUZA, 1995; MOTA, 2000; ARAÚJO, 2007; AGUIAR, 2014).

Os órgãos de segurança do Estado Novo preocupavam-se em inibir costumes desordeiros e normatizar o comportamento das camadas populares. Os jornais do período noticiavam muitas vezes a necessidade de a polícia tirar das praças, especialmente da do Ferreira, os "vagabundos" que por lá perambulam – na lógica da ditadura getulista, os desocupados deveriam ser reprimidos, afinal, era necessário um cidadão/trabalhador ordeiro e cumpridor de seus deveres para o "bem do Brasil". Providências semelhantes eram pedidas contra os mendigos e os moleques que jogavam bola no meio da rua ou que tomavam cachaça e faziam barulhos nos forrós, nas rodas de samba ou nas torcidas de futebol. Também eram recorrentes as reclamações na imprensa contra os ambulantes, pois estes obstruíam as passagens, sujavam as ruas e perturbavam o ambiente com suas gritarias. Esse comércio popular, no fundo, era fruto das graves contradições sociais, mas os segmentos abastados não estavam muito preocupados com isso, uma vez que apenas desejavam sua cidade higiênica e vistosa, apelando para um discurso estritamente punitivo.

A polícia constantemente fazia batidas nas "pensões alegres" (prostíbulos), situadas no centro de Fortaleza, em casarões, cujos antigos proprietários haviam se deslocado para Jacarecanga, Benfica e Aldeota, os primeros bairros nobres da cidade. No térreo, funcionavam comércios e nos altos, os cabarés. Estes ofereciam festas dançantes, bebidas, músicas e, óbvio, encontros amorosos. Tais pensões eram frequentadas por pessoas dos mais diferentes estratos sociais, maridos que ali revelavam suas infidelidades conjugais e as carências matrimoniais. Em não poucas vezes, homens "bem casados" arranjavam amantes e ficavam reféns destas, pela a afetividade ou porque contavam às "mulheres da vida" seus segredos e deslizes. Os policiais, frequentemente, extorquiam as cafetinas para deixarem funcionar os prostíbulos.

Nessas "pensões alegres" comumente se encontravam mulheres de

melhor nível e aparência. As mulheres mais feias, pobres e decadentes eram vistas em algumas ruas do centro e, sobretudo, no Arraial Moura Brasil. Prostitutas eram presas e agredidas pelos policias, para que saíssem das ruas nobres e familiares. Ou seja, as "mulheres da noite" poderiam até vender seus corpos, mas de forma contida e discreta, no silêncio de seus recantos e pensões, para não afrontar a ordem, a moral e bons costumes.

Na preocupação com a conduta moral, havia a condenação dos jogos de azar e do jogo do bicho. Trabalhar fazendo as apostas no jogo do bicho como cambista era uma opção de ocupação para muitos chefes de família. Para as elites, porém, isso não era condizente com a imagem de um trabalho cívico, produtivo e dignificador. Assim, foram feitas várias campanhas de repressão àquelas práticas, que, porém, continuavam.

Os lazeres e divertimentos populares eram tidos como amorais e alvo da vigilância do Estado, a exemplo do carnaval de rua (os blocos deveriam ter licença do DOPS), que cada vez mais entrava em decadência. Os segmentos populares, por sua vez, usavam de táticas para tentar suavizar e mesmo escapar ao controle que o Estado e as elites desejavam. Alguns populares colaboravam com as autoridades em busca de benefícios no jogo da sobrevivência (por exemplo, ser informante da polícia para ter prestígio ou proteção na comunidade). Outros negociavam com o regime, para obter algo que desejassem (por exemplo, mulheres que se apresentavam como cidadãs pobres, honestas e trabalhadoras às autoridades para continuarem lavando roupas em um açude, cujo proprietário proibira a atividade); havia ainda populares, contudo, que tinham consciência dos direitos que o próprio Estado autoritário lhes dava – e exigiam seu cumprimento (por exemplo, operários que denunciavam os patrões aos órgãos governamentais pelo não cumprimento das leis trabalhistas) (SILVA FILHO, 2002; ARAUJO, 2007; LIMA, 2013; AGUIAR, 2014).

presidenciais, nas eleições para a Constituinte de 1946 e nas eleições presidenciais de 1950, sendo que nos últimos anos foi perdendo o dinamismo político e foi arrastada pelo clima de mudança nas orientações da própria Igreja.

Capítulo 24

A Legião Cearense do Trabalho

Severino Sombra: fundador e líder principal da LCT

Dessa forma, Severino Sombra, apoiado pela Federação Operária Cearense e, sobretudo, pela Igreja, dedicou-se a visitar associações populares de Fortaleza e municípios próximos, pregando e prometendo novos tempos e garantias aos setores operários. Em poucos meses, alcançando enorme adesão, instalou oficialmente a LCT (23 de agosto de 1931) perante cerca de seis mil trabalhadores que lotavam o Theatro José de Alencar. Ali, igualmente, se encontravam destacadas autoridades civis, militares e eclesiásticas, evidenciando, pois, o apoio das classes dominantes e governantes ao movimento que então surgia.

Bandeira da LCT, parecida com a brasileira, mas sinal de nacionalismo e A

Durante o Estado Novo (1937 - 45), o movimento estudantil era um instrumento de preservação da ordem. Em 1931, em Fortaleza, fora criado o Centro Estudantal Cearense, reunindo secundaristas e universitários do estado. Ligado à Casa do Estudante do Brasil (fundada em 1929, no Rio de Janeiro), o CEC apresentava como objetivo oficial ajudar os estudantes mais carentes – em 1933, por exemplo, fundara a Casa do Estudante Pobre do Ceará. Havia, contudo, outros interesses movendo a entidade: controlar o movimento estudantil para antecipar-se e/ou apaziguar correntes estudantis mais radicais que germinavam Brasil afora.

Estudantes do Liceu embarcam em No início dos anos 1930, houve em São P

24.2 PENSAMENTO E ATUAÇÃO DA LCT

É a partir das entrevistas dadas por Severino Sombra, do livro doutrinário Ideal legionário (de 1931) e do jornal O Legionário (lançado em 1933) que se pode averiguar qual o pensamento da LCT. Tal pensamento não continha um sistema filosófico claro ou uma base científica definida; fundava-se em ideias tidas como verdades absolutas e na maioria das vezes elaboradas por Sombra, sem ouvir ou acatar sugestões ou contribuições de outros intelectuais ou mesmo de trabalhadores ligados à entidade (o que, por si só, já evidenciava um autoritarismo). Concebia-se a doutrina legionária como um "remédio milagroso", do qual todos deveriam obrigatoriamente servir-se, sem questionamentos.

Numa entrevista ao jornal O Nordeste, disse Sombra que (...) a Legião Cearense do Trabalho não é uma associação meramente beneficente, nem tampouco uma simples organização política, nem ainda apenas uma sociedade de fins sociais novos e reformistas. Ela é tudo isso junto, concatenado e hierarquizado, e cooperativista, política e desejosa de uma reforma social (...) A Legião organiza o operário para que, protegido, educado e coeso, ele se torne um colaborador honesto e consciente das outras classes. Nós precisamos acima de tudo defendermos o trabalho. Defendê-lo do liberalismo econômico que reconhecido ou ignorado, regula atualmente suas relações com o capital. Defendê-lo do comunismo que parecendo exaltá-lo, rebaixa-o realmente a uma condição servil e anti-humana (apud RIBEIRO, 1989: 125).

Desse depoimento de Sombra, percebe-se claramente seus posicionamentos antiliberais e anticomunistas. Conforme o pensamento da Igreja Católica, condenava o secularismo da sociedade industrial moderna (laicismo, democracia, liberalismo, positivismo, darwinismo, evolucionismo, marxismo, etc.). Nessa lógica, as "convulsões" vividas pelo mundo (guerra, revoltas, insurreições, etc.) eram produto do afastamento dos princípios cristãos e de Deus. Assim, a solução da crise estaria na

recristianização/recatolização da sociedade.

Sombra defendia o corporativismo, uma sociedade na qual predominasse a solidariedade entre as classes sociais (sobretudo, a harmonia entre capital e trabalho), e um Estado forte, centralizado e intervencionista, concordante dos princípios éticos e morais da Igreja Católica. Especificamente no campo econômico, a LCT almejava proteger os trabalhadores (um posicionamento paternalista, pois considerava estes incapazes de se autoliderarem) ante os abusos do capital – isso não significa, note-se, o fim do capitalismo; ao contrário, Sombra considerava a propriedade privada justa e natural. Queria era corrigir os vícios do sistema, sem rupturas ou abalos nas relações de classe.

Para tanto exigia a efetivação de contratos coletivos entre patrões e empregados (obviamente intermediados pela LCT), o repouso aos domingos, proteção ao trabalho infantil e feminino, condições mais favoráveis de higiene e moral dentro das indústrias, garantia do "salário vital" (o qual deveria ser capaz de garantir a subsistência e o futuro do trabalhador e sua família), etc. defendia ainda a cogestão das empresas entre empregadores e empregados, devendo ocorrer a participação destes últimos nos lucros. Fica evidente na maioria das propostas a influência da Carta Del Lavore italiana, elaborada no regime fascista de Benito Mussolini, e base, depois, para a legislação trabalhista de Vargas. Inclusive, é com um ex-legionário no ministério do Trabalho, Valdemar Falcão, que surgiria a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943.

A Legião Cearense do Trabalho, na intenção de educar o trabalhador, fundava e mantinha escolas. Acreditava que os operários, cônscios dos direitos e deveres, teriam sua situação social melhorada. A estrutura da LCT estava no seu estatuto – no artigo 4° e seguintes consta que são órgãos de Legião: uma chefia, um secretariado auxiliar do chefe e um conselho composto de dois representantes de cada sociedade confederada. Esse conselho escolherá o chefe da Legião por um mandato de três anos, renovável. Semestralmente deverá dar um voto de confiança ao chefe, sob pena desse renunciar. Escolherá também cinco juízes, por eleição, que farão parte do tribunal legionário de conciliação e arbitragem, por dois anos, também renováveis (...) Pode fazer parte

da LCT, segundo o Artigo 2° dos mesmos estatutos, qualquer sociedade popular ou classe que aceite integralmente o seu programa e tenha, pelo menos, 30 associados (...) As associações filiadas não podem manifestar opiniões públicas, sociais ou de interesse do operariado com terceiros. Apenas o chefe podia ser o porta-voz da instituição (PARENTE, 1986: 95).

A Legião mobilizou os trabalhadores do Ceará. Sombra fundou núcleos da LCT pelo interior e obteve a adesão de vários sindicatos, sociedades beneficentes e Círculos Operários católicos. Cada associação contribuía financeiramente, com um valor estipulado pelo chefe, de acordo com as possibilidades. Promoveram-se campanhas para que os profissionais se agrupassem em associações: marítimos, barbeiros, motoristas, ambulantes, padeiros, empregados de hotéis e cafés, engraxates, carpinteiros, alfaiates, lavadeiras, pedreiros... Até as aguadoras de covas dos cemitérios foram sindicalizadas.

Segundo o historiador João Alfredo Montenegro, a LCT chegaria a representar os interesses de 71 associações e cerca de 20 mil trabalhadores assalariados e autônomos (MONTENEGRO, 1986). O movimento alcançou repercussão nacional e Severino Sombra foi chamado para assessorar o Ministério do Trabalho.

Na sua prática, no meio operário, a LCT, apesar de defender a conciliação entre as classes, concorria com as esquerdas quando reivindicava melhores salários e condições de trabalho, utilizando até greves “ordeiras” como instrumento de pressão. Apesar do conservadorismo, a Legião atritou-se com os “maus burgueses” – exemplo foi a greve dos empregados da Light em 1932 (uma das maiores que liderou), quase paralisando Fortaleza por 15 dias; o patronato viu-se obrigado a atender a maior parte das reivindicações a fim de acabar o movimento paredista.

A LCT enviava seus conselheiros periodicamente para visitar os sindicatos filiados e promovia enquetes sobre a situação de trabalho nas fábricas no objetivo de detectar problemas e, assim, verificar o que podia ser resolvido. Elogiava os patrões “cumpridores de seus deveres” e os tornava exemplo para os “capitalistas atrasados” que não valorizavam os empregados.

Bom lembrar que existiu grande resistência do patronato à legislação trabalhista da Era Vargas, havendo constante burla da mesma – isso aconteceu por décadas, inclusive. Nos anos 30, eram constantes as reivindicações dos sindicatos à Inspetoria Regional do Trabalho, em Fortaleza, que raramente pressionava os proprietários a cumprir as leis.

De forma semelhante aos fascistas italianos e aos integralistas da AIB, a LCT promovia manifestações públicas, destacadamente no 1° de Maio. Os Legionários uniformizados (camisa cáqui e calça branca) desfilavam pelas principais ruas da capital, portando bandeiras da Legião e das respectivas associações da entidade. Essas passeatas geralmente terminavam no Theatro José de Alencar, onde compareciam as autoridades constituídas, dando-lhes um ar de oficialidade.

Os legionários eram simpáticos à chegada de Hitler ao poder na Alemanha e ao fascismo de uma maneira geral. Quando 15 milhões de votos sufragaram o nome do líder nazista naquele País, o fato mereceu o seguinte comentário no O Legionário de 1º/04/1933: A alternativa é única: Hitler ou Stalin, Roma ou Moscou. Se para muitos Hitler ainda é uma interrogação, dura e funesta é a experiência da Rússia (apud PARENTE, 1986: 107).

Entidade de extrema-direita – precursora mesmo do integralismo no Brasil –, a LCT distinguiu-se de outras associações semelhantes pela ação com os trabalhadores, enquanto na maioria das vezes era a classe média o alvo principal das pregações fascistas. A liderança da Legião, contudo, não era operária; os principais líderes, além de Sombra, Ubirajara Índio do Ceará, capitão Jeová Mota e Pe. Hélder Câmara, vinham das camadas médias da sociedade – os dois últimos, nas décadas seguintes, iriam, curiosamente, militar nas fileiras socialistas (PONTE, 1989; PARENTE, 1986; MONTENEGRO, 1986; MOREIRA, 1989; AMARAL, 1995; SILVA, 2006; CORDEIRO, 2013).

conservadoras propagadas pela Igreja. Tornou-se integralista – anos mais tarde di

Com o rompimento entre AIB e Igreja, Pe. Hélder seguiu para o Rio de Janeiro em 1936. No centro-sul faria sua carreira eclesiástica, porém, indo para a ala à esquerda da Igreja. Tornou-se um dos precursores da Teologia da Libertação e passou a defender mudanças sociais profundas. Em 1952, foi eleito bispo na capital do País e articulou a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). Ganhou notoriedade internacional no Concílio Vaticano II (1962) defendendo posições progressistas.

Poucos dias após o golpe militar de 1964 assumiu a Arquidiocese de Recife e Olinda e tornou-se um incômodo para os generais. D. Hélder denunciava no exterior as torturas, assassinatos e crimes praticados pelo Regime Militar (1964-85). Foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz, mas sofreu campanha difamatória promovida pela ditadura.

Permaneceu 21 anos como arcebispo de Olinda e Recife, aposentado-se em 1985. Seu sucessor, o conservador D. José Cardoso Sobrinho, promoveu um desmonte de tudo que D. Hélder havia realizado. Faleceria em 1999, aos 90 anos (PRAXEDES, PILETTS, 2009).

24.3 O DECLÍNIO DA LCT

Vendo o sucesso local da LCT, o tenente Severino Sombra começou a pensar na criação de uma organização de âmbito nacional nos mesmos moldes, uma Legião Brasileira do Trabalho (esse propósito, inclusive, estava contido já no artigo 3° do Estatuto Legionário). Chegou a convidar para coordenar a fundação dessa nova entidade, no centro-sul do País, o intelectual católico Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Ataíde que, porém, não aceitou, sugerindo o nome do escritor Plínio Salgado.

Plínio gostou da proposta, mas pediu um tempo para refletir

melhor, alegando não possuir em São Paulo condições capazes de viabilizarem de imediato o projeto. Na verdade, Salgado enganava Sombra, uma vez que já estava pensando em criar a sua própria entidade, a futura Ação Integralista Brasileira (AIB). Mesmo assim os dois líderes marcaram novo encontro – agora, decisivo –, para julho de 1932, o qual, contudo, não se realizaria devido a eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo.

Quando Severino Sombra, no Rio de Janeiro, assessorava o ministro do Trabalho, Lindolfo Color, havia estourado o movimento armado em São Paulo. Juntamente com o então ministro do Trabalho, Sombra apoia a rebelião e vem aliciar o Ceará, cônscio de sua liderança (PARENTE, 1986: 101). Acabou preso pelo interventor Carneiro de Mendonça, sendo enviado ao exílio em Portugal. Permaneceu lá mais de um ano. A LCT, então, passou a ser dirigida por um triunvirato composto por Ubirajara Índio do Ceará, capitão Jeová Mota e Pe.Hélder Câmara – os mesmos intelectuais que se empenharão pouco depois em organizar a AIB no Ceará.

Em outubro de 1932, Plínio Salgado fundou oficialmente a Ação Integralista Brasileira em São Paulo. A secção local seria instalada a 15 de novembro do mesmo ano e a ela se filiaria a própria Legião Cearense do Trabalho (mantendo a autonomia), ainda que sob veementes protestos do exilado Severino Sombra. Em fevereiro de 1933, Jeová Mota foi eleito chefe supremo e único da LCT, acumulando, assim, a função com a de líder da AIB-CE. Era o início da divisão e decadência da Legião.

Historiadores como João Alfredo Montenegro chegam a afirmar que a proximidade com os trabalhadores, pelos vínculos que mantinha com a LCT, tornaria a AIB local peculiar em relação às suas congêneres do resto do País, onde predominou como base social de sustentação a classe média (MONTENEGRO, 1986). Apesar de se entrecruzarem nas características, LCT e AIB, afirma João Rameres Regis, “visavam atingir públicos diferenciados e tinham objetivos políticos distintos. Enquanto a LCT propunha-se atingir as classes trabalhadoras a partir do encaminhamento de suas demandas, mas sem que isso representasse um conflito aberto contra a classe patronal, a AIB buscava inserir-se no meio das classes médias urbanas, da intelectualidade religiosa e laica e tinha um caráter

político bem mais abrangente, pois se colocava na condição de liderar os brasileiros na tarefa de para alcançar as pretendidas transformações na organização social e política do Brasil" (REGIS, 2002: 48).

No mês de novembro de 1933, Severino Sombra voltou do exílio, anistiado por Vargas. Radicando-se no Rio de Janeiro, ingressou na mesma AIB que antes condenara, com a pretensão de disputar a liderança da entidade; contudo, fracassou nesse intento, visto que a posição de Plínio já estava consolidada, como ficou evidente no congresso integralista de Vitória-ES, em fevereiro do ano seguinte – quando Salgado se reelegeu para a chefia da sigla, derrotando Sombra.

Ante esse insucesso, Sombra deixou a AIB e a própria LCT, regressando ao Ceará. Agora, pretendia reconquistar a antiga liderança no meio operário local. Fundou uma outra organização, de princípios iguais aos da Legião, a chamada Campanha Legionária, passando a disputar o comando da classe trabalhadora com os seus antigos aliados e com os adversários de esquerda.

A nova entidade de Severino, porém, não obteve o mesmo sucesso que alcançara a LCT no começo da década. Apenas algumas poucas associações de classe aderiram à Campanha Legionária. Ocorreria mesmo o declínio da Legião. A conjuntura político-social cearense e nacional de 1934 e 1935 diferenciava-se daquela do início da Era Vargas. A Igreja, então, já dava maior atenção e apoio a AIB, uma organização nacional. Prova é que os integralistas, com apoio da LEC, elegeram dois dos seus membros, Ubirajara Índio do Ceará – igualmente legionário –, e Carlos Benevides, para a Assembleia Legislativa em 1934.

Por outro lado, a política trabalhista e a Lei de Sindicalização do governo Vargas já produziam efeitos, concretizando para os trabalhadores algumas garantias sociais e atraindo boa parte das lideranças operárias para os sindicatos oficiais, ou seja, aqueles sindicatos atrelados e tutelados pelo Estado. Importante esclarecer que apenas os associados a sindicatos oficias teriam direito às leis trabalhistas e garantias sociais então criadas. Dessa forma, os sindicatos oficiais foram aos poucos ocupando o papel de representante dos trabalhadores e de negociador entre patrões e

empregados, esvaziando, por conseguinte, a intermediação das entidades independentes (a exemplo da Campanha Legionária e LCT) e sindicatos autônomos.

Verificou-se também nesse momento uma intensa mobilização política contra organizações conservadoras articulada por comunistas e pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) – cresceu no Ceará o movimento operário de esquerda, mais combativo, expresso muito bem com a criação da Frente Única Sindical, cuja prática se dirigia, além da defesa intransigente da classe trabalhadora, ao repúdio aos elementos peleguistas e direitistas da LCT e Campanha Legionária.

A própria divisão e disputa que se verificaria entre LCT e Campanha Legionária acabaria por enfraquecer ambas: calúnias, trocas de acusações, choques de rua e até invasões ocorreram (a sede da Legião foi invadida pelos ativistas fiéis a Sombra), mostrando a incoerência daqueles que tinham o ideal de “harmonizar todos por um País melhor”.

Sem o brilho de antes, a LCT, bem como a Campanha Legionária e a AIB, acabaram sendo fechadas com a implantação do Estado Novo. Vargas instaurou a ditadura, desmantelando partidos e associações, fossem da esquerda ou da direita. Severino Sombra, com isso, passou a dedicar-se tão-somente à carreira militar, só retornando à vida pública em 1954, quando se candidatou a uma vaga de deputado federal. Nos anos 70 fundaria, em Vassoura-RJ, as Faculdades (depois Universidade) Severino Sombra. Faleceu em 2000, aos 92 anos de idade (PONTE, 1989; PARENTE, 1986; AMARAL, 1995; SILVA, 2006; CORDEIRO, 2013).

Gustavo Barroso: pensador da extrUm dos mais destacados líderes integralis

Capítulo 25

O Caldeirão

25.1 O BEATO JOSÉ LOURENÇO Nas déc

Novamente em Pilões de Dentro, descobriu que a família tinha ido para Juazeiro do Norte, no Ceará, atraída pelos “milagres” de Pe. Cícero e da beata Maria de Araújo (1889). Decidiu também seguir para a cidade caririense.

Chegando a Juazeiro do Norte, talvez por volta de 1890 ou 1891 (não há certeza sobre a data), dirigiu-se à casa de Pe. Cícero e reencontrou alegre os familiares. Permaneceu algum tempo na cidade. Vivia-se um momento de expressão do catolicismo popular. Para os sertanejos, não restavam dúvidas sobre a veracidade do “Milagre”. Juazeiro havia sido escolhida por Deus para ser o centro da salvação da humanidade pecadora.

Não há informações sobre o período de permanência de Lourenço em Juazeiro, mas o certo é que ali foi “introduzido” na religiosidade popular e na crença a Pe. Cícero. Este se torna, além de amigo, o guia espiritual. Lourenço incorpora as maneiras do Padre agir, pensar e sentir. Aquele ambiente profundamente místico o influencia bastante. Dedica-se ao trabalho missionário, realizando pregações e longas jornadas de oração e penitência. Passa a fazer parte da Ordem dos Penitentes da Santa Cruz, grupo religioso secreto, bastante conhecido em todo o nordeste. A partir daí fica conhecido como beato Zé Lourenço.

Provavelmente em 1894, por conselho de Pe. Cícero, José Lourenço, sua família e alguns romeiros arrendaram um lote de terra no Sítio Baixa Danta, de propriedade de um coronel chamado João de Brito, localizado no município do Crato.

Caridoso, Lourenço permitiu que outros sertanejos viessem morar no sítio. Sua casa começa a ficar rodeada por outras moradias construídas e habitadas por camponeses humildes. Ali, os sertanejos encontrariam terras para o trabalho e condições dignas de vida. Surgiu, dessa maneira, uma rústica comunidade.

O solo árido e encapoeirado do sítio Baixa Danta, em pouco tempo, com o esforço árduo de Lourenço e demais sertanejos, transformou-se em próspera terra produtora de cereais e frutos. Era uma comunidade em que, ao contrário das fazendas vizinhas, repartia-se igualmente, entre seus membros, o resultado de dias inteiros de

trabalho.

A gente do sítio tinha o beato como administrador, orientador espiritual e líder. Todos respeitavam aquele negro alto, forte, solidário, dedicado, seguidor dos ensinamentos do “Padim Ciço”. Era Zé Lourenço, embora analfabeto, quem dava conselho, determinava tarefas, ensinava práticas rudimentares de agricultura e de medicina popular. Trabalhava como todos, e à noite, com hábito da Ordem dos Penitentes, dirigia as rezas, novenas e ladainhas, motivado, mesmo após um dia exaustivo na roça.

A confiança de Padre Cícero em Lourenço era total. Vez por outra o beato ia visitar o “Padim” em Juazeiro. Para o sítio Baixa Danta o patriarca juazeirense enviava os miseráveis, desvalidos e até ex-criminosos, pessoas que precisavam ser reeducadas no trabalho e na fé. Zé Lourenço era um exemplo para todos.

O “secretário” Isaías e o beato José Lourenço: o Caldeirão foi uma manifestação da religiosidade popular

Em 1914, ano em que aconteceu a Sedição de Juazeiro, o beato, por ser radicalmente contra qualquer violência, não tomou parte nos combates, embora tenha prestado apoio a Pe. Cícero e até enviado alimentos para Juazeiro. Mesmo assim o sítio Baixa Danta foi invadido e saqueado por jagunços e homens partidários do governo Franco Rabelo. Foram grandes os prejuízos, mas passado o confronto, Lourenço e os seus seguidores, humildemente, reconstruíram tudo e continuaram o trabalho e as práticas religiosas (MONTENEGRO, 1973; FACÓ, 1980; CARIRY, BARROSO, 1982; BARROS, 1988; LOPES, 1991; MAIA, 1991; CORDEIRO, 2004; HOLANDA, 2007; SILVA, 2009; SIPRIANO 2014).

25.2 O BOI SANTO

No início da década de 1920, Pe. Cícero entregou aos cuidados de Zé Lourenço um touro zebu recebido de presente e que não tinha como criar em Juazeiro. No sítio Baixa Danta, o animal, manso e de muita beleza, por pertencer ao “Padim Ciço”, tornou-se objeto de grande zelo e cuidado por parte dos moradores, os quais passaram a chamá-lo de “Mansinho”.

Dessa ocasião se aproveitaram os inimigos de Pe. Cícero e de seu alter ego Floro Bartolomeu. Logo surgiram boatos dando conta de que, no sítio Baixa Danta, Lourenço e os sertanejos estavam adorando o animal como um santo. Queriam atingir o patriarca juazeirense através do beato.

Na versão mais comum do episódio do “boi santo”, afirma-se que, certa vez, um romeiro, para pagar promessa, havia oferecido uma touceira de capim roubado ao animal, o qual prontamente recusou, mugindo penosamente. O homem, então, teria convencido toda a comunidade de que acontecera um “milagre”, anunciando a santidade do boi. A partir daí, “Mansinho” passaria a ser cultuado, andando em procissões, enfeitado com guirlandas de flores e fitas. Todos se ajoelhariam em adoração diante do animal, dando-lhe para beber mingaus e papas. Contavam ainda que a urina e as fezes

santas do zebu eram usadas como remédios infalíveis para inúmeras doenças. De seus cascos extraíam-se fragmentos para, em pequenos sacos pendurados ao pescoço das pessoas, serem utilizados como talismãs.

Tais lorotas eram propagadas de forma sensacionalista e espalhafatosa pela imprensa não só do Ceará, mas de outros estados. Divulgavam a existência, no Cariri, de um reduto de fanáticos, adoradores de um novo boi "Ápis", como o citado na Bíblia. Exigiam ainda a intervenção das autoridades para acabar com aqueles loucos e hereges.

Na época, Floro Bartolomeu exercia o cargo de deputado federal. A história do "boi santo" comprometia sua carreira política. Os setores urbanos viam Juazeiro como um reduto de fanáticos, criminosos e loucos, e Floro como deputado desses "anormais". O baiano esforçava-se para mostrar que Juazeiro era uma cidade "comum", e Padre Cícero, "apenas" um homem virtuoso, sendo as romarias dirigidas para N. S. das Dores, a padroeira juazeirense. Não foi por acaso que, por volta de 1920, Floro havia agido para dissolver os grupos de penitentes, proibindo suas reuniões em qualquer parte de Juazeiro e determinando a prisão de beatos. Mas relatos como o do "boi santo" faziam cair por terra as estratégias, e por extensão, suas pretensões de poder. Isso o levou a agir de forma brutal e autoritária no episódio. Floro pessoalmente estava convencido de que tudo era mentira, mas não lhe interessava descobrir verdades; seu interesse maior era abafar logo o escândalo.

Floro mandou chamar Lourenço a Juazeiro e ordenou a prisão deste. Determinou ainda que o boi fosse abatido em frente à cadeia, "perante centenas de pessoas (...) determinando ainda fosse a carne do touro 'conduzida para o açougue público, onde também foi vendida" (MACEDO, 1986: 47). Bartolomeu impôs ainda que o beato deveria comer da carne. José Lourenço recusou-se, ficando por isso na prisão por 18 dias, sem comer nada, até quando Pe. Cícero foi libertá-lo, mandando-o de volta ao sítio Baixa Danta. Por que o patriarca juazeirense não interveio antes, evitando as humilhações de um seguidor inocente?

Foi mais uma concessão do religioso perante o poder político, demonstrando que Juazeiro era uma cidade normal, nada

acontecendo ali de condenável – uma atuação sua aumentaria com certeza as repercussões e o preconceito. Mas esse seu silêncio não poderia ser entendido como uma forma de proteger a comunidade contra uma sindicância externa mais profunda? Padre Cícero possuía pleno conhecimento de tudo passado em volta do beato e de que no sítio Baixa Danta, como depois no Caldeirão, tinha-se uma sociedade diferente, de tendência igualitária, coletiva e cooperativista, muito semelhante à de Canudos – Canudos que havia sido destruído (MONTENEGRO, 1973; FACÓ, 1980; CARIRY, BARROSO, 1982; MACEDO, 1986; BARROS, 1988; LOPES, 1991; MAIA, 1991; SIPRIANO 2014).

25.3 O SÍTIO CALDEIRÃO

Em 1926, pouco tempo antes da morte de Floro Bartolomeu, João de Brito decidiu vender o sítio Baixa Danta. O novo proprietário exigiu de imediato que Lourenço e a comunidade deixassem as terras. Dessa maneira, dali, o beato humildemente se retirou, sem nenhuma indenização ou compensação pelas mais de duas décadas de trabalho e melhorias as quais transformaram aquela área em uma das mais prósperas da região. Foi pedir ajuda ao “Padim Ciço”.

Provavelmente, ainda no ano de 1926, Pe. Cícero resolveu alojar o beato e os moradores em uma grande fazenda de sua propriedade, denominada Caldeirão dos Jesuítas. Situada no município do Crato, nas encostas da chapada do Araripe, com uma área de cerca de 880 hectares, a fazenda possuía tal nome devido a existência no local de uma depressão natural de pedra (com mais ou menos dois metros de profundidade) capaz de acumular água (era também alimentada por um pequeno riacho) e do fato, segundo a tradição popular, de ter servido de esconderijo para dois jesuítas fugitivos das perseguições movidas pelo ministro português, Marquês de Pombal, no século XVIII.

Ao chegar ao Caldeirão, o beato só encontrou “mato e pedra”, nada que lembrasse produção. Os camponeses, então, iniciaram novo

trabalho comunitário, igual ao praticado antes no Baixa Danta.

Um dos primeiros trabalhos a ser realizado foi a construção da casa do beato, que ficou conhecida como a "casa-grande", por ser bem maior que as habitações construídas posteriormente. Essa casa foi construída com tijolo e coberta com telha. As outras moradias que foram surgindo eram feitas, em geral, de taipa e cobertas com palha ou telha. O piso era de barro batido (LOPES, 1991: 63).

Ergueram-se, ao longo dos anos, também cercas, barragens, armazéns, engenhoca, casa de farinha, reservatórios d'água e rudes sistemas de irrigação. Passaram a cultivar cereais e frutas e a criar diversos animais domésticos. O trabalho em pouco tempo começou a dar resultados positivos. A princípio, o Caldeirão era uma fazenda apenas agrícola. Posteriormente, em consequência da chegada cada vez maior de sertanejos atraídos pelo modo de vida ali praticado, a comunidade foi ganhando novas atividades produtivas. Entre os novos habitantes encontravam-se pedreiros, carpinteiros, ferreiros, pessoas entendidas na fabricação de objetos de couro (chinelos, sapatos, arreios de animais, etc.), cerâmica (pratos, jarros, etc.) e flandre (copos, panelas, baldes, etc.). Assim, aos poucos, o Caldeirão foi ganhando um caráter praticamente autossuficiente, pois, produzia quase tudo de que precisava.

No início da década de 30, integrava-se à comunidade, como convidado de Lourenço, um engenheiro prático de nome Manuel Maria de Morais (o Manuel Silva), que orientou a construção de muitas obras, entre as quais uma capela, iniciada em 1931 e não concluída devido à invasão da polícia em 1936. O beato desejava proporcionar melhor assistência espiritual aos seguidores. Queria que algum padre viesse praticar atos religiosos que ele, como beato, não podia celebrar (missas, batizados, casamentos, etc). Todos da comunidade davam sua contribuição de esforço na obra, mesmo depois do trabalho duro na roça.

Tudo era coordenado pelo beato e, com o aumento do número de habitantes, por algumas pessoas de sua confiança, como Isaías, uma espécie de secretário. No Caldeirão a obra de José Lourenço toma, em menores proporções demográficas, a dimensão social da comunidade religiosa de Antônio Conselheiro (BARROS, 1988: 301). Criou-se uma sociedade igualitária, de sistema econômico

coletivo, que impunha aos seus membros a cooperação para assegurar a existência digna e as condições de sobrevivência. A base inspiradora e unificadora da comunidade era a religião; Zé Lourenço colocava em prática as mensagens de fraternidade e amor ao próximo, contidas nos Evangelhos.

O Caldeirão tornou-se atrativo e refúgio dos desprotegidos e espoliados, dos errantes e perseguidos, dos explorados pelo sistema coronelístico nordestino. Quem desejasse entrar para a comunidade deveria entregar seus bens (se por acaso os possuísse); ali, como diziam os moradores, "nada era de ninguém e tudo era de todos". O produto do trabalho era dividido conforme as necessidades dos habitantes – a produção era armazenada e repartida através de Isaías. Cada família, de acordo com o número de componentes, recebia por semana o que chamavam de comissão, uma cota de arroz, feijão, rapadura, café, açúcar, carne, leite, farinha, batata, macaxeira e milho. Portanto, a vida no sítio era de fartura, bem ao contrário da miséria imperante nos sertões cearenses.

O trabalho coletivo não excluía a organização familiar. Cada família possuía uma casa e Lourenço reconhecia a autoridade dos pais. Os órfãos moravam na casa do beato e deviam-lhe obediência. O beato era respeitado e admirado por todos. Tratavam-no como "Padim" Zé Lourenço, ajoelhando-se a seus pés e beijando-lhe a mão quando se aproximava.

Embora fosse analfabeto, Zé Lourenço providenciou a vinda para o Caldeirão de uma professora rio-grandense de nome Marina, que alfabetizava crianças e adultos nos intervalos da dura faina do campo – a sala de aula era à sombra de uma árvore. O beato ficou tão empolgado com os resultados que pensou em criar uma escola no sítio, projeto não levado adiante, como tantos outros, pela intervenção policial de 1936.

Não existia, internamente, na comunidade, comércio, nem circulação de dinheiro. Os produtos agrícolas excedentes eram armazenados para necessidades extras ou vendidos para vizinhos ou na feira do Crato. Os lucros obtidos não eram divididos entre os moradores, mas sim utilizados em melhorias da fazenda (por exemplo, comprando materiais para a capela ou imagens de santo) e na aquisição do não-produzido na comunidade (principalmente

querosene e remédios – embora houvesse no Caldeirão a prática de medicina popular, com plantas, ervas e infusões). Era o alagoano e "secretário" Isaías quem realizava as compras e vendas na maioria das vezes, tratando também da correspondência e registros nos livros de contas. Como Lourenço não sabia ler nem escrever, Isaías constituía-se seu verdadeiro braço-direito (MONTENEGRO, 1973; FACÓ, 1980; CARIRY, BARROSO, 1982; BARROS, 1988; LOPES, 1991; MAIA, 1991; CORDEIRO, 2004; HOLANDA, 2007; SIPRIANO 2014).

25.4 O CRESCIMENTO DO CALDEIRÃO

Não há dados precisos sobre a quantidade de habitantes da fazenda, mas o certo é que cada vez mais ela crescia – em 1930, especula-se que a população já passava dos mil habitantes.

Aliás, em 1930, ao romper a revolução getulista, os revolucionários marcharam sobre o Cariri, desarmando coronéis, jagunços e "fanáticos"; tentaram prender José Lourenço, sob acusação de que guardava armas. Avisado com antecedência, o beato fugiu e escondeu-se. Os revolucionários nada encontraram no Caldeirão, a não ser rudimentares instrumentos de trabalho. Na ausência de Lourenço, a comunidade foi parcialmente destruída; ele, contudo, retornou e sem mágoas, reconstruiu tudo, continuando o trabalho coletivo.

Enquanto na seca de 1932 milhares morriam de fome e doenças por todo o nordeste, o Caldeirão foi uma exceção. A comunidade abriu os depósitos de víveres, acolhendo e dando alimentos e trabalho a centenas de retirantes. Durante os 23 meses da estiagem, o Caldeirão sustentou todos os retirantes (cerca de 500 pessoas), que, na maioria, decidiram depois se fixar na fazenda.

Entre os muitos que chegaram em 1932 (ou talvez antes), estava o líder milenarista rio-grandense Severino Tavares. Cabelos longos grisalhos, barbudo, figura enigmática, era grande admirador de José

Lourenço e exerceria também influência na comunidade. Não se fixou definitivamente no Caldeirão – passava meses peregrinando pelos sertões. Quando chegava a um sítio, pedia abrigo e, ao anoitecer, começava a falar sobre o Evangelho, as mensagens e os "milagres" de Pe. Cícero, o final dos tempos, a união entre o povo, o respeito pelo sagrado, o desprezo pelos padres que faziam comércio das coisas divinas e a ida de todos para o Caldeirão, local santificado, onde os sertanejos deveriam trabalhar, rezar e preparar a chegada dos novos tempos anunciados pelos profetas que o antecederam. Severino Tavares, como veremos depois, estará intimamente ligado ao destino dos habitantes do Caldeirão.

Após a morte de Pe. Cícero em 1934, muitos populares passaram a considerar o beato Zé Lourenço como sucessor daquele e, ante a notória prosperidade da comunidade, a ela acorriam cada vez mais contigentes sertanejos, muitos dos quais estimulados pelas pregações de Severino Tavares. Nesse período iniciaram-se e rapidamente intensificaram-se as romarias para o Caldeirão. Os fiéis visitavam Juazeiro e depois iam conhecer aquele lugar de trabalho e oração. Os romeiros traziam presentes, esmolas e riquezas para o "Padim Lourenço": produtos agrícolas, animais, dinheiro, joias, objetos variados, etc. Tais romeiros permaneciam dias no hospitaleiro sítio e muitos acabavam por decidir morar ali também. A população do Caldeirão cada vez mais crescia. Em 1934, há quem afirme que o sítio já contava com uma população flutuante em torno de seis mil – talvez não passasse este número de duas mil pessoas –, sendo muitos deles camponeses que haviam abandonado a vida de miséria extrema nos sítios vizinhos (CARIRY, BARROSO, 1982; BARROS, 1988; LOPES, 1991; HOLANDA, 2007).

25.5 O caldeirão incomoda

As romarias, o crescimento da comunidade e a grande influência de José Lourenço começaram a chamar a atenção sobre o núcleo de fanáticos. Assim, a Igreja, os coronéis e o Estado, do mesmo modo como em Canudos, articularam-se e destruíram o Caldeirão.

A simples existência da comunidade de Zé Lourenço era uma condenação à sociedade imperante. Os camponeses se dirigiam para o Caldeirão porque, além das motivações religiosas, a vida ali era diferente daquela nas grandes fazendas; trabalhavam e o produzido era repartido entre todos, não ficando nada nas mãos de um latifundiário prepotente e autoritário.

De início, a relação da comunidade com os latifundiários da região poderia ser considerada boa. Os moradores chegavam mesmo a ajudar os vizinhos, como ocorreu quando o beato, atendendo a uma solicitação de um proprietário de nome José Alves de Figueiredo, enviou gratuitamente um mutirão de 400 homens para limpar uma área de dois mil hectares, realizando tudo em dois dias. Essa relação cordial, porém, não durou muito. Obviamente não podemos ter uma visão maniqueísta da história; existiam proprietários que admiravam o trabalho e a virtuosidade religiosa de Lourenço e o defendiam – o citado José Alves Figueiredo chegou a publicar a 7 de junho de 1934 artigo no jornal O Povo em que procurava rebater os ataques que já pululavam contra o Caldeirão. A regra, no entanto, era que os coronéis, cuja riqueza se baseava, sobretudo, na exploração dos camponeses, se opusessem ao modo de vida da comunidade, o qual lhes retirava a mão de obra.

A Igreja Católica – no período, com posturas ultraconservadoras e elitistas –, embora Lourenço nunca a tenha atacado, posicionou-se contra o catolicismo popular da comunidade, visto como fanático e herege. Por várias vezes, o beato pediu a ida de um padre para realizar atos religiosos na capela em construção – prova é a existência próxima a esta de uma casa de pedra para abrigar o sacerdote. Mas a Igreja oficial sempre marginalizou o Caldeirão. O bispo do Crato dizia que “padre nenhum iria naquele inferno”.

Paradoxalmente, o começo da construção da capela em 1931 fez iniciar as acusações da Igreja contra a comunidade. Era tanta a hostilidade, que o beato e muitos moradores deixaram de ir assistir à missa no povoado de Santa Fé (a cerca de 10 km), como faziam costumeiramente. Em termos concretos, a hierarquia eclesiástica fez com o sítio Caldeirão o que não pôde fazer com Juazeiro, ou seja, exterminou-a, pois Lourenço, ao contrário do Pe. Cícero, não possuía apoio do poder político.

O massacre da comunidade de Lourenço liga-se também ao centralismo da Era Vargas, ou seja, ao longo processo repressivo que se instaura no País após a Revolução de 30 e, mais particularmente, com a montagem e a vigência do Estado Novo. De fato, tal processo visava, entre outros objetivos, à quebra da autonomia estadual de base federalista e ao desmonte do poder local dos coronéis: daí por que, mais ou menos no mesmo período, essa repressão se abate contra o Caldeirão, contra o cangaceirismo de Lampião e seu bando, contra o movimento [messiânico] de Pau de Colher [sertão da Bahia, 1938] (MENEZES, 1985/86: 35).

A destruição do Caldeirão igualmente aconteceu num momento de histeria anticomunista no País, quando Getúlio Vargas, já preparando pretextos para o golpe de 1937, endossava e estimulava um ambiente de perseguição e eliminação de todo o foco social diferente – o trabalho coletivo religioso do sítio do beato, aos olhos da elite, parecia socialismo, embora, ironicamente, Lourenço, como católico fervoroso, condenasse o "comunismo ateu".

A partir do início dos anos 1930, segmentos conservadores ligados ao governo cearense, incentivados pelos latifundiários e pelo clero, encarregaram-se de espalhar boatos sobre Lourenço e seguidores deste. Afirmavam que o beato oficiava de forma bárbara e satânica sacramentos reservados aos padres, possuindo um harém de 16 mulheres, e explorava a ignorância e o fanatismo dos sertanejos, usando-os para enriquecer.

Até as imagens de santos que o beato mandara comprar na Alemanha foram motivo para aleivosias – diziam que dentro das três caixas de madeira estavam sendo transportados armamentos e munições para o Caldeirão. Mandaram abrir as caixas e só encontraram imagens de São José, Santo Inácio e N. S. da Conceição.

A situação se agravou após 1934, quando os padres salesianos (integrantes de uma ordem religiosa elitista, nomeada pelo Pe. Cícero como herdeira de seus bens, inclusive, do Caldeirão), resolveram tomar as terras da comunidade sem pagar aos moradores nenhuma indenização. Era o pretexto que os desafetos da comunidade esperavam para destruí-la.

O advogado Norões Milfont, deputado estadual pela LEC (Liga Eleitoral Católica), foi contratado para defender a causa dos salesianos. Sem perda de tempo, o causídico alardeou a tese de que o Caldeirão constituía um novo Canudos, que o beato guardava armamentos e que o ajuntamento, além de constituir sério perigo para o estado e ordem estabelecida, tinha francas tendências comunistas (CARIRY, BARROSO, 1982: 165). A Igreja do Cariri nas missas falava do perigo daquele bando de fanáticos e da infiltração de malvados agentes vermelhos a serviço do comunismo ateu (MONTENEGRO, 1973; FACÓ, 1980; CARIRY, BARROSO, 1982; BARROS, 1988; LOPES, 1991; MAIA, 1991; CORDEIRO, 2004; HOLANDA, 2007; SIPRIANO 2014).

Moradores do Caldeirão, quando da invasão da comunidade pela polícia, em 1936

25.6 A POLÍCIA NO CALDEIRÃO

Em fevereiro de 1935, reuniram-se, em Fortaleza o governador Menezes Pimentel (eleito pela LEC), o secretário de Estado Andrade Furtado, o chefe de polícia, capitão Cordeiro Neto, o deputado Norões Milfont e o bispo do Crato, Dom Francisco de Assis Pires. Concordando sobre o perigo representado pelo Caldeirão deliberaram pela dissolução da comunidade através de urgente ação militar. Mas antes era preciso saber da real situação do inimigo. Enviaram, então, em missão sigilosa para descobrir os "segredos e armadilhas" da comunidade, o capitão José Bezerra, um dos mais brutais perseguidores de cangaceiros do Ceará, disfarçado de comprador de algodão.

Nesse ínterim, em Santa Quitéria, nordeste do estado, foi preso, por ordem do chefe de polícia, Cordeiro Neto, um homem magro e barbado, vestido com um roupão sujo, que ali fazia pregações religiosas e conclamava o povo a ir para o Caldeirão. Era Severino Tavares em sua missão profética e milenarista. À força, cortaram-lhe cabelo e barba e o enviaram para Fortaleza, onde foi encarcerado, torturado, humilhado e interrogado, sendo obrigado a confessar a prática de cultos satânicos na comunidade de José Lourenço.

Severino foi posto na mesma cela na qual estavam detidos Jáder de Carvalho e outros militantes de esquerda cearenses, acusados de conspirar contra o governo. As autoridades queriam com isso incriminá-lo também como comunista e encontrar mais um pretexto para destruir o Caldeirão. Ao mesmo tempo, pela origem norte rio-grandense, Tavares foi acusado de ter participado da fracassada Intentona Comunista em Natal, no ano de 1935, e de ser, um agente de Moscou infiltrado entre os camponeses do Caldeirão.

Enquanto isso, Zé Lourenço recebia o "espião" José Bezerra cordialmente, aliás, como fazia com todos que o visitassem. O beato lhe disse que não poderia vender a produção de algodão, pois esta pertencia ao povo do Caldeirão, sendo utilizada e consumida na própria comunidade. Acabou, contudo, mostrando toda o sítio em seus mais diversos aspectos.

De regresso a Juazeiro, José Bezerra fez um metódico relatório ao

governo, dando conta do fanatismo e do terrível perigo comunista reinantes no Caldeirão. Afirmou: Armas não vi, mas pela quantidade de homens não se pode descartar armamentos escondidos (apud MAIA, 1991: 39). Passou a impressão de ser aquela comunidade uma nova Canudos, contra o qual as autoridades deveriam imediatamente agir por meio de ação militar.

O beato Zé Lourenço fazia parte da Ordem dos Penitentes da Santa Cruz

A 9 de setembro de 1936, uma expedição da polícia militar composta por uma companhia de fuzileiros e por uma bateria de homens portando metralhadoras, seguiu para o Cariri.

Eram 150 praças, comandados pelo tenente José Góes de Barros. Juntos também iam Cordeiro Neto e José Bezerra. O tenente José Góes escreveu um relatório sobre a invasão, depois transformado em um livro intitulado A Ordem dos Penitentes, onde procurava

justificar a dissolução do sítio para evitar um mal maior.

Para despistar a imprensa e os sertanejos, divulgou-se que os policiais iriam para Mossoró-RN. O beato, entretanto, soube da chegada da tropa e fugiu para o alto da serra do Araripe – mas só depois de dizer a seu povo para responder bem à polícia, respeitar.

Os soldados iam preparados para lutar, porém, quando, na manhã do dia 10 de setembro de 1936, invadiram o sítio, os sertanejos, humildes e assustados, não ofereceram nenhuma resistência. Diz preconceituosamente José Góes em seu relatório: Como reses bravias num curral, homens, mulheres e crianças se comprimiam, uns contra os outros, olhando-nos com ódio e temor; a severidade dos semblantes, não deixava de emprestar à cena uma grandiosidade lúgubre e triste, como uma expectativa de catástrofe. Apenas, num contraste irônico, quatro loucos, amarrados a um canto, sorriam sem procurar compreender. Parecia o inferno (...) Entramos em meio de um silêncio curioso. O primeiro protesto partiu de uma mulher (...) Um velho de barbas longas, meio calvo, de olhar fixo e brilhante, erguendo para o alto as mãos sujas e esqueléticas, proferiu, dramático – Vossa mercê é poderoso, mas acima de tudo está o poder de Deus (BARROS, 1937: 30).

Góes diz ainda que Zé Lourenço era, sem saber, um “marxista prático” e que as relações de produção e consumo no Caldeirão tendiam francamente ao comunismo. Os moradores tiveram suas modestas casas vasculhadas e os móveis revirados e quebrados. A polícia, no entanto, não encontrou as tão propaladas armas enviadas por Moscou, mas sim, instrumentos de trabalho: enxadas, cavadores, foices e arados rústicos...

Os sertanejos foram conduzidos a empurrões, socos e pontapés para a casa do beato; os policiais gritavam, apontavam armas, davam voz de prisão. A tensão era grande. As mulheres temiam ser violentadas – uma pôs fogo no próprio corpo. Apesar de tudo, os policiais são gentilmente recebidos na casa de Lourenço por Isaías, que estima desejo de serem desfeitas as calúnias contra o “Padim”. É-lhes servido um belo almoço, inclusive (FACÓ, 1980; CARIRY, BARROSO, 1982; BARROS, 1988; LOPES, 1991; MAIA, 1991; HOLANDA, 2007).

25.7 A DESTRUIÇÃO DO Sítio

O capitão Cordeiro Neto explicou aos camponeses o que viera fazer. Era preciso que voltassem ao seu lugar de origem, levando suas posses e bens, pois o Estado não poderia permitir a existência daquele perigoso agrupamento de fanáticos. As famílias deveriam abandonar o sítio em cinco dias e os solteiros, dentro de três. A seguir foi realizada uma espécie de recenseamento e se chegou a um resultado surpreendente: 75% dos habitantes do Caldeirão eram naturais do Rio Grande do Norte, 20% de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Maranhão e Piauí e apenas 5% de cearenses natos.

É interessante saber por que havia esse predomínio de potiguares. Há quem aponte como causa o fato de ser maior a miséria no Rio Grande do Norte. Não devem ser esquecidos, contudo, os massacres promovidos pelas elites do estado vizinho nos anos anteriores e posteriores ao levante comunista de 1935. Na década de 30, as disputas entre as oligarquias rio-grandenses eram marcadamente brutais, sendo rotineiras as perseguições e assassinatos. Atingiam, sobretudo, as camadas populares. Assim muitas famílias atravessavam a divisa e penetravam no Ceará. A imprensa fortalezense (como o jornal Gazeta de Notícias, de 17/09/1936), chegou a especular se os habitantes do Caldeirão seriam remanescentes da intentona comunista. Não, não eram remanescentes comunistas – o movimento de ١٩٣٥ foi basicamente militar. Mas é certo que, após o fracasso da intentona, as violências praticadas pela jagunçada dos coronéis se intensificaram, atingindo não só os conspiradores, mas operários e camponeses inocentes. Provavelmente, muitos se dirigiram para o Caldeirão, um refúgio de fartura e alívio espiritual.

Cordeiro Neto ofereceu aos camponeses passagens de trem e de navio para que voltassem a seus estados de origem; estes recusaram. Propôs, então, que pegassem seus bens e partissem. Os sertanejos responderam que nenhum deles tinha posse ali, pois os bens eram de toda a comunidade.

Constituía-se um problema o destino da população. O capitão Cordeiro teve de ir a Juazeiro para consultar o interventor Menezes Pimentel por telégrafo. Os habitantes do Caldeirão foram, a tapas, pontapés e coronhadas, amontoados num curral, e lá ficaram dias quase sem alimentos, esperando uma decisão das autoridades. Na primeira noite da intervenção policial, o capitão José Bezerra trouxe prostitutas e bebidas para o sítio.

O capitão Cordeiro Neto chega, então, a uma decisão: destruir as estruturas físicas do sítio e simplesmente expulsar os camponeses. A polícia, então, saqueou e incendiou os míseros casebres (cerca de 400) e o armazém da comunidade. Imagine-se o desespero daqueles simples populares, assustados, coagidos, vendo à noite suas casas devoradas pelo fogo. Não compreendiam o porquê de tanta violência e perseguição.

Parece que o próprio capitão Cordeiro Neto se envergonhou do que mandara fazer. Tentou justificar-se, acusando os próprios sertanejos de terem promovido incêndios misteriosos nos depósitos de algodão e víveres, e fundamentando a apreensão de parte dos bens da comunidade no fato de evitar que fossem destruídos pelos habitantes revoltados. Bens do Caldeirão foram roubados e usados em benefício dos próprios invasores. Até as portas da capela foram arrancadas e, tempos depois, encontradas guardando a entrada de um prostíbulo no Crato. O restante dos animais, da produção agrícola e outras posses do beato acabaram vendidos em leilões públicos, e o dinheiro entregue ao juiz de direito do Crato (mais tarde, esse dinheiro foi repassado para Zé Lourenço).

O grupo de policiais que ficou no Caldeirão dispersou a população. Alguns camponeses foram presos e levados para Fortaleza, como Isaías. Outros foram pedir auxílio aos familiares e amigos em Juazeiro ou nos estados vizinhos. Até pessoas influentes, amigas do beato, sofreram perseguições. José Alves Figueredo foi acusado de ser o mentor de Lourenço, incurso na Lei de Segurança Nacional, acabou preso por defender e denunciar os crimes praticados no Caldeirão, bem como Antônio de Alencar Araripe (advogado, ex-prefeito do Crato e figura de oposição ao governo estadual) e José Alves França (farmacêutico). Foram libertados graças à interferência de políticos.

Muitas famílias do Caldeirão se dirigiram para a serra do Araripe, reencontrando o beato e formando nova comunidade, espalhada desta vez por quase dois quilômetros entre a Mata dos Cavalos e o Curral do Meio. Entre a vegetação densa – ótimo esconderijo – ergueram precários casebres de palha. Prevenindo-se contra novas perseguições, Zé Lourenço pôs vigias por todos os lados, até no Crato e em Juazeiro; isso para, caso necessário, ter tempo de evacuar seus seguidores para Pernambuco.

Destruído o sítio, Severino Tavares foi posto em liberdade em Fortaleza, com a recomendação de que voltasse para o Rio Grande do Norte. Porém, assim não agiu. Retornou para o Cariri, para a serra do Araripe, juntando-se ao novo núcleo comunitário (FACÓ, 1980; CARIRY, BARROSO, 1982; BARROS, 1988; LOPES, 1991; CORDEIRO, 2004; HOLANDA, 2007; SILVA, 2009).

25.8 A MORTE DOS POLICIAIS

Reintegrado à comunidade, Severino Tavares, em conjunto com outros camponeses, passou a defender ações radicais, mais precisamente um ataque à cidade do Crato no intuito de obter armas e munições suficientes para retomar à força o Caldeirão. Os camponeses sentiam ódio pela polícia que saqueara e incendiara a comunidade, em particular pelo capitão José Bezerra, um “judas”, que os espionara, humilhara e agredira.

Essa proposta beligerante não era aceita por José Lourenço, devido ao próprio caráter pacifista deste e pelo bom senso de que naquelas condições era inviável um confronto direto com o Estado. Severino Tavares, ao que parece, decidiu agir por conta própria. Se não lhe era possível reconquistar o Caldeirão, poderia pelo menos se vingar. Teria, então, preparado uma emboscada.

Um camponês chamado Sebastião Marinho, ao que tudo indica propositadamente, informou à polícia do Crato que Severino Tavares pretendia retomar ao sítio Caldeirão. A 9 de maio de 1937,

o capitão Cordeiro Neto, em Fortaleza, recebia telegrama urgente do advogado e deputado Norões Milfont, comunicando que os fanáticos invadiriam a cidade do Crato. O chefe de polícia deu, em seguida, ordem para que a força policial de Juazeiro, sob o comando do capitão José Bezerra, tomasse providências contra a nova comunidade.

A 10 de maio de 1937 – oito meses após a destruição do Caldeirão – José Bezerra partiu do Crato para a "missão", à frente de um contingente de 18 praças, dentre os quais seus filhos, sargento Anacleto e soldado Álvaro. Levava como guia o já citado Sebastião Marinho. Viajaram num caminhão, que foi deixado no local conhecido por Cruzeiro, onde também ficou parte do diminuto contingente.

Bezerra e os demais homens seguiram a pé. A pequena força levada pelo capitão indicava que não esperava nenhuma reação. Enganou-se. De repente, o guia sumiu na mata, sendo o contingente policial atacado por um grupo de sertanejos. Houve pânico, luta e mortes. Militares que sobreviveram à emboscada contariam depois à Revista Policial: foi um instante dramático. Surgindo do matagal, os fanáticos envolveram o capitão Bezerra, que não teve tempo sequer de sacar a sua pistola, como dos fuzis não puderam lançar mãos os soldados. A luta corpo a corpo se trava violenta, entre o capitão e seis soldados, de um lado, e, de outro, cerca de 100 fanáticos, armados de rifles, espingardas, foices e cacetes sob a chefia de Severino Tavares. Os fanáticos pareciam visar especialmente o capitão e dividiram-se em grupos de modo a isolá-lo das praças (apud CARIRY, BARROSO, 1982: 171). Um golpe de foice pôs fim à vida de José Bezerra, decapitando-o. A pauladas são mortos seus dois filhos e os soldados de nomes Benigno e Josafá. No local, morrem também três camponeses.

Somente sobreviveram os sargentos Jaime e Brasileiro, que, feridos, arrastaram-se por uns 200 metros até o caminhão, fugindo e sendo recolhidos ao hospital do Crato.

No final da tarde do dia 11 de maio de 1937, chegaram a Juazeiro os corpos dos policiais mortos e dos três camponeses, cujos cadáveres, mutilados e amarrados, foram expostos à visitação pública, como sendo, para os "fanáticos", Santo Antônio, Santo

Onofre e São Pedro.

O fracasso da força policial causou pânico entre as elites. Os jornais publicaram várias reportagens sobre o assunto. Os militares mortos foram tidos como heróis e promovidos a postos superiores. A opinião pública foi sensibilizada pelos relatos sensacionalistas de repórteres. O enterro dos "heróis" foi realizado em Fortaleza, em meio a emocionantes e patrióticas cerimônias.

Segmentos sociais e autoridades condenaram de forma enfática a emboscada. Setores da imprensa ecoaram um discurso de limpeza e dizimação do "antro de fanáticos". O jornal O Crato, de 15/5/1937, por exemplo, defendia que a "captura do grupo, ou mesmo o extermínio, é de todo imprescindível" (apud SIPRIANO, 2014: 110) (MONTENEGRO, 1973; FACÓ, 1980; CARIRY, BARROSO, 1982; BARROS, 1988; LOPES, 1991; MAIA, 1991; CORDEIRO, 2004; HOLANDA, 2007).

25.9 O MASSACRE DOS SERTANEJOS

A repressão por parte do Estado foi brutal. No mesmo dia da emboscada, seguiram para a chapada do Araripe o restante da tropa acantonada em Juazeiro, cerca de 30 homens comandados pelo tenente Assis Pereira. Três aviões (então escassos, mas cedidos pelo ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra), partiram de Fortaleza sob o comando do capitão José Macedo, com grande quantidade de armas e munições, conduzindo também o chefe de polícia Cordeiro Neto para Juazeiro. As aeronaves sobrevoam a serra e metralham as barracas da nova comunidade, além de jogarem granadas. Ao que parece, não morreu ninguém nesse "ataque aéreo", embora provocasse desespero entre os populares.

Camponeses mortos no confronto com a polícia na serra do Araripe, em 1937

A chacina não seria feita pelo ar, mas por terra (mesmo porque os aviões eram apenas de transporte). No dia 11 de maio chegava ao Crato, de trem, o primeiro Batalhão de Força Pública, comandada pelo 1º tenente Abelardo Rodrigues. A intenção era não deixar pedra sobre pedra. Os militares prepararam um ataque pesado aos "fanáticos".

A 12 de maio de 1937, aconteceu a operação. Duzentos militares,

de armas em punho, atacaram os ex-habitantes do Caldeirão. Os camponeses, na maioria pessoas pacíficas que não tinham participado da emboscada ao capitão José Bezerra, entraram em pânico, mas não reagiram (e nem havia como).

Aconteceu ali uma das maiores chacinas da história cearense. Não se faziam prisioneiros. A debandada era geral. Adultos, crianças, velhos, eram atingidos com tiros e baionetadas. Os soldados fincavam as baionetas com tanta força que tinham de usar o pé para retirá-las. Lourenço e algumas famílias conseguiram escapar, sorte que não tiveram outros. Muitos clamavam, em lágrimas, o nome de Deus para não serem mortos, mas acabavam fuzilados sumariamente pelos atacantes. A pele de alguns chegou a ser arrancada a golpe de faca.

DIARIO VESPERTINO
Redação e officinas: Rua Major Facundo, 670
Telefones: 230
End. telegr.: Opovo

O Povo

ANO X — N. 3509
Edição de Hoje: 6 PAGINAS
Preço do Exemplar: 200 REIS

Director—DEMOCRITO ROCHA — Fortaleza (Ceará) — Terça-feira, 11 de Maio de 1927 — Redator-secretario PAULO SARASATE

Luta de Morte na Serra do Araripe

A Situação politica

O novo Lider governista—Foi escolhido ontem o Deputado Carlos Luz

Esperado no Rio o Sr. Mauricio Cardoso — Adiada a Reunião dos Governadores—O Dissidio pernambucano — Declarações do Sr. Barbosa Lima — Discursou na Camara o Sr. Antonio Carlos

Perdem a Vida, numa impressionante Chacina, o Capitão José Gonçalves Bezerra e outros Militares

A Policia continúa no Encalço dos Fanaticos—Novo Tiroteio á Noite de Ontem—O Grupo compõe-se de 300 Homens—O deploravel Estado dos Mortos. Cabeças quebradas, Braços cortados e Restos retalhados a Faca—O Sargento Josafá e o Cabo Benigno parece que foram pisados num Pilão! O Enterro das Vitimas—Outras Notas

Veemente Discurso do General Flores da Cunha

«Ou regridem ou mostrarei que em nossas Mãos não morrerão as gloriosas Tradições do Rio Grande»

Jornal O Povo noticiando a morte do capitão Bezerra.

Parte dos que conseguiram atravessar a divisa com Pernambuco acabaram massacrados pelas forças policiais daquele estado, as quais, já alertadas pelo governador Menezes Pimentel, estavam de prontidão.

Os soldados juntaram os cadáveres, incinerando alguns com

gasolina numa grande fogueira e enterrando outros em valas coletivas. Mas a ação militar continuou. A polícia ainda permaneceu alguns meses na serra, procurando, prendendo, torturando e mesmo assassinando suspeitos de serem provenientes do Caldeirão. As pessoas que usavam roupas pretas e rosários no pescoço eram as mais visadas.

Não se sabe até hoje o número exato de vítimas desse ataque: 400 mortos, segundo dados oficiais; 700 segundo informantes. São números flutuantes (CORDEIRO, 2004: 107). O farmacêutico José Gerardo da Cruz teria chegado a encontrar num só local 16 crânios de crianças. O chefe de polícia, Cordeiro Neto, – que depois, aliás, seria prefeito de Fortaleza entre 1959 e 1963 e atingiria o posto de general – afirmou que morreram "umas" 200 pessoas, reconhecendo, contudo, que pode ter ocorrido algum desatino, pois, os ânimos estavam exaltados na corporação policial após a morte do capitão Bezerra (MONTENEGRO, 1973; FACÓ, 1980; CARIRY, BARROSO, 1982; BARROS, 1988; LOPES, 1991; MAIA, 1991; CORDEIRO, 2004; HOLANDA, 2007; SIPRIANO 2014).

25.10 O DESTINO DE ZÉ LOURENÇO

E qual o fim de Severino Tavares? Ao que parece, na emboscada promovida contra o capitão José Bezerra, o líder sertanejo acabou gravemente ferido, falecendo pouco tempo depois. O corpo teria sido então enterrado pelo próprio filho de Severino, Eleutério Tavares, em algum lugar da serra do Araripe.

Com a continuidade das perseguições dos policiais, muitos dos ex-habitantes do Caldeirão permaneceram na serra, deslocando-se constantemente, em angústia e medo terríveis, enfrentando fome, sede, doenças, insetos, animais. Um deles era o próprio beato José Lourenço, já com mais de 60 anos.

A 14 de janeiro de 1938, o jornal O Povo entrevistou o tenente José Góes de Campos Barros, para esclarecer sobre boatos de que

Lourenço estaria chefiando um grupo de fanáticos na Bahia (no caso, era o movimento messiânico de Pau-de-Colher, chefiado pelo beato Quinzeiro e destruído pelo exército e polícia no ano de 1938, deixando um saldo de mais de 400 mortos). O militar disse que a polícia estava convicta de que não fora Zé Lourenço que armara a emboscada contra o capitão José Bezerra, e sim, Severino Tavares. Afirmou ainda que Lourenço se encontrava em algum lugar da serra do Araripe, em difícil situação, pedindo "pelo amor de Deus" um lugar certo para trabalhar. Declarou Góes, por fim, que o governo tinha consentido o retorno do velho beato, para trabalhar em qualquer localidade do estado, desde que com apenas dois ou três afeiçoados. O tenente acreditava na "regeneração" do beato.

O chefe de polícia, Cordeiro Neto, em acordo com os salesianos, prometeu a José Lourenço que poderia regressar ao Caldeirão sem riscos de novas perseguições. O intermediário dos contatos foi Júlio Macedo, que sendo, amigo do beato, sempre ia visitá-lo nos tempos felizes do Caldeirão.

Zé Lourenço, após alguma indecisão, acabou aceitando voltar para o sítio no início de 1938. Regressou com algumas dezenas de pessoas, sobreviventes das perseguições. Como em tantas outras oportunidades, aquele povo reiniciou com afinco os trabalhos. Outros remanescentes, depois, também retornaram, e a comunidade, agora bem menor, foi se reestruturando, lentamente.

No final de 1938, entretanto, Zé Lourenço e os sertanejos foram novamente expulsos do Caldeirão. Os salesianos voltaram atrás e exigiram a posse do sítio. O beato, que pagava certa quantidade em dinheiro e ainda mandava cargas e mais cargas de produtos para os padres, humildemente se retirou mais uma vez. Pouco depois, os salesianos venderam a propriedade.

Ante a impossibilidade de continuar no Caldeirão, José Lourenço, por intermédio de Júlio Macedo, comprou um pequeno terreno em Exu, Pernambuco, a fazenda União. A compra foi possível graças ao dinheiro recebido do depósito judicial feito pelo capitão Cordeiro Neto referente ao leilão de alguns bens apreendidos no Caldeirão quando da intervenção policial de 1936.

No ano de 1944 o beato tentou, por intermédio do advogado Antônio de Alencar Araripe, uma ação judicial contra o Estado por invasão, agressão e furto, pedindo uma indenização de 400 mil réis – uma fortuna para a época. A Procuradoria cearense alegou a prescrição de seu direito de agir e que não havia nada de ilegal em vender bens deterioráveis. Além disso, justificava o ataque dizendo que Lourenço possuía armas, levava uma vida dissoluta, mantinha um harém e era simpático ao comunismo. O Judiciário acatou tais argumentos e negou a pretensão do beato.

Na fazenda União, Lourenço reorganizou a comunidade, embora não estimulasse o crescimento desta, receando perseguições. As autoridades pernambucanas o mantinham sob constante vigilância. Já era um homem idoso, cansado, no final da vida, mas nem por isso, menos caridoso e esperançoso. Continuou com o trabalho coletivo, igualitário, solidário, ajudando as pessoas da região. O sítio prosperou rapidamente. Até as pessoas influentes chegavam a pedir dinheiro emprestado ao beato; Lourenço sabia que muitas não o reembolsariam, porém, mesmo assim concedia os empréstimos, temendo represálias.

Viveu em paz, entre os amigos e as visitas constantes de romeiros,

até a morte, de peste bubônica, a 12 de fevereiro de 1946.

Tinha então 74 anos de idade. O corpo de Zé Lourenço foi conduzido por uma multidão para Juazeiro. Ali, segundo a tradição oral, teriam os sertanejos pedido ao vigário da cidade, monsenhor Joviniano Barreto, que celebrasse uma missa para o beato. Receberam a seguinte resposta: “Eu não celebro missa para bandido”.

Lourenço foi sepultado, sob grande emoção, no Cemitério do Socorro, bem perto da capela onde estava enterrado Pe. Cícero. Pouco depois, o sítio União foi vendido – não havia ânimo para continuar o trabalho. Com o dinheiro do negócio os moradores adquiriram algumas pequenas casas em Juazeiro e ergueram um túmulo-capela para o beato, onde colocaram as imagens de santos compradas na Alemanha e alguns retratos. O túmulo ainda hoje é zelado por seus seguidores (MONTENEGRO, 1973; FACÓ, 1980; CARIRY, BARROSO, 1982; BARROS, 1988; LOPES, 1991; MAIA, 1991; CORDEIRO, 2004; HOLANDA, 2007; SIPRIANO 2014).

“Anos mais tarde, pesquisadores procuraram remanescentes do Caldeirão e sugiram vozes dissonantes daquelas vozes oficiais. Em 1986, quando completaram 50 anos da destruição do Caldeirão, aconteceu o lançamento do documentário O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, de Rosemberg Cariry, que apresenta o Caldeirão como um movimento de luta dos trabalhadores rurais por terra. (...) Essas pesquisas renderam, além do documentário, a publicação em 1986, da peça A Irmandade da Santa Cruz do Deserto, do escritor cearense e dramaturgo Oswald Barroso, além de diversos artigos sobre o tema.

(...) A partir desse processo de construção de novos sentidos sobre o Caldeirão, diversos movimentos sociais tomam essa experiência comunitária como um símbolo de luta, um referencial para os movimentos agrários. Desde 2000, todos os anos, no mês de setembro, as pastorais sociais da Diocese do Crato realizam a Romaria do Caldeirão, que tem como objetivo resgatar essa história de luta do homem do campo. (...) No ano de 2002, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará aprovou a criação do Dia em Memória da Comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto. O dia comemorativo é 10 de setembro, dia da invasão e destruição do sítio em 1936. Em 2005, o

Caldeirão foi tombado como patrimônio histórico cultural, pela Secretaria de Cultura do Estado (...)" (SIPRIANO, 2014:157).

Capítulo 26

A Redemocratização de 1945 no Ceará

26.1 O CEARÁ durante II GUERRA MUNI

A 18 de agosto de 1942, perante uma nova onda de torpedeamentos de navios brasileiros, realizou-se na capital cearense uma grande passeata liderada pelos acadêmicos da faculdade de Direito. Tal passeata, feita aos gritos de Morra Hitler e seus asseclas, acabou provocando o incidente conhecido como Quebra-quebra, no qual a massa enfurecida depredou e saqueou vários estabelecimentos e residências pertencentes a alemães, italianos, japoneses, como a loja A Pernambucana (ligadas à família Lundgren, de origem sueca, cujos diretores eram alemães), a Casa Veneza (loja de departamento pertencente ao Cônsul da Itália Di Francesco), a camisaria O Aluard, o Consulado da Alemanha, o Jardim Japonês (da família Fujita, que vivia de cultivar flores), etc. Para a revolta da população não se pode descartar o autoritarismo e censura da ditadura estadonovista e a falta de posicionamento oficial do governo brasileiro diante da guerra até então. A fúria popular atingiu também outros bairros da cidade, como Porangabuçu, Outeiro, São Gerardo e Praia de Iracema. “Na tentativa de refrear o ímpeto dos manifestantes, as forças policiais empreenderam várias prisões, chegando mesmo a empregar todo o seu estoque de gás lacrimogêneo e disparar jatos d’água e tiros para o alto com vistas a dispersar a multidão” (SILVA FILHO, 2001: 171).

Quebra-quebra em Fortaleza em 1942 — ao fundo, a casa "A Pernambucana", cujos diretores eram alemães

Em tempos de Estado Novo Varguista, poucas linhas foram veiculadas nos jornais sobre o evento devido ao temor à censura do governo. A interventoria, porém, lançou nota oficial pedindo a manutenção da ordem. Temerosas, poucos dias depois várias empresas de grande e médio portes puseram anúncios em jornais da capital, enfatizando o caráter genuinamente brasileiro dos proprietários. Naquele mesmo mês, o Brasil declarou guerra oficialmente à Alemanha e à Itália.

No segundo semestre de 1942, estudantes do curso de direito promoveram a I Semana Antinazista no Theatro José de Alencar, enquanto o Centro Médico-Cearense lançava manifesto a favor da participação brasileira na guerra. Jovens intelectuais realizaram ainda o I Congresso de Poesia do Ceará, visando expressar o repúdio às ideias de extrema-direita com uma mensagem de paz e culto às artes. Desse Congresso sairiam as bases para a criação posterior do famoso movimento literário conhecido por CLÃ (Clube Literário e Artístico – ver o capítulo 32)

Em novembro de 1942, instalava-se a secção local da Liga de Defesa Nacional, que, em campanha junto aos cearenses, articulou a arrecadação de ferro, alumínio e outros metais para a construção de artefatos de guerra (capacetes, armamentos, navios, etc.). A campanha trouxe o "espírito de guerra" à população, fazendo surgir, assim, na capital e em outras cidades, verdadeiras "pirâmides" de ferro. Na inauguração delas, comumente acontecia sempre uma solenidade simples onde oradores exaltavam os aliados e atacavam incisivamente os países do Eixo – em represália, os simpatizantes do nazismo jogavam penicos nas "pirâmides", no intuito de desmoralizá-las. O jornalista Jáder de Carvalho por haver pronunciado, na instalação da "pirâmide Stalingrado", um discurso tido como ofensivo às autoridades constituídas – elogiou o comunismo e defendeu a libertação de Luiz Carlos Prestes, então preso pela ditadura estadonovista –, foi processado e condenado a cinco anos de reclusão.

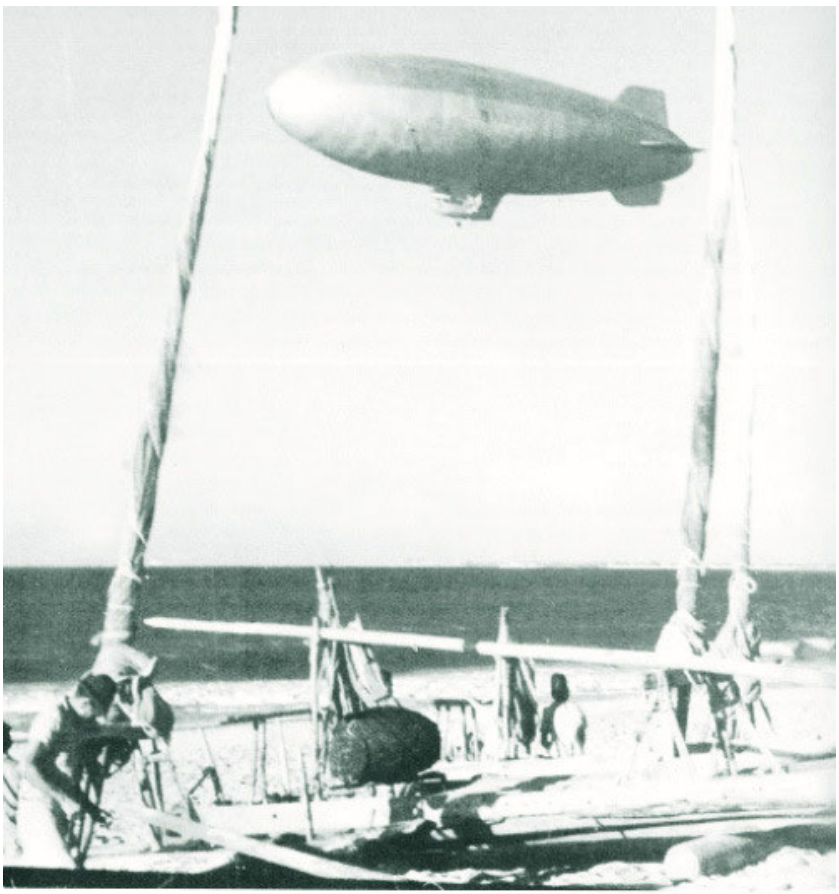
Os jornais locais davam atenção ao confronto. A PRE-9 Ceará Rádio Clube mantinha um programa ao meio-dia dedicado especialmente aos pracinhas (isto é, aos soldados brasileiros que foram enviados para lutar na Europa). Em 1943, os acadêmicos de direito, motivados com os aliados, dois anos antes de encerrar-se o conflito, ergueram o obelisco da Praça Clóvis Beviláqua, em comemoração à (futura) vitória contra Adolf Hitler. Os triunfos aliados eram euforicamente saudados pela população

Em outubro de 1943, estabelecia-se, com muita badalação, o núcleo local da Sociedade dos Amigos da América, entidade que, em conjunto com a já citada Liga de Defesa Nacional, teve importante papel de mobilização popular contra o fascismo e, depois, contra a própria ditadura getulista. Dessas organizações participavam homens de esquerda, como Stênio Lopes, Jeová Mota, Abelardo Montenegro, Pontes Neto, Américo Barreira, Luciano Barreira, entre outros.

A vida cotidiana de Fortaleza, com suas rodas de cadeira no final da tarde, modificou-se com a participação brasileira no confronto. Houve racionamento de alimentos, combustível e energia – formavam-se grandes filas para adquirir produtos básicos. Por medida de economia, os carros particulares foram proibidos de circular. Temiam-se ataques germânicos. Foram realizados exercícios de defesa passiva antiaérea, nos quais se desligava a precária iluminação pública, de modo que a cidade ficasse às escuras à noite para não virar alvo dos inimigos. Os moradores deveriam tomar seus próprios cuidados nas residências, colocando abajures em volta das lâmpadas e panos ou papelões pretos nas portas e janelas de vidro, para não revelar uma réstia de luz sequer. Decretou-se toque de recolher às 22 horas. Patrulhas do exército vasculhavam as ruas da cidade e foi criada a figura do inspetor de quarteirão, um morador da quadra que deveria vigiar o comportamento das demais famílias.

Suspeitava-se da existência de espionagem nazista (“espiões quinta-coluna”, como se dizia) no nordeste, mantendo-se sob vigilância qualquer antigo membro da Ação Integralista Brasileira ou germanófilos e descendentes. Vários deles chegaram a ser presos. Em maio de 1942, em Pacatuba, prendeu-se uma japonesa

misteriosa. Dizendo-se filha de alemão com uma nipônica, o fato de ter se hospedado na casa de um integralista foi outro motivo para justificar a detenção da provável espiã. Um frisson tomou conta da população quando se noticiou que dois navios norte-americanos e um de bandeira inglesa haviam sido torpedeados ao largo do litoral cearense, em abril de 1942, com os náufragos recolhidos em Fortaleza e Natal. As pessoas tinham medo de ataques por parte dos navios e aviões germânicos ou de serem denunciadas caluniosamente como espiãs e serem presas.



Dirigível americano patrulhando o litoral

O recrutamento de civis reservistas para engrossar as fileiras do Exército nacional era exaltado como símbolo de coragem e patriotismo. Entre sorteados e voluntários, todos teriam que passar por uma inspeção médica. Após um período de treinamento em Fortaleza, no 23° BC, os pracinhas embarcavam para o Rio de Janeiro, onde era realizada mais uma inspeção de saúde antes da ida para a Europa em navios norte-americanos. Antes do embarque para a capital da República, os soldados desfilavam pelas ruas de Fortaleza, num misto de homenagem e solenidade marcial. Os pracinhas desfrutavam grande respaldo popular. Cerca de 337 cearenses foram incorporados às tropas da FEB (Força Expedicionária Brasileira), lutando na Itália (aliás, bairros de Fortaleza, como Monte Castelo e Montese, têm seus nomes em referência aos locais de batalhas na Europa). Em geral, esses pracinhas provinham de famílias de classe média ou baixa, originários de vários municípios do estado. Morreram seis pracinhas cearenses na guerra. Precisou-se de muita coragem para lutar em terras distantes, enfrentando dificuldades linguísticas, temperaturas baixas e a falta de experiência em combates e de equipamentos e treinamentos adequados.

No retorno para o Brasil, houve a dissolução da FEB, sendo os expedicionários recebidos com festas e homenagens, como aconteceu em Fortaleza a 17 de agosto de 1945, quando desembarcaram no Porto do Mucuripe os primeiros soldados cearenses que haviam lutado na Itália. O governo brasileiro, entretanto, não se preocupou em dar suporte aos ex-combatentes na readaptação à vida civil. Muitos dos pracinhas ficaram com sequelas físicas e psíquicas com a guerra, tendo dificuldades para voltar à rotina (neuroses de guerra, problema de relacionamentos familiares, desemprego). Tidos como heróis nos primeiros anos após a guerra, acabaram esquecidos depois.

O fim da guerra em maio de 1945 deu motivo a muitas comemorações e festejos, pela vitória dos Aliados e pelo fim do medo e das privações que a população passava.

O ano de 1945 encontrou o Ceará com aproximadamente um milhão e 800 mil habitantes, dos quais apenas 205 mil residiam na capital. Continuava a ser um estado rural e pobre, de enorme concentração latifundiária e profundas contradições sociais, cuja economia girava, fundamentalmente, em torno do comércio e do binômio pecuária/agricultura (em especial, o algodão). As atividades industriais eram pequenas, limitadas quase ao uso do algodão (fábricas têxteis) e ao beneficiamento de algumas oleaginosas como oiticica e mamona.

Fortaleza constituía-se o grande polo de desenvolvimento, estando já consolidada sua condição de centro hegemônico urbano do estado. Nela, estava centrada a sede do governo e as estruturas de serviços públicos e privados, sendo o (então inconcluso) porto do Mucuripe seu mais importante canal de escoamento da produção interiorana, sobretudo, algodão e cera de carnaúba, e de recepção dos produtos industrializados de outras regiões brasileiras e do exterior. Outras cidades como Crato, Juazeiro e Sobral, devido ao comércio, também prosperavam, mas em grau menor (RIBEIRO, 1989; AZEVEDO, 1998; HOLANDA, 2001; SILVA FILHO, 2001; SILVA FILHO, 2002; ARAUJO, 2007; GIRÃO, 2008; FREIRE, 2008; FREITAS, 2013; VIEIRA JUNIOR, 2014).

26.2 A BASE AMERICANA EM FORTALEZA

Com a entrada do Brasil no confronto mundial, os Estados Unidos instalaram bases em Belém, Natal, Recife, Fernando de Noronha e Fortaleza – a costa norte-nordeste constituía-se ponto estratégico de defesa para os aliados, pela proximidade da África (ao norte, já ocupada pelos alemães) e por possibilitar a patrulha do oceano Atlântico. No início de 1943, os estadunidenses iniciaram a construção de sua base na capital cearense. Na então distante área onde hoje se encontra o Bairro do Pici, estabeleceram o seu posto de comando, erguendo um aeroporto no Alto da Balança, conhecido como Cocorote, denominação que vem da expressão inglesa The Coco Route River (a “rota do rio Cocó”). Era alto o número de

pouso e decolagem de aviões, e dirigíveis (blimps) planavam nos céus da capital cearense, patrulhando o litoral à procura de submarinos alemães.

Ao que consta, a denominação do bairro de Pici é anterior à presença norte-americana em Fortaleza, e não o contrário, como comumente se pensa. Na base do Pici, inclusive, iniciou-se a construção de uma pista, a qual, porém, ficou inconclusa em virtude das correntes aéreas que dificultavam as decolagens. Na área do Cocorote, antes do aeroporto dos norte-americanos, existia um pequeno aeródromo (Campo de Aviação do Alto da Balança). Anos mais tarde, em 1963, ali seria instalado o Aeroporto Pinto Martins. Vale lembrar que em 1929, entrara oficialmente em atividade o Hidroporto da Barra do Ceará, embora haja registros de aeronaves utilizando o local anos antes. Ligando Fortaleza ao Hidroporto da Barra, fora construída a chamada Estrada do Urubu (hoje, Avenida Francisco Sá). A Praia de Iracema também chegou a ser usada por essa época como pista de pouso.

Os aviões eram de uso de pessoas de melhor condição econômica e por autoridades. Em 1934, aterrissava na Barra do Ceará o coronel Eduardo Gomes. Um mês depois, chegava a Fortaleza a aviadora estadunidense Laura Ingalis, considerada a primeira mulher a fazer a travessia área dos Andes. Em 1938, descia na Barra, o famoso cantor Francisco Alves, para uma temporada no microfone da PRE-9. Em 1940, descia o astro de Hollywood, George O'brien. No mesmo ano, chegava de avião ao Hidroporto da Barra o então ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra (MACIEL, 2006; OLIVEIRA, LAVOR, 2008).

Como de se esperar, em pouco os boys (termo endereçado na época aos norte-americanos) passaram a manter contato com a população, influenciando, logicamente, os costumes locais. Curiosamente, uma das formas de aproximação deu-se através do fumo – no inglês arranhado, populares pediam cigarros aos gringos e iniciavam alguma amizade (ficaram famosas marcas de cigarros como Camel, Chesterfield, Lucky-Stike e Pall-Mall, em Fortaleza). A cidade tinha uma agitada vida social no entorno da Praça do Ferreira, para onde convergiam os ônibus, os bondes e os carros de aluguel (antecessores dos táxis) e em cujo quadrilátero encontravam-se os

principais cafés, cinemas, restaurantes, farmácias, bares, lojas, garagens, sorveterias, etc. Ali, as pessoas iam às compras, assistir a filmes, beber cerveja, falar de futebol, política ou amenidades nos bancos da praça. Para lá também, obviamente, se dirigiam os norte-americanos. Estes com suas farda cáqui e branca constituíam-se uma novidade em si na cidade, impossíveis de não serem notados. Altos, de porte atlético, pele, cabelos e olhos claros, os gringos gastavam dólares, paqueravam e despertavam a atenção das mulheres, e provocavam naturais ciúmes entre os nativos (baixos, mestiços e franzinos, exatamente o oposto do modelo de beleza difundido pelo american way of life via cinema, fotografias, revistas, etc.).

Apesar do discurso das autoridades e da imprensa da época propagar uma relação amistosa entre os fortalezenses e americanos, a convivência não foi tão harmoniosa e pacífica assim. Há não poucos relatos de americanos atingindo a “boa moralidade local”, a exemplo de assédio a mulheres, bebedeiras, atentado ao pudor (soldados estadunidenses chegaram a ser detidos após tomarem banho pelados na praia!), brigas generalizadas em prostíbulos, etc. Muitas vezes os nativos reclamavam que por força do dólar, os estadunidenses eram mais bem atendidos nos estabelecimentos comerciais. Segundo estatística da época, 50 mil soldados e técnicos norte-americanos teriam transitado pela capital do Ceará – a base seria desativada apenas em 1946.

Praça do Ferreira, tendo ao fundo o Excelsior hotel

Se a influência cultural do american way of life já se fazia sentir no Ceará desde os anos 1920 (em oposição a uma decadente belle époque), foi com e após a II Guerra Mundial que o processo intensificou-se. Para a difusão da cultura dos Estados Unidos foi importante, inclusive, a crescente penetração do cinema hollywoodiano no País: astros e estrelas, verdadeiros "deuses" de um novo Olimpo, transmitiam ao povo brasileiro valores norte-americanos e novos hábitos e comportamentos, fosse no modo de se vestir, cortar cabelos, comer, beber, fosse até no relacionamento entre as pessoas.

Os Estados Unidos eram mostrados nas telas do cinema como uma nação moderna, democrática e civilizada. Isso chamava a atenção dos brasileiros, especialmente dos segmentos abastados. Assim, o crescente processo de influência norte-americana, vale salientar,

deve ser também associado à tradicional e crescente aspiração das elites cearenses à modernidade. Ou seja, adotar modelos culturais estrangeiros ou incorporá-los às práticas culturais locais era (e é!) uma maneira das classes dominantes ostentarem progresso e civilidade.

Dessa forma, percebe-se à época, no Ceará, mudanças de comportamentos por influência norte-americana, a exemplo do hábito de usar silaque, uma blusa de tecido leve, própria para o clima quente (até então predominavam os paletós de linho irlandês ou de casimira inglesa), do aumento do interesse pela língua inglesa (surgiram vários cursos de aprendizado dessa língua em Fortaleza) e da substituição do vidro por objetos de plástico (copos, pratos, etc.).

Outra perceptível mudança de costumes locais esteve na ingestão de cachaça com Coca-Cola. A cachaça era vista como “bebida de desclassificados”. A polícia criava restrições à venda da aguardente nas bodegas (pequenos comércios), não permitindo que a comercialização se fizesse depois das 18 horas e tampouco nos dias de carnaval (embora, obviamente, a massa continuasse ingerindo a tradicional “pinga”). Os rapazes americanos, porém, quando iam ao centro de Fortaleza, especialmente aos cafés e bares da Praça do Ferreira (a exemplo do famoso Jangadeiro), atrás de “bebida forte”, ao não encontrarem uísque, em falta no mercado, bebiam mesmo a cachaça, misturada com Coca-Cola. As elites locais logo aderiram à moda, bebendo aberta e “socialmente” cachaça com Coca-Cola, não por acaso um dos produtos símbolos do capitalismo e vindo da pátria “civilizada dos valorosos combatentes”. Era tanta a concepção do refrigerante estrangeiro como símbolo de distinção, que, sem ele, a cachaça continuava a ser vista como bebida para as camadas pobres (HOLANDA, 2001; SILVA, 2000; SILVA FILHO, 2001; SILVA FILHO, 2002; ARAUJO, 2007; GIRÃO, 2008).

26.3 AS “COCA-COLAS”

Com tantos soldados servindo em bases do nordeste, criaram-se

para sua diversão os “clubes do uso” (United Service Organization). Na capital cearense os norte-americanos alugaram para esse fim um grande e elegante sobrado na Praia de Iracema (Praia do Peixe até 1929), construído pelo pernambucano José Magalhães Porto, em 1926, e conhecido como Vila Morena – o prédio, inclusive, depois chamado de Estoril e passando para as mãos do popular Zé Pequeno, foi por décadas um reduto de intelectuais, boêmios e políticos. Após os exaustivos exercícios diários na base do Pici e no Cocorote, os “meninos do Tio Sam” iam divertir-se no uso; nas manhãs domingueiras, nas areias defronte ao prédio, jogavam partidas de rugby e hand-ball, atraindo muitos curiosos, que, no entanto, nunca mostraram interesse em adotar tais práticas desportivas. Na Vila Morena ouvia-se o hit-parade da semana (vinil com as músicas mais tocadas nos EUA), executavam-se danças de salão, promoviam-se festas e shows, recebiam-se os artistas famosos das telas de Hollywood (era comum também que os fortalezenses organizassem jantares, festas, reuniões esportivas e comemorações em homenagens aos norte-americanos).

Visando estabelecer um bom relacionamento com a população local, a direção do uso emitia convites às boas famílias de Fortaleza para ali participarem das promoções. Os jovens estadunidenses provocavam paixões, deixando muitas mulheres cearenses em alvoroço. E várias delas não desperdiçavam os convites, indo à Vila Morena se divertir – algumas chegavam mesmo a paquerar, a namorar e a manter outras intimidades com os gringos. O fato de essas moças “avançadinhas” consumirem com os paqueras o refrigerante Coca-Cola chamava a atenção. O refrigerante, que adquiria fama nas fitas de cinema made in Hollywood e até então não encontrado no comércio local, era trazido diretamente dos Estados Unidos para o consumo dos soldados.) Alguns rapazes cearenses, despeitados com a concorrência amorosa, passaram então a chamar aquelas meninas de “Coca-Colas”, no sentido de serem mulheres vulgares, sem caráter, interesseiras, as quais os americanos usavam, consumiam e jogavam fora. Houve até a elaboração de listas com o nome daquelas “depravadas”, listas que circulavam rapidamente na pequena Fortaleza dos início dos anos 40, gerando escândalos e fofoca.

Atual Estoril em Fortaleza, onde funcionava o USO, espaço de lazer para os militares norte-americanos acantonados na cidade

Na realidade, a sociedade conservadora da época, a mesma que aceitava as inovações técnico-científicas da modernidade, reagia às mudanças de costumes e comportamentos. Não perdoava as jovens (na faixa dos 20 anos) avançadas, bem-vestidas, com decotes provocadores e muita pintura no rosto, que saíam de casa sozinhas, entravam abraçadas nos cinemas e sorveterias (pelos costumes da época, eram vedadas maiores aproximações físicas entre enamorados), circulavam sozinhas com os paqueras (uma garota, conforme a boa conduta, só saía com o namorado se outra pessoa estivesse junta), namoravam à noite na praia (pela tradição, o namoro deveria ser na casa da namorada, sob o olhar dos pais da garota), buscavam o prazer no sexo (devia-se namorar para casar, e relações sexuais, apenas depois do matrimônio), encontravam-se com aqueles estranhos americanos (afinal, quem eram eles? Quais suas famílias? Eram pessoas íntegras?), etc. Em outras palavras, as "Coca-Colas" rompiam com os padrões reinantes de submissão feminina – a mulher frágil, inferior, virgem, restrita à maternidade e ao espaço doméstico e cuja reputação deveria estar acima de

qualquer suspeita.

Na defesa da moral e bons costumes, destacou-se a Igreja, que criticava duramente as mulheres “modernas”, sujeitas às “más influências estrangeiras”. Afora o momento dos sermões, o clero pronunciava-se também constantemente nas páginas de O Nordeste condenando a leitura de livros imorais, a exibição de filmes depravados, a exposição das mulheres na praia em trajes “indecorosos”, os namoros “indecentes” facilitados pela escuridão da cidade. Assim, o “ingênuo, frágil e inocente” sexo feminino seria por demais influenciável pelo pecaminoso modo de ser dos norte-americanos (o que se daria, sobretudo, pelos filmes de Hollywood e, agora, pela presença da base ianque em Fortaleza), daí a necessidade da vigilância dos pais, irmãos e maridos. Não podia haver trégua nesse controle.

As “Coca-Colas”, porém, eram a exteriorização dos receios católicos. Não foi por acaso que aquelas mulheres tiveram que enfrentar, por anos, forte preconceito, mesmo pertencendo às camadas alta e média da sociedade fortalezense. Para os mais religiosos, elas estavam em vida condenadas ao “fogo eterno”. Conservadores chegavam a se benzer com a aproximação das alegres moças, mães vedavam os olhos das crianças para que não vissem aquelas “sirigaitas” e “rapazes sérios” não aceitavam de jeito nenhum casar com elas ou mesmo namorá-las.

Nesse contexto, havia muita confusão, polêmicas e fofocas. Nem o “espírito moleque” cearense perdoou as mulheres – em 1946, um grupo de rapazes chegou a formar um bloco de carnaval intitulado “Cordão das Coca-Colas”, composto apenas por homens bigodudos e vestidos de mulher; foi um sucesso! No caso, era o humor usado para repreender e debochar das mulheres que contrariavam o tradicional machismo cearense. “Ao fim da Segunda Grande Guerra, os rapazes de Roosevelt voltaram para os Estados Unidos e parte dessas moças com eles embarcaram e lá contraíram matrimônio” (SILVA FILHO, 2001: 145) (HOLANDA, 2001; SILVA, 2000; SILVA FILHO, 2002; ARAUJO, 2007; GIRÃO, 2008).

“Em princípios de 1940, Fortaleza era uma cidade atravessada por forte conservadorismo no que se refere às relações entre o gênero feminino e masculino. A preocupação com a moralidade pública e questões relacionadas ao comportamento feminino, por exemplo, ocupavam diariamente as páginas dos jornais. (...) A ocupação em atividades fora do espaço doméstico só era admitida, de um modo geral, em dois casos: se a necessidade econômica exigisse ou se essas atividades estivessem relacionadas a ações beneficentes e/ou religiosas. Quando se inicia a década de 1940, um trabalho remunerado fora de casa para as filhas das classes abastadas apenas era aceito – e assim mesmo com restrições – se encarado como temporário, pois ao casar-se caberia unicamente ao marido, naturalmente, o sustento da família. Permanecia forte a imagem da mãe-esposa-dona de casa como a função mais importante das mulheres, correspondendo “àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa” (...).

Em Fortaleza somente a partir da década de 1920 é que foi permitido com reservas às mulheres circular no espaço público, obter espaço para suas escritas nos jornais e revistas e exercer profissões como a de professora. Mesmo em princípios de 1940, ainda eram poucos os casos de mulheres provenientes daqueles estratos sociais exercendo alguma atividade profissional ou formada nos cursos superiores que funcionavam na capital cearense. Mas apesar de todas as amarras morais e culturais que as prendiam à esfera doméstica, o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra encorajou muitas a se engajaram em campanhas e atividades em prol da derrota nazista. (...).

(...) Nos cursos de enfermagem, de telegrafistas, em passeatas pelas ruas da cidade, em discursos contra o nazismo, confeccionando agasalhos para os pracinhas na Legião Brasileira de Assistência, exercendo atividades no SEMTA ou mesmo auxiliando na organização de eventos sociais para os soldados ‘yankees’, essas mulheres puderam empregar suas energias em atividades que não estavam ligadas unicamente à Igreja Católica e aos afazeres domésticos” (SILVA, 2014: 4-12).

26.4 A BATALHA DA BORRACHA

Enquanto a civilizada Europa estava mergulhada numa carnificina sem precedentes no mundo, uma saga extraordinária, vinculada ao confronto mundial, desenrolava-se no Brasil mesmo, mudando e custando a vida de não poucos cearenses: era a denominada Batalha da Borracha.

No final do século XIX e início do século XX a região amazônica viveu uma fase de imensa prosperidade, graças à exploração dos seringais. A euforia, porém, cessou devido à concorrência da Malásia e da Indonésia, colônias asiáticas da Inglaterra – os britânicos contrabandearam mudas de seringueiras para cultivarem na forma de plantation no Oriente. Com a II Guerra Mundial, porém, as colônias inglesas foram conquistadas por tropas japonesas e logo passou a faltar borracha no mercado internacional, colocando em pânico os aliados – era preciso borracha para fabricar apetrechos de guerra (botas, pneus, isolantes, cinturões, etc.) e no final de 1941 os EUA só tinham estoque para 12 meses. A solução então foi os norte-amercianos voltarem sua atenção para a América Latina, especificamente para os seringais ainda inexplorados da Amazônia.

Cartaz do artista Jean-Pierre Chabloz estimulando

Assim, conforme os Acordos de Washington, de 1942, os Estados Unidos iriam começar a investir maciçamente na produção de borracha na Amazônia, enquanto o governo brasileiro deveria encaminhar para os seringais um grande contingente de trabalhadores, decisão que passou a ser tratada como um heroico esforço de guerra. O objetivo era extrair 100 mil toneladas de borracha da Amazônia por ano. Elaborou-se, em consequência, um plano de atração de mão de obra para aquela região tendo como foco o nordeste, que vivia os efeitos desastrosos da seca de 1941/42 – levar nordestinos para a Amazônia seria uma forma de aliviar a tensão social. Para se ter ideia, só em Fortaleza, com a estiagem, havia 30 mil flagelados.

Entre os vários órgãos criados para aquele fim, o principal foi o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), que passou a desenvolver forte propaganda. Vendia-se a ideia de uma "sagrada missão nacional", de engrandecimento da Pátria: tirar látex para garantir a vitória dos aliados contra o eixo nazifascista. Cartazes, muitos deles desenhados pelo suíço, residente no Ceará, Jean-Pierre Chabloz, com mensagens nacionalistas, foram espalhados por várias cidades do nordeste, afixados em casas comerciais, correios, bancos, estações ferroviárias. Nos cartazes coloridos os seringueiros apareciam recolhendo baldes de látex que escorria como leite de centenárias seringueiras. Todo o caminho que levava do sertão nordestino, seco e amarelo, ao paraíso verde e úmido da Amazônia estava retratado naqueles cartazes repletos de palavras fortes e otimistas. O slogan "Borracha para a Vitória" tornou-se o emblema da mobilização realizada por todo o nordeste.

Os jornais e as emissoras de rádio também veiculavam a propaganda oficial. Alistamento, recrutamento, voluntários, esforço de guerra tornaram-se palavras e frases comuns no cotidiano popular. A intenção era associar a condição de trabalhador com a de soldado. A mobilização de trabalhadores para a Amazônia coordenada pelo Estado Novo foi revestida de toda uma a força simbólica e coercitiva que os tempos de guerra possibilitavam. Professores, médicos, padres e aliciadores de toda sorte foram

convocados pelo SEMTA para convencer os homens aptos a se integrarem ao grande projeto que necessitava ser empreendido na floresta amazônica.

A propaganda oficial garantia que todos os trabalhadores teriam passagem grátis e seriam protegidos pelo SEMTA. Histórias de enriquecimento fácil circulavam de boca em boca. “Na Amazônia se junta dinheiro a rodo.” O velho mito do Eldorado amazônico voltou a ganhar força no imaginário popular. O paraíso prometido, a terra da fartura e da promissão, onde a floresta era sempre verde e a seca desconhecida. Os cartazes mostravam caminhões carregando toneladas de látex colhidas com fartura pelos trabalhadores. Eram imagens utilizadas por Chabloz das plantações da Firestone na Malásia, sem nenhuma conexão com a dura realidade que esperava os trabalhadores nos seringais amazônicos. Havia a promessa também de que o trabalhador voltaria de lá como “herói da Pátria”, com total aval do governo federal. O SEMTA realizava passeatas em Fortaleza estimulando adesões (MORALE, 2002; NECES, 2004).

26.5 OS ARIGÓS

Para o sertanejo, as alternativas eram claras: passar fome no nordeste ante a impiedosa estiagem e a miséria; ser convocado pela FEB para lutar na distante Europa ou enriquecer na Amazônia. Em todo o nordeste, 55 mil pessoas foram para o norte, entre 1942 e 1945, e quase a metade acabou morrendo em razão das péssimas condições de transporte, alojamento e alimentação durante a viagem, pela absoluta falta de assistência médica, ou mesmo em função dos inúmeros problemas ou conflitos enfrentados nos seringais.

Bastava um superficial exame físico e a assinatura de um contrato para ingressar nas tropas de seringueiros – os ditos incapazes ou doentes eram dispensados. Ao chegar aos alojamentos, organizados pelo SEMTA, o trabalhador recebia um chapéu, um par de alpargatas, uma blusa de morim branco, uma calça de mescla azul,

uma caneca, um talher, um prato, uma rede, cigarros, um salário de meio dólar por dia e a expectativa de logo embarcar para a Amazônia. Eram alojados em hospedarias-modelo, como a de nome "Getúlio Vargas", inaugurada em 1943, na distante área do Alagadiço (atual São Gerardo, em Fortaleza).

Nos alojamentos, mantinham-se as tropas sob férrea disciplina militar. Os trabalhadores chegavam até a realizar exercícios físicos. Cercados de arames e vigias, os alojamentos semelhavam campos de concentração. Sair dali, só com autorização da chefia, e mesmo assim, com hora para voltar – a intenção era controlá-los e evitar que perturbassem as áreas nobres da capital cearense. As elites desprezavam aqueles homens: eram tidos como arruaceiros, vagabundos, uns come-e-dorme, temidos por suas "peixeiras". A alimentação era péssima – revoltas mesmo ocorreram contra o rancho. Os sertanejos que migravam para a Amazônia ficaram conhecidos popularmente por "arigós", em referência a uma pequena ave de arribação nordestina, que vaga de uma lagoa a outra em busca de alimentos.

Calcula-se em 15 mil os cearenses que foram para a Amazônia. A viagem, em geral, acontecia em carroceria de caminhões, em trens de carga ou na terceira classe de navios – homens, mulheres, crianças amontoavam-se, sem conforto algum (muitos dos soldados levavam a família). Era um percurso difícil, que podia demorar mais de três meses. Mal acomodados, mal alimentados, os nordestinos enjoavam, regurgitavam, adoeciam. Vários deles morriam já na viagem, por doenças ou acidentes. Caminhões viravam, navios naufragavam.

Cearenses partindo para o norte: sonho de melhorar de vida nos seringais da Amazônia

Na ida pelo mar ainda existia o temor de ser a embarcação torpedeada por submarinos alemães, como costumeiramente ocorria. Muitos “arigós” não sabiam nadar – era-lhes cruel a possibilidade de sair do sertão seco e morrer afogado em alto-mar. A viagem enervava os soldados, ocorrendo desentendimentos, brigas, desacatos. Os navios saíam dos portos nordestinos abarrotados de homens, mulheres e crianças. Primeiro, rumo ao Maranhão e, depois, para Belém, Manaus, Rio Branco e outras cidades menores nas quais as turmas de trabalhadores seriam entregues aos patrões (seringalistas) que deveriam conduzi-los até os seringais onde, finalmente, poderiam cumprir seu dever para com a Pátria.

Os “arigós” sonhavam encontrar no norte o paraíso; acabaram encontrando um verdadeiro “inferno verde”. Aquelas sinceras e humildes pessoas foram ludibriadas pelas autoridades norte-americanas e brasileiras, as quais as abandonaram por completo.

Os sertanejos eram esperados nos portos do vale amazônico. Os seringalistas escolhiam os mais fortes, separavam suas tropas, cuidavam do transporte até o seringal; na divisão dos grupos

desfaziam-se novas e velhas amizades. Logo os “arigós” perceberam que as promessas feitas não passavam de vãs ilusões. O trabalho era duro e perigoso. As seringueiras encontravam-se espalhadas na floresta fechada. Os seringueiros laboravam em duplas, sujeitos a chuvas, rios tortuosos, moléstias (malária, febre amarela, beribéri, etc.), onças, mosquitos, jacarés, cobras. Algumas vezes invadiam áreas indígenas, massacrando ou sendo massacrados pelos nativos.

A jornada de trabalho ia das 4 horas da manhã às 7 horas da noite. Os “arigós” seriam explorados ao extremo. Conforme o “sistema de aviamento”, compravam fiado no barracão do patrão, sendo tudo vendido (comida, ferramentas, roupas, remédio, etc.) e anotado numa caderneta por preços exorbitantes. Só no fim da safra, da produção de cada seringueiro era abatido o valor de sua dívida. Mas o valor de sua produção era, quase sempre, inferior à quantia devida ao patrão. Como o seringueiro não conseguia saldar a dívida, não podia sair do seringal e estava preso a laços de submissão aos latifundiários, chamados “coronéis de barranco”. Estes coagiam os seus fregueses (como chamavam os trabalhadores) através de grupos de capangas, espancamentos e mesmo execuções. Não adiantava o trabalhador argumentar que o valor cobrado pelas mercadorias no barracão do seringalista era cinco ou mais vezes maior do que aquele praticado nas cidades: os seringueiros eram proibidos de comprar em qualquer outro lugar. Os “soldados da borracha” descobriam que, no seringal, a palavra do patrão era lei.

Com o fim da II Guerra Mundial, o abastecimento do mercado americano por látex do Oriente se normalizou – pouco depois os estadunidenses inventaram a borracha sintética, fazendo despencar ainda mais o preço do produto natural. Assim, os Estados Unidos não precisavam mais do Brasil e, por conseguinte, o País não mais necessitava também dos nordestinos que mandou para o norte. Foram estes abandonados; pouquíssimos conseguiram voltar para casa.

A Batalha da Borracha não trouxe nada de positivo para a Amazônia, novamente em crise econômica. Os seringais, na maioria falidos ou hipotecados, foram, em seguida, adquiridos pelos especuladores de terra, os quais começavam a atuar no norte. Os “arigós” sobreviventes, largados à própria sorte, ficaram pela

Amazônia em situação de penúria. Apenas com a Constituição de 1988 é que tiveram direito a uma irrisória aposentadoria, dez vezes menor do que a pensão recebida pelos pracinhas. A comparação é dramática: dos 20 mil brasileiros que lutaram na Itália, morreram 454 combatentes. Entre os quase 60 mil "soldados da borracha", porém, cerca da metade, 30 mil, morreram durante a guerra (MORALE, 2002; NECES, 2004).

26.6 REORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA CEARENSE

A participação brasileira na II Guerra Mundial criou um paradoxo: o País lutava no exterior contra o autoritarismo, mas mantinha no poder um ditador. Era uma contradição que, em pouco tempo, se tornou insustentável para o governo. Logo começou uma pressão popular pela redemocratização do Brasil. Uma entrevista com José Américo de Almeida (ex-candidato a presidente, frustrado com o golpe de 1937), publicada no jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, a 22 de fevereiro de 1945, desmoralizou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e neutralizou por completo a censura. A pressão popular aumentou. Meses depois, decretou-se a anistia, possibilitando o retorno dos exilados e a libertação dos presos políticos. Em maio do mesmo ano, finalmente, marcou-se para 2 de dezembro de 1945 as eleições para escolha do novo presidente, senadores e deputados federais, os quais elaborariam uma nova constituição.

Surgiram, então, novos partidos, agora de âmbito nacional. Os liberais e conservadores antigetulistas da burguesia, classe média, militares, ao lado de alguns latifundiários, organizaram a União Democrática Nacional (UDN), de direita. Os getulistas fundaram duas agremiações: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O primeiro, também de direita, era formado, sobretudo, pelas oligarquias e burgueses varguistas, interventores estaduais e grupos detentores de privilégios no Estado

Novo. O segundo era pretensamente um partido de massas reunindo, principalmente, os trabalhadores urbanos ligados a sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), após 28 anos de clandestinidade, voltou à legalidade. Existiam ainda outras pequenas legendas, de pequeno peso político, como o Partido da Representação Popular (PRP), formado pelos remanescentes do integralismo e liderado por Plínio Salgado.

Olavo Oliveira liderava uma das fa[illegible]

Ao mesmo tempo, os setores que representavam a ditadura getulista no Ceará (as forças mais conservadoras da classe dominante, principalmente, aquelas ligadas às oligarquias da Primeira República e à intelectualidade católica, reunida na antiga LEC) congregaram-se em torno da Frente Social Democrática, depois transformada no novo Partido Social Democrático (PSD), liderada pelo interventor Menezes Pimentel, que agrupava políticos como José Martins Rodrigues (homem forte e eminência parda do governo estadual durante a ditadura estadonovista), Raul Barbosa, Antônio da Frota Gentil, César Cals de Oliveira (ex-prefeito de Fortaleza entre 1930-31) e, inicialmente, Olavo Oliveira. Essa agremiação, que também não possuía fortes contornos ideológicos, era, a princípio, a mais sólida e estruturada do Ceará, pois contava com todo o aparato de poder montado durante o Estado Novo. Seu candidato a presidente da República era o general Eurico Gaspar Dutra.

Também organizaram-se no Ceará para as eleições vindouras secções do PRP e do PCB. Duas alas tentaram assumir o comando do Partido Comunista Brasileiro no estado. A primeira era liderada pelo garçom José Bento de Souza e contava com apoio da maioria dos integrantes da organização; a outra tinha à frente Jáder de Carvalho que, na esperança de conquistar a chefia da legenda, chegou a viajar ao Rio de Janeiro em busca do apoio de Luiz Carlos Prestes, líder máximo do PCB. Não obteve êxito nessa empreitada, pois o PCB acabou ficando sob a liderança de José Bento. Jáder, ao ser preterido, fundou o Partido Libertador.

Apesar da legalização do PCB, continuava bastante forte o anticomunismo no Ceará, especialmente no interior e destacando-se como arqui-inimiga da sigla a Igreja Católica.

Era no interior do estado também que se travavam com maior intensidade as lutas partidárias. A redemocratização cearense, com raras exceções, revelou que as áreas eleitorais (currais eleitorais, na verdade) continuaram dominadas pelas mesmas lideranças oligárquicas de outrora, com seus coronéis correligionários e “votos de cabresto” (MONTENEGRO, 1980; RIBEIRO, 1982; RIBEIRO, 1989; OLIVEIRA, 1989; NOCA, 1996; MOTA, 2000; FREITAS, 2008).

26.7. ELEIÇÕES DE 1945

No ano de 1945, após tanto tempo de ditadura, o Ceará voltou a ser palco de disputas político-eleitorais, envolvendo, sobremaneira, o PSD, de Menezes Pimentel, e a oposição liberal-conservadora. Nessas disputas, engajava-se com ardor a imprensa local. Os grandes jornais continuavam a ser abertamente partidários. A UDN-CE tinha como porta-voz o jornal O Povo, enquanto os pessedistas se manifestavam por meio d'O Nordeste e O Estado.

Os primeiros meses da campanha caracterizaram-se pela hegemonia e abusos de poder do bloco político pessedista, no comando do Estado e, por isso, mesmo dono de forte aparato eleitoral. Rotineiramente O Povo publicava notícias sobre perseguições e prisões arbitrárias praticadas nos municípios por policiais, delegados e prefeitos contra opositores, enquanto os periódicos governistas refutavam essas acusações.

Entretanto, existiam igualmente problemas para o Partido Social Democrático. Estava sofrendo um processo de divisão que, mais tarde, contribuiria para sua derrota no pleito de 1945. Formaram-se, dentro da agremiação, duas facções: a dos seguidores de Menezes Pimentel (a maioria) e dos simpatizantes de Olavo Oliveira. O advogado e professor da faculdade de Direito, Olavo Oliveira era um habilidoso e oportunista político, oriundo ainda da Primeira República e cujo reduto eleitoral era o município de Granja. Após a eclosão da Revolução de 30, ingressou na LEC e durante o Estado Novo apoiou a ditadura, aproveitando-se das benesses concedidas pela administração estadual de Menezes Pimentel. A redemocratização do Brasil iria encontrá-lo comandando um dos mais fortes grupos políticos cearenses, o que lhe dava predicados para tentar assumir a liderança do Partido Social Democrático no estado. Para essa disputa com Pimentel, Olavo Oliveira fundou um jornal, O Democrata, que se notabilizou no período pelos ataques que fazia aos adversários.

Apesar dos esforços, Olavo Oliveira perdeu a liderança local do PSD para Pimentel, sendo obrigado a fundar uma nova sigla, o Partido Popular Sindicalista (PPS). Este surgiu, a princípio, em São Paulo devido a necessidade de uma sigla capaz de congregar as várias dissidências do PSD que ficaram sem partido diante das disputas estaduais. Uma das vantagens do PPS era a legenda não apresentar candidato à presidência da República. Assim, as representações estaduais ficaram à vontade para negociar seu apoio a um dos presidenciáveis existentes. No Ceará, com o rompimento definitivo entre olavistas e pessedistas, romperam-se também os compromissos antes assumidos por Olavo Oliveira para com a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, embora o político de Granja mantivesse seu apoio a Vargas e muita simpatia ao queremismo (uma campanha nacional feita pelos getulistas e até com apoio dos comunistas para a manutenção de Vargas no governo com a convocação de uma constituinte e a redemocratização do País).

A UDN-CE, composta por vários grupos, também acabou se dividindo ao longo da campanha. A unidade do Partido começou a findar quando Vargas, no mês de outubro de 1945, baixou decreto-lei antecipando as eleições dos governadores estaduais e assembleias legislativas para 2 de dezembro do mesmo ano[23]. Era uma artimanha de Getúlio para tumultuar o jogo sucessório e manter-se no poder. Naquele instante, o queremismo encontrava-se em alta, e Getúlio, apesar de haver lançado a campanha de Eurico Gaspar Dutra, bombardeava-a nos bastidores, esperando que seu ex-ministro da Guerra recusasse para provocar um impasse político.

A jogada getulista tomou de surpresa principalmente a UDN, que até ali não tinha discutido a sucessão estadual. Afobados, os udenistas passaram a propor nomes e mais nomes para o governo cearense, desestruturando a frágil unidade do Partido. Evidenciaram-se, assim, as facções lideradas, respectivamente, por Fernandes Távora, José Saboia e José Accioly.

Inevitavelmente, a eleição estadual confundiu-se com o pleito federal. O segmento majoritário da UDN, liderado por Fernandes Távora, iniciou a negociação de um acordo com o PPS de Olavo Oliveira, em torno da candidatura presidencial de Eduardo Gomes e do nome do “tavorista” Faustino Albuquerque para a governança

cearense. Isso dividiu ainda mais as hostes oposicionistas. José Saboia recusou-se a aliar-se a Olavo Oliveira, seu adversário da porção norte do estado; mesmo posicionamento adotou José Accioly, ameaçando romper com o partido caso o acordo se concretizasse.

Para complicar ainda mais a situação, uma ala do PPS também ameaçou abandonar o olavismo; era o grupo político do coronel Francisco Monte (o controvertido "Chico Monte", proprietário na região de Sobral), que divergia do propalado pacto por ser inimigo ferrenho do "saboísmo" no norte cearense. Essas divisões eram um evidente sintoma da fragilidade das elites cearenses – nenhum grupo conseguia sobrepor-se aos demais. Um fato, no entanto, iria contribuir para aclarear as disputas: a destituição do interventor Menezes Pimentel, o que deu início ao segundo momento da campanha eleitoral de 1945 (MONTENEGRO, 1980; RIBEIRO, 1982; RIBEIRO, 1989; OLIVEIRA, 1989; NOCA, 1996; MOTA, 2000).

UM CORRESPONDENTE DA "REUTERS" COMENTA A SITUAÇÃO POLITICA BRASIL

FOI DEMITID

O SR. MENEZES PIMENTE

Seria nomeado para substitui-lo o dr. Beni Carvalho--
Sensacional aviso do Rio para o diretor do O POVO

O Povo

ULTIMA HORA

Deixam Berlim
para os campos as
crianças alemãs

DE PORTO ALEGRE SAIRA HOJE PA
O BRASIL A VOZ DA LIBERTAÇAO

O Povo, ligado à oposição, noticiou com destaque a queda de Pimentel

26.8 O TRIUNFO DE OLAVISTAS E UDENISTAS

A 27 de outubro de 1945, Getúlio baixou decreto exonerando Menezes Pimentel – seu fiel aliado na implantação da ditadura do Estado Novo no Ceará – da interventoria local. Os motivos nunca foram completamente esclarecidos – Aroldo Mota diz que a substituição se deu em decorrência ainda das disputas políticas entre Menezes Pimentel e Olavo Oliveira. Teriam acontecido pressões e articulações envolvendo Getúlio Vargas e o presidente do Supremo Tribunal Federal, o cearense José Linhares. O irmão deste, Vicente Linhares, era ardoroso olavista. Com o adversário tendo influência nas esferas federais, Pimentel foi retirado do comando do Ceará (MOTA, 2000).

Com isso nomeou-se para o cargo de interventor o aracatiense Benedito Carvalho (Beni Carvalho), professor do Colégio Militar e ex-vice-presidente do estado no governo de Matos Peixoto (1928-30). Tais episódios foram recebidos com alegria pelos opositores udenistas e, sobretudo, por Olavo Oliveira, que via a queda de Pimentel como triunfo pessoal; seria o olavismo bastante privilegiado pela interventoria Beni Carvalho, principalmente após 29 de outubro, quando da deposição de Vargas e a ascensão interinamente à presidência da República do mesmo José Linhares.

Beni Carvalho “despimentaliza” o Estado, por outras palavras, desmonta a máquina eleitoral mantida pelo ex-interventor. Tem-se a demissão em massa de prefeitos, delegados de polícia e funcionários públicos que serviam a Pimentel, enquanto eram realizadas nomeações maciças de correligionários ligados ao PPS e UDN. Tais agremiações, aliás, nesse instante ratificaram a aliança que vinham planejando há algum tempo, mesmo com as insatisfações de José Saboia, de José Accioly e de Francisco Monte.

O acordo feito entre olavistas e segmentos udenistas liderados por Fernandes Távora estabelecia que Olavo Oliveira ficaria com uma das duas vagas senatoriais dos oposicionistas em troca do apoio do PPS aos candidatos da UDN à presidência, Eduardo Gomes, e ao governo do estado, desembargador Faustino Albuquerque.

José Saboia, mesmo se sentindo traído com o acordo, permaneceu na UDN, uma vez que a outra vaga senatorial oposicionista foi dada a seu sogro, Plínio Pompeu de Saboia Albuquerque. Já José Accioly rompeu com a legenda, transferindo-se para o pequeno Partido Democrático Cristão (PDC). Francisco Monte, por sua vez, abandonou o PPS e ingressou no PSD de Pimentel, exatamente o maior adversário dos olavistas.

A "despimentalização" mudou a face da política local. Sem a proteção da máquina pública, o PSD passou à defensiva, impotente diante do crescimento dos adversários. Agora, eram os pessedistas que reclamavam pela imprensa do clima de violência e terror no interior cearense, enquanto UDN e PPS aplaudiam as medidas do interventor Beni Carvalho, tidas como moralizadoras e salvadoras da vida política estadual. Assim, não surpreende que Eduardo Gomes tenha tido mais votos para presidente no Ceará nas eleições de 2 de dezembro de 1945, nem que UDN e PPS conseguissem eleger os dois senadores (Plínio Pompeu e Olavo Oliveira) e a maior parte dos deputados estaduais e federais.

Em termos institucionais, podemos dizer que essa eleição de 1945 significou a concretização tardia da Revolução de 30 no Ceará, pois, somente a partir daí os setores liberais que faziam oposição à Primeira República no estado conseguiram compartilhar com as velhas oligarquias, até então governantes, o poder político. Iniciou-se, então, uma curiosa série de alternância no Executivo cearense entre tais grupos, o que duraria até a década de 60, mostrando mais uma vez a fragilidade estrutural das classes dominantes locais, cujas facções não obtinham sozinhas a hegemonia do estado.

A redemocratização, por outro lado, não implicou numa ruptura com as práticas tradicionais da política cearense; a força do latifúndio, o poder do coronel (embora decadente), o clientelismo, a compra de votos, a violência, o voto de cabresto, etc., continuaram a marcar a história desta terra. A maioria dos partidos locais girava

não com base em divergências de princípios ideológicos, mas em torno do prestígio e brilho de grandes “caciques”, como Menezes Pimentel, Francisco Monte e Antônio Gentil, do PSD, Fernandes Távora, José Saboia e Paulo Sarasate da UDN, Olavo Oliveira, do PPS (MONTENEGRO, 1980; RIBEIRO, 1982; RIBEIRO, 1989; OLIVEIRA, 1989; NOCA, 1996; MOTA, 2000).

Jáder Moreira de Carvalho nasceu em Quixadá em 1901. Passando a residir em Fortaleza, começou a trabalhar como jornalista ainda adolescente – tinha verdadeira admiração pelo polêmico João Brigido. E polêmicas não faltariam na vida de Jáder. Formado em Direito, estudioso do marxismo, sensibilizou-se com o quadro de penúria do povo. Não foi à toa que o primeiro jornal por ele fundado, em 1928, possuía o título de A Esquerda. Corajoso, promoveu e enfrentou ataques dos não poucos adversários. Os integralistas, nos anos de 1930, tentaram assassiná-lo. Foi preso várias vezes sob acusação de subversão. Membro do PCB, rompeu depois com a agremiação – a independência de Jáder provocava atritos com o sectarismo stalinista. Manteve discordância aberta com Luiz Carlos Prestes, a quem passou a ver como um despreparado.

Em 1947 Jáder de Carvalho fundaria “seu filho predileto”, o Diário do Povo, periódico que revelou-se uma pedra no sapato do governo Faustino Albuquerque (1947-51); com uma linguagem irreverente e agressiva, o periódico acabou empastelado, sofrendo o jornalista várias ameaças.

Em 1947 Jáder de Carvalho fundaria “seu filho predileto”, o Diário do Povo, periódico que revelou-se uma pedra no sapato do governo Faustino Albuquerque (1947-51); com uma linguagem irreverente e agressiva, o periódico acabou empastelado, sofrendo o jornalista várias ameaças.

Bárbara) e em dar aulas de História (foi professor por 33 anos). Nacionalista, críti

Parte V
Contemporaneidade

Capítulo 27

A República Liberal-Democrática de 1945/1964 no Ceará e a metropolização de Fortaleza

27.1 A ALTERNÂNCIA DAS OLIGARQUIA

Assim, o padrão dominante nas eleições cearense entre 1947/64 foi a vitória das oposições nas urnas, isto é, a cada eleição o governador e o partido no comando do estado não conseguiam eleger um sucessor para o próximo mandato. Para sermos mais precisos, houve uma alternância no poder entre os dois grandes partidos surgidos com o fim do Estado Novo, União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrático (PSD). Em 1947, a UDN elegeu Faustino Albuquerque (mandato entre 1947/51), em 1950, o PSD venceu com Raul Barbosa (1951/54), a UDN voltou a ganhar em 1954 com Paulo Sarasate (1955/58) e o PSD em 1958 com Parsifal Barroso (1959/63). A única exceção a essas alternâncias na República Liberal-democrática se daria em 1962, com a "União pelo Ceará", como adiante veremos.

Ante a fragilidade, as maiores oligarquias necessitavam se coligar com outros grupos políticos menores para ganharem as eleições ou mesmo governarem o estado. Dessa maneira, nas citadas eleições, a vitória da UDN ou do PSD deu-se através de alianças realizadas com um terceiro partido, menor, chamado não por acaso de "fiel da balança". A princípio, era o PSP (Partido Social Progressista, novo nome do antigo PPS – de Olavo Oliveira), e depois, o PTB, de Carlos Jereissati. Em 1947, o olavismo se coligou a UDN para eleger Faustino, mas em 1950 estava unido ao PSD para o triunfo de Raul Barbosa. A partir de 1954, o PTB de Jereissati ganhou importância, coligando-se naquele ano com a UDN e elegendo Paulo Sarasate. Em 1958, o PTB lançou como candidato Parsifal Barroso, coligado ao PSD.

O PTB cearense foi organizado em 1946, tendo na presidência o portuário e líder sindical, pelego das décadas de 20 e 30, Vital Félix de Souza. Apresentou nos primeiros anos de sua existência uma apagada atuação. Contudo, isso mudaria a partir de 1949, quando assumiria sua direção o comerciante Carlos Jereissati. Com este, a sigla cresceu bastante, embora sem tornar-se um partido de massas como o PTB nacional. O PTB-CE era uma sigla conservadora, uma vez que a maioria de seus membros era também composta por burgueses, profissionais liberais ou mesmo coronéis, elementos das elites.

Carlos Jereisati tornou-se nos anos

Carlos Jereissati nasceu em Fortaleza em

Enquanto o PSD-CE era formado por oligarcas remanescentes do Estado Novo sob chefia de Menezes Pimentel e seus seguidores, José Martins Rodrigues e Antônio da Frota Gentil, a UDN-CE apresentava três correntes bem nítidas: a primeira, a mais forte, com base no sul-cearense era liderada por Fernandes Távora; a segunda, na região norte, tinha como chefe o ex-juiz de Sobral, José Saboia de Albuquerque; a última corrente, centrada em Fortaleza era comandada pelo sócio do jornal O Povo, Paulo Sarasate Ferreira Lopes.

Curioso notar que, no norte cearense, ao contrário do sul, onde havia maior coesão entre as elites, detectavam-se mais defecções oligárquicas, não se verificando fidelidade partidária e muito menos familiar. Assim é que, além de José Saboia, existia a liderança de Olavo Oliveira, do PSP, e de Francisco de Almeida Monte. Este era filho de família tradicional sobralense, mas não quis estudar; achou mais "divertido" cuidar de suas fazendas. Famoso pelas ações violentas que praticava pessoalmente, foi iniciado na vida políticas pelas mãos de José Saboia Albuquerque, com quem em seguida rompeu e se tornou inimigo radical. Chico Monte jamais proferiu um discurso em sua carreira, construída com base na violência e astúcia. Com o fim do Estado Novo, permaneceu no PSD, rompendo com o partido em 1951, indo para o PTB com o genro Parsifal Barroso, que era cunhado e adversário político de Olavo Oliveira (MONTENEGRO, 1980; RIBEIRO, 1982; MOTA, 1985; RORIZ JUNIOR, 1986; DIÓGENES, 1989; PONTE FILHO, 1990; GIRÃO, 1992; LINHARES, 1996; LIMA, 1997; MOTA, 1997; NOCA, 1996; PARENTE, 2000; RIBEIRO, 2000; COSTA, 2004; FREITAS, 2008; SARAIVA, 2012).

"Como não havia ainda qualquer proibição a esse respeito, cada partido mobilizava seus recursos para arrebanhar o maior número de eleitores. Incluía-se aí, além do transporte para alistamento e o dia da eleição, muita carne, muito arroz e feijão e bastante farofa para matar a fome dos que iam votar. (...). O eleitor já saía com sua chapinha pronta dentro do bolso e era só pôr depois na urna. O chefe político tinha um controle quase que absoluto sobre o eleitor.

(...) Os carros [eram] poucos. Em muitas cidades, Quixadá, por exemplo, as pessoas eram transportadas por charretes. Até bicicletas não

eram muitas. Predominava como meio de transporte o jumento, o cavalo, o burro. Os jornais [da capital] raramente chegavam ao interior (...). O rádio era a grande novidade: contavam-se as famílias que, na zona rural, o possuíam (...). Os homens usavam camisas balangandãs e as mulheres ainda vestiam saias cumpridas: meninos trajavam suspensórios e meninas usavam tranças" (SARAIVA, 2012: 12-13).

27.2 TRAIÇÕES POLÍTICAS

A fragilidade das oligarquias cearenses e suas dificuldades de conservarem-se no governo eram conjunturalmente refletidas pelas constantes traições partidárias, rupturas e deserções. Tais traições davam-se por princípio morais ou maiores divergências ideológicas. Na maior parte das vezes ocorriam nas brigas por cargo no Estado. "Em parte, esse adesismo é justificado pela necessidade de quem faz política numa região carente como o Ceará. Quatro anos, fazendo oposição, longe do poder, são quatro anos sem meios para partilhar com sua clientela favores, benesses" (MOREIRA, 2000: 116).

Assim, no ano de 1947, o recém-empossado Faustino Albuquerque, eleito numa aliança UDN-Olavismo, perdeu o apoio de Olavo Oliveira após apenas um mês de governo – Olavo Oliveira não fora atendido na pretensão de ocupar mais cargos na administração pública. Em decorrência, Faustino perdeu a maioria que o apoiava na Assembleia Legislativa – péssima situação para quem governa um estado como o Ceará. Faustino passou o mandato praticamente sem ausentar-se do estado, para que o vice-governador (ligado à oposição), não assumisse o poder.

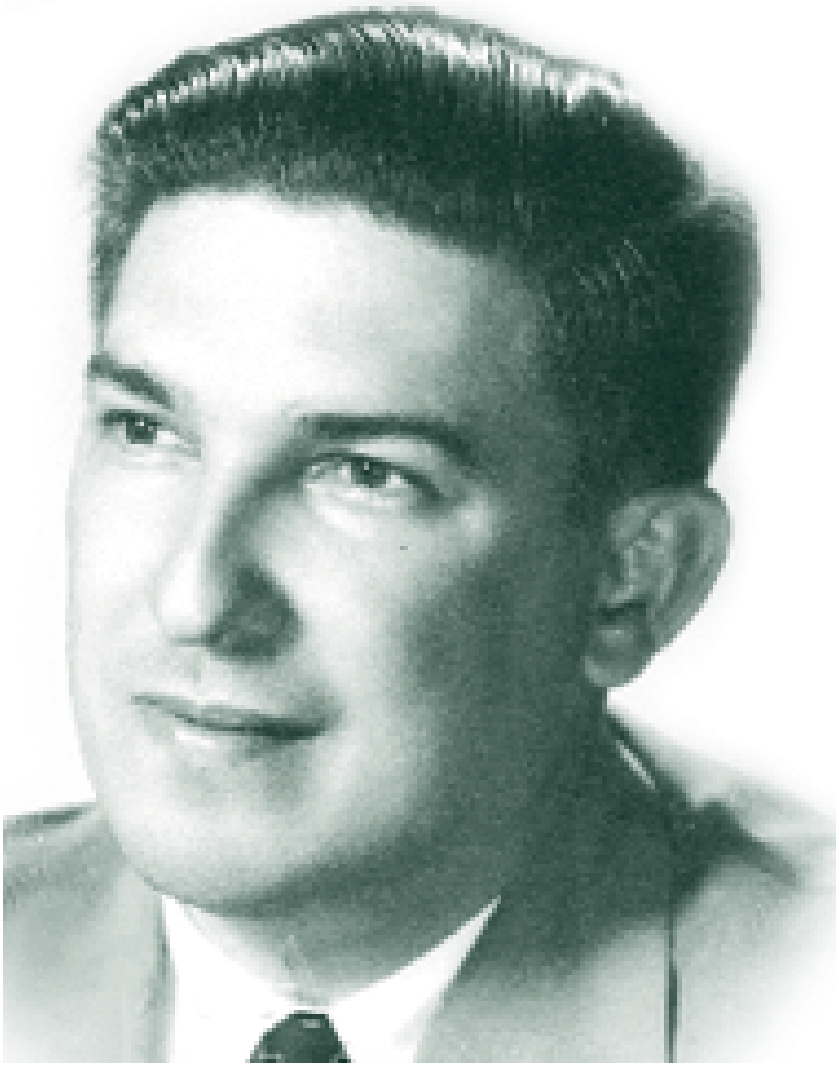
Raul Barbosa, em 1951, também perdeu, em menos de um mês de governo e em decorrência do não-agraciamento adequado de cargos estatais, o apoio de importantes aliados. No caso, foram para a oposição o Partido Republicano, dos irmãos Moreira da Rocha (PR – ver box), e os líderes pessedistas do norte-cearense, Francisco Monte e Parsifal Barroso. Estes, inclusive, acabaram deixando o PSD e se filiando ao PTB, fortalecendo ainda mais a sigla petebista no

estado.

Faustino Albuquerque, governador entre 1947/51, seguiu contra a coligação

Em janeiro de 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra indicou para o cargo de interventor do Ceará um jovem pessedista de 32 anos, Acrísio Moreira da Rocha. Este, no cargo, acabou desagradando a cúpula do PSD, pois, preocupou-se muito mais em angariar popularidade no sentido de projetar-se no futuro político do estado e formar seu próprio agrupamento, desprezando as velhas "raposas" do Partido. Filho de Manuel Moreira da Rocha – o célebre "Mané Onça", um dos líderes do antigo Partido Democrata, da Primeira República – Acrísio pode ser considerado um exemplo do "populismo" reinante no País. Suas atitudes atraíam-lhe enorme carisma: mandava abrir o Palácio da Luz (sede do governo) para a visita popular, almoçava com operários, assistia a jogos de futebol no meio da torcida, etc.

Irritados, os partidários de Menezes Pimentel apelaram ao presidente Dutra e conseguiram a demissão do jovem interventor. Em consequência, Acrísio rompeu com o PSD e organizou o Partido Republicano (PR), que se tornou o reduto de sua família, apresentando grande penetração em Caucaia e Fortaleza. Pelo PR, Acrísio elegeu-se duas vezes prefeito da capital cearense (1948/51 e 1955/59), seu irmão Péricles (o "Pequim") foi deputado estadual entre 1946 e 1962, enquanto um outro irmão, Crisanto, foi várias vezes deputado federal. (RIBEIRO, 1982; RIBEIRO, 1989; OLIVEIRA, 1986; FREITAS, 2008).



O governador Raul Barbosa (1945/54) conseguiu o apoio de parte da oposição (os "anjos rebeldes") para sua gestão

27.3 AUTORITARISMO, VIOLÊNCIA E ANTICOMUNISMO

Outra característica do processo político no período estava no autoritarismo das oligarquias cearenses e no uso da violência. As facções políticas não hesitavam em difamar, reprimir e perseguir os adversários, quando não os eliminava – havia largo uso de crimes de pistolagem por motivos políticos. Outras vezes, usava-se a polícia e delegados com fins políticos. O vencido nas urnas recorria ao trabuco para resolver pendências de campanha eleitoral e demonstrar, de maneira cruel, a irritação (desespero também) pela derrota, a destituição do poder público, o desprestígio político. Ou ocorria o inverso, ou seja, uma maneira do vencedor evidenciar a força do cargo, a impunidade de quem controlava as relações de poder. A violência política espalhava-se pelo estado. Em Brejo Santos, as famílias Sampaios e os Araújos travaram dura luta pelo cargo de prefeito da cidade, com tiroteios, agressões e assassinatos.

Na gestão de Faustino Albuquerque (1947-62), tornaram-se rotineiras as notícias dando conta de agressões, atentados e assassínios por razões políticas no interior. Os correligionários de Faustino teriam “carta branca” para agir; seus crimes ficavam impunes. Na dura eleição entre Paulo Sarasate (UDN) e Armando Falcão (PSD), em 1954, teve-se uma campanha violentíssima, com nove mortos de cada lado. Paulo Sarasate (1955-58) igualmente perseguiu adversários, gerando um clima tenso e violento do interior cearense, em que as disputas políticas davam margens a atentados e mortes, envolvendo oposicionistas e governistas – tudo impunemente. Exemplo disso foi o que ocorreu em 1956, quando o deputado do PSD, Wilson Roriz, foi baleado no braço pelo secretário da Agricultura de Sarasate, Edílson Távora, após um discurso inflamado na tribuna da Assembleia Legislativa. O incidente causou indignação na opinião pública, chegando-se mesmo a cogitar a intervenção federal no estado.

Se as oligarquias eram brutais em suas disputas, igualmente não perdoavam os críticos de esquerda, que defendiam mudanças

radicais nas estruturas socioeconômicas cearenses. Um forte anticomunismo também pode ser apontado como traço típico das elites locais. Assim, não surpreendem os constantes ataques movidos contra o Partido Comunista Brasileiro. O combate ao PCB dava-se especialmente através da imprensa e das pregações e ações da sempre influente Igreja Católica cearense, mobilizada por razões de princípios (não aceitava o "ateísmo dos perigosos vermelhos") e pelas proximidades que mantinha com as oligarquias.

O PCB no Ceará, como no resto do Brasil, cresceu bastante após o fim do Estado Novo. Comprou, em 1946, do oligarca Olavo Oliveira, o jornal O Democrata para divulgar a ideologia marxista. Além de contar com várias "células" pelas cidades interioranas, como em Camocim e Caucaia, o PCB possuía, ainda, boa penetração em Fortaleza, principalmente nos bairros da periferia. Mesmo após ser posto na clandestinidade em 1947, o Partido continuou influente, como demonstra sua participação na eleição de Acrísio Moreira da Rocha para prefeito de Fortaleza naquele ano e a eleição de sete dos 11 vereadores da Câmara Municipal da capital.

No ano de 1947, na primeira gestão do prefeito, Acrísio Moreira da Rocha, teve-se a encampação da empresa Ceará Tramways Light and Power Limited devido aos péssimos serviços prestados de transporte e iluminação pública. Com a medida, bastante aplaudida pela população fortalezense, os bondes deixaram de circular, passando o transporte coletivo a ser feito por novas linhas de ônibus (para os empresários, era menos oneroso o transporte rodoviário, pois não dependia da implantação de trilhos). Os ônibus poderiam atingir os bairros distantes, não por acaso, onde moravam os trabalhadores, embora alguns pontos longínquos sequer contassem com esse serviço.

Usina termoelétrica, no Mucuripe Era comum a reclamação quanto ao pequ

A Igreja, liderada, entre 1941 e 1963, pelo bispo de Fortaleza, D. Antônio Almeida Lustosa, fazia rotineiramente sermões atacando as esquerdas e chegava mesmo a enviar questionários aos candidatos de todos os partidos para saber se aceitavam os princípios cristãos, como nas eleições de 1947. Um das principais polêmicas daquele pleito foi a acusação feita pelo candidato general Onofre Muniz, do PSD (onde, não por acaso, estavam os remanescente da velha Liga Eleitoral Católica, dos anos 30), de que o candidato udenista Faustino Albuquerque contava com apoio do PCB.

O grande palco da luta ideológica entre Igreja e comunismo foi, sem dúvidas, o interior do estado, onde a primeira mantinha seu domínio secular sobre as populações rurais, encontrando aí terreno propício para suas pregações anticomunistas (...). Os municípios que mais se destacaram pela combatividade de seus párocos do comunismo foram Sobral, Crateús, Juazeiro, Barbalha, Baturité e Iguatu (...). Em várias ocasiões caravanas do Partido Comunista enviadas pelo Comitê Estadual com o objetivo de promover propaganda política junto aos Comitês Municipais, tiveram que abandonar às pressas a cidade sob a proteção das autoridades locais, uma vez que a população enfurecida queria linchá-los, influenciada por seus respectivos vigários (RIBEIRO, 1989: 95).

Em julho de 1948, o jornal Democrata foi invadido pela polícia do governador Faustino Albuquerque, a qual confiscou várias publicações marxistas e documentos – ficaria quinze dias sem circular. No ano seguinte, foi assassinado o jornalista comunista Jaime Callado, quando protestava no Theatro José de Alencar contra uma convenção ali realizada pelos velhos integralistas do PRP. Costumeiramente, os trabalhadores e sindicalistas ligados ao PCB eram demitidos pelo patronato e surrados pela polícia (MONTENEGRO, 1980; RIBEIRO, 1989; NOCA, 1996; PARENTE, 2000; RIBEIRO, 2000; LIMA NETO, 2006; SANTOS, 2007; FREITAS, 2008).

Para combater os “horrendos monstros bolcheviques”, a Igreja, além de usar seus diversos órgãos de comunicação, como os jornais O Nordeste (porta-voz oficial do episcopado e que existiria até 1967), A Fortaleza (dos Círculos Operários) e a Radio Assunção (inaugurada em 1962), mobilizou todas as instituições sobre as

quais tinha influência: os Círculos Operários Católicos São José, o Centro-social Arquidiocesano, a Ação Católica e a União dos Moços Católicos, promovendo palestras e seminários. Intensificou igualmente as obras assistencialistas e de caridade.

A Igreja Católica também resguardava para si a nobre função de proteção e apoio à classe operária, o que fazia através de esclarecimentos constantes acerca das leis trabalhistas; de denúncia de situações em que estas leis são violadas; de advertência à classe empresarial em relação às suas maquinações de abuso à classe obreira; e de aplauso ao real cumprimento dos direitos do trabalho. Na realidade, busca a Igreja conquistar a classe trabalhadora e mantê-la sob controle, longe da influência das esquerdas, e tornar o capitalismo "mais justo e cristão" sem questionar a exploração e contradições do sistema (ARAGÃO, 1987: 9).

27.4 PRÁTICAS POLÍTICAS TRADICIONAIS

As práticas políticas eram marcadas por aspectos tradicionais, a exemplo de relações clientelistas, ou seja, trocas de favores políticos e uso da máquina pública para favorecer setores econômicos próximos do grupo no poder, nepotismo, empreguismo na máquina pública para contemplar correligionários, perseguição a adversários, interferência do Estado nas eleições. Debaixo da manta do "desenvolvimento", das "necessidades maiores do Ceará e do Brasil" e do "combate aos inimigos da Pátria", mantinha-se a concentração de riquezas, a exclusão do grosso da população de maior participação política e o monopólio do poder em mãos de grupelhos de latifundiários, comerciantes e industriais, representados não poucas vezes por elementos das classes médias e burocratas, que viam a máquina pública como um verdadeiro ente privado a seu dispor.

O Estado continuava importante para as oligarquias nos embates eleitorais da República Liberal-democrática de 1945/64. Controlar ou contar com o apoio da máquina pública (federal, estadual ou

municipal) numa eleição era um grande predicativo para os candidatos. A política de compromisso do poder público estadual com os donos dos currais eleitorais, que eram os donos das terras, era renovada nos processos eleitorais. Assim, a influência do Estado e o abuso do poder econômico constituíam-se rotinas.

Conta-se que a compra de votos e as fraudes teriam sido um trunfo para Paulo Sarasate (UDN) ser eleito governador em 1954, derrotando Armando Falcão (PSD) por uma diferença de pouco mais de três mil votos. O mesmo teria ocorrido em 1958, com a vitória de Parsifal Barroso (PTB/PSD), que era então Ministro do Trabalho do Presidente Juscelino Kubistchek. As eleições daquele ano ocorreram em meio à calamitosa seca. Havia uma máxima no sertão de que "governo não perde eleição em ano de seca". Foi o que se deu. Parsifal Barroso contou com extenso apoio do governo federal, que, através do Ministério do Trabalho e do DNOCS, chegava a pagar cabos eleitorais para coagir os "cassacos" das frentes de emergência, aos quais se indagavam se eram eleitores e com qual partido iriam votar. Se eram pessedistas tinham tudo. Se eram udenistas, tinham que aderir, sob pena de serem postos fora do serviço (MONTENEGRO, 1980: 168). O candidato udenista, Virgílio Távora, por sua vez, não ficava atrás. O governo estadual e a Secretaria da Agricultura também o ajudaram.

Logicamente não devemos achar que tais práticas fossem efetivadas somente pelas oligarquias cearenses ou características apenas da república liberal-democrática de 1945/64. Se analisarmos bem, tais práticas e atributos, com as inevitáveis variações das conjunturas, estavam presentes antes na História do Ceará e continuam presentes ainda hoje (MONTENEGRO, 1980; MOTA, 1985; RORIZ JUNIOR, 1986; DIÓGENES, 1989; PONTE FILHO, 1990; GIRÃO, 1992; LINHARES, 1996; MOTA, 1997; PARENTE, 2000; SARAIVA, 2012).

Paulo Sarasate (gestão entre 1955 e 1958) teria contado com o apoio da máquina pública para sua eleição

Em setembro de 1950, os Diários Associados, de Assis Chateaubriand, expandiram sua atuação no Brasil, inaugurando a TV Tupi de São Paulo, primeira emissora de televisão do País, e que a princípio estava restrita ao sudeste. Apenas em 1960, a televisão chegou ao estado do Ceará, com a inauguração da pioneira TV Ceará, Canal 2 (não confundir com a atual homônima, antes chamada de TV Educativa e inaugurada em 1974); houve imensa euforia dos cearenses – conta-se que dezenas de pessoas acotovelaram-se nas lojas para observar a primeira transmissão; o aparelho, contudo, caríssimo, era acessível apenas aos mais abastados. Por anos foi comum que verdadeiras platéias de vizinhos se formassem na casa de um morador mais privilegiado para assistir à televisão, num novo hábito de sociabilidade.

Os programas da TV Ceará nessa fase inicial eram ao vivo, imperando muitas vezes a improvisação. Os apresentadores e artistas em geral vinham do rádio, especialmente da Ceará Rádio Clube, a PRE-9 (igualmente pertencente aos Diários Associados). O diretor geral dos Associados no Ceará e responsável pela TV era o escritor Eduardo Campos, um dos mais influentes homens do estado nos anos 1960 e 1970.

A partir da morte de Chateaubriand, em 1968, o império dos Diários Associados se esfacelou nas mãos dos herdeiros. Por conseguinte, a TV Ceará e a PRE-9 entraram em decadência – a emissora televisiva fechou as portas e a rádio sobreviveu, existindo ainda hoje com dificuldades. Nos anos 1970, com apoio da ditadura militar, outro império de comunicação passou a dominar o Brasil, a Rede Globo, pertencente à família Marinho. Esta buscou firmar contatos com influentes grupos econômicos estaduais para retransmitir sua programação, o que no Ceará ficou a cargo do grupo Edson Queiroz.

Edson Queiroz nasceu em Cascavel em 1925. Seu pai era um pequeno comerciante que se mudou para Fortaleza em 1932, instigado pelas possibilidades de maiores negócios. Nos anos 40, no contexto da II Guerra Mundial, a família Queiroz formou considerável patrimônio, negociando açúcar trazido de Recife – o pai de Edson, Génesio Queiroz, ficou conhecido como o “rei do

açúcar”, pelo monopólio que passou a exercer na venda do produto.

Em 1951, Edson Queiroz lançou as bases de seu próprio império econômico, investindo na venda de gás liquefeito de petróleo (GLP), importado dos Estados Unidos. Era um setor ainda prematuro da economia brasileira, mas promissor, em virtude da expansão urbana que o País então vivia. Nascia, assim, a Ceará Gás Butano, que foi muito beneficiada pelas medidas nacionalistas do Governo Vargas (1951-54), com a estatização da exploração do petróleo e derivados – Queiroz conseguiu a autorização para vender o gás da Refinaria de Mataripe (atual Landulfo Alves, na Bahia), reduzindo os ônus das importações. Edson em pouco passou a monopolizar o negócio de gás no Ceará, aumentando ainda mais sua fortuna e possibilitando investir em outras áreas. Foi o caso das metalúrgicas de botijões de gás e fogões, que permitiram o barateamento e a difusão do uso dos objetos de cozinha necessários para a utilização doméstica do GLP – ou seja, um duplo lucro para Edson Queiroz.

Tv Ceará, Canal 2, obra pioneira dDepois, o grupo começou a investirdand

27.5 A “UNIÃO PELO CEARÁ”

Uma evidência da falta de maiores divergências ideológicas entre os grupos oligárquicos cearenses e mais uma vez de suas fragilidades estruturais estava na formação de grandes coligações. Óbvio que realizar tais acordos não é fácil (sempre há o risco das traições e polêmicas sobre quem ocupará os cargos principais), mas quando feitos, evita-se as desgastantes disputas ente as facções políticas maiores e afasta-se a possibilidade de mudanças da ordem socioeconômica e/ou a divisão do poder com grupos emergentes. São, em geral, acordos de cúpulas, sem levar em conta as necessidades da população.

Caso exemplar do que falamos deu-se em 1962, quando da “União Pelo Ceará”. Após muita indefinição e apresentação de vários nomes, UDN e PSD, incentivadas pelo então governador Parsifal Barroso (rompido com Carlos Jereissati e que, inclusive, em vez de candidatar-se a deputado, optou por permanecer no cargo para garantir pessoalmente a derrota do adversário), decidiram formar a “União Pelo Ceará”, uma coligação que reunia os setores conservadores do estado em torno de uma chapa única para o pleito vindouro, a qual teria como candidato à governadoria Virgílio Távora (UDN).

Vários fatores possibilitaram a concretização da “União Pelo Ceará”. Em primeiro, os particularismos da política local, como a falta de conteúdo ideológico das agremiações partidárias, a habilidade e pretensão de Virgílio Távora (que ocupara o Ministério de Viação e Obras Públicas no governo parlamentarista de João Goulart, gabinete de Tancredo Neves) de chegar ao governo estadual e o objetivo dos maiores partidos cearenses em derrotar a liderança jovem de Carlos Jereissati, que despontava e ameaçava eleitoralmente, bastante privilegiado com a ascensão de seu PTB e de Jango ao poder federal.

Além disso, havia fatos outros como a influência da coalizão dos

grandes partidos nacionais ao redor do gabinete parlamentarista de Tancredo Neves e a estratégia da classe dominante brasileira em se unir para enfrentar o "perigo das esquerdas" (ainda que estas não fossem tão significativas assim no Ceará), elegendo grande número de governadores e parlamentares – havia a crença de que existia um grande foco subversivo no nordeste, onde atuavam sindicatos rurais e urbanos, liga camponesa e a liderança emergente de Miguel Arraes em Pernambuco. Acreditava-se que, da região, os projetos socialistas poderiam se propagar por todo o Brasil, ameaçando a sociedade. Dessa forma, não surpreende que a "União Pelo Ceará" tenha chegado a receber dinheiro do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), uma entidade de direita atuante no País nos anos de 1960, financiada por empresários e pelo governo dos Estados Unidos. A campanha de Virgílio Távora foi a mais cara até então realizada no Ceará, com o uso de uma estrutura inédita, a exemplo de carros de som, panfletos coloridos, propaganda paga nos meios de comunicação, cabos eleitorais remunerados, propaganda na televisão (pela primeira vez a televisão foi usada como instrumento de propaganda eleitoral no estado), etc. Como se não bastasse isso, a candidatura de Virgilio contou ainda com apoio da máquina pública, bem articulada pelo governador Parsifal Barroso.

A formação da "União Pelo Ceará" levou um grupo de políticos da UDN a deixar o partido. Tal grupo havia lançado antes a candidatura ao governo de Adahil Barreto, deputado federal com independência política e com trânsito nas esquerdas – por isso mesmo visto com desconfiança e rejeitado pelas lideranças udenistas, que temiam não poder controlá-lo. A composição com o PSD pareceu-lhe uma traição. O grupo, então, ingressou no minúsculo Partido Democrático Cristão (PDC) e aliou-se aos demais setores conservadores que ficaram de fora da "União", no caso, o PTB de Jereissati, o PR dos Moreira Rocha e o PSP dos olavistas –, veja que era a primeira vez que os partidos os quais antes atuavam como "fiel da balança" se coligavam para enfrentar os dois partidos tradicionais. Apoiariam também Barreto entidades e pequenas siglas da esquerda cearense, como o Partido Social Trabalhista (PST, de Moisés Pimentel), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Pacto Sindical do líder operário Moura Beleza, a União Estadual dos Estudantes (UEE), a secção estadual da União Nacional dos

Estudantes (UNE) e o clandestino PCB.

Parsifal Barroso, governador entre 1959 e 1963, fazendo [illegible]

27.6 FORTALEZA: METRÓPOLE

Ao longo do século XX, especialmente a partir dos anos 50, houve um extraordinário crescimento populacional de Fortaleza, cada vez mais consolidada como o grande centro urbano cearense. A capital tornou-se uma das principais metrópoles do Brasil (em 1973, foi criada oficialmente a Região Metropolitana de Fortaleza). Para se ter ideia dos números: em 1950, Fortaleza apresentava 270 mil habitantes; em 1960, passou a ter 518 mil (um aumento de 90%); em 1970, 857 mil (aumento de 66%).

Afora o crescimento vegetativo dos habitantes, a capital cearense aumentava sua população em virtude, sobretudo, das migrações rurais. A crise da agricultura cearense, a estrutura fundiária sertaneja, baseada na concentração da terra e da produção agropecuarista, e as grandes secas, a exemplo das ocorridas em 1951 e 1958, impulsionavam o êxodo rural.

Sem opções de vida digna no interior, os sertanejos passaram a deslocar-se para a Amazônia, o sudeste (São Paulo, em particular), o centro-oeste (muitos cearenses participariam da construção de Brasília, os chamados “candangos”) e mesmo para Fortaleza – a opção por esta muitas vezes relacionava-se à sua proximidade, à ausência da garantia de emprego no centro-sul, à oferta de trabalho com o incremento da industrialização que o Ceará passou a viver nos anos 60 (as indústrias estavam praticamente sediadas na cidade) e a certo fascínio que a capital exercia sobre os interioranos (afinal, é o local mais “importante” do estado, onde podia haver perspectivas que não se encontrariam no campo).

Fortaleza nos anos 1950 — a cidade se tornaria, na segunda metade do século XX, uma das maiores do País

A capital ganhava importância não só pelo crescimento populacional, mas também e principalmente porque na cidade eram feitos os maiores investimentos do Estado e se concentravam as atividades político-administrativas, econômicas e sociais – ali estava a sede do governo, os órgãos de justiça, repartições públicas federais, os grandes estabelecimentos comerciais, indústrias, agências bancárias, o principal porto, terminais ferroviários,

estradas, boas instituições de ensino (em 1955 era inaugurada a Universidade do Ceará, depois chamada de Universidade Federal do Ceará), hospitais, opções de lazer, etc. Com isso, inclusive, ampliava-se a oferta de trabalho e possibilitava-se o aumento da classe média da cidade, composta por burocratas (o Estado era o grande empregador), executivos, profissionais liberais, comerciantes, etc.

Fortaleza prosperava ainda com os lucros das atividades comerciais de importação e exportação. A capital continuava sendo o grande centro coletor da produção vinda do interior e exportada para outros estados/exterior pelo porto do Mucuripe ou por ferrovias e rodovias. Por tais vias chegavam igualmente bens produzidos em outros estados e países e que eram distribuídos no estado (comumente comerciantes se dirigiam a capital em busca de produtos para revendê-los em suas cidades de origem). Entre 1950/70, os principais produtos exportados eram algodão em pluma, cera de carnaúba, óleos vegetais, couros e lagosta, importando-se produtos industrializados, máquinas, carros, tecidos, ferro, aço, carvão, chumbo, cimento, remédios, etc.

A influência de Fortaleza se estendeu sobre todo o Ceará e mesmo parte de estados vizinhos, a exemplo do Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte. Nesse sentido, quanto mais Fortaleza crescia, mas atraía migrantes do interior cearense, que viam na cidade alternativas de sobrevivência e de uma vida melhor. Bom lembrar, por outro lado, que a partir dos anos 1970, a taxa de crescimento populacional de Fortaleza passou a aumentar em ritmo mais lento e outros municípios, sobremaneira, aqueles da hoje chamada Região Metropolitana (Aquiraz, Caucaia, Pacatuba, Maranguape, Maracanaú e outros) começaram a receber parcela dos migrantes do interior.

Na realidade, o crescimento da população urbana verificou-se também em outras cidades do estado (em grau menor, é verdade), destacando-se Juazeiro e Crato (no Cariri, sul-cearense), Sobral (norte-cearense), Iguatu (médio e alto Jaguaribe e Sertão Central), Quixadá (Sertão Central) e Cratéus (Inhamuns, sudoeste do estado). Os dados sobre o esvaziamento do campo impressionam. Números do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) informam

que o Ceará, em 1950, apresentava dois milhões e 695 mil habitantes, com 74,79% da população vivendo nas áreas rurais e apenas 25,21% em zonas urbanas; em 1970, os índices urbanos aumentam para 40,81% (numa população total de quatro milhões e 491 mil pessoas) e em 1980, para 53,14% (população de cinco milhões e 380 mil habitantes). No ano 2000, 71,5% dos cearenses vivam em zonas urbanas e apenas 28,4 % nas áreas rurais.

As citadas cidades interioranas e outras, a exemplo de Limoeiro do Norte, Russas, Tianguá e Aracati, ganharam igualmente mais importância não só pelo aumento de suas populações, mas também pelo incremento das funções que desenvolviam em suas regiões. Elas passaram a ser mais bem servidas por transportes terrestres e prosperaram como centros comerciais atacadistas e varejistas – as cidades coletavam a produção regional, ofertavam alguns serviços e redistribuíam os produtos manufaturados, normalmente vindos de Fortaleza (SILVA, 1992; SOUZA, 1995; COSTA, 2007).

Fortaleza era também um espaço de busca por lazer, embora as opções fossem poucas. Não obstante, para os segmentos dominantes, suas práticas de lazer eram valorizadas e destacadas como símbolos de modernidade e bom-gosto, enquanto as práticas populares eram tidas como condenáveis e não raras vezes alvo da normatização e disciplina por parte dos poderes públicos. A presença de pobres, quase sempre mulatos e negros, nas praias e festas públicas era malquistas pelas “boas famílias”, num indisfarçável preconceito de classe e étnico. Os segmentos abastados se irritavam e exigiam a punição ao comportamento extrovertido “moleque” da população, mesmo quando o “moleque” tinha uma condição social mais privilegiada.

Nos anos 60, do séc. XX, o banho de mar (e a valorização da porção litorânea) era cada vez mais apreciados e difundidos, mesmo sob severas restrições da Igreja, a qual considerava imoral o uso de calções e maillots.

O cinema era outra atração, havendo vários nos bairros (os denominados “poeiras”). Os mais famosos eram o Majestic e os luxuosos Diogo e São Luiz. Para se ingressar nestes, necessitava-se estar bem-trajado, os homens de terno, as mulheres com vestidos finos, luvas e chapéus – conta-se que o famoso cineasta Orson Wells,

quando de sua passagem por Fortaleza, foi barrado no Diogo, por não estar “convenientemente vestido de paletó”. Na famosa “Sessão das Quatro” domingueira do Diogo, estava a “nata” da juventude. Os filmes, na maioria de origem norte-americana, continuavam a influenciar o comportamento das pessoas e a difundir o american way of life.

A cidade apresentava clubes refinados, para as classes abastadas, como o Náutico, o Ideal (o único com piscina), o Líbano Brasileiro, os Diários, entre outros, onde ocorriam suntuosas festas, tertúlias e bailes carnavalescos com orquestras. Os clubes facilitavam a transmissão de valores entre os setores abastados e o relacionamento social, namoros e casamentos entre as classes alta e média. Pertencer a um clube conferia ao indivíduo “deferência e distinção”, pois, eram instituições extremamente seletas, com rigorosos critérios de ingressos.

O consumismo instalava-se cada vez mais. “Olhar vitrinas” tornou-se um lazer para as elites, sempre ávidas em adquirir os novos produtos que refletiam seu poder econômico e o ingresso na modernidade/civilidade. Os jornais noticiavam os últimos modelos de eletrodomésticos, para ajudar a dona de casa nos afazeres domésticos. Ser feliz era consumir e ostentar... Considerava-se um glamour aparecer nas colunas sociais dos jornais, a ponto de os colunistas terem uma importância quase equivalente à de uma autoridade, além de uma grande influência política.

O luxuoso Cine São Luiz, em 1958O futebol atraía multidões masculinas pa

27.7 ESPAÇO URBANO E CLASSES SOCIAIS

O rápido crescimento de Fortaleza realizou-se de forma desordenada, sem planejamento, sujeito a especulações imobiliárias e com grandes disparidades sociais. A própria formação/ estruturação espacial das cidades evidenciou a questão da segregação e diferenciação social e de classes – ou seja, áreas ocupadas por determinadas camadas sociais e tratadas diferencialmente pelos poderes públicos.

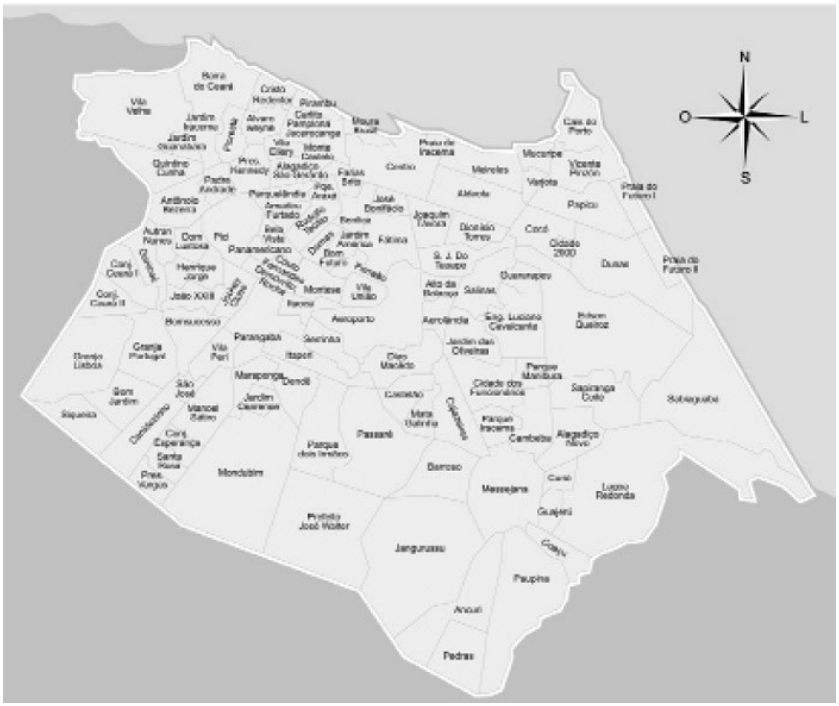
No caso de Fortaleza, os migrantes e as camadas pobres se alojavam na cada vez maior periferia, especialmente nas zonas oeste e sul, à margem de ferrovias, das estradas de acesso a cidade e próximas às praias. Ocorria mesmo a ocupação de dunas e das margens de riachos e lagoas, áreas sujeitas a inundações. Nessa zona oeste, como eram áreas não urbanizadas e sem infraestrutura, os terrenos apresentavam preços mais em conta para a massa, que em não poucas oportunidades os ocupava mesmo clandestinamente. Daí, a urbanização mais espontânea e irregular, com a propagação de lotes pequenos, casas modestas e favelas, becos e ruas estreitos e sem saída, inexistência de espaços públicos e áreas de lazer, carência de transporte coletivo, educação, saúde, moradia, saneamento, etc. Ali, era comum chafarizes com filas intermináveis para tirar-se água ou cacimbas nos quintais (perto de fossas disseminadoras de doenças), montes de lixos e terrenos baldios. A atenção do poder governante era mínima.

Não por acaso, nessas áreas periféricas se instalariam várias fábricas, têxteis, de confecções e de beneficiamento de óleos vegetais, sobretudo, na área da Avenida Francisco Sá (que na verdade, corresponde ao conjunto de favelas do Pirambu), dentro do processo de industrialização que o Ceará passou a viver a partir dos anos 1960 (veja próximo capítulo) – a ideia da burguesia era aproveitar a disponibilidade de terrenos de preço menor e explorar a farta e barata mão de obra local[24]. As indústrias instaladas, por sua vez, atraíam mais pessoas humildes em busca de trabalho, as

quais, em virtude dos baixos salários, desemprego e dificuldades de obter casa própria ou arcar com aluguel, deslocavam-se para favelas. Processo parecido deu-se com a região em torno do Porto do Mucuripe (que necessitava de muitos trabalhadores braçais), com a instalação de grande população favelada (e também da zona de meretrício, antes situada no entorno do Porto das Dragas e Arraial Moura Brasil).

A formação de favelas poderia ser a única maneira dos migrantes ficarem em Fortaleza. Normalmente, logo que chegava a cidade, o migrante permanecia um pequeno período na casa de amigos ou parentes. Depois, para evitar incômodos e resolver a questão de onde morar, acabava se fixando numa favela ou ocupando um lote vago. Se o Estado ou particulares não criassem problemas, a ocupação avançava, atraindo outras pessoas em situação semelhante.

Além das favelas do Pirambu e do Mucuripe, havia o Cercado do Zé Padre, o Lagamar, o Morro do Ouro, situado entre o açude João Lopes e o atual Monte Castelo, além da Varjota, Papoquinho e da estrada de Ferro. Também era ocupado pela população carente o Morro do Moinho, entre a estação ferroviária e o cemitério São João Batista, afora o bairro de São João do Tauape, que se estendia à área mais baixa do Lagamar. À margem da BR-116 ficava o Alto da Balança e, antes de Messejana, havia a localidade denominada Cajazeiras (SILVA, 1992; SOUZA, 1995; COSTA, 2007).



Fortaleza no início do século XXI: nos lados oeste e sul encontram-se os segmentos mais

pobres da população, enquanto nas zonas leste e sudeste estão os mais abastados

27.8 ZONA LESTE

A concentração da população operária/pobre, a transformação da área da Francisco Sá na de maior concentração industrial do estado e o surgimento de favelas foram os maiores motivos para que a burguesia que se instalara em confortáveis e belas casas no bairro do Jacarecanga e, em menor escala, no bairro do Benfica, nos anos 20,30 e 40, do Séc. XX, elegesse outros espaços da cidade onde

pudesse morar, distante daqueles incômodos. Ainda hoje o Jacarecanga guarda lembranças da sua época de glamour, como os grandes casarões, órgãos da administração pública e escolas, a exemplo do Liceu que, durante décadas, foi o orgulho da "boa sociedade cearense".

Assim, as elites e os crescentes segmentos médios, que antes já haviam deixado o centro histórico de Fortaleza, passaram cada vez mais a dirigir-se para os bairros nobres da Zona Leste da capital, como Praia de Iracema, Meireles e, em especial, a Aldeota, onde a ocupação foi mais regular, com lotes grandes, ruas largas, praças, etc. É esta zona leste a cidade moderna e bonita conhecida pelos turistas e divulgada pelos meios de comunicação e propagandas oficiais. Para boa parte das elites, Fortaleza se restringe àquela área e adjacências, onde moram, trabalham e se divertem – as demais regiões são "longes" e "inferiores", para "pobre".

A Aldeota tornou-se o bairro mais valorizado da cidade, assistido de forma privilegiada pelo poder público (afinal, ali é o "reduto da burguesia") e apresentando uma boa infraestrutura de serviços urbanos (embora, de início, igualmente tivesse carências), comércio (em 1974, era instalado o primeiro shoping center de Fortaleza, o Center-Um, na Avenida Santos Dumont) e outros equipamentos. Transformou-se num novo centro da cidade – direcionado, porém, para as elites. Nos anos 70, e sobretudo, na década seguinte, a Aldeota conheceu grande processo de verticalização, ou seja, construção de prédios com vários andares. A extrema competição pelo solo desta parte da cidade (morar na Aldeota exercia um fascínio e virou símbolo de status) e a busca de comodidade e segurança conduziram a mudanças no modo de morar das camadas abastadas: em vez de enormes residências ajardinadas (comuns nos anos 50/60), passou-se a morar em apartamentos. Os antigos casarões foram sendo derrubados, ante a especulação imobiliária, sendo erguidos no lugar grandes espigões para consultórios, escritórios e estacionamentos.

Vale salientar que nos anos 80 e 90, muitos dos ocupantes da Aldeota, começaram a procurar locais mais tranquilos para a sua habitação. Com a falta de planejamento do poder público, o setor especulativo-imobiliário passou a preparar novas áreas residenciais

para aquelas camadas de alta renda que preferiam habitar amplas e luxuosas mansões. Iniciou-se assim a ocupação dos bairros do Cocó, Dunas, Papicu e Edson Queiroz, na zona sudeste da cidade, onde havia grande quantidade de terrenos disponíveis. Logo os setores público e privado iniciaram a estruturação da região, ofertando serviços, construindo grandes obras e vias (a exemplo da Universidade de Fortaleza, Shoping Iguatemi, Avenida Washington Soares, etc.). Durante o primeiro governo Tasso Jereissati (1986/90), a transferência da sede do governo estadual deu mais ênfase à valorização dessa zona, que neste começo de século XXI se transformou num dos eixos mais dinâmicos da cidade.

Os setores médios com rendimentos que não permitiam adquirir os cada vez mais caros e disputados imóveis na Aldeota, foram ocupando áreas ao redor desta e de menor infraestrutura, fazendo surgir aí novos bairros como Joaquim Távora, Fátima, Varjota, Papicu, Praia do Futuro, etc. Não raras vezes, essa ocupação fez-se via especulação imobiliária, expulsando as populações de favelados, migrantes e pescadores que residiam antes – embora, vale ressaltar, muitas dessas populações continuassem a residir na Zona Leste, como verdadeiros guetos de pobreza e fornecedores de mão de obra barata para as elites da região (lavadeiras, empregadas domésticas, biscateiros, etc.).

As classes médias baixas, por sua vez, passaram a morar nas residências ou nos edifícios construídos conforme seu poder aquisitivo em áreas ao redor do Centro ou nas proximidades das principais vias da cidade e de alguma proximidade com as áreas mais nobres. Surgiram, então, bairros como o Montese, Monte Castelo, Maraponga, São Gerardo e Parquelândia. Outra referência ao crescimento da cidade era a Avenida João Pessoa, que ligava o Benfica a Parangaba. Em virtude do intenso tráfego e dos acidentes ali registrados, ela chegou a ser conhecida como “Avenida da Morte” – em 1957, a velocidade máxima era de 40 quilômetros por hora.

Durante a ditadura civil-militar brasileira (1964/85), foram construídos conjuntos habitacionais na capital cearense para as camadas médias baixas e mesmo populares, influenciando também na estruturação do espaço (caso do Conjunto José Walter, de 1970,

e Conjunto Ceará, de 1977). Esses conjuntos residenciais, na maioria, situavam-se em terrenos baratos e distantes do Centro e das áreas nobres, na direção do Distrito Industrial de Maracanaú (serviriam, pois, como fonte de mão de obra barata para as indústrias que ali iam se instalando) e próximo ao leito das linhas férreas (barato meio de transporte para os trabalhadores). Os novos conjuntos habitacionais provocaram o deslocamento de parte da população da cidade e mesmo frearam o acesso à Metrópole – na proximidade daqueles conjuntos, não por coincidência, migrantes constituíram igualmente bairros pobres e favelas, a exemplo do Bom Jardim (vizinho ao conjunto Ceará) e Pantanal/Planalto Ayrton Senna (José Walter). Nos anos 1980, a construção de conjuntos habitacionais ultrapassou os limites do município de Fortaleza, sendo implantados em outras áreas da Região Metropolitana, a exemplo do Nova Metrópole, em Caucaia, e Timbó e Jereissati, em Maracanaú (SILVA, 1992; SOUZA, 1995; COSTA, 2007).

Nos anos 1950, os homens frequentavam as "pensões alegres" (cabarés), situadas no Centro de Fortaleza. Ali, encontravam-se cerveja gelada, música ao vivo e mulheres à vontade, podendo-se dançar os ritmos da moda: bolero, samba-canção, conga, rumba, mambo e outros.

As "pensões alegres" eram casas que hospedavam moças mediante o pagamento de diárias, cobradas e recebidas na hora do almoço. A inquilina submetia-se ao "regimento interno" que prescrevia a obrigação de "fazer salão" no cabaré, dançando e fazendo companhia aos fregueses, incentivando-os a beber, principal fonte de rendimento da casa.

Além disso, eram obrigadas a comparecer ao almoço e ao jantar perante a "madame", que poderia despedi-las caso faltassem às refeições, causassem confusão por causa de ciúmes ou entrassem em discussão com outras a qualquer pretexto. Precisavam ainda comparecer semanalmente aos órgãos sanitários de controle de doenças venéreas e à Delegacia de Polícia para a atualização constante de sua ficha, onde sofriam extorsão e humilhação policial. Para a dona do cabaré, era obrigatório o envio de relatório semanal à Secretaria de Segurança, contendo a nominação, o endereço, o número do quarto e, em caso de mudança, o destino tomado pela "inquilina".

No fim da década de 50, Cordeiro Neto, chefe de polícia e futuro prefeito de Fortaleza, proibiu a venda de bebidas alcoólicas depois das 19 horas e, posteriormente, a utilização de orquestras na área central. Abriu-se, então, um espaço para prostíbulos na periferia, só acessíveis a quem tivesse automóvel, um privilégio de poucos.

Nesses espaços, os homens davam vazão aos seus "instintos" masculinos, preservando a virgindade das moças "honestas". Aprendiam a dançar, a praticar sexo e a conversar, ações que seriam fundamentais na conquista da futura esposa, quase sempre recatadas meninas de família (...) (MUNIZ, 2007: 46).

27.9 O CENTRO E O MAR

Desprezado pelas camadas de alta renda e esvaziado no que se refere às atividades de lazer, cultura e administração, o centro histórico de Fortaleza foi apropriado pelas camadas populares. Tornou-se uma área tipicamente comercial, direcionada para a população menos favorecida e de classe média da periferia. Suas praças, antes voltadas para o lazer da burguesia, foram sendo convertidas em terminais de ônibus (Praça José de Alencar, Praça Castro Carreira, etc.) ou em mercados informais (Lagoinha, Parque da Criança, etc.), para o chamado comércio ambulante que, por sua vez, vincula-se às gritantes contradições sociais da cidade (virar "camelô" tornou-se quase a única alternativa de sobrevivência para setores carentes).

Hotal Iracema, na Avenida Beira Mar, em meados de 1950.

A valorização da orla marítima é recente

Aos olhos da minoria dominante, isto foi chamado de “decadência”, expressão preconceituosa e equivocada, pois ainda hoje é grande o afluxo da população ao Centro. Na verdade, sem a presença das classes dominantes, a área foi negligenciada pelo Estado, deteriorando-se – calçadas estreitas, pobreza das fachadas dos prédios, intensa poluição visual e sonora, falta de segurança, ausência de limpeza pública, etc. Muitos casarões desmoronaram e foram transformados em pátios de estacionamento para veículos.

Outra mudança de Fortaleza ao longo do século XX foi a valorização de sua fachada marítima, durante décadas renegada, exceto para o embarque/desembarque de mercadoria/passageiros e por servir de local de moradia para proletários, favelados e pescadores, que também tiravam o sustento do mar. As áreas junto à costa serviam como depósito de lixo (havia a chamada “rampa” localizada na encosta que separa o Passeio Público do mar). Uma prova dessa

pouca importância está na constatação que os estabelecimentos mais destacados do centro de Fortaleza (à exceção do Forte e do Passeio Público) foram construídos afastados do litoral ou como obstáculos à visão e ao acesso à praia – Santa Casa, Cadeia, Praça da Estação Ferroviária (esta foi erguida com a frente voltada para o sertão), etc.

No início do século XX, influenciado pelas chamadas práticas civilizadas da Europa, de valorização da higiene e do saber médico oficial, a praia começou a ser usada como local para prática de esportes e de banhos no mar, vistos como hábitos de efeitos benéficos para o corpo. O litoral passou a ser valorizado igualmente como um local de romantismo e área de deleite e contemplação para as classes dominantes (daí a introdução do turismo pelas orlas marítimas). Dessa maneira, a praia vai tornando-se um espaço de lazer para as elites e depois para as camadas populares. Isso, porém, não impediu a segregação social – ou seja, áreas litorâneas para ricos e pobres.

Assim, por exemplo, a região portuária (Porto da Draga e, depois, Porto do Mucuripe) continuou como desaconselhável para “pessoas de bem”, pela presença de pobres que ali trabalhavam ou moravam nos arredores e por ser área de prostituição. Por outro lado, teve-se a construção em 1963 da Avenida Beira Mar, a constituição do bairro do Meireles (contíguo à Aldeota e situado junto à orla) e a instalação de vários clubes sociais no litoral leste de Fortaleza nos anos 60 (antes, tais clubes localizavam-se no centro fortalezense).

A Praia de Iracema, de local de residência de veraneio nas primeiras décadas do século (embora tenha perdido cerca de 200 metros de extensão pelo avanço da maré em virtude da construção do Porto do Mucuripe), virou a partir das décadas de 60/70 uma das principais zonas de casas, edifícios, hotéis e restaurantes de luxo, direcionadas para as camadas de alta renda e os turistas. Tornou-se famosa também como um reduto boêmio da cidade, especialmente durante a ditadura civil-militar, servindo de refúgio à intelectualidade em meio à censura e autoritarismo reinantes no Brasil. Nesse processo, a população de pescadores foi sendo expulsa, indo morar nos morros e encostas próximos.

No começo dos anos 1970, com o crescimento do mercado

imobiliário, construtoras interessadas na região da praia do Futuro iniciaram a desapropriação de terrenos e expulsão das famílias da área. Há no imaginário da cidade que a alta maresia provocou um desinteresse quanto a construções de equipamentos públicos e particulares na Praia do Futuro. Não se desconsidera a maresia, que de fato é um problema grave (uma das mais altas do mundo), mas para tal desinteresse não se pode esquecer a quantidade de favelas e a resistência da população pobre em sair da Praia do Futuro. A presença desta massa e das mazelas sociais (violência, tráfico de drogas, prostituição, etc.) e a falta de uma melhor infraestrutura (água, esgotamento sanitário, iluminação pública, drenagem urbana, etc.) incomodavam os setores abastados (BARREIRA, 1992; DANTAS, 2002; BERNAL, 2004; ABREU, 2005; DANTAS, 2005).

Em 1955, foi um frisson no Ceará a eleição de Emília Correia Lima como miss Brasil, evento que então chamava a atenção do País. Para uma elite que buscava afirmar-se como civilizada e progressiva, ganhar um certame de beleza nacional era um grande feito, sobretudo, quando se considera o estereótipo dos cearenses como um "povo baixinho e de cabeça chata".

Os costumes femininos modificavam-se nos anos 1950. Mulheres usavam calças e vestido cada vez mais curtos – por isso, membros da Igreja e conservadores chegavam a chamá-las de "débeis mentais". Ainda via-se com reservas o trabalho feminino fora de casa – o senso comum julgava-o incompatível com as obrigações da mulher para com o marido, o lar e os filhos. Mesmo assim, as necessidades econômicas e o desejo de emancipação levavam as mulheres a ocupar vagas em "setores adequados à sua natureza frágil", como vendedoras, secretárias, enfermeiras, etc. Para preencher tais funções, cada vez mais estimulava-se a escolaridade feminina.

Emília Correia Lima, cearense eleiO comportamento ideal para as jovens co

Capítulo 28

O Ceará e a ditadura civil-militar

Virgílio Távora: um dos articuladores da modernização conservadora

Pelo exposto, fica fácil entender porque o Ceará, ao inverso do que ocorreu na região açucareira de Pernambuco/Bahia, nunca apresentou oligarquias fortes e influentes; ao contrário, um traço peculiar das elites cearenses foi sua debilidade estrutural.

Nos anos 1950 e 1960, contudo, estava em voga no Brasil a "teoria do desenvolvimentismo", pela qual se acreditava, grosso modo, que a maneira para desenvolver uma região e superar os atrasos sociais estaria na industrialização. Quanto mais industrializada fosse uma área, mais desenvolvida seria ela.

Foi, portanto, com base nessas ideias desenvolvimentistas que Távora realizou sua gestão no Ceará. Não mudaria, é verdade, a estrutura fundiária nem diminuiria as abissais diferenças sociais, mas realizaria a "modernização conservadora" cearense – modernização, no sentido de realização de grandes projetos estruturantes; conservadora, no sentido de ser feita baseada nos mesmos padrões políticos vigentes. Promoveu os alicerces do processo efetivo de industrialização do estado, que iniciada timidamente no final do século XIX, nunca representara importância real para a economia local – para se ter ideia, em 1960, a indústria representava apenas 8% da renda cearense.

O processo de efetiva industrialização cearense, porém, só foi possível graças aos investimentos e apoio técnico do Estado, destacadamente de órgãos federais como Banco do Nordeste do Brasil (BNB, criado em 1952) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene, criada em 1959). Nesse sentido, o incremento fabril cearense contou com a importante colaboração do então presidente João Goulart.

Sudene, BNB, ao lado da UFC (Universidade Federal do Ceará), prepararam não só projetos e estudos, mas igualmente formaram todo um plantel de técnicos, estudiosos e administradores, os quais seriam aproveitados na gestão de VT e de governantes posteriores. Essa seria um dos marcos principais do governo Távora: a introdução de técnicos na máquina estatal, para dirigir secretarias consideradas estratégicas dentro do planejamento estabelecido. Obviamente, tais tecnocratas dividiam espaço com os afilhados políticos dos partidos apoiadores de Távora, afinal este era ainda

um político tradicional... De qualquer forma, os técnicos e indicados políticos eram acompanhados de perto pelo próprio Virgílio ou por pessoas de sua estrita confiança.

Entre os técnicos chamados para compor a equipe de governo de Távora, assessorando a Pasta da Educação, estava um grupo de professores de esquerda, tratados como notáveis e liderados pela educadora Luíza de Teodoro. Tal assessoria elaborou um projeto educacional para o estado com características inovadoras e populares, influenciado pelo socialismo cristão (uma parcela da Igreja que se inclinava, então, para as reformas sociais) e pelas pedagogias de Paulo Freire e do suíço Jean-Piaget, esta última trazida para o Ceará no início da década de 60 pelo professor Lauro de Oliveira Lima – que se tornaria um dos mais importantes educadores do Brasil.

Dentro das ideias modernizantes e desenvolvimentistas, Távora defendia o aperfeiçoamento e especialização da mão de obra para a produção e a erradicação do analfabetismo (na época, 70% dos cearenses não sabiam ler e nem escrever). Por esse motivo, convidou para sua gestão aqueles “notáveis”, “entendidos” em educação, mesmo sabendo das tendências de esquerda dos mesmos. O governo buscou ampliar a rede de ensino, reequipar as escolas, contratar professores, aumentar os salários, promover cursos de qualificação do magistério, etc. Isso, porém, implicou em contradições desses professores dentro da gestão de VT, pois este enfatizava uma educação voltada para os valores patrióticos e mercado de trabalho, e os “notáveis” viam a escola como um local de diálogo e criticidade.

Com o golpe de 1964, o projeto de educação popular foi desmontado e os “ professores notáveis”, demitidos e perseguidos, sob a acusação de serem subversivos – embora Távora, ressalte-se, tenha procurado ajudar e proteger os antigos assessores (MELO, 2006).

As tradicionais oligarquias cearenses, especificamente a burguesia local, não tinham capital para bancar a industrialização efetiva cearense. Era uma elite que vivia quase sempre das benesses da máquina pública, que acumulara fortuna de forma muitas vezes espúria, como fornecedora de produtos de valor superfaturado na

época das secas, do contrabando de toda sorte de produto e da sonegação de impostos sobre importados, exportados e rendas. No Ceará, a acumulação de capitais por essa burguesia dependeu fundamentalmente de recursos públicos. “Através do Banco do Nordeste, do Banco do Estado do Ceará e do Banco de desenvolvimento do Estado do Ceará a dívida pública fez nascer o mercado de capital – dinheiro, formado com recursos provenientes da política de renúncia fiscal e do crédito subsidiado, para potencializar a expansão do capital privado” (LIMA, 2003: 29) (OLIVEIRA, 1981; PARENTE, 1992; LINHARES, 2006; PARENTE, 2000; RIBEIRO, 2000; LAGE, 2001; PARENTE, ARRUDA, 2002; LIMA, 2003; ALENCAR JÚNIOR, 2006; BANDEIRA, SILVA NETA, 2008).

28.2 Plameg

Até Virgílio Távora, os administradores do Ceará não adotavam nenhum planejamento de governo. VT organizou pela primeira vez um plano de ação governamental para o Ceará. Lançou o I Plano de Metas Governamentais (Plameg I), inspirado no Plano de Metas do governo Juscelino Kubistchek e no Plano Trienal de João Goulart, ambos, não por acaso, de caráter desenvolvimentista. O Plameg foi elaborado pelo economista Hélio Beltrão, vindo da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, e por técnicos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Universidade Federal do Ceará (UFC) – no início dos anos 60, os técnicos destas instituições haviam preparado já um conjunto de estudos sobre os estados nordestinos que serviram de referência para o citado plano.

O Plameg I estabelecia uma série de medidas de ordem econômica e administrativa a serem aplicadas pelo governo, objetivando, sobretudo, a industrialização cearense, através da criação, pelo Estado, de obras de infraestrutura (energia, transportes e comunicações), do financiamento à burguesia local e de estímulos (entenda-se isenções fiscais) para atrair indústrias do centro-sul do País.

Para tanto, afora os já referidos órgãos federais, especialmente da SUDENE e do BNB, Távora contaria com verbas e apoio técnico de instituições e programas internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Aliança Para o Progresso (programa de ajuda econômica do governo norte-americano visando a barrar as esquerdas latinas) – ao assumir o poder, Virgílio viajou aos Estados Unidos, sendo um dos primeiros governadores do Brasil a fazer convênios com esse programa. Tais entidades foram responsáveis pela liberação de capitais, por incentivos fiscais em benefício do Ceará, pela formulação de diagnósticos, pela elaboração e condução dos projetos para as obras de infraestrutura.

Em termos locais, Virgílio criou a Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (Sudec), a Companhia de Desenvolvimento do Ceará (Codec), o Banco do Estado do Ceará (Bec) e a Secretaria de Planejamento do Estado (Seplan) na intenção de realizar estudos e ofertar créditos a empresários. Na área de transportes, visando melhor escoar a produção, o governo VT promoveu a criação da Companhia Docas do Ceará e da Fábrica de Asfaltos do Mucuripe, a construção e pavimentação de várias rodovias, a ampliação e aparelhamento do então acanhado Porto do Mucuripe. Para resolver a grave questão da falta de energia elétrica, a gestão de Virgílio construiu uma linha de transmissão, possibilitando chegar a Fortaleza a energia da usina baiana de Paulo Afonso (com certeza, sua ação administrativa mais significativa); criou ainda o I Distrito Industrial, em Maracanaú (que começou a funcionar no final dos anos 60 e foi incrementado mesmo em fins da década de 80, não por coincidência quando um grupo de empresários governava o estado cearense).

Estavam lançadas, dessa forma, as bases da efetiva industrialização do Ceará, que, de modo geral, continuou a se fundamentar em fábricas do setor tradicional, ou seja, indústrias têxteis e de vestuário, óleos vegetais, calçados e artefatos de tecidos. O Plameg foi um grande sucesso, elevando em muito a renda do estado (embora ela continuasse concentrada). Daí para frente, todos os governos cearenses adotaram planos de desenvolvimento.

Desse processo de industrialização, se formaria uma influente

burguesia industrial no Ceará que, em meados dos anos 1980, tomaria o poder estatal às oligarquias tradicionais (ABU-EL-HAJ, 1990; CARVALHO, 1990; PARENTE, 1992; GONDIM, 1998; LINHARES, 2006; PARENTE, 2000; PARENTE, ARRUDA, 2002; LIMA, 2003; LIMA, 2008; BANDEIRA, SILVA NETA, 2008).

Apesar de todo [o] ufanismo para com o Governo do Coronel Virgílio Távora, inúmeras críticas foram encetadas contra sua administração (...). Exemplo delas podem ser encontradas nas Atas das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, através de pronunciamentos dos deputados da oposição. As críticas mais contundentes se referem à atuação do DNER [Departamento Nacional de Estradas e Rodagens] e da Secretaria de Educação, no uso indevido de máquinas, no desvio de verbas das estradas e da construção de escolas (LAGE, 2001: 123).

28.3 A AGITAÇÃO POPULAR DO INÍCIO DOS ANOS 1960

No início dos anos 1960 as manifestações favoráveis às reformas de base (reforma agrária, reforma urbana, educacional, etc.) propostas por Jango se faziam presentes também no Ceará. O período 1960/64, em Fortaleza, caracterizou-se por mobilizações de vários setores da sociedade que apareciam principalmente através do movimento sindical. As categorias mais presentes eram as de bancários, têxteis, gráficos, portuários e ferroviários. Outras não sindicalizadas compunham o quadro das mobilizações: estudantes, funcionários públicos, comerciários e médicos (BARREIRA, 1992: 18). Na época, foi bastante atuante o Pacto de Unidade Sindical (PUS-CE), liderado pelo bancário Moura Beleza, que chegou a congregar 32 sindicatos.

Pontualmente, algumas reivindicações populares (como a luta para que os patrões cumprissem as leis trabalhistas e a campanha pró-reformas de base) poderiam contar com a adesão do moderado PTB-CE. Em geral, as lideranças populares pertenciam ao Partido Comunista Brasileiro, o qual hegemonizava praticamente a

esquerda local. O PCB tinha alguma penetração em bairros da periferia, a exemplo do Pirambu, área, não por acaso, a que a Igreja Católica passou a dar maior atenção ao nomear em 1958 o dinâmico Pe. Hélio Campos como vigário. Este "se tornou um elo entre os moradores e as autoridades do estado e que muito contribuiu para a organização dos moradores em torno da ideia de uma reforma social-cristã, minando quase que totalmente a influência do PCB no bairro" (OLIVEIRA, 2013: 2).

Comumente aconteciam greves, passeatas contra o alto custo de vida, protestos e depredações de ônibus quando do aumento das passagens (no que se destacaram os estudantes do Liceu), enfrentamentos com a polícia, etc. Tinha atuação marcante o movimento estudantil (ME), organizado em torno da seção local da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Estadual dos Estudantes (UEE), do Centro dos Estudantes Secundários do Ceará (CESC). Os Centros Acadêmicos (CAs, órgãos representativos dos estudantes de um curso universitário) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE, órgão máximo de estudantes universitários) da Universidade Federal exerciam igualmente bastante influência. O grande local de reunião e saída das passeatas dos jovens era o Ceu (Clube do Estudante Universitário, na Avenida da Universidade, em Fortaleza). Do movimento estudantil saíram – e ainda saem – várias lideranças políticas. Em 1961, os socialistas locais se alvoroçaram com palestras dadas em Fortaleza por Célia Guevara, mãe de Che.

O Pacto de Unidade Sindical (PUS) surgiu em 1957, sendo, como o próprio nome sugere, uma entidade que reunia diversas associações operárias na defesa dos trabalhadores. As bases de seu programa eram (...): a luta a favor do direito de greve, o que significava a defesa da autonomia sindical [ou seja, um sindicalismo desvinculado do Estado]; a fiscalização da atuação governamental nos assuntos referentes aos trabalhadores; a extensão dos direitos trabalhistas aos camponeses; e, de forma mais ampla, a luta contra a carestia de vida, o que pode ser lida como combate à miséria e à fome (SANTOS, 2009: 29). Entre seus fundadores destacaram-se os bancários Moura Beleza, Valdir de Aquino e Queiroz de Saraiva.

Uma das preocupações à época dos sindicatos era orientar os operários acerca de seus direitos trabalhistas garantidos pelas leis,

pois, os patrões comumente buscavam burlar a legislação. Não por coincidência, o fato de os patrões se recusarem a pagar o novo valor do salário mínimo motivou em 1956 uma das maiores greves da história de Fortaleza, a dos operários têxteis da Fábrica Santa Cecília, a qual se solidarizaram (e também entraram em greve) operários de outras indústrias. O patronato foi obrigado a dar o aumento, embora, depois, 25 líderes operários da Santa Cecília tenham sido demitidos e 54, suspensos. Comumente, os patrões negavam emprego a trabalhadores mais politizados. A greve dos têxteis de 1956 e o apoio de outras categorias contribuiu para a realização do I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Ceará e a posterior criação do Pacto Sindical.

O Pacto Sindical não objetivava uma ruptura com o capitalismo – embora, fosse uma organização de esquerda e apresentasse como membros vários militantes do PCB. Na verdade, o PUS aceitava a ação do Estado (expressa nas leis trabalhistas) para resolver problemas dos trabalhadores, dentro, aliás, da concepção corporativista típica do getulismo. Mesmo assim, o PUS era odiado pelo patronato e entidades operárias conservadoras, recebendo a acusação de ser uma organização comunista.

No começo dos anos 1960, com o acirramento das disputas políticas durante o governo João Goulart (1961/64), o Pacto Sindical incrementou ainda mais sua atuação política, defendendo não só melhorias da vida dos trabalhadores, mas abraçando também a defesa nacional das reformas de base – o PUS chegou a fazer uma greve política de apoio a Jango. A organização promoveu passeatas, comícios e reuniões públicas em diversos bairros de Fortaleza, buscado politizar a população. Em 1962, Moura Beleza foi candidato a prefeito da capital, numa campanha empolgante – foram levantadas dúvidas de fraudes no resultado da eleição, vencida pelo conservador Murilo Borges.

Em 1963, a presidência do Pacto Sindical foi entregue a José Jathay, um dos maiores músicos cearenses do século XX. Com o Golpe de 64, o PUS acabou fechado pelos militares (SANTOS, 2009).

No interior, os camponeses se arregimentavam em defesa da reforma agrária e do cumprimento dos direitos trabalhistas

(estendidos aos rurícolas apenas em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural). Aumentava a sindicalização dos agricultores e a fundação de entidades de defesa da categoria, geralmente ligadas ao PCB, a exemplo da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Ceará (Faltac), fundada em 1957 – na época ganhou destaque a liderança de José Leandro Bezerra, militante socialista natural de Várzea Alegre. Eclodiam no campo choques entre proprietários e trabalhadores, como em Quixadá, Boa Viagem, Canindé e Aracati.

As esquerdas e os nacionalistas buscavam divulgar suas ações na imprensa – tinham como principal órgão de comunicação e aliado a Rádio Dragão do Mar, pertencente ao deputado Moisés Pimentel. Os demais meios de comunicação ligavam-se aos conservadores e apoiariam o golpe de 1964 (LEANDRO, 1980; OCHOA, 1989; BARREIRA, 1992; RIBEIRO, 2000; SOUZA, 2005; GIRÃO, 2005; FARIAS, 2007; SANTOS, 2007; SANTOS, 2009; BARROS, 2011).

28.4 A IGREJA em alas

Nos anos 1960, a partir do papado de João XXIII (1958-63) e do Concílio Vaticanos II (1962-65), a Igreja Católica tentou mudar suas práticas, adotando medidas a exemplo da abertura de diálogos com outros credos, simplificação dos ritos, maior valorização dos leigos dentro da instituição, reconhecimeto das peculiaridades e particularidades do catolicismo pelo mundo, etc. Passou a dar, com a encíclica Mater et Magistra (1961), maior atenção às questões sociais, embora condenando ainda o liberalismo e o marxismo. A Igreja voltou-se mais para os pobres e inseriu-se na realidade social.

Nessa conjuntura, a Igreja do Brasil e do Ceará não ficou indiferente, verificando-se o surgimento de uma ala eclesiástica atenta aos problemas do cotidiano da população, tendência, aliás, que já vinha da década anterior. Esse clero progressista apresentava nacionalmente entre suas referências o bispo D. Hélder Câmara e chegou mesmo a se aproximar das esquerdas e movimentos populares, no que muitos chamaram de socialismo cristão e

humanitário – aproximação essa que irritou bastante os conservadores.

Dessa maneira, não surpreende, por exemplo, que líderes católicos e comunistas estivessem juntos reivindicando no início dos anos 1960 a desapropriação da área do Pirambu, em Fortaleza, para garantir às famílias a posse legal do seus pequenos lotes de terra – à época acirraram-se os conflitos entre moradores e grileiros, supostos proprietários daqueles terrenos, havendo casos de violências físicas.

Com apoio do Pe. Hélio Campos e do Pacto Sindical, a 1º. de janeiro de 1962, foi organizada a Marcha do Pirambu sobre Fortaleza. Com cerca de 30 mil pessoas, conduzindo faixas, cartazes e gritando palavras de ordem, a marcha dirigiu-se ao centro da capital cearense para chamar a atenção da sociedade sobre os problemas daquela comunidade. Houve um temor por parte das autoridades e setores abastados da cidade se aconteceriam "atos de vandalismo" e que a presença de militantes de esquerda e sindicalistas pudesse dar ao evento um caráter mais questionador e revolucionário. Não obstante, os organizadores da marcha tomaram todas as precauções para evitar qualquer conflito com a polícia. Pe. Hélio enfatizava que o movimento era ordeiro e pacífico. As emissoras de rádio Dragão do Mar e Uirapuru acompanharam o evento, convidando as famílias de Fortaleza a se unirem à Marcha "por um mundo melhor". Uma multidão de curiosos se formou nas ruas para ver o Pirambu passar. A concentração final se deu na Praça da Igreja da Sé, e a alta hierarquia se fez presente, com destaque para o arcebispo D. Lustosa, que elogiou a bravura dos moradores do Pirambu, o seu espírito disciplinado e ordeiro. A marcha foi um sucesso – em maio de 1962, o governo Jango baixou decreto desapropriando a área. O estigma da pobreza e da violência, porém, permaneceria associado ao Pirambu. Com o Golpe de 1964, os movimentos populares do bairro foram reprimidos e o Pe Hélio Campos foi transferido para o Maranhão.

A ala católica à esquerda envolveria-se nas mobilizações pelas reformas de base e, depois do golpe de 64, na luta contra a ditadura militar. Vários clérigos progressistas foram vigiados pelos órgãos de repressão. Por exemplo, o DOPS do Ceará elaborou um relatório sobre (...) o padre Arquimedes Bruno, acusando-o de agitador, de

simpatizante do comunismo (...) [e de ter] participado em 1962 da "passeata da fome", convocada pelos funcionários públicos municipais de Fortaleza (...) [quando] fez um pronunciamento de apoio à luta dos servidores públicos, elogiando o Papa João XXIII e em defesa das reformas de base e da reforma agrária (PORTO, 2007: 76). Outro bastante vigiado foi o bispo Dom Antônio Fragoso, que em 1964 assumiu a diocese de Crateús. Os militares chegaram a exigir sua prisão em 1968 sob a acusação de que mantinha ligações com grupos armados de esquerda e o proibiram de ter acessos aos microfones da Rádio Educadora de Crateús. Em 1965, o Pe. Antônio Moreira, de Assunção, na serra de Baturité, foi detido por apoiar um sindicato. Já o frei Geraldo Bonfim, de Mundaú, em 1969, foi condenado a um ano de prisão por ter proferido sermão em que teria incitado a população contra as Forças Armadas.

Por sua vez, o grupo conservador da Igreja, majoritário e liderado a partir de setembro de 1963 pelo arcebispo D. José Delgado, continuava dando mais atenção à doutrina religiosa, colocando acima de tudo a cristianização da sociedade e o combate ao inimigo comunista. Esse clero conservador poderia até atuar nas questões sociais, mas de forma assistencialista e sem questionar as estruturas econômicas e políticas.

Assim, para barrar a atuação das esquerdas e garantir os princípios cristãos entre os camponeses, a Igreja intensificou a partir do final dos anos 1950 a fundação de sindicatos de trabalhadores rurais sob influência dos círculos operários católicos. Sua atuação voltava-se, sobretudo, para a garantia de leis que protegessem os camponeses e para a aquisição de verba pública para o plantio, colheita e armazenamento da produção. Nas dioceses eram escolhidos os vigários que cuidariam da sindicalização rural, de forma que, em todo o estado, os "partidários de Moscou" encontrassem fortes obstáculos à organização de sindicatos (SANTOS, 2007: 99).

A Igreja não esqueceu os trabalhadores urbanos. Em 1962, organizou o Trabalhador Unido (TU), entidade que reunia sindicatos e Círculos Operários com duas finalidades: disputar a fundação de sindicatos com as esquerdas e impedir a penetração dos comunistas no meio operário. No mesmo ano, encetou uma campanha contra a nomeação de Willian Sá, secretário-geral do

PCB, que pleiteava o cargo de chefia da Delegacia Regional do Trabalho. William Sá acabou derrotado pelas forças conservadoras, que, assim, mostravam-se atentas aos “vermelhos”. Em 1963, quando de greves nas fábricas de tecidos e de extração de óleos vegetais de Fortaleza, com passeatas e manifestações dos operários, entidades ligadas à Igreja promoveram encontros de confraternização entre patrões e trabalhadores visando instaurar um clima de cordialidade e compreensão – em outras palavras, buscava apaziguar os conflitos sociais, o que era importante para as elites e o governo. Não por acaso, industriais, comerciantes e autoridades davam grandes contribuições financeiras aos Círculos Operários Católicos. O clero conservador endossaria o golpe de 64 e a ditadura militar (BARREIRA, 1992; SILVA, 1997; SANTIAGO, 2004; SOUZA, 2005; PORTO, 2007; SANTOS, 2007; CHAVES, 2008; OLIVEIRA, 2013; OLIVEIRA, 2014).

28.5 GOLPE DE 1964 NO CEARÁ

Virgílio Távora, mesmo sendo um político conservador, herdeiro de uma tradicional oligarquia cearense, apresentava boas relações com o governo reformista de João Goulart, o que, aliás, foi facilitado pela amizade particular que ambos mantinham. Tal proximidade com Jango deixava Virgílio numa delicada posição naquele jogo político cada vez mais radicalizado no Brasil dos anos 1960. O coronel condenava o reformismo de Jango e colocava-se ao lado dos setores mais conservadores do nordeste contra os radicalismos populares e a liderança de esquerda do governador de Pernambuco, o cearense Miguel Arraes, mas não se declarava abertamente adversário de Goulart, pois precisava das verbas e apoio técnico federais para a modernização/industrialização do estado; por outro lado, esse jogo de cintura de Távora despertava suspeitas entre os mais sectários direitistas cearenses.

Os conservadores reagiam contra o que chamavam de “articulações comunistas no Ceará”. A ala conservadora da Igreja Católica local continuava com suas intensas pregações anticomunistas, sobretudo,

naquele momento de agitação popular no campo e nas cidades. Em novembro de 1963, a entidade Trabalhador Unido (TU), através do jornal A Fortaleza, porta-voz dos Círculos Operários Católicos, pedia cadeia para os agitadores e acenava para as Forças Armadas na defesa da ordem pública, do regime e da Pátria.

A agitação das ruas e no campo preocupava da mesma maneira os militares locais, a maioria inimigas declaradas dos "subversivos". Um grupo que se autointitulava de Comando Civil Revolucionário, cuja direção era disputada pelo coronel reformado Tito Canto e o civil Michel Gradvohl, era muito ativo na pregação do que eles chamavam de "contrarrevolução". Não gostavam da atuação de Virgílio Távora, por julgá-lo "esquerdizante". Tinham uma estreita ligação com o 10º GO (Grupo de Obuses, atual GAC) – Unidade de Artilharia sediada no Ceará e sob o comando do então coronel Hélio Lemos. [Quando do golpe] iriam pressionar a presidência da República [Castello Branco] pela destituição do governador do Ceará (LINHARES, 1996: 244).

O golpe civil-militar de 64 teve efeitos dramáticos no estado. Da mesma forma que no resto do País, os meios políticos cearenses conheciam as tramas conspiratórias em andamento, embora não soubessem quando o levante militar eclodiria precisamente. As primeiras notícias, confusas, sobre o levante militar chegaram a Fortaleza ainda na noite de 31 de março, pelo rádio, o principal meio de comunicação de massa. As esquerdas, então, tentaram articular uma resistência, inócua e tardiamente.

Estudantes realizaram passeatas e concentrações na Praça José de Alencar, dissolvidas pelo exército – as sedes das entidades estudantis seriam invadidas pelos golpistas, seus dirigentes, destituídos e substituídos por estudantes democratas; trabalhadores do porto do Mucuripe, da Rede Ferroviária e do Departamento de Telégrafos e Correios iniciaram greves, logo desmobilizadas pelos militares com a prisão dos principais líderes e intervenção nos sindicatos; a rádio Dragão do Mar foi fechada por estar conclamando os civis a resistirem ao golpe; a sede da FALTAC, situada no então distante Jardim Iracema (área agrícola, hoje um bairro de Fortaleza) foi saqueada pelo exército; a sede do PCB, o Escritório 25 de Março, no centro de Fortaleza, foi arrombada e

praticamente destruída, sendo apreendida farta "documentação subversiva"; vários "subversivos" seriam presos em Fortaleza e no interior do estado e trazidos para o 23º Batalhão de Caçadores; homens da Polícia Militar passaram a patrulhar as principais ruas e praças da capital visando manter a ordem.

A repressão após o golpe de 64 não ficou restrita à Fortaleza. Em Crateús, 16 "subversivos" foram detidos e transferidos para a capital, para responder a um inquérito – entre os que ficaram conhecidos como "16 de Crateús" estavam militantes do PCB, políticos e militares nacionalistas. A prefeitura de Crateús teve de construir às pressas uma cadeia para abrigar os presos políticos, para lá depois deslocados novamente. Ficaram detidos por 6 meses e acabaram libertados pela Justiça Militar em 1967 (OLIVEIRA, 2009).

Depois vieram as cassações dos mandatos e direitos políticos. Foram vítimas não só as esquerdas, mas igualmente lideranças moderadas, inimigas de quem estava realizando o golpe ou simplesmente oposicionistas ao governo. Cassaram-se os deputados federais Moisés Pimentel e Adhail Barreto Cavalcante (candidato derrotado ao governo em 1962), e os vereadores de Fortaleza Luciano Barreira, Tarcísio Leitão e Manuel Aguiar Arruda. A Assembleia Legislativa local foi a primeira do País a cassar deputados por razões políticas, no dia 10 de abril de 1964. Sob o pretexto de falta de decoro parlamentar, perderam o mandato Aníbal Fernandes Bonavides (um dos mais destacados líderes do clandestino PCB), Raimundo Ivan Barroso, Pontes Neto, Fiúza Gomes, Blanchard Girão e Amadeu Arrais, os quais depois da sessão de cassação foram acompanhados para o 23º Batalhão de Caçadores, onde ficaram presos.

A (...) cassação de mandatos de deputados estaduais no Ceará só se concluiria no dia 17 de outubro de 1964, alcançando Cândido Ribeiro Neto, do PSD, Aurimar Pontes, do PTB e Amadeu Gomes, do PTN, todos indiciados no IPM [Inquérito Policial Militar] do contrabando de café; Peixoto de Alencar, do PST, por subversão e Francisco Vasconcelos Arruda, do PR, por desvio de Kombi (veículo) (SARAIVA, 2011: 48).

Na realidade, a cassação desses deputados constituiu-se uma

maneira de salvar o governo VT. Como dissemos, o governador, que contava com vários auxiliares tidos como esquerdistas (sobretudo, na pasta da Educação) e que mantinha relações cordiais com João Goulart, era visto com certa desconfiança por setores da direita e, por pouco, não foi derrubado em 1964, ante a pressão de militares "linha dura".

Tentou-se abrir um Inquérito Policial Militar (IPM) contra Virgílio, numa articulação do general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército (sediado no Recife), de deputados opositores da Assembleia Legislativa e do major Egmont Bastos, do GO. Os conspiradores tentaram contactar o vice-governador, Figueiredo Correa, que, entretanto, mostrando-se fiel a Virgilio, recusou-se a participar da trama e comunicou tudo ao governador. Percebendo os planos golpistas, Távora passa a se mobilizar. Acompanhado da esposa Luiza Távora, o governador viajou para o Rio de Janeiro, para fazer contatos políticos diretamente na capital da República.

VT apenas escapou da cassação em virtude da amizade pessoal que desfrutava junto a Castello Branco e ao prestígio de seu tio, o velho marechal Juarez Távora, perante os golpistas. Teve, entretanto, de fazer "sacrifícios" à "Revolução", para mostrar fidelidade à "nova ordem política", através da demissão dos técnicos "comunistas" da Secretaria de Educação e da cassação dos mandatos dos citados parlamentares.

Paradoxalmente, a longo prazo, a instalação da ditadura favoreceu o governo Távora. Afinal, o novo presidente, Castello Branco, era cearense, bem como o ministro de Obras e Viação, o mesmo Juarez Távora, e o superintendente da Sudene, João Gonçalves. Em outras palavras, seria mais fácil agora para Virgílio conseguir recursos para sua gestão junto ao governo federal, agora central (MOTA, 1985; RORIZ JUNIOR, 1986; PONTE FILHO, 1990; LINHARES, 1996; PARENTE, 2000; RAMALHO, 2002; MAIA JUNIOR, 2002; GIRÃO, 2005; FARIAS, 2007; ALMEIDA, 2009; MOTA, 2009; OLIVEIRA, 2009; MARIANO, 2011; SARAIVA, 2011; RABELO FILHO, 2013).

Alguns setores paralisaram em Fortaleza
II E IV EXERCITOS APOIAM MOVIMENTO MINEIRO
O POVO
Proclamação do General Olimpio Mourão Filho (P 2)
P.S.D. E U.D.N. ALIARAM-SE EM MINAS (P7)
Deposto Arrais
QUANDO A TERRA JA NAO SUSTENTA, A SOLUÇÃO É O ÊXODO PARA A CIDADE
Rádio Dragão do Mar ocupada pelo Exercito
PRESIDENTE DO SENADO CONGRESSO NO D.F. PARA DEFENDER A DEMOCRACIA

Capa de O POVO, noticiando o Golpe de 64

28.6 A REORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

CEARENSE NA DITADURA

Em 1965 houve um rearranjo dos grupos políticos locais em decorrência da criação do bipartidarismo no País através do Ato Institucional Nº 2 (AI-2). Os fundamentos dessa reorganização, curiosamente, já tinham sido estabelecidos nas eleições de 1962. A Arena (Aliança Renovadora Nacional, partido de sustentação da ditadura) reuniu políticos vindos dos agora extintos PSD e UDN (pilares da "União Pelo Ceará"), afora outros dos antigos PSP e até do PTB.

No MDB (Movimento Democrático Brasileiro), de oposição, ingressaram uma ala do PSD, chefiada pelo deputado José Martins Rodrigues, e a quase totalidade do PTB. Bom atentar que a secção cearense dessa sigla nunca demonstrou um forte espírito oposicionista, pelo conservadorismo de seus membros. Apenas na segunda metade dos anos 1970 o MDB, com a filiação de novos membros, sobremaneira, militantes de esquerda, e com o abrandamento da ditadura, ganharia mais densidade política, embora sem questionar ou ameaçar as estruturas de poder.

Escapando da cassação em 1964 e virando um dos líderes da Arena, Virgílio Távora acabou se distanciando do presidente Castello Branco. O motivo se deu quando da festa de inauguração da linha de transmissão elétrica Paulo Afonso-Fortaleza (fevereiro de 1965), em que o coronel, num discurso na Praça Otávio Bonfim, citou e agradeceu o apoio recebido do ex-presidente João Goulart para a realização da obra, o que irritou profundamente Castello Branco, presente ao ato. A partir de então iniciou-se uma fase de certo ostracismo político para Virgílio, embora tenha sido eleito com facilidade deputado federal em 1966 (as eleições diretas para os legislativos continuaram durante a ditadura). Os contatos entre o governo federal e o cearense passaram a ser feitos pelo deputado federal Paulo Sarasate.

Coube a Paulo Sarasate, amigo pessoal do presidente Castello e ardoroso defensor da "Revolução" de 64, comandar a sucessão de Távora em 1966 – a eleição do próximo governador, conforme o

AI-3, seria indireta, feita entre os deputados estaduais. Na verdade, quem fosse o indicado pela Arena com as bênçãos de Brasília ocuparia o cargo.

Sarasate contava em voltar ao comando do Executivo cearense, mas foi preterido por Castello devido a razões de saúde. Saiu candidato ao Senado (sendo eleito numa dobradinha com o velho Menezes Pimentel, que faleceria em 1973), mas indicou, com total aquiescência do presidente e para surpresa geral, o obscuro deputado estadual pelo extinto PSP (agora na Arena) Plácido Aderaldo Castelo. A intenção de Sarasate era assim controlar nos bastidores o estado.

Plácido Aderaldo Castelo (1966-71) realizou uma administração difícil, devido, às limitações financeiras do estado. Contudo, dentro do "espírito da Revolução" de 64, aplicou os parcos recursos públicos na construção de gigantescas obras, evidenciando a grandiosidade da ditadura: Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), Rodovia do Algodão (ligando Fortaleza a Aracati), Estádio Plácido Aderaldo Castelo (o Castelão, inaugurado na gestão seguinte, em 1973), Palácio da Abolição (nova sede do governo). Estouraram vários escândalos e denúncias de corrupção nas secretarias estaduais. Pela paralisia do governo e inconformados com a divisão de cargos públicos, alguns deputados arenistas cogitaram o afastamento de Plácido. Após a morte de seus patronos (Castello Branco e Paulo Sarasate), Plácido fragilizou-se ainda mais no poder. Concluiu seu mandato praticamente isolado, sem prestígio dentro da Arena e até junto ao governo federal.

Em 1967, falecia próximo a Fortaleza, em um desastre aéreo, o já ex-presidente Castello Branco. No ano seguinte, morreria o senador Paulo Sarasate. Nacionalmente os militares "linha dura" assumiram o comando do País e decretaram o Ato Institucional nº 5, iniciando a fase mais repressiva da ditadura (eram os "Anos de Chumbo").

Com o AI-5 foram cassados no Ceará os deputados federais do MDB-CE José Martins Rodrigues (presidente do Partido) e Pe. Antônio Vieira. Na Assembleia Legislativa, cassaram-se oito Parlamentares, cinco da Arena e três do MDB: por subversão foram Dorian Sampaio, Luciano Magalhães e Moslair Cordeiro Leite, pela Arena e por [acusação] de corrupção perderam seus mandatos: Murilo

Rocha Aguiar, Raimundo Ferreira Ximenes Neto, José Haroldo Magalhães Martins, Ernani de Queiroz Viana e Sebastião Brasilino de Freitas (PONTE, 1978: 47).

Nesse contexto, apesar do bipartidarismo reinante, formaram-se dentro da ARENA-CE três facções políticas, cada qual propensa a dirigir o estado. Seus líderes eram Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals (este indicado pelo presidente Médici como sucessor de Plácido Aderaldo), todos coincidentemente com a patente de coronel do Exército. Iniciava-se, dessa forma, o ciclo dos coronéis no Ceará, que vigeria por toda a década de 70 e início da seguinte, conforme estudaremos melhor no próximo capítulo (PONTE, 1978; MONTENEGRO, 1980; MOTA, 1985; RORIZ JUNIOR, 1986; PONTE FILHO, 1990; LINHARES, 1996; PARENTE, 2000; SARAIVA, 2011; RABELO FILHO, 2013).

28.7 AS ESQUERDAS APÓS O GOLPE

Implantada a ditadura, iniciou-se sistemática perseguição às lideranças operárias, sindicais e camponesas, levando-as a uma vida clandestina, para escapar dos arbítrios dos golpistas. Isso ajuda a explicar por que de 1964 a 1968 a oposição efetiva ao regime militar teve como principais articuladores os estudantes, particularmente, os universitários, em geral jovens oriundos da classe média.

Entre as esquerdas, o golpe de 64 provocou frustração, intensos debates e vários “rachas”. Para muitos militantes socialistas, a derrota de 1964 ocorrera pelas posições moderadas do PCB que não enxergara a radicalização da luta de classes no País nem se preparara para enfrentar as conspirações golpistas da direita. A partir daí, o Partido Comunista Brasileiro perderia prestígio e influência entre os militantes de esquerda (não mais recuperando a liderança), sofrendo várias dissidências, sobretudo, porque não aceitou a tese da luta armada contra a ditadura. Surgiram, então, vários novos agrupamentos. No Ceará, nesse momento, ganharam

destaque o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT, também chamado de Quarta Internacional), a Ação Popular (AP, grupo vindo da Juventude Estudantil-Secundarista Católica, JEC, e da Juventude Universitária Católica, JUC, entidades criadas pela Igreja e que naquele instante assumiam a defesa de um socialismo humanitário) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), todos, em geral, com origem ou alguma vinculação com o movimento estudantil.

Curioso notar que, enquanto nacionalmente o movimento estudantil universitário era comandado pela AP, no Ceará tal comando pertencia ao PCdoB. Atribui-se essa especificidade à repressão desencadeada no estado em 1965, sobre a Ação Popular (quando tentava reabrir a UNE e a UEE), com a prisão de vários de seus líderes. Afora isso, o PCdoB era mais "pragmático", com dirigentes estudantis os quais não discriminavam os demais militantes das organizações de esquerda e apresentavam preocupações com questões e reivindicações mais próximas do cotidiano da estudantada, e não apenas fatores políticos nacionais e globais. Com a reabertura do DCE da Universidade do Ceará, em 1966, o PCdoB elegeu os presidentes da entidade em duas gestões, João de Paulo Monteiro (1967/68) e José Genoíno Neto (1968/69).

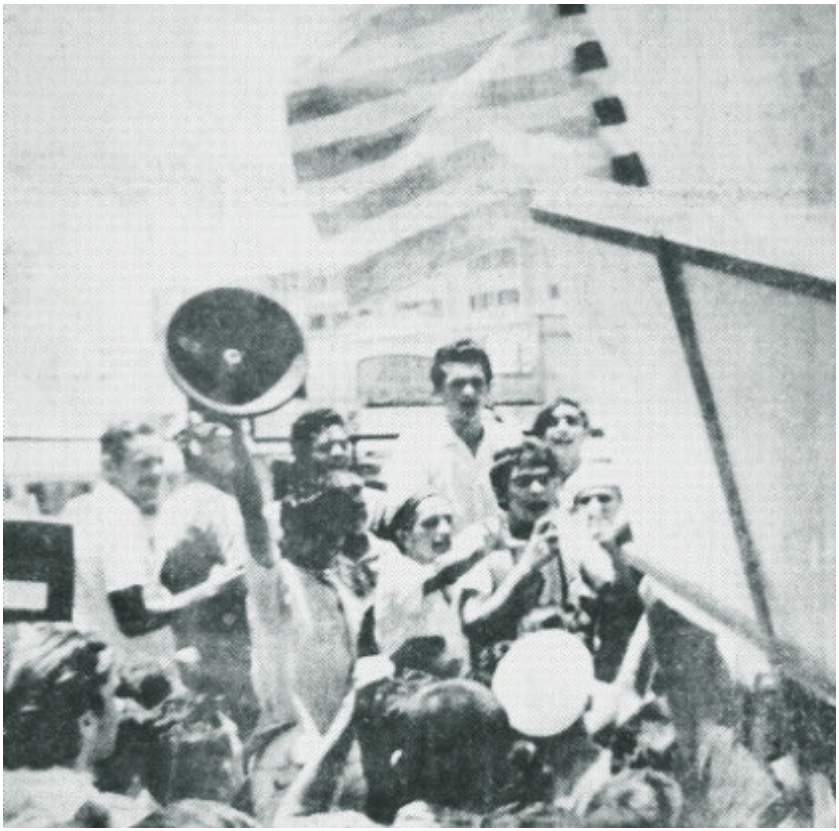
Uma das categorias mais mobilizadas nos anos 1960 foi a dos ferroviários, que apresentava fortes ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Não por acaso, sofreram bastante com a repressão após o golpe de 64. No dia do golpe, os ferroviários entraram em greve e paralisaram o estratégico transporte ferroviário do estado. A sede do sindicato, onde estava sendo articulada uma reação aos militares, foi cercada pelo exército. Depois, o sindicato sofreu intervenção e passou a ser constantemente monitorado pelos órgãos de repressão. Inúmeros trabalhadores da RCV (Rede Viação Cearense, depois RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A.) acabaram demitidos ou aposentados compulsoriamente e os que não perderam o emprego eram rigidamente controlados pela direção da empresa, que tinha à frente Jose Walter Cavalcante (homem de confiança da ditadura, tanto que foi prefeito de Fortaleza entre 1967 e 1971). Para se ter uma ideia, os operários suspeitos de praticarem "atos subversivos" foram obrigados a vestir farda de cor laranja para diferenciar dos demais

(ALMEIDA, 2009: 212).

Em 1966, o ferroviário José Nobre Parente, de 38 anos, foi preso dentro do próprio local de trabalho, nas Oficinas do Urubu (Avenida Francisco Sá- Fortaleza) por ordem de seu próprio chefe de repartição. Acabou levado, então, para a Secretária de Segurança Publica do Ceará. Não se sabe bem as razões da prisão de Parente, pois, ele não era da "linha de frente" do movimento operário ou político (talvez fosse membro do PCB). Versões dadas por familiares dão conta que Parente fora preso por engano ou pela acusação de que teria sabotado o motor de um trem – à época, trens da RVC estavam sendo danificados, no que poderia ser uma tática de resistência dos operários à ditadura.

Interrogado e torturado, Parente acabou morrendo. A Secretaria de Segurança informou que o ferroviário havia cometido suicídio. Não obstante, o laudo do Instituto Médico Legal apontou como causa mortis fratura de crânio. Depois, o documento do IML foi apreendido pela polícia... José Walter não permitiu sequer que os trabalhadores da RVC comparecessem ao velório do colega. No enterro de José Nobre Parente, policiais disfarçados estavam de prontidão para impedir qualquer manifestação.

Dias depois, o jornalista Edmundo Maia foi agredido misteriosamente – Maia era correspodente do jornal gaúcho Última Hora e havia dado repercussão nacional à morte do ferroviário, tratado já como preso político. O curioso é que o Última Hora, um dos poucos jornais de oposição à ditadura nos anos 60, abriu suas páginas para a família de Parente rebater a tese do suicídio, enquanto a imprensa local tratou logo de abafar o caso. As denúncias fizeram aumentar a tensão política dentro da RVC. Mais operários foram presos e mantidos incomunicáveis. A ditadura militar continuava sendo questionada (ALMEIDA, 2009; COMISSÃO, 2014).



Manifestação estudantil em Fortaleza em 1968: setores populares cada vez mais radicalizados

Aquelas organizações de esquerda apoiaram, incitaram e lideraram as não poucas manifestações populares, sobretudo, estudantis, acontecidas em Fortaleza em 1968, manifestações muitas vezes de caráter mais radical e vinculadas já à luta armada (no Ceará também formaram-se organizações guerrilheiras, como veremos adiante). Os jovens protestavam contra os acordos entre o Ministério da Educação e a United Agency for Internacional Development, mais conhecidos como acordos MEC-Usaid – para as esquerdas, seria a infiltração imperialista na educação brasileira, colocando em risco o ensino público e gratuito através da

transformação das universidades em empresas a serviço do modelo capitalista, sem que fossem resolvidos seus problemas. O acordo previa o pagamento de anuidade nas universidades, o que foi boicotado pelos alunos em várias passeatas, acontecendo, não raro, confrontos com a polícia.

Protestava-se contra o problema dos excedentes (que sempre vinha à tona no início do ano, após o vestibular), estudantes que, embora conseguissem a aprovação no vestibular, não cursavam as faculdades em virtude da falta de vagas. As entidades representativas dos estudantes e os grupos de esquerda em solidariedade aos excedentes promoviam greves, manifestações, acampamentos, reivindicando mais vagas na universidade.

Os ativistas de esquerda buscavam realizar a solidariedade entre as classes oprimidas (aliança estudantil, operária e camponesa), apoiando causas populares, como as greves eclodidas em 1968, de professores da rede pública, das castanheiras da Fábrica Brasil Oiticica e dos bancários, e os protestos contra o aumento das passagens de ônibus, em que normalmente aconteciam confrontos com a polícia e os estudantes apedrejavam os veículos, contando, inclusive, com a participação da população.

Um dos mais graves confrontos de rua deu-se a 24 de junho de 1968, quando os estudantes enfrentaram a polícia com paus, pedras e “bilas” (bolinhas de gude), havendo tiroteio na praça José de Alencar – os manifestantes foram acusados de também portarem revólveres – e o incêndio de um carro, saindo ferido à bala o secundarista Antônio Juvenal Nogueira Farias e sendo surrado a porrete o acadêmico de química Bérgson Farias (então vice-presidente do DCE da UFC, depois guerrilheiro no Araguaia e que constaria na lista dos desaparecidos políticos – seus restos mortais foram encontrados e enterrados apenas em 2009). Vários outros estudantes e comerciários foram igualmente detidos no 23º BC e na 10ºRM.

Nas passeatas e manifestações públicas de 1968, a radicalização política mostrava o imaginário e o desejo dos militantes por mudanças na sociedade, sem descartar o uso da violência. Não raras vezes, levantavam-se bandeiras de Cuba ou do Vietnã (queimando o pavilhão dos Estados Unidos) e pronunciavam-se palavras de ordem

exaltando líderes guerrilheiros como o vietnamita Ho Chi Min e o argentino Ernesto Che Guevara. Sabe-se que nas dependências do DCE da UFC os estudantes davam cursos de arte marcial e defesa pessoal para os colegas visando prepará-los melhor para os embates com a polícia. Também aconteceram a invasão da Reitoria e a ocupação de prédios da Universidade (os chamados Institutos Básicos, que reuniam os cursos de Química, Física e Matemática), bem como o uso de bombas caseiras e depredação de alvos associados à ditadura e aos EUA.

Em lembrança a Édson Luís (universitário morto no Rio de Janeiro pela polícia a 29 de março de 1968) e protestando contra a repressão da ditadura, os estudantes promoveram em Fortaleza a 1º de abril uma gigantesca passeata. No final do evento, um grupo de manifestantes, espontaneamente ou seguindo a orientação da cúpula local do PCdoB – há sobre isso controvérsias – depredou a sede do USIS (United States Information Service/Serviço de Informações dos Estados Unidos, agência americana encarregada de realizar intercâmbios culturais, entenda-se a promoção de cursos, palestras, exibição de filmes, empréstimos de livros, etc. conforme o american way of life), na galeria Pedro Jorge, centro da cidade. O fato provocou grande indignação entre os setores conservadores, os quais condenaram, através dos jornais, veementemente a “baderna”, sem deixar de advertir os estudantes de que foram ações radicais como aquelas que levaram ao movimento de março de 1964, para manter a ordem (RAMALHO, 2002; MAIA JUNIOR, 2002; FARIAS, 2007; PORTUGAL, 2008; ROCHA, 2008; ALMEIDA, 2009; MOTA, 2009; COSTA, 2009; OLIVEIRA, 2009; MARIANO, 2011).

Toda a Polícia mobilizada na caça aos mascarad
Assalto armado na
Coca-Cola: quatro
roubam 22 milhões
Vestibular: resta
CORREIO DO CEARÁ

A imprensa noticiava as ações armadas das esquerdas como sendo terroristas

28.8 A RADICALIZAÇÃO POLÍTICA

Embora as agitações de 1968 criassem a impressão de uma retomada das lutas sociais urbanas e ajudassem a difundir entre os militantes de esquerda a proximidade da eclosão da sonhada revolução, não se pode exagerar essa visão. Na verdade, as mobilizações estavam praticamente restritas às classes médias (professores, bancários, etc.), sendo difundidas pelo movimento estudantil.

Teve imensa repercussão em Fortaleza a prisão dos estudantes cearenses no congresso clandestino da UNE, em Ibiúna-SP, no mês de outubro de 1968, fato apontado como um golpe naquelas mobilizações que sacudiam o País – ainda que tenham acontecido depois várias manifestações de protestos dos estudantes. O pouco

resultado prático das manifestações estudantis criava nos militantes o anseio por ações mais concretas.

A “improdutividade” do movimento estudantil, o aumento da repressão, a mentalidade imperante entre muitos militantes de que se mudaria o País apenas pela radicalização política, o fechamento total da ditadura com o AI 5 – intensamente apoiado pelos segmentos conservadores cearenses - e o arrefecimento do movimento de massa foram tomados como evidências de que a luta contra a ditadura só poderia ser vitoriosa através das armas. Eram mais argumentos que reforçavam as ações e pensamentos dos agrupamentos de esquerda armada que já estavam atuando no estado.

Os anos 60 foram agitados não só no Brasil, mas na maior parte do mundo. Internacionalmente, aconteceram vários confrontos, como a Revolução Cubana (1959), a Independência da Argélia (1962) e a Guerra do Vietnã (1962/75). O triunfo militar desses movimentos, especialmente em Cuba, é fundamental para entender o porquê da opção de parte das esquerdas brasileiras pela luta armada. Parecia que todos os povos oprimidos e explorados do mundo estavam em franca revolta conta a ordem capitalista. O sonho que ganhava corações e mentes nos anos 1960 era o da revolução, de mudar a realidade do mundo.

Não se pode desconhecer, por outro lado, as razões políticas internas, do Brasil, que levaram à ação da esquerda armada nos anos 60 e 70. Em destaque, a grande mobilização popular do período, sobretudo, em 1964 e 1968. Muitos dos guerrilheiros acreditavam que a revolução de esquerda estava próxima, que as pessoas iriam apoiá-los, como dava a entender aquela agitação toda nas ruas. Bastava uma vanguarda, um grupo de revolucionários, iniciar a luta para as massas se rebelarem de vez, acreditavam. Observando-se especificamente o Ceará, se constatará que a opção armada das esquerdas não estava tão longe das práticas políticas locais, marcadas pelos embates violentos entre as facções oligárquicas, com agressões e mortes.

Antes do golpe de 1964, as esquerdas já pensavam em luta armada, pensamento que se intensificou com a ditadura militar, principalmente, após o AI-5. Os militantes de esquerda não

desejavam apenas derrubar os militares do poder, mas acabar com aquele modelo de sociedade, criando outro, mais justo com os desvalidos e que fosse caminho para a implantação do socialismo no Brasil. Surgiram, então, vários agrupamentos defensores da luta armada Brasil afora, os quais igualmente se instalaram no Ceará (THMOSKHENKO, 2003; FARIAS, 2007; ROCHA, 2008; MOTA, 2009; COSTA, 2009; OLIVEIRA, 2009).

28.9 COMBATES NA "TERRA DA LUZ"

Em rigor, dois grupos destacaram-se na prática de ações armadas no Ceará: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Outras organizações buscaram também fundar agrupamentos locais, os quais, muito embrionários, foram alvos da repressão, ainda que tenham praticado algumas ações, como no caso da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e Frente de Libertação Nordestina (FLNE). Emblemática ainda foi a atuação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), entidade que liderou o movimento universitário cearense em 1968 e que instalou vários campos de treinamento de guerrilheiros no Ceará visando a apoiar a futura guerrilha do Araguaia, no sul do Pará.

Tais campos de treinamentos e apoio a guerrilheiros situavam-se destacadamente no norte-cearense, nas proximidades da serra da Ibiapaba, divisa com o Piauí – não por acaso, uma área de certa maneira "fronteiriça" com o norte-brasileiro, com a região do rio Araguaia, onde o PCdoB instalaria um foco guerrilheiro no início dos anos 70. Entre essas bases, destaque para a de Crateús, a qual, inclusive, contou com o apoio da Igreja local, capitaneada pelo bispo Dom Antônio Fragoso. Para aquela área, o Partido Comunista do Brasil mandava membros para treinamento militar ou abrigava pessoas perseguidas pela repressão.

A ALN apresentou no País como grande fundador o baiano Carlos Marighela (assassinado pela polícia paulista em 1969), dissidente

do PCB. Os primeiros contatos para a fundação da organização no Ceará aconteceram em 1967, através de antigos militantes do PCB, inconformados com o pacifismo do "Partidão", e que haviam militado também no PCdoB. Como os planos do PCdoB não eram para a luta imediata (na verdade, preparava em segredo a citada guerrilha rural no Araguaia), aqueles militantes adentraram à ALN.

A primeira ação revolucionária da ALN-CE foi uma bomba no Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU), famoso curso de língua inglesa a 14 de outubro de 1968, que acabou não explodindo, pois foi descoberta por um funcionário da instituição e desativada pela polícia. A seguir, aconteceu a tomada de muitas armas, inclusive sendo vitimados policiais e seguranças. Em Fortaleza, havia um problema tático na realização de expropriação (assaltos) de bancos, pela dificuldade de que quase todos os bancos situavam-se na porção central da cidade, cujas ruas apertadas dificultavam as fugas. Assim, a Ação Libertadora Nacional promoveu um único assalto a banco (o Mercantil, em dezembro de 1969), preferindo ações "expropriatórias" em carros que transportassem valores (por exemplo, veículos da empresa de cigarros Souza Cruz), empresas privadas cuja localização facilitasse a fuga (como a Coca-Cola, assaltada em março de 1970) e mesmo cidadãos com recursos.

Em agosto de 1970, a ALN realizou o desastroso "justiçamento" (ou seja, assassinato de alguém que ameaçasse a causa revolucionária) do comerciante José Armando Rodrigues, no município de São Benedito – o comerciante estaria ameaçando delatar a organização para a ditadura. Com isso, vários ativistas da ALN foram presos, o que marcou, inclusive, o início do desmantelamento da luta armada no Ceará.

Vale ressaltar que os órgãos de repressão no Ceará nunca foram bastante estruturados, recorrendo sistematicamente à tortura dos militantes de esquerda presos para obter mais informações e assim combater a guerrilha. Isso põe pôr terra a argumentação dos conservadores de que a ditadura foi "branda" no estado. Para ajudar no combate aos terroristas e subversivos, militares, Polícia Militar e Polícia Federal recorriam ao apoio de políticos e empresários, os quais contribuíam com dinheiro, combustível, alimentos, carros, etc.

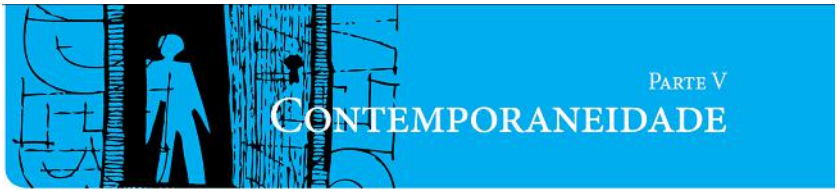
Quanto ao PCBR, sua fundação aconteceu em abril de 1968, no Rio de Janeiro, a partir de outra dissidência do PCB, liderada por Mário Alves, jornalista e intelectual dos mais respeitados entre os comunistas. No Ceará, o PCBR foi organizado por militantes vindos do Recife, em contato com ativistas do meio estudantil de Fortaleza. Praticou algumas operações como o assalto do carro-pagador do London Bank (em março de 1970) e do Banco do Brasil de Maranguape (a única ação de "expropriação" conhecida em agência bancária no interior cearense, em setembro de 1970). A desestruturação da organização deu-se em consequência da prisão de alguns militantes em Pernambuco e em Fortaleza, submetidos a brutais torturas.

A VAR-Palmares, cujo grande líder nacional foi Carlos Lamarca (morto na Bahia em 1971), teria sido fundada no Ceará a partir de contatos com um militante vindo do centro-sul do País em 1969. Embora não tenha obtido uma maior estrutura, realizou ações armadas em conjunto com a ALN, como no assalto ao Banco Mercantil, em dezembro de 1969.

Também teria havido a atuação no estado da Frente de Libertação do Nordeste (FLNE), criada no Ceará e em Pernambuco, no início de 1972, por ex-militantes da ALN. Foi desse agrupamento a última tentativa de ação armada no estado: em 1972, quando faziam preparativos para assaltar o Banco do Brasil do Crato, os militantes da FLNE acabaram detidos pela repressão. Nas celas e salas de torturas naufragariam definitivamente os sonhos dos revolucionários. Processados, humilhados, seriam condenados à penas altíssimas. Passariam anos em presídios – no caso cearense, o Instituto Penal Paulo Sarasate –, sonhando com uma liberdade que nunca vinha. Sairiam a partir de 1979, com a anistia, esquecidos pelo grosso da sociedade (THMOSKHENKO, 2003; FARIAS, 2007; ROCHA, 2008; MOTA, 2009; COSTA, 2009; OLIVEIRA, 2009).

Afora o ferroviário José Nobre Parente, morto em 1966, a Ditadura Militar fez outras vítimas fatais no Ceará. Em 1970, a Polícia Federal, enquanto fazia diligência para capturar guerrilheiros, assassinou em Jati, fronteira com Pernambuco, o agricultor Antônio Bem Cardoso, de 32 anos, com um tiro de fuzil – a vítima era militante da ALN. Em 1975, o militante do PCB, Pedro Jerônimo de

Souza, de 63 anos, foi submetido a brutais sessões de torturas e morto, após ser sequestrado dentro de um ônibus e conduzido para o Quartel de Guardas, sede do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do Ceará (DOI-CODI/CE). Sua morte se inseriu na “Operação Radar”, ação do aparato repressivo militar para dizimar militantes do PCB. Os agentes policiais informaram à família que Pedro Jerônimo suicidara-se. Exumação do cadáver e exame pericial posteriores constataram as torturas (FARIAS, 2007; COMISSÃO, 2014).



Capítulo 29

O Ciclo dos Coronéis

29.1 O ACORDO DOS CORONÉIS Do iníc

Na impossibilidade de apenas um dos coronéis hegemonizar o poder no estado (embora desejassem isso), eles tinham entre si uma espécie de pacto – o que foi chamado por historiadores e sociólogos de Acordo dos Coronéis –, pelo qual dividiam entre si o comando da cúpula do Ceará, afastando as chances de que outros setores políticos, oposicionistas e/ou mesmo conservadores tradicionais, pudessem interferir nas esferas de decisão do governo.

Novamente, com o Acordo dos Coronéis notava-se a tendência das facções da classe dominante cearense em formar grandes coligações na intenção de conservar a ordem socioeconômica e/ou evitar a divisão do poder com outros grupos emergentes. Isso, porém, não impediu que ocorressem disputas entre os próprios coronéis ao longo dos anos, pois a fração de cargos e poder político de cada um no Estado variava conforme a influência que apresentassem junto ao governo federal (ou seja, os eventos nacionais continuavam a interferir nas disputas políticas locais). Em outras palavras, o maior ou menor poder de VT, Adauto e Cals no Ceará mudavam conforme o apoio que cada um recebesse da ditadura.

Representando, vindo ou estando ligados às tradicionais oligarquias cearenses, os governos dos coronéis, com apoio da ditadura prosseguiriam com a modernização conservadora do Ceará, iniciada nos ano 1960 por Virgílio Távora. No período, ora em estudo, continuaram os planejamentos governamentais, os investimentos do Estado em obras de infraestrutura e a concessão de incentivos à burguesia local e nacional no sentido de fomentar a industrialização cearense. Analisados sob esse ângulo, os coronéis apresentam-se como uma amálgama de “modernidade” e tradição, visto que as práticas de clientelismo, fisiologismo, corrupção, autoritarismo, repressão aos movimentos populares, etc. continuavam acontecendo como antes, ao mesmo tempo em que realizavam grandes projetos estruturantes/capitalistas no estado, intensificando a transição de um modelo socioeconômico eminentemente agrário para outro com população cada vez mais urbana e economia voltada, principalmente, para a indústria e os serviços.

César Cals foi indicado para o governo do Ceará pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) e tomou posse em 1971, tendo como

29.2 CÉSAR CALS

Os anos 70 começaram com o País vivendo o “milagre brasileiro”. A ditadura vivia o apogeu – econômico e repressivo. Foi nessa conjuntura que o coronel César Cals de Oliveira Filho (1971-75) assumiu o governo do Ceará. Sua indicação deveu-se a pressões do comando do IV Exército, sediado no Recife, sobre o presidente Médici e aos vínculos que Cals mantinha com o então chefe do SNI, João Batista Figueiredo. Militar de carreira, César Cals não apresentava tradição de militância política no estado que o colocasse como um chefe político. O coronel era um tecnocrata e homem de confiança do sistema. A credenciá-lo, apenas os conhecimentos técnicos em assuntos energéticos, demonstrados na direção dos serviços de luz e força de Fortaleza nos anos 1950 e na presidência da Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança (Bahia), no final da década de 60.

A escolha de Cals frustrou os arenistas cearenses, sobretudo Virgílio Távora, que contava como certo voltar ao governo. A ditadura, entretanto, preocupou-se em não alijar totalmente do governo os grupos políticos existentes no estado, já que as eleições indiretas vigoravam apenas para os cargos executivos: o Cel. Humberto Bezerra, representando a liderança emergente da família Bezerra, que se firmava no Cariri, foi indicado para a vice-governadoria, e o próprio coronel Virgílio concorreu ao Senado. Caracterizava-se assim o início do já mencionado Acordo dos Coronéis, pelo qual VT, Cals e Bezerra repartiam entre si o poder no estado.

Tomando posse em 1971, Cals se empenhou em firmar sua liderança buscando construir uma facção política em torno de si. Revelou-se, contudo, uma figura inabilidosa. Provocou insatisfações ao compor o secretariado com elementos não ligados à política local – na maioria, os secretários eram pessoas vindas de Pernambuco, estado com o qual o governador tinha mais ligações e que, culturalmente, mantém certa rivalidade regional com o Ceará. Depois, para mostrar força e assumir o controle da Arena-CE,

afastou o então senador Waldemar Alcântara (virgilista de São Gonçalo do Amarante) da presidência da sigla, irritando os políticos tradicionais.

Como Virgílio defendeu Alcântara, foi também alvo de ataques de César Cals. Vários correligionários de VT acabaram demitidos da máquina pública e perseguidos. Ante as investidas do governador, não poucos virgilistas e bezerristas passaram para o lado de Cals.

O governo de César Cals caracterizou-se ainda por profundo autoritarismo, reproduzindo-se o que se passava no resto do País: prisões, torturas e mortes de militantes de esquerda. Criou-se em 1971 o Serviço Estadual de Informações (SEI) para não apenas ajudar no combate a subversão, mas para também colher informações sobre os adversários políticos do governador – aliás, os três coronéis espionavam-se mutuamente na intenção de obter fatos comprometedores uns dos outros para barganhar no jogo político.

Causou muita repercussão o sequestro do combativo jornalista Venelouis Xavier, proprietário e diretor do jornal O Estado, em 1972, por policiais – Xavier, um crítico da gestão de César, foi levado a um local ermo e alvo de humilhações. O governador também processou o líder da bancada de oposição da Assembleia Legislativa, deputado Chagas Vasconcelos (político de Santana do Acaraú), que teria acusado o Executivo de corrupto.

Entre suas realizações administrativas, uma das mais destacadas foi a criação da Coelce (Companhia Energética do Ceará), em 1971. Antipatizado por setores da Arena, César Cals perceberia, em 1974, no final de seu governo, que o recrutamento compulsório e ostensivo de políticos do interior para constituir o seu próprio grupo, embora produzindo efeitos imediatos de multiplicação de adesões, não implicava a constituição do que nos termos tradicionais configuram as bases de uma chefia política, ou seja, aliados com quem se possa contar nos confrontos eleitorais (CARVALHO, 1999: 71) (RORIZ JUNIOR, 1986; MOTA, 1985; CARVALHO, 1999; PARENTE, 2000; PARENTE, ARRUDA, 2002; SARAIVA, 2011; SARAIVA, 2012).

Wanda Sidou destacou-se na defesSer advogado dos militantes de esquerda

29.3 A SUCESSÃO DE CALS

Em 1974, ante as articulações de bastidores para escolha do novo governador do estado, César Cals pensava em apontar o sucessor. Entretanto, o presidente da República, Ernesto Geisel, resolveu indicar o coronel Adauto Bezerra como o candidato da Arena a "ser eleito", no que foi apoiado por Virgílio Távora, que conseguiu, aliás, apontar o vice-governador, o correligionário Waldemar Alcântara. César, desgostoso, viu-se tentado a eleger para o Senado alguém de seu esquema, José Edílson de Melo Távora.

Edílson Távora, ex-secretário da Agricultura do governo Paulo Sarasate, era primo e desafeto pessoal de Virgílio Távora e, evidentemente, não contou com o apoio deste na sua campanha senatorial. Da mesma forma não obteve a adesão de Adauto, que não tinha interesse em fortalecer o grupo de César Cals.

Essa divisão dos coronéis e o agravamento da crise econômica nacional – em 1974, o "milagre brasileiro" perdia forças – animou o MDB-CE. Os emedebistas lançaram então como candidato ao Senado o deputado estadual e presidente da sigla, Mauro Benevides, político tradicional, que não representava ameaça aos interesses da ditadura.

Edílson Távora foi sumariamente derrotado. Mauro recebeu, mesmo em várias áreas interioranas, o apoio velado de Virgílio (que, para despistar, viajou para o Japão). Frustrava-se assim César Cals, transparecendo a fragilidade de seu grupo político e sua inferioridade ante os outros coronéis. Após concluir o mandato, Cals, graças às suas ligações com a esfera federal, foi conduzido à presidência da Eletrobrás, cargo que deixou em 1979 para ocupar uma vaga de senador "biônico". Na presidência de João Figueiredo, ocupou o Ministério de Minas e Energia, o que lhe permitiu manter ainda certa influência na política cearense. Em 1986, foi candidato derrotado a senador – nunca chegou a um cargo público pelo voto direto do povo. Faleceu em 1991. De sua facção oligárquica,

restaram apenas os filhos, os depois deputados César Cals Neto e Marcos Cals (RORIZ JUNIOR, 1986; MOTA, 1985; CARVALHO, 1999; PARENTE, 2000; PARENTE, ARRUDA, 2002; SARAIVA, 2011; SARAIVA, 2012).

29.4 ADAUTO BEZERRA

O próximo governador do Ceará, José Adauto Bezerra de Menezes (1975-78), irmão gêmeo de Francisco Humberto Bezerra de Menezes, nasceu em Juazeiro do Norte, no ano de 1926. Filho de tradicionais proprietários locais, ingressou na carreira militar nos anos 40, dela se afastando na década seguinte para cuidar dos negócios da família. Diversificaria as atividades do grupo familiar – os irmãos Bezerra, além de atuarem na cotonicultura e no setor bancário (eram donos do Banco de Juazeiro, atual Banco Industrial do Ceará, BIC), entraram no ramo de beneficiamento de algodão. Tornaram-se em pouco os maiores plantadores, beneficiadores e financiadores de algodão no estado.

Daí para a política partidária foi um passo; ingressaram na Arena, encaminhados pelos Távora. Depois, ganharam projeção e constituíram a própria facção oligárquica. Humberto foi prefeito de Juazeiro, deputado, vice-governador. Adauto elegeu-se deputado estadual sucessivamente em 1958, 1962 e 1966, deputado federal em 1970 e governador em 1974. Posteriormente, seria eleito mais uma vez deputado federal em 1978, e vice-governador em 1982.

Em 1974, a posição de Adauto Bezerra era excelente na conjuntura política cearense. Chefiava um considerável grupo eleitoral que abrangia não só o Cariri, mas outros pontos do estado. O irmão gêmeo, Humberto Bezerra, era vice-governador. Para completar, a indicação de Adauto ao Executivo local foi ainda articulada pelo amigo Humberto Esmeraldo, figura de família tradicional do Cariri e muito influente junto ao então presidente Geisel, que o considerava quase um filho.

Adauto Bezerra governou menos de três anos. Adhemar assumiu o governo prometendo a

Entre as obras de iniciativa de Adauto Bezerra estavam a construção de várias rodovias ligando as áreas produtoras de algodão ao litoral, o saneamento básico de áreas da capital, a interiorização do BEC, apoio à industrialização e a criação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em 1975 (e instalada em 1977).

Adauto exercia largo controle sobre a vida política do estado. O Ceará virara um grande Juazeiro do Norte, diziam os opositores. Entretanto, em janeiro de 1978, o coronel renunciou ao executivo cearense. Governou, portanto, menos de três anos. O poder, em consequência, passou para o vice-governador, o virgilista Waldemar Alcântara, que administrou o Estado até março de 1979. Na versão oficial, Adauto deixou o governo para desincompatibilizar-se na intenção de disputar uma vaga no Senado nas eleições de novembro do mesmo ano. Maria Auxiliadora Lemenhe, por outro lado, diz que a saída do coronel se ligou às repercussões nacionais e locais do assassinato de José Teófilo da Silva, vigia de uma empresa do grupo Bezerra, em Juazeiro. Acusado de escrever bilhetes anônimos com chantagens (ameaçava incendiar a empresa se não recebesse um soma em dinheiro), o vigia foi morto com dois tiros, após ser torturado por policiais, segundo denunciou a revista Veja de dezembro de 1977 (LEMENHE, 1995).

Embora não houvesse provas ligando diretamente o governador, o episódio foi explorado por seus adversários políticos e provocou constrangimento ao presidente Ernesto Geisel. Nacionalmente, naquele momento verificava-se a denominada “distensão lenta e gradual” da volta à democracia e Geisel empenhava-se em combater os casos de torturas e violência da Ditadura – pelo menos, os casos mais grotescos. A morte do vigia virou um embaraço para Geisel. Adauto foi aconselhado por Brasília a renunciar.

A oposição emedebista e os próprios coronéis Cals e Távora usaram o episódio para se fortalecer e atacar o governador. Adauto Bezerra não apresentava mais força política sequer para garantir a vaga senatorial da Arena para si. Boicotado pelos demais coronéis e temendo ocorrer com ele o que havia acontecido com Edílson Távora em 1974 (uma derrota fulminante), acabou desistindo e optou por disputar a Câmara Federal (foi eleito o deputado federal mais votado no nordeste).

Vice-líder do governo federal no Senado, Virgílio estava numa situação bastante confortável em 1978. Com o apoio irrestrito e pessoal do presidente Ernesto Geisel, foi indicado novamente para ocupar o governo cearense.

Com a instituição do "senador biônico" (eleito indiretamente), foi indicado para o cargo César Cals, enquanto na eleição direta para a vaga senatorial triunfou José Lins de Albuquerque (um desconhecido ex-superintendente da Sudene, virgilista que depois passaria para a ala adautista) derrotando Chagas Vasconcelos, do MDB. Este, ressalte-se, obteve larga maioria de votos na capital, num sinal evidente do esgotamento da ditadura militar e dos coronéis (RORIZ JUNIOR, 1986; MOTA, 1985; LEMENHE, 1995; CARVALHO, 1999; PARENTE, 2000; PARENTE, ARRUDA, 2002; QUEIROZ, 2010; SARAIVA, 2011).

29.5 OS MOVIMENTOS POPULARES DO FINAL DOS ANOS 70 E INÍCIO DOS 80

Em meados da década de 70, após a malograda fase da luta armada, os movimentos populares e as esquerdas, como no resto do Brasil, começaram a se reorganizar no Ceará, questionando a ditadura e passando a exigir democracia – até então, as esquerdas (nem a direita) não viam a democracia liberal como um valor fundamental a ser defendido.

Já em 1976 instalava-se o Movimento Feminista Pela Anistia (MFPA) – um dos primeiros do País –, com o propósito de arregimentar as mulheres cearenses e ao mesmo tempo denunciar os abusos da ditadura e exigir a libertação dos presos políticos. A liderança pertencia a parentes dos presos políticos e remanescentes de esquerda que sobreviveram às perseguições do regime, em geral mulheres ligadas ao (clandestino) PCdoB. A presidência pertencia à professora Nildes Alencar, de posições moderadas e irmã de frei Tito (ex-preso político falecido no exterior), havendo também a firme atuação do que se convencionou chamar de "grupo da Maria"

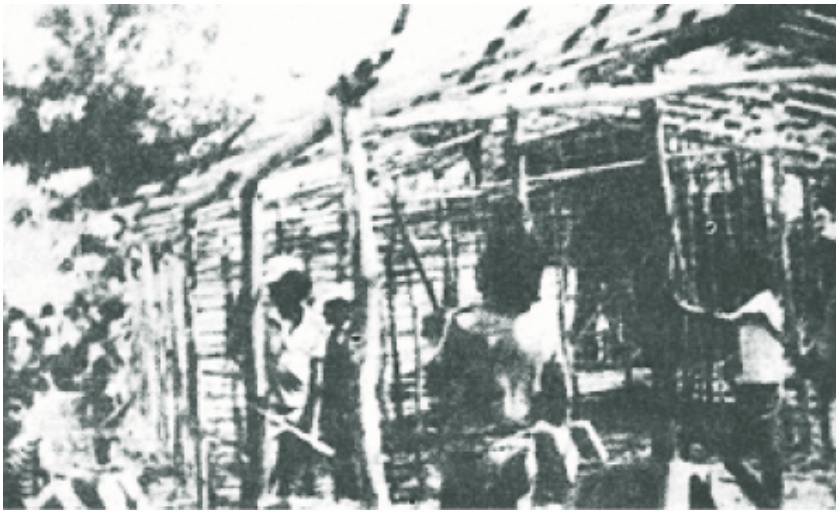
(Rosa da Fonseca, Jorge Paiva, Célia Zanetti e outros), ligado à socióloga e professora universitária, nascida em Quixadá, Maria Luiza Fontenelle, que, contudo, não era filiada àquela agremiação – depois, inclusive, esse grupo romperia e abandonaria o PCdoB. Em 1979 criava-se o Comitê Brasileiro de Anistia, secção Ceará (CBA-CE) e, em 1982, a União das Mulheres Cearenses (UMC).

Em agosto de 1979, os presos políticos encarcerados no IPPS (Instituto Penal Paulo Sarasate) aderiram à greve de fome desencadeada em âmbito nacional contra a proposta de anistia da presidência do general João Figueiredo. No projeto da ditadura, que acabou sendo aprovada, ficariam de fora os guerrilheiros de esquerda. Essa anistia proposta pela ditadura era "restrita e não ampla, geral e irrestrita, como desejavam tanto o MFPA, quanto o CBA, a OAB [Ordem dos Advogados do Brasil], a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e parte da igreja católica" (SOUZA, 2014: 86).

Antes, em 1977, surgia no estado o Movimento Contra a Carestia, que se prolongaria durante os anos de 1978 e 1979, com a coleta de assinaturas nos bairros populares, nas igrejas, etc., reivindicando o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade ante o caos inflacionário e achatamento salarial. O movimento culminou com a ida de caravanas a Brasília levando as reivindicações. O Movimento Contra a Carestia seria retomado em 1983, mesmo ano em que uma série de entidades formaram o movimento Jornada de Luta Contra a Fome, cujo objetivo era chamar a atenção das autoridades para a situação de calamidade vivida pelas populações rurais e urbanas, agravada por grave seca. Realizaram-se várias campanhas, passeatas com cerca de 10 a 15 mil pessoas, obtendo-se significativa repercussão.

Segmentos à esquerda da Igreja Católica se inseriram nessa emergente mobilização popular, sobretudo, através, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), Cáritas, Comissões Pastorais da Terra (CPT) e Movimento de Defesa dos Favelados – apoiados pelo arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, no cargo desde 1973. Quebrava-se, dessa forma, a hegemonia conservadora do clero local. A participação engajada daqueles setores eclesiásticos refletia os avanços da ala progressista da Igreja latino-

americana que, abraçando a Teologia da Libertação, fez uma opção preferencial pelos pobres, defendendo mudanças radicais na ordem sociopolítica do continente.



A mobilização dos moradores da favela Zé Bastos

agitou o Ceará no final dos anos 70

A Igreja passou a se constituir o espaço de acolhimento das organizações populares, inclusive, agrupamentos clandestinos de esquerda, na defesa da democracia e dos direitos humanos. Isso não significou, todavia, que a totalidade da Igreja abraçou a causa social; ao contrário, muitos padres e bispos da época proibiam ou não se envolviam em questões de natureza política. A visita do Papa João Paulo II ao Brasil (e ao Ceará) em 1980, de certo modo, endossou a mobilização do clero na oposição à ditadura.

No primeiro semestre de 1979, motoristas de ônibus e trocadores paralisaram Fortaleza em uma vitoriosa greve, através da qual obtiveram expressivo aumento salarial. Este episódio simbolizou a retomada da luta sindical cearense, praticamente paralisada desde 1968 e restrita até aquele momento à prestação de serviços médico-

odontológicos e promoções socioesportivas. Ainda em 1979, fizeram greves, entre outros, médicos (por reposição salarial) e motoristas de táxi (por reajuste nas tarifas em virtude do aumento dos combustíveis), ambas as categorias com sucesso, enquanto os bancários retomavam seu sindicato das mãos de diretores pelegos – seria marcante a atuação dos bancários no meio sindical cearense nos anos seguintes (BRAGA, 1991; BARREIRA, 1992; SOUZA, 1995; VASCONCELOS, 1997; VASCONCELOS, 1998; ESMERALDO, 1998; CARVALHO, 1999; ARAÚJO, 2002; CEARAH, 2002; SOUZA, 2012; OLIVEIRA, 2014).

29.6 A GREVE DOS METALÚRGICOS E A FAVELA JOSÉ BASTOS

Não obstante, a mais importante greve ocorrida no estado nesse período foi desencadeada pelos operários do setor metalúrgico. Influenciados pela greve dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978 (chefiadas por Luís Inácio Lula da Silva) e reivindicando melhores salários e o cumprimento da legislação trabalhista, os trabalhadores cearenses cruzaram os braços em outubro de 1979. Os operários empenharam-se na causa; era tal a participação que, por várias ocasiões, as assembleias grevistas chegavam a contar com a presença da metade da categoria, mais de 8 mil pessoas.

Apesar da truculenta repressão policial diante dos piquetes nas portas das fábricas (operários eram presos até nas assembleias da greve), das intimidações patronais (ameaças, demissões, etc.) e da manipulação dos fatos por parte da imprensa, em particular, pelo Sistema Verdes Mares (pertencente ao empresário Edson Queiroz, proprietário de uma das maiores empresas do setor metalúrgico, a Esmaltec-Tecnorte), os metalúrgicos unidos e organizados, contando com o apoio de setores importantes da sociedade, como a Igreja, parlamentares etc., resistiram por dez dias e tiveram a maior parte das reivindicações atendidas. Cinco anos depois, em 1984, seria fundada a secção cearense da Central Única dos Trabalhadores

(CUT).

Ao mesmo tempo, as comunidades da periferia fortalezense procuravam se organizar, exigindo maior atenção para a problemática social gritante da cidade que, em 1980, abrigava mais de um milhão e trezentos mil moradores. A capital continuava a ter crescimentos populacionais em níveis excepcionais devido ao êxodo rural, o que acelerava o processo de favelização em áreas como o Pirambu, Lagamar e Verdes Mares, além da ocupação, por pessoas sem-teto, de terrenos em quase todos os subúrbios.

Um exemplo marcante foi a luta dos moradores da favela José Bastos. Em dezembro de 1978, quase duas mil famílias invadiram e ergueram modestos casebres – casas de papelão, flandres e tábuas – em uma zona próxima ao centro de Fortaleza, ao lado da Avenida José Bastos. O fato de o terreno ser de propriedade particular era desconhecido pela maioria dos ocupantes, os quais pensavam tratar-se de terras devolutas.

Os proprietários entraram na justiça, exigindo a expulsão dos favelados. Estes, espontaneamente, articularam-se, recorrendo à imprensa e conseguindo gradativamente adesões de parlamentares oposicionistas, da Igreja e de outras entidades da sociedade civil. A luta ganhou repercussão. Os moradores, após muitas pressões e violência (a polícia derrubava casebres, prendia, agredia e humilhava alguns dos invasores), acabaram removidos para uma área distante e precária (atual conjunto São Miguel), sendo, contudo, este episódio fundamental na rearticulação do movimento popular. Daí em diante, ganhariam destaque as entidades e associações de bairro, fazendo surgir novas lideranças que obviamente se engajariam também nos embates político-partidários.

A criação da União das Comunidades, ainda em 1978, ligou-se diretamente à questão da favela José Bastos. Tal entidade vinculava-se ao grupo político de Maria Luiza Fontenelle, já em rota de atrito e rompimento com o PCdoB (a ruptura definitiva se daria em 1980). O Partido Comunista do Brasil, por sua vez, em 1982 criou sua própria entidade, a Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza (QUEIROZ, 1985; BARREIRA, 1992; SILVA, 1992; SOUZA, 1995; ESMERALDO, 1998; CARVALHO, 1999; ARAÚJO, 2002; CEARAH, 2002).

29.7 DIVISÃO DAS ESQUERDAS

Na conjuntura de decadência da ditadura e redemocratização do Brasil, ficava evidente o reaparecimento das esquerdas cearenses. Não obstante, em virtude das divergências de princípios e estratégias políticas, tais esquerdas estavam divididas em diversos grupos e organizações. O PCB que antes do golpe de 64 mantinha o domínio no campo das esquerdas no estado, após sofrer várias dissidências, reduziu-se a um pequeno agrupamento de velhos e fiéis militantes. Em meados da década de 70, o PCdoB assumiu a posição hegemônica entre os socialistas cearenses, herdando a militância da Ação Popular (grupo com origens na esquerda da Igreja Católica). Tinham igualmente certa expressão política o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e alguns grupos trotskistas.

Importa ressaltar que, em virtude desses grupos serem considerados clandestinos pela ditadura, muitos ativistas de esquerda alocavam-se legalmente no MDB, que, nessa época, transformou-se de fato numa grande frente democrática – assim, por este Partido, em 1978, os movimentos populares conseguiram que uma de suas líderes, Maria Luiza, fosse eleita deputada estadual. Depois, com o retorno do pluripartidarismo ao Brasil, algumas lideranças de esquerda (sindicalistas, bancários, professores, estudantes, intelectuais, ex-presos políticos, lideranças católicas, etc.), como Gilvan Rocha, Auto Filho, Raimundo Gonzaga de Freitas e William Montenegro, fundaram em 1981 um partido progressista diferente, sem o centralismo das tradicionais agremiações comunistas, o Partido dos Trabalhadores (PT), o qual, por sua vez, compunha-se de várias correntes, como Articulação, Convergência Socialista, Causa Operária e O Trabalho. Nos primeiros anos de sua existência, o PT pregava a negação da ordem capitalista e a construção do socialismo – a partir do início da década de 90, os grupos mais radicais foram expulsos ou saíram do Partido, que passou a defender mudanças sociais sem ruptura com o capitalismo (CARVALHO, 1999; AZEVEDO, 2008; ROCHA, 2008).

29.8 ESTUDANTES E IMPRENSA

A mobilização do final dos anos 1970 ocorreu também nos meios intelectualizados e artísticos. Poetas, repentistas, atores, músicos, artistas plásticos, compositores, escritores, etc. participariam de vários movimentos, vinculando arte e política na defesa da anistia e democratização do País (ver o capítulo 32).

O movimento estudantil retomou a luta no mesmo período. Os CAs da UFC foram reabertos e, em 1979, o DCE foi reorganizado, com direção ligada ao PCdoB. O mesmo verificou-se na UECE. Os secundaristas voltaram a se rearticular também em várias escolas – no ano de 1981 fundou-se a UMES (União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas) e ressurgiu a UNE (União Nacional dos Estudantes). Em 1980, os estudantes da Unifor (Universidade de Fortaleza, privada, criada em 1973 e ligada ao Grupo Edson Queiroz) promoveram uma paralisação que repercutiu na capital – fizeram até greve de fome contra o aumento das mensalidades e houve invasão do campus pela polícia. Afora a influência de partidos e grupos socialistas, havia uma certa influência da esquerda católica no meio estudantil.

O ano era 1984. A “abertura democrática” avançava rápido. Em Fortaleza, porém, aconteceu um fato discrepante: dois jovens, moradores do Conjunto Ceará e simpatizantes das esquerdas (mas sem vínculos partidários), influenciados pelo livro A Ilha, do jornalista Fernando Morais, sequestraram um avião com 158 passageiros, exigindo ir a Cuba, onde, supunham, aprenderiam técnicas de guerrilha para “fazer a revolução do Brasil”. Seus nomes: João Luis Araújo e Fernando Santiago, que levou ainda a esposa Raimunda Aníbal e a filha, Fernanda, então um bebê de três meses.

Diziam que se não fossem atendidos, explodiriam uma bomba no avião. Era tudo blefe, mas incrivelmente conseguiram dominar a situação. Quando chegaram a Paramaribo, capital do Suriname,

trocaram os passageiros por gasolina, permanecendo com a tripulação da aeronave. Idealista politicamente, os jovens não se prepararam adequadamente para a ação, como demonstra um fato jocoso: o piloto do avião não tinha mapas para chegar a Cuba. Fernando disse que tinha um consigo, na mochila – tratava-se de um mapa num livro escolar...

Ao chegaram a Havana, permaneceram mais de um mês em observação, sabatinados com perguntas que tinham o objetivo de descobrir alguma razão oculta naquela empreitada. Os cubanos concluíram que os rapazes falavam a verdade e a partir daí passaram a apoiá-los. Ficaram na ilha por 10 anos, tendo os estudos custeados pelo governo. Todos voltaram ao Brasil em 1995, após o crime ter prescrito. Fernando atualmente (2015) mora em Minas Gerais; João Luis, psicólogo, vive em Ipueiras, no interior cearense. Raimunda Aníbal separou-se de Fernando ainda na ilha e casou-se novamente, com um cubano, do qual depois enviuvou. Em 2001, o cineasta Bené Saboia produziu um documentário sobre o episódio, Último Pau de Arara (RABELO FILHO, DUQUE, 2007).

Em 1977 surgiu o jornal alternativo Mutirão, dirigido por Célia Guabiraba, Gervásio de Paula e Dedé de Castro. Com uma linguagem crítica, denunciava os arbítrios da ditadura, trazendo propostas de reorganização da sociedade, particularmente do movimento popular. O Mutirão foi um marco das lutas democráticas no estado. Muitas matérias eram censuradas e o jornal teve sérios problemas com o governador Virgílio Távora (1979-83), ao publicar uma reportagem de sentido dúbio sobre as atividades assistencialistas da primeira-dama, Luiza Távora, no Farol do Mucuripe junto às prostitutas. Foi o que faltava para VT proibir a impressão do periódico pelas gráficas cearenses (passou a ser impresso em outros estados). Sua venda na cidade era praticamente clandestina.

Os grandes meios de comunicação, de modo geral, continuavam a apoiar a ditadura e os coronéis, ocorrendo uma autocensura em relação à movimentação popular. No jornal “O Povo” não havia censura prévia, nem proibição de falar sobre determinado assunto ou pessoa, mas era frequente o envio de bilhetes por José Raimundo Costa, da administração do jornal, para os repórteres, fazendo

comentários críticos, com observações no sentido de que determinados tipos de matérias deveriam ser evitadas. Já no "Diário do Nordeste" [fundado em 1981] havia uma lista de pessoas e assuntos que não podiam ser tratados. Greve de estudantes, crise no abastecimento de gás, água mineral, enfim, eram exemplos de assuntos que não poderiam ser abordados em matérias que ferissem os interesses do Grupo Edson Queiroz, com negócios em todas as áreas citadas. Além disso, nomes como Maria Luiza Fontenelle, Iranildo Pereira, Paulo Lustosa, Fávila Ribeiro, Dom Aloísio Lorscheider não podiam ser citados no jornal (VIDAL, 1994: 113).

Os conservadores e o governo buscavam inocuamente reagir ao desmoronar do regime. A polícia espionava, reprimia as mobilizações; líderes populares eram detidos. Notabilizaram-se as violências praticadas por ordens do secretário de segurança do segundo governo de Távora, coronel Assis Bezerra, através do COE (Comando de Operações Especiais). Em 1979 foram detidos em Fortaleza sete membros do Movimento Anticomunista (MAC), responsável por cinco atentados a bomba na capital cearense – um dos quais no DCE da UFC. Queriam tumultuar o processo de abertura democrática.

No ano de 1984, organizou-se o maior comício até então realizado em Fortaleza, com 40 mil pessoas, a favor das "Diretas-Já" e da redemocratização do País. Todos esses eventos indicavam o colapso político da ditadura. Pouco tempo depois, os militares e os coronéis cearenses deixaram o poder (VIDAL, 1994; PORTUGAL, 2008; AZEVEDO, 2008; SOUSA, 2008).

29.9 MOBILIZAÇÃO SERTANEJA

O interior cearense, por sua vez, foi palco de importantes embates nos anos 1970. Os problemas relativos ao latifúndio, aos direitos estabelecidos pela legislação e não cumpridos pelos patrões, bem como as condições miseráveis dos sertanejos concorreram para a mobilização de parte dos trabalhadores, apoiados pelos partidos de

esquerda e pela ala progressista da Igreja Católica.

Em 1971 houve um confronto por terra na fazenda Japuará, em Canindé. O latifúndio, com mais de dois mil hectares, fora vendido em 1968 a um novo proprietário, o qual desejava a saída dos moradores que ali já trabalhavam. Os moradores se recusaram a sair e passaram a sofrer ameaças e violências. O dono da fazenda enviou primeiro um bando de “cabras” e, depois, a polícia para desalojar os sertanejos. Estes resistiram e no conflito morreram um tenente (degolado a foice) e dois soldados da polícia, além de um capanga e um trabalhador. A seguir, as forças policiais praticaram várias violências contra os agricultores, inclusive mulheres e jovens menores de idade. Muitos seriam detidos. O governo federal, por fim, acabou desapropriando a terra e entregando-a aos sertanejos. Teria sido a primeira reforma agrária ocorrida no estado do Ceará. Em 1984 todos os trabalhadores envolvidos no confronto foram julgados e considerados inocentes, por legítima defesa.

Mutirão 06

A DEMOCRACIA RENASCE

Senador Paulo Brossard (pág. 5)

· CARLOS CASTELO BRANCO
· PATATIVA DO ASSARÉ · EDMUNDO DE CASTRO
· HENFIL · PEDRO ZAMORA · ADISIA SÁ
· MÁRCIO MOREIRA ALVES

O jornal Mutirão fazia duras críticas

à ditadura e às oligarquias cearenses

No final da década de 70, os principais movimentos rurais registrados ocorreram na área irrigada da Várzea do Boi, em Tauá, e na fazenda Monte Castelo, em Quixadá. Na primeira, trabalhadores, após denunciarem irregularidades praticadas por administradores do Departamento Nacional de Obras Contra Seca (Dnocs), foram pressionados a saírem da área. Os camponeses não se intimidaram e, com o apoio de várias entidades, resistiram, ganhando a causa na Justiça.

Em Quixadá a questão estava no não-cumprimento das leis. Obrigavam-se os trabalhadores a entregar ao patrão, no sistema de parceria, bem mais do que o devido. Os sertanejos mobilizaram-se e se negaram a entregar a produção. O juiz da comarca, aliado do proprietário da fazenda, chegou a determinar o sequestro de bens das famílias dos lavradores. A luta então foi assumida pela reorganizada Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Ceará (Fetraece) e pelo clero progressista. Em 1981, o judiciário deu ganho de causa aos trabalhadores. “Inconformado com o resultado, o proprietário instruiu o gerente da fazenda a cometer atos de violências contra os trabalhadores. Os conflitos se acirraram, terminando numa troca de tiros entre os trabalhadores e o gerente, resultando na morte deste. (...) Em 1982, foi executada a desapropriação [da fazenda Monte Castelo], beneficiando 82 famílias” (HOLANDA, 2006: 28).

Nos anos 1980, desencadear-se-iam novas lutas, notadamente nos Inhamuns, sertão central e litoral, tombando várias lideranças (COSTA, 1993; OCHOA, 1989; CARVALHO, 1999; HOLANDA, 2006; RETRATO, 2011; BARROS, 2013).

29.10 A SECA DE 1979/84

Agravando as dificuldades dos cearenses, teve-se entre 1979/84 grave estiagem – a mais longa seca do século XX. Uma hecatombe socioeconômica. Atingiu duramente a pecuária e a cotonicultura (que entrou em colapso nesse momento). Foi a primeira seca

“global”, pois os novos meios de comunicação deram maior realismo e dramaticidade à situação sertaneja. As emissoras de tv apresentavam ao vivo um sertão cinzento e esturricado, o gado morto de fome e sede, a população esquelética, subnutrida e doente. Pessoas morriam de fome, enquanto outras apresentavam como único alimento diário água barrenta com açúcar, uma xícara de café com farinha ou ratos e urubus. Crianças de 13 anos tinham aparência de sete. Houve uma sucessão de invasões e saques em vários municípios cearenses – muitos comerciantes, temendo os saques, distribuíam alimentos na intenção de acalmar os famintos.

O País quedou estarrecido. Campanhas foram feitas arrecadando comida e recursos para “salvar urgente” o nordeste. Enquanto milhares de pessoas migravam para Fortaleza (agravando ainda mais as contradições sociais da capital), milhões de cruzeiros mandados pelo governo federal e entidades privadas desapareciam nas mãos de políticos, elites e encarregados da ajuda, que amealharam fortunas. O Bispo de Crateús, D. Fragoso, lançou em 1983 documento condenando aquelas campanhas. Segundo o Bispo, tais campanhas criam confusão, não chegando a todos que necessitam; com esmola não se acaba com a miséria, mas com trabalho, terra e justiça. O documento critica ainda os ricos da televisão, dos clubes e políticos (...) [que] querem dar esmola para enganar(CAMPOS, 2004: 77).

O governo enviou caminhões-pipa para distribuir água no interior e abriu frentes de serviços (construção de açudes, cacimbas, estradas, etc.) para atenuar a tensão social e controlar os sertanejos, tentando mantê-los nos lugares de origem. Homens, mulheres e crianças trabalhavam duro, quebrando e carregando pedras sob um sol escaldante e submetidos à arbitrariedade e à exploração dos encarregados das obras. Muitas pessoas desmaiavam ou passavam mal durante o trabalho. No nordeste todo, mais de dois milhões e 600 mil pessoas foram alistadas nessas frentes, cujas obras normalmente beneficiavam os proprietários de terra. Os salários eram baixos e entregavam-se modestas cestas básicas aos trabalhadores. O alistamento nas tais frentes era humilhante: multidões em desespero se concentravam nas cidades para conseguir uma vaga. Não raras vezes surgiam desentendimentos entre os camponeses e confrontos com a polícia quando dos

alistamentos (VILLA, 2000; PARENTE, 2000; CAMPOS, 2004).

29.11 VIRGÍLIO TÁVORA

Em março de 1979, Virgílio Távora assumiu pela segunda vez o governo cearense (1979-82). Apesar de toda a agitação social no estado e no País, não havia grande oposição nos meios institucionais. A maioria da Assembleia Legislativa era subserviente, e VT contava igualmente com o apoio de todas as lideranças empresariais (muitas das quais beneficiadas por VT na obtenção de créditos públicos e sua política de industrialização) e dos meios de comunicação – com a massificação da televisão nos anos 1980, ela se tornou um instrumento de legitimação do poder, influenciando a população no processo eleitoral e de sustentação das elites e governantes no poder.

Não por acaso, Távora criou a Secretaria de Comunicação que, entre outras funções, centralizava as informações sobre o governo e controlava a publicidade. Havia uma relação de franca colaboração entre governo e meios de comunicação, com o primeiro liberando verbas e informações para o segundo e este respondendo com matérias favoráveis a Virgílio.

Na intenção da atenuar a crescente tensão social do estado, Távora implementou várias obras assistencialistas, coordenadas pela esposa Luíza Távora, que, por isso, ficou conhecida como a “Mãe dos Pobres”. No fundo, o objetivo de tais ações em favelas e na periferia era ocupar espaços e barrar as lideranças populares de esquerda, sobretudo a de Maria Luíza Fontenelle. Tais bondades se revelariam uma verdadeira máquina de votos para a família Távora.

Na área econômica, Virgílio lançou o II Plano de Metas Governamentais (PLAMEG II), cujo objetivo central estava em continuar e consolidar a modernização conservadora, intensificando o modelo de desenvolvimento industrial que lançara na primeira gestão nos anos 1960. Foi para tanto beneficiado pela

administração do presidente da República, Ernesto Geisel. Este, percebendo o crescimento das oposições à ditadura no sudeste brasileiro, buscou o apoio das elites de outras regiões, possibilitando-lhes vantagens econômicas – era a chamada "descentralização do desenvolvimento".

Assim, com recursos enviados por Geisel, destacadamente via Sudene/BNB/Finor, Távora conseguiu transformar o Ceará no terceiro polo industrial do nordeste (com atenção para os setores têxtil e metal-mecânico), atrás apenas de Bahia e Pernambuco. Através do planejamento governamental, o Estado construiria obras de infraestrutura e daria isenções fiscais às empresas privadas – apoiando a burguesia local para que ampliasse e modernizasse suas fábricas e atraindo empresas do centro-sul.

Entre as obras estruturais mais importantes estavam a construção do sistema de açudes Pacoti-Riachão (para abastecer Fortaleza), a expansão da energização rural, a construção de várias rodovias no interior, a ampliação e internacionalização do aeroporto Pinto Martins, reforma no Porto do Mucuripe e a conclusão do Distrito Industrial, em Maracanaú.

Virgílio em sua segunda gestão: co[illegible]

29.12 O CREPÚSCULO DOS CORONÉIS

No final dos anos 1970 e início dos 80, mudanças sociais, econômicas e políticas abalaram o poder dos coronéis cearenses (explicaremos essas mudanças em detalhes no próximo capítulo). Tinham eles preparado a modernização conservadora do estado, mas ironicamente não usufruiriam das "benesses" desse processo, isto é, não permaneceriam com o poder político. Este acabou passando para as mãos da crescente burguesia industrial cearense, fortalecida com a própria política industrialista dos coronéis.

Para complicar, o elemento externo e fundamental para a sustentação do Acordo dos Coronéis estava desmoronando: a ditadura militar. A democracia liberal que se almejava implantar no País naquele início dos anos 1980 soaria como um golpe de morte para as tradicionais oligarquias cearenses, as quais apresentavam VT, César Cals e Adauto Bezerra como porta-vozes.

A derrocada dos coronéis notabilizou-se com o restabelecimento do pluripartidarismo no Brasil em 1979. Enquanto a maioria do MDB-CE se aglutinaria em torno do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a Arena, que virou Partido Democrático Social (PDS), apesar de inicialmente ter aglutinado os coronéis, acabou dividindo-se em três partidos, cada qual comandado por um dos três políticos. A sigla PDS ficou apenas com Virgílio Távora, enquanto Adauto comandava o dissidente Partido Frente Liberal (PFL), atual Democrata, e César Cals, o Partido Social-Democrático (PSD).

Expunha-se mais uma vez a fragilidade das velhas oligarquias cearenses. O Acordo dos Coronéis estava com os dias contados. Não era mais possível conciliar seus interesses num regime democrático. Sem a mão forte da ditadura impondo qual dos três coronéis comandaria o Ceará, intensificou-se a luta entre eles próprios, para ver com quem ficaria tal domínio. Como nem Távora, Bezerra ou Cals apresentavam condições de empolgar sozinhos a política estadual, dividiram-se e enfraqueceram-se mais ainda, perdendo o

poder para um ascendente grupo de empresários.

As dificuldades de convivência dos coronéis com a democracia liberal ficariam patentes em 1982, quando da sucessão de Távora – embora tenham ainda ali conseguido dar uma sobrevida ao Acordo dos Coronéis. Naquele ano ocorreram as primeiras eleições diretas para governador do estado desde o golpe de 64. Os três coronéis perceberam a importância do pleito para a sobrevivência de seus grupos oligárquicos. Adauto há muito havia se lançado candidato ao governo. Por sua vez, Virgílio, desincompatibilizando-se do cargo de chefe do Executivo na pretensão de concorrer a uma vaga no Senado (o governo passou para o vice, Manoel de Castro), desejava colocar alguém de confiança no cargo e indicou para tal Aécio de Borba. César Cals, contudo, não concordou com as aspirações dos colegas coronéis, almejando igualmente o cargo. Dessa forma se criou um gigantesco impasse quanto à sucessão cearense.

Levou-se a questão para Brasília, com a convocação de uma reunião pelo presidente-general João Batista Figueiredo. Virgílio Távora, a essa altura, decidira escolher um nome de seu antigo secretariado suficientemente competente e aparentemente dócil a seu comando para apresentá-lo como candidato neutro na dita reunião. Era o Sr. Luiz Gonzaga da Fonseca Mota, professor da UFC, técnico do BNB e, até pouco, secretário de Planejamento de seu governo; apresentava-se, assim, como um candidato distante dos interesses grupistas, por ser, antes de mais nada, um técnico e não um político. Era mais uma jogada do astuto coronel: o novo governador sairia de seu colete (RORIZ JÚNIOR, 1986: 59).

Em março de 1982, na capital federal, César, Adauto e Virgílio assinaram o denominado Acordo de Brasília – uma forma de dar, como dissemos, uma continuidade à política dos coronéis firmada nos anos 1970. Os três decidiram que Gonzaga Mota, “um homem neutro”, seria o candidato de consenso do governo; Adauto seria o vice-governador; Virgílio concorreria ao Senado e César Cals ganharia a prefeitura de Fortaleza (entregue ao seu filho, César Cals Neto). O acordo determinava ainda que as secretarias e os cargos de 1º e 2º escalões deveriam ser repartidos, literalmente loteados, entre os três políticos, com 33,3% para cada um (MOTA, 1985; RORIZ

JUNIOR, 1986; LEMENHE, 1995; LINHARES, 1996; CARVALHO, 1990; CARVALHO, 1999; PARENTE, 2000; PARENTE, ARRUDA, 2002; SARAIVA, 2011).

29.13 AS ELEIÇÕES DE 1982

Para o pleito de 1982, o PMDB lançou uma chapa tendo como candidato a governador Mauro Benevides e, ao Senado, Dorian Sampaio. O pequeno PT também tinha sua chapa: o municipalista Américo Barreira para governador, e o ex-preso oilítico William Montenegro para o Senado.

Esses candidatos opositores apresentavam poucas chances na eleição. O esquema governista era absoluto. Não houve sequer empenho dos chefes políticos municipais em organizar grandes comícios em torno do candidato do PDS; Mota não realizou comício na metade dos municípios. A disputa real se travava era entre os três coronéis, desejosos de exibir sua força político-eleitoral, elegendo o maior número possível de deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores.

Nesse quesito, VT levou vantagem, sendo o grande vitorioso na disputa interna entre os coronéis. O governador interino, Manoel de Castro, usou a máquina estatal abertamente para beneficiar Távora. Conta-se que, num só dia, mais de 13 mil funcionários públicos foram contratados – no total, acabaram contratados mais de 16 mil. Jornais da capital registravam denúncias formuladas por um agrupamento [dos coronéis] contra outro, tais como manipulação de convenções para a escolha de candidatos a prefeito, compra de votos, várias irregularidades nas formas de alistamento eleitoral, demissões/contratações de servidores, ameaças de suspensão de vantagens concedidas a trabalhadores e de incriminações – sobretudo dos candidatos a deputado -, de invasão de territórios (LEMENHE, 1995: 219).

À exceção de Fortaleza, onde foi ampla a vitória do candidato do

PMDB (58,4% dos votos), o triunfo do PDS no Ceará foi o mais expressivo em todo o País: ancorado no prestígio dos três coronéis, Gonzaga Mota obteve 63% do total de votos contra magros 22% do candidato do PMDB; elegeu 34 deputados estaduais (contra 12 do PMDB) e 17 federais (o PMDB, apenas dois); no plano municipal, elegeu 136 prefeitos, enquanto o PMDB contabilizou apenas cinco.

Esse poderio dos coronéis, todavia, era só aparente. As condições materiais daquele momento e a conjuntura de crise local e nacional os enfraqueciam cada vez mais. Dificilmente poderiam permanecer muito tempo no poder (MOTA, 1985; RORIZ JUNIOR, 1986; MARTINS, 1993; LEMENHE, 1995; CARVALHO, 1990; PARENTE, 2000; PARENTE, ARRUDA, 2002; SARAIVA, 2011; SARAIVA, 2014).

29.14 MOTA: O INÍCIO DO FIM

Gonzaga Mota, chamado pelos amigos de “Totó”, iniciou seu período governamental (1983-87) refém do Acordo de Brasília. Limitava-se à mesa de despachos, oficializando aquilo determinado pelos coronéis. Entretanto, o governador não permaneceria assim toda a gestão; perfil jovem (40 anos), entusiasmado com o poder que detinha, vendo a fragilidade política dos coronéis e incentivado por vários setores sociais, Gonzaga foi ao longo de seu mandado rompendo gradativamente com os fragilizados coronéis, buscando formar sua própria facção (os gonzaguistas).

Mota passou a colocar “figuras-chave” nos principais postos da máquina pública. Essas figuras, coincidentemente, eram quase todos seus familiares, o que foi denunciado pelas oposições como nepotismo. Assim, por exemplo, na Secretaria de Saúde nomeia seu irmão, Henrique Mota, Chefe de Gabinete, “fantasiado de bezerrista”; na Secretaria de Urbanismo Municipal instala o segundo irmão, Antunes Mota; e, em sua Assessoria Especial, põe à frente o cunhado, coronel Uirandé Borges, no papel de articulador político e aliciador interiorano nas horas vagas. Este [revelou-se] um homem

experiente, que [costumava] criar, nas cidades em que os prefeitos [eram aliados], autarquias e órgãos, para melhor alocar as verbas generosas proporcionadas aos amigos do governador (RORIZ JUNIOR, 1986: 71).

Gonzaga Mota queria ser o "quarto coronel" e em breve formou um agrupamento. Recebeu inúmeras adesões dos segmentos políticos mais fisiológicos do estado. Mas o governador enganava-se; sua força era apenas ilusória. Os "aliados" apareciam, sobretudo, em virtude do poder "atrativo" do Executivo – tanto que, depois, ao sair do governo, o "gonzaguismo" sumiu por completo da cena política cearense.

Mota reproduzia em seu mandato os vícios das administrações dos velhos coronéis: clientelismo, empreguismo, desorganização da máquina pública, denúncias de corrupção, ineficiência... Explodiam escândalos a todo momento em vários órgãos do Estado. Conta-se que várias portarias de nomeação de funcionários públicos foram dadas a deputados e cabos eleitorais para distribuição com eleitores. Teria havido mesmo caso de um deputado estadual que pôde dispor de 200 portarias para oferecer "de presente" aos formandos de uma turma que paraninfou.

Gonzaga Mota foi eleito conforme as normas da época governador em busca de

As ações corajosas de Mota ganharam espaço na mídia nacional. Em 1983, iniciaram-se as articulações visando a sucessão presidencial. Mota, em primeiro momento, solidarizou-se com o presidente Figueiredo, comprometendo-se a apoiar o candidato deste, fosse quem fosse. Depois, Gonzaga decidiu apoiar o nome de Aureliano Chaves – enquanto Figueiredo se pronunciava em favor da candidatura de Mário Andreazza.

Em virtude disso, o Executivo cearense rompeu com o governo federal e ficou entregue à própria sorte. A discriminação governamental não tardara. O Ministério do Interior [realizou] convênios com a Sudene e o Dnocs, para evitar que (...) verbas passassem para as mãos do governador. Imediatamente, Mota [rebelou-se] mandando o diretor-geral do Dnocs rasgar o contrato, afirmando que "aquilo era uma humilhação não para ele, mas para o povo cearense" (RORIZ JUNIOR, 1986: 72).

Para complicar, sentiam-se os efeitos da catastrófica seca de 1979/84 e da própria crise econômica do País. A economia agropecuarista estava praticamente arruinada (encolheu de 18% para 7%) e o Ceará, quase falido, sem créditos e endividado. Greves eclodiam na máquina estatal; o funcionalismo público teve seus vencimentos atrasados vários meses; o governo, para atenuar a situação, dava aos servidores vales, que a irreverência popular chamava de "gonzaguetas", o "dinheiro" de Gonzaga Mota.

Com a frustração de Aureliano Chaves em não conseguir ser indicado pelo PDS candidato às eleições presidenciais indiretas de 1985 (o nome pedessista foi o de Paulo Maluf), Mota ganhou mais destaque nacional ao ser um dos principais articuladores da Aliança Democrática, coligação entre PMBD e PFL a qual lançou a candidatura oposicionista e vitoriosa de Tancredo Neves.

Meados da década de 80. Secas, avanço da industrialização, movimentação popular, colapso do algodão, crise da pecuária, declínio da ditadura, divisão e enfraquecimento das já divididas e enfraquecidas oligarquias tradicionais cearenses. Tínhamos um momento de rupturas; a conjuntura favorecia a ascensão de novas forças políticas.

Em 1985, elegia-se para a prefeitura de Fortaleza a candidata do modesto PT, Maria Luíza Fontenelle (recém-ingressa no Partido). Pela primeira vez em nossa história, um elemento dos setores populares, de esquerda, socialista, chegava pelo voto ao poder de uma capital importante. Contudo, não seriam os setores progressistas da sociedade que dominariam a política local. Ao contrário, isso ficaria a cargo de uma facção da própria classe dominante, também oligárquica, mas travestida de nova e moderna: a crescente burguesia industrial cearense, que em 1986 conseguiu eleger para governador do Estado o jovem empresário Tasso Ribeiro Jereissati. Eram as mudanças (MOTA, 1985; RORIZ JUNIOR, 1986; LEMENHE, 1995; CARVALHO, 1990; PARENTE, 2000; PARENTE, ARRUDA, 2002; SARAIVA, 2011; SARAIVA, 2014).

Capítulo 30

A geração Cambeba

30.1 A FORMAÇÃO DA BURGUESIA CEARENSE

Em 15 de março de 1987, o estreante na

O CIC fora fundado em 1919 com o objetivo de defender os anseios da embrionária indústria cearense e preparar a frágil classe empresarial para contrapor-se ao operariado que, naquele momento, igualmente se arregimentava por melhores condições de vida. Entre os seus primeiros presidentes estavam Tomás Pompeu de Sousa e o ex-governador João Tomé de Saboia e Silva (1916-20). Contudo, num estado pobre, de economia agroexportadora, em rigor eram poucos os interesses industriais a representar. Assim, já nos anos 20, o CIC acabou esvaziado com o aparecimento de outras entidades de classe, como a Federação da Agricultura, Comércio e Indústria do Ceará (FACIC), de 1929, que reunia ao mesmo tempo comerciantes, industriais e proprietários rurais.

Em 1950 apareceu a Federação das Indústrias do Ceará (Fiec) – da mesma forma que suas congêneres em outras unidades da federação, dentro da concepção sindical getulista –, cujo presidente passou a acumular automaticamente a presidência do CIC. Este atrelamento entre as duas entidades permaneceria até 1978, quando um grupo de jovens empresários assumiu o controle do Centro Industrial e implantou sua autonomia em relação à FIEC.

No que diferiam esses novos empresários? E por que obtiveram tanto destaque a ponto de assumirem o governo do estado? O que defendiam? Para responder a tais indagações, é preciso rever alguns aspectos da história econômica cearense.

O Ceará sempre foi uma área periférica e pouco dinâmica do Brasil. Estado pobre, de solos áridos, sujeito a secas periódicas, distante dos grandes polos do capitalismo mundial, com uma estrutura fundiária intocada, elevada concentração de renda, o Ceará nunca apresentou elites fortes como acontecia na Zona da Mata açucareira de Pernambuco e Bahia. Por séculos, sua frágil economia baseou-se no comércio, na produção agropastoril, na lavoura de subsistência e nas atividades extrativistas.

A partir dos anos 1960, porém, no contexto do nacional-desenvolvimentismo e na crença de que a solução para superar o subdesenvolvimento estava na industrialização, começou-se a mudar o perfil econômico do Ceará. A modernização conservadora cearense fez-se com o planejamento governamental e com apoio do

Estado – daí a importância do governo dos coronéis, especialmente das gestões de Virgílio Távora (1962-66/1979-82), e de órgãos como o Banco do Nordeste (BNB, em 1954) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene, criada em 1959). Coube ao Estado fornecer os estímulos industriais (obras de infraestrutura, financiamentos e isenções fiscais), pois a burguesia local não dispunha de capital para tanto.

As elites cearenses e as diminutas classes média e alta acumularam riquezas basicamente com a agropecuária (sobretudo, algodão) e o comércio, afora o desempenho de atividades liberais e de importantes funções na máquina pública. O Estado sempre desempenhou um papel destacado para a ascensão social no Ceará, gerando oportunidades através de concursos ou da criação de órgãos nos quais se acomodavam funcionários graduados, não raras vezes utilizando-se de apadrinhamentos políticos e bajulação.

Ante a concentração de renda, a quantidade de ricos é infinitamente diminuta em relação ao grosso da população. Há especulações sobre a origem das fortunas de muitos elementos da elite local, visto que grandes patrimônios se fizeram "da noite para o dia". Nos anos 1950 e 1960, criou enorme celeuma no estado as denúncias de contrabando envolvendo autoridades, políticos e homens de dinheiro. Café, uísque, carros, trigo, tecidos, açúcar, etc. eram desembarcados clandestinamente nas praias de Aracati, Camocim e Chaval, produtos sem nota fiscal, burlando, assim, o fisco. Não por acaso, o Golpe de 1964, feito no discurso dos conspiradores para "acabar com a corrupção", cassaria alguns parlamentares cearenses.

Sobre o tema, há o livro Aldeota, de Jáder de Carvalho. Publicado em 1963, a obra mistura ficção com aspectos reais da sociedade de Fortaleza, revelando a origem pouco nobre de várias fortunas e mal disfarçando alguns nomes verdadeiros.

O livro de Carvalho logo esgotou e ganhou uma aura de "proibido" (ganhou uma nova edição apenas em 2003). Vale lembrar que a elite econômica local, mesmo buscando conforto, signos exteriores de ostentação e diferenciação social, não possuía um patamar financeiro que a situasse como tal em áreas mais ricas do Brasil. Ou seja, ante a pobreza geral do povo cearense, os poucos ricos destacavam-se no estado, embora, num contexto nacional, se

mostrassem inexpressivos (CARVALHO, 2003; SARAIVA, 2012).

Assim, aos poucos, o Ceará foi efetivamente se industrializando – em geral com fábricas do setor tradicional, ou seja, indústrias alimenticias, têxteis e de vestuário, calçados e artefatos de tecidos – e possibilitando o fortalecimento político da burguesia local. Esta era composta na maior parte por cearenses natos, autodidatas, homens com pouca instrução, formados nos balcões e nas máquinas. A maioria desses empresários acumulou patrimônio através de atividades comerciais anteriores e reuniam-se na tradicional Fiec, apresentando uma visão corporativista do mundo (ou seja, preocupavam-se apenas com o interesse dos industriais), beneficiando-se dos financiamentos e clientelismo do Estado.

A Fiec, por isso, não questionava as estruturas de poder que, obviamente, eram favoráveis aos seus membros. Limitava-se a apoiar as ações dos governantes e tecnocratas nacionais, mostrar fidelidade à ditadura e beneficiar-se de recursos públicos. Era uma instituição conservadora.

Durante a ditadura militar, o presidente da Fiec, José Flávio da Costa Lima, chegou a enviar, com empresários de outros estados, um documento ao presidente João Figueiredo, expondo temores com a distensão política e o retorno à democracia. É bom lembrar que boa parte do empresariado brasileiro tinha apoiado o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar, inclusive, colaborando materialmente com a repressão e eliminação física dos opositores (SAMPAIO FILHO, 1985; ABU-EL-HAJ, 1990; PARENTE, 1989/90; CARVALHO, 1990; MARTINS, 1993; LEMENHE, 1995; PARENTE, 2000; PARENTE, ARRUDA, 2002; NETO, 2009).

30.2 OS JOVENS EMPRESÁRIOS E O CIC

No final da década de 70, não obstante, surgiu uma nova geração de empresários no Ceará que foi aos poucos assumindo o comando da indústria e comércio. Era um grupo mais ou menos homogêneo,

de idade variando entre 35 e 45 anos, diferente dos pais pelo fato de terem passado pela universidade e feito cursos de pós-graduação. Os rapazes tinham, pois, maior embasamento teórico e técnico e uma concepção diferente da realidade. Sabiam, estudavam o que era capitalismo, o que é uma economia capitalista e qual deve ser o comportamento dos capitalistas.

Para aqueles jovens empresários, não deveriam os industriais estar sujeitos aos burocratas estatais ou a políticos que os representassem, mas no comando do Estado. Não lhes agradava ter de pagar propina para conseguir recursos para um projeto industrial; não desejavam depender dos humores dos tecnocratas da ditadura – tudo isso dificultava a acumulação de capitais, o que se agravou com a crise econômica vivida pelo estado no final dos anos 1970 e começo dos 80. Queriam eliminar os intermediários, almejavam um Estado menos intervencionista, saneado financeiramente, rápido, ágil, moderno, a seu total dispor. Um Estado que subordinasse a política aos objetivos do mercado, estimulasse a expansão dos negócios privados e o crescimento econômico.

Em 1978, o presidente da Fiec, José Flávio da Costa Lima, percebendo a homogeneidade desse grupo jovem e suas diferenças com os tradicionais empresários, resolveu ceder-lhe o quase desativado CIC que, dessa maneira, foi desligado da Federação das Indústrias. A intenção de Costa Lima era que os “meninos” desenvolvessem suas potencialidades, uma vez que era difícil a convivência dessas duas gerações numa mesma entidade.

A partir daí o CIC entrou numa nova fase, mobilizando não só o empresariado, mas outros segmentos sociais e tendo notável presença na vida pública cearense. Ao contrário do corporativismo da Fiec, o Centro Industrial buscava também contato com os movimentos sociais, especialmente com a facção empresarial paulista conhecida por “Grupo dos Oito”, que, em 1978, já havia lançado um manifesto defendendo a abertura política.

O primeiro presidente do CIC nessa nova etapa (gestão 1978-1980) foi Benedito Clayton Veras Alcântara (Beni Veras), do ramo de confecções (executivo da Indústria Têxtil Guararapes). Natural de Crateús, filho de um alfaiate marxista, militou no movimento estudantil e foi ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que

lhe deu uma boa experiência nos movimentos de massa – era considerado o "guru" do grupo. Ao lado de Beni estavam outros pesos pesados da economia cearense como Tasso Jereissati (Grupo Jereissati), Francisco Assis Machado Neto (Construtora Mota Machado), Byron Costa de Queiroz (executivo do Grupo Ivan Bezerra), José Sérgio de Oliveira Machado (Indústria Têxtil Vilejack), Edson Queiroz Filho (Grupo Edson Queiroz), Ednílton Gomes de Soarez (Colégio Sete de Setembro) e Amarílio Proença de Macedo (Grupo J. Macedo).

A nova postura do CIC logo provocou alguns atritos com o conservadorismo da Fiec – o que, contudo, não era suficiente para uma ruptura estrutural, pois, afinal, todos eram empresários: Beni, Tasso, Amarílio e os outros. romperam com o estigma corporativista de que as entidades representativas patronais estavam impregnadas. Desenvolveram um projeto político arrojado de sociedade. O CIC começa a defender uma gestão empresarial da administração pública, sem clientelismo, fisiologismo, paternalismo ou corrupção. Critica duramente o mau gerenciamento dos recursos públicos, a grande quantidade de funcionários públicos com baixa produtividade e a falta de um projeto econômico compatível com os anseios empresariais mais modernos.

Os jovens empresários também atacavam os desequilíbrios regionais do Brasil e defendiam a indústria do nordeste – para eles, o governo federal privilegiava a economia do centro-sul. Posicionavam-se contra o controle e intervencionismo estatal na economia (esse discurso, note-se, aparecia sem o vigor que ganhou nos anos 1990 com o avanço do neoliberalismo). Chegavam mesmo a dizer que a deterioração social do País ligava-se à inoperância do serviço público e à burocratização do Estado. Apresentavam um discurso de preocupação com a grave questão social brasileira, em especial com a cearense – criam que melhorando o padrão de vida da população, esta consumiria mais vestuários, refrigerantes, cervejas, etc., aumentando os lucros das empresas e dinamizando o mercado. Tinham um discurso social-democrata, de defesa da propriedade privada e do livre mercado, devendo o Estado atuar apenas para estimular a economia e investir nas áreas sociais (educação, saúde, geração de emprego, etc.), combatendo a miséria absoluta – isso, contudo, sem práticas assistencialistas, as quais, para os

empresários, estimulavam a ociosidade, a estagnação e a manipulação política. Na visão do CIC, precisava-se "humanizar" o capitalismo.

Definiram-se as lideranças do CIC, desde o momento da reorganização da entidade, como portadores da missão de "conscientizar" os industriais do Ceará sobre problemáticas locais, regionais e nacionais, de modo a habilitá-los para a atuação política. Instrumentalizam tais propósitos à realização periódica de "debates", "seminários", "encontros", envolvendo personagens do meio empresarial, intelectual e político do País, acontecimentos acompanhados de grande publicidade local e nacional. Cristaliza-se, assim, a substantivação da entidade como fórum de debates.

Há aqui contradições entre o discurso e a prática dos jovens empresários. As raízes familiares os ligavam aos velhos industriais que enriqueceram através dos estímulos, vícios e virtudes do Estado. Os "garotos" do CIC eram "netos" da SUDENE, BNB, etc., instituições que aplicaram vultosas quantias de dinheiro público em suas empresas. Seriam os jovens empresários os mais adequados moralmente para fazer aquelas críticas? E mais: os "meninos" falavam em democracia, porém, em 1979, apoiaram o governador (eleito indiretamente e indicado pelo presidente-ditador Geisel) Virgílio Távora e até deram sugestões administrativas ao secretário de Planejamento do coronel, Luiz Gonzaga Fonseca da Mota. Referendaram a eleição (direta) de Mota para o comando do Executivo estadual em 1982, contra o candidato do PMDB, Mauro Benevides que, pelo menos em tese, representava o ideal de redemocratizar o País.

No ano de 1980, assumiu a segunda direção do CIC na nova etapa, sobre a presidência de Amarílio Macedo e, em 1981, a terceira diretoria, entregue a Tasso Jereissati. No discurso de posse deste há uma passagem na qual, pela primeira vez, fica explícito o projeto burguês de conquista do poder. Disse Tasso: O CIC tem o compromisso em nível estadual regional e nacional com a formação, o mais rápido possível, de uma classe política e forte capaz de influenciar e até assumir o poder (apud MARTIN, 1993: 37).

Com o apagar das luzes da ditadura militar, a crise econômica brasileira e a pressão popular pela redemocratização do País no

início da década de 80, o Centro Industrial incrementou sua atuação política, ganhando cada vez mais uma imagem “progressista” e de oposição aos desmandos reinantes. Os “rapazes” estimulam o governador Gonzaga Mota a romper com os padrinhos políticos coronéis, fundam um comitê “pró-eleições Diretas-Já” para presidente e, com a impossibilidade destas, apoiam a eleição de Tancredo Neves em 1985.

Contudo, possuíam os jovens empresários consciência de que para realizar as mudanças preconizadas, necessitavam, efetivamente, conquistar o poder institucional. A possibilidade de tal intento surgiria em 1986, quando da sucessão do governador Gonzaga Mota (PARENTE, 1989/90; CARVALHO, 1990; MARTINS, 1993; LEMENHE, 1995; GONDIM, 1998; CARVALHO, 1999; PARENTE, 2000; PARENTE, ARRUDA, 2002; MUNIZ, 2007; NOBRE, 2008; BANDEIRA, 2008).

30.3 O “GALEGUINHO”

Mota foi eleito pelo PDS em 1982, para governar o Estado como produto do que foi chamado Acordo de Brasília, em que, por um pacto entre os coronéis Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals, dar-se-ia a cada qual um terço da administração pública, restando a Gonzaga Mota “carimbar os papéis”. Gonzaga, jovem, atiçado por vários setores sociais e sentindo o gosto sedutor do poder, acabou rompendo gradativamente com os coronéis. Ganhou destaque na mídia nacional ao cortar relações com a ditadura e apoiar Tancredo Neves, indo acomodar-se com seu grupo político no PMBD.

Quanto a sua sucessão, em princípio, Gonzaga procurou negociar com os coronéis Virgílio Távora (PDS), César Cals (PSD) e Adauto Bezerra (PFL) para que, com o PMDB, marchassem unidos numa composição de forças imbatíveis. Mas a discussão sobre quem encabeçaria a chapa inviabilizou qualquer coligação.

Depois, Mota pensou em lançar como candidato do PMDB ao governo o ex-senador Mauro Benevides, político. Suas chances de triunfo nas eleições eram remotas, sobretudo, pela falta de recursos financeiros e por ser um nome tão tradicional quanto o dos coronéis. Ao que consta, por intervenção do então presidente da República José Sarney, Gonzaga acabou indicando como candidato, para surpresa de muita gente, o mais destacado daqueles jovens empresários que haviam revitalizado o CIC, Tasso Jereissati.

Tasso Ribeiro Jereissati nasceu em Fortaleza no ano de 1948, sendo filho do senador Carlos Jereissati, figura que exerceu intensa atividade política no estado nas décadas de 50/60 como presidente do velho PTB. Com a morte precoce do Pai, em 1963, o "galeguinho" mudou-se para o centro-sul do País, formando-se em administração na Fundação Getúlio Vargas (São Paulo). Tasso tornou-se um dos homens mais ricos do Ceará, dono de uma holding que envolve shopping centers, hotéis, moinhos, agroindústrias, fábricas de bebidas, etc. Em abril de 1986 ingressou no PMBD a convite de Mota, o que, na prática, não passou de um trampolim para que os jovens empresários conquistassem o comando do Estado – tanto que depois Gonzaga seria implacavelmente renegado pelos "meninos" do CIC.

Para Jereissati, o PMDB era excelente lugar, pois era, antes de tudo, o partido da situação no governo do estado. Em segundo lugar, porque encontra nos princípios defendidos historicamente pelo MDB-PMDB, meios para sacramentar as contestações aos antigos quadros políticos então em disputa. Da parte do PMDB não haveria melhor candidato. O Jereissati traz consigo as bases industriais do CIC e da FIEC e com elas recursos para financiar a campanha eleitoral, tem visibilidade nacional como grande empresário, o apoio de proprietários (locais e nacionais) de meios de comunicação e considerável prestígio junto a setores emergentes das classes médias, conquistado como liderança empresarial progressista (LEMENHE, 1995: 206).

Os jovens empresários necessitavam confrontar-se com duas forças políticas: os três coronéis e suas bases interioranas, bem como as esquerdas que em 1985, elegeram Maria Luíza Fontenele para a Prefeitura de Fortaleza.

Derrotar os coronéis não seria impossível. Em Fortaleza, ante o descontentamento popular com a crise social e econômica, e a oposição das classes médias à ditadura, César, Adauto e Virgílio apresentavam dificuldades de penetração. No interior, os currais eleitorais estavam em franca desestruturação e, não possuindo orientação ideológica, eram facilmente cooptáveis ou atraídos com as promessas futuras dos jovens empresários. Na verdade, o ocaso dos coronéis evidenciava mais uma vez a fragilidade das antigas elites cearenses. Os coronéis dominaram o estado com punho firme graças, especialmente ao apoio da ditadura. Com a democracia liberal, sucumbiram. Ao mesmo tempo, o eixo tradicional da economia, centrado no binômio gado/algodão, e um dos sustentáculos dos currais eleitorais dos coronéis no interior, após sofrer abalos contínuos, estava em ruínas naquele momento.

Tasso derrotou os coronéis na eleição de 1986. As secas nos anos 1970, culmi

Aos poucos os sertanejos vão conquistando sua "independência política", ou seja, rompem os sistemas de troca de favores e fidelidade que assegurava o voto dos trabalhadores aos candidatos dos donos da terra (e nos coronéis). Para tal "independência" (o que não implicava em melhores condições de existência para o povo) contribuiu ainda a ação da ala progressista da Igreja Católica, que, atuando com sindicatos, Comissões Pastorais da Terra (CTP), Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e partidos de esquerda, procurou organizar os sertanejos na mobilização política e luta contra o sistema latifundiário – não foi à toa que nos anos 1980 eclodiram vários conflitos no campo (entre 1985/90 registraram-se 21 assassinatos de trabalhadores rurais).

Surgia no sertão o chamado voto solto, ou seja, aquele voto que não tem uma orientação ideológica que predetermine a sua direção, mas que também já não tem "cabresto". Esse voto, que sempre predominou nas capitais brasileiras e que se expandia pelo interior cearense, podia ser conseguido pela compra – intermediada por cabos eleitorais – ou através de discursos eficazes por meios de comunicação de massa. Discursos eficazes e muita propaganda Tasso realizou nas eleições de 1986.

Quanto às esquerdas, a questão era outra. Em 15 de novembro de 1985 a cidade de Fortaleza conheceu, para temor dos conservadores, uma das maiores surpresas eleitorais de sua história: Maria Luíza Fontenele, do PT, elegeu-se prefeita, derrotando os favoritos Paes de Andrade (PMDB) e Lúcio Alcântara (PFL), e contrariando todas as pesquisas de opinião. Era um evidente sinal de como as tradicionais oligarquias estavam em crise, abrindo espaços para novos atores políticos, entre os quais, obviamente, encontravam-se os jovens empresários e os setores progressistas. Os primeiros tinham um projeto político burguês capitalista; os segundos não possuíam um plano claro alternativo e pagaram um preço alto por isso. As esquerdas, recém-saídas da clandestinidade, não perceberam com realismo o significado daquele momento. Ficaram com suas lutas internas, picuinhas ideológicas e modestos objetivos imediatos – lutas, picuinhas e objetivos que as oligarquias tradicionais e os jovens empresários estimularam em proveito próprio.

Maria Luíza foi eleita prefeita de Fortaleza em 1985 e gestão administrativ

Maria Luíza propôs um modelo de gestão popular que desagradou profundamente determinados setores econômicos e políticos fortalezenses. A prefeita, por exemplo, criou os Conselhos Populares, estimulando a participação direta dos cidadãos, o que irritava a Câmara Municipal; concentrou recursos na construção de casas populares, em detrimentos das grandes obras, o que enfurecia as grandes construtoras e os setores abastados, que continuavam achando que aformosear a cidade era sinônimo de progresso... A suspensão do pagamento de verbas publicitárias desagradou à imprensa, que, dia a dia, enfatizava os aspectos negativos da administração de Maria e omitia ou minimizava pontos positivos. A ocupação de terrenos privados por sem-tetos sem que a Prefeitura nada fizesse para barrá-la indignou os setores proprietários e especuladores fortalezenses. Estabeleceu-se acirrada luta ideológica.

Maria, buscou moralizar a máquina pública, acabando com o empreguismo, com os “funcionários fantasmas”, etc. Não obstante, a imagem vitoriosa da Maria da campanha foi rapidamente substituída pela imagem da prefeita “incompetente”, rótulo que atingiu duramente a esquerda, de modo especial o PT, inviabilizando suas pretensões eleitorais nas disputas majoritárias posteriores no Ceará (CARVALHO, 1999: 131) (MOTA, 1985; CARVALHO, 1990; MARTIN, 1993; LEMENHE, 1995; PARENTE, 2000; PARENTE, ARRUDA, 2002; MUNIZ, 2007; NOBRE, 2008; ROCHA, 2008; BARREIRA, 2008; BRAGA NETO, 2011; BRILHANTE, 2011; SARAIVA, 2011; SARAIVA, 2014).

30.4 AS ELEIÇÕES DE 1986

Foi nesse contexto de ebulição política que ocorreram as eleições de 1986. Os jovens empresários organizaram o “Movimento Pró-Mudança” que, além do PMDB, aglutinou até parte da esquerda cearense, no caso o PCB e o PCdoB. Contra a candidatura de Tasso, os coronéis e as tradicionais oligarquias, reunidos no PFL, PDS e PTB, formaram a “Coligação Democrática”, apresentando Adauto

Bezerra (PFL) como concorrente ao Executivo cearense. O PT, coligando-se com o Partido Socialista Brasileiro (PSB), lançou para governador o padre Aroldo Coelho (PT)

O PT, por sinal, viveria grave crise, quando veio a público a denúncia de que a produção de seus programas na televisão havia sido paga pelos coronéis, os quais, assim, esperavam que a sigla tirasse alguns votos de Tasso, especialmente em Fortaleza, Segundo Gilvan Rocha, em seu livro de memórias, na própria eleição de Maria Luíza, em 1985, a agremiação teria recebido secretamente ajuda em dinheiro do empresário Amarílio Macedo e apoio do coronel Virgílio Távora (então rompido com Gonzaga Mota, que apoiava Paes de Andrade no pleito) para que a TV Cidade produzisse os programa do horário político televisivo (ROCHA, 2008).

Quando o PMDB referendou a candidatura de Tasso Jereissati, os coronéis arguiram a vitória antecipadamente e cometeram o erro estratégico de subestimar o adversário político: "o que é mais fácil para você: disputar com um profissional (Mauro Benevides) ou com um amador (Tasso)?" Jereissati não deixou essa indagação de Bezerra sem resposta: "Sou um amador de poder, mas sou um profissional do espírito público. Toda a minha vida foi pautada nos princípios relativos ao espírito correto da palavra" (MARTIN, 1993: 56).

A campanha desenvolveu-se em meio a um confronto entre o que parecia ser o moderno e o arcaico. O sucesso nacional do Plano Cruzado (lançado pelo presidente José Sarney em 1986, congelando preços e reduzindo a inflação) e a retórica "mudancista" foram importantes para Tasso. A candidatura do "galeguinho" passava-se como uma ruptura com os coronéis, com a ditadura, com o Estado corrupto, ineficiente e paternalista. A ligação da pobreza ao domínio das antigas oligarquias e a promessa de pôr fim à miséria absoluta no campo tiveram bastante ressonância junto ao povo. Pela primeira vez um candidato das elites usava um discurso essencialmente de esquerda. A coligação com os comunistas aproximou Tasso dos movimentos organizados de trabalhadores, enquanto a mobilização dos empresários colocava à disposição da campanha muitos recursos, entre os quais os financeiros. Vários intelectuais, artistas e religiosos apoiaram o projeto das

“Mudanças”.

O discurso do “novo”, ao lado de um eficiente marketing político, elaborado por competentes agentes publicitários nacionais, encantou as massas dos sertões. Ressalte-se que num País no qual parcela significativa da população é pobre, analfabeta ou semianalfabeta e não tem recursos ou acesso facilitados a informações críticas ou alternativas (jornais, livros, etc.), a televisão tornou-se um poderoso instrumento a serviço da classe dominante. A mídia eletrônica tem se caracterizado como fundamental nas eleições. Nesse quesito é impossível negar a superioridade do grupo empresarial que organizou a campanha do candidato do PMDB – pode-se dizer que o marketing de Tasso marcou o início de uma nova forma de fazer propaganda no Ceará, referência mesmo nacional.

O conteúdo da campanha de Adauto era questionável. Fundava-se no slogan “Te conheço Ceará”, buscando lembrar o que os coronéis haviam feito pelo estado, isto é, ressaltando a gratidão e o “voto de favor”, exatamente elementos da política tradicional em que Tasso tanto batia. Adauto apontava que Gonzaga Mota havia “destruído” o Ceará. Jereissati era visto como “candidato dos comunistas” devido à aliança do PMDB com os PCs – em Juazeiro chegou a circular um panfleto no qual se lia que o “Galeguinho” era a “besta-fera” que viria destruir a cidade de Padre Cícero. Paradoxalmente, tachava-se o “Galeguinho” de ser um representante das multinacionais (o empresário produz no Ceará a Coca-Cola, produto tido como símbolo do imperialismo norte-americano). Denunciavam-se violências praticadas por Tasso contra trabalhadores rurais nas propriedades do grupo Jereissati. Esforço inútil de Bezerra. Com o colapso da cotonicultura, ruíram também suas bases interioranas. O longo ciclo dos coronéis o havia desgastado. Até a expressão “coronel Adauto” lembrava o secular coronelismo nordestino, matriz de tanta agruras da população.

Um outro fator fundamental na campanha do “Galeguinho” foi o uso da máquina pública. O PMDB, em 1986, anunciava-se de oposição, mas tinha o apoio do governador Gonzaga Mota e o poder na esfera federal (presidente Sarney)... Era mais uma contradição do “Movimento Pró-mudança”. Sabe-se que Tasso condicionou sua

candidatura à permanência de Gonzaga no Executivo estadual até o fim do mandato, pois, caso contrário, a direção do Ceará passaria às mãos dos adversários coronéis. Denúncias davam conta do uso da máquina pública, com suas bases interioranas, no processo eleitoral. Num momento em que a desarticulação da economia algodoeira penalizava as finanças dos municípios interioranos, concessões a estes de benefícios imediatos, ou promessas de vantagens futuras, produziram não poucos deslocamentos de chefes políticos do PDS-PFL para o lado do "Galeguinho", o que era anunciado com muito alarde e euforia na imprensa como avanço do moderno. Os jovens empresários faziam alianças com as velhas e corruptas oligarquias que tanto criticavam. Sem o uso desses dispositivos coronelísticos pairam sérias dúvidas se o triunfo de Tasso teria sido tão avassalador como foi.

Com a campanha eleitoral se pautando pelo radicalismo e duros ataques mútuos, em meados de setembro, Tasso já havia superado Adauto nas pesquisas de opinião. Aconteceram, porém, perturbações dentro da campanha "mudancista". Já no início da campanha, começaram a ocorrer atritos entre Tasso e o governador Gonzaga Mota. Este, que abdicara de uma eleição garantida na Câmara Federal para ficar no comando do Estado e facilitar o triunfo de Jeressati, sentia-se constrangido em ouvir do empresário críticas ásperas sobre a questão social do estado, da corrupção da máquina pública ou ainda sobre o Acordo de Brasília que o havia levado ao poder em 1982.

Contudo, a separação definitiva entre os dois políticos ocorreu devido ao Banco do Estado do Ceará (BEC). O Banco estava quase falido e envolvido em negociatas que favoreceram algumas poucas "pessoas de influência". Nos bastidores, segundo Aroldo Mota, comentava-se que o Banco Central (BC) iria intervir no BEC – o que, feito durante a campanha, abalaria a imagem de Tasso como candidato oficial. A fim de evitar a intervenção federal, os jovens empresários exigiram uma medida moralizante, a demissão do presidente da entidade, Fernando Terra (MOTA, 1992).

Mota, de início, comprometeu-se com a exigência; mas, em seguida, pressionado pela família, retrocedeu. Isso irritou o grupo do CIC e Gonzaga afastou-se da campanha. Gonzaga e Tasso chegaram a

trocar insultos pela imprensa. Depois, passado o pleito eleitoral, houve a intervenção no BEC.

Mesmo assim, o “Movimento Pró-mudança” obteve uma vitória esmagadora, inclusive no interior, reduto tradicional dos coronéis: elegeu Tasso (com 52,3% dos votos válidos contra 30% de Adauto), os dois senadores (Cid Carvalho e Mauro Benevides) e a maioria dos deputados estaduais e federais. Adauto não conseguiu derrotar Jereissati sequer em Juazeiro, sua terra natal. A era dos coronéis findara. Inaugurava-se um novo ciclo de poder no estado (MOTA, 1985; PARENTE, 1989/90; CARVALHO, 1990; MOTA, 1992; MARTIN, 1993; LEMENHE, 1995; CARVALHO, 1999; PARENTE, 2000; PARENTE, ARRUDA, 2002; MUNIZ, 2007; NOBRE, 2008; BARREIRA, 2008; SARAIVA, 2011; SARAIVA, 2014).

30.5 OS EMPRESÁRIOS NO PODER

Em 1986, o Ceará vivia grave crise econômica e social. O estado estava praticamente quebrado, apresentando um quadro alarmante de pobreza e concentração de renda, além de uma máquina administrativa ineficiente, corrupta e sobrecarregada de servidores públicos, muitos dos quais “fantasmas”, outros em greve devido o atraso de três meses de pagamento. A arrecadação de impostos era suficiente para cobrir apenas dois terços da folha de pagamentos. O BEC estava sob intervenção federal. Nos sertões, além da miséria em larga escala, campeavam impunemente os crimes de pistolagem.

Foi em meio a esse quadro quase apocalíptico que Tasso Jereissati, aos 39 anos, assumiu o governo em 1987. Passando a administrar da nova sede do executivo, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, no bairro do Cambeba (palavra que desde então passou a designar os governistas e seus simpatizantes, embora estes não gostassem, preferindo a expressão Governo das Mudanças), suas ações voltaram-se para colocar em prática o projeto político-burguês defendido pelos jovens empresários do CIC.

Bom esclarecer que os empresários não tinham, de antemão, um plano definido e detalhado de desenvolvimento para o Ceará. Este plano foi sendo elaborado paulatinamente, à medida que os anos e os fatos se delineavam no horizonte político. Não obstante, passadas mais de duas décadas da ascensão de Tasso, pode-se dizer que a Geração Cambeba caracterizou-se, sobremaneira, pela modernização da máquina administrativa cearense, ou seja, a promoção de uma gestão técnica e pró-capitalismo do Estado, de modo que se buscasse o equilíbrio orçamentário (o que aconteceu, principalmente no primeiro mandato de Tasso, e na gestão de Ciro Gomes, com a austeridade nos gastos públicos, aumento da arrecadação de tributos, corte de gratificações, eliminação de cargos públicos, achatamento de salários dos servidores, etc.), a eficiência da máquina estatal (por exemplo, com a informatização da burocracia e a qualificação dos servidores públicos), a probidade no trato com a coisa pública (sem privilégios a particulares, grupos ou políticos, o que, contudo, acabou acontecendo, pelos benefícios obtidos pelos próprios empresários no governo), o investimento em obras de infraestruturas (sobretudo, a partir do segundo mandato de Tasso, com verbas e empréstimos do governo federal e de órgãos internacionais de desenvolvimento) e os estímulos à indústria e atividade conexas.

Ao longo dos anos, instalaram-se centenas de indústrias no estado, muitas delas no interior, de modo que o setor cresceu numa média anual de 3,6%. Para se ter ideia, a participação da indústria na composição do Produto Interno Bruto saltou de 19%, em 1970, para 40%, em 2000.

Para ter essas indústrias, o Governo das Mudanças desenvolveu uma agressiva política fiscal, atraindo empresas nacionais e até estrangeiras. “O Estado concebeu um ‘poderoso’ programa de atração industrial, visando à diversificação do setor produtivo e à interiorização da indústria. A concessão de incentivos fiscais, contudo, ensejou a chamada ‘guerra fiscal’ ou ‘guerra dos lugares’, que situou os estados nordestinos em disputa por recursos financeiros na tentativa de compensar a sua escassez. Com a decadência progressiva da SUDENE e o esgotamento dos fundos públicos lançados por ela, essa guerra fiscal foi estimulada” (CARVALHO, 2009: 64).

A opção política pela atração de indústrias com a concessão de incentivos fiscais/financeiros e oferta de infraestrutura e mão de obra treinada e barata, revelou-se, na visão do governo, inevitável para a sobrevivência econômica do Ceará diante da chamada "guerra fiscal" entre os estados, verificada, sobretudo, a partir de meados da década de 1990 (ou seja, os estados passaram a disputar investimentos entre si, cada qual buscando oferecer mais vantagens para atraí-los a seus territórios).

A isenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços) pelo Estado foi um dos principais mecanismos de atração de indústrias para o Ceará. O percentual de isenção poderia chegar a 75% daquele tributo por um período de até 15 anos. O percentual e o tempo de isenção ampliavam-se à medida que as indústrias eram instaladas mais distantes da região metropolitana de Fortaleza, num claro objetivo de levar investimento para os sertões. Apesar disso, a Região Metropolitana de Fortaleza recebeu a maior parte das indústrias, ainda que cidades médias, a exemplo de Crato, Juazeiro e Sobral, também atraíssem investimentos industriais consideráveis. O Executivo fornecia ainda o básico, como o terreno (doado ou financiado aos empresários), água, energia e telefone. Chegava mesmo a construir os galpões das indústrias e recrutar os trabalhadores.

Apesar das pregações mudancistas dos empresários do CIC, sua prática consistiu na incrementação do processo de modernização conservadora do estado, cujas origens, como vimos, datava dos anos 60, tendo no apoio à indústria, subsídios e financiamentos de empresários e na construção de obras de infraestrutura as bases principais. A grande diferença com a Geração Cambeba/Governo das Mudanças é que os empresários descartaram os intermediários e assumiram o governo diretamente em nome de seus interesses e projetos políticos e econômicos. Acabou se formando no Ceará, conforme os críticos, uma oligarquia empresarial, com considerável força política, diferenciando-se das frágeis plutocracia tradicionais cearenses, as quais, como vimos especialmente no período anterior à Ditadura de 1964, alternavam-se com seus partidos no comando do estado a cada eleição. O grupo tassista ficaria no comando do Estado por 20 anos, num evidente novo ciclo de poder.

Apesar de relutâncias iniciais, via de regra, os próprios grupos tradicionais acabaram aceitando o projeto burguês ao longo dos anos, embora, por outro lado, os empresários fizessem também concessões às oligarquias tradicionais, sobretudo as do interior, não tocando nas estruturas sociais cearenses, por exemplo. Isso ajuda a entender o ponto fraco do Governo das Mudanças: a lenta diminuição da pobreza e da concentração de renda. O grupo de empresários também passou a contar com apoio de amplos setores da classe média urbana, não raro, altos tecnoburocratas (destacadamente do Banco do Nordeste), que exerceriam funções dentro das gestões dos Governos da Mudança, sobretudo na área da reforma financeira do Estado e na ampliação da arrecadação.

Assim, a defesa do projeto de modernização concebida pelos empresários tornou-se hegemônico na sociedade. Com a exceção de grupos mais à esquerda e de setores do funcionalismo público, o Ceará se encaminhou praticamente para um "pensamento único", apesar das inúmeras contradições de limites do projeto empresarial, conforme veremos adiante (PARENTE, 1989/90; CARVALHO, 1990; MOTA, 1992; MARTINS, 1993; LEMENHE, 1995; GONDIM, 1998; CARVALHO, 1999; PARENTE, 2000; PARENTE, ARRUDA, 2002; ABU-EL-HAJ, 2003; ROCHA, AMARAL FILHO, MELO, 2006; MUNIZ, 2007; NOBRE, 2008; BANDEIRA, 2008; ALMEIDA, 2012).

30.6 TASSO I

Quinze decretos assinados por Tasso, após a cerimônia de posse de seu primeiro mandato (1987-91), provocaram enorme repercussão. Foram demitidos de uma só vez quase trinta mil funcionários contratados ilegalmente na administração Gonzaga Mota. Outros vinte mil servidores –"fantasmas"–, foram chamados a comparecer ao local de trabalho sob pena de serem excluídos da folha de pagamento. Intimaram-se particulares a devolver ao Estado os bens públicos de que usufruíam. Combateu-se a corrupção.

O novo governo buscou sanear o BEC e recuperar a a estrutura

fiscal do Estado – informatizaram-se os postos de arrecadação de impostos, contrataram-se mais fiscais, reformulou-se o aparato legal tributário, promoveram-se campanhas publicitárias, etc. O Ceará fez pioneiramente no Brasil o que o jargão neoliberal chama de "ajuste fiscal", isto é, fortaleceu as finanças públicas, fosse aumentando as receitas, fosse diminuindo as despesas, visando equilibrar as contas do Estado, ampliar a capacidade de investimento deste em infraestrutura (porto, aeroporto, etc.) e possibilitar estímulos à expansão econômica, o que se realizou principalmente com a isenção de tributos para atrair indústrias, como se viu.

Segmentos sociais ligados às estruturas tradicionais reagiram às medidas de Tasso. A princípio, boa parte da imprensa entrou em choque com o governador (embora, depois, se tornando aliada), devido à demissão de jornalistas de cargos públicos e ao não-pagamento de dívidas contraídas pela gestão Gonzaga com donos de jornais, rádios e televisão. Antes, conforme Aroldo Mota, era comum que profissionais de imprensa recebessem dinheiro para elogiar os coronéis e propalava-se mesmo que determinados veículos de comunicação tinham suas folhas de pagamento cobertas pelo erário público estadual. Em resposta às críticas, nos primeiros meses o Cambeba deixou de veicular propagandas nos jornais locais (MOTA, 1992).

Na intenção de moralizar a máquina pública, acabando com o empreguismo e clientelismo que grassava – daí a exigência, que se passou a fazer, de concursos e licitações públicas – e cortando despesas, o que atingia direitos dos funcionários e achatava salários, o Governo das Mudanças manteria tensas relações com funcionários públicos. Uma das marcas do Cambeba seria o autoritarismo e falta de concessões nas negociações com o funcionalismo público e suas representações de classe.

Até pemedebistas se incomodaram com as práticas do novo governo. O PMDB havia sido apenas um meio de levar os jovens empresários ao poder. Não havia maiores ligações políticas deles com a sigla. Membros da agremiação romperam ainda em 1987 com Tasso, pois, sentiam-se desprestigiados pela nova administração. As secretarias mais importantes do Governo das Mudanças foram ocupadas por técnicos e empresários do CIC,

visando exatamente afastá-las das pressões dos políticos tradicionais, abertamente desprezados pelo Cambeba. Formaram esses tecnocratas e burgueses o núcleo duro do governo, com grande poder decisório. Sérgio Machado dirigia a recém-criada Secretaria de Governo, tratando da coordenação política da gestão e dos contatos com as oligarquias interioranas e políticos, os quais sequer eram recebidos por Tasso e nem sempre tinham atendidas suas demandas – Sérgio chegou a ser chamado pelos críticos, por isso, de "primeiro-ministro"; Assis Machado Neto deixou a presidência do Centro Industrial para ocupar a Secretaria de Transporte e Obras; Beni Veras foi nomeado Assessor Especial do governador; Byron Queiroz ficou com a Secretaria do Planejamento; Francisco Lima Matos, técnico do BNB, presidiu a Secretaria da Fazenda. O PMDB ocupou cargos secundários e inexpressivos no governo, salvo, talvez, o secretário de Agricultura, Eudoro Santana, ligado a ala à esquerda daquele Partido.

Os peemedebistas reclamavam da falta de acesso ao governador. Acostumados a receber e distribuir cargos entre os seus correligionários (como era tradicional no Ceará), ficaram indignados ao não terem seus pleitos atendidos. Esperavam inutilmente na sala do secretário Sérgio Machado, num verdadeiro "chá de cadeira". Consideravam isso um desrespeito aos políticos. A rebelião do Partido era também incitada pelo ex-governador Gonzaga Mota, totalmente isolado das decisões administrativas por Jereissati.

Dessa forma, o PMDB rachou. Parte da sigla, englobando vários deputados estaduais (entre eles Antônio Câmara, presidente da Assembleia Legislativa) e federais, além do próprio Gonzaga, passaram a se opor ao governador, enquanto a outra parte, sob a chefia de Mauro Benevides, continuou ligada ao Cambeba.

Contando com a minoria na Assembleia Legislativa, o Executivo enfrentou enormes dificuldades para desenvolver o "projeto mudancista", sendo rotineiro o choque entre os dois poderes. Mas Tasso não deixou por menos. Ao longo do seu quadriênio (1987-91), procurou desestruturar as bases eleitorais remanescentes dos adversários (chamados genericamente de "forças do atraso", de "reacionários" e de detentores de interesses contrariados) ao mesmo

tempo em que se preparava para as eleições municipais de 1988 e as estaduais de 1990.

Assim é que: a) reedita na Secretaria de Governo, sob a coordenação de Sérgio Machado, funções análogas à da Secretaria para Assuntos Municipais do governo de Adauto Bezerra, por meio da qual conquista a adesão de prefeitos interioranos; b) realiza obras de maior vulto em municípios-chave, em diferentes regiões do estado, particularmente em Juazeiro do Norte e Canindé (em cuja sede transitam, como centro de peregrinação de fiéis de padre Cícero e São Francisco, considerável número de eleitores) (..); c) faz alianças com o PDS e PFL nos municípios onde encontra oposição do PMDB; d) institui as categorias de Agentes de Saúde e Agentes de Mudança. Como corpos móveis de servidores, se ocupam, respectivamente em oferecer técnicas sanitárias às populações interioranas e exercer as funções de liderança comunitária na capital do estado. Ambos operam como forma institucionalizada de "cabos eleitorais"; e) estreita os vínculos com as direções de federação e sindicatos dos trabalhadores rurais; e f) promove a candidatura de empresários, executivos de empresa e profissionais de formação universitária para cargos do legislativo e, em menor extensão, para as administrações municipais (LEMENHE, 1995: 224) (PARENTE, 1989/90; CARVALHO, 1990; MOTA, 1992; MARTINS, 1993; LEMENHE, 1995; GONDIM, 1998; CARVALHO, 1999; PARENTE, 2000; PARENTE, ARRUDA, 2002; NOBRE, 2008; BANDEIRA, 2008; BARREIRA, 2008; SARAIVA, 2014).

30.7 COOPTANDO OS MOVIMENTOS POPULARES

Os defensores do "Governo das Mudanças" enfatizavam que a partir de Tasso os "segmentos organizados do povo" passaram a participar direta e democraticamente das decisões governamentais, sem intermediação de políticos. Contudo, para os opositores, o que o governo chamava de participação não ia além de mera execução e gestão dos programas elaborados pelo Estado. Inverteu-se o

processo social: em vez de a comunidade espontaneamente organizar entidades defensoras de seus interesses, era o governo que estimulava essa criação, de modo que se formaram associações populares dóceis e subservientes ao grupo no poder – não poucas vezes as lideranças dessas entidades eram ligadas a correligionários do Cambeba. Além disso, num quadro de escassez de recursos para eventos sociais, eram os movimentos populares, e não o Governo das Mudanças, que acabavam responsabilizados pela seleção dos beneficiados dos projetos (muitas pessoas carentes ficaram fora destes, gerando descontentamentos) e por eventuais falhas na execução dos mesmos. Portanto, constituía-se um modo de não desgastar a imagem de Tasso e seus aliados.

A Secretaria de Ação Social tornou-se uma notória cooptadora de entidades e lideranças populares. Os "agentes de mudanças" foram criados visando ouvir e atender as demandas das comunidades e, obviamente, formar novas lideranças compromissadas com o Cambeba – era, também, uma infiltração do governo dentro dos movimentos populares na intenção de barrar a influência das esquerdas (sobretudo, em Fortaleza) e preparar apoios para as eleições vindouras. O governo estadual, por exemplo, estimulou a criação da Federação de Entidades Comunitárias do Estado do Ceará (Fecece), provocando o enfraquecimento de entidades de bairros e favelas já existentes, de tendência progressista. A Fetraece (Federação dos Trabalhadores do Estado do Ceará), que apoiou a eleição de Tasso em 1986, foi por anos um mero fantoche nas mãos do governo, segundo os críticos, visando manipular os sertanejos, sobretudo, porque, em 1989, o Movimento dos Sem-Terra (MST) passou a atuar no estado por uma reforma agrária popular. "A primeira ocupação realizada pelo MST foi na fazenda São Joaquim, situada no município de Madalena" (HOLANDA, 2006: 29).

Curiosamente, o Governo das Mudanças até que se dispôs a fazer no início uma reforma agrária, oferecendo condições favoráveis para tanto: nomeação para cargos públicos de dirigentes com experiência e respaldo popular (como Eudoro Santana, para a Secretaria de Agricultura), captação de verbas federais, criação de órgãos de articulação, etc. Tal processo mobilizou ainda mais os setores de esquerda no aprofundamento da luta pela terra, situação que passou a incomodar o governo – o Cambeba não capitalizava politicamente

os resultados e temia perder o controle do processo. Além disso, o governo mostrava descontentamento com os rumos tomados pela reforma agrária; esta deveria, sim, estar articulada ao modelo capitalista em implantação no estado, ou seja, a pequena propriedade rural submissa aos interesses das grandes agroindústrias, o que não estava acontecendo.

Por outro lado, houve a reação ruidosa dos grandes proprietários através da União Democrática Rural (UDR, cuja secção local foi instalada em 1987) e da Federação da Agricultura, Comércio e Indústria do Ceará (Facic), que faziam duras críticas ao que chamavam de "sectarismo ideológico e faccioso" da questão agrária no estado. Dessa forma, ante descontentamentos e pressões, o Cambeba reformulou em 1989 sua proposta de reforma agrária: reordenou as prioridades da aplicação dos recursos no setor agrário, extinguiu órgãos, demitiu dirigentes (prova foi a saída de Eudoro Santana do governo). Daí em diante, o executivo cearense priorizaria não mais a reforma agrária, mas a produção agrícola, favorecendo as agroindústrias, várias delas pertencentes a empresários com cargos no governo.

O isolamento de Tasso em relação aos movimentos políticos e sociais de oposição lhe valeu a pecha de autoritário. As manifestações populares com as quais o governo não concordava, como nos tempos da ditadura militar e dos coronéis, passaram a ser chamadas de "manipulação das esquerdas" e truculentamente reprimidas.

O autoritarismo cambebista logo fez o PCB e o PCdoB migrarem para a oposição – até hoje os comunistas são cobrados por terem apoiado Tasso. Curiosamente, aos adversários do governo, juntar-se-ia uma das peças fundamentais da nova fase do CIC, Amarílio Macedo – o motivo? O mesmo: a intolerância tassista.

Amarílio Macedo, ao contrário de Jeressati e outros cambebistas, demonstrava uma tendência para o diálogo com os setores organizados da sociedade civil. Durante a campanha de 1986, foi o coordenador dos Grupos Pró-Mudanças que eram organizados nos municípios cearenses para apoiar Tasso e discutir projetos de interesse das comunidades (nesses grupos, havia, inclusive, destacada presença de militantes comunistas). Vitoriosa a chapa

tassista, tais grupos foram mantidos, aumentando mesmo os debates em torno de propostas novas para o governo. Isso começou a preocupar o Cambeba, pois sentia-se pressionado pelas organizações populares e de esquerda (as quais exigiam o cumprimento e aprofundamento das promessas de campanha), sem contar que os Grupos Pró-Mudanças davam grande poder de mobilização a Amarílio Macedo, herdeiro de uma das maiores fortunas do Ceará, força independente e que não se submetia ao centralismo do governo.

Macedo foi pressionado e acabou por fechar aqueles grupos de discussão – mas também rompeu com Tasso. Era uma fissura no Grupo do CIC (o empresário Edson Queiroz Filho também seria outro que romperia com o Cambeba – o que levaria, aliás, a alguns atritos do governo com o Sistema Verdes Mares e a fundação por Tasso de sua televisão, a TV Jangadeiro, em 1990). Os efeitos da ruptura seriam notados nas eleições municipais de 1988. Macedo articulou o movimento suprapartidário "Fortaleza, Sim; Cambeba, não", cujo propósito era arregimentar o voto útil para o mais forte candidato de perfil progressista, o radialista policial e deputado estadual Edson Silva, do PDT. No entanto, a divisão das esquerdas dificultou essa ação (o PT e o "Grupo da Maria" – agora, no Partido Humanista – lançaram candidatos próprios).

Em resposta, o Cambeba atacava: "Fortaleza, sim; Cambada, não". Tasso lançou como candidato do PMDB a prefeito da capital o seu jovem líder na Assembleia Legislativa, deputado Ciro Ferreira Gomes. Foi uma eleição acirrada, na qual os aliados do Cambeba, com o apoio da mídia, ressaltava a incompetência da esquerda, embora os peemedebistas estivessem bastante desgastados com o governo Sarney. Numa prova dos efeitos políticos dos "agentes das mudanças", Ciro venceu apertado, com diferença de menos de 1% dos votos sobre Edson Silva, num resultado, aliás, questionado pela oposição, que denunciou fraudes. Conquistar Fortaleza era fundamental no projeto burguês de monopolizar a política cearense – o PMDB conseguiu eleger ainda 59 prefeitos dos então 178 municípios, o que, somado aos 16 eleitos pelo PMB (Partido Municipalista Brasileiro, sigla criada pelo governo para abrigar políticos que por rivalidades locais não podiam ingressar nas hostes peemedebistas), deu ao governo o controle total de 43% das

prefeituras cearenses.

As primeiras ações de Ciro Gomes como gestor municipal (1988-90) foram recuperar e modernizar Fortaleza. Contando com apoio financeiro do governo estadual (já que a Prefeitura não possuía recursos), a cidade foi limpa, os buracos de rua tapados, colocados em dia os vencimentos do funcionalismo, etc. Os níveis de popularidade de Ciro e Tasso alcançaram as alturas, sendo considerados os melhores administradores do Brasil, segundo as pesquisas de opinião.

Mesmo assim o Grupo do CIC não se sentia confortável no PMDB. Inclusive, a oposição local de setores do partido fez-se refletir na executiva nacional. Em 1987, quando o presidente da República, José Sarney, fez um convite para que Tasso assumisse o Ministério da Fazenda, o nome do empresário foi vetado pelo então deputado federal Ulysses Guimarães (presidente da sigla e eminência parda da Presidência).

Jereissati entendeu, finalmente, que não encontraria espaços no PMDB para ampliar o projeto político do CIC, no estado ou nacionalmente. Passou a procurar novo partido. Em 1989 haveria eleições diretas para presidente da República – as primeiras após o fim da ditadura militar. A direita, as elites e a maior parte da imprensa apoiaram Fernando Collor de Mello, do inexpressivo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), para barrar as chances de vitória da esquerda (Lula do PT, Brizola do PDT).

Tasso se negou a apoiar o candidato do PMDB ao Palácio do Planalto, o mesmo Ulysses Guimarães, e acenou com a possibilidade de apoiar Collor – vários de seus secretários mais à esquerda deixaram os cargos por isso. Mas havia dificuldades para Jereissati aderir à campanha do “caçador de marajás”: nacionalmente, Collor teve a adesão do PFL, que no Ceará era liderado por Adauto Bezerra, o coronel que Tasso tachava de exemplo maior das “forças do atraso” no estado. O grupo do CIC, então acabou apoiando o candidato Mário Covas, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira, fundado em 1988 a partir de uma dissidência do PMDB), sigla à qual se filiou em 1990 com a maioria dos seus correligionários, esvaziando o PMDB local.

O PSDB possuía espaços os quais poderiam – e foram – ocupados por quadros dos jovens empresários. Tanto que ao encerrar seu mandato como governador em 1991, Tasso foi eleito presidente nacional daquela agremiação. Nas eleições presidenciais de 1989, em termos de Ceará, no primeiro turno venceu Collor, ficando em 2º lugar Brizola (vitorioso em Fortaleza), em 3º Mário Covas e em 4º lugar, Lula. No segundo turno, Jereissati pronunciou-se neutro e seus partidários empenharam-se na campanha de Collor, vitorioso no estado (embora Lula tenha ganhado em Fortaleza).

A relação do governador Tasso (e depois Ciro) com Collor foi delicada. O presidente colocou adversários políticos de Jereissati em cargos importantes da máquina federal no nordeste e no Ceará. Adauto assumiu a superintendência da Sudene; Luís Marques, o Dnocs, etc. Collor chegou a mandar realizar uma devassa fiscal nas empresas de Jereissati. Isso mudou, contudo, quando, acossado com a possibilidade do impeachment em 1992, Collor buscou apoio do PSDB – Tasso chegou a ser convidado para ocupar um ministério. Mas aí já era tarde demais... E o "caçador de marajás" foi abatido da presidência com a corrupção do caso PC (PARENTE, 1992; LEMENHE, 1993; BESERRA, 1994; ARAUJO, 2003; HOLANDA, 2006; PARENTE, 2000; PARENTE, ARRUDA, 2002; SARAIVA, 2014; HARTMANN, S. D.).

30.8 AS ELEIÇÕES DE 1990: A HEGEMONIA BURGUESA

Em 1990 aconteceu mais um choque entre a burguesia empresarial do Governo das Mudanças e as tradicionais e enfraquecidas forças oligárquicas, agora reforçadas pelo PMDB. Tasso, no melhor estilo do "centralismo democrático", indicou como candidato do PSDB ao governo, o prefeito Ciro Gomes, tendo por base algumas pesquisas de opinião. Essa indicação marcou o afastamento de Sérgio Machado, que contava ser o candidato tucano, do "projeto das mudanças".

Para desagrado do Cambeba, com a candidatura de Ciro ao executivo estadual, a prefeitura da capital passou para o vice-Juraci Magalhães, pertencente ao agora inimigo PMDB. Médico, Magalhães fora um dos fundadores do MDB no Ceará e um de seus principais dirigentes. Era um hábil político de bastidores, tanto que não havia até então desempenhado nenhum mandato público. Sua indicação para vice de Ciro em 1988 fora um prêmio pela militância de décadas no partido. Juraci logo impôs sua forma de administrar, impedindo o PSDB de reconquistar a Prefeitura de Fortaleza nas eleições seguintes (em 1992, elegeu um aliado para o cargo, Antônio Cambraia; em 1996 voltou ao poder e em 2000 foi reeleito).

Nas eleições governamentais de 1990, o vice de Ciro, na chapa oficial, foi Lúcio Alcântara, antigo aliado dos coronéis, agora no PDT, e o candidato ao Senado, o "guru" Beni Veras (PSDB) – era a coligação "Geração Ceará Melhor". Com muito dinheiro, prestígio e contando com o apoio da máquina pública, Ciro foi eleito governador já no primeiro turno, com 54% dos votos, derrotando Paulo Lustosa (PFL). A coligação PSDB-PDT elegeu 10 deputados federais e 22 deputados estaduais, assegurando ao Cambeba ampla maioria – verdadeiro "rolo compressor" – na Assembleia Legislativa. A partir de então o poder legislativo virou quase um apêndice do Governo das Mudanças. Consolidava-se o projeto político do CIC no estado (MOTA, 1992; MARTINS, 1993; LEMENHE, 1993; COSTA, 1996; GONDIM, 1998; CARVALHO, 1999; PARENTE, 2000; PARENTE, ARRUDA, 2002; SARAIVA, 2014).

30.9 CIRO

Ciro Ferreira Gomes nasceu em Pindamonhangaba (SP) no ano de 1957, mas foi criado em Sobral onde sua família chefiava um dos mais tradicionais grupos políticos do norte-cearense. Figura jovem, de boa aparência, orador excepcional, a vida pública de Ciro caracterizou-se pela incoerência ideológica e a busca constante de novos espaços políticos. Militou no movimento estudantil na

Faculdade de Direito (pela qual bacharelou-se – é advogado), elegendo-se deputado estadual em 1982 pelo PDS dos coronéis. Depois, ingressou no PMDB e reelegeu-se deputado estadual em 1986, tornando-se líder e defensor de Tasso na Assembleia Legislativa. Sua moderna administração à frente da Prefeitura de Fortaleza o credenciou a ser eleito governador com apenas 33 anos, um dos mais novos do Brasil.

Tornar Gomes governador foi uma jogada arriscada de Tasso, afinal, ele não era empresário, muito menos pertencente ao grupo original do CIC, de 1978, e no Ceará havia uma tradição da "criatura rebelar-se contra o criador" e alçar voo sozinha ante a fragilidade das elites, entretanto, Ciro continuaria o projeto capitalista de modernização conservadora aprofundado por Tasso. Seu grupo político (os "ciristas") era, naquele momento pelo menos, pequeno e não muito expressivo, não tendo condição de romper com a burguesia, contentíssima com a modernidade administrativa de Tasso, embora segmentos empresariais[25] tenham, a princípio, feito ressalvas contra a escolha de Gomes. Vários técnicos e empresários vinculados ao CIC ocuparam cargos importantes dentro do governo, como a Secretaria da Fazenda, entregue a Byron Queiroz. Assim, como no governo de Tasso I, as secretarias financeiras foram preservadas das influências políticas.

A vinculação de Ciro ao projeto empresarial das Mudanças fica evidente quando em 1991 ele apoia a criação do "Pacto de Cooperação" (fundado por Amarílio Macedo, que assim se reaproximava do PSDB, embora continuasse a ser visto com desconfiança pelos tassistas). Tal "Pacto" consistia num fórum permanente no qual lideranças da sociedade civil, dos poderes públicos e, sobretudo, empresariais discutiam suas necessidades e apontavam soluções ao governo. Era, portanto, uma forma de dar maior receptividade e atenção aos anseios das elites cearenses. Não por coincidência, a "iniciativa do 'Pacto de Cooperação' coincidiu com a crescente dificuldade que a empresa local enfrentava no início dos anos noventa com a abertura comercial e o inicio da internacionalização da economia brasileira" (ABU-EL-HAJ, 2003: 9).

Ciro diferenciou-se de Tasso no modo de governar. Jereissati era um

gestor empresarial, reservado (eram raras suas entrevistas na imprensa local), sisudo, que dirigia o estado com mão-de-ferro, não dado a negociações. Gomes, por sua vez, concentrou mais as ações políticas, não delegando a outros como fazia Tasso através da Secretaria de Governo – ou seja, Ciro estabeleu um melhor relacionamento com as elites e grupos políticos cearenses, ainda que conservando o projeto burguês da gestão anterior.

Contraditoriamente, a concentração de poderes não livrou a gestão Ciro Gomes de ações autoritárias. Ciro sabe que no Brasil, País sem partidos políticos fortes, é o carisma da figura pública que o torna líder respeitável. Daí suas declarações bombásticas, os "torpedos", os quais provocam polêmicas e o projetam nacionalmente. Ciro é um típico exemplo de político profissional.

No poder, o governador atritou-se com vários setores. Brigou com professores devido a um discutível provão para avaliar o nível do magistério; criticou acidamente médicos em greve (que estariam "querendo atrair clientes para um plano particular de saúde"), polemizou com a imprensa e juízes da Justiça do Trabalho, reprimiu sem-terras e manifestações da CUT; comprou até briga com o Conselho de Enfermagem do Ceará, o qual chegou a considerar os agentes de saúde, instituídos pelo governo, como "incompetentes".

Para ratificar a ideia de grande líder destemido, Gomes usou como poucos a mídia. Aliás, não só ele, mas todos administradores do "Governo das Mudanças". O Ceará transformou-se num dos estados que mais investiam em propaganda no Brasil. Os comerciais do governo veiculados na televisão impressionavam pela qualidade técnica. Artigos eram publicados em vários jornais e revistas não só locais, mas também nacionais. Periódicos do centro-sul e até internacionais publicavam reportagem evidenciando o progresso cearense, escasseando as matérias críticas. Parecia que o Ceará era uma "ilha da fantasia", um paraíso de modernidade e prosperidade. Para divulgar o estado (e, lógico, seu nome) Ciro chegou a apoiar financeiramente a novela da Rede Globo "Tropicaliente" (1994), cuja ação decorria no Ceará e exibia toda a infraestrutura turística e industrial. O mesmo ocorreu (na gestão Tasso II) patrocinando a escola de samba Imperatriz Leopoldinense, campeã do carnaval do Rio de Janeiro de 1995 com o enredo "Mais Vale um Jegue que me

Carregue que um Camelo que me Derrube... Lá no Ceará".

Obviamente, afirmar que o prestígio do Cambeba deveu-se apenas ao uso da mídia, seria ingenuidade. O crescimento econômico e industrial do estado angariava apoios. Na gestão Ciro (1991-95), o Sanear (projeto gigantesco para ampliar a rede coletora de esgotos) foi importantíssimo; preocupou-se com a educação, aumentando os gastos na área (embora sem muitos resultados positivos – ampliou o questionável método do tele-ensino); esforçou-se para recompor o salário do magistério (que passou a receber um reajuste de 10% a mais que o restante do funcionalismo público); auferiu alguns bons resultados na saúde: ampliou-se a cobertura vacinal, diminuiu-se a incidência de várias doenças (apesar dos surtos de dengue e cólera em 1993/94 – o próprio governador foi vitimado pela perigosa dengue hemorrágica), reduziu-se a mortalidade infantil (o que valeu ao estado o prêmio Maurice Patè, do Unicef, em 1993), etc.

Do mesmo modo que não podemos atribuir aos coronéis a ideia absoluta de "forças do atraso", também não se pode associar totalmente o Governo das Mudanças à "modernidade plena". Há, igualmente, suas ações questionáveis, adotando medidas que beneficiam interesses particulares. A este respeito é exemplar a principal obra executada pelo governador Ciro Gomes, em Fortaleza. Construindo um parque ecológico com a finalidade de preservar o meio natural, delineia-se um sistema viário que, referenciado pelo Shopping Center-Iguatemi de propriedade do então presidente nacional do PSDB, Tasso Jereissati, não só amplia o acesso ao centro de compras, como o torna parte integrante do parque. As vantagens desse empreendimento público para o proprietário são óbvias (LEMENHE, 1995: 237).

Em 1992, Ciro defrontou-se com mais uma seca de nossa história. Repetiram-se as cenas trágicas de desespero, migrações, fome e saques. Fortaleza "inchou" com os retirantes e viu ameaçado o abastecimento d'água, que só não chegou ao colapso porque numa verdadeira "operação de guerra" construiu-se em apenas três meses, usando a mão de obra de cinco mil homens, o denominado "Canal do Trabalhador", o qual com seus 115 km de extensão trouxe água do rio Jaguaribe para a capital. Ciro foi visto como herói pela façanha – a partir daí, para minorar os efeitos das estiagens, o

“Governo das Mudanças” passou a integrar as bacias hidrográficas cearenses através de canais e adutoras.

Ciro Gomes deu continuidade ao projeto político das “mudanças”

Outro transtorno para Gomes foi a derrota do candidato do PSDB, Assis Machado Neto, na eleição municipal de Fortaleza em 1992. A vitória ficou com o candidato de Juraci Magalhães (agora arquirrival do governador), o então desconhecido Antônio Cambraia. Apesar dessa frustração, de maneira geral, o pleito foi favorável aos tucanos no resto do estado. O PSDB elegeu 92 dos 184 prefeitos. Com municípios falidos ante a crise econômica – por incrível que pareça, várias cidades do Ceará só tinham alguma movimentação financeira quando eram pagas as pequenas aposentadorias dos anciãos sertanejos –, para sobreviver politicamente vários prefeitos acabavam aderindo ao Cambeba. Em 1995, por exemplo, já 109 chefes de executivos municipais eram do

PSDB, número que aumentou nos anos seguintes. Este foi um dos flancos mais abertos do Governo das Mudanças: o fato de ter abrigado tradicionais grupos oligárquicos no interior, os mesmos que antes apoiavam os coronéis. São elementos que não possuíam nenhum compromisso social ou com uma boa administração. Almejavam basicamente manter os privilégios, e vários deles estiveram envolvidos em negociatas e atos de corrupção, que o "rolo compressor" governista impedia de apurar.

Em suma, o governo Ciro Gomes, apesar de alguns aspectos peculiares, não quebra o modelo administrativo da gestão anterior, dando continuidade e mesmo aperfeiçoando a modernização da máquina pública (como ao aprovar o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores Públicos, que estimulava a capacitação e qualificação do servidor como um dos pilares para ascensão na burocracia) e o esforço de ajuste fiscal iniciado por Tasso I, através da sistemática fiscalização da arrecadação de impostos e controle da execução orçamentária estadual. Prosseguiu igualmente o modelo de industrialização, enfatizando, contudo, sua interiorização, levando fábricas para o interior do estado.

Em setembro de 1994, Ciro deixou o Executivo cearense para ocupar o cargo de ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco. Isso porque o prestígio do jovem político poderia abafar um escândalo envolvendo o então ministro Rubens Ricúpero (sucessor do cargo do presidenciável e futuro presidente Fernando Henrique Cardoso), que chegou a confessar nos bastidores de uma entrevista (gravada, porém, pela TV) que o Plano Real era eleitoreiro e o governo não possuía escrúpulos, pois, mostrava para a opinião pública o bom e escondia o ruim.

Ciro, assim, ganhou maior projeção nacional e passou a alimentar o sonho de presidir o Brasil. Esquecido depois pelo presidente FHC e vendo poucos espaços políticos no PSDB nacional – muito ligado ao empresariado de São Paulo, com quem o ministro teve alguns atritos –, Gomes deixou o "ninho tucano" em 1997 e ingressou no pequeno PPS (Partido Popular Socialista, facção majoritária do antigo PCB que renunciara ao marxismo com a derrocada do socialismo real no leste europeu). Tornou-se, então, um duro crítico do modelo neoliberal implantado no País por Fernando Henrique.

Contraditoriamente, porém, Ciro continuou a apoiar Tasso no Ceará, que apoiava FHC e aplicaria no estado a mesma fórmula econômica, sobretudo a partir de seu segundo mandato (1995-99). Havia, contudo, uma explicação do porquê de Gomes ter esse comportamento: sabia perfeitamente da hegemonia do grupo empresarial no Ceará e que os inimigos do Governo das Mudanças sobreviviam politicamente com dificuldades (as esquerdas, Juraci Magalhães), ou eram cooptados (o ex-prefeito Antônio Cambraia, Edson Silva) ou implacavelmente neutralizados (que o digam os coronéis e aqueles peemedebistas que romperam com Tasso). Ciro foi candidato à Presidência da República em 1998 (ficou em 3º lugar, derrotando FHC no Ceará com um discreto apoio de Tasso) e em 2002 (quarto lugar) (MOTA, 1992; MARTINS, 1993; LEMENHE, 1993; A FACE, 1994; COSTA, 1996; GONDIM, 1998; CARVALHO, 1999; PARENTE, 2000; PARENTE, ARRUDA, 2002; SARAIVA, 2014).

30.10 TASSO II

Ainda em 1994, Tasso Jereissati foi reconduzido ao governo cearense com 43,8% dos votos, derrotando no primeiro turno seu principal opositor, Juraci Magalhães. O PSDB igualmente elegeu os dois senadores, Lúcio Alcântara (que deixara, portanto, o PDT) e Sérgio Machado, bem como a maioria dos deputados estaduais e federais.

Diz que Maria Cristina Nobre que “como em outras eleições da ‘Era Tasso’, a campanha de 1994 foi marcada por significativas adesões de lideranças de outros partidos. Isto ocorreria também dada a crescente popularidade da candidatura de Fernando Henrique Cardoso devido ao Plano Real, tido por muitos analistas como o seu ‘grande eleitor” (NOBRE, 2008: 176).

Com o segundo governo (1995-99), Tasso consolidou sua liderança política não só no estado, mas igualmente em âmbito federal, favorecido pela eleição de FHC para a Presidência – aliás, várias

obras no Ceará foram realizadas graças em muito a verbas presidenciais, na intenção de se buscar um maior espaço político para o PSDB no nordeste (como dito, o tucanato é muito ligado às elites e classes médias de São Paulo e tem dificuldades eleitorais em outras regiões).

Jereissati manteve o seu estilo de governar, embora de início tenha tentado estabelecer uma maior abertura do governo à participação da sociedade ao criar os conselhos de desenvolvimento regional. Estes reuniam agentes governamentais e representantes de entidades da sociedade civil, visando discutir os problemas do estado e propor soluções – a experiência durou pouco mais de seis meses. O centralismo e o autoritarismo persistiriam, apresentando Tasso, como seu novo braço direito na Secretaria de Governo, o empresário Francisco de Assis Machado Neto (um novo "primeiro-ministro").

Nesse momento, em 1995, foi lançado o Projeto São José visando combater a pobreza no campo por meio da construção de pequenos açudes, abastecimento de energia elétrica e financiamentos a pequenos empreendimentos produtivos comunitários (casas-de-farinha, padarias, confecções, irrigação, compra de máquinas e tratores, etc.) – os projetos seriam propostos pelas associações e entidades comunitárias do interior, cabendo ao governo aprovar e liberar as verbas. É inegável a relevância do São José para a qualidade de vida das populações carentes beneficiadas – sucessos foram obtidos, apesar da limitação dos recursos e de inúmeras denúncias do uso clientelista do projeto, que priorizava as propostas e reivindicações dos correligionários do governo nos municípios (muitas das associações foram criadas apenas para receber os recursos, sem nenhuma representatividade na comunidade), afora alguns casos de corrupção e desvios de verba pública.

Em 1996, dentro do Projeto São José foi lançado um projeto inovador, a Reforma Agrária Solidária (nos anos seguintes, a ideia foi adaptada para todo o País no programa Cédula da Terra, financiado principalmente pelo Governo Federal e o pelo Banco Mundial). O projeto foi adotado, não por acaso, num momento em que se intensificaram no Brasil as ações do MST. "Como vantagens deste tipo de reforma agrária se consideram, entre outros fatores,

um processo não conflituoso e a possibilidade de incluir também terras produtivas. Críticos se opõem, por outro lado, ao pagamento das terras em dinheiro e não em títulos da dívida agrária, como na reforma agrária do INCRA. Este dinheiro, segundo eles, beneficia primeiramente os latifundiários, e seria melhor empregado na resolução de outros problemas urgentes. Além disso, alguns autores opinam que a chamada "Reforma Agrária Solidária" não se trata realmente de reforma agrária, mas sim de meras transações no mercado de terras sem a intenção de modificar a estrutura social" (HATMANN, S.D.: 5).

Na segunda gestão, Jereissati definiu como prioridade a execução de grandes projetos estruturais capazes de fortalecer a economia do Ceará a longo prazo, uma vez que as finanças públicas tinham sido recuperadas e robustecidas nas administrações passadas do Cambeba. Tais projetos foram compartilhados com o governo federal e investimentos estrangeiros. Dentre as principais obras, destacam-se a construção do Porto do Pecém, em torno do qual se criaria o Complexo Industrial do Porto do Pecém, tendo como referências uma termelétrica e uma refinaria de petróleo; a ampliação do aeroporto internacional Pinto Martins; o Metrofor, para mais rápido escoar a mão de obra da região metropolitana de Fortaleza; os linhões Banabuiú-Fortaleza e da CHESF, ampliando a oferta de energia elétrica; a melhoria e ampliação das rodovias estaduais; a interligação das bacias hidrográficas do estado; e a construção do açude Castanhão (o que implicou a construção da primeira cidade planejada do estado, Nova Jaguaribara, pois a antiga foi inundada pelas águas do açude).

Houve também apoio à agricultura irrigada, beneficiando, sobremaneira, a agroindústria (fruticultura, em especial, mas também com estímulos à floricultura), e investimentos no setor turístico, tido como um eixo importante de propulsão da economia cearense. Destacou-se o potencial turístico litorâneo, com a multiplicação da infraestrutura, programa de formação e capacitação de mão de obra e diversos empreendimentos, boa parte realizados por investimentos privados, em pousadas, hotéis, restaurantes, parques aquáticos, etc. Em 1995, fora criada a Secretaria Estadual de Turismo, visando a planejar a atividade turística em moldes capitalistas. O incremento do turismo, porém,

trouxe aspectos também negativos: levou a um acelerado processo de ocupação do solo, com impactos ambientais e sociais. Verificam-se danos ao meio ambiente, com destruição/mudanças das paisagens nativas, construção de espigões na orla marítima, e acirradas disputas entre as populações tradicionais (pescadores, jangadeiros, marisqueiros, etc.), classe media que erguem ali sua segunda residência, e grupos econômicos nacionais e estrangeiros, que instalam complexos turísticos. Informações da ADIT-Nordeste revelam que os estrangeiros estão comprando 30 a 40% dos imóveis à venda no Ceará, sendo a maioria deles espanhóis, portugueses e italianos; e o mercado das segundas residências também cresce com este tipo de demanda. O Ministério do Turismo estima que em 2006 este mercado pode crescer em torno de 20% (Diário do Nordeste, 22.12.2006) (BERNAL, 2006:8).

Os dados estatísticos de vários organismos são unânimes em mostrar como a riqueza do Ceará aumentou durante o Governo das Mudanças. O PIB do Ceará, ao longo do período de 1985-2000, cresceu acima da média nacional. Nesse período, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Informação Estratégica Econômica do Ceará (Seplan, 2006), a economia cearense acumulou uma taxa positiva de 68,42%, o Nordeste, 46,61%, e o Brasil, 46,52%. (SOUZA, 2007: 135). A renda per capita igualmente aumentou passando de R$ 1.120, em 1985, para R$ 2522 em 1998, conforme o IBGE.

Os dados positivos da economia sempre foram usados pelos simpatizantes do Cambeba para mostrar o sucesso, competência e brilhantismo do grupo político capitaneado por Tasso Jerreissati. Nesse sentido, o projeto dos jovens empresários do CIC foi um estrondoso sucesso. Não obstante, há outros números ao lado daqueles, bem negativos, sobretudo, no que se refere à concentração de renda. O modelo do Governo das Mudanças não foi capaz de mudar a situação de pobreza da maioria dos cearense – é um modelo que pouco desconcentrou riqueza. Em outras palavras, o projeto de Tasso beneficiou, acima de tudo, os mais ricos, não tocando nas desigualdades sociais. Reproduziu-se o velho artifício de fazer o bolo crescer, sem reparti-lo. A população teve de contentar-se com algumas migalhas, enquanto os mesmos comensais de sempre se empanturravam com largas fatias.

O duro dia a dia dos cearenses contrastava com os dados econômicos e a propaganda do Governo das Mudanças. Ainda hoje, apenas uma ínfima minoria é que pode consumir carros importados, frequentar shopping centers, adquirir roupas de grife – e é essa minoria que mantém a lucratividade das grandes redes empresariais no estado. Conforme dados do IBGE, o índice de pobreza no estado em 1980 era de 85,4% (4º pior do Brasil), passando para 84,9%, em 1992, e 79,4 em 1998 (3º pior índice do país) (BRUNO, 2002: 138). De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Pnad) de 2005, por exemplo, 17% dos cearenses com mais de 10 anos de idade sobreviviam sem rendimento fixo; 52% recebiam menos de um salário mínimo; 1,1% da população ganhava entre 10 e 20 salários mínimos e somente 0,7% dos cearenses tinham renda superior a 20 salários mínimos. Os dados já foram piores, é verdade, mas no Brasil todo, nas últimas décadas, houve uma desconcentração da renda, o que nos leva a questionar qual a real contribuição do modelo econômico do Cambeba para minorar as diferenças sociais no Ceará.

A mão de obra abundante e barata é um dos atrativos para empresários fecharem suas fábricas em outras regiões e as instalarem no Ceará. Na óptica dos aliados do Governo das Mudanças, “para quem não ganhava nada, um salário mínimo é um bom salário”. É uma linha de raciocínio questionável. O trabalho chega, mas os baixos níveis salariais mantêm o povo na situação de pobreza e na mesma escala social. O empresário fica cada vez mais rico, já o trabalhador...

Para complicar, os empregados de muitas indústrias não possuíam garantias trabalhistas (férias, décimo-terceiro salário, etc.), chegando a trabalhar treze horas por dia. O segredo estava na criação de cooperativas – os operários associavam-se para produzir autonomamente para uma indústria e não apresentavam oficialmente nenhum vínculo empregatício com a empresa. Isso era uma clara burla às leis trabalhistas do país, denunciada, inclusive, por integrantes da justiça do Trabalho, no Ceará

Estudiosos do assunto questionam se apenas a expansão industrial e a construção de grandes obras de infraestrutura são capazes de mudar a realidade social do Ceará. Creem que uma estratégia que

estimule igualmente o crescimento de serviços, a exemplo do turismo, e da agricultura, priorizando e apoiando com microcrédito os pequenos e médios proprietários (rurais e urbanos), afora investimentos maciços na educação, saúde e reforma agrária, resultem numa redução mais ampla no nível de pobreza. Mas essa nunca foi uma estratégia principal do Governo das Mudanças, pelas vinculações que mantinha com a burguesia e grupos oligárquicos cearenses.

O Cambeba recebeu a agricultura cearense em crise e não conseguiu mudar tal situação – exatamente o setor que mais absorve mão de obra. A rigor, a maior parte dos recursos que o Governo das Mudanças destinava ao setor beneficiava as grandes agroindústrias. Os números são emblemáticos para se entender o cenário da agricultura cearense: de acordo com os dados fornecidos em 2002 pelo Ipece retrata-se que a agropecuária participava com 12,13% para o PIB total do Estado, em 1990, mudou para 4,91% em 2002. (SOUZA, 2007: 135). Segundo dados da Secretaria de Planejamento do Estado (Seplan), a renda média mensal dos trabalhadores rurais representa menos de um terço da renda dos que trabalham na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). E continuam o êxodo rural, a favelização, a violência, a mendicância e a prostituição (BESERRA, 1994; GONDIM, 1998; CARVALHO, 1999; PARENTE, 2000; PARENTE, ARRUDA, 2002; BRUNO, 2002; ARAUJO, 2003; HOLANDA, 2006; BERNAL, 2006; ARAUJO, 2007; SOUZA, 2007; NOBRE, 2008; BANDEIRA, 2008; ALMEIDA, 2012).

30.11 TASSO III

Apesar das criticas feitas pelos opositores, Jereissati gozava de ampla popularidade entre os cearenses, conforme registravam as pesquisas de opinião – tanto que com a possibilidade jurídica da reeleição, foi mais uma vez eleito para o Executivo estadual em 1998 (derrotando ironicamente seu padrinho político Gonzaga Mota, do PMDB) novamente já no primeiro turno com 52% dos votos. Credenciou-se a ser o candidato do PSDB nas eleições

presidenciais de 2002, o que não aconteceu; o Partido escolheu como candidato José Serra, ministro da Saúde de FHC – Tasso, em represália, recusou-se a engajar-se na campanha de Serra, anunciando em público o apoio a Ciro Gomes.

A popularidade não livrou Tasso de dificuldades em seu terceiro mandato. Uma delas foi o aumento da violência – que apresenta vinculações diretas com a dramática situação social brasileira e cearense. O "Governo das Mudanças" buscou também imprimir sua marca na política de segurança pública. Internamente, tentou recuperar os princípios da disciplina, da hierarquia e da moralidade, isolando o lado considerado podre dos órgãos de segurança. Por tal razão, foram escolhidas para as cúpulas dirigentes de origem externa ao Ceará e com formação policial diferente das Polícias Civil e Militar. Foi o caso, por exemplo, dos gaúchos Moroni Torgan e Renato Torrano, ambos delegados da Polícia Federal e que ocuparam cargos na direção da Secretária de Segurança. Isso, por sinal, provocou um "mal-estar" nos quadros locais, que se viram desprestigiados pelo governo.

Em 1987, foi feita grande campanha para combater os crimes de pistolagem no estado, tidos como uma prática arcaica, dos tempos dos coronéis a ser extinta pela moderna gestão do Governo das Mudanças. Diversos pistoleiros foram presos, o que era anunciando com sensacionalismo pela imprensa e trouxe muitos dividendos políticos para Moroni e Torrano, tanto que depois estes fizeram carreira parlamentar.

Apesar disso, a política de segurança pública do Cambeba não obteve a modernização desejada. Persistiram os casos de pistolagem (em número menor, é verdade), assaltos, roubos, homicídios, etc., atormentando a população, sobretudo, na periferia de Fortaleza e no interior, áreas menos assistidas pela polícia. As delegacias e penitenciárias no estado continuavam como verdadeiros depósitos para os pobres e aqueles que estão fora do mundo do consumo. Rebeliões ocorriam com certa frequência – numa delas, em 1994, inclusive, foi feito refém no IPPS, o então arcebispo, Dom Aloísio Lorscheider.

Havia igualmente casos de violência praticados pela própria polícia. Em 1993, ainda no governo Ciro Gomes, foi flagrada, nas

dependências da Delegacia de Furtos e Roubos, a sevícia executada por policiais civis no pedreiro Antônio Ferreira Braga, enrolado num tapete ao lado de instrumentos de tortura. O episódio levou à exoneração do então secretário de Segurança Pública, Francisco Crisóstomo. Em 1997, o agente João Alves de França denunciou o envolvimento de policiais civis e militares em assaltos, tráfico de drogas, contrabando de armas e extorsão – o agente fez as denúncias após ser detido com um carro roubado. O chamado "Caso França" teve bastante repercussão, pois as denúncias também atingiram membro da cúpula da segurança, inclusive um ex-secretário da área. Vários policiais seriam afastados no episódio. O secretário de segurança à época, Edgar Fuques, foi também substituído, acusado de omissão no episódio e por acusações de que teria participado da repressão política durante a Ditadura Civil-Militar, conforme entidades de direitos humanos. O corporativismo policial muitas vezes impedia a punição dos responsáveis. Como tradição de uma sociedade autoritária e de mínimo respeito pelos direitos humanos, impera na mentalidade de boa parte dos policiais e da população o princípio segundo o qual "bandido tem que ser tratado no tapa". Isso apenas reforça a impunidade e o arbítrio dos agentes do Estado.

É uma força policial preparada, quase que exclusivamente, para a defesa do patrimônio privado e da segurança das classes dominantes, e voltada para a repressão das camadas populares e não para a prevenção, mesmo quando a questão é político-social. Foi o caso dos excessos cometidos pela PM em dezembro de 1997, quando numa verdadeira operação de guerra e de terror centenas de membros do MST, entre os quais crianças, mulheres e idosos, foram cercados em frente à Secretaria de Agricultura na avenida Bezerra de Menezes, em Fortaleza. O governo, em vez de negociar, objetivou o enfraquecimento do movimento e o retorno imediato dos trabalhadores aos seus municípios. Durante o cerco, os deputados estaduais Mário Mamede, Inácio Arruda e João Alfredo foram agredidos física e verbalmente por policiais. Diante da repercussão nacional e internacional do incidente, o governo viu-se obrigado depois a negociar com o MST.

Obviamente a culpa não é apenas dos policiais. Eles são o produto de uma política de segurança pública a qual historicamente sempre

viu com desconfiança e reprimiu o negro, o pobre e o favelado. Os PMs recebem uma formação autoritária, nas academias militares, são tratados asperamente por seus oficiais e submetidos a uma sobrecarga de trabalho, têm uma baixa remuneração e lhes faltam melhores condições de trabalho (o que, em muitos casos, custa a vida desses policiais ao defrontarem com marginais mais bem armados). Tudo isso ajuda a entender a paralisação policial de julho de 1997, quando houve troca de tiro entre grevistas e o Gate (Grupo de Ações Táticas Especiais) no cruzamento das avenidas Abolição e Barão de Studart, em Fortaleza. O confronto deixou como saldo vários militares feridos. Tasso não negociou com os manifestantes (tratados pela imprensa como baderneiros), prendeu os líderes, afastou quase uma centena de policiais (civis e militares) participantes do movimento. Mas a crise na segurança pública continuou.

Nos anos 1990, com Fernando Henrique Cardoso, o PSDB abraçou o neoliberalismo, com o ideário de privatizações, cortes de gastos públicos, desregulamentação, enfatizando o livre mercado e o Estado mínimo. Embora sem a mesma ênfase dos neoliberais ortodoxos da década de 90, a concepção de Estado "enxuto e moderno" não era de todo estranha para o Cambeba, pois já estava dentro do projeto do CIC. Conforme Maria Cristina Nobre, "o teor neoliberal dos 'governos das mudanças' é tão acentuado que estes aparecem para o Brasil como uma das mais significativas experiências político-administrativas com esse caráter, um verdadeiro 'laboratório experimental'. De fato, os empresários do CIC antecipam medidas de ajuste fiscal e reforma administrativa do Estado, ainda no final da década de 80, bem como direcionam seus esforços para uma política industrial voltada à inserção da economia do Ceará no mercado mundial" (NOBRE, 2008: 59).

No ano de 1998 privatizou-se a Teleceará (comprada pelo grupo nacional Telemar, atual Oi, que apresentava como um dos sócios Francisco Jereissati, irmão de Tasso) e a Coelce (que passou para um consórcio de chilenos, espanhóis e portugueses). No caso da telefonia, houve a ampliação do número de usuários, embora sem a tão propalada concorrência, pois poucas operadoras dominam o mercado e a qualidade dos serviços não é das melhores. Após a privatização, a Coelce aumentou a área de cobertura energética no

estado, embora a qualidade dos serviços continue a desejar – não por acaso, Coelce e Oi passaram a estar entre as empresas mais acionadas pelos órgãos de defesa do consumidor. Outra reclamação da população foi o aumento das tarifas cobradas. Descobriu-se que entre 2001 e 2008, a Coelce cobrou valores bem acima do devido nas tarifas. Os trabalhadores das empresas privatizadas reclamam também das jornadas de trabalho imposta, o que, no caso da Coelce, custou a vida de vários eletricitários.

O BEC (Banco do Estado do Ceará), segundo o jornalista Ciro Saraiva, foi privatizado por determinação de Tasso Jereissati, que ordenou o início da operação em 1995 (SARAIVA, 2014). O banco, novamente falido em algumas negociatas nunca devidamente explicadas, foi federalizado (isto é, passou para a alçada do governo federal) em 1998, e, após uma acirrada luta judicial, acabou igualmente privatizado, em 2005, já no governo de Lúcio Alcântara e por pressão do grupo cambebista junto ao governo federal. Segundo os críticos, a privatização, afora razões ideológicas, deu-se porque integrantes do Cambeba temeriam que a apuração dos escândalos do Banco pudesse respingar em alguns empresários e políticos aliados. Com a privatização, dívidas de grandes devedores foram consideradas extintas. O BEC foi adquirido pelo Bradesco, alvo também da reclamação do público pelos maus serviços prestados e altas taxas cobradas. Economistas lamentaram a privatização do Banco, que poderia ser um agente de fomento ao desenvolvimento econômico do estado. Os defensores da privatização, por outro lado, argumentam que a venda das empresas impediu seu uso político pelos governantes e possibilitou a redução dos gastos do Estado, que deixou de injetar dinheiro nas companhias, como até então acontecia (BRASIL, 2000; PARENTE, 2000; PARENTE, ARRUDA, 2002; BRUNO, 2002; BRASIL, 2003; BARREIRA, 2004; LIMA, 2008; SARAIVA, 2014).

empresarial.

Capítulo 31

O Pós-Cambeba

31.1 A HEGEMONIA CONTESTADA Tass

Não obstante, no começo do século XXI, o grupo político empresarial começou a enfrentar as primeiras dificuldades eleitorais. Teria de fazer enorme esforço para eleger Lúcio Alcântara governador em 2002. O Governo das Mudanças acabou alvo de um fenômeno comum em política: a longa permanência no poder desgasta. As belas imagens dos comerciais do governo e o discurso repetitivo de "desenvolvimento, modernidade", etc., proferidos por Tasso e aliados passaram ao longo dos anos a surtir menos efeitos. O Cambeba estava empoeirado e desgastado por seu autoritarismo, pelos escândalos não apurados, pelas alianças com oligarquias municipais, pelas acusações de favorecimento a grupos econômicos privados, clientelismo, etc.[26]. Para complicar a situação, o estilo centralizador e autoritário do grupo mudancista inibiu o aparecimento de novos quadros dentro das hostes do PSDB. O grupo se enfraqueceu ainda com as dissidências, cujo exemplo maior foi Sérgio Machado, que em 2001, novamente preterido na pretensão de ser candidato ao governo, se desligou do PSDB e ingressou no PMDB para disputar o Executivo cearense nas eleições de 2002 (ficaria em terceiro lugar). Destaca-se nessa conjuntura ainda o desgaste nacional do PSDB e do neoliberalismo, com os cortes de programas sociais e crise econômica do começo do século – o que ajudaria a eleger Lula presidente do Brasil e influenciaria no quadro sucessório cearense de 2002.

Apesar dos limites da presente democracia liberal brasileira, por mais que o poder econômico e a máquina pública consigam votos e correligionários, os gestores públicos devem prestar contas a cada quatro anos aos cidadãos quando das eleições. A maioria dos cearenses, com seu "voto solto", não ideológico, começou a demonstrar a insatisfação com o Governo das Mudanças nas urnas.

Diante da conjuntura, em 2002, o candidato do PSDB para disputar o governo do Ceará foi Lúcio Alcântara, um político sem forte identidade com o núcleo do grupo empresarial. A escolha de Lúcio era um sinal do desgaste do Cambeba. Tasso tinha preferências pelo senador Luiz Pontes, mas ante os maus resultados deste nas pesquisas de opinião, optou-se por um nome não tão vinculado ao Governo das Mudanças e ao desgaste de tantos anos de poder.

Além disso, talvez tenha contado para a preferência por Lúcio

Alcântara a possibilidade de ampliar as bases eleitorais do PSDB, já que ele era conhecido como um homem de maior habilidade na formação de alianças e boas relações políticas. Por outro lado, lançar Lúcio era igualmente uma maneira de Tasso poupar seu grupo de uma eventual derrota eleitoral, pois, como dito, Alcântara não era político vinculado ao projeto do CIC. Nas palavras de Rejane Carvalho, "Lúcio Alcântara, embora apoiado por Tasso, decididamente não tinha a sua 'marca'. [Nascido em Fortaleza, em 1943], filho de um antigo chefe político do PSD (Waldemar Alcântara), ex-prefeito 'biônico' de Fortaleza na década de 70, com passagem pelo PFL (...) e PDT, alia-se ao 'tassismo', a partir da campanha de 1990, compondo, como candidato a vice-governador, a chapa encabeçada por Ciro Gomes (CARVALHO, 2004: 78).

Numa eleição acirrada e tensa, decidida em segundo turno (desde a criação deste dispositivo pela Constituição de 88, foi a primeira vez que ocorrera um segundo turno numa eleição para o governo cearense), Lúcio Alcântara venceu o candidato das esquerdas, José Airton (do PT, vereador de Fortaleza e ex-prefeito do município de Icapuí), com uma diferença muito pequena, de apenas 1,08%, pouco mais de três mil votos. José Aírton, um político quase desconhecido e que durante a campanha teve dificuldades para explicar com que dinheiro havia comprado uma casa nas Dunas (bairro elegante de Fortaleza) quase derrotava o Cambeba. Verdade que José Aírton foi ajudado pela "onda vermelha" que varria o Brasil em 2002, ou seja, a campanha vitoriosa de Lula presidente – tanto que Lúcio buscou construir uma imagem também de afinidade com o candidato presidencial petista –, mas não apenas isso o beneficiou, pois em outros estados a tal "onda" não impediu que os grupos no poder conseguissem triunfos eleitorais mais facilmente. Tasso, que se candidatou ao Senado, embora eleito, teve menos votos em Fortaleza que o candidato petista Mário Mamede (a outra vaga senatorial ficou com Patrícia Gomes Saboia, ex-esposa de Ciro Gomes, do PPS)[27].

As dissidências pipocavam e as oposições cresciam. Políticos mais astutos, vendo o desgaste do grupo empresarial e não encontrando espaços para seus interesses e pretensões, passaram para a oposição. Um deles foi Wellington Landim, de vínculos com Brejo Santo e Cariri e, então, presidente da Assembleia Legislativa, que deixou o

PSDB para igualmente se candidatar ao governo em 2002, pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro). Após sair do PSDB, e até o fim da legislatura, Landim rompeu com a tradicional subserviência da Assembleia ao Cambeba, incomodando Tasso e impondo-lhe derrotas. Landim, por exemplo, chegou a conseguir os votos suficientes que culminaram na "instauração da CPI do BEC, para investigar denúncias de irregularidades na concessão de créditos a empresas e políticos, entre 1995 e 1998, que teriam resultado em um rombo de R$ 700 milhões. Tasso, por sua vez, em entrevista à televisão, denuncia a existência da 'Folha 8', que, de forma clandestina, pagaria salários elevados a supostos prestadores de serviços à Assembleia legislativa" (CARVALHO, 2004: 78).

Em 2004 as esquerdas, com Luizianne Lins (PT), reconquistaram a importante prefeitura de Fortaleza, ficando o candidato do PSDB, Antônio Cambraia, em quarto lugar. Na capital, era maior o descontentamento existente em relação ao modelo político e resultados socioeconômicos produzidos pela Geração Cambeba. Havia uma atuação mais forte das esquerdas (em sindicatos, nas universidades, na imprensa, etc.), uma maior pressão das camadas populares para a solução de seus problemas de saúde, educação, emprego, etc. – embora, por outro lado, o aumento da influência de Igrejas evangélicas e de grupos católicos politicamente conservadores na periferia contribuísse para arrefecer a pressão contestatória popular. Destacava-se ainda uma acirrada militância contra o Governo das Mudanças por parte da classe média, impossibilitadas de ascensão social via máquina pública (que a busca pelo equilíbrio fiscal e as medidas neoliberais adotadas por Tasso desprestigiara).

Lúcio Alcântara buscou se desvencilhar da imagem "cambebista" Alécio Chagas, nomeado pelo president

A gestão de Lúcio Gonçalo de Alcântara (2003-07) foi uma sobrevida ao projeto político-administrativo iniciado em 1987. Lúcio herdou um pesado fardo político, por mais que tentasse se desvencilhar. Tentou impor um estilo próprio de administrar, mostrando mais disposição para o diálogo com a sociedade. Sintomático e simbólico desse cenário foi a transferência da sede do Executivo do Cambeba (forte marca associada a Tasso) para o Palácio Iracema. Contudo, a presença Jereissati dentro de sua gestão era por demais visível, a começar pelo vice-governador, Maia Júnior, que acumulou a poderosa Secretaria de Planejamento (responsável pelo orçamento do Estado), pelo Secretário de Governo Luis Pontes (responsável pelos contatos políticos), pelo líder do PSDB na Assembleia, João Jaime, pelo líder do governo Adahil Barreto, todos escudeiros fiéis do tassismo, entre outros ocupantes de cargos do primeiro e segundo escalão. Como chegou a dizer um membro do próprio governo à imprensa, Tasso dava a Lúcio "uma liberdade vigiada" (apud NOBRE, 2008: 88).

Lúcio manteve as mesmas políticas econômicas de sustentabilidade ao grande capital através de incentivos fiscais para atração de investimentos industriais e turísticos, bem como buscou realizar projetos estruturantes, a exemplo do Canal da Integração, vinculado à construção da Siderúrgica Cearense e ao Complexo Portuário do Pecém.

Alcântara pagou caro pela continuidade do mudancismo. Recebeu o Estado em delicada situação financeira, em virtude de dívidas de gestões anteriores e da crise vivida pelo Brasil desde 1998, o que comprometia a capacidade de investimentos do governo e a assistência à população. Com menos repasses do governo federal, Lúcio Alcântara teve ainda de "enfrentar logo no início uma redução na arrecadação fiscal. Em 2003, em função da crise na construção civil que atingiu o Ceará e todos os estados brasileiros mais de 60% das obras iniciadas no estado permaneceram paralisadas no primeiro ano de governo" (CUNHA: 2008: 83). Por respeito a Tasso, Lúcio não o responsabilizou por nada e fez uma gestão de poucas realizações materiais.

Sua fidelidade não foi correspondida por Tasso, que no início de 2006, vendo as dificuldades que seu grupo teria para permanecer

no governo, resolveu descartar Lúcio, usando como pretexto acusações de que faltava "audácia e criatividade" à administração e que existiriam irregularidades com verbas públicas envolvendo o filho do governador, Léo Alcântara. Jereissati desejava que Lúcio se candidatasse ao senado, deixando a governadoria com Cid Gomes, numa aliança com o emergente grupo dos Ferreira Gomes, cuja base de poder se assentava, como vimos, sobretudo na esfera federal, na influência de Ciro Gomes junto ao governo Lula. Vale ressaltar que os programas assistencialistas da presidência de Lula, a exemplo do Bolsa Família, com a transferência de renda e diminuição da pobreza, além de atrair eleitores para o petista e as esquerdas, diminuíam a dependência da população em relação às antigas lideranças locais, várias delas aliadas de Tasso. Mais uma vez percebe-se um fator "externo", nacional, interferia na história política cearense, no caso, desestruturando os votos dos grupos tradicionais no interior.

Lúcio, ofendido em sua pretensão legítima, insistiu em concorrer à reeleição pelo PSDB. Acabou derrotado. Alcântara continuou com o fardo do desgaste dos 20 anos do Governo das Mudanças e, boicotado por Tasso, não contou com o apoio dos setores empresariais dominantes e de muitas das oligarquias municipais aliadas de Jereissati. Segundo o jornalista Ciro Saraiva, teria havido mesmo um apoio velado de Tasso à candidatura de Cid Ferreira Gomes, da coligação PSB, PT e PMDB. Sintomático que durante a campanha, Cid não fez ataques a Tasso e ao projeto do governo das mudanças, mas apenas diretamente a Lúcio. Para a derrota deste, contribuiu também uma nova "onda vermelha" – o presidente reeleito Lula e as esquerdas, com a prefeita fortalezense Luizianne Lins, apoiaram Cid, vitorioso ainda no primeiro turno com 62,3% dos votos (contra 32,5% de Lúcio). Some-se a isso ainda a imagem criada em torno de Cid, jovem político, "moderno" prefeito de Sobral e que, segundo seus simpatizantes, poderia fazer igualmente bom governo no estado. Encerrava-se o ciclo de poder do Governo das Mudanças e a hegemonia de Tasso Jereissati na política cearense (CARVALHO, 2004; BEZERRA, 2007; NOBRE 2008; SILVA, 2013; SARAIVA, 2014).

31.2 OS FERREIRA GOMES NO GOVERNO

Cid Ferreira Gomes, engenheiro-civil, nasceu em Sobral, no ano de 1963. Pertence a uma das mais tradicionais famílias do norte cearense, de origem pecuarista. Como tantos outros clãs cearenses, a família enfatizou ao longo das décadas a formação bacharelesca dos membros para melhor obter espaços no Estado e defender seus interesses. Familiares administraram Sobral já quando da proclamação da República - os dois primeiros prefeitos foram, em 1890, Vicente César Ferreira Gomes, e em 1891, José Ferreira Gomes. Durante a Era Vargas, Vicente Antenor Ferreira Gomes, foi prefeito por nove anos, de 1935 até 1944.

O pai de Cid, advogado/defensor público e professor José Euclides Ferreira Gomes Júnior, em 1977, pela Arena, tornou-se prefeito da cidade, eleito com apoio da família Prado. Os Prado e os Barreto formavam os grupos políticos sobralenses mais fortes durante a Ditadura Militar. Posteriormente, Euclides Ferreira romperia com os Prado, criando sua própria facção política e entrando na disputa pelo poder municipal. Os Ferreira Gomes eram vinculados ao coronel César Cals que dominava, com Adauto Bezerra e Virgílio Távora, a política do Ceará na ditadura. César era o “mais fraco politicamente” dos coronéis, caracterização que também pode ser aplicada ao grupo familiar sobralense. A posição inferior dos Ferreira Gomes era tão evidente que, em 1982, o irmão de Cid e sua referência política, Ciro Gomes, não conseguiu sequer se eleger deputado estadual, ficando na segunda suplência do PDS dos coronéis.

As circunstancias históricas, precisas escolhas e alianças políticas possibilitariam aos Ferreira Gomes uma impressionante ascensão. As eleições de 1986, entre Tasso e Adauto, marcaram o início de um novo ciclo de poder no Ceará. Os Ferreira Gomes romperam com César Cals e se uniram ao grupo do então peemedebista Jereissatti, vitorioso naquele pleito. Não só isso: Ciro Gomes, eleito deputado pelo PMDB, tornou-se líder do Governo das Mudanças na Assembleia Legislativa, defendendo entusiasticamente o aprofundamento do projeto de modernização conservadora de Tasso

e demais empresários do CIC.

A parceria com Tasso seria positiva para a família. Como visto, Ciro seria prefeito de Fortaleza, governador, ministro, presidenciável e aliado de Lula e da presidenta Dilma Rousseff, passando a ter carreira política nacional e um capital político considerável. Em meados da década de 1990, Sobral vivia grave crise administrativa, o que ficou conhecido pela população como "troca-troca" de prefeitos. Rompidos, o prefeito, Ricardo Barreto, e o vice-prefeito, Aldenor Façanha Júnior, se acusavam de cometer irregularidade e se alternavam mutuamente no comando de Sobral, numa briga de liminares na justiça. Nas eleições de 1996, o PT local se aliou aos Ferreiras Gomes, já alocados no PSDB, e para a "redenção moral, administrativa e econômica de Sobral", lançaram com candidato Cid Gomes, então deputado estadual em segundo mandato. Se autoproclamando o "moderno" contra o "atraso" representado pelos Barreto e Prado, contando com apoio do Governo das Mudanças e o prestígio nacional de Ciro Gomes, Cid obteve 63% dos votos. Os irmãos Ciro Gomes, Cid Gomes e Ivo Gomes ficaram no PSDB até 1998, quando Ciro se lançou candidato à Presidência da República pelo PPS. Foi pelo PPS, sempre em aliança com o PT, que Cid seria reeleito prefeito de Sobral, em 2000, com mais de 68% dos votos, um reconhecimento da população a uma gestão dita como "modernizadora e progressista". A partir de 2002, o grupo dos Ferreira Gomes passou a compor a base de apoio do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Em 2005, os Ferreira Gomes decidiram deixar o PPS, indo para o PSB de Eduardo Campos, depois governador de Pernambuco, para continuar apoiando Lula. Pelo PSB Cid seria eleito governador do Ceará, em 2006[28].

O triunfo de Cid significou o fim da hegemonia política de Tasso e do PSDB no Ceará. Não por acaso, daí em diante o PSDB encolheria, perdendo diversos prefeitos, deputados e correligionários para o PSB e demais partidos da base governista cidista, fenômeno tantas vezes acontecido na política cearense nas últimas décadas. Apesar disso, Tasso, pelo menos a princípio, não rompeu com os Ferreiras Gomes. O PSDB manteria efetiva participação no Governo Cid Gomes na primeira gestão. Cid disporia mesmo em seu secretariado, na primeira gestão, de importantes nomes do PSDB e com vínculos estreitos com Tasso, a exemplo de Bismark Maia, na pasta do

Turismo, e Marcos Cals, na Secretaria de Justiça. Brenda Barbosa Cunha vê essa participação como uma retribuição do apoio velado de Jereissati à candidatura dos Ferreira Gomes durantes as eleições de 2006 (CUNHA, 2012). Afora isso, não se pode esquecer as afinidades históricas entre Tasso e Ciro e de que boas relações com o novo governo poderia evitar o esvaziamento do PSDB no estado (o que, como dito, acabou se verificando ao longo dos anos).

Cid Gomes manteve o modelo econômico da era Tasso política de Tasso, a mo

Inaugurado em 2002, o Porto do Pecém foi pensado para receber em seu entorno indústrias, uma siderúrgica e uma refinaria, o que, para as autoridades e grupos dominantes traria um crescimento econômico duradouro para o estado. A chamada Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), iniciada em 2011, está sendo erguida com capitais privados, da brasileira Vale do Rio Doce e das coreanas Dongkuk e Posco Steel. Para fornecer energia elétrica ao complexo, foi construída também uma termoelétrica, empreendimento das empresas EDP Energias, de Portugal, e da MPX, empresa de energia do Grupo EBX, do empresário Eike Batista. Movida à queima de carvão, a termoelétrica suscita críticas por parte de ecologistas, pelos danos ao meio ambiente. Em 2013, entrou em funcionamento a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Pecém, com facilidades para as atividades comerciais de exportação.

A refinaria é um antigo sonho – já nos anos 1950 falava-se de uma refinaria para o Ceará. As presidências de Lula e Dilma chegaram a anunciar que a Petrobras instalaria no Ceará e no Maranhão uma usina de refino Premium II. Durante a gestão Cid, o Estado investiu R$ 657 milhões visando receber o investimento. Entretanto, em 2015, logo no início do segundo mandato de Dilma Rousseff e da gestão do sucessor de Cid, Camilo Santana, a Petrobras informou o cancelamento do projeto. A gigante estatal brasileira sofria com a queda do preço internacional do barril de petróleo e com acusações de corrupção envolvendo alguns de seus dirigentes. O cancelamento provocou decepção e críticas aos governantes. Opositores falaram em “estelionato eleitoral”[29].

Outra obra tida como de relevo para o estado é a transposição das águas do Rio São Francisco, projeto aprovado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva sob os auspícios do seu então Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. O projeto igualmente provocou muitas polêmicas entre ecologistas e diversos setores dos movimentos sociais – afora danos ao meio ambiente, a água seria voltada para o grande capital, não beneficiando tanto as populações e pequenos agricultores. A transposição do São Francisco objetiva levar água ao complexo Castanhão, que por sua vez abastece Fortaleza e o CIPP. Também está sendo construída, desde 2006, a ferrovia Transnordestina, de mais de 1,7 mil km, nos estados do

Piauí, Pernambuco e Ceará, ligando os portos de Suape (PE) e Pecém.

Dentro ainda da estratégia de modernização conservadora cearense, o governo Cid deu atenção especial à qualificação da mão de obra, um dos problemas que dificulta o incremento industrial e turístico, conforme analistas (ROCHA, AMARAL FILHO, MELO, 2006). Buscou instalar centros formadores de técnicos de nível médio (a exemplo das chamadas Escolas Profissionalizantes) e tecnológicos de nível superiores em Fortaleza e interior do estado. A procura por tais centros pela população é enorme. Com o programa Alfabetização na Idade Certa o governo Cid conseguiu expressiva redução do analfabetismo infantil, ganhando destaque nacional[30]. Na gestão de Cid, em 2011, foi inaugurada, em Redenção, a Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), voltada para integrar os países da África, Ásia e Europa que falam português[31].

Outras obras bastante elogiadas na gestão Cid foram a construção de hospitais regionais em Sobral e Juazeiro do Norte, visando melhor assistir à população interiorana e desafogar o sobrecarregado Instituto José Frota em Fortaleza (por anos, ambulâncias das prefeituras interioranas traziam pacientes para a capital). O setor turístico igualmente recebeu destaque. Afora aeroportos facilitando o acesso às praias de Jericoacara e Canoa Quebrada (famosas internacionalmente por sua beleza), ergueu-se um gigantesco Centro de Eventos[32] favorecendo o chamado turismo de negócio, em virtude das inúmeras feiras e encontros empresariais que o equipamento passou a receber, e iniciou a construção de um colossal Aquário, em Fortaleza, visando atrair mais visitantes. O Aquário, porém, foi alvo de muitas polêmicas e críticas[33].

Como normal em História, o passar do tempo permitirá melhores análises e compreensão do que foi chamado “Era Cid”. A olhos de hoje, os aliados e defensores da gestão enfatizam como marca de Cid à frente do governo do Ceará a imagem de um governante competente, bom administrador e “tocador” (realizador) de obras. Existem críticas feitas por grupos conservadores sobre o governo dos Ferreira Gomes, a exemplo dos problemas de segurança, saúde, etc., talvez mais por circunstâncias políticas, por estarem foram do

comando do estado, mas que agiriam de forma parecida caso no poder, pois, como dito, o modelo de modernização conservadora tem grande apoio entre os grupos dominantes cearenses. Há críticas mais à esquerda, questionando-se se apenas o incremento industrial e turístico será capaz de mudar radicalmente a situação de pobreza do grosso da população. Quando Cid recebeu o governo do estado, a arrecadação do Ceará situava em R$ 6,12 bilhões. Em 2013, os valores cresceram para R$ 9,3 bi. O PIB cearense cresceu de forma continua durante o governo de Cid, passando de R$ 66,69 bilhões em 2006 para R$ 105,74 bilhões em 2013. A economia do Ceará evoluiu de 1,89% de participação na economia nacional, em 2007, para 2,21% em 2013 (o maior índice desde 1965)[34].

Se a modernização, no que se refere à economia, continuou, teria havido um recrudescimento do conservadorismo político, entenda-se, de práticas políticas tradicionais em relação ao período anterior ao do Governo das Mudanças. Não que tais práticas tivessem sumido por completo quando da Geração Cambeba ou que se diferenciassem do "jeito de fazer" política no Ceará, se vistas numa perspectiva temporal maior. Entretanto, com os Ferreira Gomes tornaram-se por demais visíveis certas posturas políticas tradicionais.

Ao longo dos oito anos tornaram-se rotineiras na imprensa notícias de composições e concessões em troca de apoio político[35], acusações de cooptações, de tentativas de cooptações[36], de perseguições, de repressão, de espionagem[37] e de imposições da vontade do grupo[38]. Tachado de hábil político de bastidor, Cid ampliou sua base de sustentação política. O grupo familiar detinha o comando do estado, mas negociava, fazia concessões, atendia às demandas dos aliados na intenção de manter a fidelidade dos correligionários. Conforme Brenda Cunha, a "Era Cid" se caracterizaria pelos investimentos em pequenas e médias obras por todo o estado (trechos de estradas, ambulâncias, construção de quadras, pequenos açudes, etc.), atendendo aos pedidos das "bases" dos deputados (uma postura bem diferente daquela do Governo das Mudanças). No comando das articulações políticas, o irmão Ivo Gomes, o segundo homem forte da administração, atrás apenas do próprio governador[39].

Assim, não surpreende a tranquilidade de Cid em termos

institucionais. Congregou em torno da gestão diversas facções, compondo nos dois mandatos (2007-11/2011-15) secretariados eminentemente políticos, com tucanos, ex-tucanos, petistas e comunistas. Em muitas oportunidades, Cid usou do preenchimento de cargos no Estado para acomodar aliados – quase todos os partidos com representação parlamentar na Assembleia Legislativa foram contemplados com o controle de alguma secretaria em sua primeira gestão. Não foram poucos os deputados nomeados para secretarias estaduais visando permitir que suplentes tomassem assentos no parlamento, ampliando a base de sustentação do governo no Legislativo. Outras vezes, no jogo político de alianças e convencimentos, eventuais descontentes foram contemplados em órgãos de fiscalização cuja nomeação era de atribuição do governador[40].

Se a oposição no Parlamento já era pequena quando do Governo das Mudanças, com Cid, praticamente sumiu. Para se ter ideia, na primeira gestão, contava com apoio de 44 dos 46 deputados e obteve 100% da aprovação dos projetos enviados ao parlamento. Tornou-se rotina observar deputados mais conservadores se preocuparem na tribuna e imagens da TV Assembleia em criticar a gestão em Fortaleza de Luizianne Lins (reeleita prefeita em 2008 com apoio de Cid) que opinar ou fiscalizar as ações do Executivo estadual.

O PSDB, já sofrendo um esvaziamento, só romperia com Cid às vésperas das eleições de 2010. Tal rompimento “antes de demonstrar um desentendimento ideológico ou programático entre essas forças políticas, retratava mais uma estratégia de sobrevivência político-eleitoral do PSDB e uma tentativa de amenizar as perdas dos espaços políticos anteriormente conquistados, a exemplo das eleições municipais de 2008, quando 10 de suas 67 prefeituras foram perdidas. Para isso, era necessário para o PSDB garantir a reeleição de Tasso. Os tucanos mantiveram até o último momento a expectativa na manutenção da parceria entre o Governador Cid Gomes. Era esperado que em 2010 ambos compartilhassem um palanque comum. Tinha-se como certo pelo PSDB o apoio do governador à reeleição de Tasso Jereissati ao Senado” (CUNHA, 2012: 78).

Bem avaliado conforme as pesquisas de opinião, Cid se encaminhou tranquilo para a reeleição em 2010. Desejava manter a mesma coalizão partidária, que lhe garantira uma gestão tranquila, inclusive contando com o apoio dos tucanos, num acordo tácito para garantir mais oito anos de Senado para Tasso. Mas as coisas não sairiam exatamente como Cid desejava. A perturbá-lo, questões nacionais: a acirrada sucessão presidencial entre os candidatos Dilma Roussef, do PT, e José Serra, do PSDB, decidida em segundo turno, com a vitória da petista. Dentro do projeto de poder dos Ferreira Gomes, era muito importante o apoio do Partido dos Trabalhadores e do presidente Lula – note-se que em todas as eleições para governador entre 2002 e 2014, nenhum opositor a Lula foi eleito governador do Ceará[41].

"O PT fez valer sua força como um dos principais integrantes da coalizão governista, frustrando duplamente as expectativas tucanas. Além da recusa do diretório estadual petista em compor uma mesma chapa com o PSDB, o presidente Lula rejeitou as pretensões de Cid em apoiar a reeleição de Tasso. Como uma das vagas já seria disputada por Eunício Oliveira, do PMDB, a outra deveria ser disputada pelo candidato do PT José Pimentel. Para Lula, além de garantir uma possível vaga no Senado para o PT, a derrota de Tasso representaria a retirada de um dos maiores opositores ao seu governo" (CUNHA, 2012: 79). Sem apoio de Cid à reeleição de Tasso, o PSDB enfim rachou com os Ferreira Gomes. Ainda carregando o fardo do desgaste político dos 20 anos de Governo das Mudanças, sem apoio da máquina estadual e alvo da força política de Lula e Dilma no Ceará – ficaram famosos os comerciais no horário político na televisão em que o líder petista aparecia dizendo que "quem vota num, vota no outro", ou seja, defendia o voto casado em Eunício e Pimentel, condenando o voto no PSDB – Tasso Jereissati iria amargar a primeira derrota eleitoral de sua trajetória. Cid seria reeleito com 63% dos votos válidos no primeiro turno[42].

O PSDB-CE saiu da eleição combalido, elegendo apenas oito deputados. A cúpula do partido decidiu fazer oposição à nova gestão dos Ferreira Gomes. Com isso, o partido encolheu ainda mais. Um a um, os deputados foram saindo da sigla tucana, atraídos pelo governo, temendo terem fechados os canais de distribuição de recursos para seus redutos eleitorais. No final de 2013, o PSDB não

tinha mais um único deputado na Assembleia Legislativa[43].

A “perturbar” a calmaria política institucional da gestão Cid e as boas relações com o governo Federal, havia a prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins. Se os membros das esquerdas locais (à exceção de pequenas siglas, como PSOL – Partido Socialismo e Liberdade, dissidente do PT) garantiam apoio quase irrestrito ao governador, o mesmo não se podia dizer da prefeita. Por exemplo, causou grande polêmica a recusa de Luizianne em aceitar a instauração de um estaleiro em Fortaleza – o governo falava em investimentos e ganhos econômicos, Lins se preocupava com o meio-ambiente e o impacto na mobilização urbana de uma cidade de trânsito já caótico[44].

Os Ferreira Gomes não deixariam por menos a “independência” da prefeita. Em 2012, o grupo conseguiu vencer as eleições da capital, elegendo Roberto Cláudio, num embate duríssimo contra o candidato de Luizianne, Elmano de Freitas, em que os dois lados se acusaram de abuso do poder econômico e uso da máquina pública. Foi a primeira vez desde 1988, quando Tasso conseguiu eleger Ciro prefeito, que o governador do estado obtinha a vitória de seu candidato para a prefeitura da capital cearense. Ali talvez fosse o auge da hegemonia política dos Ferreira Gomes, uma hegemonia que nem Tasso tinha obtido (lembremos que quando o Governo Jereissati elegeu Ciro, travava duros embates com a Assembleia Legislativa). Apesar de eventuais problemas na gestão (algumas greves, secas, problemas de segurança), Cid tinha o apoio do governo federal, o comando de Fortaleza, o apoio da Assembleia Legislativa, o apoio da maioria dos prefeitos. A economia cearense crescia e Cid, ao lado de Ciro, conseguia respaldo político também nacional. As pesquisa de opinião davam ao governador um grande apoio popular.

Ante esse cenário, poucos imaginavam as dificuldades que o grupo passaria em 2014, quando, apesar de ter eleito o sucessor, acabou perdendo a hegemonia política no estado (FREITAS, 2005; BEZERRA, 2008; LIMA, 2008; ARAUJO, 2011; CUNHA, 2012; SILVEIRA, 2013; RABELO FILHO, 2014; BENEVIDES, 2014; SARAIVA, 2014).

31.3 OUTRAS HISTÓRIAS

Com a Era Lula, houve certo arrefecimento dos movimentos sociais no Brasil, em virtude das ligações de muitos destes com o PT e a postura conciliatória do presidente da República. Com isso, um fenômeno que se percebeu foram muitas mobilizações populares sem a presença das tradicionais lideranças/entidades de esquerda, ou mobilizações que "passaram por cima" ou levaram "a reboque" tais lideranças. Especificamente no caso do Ceará, observa-se a tendência de crescimento de movimentos sociais ligados ao PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) – ambos não por acaso dissidentes do PT – e à Crítica Radical (o grupo político liderado por Rosa da Fonseca e Maria Luíza).

Em 2011, mais de três mil operários que trabalham na construção da termoelétrica do Porto do Pecém entraram em greve, pedindo maiores salários e melhores condições de segurança (vários trabalhadores morreram em acidentes durante as obras). A massa furiosa paralisou o porto e chegou mesmo a incendiar alojamentos e escritórios. A Justiça declarou a greve ilegal – no Ceará, normalmente, as paralisações do setor público ou em áreas onde há interesse direto do governo eram declaradas ilegais, sendo determinado o retorno dos trabalhadores às atividades. O governo e a empresa agiram duro. Vários trabalhadores foram demitidos, processados e presos, como foi o caso de Antonio Manoel Lopes, chamado de "Lula" pelos seus colegas, em virtude da liderança que exerceu na greve. Outras greves já tinham acontecido em 2010 e voltariam a ocorrer nos anos seguintes[45]. Greves também aconteceriam na Companhia Siderúrgica do Pecém. Matéria de O Povo, de 2014, dizia que oito greves aconteceram em 28 meses de obras da CSP – em junho desse ano, tumulto no canteiro de obras resultou em 66 pessoas presas, três veículos incendiados, 10 carros depredados e 2800 demissões. Os trabalhadores reclamam dos baixos salários e da falta de segurança[46].

Outro problema da construção do complexo industrial do Porto do Pecém foi o atrito com os remanescentes indígenas anacés. O lugar

escolhido para construir a refinaria Premium II era em parte ocupado pelos indígenas, que resistiram à desapropriação. Em pouco, setores conservadores cearense passaram a alardear o velho preconceito de que “não havia mais índios no estado” e que os nativos estavam “travando o progresso” do Ceará. Apoiados por entidades civis, Ministério Público e FUNAI, os anacés ingressaram em juízo, e ameaçaram parar todas as obras. Pressionado e temendo as repercussões nacionais e internacionais do caso, o Governo Cid viu-se obrigado a abrir negociações com os índios. Em 2013, um acordo foi fechado, com o pagamento de ressarcimentos e transferência dos anacés para outra área[47].

Já os índios tremembés mantêm um impasse e atritos desde 2004 com um empreendimento turístico erguido na Praia da Baleia, em Itapipoca, pelo grupo espanhol Nova Atlântida. A construção foi suspensa pela Justiça, em 2014, por suspeita de ocorrer em terras indígenas. Os índios relatam atos de violência e intimidação praticados por grupos armados. “Os boatos seriam disseminados por membros da comunidade que apoiam o empreendimento. As líderes da etnia, Adriana Tremembé e Erbene Veríssimo, são os principais alvos das ameaças”[48].

Os crimes de pistolagem continuam a ocorrer no estado, alguns com claras motivações políticas. Foi o que aconteceu com o líder rural José Maria Filho, o Zé Maria do Tomé, morto com 19 tiros na chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte, no ano de 2010. Na região de Limoeiro há vários projetos agroindustriais, que se apropriam das terras de pequenos lavradores e usam indiscriminadamente agrotóxicos, poluindo solos e águas e gerando problemas de saúde. Zé Maria, ambientalista e líder da comunidade de Tomé, buscou organizar os moradores e denunciava o que acontecia. Recebeu inúmeras ameaças de morte, até ser assassinato. Até hoje (2015) o crime está impune[49].

Em Icapuí, no ano de 2009, houve o que foi chamado pela imprensa de “Guerra da Lagosta”. Pescadores artesanais entraram em atrito com pescadores “alternativos”, os quais usam equipamentos e fazem pesca ilegal e predatória, com apoio de empresas de pescados. Ante a inoperância do Estado, os pescadores manuais, por conta própria, passaram a fazer a fiscalização do litoral. Daí advieram confrontos

entre os dois grupos, com fechamento de rodovias, carros incendiados, tiroteios (em terra e no alto mar), agressões e mortes. Em setembro de 2010 a Polícia Federal realizou ação em Icapuí para encerrar o conflito. A tensão na região, no entanto, continuou[50]. Em 2012, novos protestos dos pescadores artesanais provocou o incêndio de seis barcos capturados por pesca ilegal[51].

Em agosto de 2011, os professores do estado entraram em greve reivindicando o cumprimento da lei 11.738, a chamada Lei do Piso, decretada em 2008 pelo presidente Lula e que visava recuperar o valor dos salários pagos no magistério nacional. O chefe do Executivo cearense e outros governadores apelaram ao Supremo Tribunal Federal contra a medida[52]. Em 2011, o STF declarou a constitucionalidade da Lei do Piso. Ante a recusa dos estados, várias greves de professores eclodiram Brasil afora. No Ceará, a paralisação durou mais de dois meses, apesar de a Justiça ter declarado sua ilegalidade. Na intenção de burlar a Lei do Piso, o governo mandou à Assembleia projeto dividindo o magistério do estado em duas categorias – a dos professores com curso superior (a maioria absoluta) e a dos professores não-formados (os mais antigos, pouco mais de 100 pessoas). Pelo projeto, os reajustes nacionais da Lei do Piso (fixados pelo governo federal e bem maiores) só valeriam para os não-formados, o que revoltou os profissionais de educação. No dia da votação do projeto na Assembleia Legislativa, a 29 de setembro, os professores tentaram invadir o plenário e foram detidos pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar. No confronto, dois manifestantes ficaram feridos, outros foram presos e foi usado spray de pimenta no interior da sede da Assembleia.

Possivelmente a área mais criticada do governo Cid Gomes tenha sido a da segurança. Nos últimos anos, afora os muitos casos de homicídiosa, latrocínios e furtos, chamou a atenção o aumento do número de sequestros e assaltos a bancos de cidades do interiorb. A grande inovação do governo na área foi a criação, em 2007, do Ronda do Quarteirão, a “Polícia da Boa Vizinhança, que “se propôs a desenvolver uma modalidade de policiamento por meio de ações ostensivas e preventivas, tendo como diferencial sua proposta de proximidade com a população e a contribuição desta na prevenção da criminalidade” (CRUZ, 2010: 53). O novo agrupamento,

composto sobretudo por jovens policiais recém-ingressos na corporação mediante concurso, patrulharia em carros e motos as ruas das cidades de forma ininterrupta visando dar mais tranquilidade à população. Os moradores, via telefone, poderiam acionar diretamente a viatura responsável por sua área, permitindo que a chamada fosse atendida mais rapidamente. Inicialmente implantado em Fortaleza, o programa foi expandido depois para vários municípios do interior do estado.

O Ronda do Quarteirão foi concebido como policia comunitária, em contraponto à polícia tradicional, distante da comunidade e reativa, ou seja, só agia em reação a uma ocorrência acontecida. O programa havia sido uma das principais promessas de Cid na campanha de 2006 e foi planejada para se distinguir do policiamento tradicional, de sua roupagem (vestimentas azul-claro e viaturas Toyota Hilux SW4) à forma como passaria a se relacionar com a população. Através das visitas e contatos com os cidadãos, o Ronda visava uma nova forma de abordagem, uma maior aproximação com as comunidades.

"Desde o início de suas operações apresentou certas limitações e dificuldades, sendo, por isso, alvo de críticas tanto externas à corporação polícia, quanto internas" (RIBEIRO, 2011:47). Os críticos acusam o Estado de basear a segurança pública praticamente apenas no Ronda, com seus efeitos bem mais propagandísticos que práticos, sem falar que o programa teria gerado certo antagonismo e divisão dentro da corporação policial, seja pela diferença de formação dos policiais do Ronda em relação aos demais (os primeiros teriam uma formação mais humanista, enquanto os outros priorizariam a força), seja porque o novo agrupamento recebia maior atenção do poder público e era alvo de mais prestígio junto à população. Ter-se-ia criado na prática duas policiais, que disputavam espaços.

"(...) Com o passar do tempo, o programa foi perdendo parte de sua filosofia e operacionalidade iniciais. As motos saíram de circulação. (...). Devido ao sucateamento e a falta de viaturas para o policiamento tradicional, os policiais do Ronda acabaram tendo que abdicar da realização das visitas aos domicílios nas áreas em que eram lotados para, apenas, atenderem as ocorrências, ou seja, deixaram justamente de realizar as atividades de aproximação com a população" (CRUZ,

2010: 61). A imagem do programa passou a sofrer arranhões também. Houve casos envolvendo alguns policias do Ronda que ficaram aquém da reorientação efetiva no modo de policiamento comunitário desejado pelo programa – abordagens violentas e autoritárias, acusações de violação de direitos humanos, namoros nos carros. Causou muita comoção na sociedade, por exemplo, o caso de Bruce Cristian, de 14 anos, morto em 2010 com um tiro na nuca dado por um policial quando o garoto estava na garupa da motocicleta do paic.

No começo da segunda gestão de Cid, em 2011, foi demitido o secretário de segurança, Roberto Monteiro, apontado por muitos como um dos "culpados" pelos problemas da segurança. O secretário, por sua postura de enfatizar a polícia comunitária e o respeito aos direitos humanos, irritara e sofrera boicote por setores tradicionais da área de segurança e grupos políticos conservadores. O Estado mudou a filosofia do Ronda, enfatizando o enfrentamento à criminalidade em vez da polícia comunitária. Os índices de criminalidade continuaram se agravando, enquanto as relações entre a corporação e a cúpula da segurança e governantes deterioraram-se ainda mais (SOUSA, 2008; CRUZ, 2010; RIBEIRO, 2011).

O governo enfatizava que fazia grandes investimentos na área da segurança, mas os dados não melhoravamd. Ante a escalada dos números da violência no Estado – Fortaleza chegou a ser considerada a 7ª cidade mais violenta do mundo, segundo uma ONG mexicanae –, os críticos afirmavam que o governo do Ceará investia em equipamento, mas esquecia do capital humano.

As cenas do confronto foram amplamente divulgadas na internet e meios de comunicação do País. A greve ganhou força, agastando a imagem do governo. O sindicato da categoria, ligado ao PT, partido da base governista, começou a articular o fim da paralisação, contra o que se posicionavam principalmente os professores de Fortaleza que compareciam às assembleias da categoria. Para o governo e a cúpula sindical, os professores estavam sendo manipulados por radicais do PSOL e Crítica Radical. Em outubro de 2011, a greve chegou ao fim, sendo o sindicato acusado por professores de articular suposta manobra em conluio com o governo. Professores, muitos vindos do interior em caravanas, em colaboração ou

cooptados e ameaçados por diretores, coordenadores e técnicos, teriam votado pelo encerramento do movimento paredista[53]. Houve uma grande confusão após o fim da votação, com briga entre professores e seguranças da direção do sindicato. O governo do Ceará passou a dizer, então, que cumpria a Lei do Piso[54].

Ainda na educação, foram tensas as relações do governo Cid com os professores da UECE, URCA e UVA. A falta de professores e a precariedade das estruturas das universidades levaram a várias greves durante o governo dos Ferreira Gomes (2007, 2011, 2013 e 2014). A última paralisação deu-se porque o governador não teria cumprido um acordo assinado na paralisação anterior. O mandato de Cid se encerraria com os professores das universidades estaduais em greve – a paralisação só se encerraria no inicio da gestão de Camilo Santana[55].

Em 2010, no final do primeiro mandato de Cid, membros da Polícia Militar ensaiaram uma espécie de "greve branca", pressionando o governo por aumento salariais e melhores condições de trabalho. Cid não negociou com a categoria, que segundo a imprensa, passou a sofrer retaliações – vários oficiais e praças foram transferidos sumariamente para o interior do estado como punição. As reivindicações da categoria levariam a mais grave crise do governo Cid. Entre 29 de dezembro de 2011 e 3 de janeiro de 2012, guarnições da PM e dos Bombeiros entraram em greve em várias cidades do estado, gerando uma onda de crimes e medo na população.

A decisão dos policiais e bombeiros de cruzarem os braços deu-se estrategicamente no período do Réveillon e férias, quando é grande a quantidade de turistas no estado. Ainda na madrugada do dia 29 de dezembro de 2011, os grevistas se reuniram na 6º Companhia do 5º Batalhão de Polícia Militar, situado no bairro Antônio Bezerra, em Fortaleza, tornando o local o grande polo de resistência da categoria. Para ali, se dirigiriam, nos dias seguintes parentes, esposas e filhos dos policiais, o que levaria o governo a acusar os grevistas de usarem inocentes como "escudos" [56].

O governo lançou nota informando não reconhecer a greve ou a organização sindical dos militares (proibidos pela Constituição), exigindo o retorno dos policiais às suas atividades[57]. Apesar das

promessas do governo de manter a ordem, o pânico tomou conta da população. Cid pediu ao governo federal o envido de tropas do Exército e das Forças de Segurança Nacional, que começaram a chegar a Fortaleza ainda no dia 30, garantindo o réveillon[58]. Essas tropas ocupariam principalmente as áreas nobres e o Centro de Fortaleza. Na periferia, a insegurança campeava.

Várias entidades tentaram costurar acordo para pôr fim à paralisação, sem êxito. O governo decretou situação de emergência em todo o Ceará. A mídia nacional cobriu a crise com destaque[59]. Cid não fez nenhum pronunciamento à sociedade durante toda a greve, recebendo por isso várias críticas[60]. No dia 2, a Justiça declara a greve ilegal e exige o retorno imediato dos policiais ao trabalho. Os policiais ignoram a decisão. A força do movimento continuava a crescer e a cada dia mais policiais aderiam à greve e se juntavam aos demais[61]. Na liderança do movimento, se destacariam Pedro Queiroz, Flávio Sabino e, especialmente, o suplente de deputado, Wagner Sousa, o Capitão Wagner. O sexto dia de greve, 3 de janeiro, foi o mais tenso. Fortaleza ficou praticamente paralisada: lojas, escolas, fábricas, etc. fecharam as portas. Ruas desertas. Notícias de saques, arrastões e assaltos e boatos divulgados pelas redes sociais provocaram pânico geral[62].

Relutante, mas pressionado, o governador viu-se obrigado a negociar com os grevistas, que encerraram a greve na madrugada do dia 4 de janeiro[63]. Quase todas as reivindicações dos policiais e bombeiros seriam atendidas, especialmente o aumento salarial, a redução da carga horária de trabalho e a anistia aos envolvidos na paralisação. Isso provocou protestos de setores da sociedade, em particular os conservadores, pelo "precedente perigoso" aberto (pois poderia levar à radicalização de outros grupos sociais nos embates futuros com o governo), pela verdadeira "desmoralização" do Executivo (o governador se curvou aos policiais) e da Justiça (que não teve suas decisões atendidas) e pela insubordinação e quebra da hierarquia militar (um dos atributos mais valorizados pela caserna). Não por acaso, a greve foi chamada de motim[64]. A greve da PM foi vista como uma derrota política de Cid, que até, então, tinha submetido os movimentos grevistas, recusando-se mesmo a negociar com os trabalhadores enquanto eles estivessem de braços cruzados. Não foi à toa, portanto, as farpas que Cid, Ivo e Ciro passariam a

trocar via imprensa com o Capitão Wagner. Este ganharia notoriedade com a greve, sendo eleito vereador de Fortaleza em 2012 e deputado estadual em 2014, denotando a credibilidade e a aceitação que conquistara junto a sua categoria e parte da sociedade (RODRIGUES, 2013).

31.4 OS PROTESTOS DE 2013

A 30 de outubro de 2007, a FIFA oficializou a escolha do Brasil para sede da XX Copa do Mundo de futebol de 2014. Após a escolha, criou-se a expectativa de saber quais cidades receberiam os jogos do Mundial. A 31 de maio de 2009 decidiu-se que os jogos do Brasil em 2104 aconteceriam no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Salvador, Manaus, Natal, Recife e Fortaleza.

A escolha de Fortaleza como sub-sede deve-se, sobretudo, a seu potencial turístico[65] e elementos políticos: o Ceará foi um dos estados em que Lula e Dilma sempre tiveram expressivas votações nas eleições que disputaram. Não se pode esquecer igualmente o prestígio do governador Cid Gomes junto à presidência de Lula. Havia ainda um outro fator político: a cidade era administrada por Luizianne Lins, do mesmo partido de Lula. Inclusive, com a eleição do opositor Roberto Cláudio, em 2012, muitos dos problemas que a Copa apresentaria, no tocante à infraestrutura, foram atribuídos por este e Cid Gomes à gestão da petista[66].

Protestos de 2013, em Fortaleza, durante a Copa das Confederações.

Manifestantes ocupam a BR-116 em direção ao Castelão.

Assim como em outras cidades-sedes, do Brasil e nos discursos do governo federal, passou-se à população que a realização da Copa do Mundo em Fortaleza, além do incremento da economia através do turismo, deixaria um legado positivo material para a cidade. Haveria melhorias, do transporte público e seriam realizadas várias obras de mobilidade urbana e de infraestrutura, as quais tornariam mais fáceis a vida dos cidadãos após o evento. Também falava-se que a Copa criaria uma imagem positiva das cidades e do povo brasileiro perante o Mundo. Dizia-se ainda que a cidade ganharia com a "Arena Castelão" um moderno equipamento, de múltiplos usos, como espaço cultural e de negócios. Dessa forma, governantes buscavam legitimar a realização do megaevento internacional e justificar os gastos feitos, na maior parte com recursos públicos

(BELMINO, CARVALHO, 2014).

O turismo e o comércio tiveram ganhos, a imagem da cidade foi bem divulgada, mas várias das obras prometidas atrasaram, outras sequer foram concluídas e projetos originais foram revistos[67]. Autoridades anunciaram depois que muitas das obras para a Copa 2014 só deveriam ficar prontas em 2016[68]. A rigor, o único empreendimento entregue no prazo foi um reconstruído Estádio Castelão, agora, por razões publicitárias, chamado de "Arena Castelão". Inaugurado por Cid Gomes e a presidenta Dilma, a 16 de dezembro de 2012, ganhou destaque na propaganda oficial como "o primeiro estádio do Brasil pronto para a Copa"[69]. Cid e o novo prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, buscaram capitalizar politicamente com a inauguração, mostrando sua competência administrativa. Não obstante, as obras no entorno do equipamento só estariam prontas às vésperas do Mundial de Futebol[70]. A construção do Castelão teria custado R$ 518 milhões e foi feita através de um contrato de PPP (parceria público/privada) entre o Estado e um grupo concessionário liderado pela Galvão Engenharia – a empresa construiria a obra e administraria o estádio por oito anos, recebendo uma contrapartida do governo, que também se responsabilizaria por uma série de riscos e ônus (por exemplo, danificações do estádio), o que levou o Ministério Público a exigir do governo a alteração das cláusulas[71].

Outra questão alvo de tensão foi a remoção de famílias para as obras do Mundial. "Até junho de 2014, cerca de 2.500 famílias haviam sido efetivamente afetadas por desapropriações para obras estaduais e municipais. O número alto e a maneira como as famílias foram retiradas suscitou uma revolta. Também vias arborizadas foram destruídas para atender à mobilidade urbana" (BELMINO, CARVALHO, 2014: 393). A ampliação de avenidas, a construção de viadutos, a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), de túneis e de estações de metrô, obras de responsabilidade tanto do governo do estado como da prefeitura fortalezense, provocaram confrontos e resistências de comunidades de vários bairros. Os valores pagos eram insuficientes para aquisição de novas casas. Os desalojados teriam que morar longe de seus empregos, em áreas sem infraestrutura de transporte, saneamento, etc. Populares (especialmente os idosos) reclamavam do rompimento de seus laços

afetivos e sentimentais com a área onde moravam há décadas. Causou comoção nas redes sociais a remoção de 396 famílias da comunidade Alto da Paz, em fevereiro de 2014, em Fortaleza, pelo Batalhão de Choque e cavalaria da polícia para a construção de um conjunto habitacional para abrigar famílias removidas de outras áreas[72].

Movimentos sociais fizeram denúncias de higienização social, ou seja, as obras eram o pretexto para remover pobres e entregar as áreas a pessoas de melhor poder aquisitivo[73]. Para o governo e parte da imprensa, as desapropriações eram vistas apenas como um problema que travavam o cronograma da Copa, não se analisando outros aspectos envolvidos (BELMINO, CARVALHO, 2014). No fundo, eram obras feitas sem maiores planejamentos, preocupações ambientais e discussão com a sociedade e comunidades, com o governo desejando impor sua vontade apressadamente[74].

Já a Copa das Confederações (torneio "teste" para o Mundial) teria causado constrangimento aos mais pobres, em sua liberdade de expressão, no comércio popular e mesmo no direito de ir e vir. Houve denúncia do recolhimento de moradores de rua[75] e as populações em torno do Castelão tinham dificuldade para sair de casa durante os jogos[76].

No começo de junho de 2013, a apenas duas semanas do início da Copa das Confederações, vários protestos começaram a ocorrer em São Paulo, contra o aumento das passagens de ônibus. A repressão desproporcional da polícia fez os protestos crescerem, se espalhando por outras cidades do País. A princípio comandado por grupos de esquerda (comunistas, anarquistas, movimentos estudantis, de bairro, etc.), as manifestações começaram a receber apoio de setores da classe média, inclusive de conservadores, que passaram a manifestar seu descontentamento com os impostos, corrupção no governo, problemas de saúde, moradia, etc. (FARIAS, 2014).

Os preparativos para a realização da Copa do Mundo seriam o estopim para as manifestações. Não foi à toa que a FIFA virou também alvos dos protestos. Nos jogos da Copa das Confederações, especialmente os do selecionado brasileiro, aconteceram gigantescas passeatas – e confrontos de ruas. Mesmo proibidos pela FIFA, dentro dos estádios foram erguidos cartazes de conteúdo político apoiando

os manifestantes. Causou repercussão o tom emotivo do hino à capela cantado pelos torcedores presentes ao Estádio Castelão no jogo Brasil 2 x 0 México, na tarde de 19 de junho, isso no clima dos protestos que atingiram Fortaleza naquele dia. Fala-se, inclusive, que a exaltação patriótica evidenciada nas manifestações teria contribuído para a seleção do Brasil ganhar a competição[77].

A manifestação do dia 19 de junho em Fortaleza, convocada pelas redes sociais da internet, iniciou-se em torno de 11h, nas imediações do supermercado Makro, na Avenida Alberto Craveiro, uma das vias de acesso ao estádio Castelão. Com faixas e gritos de ordem, os manifestante, na maioria jovens que se diziam "apartidários", pediam "mais pão e menos circo" no País.

Não se sabe exatamente quantas pessoas estavam presentes – a imprensa, citando a PM como fonte, falou em 15 mil[78]. Os policiais montaram uma barreira para conter os manifestantes. A massa avançou e o conflito começou. Os policiais soltaram bombas de gás lacrimogêneo e atiraram com balas de borracha, além de utilizar spray de pimenta. Parte dos manifestantes respondeu com pedras, tijolos e pedaços de madeira, formando-se um tumulto generalizado. Um carro da Autarquia Municipal de Trânsito (AMC) de Fortaleza foi depredado e incendiado pelos manifestantes.

Uma outra parte dos manifestantes decidiu seguir pela BR 116, na intenção de chegar ao Castelão por outra direção. Não obstante, a polícia encontrava-se de prontidão. O entorno do estádio virou um campo de batalha. Nas arquibancadas da "Arena" e no áudio das emissoras de rádio e televisão, se ouvia o barulho das bombas de efeito moral lançadas pela polícia. Em meio à confusão, as grades que organizavam a entrada dos torcedores foram arrancadas e viraram barricadas. Manifestantes atiraram rojões contra a polícia, que respondia, com mais bombas e balas. Ante o caos, vários torcedores não conseguiam chegar ao estádio. Foram vaiados pelos manifestantes, chamados de "alienados". Muitos desistiram de assistir ao jogo[79]. O protesto só terminaria à noite, com pelo menos 50 pessoas feridas, inclusive alguns policiais. Três pessoas foram presas[80].

Para a imprensa, o governador Cid Gomes declarou lamentar a violência e afirmou que a responsabilidade pela operação militar

era do governo federal[81]. O protesto foi amplamente divulgado pela imprensa nacional e internacional, que também fez reportagens sobre as diferenças entre o luxuoso novo estádio e seu entorno, uma área com sérios problemas sociais de Fortaleza[82].

No dia 20, nova passeata com milhares de jovens aconteceu na Aldeota, com um grupo tentando invadir o Palácio da Abolição (que voltara a ser a sede do governo cearense desde 2011). Sucedeu-se conflito com a polícia, gerando corre-corre e depredações. Pelo menos 55 pessoas foram presas[83]. O governo e a imprensa chamavam a atenção para o vandalismo e violência dos manifestantes. Estes, por sua vez, enfatizavam a violência policial e a legitimidade dos protestos e que algum "excesso" era cometido apenas por uma minoria[84].

No dia 27, quando do jogo entre Espanha e Itália, no Castelão, houve mais uma grande manifestação, com mais um cenário de guerra, dessa vez na Av. Dedé Brasil (atual Silas Munguba). Cerca de 92 pessoas foram presas. Mais uma vez a imprensa denunciou "excessos" da polícia, o que era negado sempre pelo comando da corporação. Um grupo de manifestantes pôs fogo num carro da TV Diário, ligada ao sistema Verdes Mares – muitos consideravam que parte da imprensa estava manipulando os fatos[85]. Segundo o jornal O Povo, o protesto, ao contrário dos anteriores, contava com a participação de vários movimentos sociais "tradicionais", como o MST, além de sindicatos e até representante de associações policiais[86]. A foto de um juiz aposentado, o ex-militante da Aliança Nacional Libertadora, Silvio Mota, "encarando" um grupo de policiais, chegou a sair na capa do jornal norte-americano The New York Times[87]. A polícia dizia que "gangues" estavam se infiltrando nos protestos, insufladas por grupos políticos radicais[88].

Ante os problemas apresentados pela organização da Copa e os protestos de 2013, não foram poucos os que passaram a temer pelo que aconteceria durante o Mundial do ano seguinte[89]. Nos meses anteriores à Copa, em Fortaleza, ao contrário de Mundiais passados, não eram muitas as ruas enfeitadas de verde e amarelo para o "ritual quadrienal de nacionalidade". Apenas na iminência da competição iniciar-se que o "clima de Copa" passou a contagiar a população[90], e só aumentou nas semanas seguintes à medida que os

jogos aconteciam e o Brasil avançava na disputa[91].

O caos ou as manifestações em massa que muitos previam acabaram não acontecendo. Passeatas foram realizadas, com bem menos pessoas[92], algumas truculentamente reprimidas pelas forças de segurança[93]. Apesar de problemas de organização[94], de modo geral, segundo a imprensa, muitos torcedores e o governo, a Copa foi considerada "boa" – e melhor ainda dentro de campo, com partidas de futebol de excelente nível técnico. Muita gente diria, não sem certo exagero, que foi a "Copa das Copas".

E por que não aconteceram os protestos? Isso será melhor respondido no futuro, com pesquisas e a perspectiva que o passar do tempo permite. Aos olhos de hoje (início de 2015), passados apenas alguns meses do final da Copa, um conjunto de fatores poderia ser apontado. Talvez tenha chamado mais a atenção da população o fato de que agora era a Copa do Mundo – e no Brasil –, a principal competição do futebol mundial, ganha pela seleção verde e amarela cinco vezes, e não um torneio inexpressivo como a Copa das Confederações. Talvez o temor da repressão mostrada antes[95] e executada durante a competição – cerca de 7 mil agentes fariam a segurança do megaevento em Fortaleza[96] – tenha assustado muita gente que estava nas ruas em julho de 2013. Durante a Copa, os não muitos manifestantes foram vigiados, cercados, reprimidos e até preventivamente presos.

Talvez muita gente possa ter se desencantado com as poucas consequências imediatas práticas dos protestos; a ideia de "revolução permanente" não é algo comum para as pessoas (estas podem ter outras prioridades na vida), salvo estágios de colapsos sociais, o que não era o caso do Brasil. Talvez muita gente tenha notado o uso político que alguns grupos mais conservadores fizeram dos protestos do ano anterior, para agastar a imagem do governo e acabar com programas sociais. Talvez tenha havido igualmente um sentimento de que os brasileiros deveriam receber bem os "gringos" (e de fato, os receberam), evitando maiores problemas – muitas pessoas diriam que os problemas se resolvem "em casa", "entre nós", e não para manchar a imagem do País no exterior.

Talvez a pressão do governo sobre os movimentos sociais tenha servido para desarticular os protestos. Talvez a ações mais radicais

da extrema-esquerda nos meses que antecederam à Copa, no caso, dos black blocs (na verdade, trata-se de uma tática de enfrentamento em protestos), com a destruição de propriedades privadas, agressões e mortes, tenha frustrado as pessoas, em particular as de classe média, que não concordavam com a tática e passaram a retirar apoio às passeatas.

Talvez os setores médios, que protestavam sobre causas difusas, tenham se assustado com a radicalização popular e com os rumos que os protestos poderiam tomar. Os setores mais radicais e populares tinham propostas e objetivos que não agradavam os setores médios e dominantes, mergulhados na onda neoconservadora que acontecia no País ante as contradições dos governos de Lula e Dilma. Não por acaso, muitos daqueles que tinham protestado em 2013, começaram a dizer que as passeatas eram "badernas", que não adiantavam nada e que o único modo de mudar a realidade do País seria votando sério nas eleições.

Meses antes da Copa surgiu o movimento "Não Vai Ter Copa", convocando novos protestos pelo País afora pelas redes sociais. A expressão foi bastante criticada, inclusive por muitos militantes de esquerda[97]. O governo, aliados e defensores da competição atacaram duramente a campanha. Argumentavam que impedir a Copa seria irracional, que o País tinha assumido um compromisso perante o Mundo e que os gastos já estavam feitos[98]. Surgiu em pouco nas redes sociais o slogan "Vai Ter Copa". A polêmica de quem era contra ou a favor do Mundial ganhou as redes sociais.

No prosseguimento dos protestos em Fortaleza no ano de 2013, deu-se uma acirrada polêmica envolvendo ambientalistas e a prefeitura de Fortaleza. Em julho daquele ano, o prefeito Roberto Cláudio apresentou projeto para a construção de dois viadutos para o que dizia ser a solução dos constantes congestionamentos do cruzamento das avenidas Engenheiro Santana Júnior e Antônio Sales, uma das regiões de maior fluxo de veículos de Fortaleza. A construção dos viadutos, porém, implicaria na destruição de parte do Parque do Cocó. Situado numa das áreas mais nobres de Fortaleza, o Parque do Cocó é constantemente alvo de interesses de construtoras e especuladores imobiliários, tendo seus limites violados. Como tantas outras cidades do Brasil, Fortaleza sofre com

a falta de planejamento, o caos no trânsito, agressões ao meio-ambiente e especulação imobiliária.

Usando redes sociais, grupos de esquerda passaram a se articular para tentar barrar a construção, questionando se o projeto resolveria de fato os problemas do trânsito na área e alertando para os impactos urbanos e ambientais. Um grupo de 40 militantes acampou no parque. Paralelamente, iniciou-se uma batalha de liminares e determinações judiciais, ora permitindo, ora suspendendo a construção. Grupos políticos ligados ao prefeito Roberto Cláudio também se manifestaram pela construção dos viadutos.

A 8 de agosto de 2013, o prefeito mandou a Guarda Municipal expulsar os manifestantes durante a madrugada. Seguiu-se um duro conflito, com vários feridos. No mesmo dia, a Justiça Federal concedeu liminar determinando nova interrupção das obras. Os manifestantes voltaram ao Parque, promovendo várias atividades culturais e propondo projetos alternativos. A prefeitura recusou as propostas alternativas. A Justiça, em outra decisão, determinou a continuação das obras e a retirada dos manifestantes. Grupos se organizaram na internet para resistir. A 4 de outubro, após quase três meses de resistência, os manifestantes foram expulsos do Parque, numa ação envolvendo cerca de 300 policiais do Batalhão de Choque, com intenso uso de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. O viaduto seria construído.

31.5 A COPA DO MUNDO EM FORTALEZA

Como afirmou José Miguel Wisnik, o Mundial de 2014 seria quase uma síntese do Brasil, do seu povo e suas contradições. “A Copa foi um veneno-remédio amargo. Tanto mostrou as mazelas brasileiras, os desequilíbrios, a esclerose, a não transparência das instituições, como a força espiritual de um povo capaz de acolher, abraçar e alegrar a festa, atitudes preciosas e cada vez mais raras no mundo globalizado”[99]. Na sub-sede de Fortaleza não foi diferente.

Denotando mais uma vez o prestígio do grupo dos Ferreira Gomes junto ao governo federal, Fortaleza recebeu seis jogos da Copa do Mundo, inclusive, dois da seleção brasileira. Multidões se aglomeraram para aplaudir o selecionado no aeroporto Pinto Martins, no hotel em que estava a delegação hospedada (Marina Park), nos locais de treinamentos e, claro, no Castelão[100]. Repetindo o que tinha acontecido na Copa das Confederações, a torcida fortalezense cantaria o hino à capela no primeiro jogo do selecionado na cidade, um frustrante empate em 0 x 0 com o México[101]. Antes do jogo, um protesto com cerca de 350 manifestantes na Avenida Alberto Craveiro entrou em confronto com a polícia, havendo 35 detidos. Mais uma vez, os manifestantes reclamaram da truculência das forças de segurança[102].

Como na Copa das Confederações, houve restrições e modificações no cotidiano das pessoas. Temendo problemas de mobilidade urbana, as tradicionais férias estudantis do meio do ano acabaram antecipadas para junho e foram decretados feriados ou meio-expediente nos dias das partidas. Moradores das imediações do Castelão tinham que se cadastrar e só podiam circular até seis horas antes dos jogos[103]. Antes de a competição iniciar-se, casas de prostituição foram fechadas na cidade[104] – mas a prática da prostituição continuaria amplamente pelas ruas, onde estavam os turistas. Em matéria na imprensa, prostitutas relatariam ao final da Copa a falta de clientes, pois os homens estariam mais interessados em futebol e bebida do que em sexo[105]... Uma preocupação das autoridades era a exploração sexual de menores e adolescentes[106]. O comércio popular foi reprimido – várias camisas "piratas" das seleções foram confiscadas pelos agentes de segurança[107]. Apesar disso, eram facilmente encontradas no comércio ambulante da cidade[108].

Nos pontos tradicionais do turismo de Fortaleza e no entorno do Castelão, os bares ficaram lotados antes e durante as partidas, principalmente de torcedores estrangeiros[109]. Também era intensa a presença de ambulantes nas imediações do estádio, vendendo todo tipo de produto, e não aqueles oficialmente liberados pela FIFA, como as autoridades tinham alertado antes da Copa[110]. Não raro, os preços cobrados para os "gringos" eram maiores que para os brasileiros[111]. Apesar de proibidos, cambistas negociavam ingressos

quase abertamente[112].

Multidões compareceram à chamada fan fest no aterro da Praia de Iracema, para acompanhar os jogos em telões e assistir a apresentações de músicos e bandas[113]. Em vários pontos da cidade, houve clima de carnaval[114]. Uma das questões que mais preocupavam era o fato de poucos brasileiros e cearenses falarem inglês – isso, porém, não foi obstáculo maior para as pessoas se entenderem minimamente através de gestos[115].

Os organizadores do evento enfatizaram a necessidade de a população bem receber os turistas e estrangeiros. As opiniões elogiosas destes sobre a cidade e suas ações cordiais ou de proximidade com a população ganhavam espaços nos meios de comunicação[116]. Aconteceram, porém, problemas de relacionamento também, fosse por choques culturais, excessos de bebida, etc.[117].

Como a seleção mexicana atuaria duas vezes na capital cearense, seus torcedores chamariam bastante a atenção da imprensa, com chapelões, roupas coloridas e jeito vibrante de torcer [118]. A chegada à cidade de um luxuoso transatlântico, atracado no porto do Mucuripe não passou despercebida. As fotos mostrando o contraste do colossal navio e os casebres do bairro Vicente Pinzon circularam nas redes sociais[119].

Em geral, os mexicanos passavam o tempo todo dos jogos gritando e cantando, enquanto a torcida brasileira muitas vezes silenciava[120]. Analistas de futebol diziam que muitos dos brasileiros presentes à Copa não eram os torcedores “clássicos”, aqueles que acompanham os clubes e campeonatos domésticos. De melhor condição econômica, os brasileiros seriam criticados por sua torcida apática, por terem apenas uma canção de incentivo e por, muitas vezes, estarem mais preocupados em “desfilarem bem vestidos nos estádios”, beber e bater foto do que em estimular a apoiar a seleção nacional[121]. As mesmas redes sociais, que serviram para articular os protestos de 2013, se mobilizaram em 2014 para criar gritos de guerra e organizar a distribuição de panfletos nos estádios com novas músicas[122].

Ao contrário do turismo regular, os estrangeiros não viriam a

Fortaleza pelos atrativos da cidade em si, mas para acompanhar os jogos de suas seleções. Ante o mostrado pelas propagandas oficiais, claramente notavam as diferenças sociais da capital cearense[123]. Outras vezes, percebiam a diferença em relação aos estereótipos sobre o povo brasileiro ou de Fortaleza[124] ou o temor de confrontos durante a Copa ou com a insegurança propagados no exterior nos meses anteriores[125]. Muitos se preocuparam em conhecer melhor a história da cidade e do futebol local[126]. Quando do jogo entre Holanda 2 x 1 México, pelas oitava de final, jornalistas destacaram que a capital cearense se formara em torno de um forte holandês, lembrando que séculos depois, a cidade sofria uma nova invasão holandesa, de seus torcedores, para ver o Mundial. Não faltaram, porém, críticas ao desleixo e falta de zelo para com a conservação do patrimônio arquitetônico da cidade[127].

A hospitalidade local e a informalidade das pessoas seriam bastante elogiadas pelos estrangeiros. Apesar da barreira do idioma, cearenses e visitantes se aproximaram, dançaram, beberam e torceram juntos, num clima de festa. Amizades surgiram. Paqueras, namoros e sexo aconteceram. A presença no Ceará de estrangeiros, especialmente europeus e norte-americanos, representantes do ideal de beleza ocidental e da "superioridade cultural", com muito dinheiro para gastar, representou uma "série concorrência" amorosa para os homens da terra. Não por acaso, alguns brasileiros se passaram por estrangeiros para se saírem melhor no cortejo às mulheres[128].

Antes da Copa, tradicionais apostadores da Praça do Ferreira viam a Alemanha como favorita para levantar a Taça FIFA, como acabou acontecendo[129]. Um dos episódios mais lamentáveis, dentro de campo, do Mundial, deu-se no último jogo no Castelão, com a contusão do jogador Neymar, após uma entrada dura do zagueiro Zúñiga, no jogo Brasil 2 x 1 Colômbia. Imagens do celular do jogador chegando ao hospital, divulgadas pela internet, custariam o emprego de uma enfermeira[130]. No jogo seguinte, em Minas Gerais, o Brasil sofreria a histórica goleada por 7 x 1 para a Alemanha, sendo eliminado.

Segundo as autoridades, um total de 363 mil turistas teriam visitado o Ceará durante a Copa, movimentando R$ 1,6 bilhão – os

mexicanos foram o público mais presente, com 25,49% do total de estrangeiros[131]. Após a Copa, a Secretaria da Copa, agora sem mais razão de existir, foi transformada em Secretaria de Eventos pelo governo do estado, o que ensejou críticas dos opositores e imprensa[132].

31.6 A SUCESSÃO DE CID GOMES

Mesmo com o controle político que exerciam, os Ferreira Gomes acabariam perdendo a hegemonia política do Ceará nas eleições de 2014, ainda que continuassem a ser a principal facção política local. Ao lado de peculiaridades políticas do estado, a conjuntura nacional, igual em outros momentos da história cearense, influenciaria bastante nos rumos da sucessão do governador Cid Gomes.

O primeiro problema para o grupo sobralense foi a disputa travada pelo controle do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Tendo na aliança nacional com Lula/Dilma um dos sustentáculos do poder do grupo no Ceará, Cid, Ciro e Ivo sentiram-se incomodados com a pretensão do presidente nacional do partido, o governador pernambucano Eduardo Campos, em lançar-se candidato a presidente em 2014 e, assim, findar a aliança com o PT. Romper com o lulismo estava fora de cogitação para os Ferreira Gomes. O PSB nacional era controlado por Campos e apesar das articulações, pressões e reclamações dos irmãos de Sobral, estes perderam a disputa interna[133]. Migraram, então, com seus aliados para o modesto e recém-constituído PROS (Partido Republicano da Ordem Social), em setembro de 2013[134]. O episódio mostraria a Dilma e Lula a fidelidade do grupo familiar cearense – os petistas de Brasília viam em Cid um dos principais aliados para barrar a influência de Campos no nordeste –, mas criaria sérios problemas para a sucessão cearense, afinal, o PROS teria minguados minutos no horário político da televisão (cada vez mais importante nas eleições), não apresentava uma estrutura consistente e não tinha força política nacional. Obviamente que não era o “fim” para as pretensões de

poder dos Ferreira Gomes, mas a situação provocava incômodos.

Paralelamente, o senador peemedebista Eunício Oliveira deixava claro sua pretensão de concorrer ao governo cearense. Aliado dos Ferreiras Gomes desde 2006[135], empresário do ramo de segurança privada, Eunício esperava contar com apoio de Cid, pelo apoio que dera ao grupo em eleições anteriores. Os Ferreira Gomes não endossariam essa pretensão. Eunício não fazia parte do núcleo familiar. Era apenas um aliado ante as conveniências e circunstâncias do dinamismo da política. Com Eunício no governo do Ceará, caso o apoiassem, os Ferreira Gomes teriam pouquíssimo espaço de manobra e influência. Eunício, em sua pretensão, apresentava grande trunfo: a cada vez maior dependência do governo da presidenta Dilma em relação ao PMDB nacional. Acossado pelos escândalos de corrupção, problemas econômicos e, naquele momento, denúncias de irregularidades na Petrobrás, o PT precisava do PMDB.

Em virtude da legislação eleitoral, os Ferreira Gomes não poderiam indicar ninguém do núcleo familiar para se candidatar ao governo cearense. Os correligionários mais fiéis dentro do PROS não apresentavam capital político suficientes para se aventurarem numa eleição, ainda que a gestão de Cid fosse bem avaliada pela população. Outros correligionários, embora dentro do partido, não eram confiáveis[136]. A perturbar ainda, os interesses dos próprios aliados cidistas, ansiosos por quinhões que garantissem seus privilégios no Estado. Como dissemos, os Ferreiras Gomes lideravam, mas precisavam fazer concessões e agrados para manter a fidelidade do grupo.

A sucessão cearense passava por Brasília. Com Cid e Eunício gozando de prestígio junto à cúpula da República, foram feitas várias articulações por Dilma na intenção de “não rachar a base aliada” no Ceará para as duras eleições presidenciais que se anunciavam no ano de 2014. A presidenta Dilma teria oferecido o Ministério da Integração Nacional a Eunício, que prontamente recusou[137]. Ante a importância nacional do PMDB (que exigia o apoio do governo federal ao partido e a Eunício na sucessão cearense), Dilma começou a pressionar para Cid apoiar Eunício, o que desagradou o governador[138].

Sabendo da delicada situação de Cid, Eunício aumentou ainda mais a pressão e deu um prazo, até abril de 2014, para o PROS decidir se apoiaria sua candidatura. Cid nada dizia, mas era evidente que não apoiaria Eunício[139]. Apoiar Eunício seria fazer novamente os Ferreiras Gomes coadjuvantes da política cearense. Não havia discussão alguma sobre um projeto de sociedade para o Ceará. Denotando o recrudescimento das práticas políticas tradicionais no Ceará, a sucessão gerava em torno de nomes, de acomodações e interesses de facções em comandar o estado. As pesquisa de opinião davam uma grande vantagem a Eunício, o que tornava ainda mais complicado a escolha do candidato por Cid[140].

Até no aliado PT-CE havia problemas para os Ferreira Gomes: a ex-prefeita Luizianne Lins desejava ser candidata[141], embora a ala cidista majoritária do partido tenha lançado um documento defendendo o apoio ao candidato de Cid, qualquer que fosse[142]. Para esses petistas, o importante era a reeleição de Dilma à presidência. Os aliados de Cid no PT se contentavam em ter José Guimarães como candidato ao senado[143]. Havia, porém, resistência de cidistas contra a candidatura de Guimarães, por polêmicas envolvendo o político de Quixadá.

Nesse contexto, se entenderá as hesitações de Cid quanto a seu destino e a candidatura oficial. A pressão era grande e só aumentava à medida que os prazos finais estabelecidos na legislação para definição das candidaturas se aproximavam. Cid chegou a passar mal num evento político[144]. Até a data de desincompatibilização para a eleição, especulou-se que o governador renunciaria para que ele ou o irmão Ciro fossem candidatos ao Senado. Ciro não topou. Na data fatal, Cid ficou no cargo, determinando, porém, a renúncia de vários assessores fiéis para que, tendo ainda algum tempo até as convenções partidárias, pudesse indicar qual seria o candidato do PROS[145].

Naquela situação, era mais que evidente que os Ferreira Gomes não manteriam mais a hegemonia política do Ceará. Poderiam, entretanto, manobrar, para conservar um quinhão considerável do poder. Seu grande trunfo era a aliança com Lula e Dilma, que embora tivessem nos Ferreira Gomes aliados de primeira hora, não poderiam afrontar Eunício, visto que necessitavam do PMDB. Era

tão melindrosa a situação de Lula e Dilma que nenhum dos dois viria fazer campanha no Ceará em 2014, o que foi visto com uma vitória parcial de Eunício.

Um verdadeiro jogo de xadrez. O desenrolar das jogadas daria a Cid a solução que, se não era o ideal, era pelo menos a possível para conservar a influência política do grupo familiar no estado. E quem abriu essa possibilidade foi exatamente Eunício.

O empresário da segurança, premido pelas circunstâncias, vendo o arco de alianças costurado pelo governador (fincado em inúmeras prefeituras interioranas e pequenos partidos) e conhecedor de perto como os Ferreira Gomes articulavam a influência da máquina publica em eleições, decidiu ousar, aproximando-se do PSDB. Precisava de mais aliados para enfrentar o grupo de Sobral. O grande líder tucano, Tasso Jereissati, magoado pela derrota de 2010, hesitou por meses se seria candidato, mas, enfim, aceitou, compondo uma coligação no qual estavam antigos desafetos como Roberto Pessoa e Lúcio Alcântara[146]. A dobradinha com Eunício Oliveira, que o havia derrotado na eleição senatorial de ٢٠١٠, dava a Jereissati esperanças de triunfo. Ainda tinha capital político no estado e muitas pessoas o reconheciam como o responsável pelo "Ceará moderno". Já se passara mais de uma década de sua saída do governo e o tempo atenuara as críticas que lhe eram feitas no passado. Eunício, por sua vez, ainda que continuasse a defender o voto em Dilma, abria a possibilidade de receber votos também dos eleitores do presidenciável do PSDB, Aécio Neves[147].

Aqui, talvez, tenha se aberto o flanco do qual se aproveitou Cid para resolver o imbróglio sucessório. O governador decidiu por se vincular totalmente a sobrevivência de seu grupo ao capital político de Lula e Dilma. Se Eunício era "dúbio", com palanque no estado para Dilma e Aécio, Cid deixaria claro seu "lulismo", a ponto de entregar ao PT-CE a cabeça da chapa oficial, em detrimento do seu partido. Haveria prova maior de lulismo que essa? Observando-se amiúde a decisão, entretanto, se perceberia o porquê dessa aparentemente inusitada escolha. O governador apoiaria como candidato um importante aliado dentro do PT, alguém de fidelidade inquestionável aos Ferreira Gomes, o então pouco conhecido Camilo Santana[148].

Nascido no Crato, em 1968, Camilo Santana é filho de Eudoro Santana ex-secretário da agricultura de Tasso e tradicional militante da esquerda. Engenheiro-agrônomo, Camilo fora presidente do Centro Acadêmico (CA) de Agronomia e diretor do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFC. Fora duas vezes candidato a prefeito da cidade de Barbalha, em 2000 e 2004, não tendo êxito. Com a aproximação entre parte da esquerda local e os Ferreira Gomes, estreitou laços com Cid, ganhando a confiança do grupo. Em 2010, foi o deputado estadual mais votado do Ceará. Camilo havia sido secretário das Cidades da segunda gestão de Cid[149].

Como candidato oficial do PT, era óbvia a vantagem de Camilo em poder usar o nome de Lula e Dilma em sua campanha. A isso reagiria Eunício, afirmando que "tinha gente querendo ser dono de Lula no Ceará"[150]. A campanha não seria fácil. As primeiras pesquisas de opinião mostravam Camilo muito atrás. Cid revelaria sua capacidade de "transferir" votos também, pela gestão positiva que tinha feito, segundo as pesquisas de opinião[151], e pelo apoio que conseguia junto a prefeitos interioranos[152]. Não foram poucos os ataques pessoais durante a propaganda eleitoral na televisão. Em rigor, os dois principais candidatos não abordavam as contradições do processo de modernização conservadora do estado. Para muitos analistas, eram o mesmo do mesmo.

No dia da eleição, foram várias as denúncias de irregularidades e abuso do poder econômico, numa clara demonstração, mais uma vez, de como acontecera nos últimos anos, um aumento do tradicionalismo político no estado[153]. Os Ferreira Gomes acusaram grupos policiais ligados ao capitão Wagner de usarem a corporação para beneficiar a candidatura de Oliveira[154] – policiais seriam depois processados pelo governo[155]; por sua vez, nas redes sociais, policiais acusavam a cúpula da segurança pública do Estado de desmobilizarem a corporação a fim de não combater eventuais irregularidades cometidas pelos apoiadores de Camilo[156]. Desde a greve de 2011/12, era notório o distanciamento entre a corporação policial e a cúpula do Estado.

Contrariando as pesquisas eleitorais, Camilo acabou superando Eunício no primeiro turno, o que, porém, não foi suficiente para lhe garantir a vitória de imediato. O segundo turno foi igualmente

tenso – foram enviadas tropas federais para o estado, a pedido do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE)[157]. Camilo seria eleito governador com 53,35% dos votos válidos contra 46,65% de Eunício[158] .

Fernand Braudel dizia que os acontecimentos são as espumas das ondas da História. As estruturas econômicas e sociais têm muito mais a dizer. A eleição de 2014 evidenciou mais uma vez a histórica fragmentação dos grupos políticos cearenses, com a intensa competitividade entre os mesmos. Num estado pobre e periférico como o Ceará, as conjunturas nacionais e o poder do Estado são fatores de relevo numa disputa eleitoral ainda no começo do século XXI.

Gerou-se um cenário diferente daquele que marcou os oitos anos da gestão Cid Gomes. A família de Sobral já não detém a hegemonia da política no estado. Verdade que pelo apoio dado à eleição de Camilo e pela força do grupo em várias esferas do Estado (Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Justiça, etc.), os Ferreira Gomes ainda apresentam considerável poder no Ceará, constituindo-se o principal grupo político local. Têm ainda a fidelidade de Roberto Cláudio e, pois, influência na prefeitura da capital. Contam especialmente com o apoio e reconhecimento do governo federal, evidenciado na escolha de Cid Gomes para ministro da Educação no início do segundo mandato de Dilma[159].

O ex-governador, porém, ficou apenas 77 dias no cargo. Sua saída teve como estopim um bate-boca com deputados, no plenário da Câmara, convocado que fora após afirmar que no Congresso Nacional havia “400 ou 300 acharcadores. Deixou o ministério num momento de desgasteda imagem de Dilma, ante a crisae econômica, acusações de corrupção no governo e protestos de rua, e após tentar criar um partido que diminuísse a dependência da gestão petista em relação ao PMDB.

Os Ferreira Gomes dividiram o poder com o PT, como se percebeu na montagem do secretariado de Camilo Santana[160]. Até políticos arredios aos Ferreira Gomes ocuparam espaço na gestão de Camilo[161]. Vários outros partidos e grupos foram chamados para também compor a nova gestão, num esforço de Camilo de repetir as estratégias de Cid de um governo de coalizão. No Ceará, há uma

tradição de governadores formarem seus próprios grupos, cooptando correligionários de outras correntes e até adversários. Como afirma o sociólogo Uribam Xavier, “definitivamente chegamos ao fim do ciclo dos Gomes ao poder. Isso não significa que eles vão desaparecer da cena política ou vão deixar de ter mandatos, significa quer perderam a hegemonia na condução da política no Ceará. O governo de Camilo Santana, caracterizado por uma gestão híbrida entre PT e Cid Gomes, é o marco transitório. O novo governo é a continuação do hibridismo ao avesso, pois antes a gestão era Cid Gomes e PT, mas agora se configura toda uma situação para fazer do PT o bloco hegemônico com capacidade de conduzir o poder, pelo menos nos próximos oito anos[162].

Ao mesmo tempo, o novo governador tem mais opositores que a gestão anterior[163]. Em Fortaleza e Região Metropolitana, Eunício teve mais votos que Camilo nas eleições, possivelmente a demonstração de certo descontentamento popular com estilo de governar dos Ferreira Gomes – seja da continuidade da modernização conservadora, seja do recrudescimento de práticas políticas tradicionais[164]. E há Tasso Jereissati, que voltou ao Senado de forma consagradora, derrotando os Ferreira Gomes e, porque não, Lula[165]. Foi a primeira vez desde 1974 que um governador cearense não conseguiu eleger “seu” senador[166].

Há ainda o grupo da ex-prefeita Luizianne Lins, que recusou a se engajar na campanha de Camilo. Tem-se o PSOL, que conseguiu eleger seu primeiro deputado estadual, Renato Roseno, e credencia-se ainda mais em ser a oposição à esquerda, opção para os eleitores órfãos das contradições do petismo. Surge também um bloco conservador opositor considerável, tendo à frente Eunício Oliveira e com destaque o capitão Wagner (PR). O problema desse bloco é que não tendo uma posição ideológica firme, pode ser esvaziado pelo poder atrativo do Executivo...

Jereissati. Coroné dos zóio azul. Revista Isto É, 9/08/2000, pág. 34.

26 A primeira mulher cearense a ocupar o senado foi Maria Alacoque Bezerra de Figueiredo, irmã do ex-governador Adauto Bezerra,z e que assumiu o mandato na câmara alta da República entre os anos de 1989 e 1990. Ela era um dos dois suplentes do então senador Virgílio Távora, falecido em 1988. Morre a primeira mulher cearense que assumiu o Senado da República http://blogs.diariodonordeste.com.br/edisonsilva/morte-da-senadora/morre-a-primeira-mulher-cearense-que-assumiu-o-senado-da-republica/

28 Família Ferreira Gomes demonstra um grande senso de oportunidade política - http://www.politicareal.com.br/noticias/nordestinas/32333/familia-ferreira-gomes-demonstra-um-grande-senso-de-oportunidade-politica#.

29 Ceará frustrado. O Povo, 29/01/2014, pág. 17.

30 Ceará faz 'pacto' e reduz analfabetismo infantil http://www.valor.com.br/brasil/3156472/ceara-faz-pacto-e-reduz-analfabetismo-infantil

31 Universidade federal é inaugurada em prédio provisório no Ceará - http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/universidade+federal+e+inaugurada+em+predio+provisorio+no+ceara/n1596978553040.html

32 O Centro de Eventos do Ceará, inaugurado em 2012, foi orçado em R$ 479,7 milhões, sendo o segundo do tipo da América Latina,

com capacidade para receber até 30 mil pessoas. http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/confira-os-horarios-das-atracoes- Confira os horários das atrações do 'Giro Cultural' em Fortaleza do-giro-cultural-em-fortaleza.html.

33 O projeto Acquário Ceará terá 21,5 mil metros quadrados de área, 15 milhões de litros d'água em 38 tanques que exibirão 35 mil animais marinhos de espécies exóticas e nativas. Até pinguins deverão estar à vista do público, em ambiente climatizado, para protegê-los do calor. Ainda estão previstos no projeto quatro pavimentos de lazer, cinemas 4D e simuladores de submarino. Site: http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/04/22/obra-de-r-260-milhoes-para-construcao-de-aquario-em-fortaleza-enfrenta-oposicao-no-ceara.htm.

34 Desenvolvimento econômico do Ceará http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Desenvolvimento_Economico_do_Ceara_Evidencias_Recentes_e_Reflexoes.pdf O que espera o Ceará depois de Cid - http://www.opovo.com.br/app/opovo/dom/2014/02/08/noticiasjornaldom,3203680/o-que-espera-o-ceara-depois-de-cid.shtml O Ceará antes e depois de Cid Gomes http://www.oestadoce.com.br/noticia/o-ceara-antes-e-depois-de-cid-gomes

35 Governo sem futuro http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/opiniao/governo-sem-futuro-1.372097Cid defende escolha de desembargador e nega que parentesco tenha pesohttp://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2013/07/27/noticiasjornalpolitica,3099758/cid-defende-escolha-de-desembargador-e-nega-que-parentesco-tenha-peso.shtml

36 Nas duas gestões de Cid, um dos poucos opositores, de posições moderadas, foi o deputado estadual Heitor Ferrer. Em 2012, Cid

teria sugerido o nome do parlamentar do PDT para o Tribunal de Contas do Município, cujos membros têm altos salários e cargos vitalícios. Com a "benção" de Cid, Heitor Férrer é convidado para assumir vaga no TCM http://www.politicacomk.com.br/com-a-bencao-de-cid-heitor-ferrer-e-convidado-para-o-conselho-do-tcm/

37 Em abril de 2013, o deputado federal petista, ligado a Luizianne Lins, Eudes Xavier, acusou Cid Gomes de espionar o ex-prefeito de Maracanau, Roberto Pessoa, desafeto dos Ferreiras Gomes. Cid negou as acusações, afirmando-se, sim, a vítima de espionagem por parte de Roberto Pessoa. Cid determnou a policia civil apurasse o caso, sendo apreendido o notebook pessoal de Pessoa. Nada foi provado. A Reinvenção da não-privacidade. Revista O Povo, 31/12/2013, pág, 14.

38 Em 2013, após uma greve, servidores da SEMACE (Superintendência Estadual do Meio Ambiente) foram removidos para o interior. Servidores da Semace acusam retaliação http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2013/02/07/noticiasjornalpolitica,3002309/servidores-da-semace-acusam-retaliacao.shtml Policiais também alegaram perseguição política. Governo demite PMs, e policiais acusam perseguição http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/policia/governo-do-ceara-demite-pms/

39 "O grande volume de investimentos e obras realizadas no Ceará na gestão de Cid Gomes é consequência de uma maior concentração de recursos que não estiveram à disposição do Estado na gestão de Lúcio Alcântara. Some-se ainda o aumento da arrecadação, a própria expansão da economia brasileira (especialmente no primeiro mandato cidista) e o crescimento das transferências voluntárias oriundas do governo federal. "É inegável que comparativamente o governo Cid Gomes teve mais recursos para investimento em parte por sua aliança com o governo Lula e a sua aliança partidária estadual" (CUNHA: 2008: 83).

40 “Uma vez anunciado o secretariado [da segunda gestão de Cid Gomes, com vários deputados estaduais saindo da Assembleia, sobem alguns suplentes, a saber: Ines Arruda ocupa a cadeira de Mauro Filho. Silvana Oliveira entra no lugar de Ivo Gomes. Gony Arruda cede seu lugar para o Professor Teodoro Professor Pinheiro dá espaço para Antonio Carlos, o novato que já começa na liderança do governo. Ainda volta para a Assembleia Legislativa Ana Paula Cruz. Com a saída de Camilo Santana, Mailson da Cruz será deputado estadual”. Secretários - Cid nomeia tucano e coloca PM na Segurança. http://www.oestadoce.com.br/noticia/secretarios-cid-nomeia-tucano-e-coloca-pm-na-seguranca

41 Lúcio Alcântara, apesar de ser do PSDB, nem durante a campanha de 2002 fez oposição a Lula.

42 Cid Gomes é reeleito governador do CE http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/cid-gomes-e-reeleito-governador-do-ceara-no-1-turno-informa-tse.html

43 PSDB perde todos os deputados que elegeu para a Assembleia Legislativa em 2010 http://blogs.diariodonordeste.com.br/edisonsilva/psdb-isolado/psdb-perde-todos-os-deputados-que-elegeu-para-a-assembleia-legislativa-em-2010/

44 Prefeitura de Fortaleza é contra estaleiro no Titanzinho http://blogs.diariodonordeste.com.br/egidio/politica/prefeitura-de-fortaleza-e-contra-estaleiro-no-titanzinho/

45 Pela segunda vez paralisa obras da Termelétrica do Pecém http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/

greve-paralisa-obras-da-termeletrica-do-pecem-1.426776 Incendiado o alojamento de operários da termelétrica do Pecém http://blogs.diariodonordeste.com.br/egidio/policia/incendiado-o-alojamento-de-operarios-da-termeletrica-do-pecem/ GREVE NA TERMELÉTRICA MPX/EDP Operários rejeitam reajuste de 6,5% http://www.sganoticias.com.br/2011/03/greve-na-termeletrica-mpxedp.html Greve para de novo usinas Pecém 1 e Pecém 2 - http://blogs.diariodonordeste.com.br/egidio/economia/greve-para-de-novo-usinas-pecem-1-e-pecem-2/

46 Obras na CSP- paralisações já superam 150 dias. O Povo, 28/06/2014, pág. 19.

47 Petrobrás faz acordo com tribo no Ceará para fazer refinaria. http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/11/1375188-petrobras-faz-acordo-com-tribo-no-ceara-para-fazer-refinaria.shtml

48 Tremembés http://www.opovo.com.br/app/colunas/segurancapublica/2014/11/24/noticiassegurancapublica,3352344/tremembes.shtml No Ceará, terra dos Tremembé é ameaçada por resort espanhol http://apublica.org/2015/01/no-ceara-terra-dos-tremembe-e-ameacada-por-resort-espanhol

49 Zé Maria do Tomé: um crime à espera do castigo - http://blog.opovo.com.br/pliniobortolotti/ze-maria-do-tome-um-crime-a-espera-do-castigo/

50 Mar de Icapuí é cenário para guerra da lagosta http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/mar-de-icapui-e-cenario-para-guerra-da-lagosta-1.233461

51 ´Guerra da Lagosta' Seis barcos são incendiados durante protesto em Icapuí http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/seis-barcos-sao-incendiados-durante-protesto-em-icapui-1.485600

52 Com professores em greve, estados ainda lutam contra piso salarial http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Com-professores-em-greve-estados-ainda-lutam-contra-piso-salarial/4/17557

53 Professores denunciam pressão de Governo e Sindicato http://www.politicacomk.com.br/professores-denunciam-pressao-de-governo-e-sindicato/

54 Professores e Polícia entram em confronto na Assembleia Legislativa http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2011/09/29/noticiafortaleza,2307150/profesores-e-policia-entram-em-confronto-na-assembleia-legislativa.shtml CE: após 63 dias, professores estaduais encerram greve http://noticias.terra.com.br/educacao/ce-apos-63-dias-professores-estaduais-encerram-greve,d0ca1a4045cea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html

55 Professores da Uece decidem continuar greve após nova assembleia - http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/09/22/noticiafortaleza,3318787/professores-da-uece-decidem-continuar-greve-apos-nova-assembleia.shtml

a Número de homicídios quase triplica em 10 anos no Ceará. 2014 teve o segundo menor aumento nos homicídios desde 2005. Último ano do governo Cid teve alta de 1%. Quantidade de mortes sempre aumentou no período http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/01/10/noticiasjornalcotidiano,3374821/numero-

de-homicidios-quase-triplica-em-10-anos-no-ceara.shtml Ceara: em uma década, taxa de homicídios cresce 136%. O Povo, 28/05/2014, pág. 4.

b Mais de 400 ataques a bancos no CE [entre 2010-14] http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/mais-de-400-ataques-a-bancos-no-ce-1.1211475

c Estudante morre baleado por policial do Ronda http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2010/07/25/noticiasfortaleza,2023809/estudante-morre-baleado-por-policial-do-ronda.shtml

d Cid investiu pesado em segurança, mas não conseguiu vencer violência. http://www.cearaemrevista.com.br/2014/06/cid-investiu-pesado-em-seguranca-mas.html

eFortaleza é a 7a cidade mais violenta do mundo, diz ONG. O Povo, 21/01/2014, pág. 4.

56 Policiais Militares e Bombeiros do CE anunciam paralisação das atividades http://g1.globo.com/ceara/noticia/2011/12/policiais-militares-e-bombeiros-do-ce-anunciam-paralisacao-das-atividades.html

57 Segurança no Réveillon em Fortaleza está garantida, diz Comando Geral da PM http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/seguranca-no-reveillon-em-fortaleza-esta-garantida-diz-comando-geral-da-pm/

58 Força Nacional de Segurança dará apoio na segurança do réveillon http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/nordeste/noticia/2011/12/30/forca-nacional-de-seguranca-dara-apoio-na-seguranca-do-reveillon-318432.php

59 Cid Gomes decreta estado de emergência no Ceará http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/cid-gomes-decreta-estado-de-emergencia-no-ceara - http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/ce/ceara-decreta-estado-de-emergencia-por-greve-de-policiais/n1597503973197.html

60 Abolição em silêncio http://blogs.diariodonordeste.com.br/robertomoreira/abolicao-em-silencio/

61 “Só saímos mortos”, diz líder dos militares em greve http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/policia/so-saimos-mortos-diz-lider-dos-militares-em-greve/

62 Com PM em greve, medo faz comércio fechar em Fortaleza - http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/com-pm-em-greve-medo-faz-comercio-fechar-em-fortaleza

63 Policiais e bombeiros militares decidem encerrar a greve - http://www.tribunadoceara.com.br/noticias/policia/policiais-e-bombeiros-militares-aceitam-proposta-e-decidem-encerrar-a-greve/

64 O motim, a tensão e o blecaute. http://www.opovo.com.br/app/colunas/fabiocampos/2012/01/05/noticiasfabiocampos,2368423/

o-motim-a-tensao-e-o-blecaute.shtml

65 A Copa em Fortaleza. http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1134199,

66 As versões de Cid, RC e Luizianne sobre o atraso das obras. O Povo, 6/06/2014, pág. 28.

67 Procura-se um legado: com execução de menos de um terço do total previsto para mobilidade, o legado da Copa deve ficar para bem depois do fim dos jogos. O Povo, 23/05/2014, pág. 1 (Esportes).

68 Mobilidade. Obras para a Copa 2014 só devem ficar prontas em 2016. O Povo, 26/08/2014, pág. 4.

69 Dilma inaugura Castelão em 'fase decisiva para Confederações' - http://globoesporte.globo.com/ce/noticia/2012/12/dilma-inaugura-castelao-em-fase-decisiva-para-confederacoes.html

70 Fortaleza entrega entorno de 86 milhões do Castelão com pedras e terrão http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/07/fortaleza-entrega-entorno-de-86-bilhoes-do-castelao-com-pedras-e-terrao.htm Arena Castelão: túnel e obras de requalificação serão entregues hoje. O Povo,7/06/2014, pág. 4. Em abril, os operários fizeram greve por melhores salários de 22 dias. Operários retomam atividades após fim da greve. O Povo, 25/04/2014, pág. 4.

71 Estado assume riscos que deveriam ser das empresas em contrato do Castelão http://viniciussegalla.blogosfera.uol.com.br/2013/11/08/estado-assume-riscos-que-deveriam-ser-das-empresas-em-contrato-do-castelao/ Contrato de concessão do Castelão transfere riscos de empresas para o Estado, diz MP - http://www.opovo.com.br/app/politica/2013/11/07/noticiaspoliticas,3160001/contrato-de-concessao-do-castelao-transfere-riscos-para-o-estado-diz.shtml

72 Alto da Paz 21/02/2014 - Confronto, feridos e bombas durante desocupação no Alto da Paz - http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/02/21/noticiasjornalcotidiano,3210067/confronto-feridos-e-bombas-durante-desocupacao-no-alto-da-paz.shtml

73 Obra para a Copa de 2014 ameaça 5 mil famílias em Fortaleza Construção do VLT http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/obra-para-a-copa-de-2014-ameaca-5-mil-familias-em-fortaleza,b8fd5aa703081410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html - Em Fortaleza, obra desvia de empresa de senador, destrói campo onde nasceu Jardel e expulsa famílias - http://espn.uol.com.br/noticia/337553_em-fortaleza-obra-desvia-de-empresa-de-senador-destroi-campo-onde-nasceu-jardel-e-expulsa-familias

74 Das sete obras previstas, apenas o Castelão está pronto. O Povo, 15/01/2014, pag. 4. Cid Gomes faz visita surpresa à comunidade que será desapropriada devido ao VLT http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/cid-gomes-faz-visita-surpresa-a-comunidade-que-sera-desapropriada-devido-ao-vlt-1.853209

75 “Cerca de 30 moradores de rua foram recolhidos, compulsoriamente, na Beira Mar e em logradouros públicos, no

Centro de Fortaleza, desde o dia 14 deste mês, e levados para locais desconhecidos. A denúncia, feita pela representação local do Movimento Nacional da População de Rua do Ceará, segue sendo apurada pelo Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas (NDHAC) da Defensoria Pública do Ceará". "Entidades denunciam "higienização social". http://www.oestadoce.com.br/noticia/entidades-denunciam-higienizacao-social

76 "Moradores reclamam de restrição do acesso ao Castelão". http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2013/06/06/noticiasjornalcotidiano,3069254/moradores-reclamam-de-restricao-do-acesso-ao-castelao.shtml

77 Coluna do Tostão: Nação e Nacionalismo. O Povo, 2/3/2014, pag. 2 (Esportes).

78 Policiais apoiam ato, mas entram em confronto com ativistas em dia de caos em Fortaleza http://espn.uol.com.br/noticia/337352_policiais-apoiam-ato-mas-entram-em-confronto-com-ativistas-em-dia-de-caos-em-fortaleza

79 Manifestantes pedem "mais pão e menos circo" no caminho para o Castelão http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/19/manifestantes-pedem-mais-pao-e-menos-circo-no-caminho-para-o-castelao.htm Polícia e manifestantes entram em conflito em frente ao Castelão - http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/19/policia-e-manifestantes-entram-em-conflito-em-frente-ao-castelao.htm Polícia encerra manifestação e entorno do Castelão tem cenário de guerra http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/19/policia-encerra-manifestacao-e-entorno-do-castelao-tem-cenario-de-guerra.htm Torcedores contam momentos de tensão ao chegar no Castelão - http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/

confederacoes2013/noticia/torcedores-contam-momentos-de-tensao-ao-chegar-no-castelao-309.php

80 Clima de guerra no entorno do Castelão. O Povo, 20/06/2013, pág. 12.

81 Cid diz que responsabilidade é do governo federal. O Povo, 20/06/2013, pág. 14.

82 Vizinhos de estádio ‘padrão Fifa’ convivem com ‘padrão periferia’ em Fortaleza - http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130619_vizinhos_fortaleza_rw - Contraste entre estádio e rua marca vitória do Brasil em Fortaleza - http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130619_castelao_jogo_rw_lk Jornal inglês destaca exploração sexual em Fortaleza e cita “explosão” do problema na Copa http://www.verdinha.com.br/noticias/4270/jornal-ingles-destaca-prostituicao-infantil-fortaleza-cita-explosao-problema-copa/

83 Confronto nos domínio do Palácio. O Povo, 21/06/2013, pág. 14.

84 O Ministério Público do Ceará lançou nota condenou o uso excessivo de força por parte dos policiais. Coluna Política, de Plinio Bortolotti. O Povo, 27/06/2013, pág. 18.

85 Ato é marcado por cenas de guerra. O Povo, 28/06/2013, pág. 12.

86 Sindicatos e movimentos integram ato. O Povo, 28/06/2013, pág. 14.

87 Juiz aposentado protagoniza imagens emblemáticas. O Povo, 29/06/2013, pág. 22.

88 Polícia e MP investigam infiltrações. O Povo, 29/06/2013, pág. 21.

89 A Copa dos protestos: durante a Copa do Mundo no Brasil, a expectativa em relação aos jogos e ao hexacampeonato divide a atenção com possíveis protestos e violência nas ruas. O Povo, 11/06/2014, pág.1

90 Brasil em campo muda a cara da cidade. O Povo, 13/06/2014, pág. 9.

91 Torcida: empolgação em cima da hora. O Povo, 1/06/2014, pág. 33. Ruas em cores. O Povo, 09/06/2014, pág. 4.

92 Manifestação sem confronto no primeiro jogo em Fortaleza. O Povo, 15/06/2014, pág. 20. Grupo [de 25 pessoas] realiza protestos no entorno do Castelão. O Povo, 25/06/2014, pág. 20.

93 Ministra diz que protestos foram aquém das expectativas. O Povo, 14/06/2014, pág. 8. Rede [Nacional de advogados e advogadas populares do Ceará] denuncia casos de violação de direitos. O Povo, 25/06/2014, pág. 9.

94 Caímos nos mesmos erros. Primeiro jogo da Copa em Fortaleza [Uruguai 1 x 3 Costa Rica] apresentou mesmos problemas observados na Copa das Confederações. Lanchonetes, trânsito e internet irritaram torcedor. O Povo, 15/06/2014, pág. 3. Arena Castelão. Impaciência, filas e falta de comida e bebidas. Na partida entre Brasil e México, na última terça-feira, na Arena Castelão, torcedores reclamaram das longas filas, falta de voluntários, de comidas e bebidas. . O Povo, 21/06/2014, pág. 12.Fortaleza. 10 obras prometidas para a Copa estão fora do prazo. O Povo, 3/07/2014, pág. 4.

95 Força Nacional terá 10 mil agentes para contenção de protestos na Copa http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/01/03/forca-nacional-tera-tropa-de-choque-com-10-mil-agentes-na-copa-do-mundo.htm

96 Proteção militar terá 3 mil homens. O Povo, 13/05/2014, pág. 3 (Esportes). Fortaleza: 7 mil farão a segurança; Forças Armadas serão acionadas. O Povo, 7/07/2014, pág. 7.

97 No principio era o caos, artigo de Sandra Helena de Souza. http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2014/06/25/noticiasjornalopiniao,3272213/no-principio-era-o-cais.shtml

98 Copa do Mundo: falta informação aos movimentos de protesto.

99 José Miguel Wisnik e a Copa de 2014. http://www.ufsj.edu.br/noticias_ler.php?codigo_noticia=4652

100 Fortaleza parou para ver a seleção. O Povo, 17/06/2014, pág. 4.

101 Não contávamos com aquela astúcia. O que o goleiro mexicano Ochoa fez ontem à tarde. No Castelão, não estava no roteiro imaginado pela torcida brasileira. O Povo, 18/06/2014, pág. 1.

102 Protesto termina com confronto e 35 detidos. O Povo, 18/06/2014, pág. 12.

103 Veiculos serão credenciados. O Povo, 5/05/2014, pág. 4. O Povo, 16/05/2014, pág. 8.

104 MPE fecha 8 prostíbulos e prende dez pessoas. Diário do Nordeste, 5/06/2014, pág. 10.

105 Copa do Mundo. Prostitutas relatam falta de clientes. O Povo, 8/07/2014, pág. 5.

106 Tolerância zero na luta contra a exploração sexual. O Povo, 15/06/2014, pág. 10.

107 DDF apreende 8 mil camisas falsas. Diário do Nordeste, 5/06/2014, pág. 10.

108 Comércio ilegal. De onde vêm as camisas piratas da seleção. O Povo, 27/06/2014, pág. 26.

109 Entorno do Castelão: com ou sem ingresso, o que vale é a festa. O Povo, 18/06/2014, pág. 24. Bares e restaurantes esperam faturamento 50% maior. O Povo, 18/06/2014, pág. 17.

110 Tem de tudo no acesso ao Castelão. O Povo, 24/06/2014, pág. 10. Moradores do Castelão faturam renda extra com a Copa. O Povo, 5/07/2014, pág. 3.

111 Preço para estrangeiros é mais salgado. O Povo, 24/06/2014, pág. 10

112 Tem ingresso no paralelo. O Povo, 16/05/2014, pág. 1 (Esportes). Cambistas lucram até 400% sobre bilhete. O Povo, 23/06/2014, pág. 4.

113 Aquecimento para a festa – Fan fest de Fortaleza é palco hoje do primeiro evento oficial da Copa do Mundo. O Povo, 08/06/2014, pág. 1.

114 Bye bye tristeza para Los Ticos. A fan fest foi o destino do sábado para fortalezenses e turistas que apostaram nos diferenciais do evento para ir à Praia de Iracema. O Povo, 15/06/2014, pág. 4. Caldeirão cultural na fan fest. Torcedores lotaram a Praia de Iracema para acompanhar a partida entre Alemanha e Gana. Evento foi marcado pelo equilíbrio das torcidas. Polícia Militar estima presença de 5º mil pessoas na festa. O Povo, 18/06/2014, pág. 7.

115 O comerciante Renam Harlen de Souza, 23 anos, não tem

dúvidas de que é assim que vai faturar pelo menos 30% a mais do que o habitual nos próximos 30 dias. “Fazendo ‘mungango’ todo mundo se entende”, brinca. Sem falar idiomas, feiriantes apelam à mímica para se comunicar. O Povo, 11/06/2014, pág. 2. Já com quando do jogo entre Alemanha 2 x 2 Gana, os problemas de comunicação foram maiores. Invasão alemã em Fortaleza. Sprechen sie deutsch? Com o jogo entre Alemanha e Gana, visitantes-torcedores se fizeram presentes nos pontos turísticos da cidade. Comunicação ficou mais complicada para quem presta serviços, já que quase nenhum vendedor fala alemão. O Povo, 21/06/2014, pág. 4. Sobra boa vontade no fortalezense. Repórteres do O Povo viveram dias de turistas estrangeiras em fortaleza. Falando inglês, encontraram no idioma maior obstáculo para a população interagir. Mas fortalezense mostra que sabe lidar com visitantes. O Povo, 23/06/2014, pág. 4.

116 Turismo. O que os estrangeiros levariam de Fortaleza? Na lista, apareceram e repetiram as praias, as pessoas e o clima. O Povo, 30/06/2014, pág. 4.

117 Mexicanos são condenados por desacato [estariam causando tumulto e impedindo os demais torcedores de assistir ao jogo – um dos mexicanos jogou um copo de cerveja o rosto de um delegado]. O Povo, 21/06/2014, pág. 10. Um outro incidente, de mais repercussão na mídia, foi a prisão de mexicanos após agredirem advogados – os estrangeiros teriam assediados as esposas dos advogados. O Povo, 1/07/2014, pág. 3.

118 Ritmo mexicano no calçadão. O Povo, 17/06/2014, pág. 6.

119 Navio com 3.600 mexicanos atraca em Fortaleza para acompanhar jogo - http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/06/navio-com-3600-mexicanos-atraca-em-fortaleza-para-acompanhar-

jogo.html

120 Quando a visita domina a festa em casa. Mexicanos não se intimidaram com a maioria brasileira e entoaram, com força, seus cânticos tradicionais em incentivos à sua seleção. A animação deixou sem reação a geral brasileira presente ao estádio. O Povo, 18/06/2014, pág. 12.

121 A torcida brasileira é ridícula. A seleção precisa se acostumar - http://esportefino.cartacapital.com.br/torcida-brasileira-brasil-copa-do-mundo/

122 Como se faz o grito da galera? O Povo, 4/07/2014, pág. 2.

123 “Na praia do Meireles, o argentino Estebam Mendes, há três dias em Fortaleza, conta que percebeu de cara que ‘há duas cidades. Aqui, a parte turística, de mais desenvolvimento. Seis quadras atrás, se vê outra totalmente diferente”. O Povo, 11/06/2014, pág. 1.

124 “Javier Barbeito, uruguaio de Montevidéu, sabia que encontraria as características de um grande centro, “mas outra coisa é sentir na pele”, diz. O jovem ficou surpreso com “o tamanho da cidade” e com o trânsito muito intenso”. O Povo, 11/06/2014, pág. 1.

125 Sucesso da Copa surpreende o mundo. O Povo, 30/06/2014, pág. 6.

126 Um outro olhar sobre Fortaleza: profissionais de vários países aproveitaram a Copa do Mundo para descobrir histórias sobre a cidade. O Povo, 22/06/2014, pág. 8.

127 Holanda refaz fortaleza para não ser expulsa do Ceará outra vez http://www.gazetaesportiva.net/noticia/2014/06/holanda/holanda-refaz-fortaleza-para-nao-ser-expulsa-do-ceara-outra-vez.html

128 A amizade é um legado. O Povo, 29/06/2014, pág. 26.

129 Alemanha disparada na Praça do Ferreira, O Povo, 29/05/2014, pág. 3.

130 Ganhou, mas perdeu. O Povo, 5/07/2014, pág. 1.

131 Copa 2014. 363 mil turistas movimentaram R$ 1,6 bi no Ceará. O Povo, 18/07/2014, pág. 28.

132 Secretaria da Copa muda de nome e será mantida até 2016 para uma obra só http://www.opovo.com.br/app/politica/2014/08/19/noticiaspoliticas,3300542/secretaria-da-copa-muda-de-nome-e-sera-mantida-ate-2016-para-uma-obra.shtml

133 Após racha com PSB, Ciro Gomes diz que Campos é oportunista e zero completo. http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/10/1350049-apos-racha-com-psb-ciro-gomes-diz-que-campos-e-oportunista-e-zero-completo.shtml

134 Cid deixa PSB e leva 500 filiados - http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/politica/cid-deixa-psb-e-leva-500-filiados-1.446867

135 Do início ao fim: relembre como foram os 8 anos de aliança entre Cid e Eunício http://www.verdinha.com.br/noticias/10381/inicio-ao-fim-saiba-como-foram-os-6-anos-de-alianca-entre-eunicio-oliveira-e-cid-gomes/

136 Pros tem cinco pré-candidatos à sucessão. http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1429242-no-ce-pros-tem-cinco-pre-candidatos-a-sucessao.shtml

137 Dilma oferece Ministério da Integração, mas Eunício Oliveira rejeita - http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/dilma-oferece-ministerio-da-integracao-mas-eunicio-oliveira-rejeita/

138 Presidente Dilma otimista com apoio de Cid a Eunício http://www.cearanews7.com.br/ver-noticia.asp?cod=16624

139 Terminou sem acerto a reunião de Cid e Eunício - http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/politica/terminou-sem-acerto-a-reuniao-de-cid-e-eunicio-1.958154

140 Eunício venceria no 1º turno e Luizianne ficaria à frente de cidistas http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2014/03/07/noticiasjornalpolitica,3216503/eunicio-venceria-no-1-turno-e-luizianne-ficaria-a-frente-de-cidistas.shtml

141 Luizianne se coloca à disposição do PT para disputar o governo do Ceará http://tribunadoceara.uol.com.br/especiais/eleicoes-2014-contagem-regressiva/ultimas-noticias/luizianne-se-coloca-disposicao-pt-para-disputar-o-governo-ceara/

142 Ala majoritária do PT Ceará lança manifesto a favor da manutenção da aliança - http://blogs.diariodonordeste.com.br/robertomoreira/ala-majoritaria-do-pt-ceara-lanca-manifesto-a-favor-da-manutencao-da-alianca/

143 José Guimarães deve ser candidato ao Senado nas eleições de 2014 http://tribunadoceara.uol.com.br/especiais/eleicoes-2014-contagem-regressiva/ultimas-noticias/jose-guimaraes-deve-ser-candidato-ao-senado-em-2014/

144 Governador Cid Gomes passa mal e é levado a hospital em Fortaleza - http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/06/governador-cid-gomes-passa-mal-e-e-levado-hospital-em-fortaleza.html

145 Cid Gomes continua no governo do CE http://noticias.band.uol.com.br/eleicoes/2014/100000674677/cid-gomes-continua-no-governo-do-ce-ate-o-fim-do-mandato.html

146 Tasso faz acordo com PMDB do Ceará e disputará o Senado http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1478271-tasso-faz-acordo-com-pmdb-do-ceara-e-disputara-o-senado.shtml

147 Dobradinha “Tasso e Eunício” nas eleições de 2014 movimenta bastidores http://www.politicacomk.com.br/dobradinha-tasso-e-eunicio-nas-eleicoes-de-2014-movimenta-bastidores/

148 Cid Gomes acerta com Dilma apoio a petista no Ceará. http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cid-gomes-acerta-com-dilma-apoio-a-petista-no-ceara-imp-,1520971

149 Camilo Santana se diz vítima de “boato” sobre escândalo dos banheiros http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/politica/camilo-santana-se-diz-vitima-de-boato-sobre-escandalo-dos-banheiros/

150 Eunício Oliveira é oficializado como candidato pelo PMDB e diz que “ninguém é dono do Lula” - http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/politica/online/eunicio-oliveira-e-oficializado-como-candidato-pelo-pmdb-e-diz-que-ninguem-e-dono-do-lula-1.1048152

151 No Ceará, governo de Cid Gomes é aprovado por 46% dos eleitores http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/08/1500948-no-ceara-governo-de-cid-gomes-e-aprovado-por-46-dos-eleitores.shtml

152 Camilo reúne 120 prefeitos e recebe apoio de Ministro de Dilma - http://www.cearaagora.com.br/site/2014/10/camilo-reune-120-prefeitos-e-recebe-apoio-de-ministro-de-dilma/

153 Em vídeo, homem ‘dá aula’ de compra de votos no Ceará http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1526968-em-video-

homem-da-aula-de-compra-de-votos-no-ceara.shtml MP pede afastamento de prefeito de Quixeramobim por suposto uso da máquina http://www.opovo.com.br/app/politica/2014/10/03/noticiaspoliticas,3324867/mp-pede-afastamento-de-prefeito-de-quixeramobim-por-suposto-uso-da-maq.shtml Em 3 dias, polícia detém 3 suspeitos de compra de voto no interior Ceará http://g1.globo.com/ceara/eleicoes/2014/noticia/2014/10/em-3-dias-policia-detem-3-suspeitos-de-compra-de-voto-no-interior-ceara.html PRF flagra carreata com transporte irregular de passageiros e suposto crime eleitoral - http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/politica/prf-flagra-carreata-com-transporte-irregular-de-passageiros-e-suposto-crime-eleitoral/ Polícia flagra compra de votos em São Gonçalo do Amarante http://www.opovo.com.br/app/politica/eleicoes2014/2014/10/04/noteleicoes2014,3325690/policia-flagra-compra-de-votos-em-sao-goncalo-do-amarante.shtml A menos de 24 horas das eleições, polícia flagra uma série de supostos crimes eleitorais no Ce http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/politica/a-menos-de-24-horas-das-eleicoes-policia-flagra-uma-serie-de-supostos-crimes-eleitorais-no-ceara/ará Para Eunício Oliveira, houve uso da máquina e “serviço sujo” no primeiro turno http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/politica/para-eunicio-oliveira-houve-uso-da-maquina-e-servico-sujo-no-primeiro-turno/

154 Cid critica Capitão Wagner e apoia reforço de tropas federais para 2º turno http://www.opovo.com.br/app/politica/2014/10/16/noticiaspoliticas,3332309/cid-critica-capitao-wagner-e-apoia-reforco-de-tropas-federais-para-2.shtml

155 Governo Cid processa 18 PMs por apoio a opositores na eleição; MP questiona decisão http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/politica/governo-cid-processa-18-pms-por-apoio-a-opositores-na-eleicao-mp-questiona-decisao/

156 PRE pede que viaturas não fiquem paradas no dia da eleição - http://www.opovo.com.br/app/politica/

eleicoes2014/2014/10/24/noteleicoes2014,3336610/pre-pede-que-viaturas-nao-fiquem-paradas-no-dia-da-eleicao.shtml

157 TRE pede tropas federais para o CE - http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/politica/tre-pede-tropas-federais-para-o-ce-1.1127404 13 cidades do Ceará terão atuação de tropas federais no 2º turno da eleição - http://g1.globo.com/ceara/eleicoes/2014/noticia/2014/10/13-cidades-do-ceara-tera-atuacao-de-tropas-federais-no-2-turno-da-eleicao.html

158 Com força dos Gomes, Camilo (PT) desbanca senador e vence no Ceará - http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/26/com-forca-dos-gomes-camilo-pt-desbanca-senador-e-vence-no-ceara.htm

159 Cid é empossado como Ministro da Educação http://www.cearaagora.com.br/site/2015/01/cid-e-empossado-como-ministro-da-educacao/

160 Cidistas e PT têm maioria de indicados no secretariado de Camilo - http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2014/12/30/noticiasjornalpolitica,3369556/cidistas-e-pt-tem-maioria-de-indicados-no-secretariado-de-camilo.shtml

161 Após indicação de Guilherme Sampaio para a Cultura, vereadores do PT dizem que continuarão fazendo oposição à Prefeitura - http://blogs.diariodonordeste.com.br/edisonsilva/blog-politica/apos-indicacao-de-guilherme-sampaio-para-a-cultura-vereadores-do-pt-dizem-que-continuarao-fazendo-oposicao-a-prefeitura/

162 Camilo Santana e o fim do ciclo dos Gomes http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/camilo-santana-e-o-fim-ciclo-dos-gomes/

163 Camilo pode ter 15 opositores na Assembleia a partir de fevereiro - http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2015/01/17/noticiasjornalpolitica,3378486/camilo-pode-ter-15-opositores-na-assembleia-a-partir-de-fevereiro.shtml

164 Dos 184 municípios cearenses, Camilo Santana venceu em 149, enquanto Eunício Oliveira garantiu mais votos em apenas 35 cidades. Na Região Metropolitana de Fortaleza, mesorregião do Estado com maior número de eleitores, o peemedebista alcançou aproximadamente um total de 1 milhão e 37 mil votos. Já o petista assegurou a preferência em torno de 815,9 mil eleitores. Balanço da votação no Estado - http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/politica/balanco-da-votacao-no-estado-1.1136311

165 Tasso (PSDB) é eleito no CE e volta ao Senado 4 anos após 'aposentadoria' http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/05/tasso-e-eleito-no-ce-e-volta-ao-senado-4-anos-apos-anunciar-aposentadoria.htm

166 Os vários fatores da disputa pelo Senadohttp://www.opovo.com.br/app/colunas/politica/2014/07/23/noticiaspoliticacoluna,3286346/os-varios-fatores-da-disputa-pelo-senado.shtml

Capítulo 32

Cultura e futebol no século XX

31.1 CULTURA POPULAR Entendendo cu

O sertão, que se espalha por quase todo o território cearense e historicamente teve sua economia baseada no gado e na cotonicultura, contribuiu com as principais características da cultura local/manifestações artísticas. Ainda hoje, em muitas áreas sertanejas, temos o uso do couro na fabricação de objetos do cotidiano, as festas dos padroeiros nas cidades com novenas, quermesses e leilões, as vaquejadas (que, contudo, ganharam mais um aspecto esportivo-comercial), etc. Até meados do século XX, o divertimento dos sertanejos estava na cachaça e nos sambas de terreiro ou latada, festas modestas ao som da rabeca (violino de construção artesanal), da viola e, mais recentemente, da sanfona. No final de cada ano, quando das festas natalinas, formavam-se os pastoris, os congos e os reisados.

Afora artefatos de couro, tem-se um sem-número de utensílios traçados com palha, cipós, etc., sem falar nos fabricados com barro e madeira (imagens de santos, potes, panelas, etc.) e a produção de redes, ainda hoje largamente usadas pelos cearenses para dormir ou descansar.

O imaginário popular traz histórias fantásticas, de seres encantados, animais antropomorfizados, monstros aterradores, bois mandingueiros, homens simples ou príncipes inteligentes e corajosos, belas mulheres enfeitiçadas, princesas aprisionadas, lagos e caminhos encantados, etc. Tais temas eram abordados à noite, por contadores de histórias, quando os vizinhos sertanejos sentavam-se próximos a fogueiras. Podiam ainda aqueles temas ser abordados em cordéis ou pelos cantadores, os quais, usando do improviso e da inteligência, promoviam também acirrados duelos de viola para deleite da assistência.

Na porção litorânea cearense, como de se esperar, a cultura gira em torno da pesca, das jangadas e atividades artesanais a exemplo das rendeiras ou labirinteiras - mulheres que sentadas no chão, à frente de suas almofadas e bilros de madeira, tecem as chamadas rendas, das mais variadas cores e desenhos (uma prática, aliás, trazida pelas mulheres portuguesas e difundida entre as índias nos aldeamentos). Artesãos compõem desenhos em garrafas (usando areia colorida), constroem miniaturas de jangadas ou de navios com madeira macia, fazem desenhos na carapaça de tartarugas, etc. Há ainda folguedos,

a dança do Coco, a Caninha Verde, o Fandango, o Reisado de Caretas, dos Pastoris, o Teatro de Bonecos Cassimiros Cocos (mamulengos), etc.

Um dos polos artísticos e culturais mais destacados do Ceará compreende a área do Cariri. Região fértil e de clima agradável, é tido como um "oásis" no meio do semiárido nordestino. Por tal razão, foi um local historicamente escolhido por migrantes (especialmente os fugidos das secas), o que ajuda a entender a sua extraordinária riqueza cultural. A isso, some-se a atração exercida por levas de peregrinos seguidores do Pe. Cícero e do "Milagre" de Juazeiro. No Cariri se cruzam e se entrecruzam pessoas e culturas, vindas do Maranhão à Zona da Mata de Pernambuco e Bahia, senão de mais longe. Assim, ali se encontram manifestações artísticas negras, tradições ibero-medievais (como a festa dos Caretas em Jardim), tradições ameríndias, num "caldeirão" de cores, ritmos, músicas, danças, crenças, etc. Daí, o artesanato de couro, madeira e barro, as feiras populares, festas como a do "pau" de Santo Antônio em Barabalha, reisados, bandas cabaçais (com flautas de taboca ou de bambu, a exemplo dos Irmãos Anicetos, do Crato, e com raízes nas tradições indígenas), dançadores de São Gonçalo, irmandades de penitentes, etc.

Não de pode esquecer, em termos de manifestações artístico-culturais cearenses de origem negra, o maracatu e a festa de Iemanjá, que reúne milhares de seguidores nos rios e praias para fazer suas oferendas no começo de cada ano. Há ainda os diversos terreiros de cultos afro-brasileiros, durante décadas perseguidos e fechados pela polícia e tratado pejorativamente como "macumba" pelo grosso da população. O fato de ser menor a influência africana no Ceará não implica dizer que seja menos importante (CARIRY, BARROSO, 1982; SERAINE, 1983; ANDRADE, 1985; BARROSO, 2001; PORDEUS JR , 2002; SILVA, 2002; CHAVES, 2002; CARVALHO, 2003; SANTOS, BINDÁ, 2006; VIEIRA, 2006; CARVALHO, 2007; FORTALEZA, 2007; MILES 2011).

Pintura de Miranda, "Casamento N

Em 1808, a família real portuguesa trouxe para o Brasil danças de salão, a exemplo da quadrilha, surgida na França no século XVIII - em pares, dançarinos realizavam uma coreografia de movimentos alegres. A dança logo espalhou-se pelo País, sobretudo, durante a monarquia (1822-89). Conta-se que D. Pedro II era admirador da dança. Com o advento da república, os hábitos da realeza saíram de moda, exceto nos lugares mais distantes e rurais. As quadrilhas, então, só voltariam a ter destaque nos anos 1950, quando da migração em massa do interior para as cidades. Era uma dança, porém diferente: em vez dos elegantes nobres de outrora, os protagonistas eram agora os “matutos”. O homem interiorano, assim, com suas roupas e trejeitos, assumiu lugar central nas festas juninas, mas de forma estereotipada. Tido como ingênuo e puro de coração, o matuto representava a nostalgia e a idealização do passado daqueles que migraram para a cidade. Contudo, ninguém desejava manter aquela caricatura depois da festa - no fundo, o “matuto” era apenas o “bufão” da cidade (CHIANCA, 2009).

A literatura de cordel é uma das πLITERATURA DE CORDEL A literatura de

Segundo os historiadores, o repente tem suas origens nos trovadores (músicos e poetas) da Europa medieval e veio para o Brasil com a colonização portuguesa. Há uma grande proximidade entre o repente e a literatura de cordel – ocorre muitas vezes dos cantadores musicarem os versos dos romances. Quando em vez de viola se usam pandeiros, o repente é chamado de embolada e os artistas de emboladores (CARIRY, BARROSO, 1982; CARVALHO, 1994; KUNZ, 2001).

festas e danças

O Coco é uma dança típica das regiões litorânea e do sertão nordestinos. Os participantes, aos pares, brincam em rodas, realizando coreografias (com palmas e sapateados) conforme o ritmo da música e os comandos do "mestre cantador" (os dançantes usam tamancos, para imitar o barulho de cocos quebrando).

A Caninha Verde é uma dança vinda de Portugal (feita para celebrar a colheita do trigo) e tornou-se comum no litoral brasileiro. Os pares de dançantes ficam frente a frente, realizando uma marcação de passos, depois girando em torno de si e trocando de parceiro. O Teatro de Bonecos Cassimiros Cocos (Mamulengos) representa em tom cômico o cotidiano das pessoas. A Festa dos Caretas, muito comum em Jardim, teria origens europeias e ocorre na Semana Santa. As pessoas usam roupas coloridas e máscaras e acompanhados de músicos ficam a andar pelas ruas da cidade, pedindo algo ou apenas assustando os que estão passando.

Santo Antônio é o padroeiro de Barbalha. No dia do santo (13 de junho), a cidade promove uma tradicional festa onde o destaque é o "Pau-de-Santo Antônio". Uma árvore gigantesca, cortada na serra do Araripe, é transportada por uma multidão para o centro da cidade de Barbalha. Milhares de pessoas presenciam a procissão. Segundo a tradição, a mulher que pegar no tronco casará em menos de um ano!

Na procissão da Festa do Congo há música, danças e cantos, tendo como ponto alto a coroação de um rei e de uma rainha dos negros, coroação que, no passado, acontecia na escadaria de uma Igreja. A Festa do Congo, também chamada de Congada, era muito prestigiada na época da Colônia e do Império, com a presença, inclusive, de religiosos e os brancos das elites. Em algumas regiões do Ceará ainda temos a Festa de Congo, acontecendo especialmente no mês de outubro, que é dedicado a Nossa Senhora do Rosário.

Com origens africanas e portuguesas, há a Festa de Reis ou Folia de Reis. Atualmente já não é tão comemorada. Acontece no dia 6 de janeiro, quando as pessoas saem às ruas em cortejos de músicos, dançarino e cantores representando a chegada dos Reis Magos a Belém para levar presentes ao Menino Jesus. As pessoas se vestem com roupas elegantes e luxuosas e passam de porta em porta em busca de oferendas, que pode variar de um prato de comida a uma simples xícara de café (CARIRY, BARROSO, 1982; SERAINE, 1983; BARROSO, 2001; CHAVES, 2002).

MARACATU

Talvez seja o maracatu a mais tradicional manifestação artística de origem africana presente na cultura popular cearense. Todo ano, na época do carnaval, milhares de pessoas se misturam nas ruas de Fortaleza para ver os desfiles dos vários grupos de maracatu. É um evento belíssimo, que chama a atenção e emociona muita gente. O ritmo do maracatu cearense é lento e cadenciado. Os participantes usam roupas luxuosas e coloridas e muitos pintam o rosto de preto. Há vários personagens no cortejo, como porta-estandarte, baianas, índios, casal de pretos velhos, pajens e o rei e a rainha. A música do desfile é feita pelos batuqueiros e tiradores de loas, que cantam em homenagem aos orixás (divindades africanas) e figuras expressivas da cultura e da história da África e do Brasil (BARROSO, 2001; SILVA, 2002; CHAVES, 2002; CARVALHO, 2007; FORTALEZA, 2007; CRUZ, 2011; SOUZA, 2014).

Há muitas dúvidas sobre o nascimento do maracatu cearense, cujas origens remotam às festas dos negros das Irmandades do Rosário em Fortaleza e outras cidades do interior. Há registros já de grupos de Maracatus no final do século XIX. O maracatu chegou ao carnaval, desfilando oficialmente como agremiação carnavalesca, em 1937, através de um convite feito pelo então Rei Momo Ponce de Leon ao Maracatu Az de Ouro, fundado em 1936 por Raimundo Alves Feitosa, compositor e tirador de loas também conhecido como Raimundo Boca Aberta. A partir da década de 1950 surgiram outros grupos como Estrela Brilhante, Az de Espada e Leão Coroado, agremiações de grande destaque nos desfiles carnavalescos, contribuindo com a riqueza de seus cortejos para a consolidação do maracatu como uma das mais importantes expressões artísticas e culturais do povo cearense. A história do carnaval em Fortaleza registra um expressivo número de grupos, muitos deles extintos, como é o caso dos maracatus Rancho Alegre, Nação Africana, Rei de Espada, Rei dos Palmares, Nação Uirapuru, Nação Gengibre, Nação Verdes Mares e Rancho de Iracema. Atualmente, participam do carnaval de rua os maracatus Az de Ouro, Rei de Paus (fundado em 1960, com o nome de Ás de Paus), Vozes da África (fundado em 1980), Nação Baobab (fundado em 1995), Rei Zumbi (fundado em 2001), Nação Iracema (fundado em 2002), Kizomba (fundado em 2003) e Nação Fortaleza (fundado em 2004)a.

31.2 ARTES NO SÉCULO XX

No contexto da cultura erudita, mais elaborada (embora influenciando e sendo influenciada pela cultura popular), os movimentos e expoentes no século XX não foram poucos. Enumerar seus representantes na totalidade é quase impossível. Vejamos alguns.

Nos primórdios do século, o Ceará apresentou nomes destacados na literatura, a exemplo de Domingos Olímpio (Luzia-Homem, de 1903), Antônio Sales (Aves da Arribação, 1914), Rodolfo Teófilo (A Fome, 1890), Leonardo Mota (Cantadores, 1921) e Francisca

Clotilde (A Divorciada, 1902). Nos anos 1920 e 1930, o modernismo se difundiu pelo estado, incluindo figuras da estatura de Jáder de Carvalho e Rachel de Queiroz. Esta, ligada, na juventude, ao PCB e, posteriormente, ao trotskismo, mudou-se para o Rio de Janeiro, passando a atuar na imprensa carioca, o que foi importante para alavancar sua carreira literária - acabou, porém, se ligando aos conservadores (era amiga pessoal de Castello Branco e sua casa tornou-se o local de reunião dos golpistas de 1964) tornando-se a primeira mulher a entrar para a Academia Brasileira de Letras. Em 1952, foi lançado e teve o valor reconhecido, o livro Dona Guidinha do Poço, de Oliveira Paiva, falecido 40 anos antes.

Um dos ritmos musicais favoritos dos cearenses no começo do século XX era a modinha. Tal gênero musical “que chegou a Fortaleza após as intercessões entre ritmos portugueses, brasileiros e, em seguida, africanos, foi bastante difundida em todas as camadas sociais, desde comerciantes, intelectuais, ‘mocas de família’, até bêbados, prostitutas e donas de casa. A multiplicidade criada pelo gênero fomentou praticas musicais ligadas ao piano, cuja execução nos bailes era feita, em sua maioria, por senhoras e moças da elite e práticas musicais ligadas ao violão, cuja execução nas ruas, bares e prostíbulos era feita por boêmios (MARTINS, 2012:52). Assim, não surpreende a grande procura na cidade por aprender a tocar piano, especialmente por moças – era vista como uma condição de feminilidade. Em 1919 inaugurava-se o Conservatório de Musica Alberto Nepomuceno, instituição que se especializou na educação e formação de profissionais pianistas na cidade de Fortaleza. O fundador do Conservatório foi o violinista Henrique Jorge, o Sarazate Mirim da Padaria Espiritual.

Destacou-se igualmente o dramaturgo Carlos Câmara, fundador, em 1918, do Grêmio Dramático Familiar, que por 21 anos empolgaria o teatro de Fortaleza com suas peças documentando os costumes da cidade - não raras vezes as sessões ficavam completamente lotadas e os bondes tinham que circular em horário especial aos domingos, tal a dimensão do público. Câmara colocou em cena o “povinho das areias” e criticou, de modo “amolecado” a hipocrisia da sociedade, como na peça O Casamento de Peraldiana.

Já nas décadas de 40 e 50, reinou absoluto na literatura e nas

instituições culturais de Fortaleza, o grupo CLÃ (Clube Literário e Artístico), fundado em 1943, no contexto da II Guerra Mundial e da oposição à ditadura do Estado Novo (1937-45), e que possibilitou a consolidação do modernismo no estado. Reuniu nomes a exemplo de Fran Martins (o fundador do grupo), Antônio Martins Filho, Eduardo Campos, Antônio Girão Barroso, Moreira Campos, Mozart Soriano Aderaldo, Otacílio Colares, entre outros. Publicaram uma famosa revista (Revista Clã, com 29 números, num período de 45 anos, entre 1943/88), que abria suas páginas não só para literatura, mas também para as artes plásticas, teatro, etc. Aquele grupo teria papel decisivo na criação da Secretaria da Cultura do Estado, a primeira do Brasil, em 1966 – uma Secretaria de resultados pífios, diga-se, pelo mísero orçamento que recebia e pelas práticas clientelísticas de beneficiar um pequeno grupo intelectual próximo do poder.

O CLÃ teve na Scap (Sociedade Cearense de Artes Plásticas) seu correlato nas artes plásticas. Fundado em 1944 pelo dinâmico Mário Baratta, que reunia/aproximava pintores e intelectuais em sua casa/atelier, o Scap aglutinaria artistas como Antônio Bandeira, João Lázaro Figueiredo, Nilo de Brito Firmeza (o Estrigas), Maria Nice Firmeza, Heloísa Juçara, José Fernandes, Afonso Lopes, Zenon Barreto, Aldemir Martins, Jean Pierre Chabloz (suíço, famoso por ter feito os cartazes para a “Batalha da Borracha”), entre outros. Mas talvez o grande nome das artes plásticas cearenses na primeira metade do século XX tenha sido o sobralense Raimundo Cela, de largo prestígio no País e até no exterior. Destaque também para uma figura genial do começo do século e pouco lembrada muitas vezes: Raimundo Ramos Cotoco (ele nascera sem o braço direito), que além de pintor, foi desenhista, cartunista, poeta, cantor e compositor, ficando famoso pela ironia e sutileza em suas produções e pelo amor à boêmia e às mulheres...

Há ainda o talento de Sinhá D’Amora (neta de Fideralina Augusto Lima, famosa matriarca de Lavras da Mangabeira), também das mais importantes artistas plásticas do Ceará e com destaque igualmente nacional.

Lauro Maia foi um cearense de renome na música brasileira dos anos 1930/40, revelando-se um compositor versátil, eclético

produzindo peças da mais legítima MPB – foi autor de mais de 100 composições, nos mais variados ritmos, desde o balanceio, passando pelo samba, baião, miudinho, choro, liceira, valsa, xote e fox.

Em 1945, Humberto Teixeira, o "Doutor do Baião", iniciaria uma vitoriosa parceria com o pernambucano Luiz Gonzaga, consagrando o forró-baião como um dos ritmos de maior sucesso do Brasil. Entre 1950 e 1952, Humberto Teixeira foi eleito consecutivamente o melhor compositor nacional pela famosa Revista do Rádio. Seu sucesso gerou condições para ser eleito deputado federal em 1954 pelo Ceará – foi letrista de várias composições, como Assum Preto, Juazeiro e o clássico Asa Branca

Na década de 50, o Concretismo, movimento de vanguarda em vários campos artísticos, surgido em São Paulo, encontrou seguidores no Ceará, a exemplo de Antônio Girão Barroso, José Alcides Pinto (o "Poeta Maldito"), Pedro Henrique Saraiva Leão, Eusélio Oliveira (na literatura), J. Figueiredo, Estrigas e Zenon Barreto (na pintura).

Em 1957 surgia a Comédia Cearense, de B. de Paiva e Haroldo Serra, também de grande importância em nosso teatro, tornando-se o primeiro grupo semiprofissional do norte-nordeste do País. Na Comédia destacar-se-ia o nome do dramaturgo Eduardo Campos, que ao humor do grupo aliou a temática social em peças de sucesso como O Morro do Ouro e Rosa do Lagamar. O grupo mantinha uma boa ligação com o poder instituído – tanto que obtinha muitas verbas oficiais e chegou a assumir a direção do Theatro José de Alencar. Em 1961, criava-se o Curso de Arte Dramática da UFC, dando impulso à arte cênica na terra e fazendo surgir o Teatro Universitário (congregando alunos e professores do curso nas representações teatrais).

Para estimular as artes plásticas, após o encerramento das atividades da Scap em 1958, a UFC criou no ano de 1961 o Museu de Arte da Universidade do Ceará (MAUC), o qual, porém, não se dedicava apenas aos artistas locais. Para melhor atender a estes, foi criado em 1966 – pela recém-instalada Secretaria de Cultura do Estado – o Centro de Artes Visuais-Casa Raimundo Cela, com uma orientação mais mercantil, ou seja, de expor e negociar a produção dos artistas. Com isso, surgiria uma nova geração de artistas onde se

destacaram Descartes Gadelha, Aderson Medeiros, Zé Pinto, Hélio Rola, Sérgio Pinheiro, entre tantos.

Na década de 60 estouraria o fenômeno autodidata Chico da Silva (Francisco Domingos da Silva, nascido no Acre, em 1910), primitivista que obteve prestígio internacional. Morando no pobre bairro do Pirambu, Chico estimulou a chamada Escola do Pirambu, uma verdadeira fábrica de pintura, em que jovens imitavam a incomum pintura do artista. Chico faleceria em 1985, pobre e esquecido (COSTA, 1985; MONTEZUMA, 1990; AZEVEDO, 1991; FIRMEZA, 1992; COSTA, 1994; GALVÃO, 2000; BARROSO, 2001; CHAVES, 2002; MONTEIRO, 2002; MORAES, 2004; FIRMEZA, 2004; CARVALHO, 2007; FIRMEZA, 2012; MARTINS, 2012; FORTALEZA, 2013).

uentou alguns meses. No contato com a serra, começou a improvisar uns versos e a

De volta ao Ceará, produziu, entre 1930 e 1955, a maior parte de sua obra, sem grande reconhecimento, salvo o dos conterrâneos caririenses. Com grande capacidade criativa e memorização extraordinária, traduziu nos versos os sonhos, a luta, a esperança e o sofrimento dos sertanejos. Em 1959, largou a viola.

Versos seus seriam imortalizados por Luis Gonzaga em A Triste Partida. Fagner fez o mesmo com Vaca Estrela e Boi Fubá. Publicou vários livros, como o clássico Cante Lá Que Eu Canto Cá. Crítico social profundo, engajou-se nas lutas reformistas dos anos 1960 – colaborou mesmo nos jornais da UNE (União Nacional dos Estudantes). Com a Ditadura Militar, poemas de Patativa sobre a questão agrária valeram-lhe ameaça de prisão.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, Patativa defendeu a Anistia, a redemocratização do País, subindo em palanques pelas "Diretas Já". Virou um mito, capaz de emocionar multidões com seus versos "roceiros" e com talento reconhecido e até estudado no exterior, como na Universidade de Sorbonne (França). Por décadas, a história acadêmica da literatura cearense o ignorou. O poeta faleceria em 2002 (CARVALHO, 2000).

31.3 ARTE E DITADURA

A produção artística teria importância na conjuntura das lutas populares nos anos 1960 e mesmo de resistência à ditadura militar (1964-85).

Em 1963, foi fundado no Ceará, de maneira semelhante a de outros estados, o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, tendo como um dos organizadores Augusto Pontes, que se revelaria um dos mais polêmicos intelectuais cearenses do final do século XX. O CPC fazia uma cultura politicamente engajada – apresentava peças, fazia shows, enquetes, jograis, etc., tudo isso entremeado por discussões de problemas do povo, como o custo de vida, o ensino público,

reforma agrária. Com o golpe de 64, o CPC foi desmantelado (vários de seus dirigentes acabaram presos e/ou processados), mas a experiência daria margem para o surgimento de outros grupos culturais nos anos seguintes, como o Cactus (criado em 1965 por Cláudio Pereira, Iracema Melo, Olga Paiva, Petrúcio Maia e Rodger Rogério, que apresentava shows de protesto) e o Gruta (Grupo Universitário de Teatro e Arte).

A atuação do Gruta no movimento cultural cearense foi expressiva. No período correspondente aos anos 66 a 68 ele se direcionou basicamente para organização das chamadas "Caravanas da Cultura" e na realização dos festivais de música. Tais Caravanas dirigiam-se ao interior cearense (Sobral, Juazeiro, Barbalha, Crato), a estados e cidades vizinhos (Teresina, Natal, Mossoró) e até ao exterior (Argentina e Chile). A crítica exercida pelo Gruta fez com que algumas de suas peças fossem censuradas pela ditadura e uma apresentação em Barbalha, proibida.

Os ritmos nacionais das décadas de 50 e 60 (bossa nova, jovem guarda, tropicália, etc.) influenciavam os cantores e compositores cearenses, os quais apresentavam como principais espaços para divulgar seus trabalhos os festivais de músicas e os programas de auditório em rádios e televisão – em 1969, por exemplo, o estudante de medicina, natural de Sobral, Carlos Belchior, poeta-músico dos mais expressivos daquela geração, produzia um programa musical na TV Ceará-Canal 2 especialmente para a revelação de novos valores.

Em 1971, surgiram os festivais nordestinos da TV Tupi e o Festival Astra de Música Carnavalesca, que projetaram nomes locais como Rodger Rogério, Ednardo, Ricardo Bezerra, Petrúcio Maia, Belchior, Fagner, Lauro Benevides, Jorge Melo, Cirino, Luiz Fiúza, Ribamar, Pretextato Melo, Dedé, Branquinho, Sérgio Pinheiro e Manassés.

No geral, eram jovens de classe média, com formação universitária – muitos abandonaram o curso superior para seguir a carreira musical, numa época de grande preconceito contra artistas. Naquele início de década de 70, perante a censura, o autoritarismo e repressão da ditadura, a arte assumia uma forma de comunicar os pensamentos e as ações reprimidas. Era, de certo modo, uma forma de substituir a própria prática política.

Os talentosos artistas, não obstante, viram-se obrigados a deixar o estado para “alçar voos mais altos”, nacionais. Um dos primeiro a sair foi Belchior em 1971, ganhando um festival no Rio de Janeiro com a música Na hora do almoço, fato que teve repercussão na carreira do sobralense e abriu as portas do centro-sul para outros cearenses. Por essa época, Raimundo Fagner, natural de Orós e estudante de arquitetura em Brasília, teve canções premiadas em festivais; foi outro que, ao lado de Rodger Rogério, Teti, Cirino, Jorge Melo, tentou a sorte no sul do País, ainda em 1971. Ednardo, estudante de química e funcionário da Petrobras, dirigiu-se no ano seguinte. O maranguapense Manassés foi em 1973, passando depois a residir na Europa, alcançando sucesso.

Com dificuldades, esforço e apoio de artistas do centro-sul, os cearenses conseguiram firmar-se nacionalmente com propostas estético-musicais bem definidas – participavam de programas televisivos, faziam shows, gravavam lps. Formou-se o que se convencionou chamar de “Pessoal do Ceará”. Em 1972 surgiu a ideia de gravar um disco com todo o grupo de músicos cearenses emigrados, o clássico O Pessoal do Ceará, um verdadeiro marco musical (do qual Fagner e Belchior não participaram por estarem sob contrato com outras gravadoras).

Outros compositores cearenses tiveram também músicas gravadas por grandes nomes da MPB, a exemplo do criativo Fausto Nilo. Em 1976, a euforia musical expressa no sucesso obtido com o lançamento dos discos de Fagner, Belchior e Ednardo se estendeu até Fortaleza, com a realização do Festival da Costa do Sol, na Praia da Tabuba. No mesmo ano, a empresa jornalística O Povo patrocinou um festival (estendido até 1979) na Avenida Beira-Mar, que serviu de palco para a divulgação de uma nova safra de compositores que emergiam como Lúcio Ricardo, Calé Alencar, Chico Pio, Alano Freitas, Caio Graco, Vicente Lopes, Gracho Silva, Tarcísio Lopes e outros.

No final dos anos 1970, na conjuntura da mobilização pelo fim da ditadura, um grupo de atores chefiados por José Carlos e Oswald Barroso formou o Grupo Independente de Teatro Amador (GRITA) e passou a encenar peças de conteúdo político e social na periferia. O mesmo Barroso participaria ao lado de Rosemberg Cariri, Guaracy

Rodrigues, Luciano Maia, Stênio Diniz, Cândido B. C. Neto, Itamar do Mar, Abdoral Jamacaru, Luís Karimai, Raimundo Cavalcante e Marta Campos de um movimento literário crítico chamado Nação Cariri (o grupo era originário dessa região), o qual chegou a ter um jornal, depois transformado em revista, com publicação permanente durante sete anos. Rosemberg Cariri, escritor e cineasta, fundou em 1982, a Cariri Filmes e realizou vários curtas-metragens, gravando também discos de compositores populares cearenses como Patativa do Assaré, Cleivan Paiva, Ba Freire, entre outros.

Tivemos ainda o Saco revista literária alternativa, que chegou a ter algum espaço no sudeste, reunindo Coelho Raposo, Jackson Sampaio, Nilto Maciel e Carlos Emílio. E ainda a revista Siriará reunindo nomes como: Rogaciano Leite filho, Airton Monte, Adriano Espíndola, Batista de Lima. Havia os grupos ligados à Federação Estadual de Teatro Amador (FESTA), os artistas da CEARTE, reunindo músicos, literatos, pintores, etc., a exemplo de Virgílio Maia, César Barreto, Elmar Arruda, Audifax Rios e Majela Colares, os quais fundaram um jornal intitulado O Pão, em homenagem à Padaria Espiritual do século XIX.

Em 1979, os artistas cearenses resolveram promover um grande festival artístico. Com a produção de Ednardo e Augusto Pontes, realizou-se entre os dias 15 e 18 de março a Massafeira Livre, que reuniu no Theatro José de Alencar mais de duas centenas de artistas locais, numa verdadeira confraternização cultural.

A Massafeira Livre teve ainda teatro, artesanato, repente, embolada, pinturas, fotografias, desenhos, poesias, gravuras, danças, cinema etc.; um festival democrático, irreverente e irônico, aberto a quem quisesse participar – até artistas da Paraíba, Piauí e Pernambuco lá se apresentaram. A maioria dos artistas eram jovens, com seus cabelos black-power, boinas à Che Guevara e calças “boca de sino” – foi, como disseram muitos, o “Woodstock cearense” ou a “marmota do mormaço”. Compareceram também representantes da cultura interiorana, como Patativa do Assaré, a banda de Pífanos dos irmãos Anicetos e Cego Oliveira.

A Massafeira foi talvez o grande movimento cultural do Ceará contemporâneo e culminou com a gravação de um álbum duplo no Rio de Janeiro (lançado em Fortaleza em 1980) (SILVA, 1992;

PIMENTEL, 1994; BARROSO, 2001; CHAVES, 2002; CARVALHO, 2007; CASTRO, 2008; SOUSA, 2010; FORTALEZA, 2013).

O LP Massafeira é um dos clássicos da musica cearense

31.4 ARTE E MERCADO

Não se pode esquecer que durante a ditadura, sobretudo a partir do final dos anos 70, ocorreu um atrofiamento das culturas regionais,

em virtude da penetração dos meios de comunicação de massa, em especial da televisão, com o padrão de qualidade da Rede Globo. Esta, apoiando e contando com o apoio dos militares, buscou impor por todo o País um modelo "pasteurizado" de cultura/arte, de procedência estrangeira e/ou do centro-sul brasileiro. O sotaque, a dramaturgia, os músicos cearenses cada vez mais foram perdendo espaço para os enlatados. A produção artística tornou-se comercial, o que foi fatal para diversas manifestações culturais locais.

A solução encontrada por muitos artistas, então, a partir de meados da década de 80 foi adequar suas produções aos desejos do mercado, mesmo que para isso tivessem que abrir mão de princípios e reduzir a qualidade de suas obras.

Isso fica muito evidente quando se analisa o surgimento do forró eletrônico. As tradicionais sanfonas, triângulos e zabumbas foram substituídos por novos e pesados equipamentos, dançarinas com coreografias apelativas, cantores de talento, no mínimo, duvidoso e muitos efeitos de luz, laser, neon, gelo seco e outras parafernálias. A pasteurização do forró teve como um dos primeiros agentes o empresário Emanoel Gurgel com sua banda "Mastruz com Leite". Ao mesmo tempo, articulou-se todo um esquema de divulgação para massificar o ritmo e as bandas, usando emissoras de rádio (sobretudo FMs), casas de forró, revistas, lançamentos de discos, etc. Foi (e é) um sucesso estrondoso, embora com uma inegável perda da qualidade poética das letras (quando estas não são puramente apelativas) e uma padronização sonora. Passou até a apropriar-se de letras de outros estilos, a exemplo de lambadas, vanerão gaúcho, rock e até musicas estrangeiras. Apesar das críticas feitas, não se pode negar a importância do forró eletrônico como possibilidade de trabalho para músicos e divertimento para as camadas mais pobres da população.

Algo parecido aconteceu com o humor. O "Ceará Moleque" passou a ser visto como humor pelo humor, sem maiores preocupações (não raras vezes com tom apelativo e discriminatório contra homossexuais, empregadas domésticas, pobres, etc.) e feito apenas para divertir o público (composto por muitos turistas) que lota as casas de show. Difundiu-se pela mídia Brasil afora ainda mais o estereotipo do cearense como um "povo engraçado", que está o

tempo todo brincando e rindo... Também é um grande sucesso, daí os bordões que a população repete, os programas de televisão, as músicas, etc.

Essa mercantilização da produção artística coincidiu com o domínio do estado pela geração Cambeba. Os Governos das Mudanças não deram muita atenção à cultura, salvo na realização de grandes eventos ou construção de imensas obras que materializassem a modernidade, civilidade e competência do grupo empresarial dominante. Em outras palavras, o propósito principal era fazer propaganda dos governantes, colocando-os em evidência nacional e mesmo internacionalmente – não foi coincidência que dois publicitários chegaram a ser secretários de cultura (Augusto Pontes e Paulo Linhares).

Sintomático disso foi a encenação da ópera Dom Giovanni, de Mozart, durante o Governo Ciro Gomes, consumindo uma astronômica quantia de dinheiro, de efeito quase nenhum para as artes locais, pois não apresentava ligação alguma com a cultura cearense – e teve efeito contrário à imagem positiva que se esperava passar do estado, pois virou motivo de chacota para alguns jornais do sudeste...

Ganhou destaque as tentativas de criar um polo de cinema no estado (surgiu o Cine Ceará, a partir do "Festival Vídeo Mostra Fortaleza", organizado em 1991 pelos cineastas cearenses Eusélio Oliveira e Francis Vale) e a construção do Centro de Arte e Cultura Dragão do Mar (1998). Este passou a ser bem frequentado pelos fortalezenses (com destaque para as classes média e alta) e turistas, sobretudo, quando dos eventos gratuitos e como espaço de sociabilidade (local de passeio, de encontros, etc.). Por outro lado, o Dragão do Mar pouco contribuiu para o fomento da produção artística local (os artistas têm de pagar para exibir suas produções, para freqüentar cursos, etc.) e difusão da arte entre os segmentos populares – vários dos equipamentos como cinema, teatro, etc. são pagos, falta transporte ligando o Dragão à periferia e a própria monumentalidade do Centro assusta os mais humildes. Afora isso, há o problema de seu entorno, que passou a ficar cheio de bares, restaurantes, danceterias, etc. com imensa poluição visual e sonora, as quais acabam prejudicando as próprias atividades do Centro (BARROSO, 2001; CARVALHO, 2007; BEZERRA, 2009; FORTALEZA, 2013).

No começo da década de 80, apareceu em Fortaleza, entre a juventude carente da periferia e sob influência norte-americana, o Hip-Hop ("mexer", em inglês), movimento cultural envolvendo a dança Break ("quebrada"), a música Rap ("canto falado") e o Grafite (pinturas com fortes cores, símbolos e desenhos feitos em lugares públicos).

O Hip-Hop era muito próximo das esquerdas e do movimento estudantil e levaria em 1990 à fundação do Movimento Hip-Hop Organizado do Ceará (MH20-CE). Atuando na arte e na organização social popular, o Hip-Hop trouxe no seu bojo forte crítica social e a denúncia das contradições do capitalismo. Nas letras das músicas, os jovens denunciavam e abertamente nominavam as elites, os políticos, as empresas, as televisões, artistas, etc., responsáveis pela sociedade que criticavam.

Mais ou menos no começo dos anos 80, deu-se o aparecimento no Ceará de punks, jovens “sujos e desordeiros”, que objetivavam curtir e chocar a sociedade em bailes na periferia de Fortaleza. Ao som de Clash, Sex Pistols, Ramones e AC/DC, bandas punks internacionais, aqueles jovens entre 16 e 24 anos pulavam, berravam, saltavam e jogavam pernas e braços ao compasso das músicas, normalmente imitando guitarristas em seus gestos.

Tais grupos, pela crítica que faziam à sociedade de consumo, eram, em geral, ignorados pela grande mídia e associados preconceituosamente à marginalidade e à violência.

“O movimento anarco-punk, instrumentalizado com as ideias anarquistas assumem o repúdio a toda e qualquer forma de poder e autoridade. Entre os núcleos coletivos se destacam o Consciência Libertária (NCCL), Coletivo Anarquista de Fortaleza (C.A.F.), Ruptura e Lua” (GOMES, 2008 : 47) (DAMASCENO, 2004).

31.5 ORIGENS DO Futebol

O final do século XIX e o início do século XX ficaram conhecidos por belle époque, isto é, um período de domínio político, econômico e cultural da Europa, em especial de Inglaterra e França, sobre o mundo. Era um momento de expansão da Revolução Industrial e do capitalismo, levando as potências europeias a dominarem/ explorarem o resto do mundo, o que era feito, não raras vezes sob discursos civilizatórios e racistas. Deveria-se levar a modernidade, o progresso e a civilização aos demais povos, um fardo a ser carregado pelos homens brancos, afinal, com base em verdades científicas, os brancos seriam superiores, mais inteligentes e aptos que os mestiços, negros e indígenas da América, África e Ásia.

Neste contexto, as elites e segmentos médios do Brasil viam a Europa como referência de civilidade e progresso. Buscavam copiar o Velho Mundo na intenção de trazer o desenvolvimento ao Brasil ou mesmo ostentar as modas, hábitos e comportamentos europeus

como sinais que denotassem sua modernidade.

Não por acaso, era para a Europa que parte dos filhos das classes dominantes brasileiras iam, em geral, estudar. Ali, esses jovens acabaram entrando em contato com os jogos e competições físicas praticados nas escolas (especialmente inglesas) pela classe média e burguesia em ascensão. Aquelas práticas eram vistas como maneiras de controlar os impulsos da juventude, preparando as futuras lideranças do vasto império colonial britânico, propagando valores como disciplina, boa conduta, honestidades e cavalheirismo, entre outros.

Foi na belle époque, com a expansão do capitalismo pelo mundo, particularmente com o vasto poder econômico do Império Britânico, que o futebol se difundiria pelo globo (FRANZINI, 2009:109).

Tradicionalmente é dito que pelos pés daqueles jovens abastados teria chegado ao Brasil o football association, o qual, como concebemos hoje, nasceu na Inglaterra por volta da segunda metade do século XIX.

Se nacionalmente afirma-se que o futebol teria chegado ao país com Charles Miller, em 1894, no Ceará o "mito de fundação" é atribuído a José Silveira, jovem estudante na Suíça, que trouxera em 1904 a primeira bola para o estado, com um livrinho de regras. Teria ele, então, com outros moços cearenses de boa sociedade, organizado a 25 de dezembro daquele ano, no segundo plano do Passeio Público, a primeira partida envolvendo cearenses, contra uma equipe de ingleses, moradores em Fortaleza e de um navio ancorado em passagem para o sul. Não obstante, desde o ano anterior já se teria registro do jogo em Fortaleza – no ano de 1903, um navio britânico, levando um team para incursionar pelo sul do Brasil ou Argentina, teria ancorado na capital cearense, realizando os atletas uma exibição no segundo plano do Passeio Público.

Novos pesquisadores, porém, a exemplo de Rodrigo Pinto, estão mostrando que, antes dos fundadores oficiais, o football já era praticado no Brasil e no Ceará, respectivamente. Os memorialistas que escreveram sobre o futebol tenderam a associar o início do esporte a jogos envolvendo times ou pessoas abastadas, organização de campeonato, fundação de entidades desportivas, etc. Ora, o

futebol, como prática social, existia antes, com os chutes aleatórios e partidas de várzeas, fossem de elementos das elites ou populares. Sabe-se hoje que, antes de Miller, por exemplo, estudantes, marinheiros e empregados de companhias inglesas praticavam (os primeiros) jogos de futebol em internatos e pelas ruas e portos das cidades brasileiras.

Dessa forma, percebe-se que, pelo menos no que toque aos primeiros jogos e até certo momento, o futebol não foi tão elitista como costumeiramente se afirma – naquelas primeiras partidas encontrávamos jogando trabalhadores braçais, marujos, empregados de lojas inglesas, etc. Mesmo nos jogos dos rapazes de boa sociedade, é possível que populares fossem chamados para participar, pela quantidade pequena, no início, de adeptos do esporte. Isso, contudo, não invalida dizer, por outro lado, que os clubes depois surgidos apresentassem um caráter segregacionista de classe e etnia, conforme veremos adiante (MAIA, 1956; ALENCAR, 1972; AZEVEDO, 2002; PINTO, 2007; SAMPAIO, 2007; DAMASCENO, 2011; PINHEIRO, 2014; MAIA NETO, 2014; AZEVEDO, 2014).

Futebol no segundo plano do Passeio Público:

historiadores lançam novo olhar sobre as origens da modalidade no Ceará

31.6 POPULARIZAÇÃO DO FUTEBOL

Falar sobre os primórdios do futebol cearense não é fácil. As informações são precárias e, não raras vezes, contraditórias. As notícias acerca da prática do futebol no começo do século XX estão em curtas notas registradas em jornais, os quais, obviamente, não davam muita atenção ao jogo como acontece hoje. Para complicar, muitos jornais cearenses do período foram destruídos ou encontram-se em péssimo estado de conservação. As associações desportivas pouco se preocuparam com registros, mesmo porque o esporte de inicio tinha uma função bem mais de lazer e sociabilidade do que efetivamente de disputa e conquista – veja-se, por exemplo, que muitos times abandonavam as competições em curso[167] e a atual Federação Cearense funcionou durante anos sem um simples estatuto[168].

Após um hiato entre 1906 e 1912, sobre o qual escasseiam informações (embora se saiba que o esporte fosse bem praticado em escolas como o Liceu e Castelo, e nas ruas da capital, onde surgiam times como os rivais da 24 de Maio e Barão do Rio Branco). A prática do esporte bretão teria se difundido de vez entre a população. Relaciona-se tal propagação tradicionalmente à chegada da Europa e do centro-sul brasileiro de um grupo de estudantes apaixonados pelo futebol, os quais estimularam e possibilitaram a fundação de várias equipes: English Team, Stella Foot-Ball, Rio Negro Foot-Ball Club, Hesperia Atlético Clube, Maranguape Foot-Ball Club (daquela cidade), Fortaleza Sporting Club, American Foot-Ball Club e o Rio Branco Foot-Ball Club (depois chamado Ceará Sporting Club). Acreditamos que não apenas a chegada desses sportsmen de boa sociedade explique a referida expansão. Não se pode desconsiderar o aumento de simpatizantes e adeptos do futebol entre as camadas mais pobres.

Na verdade, o futebol tornou-se em pouco também paixão da massa, praticado por pobres, negros, mulatos, caboclos. Esta massa assistia aos jogos das elites e marinheiros/viajantes/empregados estrangeiros com curiosidade, e vendo as emoções que as partidas provocavam, passou a disputar suas próprias partidas nas fábricas, várzeas e subúrbios. As regras do jogo eram poucas e simples – qualquer pessoa, inclusive os indivíduos de segmentos pobres e não alfabetizados, poderia facilmente praticar o futebol. O campo podia ser o meio da rua, os terrenos baldios,os quintais... Bastava arranjar ou fabricar uma bola de borracha, pano ou de meia (uma vez que as bolas de couro n.º5 tinham um valor inacessível à maioria dos brasileiros); as traves seriam dois pedaços de madeira ou pedras ou quengas de coco. Constituíam-se as partidas, da mesma forma que para os setores abastados, em momentos de sociabilidade e congregação: lazer, contato com amigos, chance de papear, tomar umas cachaças, etc. Em breve surgiram os times populares, os quais organizaram suas próprias ligas e associações seguindo o modelo dos times "aristocráticos" – exemplo foi o Olímpico Foot-Ball Club, fundado em 1919 e quase todo formado por trabalhadores da Rede de Viação Cearense (RVC), ou seja, uma equipe de operários da estrada de ferro bem anterior ao conhecido Ferroviário (de 1933).

Assim, num tempo curtíssimo o foot- ball se expandiu, alastrando-se como uma "praga". As crianças, curiosamente, foram um dos grupos que mais incentivaram inconscientemente a popularização do futebol, por vezes "atazanado" e rompendo a ordem e civilidade desejadas pelos adultos (jogando bola no meio da rua, quebrando vidraças, acertando boladas ou impedindo a passagem dos transeuntes), outras vezes despertando a atenção das pessoas para as animadas partidas. De qualquer forma, assim, formaram-se gerações aficionadas ao esporte (MAIA, 1956; AZEVEDO, 2002; PINTO, 2007; PINTO, 2007; PINHEIRO, 2014; MAIA NETO, 2014).

31.7 A COR NA BOLA

Aquela "democratização" do futebol incomodou certos elementos

das elites. Incomodava que o football, imaginado como uma atividade física que mostrava o requinte, a modernidade e a civilidade dos praticantes, estivesse sendo jogado agora “por qualquer um”, ou seja, por gente que não tinha a fleugma e o cavalheirismo dos “verdadeiros” sportsmen. Os pobres, negros, mulatos, mestiços com seus campos improvisados, “bolas de meias”, trancos, pontapés, vaias, gritarias, palavrões, etc. estavam colocando em risco o caráter de “modernidade e superioridade social” que os jovens das classes dominantes acreditavam caracterizar o futebol.

Afora isso, não era apropriado que “jovens brancos, de boas famílias” estivessem no mesmo ambiente/campo ao lado de “pretos, desclassificados, vagabundos e ladrões”. O encontro de diferentes classes dentro dos campos e em condições de igualdade devido às regras do jogo era como um suplício para os setores dominantes de uma sociedade marcada pela hierarquia, pelas trocas de favores e favorecimentos pessoais e, sobretudo, por um forte ranço racista (há apenas algumas décadas havia acabado a escravidão no Brasil). Os negros eram vistos negativamente pelos setores dominantes brancos – imperava o pensamento de que se necessitava acabar com o “problema” da negritude para a prosperidade do Brasil. Assim, não agradava às classes dominantes a popularização do esporte, pois este estava sendo “contaminado por um mal que se buscava extirpar”.

Se era complicado impedir a popularização e consequente vulgarização do futebol, os setores abastados voltaram-se para selecionar os sportsmen com quem disputariam as matches, evitando, então, o contato com “aqueles indesejados”. Por tal razão, no Brasil, o futebol “oficial” teve de início todo um caráter racista e de classe. Os primeiros times, clubes e ligas brasileiras – e cearenses – eram associações fechadas às quais apenas tinham acesso grupo sociais restritos, compostos por famílias brancas das classes dominante e média. Via de regra, não se admitiam pobres, negros e mestiços.

Com o aumento do número de equipes e jogadores, decidiu-se criar em 1915, sob a presidência interina de Alcides Santos a Liga Metropolitana Cearense de Foot-ball, semelhantes a outras que

surgiam Brasil afora. Os cronistas que escreveram sobre o futebol cearense informam que a criação dessa associação vinculou-se à necessidade de "melhor organizar o futebol local", pois, com a falta de campos (os jogos passaram a ser realizados nas praças, a exemplo da Clóvis Beviláqua) havia muitas brigas e discussões, com times que marcavam jogos para um campo na mesma hora em que outro também tinha marcado – caberia à Liga organizar e promover os jogos entre os clubes.[169]

Existia, não obstante, a nosso ver, outra razão para a instituição da Liga de Futebol, a citada questão classista e racial: os jovens de boa posição não desejavam se "misturar" com elementos da "ralé" e "pretos", com o "povinho das areias", como eram então tratados preconceituosamente os segmentos populares. Prova disso é que no primeiro campeonato da Liga, de 1915, apesar da grande quantidade de times, só participaram quatro equipes, todas de "bons moços" (Ceará, Maranguape, Rio Negro e Stella). Resolveu-se também providenciar (em 1912) um local mais apropriado para a prática do "esporte bretão", sendo alugado o chamado Campo do Prado (Stadium Sport Cearense), no Benfica. Nesse campo, privado, portanto, não poderiam obviamente jogar os atletas e times populares, que também organizaram suas associações em resposta – os times da Liga Metropolitana eram proibidos até de jogar amistosamente com as equipes não-filiadas, tal a segregação social, étnica e esportiva (PINTO, 2007).

A busca de distinção e hierarquização na criação da Liga é revelada por Frederico Maia: (...) ficando os demais [times] na segunda divisão (MAIA, 1954; 19). Ou seja, haveria uma divisão para "preservar" os times "principais", aqueles dos jovens abastados, e uma segunda divisão, um campeonato distinto e disputado por times e pessoas de "menor expressão".

Conforme o historiador Rodrigo Pinto, a persistente proliferação de times e ligas populares, entretanto, continuava a preocupar e incomodar profundamente os sportsmen - o futebol cada vez mais tornava-se popular, como se percebe nas eufóricas comemorações ocorridas no Brasil quando o scratch nacional foi campeão sul-americano de futebol pela primeira vez no Rio de Janeiro em 1919. Os sportsmen cearenses, então, seguiram uma tendência dominantes

em outros estados brasileiros: transformar sua Liga em uma associação desportiva, ou seja, uma entidade que controlasse não só o football, mas outras modalidades esportivas também (no início do século XX, o turfe era bem popular, por exemplo). Na verdade, com tal medida, os dirigentes dos clubes futebolísticos tradicionais das elites/classes médias tomavam para si o controle do esporte, protegendo seus interesses e relegando os times populares a uma posição secundária.

Assim, em 1920 - exatamente no ano seguinte à conquista do campeonato sul-americano de futebol pela seleção brasileira -, sob o pretexto de "melhor organizar e legalizar o futebol local" com a filiação dos sportsmen cearenses à Confederação Brasileira de Desportos (CBD, do Rio de Janeiro, entidade que buscava então congregar os praticantes do "esporte bretão" por todo o País), as equipes abastadas locais (Ceará, Bangu, Fortaleza e Guarani – as mesmas equipes que disputaram o campeonato de 1919) fundaram formalmente a Associação Desportiva Cearense (ADC). Aquelas equipes comporiam a primeira divisão, cujo campeonato "continuava a ser o principal e mais importante", enquanto os times e ligas populares da periferia foram postos à margem, numa clara exclusão não só desportiva, mas igualmente social.

Em outras palavras, fundar a ADC era uma forma de fechar ainda mais o círculo tradicional de praticantes de football, "organizando-o" conforme a condição social e racial e o ideal de "civilidade" que os setores dominantes tanto exaltavam. Para os jogadores da classe dominante, o futebol principal era aquele por eles praticado. Os jogos das camadas populares eram "inferiores", bem de acordo com a cor da pele e condição social da "ralé".

É tão evidente a questão da segregação sociorracial e do pouco apego à questão da "organização e legalidade", os pretextos, como vimos, usados para criação da ADC, que esta funcionou entre 1920 e 1936 sem nenhum estatuto, apenas mediante os interesses daqueles que a comandavam. Obviamente que esse intuito das classes dominantes em "afastar pessoas indesejadas" através da criação de divisões sociais rígidas e perfeitas era uma ingenuidade.

O futebol não só continuaria a se tornar ainda mais popular como em pouco passaram a se destacar jogadores de origem modesta com

extraordinária habilidade, a ponto de serem chamados a jogar nos times tradicionais, conforme veremos adiante. Até mesmo algumas equipes da periferia passaram a ser aceitas na "divisão oficial", a exemplo do Flamengo, o Leão do Subúrbio (AZEVEDO: 2002: 26), e o Cotuba, com um quadro de jogadores humildes, desconhecidos na sua quase totalidade, na sua maioria operários e rapazes de cor (ALENCAR, 1972: 70) filiados à ADC em 1923. O futebol cada vez mais ganhava o coração e os pés dos cearenses, deixando de ser privilégio de alguns e transformando-se num esporte praticado por diversos grupos sociais (MAIA, 1956; ALENCAR, 1972; AZEVEDO, 2002; PINTO, 2007; DAMASCENO, 2011).

31.8 O "AMADORISMO MARROM"

Antes da construção do Campo do Prado, havia no local um vasto terreno pertencente à famosa empresa de importação/exportação Bóris Frères, o qual foi comprado por Alcides Santos para a construção de um jóquei clube e de um campo de futebol. Depois, a propriedade do Prado foi transferida para o Estado – o campo localizava-se na atual Avenida 13 de Maio, esquina com Marechal Deodoro (exatamente no fim da antiga linha do bonde do Prado), área onde encontram-se as instalações do Instituto Técnico Federal e do Estádio Presidente Vargas.

No Prado, igualmente, realizavam-se corridas de cavalo – havia uma pista de equitação circundando-o. Daí imagine-se as condições dos jogos. Não existia grama, mas, sim, barro batido. Antes das partidas, comumente aguava-se o campo para diminuir a poeira e não incomodar atletas e público. Nos primeiros anos, uma corda era posta em torno do campo para "demarcar" o quadrilátero – apenas em 1927, numa reforma, foram erguidos uma cerca de madeira, para separar torcedores e "campo", e um pequeno lance de arquibancada de madeira igualmente. Mais externamente, o Prado era rodeado por estacas de madeira e arame farpado, bastante vulnerável às investidas e penetração de quem não desejasse pagar ingresso (embora nos primórdios não fossem estes cobrados), de modo que ninguém fora dessa cerca protetora poderia assistir as pelejas, salvo os que subissem em árvores ou tivessem boa visão...

Com o número crescente de populares praticando football, não tardaram a surgir os primeiros craques "de cor". A isso não ficaram indiferentes os times "oficiais", diante do aumento das rivalidades entre as equipes e do desejo de ganhar os jogos.

Se muitos sportsmen torciam os nariz para aqueles "pobretões e pretos" e acreditavam que a miscigenação racial e a inserção de pessoas de camadas subalternas "deturpariam" o football association, outros não, e começaram a colocá-los nos torneios e campeonatos, lhes pagando em dinheiro por vitória e triunfos obtidos (esta é a origem do que hoje é chamado "bicho") ou arranjando empregos no comércio, lojas e fábricas que surgiam nas cidades. Veja que para os pobres, jogar virara um "bico" e uma forma de manter contato com as elites e, talvez, obter alguma vantagem no meio social, a exemplo de proteção ou um trabalho melhor. Dessa forma, no final de 1910 e, sobretudo, nos anos 20, passou a imperar no futebol brasileiro, no lugar do amadorismo elitista (em que os ricos praticavam o esporte só por prazer e para melhorar o físico e a raça), o chamado "amadorismo marrom", na prática, um semiprofissionalismo (CARACAS, 2002; PINTO, 2007;

SAMPAIO, 2007; CÂMARA, RIBEIRO, 2011).

31.9 UM EVENTO SOCIAL “CIVILIZADO”

Como vimos, em pouco tempo o esporte bretão difundiu-se pelas cidades do País, praticado pelas camadas populares e dominantes. De início, era um jogar por jogar, ou seja, praticava-se o futebol por puro divertimento, sem maiores preocupações com triunfos e conquistas – veja como os atletas estão relaxados nas primeiras fotos dos times, bem diferente da postura de guerreiros que se observa nas fotografias dos clubes profissionais dos anos 1930, para quem a vitória tornou-se o objetivo principal. O amadorismo explica também o porquê da rara mudança de jogadores de um clube para outro, em virtude da simpatia e idealismo, embora acontecessem, como por exemplo, Humberto Ribeiro, que atuou no Ceará, Maranguape e no Fortaleza. Por aquela razão entende-se igualmente o motivo dos jogadores não terem posição fixa muitas vezes – o goleiro Rolinha, do Fortaleza, por exemplo, bicampeão em 1926 e 1927, ganhou o tri em 1928 atuando como zagueiro.

Um aspecto importante acerca da origem dos clubes cearenses ligados aos setores abastados é a pouca idade dos fundadores, conforme chama a atenção Alberto Damasceno. Gotardo, um dos jogadores/fundadores do Ceará Sporting Club/Rio Branco, nascera em 1901 e tinha apenas 13 anos quando da fundação da agremiação. Meton era de 1897 e tinha 17 anos. O goleiro Aldo, que tinha à época 1,58m, era o mais baixo do time e tinha 15 anos. Entre 13 e 17 anos se situavam eles (DAMASCENO, 2011: 42). Essa “pouca idade” mostra como a juventude foi importante na popularização do esporte e ratifica como o football apresentava de início todo um aspecto lúdico, de lazer, do esporte pelo esporte, sem maiores preocupações com conquistas (o que não significa que os sportsmen não desejassem alcançar o triunfo).

Para as classes dominantes, afora o lazer e a chance de “aperfeiçoar o físico e a raça”, o football tinha um significado de modernidade,

afinal, praticava-se um esporte nascido no modelo de civilização europeia – não é à toa que muitos times tinham nomes estrangeiros e se usavam expressões em inglês em campo, a exemplo de goal (gol), match (partida), forward (atacante), referee (árbitro), etc.

Constituía-se também uma celebração social das elites, como se estivessem promovendo uma festa ou um encontro social. Nas arquibancadas dos precaríssimos primeiros estádios do Brasil, o público comparecia de terno, colete, chapéu e até bengala. Compareciam igualmente várias mulheres, perfumadas, de elegantes vestidos e artísticos chapéus, com delicadas sombrinhas a protegê-las dos raios do sol. Educadas para conter as emoções e serem bem-comportadas, as mulheres costumavam torcer em suas mãos lencinhos de algodão, daí uma das versões para a origem da palavra“torcedor”.. Não em raras oportunidades, antes, nos intervalos ou após o final dos matches, os footballers confraternizavam-se, bebendo uísque, conhaque ou cerveja. O cronista Edgar de Alencar revela-nos que nas ocasiões dos jogos promovidos no Passeio Público, os jogadores cearenses, antes de descerem para o segundo plano, ficavam a beber e conversar no Café do Amarílio. Muitos rapazes aproveitavam até para conhecer e paquerar as moças as quais assistiam às partidas, do que resultaram vários relacionamentos e até casamentos (ALENCAR, 1972).

No campo, os jogadores exibiam-se impecavelmente uniformizados: camisa com as cores do clube, calções compridos (abaixo dos joelhos), chuteiras limpas, bola de couro, em geral materiais importados da Europa a preços altíssimos. Em nosso estado, entretanto, havia limites a esse requinte. Pelas fotos disponíveis dos times dos anos 1910, nota-se claramente que os uniformes não apresentavam uma padronização, pois a confecção das camisas era doméstica, devendo cada boleiro preocupar-se com a sua, visto que faltavam maiores recursos para importar os materiais da Europa, situação agravada ainda com as dificuldades de comercializar com o Velho Mundo durante a I Guerra Mundial (1914-18). Há indícios de que uma das dificuldades do futebol local de prosperar na primeira década do século XX foi a falta de bolas oficiais, pois a única existente furara! Apenas no final dos anos 1910 e nos anos 1920 surgiram as primeiras lojas que venderiam material esportivo na cidade, material esse importado do centro-sul[170].

Conforme a moda da época, alguns jovens apresentavam vastos bigodes. Chegavam mesmo a se desculpar quando cometiam faltas, com um I'm sorry, no mais puro sotaque inglês. Para se ter ideia do clima cavalheiresco, na final do campeonato cearense de 1920, o Guarany (de Fortaleza e no qual atuaram o depois banqueiro João de Frota Gentil e o futuro historiador, Raimundo Girão) presenteou o Fortaleza com um buquê de flores. Os uniformes, a princípio, não tinham numeração; nas traves inexistiam redes e os juízes eram jogadores, dirigentes ou simpatizantes de outro time que não estava atuando. Muitos sportsmen usavam toucas para cabecear as duras bolas de couro (que ostentavam a cor marrom até a metade do século XX) e/ou esconder cabelos crespos (MAIA, 1956; ALENCAR, 1972; AZEVEDO, 2002; PINTO, 2007; SAMPAIO, 2007; DAMASCENO, 2011; PINHEIRO, 2014; MAIA NETO, 2014).

31.10 A FRAGILIDADE DAS EQUIPES

O futebol brasileiro ganhou outras feições já a partir dos anos 1920 – maior participação de populares (nisso foi importante a equipe do Vasco da Gama, que sagrou-se campeã no Rio de Janeiro em 1923, com um time composto por jogadores remunerados e de origem humilde, negros, mestiços)), aumento do "amadorismo marrom" e discussões sobre a necessidade de adotar o profissionalismo e melhor organizar as entidades e clubes. Assim, em 1922, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD – antecessora da atual CBF, Confederação Brasileira de Futebol) criou o primeiro campeonato brasileiro (experimental) de abrangência nacional, o Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais, do qual a Seleção Cearense passou a participar a partir de 1924. Tal torneio apresentava grande importância, aguçando rivalidades regionais ainda hoje existentes (por exemplo, entre Ceará, Bahia e Pernambuco).

Na década de 20, o futebol cearense igualmente sofreu mudanças – pelas fotos dos times da época, percebe-se claramente a presença de jogadores mestiços e negros, evidenciando a já referida

democratização e o “amadorismo marrom” do esporte. Há vários registros pelos cronistas de semiprofissionalismo nos clubes dessa época, os quais faziam contratações de atletas até em outros estados.

O historiador Raimundo Girão, em seu livro de memórias, deixa bem claro o descontentamento com a semiprofissionalização do esporte: Até o citado ano de 1922 distinguia-se o futebol cearense pelo mais saudável amadorismo. Para nós era um divertimento, a prática espiritual de exercícios do corpo, sem outro fim que nos deleitarmos e proporcionarmos ao que assistiam às nossas exibições um deleite também. Não se lucrava em dinheiro ou outra vantagem material; antes, tirava-se do bolso para manter o clube e comprar a roupa típica de uso no gramado. Ninguém era objeto de negócio, comprado ou vendido, nem se vinculava ao seu time senão pela simpatia e idealismo. Passar o jogador de um clube para outro seria um escândalo. Foi nesse ano que vieram para o nosso estado os primeiros profissionais (antes, Alcides Santos havia trazido um do Recife – Nelsinho – para o Fortaleza, empregando-o em sua firma de comércio). O Ceará Sporting recebeu alguns do Pará, e o Guarany, um do Maranhão e dois do Piauí. Desfigurava-se o amadorismo e arrefecia o calor com que se ia ao Campo do Prado (GIRÃO, 1984: 130).

Não obstante, o processo parecia irreversível. Mesmo relutando, os times oficiais, na ânsia de vencer, objetivo final do futebol, não tinham como ignorar mais os atletas e clubes populares. Informa Edgar de Alencar que no começo da década de 20 aconteciam transformações dos times: (...) que perdiam suas características de grã-finagem mas ganhavam em técnica e força com jogadores de condição social humilde e alguma cor. Era, sem dúvida, a definitiva proletarização do futebol da terra. Cessava o predomínio da elite, dos moços de família na formação dos clubes. Alguns se afastaram das competições pela idade, por imposições de família ou conveniência pessoais. Outros teimariam e não se importariam da mescla com as camadas mais populares. (...) O aparecimento do Cotuba F. Clube é sem dúvida a marca definitiva da socialização do futebol cearense. Os operários, os caboclos, a gente humilde dos areais entravam de sola nas competições principais (...). Já agora não apenas os rapazes da melhor linhagem familiar, não somente os

alunos de colégios jogavam futebol. (ALENCAR, 1972: 70).

Vale ressaltar que o processo de popularização e identificação das massas com os times tradicionais, das elites, nos anos 1920 e 1930, foi favorecido pela introdução de negros, mulatos e brancos pobres, oriundos dos subúrbios e bairros operários. Aí estaria possivelmente a origem da empatia da massa com o Ceará Sporting Club, tido como o time do povo, ao contrário do Fortaleza Esporte Clube, visto como um time de elites, que preferia o amadorismo e, por conseguinte, distância em relação aos setores mais pobres da população, embora tenhamos informações que o clube também usou algum semiprofissionalismo e jogadores negros neste período (ALENCAR, 1972; GIRÃO, 1984; PINTO, 2007).

Vários times surgiam e desapareciam na penumbra do esporte bretão, e se fortaleciam as rivalidades, sobretudo, entre Ceará, Maguary (o Clube dos Príncipes, fundado em 1924 e tido como o mais elitista) e Fortaleza – havendo já violências, como se deu num jogo de 1923, quando jogadores de Ceará e Fortaleza se desentenderam em campo, numa grande confusão que deixou atônita a torcida.

A vinda de equipes de outros estados, especialmente de Pernambuco, para fazer excursões (na época dizia-se “temporadas”) acirrava ainda mais as rivalidades locais e regionais e endossavam a paixão pelo esporte bretão. Essas “temporadas” atraiam grande atenção, merecendo cobertura especial dos jornais e dando bons públicos e rendas, daí porque não raras vezes o campeonato local era interrompido para os amistosos interestaduais.

Os times cearenses, porém, nem de longe conseguiam se estruturar como os clubes do centro-sul brasileiro ou mesmo os de Pernambuco e Bahia. Ali, encontramos clubes sociais que abraçaram o futebol ou equipes que foram estruturadas pelas classes dominantes locais, o que não se verificou no Ceará (a exceção do Maguary).

Nirez diz que no ano de 1940 foi pedida, pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD), uma relação dos times filiados à Federação Cearense de Futebol, com seus bens patrimoniais relacionados, figurando nessa relação apenas cadeiras, mesas e

taças (AZEVEDO, 2002: 62). Os clubes cearenses, a princípio, não tinham sede fixa. Em geral, alugavam casas ou salas para o funcionamento da administração e parte burocrática – os atletas treinavam em locais vários, concentrando-se nas vésperas dos jogos em pensões no centro da capital.

Pelo exposto, fica fácil perceber que tínhamos times sem estrutura alguma praticamente. E por que disso? Um traço que se aprende quando se estuda História do Ceará é a fragilidade política e econômica das elites locais, muito debéis se comparadas a outras do país. Dessa maneira, como não tinham grandes recursos financeiros, tais elites – apesar das doações que deram e ainda dão – não puderam constituir os times como clubes verdadeiramente estruturados, a exemplo dos de Pernambuco e Bahia.

Consolidado o futebol como grande paixão popular nos anos 1930/40, a fragilidade dos clubes teria outras implicações ao longo das décadas. Se os times não apresentavam estruturas mais sólidas, dependiam das doações de abnegados, fossem estes figuras apaixonadas pelas cores clubísticas e/ou de indivíduos com interesses outros, em particular políticos ou elementos com pretensões políticas, que viam no futebol uma forma de tornar seus nomes populares e capitalizar votos. O propósito de tornarem-se conhecidos do público igualmente era o objetivo de muitos profissionais ao servirem aos clubes como médicos, advogados, etc.– os benefícios para tais profissionais em suas áreas de atuação eram óbvios.

Ironicamente, os gastos de supetão, sem planejamentos das consequências a médio e longo prazo, feitos pelos abnegados no afã de obter títulos e derrotar os rivais implicavam em pesado ônus para os clubes, endividando-os ao extremo, atrasando salários de funcionários e atletas, não quitando dívidas com fornecedores, etc. Isso criou um círculo vicioso: endividados e sem planejamento, os times não podiam se estruturar, e como não se estruturavam, dependiam cada vez mais dos tais abnegados, que ao gastarem desordenadamente, agravam ainda mais a debilidade das agremiações esportivas... (MAIA, 1956; ALENCAR, 1972; GIRÃO, 1984; AZEVEDO, 2002; PINTO, 2007; SAMPAIO, 2007; DAMASCENO, 2011).

31.11. FUTEBOL E POLÍTICA

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, houve algumas mudanças no Brasil. O Estado passou a estar cada vez mais presente na sociedade e se fortaleceu o nacionalismo. A isso o futebol não escapou. Como diz o historador inglês Eric Hobsbawm, o esporte é um meio privilegiado de difusão e reforço de sentimentos nacionalistas, uma vez que permite a identificação fácil, imediata e rápida entre os atletas da nação e seus torcedores. O futebol era perfeito para endossar a identidade nacional – "ser brasileiro era gostar de futebol", daí a expressão ainda hoje usada por muitos do Brasil como o "país do Futebol".

Num momento de crise mundial como os anos 30 (depressão, desemprego, avanço do nazifascismo e do socialismo, guerras, etc.), o futebol visto como importante para o governo (especialmente durante a ditadura do Estado Novo – 1937/45) na intenção de unir a Pátria. Além disso, Getúlio via no futebol uma estratégia para ampliar a base social do regime, entenda-se, de aproximar-se das massas, proporcioando distrações e lazer à crescente população urbana, aliviando as tensões sociais e buscando legitimar-se no governo, afinal, chegara ao poder num golpe, em 1930. Havia ainda outros interesses do Estado em dar atenção ao futebol, a exemplo de endossar a colaboração de classes, dentro do ideário corporativista getulista, e mostrar o Brasil como uma nação em que existia uma unidade das raças, coesas e colaborando para o progresso do país (na prática, tratava-se de escamotear o racismo). Como veremos adiante, foi durante a era Vargas que o futebol profissionalizou-se definitivamente no Brasil, permitindo a ascensão social de negros e pobres. Assim, o futebol servia para mostrar um país em que pobres e ricos atuavam no mesmo espaço em igualdade de condições e uma nação que não tinha mais preconceitos, pois os negros estavam tendo as mesmas oportunidades que os brancos...

Em 1941, o governo Vargas fundou o Conselho Nacional de Desportos (CND), subordinado ao Ministério da Saúde, Educação e

Cultura, e possuidor de jurisdição sobre as entidades e federações de esportes do país – daí por que, para se adaptar ao novo contexto, a Associação Desportiva Cearense transformou-se em Federação Cearense de Desportos (FCD) naquele ano. Outro exemplo, agora local, da importância do futebol para o governo foi a criação de um estádio mais apropriado para a prática esportiva em Fortaleza. No mesmo ano de 1941 inaugurou-se o Estádio Getúlio Vargas (rebatizado após a queda do ditador em 1945 como Estádio Municipal e chamado de Presidente Vargas ou apenas PV com o retorno do "Pai dos Pobres" ao poder nos anos 50), com instalações supermodernas, verdadeiro orgulho da cidade de Fortaleza. O PV era murado, tinha arquibancadas de madeira, iluminação noturna, uma cerca (também de madeira) separando o campo das torcidas e – a grande maravilha – um gramado!

Mais um exemplo da relação entre política e futebol está na ascensão do Ferroviário, time fundado por operários da RVC e, depois, "assumido" por Valdemar Cabral (diretor da Rede de Viação), passando a receber o apoio da empresa. Até então um "time de subúrbio", o Ferroviário começou a atuar na divisão principal do futebol local em 1938 – não por acaso, início do Estado Novo (1937-45). O Ferroviário ilustrava bem as estratégias do futebol para o getulismo, que o tinha como um esporte que estimulava a identidade nacional e mostrava a colaboração entre patrões, empregados e governo pelo bem da Pátria. Assim, dentro da lógica e da propaganda estadonovista, era interessante que times operários participassem de competições oficiais de futebol, evidenciando o trabalhador honesto, disciplinado, atuando lado a lado com outros estratos sociais nas mesmas condições, sem discriminações de classe ou cor (CARACAS, 2002; PINTO, 2007; SAMPAIO, 2007; CÂMARA, RIBEIRO, 2011; PINHEIRO, 2014).

31.12 FUTEBOL PROFISSIONAL

Outra grande alteração do período Vargas foi a profissionalização definitiva do futebol, o que, sem dúvida, representou uma

extraordinária forma de ascensão social num país socialmente injusto como o Brasil, assegurando a um expressivo número de discriminados e menos favorecidos (negros, mulatos, brancos pobres) um trabalho remunerado e com gratificação legalizada.

A popularização ainda maior do antigo esporte bretão, o acirramento das rivalidades entre os clubes e a necessidade imperiosa da vitória obrigavam as equipes a atrair os melhores jogadores para seus elencos. Com isso, praticamente todos os clubes passaram a ofertar dinheiros e vantagens aos jogadores que viessem defender suas cores ("amadorismo marrom"). Muitos jogadores passaram mesmo a jogar em clubes estrangeiros, atraídos pelos salários. A essência e virtudes do futebol amador desmoronavam diante da realidade. Após várias acirradas discussões e oposição dos que defendiam o amadorismo (ou seja, um futebol apenas para brancos e ricos), a profissionalização no Rio de Janeiro e em São Paulo deu-se em 1933 e, no estado do Ceará, em 1939.

Para os jogadores, a profissionalização não era apenas uma questão de escolha. Era necessidade mesmo. O esporte permitiria sobrevivência imediata e, talvez, a possibilidade de ascensão social para muitas pessoas que não tinham oportunidade de trabalho ou de instrução, numa sociedade excludente e racista. O jogo virava um trabalho e com ele muita gente iria sustentar suas famílias e ter uma vida melhor.

O futebol, assim, tornou-se um esporte majoritariamente praticado por negros e mestiços, pobres e agora remunerados, sumindo o clássico jogador amador das elites. Os elementos das classes dominantes e médias, por sua vez, foram se recolhendo à administração dos clubes, nascendo daí os famosos "cartolas".

No caso local, a necessidade da profissionalização foi impulsionada também por temporadas aqui realizada em 1938 pelos times do Palestra Itália (atual Palmeiras-SP) e do Bahia (BA) – times já profissionalizados, o que lhes dava melhor padrão técnico (os atletas, ao receberem salários, poderiam se dedicar mais à atividade futebolística). As equipes paulista e baiana aplicaram sonoras goleadas nos times cearenses, convencendo-os de que a profissionalização seria uma solução para formar equipes mais fortes e competitivas.

Não se pode negar ainda uma contribuição do time do Ferroviário para a implementação do profissionalismo no estado. Tal contribuição tem a ver com as relações que aquela equipe mantinha com RVC (Rede de Viação Cearense, responsável pelo transporte ferroviário no estado). Uma das formas do Ferroviário conseguir bons atletas era oferecendo a estes um emprego com bom salário naquela respeitável empresa estatal. Isso era um atrativo excepcional, sobretudo, quando se observava o contexto de dificuldades que apresentava uma mão de obra desqualificada para conseguir trabalho (na RVC existiam, inclusive, escolas para ensinar ofícios aos jogadores) e da baixa remuneração paga pelos times aos boleiros.

Embora também mantivesse atletas profissionais, como no caso de Joaquim Mamede e o zagueiro Popó (Antônio Firmino da Silva) tido como "o primeiro jogador profissional do Ceará", percebe-se que a prática geral do Ferroviário era ainda o semiprofissionalismo (o "amadorismo marrom"), mas que foi fundamental para o profissionalismo do futebol local à proporção que obrigava os demais clubes, os quais não apresentavam empresas com tanto prestígio e vantagens como a RVC, a pagarem salários para atrair e manter jogadores – o citado Popó, por exemplo, acabou contratado em seguida pelo Maguary, pois o Ferroviário não tinha como honrar o salário acertado de 500 mil réis mensais. É verdade, por outro lado, que tais times igualmente tinham atletas semiprofissionais, empregados pelos dirigentes em suas empresas e comércios.

Se muitos concordavam e aceitavam a profissionalização, outros não abriam mão do amadorismo. O Fortaleza, por ter resistido, antes de igualmente abraçar completamente o profissionalismo no ano de 1941, acabou perdendo vários de seus jogadores para outras equipes e amargou campanhas pífias em 1939-40. Rodrigo Pinto diz que a questão do profissionalismo teria deixado o elitista Maguary numa situação difícil – após perder o título cearense de 1945 para o Ferroviário, o Clube dos Príncipes teve que fazer uma escolha decisiva: ou se rendia ao profissionalismo ou fechava o departamento de futebol. Para os sportmen, que ainda acreditavam na pureza do amadorismo como propósito do football, a segunda opção foi a saída...

Vale ressaltar, como diz o historiador Caio Morais Pinheiro, que mesmo após 1939, continuou existindo jogadores em regimes de amadorismo no futebol cearense ao lado do profissionalismo, um sinal claro da resistência dos clubes tradicionais. Apenas em 1945 o amadorismo seria completamente extinto na divisão principal do futebol local. “Na medida em que [com a profissionalização] os resultados e a qualidade técnica dos jogadores melhoraram, outras críticas começaram a surgir, principalmente no que diz respeito ao valor alto que se pagava aos jogadores, ao exagero nas trocas entre os clubes, (...) a conduta os jogadores profissionais dentro e fora de campo [e] a invasão de jogadores provenientes de outros estados (...)” (PINHEIRO, 2014: 104). (CARACAS, 2002; AZEVEDO, 2002; PINTO, 2007).

31.13 FUTEBOL PARA EMPRESAS E OPERÁRIOS

A garantia de emprego aos atletas do Ferroviário na Rede de Viação Cearense iria durar até o final dos anos 1950, quando ela, juntamente com outras empresas ferroviárias estaduais, foram fundidas numa só, com a denominação de Rffsa (Rede Ferroviária Federal S.A., precisamente em 1957), controlada pelo governo federal. Entretanto, a ligação entre Ferroviário e Rvc/Rffsa perduraria até os anos 1990, quando a empresa foi privatizada. Vários dos dirigentes continuaram a vir da estatal. O time recebia uma grande ajuda financeira da empresa: os funcionários desta tinham descontados dos vencimentos um percentual destinado ao clube, o qual, assim, contava com um orçamento garantido para sustentar-se e até promover contrações.

A existência de “clubes-operários” como o Ferroviário não era tão excepcional assim no país, porém, fruto da já mencionada popularização do football e expansão do capitalismo. Há igualmente os conhecidos casos do Bangu, no Rio de Janeiro (1904), Juventus, em São Paulo (1924) e, mesmo no Ceará, a partir da década de 30,

do Tramways (fundado também em 1933, ligado a The Ceará Tramways Light, empresa inglesa fornecedora de eletricidade, bondes e ônibus da capital – seria o primeiro time de origem operária campeão estadual, em 1940), Nacional (de 1942, time dos funcionários dos Correios) e Usina Ceará (de 1949, vinculado à Fábrica Siqueira Gurgel).

A princípio, os dirigentes das empresas concebiam o futebol apenas como uma estratégia de boas relações com os trabalhadores, dando-lhe um lazer disciplinado para descontrair e motivá-los a produzir. Depois, o patronato passou a enxergar no esporte bretão maneira de divulgar as firmas e suas marcas. A presença de operários nos times e as vitórias obtidas ajudavam a criar toda uma imagem positiva das empresas, atraindo mesmo consumidores.

Já os empregados viam de forma oposta a participação num "clube-operário": constituía-se uma tática para afastar-se ou suavizar o estafante mundo do trabalho e até mesmo obter alguns privilégios dentro da relação trabalho/capital - afora gozar da amizade das pessoas da elite e autoridades e obter reconhecimento social. Atesta a historiografia do futebol brasileiro que, em decorrência dos resultados obtidos, geralmente os "jogadores-operários" conseguiam nas empresas certas regalias e facilidades, como horários flexíveis, serviços mais leves, etc., na intenção de se dedicarem às atividades esportivas. Eram nitidamente protegidos pela diretoria, podendo de maneira mais fácil obter promoções, melhores salários ou, no mínimo, a garantia da permanência no emprego. Formavam, assim, uma verdadeira "elite operária". Os jogadores do Ferroviário tinham tais "regalias" – eram comumente liberados da labuta para treinar, privavam da amizade do dirigente e um dos fundadores do time Valdemar Cabral, chegavam a ser liberados do trabalho nas vésperas das partidas, etc (PINTO, 2007; GOMES, 2013; PINHEIRO, 2014).

Nos anos 30, com a definitiva massificação do futebol no Brasil, a imprensa passou a dar maiores espaços ao esporte (antes, escasseavam as matérias sobre o "esporte bretão", falando-se apenas sobre os times "oficiais" e tradicionais). Tanto para os jornais como para as emissoras de rádio, aproximar-se do jogo significava obter mais leitores/ouvintes e obviamente conseguir mais anunciantes e

lucros. Por outro lado, a atenção da imprensa ao esporte servia ainda mais para difundir a legião de apaixonados pelo futebol. Na era Vargas o broadcasting (como se chamava então a radiofusão) surgia como grande veículo de comunicação e entretenimento. Diz Eduardo Campos que a primeira transmissão de futebol no estado, ocorrida em 1939, foi inusitada: um dos funcionários da PRE-9, Rui Costa Souza, ficou no campo do Prado assistindo ao jogo e pelo telefone relatava todos os lances para o "locutor oficial" José Cabral de Araújo, no estúdio – ante a maestria do speaker (locutor), os ouvintes sequer desconfiaram do truque (CAMPOS, 1984; MAIA NETO, 2014).

engenheiro baiano, chegou a Fortaleza por motivos de trabalho apenas em 1950, de modo que sua obra baseia-se em pesquisas de jornais e relatos de desportistas.

170 O citado Edgar de Alencar, afirma: O material esportivo já era encontrável nas lojas de João Nery e Zuca Acioli, as duas únicas vendedoras de artigos e roupas de esporte e banho de mar. Havia alguns aficionados que mandavam buscar esses artigos em São Paulo e no Rio (ALENCAR, 1972: 65).

Referências

ABREU, Capistrano de. Caminhos antigos e povoamentos. São Paulo: Xerox do Brasil; Rio de Janeiro: Câmera Brasileira do Livro, 1996.

ABREU JÚNIOR, Pedro Itamar. Praia do Futuro: formas de apropriação do espaço urbano. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio-Ambiente/UFC, 2005.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Reestruturação industrial: o caso Ceará. Fortaleza: NUDOC, 1990.

_____. Ceará e o dilema desenvolvimentista brasileiro http://seer.uece.br/?journal=politicaspublicasesociedade&page=article&op=view&path%5B%5D=239

A Confederação do Equador: manuscritos. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará/ Arquivo Público do Estado do Ceará, 2005.

ACCIOLI, Socorro. Frei Tito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

ADERALDO, Mozart Soriano. História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada. Fortaleza: Casa de José de Alencar;

UFC, 1998.

A face excludente do governo Ciro Gomes. Fortaleza: IMOPEC/ ADUFC, 1994.

AGASSIZ, Luis e AGASSIZ, Elisabeth. Viagem ao Brasil: 1865-1866. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2000.

AGUIAR, Cristina Fernandes Moreira. Representação política no Poder Legislativo cearense: a influência dos padres no Período Monárquico. In Revista Ameríndia [on line]. 2010, v.8, n.1.

AGUIAR, Priscylla Lima de. Controle social na gestão de Manuel Cordeiro Neto na Secretaria de Polícia e Segurança Publica-CE (1935-1941). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2014.

ALBUQUERQUE, Cláudia. Adolfo Caminha. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. Seara indígena: deslocamentos e dimensões identitárias. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2002.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN/ Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALEGRE, Maria Sylvia. Vaqueiros, agricultores, artesãos: origens do trabalho livre no Ceará colonial. In: Revista de Ciências Sociais. Vol. 20/21, nº. 1/2. Fortaleza: UFC, 1989/90.

_____. Fontes inéditas para a História indígena no Ceará. Fortaleza: UFC/NEPS, 1992.

_____. Comissão das Borboletas. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003.

ALENCAR, Edgar de. Fortaleza de ontem e anteontem. Fortaleza: Edições UFC, 1972.

ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará. Fortaleza: Tese de Doutorado em Sociologia/UFC, 2006.

ALENCAR, Maria Emília da Silva. À sombra da palavra: a oligarquia acciolina e a imprensa (1896-1912). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2008.

ALMEIDA, Humberto Marinho de. Práticas espaciais, gestão seletiva e o desenvolvimento territorial no Ceará. http:// www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT20-33.pdf

ALMEIDA, Luciana Andrade de. A Estrella: Francisca Clotilde e literatura feminina em revista no Ceará (1906-21). Fortaleza: Museu

do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ALMEIDA, Maria Iselda Rocha. A História industrial de óleos vegetais no Ceará. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Stylus Comunicações, 1989.

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. Barão de Studart. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

ALMEIDA, Nilton Melo. Os ferroviários na cartografia de Fortaleza: rebeldes pelos caminhos de ferro. Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2009.

AMARAL, Liana Viana. O Legionário. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Sociologia/UFC, 1995.

AMORIM, Josafá Terto de (Org.). O Siará na rota dos holandeses. http://www.bookess.com/read/14473-osiara-na-rota-dos-neerlandeses/

AMORA, Zenilde Baima. Aspectos históricos da industrialização no Ceará. In: Souza, Simone (org.). História do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1989.

ANSELMO, Otacílio. A Revolução de 30 no Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária Federal do Ceará, 1970.

ANDRADE, Francisco Ari. Luzes e sombras na educação: o aciolismo e a criação da Faculdade Livre de Direito do Ceará (1903-1912). Fortaleza: INESP, 2008.

ANDRADE, Lauro Ruiz de. Bumba Meu Boi e outros temas. Fortaleza: Edições UFC, 1985.

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem do Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANDRADE, João Mendes. A oligarquia Acciolina. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFP, 1986.

ALENCAR, Gustavo Magno Barbosa. Pelas tramas da política: a constituição do Partido Liberal moderado na província do Ceará (1830-37). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2014.

ARARIPE, Tristão de Alencar. História da Província do Ceará. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1958.

ARARIPE, José Caminha Alencar. Gente da gente. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

_____. A Igreja e o controle político, moral e ideológico da sociedade cearense. Fortaleza: UECE, 1987.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. A trajetória da indústria têxtil no Ceará. Fortaleza: Edições UFC/Stylus Comunicações, 1989.

_____. O Fiar e o tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará. Fortaleza: Sinditêxtil, 2002.

ARAGÃO, Raimundo Batista. História da Maçonaria no Ceará. Fortaleza: IOCE, 1987.

_____. Ceará: revoluções. Fortaleza: E.A., 2001.

ARARIPE, J. C. Alencar, o padre rebelde. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1995.

ARAÚJO, Ariadne. Bárbara de Alencar. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

ARAÚJO, Fátima. Pedro Bela: ocupando espaços na luta por um teto. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2002.

ARAÚJO, F. Sadoc de. Padre Ibiapina: peregrino da caridade. Fortaleza: Gráfica Tribuna do Ceará, 1995.

ARAÚJO, Erick Assis de. Nos labirintos da cidade: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007.

ARAÚJO, Maria do Carmo R. A participação do Ceará na Confederação do Equador. In; SOUSA, Simone (org.) História do Ceará. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ Fundação Demócrito Rocha, 1989.

ARAUJO, Maria Helena de. Desigualdade e pobreza no Ceará: o caso do Projeto São José. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFC, 2003.

ARAUJO, Nancy Gonçalves de. A industrialização no Ceará: breves considerações. Boletim Goiano de Geografia Goiânia - Goiás - Brasil v. 27 n. 2 p. 97-114 jan. / jun. 2007.

ARAÚJO, Raimundo Alves. Família e poder: a construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UECE, 2011.

_____. SILVEIRA, Edvanir Maia de. A cidade e a seca: o campo de concentração de 1932 e as transformações urbanas em Ipu. http:// www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/93/121

ARAUJO, Reginaldo Alves de. Quando a ordem chegou ao sertão: as relações entre o estado imperial e as elites da região do Acaraú – Ceará (1834 – 1846). Fortaleza: Dissertação de Mestrado/UECE, 2012.

ARRUDA, João. Canudos: messianismo e conflito social. Fortaleza: Edições UFC/SECULT, 1993.

ASSIS JUNIOR, Heitor de. Ciência e arte nas pinturas de José dos Reis Carvalho. In: I Simpósio de Pesquisa em Ensino e História de Ciências da Terra, 2007, Campinas, 2007. v. 1. p. 321-325.

ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. Escravidão e liberdade em Fortaleza, Ceará (século XIX). Salvador: Tese de Doutorado em História/ UFBA, 2009.

AZEVEDO, Kátia. Mutirão. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). Cronologia ilustrada de Fortaleza. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

_____. O balanceio de Lauro Maia. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1991.

AZEVEDO, Nirez de. História do campeonato cearense de futebol. Fortaleza: Equatorial Produções, 2002.

AZEVEDO, Otacílio. Fortaleza descalça. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1992.

AZEVEDO, Pedro Mapurunga. Assim se construiu o campeão. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2014.

AZEVEDO, Sânzio. Aspecto da literatura cearense. Fortaleza: Edições UFC/Academia Cearense de Letras, 1982.

AZEVEDO, Stênio. O Ceará na Segunda Grande Guerra. Fortaleza: ABC, 1998.

BANDEIRA, Robson Torres. SILVA NETA. Maria Enésia da. Virgílio x Tasso: o mudancismo no Ceará. http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos_2008/33.pdf

BARBALHO, Alexandre. Relações entre Estado e cultura no Brasil. Ijui: Ed. Unijui, 1998.

_____. Cultura e imprensa alternativa. Fortaleza: Editora da UECE, 2000.

_____. Os modernos e os tradicionais: cultura política no Ceará Contemporâneo. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.12, n.22, p.27-42, 2007. P 27- 42.

BARBOSA, Arnoldo Parente Leite. Planejamento governamental. Aspectos teóricos e uma análise das experiências mundial, brasileira e cearense. Rio de Janeiro: monografia em Administração/FGV, 1986.

BARBOSA, Carlos Henrique Moura. A cidade das máscaras: carnavais na Fortaleza das décadas de 1920 e 1930. Fortaleza: Dissertação de Mestrado, 2007.

BARBOSA, Edmilson. Joaquim Pimenta. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

BARBOSA, José Policarpo de Araújo. História da saúde pública ao Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

BARREIRA, César. Pistolagem e política: a morte por encomenda. In: Revista de Ciências Sociais. Vol. 20/21, n. 1/2. Fortaleza: Edições UFC, 1989/90.

_____. Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. Jan-Mar, p. 77-86, 2004.

_____. Os pactos na cena política cearense: passado e presente. In: HEREDIA, Beatriz Maria Alasia (Org.). Continuidades e rupturas na política cearense. Fortaleza: UFC/FUNCAP/CNPQ-Pronex, 2008.

BARREIRA, Dolor. História da literatura cearense. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1986 (edição fac-similar).

BARREIRA, Irlys Alencar Firmo. O reverso das vitrines. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

_____. Sob o signo da contramão. Fortaleza: UFC/NEPS, 1992.

_____. Pensamento, palavras e obras: as bases de legitimação do governo Tasso Jereissati. In: HEREDIA, Beatriz Maria Alasia (Org.). Continuidades e rupturas na política cearense. Fortaleza: UFC/ FUNCAP/CNPQ-Pronex, 2008.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade Barretto. Tapebas, Tapebanos e Pernas-de-Pau: etnogênese como processo social e luta simbólica. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História/UFRJ, 1993.

BARROS, Francisco Blaudes Sousa. Japuara: um relato das entranhas do conflito. In:___; CIOCCARI, Marta (Org.). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

BARROS, José Góes de Campos. A Ordem dos penitentes. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1937.

BARROS, Luciana Ximenes. Nas trilhas de um guerreiro. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2011.

BARROS, Luiz Teixeira de. A Revolução de 1817 no Ceará. Recife: Tradição, 1944.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. A Terra da Mãe de Deus. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL, 1988.

_____. A derradeira gesta: Lampião e nazarenos guerreando no sertão. Rio de Janeiro: MAUAD, 2007.

BARROS, Karla Torquato dos Anjos. “A varíola ficou morando na capital”: ideias e práticas médicas representadas mediante manifestação da doença em Fortaleza (1891-1901). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UECE, 2011.

BARROS, Paulo Sérgio. Confrontos invisíveis. São Paulo: Annablume; Fortaleza; Secult, 2002.

BARROSO, Gustavo. À margem da História do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BARROSO, José Parsifal. Uma História da política do Ceará. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1984.

BARROSO, Francisco de Andrade. Igrejas do Ceará. Fortaleza: E.A., 1997.

BARROSO, Oswald. O Ceará em imagens e sons. Fortaleza: Centro Dragão do Mar, 2001.

_____. Tristão Araripe. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

BARTOLOMEU, Floro. Juazeiro e o Pe. Cícero. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. Assim na morte como na vida. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. Abraço através do Atlântico: cartas entre Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

BELMINO, Sílvia Helena; CARVALHO, Alissa Cendi Vale de. A Fortaleza da Copa do Mundo: o legado como ferramenta de legitimação do megaevento esportivo https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2014v11n2p390

BENEVIDES, Mário Henrique Castro. A política das falas e o tempo das imagens: narrativas governamentais do Ceará (2010-2012). Fortaleza: Tese de Doutorado em Sociologia/UFC, 2014.

BERNAL, Cleide. Especulação imobiliária e turismo no Ceará. In http://www.cdvhs.org.br/sispub/image-data/1893/sits/files/ESPECULACAO%20IMOBILIARIA%20E%20TURISMO%20NO%20CE.pdf, Págs. 8 e 9.

_____. A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004.

_____. Centro de Fortaleza: reabilitação urbana para quem? In http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/109.

BERNARDINO, Amós. Padeiros-educadores: coisas que o tempo levou (1875-1900). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/ UFC, 2005.

BESERRA, Bernadete Ramos. Clientelismo e modernidade. Fortaleza: UFC/NEPS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1994.

BEZERRA, Antônio. Algumas origens do Ceará. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1918.

BEZERRA, Glícia Maria Ponte. Greve do voto: a antipolítica nas eleições municipais de 2004 em Fortaleza. Natal: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais/UFRN, 2007.

BEZERRA, Roselane. O Bairro Praia de Iracema entre o "adeus" e a "boemia": usos e abusos num espaço urbano. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

BEZERRA, Viviane Prado. A cidade de Sobral no contexto da Ditadura Militar no Ceará (1963-70). Revista Homem, Espaço e Tempo. Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú/UVA. Ano II, número 1, março de 2008.

BITTENCOURT, Circe. Dicionário de datas da História do Brasil. São Paulo: Contexto, 2007.

BÓIA, Wilson. Associações literárias de Fortaleza. Fortaleza:

Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

BRAGA, Elza Franco e Barreira, Irlys Firmo. A Política da escassez. Fortaleza. Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1991.

BRAGA. Francisco Victor Pereira. Uma militância de combate e um verbo de fogo: Pedro Augusto Motta, associativismo, imprensa e ideias libertárias no Ceará (1918-1923).http:// www.ce.anpuh.org/1342391872_ARQUIVO_ArtigoEncontroEstadualdeHisto

BRAGA, Renato. Um capítulo esquecido da economia pastoril. In Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1947.

BRAGA, Renato. História da Comissão Científica de Exploração. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

BRAGA NETO, Aristides. O Diário do Nordeste sobre a Administração Popular de Fortaleza: palavras de oposição. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UECE, 2011.

BRASIL, João Pompeu de Sousa. Sobral: tentativa de interpretação histórica de sua ação polarizadora sobre a região. In: Revista de Ciências Sociais, vol. III, n. 2. Fortaleza: UFC, 1971.

BRASIL, Maria Glaucíria Mota. A segurança pública no “Governo das Mudanças”: moralização, modernização e participação. São Paulo: Tese de Doutorado em Serviço Social/PUC, 2000.

BRÍGIDO, João. A Fortaleza em 1810. Fortaleza: Edições UFC/ Prefeitura de Fortaleza, 1979.

_____. Ceará: homens e fatos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

BRILHANTE, Matilde de Lima. Um passado em traços: charge e a produção de sentido sobre a Administração Popular‖ de Fortaleza (1985-1988). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2011.

BRITO, Edson Machado de. Clevelândia do Norte (Oiapoque): tensões sociais e desterro na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/clevelacc82ndia-do-norte-oiapoque-tensocc83es-sociais-e-desterro-na-fronteira-do-brasil-com-a-guiana-francesa.pdf

BRITO, Jorge. Diário do Governo do Ceará: origens da imprensa e da tipografia cearenses. Fortaleza: Secretaria de Cultura/Museu do Ceará, 2006.

BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca. A rebelião de Joaquim Pinto Madeira: fatores políticos e sociais. Dissertação de Mestrado em História/UFSC, 1979.

BRUNO, Artur. Farias, Airton de. Andrade, Demétrio. Os pecados capitais do Cambeba. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2002.

CÂMARA, Ciro, RIBEIRO, Cláudio. PV: biografia de uma paixão. Fortaleza; Fundação Demócrito Rocha/ Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2011.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. Correspondência do Senador Pompeu. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1960.

_____. Fatos e documentos do Ceará provincial. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1970.

CAMPOS, Eduardo. Revelações da condição de vida dos cativos do Ceará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.

_____. 50 anos de Ceará Rádio Club. Fortaleza: e. a., 1984.

_____. O inventário do cotidiano. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1996.

_____. TV Ceará: a fábrica de sonhos. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1999.

_____. Edson Queiroz. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2006.

CAMPOS, Nivalda Aparecida. A grande seca de 1979-83. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais/UFSCar, 2004.

CANALITO, Jorge. LEME, Paulinho. Rádio FM: em Fortaleza é outra coisa. Fortaleza; Premius Editora, 2007.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Trem da seca. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

CARACAS, Valdemar Cabral. Alguma memória. Fortaleza: Edição Própria, 2002.

CARDOSO, Gleudson Passos. Padaria Espiritual. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

_____. Literatura, Imprensa e Política (1873-1904). In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). Fortaleza: História e cotidiano. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

_____. Passos. Bardos da canalha, quaresma de desalentos: Produção literária de trabalhadores em Fortaleza na Primeira República. Tese de Doutorado em História/UFF, 2009.

CARNEIRO, Ana. Retrato da repressão política no campo (1964-85). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

CASTRO, José Liberal. Fatores de localização e expansão da cidade de Fortaleza. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977.

CAVALCANTE, Francisca Hisllya Bandeira. “O Brasil é o Ceará”: as notas de viagem de Freire Alemão e Capanema e suas impressões sobre o Ceará (1859-1861). http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/FRANCISCA%20HISLLYA%20BANDEIRA%20CAVALCANTE.pdf

CAVALCANTE, Luciana. Dragão do Mar. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

CAVALCANTE, Peregrina Fátima Capelo. Matadores de gente. Como se faz um pistoleiro. São Paulo: Annablume, 2002.

CARVALHO, Jader de. Antologia de João Brígido. Fortaleza: Editora Terra de Sol, 1969.

CARVALHO, Jáder. Aldeota. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2003.

CARVALHO, Keane Barroso. Territórios produtivos: estudos geográficos do I Distrito Industrial do Ceará. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Geografia/UECE, 2009.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (Org.). Voto rural e movimentos sociais no campo. Fortaleza: NEPS, 1990.

_____. Transição democrática brasileira e padrão publicitário da política. Campinas: Pontes; Fortaleza: UFC, 1999.

_____. A produção da política em campanhas eleitorais. Campinas-SP: Pontes, 2003.

_____. O retorno da competitividade na disputa pelo governo do Ceará em 2002. Revista de Ciências Sociais /UFC, volume 35, número 1. 2004.

_____. Fronteiras simbólicas borradas na transição de ciclos políticos: a campanha para o governo do Ceará em 2006. http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/838/1/2008_art_RVACARVALHO.pdf

CARIRY, Rosemberg, e BARROSO, Oswald. Cultura insubmissa. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.

CARVALHO, Gilmar de. Publicidade em cordel o mote do consumo. São Paulo: Maltese, 1994.

_____. Patativa do Assaré. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

_____. (Org.). Bonito para chover. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

_____. Anotações para uma História cultural do Ceará. Anuário do Ceará, v. 2007, p. 567-610, 2007.

_____. A televisão no Ceará. Fortaleza: OMNI Editora, 2004.

CASTRO, Wagner. No tom da canção cearense: do rádio e tv, dos lares e bares na era dos festivais. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. Olhar para além das efemérides: ser liberto na província do Ceará. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História/PUC, 2005.

CAVALCANTE, Luciana. Dragão do Mar. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. João Hippolyto de Azevedo e Sá: espírito da reforma rducacional de 1922 no Ceará. Fortaleza: EUF, 2000.

CEARAH Periferia (Org.). Violência, lutas e memórias: história de vida de lideranças comunitárias em Fortaleza. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

Cenários de uma política contemporânea. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1999.

CHANDLER, Billy Jaynes. Os escravistas renitentes em Milagres. In: Revista do Instituto do Ceará, Tomo LXXX, 1966.

_____. Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Fortaleza: Edições UFC, 1980.

_____. Lampião, o rei dos cangaceiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CHAVES, Gilmar (Org.). Ceará de corpo e alma. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

CHAVES, Luciano Gutemberg Bonfim. Entre o Evangelho e a revolução: ações educativas realizadas na cidade de Cratéus-CE, no período entre 1964 e 1971, sob a orientação de Dom Antônio Batista Fragoso. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Educação/ UFC, 2008.

CHIANCA, Luciana. Chama que não se apaga. Revista de História da Biblioteca Nacional. São Paulo: Biblioteca Nacional, nº 45, 2009.

CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-471420130002&lng=pt&nrm=iso

Comissão Nacional da Verdade – Relatório Final http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv

CORDEIRO, Celeste. Antigos e modernos. São Paulo: Annablume, 1997.

CORDEIRO, Domingos Sávio de Almeida. Um beato líder: narrativas memoráveis do Caldeirão. Fortaleza: Imprensa Universitária; UFC, 2004.

CORDEIRO, José. Os Índios no Siará, massacre e resistência. Fortaleza: E. A., 1989.

CORDEIRO, Leandro Luiz. Legião Cearense do Trabalho: pensamento e a práxis política de Severino Sombra http:// www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/614_trabalho.pdf

CONRAD, Robert. Os últimos Anos da escravatura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CORTEZ, Ana Isabel Parente. Os caminhos sertão à dentro: vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII. Revista Latino-Americana de História,Vol. 2, nº. 8 – Outubro de 2013

COSTA, Elisa Maria Lopes. O povo cigano e o degredo: contributo povoador para o Brasil Colônia. http://periodicos.unb.br/ index.php/textos/article/viewFile/5875/4856

COSTA, João Paulo Peixoto Costa De arco, flecha, e surrão: O índio do Ceará na Revolução Pernambucana de 1817. Documentos, Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza, 2008, n 5, p. 125136, 2008.

_____. A disciplina nos sertões: Manuel Ignácio de Sampaio e um projeto de civilização no Ceará. In http:// www.revistahistoria.com.br/edicao-2011/disciplina

_____. Disciplina e invenção: civilização e cotidiano indígena no Ceará (1812-1820). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFPI, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 1999.

COSTA, Lustosa da. Sobral do meu tempo. Brasília: Senado Federal, 1982.

_____. O Senador dos Bois. Sobral: Edições UVA, 2000.

_____. Clero, nobreza e povo de Sobral. Fortaleza: ABC Editora, 2004.

COSTA, Marcelo (Org.). Teatro na Terra da Luz. Fortaleza: Edições UFC, 1985.

_____. Carlos Câmara. Fortaleza: Secult, 1994.

COSTA, Liduína Farias Almeida da. Experiências camponesas e

“construção de coletivos”. Fortaleza: UFC/NEPS/Mestrado em Sociologia, 1992.

COSTA, Frederico Lustosa da. Televisão e política. Fortaleza: UFC/ NEDS/Programa de Pós-graduação em Sociologia, 1996.

COSTA, Henri. Eleição é tapeação – luta armada é solução: leituras, experiências e construção do consensus bellicu marxista cearense (1962-76). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2009.

COSTA FILHO, Cícero João da. Padaria Espiritual: Cultura e Política Em Fortaleza no Final do Século XIX. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/USP, 2007.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Teoria médica e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro. Vol.11 (1): 57-74, jan- abr.2004.

_____. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, Borzachiello da. CAVALCANTE. Tércia Correia. DANTAS, Eustógio. (organizadores). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

COSTA, Raimundo Moacir da. O Partido Agrário do Ceará. Fortaleza: NUDOC, 1987.

CUNHA, Brenda dos Santo Barboza. Poder e consentimento:

formação e manutenção da base de poder do governo Cid Gomes (2007-2010). Fortaleza: Monografia em Ciências Sociais/UFC, 2012.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Cultura Afrocearense. In: __. SILVA, Joselina. NUNES, Cícera (orgs). Artefatos da cultura negra no Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CRUZ, Danielle Maia. Maracatus no Ceará: sentidos e significados. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CRUZ, Lara Abreu. O tradicional e o moderno na formação do policial militar: uma análise do curso de formação dos soldados do Ronda do Quarteirão. Fortaleza: Monografia em Serviço Social/ UECE, 2010.

DA SILVA, Erinaldo Gualberto. Beata Maria de Araújo: de esquecida da história à protagonista de um milagre. http:// www.ce.anpuh.org/download/anais_2010_pdf/st05/ Artigo_Completo_Erinaldo.pdf

DAMASCENO, Alberto. Futebol cearense: a história. Fortaleza: Edição Própria, 2011.

DAMASCENO, Francisco José Gomes. Sutil diferença: o movimento punk e o movimento hip hop em Fortaleza – Grupos mistos no universo citadino contemporâneo. São Paulo: Dissertação de Doutorado em História/PUC, 2004.

_____. Fortaleza no final do século XX: juventude e cidade. In: GADELHA, Francisco Agileu de Lima e outros. Outras Histórias: Fortaleza, cidade(s), sujeito(s). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

_____. “Eu presto atenção no que eles dizem, mas eles não dizem nada”: juventude sob dois aspectos. www.politicasuece.com/v6/admin/publicacao/mapps_Damasceno_101.pdf

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Mar à vista. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

_____. Apropriação do espaço público pelo comércio ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em Evidência (1975 a 1995). In http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-202.htm.

DANTAS, Simone Maria Silva. Memórias e histórias dos quilombos no Ceará. Fortaleza: Tese de Doutorado em Educação/ UFC, 2009.

DELLA CAVA, Ralph. Milagre em Joaseiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DIOGENES, Beatriz Helena Nogueira. A dinâmica do espaço Intra-urbano de Fortaleza e a formação de novas centralidades. In: XI Encontro Nacional da ANPUR, 2005, Salvador. XI Encontro Nacional da ANPUR, 2005.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. As eleições de 1954 e 1958 no

Ceará. Fortaleza: UFC/Stylus Comunicações, 1989.

Documentação primordial sobre a capitania autônoma do Ceará. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

DÓRIA, Carlos Alberto. O cangaço. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DUARTE, Rones da Mota. Natureza, terra e economia agropastoril-Soure(CE): 1798-1860. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2012.

DUARTE JÚNIOR, Romeu. Sítio histórico de Sobral: patrimônio nacional. Fortaleza: Lumiar Comunicações e Consultoria, 2013.

DUMMAR FILHO, João. João Dummar, um pioneiro do rádio. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

DUTRA, Wescley Rodrigues. Nas trilhas do rei do cangaço e suas representações (1922-1927). João Pessoa: Dissertação de Mestrado em História/UFPB, 2011.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O feminino na sombra. Fortaleza: EUFC. 1998.

ESPÍNDOLA, Itamar. O porto de Fortaleza. Fortaleza: E. A., 1978.

ESPÍNOLA, Rodolfo. Vicente Pinzon e a descoberta do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2001.

_____. Caravelas, jangadas e navios: uma história portuária. Fortaleza: OMNI, 2007.

FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos. Fortaleza: UFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FALCAO, Armando. História do chefe do PTB no Ceará, Carlos Jereissati: imperador do linho roubado. Rio de Janeiro: E. a., 1954.

FARIAS, Aírton de. Senador Alencar. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

_____. Canoa Doida. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2006.

_____. Além das armas. Fortaleza: Ed Livro Técnico, 2007.

_____. Uma história das Copas do Mundo: Futebol e Sociedade. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2014.

FARIAS, Alberto. Pe. Cícero e a invenção do Juazeiro. Brasília: E. A., 1994.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1995.

FELIX, Francisco Kennedy Leite. ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. O vaqueiro e a vaquejada: do trabalho nas fazendas de gado ao esporte nas cidades. http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2425

FELIX, Keile Socorro Leite. “Espíritos inflamados”: a construção do estado nacional brasileiro e os projetos políticos no Ceará (1817-1840). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História (UFC), 2010.

FERNANDES, Ana Carla Sabino Fernandes. A imprensa em pauta. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

FERNANDES, Yaco. Notícia do povo cearense. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977.

FERNANDES, Saul Estevam. O (in)maginável elefante mal-ajambrado. A questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte. Natal: Dissertação de Mestrado em História/UFRN, 2012.

FERREIRA, Assuéro. O Crescimento recente da economia cearense. In: Revista de Economia do Nordeste. Vol. 26, n. 2. Fortaleza: Sem Editora,1995.

FERREIRA, Benedito Genésio. A Estrada de Ferro Baturité. Fortaleza: Edições UFC/ Stylus Comunicações, 1989.

FERREIRA, Hilário. A presença de africanos livres no Ceará do séc. XIX: um resgate histórico. Documentos, Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza, 2008, n 5, p. 163-184, 2008.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. Enxadas e compassos: seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919. Salvador: Dissertação de Mestrado em História/UFBA, 2009.

FERREIRA, Lusirene Celestino França. Cruzando o Atlântico: os ecos da abolição do Ceará no mundo atlântico (1884. In :http:// www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/ anais/1212979363_ARQUIVO_artigo_ANPUH-RIO %5B2%5Dcompleto.pdf.

FILHO, Cândido Couto. Ceará, a civilização do couro. Fortaleza: E. A., 2000.

FILHO, Cruz. História do Ceará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1987.

FILHO, José Ernesto Pimentel. A aristocratização provinciana em Fortaleza (1840-90). Recife: Dissertação de Mestrado em História/ UFPE, 1995.

FILHO, J. de Figueredo. História do Cariri. Crato: Empresa Gráfica Ltda, 1964.

FIRMEZA, Nilo (Estrigas). Artes plásticas no Ceará. Fortaleza: EUFC/NUDOC, 1992.

_____. Mário Baratta: o líder da renovação. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

_____. As artes de Zenon Barreto: traços, cores e formas. Fortaleza: Museu do Ceará, 2012.

FIÚZA, Regina Cláudia Pamplona. O Pão... da Padaria Espiritual. Fortaleza: E. A., 1992.

FOOT, Francisco. LEORNARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil. São Paulo; Global, 1982.

FORTALEZA, Pingo de (Org.). Pérolas do Centauro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013).

_____. Maracatu de Az de Ouro: 70 anos de memórias, loas e batuque. Fortaleza: OMMI, Solar: 2007.

FORTI, Maria do Carmo Pagan. E ela fez o milagre... São Paulo: Mestrado FAPESP, 1997.

_____. Maria do Juazeiro, a beata do Milagre. São Paulo: Annamblume, 1999.

FRANKLIN, Rubem Maciel. “Gallegos”, “gombadres” e negócios: os imigrantes libaneses na praça mercantil da cidade de Fortaleza-CE (1890-1930). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2011.

FRANZINI, fábio. Coração na ponta da chuteira: capítulos iniciais da História do futebol brasileiro (1919-1938) Rio de Janeiro: Dp 8A, 2003.

FREIRE, Carlos Renato Araújo. Quebra-Quebra de 1942 em sua trama fotográfica. http://www.ce.anpuh.org/download/anais_2008_pdf/Carlos%20Renato%20Ara%FAjo%20Freire.pdf

FREITAS, Bruno Cordeiro Nojosa. Exaltação dos eleitos: a província do Ceará nas eleições das décadas de 1850 e 60 e seus amálgamas sociais. In Revista Ameríndia [on line]. 2007, v.3, n.1.

_____. A exaltação dos eleitos: evolução eleitoral e política do Império (Ceará, 1846-1860). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2011.

FREITAS, Francisco Anderson de Melo. “Sobral vai à Guerra?”: memórias dos sobralenses nas entrelinhas dos Periódicos Correio da Semana e Gazeta de Notícias. http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364623413_ARQUIVO_Sobral_vai_a_guerra_-_Corrigido.pdf

FREITAS, Mariano. Nós, os estudantes. Fortaleza: Edições Livro

Técnico, 2001.

FREITAS, Nilson Almino. O sabor de uma cidade: práticas cotidianas nos habitantes de Sobral. Fortaleza: Tese de Doutoramento em Sociologia/UFC, 2005.

FROTA, Tupinambá da. Histórias de Sobral. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1974.

FUNES, Eurípedes Antônio. GONÇALVES, Adelaide. Abolição: manifestação e herança. In: Abolição no Ceará: uma abordagem crítica. Fortaleza: UFC/NUDOC, 1988.

FURTADO FILHO, João Ernani. Soares Moreno e Matias Beck. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

GADELHA, Francisco Argileu de Lima. A fé moldando comportamentos: história cultural dos presbiterianos de Fortaleza. Recife: Tese de Doutorado em História/UFPE, 2008.

GADELHA, Georgina. As doenças no Ceará: salubridade, higiene e teorias epidêmicas no século XIX. In: ____. OLIVEIRA, Almir. BARBOSAS, Ivonete Cordeiro. Ceará: ciência, saúde & Tecnologia. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

GALENO, Alberto Santiago. Território dos coronéis. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno, 1988.

_____. A praça e o povo. Fortaleza: Multigraf, 2000.

GALVÃO, Lúcia Helena. Painéis de Aquiraz: joia da arte popular do Ceará Colonial. Fortaleza: Instituto Olhar Aprendiz, 2010.

GALVÃO, Roberto. Chico da Silva. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

GARCIA, Ana Karine Martins. Para onde sopram os ventos: tentativa de higienização e salubridade em Fortaleza na segunda metade do século XIX. In: Moanga, Fortaleza, vol. 1, nº 2, p. 74-86, 2007.

GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

GIRÃO, Blanchard. O Liceu e o bonde. Fortaleza: ABC Editora,1997.

_____. Sessão das quatro: cenas e atores de um tempo mais feliz. Fortaleza: ABC Editora, 1998.

_____. Passageiros de ontem e do sempre. Fortaleza: ABC Editora, 2001.

_____. Só as armas calaram a Dragão. Fortaleza: ABC Editora, 2005.

_____. A invasão dos cabelos dourados. Fortaleza: ABC Editora, 2008.

GIRÃO, Raimundo. FILHO, Antônio Martins. O Ceará. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1939.

_____. História econômica do Ceará. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947.

_____. Matias Beck, fundador de Fortaleza. Fortaleza: Sem Editiora, 1961.

_____. A abolição no Ceará. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1969.

_____. Pequena História do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.

_____. Geografia estética de Fortaleza. Fortaleza: BNB, 1979.

_____. Palestina, uma agulha e as saudades. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1984.

_____. Evolução histórica cearense. Fortaleza: BNB, 1985.

_____. Fortaleza e a crônica histórica. Fortaleza: UFC/ Casa de José de Alencar, 2000.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. As oficinas ou charqueadas no Ceará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

_____. Dependência da capitania do Ceará ao governo de Pernambuco. (1656-1799). Fortaleza: NEPS/UFC, 1990.

_____. O Ceará no Senado Federal. Brasília: S. E., 1992.

GONÇALVES, Adelaide. FUNES, Euripedes. Abolição no Ceará: uma abordagem crítica. Fortaleza: UFC/ NUDOC,1988.

_____ (Org.). Ceará Socialista: Anno 1919. Florianópolis: Insular, 2001.

_____. SILVA, Jorge. A imprensa libertária no Ceará. São Paulo: Imaginário, 2000.

_____. Demolindo a sociedade burguesa: intelectuais e imprensa libertária no Ceará. In Trajetos. Revista de História UFC. Fortaleza, vol. 2, nº 4, 2003.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. Clientelismo e modernidade nas

políticas públicas. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.

_____. O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna. São Paulo: Annablume, 2007.

GOMES, Evandro Ferreira. Almanaque do Ferrão. Fortaleza: Edição do autor, 2013.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. Um escandaloso theatro de horrores: a capitania do Ceará sob o espectro da violência (século XVIII). Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal do Ceará, 2006

_____. Quando o sertão faz a festa, a monarquia se faz presente: Festas e representações monárquicas na capitania do Ceará (1757-1817) Revista Cantareira, UFF, v. 13, p. 3, 2008.

_____. As milícias d'El Rey: tropas militares e poder na capitania do Ceará. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

GOMES, Ítalo Carneiro. O movimento Punk e a grande imprensa cearense: uma análise do discurso. Fortaleza: Monografia em História/UECE, 2008.

GUABIRABA, Maria Célia de Araújo (coordenadora). Ceará: a crise permanente do modelo exportador. Fortaleza: Instituto da Memória do Povo Cearense, 1989.

GUEDES, Mardônio. Pelas ruas e pensões: o meretrício em Fortaleza (1930-1940). In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). Fortaleza: História e cotidiano. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

GUEDES, Ioshua Costa. A geopolítica dos estados do Piauí e Ceará: a questão dos territórios e das fronteiras. http://www.ufpi.br/19sic/Documentos/RESUMOS/Humanas/Ioshua%20Costa%20Guedes.pdf

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Fatores de diferenciação partidária em Fortaleza. Fortaleza: UFC, 1983.

HARTMANN, Philipp. Reforma agrária no Ceará. http://www.phartmann.de/refagrweb.pdf

HOBSBAWM, Eric. Bandidos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de. Mudancismo e conservadorismo no Ceará: o desenvolvimento rural na Era Jereissati (1986-2002). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

HOLANDA, Firmino. Benjamim Abraão. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

_____. Orson Welles no Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

_____. Capistrano de Abreu. Edições Demócrito Rocha, 2002.

_____. Nos Tempos do Caldeirão. In CARIRY, Rosemberg, HOLANDA, Firmino (Organizadores). O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto – apontamentos para a história. Fortaleza: Interarte, 2007).

HOONAERT, Eduardo. Catequese e aldeamento. In: SOUSA, Simone (org.) História do Ceará. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ Fundação Demócrito Rocha, 1989.

_____. O Cristianismo moreno do Brasil. Petropólis-RJ: Vozes, 1990.

_____. A Igreja no Brasil-colônia (1550-1800). São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Crônicas das Casas de Caridade. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

JOB, Daniel Carneiro. Revivendo o passado. Fortaleza: Sem Editora, 1986.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Urbanização do Ceará setecentista. Salvador: Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo/ UFBA,

2007.

_____. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense – algumas notas. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 133-163. jan.- jun. 2012.

JUCÁ, Gisafran. Gustavo Barroso: vida, contexto e idéias. Fortaleza: NUDOC/ UFC, 1990.

_____. O lazer em Fortaleza (1945-1960). Fortaleza: UFC/NUDOC, 1996.

_____. Revendo as datas e fatos complementando as notas para a História do Ceará. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: S E, 1998.

_____. Catálogo de documentos manuscritos avulsos da capitania do Ceará: 1612-1832. Brasília: Ministério da Cultura; Fortaleza: UFC/ Fundação Demócrito Rocha, 1999.

_____. Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960). São Paulo: Annablume, 2000.

ALMEIDA, Juniele Rabelo de. Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais brasileiros no ano de 1997. São Paulo: Tese de Doutorado em História/USP, 2010.

LAGE, Ilza Maria Grangeiro Xavier. Relações Brasil-Estados Unidos: o caso da Aliança para o Progresso no Ceará. Recife: Dissertação de Mestrado em História/UFPE, 2001.

LEAL, Ângela Barros. Jader de Barbalho. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

LEAL, Vinícius Barros. Os cristãos-novos na Formação da Família Cearenses. In Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1975.

_____. História de Baturité. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981.

LEANDRO, José. Depoimento. Fortaleza. E. A., 1988.

LEITE, Ary Bezerra. Fortaleza e a era do cinema. Fortaleza: Secretaria da Cultura, 1995.

_____. História da energia no Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996.

LEITE, Ana Cristina. O algodão no Ceará. Fortaleza: Secult, 1994.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. A influência das revoltas liberais e a sedição de Pinto Madeira.http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370911412_ARQUIVO_PintoMadeira.pdf

LEMENHE, Maria Auxiliadora. As razões de uma cidade. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

_____. Família, tradição e poder. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Edições UFC, 1995.

LIMA, Ana Cristina Pereira. Obreiros pacíficos: o círculo de operários de trabalhadores São José (Fortaleza- 1915-310). Fortaleza: Dissertação em História/UFC, 2009.

LIMA, Cláudio Ferreira. A construção do Ceará: temas de história econômica. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008.

LIMA, Geraldo Oliveira. Marcha da Coluna Prestes através do Ceará. Rio de Janeiro: E. A., S.D.

LIMA, Luis Carlos. Produção do espaço, sistemas técnicos e divisão territorial do trabalho. http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-63.htm

LIMA, Janilson Rodrigues. Em defesa da fé e da família: intelectuais católicos e padrão comportamental em Fortaleza (1936-1941). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UECE, 2013.

LIMA, Marcelo Ayres Camurça. Marretas, molambudos e rabelistas. São Paulo: Maltese, 1994

LIMA, Maria Neuza. A UDN no Ceará. Fortaleza: UFC, 1987.

LIMA, Mariana Mont'Alverne Barreto. TV Ceará: processo de modernização cultural local. Campinas: Dissertação de Mestrado em Sociologia/UNICAMP, 2003.

LIMA, Pedro Airton de Queiroz. A sombra das ingazeiras: o café na serra de Baturité 1850-1900. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado/ IFCS, 2000.

LIMA, Zilda Maria Menezes. A cidade de Fortaleza na literatura do Século XIX. In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). Fortaleza: História e cotidiano. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

_____. Uma enfermidade à flor da pele: a lepra em Fortaleza (1920-1937). Fortaleza: Museu do Ceará, 2009.

LIMA NETO, Ildefonso Rodrigues. Escrita subversiva: O Democrata (1946 – 1947). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História / UFC, 2006.

LIMAVERDE, Narcélio Sobreira. Fortaleza, História e estórias. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1999.

LIMAVERDE, Rosiane. Os registros rupestres da Chapada do Araripe, Ceará, Brasil. http://www.fundacaocasagrande.org.br/pdf/artigo.pdf

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII E XVIII). Revista Tempo, UFF/ Relume Dumará, v. 1, n. 2, p. 132-150, 1996.

LINHARES, Marcelo. Virgílio Távora. Fortaleza: Casa de José de Alencar/UFC, 1996.

LINS, Lindercy Francisco Tomé de Souza. Um dia, muitas Histórias: trajetória e concepções do Primeiro de Maio em Fortaleza da Primeira República ao Estado Novo. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2006.

LOPES, Raimundo Hélio. Os Batalhões Provisórios: legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (Ceará, 1932). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2009.

LOPES, Régis. Padre Cícero. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

_____. O verbo encantado. Ijuí: Ed. Unijuí, 1988.

_____. Caldeirão. Fortaleza: EDUCE, 1991.

_____ e KUNZ, Martine. Frei Tito. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

KIDDER, Daniel, FLETCHER, J.C. O Brasil e os brasileiros. São Paulo: Nacional, 1941.

KLEIN FILHO, Luciano. Bezerra de Menezes. Niterói: Lachátre, 2000.

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.

KROMMEN, Rita. Mathias Beck e a Cia das Índias Ocidentais. Fortaleza: Casa de José de Alencar/UFC, 1997.

MACIEL, Wellington Ricardo Nogueira. Aeroportos de Fortaleza: usos e significados contemporâneos. Dissertação de Mestrado em Sociologia/UFC, 2006.

MACEDO, Joaryvar. O Império do bacamarte. Fortaleza: UFC, 1990.

MACEDO, José Rivair. MAESTRI, Mário. Belo Monte: uma história da Guerra de Canudos. São Paulo: Moderna, 1997.

MACEDO, Nertan. O clã de Santa Quitéria. Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro, 1967.

_____. O clã dos Inhamuns. Rio de Janeiro: Renes, 1980.

_____. O Padre e a Beata. Rio de Janeiro: Renes; Brasília: INL, 1981.

_____. Floro Bartolomeu. Rio de Janeiro: Editora Rena, 1986.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. A pedagogia feminina das Casas de Caridade do Padre Ibiapina. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MAIA Dália Maria B., Conflito e família: formas de sociabilidade no sertão cearense. In: I Encontro de Ciências Sociais do Estado do Ceará. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica, 2005, v. único, p. 92-93.

MAIA, C. E. S. Vox populi vox dei: a romanização e as reformas das "festas de santo" (implicações nas práticas espaciais das festas do Divino Espírito Santo e do Divino Pai Eterno de Goiás). Espaço e cultura, UERJ, RJ, n. 17-18, p. 89-106, jan./dez. 2004.

MAIA, Frederico. A Verdadeira História do futebol cearense. Fortaleza. S. E. 1956.

MAIA, Gabrielle Bessa Pereira. Modernidade e educação: (des)caminhos históricos e críticas a educação no governo Nogueira Accioly (1896-1912). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Educação/UFC, 2011.

MAIA, Germano Silva. KHAN, Ahmad Saeed. SOUSA, Eliane Pinheiro. Avaliação do impacto do Programa de Reforma Agrária Federal no Ceará: um estudo de caso. http://www.scielo.br/

scielo.php?pid=S1413-80502013000300007&script=sci_arttext

MAIA, Lígio José de Oliveira. Serras de Ibiapaba, da aldeia à vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII. Rio de Janeiro: Tese de doutorado em História/UFRJ, 2010.

MAIA, Vera Lúcia G. de. José Lourenço, o beato camponês da comunidade do Caldeirão. São Paulo: Paulinas, 1991.

MAIA JÚNIOR, Edmilson. Memória de luta. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2002.

MAIA NETO, Vicente Moreira. Futebol, imprensa e cidade: o processo de especialização da crônica esportiva em Fortaleza (1921-1930). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2014.

MARIANO, Andreyson Silva. Uma esquerda em silêncio: militantes trotskistas em Fortaleza no período 1963-70. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UECEm 2011.

MELO, Vanice Siqueira. Cruentas Guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII). Belém: Dissertação de Mestrado em História/UFPA, 2011.

MENINI, Natally Chris da Rocha. Do Reino para o ultramar: o degredo dos ciganos no Império Português Menini http:// www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/

anais/28/1400554747_ARQUIVO_ARTIGOANPUH-NATALLYMENINI.pdf

MARQUES, Janote Pires. Festas de negros em Fortaleza: territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

_____. Escolas Militares do Exército: a formação, seu ritos e mitos (1889-1931). Fortaleza: Tese de Doutoramento em Educação/UFC, 2014.

MARQUES, Marcélia. Materiais e saber na arte rupestre. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009.

MARIZ, Silviana Fernandes. “Oficina de satanás”: a Cadeia Pública de Fortaleza (1850 – 1889). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2004.

MARTINS, Ana Luiza Rios. Entre o piano e o violão: a modinha e a cultura popular em Fortaleza (1888 – 1920). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UECE, 2012.

MARTINS, Floriano. Alberto Nepomuceno. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

MARTINS, Guilherme Saraiva. Entre o forte e a aldeia: estratégias de contato, negociação e conflito entre europeus e indígenas no Ceará Holandês (1630 – 1654). Fortaleza: Dissertação de Mestrado

em História/UFC, 2010.

MARTINS, Hévila de Lima. Políticas públicas e práticas de assistência: Lazaretos da Jacarecanga e da Lagoa Funda 1819 – 1891. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300579061_ARQUIVO_Texto.pdf.

MARTIN, Isabela. Os Empresários no poder. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1993.

MARTINS, Pedro Henrique de Souza. Escravidão, abolição e pós-abolição no Ceará. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado/UFF, 2012.

MARTINS, Paulo Henrique de Sousa. VASCONCELOS, Gabriel Assis Araújo. O Caldeirão do beato José Lourenço: fé, trabalho e luta social. Recife: UFPE, 2007.

MATOS, Fábio de Oliveira. VASCONCELOS, Fábio Perdigão. O litoral de Fortaleza e o planejamento urbano na primeira metade do século XIX a partir das plantas de Silva Paulet e Simões de Farias http://www.lsie.unb.br/rbc/index.php/rbc/article/view/397

MATOS, Kelma. Jovita Feitosa. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

MELO, Josemir Camilo de. Ceará: abolição precoce ou crise econômica? In: Abolição no Ceará: uma abordagem crítica.

Fortaleza: UFC/NUDOC, 1988.

MELO, Francisco Egberto de. A Cultura cívica na educação cearense (1963-73). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2006.

MENEZES, Diatahy. Roger Bastide e a História dos movimentos populares no Brasil – o caso do Caldeirão. Revista de Ciências Sociais nº ½, Fortaleza: Edições UFC, 1985/86.

_____. Gustavo Barroso. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

MENEZES, Djacir. O outro Nordeste. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1995.

MENEZES, Fátima. Lampião e o Pe. Cícero. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/ Ed. Universitária, 1985.

MENEZES, George Rocha. Lutas políticas e crise social: a elite política cearense na década de 1870. Fortaleza: Dissertação de História/UFC, 2006.

MENEZES, Luis Barba Alado. Memória sobre a capitania independente do Ceará. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1998.

MENEZES, Mozart Vergetti de. Jurisdição e poder nas capitanias do

Norte (1654-1755). Saeculum Revista de História da UFPB, João Pessoa, v. 14, p. 11-26, 2006.

MENEZES, Patrícia. Fortaleza de ônibus: quebra-quebra, lock out e liberação na construção do serviço de transporte coletivo de passageiros entre 1945 e 1960. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2009.

MENEZES, Raimundo de. Coisas que o Tempo Levou. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

MENDES, Pedro Vítor Gadelha. Racismo no Ceará: herança colonial, trajetórias contemporâneas. Monografia em Ciências Sociais/UFC, 2010.

MILES, Tshombe L. A luta contra a escravatura e o racismo no Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011.

MIRANDA, Júlia. O poder e a fé. Fortaleza: Edições UFC,1987.

MONTE, Francisca Silvania de. O uso e controle das águas no processo de modernização do Ceará. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Planejamento Urbano/UFRJ, 2005.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Nordeste insurgente (1850-1890). São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MONTEIRO, Túlio. Sinhá D'Amora. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

MONTENEGRO, Abelardo. Os Partidos políticos do Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

_____. Fanáticos e cangaceiros. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973.

_____. Júlio de Mattos Ibiapina. Fortaleza: UFC/ Casa de José de Alencar, 2002.

MONTENEGRO, João Alfredo. Ideologia e conflito no nordeste rural: Pinto Madeira e a revolução de 1832 no Ceará. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

_____. Fernandes Távora e o Tenentismo no Ceará (1921-24). Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.

_____. Pe. Mororó: o político e o jornalista. Fortaleza: BNB/ ACI, 1985.

_____. O Integralismo no Ceará. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1986.

_____. O trono e o altar. Fortaleza: BNB, 1992.

_____. Júlio de Mattos Ibiapina, um pioneiro da socióloga regional no Ceará. Fortaleza: Edições Casa José de Alencar, 2002.

_____. Padre Mororó. Fortaleza; Museu do Ceará, 2004.

_____. Jáder de Carvalho e o Diário do Povo. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2011.

MONTEZUMA, Mária de Fátima Sales. Pintura: traços históricos, vida produção artística em Fortaleza. Fortaleza: BNB, 1990.

MORAIS, Ana Flávia Goes. As representações sobre Luiza Távora na política cearense. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/ UECE, 2011.

MORAIS, Fábio André da Silva. Às armas cearenses, é justa a guerra: a mobilização para a guerra contra o Paraguai na Província do Ceará (1865-70). Documentos, Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza, 2008, n 5,p. 81-109, 2008.

MORAIS, Luana Carvalho de. Ferrovia e cidade, progresso e modernidade: A Estação Central da Estrada de Ferro de Baturité em Fortaleza– 1873-1917. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UECE, 2011.

MORAIS, Nágila Maia de. Todo cais é uma saudade de pedra:

repressão e morte dos trabalhadores catraeiros (1903-1904). 2009. Dissertação de Mestrado em HISTÓRIA/UECE, 2009.

MORAES, Vera Lúcia Albuquerque de. Clã. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

MORALES, Lúcia Arrais. Vai e vem, vira e volta. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

MOREL, Edmar. Vendaval da liberdade: a luta pela abolição. São Paulo: Global, 1988.

MOTA, Carlos Guilherme. Nordeste 1817. São Paulo: Perspectiva/ Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

MOTA, Aroldo. História política do Ceará (1945-85). Fortaleza: Stylus Comunicações, 1985.

_____. História política do Ceará (1987-91). Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

_____. Governo Raul Barbosa (1950-1954). Fortaleza: ABC Fortaleza, 1997.

_____. História política do Ceará (1889-1930). Fortaleza: ABC Fortaleza, 1999.

_____. História política do Ceará (1889-1930). Fortaleza: ABC Fortaleza, 1999.

_____. História política do Ceará (1930-45). Fortaleza: ABC Fortaleza, 2000.

MOTA, Leonardo. No tempo de Lampião. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1976.

_____. Cabeças-chatas. Sem Editora, 1993.

_____.Padaria Espiritual. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1994.

MOTA, Maria Glaucíria. Brasil A segurança pública e os direitos humanos no "Governo das Mudanças". O público e o privado - Nº1 - Janeiro/Junho – 2003.

MOTA, Silvio. Rebeldes. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2009.

MOTT, Luis. A Inquisição no Ceará. In: Revista de Ciências Sociais. V. 16/17, n. 1/2. Fortaleza: UFC, 1986.

MUNIZ, Altemar da Costa. Trajetórias de vida, espaços de sociabilidade e projeto político da burguesia "Mudancista" cearense

(1978-1986). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História/ UFRJ, 2007.

_____. Estado Novo e colaboração estudantil na manutenção da ordem social e política de Fortaleza. In: GADELHA, Francisco Agileu de Lima e outros. Outras Histórias: Fortaleza, cidade(s), sujeito(s). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

NADDAF, Ana. Terra feita de gente. Fortaleza: Raiz & Antena, 2003.

NECES, Marcus Vinicius. A heroica e desprezada Batalha da Borracha. In: Revista de História Viva, nº 8, junho de 2004.

NETO, Cicinato Ferreira. Estudos de História Jaguaribana. Fortaleza: Premius, 2003

NETO, Eduardo Bezerra. A idéia republicana em marcha. Fortaleza: IOCE, 1986.

NETO, Isac Ferreira do Vale. Batalhas da memória: a escrita militante de Rodolfo Teófilo. Fortaleza: dissertação de Mestrado em História/USP, 2006.

NETO, Lira. O poder e a peste. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

_____. Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão. São Paulo:

Companhia das Letras, 2009.

NETO, Paulo de Melo Jorge. A estrutura produtiva do Ceará nas décadas de 1970-1980. In O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais. Campinas-SP: Pontes; Fortalez: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2009.

NEVES, Berenice Abreu de Castro. Do mar ao museu. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

_____. Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses no Império. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009.

_____. Jangadeiros: uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NETO, João Leite. Índios e terra – Ceará: 1850-80. Recife: Dissertação de Mestrado em História/UFPE, 2006.

NEVES, Frederico de Castro. A multidão e a História. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos, 2000.

NOBRE, Edianne dos Santos. O teatro de Deus: a construção do espaço sagrado de Juazeiro a partir de narrativas femininas (Ceará, 1889-1898). Natal: Dissertação de Mestrado em História/UFRN, 2010.

NOBRE, F. Silva. 1001 cearenses notáveis. Rio de Janeiro: Casa do Ceará Editora, 1998.

NOBRE, Geraldo da Silva. A capital do Ceará. Fortaleza: UFC, 1997.

_____. As oficinas de carne do Ceará: uma solução local para uma pecuária em crise. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1976.

_____. O processo histórico de industrialização no Ceará. Fortaleza: SENAI/DR-CE, 1989.

_____. O Ceará capitania autônoma. Fortaleza: IOCE, 1986.

_____. O Ceará em preto e branco. Fortaleza. Sem Editora, 1988.

_____. A revolução de 1817 no Ceará. In: SOUSA, Simone (org.) História do Ceará. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ Fundação Demócrito Rocha, 1989.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. Modernização do atraso: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da “Era Tasso”. Fortaleza: tese de Doutorado em Sociologia/UFC, 2008.

NOCA, Francisco Wilson. Sermões, matracas e alcatrão. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 1996.

NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. Tempo, progresso, memória: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2006.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. Fazer-se nobre nas fímbrias do Império. Práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748 a 1804). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2010.

_____. A institucionalização do poder: o processo de criação de vilas na capitania do Siará Grande, contextos e motivações (1699-1802). In: VIANA JÚNIOR, Mario Martins; SILVA, Rafael Ricarte; NOGUEIRA, Gabriel. Ceará: economia, política e sociedade (séculos XVIII e XIX). Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

NOGUEIRA NETO, Raimundo Altino. Movimento sindical e processo de redemocratização no Brasil. Dissertação de Mestrado em Sociologia/Fortaleza: UFC, 1990.

NOGUEIRA, Paulino. Presidente do Ceará durante a Monarquia. Fortaleza: Tipografia Studart, 1889.

OCHOA, Maria Glória Wormald. As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará (1954-64). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Stylus Comunicações, 1989.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. Tinta, papel e palmatória: a escola

no Ceará do século XIX. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

OLIVEIRA, André Frota de. A fortificação holandesa do Camocim. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 1995.

_____. A Estrada de Ferro de Sobral. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 1994.

_____. A Confederação do Equador no Ceará: manuscritos. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2004.

OLIVEIRA, Alex Alves de. Representações da passagem da coluna prestes no sertão cearense. Dissertação de Mestrado em História/ UECE, 2011.

OLIVEIRA, Almir Leal de. O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914). São Paulo: Tese de Doutorado em História/ PUC, 2001.

_____. Universo letrado em Fortaleza na década de ١٨٧٠. In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). Fortaleza: História e Cotidiano. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

_____. As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/As-carnes-secas-do-Cear%C3%A1-e-o-mercado-Almir-Leal-de-

Oliveira.pdf

_____. BARBOSA, Ivone Cordeiro. Leis provinciais: Estado e cidadania (1835-1861). Fortaleza: INESP, 2009.

OLIVEIRA, Antônio José de. Engenhos de rapadura do Cariri: trabalho e cotidiano – 1790 -1850 http://pe.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/13-hist-economica/Artigo%20de%20Antonio%20Jos%E9%20de%20Oliveira.pdf

OLIVEIRA, Carla Silvino de. Cidade (in)salubre: ideia e práticas médicas em Fortaleza (1838-53), Fortaleza: dissertação de Mestrado/UFC, 2007.

OLIVEIRA, Caterina Maria de Saboya. Fortaleza: velhos carnavais. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1997.

_____. Fortaleza: seis romances, seis visões. Fortaleza: EUFC, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li) gião: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Francisco Roberto S. de. A Redemocratização e a política partidária cearense. In: SOUZA, Simone (org.). História do Ceará. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1989.

OLIVEIRA, Gledson Ribeiro de. Sal da Terra. Recife: Dissertação de

Mestrado em História/UFPE, 2001.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. O conservadorismo a serviço da memória: Tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado/ PUC, 2003.

OLIVEIRA, Ana Paula Silva de. Livros de viagens: relatos de viajantes estrangeiros e a zona de contato nas províncias do Norte do Brasil no século XIX (1809 - 1826). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2006.

OLIVEIRA, Augusto. LAVÔR, Ivonildo. A História da aviação no Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

OLIVEIRA, José Cláudio de. Estórias dos que fizeram a história. Fortaleza: O Povo, 1986.

OLIVEIRA, Papito de (Org.). A marcha da Coluna Prestes no Ceará. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2006.

_____ (Org.). Vozes silenciadas. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato Nogueira de. A Marcha sobre Fortaleza (1962) http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370959544_ARQUIVO_AMARCHASOBREFORTALEZA_1962_Tex

_____. A Igreja Católica no Pirambu: as relações de poder no discurso da Teologia da Libertação e da Renovação Carismática Católica (1968-1986). Dissertação de Mestrado em História/UECE, 2014.

OLIVEIRA, Tácito Theófilo Gaspar de. Martim Soares Moreno, o capitão do Ceará. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 1987.

_____. Pinto Martins. Fortaleza: E. A., 1997.

OLIVEIRA FILHO, Sérgio Willian de Castro. “Estranho em terra estranha”: práticas e olhares estrangeiro-protestantes no Ceará oitocentista. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2011.

OLIVENOR, José. “Metrópole da fome”: A cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879. In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). Fortaleza: História e Cotidiano. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

PALITOT, Estevâo Mastins (Org.). Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009.

PARENTE, Eduardo Oliveira. Greve, comunismo e nacionalismo entre os trabalhadores da Ceará Light em 1929. Moanga Revista dos Alunos da Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, vol 01, n 2, p 9-24, 2007.

_____. Operários em movimento: a trajetória de luta dos trabalhadores da Ceará Light (Fortaleza, 1917- 1932). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2008.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. O movimento operário cearense na primeira República. In: Souza (org.). História do Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1980.

_____. Anauê – os camisas verdes no poder. Fortaleza: Edições UFC, 1986.

_____. Projetando a hegemonia burguesa. In: Revista de Ciências Sociais. Vol. 20/21, n. 1/2. Fortaleza: Edições UFC, 1989/90.

_____. Construindo a hegemonia burguesa. Fortaleza: UFC/NEPS, 1992.

_____. Institucionalização do PT. Fortaleza: UFC/NEPS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1995.

_____. A fé e a razão na política. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.

_____e ARRUDA, José Maria. A Era Jereissati. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

PAIVA, Maria Arair Pinto. A elite política do Ceará provincial. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

PAIVA, Melquíades Pinto. Os naturalistas e o Ceará. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

_____. Uma matriarca do sertão: Fideralina Augusto Lima. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2008.

PATRICIO, Edgard. A voz do Ceará: comunicação e educação na trajetória da Ceará Rádio Club de 1954 a 1948. Fortaleza: Tese de Doutorado em Educação/UFC, 2006.

PAULA, Ricardo Henrique Arruda de. Aqueles que têm por ofício matar gente. Etnografia do universo narrativo de pistoleiros no Estado do Ceará. http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT25-Ricardo-Arruda.pdf

PERICÁS, Luiz Bernardo. Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PEROTE, Lícia Tereza. Jaguaribara: a cidade submersa. Campinas: Dissertação de Mestrado em Urbanismo/Unicampo, 2006.

PEREIRA, Jean Carlos Soares. Misticismo religioso no sertão republicano: conflitos e resistência na Revolta de Pinto Madeira (1832 – Ceará). In http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ensaios/article/view/254.

PINHEIRO, Caio Lucas Morais. A profissionalização do futebol cearense: história e memória. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014.

PINHEIRO, Francisco José. Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820). Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PINHEIRO, Irineu. Efemérides do Cariri. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1963.

PINHEIRO, Raimundo Teles. A Independência no Ceará. Fortaleza: IOCE, 1986.

PIMENTEL, Mary. Terral dos sonhos. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará / Multigraf Editora, 1994.

PINTO. Rodrigo Márcio Souza. Do Passeio Público à Ferrovia: o futebol proletário em Fortaleza (19º04-45). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2007.

POMPEU SOBRINHO, Thomas. Pré-História cearense. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1955.

_____. CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. Três documentos do Ceará colonial. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967.

_____. Proto História cearense. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. A cidade dos clubes: modernidade e “glamour” na Fortaleza de 1950-70. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

PONTE, Fernando. Eleições no Ceará. Fortaleza. S.E., 1978.

PONTE, Sebastião Rogério. A Legião Cearense do Trabalho. In: SOUZA, Simone (org.). História do Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989.

_____. Fortaleza Belle Epoque. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. Multigraf Editora Ltda, 1993.

_____. O Pão e a Cidade. Fortaleza: UFC/NUDOC, 1993.

PONTE FILHO, Aurélio. Biografia dos governadores do Ceará. Fortaleza: UFC/FCPC/Projeto História do Ceará, 1990.

PORDEUS JR, Ismael. Umbanda, Ceará em transe. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

PORTO, Eymard. babaquara, chefetes e cabroeira. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara/ Secretaria da Cultura e

Desporto, 1988.

PORTO, Márcio de Souza. Dom Delgado na Igreja de seu tempo (1963-69). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2007.

PORTUGAL, Niedja Lima Torres. Estudantes em movimento (Fortaleza, 1969-79). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2008.

PRADO,Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRAXEDES, Walter. PILETTI, Nélson. Dom Hélder Câmara: o profeta da paz. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. Padres, coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militarista (1964-1985). Fortaleza: Tese de Doutorado em Sociologia/UFC, 2010.

PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros. São Paulo: Hucitec/ Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp, 2002.

QUEIROZ, José Benevides. A greve dos operários metalúrgicos de Fortaleza (1979). Fortaleza: Monografia de Ciências Sociais. Fortaleza: UFC, 1985.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. História do cangaço. São Paulo: Global, 1986.

_____. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

QUINTILIANO, Aridenio Bezerra. Reestruturação socioespacial do Ceará. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Geografia/ UECE, 2008.

RAMOS, Xislei Araújo. “Por trás de toda fuga, nem sempre há um crime”: o recrutamento a laço e os limites da ordem no Ceará (1850-75). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2003.

RATTS, Alex. Traços étnicos: espacialidade e culturas negras e indígenas. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2009.

RABELO, Samantha Cardoso. Forró. http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/FORRO.pdf

RABELO FILHO, José Valderir. As classes políticas cearenses e a Ditadura de 31 de Março de 1964. Revista Historiar, Vol. 05, N. 09, Ano 2013.2. p. 75-99.

_____. A “Princesinha do Norte” em tempos de autoritarismo: legitimidade, consenso e consentimento (Sobral-CE/ 1964-79). Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Historia/UFF, 2014.

_____; DUQUE, Adauto. O primeiro e o último “pau de arara”: o desvio para Cuba. Revista Homem, Tempo e Espaço. Sobral (CE), setembro de 2007. Centro de Ciências Humanas/CCH.

RAMALHO, Braúlio. Foi assim: o movimento estudantil no Ceará (1928-1968). Fortaleza: ABC Editora, 2002.

REGIS, João Rameres. “Galinhas-Verdes”: Memórias e História da Ação Integralista Brasileira, Limoeiro-Ceará (1934-1937). Dissertação de Mestrado, Fortaleza: 2002.

_____. A Ação Integralista Brasileira: Um caso de polícia? In. Revista do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da UFC. – v. 3, n. 6 (abr 2005).

_____. Integralismo e coronelismo: interfaces da dinâmica política no interior do Ceará (1932-1937). Rio de Janeiro. Tese de Doutoramento em História/UFF, 2008.

REIS, Edilberto Cavacante. “Levantai-vos soldados de Cristo”: a Igreja Católica no Ceará e a eleição para a Constituinte de 1891. Trajetos Revista de História da UFC, Fortaleza, vol. 5, n. 9/10, p.205-229, 2007.

RIBEIRO, Francisco Moreira. O PCB no Ceará. Fortaleza: Edições UFC/Stylus Comunicações, 1989.

_____. A redemocratização do Ceará de 1945 a 1947. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.

_____. A reação política conservadora: o caso da União pelo Ceará. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História/UFRJ, 2000.

RIBEIRO, Josiane. Penitência e festa: as missões do Padre Ibiapina no Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

RIBEIRO, Izakeline de Paiva. As ondas curtas e o rádio em 1940. http://www2.metodista.br/unesco/rede_alcar/rede_alcar_57/rede_alcar_serie.htm

RIBEIRO, Thiago Molt'Alverne. Violência, polícia e controle social: uma análise do programa Ronda do Quarteirão como uma "alternativa". Fortaleza: Monografia em Ciências Sociais/UECE, 2011.

RIBEIRO JÚNIOR, José. Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. São Paulo: HUCITEC, 1976.

RIDEL, Oswald de Oliveira. Perspectiva antropológica do escravo no Ceará. Fortaleza: UFC, 1988.

_____ e outros. Da senzala para os salões. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto. 1988.

RIOS, Audifax. Dragão do Mar e seu tempo. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2001.

_____. Dicionário das artes plásticas do Ceará. Fortaleza: Oboé, s.d.

RIOS, Kênia Sousa. Campos de concentração do Ceará. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

ROCHA, Antônio Glauter Teófilo; AMARAL FILHO, Jair do; MELO, Maria Ângela Campelo de. As políticas de inventivos fiscais dos Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco: algumas evidências institucionais. In: BERNAL, Cleide (org.). A Economia do Nordeste na fase contemporânea. Fortaleza: BNB/UFC, 2006.

ROCHA, Gilvan. Meio século de caminhada socialista. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008.

RODRIGUES, F. Theodoro. Os 16 deportados cearenses. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

RODRIGUES, Joyce Mota. Entre telescópios e potes de barro: o eclipse solar e as expedições científicas em 1919 / Sobral – CE. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2013.

RODRIGUES, Marcília de Sousa. Assessoria de imprensa e crise de imagem: as estratégias de relacionamento com a imprensa utilizadas

pelo governo do Estado do Ceará no período da greve dos policiais e bombeiros militares do Estado do Ceará em 2012. Fortaleza: Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo/ Faculdade Cearense, 2013.

ROLIM, Leonardo Cândido. Organização do trabalho nas oficinas de charque da Vila de Santa Cruz do Aracati (1748-1793). In: II Encontro Internacional de História Colonial, 2008, Natal. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Natal, 2008. v. 9.

_____. Tempo das carnes no Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na Vila de Santa Cruz do Aracati (c.1690-c.1802). João Pessoa: Dissertação de Mestrado em História/UFPB, 2012.

RORIZ JÚNIOR, Wilson. Sim senhor coronel. Fortaleza: IOCE, 1986.

SÁ, Xico. Beato José Lourenço. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

SAMARA, Eni de Mesquista, e SOUSA, José Weyne de. Morar e viver no Nordeste do Brasil: Fortaleza, séc. XIX. Trajetos Revista de História da UFC, Fortaleza, vol.4, n. 7, p. 41-67, 2006.

SAMPAIO, Alfredo. Futebol cearense: retalhos históricos. Fortaleza: Imprece, 2007.

SAMPAIO, Inês Silva Vitorino. Participação, autonomia e

representação: os dilemas da ação da esquerda no movimento de bairros em Fortaleza. Monografia de Ciências Sociais/ Fortaleza: UFC, 1987.

SAMPAIO FILHO, Dorian. A industrialização no Ceará: empresários e entidades. Rio de Janeiro. Dissertação do Curso de Administração da Fundação Getúlio Vargas, 1985.

SANTIAGO, Pádua. Pirambu: espaço estratégico de inserção no modelo hegemônico de bem-estar e estar bem no mundo. In: GADELHA, Francisco Agileu de Lima e outros. Outras Histórias: Fortaleza, cidade(s), sujeito(s). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

SANTOS, Bárbara Cacau dos. Trabalhadores cearenses, Uni-vos: O Pacto de Unidade Sindical em Fortaleza (1957-64). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/ UFC, 2009.

SANTOS, Breno Machado. Luís Figueira e a construção do projeto missionário jesuítico no Estado do Maranhão e Grão-Pará http:// www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/86/51

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. Cidade vermelha: a militância comunista nos espaços de trabalho. Camocim-CE (1927-1950). Fortaleza: Banco do Nordeste, 2007.

SANTOS, Fabiano dos. BINDÁ, Andréa Havt. 1001 história do Ceará: contos populares. Fortaleza: Secult, 2006.

SANTOS, Jovelina Silva. Círculos Operários no Ceará. Fortaleza: Banco do Nordeste/Ministério do Trabalho e Emprego, 2007.

SANTOS, Lídia Noemia Silva dos. Sonhos dourados: juventude na imprensa fortalezense da década de 50. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2005.

SAMIS, Alexandre. Moral pública & martírio privado. Rio de Janeiro: Achiame, 1999.

SARAIVA, J. Ciro. No tempo dos Coronéis. Fortaleza: ABC, 2011.

_____. Antes dos Coronéis (1947-1962). Fortaleza: ABC Editora, 2012.

_____. Depois dos Coronéis. Fortaleza: ABC Editora, 2014.

SARTORI, Renata Coelho. A etnopoética de Iracema: diálogo, ciência e literatura. Natal: Tese de Doutorado em Ciências Sociais/ UFRN, 2013.

SCHIMMELPFENG, Gisela Paschen. Maria Thomázia: o amor à liberdade. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1980.

SECRETO, Maria Verônica. Ceará, a fábrica de trabalhadores: emigração subsidiada no final do século XIX. Trajetos Revista de História da UFC, Fortaleza, vol. 6, n. 4, p. 47-66, 2003.

SERAINE, Florival. Antologia do folclore cearense. Fortaleza: Edições UFC, 1983.

SIDOU, Ari Othon. Wanda, guerreira da liberdade. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

SILVA, Antônio Zilmar da. Homens, letras, risos e vozes em trincheiras: matrizes narrativas dos movimentos armados no Ceará (1912-1914). Tese de Doutorado em História/PUC, 2009.

SILVA, Benedito. Padre Ibiapina. Fortaleza; Edições Demócrito Rocha, 2002.

_____. Rodolfo Teófilo. Edições Demócrito Rocha, 2003.

SILVA, Elizete da. Entre a fé e a política. In: Revista Nossa História. Ano 3, nº 30, 2006.

SILVA, Emanuel Freitas. Constituição, consolidação e ocaso do capital político: uma compreensão sociológica da Era Tasso no Ceará. Natal: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais/UFRN, 2014.

SILVA, Emília Carnevali da. O homem no espelho: reflexões sobre a dissidência integralista de Severino Sombra (1931-37). São Paulo: Dissertação de Mestrado em História/ PUC, 2006.

SILVA, Erotilde Honório. O fazer teatral: uma forma de resistência. Fortaleza: Edições UFC, 1992.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. In: Heloisa J. Reichel; Ieda Gutfreind. (Org.). América Platina e Historiografia. 1 ed. UNISINOS: São Leopoldo, 1997, v. 1, p. 21-60.

SILVA, Rafael Ricarte da. Formação da elite colonial dos sertões de Mombaça: terra, família e poder (Século XVIII). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2010.

SILVA, Jane Derarovele Semeão e. Mulheres de Fortaleza nos anos de 1940: uma vivência da Segunda Grande Guerra. Fortaleza: dissertação de Mestrado em História/UFC, 2000.

_____. O “esforço de guerra” em Fortaleza: atividades patrióticas e participação feminina nos anos 1940. sÆculum – Revista de História [30] João Pessoa, jan./jun. 2014.

SILVA, José Borzachiello da. Quando os incomodados não se retiram. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

_____. Nas trilhas da cidade. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

_____ e CAVALCANTE, Tércia Correia. Atlas escolar do Ceará.

João Pessoa, Grafset, 2002.

_____. Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SILVA, Lamuel Rodrigues da. O discurso religioso no processo migratório para o Caldeirão do Beato José Lourenço. Natal: Tese de Doutorado em Ciências Sociais/UFRN, 2009.

SILVA, Maria Sâgela de Sousa Santos. A organização dos operários têxteis em Fortaleza nos anos 30. Fortaleza: E. P., 2006.

SILVA, Marcos José Diniz. Olhares integralistas: memória e história operária no Sertão do Ceará. http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=48

SILVA, Marcos Aurélio Ferreira da. Piada sem graça. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, n. 33, p.68-71, 2008.

_____. Uma Fortaleza de risos e molecagem. In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). Fortaleza: História e Cotidiano. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

_____. Feitiço contra o Feiticeiro In Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos da Biblioteca Nacional, 2008.

SILVA, Marcos José Diniz. No compasso do progresso. Fortaleza: Banco do Nordeste/Ministério do Trabalho e Emprego, 2007.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. Vilas de índios no Ceará Grande. Campinas-SP: Pontes Editores, 2005.

SILVA, Marilda Santana da. A "reinvenção" do Ceará em fins do século XVIII e as negociações políticas com a Coroa portuguesa. Revista de Humanidades da UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

SILVA, Marcio Inácio da. Nas telas da cidade: salas de cinema em Fortaleza nos anos 1920. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2007.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. História da escravidão no Ceará. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

SILVA, Virgínia Maria Tavares. Crise na Política dos Governadores: o declínio dos Accioly no Ceará (1912-1914). São Paulo: Dissertação de Mestrado em História/USP, 1982.

_____. A Revolta do rebanho de Cristo. Fortaleza: EUFC, 1997.

SILVA JUNIOR, Agenor Soares e. O homo religiosus na formação do semiárido cearense. Revista Homem, Espaço e Tempo set/out de

2009.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Coca-Cola, cinema e Black-out. Fortaleza nos anos 40 - uma cidade em tempo de guerra Cadernos do CEOM - Ano 15 nº 14 - Campus Chapecó - dezembro/2001.

_____. Fortaleza, Imagens da Cidade. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

_____. Paisagens do Consumo. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

SILVEIRA, Andrea César, et al. Análises de efetividade de manejo do Geopark Araripe. http://ppegeo.igc.usp.br/scielo.php?pid=S0101-90822012000100012&script=sci_arttext

SILVEIRA, Edivanir Maia da. A Ditadura e o poder local – Sobral-CE. Revista Historiar, Vol. 05, N. 09, Ano 2013.2. p. 6-22

SIMÃO, Marum. Quixeramobim: recompondo a história. Fortaleza. E. A., 1996.

SIPRIANO, Benedita França. Vozes sociais e produção de sentido: a representação do beato José Lourenço e do movimento Caldeirão na cobertura do jornal O Povo (1934-1938). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Linguística/UECE, 2014.

SOARES, Maria Norma Maia (org.). Eclipse de 1919: múltiplas visões. Sobral-CE: Edições UVA, 1999.

SOARES, José Teodoro. A Idéia de modernidade em Sobral. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.

SOMBRA, Waldy. Padre Verdeixa: o Canoa Doida. Fortaleza: UNIFOR, 1996.

_____. A guerra dos panfletos. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1998.

SOUSA, Bruno Marinoni Ribeiro de. TV Verdes Mares: a história de um empreendimento. In Revista do NP de Comunicação Audiovisual da Intercom, São Paulo, v.1, n.2, p.82-96, ago/dez 2008.

_____. Sistema Verdes Mares de Comunicação e indústria cultural brasileira ou das técnicas modernas para sereias concorrerem em ambientes oligopolizados. Dissertação de Mestrado em Comunicação/UFPE, 2008.

SOUSA, Ednardo Soares Costa (Org.). Massafeira: 30 anos de som, imagem, movimento, gente. Fortaleza: Edições Musicais, 2010.

SOUSA, Emanuel Bruno Lopes de. Ronda do Quarteirão: um "acontecimento" na política de segurança pública? Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas/UECE, 2008.

SOUSA, Eusébio de. História militar do Ceará. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1950.

SOUSA, José Weyne de Freitas. Política e seca no Ceará: um projeto de desenvolvimento para o norte (1695-1905). São Paulo: Tese de Doutoramento em História Econômica/USP, 2009.

SOUSA, Michele de. Análise do turismo em Aquiraz – Ceará: política, desenvolvimento e sustentabilidade. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal do Ceará, 2005.

SOUSA, Samuel Pereira. Soldados de Deus e da Pátria: entre práticas cotidianas e a construção da memória integralista em Barbalha-Ce (1933-1950). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UECE, 2010.

SOUZA, André Pinheiro de. Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/ UECE, 2012.

SOUZA, Enilce Lima Cavalcante. Campos e palavras: dimensões da questão Agrária no Ceará (1954-64). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2005.

SOUZA, Fernando José Pires de. Transformações políticas e

institucionais no Ceará: repercussões nas finanças públicas do Estado. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 4, out-dez. 2007. P 602-621.

SOUZA, Francisco José. Quintino Cunha. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

SOUZA, Jackeline Lucas. Abertura de uma Zona de Processamento de Exportação no Ceará e a utilização do Porto do Pecém por empresas de exportação. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Administração/UNIFOR, 2007.

SOUZA, Marcelo Renan Oliveira de. Maracatus de Fortaleza: discursos identitários entre políticas públicas culturais e patrimônio cultural. Bilros, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 40-54, jan.-jun. 2014.

SOUZA, Maria Regina Santos de. Impacto da Guerra do Paraguai na província do Ceará (1865-70). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2007.

SOUZA, Mônica Hellen Mesquita de. Missão na Ibiapaba: Estratégias e táticas na Colônia nos séculos XVII e XVIII. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2003.

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. Irmandade e festa: Rosário dos Pretos de Sobral (1854-1884). Fortaleza: Edições NUDOC/ Expressão Gráfica e Editora, 2006.

SOUZA, Robério Américo de. Evangélicos numa cidade católica: a ação de missionários protestantes em Fortaleza (1882-1915). Trajetos Revista de História da UFC, Fortaleza, vol. 4, n. 8, p. 125-146, 2006.

_____. Natanael Cortez. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

SOUZA, Sandra de. Políticas de educação e saúde no estado do Ceará: mudanças no "Governo das Mudanças"? Campinas-SP: Dissertação de Mestrado em Economia/UNICAMP, 2006.

SOUZA, Simone. Interventorias no Ceará: política e sociedade (1930-35). Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1982.

_____ (Org.). Fortaleza: a gestão da cidade. Fortaleza: UFC/ NUDOC/ Fundação Cultural de Fortaleza, 1995.

_____. Da "Revolução de 30" ao Estado Novo. In. ___(Org.). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

_____. OLIVEIRA, Francisco de Assis. O movimento operário na Primeira República. Fortaleza: NUDOC, sem data.

SPOSITO, Fernanda. Canindé. Coleção Caros Amigos. Fascículo 9. São Paulo: Casa Amarela, 2012.

STUDART FILHO, Carlos. A Revolução de 1817 no Ceará & outros

estudos. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1961.

_____. Página de História e Pré-História. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1966.

_____. Os aborígines do Ceará. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1965.

_____. Estudos de História seiscentista. Fortaleza: Typografia Minerva, 1959.

STUDART, Guilherme. Datas e fatos para a História do Ceará. Fortaleza: Typographia Studart, 1896.

TAKEYA, Denise Monteiro. Europa, França e Ceará: as Origens do Capital Estrangeiro no Brasil. Natal: UFRN/ Ed. Universitária, 1995.

THEÓPHILO, Rodolpho. História da seca do Ceará (1887-1880). Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

_____. A Sedição de Juazeiro. Fortaleza: Edições de Sol, 1969.

_____. Libertação do Ceará. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001 (edição fac-símile).

THEBERGE, Pedro. Esboço histórico sobre a província do Ceará. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973.

THMOSKHENKO, Carlos. Timo-Thmoskhenko: o subversivo que cruzou a fronteira. Fortaleza: FUNCET, 2003.

TINHORÃO, José Ramos. A província e o naturalismo. Fortaleza: NUDOC/UFC, 2006 (edição fac-similar).

UCHOA, Cibele Alexandre. A seca de 1932 no Ceará e os campos de concentração: reflexões acerca da viabilidade de proteção de memória do município de Senador Pompeu. http:// www.direitosculturais.com.br/ojs/index.php/ojs/article/view/261

WALKER, Daniel. Padre Cícero na berlinda. Juazeiro do Norte: Edições IPESC/URCA, 1995.

_____. O pensamento vivo de Pe. Cícero. São Paulo: Martim Claret, 1988.

WENDELL, Guedes da Silva. A todo vapor! Formação de trabalhadores na Estrada de Ferro de Baturité (1877 – 80). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UECE, 2013.

WEYNE, Walda Mota. Imprensa e ideologia: o papel político dos jornais cearenses na transição monarquia/república. Fortaleza: UFC/ NUDOC, 1990.

VASCONCELOS, José Gerardo. Memórias do silêncio. Fortaleza: EUFC, 1988.

_____. Movimento pela anistia: novos e velhos atores no contexto autoritário. Fortaleza: UFC/NEPS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1997.

VIANA, Carlos Negreiros. A Indústria têxtil de algodão do Ceará (1881-1973). SD.SE.SA

_____. A indústria de óleos de caroço de algodão. Fortaleza: UFC/ NUDOC, 1993.

VIANA, Verônica; LUNA, Daniel. Arqueologia cearense: histórico e perspectivas. Clio Arqueológica, n. 15, vol. 1, Recife, UFPE. p. 235-241, 2002.

VICENTE, Severino. A Igreja e o controle social nos sertões nordestinos. São Paulo: Paulinas, 1988.

VIDAL, Márcia. Imprensa e Poder. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 1994.

VIEIRA, Padre Antônio. A missão de Ibiapaba. Coimbra: Edições Almedina, 2006.

VIEIRA, Jofre Teófilo. Uma tragédia em três partes: o motim dos pretos do Laura em 1939. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2010.

VIEIRA, Sulamita. Velhos sanfoneiros. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

VIEIRA, Tanísio. Seca, disciplina e urbanização: Fortaleza – 1865-1879. In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). Fortaleza: História e cotidiano. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

_____. Entre o futuro e o passado. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

_____. Navegando entre o Tribunal do Ofício de Lisboa e a Capitania do Seará Grande. Trajetos Revista de História da UFC, Fortaleza, vol. 4, n. 8, p. 229-243, 2006.

_____. Nas margens do casamento: sedução masculina e conflitos amorosos em Fortaleza (1799-1820). In: SOUZA, Simone. NEVES, Frederico de Castro (organizadores). Fortaleza: História e Cotidiano. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

_____. A Inquisição e o sertão: ensaios sobre ações do Tribunal do Santo Ofício no Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2008.

VIEIRA JUNIOR, Antônio Marloves Gomes. Soldados do Vale: a história de homens do interior do Ceará que lutaram na Segunda Guerra Mundial. http://uece.br/eventos/eehce2014/anais/trabalhos_completos/103-9148-30072014-205757.pdf

VILLA, Marco Antônio. Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Editora Ática, 2000.

XAVIER, Patrícia Pereira. Dragão do Mar: a construção do herói jangadeiro. Fortaleza: Museu do Ceará, 2011.

XIMENES, Celso Lira. A Paleontologia no Ceará. Fortaleza: Museu do Ceará, sem data.

_____. Animais Pré-históricos de Itapipoca. Itapipoca: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto/Museu de Pré-História de Itapipoca-MUphi, 2007.

José Aírton de Farias nasceu em Santana

Armazém
da Cultura

FILIADO À CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO

Câmara Brasileira do Livro

Esta obra foi composta em Minion Pro e Fontin e impressa sobre o papel Offset 90 g/m² para o Armazém da Cultura em dezembro de 2013. Impresso na Gráfica LCR.